

Deutsche Bank



# Relatório Anual de 2020

# Deutsche Bank

## Resumo financeiro

	2020	2019
<b>Objetivos financeiros do Grupo</b>		
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>1</sup>	0,2%	(10,9)%
Custos ajustados, p. ex. custos de transformação, em mil milhões de euros. <sup>2</sup>	19,9	21,6
Rácio custo/rendimento <sup>3</sup>	88,3%	108,2%
Rácio de capital Common Equity Tier 1	13,6%	13,6%
Rácio de alavancagem (fully loaded)	4,7%	4,2%
<b>Demonstração de resultados</b>		
Receitas líquidas totais, em mil milhões de euros.	24,0	23,2
Provisão para perdas de crédito, em mil milhões de euros.	1,8	0,7
Despesas totais (excluindo juros), em mil milhões de euros.	21,2	25,1
Lucros (prejuízos) antes dos impostos, em mil milhões de euros.	1,0	(2,6)
Lucros (prejuízos), em mil milhões de euros.	0,6	(5,3)
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank, em mil milhões de euros.	0,1	(5,7)
<b>Balço</b>		
	31 dez 2020	31 dez 2019
Total dos ativos, em mil milhões de euros	1.325	1.298
Ativos líquidos (ajustados), em mil milhões de euros.	963	946
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros.	432	434
Média de empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros.	438	419
Depósitos, em mil milhões de euros.	568	572
Provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.	4,8	4,0
Capital próprio dos acionistas, em mil milhões de euros	55	56
<b>Recursos</b>		
Ativos ponderados pelo risco, em mil milhões de euros	329	324
Dos quais: RWA para Risco Operacional, em mil milhões de euros.	69	73
Exposição de alavancagem, em mil milhões de euros.	1.078	1.168
Capital próprio tangível dos acionistas (Valor contabilístico tangível), em mil milhões de euros. <sup>4</sup>	49	50
Reservas de liquidez em mil milhões de euros.	243	222
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	84.659	87.597
Agências	1.891	1.931
<b>Rácios</b>		
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>1</sup>	0,2%	(9,5)%
Provisão para perdas de crédito em % da média de empréstimos, em pontos base	41	17
Rácio empréstimos/depósito	76,0%	75,8%
Rácio de alavancagem (introdução progressiva)	4,8%	4,3%
Rácio de cobertura de liquidez	145%	141%
<b>Informação por Ação</b>		
Resultados por ação básicos	0,07 €	(2,71) €
Resultados por ação diluídos	0,07 €	(2,71) €
Valor contabilístico por ação básica em circulação <sup>4</sup>	26,04 €	26,37 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível <sup>4</sup>	23,19 €	23,41 €

<sup>1</sup> Com base no lucro (prejuízo) atribuível a acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

<sup>2</sup> A reconciliação dos custos ajustados é fornecida na secção "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP/Custos ajustados deste documento.

<sup>3</sup> Despesas totais (excluindo juros) como uma percentagem do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

<sup>4</sup> Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

# Índice

## Grupo Deutsche Bank

2	Mensagem do presidente do Conselho de Administração
5	Conselho de Administração
8	Relatório do Conselho de Fiscalização
15	Conselho de Fiscalização
17	Estratégia

## 1 – Relatório da Gestão Combinado

4	Análise operacional e financeira
37	Perspetivas
45	Riscos e oportunidades
57	Relatório de risco
181	Relatório de Remuneração
233	Sustentabilidade
234	
	Colaboradores
238	Controlo interno sobre o relato financeiro
240	Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
244	Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
244	
	Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

## 2 – Demonstrações financeiras consolidadas

252	Demonstração consolidada dos resultados
253	Demonstração consolidada do rendimento integral
254	Balanço consolidado
255	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
257	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
259	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
297	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
305	Notas ao balanço consolidado
364	Notas adicionais
426	Confirmações

## 3 – Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade:

438	Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
454	Relato e transparência
454	Operações com partes relacionadas
455	Auditoria e controlo
458	Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

## 4 – Informações Adicionais

464	Medidas financeiras não-GAAP
473	Declaração de aval
474	Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
475	Impressão/Publicações

## Mensagem do presidente do Conselho de Administração

Caros Acionistas,

2020 foi um ano que confrontou o mundo com desafios de saúde, sociais e económicos que dificilmente poderíamos imaginar. Ao mesmo tempo, o nosso banco estava no meio de uma transformação fundamental.

Ainda assim, superámos estes dois desafios melhor do que o esperado. Estamos à frente do nosso plano de transformação estratégica. Conseguimos atingir todos os nossos objetivos ao longo do último ano. Registámos um lucro antes de impostos superior a mil milhões de euros e um lucro líquido de 624 milhões de euros. Por outras palavras, conseguimos mais do que compensar os significativos efeitos negativos da pandemia e dos encargos contínuos relacionados com a nossa transformação.

Em retrospectiva, isto demonstra que o nosso reposicionamento iniciado no verão de 2019 não foi apenas a estratégia certa, mas também que a implementámos com o máximo rigor. No ano passado, aumentámos as nossas receitas em 4% a nível do Grupo e em 6% nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank. Isto foi impulsionado por fatores: em primeiro lugar, concentrámo-nos em áreas de negócio em que tínhamos uma posição de liderança. Em segundo lugar, como demonstrámos no decorrer desta crise, somos relevantes para os nossos clientes, incluindo o segmento corporativo e entidades soberanas que aumentaram as exigências de financiamento ou clientes privados que queriam garantir os seus ativos ou necessitaram de flexibilidade nos seus empréstimos.

### As empresas demonstram a sua verdadeira força durante uma crise

Em todas as nossas divisões, demos mostras de que somos flexíveis e resistentes.

No nosso **Corporate Bank**, os proveitos desceram 2% em 2020, mas quando ajustado para os efeitos das taxas de câmbio, manteve-se em linha com o ano transato. Compensámos em grande medida o impacto das receitas dos desvios das taxas de juro à medida que firmámos novos acordos de preços relativos a contas, com quase 80 mil milhões de euros de depósitos de clientes até ao final de 2020. Estamos também a fazer progressos nas nossas áreas de crescimento identificadas, nomeadamente na região Ásia-Pacífico, onde aumentámos as receitas em 4%, quando ajustadas para os efeitos cambiais, e em pagamentos a nível mundial, onde os volumes com os nossos clientes de fintech, ecommerce e plataformas cresceram 20%.

Simultaneamente, também ajudámos as empresas ao longo da crise da COVID-19, por exemplo, tendo gerido pedidos de mais de 12 mil milhões de euros de empréstimos financiados pelo Governo na Alemanha e tendo respondido a mais de 250.000 contactos ao nosso Grupo de Apoio para o Coronavírus.

O nosso **Investment Bank** aumentou as suas receitas no ano passado em um terço. Os principais impulsionadores foram as necessidades de financiamento significativas de muitas empresas e entidades soberanas e a correspondente atividade de mercado associada, em que já estávamos bem posicionados para a captar. No ano passado, em Mercados de capitais de dívida, o Deutsche Bank ajudou os clientes a gerar um recorde de 1,7 biliões de euros, um aumento de 43% face ao ano anterior. Ao mesmo tempo, aumentámos a nossa quota de mercado e superámos o crescimento de receitas nos quatro trimestres da nossa área de negócio Geração e consultoria (O&A).

Em Fixed Income & Currencies (FIC), conseguimos um crescimento de receitas de dois dígitos em todos os trimestres, e as receitas do ano completo aumentaram 28% face ao ano anterior, uma vez que os clientes estão a voltar a contar connosco em todas as linhas de negócio. Na área FIC, também aumentámos a nossa quota de mercado no segundo semestre do ano.

Tudo isto deixa-nos confiantes de que uma parte substancial do nosso desempenho em termos de receitas se revelará sustentável, mesmo que os mercados alcancem a normalidade ao longo deste ano.

No nosso **Private Bank**, as receitas líquidas diminuíram 1% em 2020, mas mantiveram-se estáveis se ajustadas para itens específicos. Conseguimos compensar as baixas taxas de juro através de, entre outros, do aumento do rendimento das comissões devido a entradas líquidas de 16 mil milhões de euros em produtos de investimento. No nosso International Private Bank, beneficiámos do recrutamento contínuo de consultores de clientes nos últimos anos.

Também gerámos novos empréstimos líquidos a clientes no valor de 13 mil milhões de euros. As novas hipotecas para habitações eficientes em termos energéticos totalizaram 4 mil milhões de euros, um aumento de quase 30% face ao ano anterior.

Expandimos igualmente as nossas ofertas digitais. Em 2020, o número de utilizadores e de acessos à aplicação móvel do setor bancário privado alemão aumentou 35%.

Tivemos também um ano bem-sucedido na área de **Asset Management**. Os ativos sob gestão aumentaram para um nível recorde de 793 mil milhões de euros. Isto deveu-se principalmente a entradas líquidas de 30 mil milhões de euros. Quase um terço deste valor foi canalizado para produtos de investimento sustentáveis, tornando-nos particularmente bem posicionados nesta zona de crescimento.

Embora as receitas tenha baixado ligeiramente, a DWS conseguiu manter as suas taxas de gestão geralmente estáveis, apesar da pressão sobre as margens no setor, e conseguiu igualmente melhorar significativamente o seu rácio custo/rendimento ajustado para 64%.

## A transformação mantém-se no caminho certo, apesar da pandemia

Graças à nossa disciplina, fizemos mais progressos em termos de custos em todo o nosso banco, alcançando o nosso objetivo de reduzir os custos ajustados, excluindo custos de transformação e os gastos Prime Finance reembolsáveis para 19,5 mil milhões de euros no ano passado. Com base nestes resultados, a nossa base de custos foi quase 4,5 mil milhões de euros inferior à de 2017 e reduzimos os custos ajustados, excluindo encargos de transformação e taxas bancárias, durante 12 trimestres consecutivos. Para alcançar o nosso objetivo de 2022, temos agora de reduzir os custos ajustados em mais 2,8 mil milhões de euros, o que exigirá a disciplina contínua, bem como melhorias de processos e tecnologias. No entanto, tendo em conta o nosso histórico, estamos confiantes de que manteremos a nossa execução rigorosa.

Também investimos em tecnologia no ano passado. Durante a crise da COVID-19, os nossos sistemas de TI provaram que são estáveis, robustos e altamente flexíveis. Tivemos momentos em que mais de 70% do nosso pessoal global estava a trabalhar a partir de casa, e fizeram-no com êxito.

Também fizemos importantes progressos nos nossos grandes projetos tecnológicos. Vendemos a nossa subsidiária Postbank Systems como parte da fusão dos sistemas de TI no nosso Private Bank na Alemanha. A nossa parceria com o Google Cloud é mais um grande passo em frente, uma vez que esperamos trabalhar com o grupo de tecnologia líder do mundo para mudar a nossa infraestrutura de TI para um ambiente moderno e eficiente, de modo a podermos concentrar-nos na conceção de produtos inovadores para os nossos clientes e em expandir constantemente as nossas ofertas digitais.

Além disso, continuamos a reforçar os nossos controlos, tendo gasto cerca de 2 mil milhões de euros nesta área nos últimos dois anos. No entanto, é também evidente que os nossos controlos têm de continuar a melhorar. Num mundo cada vez mais digital e complexo, as exigências dos bancos estão a crescer dia após dia e temos de estar preparados. O nosso Relatório Não Financeiro de 2020 contém mais pormenores sobre estas questões.

As provisões para perdas de crédito aumentaram, como previsto, representando 1,8 mil milhões de euros para o exercício completo, em conformidade com as orientações que demos já em abril de 2020. Este é um reflexo da nossa carteira de empréstimos muito sólida e da nossa gestão do risco conservadora. O nosso Rácio de Common Equity Tier 1 (CET1) de 13,6% no final do ano foi superior ao esperado. Isto deveu-se, em parte, a alterações regulamentares resultantes da crise do coronavírus, bem como à capacidade da nossa Unidade de Libertação de Capital para reduzir os seus ativos ponderados pelo risco mais rapidamente do que o previsto, e a um custo inferior ao esperado. Desde o final de 2018, reduzimos a nossa exposição à alavancagem na Unidade de Libertação de Capital em cerca de 75%, e os nossos ativos ponderados pelo risco em mais de 50%. Por conseguinte, continuamos a ter a robustez financeira necessária para sermos um parceiro fiável para os nossos clientes.

Estes números refletem os esforços bem sucedidos dos nossos colaboradores, aos quais o Conselho de Administração e o Conselho de Gestão do Grupo estão muito gratos. As nossas equipas em todo o mundo tiveram e continuam a ter um desempenho absolutamente exemplar. Observamos a forma como o apoio dentro do banco continua a aumentar para níveis que não víamos há algum tempo. 79% do pessoal apoia a nossa estratégia, ou seja, 10 pontos percentuais acima do ano anterior. Quase 90% estão convencidos de que estamos a lidar bem com a crise, e a lealdade do nosso pessoal é a mais elevada desde 2012.

É particularmente importante notar que alterámos fundamentalmente a forma como trabalhamos. Os nossos resultados não teriam sido possíveis se não tivéssemos colocado os nossos clientes no centro da nossa estratégia e das nossas atividades. No nosso mercado doméstico, a confiança dos clientes na nossa marca atingiu o nível mais elevado em oito anos.

Estamos também a assistir a um enorme ímpeto em torno do tema da sustentabilidade, onde fizemos progressos sólidos em 2020. Em maio, estabelecemos a nossa meta para 2025 de 200 mil milhões de euros em financiamento e ativos sob gestão que cumprem restritas normas ambientais, sociais e de governação (ESG). Com 46 mil milhões de euros no ano passado, ultrapassámos o nosso primeiro objetivo intercalar em mais de 100%. O nosso Relatório Não Financeiro de 2020 contém também mais pormenores sobre os nossos esforços em matérias de sustentabilidade.

## Perspetivas: rumo à rentabilidade sustentável

Pouco mais de 18 meses após o anúncio da nossa nova estratégia, concluímos a mais intensa das nossas fases de transformação. Depois destes seis trimestres, já alcançámos 85% dos efeitos relacionados com a transformação que esperávamos para o período até 2022. Isto significa que podemos agora concentrar-nos ainda mais nos nossos clientes.

Temos assim uma base sólida para construir a próxima fase da nossa transformação este ano, uma fase em que nos concentraremos na rentabilidade sustentável. Tal exigirá crescimento, ao mesmo tempo que nos mantemos disciplinados em custos e capital, e a trabalhar de forma coerente para reforçar os nossos controlos e processos. Sabemos que ainda temos trabalho a fazer, mas também sabemos que estamos no caminho certo.

Os desafios continuarão a surgir durante 2021, até porque a luta contra a pandemia continua. No entanto, esperamos que a atividade económica regresse em muitos mercados importantes para o nosso negócio, especialmente com a adoção de programas de vacinação. Tivemos um forte início para 2021. No entanto, continuamos a esperar que as receitas do Investment Bank declinem ano a ano, à medida que os volumes do setor e a volatilidade seguem a tendência para normalizar, após os níveis de atividade muito elevados em 2020. Espera-se que tal resulte em receitas do grupo ligeiramente inferiores face ao ano anterior, antes de o crescimento retomar em 2022, em linha com as projeções fornecidas no Investor Deep Dive de dezembro. Simultaneamente, esperamos que as provisões para perdas de crédito diminuam ligeiramente em 2021 e que diminuam ainda mais em 2022.

E continuamos a ver oportunidades para os próximos anos. Estamos bem posicionados para um ambiente económico em que as exigências de financiamento permanecem elevadas, a preservação da riqueza e o comércio global tornam-se mais complexos e a sustentabilidade ganha rapidamente uma importância cada vez maior. A economia enfrenta um momento de grande agitação e somos chamados a apoiar e a ajudar a moldar a sua transformação. Estamos idealmente posicionados para o fazer e para beneficiar destas tendências globais.

Estamos no caminho certo para alcançar uma rentabilidade do capital próprio após impostos de 8% em 2022. O nosso objetivo é alcançar este objetivo sustentável, em ambos os sentidos da palavra, e permanecemos firmemente empenhados nos nossos planos de devolver 5 mil milhões de euros de capital aos nossos acionistas a partir de 2022.

Para tal, temos de continuar a seguir este caminho, o caminho rumo a um banco que seja sustentável e rentável e que esteja ainda mais bem posicionado para ser relevante para os nossos clientes, para a economia e para a sociedade.

Com os melhores cumprimentos,



Christian Sewing, Diretor-Geral do Deutsche Bank AG

Frankfurt am Main, março de 2021

## Conselho de Administração

Christian Sewing, \* 1970  
desde 1 de janeiro de 2015  
Presidente do Conselho de Administração

Karl von Rohr, \* 1965  
desde 1 de novembro de 2015  
Presidente

Fabrizio Campelli, \*1973  
desde 1 de novembro de 2019  
Diretor de Transformação

Frank Kuhnke \* 1967  
desde 1 de janeiro de 2019  
Diretor de operações

Bernd Leukert, \*1967  
desde 1 de janeiro de 2020  
Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação

Stuart Lewis, \* 1965  
desde 1 de junho de 2012  
Diretor de Risco

James von Moltke \* 1969  
desde 1 de julho de 2017  
Diretor financeiro

Alexander von zur Mühlen, \* 1975  
desde 1 de agosto de 2020  
Diretor-geral regional para a Ásia e Pacífico

Christiana Riley, \*1978  
desde 1 de janeiro de 2020  
Diretor-Geral da América

Stefan Simon, \* 1969  
desde 1 de agosto de 2020  
Diretor administrativo

## Conselho de Administração no ano em análise:

Christian Sewing  
Presidente do Conselho de Administração

Karl von Rohr  
Presidente

Fabrizio Campelli

Frank Kuhnke

Bernd Leukert  
(desde 1 de janeiro de 2020)

Stuart Lewis

James von Moltke

Alexander von zur Mühlen  
(desde 1 de agosto de 2020)

Christiana Riley  
(desde 1 de janeiro de 2020)

Stefan Simon  
(desde 1 de agosto de 2020)

Werner Steinmüller  
(até 31 de julho de 2020)



Caros Acionistas,

O 150.º aniversário do Deutsche Bank foi muito diferente do que alguma vez poderíamos imaginar. No entanto, ou talvez precisamente por isso, o 151.º ano da sua existência demonstrou que o Deutsche Bank está no caminho certo. O banco conseguiu enfrentar com êxito os desafios causados pela crise da Covid-19 até à data. Mas não só: foi também capaz de ajudar os seus clientes e a economia a lidar melhor com as consequências da pandemia. O Deutsche Bank conseguiu concluir este ano extraordinário com um lucro.

Tudo isto prova que conseguimos, nos últimos anos, tornar o Deutsche Bank mais estável e resiliente do que há muito tempo. E confirma que o Conselho de Administração não só lançou as bases certas com a estratégia anunciada em 2019, como também implementou rigorosamente esta transformação.

No ano passado o banco atingiu todos os objetivos provisórios. Mais importante ainda: tratavam-se de metas de gestão definidas antes do início da pandemia. O Conselho de Fiscalização e as suas comissões apoiaram ativamente a transformação do banco ao longo de um total de 63 reuniões.

Também este ano a gestão tem de continuar a executar a sua estratégia da mesma forma rigorosa, a fim de concretizar plenamente as suas ambições para 2022. Estas incluem o objetivo de retomar a distribuição de capital a vós, os nossos acionistas.

Para esse fim, basear-nos-emos na disciplina de custos dos últimos anos e nas posições reforçadas de todas as nossas empresas. O Deutsche Bank está bem posicionado para apoiar os seus clientes nas tendências que irão moldar a economia nos próximos anos – em primeiro lugar, e acima de tudo, a transformação numa economia digital e sustentável.

No que diz respeito ao financiamento sustentável e aos investimentos ESG, o Deutsche Bank fez progressos significativos no ano passado, desde o anúncio de metas quantificáveis até à integração desta prioridade de forma ainda mais profunda a nível do Conselho de Administração. O nosso Relatório Não Financeiro de 2020 contém pormenores completos, bem como informações abrangentes sobre a forma como o banco tem estado a alargar e a melhorar os seus sistemas de controlo, e sobre a forma como gere os seus riscos não financeiros.

Estes tópicos representam agora uma parte importante do trabalho do Conselho de Fiscalização, sobre o qual poderá ler em maior detalhe no Relatório do Conselho de Fiscalização, abaixo. Sabemos que estes temas também são importantes para os nossos acionistas, como podemos ver nas perguntas regularmente feitas na nossa Assembleia-Geral Anual.

Infelizmente, não nos foi possível reunir pessoalmente na Festhalle, em Frankfurt, no ano passado. É claro que a nossa Assembleia-Geral Anual virtual nunca poderia substituir plenamente esse diálogo presencial, mas envidámos todos os esforços para manter esta primeira reunião tão interativa quanto possível. Por exemplo, publicámos os nossos discursos oito dias antes do evento, a fim de dar aos nossos acionistas a oportunidade de fazer perguntas ou de responder. Convidámos igualmente os acionistas a apresentarem contribuições antecipadas acerca de pontos da ordem do dia, que, posteriormente, publicámos no nosso site, para que todos os acionistas as possam consultar.

Também este ano, e com enorme tristeza, a pandemia irá novamente impedir-nos de realizar uma Assembleia-Geral Anual presencial. No entanto, o Deutsche Bank utilizará a riqueza da experiência adquirida com a organização e participação em eventos digitais ao longo do último ano para tornar a nossa segunda AGM virtual uma experiência ainda mais interativa e confortável para os acionistas. Todas as informações relevantes serão dadas no convite para a AGM.

Um dos temas mais importantes na reunião deste ano será o sistema de remuneração do Conselho de Administração. O nosso quadro de remuneração foi aprovado pela última vez na Assembleia-Geral Anual de 2017, e este ano os acionistas serão novamente solicitados a aprová-la, a fim de cumprir a Lei sobre a Implementação da Segunda Diretiva dos Direitos dos Acionistas. Encaramos esta questão como uma oportunidade para continuar a desenvolver o quadro de remuneração, o qual já foi comprovado em princípio. No interesse da boa governação e do desenvolvimento sustentável, este quadro coloca agora um maior foco nos objetivos de ESG. Além disso, pretendemos garantir que os nossos critérios de remuneração se tornem ainda mais transparentes e coerentes do que no passado. Queremos também criar mais margem de pagamento em ações do Deutsche Bank, o que alinhará os interesses dos membros do Conselho de Administração com os interesses dos acionistas de forma ainda mais rigorosa.

Com vista à AGM em 2022, quando terminará o meu segundo mandato como Presidente do Conselho de Fiscalização, e em que não pretendo ser reeleito, renunciei ao meu cargo de presidente do Comité de Nomeações em julho de 2020. Este comité é agora presidido por Mayree Clark. A nossa intenção é a de assegurar uma transição ordeira, no interesse de um adequado governo da sociedade.

No que diz respeito à composição do Conselho de Fiscalização, o nosso principal objetivo continua a ser o que assegurar a representação de indivíduos com um vasto leque de experiência e conhecimentos técnicos, a fim de poder aconselhar e

acompanhar o Conselho de Administração em todas as questões fundamentais. Dois membros recém-nomeados para o Conselho de Fiscalização no ano passado têm estado aqui a desempenhar um importante papel: Sigmar Gabriel, que traz consigo não só experiência em política, mas também um profundo conhecimento das questões de sustentabilidade, e Theodor Weimer, cuja experiência se baseia numa carreira de décadas em finanças internacionais. A diversidade no Conselho de Fiscalização continua também a ser uma prioridade para nós, com indivíduos de diferentes sexos, idade, nacionalidade e origem étnica. No entanto, o Conselho de Administração do nosso banco não consegue atualmente cumprir o nosso próprio objetivo no que diz respeito à proporção de mulheres nas suas fileiras. Trata-se de algo em que nos concentraremos, em particular, quando realizarmos futuras nomeações.

Como é habitual, o seguinte Relatório do Conselho de Fiscalização contém informações sobre a forma ativa como o Conselho de Fiscalização tem apoiado o banco, bem como sobre as questões-chave em que trabalhamos em 2020.

## Relatório do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização desempenhou as tarefas que lhe competem de acordo com a legislação, requisitos regulamentares, estatutos e termos de referência.

O Conselho de Administração prestou-nos contas regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre as políticas comerciais e estratégia, juntamente com outros temas fundamentais relativos à administração e cultura da empresa, ao planeamento corporativo e ao controlo, bem como a conformidade e os sistemas de remuneração. Prestou-nos contas sobre o desenvolvimento financeiro, a situação dos ganhos e de risco, o risco, a liquidez e gestão de capital do banco, os recursos organizacionais e técnicos adequados, bem como eventos que foram de importância significativa para o banco. Estivemos envolvidos em decisões de importância fundamental, por exemplo, no que se refere à cooperação com a Google. Tal como nos anos anteriores, o Conselho de Administração forneceu, mediante o nosso pedido, informação detalhada sobre várias áreas temáticas. Assim, o Conselho de Administração comunicou-nos regularmente sobre a prevenção do branqueamento de capitais e os controlos para este fim. Da mesma forma, deliberámos regular e intensamente estas questões, com peritos e em conjunto com o Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Fiscalização e os outros cinco presidentes de comissões mantiveram contactos regulares com o Conselho de Administração entre as reuniões. Consultaram-se também sobre as agendas das várias reuniões dos comités a que presidem e discutiram temas de importância estratégica fundamental para o banco. O Presidente do Conselho de Fiscalização, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração debateram regularmente futuras decisões.

Tiveram lugar 63 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Devido à pandemia da COVID-19, a maioria das reuniões foi realizada através de videoconferência. Sempre que necessário, as deliberações foram aprovadas por procedimento escrito.

### Reuniões do Conselho de Fiscalização em plenário

O Conselho de Fiscalização realizou oito reuniões em plenário no exercício de 2020, onde abordou todos os tópicos com especial relevância para o banco.

Em particular, atribuímos também uma importância especial à implementação eficaz da estratégia do banco em 2020 e, mais uma vez, tivemos tempo suficiente em todas as nossas reuniões para deliberar sobre questões estratégicas com o Conselho de Administração. Nas nossas reuniões, abordámos regularmente o desenvolvimento do negócio do banco, que é influenciado por um ambiente regulador e competitivo dinâmico, juntamente com as prioridades relacionadas. Além disso, abordámos regularmente o relatório do Conselho de Administração sobre as iniciativas do banco em matéria de sustentabilidade, iniciativas social e de Governança (ESG), bem como sobre a evolução dos processos de litígio e dos procedimentos regulamentares de importância significativa para o banco.

Na nossa reunião de 29 de janeiro, analisámos as diferenças entre o plano e os valores reais para 2019, juntamente com os respetivos motivos subjacentes. Além disso, confirmámos a proposta preliminar do Conselho de Administração, também em consideração dos requisitos regulamentares para o financiamento de capital, de não pagar um dividendo. Abordámos o plano financeiro e de capital estratégico a nível do Grupo para os anos 2020-2024 e discutimos um relatório de progresso sobre os processos para a revisão prescrita dos nossos clientes ("Know-Your-Customer" (KYC)). Aprovámos o relatório, elaborado pelo Comité de Nomeações, sobre a avaliação a ser realizada anualmente pelo Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, de acordo com o artigo 25d da lei bancária alemã (KWG) para o ano de 2019. Além disso, abordámos o projeto da Declaração de Governo da Sociedade, revimos a independência dos membros individuais do Conselho de Fiscalização e determinámos que o Conselho de Fiscalização tem um número adequado de membros independentes. Adicionalmente, adotei o conceito de diversidade para a composição do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. Após uma revisão da adequação do sistema de remuneração do Conselho de Administração – e levando em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações, bem como em consulta com o Diretor de Remunerações do banco e peritos externos

independentes em remuneração – determinámos o nível da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2019. Também discutimos os possíveis tópicos das medidas de formação do Conselho de Fiscalização para o ano financeiro em curso.

Na nossa reunião em 19 de março, após o relatório do Conselho de Administração e uma discussão com o auditor, e com base na recomendação do Comité de Auditoria, aprovámos as Demonstrações financeiras consolidadas e as Demonstrações financeiras anuais para 2019, as quais não reportaram lucros. O Conselho de Administração apresentou-nos a estruturação dos sistemas de remuneração, o Relatório de Recursos Humanos para 2019, os efeitos até então da pandemia da COVID-19 no banco e tópicos regulamentares. Abordámos os temas para a Assembleia-Geral, aprovámos as propostas na agenda e os procedimentos para os direitos dos acionistas, e aprovámos a realização da Assembleia-Geral virtual.

Numa reunião extraordinária, a 30 de abril, o Conselho de Administração comunicou-nos a situação macroeconómica, bem como a reação do mercado de capitais aos resultados publicados para o trimestre. Além disso, o Conselho de Administração informou-nos acerca do estado atual do planeamento para a Assembleia-Geral e dos tópicos regulamentares atuais.

Na nossa reunião de 15 de maio, discutimos os todos os tópicos da Assembleia-Geral pendente com o Conselho de Administração. Além disso, tomámos nota do relatório do Conselho de Administração sobre as mudanças nos conselhos consultivos regionais na Alemanha, de acordo com a Secção 8 dos Estatutos da Associação e abordámos tópicos regulamentares e jurídicos.

Em 30 de julho, o Conselho de Administração comunicou-nos as reações do mercado de capitais aos resultados do primeiro semestre do ano. Adicionalmente, o Conselho de Administração informou-nos acerca dos resultados do inquérito ao pessoal e da implementação dos requisitos baseados na Diretiva dos Direitos dos Acionistas, e deliberámos sobre as atuais investigações de Auditoria do Grupo. O Conselho de Administração também nos informou sobre a forma como o banco pretende criar as condições e estruturas necessárias para alcançar métodos de trabalho "ágeis". O Agente de Combate ao Branqueamento de Capitais do banco apresentou o Relatório de Combate ao Branqueamento de Capitais de 2019, que discutimos.

Na reunião realizada em 24 e 25 de setembro, abordámos intensamente a estratégia e a transformação do banco.

Em 29 e 30 de outubro, abordámos em pormenor os objetivos estratégicos e prioridades relacionados com as divisões de negócio individuais do banco, bem como a sua implementação. Juntamente com o Presidente do Conselho de Administração e o membro do Conselho de Administração responsável pelos Recursos Humanos, discutimos o planeamento da sucessão do Conselho de Administração. Adicionalmente, abordámos requisitos e tópicos regulamentares. Além disso, aprovámos objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, incluindo o perfil de competências e conhecimentos e o conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização, que são apresentados na Declaração de Governo da Sociedade em conformidade com as secções 289f e 315d do Código Comercial Alemão (HGB).

Na última reunião do ano, em 17 de dezembro, discutimos o relatório do Conselho de Administração sobre a prevenção do branqueamento de capitais e os controlos relacionados. O Conselho de Administração também nos comunicou acerca do feedback recebido no Dia do Investidor, a que chamamos "Investor Deep Dive". O Conselho de Administração discutiu conosco os marcos significativos do processo de planeamento 2021-2025. Além disso, abordámos a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização.

## Comités do Conselho de Fiscalização

Os membros dos comités individuais, juntamente com as alterações na sua composição em 2020, são especificados na Declaração de Governo da Sociedade, no Relatório Anual.

O Comité do Presidente realizou nove reuniões em 2020. Efetuou regularmente os preparativos para as nossas reuniões do Conselho de Fiscalização e tratou das questões em curso entre as reuniões. O Comité do Presidente emitiu a aprovação da aceitação de mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros antigos e atuais do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank. O Comité tomou igualmente nota dos mandatos dos membros do Conselho de Fiscalização, bem como dos seus compromissos temporais. O Comité do Presidente preparou as decisões do Conselho de Fiscalização sobre questões de governo da sociedade.

Nas suas nove reuniões, o Comité de Risco lidou com a apetência presente e futura para o risco global e estratégia do banco, especialmente no que diz respeito aos riscos de crédito, liquidez, refinanciamento, taxas de juros, país, mercado e operacionais. Abordou os riscos financeiros e não financeiros do banco, a sua identificação e gestão, assim como as medidas para os reduzir.

Em 2020, um dos pontos focais do trabalho do Comité foi a avaliação da adoção do risco do banco em sintonia com a sua estratégia e com as condições no negócio dos clientes. No que diz respeito aos mercados emergentes, questões cambiais, taxas, banca privada e gestão do risco não financeiro, o Comité centrou-se, em especial, nos riscos do modelo, nos riscos dos fornecedores e nos controlos dos produtos. Além disso, no que diz respeito à gestão do risco, abordou intensamente a estrutura

organizacional da área de Risco e a arquitetura de dados. Além disso, o Comité abordou os efeitos do quadro de remuneração face à situação do banco em termos de capital, risco, liquidez e rentabilidade.

Devido ao surto da pandemia da COVID-19 na primavera de 2020, o Comité abordou de forma muito intensiva a alteração do ambiente de risco e os respetivos impactos no banco, bem como as medidas subsequentemente adotadas pelo banco. Estas medidas abordaram os efeitos sobre a situação do banco em termos de capital, risco, liquidez e rentabilidade, tendo também em conta, entre outros, cenários adversos no âmbito dos testes de esforço internos. O Comité abordou de forma pormenorizada os impactos da pandemia nos perfis de risco de crédito e de mercado e nos riscos não financeiros, incluindo nas infraestruturas operacionais e de TI.

O Comité de Auditoria realizou oito reuniões em 2020. O Comité de Auditoria apoiou-nos na monitorização do processo de relato financeiro e abordou intensamente as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas, bem como os relatórios intercalares e de lucros e o Relatório Anual no Formulário 20-F enviado à Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos. No que diz respeito ao processo de contabilidade, o Comité de Auditoria apoiou-nos também com os efeitos contabilísticos da transformação do banco e da pandemia da COVID-19 e, neste contexto, em particular, com o reconhecimento da provisão para perdas de crédito. O Comité lidou também com, entre outros, a avaliação dos vários instrumentos financeiros e as obrigações com pensões do banco, assim como com tópicos fiscais. O Comité de Auditoria solicitou ao Conselho de Administração o relato regular sobre os "itens distribuíveis disponíveis" e a capacidade de serviço de cupões nos instrumentos de capital Tier 1 adicional.

O Comité de Auditoria monitorizou a eficácia do sistema de gestão do risco, principalmente no que diz respeito ao sistema de controlo interno e à Auditoria do Grupo, ao mesmo tempo que teve em conta os impactos da pandemia da COVID-19 e da transformação do banco. Isto também cobriu, entre outras coisas, o relato sobre o desenvolvimento adicional de controlos para combater o branqueamento de capitais e evitar o crime financeiro, a vigilância das transações, as três linhas do modelo de defesa e iniciativas-chave para um fortalecimento continuado do sistema de gestão do risco e o sistema de controlo interno. O Comité de Auditoria foi mantido atualizado sobre o trabalho da auditoria do Grupo, do seu plano de auditoria e respetivos recursos. Abordou as medidas tomadas pelo Conselho de Administração para remediar as deficiências identificadas pelo auditor, autoridades reguladoras e de auditoria do Grupo e recebeu regularmente atualizações sobre o estatuto e o progresso neste contexto e na remediação das deficiências identificadas.

O Comité de Auditoria decidiu aprovar a recomendação a fazer ao Conselho de Fiscalização e, posteriormente, à Assembleia-Geral, de que a Ernst & Young fosse nomeada como auditor oficial independente. Neste contexto, as deliberações tiveram em consideração os resultados da revisão da independência, que não identificaram indícios de apreensão de parcialidade ou de risco para a independência. O Comité debateu também a proposta de acordo de taxas a alcançar com o auditor para o ano financeiro de 2020. O Comité de Auditoria lidou com as medidas para se preparar para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas para 2020, tendo especificado as suas próprias áreas prioritárias de auditoria e aprovado uma lista de serviços permissíveis não relacionados com auditoria. O Comité de Auditoria recebeu regularmente relatórios sempre que empresas de contabilidade, incluindo o auditor, foram contratadas para a prestação de serviços que não de auditoria. O Comité também abordou os principais assuntos de auditoria apresentados no relatório do auditor, o relatório não financeiro separado, bem como a demonstração não financeira. A Ernst & Young comunicou ao Comité de Auditoria também a qualidade da auditoria das demonstrações financeiras, de modo a que o Comité pudesse avaliar esta questão com base em indicadores adequados.

No entanto, o Diretor de Auditoria do Grupo, bem como os representantes do auditor, também participaram em todas as reuniões ordinárias, com exceção dos pontos da agenda especificamente relacionados com o auditor.

O Comité de Nomeações reuniu sete vezes. Abordou, em particular, questões relacionadas com a sucessão e nomeações, ao mesmo que tem em conta os requisitos legais e regulamentares, e nomeou candidatos específicos adequados para o Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização. O Comité de Nomeações reviu o plano de formação do Conselho de Administração para o ano de 2020. Além disso, apoiou-nos na implementação dos requisitos das Orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre governação interna, no desenvolvimento de um objetivo de promoção do género sub-representado no Conselho de Administração, bem como numa estratégia para o alcançar, e na revisão dos princípios do Conselho de Administração para a seleção e nomeação de pessoas para os níveis superiores de gestão e nas recomendações feitas ao Conselho de Administração neste contexto.

O Comité também nos apoiou na implementação de potenciais melhorias identificadas através da avaliação realizada em 2019 e preparou intensivamente a avaliação do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração para o exercício de 2020 em várias reuniões e discussões com os membros do Conselho de Administração. São dados mais pormenores sobre esta questão na Declaração de Governo da Sociedade.

O Comité de Controlo de Remunerações reuniu-se sete vezes em 2020. Monitorizou a estruturação adequada dos sistemas de remuneração dos colaboradores e, em especial, para os colaboradores que correm riscos materiais e os responsáveis pelas funções de controlo. Além disso, abordou o Relatório de Remunerações do exercício de 2019, o Relatório de Controlo de Remunerações do Diretor de Remunerações e o Relatório de acordo com a Secção 12 da portaria relativa a remunerações

para instituições (InstitutsVergV) sobre a adequação do sistema de remunerações dos membros do Conselho de Administração, que concluiu que os sistemas de remunerações estão devidamente estruturados e de acordo com os requisitos do InstitutsVergV. O Comitê concordou com esta avaliação.

O Comitê de Controlo de Remunerações apresentou-nos propostas relativas à remuneração do Conselho de Administração, tendo em consideração as metas e objetivos acordados para o exercício de 2020, bem como propostas relativas às metas e objetivos do Conselho de Administração para o exercício de 2021. O Conselho apoiou-nos na monitorização do envolvimento das áreas de controlo interno e de todas as outras áreas materiais na estruturação dos sistemas de remuneração, e avaliou, juntamente com o Comitê de Risco, os efeitos dos sistemas de remuneração e da remuneração variável para o ano financeiro de 2020 na situação de risco, capital e liquidez. O Conselho de Administração informou o Comitê de Controlo de Remunerações sobre os procedimentos para identificar os colaboradores que correm riscos materiais e os colaboradores que correm riscos materiais a nível do Grupo, bem como para determinar e alocar o montante total da remuneração variável para os colaboradores do banco, tendo em conta, em particular, a acessibilidade. O Comitê abordou também os sistemas de remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização na preparação das propostas à Assembleia-Geral.

Nas suas reuniões, o Comitê de Controlo de Remunerações recebeu relatórios sobre as comunicações do Conselho de Administração com as autoridades reguladoras sobre tópicos de remuneração e alterações no quadro regulamentar relativo a remunerações. Abordou a estruturação dos componentes individuais da remuneração variável dos colaboradores para o exercício de 2020, bem como as regras do plano. Além disso, o Conselho de Administração informou sobre medidas relacionadas com o ajustamento ex-post ao risco das decisões relativas a remuneração e sobre o procedimento para determinar a ocorrência de condições de desembolso. O Comitê de Controlo de Remunerações também analisou a ocorrência das condições de desembolso para os atuais e antigos membros do Conselho de Administração.

O Comitê de Integridade reuniu-se cinco vezes em 2020. A reunião prevista para o mês de março foi cancelada devido à pandemia da COVID-19. Em todas as reuniões, o Comitê abordou tópicos culturais, a revisão das políticas e procedimentos de Gestão de Consequências, bem como os casos de litígio e outros litígios jurídicos materiais. As discussões com o Conselho de Administração sobre a cultura corporativa concentraram-se, entre outras temáticas, no tratamento de fugas para os meios de comunicação social e nos respetivos efeitos sobre o banco, bem como na remediação atempada das conclusões e obrigações regulamentares. Em todas as reuniões, o Conselho de Administração reportou acerca da Gestão de Consequências no banco e dos progressos feitos na revisão do programa, bem como acerca das decisões e medidas disciplinares tomadas. O Comitê de Integridade discutiu com o Conselho de Administração processos de litígio com os riscos mais elevados e outros litígios jurídicos materiais. Abordou não só áreas temáticas abrangentes, como o branqueamento de capitais, mas também casos individuais, como a Cum-Ex e a Business Development Consultants, bem como investigações internas significativas. Além disso, o Comitê de Integridade recebeu regularmente relatórios sobre as interações do banco com os seus monitores das autoridades reguladoras, bem como sobre os desafios e progressos realizados no âmbito da gestão da remediação.

O Comitê de Integridade abordou os controlos de governação e de conformidade preventiva nas regiões empresariais individuais do banco (Ásia e Pacífico, Europa e África, EUA, bem como o Reino Unido e Irlanda).

Em maio, o Comitê de Integridade realizou um debate com o Conselho de Administração sobre a estratégia do banco em questões sociais, ambientais e de governação (ESG).

O Comitê de Estratégia reuniu-se quatro vezes. Nas suas reuniões, o Conselho abordou, em especial, a implementação em curso do novo alinhamento estratégico do banco, adotado em 2019, bem como as iniciativas de transformação subjacentes. Recebeu regularmente relatórios do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Transformação sobre o estado atual dos progressos. No âmbito da sua abordagem a divisões corporativas e de negócio individuais, o Comitê tratou da execução da estratégia no negócio de clientes privados, incluindo a estratégia de TI, com a divisão Global Financing & Credit Trading no Investment Bank, bem como as estratégias do banco para a América do Norte e Ásia.

O Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação reuniu-se seis vezes. Nestas reuniões, o Comitê abordou a estratégia e a arquitetura em matéria de tecnologias de informação a nível do Grupo, e também dentro das divisões corporativas individuais do banco. Neste contexto, concentrou-se também nos esforços do banco em termos da nuvem, abordou o panorama da aplicação e a monitorização de importantes métricas de TI, bem como tópicos de segurança de TI e cibersegurança. Além disso, abordou igualmente a mitigação e a gestão dos riscos de TI, em especial no que diz respeito aos desafios tecnológicos relacionados com a estabilidade do sistema e aos pré-requisitos técnicos para o planeamento da continuidade das atividades à luz da pandemia da COVID-19. Nestas reuniões, o Conselho de Administração comunicou a estratégia global de gestão de dados do banco, juntamente com os objetivos e metas definidos relacionados e o estado da respetiva implementação. Adicionalmente, o Comitê deliberou com o Conselho de Administração sobre o orçamento e o planeamento de implementação dos principais projetos de tecnologias de informação para o exercício de 2021, bem como o acompanhamento dos benefícios alcançados através de projetos de tecnologias de informação anteriores. Além disso, o Comitê abordou as iniciativas do banco em prol da inovação.

As reuniões do Comitê de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias.

## Participação em reuniões

Devido à pandemia da COVID-19, as reuniões foram realizadas principalmente por videoconferência. Os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos comitês dos quais eram membros, conforme se segue:

	Reuniões (incl. comitês)	Reuniões (sessões plenárias)	Participação (sessões plenárias)	Reuniões (comitês)	Participação (comitês)	Participação em % (todas as reuniões)
Achleitner	63	8	8	55	54	98
Blomeyer-Bartenstein	22	8	8	14	13	95
Bsirske	35	8	8	27	26	97
Clark	28	8	8	20	20	100
Duscheck	23	8	8	15	15	100
Eschelbeck	14	8	8	6	6	100
Gabriel	11	7	7	4	4	100
Garrett-Cox	8	4	4	4	4	100
Heider	17	8	8	9	9	100
Klee	14	8	8	6	6	100
Mark	20	8	8	12	12	100
Platscher	21	8	8	13	13	100
Polaschek	43	8	8	35	35	100
Rose	26	8	7	18	15	85
Schütz	19	8	8	11	11	100
Szukalski	17	8	8	9	7	88
Thain	12	8	8	4	4	100
Trogni	27	8	8	19	19	100
Valcárcel	25	8	8	17	17	100
Weimer	9	4	4	5	5	100
Winkeljohann	34	8	8	26	26	100

## Governo da Sociedade

A composição do Conselho de Fiscalização e os respectivos comitês está em conformidade com os requisitos da lei bancária alemã (KWG), assim como com as normas de governação regulamentares. A adequação de cada membro individual foi avaliado tanto internamente pelo Comité de Nomeações como externamente pelo Banco Central Europeu, e determinado e monitorizado continuamente pela Equipa Comum de Supervisão (JST) e pelo Comité de Nomeações. A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e o tempo disponível de cada membro individual. Adicionalmente, houve uma avaliação do conhecimento, competências e experiência do Conselho de Fiscalização na sua totalidade que são necessários para o desempenho das suas tarefas (adequação coletiva).

O presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes de todos os comitês são independentes em conformidade com os termos de referência aplicáveis, revistos e ajustados periodicamente. Eles coordenaram o seu trabalho continuamente e consultaram-se uns aos outros de forma regular e - como exigido - numa base ad hoc entre as reuniões, de modo a assegurar o intercâmbio de informação necessária para captar e avaliar todos os riscos e matérias do caso relevantes no desempenho das suas funções. A cooperação nos comitês foi marcada por uma atmosfera aberta e de confiança.

Os presidentes dos comitês reportaram regularmente nas reuniões do Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comitês individuais. De forma regular, antes das reuniões do Conselho de Fiscalização, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado. Antes ou no fim das reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comitês houve debates regulares nas "Sessões Executivas" sem a participação do Conselho de Administração.

Com base nas recomendações individuais dos comitês responsáveis pelas mesmas, determinámos que o Dr. Paul Achleitner, o Dr. Dagmar Valcárcel, o Theodor Weimer e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann são os especialistas financeiros em conformidade com a definição das regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission) emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, bem como do artigo 100.º, n.º 5 e do artigo 107.º, n.º 4, da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e do artigo 25.º-D, n.º 9, da lei bancária alemã (KWG). O Dr. Paul Achleitner e o Professor Dr. Dagmar Valcárcel foram nomeados como especialistas de remuneração em conformidade com as disposições do artigo 25.º-D, n.º 12, da lei bancária alemã (KWG). Além disso, confirmámos a independência, tal como definida pelos regulamentos dos EUA, de todos os membros do Comité de Auditoria. Com base na avaliação dos nossos representantes dos acionistas, considera-se que o Conselho de Fiscalização tem um número adequado de membros independentes do lado dos representantes dos acionistas.

O Dr. Achleitner e os presidentes dos comitês mantiveram debates regulares com representantes dos reguladores-chave e informaram-nos sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e respetivos comitês e sobre a cooperação com o Conselho de Administração.

Durante o exercício financeiro de 2020, o Dr. Paul Achleitner, na sua capacidade como presidente do Conselho de Fiscalização, levou a cabo discussões, juntamente com o Departamento de Relações com os Investidores do banco, com investidores, consultores de representação e associações de acionistas. Os tópicos de governação e estratégia do Conselho de Fiscalização foram o objeto dos debates. Estes incluíram questões de nomeações, processos de controlo do banco, remuneração do Conselho de Administração e estratégia de ESG do banco.

Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho de Fiscalização em plenário abordámos a avaliação prevista por lei do Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização para o exercício de 2020. Isto inclui igualmente a autoavaliação, de acordo com o Código de Governo das Sociedades alemão. O debate final dos resultados teve lugar na reunião plenária do Conselho de Fiscalização, em 3 de fevereiro de 2021, e os resultados foram apresentados num relatório final. Para mais informações, remetemos para a secção "Autoavaliação dos trabalhos do Conselho de Fiscalização e dos seus comitês" na Declaração de Governo da Sociedade.

Uma área temática em que ainda não estamos de acordo com as nossas próprias normas enquanto banco é a diversidade de género a nível da direção. O Conselho de Fiscalização intensificou a sua consultoria ao Conselho de Administração neste contexto em 2020 e redobrou esforços relativamente a este avanço sob a liderança de François Trogni.

A declaração de conformidade nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), emitida pela última vez pelo Conselho de Administração em outubro de 2019, foi reemitida em outubro de 2020. O texto da declaração de conformidade, juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado no Relatório Anual de 2020 e no nosso sítio Web em <https://www.db.com/ir/en/documents.htm>. As nossas declarações de conformidade desde 2007 estão também disponíveis aí, juntamente com as versões atualmente em vigor dos termos de referência do Conselho de Fiscalização e respetivos comitês do Conselho de Administração.

## Formação e medidas de formação contínua

Os membros do Conselho de Fiscalização concluíram a formação e as medidas de formação contínua necessárias para desempenharem as suas tarefas. Além disso, várias medidas destinadas à educação foram realizadas para o trabalho do Conselho de Fiscalização em plenário e comitês para manter e alargar o conhecimento especializado necessário. Os tópicos eram compostos, entre outros, pelos produtos e serviços de um banco de investimento, os mecanismos de gestão e avaliação do risco, as inovações tecnológicas, a legislação regulamentar bancária, bem como as comunicações internas e as relações com os investidores.

Para os novos membros que ingressaram no Conselho de Fiscalização, foram realizados cursos de iniciação extensivos adaptados e implementados individualmente para facilitar a sua adaptação ao cargo.

## Conflitos de interesse e o seu tratamento

O Dr. Paul Achleitner, Gerd Alexander Schütz e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann não participaram na votação do Conselho de Fiscalização sobre resoluções para a Assembleia-Geral que lhes diziam respeito.

## Demonstrações Financeiras Anuais, Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório Não-Financeiro separado combinado

Pela primeira vez, a EY auditou as demonstrações financeiras anuais, incluindo o relatório de contabilidade e o relatório de gestão combinado das demonstrações financeiras anuais, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do exercício financeiro de 2020 e emitiu, em cada caso, um parecer de auditoria sem reservas em 8 de março de 2021. Os relatórios de auditoria foram assinados conjuntamente pelos auditores Sr. Barth e Sr. Lösken. Ambos assinaram pela primeira vez o relatório do auditor sobre as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas.

Além disso, a EY realizou uma análise de garantia limitada no contexto do relatório não financeiro combinado separado, bem como a demonstração não financeira (relato não financeiro) e em cada caso emitiu uma opinião não qualificada.

O Comité de Auditoria examinou os documentos para as demonstrações financeiras anuais para 2020 e demonstrações financeiras consolidadas para 2020, bem como o relato não financeiro para 2020 na respetiva reunião em 9 de março de 2021. Os representantes da EY apresentaram o relatório final sobre os resultados de auditoria. O Presidente do Comité de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião do Conselho de Fiscalização. Com base na recomendação do Comité de Auditoria e após apreciação dos documentos das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas, assim

como dos documentos do relato não financeiro – na sequência de uma extensa discussão sobre o Conselho de Fiscalização, bem como com os representantes do auditor – tomámos nota dos resultados das auditorias com aprovação. Determinámos que, também com base nos resultados finais das nossas apreciações, não há qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração. Deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais.

## Questões pessoais

Sigmar Gabriel foi nomeado membro do Conselho de Fiscalização por ordem judicial em 11 de março de 2020, até à conclusão da Assembleia-Geral Ordinária em 2020. Na Assembleia-Geral de 2020, Sigmar Gabriel, o Dr. Dagmar Valcárcel e o Dr. Theodor Weimer foram eleitos para o período até à conclusão da Assembleia-Geral que resolve a ratificação dos atos de gestão para o exercício de 2024. Katherine Garrett-Cox demitiu-se do cargo, com efeitos a partir do final da Assembleia-Geral de 2020. Stephen Szukalski renunciou ao seu mandato em 31 de dezembro de 2020. O seu sucessor desde 1 de janeiro de 2021 é o membro suplente eleito para o substituir, Stefan Viertel.

Após as autoridades reguladoras responsáveis terem notificado por escrito o Deutsche Bank AG de que não existiam objeções às suas nomeações para o Conselho de Administração, Christiana Riley e Bernd Leukert tornaram-se membros do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. O Professor Dr. Stefan Simon tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. Na reunião de 30 de abril, nomeámos Alexander von zur Mühlen como sucessor, a 1 de agosto de 2020, de Werner Steinmüller, que deixou o Conselho de Administração em 31 de julho de 2020. Em janeiro de 2020, decidimos prorrogar as nomeações do Conselho de Administração de Stuart Lewis por três anos, até 31 de maio de 2023, e de James von Moltke, também por três anos, até 30 de junho de 2023.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização que abandonaram os seus cargos no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio construtivo que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Também gostaríamos de agradecer aos colaboradores do banco pela sua grande dedicação pessoal.

Frankfurt am Main, March 11, 2021

O Conselho de Fiscalização



Dr. Paul Achleitner

Presidente



## Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner  
- Vorsitzender  
Munique  
Alemanha

Detlef Polaschek\*  
- Vice-Presidente  
Essen  
Alemanha

Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*  
Bremen  
Alemanha

Frank Bsirske\*  
Isernhagen  
Alemanha

Mayree Carroll Clark  
Nova Canaan  
EUA

Jan Duscheck\*  
Berlim  
Alemanha

Dr. Gerhard Eschelbeck  
Cupertino  
EUA

Sigmar Gabriel  
desde 11 de março de 2020  
Goslar  
Alemanha

Katherine Garrett-Cox  
até 20 de maio de 2020  
Brechin, Angus  
Reino Unido

Timo Heider\*  
Emmerthal  
Alemanha

Martina Klee\*  
Frankfurt am Main  
Alemanha

Henriette Mark\*  
Munique  
Alemanha

Gabriele Platscher\*  
Braunschweig  
Alemanha

Bernd Rose\*  
Menden  
Alemanha

Gerd Alexander Schütz  
Viena  
Áustria

Stephan Szukalski\*  
até 31 de dezembro de 2020  
Ober-Mörlen  
Alemanha

John Alexander Thain  
Rye  
EUA

Michele Trogni  
Riverside  
EUA

Dr. Dagmar Valcárcel  
Madrid  
Espanha

Stefan Viertel\*  
desde 1 de janeiro de 2021  
Kelkheim im Taunus  
Alemanha

Dr. Theodor Weimer  
desde 20 de maio de 2020  
Wiesbaden  
Alemanha

Prof. Dr. Norbert Winkeljohann  
Osnabrück  
Alemanha

\*Representantes dos colaboradores

## Comités

### Comité do Presidente

Dr. Paul Achleitner, Presidente  
Frank Bsirske\*, Detlef Polaschek\*, Prof. Dr. Norbert Winkeljohann

### Comité de Nomeações

Mayree Carroll Clark, Presidente (desde 1 de julho de 2020), Dr. Paul Achleitner, Presidente (até 30 de junho de 2020), Membro desde 1 de julho de 2020  
Frank Bsirske\*, Detlef Polaschek\*, Gerd Alexander Schütz (até 28 de janeiro de 2021), Prof. Dr. Norbert Winkeljohann (desde 3 de fevereiro de 2021)

### Comité de Auditoria

Prof. Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente  
Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox (até 20 de maio de 2020), Henriette Mark\*, Gabriele Platscher\*, Detlef Polaschek\*  
Bernd Rose\*, Dr. Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer (desde 1 de julho de 2020)

### Comité de Risco

Mayree Carroll Clark, Presidente  
Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*, Jan Duscheck\* Stephan Szukalski\* (até 31 de dezembro de 2020), Michele Trogni, Stefan Viertel\* (desde 1 de janeiro de 2021), Prof. Dr. Norbert Winkeljohann

### Comité de Integridade

Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente  
Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*, Sigmar Gabriel (desde 11 de março de 2020), Katherine Garrett-Cox (até 11 de março de 2020), Timo Heider\*, Gabriele Platscher\*

### Comité de Controlo de Remunerações

Dr. Paul Achleitner, Presidente  
Frank Bsirske\*, Dr. Gerhard Eschelbeck (desde 3 de fevereiro de 2021), Detlef Polaschek\*, Bernd Rose\* (desde 1 de julho de 2020), Gerd Alexander Schütz (desde 1 de julho de 2020 até 1 de fevereiro de 2021), Dr. Dagmar Valcárcel (desde 1 de julho de 2020)

### Comité de Estratégia

John Alexander Thain, Presidente  
Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske\*, Mayree Carroll Clark, Timo Heider\* Henriette Mark\*, Detlef Polaschek\*, Michele Trogni

### Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

Michele Trogni, Presidente  
Dr. Paul Achleitner, Jan Duscheck\*, Dr. Gerhard Eschelbeck, Martina Klee\*, Bernd Rose\*

### Comité de Mediação

Dr. Paul Achleitner, Presidente  
Frank Bsirske\*, Detlef Polaschek\*, Prof. Dr. Norbert Winkeljohann

\*Representantes dos colaboradores

## Estratégia

Em julho de 2019, anunciámos uma transformação estratégica do Deutsche Bank, concebida para melhorar a rentabilidade sustentável de forma significativa para os nossos acionistas. Esta estratégia é sustentada por quatro objetivos específicos. Primeiro, redirecionar o Deutsche Bank em torno de quatro negócios principais, com enfoque em áreas-chave de força e em fontes de receitas mais previsíveis e, ao mesmo tempo, abandonar áreas de negócio com poucas probabilidades de produzir receitas adequadas. Segundo, reduzir os nossos custos ajustados e melhorar a eficiência e eficácia da nossa infraestrutura. Terceiro, revigorar a liderança e o espírito do banco, permitindo uma tomada de decisão mais rápida e aumentando a disciplina ao executar e libertar a cultura empreendedora do Deutsche Bank. Por último, estabelecemos a Unidade de Libertação de Capital para libertar capital consumido por ativos e negócios de baixo rendimento que recebem retornos insuficientes ou que já não são essenciais para a nossa estratégia, reduzindo a sua expressão de uma forma economicamente racional.

### Progressos no sentido da nossa transformação estratégica

Em julho de 2019, identificámos os passos de transformação que tomaríamos até ao final de 2022. Em 2020, fizemos progressos substanciais no que diz respeito à nossa transformação estratégica, não obstante os desafios associados à prolongada pandemia da COVID-19. No final de 2020, tínhamos deixado para trás 85% destes custos relacionados com a transformação. Continuamos a cumprir todos os nossos objetivos e metas financeiras em 2020, apoiados pela execução contínua disciplinada da nossa agenda estratégica. Além disso, em 2020, assinámos uma parceria plurianual com o Google Cloud que ajudará a transformar a nossa infraestrutura de TI num ambiente mais eficiente baseado na nuvem. Concluímos a fusão de entidade jurídica do DB Privat- und Firmenkundenbank AG no Deutsche Bank AG e lançámos o International Private Bank (IPB), combinando a Wealth Management e a Private & Commercial Business International numa única unidade. Anunciámos a nossa decisão de reduzir a rede de marcas do Deutsche Bank de cerca de 500 para cerca de 400 agências na Alemanha, assim como a venda da Postbank Systems AG, que se destina a conduzir a uma redução nos custos irrecuperáveis futuros. No Private Bank, acordámos o balanço das negociações de juros com o nosso conselho de trabalhadores na Alemanha, o que nos permitirá racionalizar ainda mais a nossa sede e funções de operações na Alemanha. Expandimos ainda as nossas parcerias de seguros com a Talanx e o Zurich Insurance Group, no sentido de otimizar de forma sustentável as nossas ofertas de seguros para os nossos clientes e de reforçar as nossas fontes de rendimento de taxas. A criação da nossa divisão de Business Banking alemã no Corporate Bank ajudar-nos-á a servir os nossos 800.000 pequenos clientes empresariais.

O nosso histórico de entregas está a estabelecer-nos para a próxima fase da nossa transformação, que se concentrará em garantir uma rentabilidade sustentável através do aumento dos nossos negócios, mantendo ao mesmo tempo a disciplina de custos, bem como a gestão e o controlo do risco e do balanço.

### Sustentabilidade no crescimento das receitas das principais áreas de negócio do Deutsche Bank

A nossa transformação estratégica foi concebida para reposicionar as principais áreas de negócio do Deutsche Bank em torno de negócios líderes de mercado, que operam em mercados em crescimento com um potencial de retorno atrativo. As principais áreas de negócio do Deutsche Bank incluem as nossas quatro divisões operacionais principais, nomeadamente o Corporate Bank, o Investment Bank, o Private Bank e o Asset Management, juntamente com o segmento Corporate & Other.

O nosso Corporate Bank é o nosso "Hausbank global", que combina um mercado doméstico forte com uma rede em 151 países. O nosso Investment Bank reposicionado é um dos principais intervenientes globais em rendimento fixo e financiamento, área onde provámos os nossos pontos fortes em 2020. Além disso, temos um negócio de Geração e Consultoria focado, incluindo uma posição de liderança em Mercados de capitais de dívida. O nosso Private Bank é o líder no nosso mercado interno, tem posições fortes nos principais países europeus e é um franchise global de Wealth Management. Outro negócio líder no nosso mercado interno é o nosso gestor de ativos, a DWS.

As receitas nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank, de 24,3 mil milhões de euros, e para o Grupo, de 24 mil milhões de euros, em 2020, aumentaram 6% e 3,7%, respetivamente, em comparação com o ano anterior. Reconhecemos que existem desafios adicionais que enfrentamos, em comparação com os pressupostos originais que assumimos no momento do anúncio da nossa estratégia, em 2019. O mais significativo destes fatores é o ambiente de taxas de juro mais baixas, que continua a representar um risco para as nossas receitas, uma vez que os movimentos nas curvas de taxas de juro a prazo reduziram as nossas previsões de receitas até 2022. Esperamos que o nosso modelo de negócio reorientado em todas as principais áreas de negócio do Deutsche Bank possa compensar alguns destes desafios, uma vez que nos concentramos no aumento da nossa quota de mercado com os nossos principais clientes institucionais, corporativos e de retalho.

O Corporate Bank fez progressos na compensação do impacto destes desafios em termos das taxas de juro, incluindo a implementação de medidas de fixação de novos preços em depósitos. O ímpeto de desempenho do Investment Bank no primeiro semestre de 2020 continuou no segundo semestre do ano. As receitas aumentaram em resultado da continuação do envolvimento dos clientes e de novos progressos nos nossos objetivos estratégicos, apoiados por fortes condições de mercado e, em

parte, pela parceria com o Corporate Bank. O Private Bank compensou os desvios das taxas de juro e os impactos negativos da pandemia da COVID-19 com o crescimento dos volumes de empréstimos, investimentos e produtos de seguros. Em termos de Asset Management, a DWS continuou a ver entradas fortes nas suas áreas de foco principais, incluindo entradas através dos seus parceiros estratégicos e nos seus fundos ambientais, sociais e de governação (ESG).

## Continuar a cumprir as metas de redução de custos

Permanecemos bastante focados nos custos. Em 2020, os gastos operacionais (excl. juros) foram de 21,2 mil milhões de euros, uma diminuição de 3,9 mil milhões de euros, ou 15%. Os custos ajustados, excluindo encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance, foram de 19,5 mil milhões de euros, uma redução anual de 2 mil milhões de euros, ou 9%, cumprindo assim o nosso objetivo de curto prazo de custos ajustados, excluindo encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionadas com o Prime Finance, de 19,5 mil milhões de euros em 2020.

Durante a próxima fase da nossa transformação, esperamos mais poupanças decorrentes das medidas centrais e das diferentes divisões, algumas delas como respostas à COVID-19, por exemplo, através de um exame da nossa pegada imobiliária e de custos de viagem mais baixos. Além disso, pretendemos concentrar-nos no combate aos custos na nossa Unidade de Libertação de Capital. Por conseguinte, reduzimos o nosso objetivo de custos ajustados, excluindo encargos de transformação, para 2022 para 16,7 mil milhões de euros, uma revisão do objetivo inicial, de 17 mil milhões de euros.

## Reduções continuadas do balanço na Unidade de Libertação de Capital

A Unidade de Libertação de Capital (CRU) foi criada em julho de 2019. Os principais objetivos da CRU são libertar capital consumido por ativos e negócios de baixo rendimento que recebem retornos insuficientes ou atividades que já não sejam essenciais para a nossa estratégia, reduzindo a sua expressão de uma forma economicamente racional. Além disso, a CRU está focada na redução dos custos.

Em 2020, a CRU continuou a executar o seu programa de redução de ativos e a trabalhar para a migração dos clientes de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank, reduzindo ao mesmo tempo os custos.

Os ativos ponderados pelo risco foram de 34 mil milhões de euros no final do quarto trimestre de 2020, o que representa uma redução de 11 mil milhões de euros em relação ao quarto trimestre de 2019. A exposição à alavancagem foi de 72 mil milhões de euros no final do quarto trimestre de 2020, o que representa uma redução de 55 mil milhões de euros face ao resultado do quarto trimestre de 2019.

De tempos a tempos, as transações com clientes podem ser transferidas da Unidade de Libertação de Capital para o Investment Bank nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank, para preservar as relações com os clientes de franchise. Estas transferências são realizadas numa base equivalente às condições normais de mercado entre segmentos. Em 2020, essas transações totalizaram 1,5 mil milhões de euros de ativos ponderados pelo risco e 4,6 mil milhões de euros de exposição à alavancagem, excluindo atribuições de alavancagem.

Para o exercício de 2020, os gastos operacionais (excl. juros) na CRU diminuíram 1,5 mil milhões de euros (43%) em comparação com o ano anterior, refletindo menores afetações de custos de serviço, encargos de transformação mais baixos e encargos de reestruturação e indemnização inferiores. No mesmo período, os custos ajustados, excluindo encargos de transformação, diminuíram 0,9 mil milhões de euros ou 33% em relação ao ano anterior, refletindo menores afetações de custos de serviço, remunerações mais baixas e custos não remuneratórios mais baixos, como honorários profissionais e dados de mercado.

Ao longo do ano, foi alcançada uma maior simplificação das infraestruturas da divisão através do desmantelamento das aplicações e do encerramento de livros e centros de custos.

## Gestão conservadora do balanço

Continuamos empenhados em gerir o nosso balanço de forma conservadora enquanto executamos a nossa transformação estratégica e navegamos pelo quadro da pandemia da COVID-19. No final de 2020, rácio CET1 foi de 13,6%, 4 pontos base mais baixo em comparação com o ano anterior e 316 pontos base acima dos requisitos regulamentares de F1, principalmente motivado por ativos ponderados pelo risco de crédito (RWA) mais baixos do que o previsto e benefícios de medidas regulamentares, incluindo o regulamento da UE sobre requisitos de capital ("Quick Fix") da UE (CRR Quick Fix). Para 2022, permanecemos empenhados em manter o nosso rácio CET1 acima de 12,5%.

A CRR Quick Fix, a decisão do BCE de excluir temporariamente determinadas exposições de bancos centrais elegíveis do cálculo da alavancagem devido à pandemia da COVID-19, foi uma vantagem para o rácio de alavancagem (fully loaded). Estes fatores levaram a um aumento no rácio de alavancagem (fully loaded) para 4,7% até ao final de 2020. Sem o ajustamento Quick Fix, o nosso rácio de alavancagem (fully loaded) foi de 4,3%. Uma vez que pretendemos compensar os impactos

adicionais das taxas de juro com oportunidades de receitas, atualizámos o nosso objetivo de rácio de alavancagem para 2022 para 4,5%, um valor ainda bastante confortável acima dos requisitos regulamentares.

As reservas de liquidez aumentaram 21 mil milhões de euros ao longo do ano, para 243 mil milhões de euros no final de 2020, principalmente como resultado do crescimento dos depósitos, da participação em instrumentos de liquidez do Banco Central, bem como da continuação da desalavancagem da CRU. O rácio de cobertura de liquidez subiu para 145% no ano de 2020, um excedente face aos requisitos regulamentares de 66 mil milhões de euros.

Acreditamos que os nossos níveis de risco são conservadores com o Valor em Risco (VaR) no nosso Grupo em 46 milhões de euros no final de 2020, com base no Modelo de Simulação Histórica implementado no quarto trimestre de 2020.

As provisões para perdas de crédito estavam em linha com as nossas expectativas, em 41 pontos base, em percentagem dos empréstimos médios para o exercício de 2020. As provisões para perdas de crédito em 2020 foram afetadas pela pandemia da COVID-19 e tiveram um efeito negativo nas nossas estimativas de perdas de crédito esperadas (ECL), e antecipamos que estes fatores se mantenham em 2021. Para 2022, esperamos provisões para perdas de crédito entre 25 e 30 pontos base em percentagem dos empréstimos médios, à medida que a economia global recuperar e os níveis de provisão normalizarem. Permanecemos empenhados nas nossas rigorosas normas de subscrição e no nosso rigoroso quadro de gestão do risco. A secção "Relatório de Risco" do Relatório Anual 2020 fornece dados mais pormenorizados sobre o cálculo da ECL.

## A nossa estratégia de sustentabilidade

A sustentabilidade tornou-se uma componente central da estratégia do banco, a qual definimos em julho de 2019. Desde então, fizemos progressos significativos na incorporação da sustentabilidade nas nossas práticas comerciais, concentrando-nos nas seguintes quatro dimensões: financiamento sustentável; políticas e compromissos; as nossas próprias operações e através de liderança e compromisso. Em 2020, definimos o objetivo de alcançar 200 mil milhões de euros em financiamento sustentável e investimento em ESG até ao final do ano de 2025 (excluindo ativos sob gestão geridos pela nossa Asset Management).

Em 2020, melhorámos ainda mais a nossa estrutura de governação da sustentabilidade através da criação de um Comité de Sustentabilidade. Este comité, presidida pelo nosso Diretor-Geral (CEO), iniciou os seus trabalhos no final de outubro de 2020 e reúne-se uma vez por mês. Embora o Comité de Sustentabilidade seja o fórum de decisão mais elevado para todas as principais iniciativas de sustentabilidade, o Conselho de Sustentabilidade – criado em 2018 – continua a ser um importante órgão de governação. Realiza trabalhos preparatórios para as decisões do Comité de Sustentabilidade, coordena a sua execução e supervisiona os fluxos de trabalho alinhados com as quatro dimensões da nossa estratégia de sustentabilidade. O Conselho é composto por executivos de todas as quatro divisões, bem como por todas as funções de infraestrutura, e reúne-se também mensalmente.

O nosso Conselho de Fiscalização e o nosso Conselho de Administração reforçaram a ambição de sustentabilidade do banco, subordinando a remuneração dos nossos executivos de alto nível a outros critérios não financeiros a partir de 2021. Os prémios foram alargados com vários objetivos do ESG, como os volumes de financiamento sustentável e os investimentos de ESG e a redução do consumo de energia nos nossos edifícios. Um índice de avaliação da sustentabilidade composto por cinco grandes agências de notação será também considerado nos Prémios de Curto Prazo. De acordo com a Diretiva II de Direitos dos Acionistas, publicaremos e proporemos alterações ao quadro de remuneração do Conselho de Administração na Assembleia-Geral Anual de 2021.

- Pela primeira vez, publicámos metas quantificáveis para a expansão das nossas atividades empresariais sustentáveis. Até ao final de 2025, o Banco prevê aumentar o seu volume de financiamento sustentável, acrescido da sua carteira de investimentos de ESG sob gestão para mais de 200 mil milhões de euros. Definimos também metas anuais de crescimento. Apresentaremos anualmente um relatório sobre os nossos progressos globais quanto à consecução do objetivo de 200 mil milhões de euros.
- Na sequência do anúncio do nosso objetivo de financiamento sustentável, estabelecemos um Quadro Financeiro Sustentável. O Quadro define regras abrangentes para classificar as nossas ofertas de financiamento e produtos como sustentáveis e está alinhado com os princípios das obrigações verdes e sociais da Associação Internacional de Mercados de Capitais, bem como com a taxonomia da UE.
- Estamos a aumentar continuamente o nosso envolvimento em matéria de finanças sustentáveis. De acordo com a Dealogic, em 2020 fizemos parcerias com vários clientes globais para apoiar as suas transações de obrigações sustentáveis, como obrigações ecológicas, sociais, de sustentabilidade e obrigações ligadas à sustentabilidade. Ajudámos os nossos clientes a obter mais de 83 mil milhões de euros de financiamento em instrumentos de obrigações sustentáveis, dos quais o Deutsche Bank subscreveu quase 16 mil milhões de euros. Subimos na tabela para as obrigações sustentáveis denominadas em euros e terminámos o ano em sexto lugar, tornando-nos um dos intervenientes que mais rapidamente cresceram neste mercado estratégico.
- Além disso, em junho de 2020 lançámos com êxito a nossa primeira obrigação verde. Foi emitida no âmbito do nosso Quadro de Obrigações Verdes, que se baseia nos princípios das obrigações verdes da Associação Internacional de Mercados de Capitais (ICMA), bem como nas últimas orientações sobre a taxonomia da UE desenvolvidas pelo Grupo de Peritos Técnicos

da União Europeia para as Finanças Sustentáveis. O quadro permite-nos financiar ativos verdes, incluindo empréstimos e investimentos em empresas, ativos e projetos relacionados com energias renováveis, eficiência energética e edifícios sustentáveis.

- Fizemos progressos significativos em termos das nossas regras e políticas. Adotámos os Princípios do Equador e reforçámos a nossa política de combustíveis fósseis. Pretendemos terminar as nossas atividades de negócio globais no que diz respeito ao financiamento, bem como às transações no mercado de capitais relativas à extração de carvão até 2025.
- A nossa política reforçada em termos de combustíveis fósseis apoiará também o nosso compromisso de alinhar as nossas carteiras de crédito com os objetivos do Acordo de Paris, ao qual aderimos ao participar no compromisso coletivo do setor financeiro alemão para com a ação climática em junho deste ano.
- Comprometemo-nos a expandir a utilização de eletricidade a partir de fontes renováveis para as nossas próprias operações, de aproximadamente 80% atualmente, para 100% até 2025, a nível mundial.

Permanecemos empenhados em trabalhar em todas as dimensões da nossa estratégia de sustentabilidade e em aumentar as nossas ofertas de produtos e serviços sustentáveis.

## Impacto da COVID-19 nos nossos objetivos financeiros e franchises de clientes

A pandemia da COVID-19 conduziu a alterações no ambiente macroeconómico e fiscal. Estas alterações afetaram o ambiente operacional do Deutsche Bank, uma vez que as alterações ao comportamento dos clientes afetaram os volumes de transações e a gestão associada do capital e do risco. Permanecemos prudentes na nossa abordagem à gestão do risco, com um rácio CET1 de 13,6%, um rácio de alavancagem de 4,7% e um rácio de cobertura de liquidez de 145%, 66 mil milhões de euros acima do nosso requisito regulamentar.

Espera-se que o atual ambiente económico continue e resulte em pressões sobre os rácios de capital e o desempenho financeiro do banco. Em particular, os riscos negativos relacionados com a COVID-19 dominaram o nosso ambiente de negócios macroeconómico em 2020 e permaneceram elevados ao longo do exercício. Adicionalmente, 2020 terminou com uma contração significativa do PIB nas principais economias, em comparação com 2019. Com base nestas observações, continuamos a ver riscos negativos em toda a economia global, uma vez que as restrições regionais e nacionais em curso afetam negativamente a atividade macroeconómica numa base global.

Apesar destes desafios, acreditamos que implementámos normas de gestão do risco elevadas nos nossos negócios. Temos continuado a fazer progressos em relação aos nossos principais objetivos de transformação, continuando a servir as necessidades de financiamento dos nossos clientes. Além disso, fomos o banco mais ativo no programa alemão para empréstimos financiados pelo Governo (KfW).

Reconhecemos que os riscos de execução futuros da nossa estratégia aumentaram devido à prolongada incerteza macroeconómica decorrente do impacto da COVID-19. No entanto, estamos confiantes de que a robustez dos nossos negócios e o nosso modelo de negócio reorientado apoiem a compensação destes impactos negativos. Continuamos empenhados em trabalhar para concretizar os nossos objetivos de rentabilidade do capital próprio tangível médio após impostos de 8% para o Grupo e acima de 9% para as principais áreas de negócio do Deutsche Bank até 2022.

## Os nossos objetivos financeiros

Os nossos principais objetivos financeiros são:

### Metas Financeiras para 2022

- Rentabilidade do capital próprio tangível médio após impostos de 8% para o Grupo
- Rentabilidade do capital próprio tangível médio após impostos superior a 9% para o Core Bank
- Custos ajustados, excluindo encargos de transformação, de 16,7 mil milhões de euros
- Rácio custo-rendimento de 70%
- Rácio de capital Common Equity Tier 1 acima de 12,5%
- Rácio de alavancagem (fully loaded) de ~4,5%

A pandemia da COVID-19 e o seu impacto na economia mundial podem afetar a nossa capacidade de cumprir os nossos objetivos financeiros, já que o seu impacto último permanece difícil de antever.

Os custos ajustados, custos ajustados excluindo encargos de transformação, custos ajustados excluindo encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance, a rentabilidade das participações de capital tangíveis médias após impostos, bem como o rácio de alavancagem (fully loaded) são medidas financeiras não-GAAP. Consulte

"Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

## As nossas empresas

Esta secção deve ser lida em conjunto com a secção Deutsche Bank: A nossa Organização na Análise operacional e financeira no Relatório Anual de 2020.

### Corporate Bank

A banca corporativa está no núcleo do nosso negócio. Em primeiro lugar, as nossas capacidades em Cash Management, Trade Finance e Lending, bem como Foreign Exchange, esta última em estreita colaboração com o Investment Bank, permitem-nos servir as principais necessidades dos nossos clientes empresariais. Enquanto banco líder ao serviço das empresas alemãs no mercado interno e no estrangeiro, ajudamos os clientes a otimizar o seu capital de operacional e liquidez, a garantir cadeias de abastecimento e canais de distribuição globais e a gerir os seus riscos. Em segundo lugar, atuamos como prestadores de serviços especializados a Instituições financeiras, oferecendo serviços de Correspondent Banking e de serviços fiduciários e de agente, bem como Serviços de Valores Mobiliários. Por último, prestamos serviços bancários empresariais a cerca de 800.000 clientes na Alemanha; os serviços bancários empresariais abrangem pequenas empresas e clientes empresariais e oferecem um conjunto de produtos em grande parte normalizada.

Definimos uma série de iniciativas específicas para capitalizar as nossas competências centrais nestas diferentes áreas e aumentar as nossas receitas, a fim de alcançarmos os nossos objetivos.

Em 2020, fizemos progressos significativos em todos estes objetivos, apesar da pandemia da COVID-19. Fixámos novos preços em mais de 40 mil milhões de euros de depósitos a fim de contornar as taxas de juro negativas, elevando o montante total de depósitos em acordos de cobrança para cerca de 78 mil milhões de euros. Continuamos a trabalhar para atingir o objetivo de duplicar as taxas que geramos a partir de plataformas, FinTechs e clientes de eCommerce nos próximos dois anos. Também aumentámos as receitas de Taxas e Divisas – integradas no Investment Bank – com os nossos clientes empresariais, em particular nos EUA e na Ásia e Pacífico, e aumentámos as nossas receitas na Ásia e Pacífico, apesar das taxas de juro na região se encontrarem em declínio. Na Alemanha, concluímos materialmente a integração das nossas atividades bancárias comerciais e corporativas, combinando sob uma única coordenação as nossas operações para clientes empresariais com todos os produtos e serviços das nossas marcas Deutsche Bank, Postbank e FYRST.

Pretendemos continuar a trabalhar no sentido de um objetivo de rentabilidade do capital próprio tangível médio de acionistas após impostos de 11 - 12% em 2022. Em primeiro lugar, fixaremos novos preços para depósitos, tanto no nosso franchise de Gestão de Tesouraria, como com clientes empresariais alemães nacionais, a fim de compensar o impacto das taxas de juro negativas na Europa. A implementação de acordos de cobrança de depósitos está materialmente sob o nosso controlo e depende da nossa execução disciplinada. Com base nas consecuições de 2020, as nossas iniciativas incluem também o crescimento do nosso negócio com plataformas, FinTechs e fornecedores de pagamentos eCommerce. Pretendemos também oferecer um conjunto completo de soluções de consultoria e financiamento para tesoureiros empresariais. Além disso, pretendemos continuar a expandir os nossos negócios na Ásia e, finalmente, melhorar a nossa oferta para pequenas empresas alemãs. Algumas partes da banca de empresas, especialmente os pagamentos, estão a passar por um período de elevada inovação e disrupção, impulsionado por desenvolvimentos tecnológicos de elevado ritmo e pela emergência de novos concorrentes. Pretendemos realizar investimentos específicos em novas áreas de crescimento, incluindo ativos como serviços e pagamentos de comerciantes, onde vemos oportunidades de mercado e acreditamos ter uma vantagem competitiva. Com o crescimento dos nossos negócios com clientes a nível global, pretendemos continuar a aplicar princípios sólidos de gestão do risco, de modo a manter a elevada qualidade da nossa carteira de crédito e padrões rigorosos de crédito.

Também visamos fazer avançar significativamente a nossa oferta de soluções de financiamento sustentáveis para os nossos clientes. Em 2020, desenvolvemos estratégias distintas de produtos financeiros sustentáveis, integrámos o ESG em modelos de cobertura de clientes, criámos formações globais de colaboradores em ESG e começámos a integrar o novo quadro financeiro sustentável do Deutsche Bank nos sistemas e processos essenciais do nosso Corporate Bank. Nas nossas medidas estratégicas, queremos apoiar a transformação de ESG dos nossos clientes. Com base no nosso conhecimento das necessidades dos tesoureiros corporativos, ofertas de produtos fortes em todas as nossas divisões de negócio, e uma compreensão profunda da regulamentação e das normas financeiras sustentáveis da UE, bem como da nossa rede global, pretendemos ajudar os nossos clientes a alcançar a conformidade ESG em todo o mundo.

### Investment Bank

Em 2020, o Investment Bank (IB) prosseguiu com a implementação das prioridades estratégicas definidas: proporcionar um crescimento sustentável das receitas; melhorias do franchise de clientes; aumentos limitados dos recursos financeiros; e redução da base de custos. Em cada uma destas áreas, o IB alcançou resultados tangíveis, ao mesmo tempo que navegou com

êxito a reação imediata à pandemia da COVID-19, em março e abril de 2020. O resultado foi uma melhoria significativa na Rendibilidade do capital próprio tangível para o IB.

A estratégia do IB continuará a concentrar-se nas prioridades essenciais, com base nos pontos fortes essenciais do franchise e otimizando, sempre que possível, um futuro objetivo de Rendibilidade do capital próprio tangível entre 9,5% e 10,5%.

No âmbito do Rendimentos fixo e divisas (FIC), a transformação estratégica dos principais negócios em curso desde 2019 terá continuidade. O nosso negócio de financiamento líder concentrar-se-á na manutenção de uma gestão do risco disciplinada em toda a carteira diversificada, com a implementação de recursos em setores específicos, como os títulos garantidos por ativos. Os negócios FIC, excluindo Financiamento, basear-se-ão nos progressos substanciais feitos em 2020, continuando a proporcionar melhorias no franchise e a garantir a sustentabilidade do crescimento das receitas. Na negociação de crédito, continuamos a reconstruir o nosso franchise Credit Flow na Europa e nos EUA, expandindo a nossa série de produtos, ao mesmo tempo que desenvolvemos ainda mais as nossas capacidades de negociação em e-trading, focados num conjunto de clientes mais orientado. Em Divisas (FX), o desenvolvimento tecnológico continua a ser uma prioridade fundamental para manter a vantagem competitiva, além de visar grupos de clientes subaproveitados e reforçar ainda mais a parceria com o Corporate Bank (CB). Em Taxas, o franchise continuará a concentrar-se na automatização e digitalização do fluxo, num investimento mais profundo em canais eletrônicos e na recuperação de negócios específicos da EMEA. A estrutura organizacional dos mercados globais emergentes (GEM) e a liderança do negócio GEM estão agora em curso, e o desenvolvimento de produtos e instrumentos reforçados de e-pricing e de execução (em especial na Europa Central e Oriental, Médio Oriente e África e América Latina) estarão alinhados com um maior alinhamento com o Corporate Bank (CB).

A transformação estratégica do negócio FIC será reforçada pelo nosso programa de reengenharia FIC, que se destina a permitir-nos melhorar materialmente a experiência dos clientes, eliminar a complexidade e os processos manuais e, por consequência, reduzir os custos e melhorar o ambiente de controlo.

Em Origination and Advisory (O&A), pretendemos continuar a concentrar-nos num conjunto de clientes orientado, aumentando o nível de intensidade com que abrangemos os clientes. Os investimentos concentrar-se-ão na cobertura de setores de crescimento em que o Banco tem uma vantagem concorrencial no negócio de Consultoria, como Cuidados de Saúde, Consumidores, Indústrias, Imobiliário, jogos, alojamento e lazer, e Tecnologia e Meios de Comunicação, assim como oportunidades de crescimento estratégico para atividades internacionais incrementais. Em Mercados de capital próprio (ECM), pretendemos continuar a oferecer uma capacidade total de subscrição e distribuição nos EUA e na EMEA, e orientada na APAC. Os nossos planos de negócio de Geração de Dívida continuarão a visar áreas de força, reforçando ainda mais o franchise, garantindo uma distribuição de risco eficiente e otimização de recursos, além de áreas de crescimento futuras, como o ESG.

A estratégia do IB é confirmada por uma abordagem controlada da implantação de capital, pelo esforço contínuo na redução da base de custos e pela concentração nas melhorias do controlo. Além disso, pretendemos eliminar ainda mais as ineficiências nos nossos custos de financiamento em 2021 e no futuro.

Por último, o ESG continua a ser uma prioridade em todas as nossas linhas de negócio, à medida que desenvolvemos capacidades de financiamento sustentáveis líderes no mercado e uma série de soluções de derivados. Em 2020, foram feitos progressos significativos nos volumes de transações entre a Geração de Dívida e o Financiamento FIC, com soluções inovadoras de produtos de investimento e de risco. Nas nossas iniciativas estratégicas, visamos o crescimento contínuo, com uma expansão da base de clientes tanto para a geração como para a distribuição.

## Private Bank

O Private Bank (PB) abrange Private, Wealth and Commercial Clients em mais de 60 países, e opera através de duas unidades de negócio distintas: Private Bank Alemanha (PB GY) e International Private Bank (IPB). No Investor Deep Dive, em dezembro de 2020, descrevemos em detalhe que os nossos objetivos de divisão para 2022 devem contribuir com receitas de 8,3 mil milhões de euros para o Grupo, apesar dos impactos negativos das taxas de juro, e reduzir a nossa base de custos em 0,8 mil milhões de euros nos próximos dois anos. Receitas mais elevadas e custos mais baixos são fatores-chave, na medida em que trabalhamos para um retorno do capital próprio tangível de cerca de 8 a 9% em 2022.

O PB GY é o banco de retalho líder na Alemanha, com duas marcas altamente complementares, o Deutsche Bank e o Postbank, servindo aproximadamente 19 milhões de clientes. Abordamos clientes que buscam soluções de consultoria com as ofertas do Deutsche Bank e aqueles que procuram conveniência através das ofertas do Postbank. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, oferecemos também serviços postais e de encomendas nas nossas agências do Postbank. Renovamos as nossas parcerias de seguros com a Talanx e o Zurich Insurance Group e alargaremos a oferta aos clientes do Deutsche Bank e do Postbank a partir de 2023. No PG GY, a transformação permanece no rumo certo. Em 2020, concluímos com êxito a fusão do Deutsche Bank Privat- und Firmenkundenbank AG no Deutsche Bank AG, consolidando o negócio de retalho de ambas as marcas numa entidade jurídica. Adicionalmente, no final de 2020, concluímos a venda da Postbank Systems AG à Tata Consultancy Services, para simplificar a infraestrutura de TI da unidade. Além disso, foram concluídas negociações de equilíbrio



de juros, a fim de racionalizar ainda mais as funções de sede da unidade. O processo de reestruturação correspondente terá início no início de 2021 e deverá ficar concluído até ao final de 2022.

Para sustentar as receitas, o PB GY concentra-se no crescimento dos produtos de investimento e de empréstimo, numa parte crescente das receitas dos canais de vendas diretas (por exemplo, alavancando a sua aplicação de banca móvel líder de mercado) e está a rever e ajustar continuamente a sua posição de preços em todos os produtos relevantes. No que diz respeito à otimização dos custos da unidade, o PB GY continua a implementar o seu programa de consolidação e transformação, o que representa um alicerce central do realinhamento estratégico global do Grupo. Em especial, as economias de custos serão alcançadas através da consolidação da infraestrutura de TI do Postbank num único sistema de TI conjunto. Além disso, o PB GY está a otimizar ainda mais a sua rede de distribuição, reduzindo a rede de agências e a infraestrutura de autosserviço da marca DB e do Postbank. Além disso, o PB GY está a visar uma redução significativa do número de efetivos entre as funções centrais, a fim de concretizar o objetivo de custos globais.

Em 2020, combinámos a Wealth Management (WM) e a Private and Commercial Business International para criar o International Private Bank. O IPB serve as necessidades holísticas de 3 milhões de clientes e tem uma proposta de cliente única, especialmente para empresários familiares, indivíduos com património líquido ultraelevado (UHNWI) e clientes abastados. Embora o principal negócio escalável do IPB se encontre localizado na Europa continental, tem também um franchise em rápido crescimento na Ásia e no Médio Oriente, e opera um franchise UHNW especializado nos EUA. Em Personal Banking, servimos os nossos clientes, principalmente em Itália e Espanha, agindo como uma fonte de potenciais clientes para Private Banking e Wealth Management. Pretendemos a combinação dos nossos negócios do Private Bank centrados a nível internacional para nos permitir desenvolver a nossa parte de mercado internamente e entre mercados, bem como promover sinergias para o crescimento do negócio. A oportunidade estratégica mais proeminente e imediata foi a fusão das atividades de Wealth Management e Private Banking, que trouxe uma série de resultados rápidos sobre os custos, combinando plataformas, produtos, operações e gestão. Também trouxe oportunidades de receitas, como a alavancagem de produtos WM para clientes de Private Banking e a implementação de capacidades de WM em novos mercados, como a Bélgica. O próximo passo passa por desbloquear ainda mais potencial de crescimento, alinhando mais estreitamente as nossas ofertas de WM e DEM Business Banking, começando em Itália e em Espanha. Adicionalmente, em 2020, continuámos a investir seletivamente no nosso negócio, melhorando os nossos produtos e plataformas bancárias essenciais, bem como contratando colaboradores de front-office. Como resultado, vimos um aumento das entradas líquidas na nossa gama mais ampla de produtos de investimento, bem como nas nossas soluções de afetação estratégica de ativos (AAA) recentemente lançadas.

No futuro, pretendemos aumentar o negócio através do nosso foco em famílias empresariais, bem como através da nossa conversão contínua de depósitos e ativos não investidos em soluções de investimento. Pretendemos lançar a nossa solução emblemática SAA para toda a base nacional de clientes em Itália, Espanha e Bélgica, e pretendemos lançar uma oferta conforme com o ESG. Pretendemos continuar a concentrar o negócio combinado nos nossos segmentos de clientes-alvo e impulsionar eficiências de custos através da otimização da nossa rede de agências e funções da sede. Pretendemos reforçar as nossas capacidades digitais e aumentar a utilização de soluções de TI ágeis e de automatização.

Em 2020, o Private Bank reforçou ainda mais o seu foco na sustentabilidade, definindo os objetivos de ESG para 2025 e tendo dado início a várias iniciativas neste setor. O PB GY, por exemplo, desenvolveu uma taxonomia específica para a classificação do financiamento hipotecário conforme com o ESG. No IPB, integrámos o ESG na nossa plataforma de investimento e lançámos mandatos de riqueza reforçados pelo ESG.

## Asset Management

Somos um gestor de ativos líder, com mais de 790 mil milhões de euros em ativos sob gestão. Com cerca de 3930 colaboradores a operar a nível mundial, fornecemos uma série de capacidades de investimento tradicionais e alternativas aos clientes em todo o mundo. As nossas ofertas de investimento abrangem todas as principais classes de ativos, incluindo ações, rendimento fixo, numerário e multiativos, bem como investimentos alternativos e passivos. As nossas ofertas de produtos são distribuídas através da nossa rede de distribuição global única, ao mesmo tempo que alavancam canais de distribuição de terceiros. Atendemos uma base diversificada de clientes de investidores de retalho e institucionais em todo o mundo, com uma forte presença no nosso mercado doméstico na Alemanha. Os nossos clientes incluem instituições governamentais, corporações e fundações, bem como milhões de investidores individuais.

O setor da gestão de ativos está a evoluir, com maior concorrência, pressão contínua sobre as margens e disrupção tecnológica no contexto de tensões geopolíticas mais elevadas e de maior volatilidade do mercado. Com resultado, a área de Asset Management (AM) implementou uma série de iniciativas estratégicas para apoiar as nossas metas a médio prazo até e o objetivo de continuar a gerar valor para os acionistas através de fluxos líquidos, disciplina de custos e distribuição de dividendos. Acreditamos que a nossa gama diversificada de produtos e soluções de investimento com bom desempenho nos dá uma base sólida para o crescimento dos nossos ativos e rentabilidade. Respondemos rapidamente à pandemia da COVID-19, implementando uma gestão sólida da continuidade do negócio e alterámos a forma como trabalhamos sem comprometer o nosso compromisso para com clientes ou acionistas. Ao mesmo tempo, prosseguimos a execução na nossa agenda estratégica durante 2020,

fazendo progressos significativos em todas as áreas do nosso negócio. Simplificámos a nossa estrutura empresarial global para nos tornarmos ainda mais centrados nos clientes, flexíveis, eficientes e eficazes.

O nosso objetivo é fazer da ESG e da sustentabilidade um foco estratégico essencial, tanto das nossas atividades fiduciárias como corporativas. Esperamos que, nos próximos anos, a sustentabilidade e os investimentos sustentáveis se tornem a força motriz por trás de uma gestão de ativos bem sucedida. A procura por produtos de investimento ESG aumentou significativamente, pelo que respondemos a essa procura lançando novos produtos inovadores e oferecendo versões ESG dos fundos existentes, resultando em entradas líquidas para estes produtos em 2020. A COVID-19 amplificou a ESG, uma vez que as consequências da pandemia reforçaram a necessidade de construir a nossa economia numa base mais responsável e sustentável. O nosso objetivo é tornarmo-nos um gestor de ativos líder integrado em ESG, o que requer que a ESG esteja integrada em tudo o que fazemos. Nas nossas medidas estratégicas, visamos aumentar o nosso foco na integração inteligente de ESG em toda a plataforma de investimento, alargando o nosso Gabinete de Sustentabilidade do Grupo e continuando a incorporar a ESG em todas as nossas atividades corporativas.

O controlo de custos continua a ser fundamental para executar a nossa estratégia de negócio e para assegurar a criação de elevado valor para os acionistas. Continuamos a investir nas nossas funções de negócio e infraestrutura, e o nosso plano para o futuro para por nos afastarmos da nossa complexa infraestrutura de TI já existente, rumo a uma infraestrutura de TI líder mais eficiente e mais adequada para um negócio de gestão de ativos. Pretendemos construir um modelo operacional autónomo que forneça ao mesmo tempo um rácio custo/rendimento ajustado, baixo e sustentável, apoiando o sucesso comercial e impulsionando a agilidade.

Um foco estratégico fundamental é continuar a oferecer um investimento consistente e com melhor desempenho através de estratégias que estejam alinhadas com as exigências cada vez mais sofisticadas dos nossos clientes. Estamos a desenvolver o nosso processo de inovação para adequar as nossas soluções aos requisitos dos clientes. Unificámos a nossa Divisão de Investimento em 2020, que engloba agora todas as estratégias de investimento líquidas e ilíquidas. Além disso, estabelecemos uma função unificada de Soluções de Investimento Sistemático, que combina as nossas capacidades passivas e quantificadas numa única unidade de investimento.

A nossa estratégia visa o crescimento em linhas de produtos e regiões específicas, especialmente na Ásia. Como parte da nossa otimização estratégica regional, estamos focados no desenvolvimento e fomento de alianças estratégicas. Na Ásia, continuamos a trabalhar em estreita colaboração com os nossos parceiros Nippon Life e Harvest Fund Management para explorar novas oportunidades de negócio na região. Além disso, alargámos a nossa parceria estratégica com o Zurich Insurance Group no negócio de retalho ligado a fundos de investimento na Alemanha até 2032. Pretendemos continuar a investir em capacidades digitais para acelerar a nossa prontidão em competir numa indústria em rápida evolução. O nosso compromisso de crescimento em digitalização e tecnologia é ainda mais realçado pelas nossas parcerias estratégicas em curso.

Continuaremos também a trabalhar no sentido de um objetivo de rentabilidade do capital próprio tangível médio de acionistas após impostos de mais de 20% em 2022.

A AM priorizou a execução e oferta em 2020, fazendo progressos significativos em todas as áreas da sua atividade. Prosseguimos os nossos esforços para nos tornarmos um líder de gestão de ativos integrado na ESG. Fizemos progressos significativos a fim de alcançar as nossas ambições, incluindo a nomeação de um responsável pela sustentabilidade do Grupo, introduzimos um processo de integração inteligente da ESG e formámos um novo Conselho Consultivo da ESG. A inovação de produtos tem sido um foco chave, tal como refletido pela maioria dos nossos novos lançamentos de produtos centrados na ESG em 2020. Em 2020, mantivemos uma disciplina rigorosa em termos de custos, ajudando-nos a alcançar um rácio custo/rendimento ajustado de 66,6% para a AM. Isto foi alcançado através das nossas iniciativas de eficiência aceleradas, concentrando-nos em tornar a nossa mão-de-obra mais eficiente, gestão estratégica de fornecedores e revisão da nossa carteira imobiliária em todos os locais. Estabelecemos em 2020 uma divisão de produtos autónomos, que opera globalmente com responsabilidades por todo o ciclo de vida do produto, e que permitirá uma abordagem mais ágil e inovadora do desenvolvimento de produtos, mantendo ao mesmo tempo um foco claro nas necessidades dos clientes, na qualidade do produto, no tempo de comercialização e na rentabilidade ao longo do ciclo de vida do produto. O crescimento orgânico continua a ser uma prioridade máxima para a AM, e continuamos a aumentar o nosso foco nas classes de ativos específicos de Passivos e Alternativos, bem como o reforço das nossas parcerias estratégicas, resultando em entradas líquidas de 4% de ativos sob gestão (com base no início do ano AuM).

## 1-

### Relatório da Gestão Combinado

4	Análise operacional e financeira
4	Sumário Executivo
7	Grupo Deutsche Bank
12	Resultados operacionais
33	Posição Financeira
35	Liquidez e recursos de capital
37	Perspetivas
45	Riscos e oportunidades
57	Relatório de risco
59	Visão geral do risco e do capital
64	Quadro de risco e de capital
75	Gestão do risco e de capital
122	Desempenho de capital e risco
182	Relatório de Remuneração
184	Relatório de Remuneração do Conselho de Administração
218	Relatório de remuneração dos colaboradores
231	Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
234	Sustentabilidade
236	Colaboradores
239	Controlo interno sobre o relato financeiro
241	Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
245	Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
245	Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

# Análise operacional e financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as notas associadas às mesmas. A nossa análise operacional e financeira inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais". Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas. São divulgadas declarações relativas ao futuro na nossa secção do Outlook.

## Sumário Executivo

### A economia global

Crescimento económico (em %) <sup>1</sup>	2020 <sup>2</sup>	2019	Principal fator responsável
<b>Economia global</b>	<b>(3,3)</b>	3,0	A pandemia da COVID-19 conduziu a uma diminuição sem precedentes do PIB em quase todos os países em 2020, com poucos precedentes históricos, embora a recuperação em muitas regiões tenha progredido mais rapidamente do que o previsto. Apesar disso, as perturbações económicas históricas causadas pela pandemia da COVID-19 continuarão a ter efeitos persistentes nos próximos meses, o que pode ser prolongado por atrasos generalizados na vacinação. Até ao final de 2020, o ressurgimento dos casos de COVID-19 tem sido observado em algumas regiões, e vários países avançaram para a imposição de medidas de confinamento.
Of which:			
Países industrializados	(5,1)	1,6	Os países industrializados responderam à pandemia da COVID-19 com amplas medidas de apoio fiscal e monetário. Beneficiaram de custos de empréstimo comparativamente baixos. A atividade económica melhorou mais rapidamente do que o esperado após a queda no primeiro semestre do ano, embora a segunda vaga de infeções tenha abrandado a recuperação.
Mercados emergentes	(2,1)	4,0	Os mercados emergentes tiveram um ponto de entrada exigente e bastante divergente na crise da COVID-19, em termos de capacidade política e infraestrutura médica. Como resultado, e como esperado, o choque de crescimento em alguns países foi mais pronunciado e persistente. No entanto, a queda foi seguida de uma recuperação forte, embora divergente entre as regiões.
<b>Economia da área do euro</b>	<b>(6,8)</b>	1,3	Na sequência de uma forte contração no primeiro semestre de 2020, a economia da área do euro recuperou fortemente. As famílias e as empresas foram apoiadas por medidas de política orçamentária alargadas, e pela política monetária expansionista do Banco Central Europeu, que proporcionavam condições financeiras favoráveis. No início do quarto trimestre, uma segunda vaga de infeções de COVID-19 ganhou força e obrigou a medidas de confinamento renovadas. Um acordo comercial entre a UE e o Reino Unido foi finalmente fechado em dezembro.
Of which: Economia alemã	(5,0)	0,6	A queda económica no primeiro semestre de 2020 foi histórica, mas o fim da maioria das restrições no segundo trimestre resultou numa recuperação mais forte do que o esperado. Na sequência de medidas de apoio orçamentário maciças, o regime de trabalho a curto prazo ajudou a reduzir o aumento do desemprego e o reforço do rendimento das famílias. No entanto, o aumento das infeções de COVID-19 criou obstáculos ao ímpeto económico no último trimestre de 2020.
<b>Economia dos Estados Unidos</b>	<b>(3,5)</b>	2,2	A economia dos EUA sofreu uma contração maciça no segundo trimestre, seguida de uma recuperação mais forte do que o esperado. A taxa de desemprego subiu para novos níveis recorde, mas o mercado de trabalho melhorou novamente à medida que a recuperação evoluiu. Uma segunda vaga forte da COVID-19, em combinação com um atraso de estímulos fiscais adicionais, restringiu a recuperação. O Banco da Reserva Federal (o "Fed") agiu de forma rápida e agressiva para manter os fundos a fluir livremente nos mercados de dinheiro e crédito.
<b>Economia do Japão</b>	<b>(4,9)</b>	0,3	A atividade económica recuperou mais rapidamente do que o esperado no terceiro trimestre. Durante uma segunda vaga de infeções de COVID-19 no verão, o governo não declarou um estado de emergência a nível nacional e tentou, em vez disso, apoiar a atividade económica. O Banco do Japão manteve uma posição política acomodatória, prestando ao mesmo tempo atenção aos efeitos colaterais da política. Com um estímulo fiscal sustentado, houve menos pressão sobre o Banco do Japão para facilitar nas suas políticas.
<b>Economia asiática<sup>3</sup></b>	<b>(1,0)</b>	5,2	A recuperação da queda da atividade económica, impulsionada pela COVID-19, foi mais forte do que o previsto. A China, o Japão e outras economias do Norte da Ásia têm sido relativamente bem-sucedidos no controlo do vírus e no regresso aos níveis de atividade pré-vírus, ou no sentido de atingirem níveis de atividade pré-vírus. Os bancos centrais asiáticos atingiram os limites do estímulo convencional através da redução das taxas de juro.
Of which: Economia chinesa	2,3	6,0	A continuação da recuperação em forma de V levou a uma expansão da economia chinesa em 2020, refletindo o setor industrial robusto e uma recuperação mais rápida do que o esperado da atividade de serviços, com o desempenho dos serviços imobiliários e de transportes em primeiro lugar. Isto teve um contributo importante para a recuperação global.

<sup>1</sup> Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário.

<sup>2</sup> Fontes: Deutsche Bank Research.

<sup>3</sup> Incluindo China, Índia, Indonésia, República da Coreia e Taiwan, ex Japão.

## O setor bancário

31 dez 2020

Crescimento em relação ao ano anterior (em %)	Empréstimos a Empresas	Empréstimos a Retalho	Depósitos de empresas	Depósitos a Retalho	Principal fator responsável
<b>Zona Euro</b>	5,5	3,2	18,6	7,5	O crescimento dos empréstimos às empresas foi acentuadamente mais elevado ao longo do ano devido à recessão, mas estabilizou nos últimos meses. O crédito a retalho mantém a dinâmica. A pandemia desencadeou uma aceleração drástica do crescimento dos depósitos de empresas, o mais forte desde o início da união monetária, em 1999; os depósitos das famílias também se expandiram ao ritmo mais rápido desde a crise financeira.
Of which: Alemanha	4,1	4,7	13,3	6,1	Após um pico inicial, o crescimento dos empréstimos a empresas abrandou para o seu nível mais baixo em três anos, uma vez que as empresas estão em níveis de liquidez, e alcançou a expansão mais robusta de sempre em depósitos de empresas. O crescimento global dos empréstimos a retalho e das hipotecas, em particular, tem-se estabilizado ao mais alto nível dos recordes, ao mesmo tempo que os empréstimos ao consumo estão estagnados. Os depósitos das famílias estão a aumentar com maior expressão desde a crise financeira.
<b>EUA</b>	7,4	(2,9)	21,4 <sup>1</sup>	21,4 <sup>1</sup>	Na sequência de um aumento excepcional dos empréstimos a empresas no início da pandemia, os volumes estão agora a diminuir e o crescimento ao longo do ano diminuiu para perto do ritmo anterior à crise. Durante a crise, o crédito às famílias passou de um crescimento robusto para a contração mais acentuada desde o rescaldo da crise financeira. A crise atual também provocou um ímpeto no total dos depósitos, levando-os a acelerar de um aumento substancial para uma velocidade extraordinária, na qual se estabilizaram recentemente.
<b>China</b>	13,0	14,2	10,8	13,8	Os empréstimos a retalho (e a aceitação de depósitos) mantiveram a sua expansão dinâmica, enquanto os empréstimos às empresas (e a aceitação de depósitos) subiram para um nível semelhante.

<sup>1</sup> O total de depósitos nos EUA discriminado por segmentos não está disponível.

2020 foi um ano muito forte para a banca de investimento. Os mercados de capitais de dívida quebraram recordes anteriores em todos os níveis, incluindo no que diz respeito ao grau de investimento, ao elevado rendimento e às emissões soberanas. Do mesmo modo, os mercados de capitais próprio atingiram um nível recorde, impulsionado por transações de follow-on e dívida convertível, enquanto o mercado de oferta pública inicial (IPO) foi também muito forte. A atividade de fusões e aquisições (M&A) diminuiu no primeiro semestre de 2020, mas o segundo semestre de 2020 foi o mais forte de sempre, o que levou a volumes de negócios anunciados apenas modestamente inferiores no total do ano, em comparação com 2019, e ainda a um resultado sólido no total. Os rendimentos de serviços bancários de investimento aumentaram para um novo recorde, impulsionado pelos EUA e pela China, ao passo que a Europa ficou ligeiramente atrás. Os volumes de negociação de ações foram muito mais elevados do que há um ano, especialmente nos EUA, enquanto a negociação de rendimento fixo viu um aumento moderado e os derivados mantiveram-se sem alteração.

## Desempenho do Deutsche Bank

O Deutsche Bank relatou um lucro antes de impostos de mil milhões de euros para o exercício de 2020, mantendo-se no caminho certo para alcançar marcos fundamentais no seu percurso de transformação, incluindo uma redução significativa dos custos, e para construir uma base firme para alcançar a rentabilidade sustentável, apesar dos significativos efeitos negativos da pandemia global da COVID-19. Um crescimento significativo dos lucros nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank reposicionadas mais do que compensou os custos de efeitos relacionados com a transformação, juntamente com provisões elevadas para perdas de crédito. Os nossos negócios fizeram progressos consideráveis em relação aos seus objetivos estratégicos, impulsionando melhorias visíveis do franchise e o crescimento de receitas, mantendo ao mesmo tempo uma disciplina rigorosa em relação aos custos e ao risco. As fortes reservas de capital e liquidez permitiram ao Deutsche Bank apoiar resolutamente os clientes durante 2020.

O Deutsche Bank relatou um lucro líquido de 624 milhões de euros em 2020. O lucro antes de impostos foi de mil milhões de euros em 2020, após absorver encargos de transformação de 490 milhões de euros e despesas de reestruturação e indemnização de 688 milhões de euros. As principais áreas de negócio do Deutsche Bank, que excluem a Unidade de Libertação de Capital, relataram um lucro antes de impostos de 3,2 mil milhões de euros em 2020, face aos 536 milhões de euros em 2019. Ajustado a encargos de transformação de 328 milhões de euros, despesas de reestruturação e indemnizações de 671 milhões de euros e rubricas de receitas específicas de 38 milhões de euros negativos, o lucro antes de impostos das principais áreas de negócio do Deutsche Bank teria sido de 4,2 mil milhões de euros, um aumento de 52% em relação a 2019 numa base comparável.

As receitas excluindo rubricas específicas, Custos ajustados, Custos ajustados excluindo encargos de transformação, Custos ajustados excluindo os custos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance, Resultados ajustados (perdas) antes de impostos e rentabilidade do capital próprio tangível médio de acionistas após impostos e Ativos líquidos (ajustados) são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

#### Indicadores-chave de desempenho do Grupo

Desempenho operacional a curto prazo	Situação no final de 2020	Situação no final de 2019
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	0,2%	(10,9)%
Custos ajustados ex. encargos de transformação <sup>2</sup>	19,9 mil milhões de euros	21,6 mil milhões de euros
Colaboradores <sup>3</sup>	84.659	87.597
<b>Desempenho de capital</b>		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 <sup>4</sup>	13,6%	13,6%
Rácio de alavancagem (fully loaded) <sup>4</sup>	4,7%	4,2%

<sup>1</sup> Com base no lucro (prejuízo) atribuível a acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

<sup>2</sup> Excluindo encargos de transformação, mas incluindo despesas de 360 milhões de euros elegíveis para reembolso relacionadas com o Prime Finance. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

<sup>3</sup> Internos equivalentes a tempo inteiro.

<sup>4</sup> O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

As receitas líquidas foram de 24 mil milhões de euros em 2020, um decréscimo de 864 milhões de euros ou, 4%, em relação a 2019. Os principais fatores impulsionadores do aumento foram receitas significativamente mais elevadas no Investment Bank (IB) motivadas pelos benefícios da atividade de mercado subjacente e pelo forte envolvimento do cliente na sequência do nosso reposicionamento estratégico, que mais do que compensaram a contribuição negativa das diferenças de avaliação e temporização em Corporate and Others (C&O) e impactos de redução do risco na Unidade de Libertação de Capital (CRU). As receitas líquidas das principais áreas de negócio do Deutsche Bank aumentaram 6%, para 24,3 mil milhões de euros, em termos reportados. As receitas líquidas no Corporate Bank (CB) de 5,1 mil milhões de euros diminuíram 2% ano a ano, motivadas por efeitos negativos das taxas de juro, parcialmente compensados por efeitos positivos da reavaliação de depósitos. As receitas líquidas do Investment Bank (IB) aumentaram 32%, para 9,3 mil milhões de euros em 2020, impulsionadas por receitas mais elevadas em Fixed Income & Currency (FIC) Sales & Trading, bem como no negócio Geração e consultoria, refletindo condições de mercado favoráveis e ganhos de quota de mercado em áreas-chave. As receitas líquidas a 1 ano no Private Bank (PB) foram de 8,1 mil milhões de euros, o que reflete um impacto negativo em termos da venda do Postbank Systems AG. Excluindo itens específicos, as receitas líquidas no Private Bank permaneceram essencialmente estáveis, uma vez que o crescimento nos volumes de empréstimos e nos rendimentos de taxas, incluindo os benefícios das medidas de fixação de novos preços de depósitos, compensaram parcialmente os impactos negativos da COVID-19 e os efeitos negativos das taxas de juro. As receitas líquidas em Asset Management (AM) de 2,2 mil milhões de euros diminuíram 4% em comparação com o ano anterior devido à ausência de taxas de desempenho Multi Asset and Alternatives reconhecidas em 2019. As comissões de gestão mantiveram-se estáveis, uma vez que os impactos positivos dos fluxos de clientes e do desenvolvimento do mercado compensaram a compressão das margens em todo o setor. As receitas em Corporate and Other (C&O) foram de 530 milhões de euros negativos, em comparação com 147 milhões de euros positivos no ano anterior, refletindo um impacto desfavorável de diferenças de avaliação e calendarização impulsionado pelo impacto negativo no preço de mercado das atividades de cobertura de risco relacionadas com os acordos de financiamento do banco.

A provisão para perdas de crédito foi de 1,8 mil milhões de euros em 2020, um aumento de 1,1 mil milhões de euros, ou 148%, em comparação com 2019, 41 pontos base de empréstimos médios, para o exercício completo. Este aumento deveu-se, em grande medida, aos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 21,2 mil milhões de euros em 2020, um decréscimo de 3,9 mil milhões de euros, ou 15%, face a 2019. A diminuição inclui a ausência de imparidades de goodwill relacionadas com a transformação de 2019 de mil milhões de euros, bem como diminuições em encargos de transformação de 655 milhões de euros, despesas com litígios de 315 milhões de euros e despesas de reestruturação e indemnização de 118 milhões de euros. Os custos ajustados, excluindo encargos de transformação, foram de 19,9 mil milhões de euros, uma redução de 8% em comparação com o ano anterior e em linha com o nosso objetivo de 19,5 mil milhões de euros para 2020, se ajustados para despesas de 360 milhões de euros elegíveis para reembolso relacionadas com o Prime Finance. A diminuição anual reflete reduções da mão-de-obra de mais de 2900 equivalentes a tempo inteiro em 2020, bem como a gestão disciplinada das despesas e o impacto positivo dos efeitos de conversão cambial.

O lucro antes de impostos foi de mil milhões de euros em 2020, em comparação com uma perda de 2,6 mil milhões de euros em 2019, principalmente motivado por receitas significativamente mais elevadas no Investment Bank em 2020, ausência de imparidades de goodwill relacionadas com a transformação em 2019, bem como diminuições em encargos de transformação, despesas de contencioso, despesas de reestruturação e indemnização e em custos ajustados, excluindo encargos de transformação que refletem reduções da mão-de-obra, gestão disciplinada de despesas e impacto positivo dos efeitos de conversão cambial. Estas foram parcialmente compensadas pelo aumento dos níveis de provisão para perdas de crédito, em grande parte devido aos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia.

A despesa com impostos sobre o rendimento foi de 397 milhões de euros em 2020, em comparação com 2,6 mil milhões de euros no ano anterior. A taxa efetiva de imposto em 2020 foi de 39%.

O Banco reportou um resultado líquido de 624 milhões de euros em 2020, comparativamente a uma perda líquida de 5,3 mil milhões de euros em 2019. Isto foi principalmente motivado por receitas significativamente mais elevadas no Investment Bank, ausência de imparidades de goodwill relacionadas com a transformação em 2019, bem como diminuições em encargos de transformação, despesas de contencioso, despesas de reestruturação e indemnização e em custos ajustados, excluindo encargos de transformação que refletem reduções da mão-de-obra, gestão disciplinada de despesas e impacto positivo dos efeitos de conversão cambial. Os ajustes de avaliação de ativos por impostos diferidos diminuíram de 2,8 mil milhões de euros em 2019 para 37 milhões de euros em 2020. Estes efeitos positivos foram parcialmente compensados pelo aumento dos níveis de provisão para perdas de crédito.

O rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) foi de 13,6% no final de 2020, sem alterações em comparação com 2019. O rácio de alavancagem melhorou de 4,2% em 2019 para 4,7% no final de 2020, numa base fully-loaded. O rácio de alavancagem numa base de entrada faseada melhorou de 4,3% em 2019 para 4,8% em 2020.

## Grupo Deutsche Bank

### Deutsche Bank: A nossa organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras do mundo em total de ativos: 1325 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. Nessa data empregávamos 84.659 colaboradores internos equivalentes a tempo inteiro e operávamos em 59 países, com um total de 1891 agências no mundo, das quais 68% se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2020, estávamos organizados nos seguintes segmentos:

- Corporate Bank (CB)
- Investment Bank (IB)
- Private Bank (PB)
- Asset Management (AM)
- Unidade de Libertação de Capital (CRU)
- Corporate & Other (C&O)

Referimos o CB, o IB, o PB, a AM e a C&O como as principais áreas de negócio do Deutsche Bank.

Adicionalmente, o Deutsche Bank possui um nível organizacional regional e nacional para facilitar uma implementação consistente de estratégias globais.

Temos operações ou transações com clientes reais e potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem o trabalho através de:

- subsidiárias e agências;
- escritórios de representação; e
- um ou mais representantes designados para servir os clientes.

Em 2018, concluímos com êxito a fusão do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG com o Deutsche Postbank AG, formando o DB Privat- und Firmenkundenbank AG. Posteriormente, em 2020, o DB Privat- und Firmenkundenbank AG foi fundido no Deutsche Bank AG. As fusões são um passo importante no sentido de alcançar reduções significativas de custos, principalmente através da eliminação das funções de infraestrutura e das tarefas de governação que foram executadas especificamente para a entidade jurídica individual. Com este passo, as despesas de refinanciamento e administrativas serão reduzidas e o governo da sociedade será simplificado. As fusões estabelecem também a base para soluções tecnológicas integradas, incluindo a migração dos sistemas do Postbank para a infraestrutura informática do Deutsche Bank em 2022. Além disso, o desmantelamento de aplicações já existentes está planeado para 2023. O objetivo é simplificar o que tem sido um ambiente de TI complexo, resultando numa maior eficiência e numa tecnologia melhorada para uma experiência mais integrada dos clientes.

### Estrutura de gestão

O Conselho de Administração estruturou o Grupo como uma organização de matriz, que inclui Divisões Corporativas e Funções de Infraestrutura que operam em entidades jurídicas e agências e em localizações geográficas.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O Conselho de Administração gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controle global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, particularmente, a direção e a gestão estratégica do banco, a alocação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controle e gestão do risco, bem como controle empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco.

A atribuição de responsabilidades funcionais aos membros individuais do Conselho de Administração está descrita no plano de alocação de negócios para o Conselho de Administração, que estabelece o quadro para a delegação de responsabilidades à direção abaixo do Conselho de Administração. O Conselho de Administração aprova a responsabilidade individual dos titulares de cargos seniores em oposição à tomada de decisões conjuntas nos comitês. Simultaneamente, o Conselho de Administração reconhece a importância de ter informações abrangentes e sólidas em todos os negócios, a fim de tomar decisões bem informadas e estabelecidas, o "Comitê de Gestão do Grupo", que visa melhorar o fluxo de informação entre as divisões corporativas e entre as divisões corporativas e o Conselho de Administração, juntamente com os Comitês de Infraestrutura, os Comitês Executivos de Negócio e os Comitês Regionais. O Comitê de Gestão do Grupo é uma plataforma sênior, o que não é exigido pela lei alemã relativa às sociedades por ações, é composto por todos os membros do Conselho de Administração, os representantes comerciais seniores e o Líder de Panning e Performance Management do grupo, para trocar informações e discutir negócios, crescimento e rentabilidade.

## Corporate Bank

### Visão geral da divisão corporativa

O Corporate Bank (CB) compreende o Global Transaction Banking, bem como o Commercial Banking na Alemanha. A divisão está focada principalmente em atender clientes corporativos, incluindo o "Mittelstand" alemão, clientes comerciais e de banca empresarial de maior e menor porte na Alemanha, e empresas multinacionais. É também um parceiro das instituições financeiras no que diz respeito a determinados serviços de Transaction Banking. O Global Transaction Banking consiste nos quatro negócios: Cash Management, Trade Finance & Lending, Trust & Agency Services e Securities Services. A Banca Comercial fornece conhecimentos especializados integrados e uma oferta holística de produtos através das marcas Deutsche Bank e Postbank na Alemanha.

A partir do primeiro trimestre de 2021, o Corporate Bank comunicará as receitas com base em três segmentos de clientes: Serviços de Clientes Institucionais, Serviços de Tesouraria Empresarial e Banca Empresarial. Os Serviços de Clientes Institucionais incluem a Gestão de Caixa para Clientes Institucionais, Serviços Fiduciários e de Agente, bem como Serviços de Valores Mobiliários. Os Serviços de Tesouraria Empresarial compreendem o conjunto completo de Trade Finance e Lending, bem como Corporate Cash Management para clientes empresariais de grande e média escala. A Banca Empresarial abrange pequenas empresas e clientes empresariais e oferece um conjunto de produtos em grande parte normalizado.

No CB, efetuamos uma alienação de capital significativa desde 1 de janeiro de 2018. No início de outubro de 2017, o Deutsche Bank Group assinou um contrato vinculativo para vender o seu negócio Alternative Fund Services, uma unidade da divisão Global Transaction Banking, à Apex Group Limited. A transação foi concluída no segundo trimestre de 2018. Não existiram despesas de capital significativas desde 1 de janeiro de 2018.

### Produtos e serviços

O Corporate Bank é um fornecedor global de soluções de gestão de risco, gestão de tesouraria, crédito, financiamento de transações, serviços fiduciários e de agente, bem como serviços de valores mobiliários. Com foco nos departamentos financeiros de clientes corporativos e comerciais e instituições financeiras na Alemanha e em todo o mundo, os nossos conhecimentos especializados holísticos e a nossa rede global permitem-nos oferecer soluções integradas.

Para além da gama de produtos Corporate Bank, as nossas equipas de Cobertura proporcionam aos clientes o acesso aos conhecimentos especializados do Investment Bank.

### Canais de Distribuição e Marketing

A função de cobertura global do Corporate Bank concentra-se em Grandes Clientes Empresariais internacionais e está organizada em duas unidades: Soluções de Cobertura e Soluções de Gestão do Risco. A Cobertura inclui os generalistas multi-produtos que cobrem o nível de sede e subsidiárias através de equipas de cobertura global, regional e local. As Soluções de Gestão do Risco incluem especialistas em produtos de divisas, mercados emergentes e taxas. Esta unidade é gerida regionalmente na APAC, Américas e EMEA, para assegurar uma maior proximidade com os nossos clientes.



A partir do primeiro trimestre de 2021, os clientes empresariais na Alemanha serão servidos a partir de duas unidades: Serviços de Tesouraria Empresarial e Banca Empresarial. Os Serviços de Tesouraria Empresarial abrangem clientes corporativos médios e grandes em duas marcas, o Deutsche Bank e o Postbank, e oferecem toda a gama de soluções em numeração, financiamento comercial, empréstimos e gestão do risco para tesoureiros empresariais. A Banca Empresarial abrange pequenas empresas e clientes empresariais e oferece um conjunto de produtos em grande parte normalizado, além de ofertas de parceiros bancários contextuais selecionados (por exemplo, soluções de contabilidade).

## Investment Bank

### Visão geral da divisão corporativa

O Investment Bank (IB) combina as áreas de Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading e Geração e Consultoria do Deutsche Bank, bem como a área de Research do Deutsche Bank. O seu foco está nos seus tradicionais pontos fortes em financiamento, assessoria, rendimento fixo e divisas, reunindo os seus conhecimentos especializados em banca grossista, cobertura, gestão do risco, vendas e negociação, banca de investimento e infraestrutura. Isto permite à IB alinhar os recursos e capital ao longo do nosso perímetro de clientes e produtos para servir eficazmente os clientes do banco.

No IB, efetuámos uma alienação de capital significativa desde 1 de janeiro de 2018. Em abril de 2019, a Tradeweb fechou a sua oferta pública inicial. A Tradeweb é uma empresa de serviços financeiros que cria e opera no mercado de balcão (OTC) para negociar produtos de rendimento fixo e derivados. O Grupo Deutsche Bank tem um interesse económico na Tradeweb desde 2007 e participou na oferta pública inicial e em várias ofertas subsequentes, juntamente com outros grandes acionistas do banco, vendendo uma parte das suas participações. Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2018.

### Produtos e serviços

A área de FIC Sales & Trading reúne uma força de vendas e pesquisa institucional com experiência em negociação e estruturação em Foreign Exchange, Rates, Credit e Emerging Markets. O negócio FIC Sales & Trading permite ao Deutsche Bank responder a uma crescente automatização, expectativas regulamentares, e à procura de clientes em termos de normalização e transparência na execução de transações em rendimento fixo e divisas.

A área Origination and Advisory é responsável pelo nosso negócio de geração de dívida, fusões e aquisições (M&A), e por uma plataforma focada na criação e consultoria de capital próprio. É composto por equipas de cobertura regionais e setoriais, colideradas a partir dos polos do banco na Europa, EUA e Ásia e Pacífico, que facilitam a entrega de uma gama de produtos e serviços financeiros aos clientes corporativos do banco.

### Canais de Distribuição e Marketing

A cobertura dos clientes do IB é prestada pelo Grupo de Clientes Institucionais (Institutional Client Group), que conta com a nossa equipa de vendas de dívidas, e pela equipa de cobertura da banca de investimento no âmbito da Geração e consultoria. Ambas as equipas trabalham em conjunto com a nossa equipa de Soluções de Gestão do Risco no Corporate Bank, abrangendo os mercados de capitais e as soluções de tesouraria. A estreita cooperação entre estes grupos ajuda a criar sinergias reforçadas, levando a um aumento das vendas cruzadas de produtos/soluções aos nossos clientes.

## Private Bank

### Visão geral da divisão corporativa

No Private Bank (PB), servimos clientes pessoais e privados, indivíduos, empresários e famílias abastados. Nos nossos negócios internacionais, concentramo-nos também em clientes comerciais. Estamos organizados em duas divisões: Private Bank Alemanha e International Private Bank. A nossa gama de produtos inclui serviços de pagamento e de conta, produtos de crédito e depósito, assim como consultoria para investimento, incluindo uma vasta gama de produtos sociais, ambientais e de governação (ESG). Oferecemos aos nossos clientes tanto a cobertura de todas as necessidades financeiras básicas, como de soluções individuais, feitas à medida.

No PB, efetuámos uma alienação de capital significativa desde 1 de janeiro de 2018. Em novembro de 2020, o Deutsche Bank AG assinou um acordo para vender as suas ações no Postbank Systems AG à Tata Consultancy Services (TCS). A transação foi fechada após aprovações regulamentares e governamentais em 31 de dezembro de 2020. Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2018.

### Produtos e serviços

Na nossa divisão Private Bank Alemanha, seguimos uma abordagem diferenciada e focada no cliente, com duas marcas fortes e complementares: Deutsche Bank e Postbank. Com a nossa marca Deutsche Bank, focamo-nos em fornecer aos nossos clientes individuais produtos e serviços bancários e financeiros que incluam soluções de consultoria individual e sofisticada. O foco da nossa marca Postbank permanece no fornecimento de produtos convencionais e serviços diários da banca de retalho aos nossos clientes de retalho. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, oferecemos também serviços postais e de encomendas nas nossas agências da marca Postbank.

No International Private Bank também temos uma abordagem diferenciada e centrada no cliente com dois segmentos de clientes. O segmento de clientes "IPB Personal Banking" abrange os clientes de retalho e de abastados, bem como as pequenas empresas em Itália, Espanha, Bélgica e Índia, fornecendo serviços bancários e outros serviços financeiros. O segmento de clientes "Private Banking and Wealth Management" abrange clientes de património líquido elevado e ultraelevado a nível mundial, bem como clientes empresariais de pequenas e médias dimensões e clientes de banca privada em Itália, Espanha, Bélgica e Índia. Apoiamos os nossos clientes no planeamento, gestão e investimento do seu património, no financiamento dos seus interesses pessoais e empresariais e na assistência das suas necessidades institucionais e corporativas. Além disso, oferecemos uma gama de produtos ambientais, sociais e de governação (ESG) em toda a nossa plataforma discricionária de gestão e consultoria de carteiras. Estes produtos permitem aos nossos clientes investir de forma alinhada com os seus valores e de acordo com estratégias, pontuações e critérios de exclusão ESG especificados. Também prestamos serviços de tipo institucional para clientes sofisticados e complementamos a nossa oferta colaborando estreitamente com o Investment Bank, o Corporate Bank e o Asset Management.

### Canais de Distribuição e Marketing

Apostamos numa abordagem omnicanal e os nossos clientes podem escolher de forma flexível entre diferentes possibilidades de acesso aos nossos serviços e produtos.

Os nossos canais de distribuição incluem as nossas redes de agências no Private Bank Alemanha e no International Private Bank, apoiadas por centros de chamada de clientes e terminais de self-service, bem como centros de consultoria da marca Deutsche Bank na Alemanha, Itália e Espanha, que complementam a nossa rede de agências e as nossas ofertas digitais. Também oferecemos serviços bancários online e móveis, incluindo a nossa Plataforma Digital, através da qual fornecemos uma plataforma de transações para banca, corretagem e autosserviços, combinada com uma oferta multiplataforma móvel para smartphones e tablets. Temos também colaborações com consultores financeiros por conta própria e outros parceiros de vendas e cooperação. Para o nosso segmento de banca privada e Wealth Management, temos uma abordagem de equipa de cobertura distinta de clientes, com diretores de relacionamento e investimento apoiados por Executivos de serviços ao cliente que auxiliam os clientes com serviços de Wealth Management e produtos de arquitetura aberta. Além disso, na Alemanha, a Deutsche Oppenheim Family Offices AG fornece serviços a escritórios familiares, fundos discricionários e soluções de consultoria.

A expansão de capacidades digitais continua a ser um foco importante em todos os nossos negócios. Continuaremos a otimizar o nosso mix omnicanal no futuro, a fim de proporcionar aos nossos clientes o acesso mais conveniente aos nossos produtos e serviços.

## Asset Management

### Visão geral da divisão corporativa

Com 790 mil milhões de euros de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2020, a divisão de Asset Management (DWS) é uma das principais organizações de gestão de ativos do mundo. A DWS atende uma base diversificada de clientes de investidores de retalho e institucionais em todo o mundo, com uma forte presença no nosso mercado doméstico na Alemanha. Estes clientes incluem grandes instituições governamentais, corporações e fundações, assim como investidores individuais.

O Deutsche Bank retém 79,49% de participação de capital na DWS e a gestão de ativos continua a ser um negócio essencial para o grupo. As ações da DWS estão cotadas na bolsa de valores de Frankfurt.

Desde 1 de janeiro de 2018, não houve gastos de capital significativos ou alienações significativas, salvo a oferta pública inicial (IPO) parcial da DWS Group GmbH & Co. KGaA.

### Produtos e serviços

As ofertas de investimento da DWS abrangem todas as principais classes de ativos, incluindo ações, rendimento fixo, dinheiro e multiativos, bem como investimentos alternativos. Os nossos investimentos alternativos incluem imóveis, infraestrutura, capitais privados, ativos imobiliários líquidos e investimentos sustentáveis. Também oferecemos uma gama de investimentos passivos. Além disso, as estratégias de solução da DWS são direcionadas às necessidades dos clientes que não podem ser atendidas apenas pelas classes de ativos tradicionais. Tais serviços incluem soluções de seguros e pensões, gestão de ativos-passivos, soluções de gestão de carteiras, assessoria na alocação de ativos, estruturação e sobreposição. O nosso foco profundo em questões ambientais, sociais e de governação complementam-se mutuamente ao criar soluções específicas para os nossos clientes.

### Canais de Distribuição e Marketing

As ofertas de produtos da DWS estão distribuídas pela EMEA (Europa, Médio Oriente e África), Américas e Ásia e Pacífico, através de uma rede de distribuição global. A DWS também alavanca canais de distribuição de terceiros, incluindo o Grupo Deutsche Bank.

## Unidade de Libertação de Capital

A Unidade de Libertação de Capital (CRU) foi criada em julho de 2019. Os principais objetivos da CRU são libertar capital consumido por ativos e negócios de baixo rendimento que recebem retornos insuficientes ou atividades que já não sejam essenciais para a nossa estratégia, reduzindo a sua expressão de uma forma economicamente racional. Além disso, a CRU está focada na redução dos custos.

O BNP Paribas e o Deutsche Bank assinaram um acordo-quadro de transação para dar continuidade ao serviço aos clientes de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank continuará a operar a plataforma até que os clientes possam migrar para o BNP Paribas, o que se espera que ocorra até ao final de 2021.

Além disso, nos resultados financeiros ajustados da divisão CRU, registámos as seguintes alienações significativas de capital desde 1 de janeiro de 2018:

Em dezembro de 2017, o Grupo celebrou um acordo para vender o seu negócio de Private & Commercial Banking polaco, excluindo a sua divisa estrangeira denominada carteira de hipoteca de retalho, em conjunto com a DB Securities S.A., ao Santander Bank Polska. A transação foi concluída com sucesso no quarto trimestre de 2018.

Em março de 2018, o Grupo Deutsche Bank celebrou um acordo para vender o negócio de banca de retalho em Portugal à ABANCA Corporación Bancaria S.A.. As partes concluíram a transação no primeiro semestre de 2019.

## Infraestrutura

As funções de infraestrutura executam atividades de controlo e serviço para empresas, incluindo as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos inter-divisionais, direção e controlo, bem como as tarefas relacionadas com a gestão do risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas nas seguintes áreas de responsabilidade da nossa direção:

- Finanças, Impostos, Tesouraria, Relações com Investidores
- Risco, Compliance, Combate aos Crimes Financeiros
- Assuntos Jurídicos, Governança do Grupo, Privacidade, Governo e Assuntos Regulamentares
- Tecnologia, Dados e Inovação
- Serviços de Operações e Empresas
- RH e Transformação

A área de Infraestrutura também inclui Comunicação & Responsabilidade Social Corporativa e Auditoria do Grupo que reporta ao Diretor Geral.

Os custos provenientes das funções de Infraestrutura são atualmente atribuídos às divisões corporativas com base nas dotações planeadas, com exceção dos custos de desenvolvimento tecnológico que serão cobrados às divisões com base nas despesas efetivas durante 2021. A atual metodologia de afetação de custos está a ser substituída por um quadro de gestão de custos baseado em impulsionadores (DBCM). Esta nova metodologia associa os serviços prestados pelas funções de Infraestrutura às empresas que os consomem, criando assim uma maior transparência relativamente aos impulsionadores dos custos que estão a ser cobrados e facilitando a identificação das oportunidades de redução de custos.

## Despesas de investimento e alienações de capital significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2020, não houve ofertas públicas de aquisição por terceiros relativamente às nossas ações e não efetuámos ofertas públicas de aquisição da nossa própria conta relativamente a ações de qualquer outra sociedade.

## Resultados operacionais

### Resultados operacionais consolidados

A seguinte discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

#### Demonstração Consolidada e Condensada dos Resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	11.526	13.749	13.316	(2.223)	(16)	433	3
Provisão para perdas de crédito	1.792	723	525	1.068	148	199	38
<b>Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito</b>	<b>9.734</b>	<b>13.026</b>	<b>12.791</b>	<b>(3.292)</b>	<b>(25)</b>	<b>235</b>	<b>2</b>
Rendimentos de serviços e comissões <sup>1</sup>	9.424	9.520	10.039	(96)	(1)	(519)	(5)
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados <sup>1</sup>	2.465	193	1.209	2.271	N/S	(1.015)	(84)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	323	260	317	63	24	(57)	(18)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	324	0	2	324	N/S	(2)	(78)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	120	110	219	10	9	(109)	(50)
Outro resultado	(154)	(668)	215	515	(77)	(883)	N/S
<b>Rendimento total excluindo juros</b>	<b>12.503</b>	<b>9.416</b>	<b>12.000</b>	<b>3.087</b>	<b>33</b>	<b>(2.585)</b>	<b>(22)</b>
<b>Total de receitas líquidas<sup>2</sup></b>	<b>22.237</b>	<b>22.441</b>	<b>24.791</b>	<b>(205)</b>	<b>(1)</b>	<b>(2.350)</b>	<b>(9)</b>
Remunerações e benefícios	10.471	11.142	11.814	(671)	(6)	(672)	(6)
Despesas gerais e administrativas	10.259	12.253	11.286	(1.993)	(16)	966	9
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	1.037	0	(1.037)	(100)	1.037	N/S
Atividades de reestruturação	485	644	360	(159)	(25)	283	79
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>21.216</b>	<b>25.076</b>	<b>23.461</b>	<b>(3.860)</b>	<b>(15)</b>	<b>1.615</b>	<b>7</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>1.021</b>	<b>(2.634)</b>	<b>1.330</b>	<b>3.655</b>	<b>N/S</b>	<b>(3.965)</b>	<b>N/S</b>
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	397	2.630	989	(2.233)	(85)	1.641	166
<b>Lucros (prejuízos)</b>	<b>624</b>	<b>(5.265)</b>	<b>341</b>	<b>5.888</b>	<b>N/S</b>	<b>(5.606)</b>	<b>N/S</b>
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	129	125	75	4	3	50	68
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	495	(5.390)	267	5.885	N/S	(5.657)	N/S
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	382	328	319	53	16	9	3
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	113	(5.718)	(52)	5.831	N/S	(5.666)	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" deste relatório anual.

<sup>2</sup> Após provisão para perdas de crédito.

### Rendimento de juros líquido

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total de juros e rendimentos similares	17.806	25.208	24.718	(7.401)	(29)	489	2
Total de gasto de juros	6.280	11.458	11.402	(5.178)	(45)	56	0
<b>Rendimento de juros líquido</b>	<b>11.526</b>	<b>13.749</b>	<b>13.316</b>	<b>(2.223)</b>	<b>(16)</b>	<b>433</b>	<b>3</b>
Ativos remunerados médios <sup>1</sup>	920.444	956.362	990.670	(35.918)	(4)	(34.307)	(3)
Passivos remunerados médios <sup>1</sup>	685.830	714.716	745.904	(28.886)	(4)	(31.188)	(4)
Rendimento de juros bruto <sup>2</sup>	1,82%	2,53%	2,39%	(0,72) p.p.	(28)	0,14 p.p.	6
Taxa de juros bruta paga <sup>3</sup>	0,76%	1,47%	1,38%	(0,71) p.p.	(48)	0,09 p.p.	6
Diferencial da taxa de juro líquida <sup>4</sup>	1,06%	1,07%	1,00%	(0,01) p.p.	(1)	0,06 p.p.	6
Margem da taxa de juro líquida <sup>5</sup>	1,25%	1,44%	1,34%	(0,19) p.p.	(13)	0,09 p.p.	7

pp – pontos percentuais

Os períodos anteriores comparativos para rendimento de juros bruto e gasto de juros bruto foram reajustados. 59 milhões de euros e 75 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018 foram reajustados. Adicionalmente, 124 milhões de euros foram reclassificados de rendimentos de negociação para gastos com juros para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

<sup>1</sup> Os saldos médios para cada ano são geralmente calculados com base nos saldos de final de mês. Os comparativos do período anterior para 2019 foram ajustados.

<sup>2</sup> O rendimento de juros bruto é a taxa média de juro dos nossos ativos remunerados médios.

<sup>3</sup> A taxa de juros bruta paga é a taxa média de juro paga pelos nossos passivos remunerados médios.

<sup>4</sup> O diferencial da taxa de juro líquida é a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios.

<sup>5</sup> A margem da taxa de juro líquida é o rendimento de juros líquido expresso em percentagem dos ativos remunerados médios.

## 2020

O rendimento de juros líquido foi de 11,5 mil milhões de euros em 2020, face a 13,7 mil milhões de euros em 2019, uma diminuição de 2,2 mil milhões de euros ou 16%. A diminuição deveu-se principalmente a taxas de juro mais baixas e a movimentos desfavoráveis das taxas de câmbio. Estes efeitos negativos foram parcialmente compensados por volumes e fluxos de clientes melhorados no Investment Bank, bem como por efeitos positivos da reavaliação de depósitos no Corporate Bank. O rendimento de juros incluiu 43 milhões de euros relativos aos subsídios governamentais da União Europeia ao abrigo do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II) em 2020, comparativamente aos 93 milhões de euros em 2019. Adicionalmente, o rendimento de juros para o exercício de 2020 incluiu 86 milhões de euros relacionados com subsídios governamentais da UE no âmbito do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas III (TLTRO III). De um modo geral, a margem da taxa de juro líquida do banco desceu em 19 pontos base, em comparação com o ano anterior para 1,25% em 2020.

## 2019

O rendimento de juros líquido foi de 13,7 mil milhões de euros em 2019, face a 13,3 mil milhões de euros em 2018, um aumento de 433 milhões de euros, ou 3%. O aumento foi impulsionado principalmente por um crescimento de 24 mil milhões de euros, ou 6%, no volume médio de empréstimos, volumes mais baixos de depósitos de rendimento negativo em bancos e bancos centrais, principalmente na Alemanha e uma evolução favorável das taxas de juro nos EUA no primeiro semestre de 2019. Estes efeitos positivos foram parcialmente compensados por menores receitas de juros associados a atividades de negócio descontinuadas, na sequência da execução da estratégia de transformação do banco anunciada em julho de 2019. O rendimento de juros incluiu 93 milhões de euros relativos aos subsídios governamentais da União Europeia ao abrigo do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II), que se manteve inalterado em comparação com 2018. De um modo geral, a margem da taxa de juro líquida do banco melhorou em 9 pontos base, em comparação com o ano anterior para 1,44% em 2019.

## Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de negociação	2.230	197	(72)	2.033	N/S	269	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios							
ao justo valor através de resultados	276	377	212	(102)	(27)	165	78
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(40)	(381)	1.069	341	(89)	(1.449)	N/S
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.465	193	1.209	2.271	N/S	(1.015)	(84)

N/S – Não significativo

124 milhões de euros foram reclassificados de rendimentos de negociação para rendimentos de juros líquidos para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

## 2020

Os resultados líquidos nos ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram os 2,5 mil milhões de euros em 2020, face aos 193 milhões de euros de 2019. O aumento de 2,3 mil milhões de euros deveu-se principalmente a impactos ao preço de mercado em derivados, bem como a impactos positivos do reposicionamento estratégico global no IB, resultando em fluxos de clientes fortes e benefícios de maior volatilidade do mercado. Isto foi ainda beneficiado por efeitos positivos das coberturas de taxas de juro em C&O, que não compensaram plenamente os efeitos negativos das taxas de juro mais baixas do rendimento de juros líquido. Este aumento global foi parcialmente compensado por um impacto negativo da redução do risco na Unidade de Libertação de Capital (CRU).

## 2019

Os resultados líquidos nos ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram de 193 milhões de euros em 2019, face a 1,2 mil milhões de euros em 2018. A diminuição de mil milhões de euros, ou 84%, foi impulsionada principalmente pela não recorrência de receitas associadas a atividades de negócios descontinuadas, na sequência da execução da estratégia de transformação do banco anunciada em julho de 2019, impactos negativos no preço de mercado e redução do risco na Unidade de Libertação de Capital (CRU).

## Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As nossas atividades de negociação e gestão do risco incluem instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As nossas atividades de negociação podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa.

em milhões de euros		2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
					em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
(exceto se indicado em contrário)		2020	2019	2018				
Rendimento de juros líquido		11.526	13.749	13.316	(2.223)	(16)	433	3
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		2.465	193	1.209	2.271	N/S	(1.015)	(84)
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>		<b>13.991</b>	<b>13.942</b>	<b>14.524</b>	<b>48</b>	<b>0</b>	<b>(582)</b>	<b>(4)</b>
<b>Discriminação por divisão corporativa:<sup>1</sup></b>								
Corporate Bank		2.935	2.709	2.562	226	8	147	6
Investment Bank		7.196	5.444	5.273	1.751	32	171	3
Private Bank		4.623	4.946	5.017	(323)	(7)	(71)	(1)
Asset Management		(98)	87	(88)	(185)	N/S	175	N/S
Unidade de Libertação de Capital		(33)	155	1.442	(188)	N/S	(1.287)	(89)
Corporate & Other		(632)	602	318	(1.233)	N/S	284	89
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>		<b>13.991</b>	<b>13.942</b>	<b>14.524</b>	<b>48</b>	<b>0</b>	<b>(582)</b>	<b>(4)</b>

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

124 milhões de euros foram reclassificados de rendimentos de negociação para rendimentos de juros líquidos para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

<sup>1</sup> Esta discriminação reflete apenas rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Para uma análise das receitas totais das divisões corporativas por produto, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas".

### 2020

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 14,0 mil milhões de euros em 2020, face aos 13,9 mil milhões de euros de 2019, o que representa um aumento de 48 milhões de euros. Isto deveu-se principalmente aos impactos ao preço de mercado nos derivados, bem como aos impactos positivos do reposicionamento estratégico global no IB, resultando em fortes fluxos de clientes e benefícios de um aumento da volatilidade do mercado, medidas de reavaliação de depósitos no BC e no PB e no crescimento dos volumes de empréstimos no PB. Em C&O, os impactos ao preço de mercado das atividades de negociação de taxas de juro não compensaram plenamente os efeitos negativos das taxas de juro mais baixas. Isto foi ainda compensado pelo impacto negativo continuado do ambiente de baixas taxas de juro nas margens de depósito no PB e nos custos de redução do risco na CRU. O rendimento líquido de juros e os resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na AM também diminuíram em comparação com o ano anterior, refletindo um impacto desfavorável da avaliação dos fundos de investimento garantidos consolidados, que tem uma compensação correspondente em Outros resultados.

### 2019

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 13,9 mil milhões de euros em 2019, face aos 14,5 mil milhões de euros de 2018, o que representa um decréscimo de 582 milhões de euros ou 4%. A diminuição foi impulsionada principalmente pela CRU, refletindo a não recorrência de receitas associadas a atividades de negócios descontinuadas, impactos negativos no preço de mercado e custos de redução de risco. No PB, o total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuiu em relação ao ano anterior, principalmente devido à continuação do impacto negativo do ambiente de taxas de juro baixas nas margens dos depósitos e ao impacto negativo do preço de mercado das atividades de cobertura de taxas de juro. Isto foi compensado pelos impactos positivos do preço de mercado em C&O e pelo crescimento do volume de empréstimos no IB, CB e PB. O rendimento líquido de juros e os resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na AM também aumentaram em comparação com o ano anterior, refletindo um impacto favorável da valorização dos fundos de investimento garantidos consolidados, que tem uma compensação correspondente em Outros resultados.

## Provisão para perdas de crédito

### 2020

A provisão para perdas de crédito foi de 1,8 mil milhões de euros em 2020, um aumento de 1,1 milhões de euros (148%), comparativamente a 2019. Este aumento deveu-se principalmente aos impactos negativos das imparidades relacionadas com a COVID-19. O aumento líquido das provisões para perdas de crédito em ativos com desempenho inclui uma sobreposição de gestão para estabilizar as elevadas amplitudes do modelo-padrão em informações sobre o futuro na crise da COVID-19 e uma sobreposição adicional da gestão para ter em conta as incertezas remanescentes nas perspetivas macroeconómicas. A provisão para perdas de crédito foi de 41 pontos base de empréstimos médios, refletindo a elevada qualidade da carteira de empréstimos do banco. Consulte as secções "Resultados de Operações dos Segmentos" e "Relatório de Risco" para obter mais detalhes sobre a provisão para perdas de crédito.

### 2019

A provisão para perdas de crédito foi de 723 milhões de euros em 2019, um aumento de 199 milhões de euros, ou 38%, comparativamente a 2018. O retorno a um nível mais normalizado foi resultado de uma conjuntura macroeconómica globalmente enfraquecida, com uma série de eventos específicos em todos os segmentos, bem como lançamentos e recuperações mais baixas em comparação com o ano anterior. A provisão para perdas de crédito em 2019 incluiu um efeito positivo líquido de 18 milhões de euros, decorrente de alterações nas estimativas de 183 milhões de euros, resultantes de aperfeiçoamentos do modelo e da recalibração anual da informação relativa ao futuro no nosso modelo IFRS 9, que compensou um impacto negativo de 165 milhões de euros, decorrente da atualização das variáveis macroeconómicas. A provisão para perdas de crédito foi de 17 pontos base de crédito em média, refletindo os fortes padrões de subscrição e gestão do risco do banco, bem como a natureza de baixo risco das nossas carteiras. Consulte as secções "Resultados de Operações dos Segmentos" e "Relatório de Risco" para obter mais detalhes sobre a provisão para perdas de crédito.

## Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
(exceto se indicado em contrário)							
Rendimentos de serviços e comissões <sup>1</sup>	9.424	9.520	10.039	(96)	(1)	(519)	(5)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	323	260	317	63	24	(57)	(18)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	324	0	2	324	N/S	(2)	(78)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	120	110	219	10	9	(109)	(50)
Outro resultado	(154)	(668)	215	515	(77)	(883)	N/S
<b>Rendimento total não decorrente de juros remanescente total</b>	<b>10.038</b>	<b>9.222</b>	<b>10.792</b>	<b>816</b>	<b>9</b>	<b>(1.570)</b>	<b>(15)</b>
<sup>1</sup> inclui:							
Comissões e taxas de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	347	327	303	19	6	24	8
Comissões de ativos geridos	3.208	3.298	3.130	(90)	(3)	168	5
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	341	317	290	24	7	27	9
<b>Total</b>	<b>3.896</b>	<b>3.943</b>	<b>3.724</b>	<b>(47)</b>	<b>(1)</b>	<b>219</b>	<b>6</b>
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:							
Comissões de subscrição e consultoria	1.625	1.501	1.629	125	8	(128)	(8)
Comissões de corretagem	637	637	936	0	0	(299)	(32)
<b>Total</b>	<b>2.262</b>	<b>2.137</b>	<b>2.565</b>	<b>125</b>	<b>6</b>	<b>(427)</b>	<b>(17)</b>
Comissões por outros serviços ao cliente	3.266	3.440	3.751	(174)	(5)	(311)	(8)
<b>Rendimento total de serviços e comissões</b>	<b>9.424</b>	<b>9.520</b>	<b>10.039</b>	<b>(96)</b>	<b>(1)</b>	<b>(519)</b>	<b>(5)</b>

N/S – Não significativo

### Rendimentos de serviços e comissões

#### 2020

O rendimento de serviços e comissões foi de 9,4 mil milhões de euros em 2020, o que representa uma diminuição de 96 milhões de euros, ou 1%, em comparação com 2019. A diminuição incluiu 174 milhões de euros com taxas mais baixas para outros serviços de clientes no Corporate Bank, principalmente motivados por atividades economicamente reduzidas. As comissões de ativos geridos diminuíram 90 milhões de euros na AM, principalmente devido à ausência de comissões de desempenho de Vários ativos e Alternativos reconhecidas em 2019. As comissões de subscrição e consultoria aumentaram 125 milhões de euros, principalmente impulsionadas pelo aumento da atividade e dos ganhos de quota de mercado no mercado da dívida, bem como por um aumento no conjunto global de comissões e emissão de ações. As comissões de corretagem mantiveram-se fixas ao longo do ano, principalmente porque o impacto negativo das atividades de negócio

descontinuadas na CRU na sequência da execução da estratégia de transformação do banco anunciada em julho de 2019 foi totalmente compensado por rendimentos de serviços e comissões mais elevados em PB de produtos de investimento e seguros, incluindo benefícios decorrentes de medidas da fixação de novos preços.

#### 2019

O rendimento de serviços e comissões foi de 9,5 mil milhões de euros em 2019, um decréscimo de 519 milhões de euros, ou 5%, em comparação com o ano anterior. O decréscimo incluiu 427 milhões de euros de comissões de subscrição e consultoria, bem como comissões de corretagem, principalmente na CRU, associadas a atividades de negócio descontinuadas após a execução da estratégia de transformação do banco anunciada em julho de 2019. As comissões por outros serviços ao cliente diminuíram 311 milhões de euros, principalmente devido a uma redução do volume global de comissões e emissões, à redução das comissões de empréstimos alavancados e às comissões do mercado de capitais. Estas diminuições foram parcialmente compensadas por comissões mais elevadas de ativos sob gestão na AM, impulsionadas principalmente por uma alternativa não recorrente e por uma comissão de desempenho multiativos reconhecida em 2019.

#### Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

##### 2020

Os ganhos líquidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de 323 milhões de euros em 2020, um aumento de 63 milhões de euros, ou 24%, em comparação com 2019, devido principalmente a ganhos mais elevados com a venda de obrigações e títulos da nossa reserva de liquidez estratégica.

##### 2019

Os ganhos líquidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de 260 milhões de euros em 2019, um decréscimo de 57 milhões de euros, ou 18%, em comparação com 2018, devido principalmente a ganhos mais baixos com a venda de obrigações municipais nos EUA, títulos e obrigações governamentais da nossa reserva de liquidez estratégica.

#### Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado

##### 2020

Os resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado foram de 324 milhões de euros em 2020 e nulos em 2019, motivados pela venda de ativos da carteira em modelo deter para recolher em 2020 como parte da nossa estratégia para gerir o risco de taxa de juro na carteira bancária.

##### 2019

Os resultados líquidos em ativos financeiros ao custo amortizado foram nulos em 2019 e de 2 milhões de euros em 2018, o que incluiu principalmente o impacto do resgate antecipado de determinadas obrigações.

#### Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial

##### 2020

Os ganhos líquidos dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial foram de 120 milhões de euros em 2020, em comparação com os 110 milhões de euros em 2019, um aumento de 10 milhões de euros, ou 9%.

##### 2019

Os ganhos líquidos dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial foram de 110 milhões de euros em 2019 em comparação com 219 milhões de euros em 2018, um decréscimo de 109 milhões de euros, ou 50%, que se deveu essencialmente à ausência de um ganho no ano anterior com a avaliação de um investimento e a uma menor recuperação patrimonial da Huarong Rongde Asset Management Company Limited.

#### Outro resultado

##### 2020

Outro resultado foi de (154) milhões de euros em 2020 em comparação com 668 milhões de euros em 2019. Esta melhoria foi impulsionada por impactos positivos associados à ineficácia da cobertura, juntamente com ajustamentos ao nível da contabilidade de cobertura de justo valor. Além disso, outros resultados incluem um impacto positivo de um ajuste de avaliação nos passivos de fundos de investimento garantidos na AM, que compensa o impacto negativo da avaliação dos fundos de investimento garantidos consolidados nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

##### 2019

Outro resultado foi de (668) milhões de euros em 2019 em comparação com 215 milhões de euros em 2018. O decréscimo foi impulsionado pelo impacto da ineficácia da cobertura, juntamente com as vendas de obrigações e ajustes na contabilidade de cobertura, no seguimento do valor justo após a atenuação da carteira de títulos municipais nos EUA em 2018. A diminuição também foi afetada pela ausência de um ganho no ano anterior com a venda de ativos imobiliários em 2018 e por um menor impacto positivo das atividades de reestruturação relacionadas às posições antigas na Sal. Oppenheim em 2019. Além disso, outros resultados incluem um impacto negativo de um ajuste de avaliação nos passivos de fundos de investimento garantidos na AM, que compensa um impacto positivo da avaliação dos fundos de investimento garantidos consolidados nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.



## Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
(exceto se indicado em contrário)							
Remunerações e benefícios	10.471	11.142	11.814	(671)	(6)	(672)	(6)
Despesas gerais e administrativas <sup>1</sup>	10.259	12.253	11.286	(1.993)	(16)	966	9
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	0	1.037	0	(1.037)	(100)	1.037	N/S
Atividades de reestruturação	485	644	360	(159)	(25)	283	79
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>21.216</b>	<b>25.076</b>	<b>23.461</b>	<b>(3.860)</b>	<b>(15)</b>	<b>1.615</b>	<b>7</b>
N/S – Não significativo							
<sup>1</sup> inclui:							
Tecnologias da informação <sup>2</sup>	3.862	5.011	4.043	(1.150)	(23)	968	24
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento <sup>3</sup>	1.724	1.693	1.698	31	2	(5)	(0)
Regulamentares, impostos e seguros <sup>3,4</sup>	1.407	1.440	1.570	(33)	(2)	(130)	(8)
Serviços profissionais <sup>5</sup>	982	1.143	1.323	(161)	(14)	(180)	(14)
Serviços bancários e operações subcontratados <sup>5</sup>	962	967	960	(5)	(0)	6	1
Serviços de Dados de Mercado e Investigação <sup>2</sup>	376	421	415	(46)	(11)	7	2
Despesas de deslocação	76	256	288	(180)	(70)	(32)	(11)
Despesas de <i>marketing</i>	174	251	299	(77)	(31)	(48)	(16)
Outras despesas <sup>6</sup>	696	1.071	690	(374)	(35)	381	55
<b>Despesas totais gerais e administrativas</b>	<b>10.259</b>	<b>12.253</b>	<b>11.286</b>	<b>(1.993)</b>	<b>(16)</b>	<b>966</b>	<b>9</b>

<sup>2</sup> Os números do ano anterior foram reajustados para refletir a transferência das despesas de telecomunicações de (comunicações) e de dados de mercado e despesas de serviços de investigação para despesas com tecnologias da informação

<sup>3</sup> Os números do ano anterior foram reajustados de forma a refletir a mudança das despesas com prémios de seguros de despesas com instalações, mobiliário e equipamento para despesas regulamentares, fiscais e de seguros

<sup>4</sup> Inclui taxas bancárias de 633 milhões de euros em 2020, 622 milhões de euros em 2019 e 690 milhões de euros em 2018.

<sup>5</sup> Os números do ano anterior foram reajustados para refletir a mudança de outras despesas operacionais subcontratadas de despesas de serviços profissionais para serviços bancários e despesas de operações subcontratadas

<sup>6</sup> Inclui despesas relacionadas com litígios de 158 milhões de euros em 2020, 473 milhões de euros em 2019 e 88 milhões de euros em 2018. Para mais informações sobre litígios ver Nota 27, "Provisões"

### Remunerações e benefícios

#### 2020

As remunerações e benefícios registaram uma diminuição de 671 milhões de euros, ou 6%, para 10,5 mil milhões de euros em 2020, em comparação com 11,1 mil milhões de euros em 2019. A diminuição deveu-se principalmente a uma redução das despesas de remuneração fixa resultantes de reduções da mão-de-obra.

#### 2019

As remunerações e benefícios registaram uma diminuição de 672 milhões de euros, ou 6%, para 11,1 mil milhões de euros em 2019, em comparação com 11,8 mil milhões de euros em 2018. O decréscimo deveu-se essencialmente a gastos mais baixos com remuneração fixa e variável, o que reflete a acessibilidade e o desempenho geral do Grupo e a redução do número de colaboradores.

### Despesas gerais e administrativas

#### 2020

As despesas gerais e administrativas diminuíram 2 mil milhões de euros, ou 16%, para 10,3 mil milhões de euros em 2020, face a 12,3 mil milhões de euros em 2019. Esta diminuição foi motivada por 655 milhões de euros de encargos de transformação mais baixos, uma vez que 2019 incluiu imparidades de software mais elevadas e despesas de litígio mais elevadas. Além destas, as despesas gerais e administrativas diminuíram ainda mais em comparação com o ano anterior, na sequência de uma gestão disciplinada dos custos, com reduções em todas as principais categorias de custos, incluindo despesas de TI devido a uma amortização mais baixa do software e a uma redução das despesas de serviços e taxas de serviços profissionais em TI, refletindo principalmente uma redução das despesas de mão-de-obra externa, bem como despesas de viagem e marketing.

#### 2019

As despesas gerais e administrativas aumentaram 966 milhões de euros, ou 9%, para 12,3 mil milhões de euros em 2019, face aos 11,3 mil milhões de euros verificados em 2018. O aumento foi impulsionado por custos de transformação de 1,1 mil milhões de euros, principalmente relacionados com a imparidade de software e ativos imobiliários, bem como por maiores despesas de litígios. Excluindo estes efeitos, as despesas gerais e administrativas diminuíram em comparação com o ano anterior, após uma gestão disciplinada dos custos com reduções em todas as principais categorias, com exceção das despesas informáticas, que se mantiveram essencialmente estáveis durante 2019. Tal reflete o compromisso do Deutsche Bank em continuar a gastar em tecnologia e controlos, de acordo com a sua estratégia de transformação.

### Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

## 2020

Não foram reportados encargos com imparidades em 2020. Foram relatadas imparidades de goodwill e outros ativos intangíveis no valor de mil milhões de euros em 2019. O anúncio da transformação estratégica em julho de 2019 desencadeou a revisão da imparidade do goodwill do Deutsche Bank. O agravamento das perspectivas macroeconómicas, incluindo curvas de taxas de juro e correções de crescimento do mercado específicas da indústria, bem como o impacto relacionado com a implementação da estratégia de transformação, resultou na imparidade total do goodwill da Wealth Management de 545 milhões de euros no PB e do goodwill da GTB & CF de 492 milhões de euros no CB no segundo trimestre de 2019.

## 2019

A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis foi de 1,0 mil milhões de euros em 2019, tal como referido acima.

### Reestruturação

## 2020

As despesas com atividades de reestruturação foram de 485 milhões de euros em 2020, em comparação com 644 milhões de euros em 2019. A diminuição deveu-se principalmente a custos mais elevados relacionados com a execução da estratégia de transformação do banco em 2019.

## 2019

As despesas com atividades de reestruturação foram de 644 milhões de euros em 2019 em comparação com 360 milhões de euros em 2018. O aumento esteve principalmente relacionado com a execução da estratégia de transformação do banco, que levou a novas provisões em todos os segmentos em 2019.

### Despesa de imposto sobre o rendimento

## 2020

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2020 foi de 397 milhões de euros, comparativamente aos 2,6 mil milhões de euros em 2019. A taxa efetiva de imposto em 2020 foi de 39%.

## 2019

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2019 foi de 2,6 mil milhões de euros, comparativamente aos 989 milhões de euros em 2018. A taxa efetiva de imposto de (100)% (2018: 74%) resultou principalmente de 2,8 mil milhões de euros de ajustes de valorização de ativos por impostos diferidos relacionados com a transformação e imparidades não dedutíveis do goodwill.

### Resultados líquidos

## 2020

O lucro líquido em 2020 foi de 624 milhões de euros, em comparação com uma perda líquida de 5,3 mil milhões de euros no ano anterior. O aumento no lucro líquido foi principalmente motivado por receitas significativamente mais elevadas no Investment Bank em 2020, ausência de imparidades de goodwill relacionadas com a transformação em 2019, bem como diminuições em encargos de transformação, despesas de contencioso, despesas de reestruturação e indemnização e em custos ajustados, excluindo encargos de transformação que refletem reduções da mão-de-obra, gestão disciplinada de despesas e impacto positivo dos efeitos de conversão cambial. Os ajustes de avaliação de ativos por impostos diferidos diminuíram de 2,8 mil milhões de euros em 2019 para 37 milhões de euros em 2020. Estes efeitos positivos foram parcialmente compensados pelo aumento dos níveis de provisão para perdas de crédito.

## 2019

O prejuízo líquido foi de 5,3 mil milhões de euros em 2019, face a um resultado líquido de 341 milhões de euros no ano anterior, impulsionado principalmente pelos já referidos 2,8 mil milhões de euros de ajustes de avaliação de ativos por impostos diferidos relacionados com a transformação, 1,0 mil milhões de euros de imparidade de goodwill, 1,1 mil milhões de euros de encargos de transformação, essencialmente imparidades de software e ativos imobiliários, bem como despesas de reestruturação e indemnizações no valor de 805 milhões de euros.

## Resultados de operações dos segmentos

Segue-se uma discussão dos resultados dos nossos segmentos de negócio. Ver a Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas” às demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

- alterações no formato de divulgação por segmento e
- a estrutura dos nossos sistemas de relatórios de gestão.

O reporte por segmentos segue a estrutura organizacional tal como refletido nos respetivos sistemas de relatório de gestão interno, que são a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a alocação de recursos aos segmentos de negócio. O critério de segmentação em divisões constitui a nossa estrutura organizacional tal como existia em 31 de dezembro de 2020. Os períodos comparativos anteriores foram reajustados devido às alterações na estrutura divisional.

	2020						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>5.145</b>	<b>9.283</b>	<b>8.126</b>	<b>2.229</b>	<b>(225)</b>	<b>(530)</b>	<b>24.028</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>366</b>	<b>688</b>	<b>711</b>	<b>2</b>	<b>29</b>	<b>(3)</b>	<b>1.792</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.064	1.906	2.884	740	168	3.709	10.471
Despesas gerais e administrativas	3.126	3.493	4.242	764	1.774	(3.140)	10.259
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	28	14	413	22	5	3	485
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>4.218</b>	<b>5.413</b>	<b>7.539</b>	<b>1.527</b>	<b>1.947</b>	<b>572</b>	<b>21.216</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>157</b>	<b>(0)</b>	<b>(169)</b>	<b>0</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>561</b>	<b>3.171</b>	<b>(124)</b>	<b>544</b>	<b>(2.201)</b>	<b>(930)</b>	<b>1.021</b>
<b>Rácio custo/rendimento</b>	<b>82%</b>	<b>58%</b>	<b>93%</b>	<b>68%</b>	<b>N/S</b>	<b>N/S</b>	<b>88%</b>
<b>Ativos<sup>2</sup></b>	<b>237.497</b>	<b>573.673</b>	<b>296.637</b>	<b>9.453</b>	<b>197.667</b>	<b>10.333</b>	<b>1.325.259</b>
Adições a ativos não correntes	10	4	485	32	0	2.891	3.423
Ativos ponderados pelo risco	57.288	128.487	77.074	9.997	34.415	21.690	328.951
<b>Exposição da alavancagem (fully-loaded)<sup>3</sup></b>	<b>273.795</b>	<b>476.261</b>	<b>307.746</b>	<b>4.695</b>	<b>71.726</b>	<b>29.243</b>	<b>1.078.268</b>
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.904	22.943	11.521	4.760	6.205	0	55.332
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	3%	9%	(1)%	8%	(26)%	N/S	0%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	4%	10%	(2)%	21%	(27)%	N/S	0%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.882	3.325	4.475	1	61	781	11.526
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	22	23	63	9	1	120
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	69	399	60	304	67	4	901

N/S – Não significativo

<sup>3</sup> A exposição à alavancagem do Grupo é apresentada excluindo determinadas exposições baseadas no Eurossistema expostas a bancos centrais do Eurossistema, com base na Decisão (UE) 2020/1306 do BCE e após ter obtido autorização do BCE. As exposições de alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa dedução.

<sup>4</sup> A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 39% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

2019

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>5.244</b>	<b>7.019</b>	<b>8.206</b>	<b>2.332</b>	<b>217</b>	<b>147</b>	<b>23.165</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>284</b>	<b>109</b>	<b>344</b>	<b>1</b>	<b>(14)</b>	<b>0</b>	<b>723</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.073	1.983	2.990	832	359	3.906	11.142
Despesas gerais e administrativas	3.165	4.237	4.481	851	2.898	(3.380)	12.253
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Atividades de reestruturação	137	169	126	29	143	40	644
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>4.867</b>	<b>6.389</b>	<b>8.142</b>	<b>1.711</b>	<b>3.400</b>	<b>566</b>	<b>25.076</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>(0)</b>	<b>152</b>	<b>1</b>	<b>(173)</b>	<b>0</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>92</b>	<b>502</b>	<b>(279)</b>	<b>468</b>	<b>(3.170)</b>	<b>(247)</b>	<b>(2.634)</b>
Rácio custo/rendimento	93%	91%	99%	73%	N/S	N/S	108%
Ativos <sup>2</sup>	228.663	501.774	270.334	9.936	259.224	27.743	1.297.674
Adições a ativos não correntes	9	1	215	27	0	1.069	1.322
Ativos ponderados pelo risco	58.808	116.552	74.032	9.527	45.874	19.223	324.015
Exposição da alavancagem (fully-loaded)	270.647	432.254	282.575	4.643	126.905	51.016	1.168.040
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.464	23.052	11.729	4.821	10.105	0	60.170
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>3</sup>	0%	1%	(2)%	7%	(23)%	N/S	(10)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>3</sup>	0%	1%	(3)%	18%	(24)%	N/S	(11)%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.633	2.707	4.804	(39)	85	3.559	13.749
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	32	14	49	12	1	110
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	66	412	82	276	90	4	929

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>3</sup> A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de (100)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

2018

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>5.278</b>	<b>7.561</b>	<b>8.520</b>	<b>2.187</b>	<b>1.911</b>	<b>(142)</b>	<b>25.316</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>142</b>	<b>70</b>	<b>349</b>	<b>(1)</b>	<b>(36)</b>	<b>1</b>	<b>525</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.063	2.175	3.059	787	547	4.183	11.814
Despesas gerais e administrativas	2.787	4.134	4.448	929	2.742	(3.754)	11.286
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	32	199	49	19	62	(1)	360
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>3.882</b>	<b>6.509</b>	<b>7.556</b>	<b>1.735</b>	<b>3.351</b>	<b>428</b>	<b>23.461</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>(0)</b>	<b>85</b>	<b>1</b>	<b>(109)</b>	<b>0</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>1.254</b>	<b>958</b>	<b>616</b>	<b>368</b>	<b>(1.404)</b>	<b>(461)</b>	<b>1.330</b>
Rácio custo/rendimento	74%	86%	89%	79%	N/S	N/S	93%
Ativos <sup>2</sup>	216.163	458.464	270.150	10.030	370.090	23.240	1.348.137
Adições a ativos não correntes	13	2	303	43	1	1.286	1.647
Ativos ponderados pelo risco <sup>3</sup>	60.305	122.662	67.180	10.365	72.133	17.789	350.432
Exposição da alavancagem (fully-loaded)	257.921	413.631	287.760	5.044	280.638	27.933	1.272.926
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.927	22.629	12.397	4.837	11.704	115	62.610
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	8%	2%	3%	5%	(9)%	N/S	(0)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	9%	3%	4%	14%	(9)%	N/S	(0)%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.419	2.209	4.905	(51)	416	3.417	13.316
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	157	2	41	10	6	219
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	63	406	78	240	87	5	879

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>3</sup> Os ativos ponderados pelo risco têm por base o quadro CRR/CRD IV fully-loaded.

<sup>4</sup> A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 74% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

## Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Global Transaction Banking	3.698	3.810	3.908	(112)	(3)	(98)	(3)
Commercial Banking	1.447	1.433	1.370	14	1	63	5
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>5.145</b>	<b>5.244</b>	<b>5.278</b>	<b>(98)</b>	<b>(2)</b>	<b>(34)</b>	<b>(1)</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>366</b>	<b>284</b>	<b>142</b>	<b>82</b>	<b>29</b>	<b>142</b>	<b>100</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.064	1.073	1.063	(9)	(1)	10	1
Despesas gerais e administrativas	3.126	3.165	2.787	(40)	(1)	378	14
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	492	0	(492)	N/S	492	N/S
Atividades de reestruturação	28	137	32	(108)	(79)	105	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>4.218</b>	<b>4.867</b>	<b>3.882</b>	<b>(649)</b>	<b>(13)</b>	<b>986</b>	<b>25</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>N/S</b>	<b>0</b>	<b>N/S</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>561</b>	<b>92</b>	<b>1.254</b>	<b>469</b>	<b>N/S</b>	<b>(1.162)</b>	<b>(93)</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	237	229	216	9	4	13	6
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	114	119	114	(5)	(4)	5	5
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	7.368	7.712	7.653	(345)	(4)	60	1

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos

## 2020

O lucro antes de impostos do Corporate Bank foi de 561 milhões de euros para o exercício de 2020, face a 92 milhões de euros em 2019. Este aumento deveu-se principalmente à não recorrência de uma imparidade de goodwill no ano anterior e a atividades de reestruturação inferiores. Ajustados para encargos de transformação, despesas de reestruturação e indemnização, imparidades de goodwill e itens de receitas específicos, os lucros antes de impostos foi de 714 milhões de euros,

20% abaixo do ano anterior, principalmente motivado por receitas mais baixas e provisões para perdas de crédito mais elevadas em 2020.

As receitas líquidas do exercício foram de 5,1 mil milhões de euros, ou 5,2 mil milhões de euros excluindo uma perda na venda do Postbank Systems AG, 2% inferior em relação ao ano anterior, apesar de um ambiente de taxas de juro desafiante e outros efeitos negativos no panorama macroeconómico.

As receitas líquidas da Global Transaction Banking de 3,7 mil milhões de euros foram 112 milhões de euros, ou 3%, inferiores, em comparação com 3,8 mil milhões de euros no ano anterior, uma vez que os efeitos negativos das taxas de juro foram parcialmente compensados pela fixação de novos preços em depósitos, pelas iniciativas de gestão do balanço e pelo tiering do BCE, bem como por ações de reequilíbrio de carteiras. As receitas de gestão de caixa foram ligeiramente inferiores, uma vez que os efeitos negativos das taxas de juro e da conversão cambial foram parcialmente compensados pela fixação de novos preços em depósitos, pelo tiering do BCE e pelas iniciativas de gestão do balanço. As receitas de Trade Finance e Lending mantiveram-se essencialmente estáveis face ao ano anterior. As receitas de Securities Services e Trust and Agency Services foram significativamente inferiores, principalmente devido a reduções das taxas de juro nos EUA e na Ásia.

As receitas líquidas de Commercial Banking, de 1,4 mil milhões de euros, aumentaram 1% ou 2%, excluindo uma perda de 16 milhões de euros na venda da Postbank Systems AG em comparação com 2019, uma vez que os efeitos negativos das taxas de juro foram compensados, principalmente pela fixação de novos preços em depósitos.

A provisão para perdas de crédito foi de 366 milhões de euros, um aumento de 82 milhões de euros face ao ano anterior, principalmente devido a eventos idiossincráticos.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 4,2 mil milhões de euros, 13% inferiores em comparação com os 4,9 mil milhões de euros do ano anterior, o que incluiu uma imparidade de goodwill no segundo trimestre e encargos de reestruturação mais elevados. Os custos ajustados, ex. encargos de transformação de 4,0 mil milhões de euros desceram 2% face ao ano anterior, refletindo iniciativas de redução dos custos não remuneratórios, redução da mão-de-obra e um impacto positivo dos efeitos de conversão cambial.

## 2019

O lucro antes de impostos do Corporate Bank foi de 92 milhões de euros no exercício de 2019, face aos 1,3 mil milhões de euros do ano anterior. A diminuição face ao ano anterior foi impulsionada por despesas gerais e administrativas mais elevadas, incluindo encargos de transformação, uma imparidade de goodwill, assim como custos de reestruturação mais elevados. Ajustado a encargos de transformação, despesas de reestruturação e indemnizações, imparidade de goodwill e rubricas específicas de receitas, o lucro antes de impostos foi de 894 milhões de euros em 2019.

As receitas líquidas do exercício de 2019 foram de 5,2 mil milhões de euros, 1% mais baixas em comparação com o ano anterior.

O Global Transaction Banking relatou receitas líquidas de 3,8 mil milhões de euros em 2019, uma diminuição de 98 milhões de euros, ou 3%, face aos 3,9 mil milhões de euros no ano anterior. As receitas de gestão de tesouraria mantiveram-se essencialmente estáveis, uma vez que o impacto negativo de uma conjuntura de taxas de juro mais baixas foi largamente compensado pelos efeitos positivos de uma mudança no mix de divisas dos depósitos em euros para depósitos em dólares dos EUA de maior rendimento, bem como pela implementação do escalonamento do BCE no quarto trimestre de 2019. As receitas do financiamento de transações aumentaram ligeiramente à medida que o crescimento no negócio de fluxos, após um bom desempenho especificamente na Ásia e na Alemanha, compensou um abrandamento nos produtos estruturados. As receitas da área de Trust & Agency Services aumentaram ligeiramente, devido ao aumento das receitas de juros líquidos e comissões e taxas. As receitas de valores mobiliários foram significativamente menores em resultado de uma mudança no perímetro de negócios após a alienação do negócio de Serviços de Fundos Alternativos, incluindo um ganho na alienação em 2018, outras rubricas não recorrentes em 2018 e a saída do negócio de ações em 2019.

As receitas líquidas na Banca Comercial foram de 1,4 mil milhões de euros, um aumento de 63 milhões de euros, ou 5%, em relação ao ano anterior, impulsionado por um rendimento líquido de juros ligeiramente superior, na sequência do crescimento do volume de empréstimos e do aumento dos rendimentos de serviços e comissões, principalmente em resultado de medidas de fixação de novos preços. Estes efeitos mais do que compensam o impacto negativo da conjuntura de baixas taxas de juro.

A provisão para perdas de crédito foi de 284 milhões de euros, um aumento de 142 milhões de euros em 2018, um ano com um nível excepcionalmente baixo de provisões em termos de padrões históricos. O aumento reflete a conjuntura macroeconómica enfraquecida e as incertezas geopolíticas com um pequeno número de eventos específicos e lançamentos e recuperações mais baixos.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2019 foram de 4,9 mil milhões de euros, um aumento de 986 milhões de euros, ou 25%, comparativamente aos 3,9 mil milhões de euros do ano anterior, impulsionado pela execução da estratégia de transformação, que desencadeou uma imparidade do goodwill, custos de reestruturação mais elevados e encargos de

transformação relacionados principalmente com imparidades informáticas em 2019. Além disso, os custos foram negativamente afetados por mudanças nas alocações de custos internos após a resseguração em 2019.

Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação foram de 4,1 mil milhões de euros, um aumento de 7% em relação ao ano anterior. O aumento reflete um gasto maior em controlos e tecnologia, assim como as mudanças já mencionadas na alocação de custos de serviços internos.

## Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading	7.088	5.525	5.644	1.563	28	(119)	(2)
Geração de dívida	1.542	1.119	1.146	423	38	(27)	(2)
Geração de ações	379	149	197	231	155	(48)	(24)
Consultoria	277	370	458	(93)	(25)	(88)	(19)
Geração e consultoria	2.198	1.638	1.801	560	34	(163)	(9)
Outros	(3)	(144)	117	142	(98)	(261)	N/S
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>9.283</b>	<b>7.019</b>	<b>7.561</b>	<b>2.265</b>	<b>32</b>	<b>(542)</b>	<b>(7)</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>688</b>	<b>109</b>	<b>70</b>	<b>579</b>	<b>N/S</b>	<b>38</b>	<b>54</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.906	1.983	2.175	(76)	(4)	(192)	(9)
Despesas gerais e administrativas	3.493	4.237	4.134	(744)	(18)	103	2
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	14	169	199	(155)	(92)	(30)	(15)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>5.413</b>	<b>6.389</b>	<b>6.509</b>	<b>(975)</b>	<b>(15)</b>	<b>(121)</b>	<b>(2)</b>
Participações minoritárias	11	20	24	(8)	(41)	(4)	(18)
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>3.171</b>	<b>502</b>	<b>958</b>	<b>2.669</b>	<b>N/S</b>	<b>(456)</b>	<b>(48)</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	574	502	458	72	14	43	9
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	69	75	65	(6)	(8)	10	16
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	4.258	4.351	4.623	(93)	(2)	(273)	(6)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos

### 2020

O lucro antes de impostos foi de 3,2 milhões de euros em 2020, um decréscimo de 2,7 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior. O aumento deveu-se principalmente a receitas significativamente mais elevadas, bem como a menores despesas gerais e administrativas e de reestruturação, parcialmente compensadas por provisões significativamente mais elevadas para perdas de crédito.

As receitas líquidas foram de 9,3 mil milhões de euros em 2020, um aumento de 2,3 mil milhões de euros, ou 32%, em relação a 2019.

As receitas da área de FIC Sales & Trading foram de 7,1 mil milhões de euros, um decréscimo de 1,6 mil milhões de euros, ou 28%. As receitas de taxas foram significativamente mais elevadas, com o negócio a beneficiar do impacto do reposicionamento estratégico, além de fortes fluxos de clientes e condições de mercado. As receitas de divisas foram significativamente mais elevadas, motivadas pelo aumento da volatilidade do mercado, especificamente no primeiro semestre do ano e pela força em derivados. As receitas da negociação de crédito foram inferiores, motivadas pelas condições adversas do mercado de crédito no primeiro trimestre, embora o negócio tenha recuperado bem no segundo semestre do ano. As receitas nos mercados emergentes foram significativamente mais elevadas, com as três regiões a aumentarem em relação ao ano anterior. As receitas de financiamento foram inferiores, com a atividade também afetada pelo mercado de crédito adverso no primeiro trimestre, além de receitas mais baixas nos setores afetados pela pandemia da COVID-19.

As receitas líquidas da área de Geração e Consultoria foram de 2,2 mil milhões de euros, um aumento de 560 milhões de euros, ou 34%, em comparação com o exercício anterior. As receitas de geração de dívida foram de 1,5 mil milhões de euros, significativamente mais elevadas do que no ano anterior, principalmente motivadas pelo aumento da atividade e dos ganhos de quota de mercado em Investment Grade Debt. As receitas de geração de ações de 379 milhões de euros foram também significativamente mais elevadas, refletindo um conjunto de taxas do setor recorde e a força do DB no mercado de Special Purpose Acquisition Company. As receitas de consultoria, no valor de 277 milhões de euros, foram significativamente inferiores num ambiente de comissões reduzido, que foi afetado pela pandemia da COVID-19.

As outras receitas foram de 3 milhões de euros negativos, face a 144 milhões de euros negativos em 2019. O aumento anual foi materialmente motivado por um pequeno ganho de 6 milhões de euros relacionado com o impacto do DVA em determinados passivos derivados face a uma perda de 140 milhões de euros em 2019.

A provisão para perdas de crédito foi de 688 milhões de euros, ou 89 pontos base de empréstimos médios, um aumento de 579 milhões de euros, ou 74 pontos base, principalmente motivado por imparidades relacionadas com a COVID-19.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2020 foram de 5,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 975 milhões de euros, ou 15%, em comparação com o ano anterior, refletindo custos ajustados mais baixos, reestruturação e indemnização reduzidas e litígios inferiores. Os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação, diminuíram 9%, motivados pela gestão disciplinada das despesas e pela redução das atribuições de custos de serviço.

## 2019

O lucro antes de impostos foi de 502 milhões de euros em 2019, um decréscimo de 456 milhões de euros, ou 48%, em comparação com o exercício anterior. O decréscimo foi impulsionado principalmente por menores receitas, uma maior provisão para perdas de crédito e despesas gerais e administrativas mais elevadas, parcialmente compensadas por remunerações e benefícios mais baixos. A configuração da divisão durante o segundo semestre de 2019, na sequência do anúncio estratégico de transformação do Deutsche Bank, criou um impacto negativo nas receitas a curto prazo e conduziu a encargos de transformação que afetaram a rentabilidade do exercício. Ajustado para encargos de transformação, reestruturação e indemnizações, bem como para rubricas específicas de receitas, o lucro antes de impostos em 2019 foi de 929 milhões de euros, face a 924 milhões de euros em 2018.

As receitas líquidas foram de 7,0 mil milhões de euros em 2019, um decréscimo de 543 milhões de euros ou, 7%, em relação a 2018.

As receitas da área de FIC Sales & Trading foram de 5,5 mil milhões de euros, um decréscimo de 119 milhões de euros, ou 2%. As receitas de taxas foram ligeiramente inferiores, tendo o negócio sido afetado a curto prazo pela instalação operacional da divisão. As receitas cambiais foram mais baixas, em grande parte devido à persistente baixa volatilidade do mercado. As receitas de crédito foram mais elevadas, motivadas pelo forte desempenho na negociação de fluxos e o aumento do rendimento líquido de juros devido a saldos de empréstimos mais elevados, parcialmente compensados por menores receitas de dívidas em incumprimento. As receitas nos Mercados Emergentes foram superiores, como resultado da melhoria significativa do desempenho na negociação de fluxos.

As receitas líquidas da área de Geração e Consultoria foram de 1,6 mil milhões de euros, uma diminuição de 163 milhões de euros, ou 9%, em comparação com o exercício anterior. As receitas da área de geração de dívida foram de 1,1 mil milhões de euros, essencialmente estáveis em comparação com o exercício anterior, uma vez que as receitas mais elevadas das obrigações de High Yield e Investment Grade foram compensadas por uma diminuição dos créditos alavancados. As receitas de consultoria no valor de 370 milhões de euros foram inferiores numa conjuntura de volume de comissões reduzidas. As receitas de geração de ações de 149 milhões de euros foram significativamente inferiores, refletindo o nosso reposicionamento do franchise.

As receitas provenientes de Outros foram de 144 milhões de euros negativos, face a um ganho de 117 milhões de euros em 2018. O decréscimo face ao ano anterior foi impulsionado por uma perda de 140 milhões de euros (2018: um ganho de 126 milhões de euros) relacionada com o impacto dos ajustamentos da avaliação de dívida em determinados passivos derivados.

A provisão para perdas de crédito foi de 109 milhões de euros, um aumento de 38 milhões de euros face ao exercício anterior; no entanto, as provisões mantiveram-se em 15 pontos base de empréstimos em média, ou níveis relativamente baixos, refletindo os fortes padrões de subscrição e gestão do risco do banco.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2019 foram de 6,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 121 milhões de euros, ou 2%, em relação ao exercício anterior, apesar dos 211 milhões de euros de encargos de transformação. Os custos ajustados, excluindo os custos de transformação, diminuíram em 6%, impulsionados pela redução dos colaboradores de front office e respetivas remunerações, a alocação de custos de serviço mais baixos e a gestão disciplinada dos custos não remuneratórios.



## Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas:</b>							
Private Bank Alemanha	4.992	5.070	5.320	(78)	(2)	(251)	(5)
International Private Bank	3.134	3.137	3.200	(3)	(0)	(64)	(2)
IPB Personal Banking <sup>1</sup>	830	869	888	(39)	(5)	(19)	(2)
IPB Private Banking <sup>2</sup> e Wealth Management	2.304	2.267	2.312	37	2	(44)	(2)
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>8.126</b>	<b>8.206</b>	<b>8.520</b>	<b>(80)</b>	<b>(1)</b>	<b>(314)</b>	<b>(4)</b>
Of which:							
Rendimento de juros líquido	4.475	4.804	4.905	(329)	(7)	(101)	(2)
Rendimentos de serviços e comissões	3.048	2.865	2.788	183	6	77	3
Rendimentos restantes	603	537	827	66	12	(290)	(35)
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>711</b>	<b>344</b>	<b>349</b>	<b>367</b>	<b>107</b>	<b>(5)</b>	<b>(2)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros):</b>							
Remunerações e benefícios	2.884	2.990	3.059	(106)	(4)	(69)	(2)
Despesas gerais e administrativas	4.242	4.481	4.448	(240)	(5)	34	1
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	545	0	(545)	N/S	545	N/S
Atividades de reestruturação	413	126	49	287	N/S	76	155
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>7.539</b>	<b>8.142</b>	<b>7.556</b>	<b>(603)</b>	<b>(7)</b>	<b>586</b>	<b>8</b>
Participações minoritárias	0	(0)	(0)	1	N/S	(0)	N/S
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>(124)</b>	<b>(279)</b>	<b>616</b>	<b>155</b>	<b>(56)</b>	<b>(895)</b>	<b>N/S</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>3</sup>	297	270	270	26	10	0	0
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	237	227	216	10	5	11	5
Ativos sob Gestão (em mil milhões de euros) <sup>4</sup>	493	482	446	11	2	36	8
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	16	4	(2)	12	N/S	7	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	29.945	31.599	32.437	(1.654)	(5)	(838)	(3)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Incluindo pequenas empresas em Itália, Espanha e Índia.

<sup>2</sup> Incluindo pequenas e médias empresas em Itália, Espanha e Índia.

<sup>3</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

<sup>4</sup> Definimos ativos sob gestão como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós. Gerimos ativos sob gestão de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós. Os depósitos são considerados ativos sob gestão caso sirvam fins de investimento. No Private Bank Alemanha, IPB Personal Banking e IPB Private Banking, inclui depósitos a prazo e depósitos de poupança. Em Wealth Management do IPB, é assumido que todos os depósitos de clientes são detidos por nós principalmente para fins de investimento.

### 2020

Em 2020, o Private Bank prosseguiu a execução da sua agenda estratégica. Os resultados foram afetados por efeitos relacionados com a transformação de 642 milhões de euros, incluindo 520 milhões de euros de despesas de reestruturação e indemnização, bem como encargos de transformação de 122 milhões de euros, que foram a principal razão para uma perda antes de impostos relatada de 124 milhões de euros em 2020. Ajustado para estes efeitos relacionados com a transformação e para itens de receitas específicos, tal como mencionado na secção Medidas financeiras não-GAAP do presente relatório, o lucro antes de impostos foi de 493 milhões de euros em 2020, em comparação com o lucro antes de impostos ajustado de 507 milhões de euros no ano anterior. A provisão mais elevada para perdas de crédito e os encargos de contencioso mais elevados foram compensados por reduções de custos.

As receitas líquidas de 8,1 mil milhões de euros em 2020 diminuíram 80 milhões de euros, ou 1%, em comparação com 2019, refletindo principalmente contribuições positivas mais baixas de itens de receitas específicas que incluíram em 2020 um impacto negativo de 88 milhões de euros relacionado com a venda do Postbank Systems AG. Excluindo as receitas específicas, as receitas permaneceram ao nível do ano anterior, uma vez que o crescimento dos volumes e o aumento dos rendimentos de serviços e comissões compensaram os efeitos negativos do ambiente de baixas taxas de juro e da pandemia da COVID-19.

No Private Bank Alemanha, as receitas líquidas de 5,0 mil milhões de euros diminuíram 78 milhões de euros, ou 2%, face ao ano anterior. As receitas, excluindo o impacto relacionado com o Postbank Systems AG, foram estáveis em comparação com 2019. Os efeitos adversos contínuos das taxas de juro mais baixas e da COVID-19 foram compensados pelo crescimento das receitas de empréstimos e pelo aumento dos rendimentos de serviços e comissões de produtos de investimento, produtos de seguros e de medidas de reformulação.

As receitas líquidas do International Private Bank (IPB), no valor de 3,1 mil milhões de euros, permaneceram essencialmente estáveis em comparação com o ano anterior. O segmento de clientes do IPB, Private Banking and Wealth Management, alcançou receitas líquidas de 2,3 mil milhões de euros em 2020, um aumento de 37 milhões de euros, ou 2%, em comparação com 2019. Os efeitos negativos das taxas de juro mais baixas e da COVID-19, e os impactos negativos da conversão cambial, foram mais do que compensados pelo crescimento do negócio em produtos de investimento e empréstimos, refletindo benefícios da contratação anterior. As receitas líquidas no segmento de clientes de Personal Banking diminuíram 39 milhões de

euros, ou 5%, para 830 milhões de euros em 2020. Esta diminuição deveu-se principalmente aos impactos negativos da compressão da margem de depósito e da COVID-19.

A provisão para perdas de crédito foi de 711 milhões de euros em 2020, em comparação com 344 milhões de euros em 2019. O aumento deveu-se principalmente aos impactos negativos da pandemia da COVID-19, bem como aos benefícios mais elevados, em 2019, das vendas de carteira e dos refinamentos de modelos. Além disso, o aumento esteve também relacionado com o crescimento do negócio de empréstimos.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 7,5 mil milhões de euros aumentaram 603 milhões de euros, ou 7%, face a 2019. O impacto positivo anual da não recorrência de uma imparidade de goodwill de 545 milhões de euros em 2019 foi largamente compensado por 296 milhões de euros de efeitos mais elevados relacionados com a transformação, motivados por gastos de reestruturação e indemnização mais elevados, refletindo iniciativas relacionadas com a execução da agenda estratégica, bem como 104 milhões de euros em encargos de litígio mais elevados.

Os custos ajustados, excluindo encargos de transformação, de 6,8 mil milhões de euros, diminuíram 459 milhões de euros, ou 6%, em comparação com 2019. A diminuição deveu-se principalmente a iniciativas de redução de custos e a sinergias de medidas de eficiência, incluindo reduções de mão-de-obra. A mão-de-obra interna do PB diminuiu para menos de 30.000 no final de 2020.

Os ativos sob gestão no valor de 493 mil milhões de euros aumentaram 11 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2019. O aumento foi principalmente atribuível a entradas líquidas de 16 mil milhões de euros e à apreciação de mercado de 6 mil milhões de euros, parcialmente compensado por um impacto negativo de 9 mil milhões de euros de variações cambiais. As entradas líquidas de 16 mil milhões de euros durante 2020 foram quase inteiramente em produtos de investimento.

## 2019

Em 2019, o Private Bank apresentou um prejuízo antes de impostos de 279 milhões de euros, em comparação com um lucro antes de impostos de 616 milhões de euros em 2018. A diminuição foi atribuível a menores ganhos com a venda de ativos, bem como a um impacto agregado de aproximadamente 900 milhões de euros relacionado com a execução da estratégia de transformação em 2019. Isto incluiu uma imparidade de 545 milhões de euros para a redução total do goodwill da Wealth Management, encargos de transformação no valor de 190 milhões de euros, que inclui principalmente imparidades de software e imobiliárias, bem como custos de reestruturação e indemnizações. Ajustado a estes encargos, bem como a rubricas específicas de receitas, o lucro antes de impostos melhorou, apesar dos obstáculos contínuos da conjuntura de baixas taxas de juro, de 360 milhões de euros em 2018 para 507 milhões de euros em 2019, apoiado pelo crescimento do volume dos empréstimos e dos ativos sob gestão, bem como por sinergias incrementais de custos decorrentes da fusão dos nossos negócios na Alemanha, concluída em 2018.

As receitas líquidas foram de 8,2 mil milhões de euros em 2019, um decréscimo de 314 milhões de euros, ou 4%, em comparação com o exercício anterior, devido à ausência de um ganho de 156 milhões de euros com a venda de um imóvel em 2018 e a um menor impacto positivo das atividades de reestruturação na Sal. Oppenheim Excluindo estas rubricas, as receitas mantiveram-se essencialmente estáveis em comparação com o exercício de 2018, uma vez que o crescimento dos volumes e das comissões compensou parcialmente os obstáculos da conjuntura de taxas de juro baixas.

As receitas líquidas no Private Bank Alemanha de 5,1 mil milhões de euros diminuíram 251 milhões de euros, ou 5%, em comparação com o exercício anterior, principalmente na sequência de menores ganhos com a venda de ativos, incluindo um ganho de 156 milhões de euros com a venda de um imóvel em 2018. Os efeitos adversos contínuos do ambiente de baixas taxas de juro foram parcialmente compensados pelo crescimento das receitas de empréstimos. As menores receitas dos serviços postais após um alinhamento contratual foram mais do que compensadas por maiores receitas de produtos de investimento, bem como maiores receitas de taxas das contas correntes, refletindo medidas de fixação de novos preços.

No International Private Bank (IPB), as receitas líquidas de 3,1 mil milhões de euros diminuíram 64 milhões de euros, ou 2%, em comparação com 2018, motivadas por um impacto inferior de 107 milhões de euros das atividades de negociação relacionadas com posições herdadas na Sal. Oppenheim As receitas líquidas no IPB Private Banking e Wealth Management, de 2,3 mil milhões de euros, diminuíram 44 milhões de euros, ou 2%, motivadas pelo impacto mais baixo acima mencionado das receitas líquidas relacionadas com a Sal. Atividades de negociação da Oppenheim. Excluindo este efeito, as receitas líquidas permaneceram essencialmente estáveis face ao período do exercício anterior. Receitas de empréstimos mais elevadas, bem como rendimentos de comissão superiores, na sequência de ativos sob gestão mais elevados, compensaram o impacto negativo do atual ambiente de baixas taxas de juro nos depósitos. As receitas líquidas da IPB Personal Banking, de 869 milhões de euros, diminuíram 19 milhões de euros, ou 2%. As receitas de empréstimos mais elevadas compensaram o impacto negativo do atual ambiente de baixas taxas de juro. O crescimento das receitas em produtos de investimento e medidas de fixação de novos preços relacionadas com as contas correntes compensaram em grande medida o impacto negativo de uma alteração no tratamento das taxas de empréstimo em Itália e a não recorrência dos benefícios das vendas de ativos mais pequenos.

A provisão para perdas de crédito de 344 milhões de euros, ou 15 pontos base de empréstimos, manteve-se essencialmente estável face a 2018, refletindo a natureza conservadora das nossas carteiras, fortes padrões de subscrição e também um

impacto positivo das vendas de carteiras e dos aperfeiçoamento dos modelos. Estes impactos positivos compensam o aumento da provisão para perdas de crédito, em linha com o crescimento dos nossos negócios de empréstimos.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 8,1 mil milhões de euros, um aumento de 586 milhões de euros, ou 8%, face a 2018. O aumento incluiu o referido impacto agregado de aproximadamente 900 milhões de euros relacionado com a imparidade do goodwill, encargos relacionados com a transformação e despesas com reestruturação e indemnizações.

Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação foram de 7,3 mil milhões de euros, um decréscimo de 3% face a 2018, refletindo uma rigorosa disciplina de custos, bem como as medidas de reorganização executadas, incluindo sinergias incrementais de custos relacionadas com a fusão das empresas alemãs.

Os ativos sob gestão no valor de 482 mil milhões de euros aumentaram 36 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2018. O aumento foi principalmente atribuível a 31 mil milhões de euros de valorização do mercado, 4 mil milhões de euros de entradas líquidas e 2 mil milhões de euros de variações cambiais. As entradas líquidas de 4 mil milhões de euros durante 2019 foram principalmente em produtos de investimento.

## Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Comissões de gestão	2.136	2.141	2.115	(5)	(0)	26	1
Comissões de desempenho e transação	90	201	91	(111)	(55)	111	122
Outros	3	(10)	(19)	13	N/S	9	(48)
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>2.229</b>	<b>2.332</b>	<b>2.187</b>	<b>(103)</b>	<b>(4)</b>	<b>146</b>	<b>7</b>
Provisão para perdas de crédito	2	1	(1)	1	59	2	N/S
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	740	832	787	(92)	(11)	45	6
Despesas gerais e administrativas	764	851	929	(87)	(10)	(78)	(8)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	22	29	19	(6)	(22)	10	51
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>1.527</b>	<b>1.711</b>	<b>1.735</b>	<b>(185)</b>	<b>(11)</b>	<b>(23)</b>	<b>(1)</b>
Participações minoritárias	157	152	85	5	4	68	80
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>544</b>	<b>468</b>	<b>368</b>	<b>76</b>	<b>16</b>	<b>99</b>	<b>27</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	9	10	10	(0)	(5)	(0)	(1)
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)	793	768	664	25	3	103	16
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	30	25	(23)	5	N/S	48	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	3.926	3.925	4.022	1	0	(97)	(2)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

### 2020

Em 2020, as condições de mercado foram afetadas pela pandemia global da COVID-19. Todos os principais índices de ações foram negociados a níveis significativamente inferiores no segundo trimestre, com uma recuperação na maioria dos mercados no final do ano e com a depreciação do dólar dos Estados Unidos em relação ao euro. Os fluxos líquidos globais foram positivos, combinados com um crescimento em Ativos sob Gestão.

Em 2020, os ativos sob gestão relataram um lucro antes de impostos de 544 milhões de euros, um aumento de 76 milhões de euros, ou 16%, em relação aos 468 milhões de euros do exercício anterior, impulsionado principalmente por uma redução nas despesas. Ajustado a encargos de transformação, bem como a despesas de reestruturação e indemnizações, o lucro antes de impostos foi de 586 milhões de euros em 2020, face a 539 milhões de euros em 2019.

As receitas líquidas foram de 2,2 mil milhões de euros, uma diminuição de 103 milhões de euros, ou 4%, em comparação com o exercício anterior.

As comissões de gestão foram de 2,1 mil milhões de euros em 2020, essencialmente estáveis em comparação com o exercício anterior, uma vez que os efeitos do desempenho positivo do mercado e do crescimento da área de Passivos foram parcialmente compensados pela diminuição das margens das comissões de gestão.

As comissões de desempenho e transação de 90 milhões de euros em 2020 aumentaram significativamente em 111 milhões de euros, ou 55%, em comparação com o exercício de 2019, impulsionadas principalmente por uma comissão de desempenho não recorrente de "Alternatives" e "Multi Asset" reconhecida em 2019.

As outras receitas foram de 3 milhões de euros, face a 10 milhões de euros negativos em 2019, com ambos os anos afetados negativamente pelo justo valor de produtos garantidos, combinados com rendimentos de investimento mais baixos, maior contribuição do investimento na Harvest Fund Management Co Limited e encargos de financiamento do tesouro mais baixos em 2020.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,5 mil milhões de euros, um decréscimo de 185 milhões de euros, ou 11%, em comparação com o exercício anterior, motivados por uma diminuição da remuneração variável e iniciativas de eficiência combinadas com poupanças relacionadas com pandemias, tais como custos de viagem e entretenimento e marketing. Os gastos operacionais (excl. juros) também foram inferiores, uma vez que no ano anterior incluíram encargos de transformação relacionados com uma redução de imóveis.

Os custos ajustados, excluindo encargos de transformação, foram de 1,5 mil milhões de euros em 2020, uma diminuição de 159 milhões de euros, ou 10%, em comparação com 1,6 mil milhões de euros em 2019, uma vez que as despesas de remuneração mais baixas foram apoiadas por custos não remuneratórios mais baixos.

Os ativos sob gestão foram de 793 mil milhões de euros, uma diminuição de 25 mil milhões de euros, ou 3%, face a 31 de dezembro de 2019. O aumento foi impulsionado por entradas líquidas de 30 mil milhões de euros e 24 mil milhões de euros relacionados com o desenvolvimento favorável do mercado, principalmente a partir do segundo semestre de 2020, parcialmente compensado por efeitos cambial negativos de 26 mil milhões de euros. As entradas líquidas foram principalmente impulsionadas por Passivos e Numerário e continuaram a ser apoiadas por Alternativos. Os fundos dedicados à ESG continuaram a atrair entradas líquidas fortes.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2020, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>96</b>	<b>234</b>	<b>58</b>	<b>71</b>	<b>57</b>	<b>156</b>	<b>96</b>	<b>768</b>
Fluxos de entrada	21	47	16	19	503	85	12	703
Fluxos de saída	(19)	(54)	(18)	(22)	(483)	(68)	(8)	(673)
Fluxos líquidos	2	(7)	(2)	(3)	20	17	4	30
Impacto cambial	(2)	(9)	(0)	(0)	(4)	(7)	(3)	(26)
Desempenho	3	7	1	1	0	13	(2)	24
Outros	(1)	(6)	1	1	2	0	(1)	(3)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>97</b>	<b>220</b>	<b>59</b>	<b>69</b>	<b>75</b>	<b>179</b>	<b>93</b>	<b>793</b>
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	72	13	34	28	4	19	50	28

## 2019

Em 2019, as condições de mercado eram menos voláteis em comparação com 2018, ajudando a melhorar a apetência dos investidores pelo risco. Todos os principais índices de ações foram negociados em níveis mais elevados em 2019, tendo ocorrido a valorização do dólar americano em relação ao euro. As condições gerais de mercado foram mais favoráveis em comparação com 2018, com efeitos positivos nas entradas líquidas e o crescimento significativo dos Ativos sob gestão.

Em 2019, os ativos sob gestão relataram um lucro antes de impostos de 468 milhões de euros, um aumento de 99 milhões de euros, ou 27%, em relação aos 368 milhões de euros do exercício anterior, impulsionado principalmente por taxas de desempenho significativamente mais elevadas. Ajustado a despesas de transformação, bem como a despesas de reestruturação e indemnizações, o lucro antes de impostos foi de 539 milhões de euros em 2019, face a 413 milhões de euros em 2018.

As receitas líquidas foram de 7,5 mil milhões de euros, uma diminuição de 564 milhões de euros, ou 7%, em comparação com o exercício anterior.

As comissões de gestão foram de 2,1 mil milhões de euros em 2019, essencialmente estáveis em comparação com o exercício anterior, uma vez que os efeitos do desempenho positivo do mercado e do crescimento da área de "Passive and Alternatives" foram parcialmente compensados pela diminuição das margens das comissões de gestão.

As comissões de desempenho e transação de 201 milhões de euros em 2019 aumentaram significativamente em 111 milhões de euros, ou 122%, em comparação com o exercício de 2018, impulsionadas principalmente por uma comissão de desempenho não recorrente "Alternatives" e "Multi Asset" reconhecida em 2019.

Outras receitas foram de 10 milhões de euros negativos em comparação com os 19 milhões de euros negativos em 2018, com ambos os anos afetados pelo justo valor das garantias para os produtos garantidos.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,7 mil milhões de euros, um decréscimo de 23 milhões de euros, ou 1%, em comparação com o exercício anterior. As despesas gerais e administrativas foram mais baixas devido a uma redução significativa das taxas de serviços profissionais, do custo de marketing e da ausência de despesas de litígio relativas a um negócio antigo vendido, parcialmente compensadas por despesas de transformação relativas a uma imparidade imobiliária. As remunerações e os benefícios foram mais elevados, principalmente devido às remunerações relacionadas com o desempenho.

Os custos ajustados excluindo os custos de transformação foram de 1,6 mil milhões de euros em 2019, uma ligeira diminuição de 13 milhões de euros, ou 1%, em comparação com 1,7 mil milhões de euros em 2018, uma vez que as despesas de remuneração mais elevadas foram compensadas pela poupança nas taxas de serviços profissionais e despesas de marketing.

Os ativos sob gestão foram de 664 mil milhões de euros, uma diminuição de 37 mil milhões de euros, ou 16%, face a 31 de dezembro de 2017. O aumento foi impulsionado por 74 mil milhões de euros relacionados com o desenvolvimento favorável do mercado, 25 mil milhões de euros de entradas líquidas e 7 mil milhões de euros resultantes de efeitos cambiais positivos. As entradas líquidas ocorreram principalmente nas áreas de crescimento direcionado de produtos Passive, Alternatives e Multi Asset. O desenvolvimento dos ativos sob gestão também foi afetado pelo desempenho superior dos fundos emblemáticos e estratégias direcionadas, um aumento do número de fundos classificados com 4 ou 5 estrelas pela Morningstar e pelas inovações de produtos.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2019, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>77</b>	<b>227</b>	<b>46</b>	<b>63</b>	<b>58</b>	<b>112</b>	<b>81</b>	<b>664</b>
Fluxos de entrada	15	58	16	20	447	65	20	642
Fluxos de saída	(17)	(66)	(9)	(18)	(449)	(46)	(11)	(617)
Fluxos líquidos	(2)	(8)	7	2	(2)	19	9	25
Impacto cambial	0	3	0	0	1	1	1	7
Desempenho	20	13	5	8	1	23	4	74
Outros	(1)	(1)	(0)	(2)	(0)	1	1	(3)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>96</b>	<b>234</b>	<b>58</b>	<b>71</b>	<b>57</b>	<b>156</b>	<b>96</b>	<b>768</b>
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	76	12	35	27	4	22	54	30

## Unidade de Libertação de Capital

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>	<b>(225)</b>	<b>217</b>	<b>1.911</b>	<b>(442)</b>	<b>N/S</b>	<b>(1.694)</b>	<b>(89)</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>29</b>	<b>(14)</b>	<b>(36)</b>	<b>43</b>	<b>N/S</b>	<b>22</b>	<b>(61)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	168	359	547	(191)	(53)	(188)	(34)
Despesas gerais e administrativas	1.774	2.898	2.742	(1.124)	(39)	156	6
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	5	143	62	(139)	(97)	81	131
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>1.947</b>	<b>3.400</b>	<b>3.351</b>	<b>(1.453)</b>	<b>(43)</b>	<b>49</b>	<b>1</b>
Participações minoritárias	(0)	1	1	(1)	N/S	1	136
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>(2.201)</b>	<b>(3.170)</b>	<b>(1.404)</b>	<b>970</b>	<b>(31)</b>	<b>(1.766)</b>	<b>126</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	198	259	370	(62)	(24)	(111)	(30)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	482	621	1.540	(139)	(22)	(919)	(60)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos

## 2020

A CRU sofreu um prejuízo antes de impostos de 2,2 mil milhões de euros em 2020, em comparação com um prejuízo antes de impostos de 3,2 mil milhões de euros em 2019. Esta melhoria em relação ao ano anterior foi principalmente motivada por menores despesas gerais e administrativas, remunerações e benefícios mais baixos, custos de reestruturação mais baixos que mais do que compensaram a perda de receitas da saída da atividade de negociação de ações.

As receitas líquidas foram negativas em 225 milhões de euros, uma diminuição de 442 milhões de euros em comparação com 2019. As receitas negativas em 2020 representam um ano completo de execução da estratégia e foram impulsionadas pela redução do risco, pelo financiamento e pelos custos de garantia, parcialmente compensados pela recuperação dos custos do Prime Finance. O ano anterior incluiu seis meses de receitas operacionais antes da constituição da CRU.

A provisão para perdas de crédito foi de 29 milhões de euros, em comparação com uma libertação de 14 milhões de euros em 2019. Embora o lançamento líquido em 2019 tenha sido dominado por um pequeno número de eventos específicos em várias carteiras, 2020 viu provisões adicionais impulsionadas pela carteira de transportes marítimos já herdada.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,9 mil milhões de euros, um decréscimo de 1,5 mil milhões de euros, ou 43%, em comparação com o exercício anterior. Em coerência com a nossa estratégia, 2020 viu custos de reestruturação significativamente inferiores de 5 milhões de euros, em comparação com 143 milhões de euros incorridos no ano anterior. Do mesmo modo, a CRU incorreu em custos de transformação significativamente inferiores, com 162 milhões de euros incorridos em 2020, em comparação com encargos de transformação de 510 milhões de euros em 2019, principalmente relacionados com imparidades ao nível do software.

Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação foram de 1,7 mil milhões de euros, um decréscimo de 861 milhões de euros, ou 33%, em comparação com 2019, na sequência de custos de remunerações e benefícios mais baixos, tanto na remuneração fixa como na variável, e custos não remuneratórios reduzidos, principalmente devido a honorários profissionais mais baixos, bem como a serviços de comunicação e dados.

A exposição à alavancagem foi de 72 mil milhões de euros, 8 mil milhões de euros acima do objetivo de final do ano do euro de 80 mil milhões de euros. Isto representa uma redução de 43% face a 127 mil milhões de euros no final de 2019.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) foram de 34 mil milhões de euros no final de 2020, 4 mil milhões de euros abaixo do objetivo de 38 mil milhões de euros no final do exercício. Isto representa uma redução de 11 mil milhões de euros no exercício completo, dos quais 10 mil milhões de euros de risco de crédito e de mercado ou uma redução de 48% em relação ao período do ano anterior.

## 2019

A CRU sofreu um prejuízo antes de impostos de 3,2 mil milhões de euros em 2019, em comparação com um prejuízo antes de impostos de 1,4 mil milhões de euros em 2018. Contudo, as ações de gestão permitiram à divisão reduzir significativamente os ativos ponderados pelo risco e alavancar a exposição de acordo com a intenção estratégica. O aumento das perdas em relação ao exercício anterior foi impulsionado principalmente por menores receitas, custos de reestruturação mais elevados e despesas gerais e administrativas mais elevadas, parcialmente compensados por remunerações e benefícios mais baixos e provisões para perdas de crédito.

As receitas líquidas foram de 208 milhões de euros, um decréscimo de 1,7 mil milhões de euros, ou 89%, em relação a 2018. As receitas foram afetadas pela decisão no terceiro trimestre de sair do negócio de ações, fechar a transação no primeiro semestre de 2019 para vender o negócio da banca de retalho em Portugal e pelos custos associados à redução do risco de ativos. As receitas de financiamento especial foram significativamente inferiores às do exercício anterior, refletindo saldos médios mais baixos durante o exercício e margens reduzidas. As receitas incluíram uma perda de 116 milhões de euros de rubricas específicas relacionadas com as atualizações dos parâmetros do modelo e os ajustamentos da avaliação de dívida.

A provisão para perdas de crédito foi um desembolso de 14 milhões de euros em 2019 face a 36 milhões de euros no exercício anterior. Enquanto o desembolso líquido em 2018 foi impulsionado principalmente por atividades de vendas no nosso negócio de retalho e transporte marítimo, 2019 foi dominado por um pequeno número de eventos específicos em várias carteiras.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 3,4 mil milhões de euros, um aumento de 49 milhões de euros, ou 1%, em comparação com o exercício anterior. 2019 incluiu despesas de reestruturação de 143 milhões de euros, um aumento de 81 milhões de euros em relação ao exercício anterior, e encargos de transformação de 510 milhões de euros, principalmente relacionados com imparidades de software.

Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação foram de 2,6 mil milhões de euros, um decréscimo de 725 milhões de euros, ou 22%, em comparação com o exercício anterior, na sequência de custos de remunerações e benefícios mais baixos, tanto na remuneração fixa como na variável, e custos não remuneratórios reduzidos, principalmente devido a honorários profissionais mais baixos, bem como a serviços de comunicação e dados.

A exposição de alavancagem no final de 2019 era de 127 mil milhões de euros, 13 mil milhões de euros acima da meta de 2019. Isto representa uma redução de 55% face a 281 mil milhões de euros no final de 2018.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) foram de 46 mil milhões de euros no final de 2019, 6 mil milhões de euros abaixo do objetivo de 52 mil milhões de euros no final do exercício, e desceram 36% face aos 72 mil milhões de euros no final de 2018.

## Corporate & Other (C&O)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>	<b>(530)</b>	<b>147</b>	<b>(142)</b>	<b>(678)</b>	<b>N/S</b>	<b>289</b>	<b>N/S</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>(3)</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>(4)</b>	<b>N/S</b>	<b>(0)</b>	<b>(84)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	3.709	3.906	4.183	(197)	(5)	(277)	(7)
Despesas gerais e administrativas	(3.140)	(3.380)	(3.754)	240	(7)	374	(10)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	3	40	(1)	(38)	(93)	41	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>572</b>	<b>566</b>	<b>428</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>138</b>	<b>32</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>(169)</b>	<b>(173)</b>	<b>(109)</b>	<b>3</b>	<b>(2)</b>	<b>(64)</b>	<b>58</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>(930)</b>	<b>(247)</b>	<b>(461)</b>	<b>(684)</b>	<b>N/S</b>	<b>215</b>	<b>(47)</b>
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	38.680	39.389	41.463	(709)	(2)	(2.074)	(5)

N/S – não significativo  
Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

### 2020

A C&O relatou uma perda antes de impostos de 930 milhões de euros em 2020, em comparação com uma perda antes de impostos de 247 milhões de euros em 2019, um aumento de perdas de 684 milhões de euros, principalmente motivado por uma contribuição negativa de diferenças de avaliação e calendário em 2020, após uma contribuição positiva no ano anterior.

As receitas líquidas foram negativas em 530 milhões de euros em 2020, em comparação com os negativos 147 milhões de euros em 2019. As receitas relatadas provenientes das diferenças de avaliação e calendarização foram de 85 milhões de euros negativos 2020, em comparação com 573 milhões de euros em 2019. Tal deveu-se ao impacto negativo das atividades de negociação no mercado relacionadas com os acordos de financiamento do banco, no contexto de spreads mais apertados na emissão de financiamento do Deutsche Bank, que conduziram a custos de financiamento mais baixos. As receitas líquidas relacionadas com financiamento e liquidez foram negativas em 235 milhões de euros em 2020, contra 204 milhões de euros negativos em 2019.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 572 milhões de euros em 2020, um aumento de 6 milhões de euros, ou 1%, face a 2019. Os gastos operacionais (excl. juros) de 2020 incluíram 168 milhões de euros acima das despesas de infraestrutura previstas, que são retidas em C&O, em comparação com 65 milhões de euros inferiores às despesas de infraestrutura planeados em 2019, bem como encargos de transformação, refletindo principalmente a racionalização acelerada do banco da sua pegada imobiliária. As despesas com litígios totalizaram um crédito de 67 milhões de euros em 2020, refletindo uma libertação líquida de provisões, em comparação com gastos de 238 milhões de euros em 2019. As despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de negócio, foram de 403 milhões de euros em 2020, uma descida de 15% em comparação a 2019. Em 2019, os efeitos positivos foram reconhecidos a partir da libertação de saldos herdados.

As participações minoritárias são deduzidas do lucro antes de impostos das divisões e revertidos na C&O. Estes foram de 169 milhões de euros em 2020, em comparação com 173 milhões de euros em 2019, principalmente relacionados com a DWS.

### 2019

A C&O reportou uma perda antes de impostos de 247 milhões de euros em 2019, face a uma perda antes de impostos de 461 milhões de euros em 2018, um decréscimo de 47%, essencialmente motivado por maiores efeitos positivos das diferenças de avaliação e calendarização e por reversões mais altas de participações minoritárias, principalmente relacionadas com a DWS, deduzidas dos lucros antes de impostos das divisões em 2019.

As receitas líquidas foram de 147 milhões de euros em 2019, em comparação com os negativos 142 milhões de euros em 2018. As receitas relacionadas com as diferenças de avaliação e calendarização foram de 573 milhões de euros em 2019, face a 107 milhões de euros em 2018, impulsionadas pelo impacto positivo no preço de mercado das atividades de cobertura de risco relacionadas com os acordos de financiamento do banco. As receitas líquidas relativas a financiamento e liquidez foram de 204 milhões de euros negativos em 2019 face a 87 milhões de euros negativos em 2019, principalmente devido à implementação de um novo quadro interno de Preços de Transferência de Fundos no terceiro trimestre de 2019. Os custos relacionados com a introdução do novo quadro são detidos em C&O enquanto o novo quadro é implementado de forma faseada.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 566 milhões de euros em 2019, um aumento de 138 milhões de euros, ou 32%, em comparação com 2018, impulsionados principalmente por despesas de litígio de 238 milhões de euros em 2019, em comparação com 52 milhões de euros em 2018. As despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de negócio, aumentaram de 422

milhões de euros em 2018 para 476 milhões de euros em 2019. Adicionalmente, os efeitos positivos da libertação de saldos antigos também foram reconhecidos no terceiro trimestre de 2019 com gastos operacionais (excl. juros).

As participações minoritárias são deduzidas do lucro antes de impostos das divisões e revertidos na C&O. O aumento de 109 milhões de euros em participações minoritárias revertidas em 2018 para 173 milhões de euros em 2019 esteve principalmente relacionado com lucros mais elevados na DWS.



## Posição Financeira

### Ativos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2020	31 dez 2019	Variação absoluta	Variação em %
Caixa, banco central e saldos interbancários	175.339	147.228	28.111	19
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo	8.533	14.229	(5.696)	(40)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	527.941	530.713	(2.772)	(1)
Of which: Ativos detidos para negociação	107.929	110.875	(2.946)	(3)
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	343.455	332.931	10.524	3
Of which: Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	76.121	86.901	(10.779)	(12)
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	55.834	45.503	10.331	23
Empréstimos pelo custo amortizado	426.995	429.841	(2.846)	(1)
Restantes ativos	130.617	130.161	457	0
Of which: Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	74.564	63.401	11.163	18
<b>Total do ativo</b>	<b>1.325.259</b>	<b>1.297.674</b>	<b>27.585</b>	<b>2</b>

### Passivo e capital próprio

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2020	31 dez 2019	Variação absoluta	Variação em %
Depósitos	568.031	572.208	(4.177)	(1)
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	4.241	3.374	867	26
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	419.199	404.448	14.751	4
Of which: Passivos detidos para negociação	44.316	37.065	7.250	20
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	327.775	316.506	11.269	4
Of which: Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	46.582	50.332	(3.750)	(7)
Outros empréstimos a curto prazo	3.553	5.218	(1.665)	(32)
Dívida a longo prazo	149.163	136.473	12.690	9
Restantes passivos	118.876	113.795	5.082	4
Of which: Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	79.810	71.287	8.524	12
<b>Total do passivo</b>	<b>1.263.063</b>	<b>1.235.515</b>	<b>27.548</b>	<b>2</b>
<b>Total do capital próprio</b>	<b>62.196</b>	<b>62.160</b>	<b>37</b>	<b>0</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>1.325.259</b>	<b>1.297.674</b>	<b>27.585</b>	<b>2</b>

## Movimentos nos ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2020, o balanço total de 1,3 bilhões de euros aumentou ligeiramente em 27,6 mil milhões de euros (ou 2,1%) em comparação com o final do ano de 2019.

Os principais fatores para este movimento global foram aumentos em caixa, bancos centrais e saldos interbancários de 28,1 mil milhões de euros, principalmente motivados por fundos recebidos do terceiro programa de refinanciamento de TLTRO do BCE reconhecido em dívida a longo prazo, a venda de ativos de depósito selecionados e uma diminuição em títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo.

Os valores a receber relacionados com corretagem e títulos aumentaram 11,2 mil milhões de euros, em grande parte devido a um aumento nos valores a receber da margem de caixa de 9,6 mil milhões de euros, resultante principalmente de posições de derivados mais elevadas. Este aumento nos restantes ativos foi largamente compensado por uma diminuição de 10,7 mil milhões de euros da venda de ativos da carteira em modelo deter para cobrar. Os valores a pagar relacionados com corretagem e títulos aumentaram 8,5 mil milhões de euros principalmente a partir de margens de caixa a pagar em resultado de posições de derivados mais elevadas, contribuindo para o aumento global de 5,1 mil milhões de euros em restantes passivos.

Os valores de mercado positivos e negativos dos instrumentos financeiros derivados aumentaram 10,5 mil milhões de euros e 11,3 mil milhões de euros, respetivamente, principalmente em produtos cambiais nos EUA.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral aumentaram 10,3 mil milhões de euros, principalmente motivados por compras de obrigações soberanas como parte da gestão da nossa reserva de liquidez estratégica.

Os recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos tomados a título de empréstimo mensurados a custos amortizados e em ativos financeiros não negociáveis obrigatórios ao justo valor através de resultados

diminuíram 13,8 mil milhões de euros, motivados por reduções geridas na sequência de condições de mercado desfavoráveis, bem como de operações vencidas. Os passivos correspondentes diminuíram 1,3 mil milhões de euros.

Os passivos detidos para negociação aumentaram 7,3 mil milhões de euros, principalmente atribuíveis ao apoio a atividades de produção de mercado em produtos de caixa e derivados. Os ativos detidos para negociação diminuíram 2,9 mil milhões de euros, principalmente motivados pela redução das posições na Unidade de Libertação de Capital.

Os depósitos diminuíram 4,2 mil milhões de euros, principalmente motivados por uma redução nos depósitos do Corporate Bank, refletindo as nossas iniciativas específicas para gerir proativamente passivos, parcialmente compensados por um aumento modesto nos depósitos à vista do Private Bank.

Os empréstimos ao custo amortizado diminuíram 2,8 mil milhões de euros, principalmente motivados por movimentos cambiais, parcialmente compensados pelo crescimento dos empréstimos na Alemanha.

O movimento global do balanço incluiu uma diminuição de 47,6 mil milhões de euros, devido a variações cambiais sobretudo motivadas pela desvalorização do dólar dos Estados Unidos face ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento das rubricas do balanço discutidas nesta secção.

## Liquidez

As reservas de liquidez totalizavam 243 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 (face a 222 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019). Mantivemos um resultado positivo no teste de esforço de liquidez em 31 de dezembro de 2020 (no cenário combinado).

## Ações

O total do capital próprio em 31 de dezembro de 2020, aumentou 37 milhões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2019. Esta alteração foi motivada por um conjunto de fatores que, no seu conjunto, tiveram um efeito de compensação, incluindo a emissão de novas componentes adicionais de capital próprio (títulos adicionais Tier 1, tratados como capital próprio de acordo com o IFRS) de 1,2 mil milhões de euros em 11 de fevereiro de 2020, o resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank de 495 milhões de euros, ganhos líquidos não realizados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral de 233 milhões de euros, bem como ganhos de reavaliação relacionados com planos de benefícios definidos de 223 milhões de euros, líquidos de impostos. Estes fatores foram quase compensados por um impacto negativo da conversão cambial de 1,7 mil milhões de euros, líquido de impostos, principalmente resultante do enfraquecimento do dólar dos Estados Unidos em relação ao euro e dos cupões pagos sobre componentes adicionais de capital no valor de 349 milhões de euros.

## Fundos próprios

O nosso capital Common Equity Tier 1 (CET 1) conforme o CRR/CRD em 31 de dezembro de 2020 aumentou para 0,6 mil milhões de euros para 44,7 mil milhões de euros, em comparação com 44,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. Os Ativos ponderados pelo risco (RWA) de acordo com o quadro CRR/CRD aumentaram 4,9 mil milhões de euros para 329,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, em comparação com 324,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. Devido à diminuição do capital CET 1 CRR/CRD e dos RWA CRR/CRD, o rácio de capital CET 1 CRR/CRD em 31 de dezembro de 2020 permanece inalterado em 13,6% em comparação com 31 de dezembro de 2019.

A 31 de dezembro de 2020, o nosso capital Tier 1 de CRR/CRD IV totalizava 51,5 mil milhões de euros, sendo composto por um capital CRR/CRD CET 1 de 44,7 mil milhões de euros e um capital Tier 1 CRR/CRD adicional (AT1) de 6,8 mil milhões de euros. O capital Tier 1 CRR/CRD foi 1,0 mil milhões de euros mais elevado do que no final de 31 de dezembro de 2019, motivado por um aumento no capital CET 1 CRR/CRD de 0,6 mil milhões de euros e por um aumento no capital CRR/CRD AT1 de 0,5 mil milhões de euros desde o final do ano de 2019. O rácio de capital Tier 1 CRR/CRD em 31 de dezembro de 2020 aumentou para 15,7% em comparação com 15,6% em 31 de dezembro de 2019.

O nosso capital regulamentar total CRR/CRD em 31 de dezembro de 2020 totalizava 58,5 mil milhões de euros, em comparação com 56,5 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2019. O aumento de capital total CRR/CRD foi motivado por um aumento no capital Tier 1 CRR/CRD de 1,0 mil milhões de euros e por um aumento no capital CRR/CRD Tier 2 de 1,0 mil milhões de euros desde o final do ano de 2019. O rácio de capital total CRR/CRD em 31 de dezembro de 2020 aumentou para 17,8% em comparação com 17,4% em 31 de dezembro de 2019.

## Liquidez e recursos de capital

Para uma análise detalhada sobre a gestão do nosso risco de liquidez, consultar o Relatório de Risco.

### Notações de crédito

O Deutsche Bank é classificado pela Moody's Deutschland GmbH ("Moody's"), S&P Global Ratings UK Limited ("S&P"), Fitch Ratings – uma filial da Fitch Ratings Ireland Limited ("Fitch") e DBRS Ratings GmbH. ("DBRS Morningstar", juntamente com Moody's, S&P e Fitch, as "Agências de notação").

A Moody's, a Fitch e a DBRS estão estabelecidas na União Europeia e foram registadas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, na redação em vigor, relativo às agências de notação de crédito ("Regulamento ANC"). Relativamente à S&P, as notações de crédito são aprovadas pela sede da na Irlanda (S&P Global Ratings Europe Limited), em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC.

### Desenvolvimento nas notações de crédito

As agências de notação reconhecem os progressos constantes em termos de execução que o banco fez para atingir os seus objetivos ao longo de 2020, nomeadamente a melhoria da rentabilidade e provisões para perdas de crédito contidas, apesar do ambiente macroeconómico difícil. Isto refletiu-se nas últimas atualizações das perspetivas da S&P, da Moody's e da Fitch.

Em 26 de fevereiro de 2021, a S&P aumentou as suas perspetivas para o Deutsche Bank para positivas, ao destacar negativamente a resiliência melhorada do banco e a execução disciplinada da sua estratégia de transformação, com 85% da transformação agora concluída. A Agência também aumentou as suas notações de títulos Tier 1 adicionais do Deutsche Bank em um nível, de B+ para BB-. Em abril de 2020, a S&P tinha revisto as perspetivas do Deutsche Bank para negativas de estáveis, refletindo o agravamento dos riscos da COVID-19.

Em 25 de janeiro de 2021, a Fitch aumentou as suas perspetivas sobre as notações do Deutsche Bank para positivas, destacando os progressos na transformação como o principal fator para esta melhoria em duas fases. Globalmente, o impacto da pandemia no desempenho financeiro e na estratégia do banco tem sido gerível até agora. Um ímpeto de receitas melhor do que o esperado nos negócios principais tem compensado os desvios das taxas de juro e as provisões de crédito elevadas.

Esta ação de notação seguiu uma série de ações da Fitch no início do ano. Em 28 de maio de 2020, a agência confirmou as notações do Deutsche Bank e alterou as perspetivas para negativas, resolvendo a sua classificação negativa de alerta de crédito a partir de 27 de março de 2020. Em 12 de outubro de 2020, a Fitch atualizou os títulos Tier 1 adicionais do Deutsche Bank para BB-, de B+, refletindo a melhoria da capitalização e das reservas dos bancos acima dos requisitos regulamentares.

Em 3 de novembro de 2020, a Moody's afirmou as suas notações do Deutsche Bank e alterou as suas perspetivas para estáveis, de negativas. A execução efetiva e os progressos subjacentes constantes no sentido dos seus objetivos a médio prazo ajudaram o Deutsche Bank a melhorar a estabilidade dos ganhos, a reduzir o consumo de capital e de exposição à alavancagem, bem como a sua dependência do financiamento por grosso.

Todas as Agências acompanharão de perto os progressos feitos no sentido dos objetivos do banco para 2022, com destaque para a gestão prudente do risco, a forte qualidade dos ativos e outras melhorias na rentabilidade. A curto prazo, as Agências continuam a enfrentar desafios de execução.

### Os impactos potenciais das reduções de notações

O Deutsche Bank calcula o impacto potencial contratual e hipotético de uma redução de um nível e de dois níveis pelas agências de notação (Moody's, Standard & Poor's e Fitch) sobre a sua posição de liquidez, e inclui este impacto no respetivo teste de esforço de liquidez diário e nos cálculos de rácio de cobertura de liquidez. Os resultados do LCR e dos testes de esforço de liquidez por cenário são divulgados em separado.

Em termos de obrigações contratuais, o impacto hipotético em saídas de esforço de liquidez de derivados de uma redução de notação de crédito em 1 nível nas três agências de notação Moody's, Standard & Poor's e Fitch totaliza aproximadamente 0,4 mil milhões de euros, essencialmente motivados pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais. O impacto hipotético de uma redução de notação de crédito em 2 níveis totaliza aproximadamente 0,4 mil milhões de euros, principalmente motivada pelo aumento de derivados contratuais e/ou requisitos de margem.

A análise acima assume uma redução simultânea pelas três agências de notação Moody's, Standard & Poor's e Fitch que iria reduzir consequentemente a capacidade de financiamento do Deutsche Bank nos montantes referidos. Esta análise contratual específica é integrada no cenário de testes de esforço de liquidez idiossincrático do banco.

O impacto efetivo de uma redução de nível do Deutsche Bank é imprevisível e pode variar dos potenciais impactos de financiamento e liquidez descritos acima.

#### Categorias de notação selecionadas

	Risco de contraparte	Sênior preferencial/ Depósitos <sup>1</sup>	Sênior não preferencial <sup>2</sup>	Notação a curto prazo
Moody's Investors Service, Nova Iorque	A3	A3	Baa3	P-2
Standard & Poor's, Nova Iorque	–	BBB+	BBB-	A-2
Fitch Ratings, Nova Iorque	BBB+ (nota- ção de contra- parte de deri- vados)	BBB+	BBB	F2
DBRS, Toronto	A (elevada)	A (baixa)	BBB (elevado)	R-1 (baixa)

<sup>1</sup> Definida como notação bancária sênior não garantida na Moody's, como dívida não garantida sênior na Standard & Poor's, como dívida sênior preferencial na Fitch e como dívida sênior na DBRS. Todas as agências fornecem notações separadas para depósitos e dívida "sênior preferencial", mas no mesmo nível de notação.

<sup>2</sup> Definida como notação de dívida sênior júnior na Moody's, como dívida subordinada sênior na Standard & Poor's e como dívida sênior não preferencial na Fitch e na DBRS.

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e cada notação deverá ser consultada e avaliada separadamente e as agências de notação devem ser consultadas para todas as explicações relativamente ao significado das respectivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. As notações de crédito a longo prazo não devem ser vistas como recomendações para comprar, deter ou vender os títulos do Deutsche Bank.

## Divulgação tabelar de obrigações contratuais

#### Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2020.

Obrigações contratuais		Pagamento devido por período			
em milhões de euros	Total	Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Superior a 5 anos
Obrigações de dívida de longo prazo <sup>1</sup>	159.425	61.783	36.206	30.366	31.070
Títulos fiduciários preferenciais <sup>1,2</sup>	1.345	1.345	0	0	0
Passivos financeiros de longo prazo designados ao justo valor através de resultados <sup>3</sup>	3.501	367	727	1.090	1.316
Futuras saídas de caixa não refletidas na mensuração de passivos de locações <sup>4</sup>	5.971	50	330	461	5.130
Passivos por locação <sup>1</sup>	4.566	699	902	902	2.064
Obrigações de aquisição	4.209	500	1.825	899	985
Depósitos de longo prazo <sup>1</sup>	24.018	0	8.585	5.223	10.210
Outros passivos de longo prazo	1.279	419	117	202	541
<b>Total</b>	<b>204.313</b>	<b>65.163</b>	<b>48.692</b>	<b>39.141</b>	<b>51.316</b>

<sup>1</sup> Inclui pagamentos de juros.

<sup>2</sup> Data de pagamento contratual ou primeira data de compra.

<sup>3</sup> Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.

<sup>4</sup> Para mais detalhes, consulte a Nota 22 "Locações".

As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 22, "Locações", Nota 26, "Depósitos" e Nota 30, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".

# Perspetivas

## A economia global

### Perspetivas da economia global

Crescimento económico (em %) <sup>1</sup>	2021 <sup>2</sup>	2020	Principal fator responsável
<b>Economia global</b>			
PIB	<b>6,3</b>	(3,3)	Em 2021, o curso da pandemia COVID-19 e os progressos em matéria de vacinação terão um impacto significativo no desenvolvimento das atividades económicas globais. Desde o início de 2021, várias economias têm-se deparado com o ressurgimento da pandemia. As vacinas altamente eficazes e amplamente disponíveis podem impulsionar a recuperação economicamente, como indicam as expectativas de crescimento económico atualizadas. O ritmo desta recuperação variará significativamente em todos os países, em função do acesso às vacinas e do apoio público disponível.
Inflação	<b>2,9</b>	2,7	
Dos quais:			
Países industrializados			
PIB	<b>5,0</b>	(5,1)	Com uma política monetária expansiva, os bancos centrais dos países industrializados continuam a prestar um grande apoio. Uma vez que não se espera que sejam atingidos níveis elevados de imunidade até ao segundo semestre de 2021, espera-se que um apoio fiscal adicional ajude a limitar o impacto económico às famílias e às empresas a partir das medidas no âmbito da COVID-19 reinstituídas no início de 2021. Espera-se que os países industriais beneficiem de um comércio global robusto.
Inflação	<b>1,6</b>	0,7	
Mercados emergentes			
PIB	<b>7,1</b>	(2,1)	Nos mercados emergentes, espera-se que as vacinas se tornem mais amplamente disponíveis no decurso de 2021. Espera-se que as economias com baixos níveis de atividade económica e uma dependência relativamente elevada da procura interna, como na maioria dos países da América Latina, sejam particularmente beneficiadas. Espera-se que uma recuperação gradual da indústria de viagens apoie ainda mais a recuperação económica, especialmente na Ásia. A recuperação económica global será um importante motor para a evolução das taxas de câmbio nos mercados emergentes.
Inflação	<b>3,7</b>	3,9	
<b>Economia da área do euro</b>			
PIB	<b>5,6</b>	(6,8)	O início dos programas de vacinação nas economias da Zona Euro em 2021 deverá apoiar a recuperação da atividade económica, que deverá regressar aos níveis pré-COVID-19 até ao final de 2021, devido à recuperação esperada do ciclo de produção global. A continuação das medidas temporárias de estímulo da Europa depende, em parte, do ritmo da recuperação económica, uma vez que não se espera que o Fundo de Recuperação da UE desembolse receitas até ao segundo semestre de 2021 e que o Banco Central Europeu (BCE) reveja a posição da política monetária até ao final do terceiro trimestre de 2021, seis meses antes do termo previsto para as compras líquidas do Programa de compras de emergência pandémica (PEPP).
Inflação	<b>1,0</b>	0,2	
Dos quais: Economia alemã			
PIB	<b>4,0</b>	(5,0)	Após um primeiro trimestre fraco previsto de 2021, na sequência da renovação das medidas de contenção da COVID-19, espera-se que o crescimento do PIB alemão recupere acentuadamente ao longo do ano. Espera-se que o nível de produção pré-pandemia seja atingido no segundo semestre de 2021. As exportações deverão continuar a ser o principal motor de produção, principalmente devido à recuperação do comércio mundial e ao declínio da incerteza na política comercial. Em 2021, a Alemanha enfrentará uma transição política, uma vez que, durante o ano, terão lugar eleições federais e múltiplas eleições estaduais.
Inflação	<b>1,3</b>	0,4	
<b>Economia dos Estados Unidos</b>			
PIB	<b>5,9</b>	(3,5)	É provável que a nova administração Biden forneça outra parcela de apoio fiscal em 2021. Espera-se que um programa conjunto de infra-estruturas e uma reforma fiscal sejam aprovados no final do ano. O PIB real dos EUA deverá regressar ao seu nível pré-pandemia no segundo semestre de 2021 e convergir para a trajetória de crescimento pré-pandemia até ao final de 2021. Espera-se que uma melhoria significativa do crescimento e do mercado de trabalho faça avançar uma flexibilização quantitativa do Banco da Reserva Federal até ao final de 2021.
Inflação	<b>2,4</b>	1,2	
<b>Economia do Japão</b>			
PIB	<b>1,5</b>	(4,9)	Espera-se que o Japão alcance um nível elevado de vacinação apenas até ao final do primeiro semestre de 2021, tendo em conta o fornecimento limitado de vacinas COVID-19. A inflação pode ser afetada pela política governamental e manter-se moderada. O Governo e o Banco do Japão (BoJ) tomaram-se mais alinhados na política de coordenação, que poderá aprofundar-se ainda mais em 2021.
Inflação	<b>0,2</b>	0,0	
<b>Economia asiática<sup>3</sup></b>			
PIB	<b>8,8</b>	(1,0)	As notícias positivas sobre as vacinas COVID-19 melhoraram as perspetivas de crescimento para as economias asiáticas. A China e a Coreia do Sul podem atingir níveis elevados de imunidade e, por isso, uma normalização total da atividade económica antes do quarto trimestre de 2021. A maioria das economias emergentes asiáticas deverá seguir-se um ou dois trimestres mais tarde. Os bancos centrais estarão em foco não tanto pela sua fixação de taxas, mas pela sua capacidade de fazer o recuar as obrigações do Estado e compensar a pressão de apreciação sobre as divisas asiáticas.
Inflação	<b>2,3</b>	3,1	
Dos quais: Economia chinesa			
PIB	<b>10,0</b>	2,3	Espera-se que o ímpeto económico positivo continue no primeiro semestre de 2021, apoiado por uma procura externa mais forte. Isto irá preparar o cenário para a saída da política fiscal e monetária até ao segundo semestre do ano. Os objetivos políticos do Banco Popular da China (PBOC) para 2021 mudaram para questões mais estruturais. O aperto dos empréstimos imobiliários deverá enviar um forte sinal político. É provável que os empréstimos das autoridades locais sejam restringidos, o que irá abrandar os investimentos em infraestruturas.
Inflação	<b>1,5</b>	2,5	

As perspetivas para a economia global e o setor bancário no capítulo seguinte refletem as nossas expectativas gerais relativamente à evolução futura da economia e da indústria. Os pressupostos económicos utilizados nos nossos modelos são definidos separadamente nas respetivas secções.

<sup>1</sup> Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário

<sup>2</sup> Fontes: Deutsche Bank Research

<sup>3</sup> Incluindo China, Índia, Indonésia, República da Coreia e ex Japão

Há uma série de riscos para as nossas perspetivas económicas globais. Os desafios em curso da COVID-19 e a possibilidade de novos confinamentos em 2021 poderão atenuar consideravelmente o ímpeto económico. Os crescentes encargos com a

dívida pública poderão também ter impacto na economia mais ampla da Zona Euro. As tensões comerciais, incluindo as próximas negociações comerciais entre os EUA e a União Europeia (UE), poderão ter um impacto negativo nas perspetivas económicas globais. Além disso, o aumento das tensões geopolíticas, particularmente no Médio Oriente, poderia criar mais incerteza.

## O setor bancário

As perspetivas para o setor bancário global em 2021 continuarão a ser afetadas pela pandemia da COVID-19 e pelo início de uma recuperação económica. Uma série de tendências que dominaram a atividade bancária em 2020 poderiam inverter-se. De um modo geral, espera-se que a rentabilidade bancária recupere das grandes diminuições verificadas em 2020, uma vez que as menores provisões para perdas com empréstimos deverão mais do que compensar os obstáculos às receitas.

É provável que as taxas de juro baixas continuem a ter um impacto sobre o rendimento de juros líquido, com um maior impacto nos EUA, tendo em conta as mais recentes diminuições das taxas de juro do que na Europa, onde as taxas têm sido mais estáveis a níveis mais baixos. O rendimento de juros líquido é também suscetível de ser negativamente afetado por um abrandamento do crescimento dos empréstimos, especialmente no setor empresarial, dados os fortes níveis de liquidez das empresas na Europa e nos EUA. Na China, os bancos poderão beneficiar da contenção precoce da pandemia e da recuperação económica mais avançada.

Espera-se que os rendimentos de taxas e comissões sejam afetados por uma série de fatores. Em primeiro lugar, os volumes de financiamento podem diminuir, o que poderá influenciar ativamente os mercados de capitais. Em segundo lugar, as avaliações dos mercados de ações podem continuar a aumentar devido à política monetária ultra-suave, beneficiando as taxas de gestão de ativos. Por último, taxas de juro muito baixas podem também desencadear um aumento da atividade de fusões e aquisições (M&A).

Espera-se que as provisões para perdas de crédito diminuam em relação aos níveis elevados registados em 2020. É provável que o ritmo de diminuição seja mais rápido nos EUA, onde as provisões foram criadas durante a crise mais cedo do que na Europa, onde o provisionamento tem sido mais gradual. Quando aplicável, espera-se também que os bancos dos EUA e da Europa retomem as respetivas recompras de ações e pagamentos de dividendos, que foram suspensos pelas autoridades de supervisão no ano passado.

O Reino Unido (RU) deixou agora a União Europeia (UE) e o futuro imediato das suas relações económicas é regido por um acordo comercial, que não abrange os serviços financeiros transfronteiriços. Esses serviços serão regidos por requisitos regulamentares locais ou por acordos ad hoc entre entidades reguladoras das duas jurisdições. O Banco de Inglaterra e a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA) assinaram um Memorando de Entendimento (MOU) com a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) relativo à supervisão das entidades de infraestrutura de mercado. Espera-se que se sigam acordos semelhantes este ano, em especial um MOU que estabeleça um quadro estruturado para a cooperação regulamentar e o processo de adoção, suspensão e retirada de decisões de equivalência. Até à data, apenas foram tomadas pela UE duas decisões de equivalência limitadas no tempo, que se dirigiram às contrapartes centrais do RU, com termo em 30 de junho de 2022, e às centrais de depósito de títulos do RU, com termo em 30 de junho de 2021.

Os decisores políticos europeus irão debater alterações à regulamentação prudencial e de resolução destinadas a implementar o pacote Final de Basileia III, com especial incidência nos modelos de risco. Espera-se que a proposta legislativa seja emitida no primeiro semestre de 2021, com negociações para que o pacote final seja de vários anos.

## O Grupo Deutsche Bank

Em julho de 2019, anunciámos uma transformação estratégica do Deutsche Bank para voltarmos a concentrar-nos na rentabilidade sustentável e numa melhoria dos rendimentos para os nossos acionistas. No entanto, o ambiente macroeconómico, fiscal e regulamentar mudou desde então, devido à pandemia da COVID-19. Esta alteração do ambiente teve e pode ter um impacto ainda maior nos nossos resultados de operações, rácios de capital e no plano de capital que está na base dos nossos objetivos.

Apesar dos desafios associados à pandemia da COVID-19, pretendemos continuar a executar a nossa estratégia de forma disciplinada em 2021 e depois, concentrando-nos na melhoria da rentabilidade sustentável através do crescimento das receitas no nosso Core Bank e mantendo-nos disciplinados nos custos e no capital.

Os nossos indicadores-chave de desempenho são mostrados na tabela que se segue:

## Indicadores-chave de desempenho

Indicadores-chave de desempenho	31 dez 2020	KPI alvo 2022
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) do Grupo <sup>1</sup>	0,2%	8,0%
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) do Core Bank <sup>2</sup>	4,0%	acima de 9,0%
Custos ajustados <sup>3</sup>	19,5 mil milhões de euros	16,7 mil milhões de euros
Rácio custo/rendimento <sup>4</sup>	88,3%	70,0%
Rácio de capital Common Equity Tier 1 <sup>5</sup>	13,6%	acima de 12,5%
Rácio de alavancagem (fully loaded) <sup>6</sup>	4,7%	~4,5%

<sup>1</sup> Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

<sup>2</sup> Com base no lucro líquido do Core Bank atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

<sup>3</sup> Custos ajustados, excluindo encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

<sup>4</sup> Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

<sup>5</sup> O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

<sup>6</sup> Em 17 de setembro de 2020, o BCE anunciou a sua decisão de exercer a sua discricionariedade regulamentar, declarando circunstâncias excepcionais. Esta medida permite aos bancos excluir determinados saldos dos bancos centrais elegíveis da exposição à alavancagem. Os bancos beneficiarão da medida de auxílio até 27 de junho de 2021, quando o CRR2 entrar em vigor. O rácio de alavancagem excluindo este efeito era de 4,3% em 31 de dezembro de 2020.

Estamos focados em alcançar os nossos objetivos financeiros para 2022, principalmente a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) de 8% para o Grupo e superior a 9% para o nosso Core Bank. Em 2021, pretendemos basear-nos nos progressos feitos em 2020, incluindo alguns investimentos direcionados principalmente para a nossa integração de TI na Alemanha.

Em 2021, espera-se que as receitas do Grupo e do Core Bank sejam marginalmente inferiores em comparação com o ano anterior. No Investment Bank, esperamos que as receitas diminuam à medida que os volumes e a volatilidade da indústria normalizem a partir dos níveis elevados em 2020. Espera-se que o crescimento dos volumes e dos rendimentos de taxas no Corporate Bank e no Private Bank seja compensado pelos obstáculos às taxas de juro em curso. Na Asset Management, espera-se que as receitas sejam ligeiramente mais elevadas em resultado das taxas de desempenho e transação, bem como do impacto inferior ou positivo do justo valor das garantias.

Pretendemos reduzir ainda mais os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação e as despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance em 2021. Espera-se que o declínio resulte principalmente do impacto de execução das medidas já em curso, bem como da execução de novas reduções, principalmente nas nossas funções de infraestrutura e Private Bank. Planeamos investimentos incrementais de aproximadamente 300 milhões de euros em 2021, principalmente na nossa integração de IT na Alemanha. Esperamos efeitos relacionados com a transformação de aproximadamente mil milhões de euros em 2021. A execução das nossas medidas de redução de custos e planos de investimento para 2021 é coerente com os nossos custos ajustados de 16,7 mil milhões de euros atualizados, excluindo o objetivo de encargos de transformação em 2022, revisto de 17 mil milhões de euros. O nosso objetivo de custos ajustados para 2022 inclui pressupostos para contribuições para o Fundo Único de Resolução (SRF) de aproximadamente 0,4 mil milhões de euros em 2022. Os nossos pressupostos de SRF não assumem qualquer alteração na dimensão inicial do fundo-alvo do Conselho Único de Resolução (SRB) de 55 mil milhões de euros. Um aumento da dimensão global do fundo-alvo do SRB teria um impacto negativo nos nossos custos ajustados, excluindo o objetivo de encargos de transformação em conformidade. Estes impactos aplicam-se igualmente se os fundos do SRB foram utilizados no contexto de medidas de resolução ou se os ativos detidos pelo SRF diminuam de valor e tiverem de ser reconstituídos para atingir o nível pretendido ou se os pressupostos para as contribuições para os regimes de garantia de depósitos mudarem.

Esperamos que as provisões para perdas de crédito sejam ligeiramente inferiores em 2021 em comparação com o ano anterior, mas que permaneçam elevadas em comparação com os períodos anteriores à COVID-19. Para 2022, esperamos uma provisão para perdas de crédito entre 25 e 30 pontos base em percentagem dos empréstimos médios, à medida que a economia global recuperar e os níveis de provisão normalizarem. A secção "Relatório de Risco" do presente relatório fornece dados mais pormenorizados sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL).

Esperamos que o nosso rácio Common Equity Tier 1 (rácio CET 1) em 2021 seja afetado negativamente por decisões de supervisão pendentes e alterações de regras que conduzam a um ligeiro aumento dos ativos ponderados pelo risco (RWA), com um impacto negativo de aproximadamente 80 pontos base no nosso rácio CET 1. Caso contrário, espera-se que os RWA se mantenham essencialmente inalterados, com um crescimento seletivo no nosso Core Bank e uma pequena redução das alienações de ativos e a continuação da redução do risco na Unidade de Libertação de Capital. Espera-se que o nosso capital Common Equity Tier 1 permaneça essencialmente inalterado. Espera-se que o rácio CET1 permaneça acima de 12,5% em 2021.

Esperamos um aumento da nossa exposição à alavancagem em junho de 2021, uma vez que expira a exclusão temporária de determinados saldos de bancos centrais do Eurosistema. Esperamos que a exposição à alavancagem na Unidade de Libertação de Capital beneficie da conclusão da transferência da nossa plataforma Prime Finance para o BNP Paribas até ao final do ano de 2021. Espera-se que as reduções da exposição à alavancagem na Unidade de Libertação de Capital

apoiem a implantação seletiva de negócio no nosso Core Bank. Como resultado, espera-se que a exposição à alavancagem seja mais elevada no final do ano de 2021 em comparação com o final do ano de 2020. Espera-se que o nosso capital Tier 1 cresça moderadamente. Por conseguinte, esperamos que o nosso rácio de alavancagem seja ligeiramente inferior no final do ano de 2021 em comparação com o final do ano de 2020. Permanecemos empenhados em atingir o nosso objetivo de rácio de alavancagem de 4,5% no final do ano de 2022.

A execução face aos nossos objetivos financeiros para 2022 deverá posicionar-nos para começarmos a devolver capital aos acionistas através de dividendos e da recompra de ações a partir de 2022, em relação ao ano financeiro de 2021, sujeito a aprovações regulamentares. Os nossos pagamentos de dividendos estão sujeitos à nossa capacidade de relatar níveis suficientes de lucros distribuíveis ao abrigo das nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com as regras contabilísticas alemãs (HGB) para o respetivo exercício. Embora tenhamos anunciado que não será proposto qualquer pagamento de dividendos para o ano financeiro de 2020, pretendemos libertar capital para distribuição a partir de 2022 e esperamos devolver 5 mil milhões de euros de capital aos acionistas ao longo do tempo.

Devido à natureza da nossa atividade, estamos envolvidos em litígios, arbitragem e processos regulamentares e investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, especialmente nos EUA. Estas questões estão sujeitas a várias incertezas. Apesar de termos resolvido um conjunto de questões legais importantes e de termos alcançado progressos relativamente a outras, prevemos a continuação de dificuldades neste contexto de contencioso e execução. Os encargos líquidos com litígios em 2020 foram inferiores aos níveis de 2019, em certa medida devido a questões que avançam a um ritmo mais lento do que o esperado, o que, em parte, resultou da pandemia da COVID-19. Para 2021, e com uma advertência de que a previsão das despesas de litígio está sujeita a muitas incertezas, esperamos despesas de litígio, líquidas, superiores aos níveis observados em 2020.

Os custos ajustados, custos ajustados excluindo encargos de transformação, custos ajustados excluindo encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance, a rentabilidade das participações de capital tangíveis médias após impostos, bem como o rácio de alavancagem (fully loaded) são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

## Os nossos segmentos de negócio

### Corporate Bank

Para o Corporate Bank (CB), esperamos que o ambiente macroeconómico em 2021 continue a ser difícil em resultado da pandemia da COVID-19 e da continuação dos obstáculos às taxas de juro em resultado da maior deterioração do ambiente das taxas de juro no primeiro trimestre de 2020. No entanto, o Corporate Bank conseguiu atenuar em grande parte estes obstáculos em 2020 e manteve as receitas essencialmente inalteradas, executando os seus objetivos estratégicos.

Em 2021, esperamos que as receitas do Corporate Bank se mantenham essencialmente inalteradas em comparação com o ano anterior, uma vez que as nossas iniciativas de crescimento estratégico e os benefícios do programa TLTRO III do BCE deverão compensar os impactos da pandemia da COVID-19 e o difícil ambiente das taxas de juro. Para o Global Transaction Banking, esperamos que as receitas em 2021 permaneçam essencialmente inalteradas em comparação com o ano anterior, com as receitas na Gestão de Tesouraria essencialmente inalteradas, uma vez que os benefícios da reavaliação de depósitos, bem como o crescimento das receitas com taxas dos nossos projetos relacionados com pagamentos, deverão compensar os efeitos negativos das reduções das taxas de juro nos EUA e na Ásia-Pacífico no primeiro trimestre de 2020. Espera-se que as receitas de Trade Finance e Lending sejam ligeiramente mais elevadas, refletindo receitas adicionais de novos empréstimos, benefícios do programa TLTRO III do BCE e uma recuperação esperada da atividade empresarial global no segundo semestre do ano. As receitas de valores mobiliários deverão ser ligeiramente inferiores em 2021, motivadas pelo lançamento de mandatos específicos de clientes e pela ausência de rubricas esporádicas registadas no ano anterior. As receitas dos serviços fiduciários e de agente deverão manter-se essencialmente inalteradas, apoiadas pelo crescimento do negócio nas áreas de negócios de confiança empresarial e certificados de depósito, parcialmente compensadas pelos efeitos negativos das reduções das taxas de juro nos EUA e na Ásia-Pacífico no primeiro trimestre de 2020. Espera-se que as receitas de Commercial Banking se mantenham essencialmente inalteradas, uma vez que as ações de fixação de novos preços, iniciativas de concessão de empréstimos, alargamento da nossa oferta não bancária e benefícios do programa TLTRO III do BCE deverão compensar os obstáculos do ambiente negativo das taxas de juro.

Esperamos que a provisão para perdas de crédito para o Corporate Bank em 2021 seja inferior devido à ausência de eventos idiossincráticos no ano anterior e à melhoria das perspetivas macroeconómicas.

Espera-se que os gastos operacionais (excl. juros) para 2021 sejam ligeiramente inferiores, refletindo principalmente níveis mais baixos de custos não operacionais. Espera-se que os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação, permaneçam essencialmente inalterados, refletindo a disciplina contínua dos custos entre as despesas diretas e as alocações



de custos de serviços internos. Planeamos continuar concentrados na conformidade regulamentar, na melhoria do processo Conheça o seu cliente (KYC) e do processo de integração de clientes, na estabilidade do sistema e no controlo e conduta.

Para 2021, esperamos que os ativos ponderados pelo risco no Corporate Bank sejam mais elevados, motivados por alterações do modelo interno em linha com requisitos regulamentares, bem como pelo crescimento das nossas atividades de empréstimo.

Os riscos para as nossas perspetivas incluem impactos potenciais no nosso modelo de negócio a partir da incerteza geopolítica macroeconómica e global, incluindo a incerteza em torno da duração e recuperação da pandemia da COVID-19. Além disso, a incerteza em torno das políticas dos bancos centrais (por exemplo, o contexto das taxas de juro), a evolução regulamentar em curso (por exemplo, a finalização do quadro de Basileia III), os riscos de eventos e os níveis de atividade dos clientes podem também ter um impacto adverso.

## Investment Bank

Esperamos que as receitas do IB sejam mais baixas em 2021, em comparação com o ano anterior. As condições macroeconómicas e de mercado para o Investment Bank (IB) continuam a ser incertas em 2021. 2020 foi um ano muito forte para o IB, impulsionado pela nossa estratégia de alteração do foco e pelo novo envolvimento de clientes, o que impulsionou aumentos sustentáveis das receitas, que esperamos continuar em 2021. No entanto, a divisão também beneficiou do aumento da volatilidade e da atividade dos clientes impulsionada pela pandemia da COVID-19, que não deverá reincidir este ano.

Esperamos que as receitas de Vendas e negociação (FIC) sejam inferiores em 2021 em comparação com 2020. Espera-se que as Taxas e os Mercados Emergentes Globais continuem a basear-se no sucesso que os seus negócios com um novo foco tiveram em 2020, ao mesmo tempo que se espera que o nosso negócio FX beneficie do desenvolvimento em tecnologia e da parceria reforçada com o Corporate Bank (CB). Em Credit Trading, procuraremos desenvolver ainda mais o conjunto de produtos, com enfoque num conjunto de clientes mais específico, ao passo que o nosso negócio de Financiamento se concentrará na gestão disciplinada do risco e na implantação de recursos direcionada. No entanto, não esperamos que as Vendas e negociação FIC) beneficiem da volatilidade extrema relacionada com a COVID-19 vista no primeiro semestre do ano passado e, como resultado, com impacto na comparação ano após ano.

Na área de Origination & Advisory, esperamos que as receitas sejam inferiores em 2021 em comparação com 2020. Esperamos que o nosso negócio de Geração de Dívida se baseie nos êxitos vistos em 2020 na dívida de Investment Grade, enquanto o nosso negócio de Empréstimos Alavancados deverá beneficiar de uma maior reabertura do mercado de empréstimos alavancados. Em Equity Origination, continuaremos a oferecer uma capacidade total de subscrição e distribuição e procuraremos manter a nossa solidez no mercado da Special Purpose Acquisition Company. Na área de Advisory, os investimentos serão centrados na cobertura de setores de crescimento em que o banco tem uma vantagem competitiva. No entanto, espera-se que o volume de comissões da área de Origination & Advisory do setor diminua em 2021, à medida que o mercado regressar a níveis mais normalizados e, como resultado, com impacto na comparação ano após ano.

Esperamos que a provisão para perdas de crédito para o Investment Bank em 2021 seja inferior à do ano anterior, embora ainda a níveis elevados, devido ao impacto contínuo da pandemia da COVID-19.

Espera-se que os gastos operacionais (excl. juros) do Investment Bank em 2021 se mantenham, na generalidade, inalterados em comparação com o ano anterior. Prevê-se também que os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação, se mantenham essencialmente inalterados. Prevêem-se reduções do impacto anual da execução das ações de contagem de efetivos em 2020 e custos não remuneratórios mais baixos. No entanto, tal deverá ser compensado por aumentos das despesas não operacionais que beneficiaram do desembolso de provisões em 2020.

Para 2021, esperamos que os ativos ponderados pelo risco no IB sejam ligeiramente mais elevados, motivados pelos RWA de risco de crédito resultantes da inflação regulamentar. Espera-se que o crescimento do negócio subjacente seja globalmente estável para o ano.

Existem vários riscos para as nossas perspetivas em 2021, sendo o maior provavelmente a incerteza causada pela pandemia da COVID-19 em curso. O êxito relativo das várias vacinas em todo o mundo poderia ter impactos positivos ou adversos. O aumento dos níveis de risco de incumprimento, a continuação da apreciação da taxa de câmbio do euro e um dólar americano frágil também poderiam abrandar a recuperação económica. As políticas dos bancos centrais e os desenvolvimentos regulamentares em curso também representam riscos, enquanto desafios como os riscos de eventos e os níveis de atividade dos clientes também podem ter um impacto adverso.

## Private Bank

Para o Private Bank (PB), assumimos que o ambiente das taxas de juro continua a ser difícil e espera-se que a pandemia da COVID-19 continue a afetar os níveis da nossa provisão para perdas de crédito em 2021. Ao mesmo tempo, os nossos planos assumem uma normalização gradual do ambiente de mercado e da atividade dos clientes ao longo de 2021.

Espera-se que as receitas líquidas em 2021 permaneçam essencialmente inalteradas em comparação com 2020, com a continuação dos obstáculos do ambiente de baixas taxas de juro, compensado pelo crescimento das empresas e por medidas de nova fixação de preços selecionadas.

Espera-se que as receitas do Private Bank Alemanha permaneçam essencialmente estáveis em relação a 2020. Espera-se que os obstáculos contínuos da compressão da margem de depósito e uma menor contribuição das alocações do tesouro central sejam atenuados pelo crescimento contínuo nos negócios de empréstimos, rendimentos de comissões mais altos de produtos de investimento e seguros, bem como por esforços contínuos para implementar alterações de preços.

No International Private Bank (IPB), esperamos que as receitas sejam essencialmente estáveis ao longo do ano, com obstáculos do ambiente de taxas de juro mais baixas e a menor contribuição da reestruturação de cargos antigos na Sal. A Oppenheim, espera-se que seja atenuada pelo crescimento contínuo do negócio nos produtos de investimento e crédito e pelos benefícios da contratação direcionada, com destaque para o segmento de clientes do IPB Private Banking e Wealth Management.

Esperamos continuar a aumentar os nossos novos volumes de negócios num ambiente de mercado normalizado. A evolução dos volumes gerais de ativos sob gestão dependerá fortemente dos parâmetros de mercado, incluindo as taxas FX, e esperamos que sejam ligeiramente superiores em comparação com 2020, num ambiente de normalização.

Prevê-se que a provisão para perdas de crédito no Private Bank seja ligeiramente mais elevada em 2021, refletindo a incerteza contínua em torno da extensão, duração e repercussão do mercado relacionadas com a pandemia da COVID-19, bem como um crescimento selecionado nas nossas carteiras de empréstimos. Isto reflete também a nossa expectativa relativamente à capacidade de pagamento dos nossos clientes após a sua saída da moratória legislativa e não legislativa.

Espera-se que os RWA sejam mais elevados em 2021, em resultado da implementação de alterações regulamentares para melhorar a coerência dos modelos de risco internos no setor e o crescimento na nossa carteira de empréstimos.

Espera-se que os gastos operacionais (excl. juros) no Private Bank sejam ligeiramente inferiores em 2021 do que em 2020, principalmente devido a impactos mais baixos relacionados com a transformação. Espera-se que as sinergias da execução dos nossos objetivos de transformação aumentem ainda mais em 2021 e que sejam compensadas em parte por efeitos inflacionários e investimentos contínuos direcionados. Como resultado, esperamos que os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação, permaneçam essencialmente estáveis em 2021.

Os riscos para as nossas previsões incluem impactos potenciais no nosso modelo de negócio a partir de incertezas macroeconómicas, incluindo incerteza em torno da duração e recuperação da pandemia da COVID-19, pressão crescente sobre as taxas de juro na Zona Euro, crescimento económico mais lento nos nossos principais países operacionais e menor atividade dos clientes. A atividade dos clientes pode ser afetada por incertezas do mercado, incluindo volatilidade superior à esperada nos mercados acionista e de crédito. A implementação de requisitos regulamentares, incluindo medidas de proteção e atrasos na implementação dos nossos projetos estratégicos podem também ter um impacto negativo nos nossos proveitos e custos.

## Asset Management

Acreditamos que devido à sua gama diversificada de investimentos e soluções, a área de Asset Management (AM) está bem posicionada para aumentar a quota de mercado no seio das tendências de crescimento do setor, apoiada pelo nosso amplo alcance de distribuição, presença global e capacidades digitais. No entanto, é provável que se mantenham desafios mais vastos do setor da indústria, como a compressão de taxas, o aumento dos custos de regulação, a dinâmica concorrencial e o impacto económico da pandemia da COVID-19. Perante estes desafios, tencionamos focar-nos em produtos e serviços inovadores e sustentáveis onde possamos diferenciar e servir da melhor forma os clientes, mantendo ao mesmo tempo uma abordagem de custos disciplinada.

Dado o atual clima económico e as tendências que temos observado nos últimos trimestres, esperamos que a conjuntura de receitas permaneça desafiante em 2021, entre a pressão contínua das margens e a conjuntura de baixas taxas de juro.

Como resultado, espera-se que as receitas totais de 2021 na área de AM sejam ligeiramente superiores em comparação com 2020. Presume-se que as taxas de gestão permaneçam essencialmente estáveis em relação ao ano anterior, uma vez que esperamos que os efeitos positivos resultantes tanto das entradas líquidas como da evolução favorável do mercado durante o segundo semestre de 2020 sejam parcialmente compensados pela continuação da compressão das taxas. Espera-se que as taxas de desempenho e de transação sejam ligeiramente mais elevadas do que em 2020. Espera-se que outras receitas sejam significativamente mais elevadas, principalmente em resultado de uma melhoria projetada do justo valor das garantias.

Para garantir que o nosso negócio está bem protegido contra potenciais obstáculos às receitas, permanecemos empenhados em gerir ativamente os nossos custos em 2021, por forma a manter um rácio de custo/rendimento relativamente estável. Como resultado, esperamos que os gastos operacionais (excl. juros) e os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação, sejam ligeiramente mais elevados do que em 2020.

Esperamos que os Ativos sob Gestão no final de 2021 sejam ligeiramente superiores em comparação com o final de 2020, motivados por fluxos líquidos. Em 2021, esperamos um fluxo líquido sustentado para áreas de crescimento direcionadas de investimentos passivos e alternativos, reforçado ainda mais por alianças estratégicas e inovações de produtos, incluindo novas ofertas de ESG.

Os riscos para as nossas previsões incluem condições macroeconómicas e de mercado, perspetivas de crescimento e impacto económico continuado da pandemia da COVID-19, que podem afetar negativamente o nosso negócio, resultados de operações ou planos estratégicos. Os níveis elevados de incerteza económica e política a nível mundial, o protecionismo e as políticas anticomerciais, podem ter consequências imprevisíveis na economia, na volatilidade do mercado e na confiança dos investidores, o que pode levar a declínios nos negócios e pode afetar os nossos proveitos. Adicionalmente, o quadro regulamentar em evolução pode levar a custos de conformidade regulamentar imprevistos e a possíveis atrasos na implementação das nossas medidas de eficiência, o que pode ter um impacto adverso na nossa base de custos.

## Unidade de Libertação de Capital

Em 2021, a Unidade de Libertação de Capital (CRU) pretende continuar a executar os nossos programas de redução de ativos definidos e a transição dos clientes e dos colaboradores de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank, ao mesmo tempo que continua a alinhar as reduções de custos com as alienações de ativos.

Esperamos que a CRU continue a registar receitas negativas em 2021. Estas serão motivadas por impactos de redução do risco, custos de financiamento, custos de cobertura e impactos de mercado e serão parcialmente compensadas por receitas positivas relacionadas com o reembolso dos custos operacionais do Prime Finance e um rendimento modesto das carteiras de empréstimos.

Espera-se que os gastos operacionais (excl. juros) para 2021 sejam inferiores aos de 2020. Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação deverão ser inferiores, impulsionados por alocações de custos de serviço mais baixos, custos não remuneratórios mais baixos e custos remuneratórios mais baixos.

As iniciativas adicionais de gestão da despesa em 2021 centram-se na redução dos gastos em infraestruturas em consonância com o negócio, resultantes de saídas de negócios e localizações, da redução do número de colaboradores e da redução dos gastos não remuneratórios.

Para 2021, continuaremos a nossa execução no sentido dos objetivos de RWA e de Exposição de Alavancagem definidos no Investor Deep Dive de dezembro de 2020. Esperamos que os RWA sejam inferiores ao longo do ano e que a exposição à alavancagem seja significativamente inferior. No entanto, esperamos que a CRU registre uma exposição à alavancagem adicional no primeiro semestre de 2021 devido a alocações adicionais de reservas de liquidez centrais, como notámos no Investor Deep Dive e da implementação do Método Padrão para o Risco de Crédito da Contraparte (SA-CCR).

Pretendemos também prosseguir com a transição dos nossos colaboradores, clientes e posições relacionadas de Prime Finance e Electronic Equities. Esperamos que esta transição esteja concluída até ao final de 2021, resultando em custos, receitas, exposição à alavancagem e RWA mais baixos.

Os riscos para as nossas perspetivas incluem o facto de a velocidade e o custo das nossas reduções de ativos poderem ser afetados por desenvolvimentos adversos ou incertezas do mercado, inclusive da COVID-19, uma volatilidade maior do que a esperada nos mercados acionista e de crédito e a falta de apetência das contrapartes. Os atrasos na implementação das nossas iniciativas de gestão de despesas poderão ter um impacto adverso na nossa base de custos. A transição de Prime Finance e Electronic Equities depende da disponibilidade do adquirente, o que representa um risco para o nosso calendário de transição cliente/colaborador. Continuamos a acompanhar atentamente o contexto legal e regulamentar, na medida em que se refere à carteira de hipotecas denominada em moeda estrangeira na Polónia. A evolução judicial ou regulamentar adversa poderá ter um impacto negativo na carteira.

## Corporate & Other

Em 2021, a área de Corporate & Other continuará a ser influenciada pelas diferenças de avaliação e de calendário em posições que estão economicamente cobertas mas que não estão em conformidade com os requisitos contabilísticos para a contabilidade de cobertura. Incluirá também as despesas de infraestrutura associadas às atividades dos acionistas, definidas nas Orientações relativas aos preços da OCDE, que não são específicas das empresas. Haverá determinados custos transitórios detidos centralmente na área de Corporate & Other relacionados com alterações no nosso quadro interno de preços de transferência de fundos ("FTP"), bem como custos associados a atividades antigas relacionadas com a fusão do DB Privat- und Firmenkundenbank AG no Deutsche Bank AG. Em 2021, esperamos reter cerca de 250 milhões de euros no total, relacionados com estes custos de financiamento na área de Corporate & Other.

Adicionalmente, a área de Corporate & Other continuará a ser afetada por qualquer diferença entre as alocações planeadas e efetivas, uma vez que as despesas de Infraestrutura são alocadas às divisões corporativas com base no nosso plano de

despesas, com exceção dos custos de desenvolvimento tecnológico que serão cobrados com base em despesas efetivas. A área de Corporate & Other inclui também a reversão de participações minoritárias, principalmente relacionadas com a DWS, que são deduzidas dos resultados antes de impostos das divisões.

## Riscos e oportunidades

A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que antecipamos nas nossas "perspetivas".

As nossas aspirações estão sujeitas a vários fatores externos e internos. A consecução oportuna e total das nossas aspirações estratégicas pode ser afetada de forma adversa pelas capacidades reduzidas de geração de receitas de alguns dos nossos negócios essenciais na conjuntura atual macroeconómica e de mercado difícil, em particular à luz da pandemia da COVID-19, os obstáculos contínuos colocados pelas reformas regulamentares e/ou os efeitos sobre nós das ações judiciais e processos regulamentares. Além disso, a materialização dos riscos, quer individualmente quer simultaneamente, poderá (entre outros) conduzir a uma redução da rentabilidade que afete negativamente a adição de capital e a capacidade de dividendos. Em contrapartida, melhores condições macroeconómicas e de mercado, a nossa estratégia de negócio focalizada e os benefícios contínuos da digitalização podem gerar oportunidades para o Banco.

A pandemia da COVID-19 afetou e pode ainda afetar muitas áreas diferentes do banco, tanto no que diz respeito aos riscos como às oportunidades, impulsionando níveis significativos de flutuação nos resultados das nossas operações, planos estratégicos e metas, bem como o preço das nossas ações.

## Riscos

### Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as perspetivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e a concorrência no setor dos serviços financeiros se agravem comparativamente com as nossas perspetivas, isto poderia afetar adversamente os nossos negócios, os resultados de operações ou os planos estratégicos.

Desde o início de 2020, o nosso negócio macroeconómico e o ambiente operacional têm sido dominados pela pandemia da COVID-19. Na sequência das graves contrações do PIB observadas nas principais economias avançadas em 2020, esperamos que a recuperação económica se desenrole no decorrer de 2021, à medida que a vacinação COVID-19 se torna mais disponível e é proporcionado um estímulo fiscal adicional nas economias dos Estados Unidos (EUA) e da União Europeia (UE), em particular.

No entanto, continuamos a ver riscos negativos significativos nas perspetivas económicas a curto prazo, decorrentes das ondas prolongadas de infeções da COVID-19, do aparecimento de novas estirpes de COVID-19, supostamente mais infecciosas, e da continuação das restrições do confinamento. A pandemia continua a criar um clima de incerteza que tem afetado significativamente as economias e as nossas operações. Embora a maioria dos países tenha aprovado vacinas para utilização pública e iniciado programas de vacinação, continua a haver alguma incerteza quanto à sua eficácia em determinados grupos da população, bem como dúvidas quanto à rapidez com que as vacinas podem ser aplicadas entre as populações, e este ceticismo provavelmente continuará durante algum tempo. Além disso, no que diz respeito à entrega faseada e à disponibilidade de vacinas em todo o mundo, a taxa de recuperação subjacente pode variar de país para país e, por conseguinte, afetar a qualidade creditícia das contrapartes e impulsionar um elevado risco de incumprimento ao longo do ano. Adicionalmente, novas medidas de confinamento com tipos, durações e intensidades que não são totalmente previsíveis poderão superar qualquer potencial positivo das vacinas.

Devido à natureza, em grande parte sem precedentes, da crise da COVID-19, a incerteza prevista deverá continuar a manter-se invulgarmente elevada durante bastante tempo. Enquanto banco, o nosso pressuposto de trabalho continua a ser o de que os efeitos da recessão causada pela pandemia da COVID-19 continuarão a desenrolar-se em 2021 e que o ambiente de baixas taxas de juro na Zona Euro irá persistir durante, pelo menos, vários trimestres.

Durante 2020, observou-se um agravamento da qualidade creditícia de determinadas carteiras devido à deterioração da situação económica global, o que também se reflete no nosso nível crescente de provisões para perdas com empréstimos. Se continuar a agravar-se, a situação poderá conduzir a declínios de notação adicionais entre os nossos clientes, a um aumento das perdas com empréstimos, bem como a potenciais reduções das facilidades de crédito por parte dos clientes (como observado anteriormente em 2020), o que, por sua vez, conduziria a um aumento dos requisitos de capital e das exigências de liquidez. Uma maior volatilidade nos mercados financeiros poderia conduzir a um aumento das margens de avaliação, tanto a nível de entrada como de saída. O banco utiliza regularmente obrigações garantidas por empréstimos (CLO) e swaps de risco de incumprimento (CDS) para gerir o risco de concentração. No entanto, tal pode não ser suficiente para compensar totalmente as potenciais perdas de crédito.

As medidas de políticas tomadas pelos bancos centrais e pelos governos estão a ajudar a atenuar alguns dos impactos a curto prazo. Numerosos países introduziram moratórias da dívida para clientes particulares e pequenas empresas, bem como

medidas de apoio, como programas de crédito a empresas apoiados pelo Estado. Além disso, várias instituições estabeleceram moratórias privadas para apoiar os seus clientes. Os clientes podem requerer todas estas moratórias durante uma determinada fase de aplicação, ao mesmo tempo que a medida, dependendo da moratória respetiva, pode decorrer por um período mais longo (na sua maioria até três ou seis meses, por vezes ainda mais longo). Em alguns países, como a Alemanha, as moratórias privadas e estatais caducaram. Outros países, como a Itália, prorrogaram as suas moratórias estatais para pequenas e médias empresas até junho de 2021.

Embora não observemos atualmente qualquer impacto adverso significativo da expiração das moratórias, a retirada de medidas de apoio, juntamente com um aumento significativo dos níveis de dívida das empresas e da dívida soberana em resultado da crise, é provável que os incumprimentos e as perdas de crédito permaneçam elevados ao longo de 2021, com uma dispersão contínua tanto entre como dentro de setores. O banco continuará a acompanhar as carteiras relevantes no que diz respeito à próxima expiração das moratórias restantes e aos sinais de deterioração do crédito.

A pandemia da COVID-19 intensificou o ambiente de taxas de juro "mais baixas por mais tempo". Tal resultou numa nova pressão sobre as margens de juro bancárias, e um período prolongado de baixas taxas de juro na Zona Euro poderá afetar significativamente a nossa rentabilidade e a implantação do balanço. Embora as nossas receitas sejam particularmente sensíveis às taxas de juro, dada a dimensão dos nossos livros de empréstimos e depósitos denominados em euros, a conjuntura de taxas de juro baixas também pode afetar outras posições do balanço que são contabilizadas pelo seu justo valor. As taxas de juro continuam negativas para certos instrumentos sem riscos, especialmente as obrigações do governo alemão.

O ambiente de baixas taxas de juro também apoiou avaliações elevadas de mercado em ativos de risco à medida que os investidores procuram rendimento, com o setor da tecnologia em particular. Nas últimas semanas, isto incluiu uma ação concertada por parte dos investidores de retalho, resultando num pequeno aperto entre ativos selecionados. Estas tendências aumentam o risco de uma correção significativa dos preços, que pode potencialmente ser desencadeada por atrasos na administração de vacinas, por uma menor eficácia da vacina e/ou por um aumento das taxas de juro. Os riscos são amplificados por elevados níveis de dívida, uma falta de liquidez em algumas áreas do mercado e uma flexibilização dos padrões globais de subscrição. As condições de mercado adversas, preços desfavoráveis e a volatilidade, incluindo oscilações significativa nas taxas de câmbio /e os efeitos de conversão resultantes), bem como a cautela do investidor e o sentimento do cliente podem afetar no futuro de forma significativa e adversa os nossos proveitos e lucros, bem como a consecução oportuna e total das nossas aspirações e metas estratégicas.

Se a administração da vacina COVID-19 continuar e for impulsionada por um apoio massivo à política monetária e fiscal, a recuperação e a reflução económica esperadas estão sujeitas a um aumento significativo a médio prazo. Tal poderia, por sua vez, levar a que a inflação dos preços ao consumidor e dos ativos nas principais economias avançadas acelerasse substancialmente mais depressa do que o previsto. Embora tal possa criar algum potencial ascendente para os nossos níveis de atividade empresarial e rendimento líquido de juros, um aumento desordenadamente acentuado das taxas de rendimento de obrigações poderia desencadear uma correção descendente para as ações e outros mercados de ativos de risco altamente valorizados. Embora seja provável que os bancos centrais atuem para conter a volatilidade do mercado, os potenciais aumentos das taxas de juro de curto prazo e a rápida redução dos programas quantitativos de flexibilização poderão conduzir à materialização de vários riscos, como o alargamento dos spreads de crédito, que poderiam ter impacto nos resultados das negociações. Além disso, pudemos ver uma maior exposição ao crédito da contraparte sobre derivados, um aumento dos riscos de crédito em clientes altamente alavancados e mercados emergentes com desequilíbrios externos, bem como o risco de inflação nos ativos de fundos de pensões.

Com a nova administração norte-americana, é provável que o risco de litígios comerciais e tecnológicos a nível mundial tenha diminuído, mas o comércio, a tecnologia e as tensões geopolíticas mais amplas entre os principais parceiros comerciais (especialmente entre os EUA e a China) são suscetíveis de persistir e as tarifas e outras medidas punitivas aplicadas pela administração Trump apenas poderão ser revertidas lentamente. Isto poderia continuar a minar o crescimento global e os volumes de comércio. As interrupções na cadeia de abastecimento poderiam levar a um abrandamento da produção global, com a Alemanha e os mercados emergentes (em particular a China) a serem especialmente atingidos, levando potencialmente a declínios nos níveis de negócio e a perdas em todos os nossos negócios.

Uma parte substancial dos ativos e passivos do nosso balanço inclui instrumentos financeiros que escrituramos pelo justo valor. Como resultado destas alterações, incorremos em perdas no passado e podemos incorrer em mais perdas no futuro. Estamos expostos a riscos relacionados com os movimentos das taxas de câmbio, sobretudo em relação ao USD e à GBP.

Do mesmo modo, o risco de liquidez pode decorrer de um valor e viabilidade comercial dos ativos inferior, uma vez que estes afetariam o montante das receitas disponíveis para cobrir as saídas de caixa durante um evento de esforço. Podem ser incorridas margens de avaliação (haircuts) adicionais para além de quaisquer valores de ativos já em imparidade. Além disso, os valores mobiliários podem perder a sua elegibilidade como garantia necessária para aceder às facilidades do banco central, bem como o seu valor no mercado de recompra/financiamento por grosso. Como tal, uma crise de dívida afetaria diretamente a posição de liquidez do banco.

Os desenvolvimentos externos acima mencionados podem afetar a nossa capacidade de geração de receitas, ao mesmo tempo que os declínios do mercado e a volatilidade podem também afetar negativamente o valor dos instrumentos financeiros e causar-nos perdas.

Estamos expostos a riscos de pensões que podem afetar significativamente a mensuração das nossas obrigações com pensões, incluindo riscos de taxas de juro, inflação e longevidade que podem afetar significativamente os nossos ganhos.

Se vários riscos descendentes se materializarem e/ou ocorrerem simultaneamente em combinação com uma desaceleração económica mais pronunciada, o impacto negativo no nosso ambiente de negócios poderá ser mais grave do que o atualmente esperado.

## Riscos políticos

Atualmente, vemos vários riscos e eventos políticos e geopolíticos que podem afetar negativamente o nosso ambiente de negócios, incluindo uma atividade económica mais fraca, correções nos mercados financeiros ou um nível de taxas de juro mais baixo.

No caso de um agravamento potencialmente acentuado, os riscos políticos decorrentes, por exemplo, da profunda divisão na sociedade norte-americana observada em torno das eleições presidenciais ou dos movimentos populistas nos principais Estados-Membros da União Europeia podem ter consequências imprevisíveis para o sistema financeiro e para a economia de uma forma mais geral, conduzindo potencialmente a declínios nos níveis de negócio, a redução de ativos e perdas em todas as nossas empresas. De momento, vemos apenas baixas probabilidades de um agravamento acentuado destes riscos políticos, mas a nossa capacidade de nos protegermos contra estes riscos é limitada.

Até à data, a pandemia da COVID-19 não resultou numa maior fragmentação política na Zona Euro com amplas provisões de liquidez dos bancos centrais, a disponibilidade de apoio financeiro da UE e o acordo do Fundo de Recuperação de 750 mil milhões de euros que apoia as perspectivas económicas a médio prazo dos países mais atingidos pela pandemia através do desembolso de subsídios e empréstimos. O Fundo de Recuperação ajudará também a atenuar o risco de uma pressão ascendente sobre as taxas de rendimento de obrigações da dívida pública nesses países.

A incerteza do Brexit e os riscos económicos negativos associados diminuíram, uma vez que o Reino Unido e a UE acordaram um Acordo de Comércio e Cooperação pouco antes de o Reino Unido deixar o mercado único e a união aduaneira da UE no final do período de transição, em 31 de dezembro de 2020. No entanto, continua a existir uma incerteza significativa, já que as negociações entre o Reino Unido e a UE sobre as suas futuras relações prosseguirão em 2021, especialmente no que diz respeito aos serviços financeiros e outros não amplamente cobertos pelo acordo existente. Um Brexit sem acordo tem sido o cenário de base para o nosso programa dedicado ao Brexit, para garantir prontidão no caso de se concretizar um Brexit sem acordo. Tal incluiria a utilização de procedimentos de gestão de crise bem estabelecidos. Embora tenha sido acordado um acordo comercial em função do Brexit, a incerteza permanece enquanto os pormenores do acordo estão a ser avaliados, incluindo os aspetos relativos aos Serviços Financeiros. Solicitámos autorização da Autoridade de Regulamentação Prudencial e da Autoridade de Conduta Financeira, os nossos reguladores britânicos, para continuar a realizar atividades regulamentadas no Reino Unido (anteriormente realizadas de acordo com as disposições do Passaporte Europeu) no caso de um desfecho sem acordo. Apesar dos preparativos do Brexit, a não obtenção de Autorização enquanto agência de país terceiro em 2021 pode afetar adversamente os nossos negócios, resultados de operações ou planos estratégicos. Além disso, sem equivalência entre os regimes da UE e do Reino Unido para Serviços Financeiros, estaremos restringidos na nossa capacidade de fornecer serviços financeiros de e para o Reino Unido.

As tensões entre os Estados Unidos e a China continuaram a aumentar em várias áreas, incluindo a autonomia de Hong Kong, os direitos humanos, a cibersegurança e outras áreas. Os Estados Unidos impuseram sanções, restrições à exportação e restrições ao investimento a empresas e funcionários chineses, e a China impôs sanções mais limitadas às empresas e funcionários dos EUA e introduziu uma estrutura para bloquear os regulamentos que visam a aplicação extraterritorial de sanções. Embora seja demasiado cedo para prevermos os impactos destas medidas crescentes no nosso negócio ou nos nossos objetivos financeiros, os estes poderão ser significativos e adversos.

Outros riscos geopolíticos que podem ter um impacto negativo no nosso ambiente empresarial incluem tensões no Mar do Sul da China e entre os EUA e a China sobre Taiwan, bem como o potencial de escalada no Médio Oriente sobre o programa nuclear do Irão na sequência de recentes passos no sentido de níveis mais elevados de enriquecimento de urânio.

Na sequência da transição presidencial dos EUA, os inquéritos do Congresso que nos procuram para produzir informação podem intensificar-se e resultar num impacto negativo na reputação do Deutsche Bank.

## Estratégia

Preservar um rácio CET 1 acima de 12,5% é um elemento chave da nossa estratégia e dos nossos compromissos com os reguladores. O nosso desenvolvimento de capital reflete, entre outras coisas: o desempenho operacional dos nossos

principais negócios; a extensão dos nossos custos de reestruturação e transformação; os custos relacionados com potenciais litígios e ações de execução regulamentar; o progresso que fazemos na desalavancagem da Unidade de Libertação de Capital; o crescimento na utilização do balanço dos principais negócios; as alterações nas nossas contas de impostos e pensões; os impactos em Outro Rendimento Integral; e as alterações no regulamento e nas normas regulamentares.

Podemos também ter dificuldades em vender negócios ou ativos a preços favoráveis, ou em vendê-los de todo, e podemos registrar perdas significativas devido a estes ativos e outros investimentos, independentemente da evolução do mercado.

Com o anúncio de uma série de medidas para reestruturar as nossas operações em 7 de julho de 2019, incluindo a criação da Unidade de Libertação de Capital, enfrentamos riscos de transformação associados à alienação e dissolução de ativos, bem como à entrega do programa de redução de custos com o objetivo de melhorar a rentabilidade e o retorno a longo prazo. Após o anúncio, foram estabelecidos controles e processos adicionais, e uma estrutura de governação dedicada - incluindo a nomeação de um Diretor de Transformação para o Conselho de Administração - está agora em vigor para captar e acompanhar os riscos decorrentes do processo de transformação. Embora, neste momento, estejamos no bom caminho para alcançar os nossos objetivos e executar a nossa estratégia, ainda poderemos enfrentar impactos significativos e adversos nas nossas atividades de negócio, incluindo perdas materiais, se não identificarmos adequadamente os riscos ou implementarmos controles adicionais, conforme necessário.

Além disso, se falharmos as nossas metas comunicadas publicamente, incorreremos em perdas, incluindo mais imparidades e provisões, tivermos uma baixa rentabilidade ou uma erosão da nossa base de capital e da nossa condição financeira mais ampla, os nossos resultados operacionais e o preço das ações podem ser afetados de forma significativa e adversa. Caso tais objetivos reflitam também os compromissos assumidos com os reguladores, a sua falta pode também desencadear a adoção de medidas por parte desses reguladores.

O Grupo celebra contratos e cartas de intenção no contexto da sua estratégia de transformação, bem como no decurso normal dos negócios. Quando estes são de natureza preliminar ou condicional, o Grupo está exposto ao risco de não resultar na execução do acordo final ou na consumação do acordo proposto, colocando em risco os benefícios associados a tais acordos.

A conjuntura operacional pode piorar significativamente ou as nossas suposições e os controles sobre qualquer uma das rubricas acima mencionadas podem variar significativamente em relação às nossas expectativas atuais. A pandemia da COVID-19 e o seu impacto contínuo na economia mundial podem afetar a nossa capacidade de cumprir os nossos objetivos financeiros. Planeamos e adaptamos-nos continuamente à situação em evolução, mas continuamos a correr o risco de sermos gravemente afetados por uma recessão prolongada nas condições económicas locais, regionais ou globais que estão a prejudicar setores específicos de várias economias e, por sua vez, podem ter impacto nos nossos negócios essenciais. Nessa situação, teríamos de tomar medidas para garantir o cumprimento dos nossos objetivos de capital mínimo. Essas ações ou medidas podem resultar em efeitos adversos nos nossos negócios, resultados de operações ou planos e metas estratégicas.

A pandemia da COVID-19 reduziu a taxa de desgaste dos colaboradores regulares em cerca de 30% em relação aos níveis históricos, criando um contexto mais difícil para o número de colaboradores e os objetivos de custos do Grupo e aumentando o custo das indemnizações por cessação de funções involuntária. Isto também limitou a oportunidade de reutilizar colaboradores com talento no banco, cujas funções foram terminadas. Os pedidos dos reguladores para demonstrar moderação nos níveis de remuneração que podemos oferecer poderão colocar o Grupo em desvantagem no que respeita a atrair e reter colaboradores com talento.

Tudo o que foi acima exposto poderia ter um impacto significativo no nosso rácio CET 1. Assim, é possível que nos próximos períodos caiamos abaixo do nosso objetivo de CET 1 de, pelo menos, 12,5%.

## Riscos de liquidez e financiamento

A nossa liquidez, as nossas atividades de negócio e a nossa rentabilidade podem ser afetadas de forma adversa por uma incapacidade para aceder aos mercados de financiamento por grosso ou fundos das nossas subsidiárias ou para vender ativos durante períodos de restrições de liquidez globais do mercado ou específicas de algumas empresas. Questões como estas podem surgir devido a circunstâncias não relacionadas com os nossos negócios e, portanto, fora do nosso controlo, tais como perturbações nos mercados financeiros. Alternativamente, circunstâncias específicas para nós poderiam afetar negativamente os nossos negócios, tais como a relutância das nossas contrapartes ou do mercado em financiar as nossas operações devido a perceções sobre potenciais saídas resultantes de processos litigiosos ou regulamentares ou dificuldades reais ou percebidas nos nossos negócios, modelos ou estratégias de negócios ou resiliência para combater condições económicas e de mercado negativas.

A posição de liquidez pode ser afetada pela cobertura negativa da imprensa relativamente ao Deutsche Bank e aumentar o risco do franchise enfrentado pela organização. A deterioração da perceção da nossa marca pode levar à redução das contribuições de financiamento, à medida que os clientes procuram transferir os seus depósitos para outro local. Esta situação pode ser exacerbada quando temos uma exposição não mitigada ao risco de concentração devido à falta de diversificação do financiamento, particularmente quando as fontes de financiamento são um risco de fuga durante períodos de esforço.



Questões mais amplas do mercado financeiro podem levar a que os clientes necessitem de liquidez quando a oferta é limitada. Os clientes podem ser forçados a recorrer aos instrumentos para satisfazer as necessidades de fundo de manuseio. Tal pode ocorrer numa situação de esforço financeiro ou num evento de recessão económica em que haja uma escassez aguda de liquidez.

Os nossos níveis de spread de crédito são sensíveis a ações de notação adversas e qualquer redução futura poderia trazer a nossa notação de crédito não preferencial para a categoria de não investimento. Isto poderia afetar de forma material e adversa os nossos custos de financiamento, a disponibilidade dos clientes para continuarem a fazer negócios conosco e outros aspetos do nosso modelo de negócios. Adicionalmente, ao abrigo de alguns contratos de que somos parte, uma redução da notação poderá obrigar-nos a depositar garantias adicionais, conduzir a cessações de contratos, com obrigações de pagamento associadas para nós, ou implicar compensações adicionais às contrapartes, o que conduziria a saídas de liquidez. Os riscos adicionais de financiamento intra-dia podem surgir na medida em que qualquer destas saídas coincida com incompatibilidades temporárias entre as receitas recebidas de caixa e as obrigações de pagamento de saída, incluindo quaisquer pagamentos feitos aos Serviços Públicos do Mercado Financeiro para assegurar a execução em tempo útil de atividades de compensação e liquidação intra-dia do Deutsche Bank.

A nossa capacidade de transacionar negociações FX pode ser reduzida quando existem questões no mercado FX ou quando as contrapartes estão preocupadas com a nossa capacidade de cumprir os termos de transação acordados e, portanto, procuram limitar a sua exposição a nós. Além disso, o aumento do desfasamento cambial pode levar a um aumento das saídas de garantias onde o euro (a nossa moeda local) desvaloriza substancialmente em relação a outras divisas importantes.

A partir de 28 de junho de 2021, o rácio de financiamento estável líquido (NSFR) passará a ser um requisito regulamentar para o Grupo Deutsche Bank, incluindo a empresa-mãe Deutsche Bank AG. O NSFR aplicar-se-á a outras subsidiárias em todo o grupo sujeitas a requisitos regulamentares locais. Após a introdução do rácio como requisito mínimo vinculativo, tanto o Grupo como as subsidiárias às quais ele se aplica deverão situar-se acima do mínimo regulamentar.

Embora o nosso rácio de cobertura de liquidez tenha permanecido acima do mínimo regulamentar em 2020, o risco de vagas futuras de COVID-19 e de uma recessão económica mais profunda e prolongada pode pressionar os indicadores de liquidez em 2021 e conduzir a saídas de liquidez e financiamento. Ao mesmo tempo, isto pode afetar temporariamente o nosso custo de financiamento e, por conseguinte, afetar negativamente a nossa rentabilidade.

## Reformas, avaliações e processos de fiscalização regulamentar

As reformas regulamentares foram seletivamente adiadas a fim de apoiar os esforços dos bancos para gerir mais facilmente os impactos da COVID-19 e proporcionar financiamento à economia real. No entanto, as reformas regulamentares promulgadas e propostas em resposta a debilidades identificadas durante a última crise financeira, juntamente com o aumento do escrutínio regulamentar e discricionário – por exemplo, novos regulamentos extensivos que regem as nossas atividades de derivados, a remuneração, as taxas bancárias, a proteção de depósitos, incluindo a possibilidade de um caso de remuneração ser averiguado, a proteção de dados ou um possível imposto sobre transações financeiras – irão impor-nos custos materiais, criar incertezas significativas e podem afetar adversamente os nossos planos de negócios, assim como a capacidade de executarmos os nossos planos estratégicos a médio prazo. As alterações que exigem que façamos contribuições significativas para os fundos de resolução e para os regimes de garantia de depósitos, para manter um aumento de capital, podem afetar significativamente o nosso modelo de negócio, a situação financeira e os resultados operacionais, bem como o ambiente concorrencial em geral. Os montantes destes requisitos são difíceis e muitas vezes impossíveis de prever. Duas mudanças futuras que terão impacto nos nossos negócios são a implementação das reformas finais de Basileia III e o Brexit. No entanto, a implementação de ambas as mudanças ainda é fortemente debatida pelos decisores políticos em todas as jurisdições principais. Esperamos atualmente que os nossos requisitos de capital aumentem em 2024 a partir da implementação do pacote final de Basileia III na UE, em especial a partir de ponderações de risco mais elevadas para a nossa exposição na maior parte das áreas de risco. Esperamos um novo aumento na ponderação do risco para as nossas exposições a partir de 2028/2029, com a introdução do novo limite de produtos incluído no pacote final de Basileia III. As reformas regulamentares, em termos de medidas de resolubilidade ou resolução, também podem afetar as nossas operações comerciais. Além disso, as alterações regulamentares podem ter impacto na forma como as principais entidades são financiadas, o que pode afetar o modo de operação das empresas e ter um impacto negativo nos resultados. As ações regulamentares podem também exigir que alteremos o nosso modelo de negócio ou fazer com que algumas atividades de negócio se tornem inviáveis.

Os reguladores podem também impor sobretaxas de capital ou ajustamentos regulamentares, por exemplo, em resultado do Processo regular de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP). Tais ajustamentos podem, por exemplo, refletir riscos adicionais decorrentes de deficiências no nosso ambiente de controlo, ou resultar de inspeções de supervisão relativas ao tratamento de produtos ou transações específicos. Isto inclui conclusões que o BCE tira de testes de esforço regulamentares realizados pela EBA ou pelo BCE. O BCE avalia o desempenho de cada banco de um ponto de vista qualitativo para informar a decisão sobre o nível do Requisito de Pilar 2 e um resultado quantitativo que é um aspeto na avaliação do nível de orientação de Pilar 2. O Banco Central Europeu (BCE) já utilizou estes poderes nas suas decisões do SREP no passado e pode continuar a fazê-lo para abordar as conclusões das inspeções no local. Em casos extremos, podem mesmo suspender determinadas atividades ou a nossa autorização para operar nas suas jurisdições e impor multas monetárias por incumprimento

das regras que nos são aplicáveis. Uma vez que o BCE não emitiu qualquer nova decisão do SREP em 2020, a decisão do SREP de 2019 continua a ser aplicada.

Os reguladores da Europa e de outras regiões tomaram medidas para proporcionar uma flexibilidade específica e temporária a partir de elementos do quadro prudencial, a fim de evitar efeitos pró-cíclicos não intencionais. Por exemplo, a nível europeu, as alterações feitas ao rácio de alavancagem incluem a permissão da compensação de liquidações pendentes a pagar e a receber e a exclusão temporária de caixa detida em bancos centrais da Zona Euro. Além disso, foi introduzida uma compensação limitada e temporária para os aumentos dos ativos ponderados pelo risco de mercado (RWA), em que os excessos em relação aos resultados modelados teriam anteriormente dado origem a um aumento dos requisitos de capital, sem qualquer compensação.

Para além disso, a implementação de controlos melhorados pode resultar em custos de conformidade regulamentar que pode atenuar ou exceder os ganhos de eficiência. Os órgãos reguladores podem discordar da nossa interpretação de requisitos regulamentares específicos quando as matérias interpretativas são discutidas como parte do nosso diálogo regulamentar contínuo ou no contexto de exames de supervisão. Um exemplo de aumento imprevisto do controlo pode ser o risco de os reguladores locais exigirem que uma grande entidade jurídica do DB regule a liquidez detida localmente e, por sua vez, limite a redistribuição da liquidez a outras afiliadas. As alterações nas interpretações das regras podem ter um impacto material no tratamento de posições dos objetivos regulamentares do Pilar 1. De forma semelhante, as interpretações em evolução da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre o regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) pode ter um impacto negativo nos nossos rácios de capital regulamentar, alavancagem e liquidez.

Os reguladores e os bancos centrais estabeleceram o objetivo de melhorar a robustez dos referenciais financeiros, especialmente os referenciais de taxas de juro. Em resultado desta iniciativa, a disponibilidade contínua da taxa interbancária de Londres ("LIBOR") e de outros índices de referência (em conjunto, "IBOR") é incerta. Algumas reformas são já efetivas (tais como a recente mudança das contrapartes centrais (CCP) para a Taxa de Financiamento Overnight Garantida (SOFR) a descontar dos Fed Funds), enquanto outras deverão ainda ser implementadas ou se encontram em consideração. Por exemplo, o administrador da LIBOR aconselhou-se, em dezembro de 2020, sobre a sua intenção de cessar a publicação de GBP, CHF, JPY, EUR e determinadas definições em USD após 31 de dezembro de 2021 e, adicionalmente, de cessar a publicação das restantes definições da LIBOR em USD após 30 de junho de 2023. Estas reformas podem fazer com que as IBORs tenham um desempenho diferente do passado ou desapareçam completamente, ou causar outras consequências, que não podem ser totalmente antecipadas. Reguladores como a FCA e a CFTC instou fortemente os participantes no mercado a fazer a transição para taxas alternativas sem risco ("RFR"). A partir de 2 de outubro de 2019, o administrador da EONIA alterou a forma como calcula a EONIA, de modo a basear-se agora na "€STR" ou " taxa de curto prazo do euro"; no entanto, a EONIA deverá deixar de existir a partir de 3 de janeiro de 2022. Em 2019, a EURIBOR foi reformada para cumprir o regulamento da UE em termos de índices de referência financeiros e continua disponível.

Uma parte significativa dos nossos ativos e passivos, incluindo instrumentos financeiros que negociamos e outras transações e serviços em que estamos envolvidos, têm taxas de juro associadas a IBOR que podem estar sujeitas a uma potencial reforma ou descontinuação. Tal exige-nos que nos preparemos para essa mudança e para uma potencial transição para "taxas sem risco" (RFR), sempre que relevante. A descontinuação destas IBORs e a transição para RFRs representam para nós uma variedade de riscos, incluindo riscos de perturbação do mercado com riscos associados de mercado e liquidez, risco de litígio, riscos contabilísticos e fiscais e riscos operacionais. Dependendo de como se desenvolvem estes assuntos e os riscos relacionados, juntamente com a adequação da resposta do setor, do mercado, dos reguladores e do Deutsche Bank em relação a eles, a reforma e descontinuação das IBOR e a transição para RFR poderiam ter efeitos negativos nos nossos negócios, resultados de operações, requisitos de capital e rentabilidade. Além disso, uma vez que as metodologias de desconto para derivados de taxa de juro continuam a mudar, incluindo a recente transição relacionada com o dólar americano da Taxa de Fundos Federais para a SOFR, a nossa demonstração consolidada dos resultados pode ser afetada em função disso. Como parte da transição, podemos também enfrentar riscos operacionais ou financeiros se nem todos os sistemas e processos dependentes da disponibilidade da IBOR forem identificados e remediados. Está em curso um programa IBOR dedicado a gerir a transição.

De um modo mais geral, as iniciativas para reformar as referências existentes e a nossa participação nas mesmas, incluindo na qualidade de remetente de referência, poderiam potencialmente expor-nos a riscos legais, de reputação e outros. Em especial, o risco legal e de conformidade (incluindo o risco de conduta) pode surgir devido aos riscos operacionais de participar numa apresentação de referência, quer enquanto parte de um painel com o requisito de utilizar modelos e potencialmente exercer pareceres de peritos, quer como fornecedor de dados de transações a um administrador de referência.

Embora continuemos a desenvolver e implementar a nossa abordagem de avaliação e gestão de riscos climáticos e promovamos a integração de fatores relacionados ao clima em toda a nossa plataforma, tanto as exigências regulatórias como as das partes interessadas podem afetar substancialmente os nossos negócios, resultados de operações ou planos estratégicos se não adotarmos ou implementarmos as nossas medidas de transição para uma economia de baixo carbono.

## Processos judiciais e de execução regulamentar e inspeções fiscais

Estamos sujeitos a uma série de processos judiciais e de execução regulamentar e investigações, bem como a inspeções fiscais. O resultado destes processos é difícil de estimar e pode afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planejados de operações, condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que o expectável, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios, ou se as percepções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspectivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, poderemos não conseguir alcançar os nossos objetivos estratégicos ou poderemos ter de os alterar.

## Riscos de conformidade e combate aos crimes financeiros

A luta contra a criminalidade financeira e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis são essenciais para garantir a estabilidade dos bancos, como o Deutsche Bank, e a integridade do sistema financeiro internacional.

Os nossos processos e controlos de Combate ao Branqueamento de Capitais (AML) e Conheça o seu Cliente (KYC), destinados a impedir a utilização indevida dos nossos produtos e serviços para cometer crimes financeiros, continuam a ser objeto de revisões regulamentares, investigações e ações de execução em várias jurisdições. Procuramos constantemente aumentar a eficácia do nosso ambiente de controlo interno e melhorar a nossa infraestrutura para os requisitos regulamentares revistos e para colmatar as lacunas identificadas por nós e/ou pelos reguladores e monitores.

As lacunas identificadas pelas medidas de execução incluem frequentemente temas comuns. Com um compromisso claro de reforçar a nossa abordagem global e ao nível do banco para a gestão do risco de crimes financeiros, um programa global de crimes financeiros, orientado pelo Conselho de Administração, está a supervisionar as nossas atividades de remediação.

Além disso, os nossos processos de controlo de conformidade e de vigilância, bem como outros processos de controlo interno que visam garantir a boa conduta dos nossos negócios e serviços, bem como prevenir abusos de mercado, abusos de informação interna e violações de conduta estão, de tempos a tempos, sujeitos a revisões regulamentares e/ou a inquéritos em determinadas jurisdições.

## Políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, bem como os riscos operacionais

Embora tenhamos dedicado recursos significativos para desenvolver as nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, incluindo em relação ao risco do modelo de mercado, crédito, liquidez, operacional e reputacional e estes poderão não ser totalmente eficazes na mitigação das nossas exposições ao risco, em todos os contextos económicos ou de mercado ou face a todos os tipos de risco, incluindo riscos que não tenhamos identificado ou previsto. Quando utilizamos estes modelos para calcular os ativos ponderados pelo risco para fins regulamentares, as potenciais deficiências podem também levar os reguladores a impor uma recalibração de parâmetros de entrada ou uma revisão completa do modelo.

Poderemos enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no nosso ambiente de controlo interno ou de erros no desempenho dos nossos processos, como por exemplo no processamento de transações, bem como a perda de continuidade do negócio, o que poderá perturbar o nosso negócio e levar a perdas materiais. Ao mesmo tempo, podemos também enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se os serviços disponibilizados por terceiros não forem fornecidos conforme acordado ou conforme as nossas normas internas.

Enquanto banco global, o Deutsche Bank é frequentemente notícia. O Deutsche Bank conduz o seu diálogo com os meios de comunicação social através de equipas oficiais; no entanto, por vezes os membros dos meios de comunicação social abordam os colaboradores do Deutsche Bank fora destes canais e a informação interna do DB, incluindo assuntos confidenciais, foram já objeto de cobertura de meios de comunicação social externos. As fugas para os meios de comunicação social podem ter graves consequências para o Deutsche Bank, especialmente quando envolvem declarações imprecisas, rumores, especulações ou opiniões não penalizadas. Tal pode resultar em consequências financeiras, como a perda de confiança ou de negócio com clientes, e pode afetar o preço das ações do banco ou os nossos instrumentos de capital, minando a confiança dos investidores. Embora tenhamos processos em aberto para gerir estes riscos, a nossa capacidade de nos protegermos contra estes riscos é limitada.

Adicionalmente, estamos também expostos a risco de conduta, que inclui riscos relativos a práticas comerciais impróprias, incluindo a venda de produtos que não sejam adequados a um determinado cliente, fraude, negociações não autorizadas e incapacidade de cumprir os regulamentos, as leis e as políticas internas aplicáveis. Por exemplo, a conduta imprópria de um colaborador que reflita intenções fraudulentas poderá levar não só a perdas materiais mas também a danos reputacionais.

Do ponto de vista operacional, e apesar das políticas de continuidade das atividades e de gestão de crises atualmente em vigor, a pandemia da COVID-19, desenvolvimentos inesperados como o aparecimento de novas mutações do vírus e as rápidas alterações resultantes nas respostas governamentais podem continuar a ter um impacto adverso nas nossas atividades empresariais. A mudança em todas as indústrias globais para conduzir negócios a partir de casa e fora dos principais escritórios continua a pressionar as práticas empresariais, a procura sobre a nossa infraestrutura tecnológica e também o

risco de ciberataques que podem conduzir a falhas tecnológicas, violações de segurança, acesso não autorizado, perda ou destruição de dados ou indisponibilidade dos serviços, bem como aumentar a probabilidade de violações de conduta. Qualquer destes eventos pode resultar em litígios, numa perda financeira, na perturbação das nossas atividades de negócio e responsabilidade para com os nossos clientes, escrutínio regulamentar, intervenção governamental ou danos à nossa reputação. Ao mesmo tempo, o custo para nós da gestão destes riscos cibernéticos, da segurança da informação e de outros riscos continua a ser elevado. Os atrasos na aplicação dos requisitos regulamentares, incluindo medidas de proteção dos consumidores e dos nossos projetos estratégicos, poderão também ter um impacto negativo nas nossas receitas e custos, ao mesmo tempo que um retorno de maior volatilidade do mercado conduziu e poderia continuar a conduzir a um aumento da procura no acompanhamento e processamento da fiscalização dos mercados. Os nossos fornecedores e prestadores de serviços enfrentam desafios semelhantes, com o risco de estas contrapartes podendo ser incapazes de cumprir as suas obrigações contratuais, colocando em risco os benefícios que procuramos obter com esses contratos.

A fim de gerir os impactos do risco financeiro e não financeiro da COVID-19, o Deutsche Bank está a utilizar estruturas de governação dedicadas, incluindo a Gestão de Crise Global e Regional. De um modo mais geral e sempre que relevante, foram estabelecidos controlos e processos adicionais, incluindo relatórios adicionais para assegurar que as partes interessadas relevantes, incluindo o Conselho de Administração, estão atualizadas. Esperamos um ano de 2021 exigente do ponto de vista da gestão do risco.

## Risco de terceiros

Os terceiros são parte integrante do bom funcionamento diário de qualquer empresa de serviços financeiros, incluindo o Deutsche Bank. Ao longo dos anos, a utilização e a dependência de terceiros no setor aumentaram, em apoio das nossas atividades e operações, o que requer um aumento correspondente das capacidades para as gerir.

A natureza da utilização que fazemos de terceiros também evoluiu e agora inclui aspetos mais fundamentais dos serviços e infraestruturas, como a Nuvem. Isto representa, por si só, riscos diferentes e exige avaliações de risco mais sólidas, contratação adequada e supervisão contínua proporcionais aos riscos relevantes. Conduziu também a um aumento compreensível e constante da regulamentação e do escrutínio regulamentar sobre a forma como gerimos os seus terceiros.

O Deutsche Bank tem uma abordagem bem estabelecida em relação à Gestão de Risco de Terceiros; desde uma política e procedimento claros até ao processo centralizado de risco para as empresas utilizarem quando se envolvem com fornecedores externos. No entanto, os serviços prestados por terceiros colocam-nos riscos comparáveis aos que suportamos quando nós próprios prestamos os serviços, e permanecemos, em última análise, responsáveis pelos serviços que os nossos terceiros prestam. Dependemos dos nossos terceiros para realizarem a sua prestação de serviços em conformidade com as leis e regulamentos e de acordo com as condições contratuais e os níveis de serviço que acordaram connosco. Se os nossos terceiros não realizarem as atividades em conformidade com estas normas, poderemos estar expostos a perdas materiais e ser alvo de ações regulamentares ou de litígio, bem como estar expostos a danos de reputação. De um modo mais geral, se uma relação de terceiros não cumprir as nossas expectativas, poderemos estar expostos a riscos financeiros, tais como os custos e despesas associados à migração dos serviços para outro terceiro e riscos comerciais e operacionais relacionados com a transição, e poderemos não conseguir alcançar os benefícios que procuramos obter com a relação. A fim de atenuar esses riscos, continuamos a melhorar o nosso ambiente de controlo interno e a nossa infraestrutura para cumprir os requisitos regulamentares revistos, e a colmatar quaisquer lacunas identificadas por nós e/ou pelos reguladores e/ou pelos seus monitores nomeados.

## Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

O Goodwill é revisto anualmente para efeitos de imparidade, ou com maior frequência se houver indícios de que possa ter ocorrido uma imparidade.

Outros ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Estes ativos são objeto de um teste de imparidade ou as respetivas vidas úteis são reconfirmadas pelo menos anualmente. Isto inclui os testes em relação às imparidades de software.

A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem. A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis tem tido e poderá continuar a ter um efeito material adverso na nossa rentabilidade e nos resultados de operações.

## Obrigações com pensões

Patrocinamos vários planos de benefícios pós-emprego em nome dos nossos colaboradores, incluindo planos de benefício definido. Na medida em que os fatores que impulsionam os nossos passivos por pensões se movam de uma forma adversa para nós, ou que os nossos pressupostos relativos a variáveis-chave se revelem incorretos, ou que o nosso financiamento dos nossos passivos com pensões não cubra suficientemente esses passivos, poderemos ser obrigados a fazer contribuições adicionais ou a ficar expostos a perdas atuariais ou contabilísticas relativamente aos nossos planos de pensões.

## Ativos por impostos diferidos

Reconhecemos os ativos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Na medida em que já não seja provável que haja suficiente rendimento tributável disponível para permitir a utilização da totalidade ou de parte dos nossos ativos por impostos diferidos, teremos de reduzir os valores escriturados. Esta estimativa contabilística relacionada com os ativos por impostos diferidos depende de pressupostos subjacentes, tais como pressupostos sobre a capacidade fiscal histórica e informação de rentabilidade, assim como de resultados operacionais previstos com base em planos de negócio aprovados, que podem mudar de período para período e requerem um julgamento significativo por parte da gestão. Em cada trimestre, reavaliamos a nossa estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os nossos pressupostos sobre a futura rentabilidade. As reduções no montante de ativos por impostos diferidos decorrentes de uma alteração na estimativa tiveram e poderá ter novamente no futuro efeitos adversos na nossa rentabilidade, no nosso capital e na nossa condição financeira.

## Tecnologia e inovação

A inovação digital oferece oportunidades de entrada no mercado aos novos concorrentes, como por exemplo operadores da indústria, empresas globais de alta tecnologia ou empresas de tecnologia financeira. Desta forma, prevemos que os nossos negócios tenham uma necessidade aumentada de investimento nos recursos de processos e produtos digitais para atenuar o risco de uma possível perda de quota de mercado. Adicionalmente, com níveis de digitalização em crescimento, e o panorama de ameaças em constante evolução relacionado com a segurança da informação, o acesso ubíquo a serviços bancários através de redes sociais, dispositivos móveis e o advento de novas técnicas informáticas, os ciberataques levam a falhas de tecnologia, falhas de segurança, acesso não autorizado, perda, destruição de dados ou indisponibilidade dos serviços ou inacessibilidade dos sistemas de dados.

Para poder responder aos desenvolvimentos do mercado e às necessidades dos clientes de forma mais rápida e flexível, o banco decidiu migrar as aplicações abrangidas para a Nuvem pública através de uma parceria estratégica com o Google Cloud. Esta parceria com a Google é um marco importante no percurso digital dos Bancos e demonstra o compromisso de adoção de novas tecnologias, como a Nuvem. O objetivo é melhorar a experiência dos clientes através de uma maior resiliência e segurança do sistema, bem como reduzir as ineficiências de custos da gestão de plataformas antigas. Uma migração tecnológica tão importante exige uma governação e um planeamento robustos, incluindo a atribuição necessária de financiamento, para gerir o risco de questões de segurança e estabilidade. Além disso, existe um foco regulamentar significativo neste programa. Da mesma forma, tal como com quaisquer prestadores de serviços externos, o banco deve assegurar os mais elevados padrões de privacidade e controlos de segurança dos dados, a fim de salvaguardar a informação dos clientes e dos bancos. Não fazê-lo pode comprometer a confiança dos clientes, conduzir a perdas financeiras e, em casos graves, a sanções regulamentares, litígios e à obrigação de indemnizar clientes individuais por danos.

Como parte da nossa obrigação de ajudar a manter um sistema financeiro global estável e resiliente, continuamos a investir na atenuação do risco de segurança. De particular importância em 2020 foi a continuação do foco na abordagem às seguintes ameaças principais: roubo financeiro, divulgação de dados e perturbação do serviço, juntamente com o risco de conformidade, utilização indevida do sistema, destruição de ativos e distorção de dados. O banco reviu continuamente e – quando necessário – alterou a sua defesa em níveis, analisou e remediou vulnerabilidades de segurança da informação, trabalhando sistematicamente para afastar ameaças em evolução. Pretendemos construir controlos de segurança da informação em todos os níveis de tecnologia, incluindo identidade, dados, infraestruturas, dispositivos e aplicações. Esta abordagem em níveis deve proporcionar uma proteção completa, bem como múltiplas oportunidades de deteção, prevenção, resposta e recuperação das ameaças cibernéticas.

Poderemos enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no nosso ambiente de controlo, incluindo erros no desempenho dos nossos processos ou controlos de segurança, bem como a perda de dados, o que poderá perturbar o nosso negócio e levar a perdas materiais. Ao mesmo tempo, podemos também enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se os serviços não forem fornecidos conforme acordado ou conforme as nossas normas internas.

Adicionalmente, a falta de uma abordagem abrangente aos dados na gestão do ciclo de vida dos clientes pode colocar em risco a experiência dos clientes e as revisões regulamentares. Qualquer um destes eventos pode envolver-nos em situações de litígio ou causar perdas financeiras, perturbação das nossas atividades de negócio, responsabilidades para com os nossos clientes ou danos reputacionais, sendo que o custo de gestão destes riscos de segurança da informação permanece elevado.

Em especial, os riscos decorrentes do incumprimento do KYC durante a integração de clientes, e os riscos adicionais de AFC e AML a jusante do ciclo de vida do cliente poderiam ser mediados por uma abordagem coerente aos dados, que está atualmente em fase de desenvolvimento. Além disso, enfrentamos também um desafio no que diz respeito à adoção e integração de novas tecnologias disruptivas em conjunto com a arquitetura tecnológica existente, a fim de garantir as normas industriais de segurança da informação e de experiência dos clientes.

As grandes transformações tecnológicas nas nossas áreas de negócio são executadas através de iniciativas dedicadas. Os benefícios destas transformações incluem a redução dos custos de TI e do negócio, a melhoria do controle, o crescimento das receitas através da oferta de novas características dos clientes ou o crescimento visado do cliente. Os riscos associados à execução do programa - incluindo a escassez de recursos, prazos de implementação prolongados ou o impacto da atividade relacionada com as alterações no ambiente de controle ou nas questões de funcionalidade nas aplicações atualizadas ou na tecnologia subjacente - são cuidadosamente geridos para atenuar parcialmente o risco de não alcançar plenamente os benefícios esperados.

## Oportunidades

### Condições macroeconômicas e de mercado

Caso as condições econômicas, tais como o crescimento do PIB ou os níveis de desemprego, o ambiente da taxa de juros e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhore para além dos níveis previstos, isso pode conduzir a aumento das receitas que só pode ser parcialmente contrabalançado por custos adicionais, melhorando assim os lucros antes de impostos, o lucro líquido e o rácio custo-rendimento, melhorando direta e subsequentemente as medidas reguladoras, tais como o CET 1 e o rácio de alavancagem.

Níveis mais elevados de inflação e de taxa de juro poderiam apresentar-nos uma série de oportunidades em todas as nossas divisões, como o aumento das receitas de fluxos de negociação mais elevados entre clientes privados, corporativos e institucionais, reposicionando as suas carteiras, ganhos de rendimento de juros líquido, bem como margens mais elevadas sobre empréstimos em todo o nosso balanço.

Uma parte substancial dos ativos e passivos no nosso balanço inclui instrumentos financeiros que escrituramos pelo justo valor, com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de resultados. Em resultado dessas alterações, podemos realizar ganhos no futuro.

Caso as condições de mercado, níveis de preços, volatilidade e sentimento do investidor se desenvolvam melhor do que o esperado, isso também pode impactar positivamente as nossas receitas, lucros e custos de concessão de crédito. Da mesma forma, caso registemos níveis de procura do cliente e quota de mercado mais elevados do que os previstos, isso pode impactar positivamente os nossos resultados de operações.

Em caso de prazos de entrega mais rápidos e de uma maior disponibilidade de vacinas em todo o mundo, a taxa de recuperação subjacente poderá acelerar entre países e conduzir ao alívio de confinamentos. Isto poderia impulsionar um aumento do comércio transfronteiriço, aumentar a atividade empresarial e dos clientes e, por conseguinte, conduzir a um potencial de receitas adicionais. Certas indústrias podem beneficiar mais da recuperação, em especial as indústrias que foram mais significativamente afetadas pela pandemia poderiam ter uma recuperação mais rápida, resultando assim em oportunidades comerciais adicionais para nós.

### Alteração regulamentar

As alterações regulamentares podem encorajar os bancos a fornecer melhores produtos ou serviços que podem oferecer oportunidades para diferenciação no mercado. Por exemplo, à medida que os padrões de informação continuam a desenvolver-se para o financiamento sustentável, o mercado pode evoluir para adotar iniciativas financeiras sustentáveis de forma mais ampla. Como os clientes e o mercado adotam iniciativas relacionadas a finanças sustentáveis, podemos ter a oportunidade de diferenciar ainda mais o banco através da melhoria dos serviços prestados aos seus clientes.

### Estratégia

A nossa estratégia passa pela melhoria da rentabilidade material para os acionistas ao longo do tempo e pela implementação do nosso balanço e outros recursos para as atividades de rentabilidade mais alta em linha com a franquia dos nossos clientes e a apetência pelo risco. A implementação da nossa estratégia poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados e as eficiências de custos possam ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações. Os progressos poderão ser ainda mais estimulados se os mercados reagirem favoravelmente ao desempenho do DB nesta área, por

exemplo, conduzindo a uma melhoria da notação por parte de uma das agências de notação. Tal poderá, por sua vez, reduzir os custos de financiamento e amplificar ainda mais a rentabilidade do Banco.

Com o nosso anúncio de 7 de julho de 2019, estamos a colocar um maior foco nas áreas dos pontos fortes que são fundamentais para os nossos clientes. O foco permanece no crescimento dos nossos quatro principais negócios e em aproveitar as oportunidades no mercado para continuar a dispor de ativos que já não são fundamentais para a nossa estratégia através da nossa Unidade de Libertação de Capital. Num mundo cada vez mais globalizado, o alcance global, a presença local profunda e as empresas estreitamente interligadas do DB proporcionam uma plataforma sólida para os clientes utilizarem.

Ao investir nas áreas que são os nossos pontos fortes, esperamos alcançar a nossa estratégia de crescimento direcionado. No Corporate Bank, procuramos continuar a aumentar as receitas no nosso mercado interno da Alemanha, mas também a expandir-nos para a Ásia e Pacífico e alavancar negócios de pagamentos, em particular para captar a cadeia de valor. O Investment Bank continua a ser um líder global em produtos de rendimento fixo e de financiamento, e estamos centrados em manter a quota de mercado captada em 2020 e estabilizar o franchise, reduzindo ao mesmo tempo os custos. Para o Private Bank, o nosso foco continua a ser o retalho alemão, o retalho internacional e os clientes empresariais, bem como a procura do crescimento, predominantemente nas áreas de consultoria. Com a criação do International Private Bank, visamos proporcionar uma gestão de riqueza mais integrada para os clientes do Private Bank. A Asset Management, incluindo as entidades jurídicas da DWS, definiu uma estratégia a seguir com um crescimento direcionado, particularmente na Europa, para consolidar o estatuto de principal gestor de ativos, e também na Ásia, e antecipa o lançamento de novos produtos em áreas de crescimento de elevada margem e investimento responsável.

Continuamos a centrar-nos na sustentabilidade em todo o banco e vimos oportunidades de crescimento neste espaço em todos os nossos negócios fundamentais, à medida que a resposta dos nossos clientes às alterações climáticas ganha mais força. Em maio de 2020, definimos a meta de alcançar 200 mil milhões de euros em volumes de financiamento sustentáveis cumulativamente até 2025. Dada a forte apetência do cliente, esta é uma oportunidade fundamental e uma área de investimento para os próximos anos. Como parte dos esforços mais amplos para desenvolver uma estratégia de apetência pelo risco para gerir o risco climático, vemos oportunidades de apoiar os nossos clientes, por exemplo, no desenvolvimento de estratégias de descarbonização credíveis e apoio à sua transição.

Os investidores privados e institucionais, incluindo os nossos clientes e não clientes, consideram cada vez mais os riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governação como significativos para os retornos a longo prazo, e acreditamos que este se tornará um diferenciador fundamental nos próximos anos. Está a aumentar o interesse em motivadores dedicados de serviços ESG, como a inclusão de fatores ESG nos processos de investimento ou no processo de tomada de decisões para a concessão de mandatos de negócio nos nossos negócios. Como tal, pretendemos desenvolver e fornecer produtos financeiros ou possibilidades de investimento que possam ajudar-nos a nós e aos nossos clientes a alcançar os nossos objetivos comuns de ESG. Além disso, a fim de avançar a nossa estratégia holística de ESG, a DWS criou recentemente um órgão consultivo que aconselhará ativamente sobre a aceleração da estratégia de ESG da DWS. De um modo mais geral, o avanço das nossas atividades de ESG pode conduzir a oportunidades de receitas adicionais, mas também a uma melhor marca e perceção das partes interessadas sobre nós.

Além de libertar recursos financeiros, RWA e a exposição à alavancagem, a Unidade de Libertação de Capital ajuda também a diminuir a procura de liquidez do banco. Como tal, isto pode ter um impacto sobre os resultados, diminuindo os custos de liquidez para o Grupo.

Ao mesmo tempo, podemos beneficiar de oportunidades para aumentar a nossa quota de mercado e a nossa base de clientes no Core Bank, especialmente na Europa e no nosso mercado interno alemão, apoiando clientes nos casos em que os pares se retiraram e apoiando a economia, garantindo às empresas o fundo de maneio necessário para sobreviverem à crise.

A pandemia da COVID-19 também teve impacto na estrutura de custos do banco. Embora, a curto prazo, tenhamos sido obrigados a equipar agências e edifícios de escritórios com fornecimentos anti-infeção, estamos agora a avaliar opções para reduzir de forma sustentável os custos, incluindo os custos imobiliários, através de níveis de trabalho continuados mais elevados a partir de casa. Em termos gerais, tal tem sido recebido de forma positiva pelos colaboradores e pode ajudar a acelerar as nossas iniciativas de poupança de custos. Certas categorias de custos foram temporariamente afetadas pela COVID-19, tais como Travel & Entertainment e Marketing & Events.

## Tecnologia e inovação

A inovação digital oferece várias oportunidades de proveitos para aumentar a monetização dos grupos de clientes existentes e a aquisição de novos grupos, através da expansão da nossa carteira de produtos e através da participação em parcerias de produtos com entidades terceiras, beneficiando assim de um tempo de comercialização potencialmente mais curto. As tendências de mercado, como a economia de plataformas, a correspondência de produtos internos e externos à procura dos clientes e a realização de transações através de uma plataforma central, bem como o open banking, representam uma clara oportunidade para nos posicionarmos como um interveniente dominante nestes ecossistemas. O objetivo passa por desenvolver um ecossistema de serviços abrangentes, com diferentes componentes desenvolvidos por diferentes firmas para áreas como o mercado de depósitos do segmento de retalho, os serviços de planeamento financeiro automatizados (consultoria

automática) ou serviços de recomendação de seguros, alavancando a plataforma bancária do DB. Adicionalmente, temos uma oportunidade para expandir as nossas capacidades de dados, para melhorar os serviços personalizados e proporcionar uma melhor experiência ao cliente, e para adotar tecnologias disruptivas, como a inteligência artificial, para expandir a nossa oferta de serviços. O nosso alcance global permite-nos escalar os produtos de forma rápida e eficiente em várias áreas geográficas. Neste contexto, o Deutsche Bank juntou-se oficialmente como membro desde o primeiro dia à fundação GAIA-X (um projeto destinado a desenvolver requisitos comuns para uma infraestrutura europeia de dados) para apoiar fortemente os objetivos do GAIA, de forma a permitir um espaço de dados de confiança na Europa e reforçar a partilha de dados entre indústrias e países.

Para impulsionar a mudança, acelerar a adoção de tecnologias no banco e rentabilizar as oportunidades de mercado acima mencionadas, o Banco criou a divisão de Tecnologia, Dados e Inovação (TDI). Embora as atividades gerais de digitalização e inovação aconteçam dentro das linhas de negócios, esta nova abordagem centralizada permite-nos enfrentar os principais desafios estratégicos numa configuração focada, impulsionar uma cultura de engenharia e inovação e investir em serviços digitais e novos modelos de negócios de médio a longo prazo.

Em termos de custos, a digitalização oferece às nossas divisões uma oportunidade para ganhos de eficiência significativos. Ao investir nas aplicações digitais, tais como autointegração digital de clientes, os processos em toda a linha podem ser automatizados e a produtividade pode ser aumentada. O desenvolvimento de fortes capacidades de dados deverá melhorar a nossa capacidade de fazer previsões mais precisas acerca do comportamento de clientes e do mercado, reduzindo a fraude e definindo preços de produtos de uma forma mais eficiente, ao mesmo tempo que cumprimos as obrigações regulamentares tirando partido das tecnologias mais recentes. A fim de assegurar as melhores garantias em termos de privacidade e segurança, bem como atenuar os riscos ao trabalhar com dados, o DB lançou uma iniciativa interna de Engenharia de Privacidade de Dados. Mais uma vez, a nova organização TDI pretende servir como um ponto central para acelerar iniciativas estratégicas selecionadas e reduzir o custo total.

O Deutsche Bank e o Google Cloud finalizaram uma parceria estratégica multi-anual para acelerar a transição do banco para a Nuvem, que oferecerá ao Deutsche Bank acesso direto a ciência de dados de classe mundial, inteligência artificial e aprendizagem de máquinas. Tal deverá resultar, por exemplo, numa análise de risco melhorada e em soluções avançadas de segurança para proteger as contas dos clientes, mas também o Deutsche Bank, melhorando as nossas capacidades de combate ao crime financeiro, por exemplo, reforçando as capacidades de KYC e as soluções de monitorização de transações.

A pandemia da COVID-19 traz também oportunidades potenciais, incluindo a aceleração do processo de digitalização em vários setores, permitindo ao banco prestar um serviço mais rápido aos clientes através de pontos de contacto digitais emergentes, bem como a oportunidade de co-inovar e apoiar os clientes com o seu investimento em projetos e estratégias de digitalização. Ambas reforçam as nossas relações com os clientes e impulsionam negócios adicionais.



## Relatório de risco

58	Introdução
59	Visão geral do risco e do capital
59	Indicadores de risco fundamentais
60	Avaliação global de risco
62	Perfil de risco
64	Quadro de risco e de capital
64	Princípios de gestão do risco
65	Governança do risco
68	Apetência pelo risco e capacidade de risco
68	Plano de risco e de capital
70	Testes de esforço
72	Sistemas de medição e relatório do risco
73	Planeamento de recuperação e resolução
75	Gestão do risco e de capital
75	Gestão de capital
75	Definição de limites para recursos
76	Identificação e avaliação do risco
76	Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos
102	Gestão do risco de mercado
109	Gestão do risco operacional
114	Gestão do risco de liquidez
119	Gestão do risco (estratégico) do negócio
119	Gestão do risco do modelo
120	Gestão do risco de reputação
121	Concentração de risco e diversificação do risco
122	Desempenho de capital e risco
122	Capital, rácio de alavancagem, TLAC e MREL
140	Exposição ao risco de crédito
163	Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação
166	Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação
168	Exposição ao risco operacional
169	Exposição ao risco de liquidez

## Introdução

### Divulgações em conformidade com a IFRS 7

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: Divulgações. Também considera a classificação subjacente e os requisitos de mensuração e imparidade na IFRS 9, podendo consultar-se mais detalhes na secção "Gestão e Modelo de Risco de Crédito", na secção "Qualidade dos ativos", na secção "Redução do risco de crédito" e na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" das demonstrações financeiras consolidadas. As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um sombreado cinzento ao longo deste Relatório de Risco.

### Divulgações ao abrigo do pilar 3 dos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III

A maior parte das divulgações de acordo com o Pilar 3 dos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III, que são implementadas na União Europeia através do Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento" (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR"), incluindo emendas recentes; e apoiadas pelas normas técnicas de execução da EBA ou a orientação da "Relatório final sobre as orientações sobre requisitos de divulgação de acordo com a Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013" ("Orientação da EBA", EBA/GL/2016/11, versão 2\*) e diretrizes relacionadas, aplicáveis às divulgações de Pilar 3, são publicadas no nosso relatório adicional do Pilar 3, que pode ser encontrado no nosso site. Nos casos em que as divulgações neste Relatório de Risco também apoiam os requisitos de divulgação de Pilar 3, estas são destacadas por referências do Relatório Pilar 3 no Relatório de Risco.

Para o final do ano de 2020, introduzimos pela primeira vez um quadro para determinar o provisionamento prudencial de exposições em incumprimento como uma medida de Pilar 2, em conformidade com as orientações do BCE. Além disso, o Regulamento (UE) 2019/876 introduz que determinados ativos de software não têm de ser deduzidos dos itens de CET1, aplicando-se o conceito de amortização prudencial. Além disso, o Regulamento (UE) 2019/876 introduz um tratamento diferente das subsidiárias e participações, que são apenas consolidadas no âmbito das IFRS. Para estas entidades, aplicamos agora um tratamento com base no capital próprio, em vez de um tratamento com base no custo.

### Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação" (EDTF)

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira ("FSB"), com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. Como um membro do EDTF, aderimos às recomendações de divulgação neste Relatório de Risco e também no nosso Relatório Pilar 3 adicional.

## Visão geral do risco e do capital

### Indicadores de risco fundamentais

Os seguintes rácios de risco principais selecionados e as métricas correspondentes fazem parte da nossa gestão holística do risco em tipos de risco individual. O rácio Common Equity Tier 1 (CET 1), rácio de adequação de capital económico (ECA), rácio de alavancagem (LR), capacidade total de absorção de perdas (TLAC), requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL"), rácio de cobertura de liquidez (LCR) e posição de liquidez líquida em esforço (sNLP) servem como métricas de alto nível e são totalmente integradas no planeamento estratégico, quadro de apetência pelo risco, testes de esforço (exceto LCR, TLAC e MREL) e práticas de planeamento de recuperação e resolução, as quais são revistas e aprovadas pelo nosso Conselho de Administração, pelo menos anualmente. O CET 1, LR, rácio de alavancagem, TLAC, MREL e LCR e rácios e indicadores de ativos ponderados pelo risco, que são definidos na regulamentação, têm por base o Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento (Regulamento relativo a requisitos de capital ou "CRR") e a Diretiva 2013/36/UE relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento (diretiva relativa a requisitos de capital ou "CRD"), incluindo emendas recentes. O MREL baseia-se no regulamento do mecanismo único de resolução (MUR), bem como na respetiva comunicação do Regulamento do mecanismo único de resolução (CUR). O ECA, o capital económico e a sNLP são métricas de risco internas específicas do Deutsche Bank, complementares às métricas regulamentares acima descritas.

<b>Rácio Common Equity Tier 1</b>		<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	
31/12/2020	13,6%	31/12/2020	329,0 mil
31/12/2019	13,6%		milhões de euros
<b>Rácio de Adequação de Capital Económico</b>		31/12/2019	324,0 mil
31/12/2020	179%		milhões de euros
31/12/2019	163%		
<b>Rácio de alavancagem fully loaded</b>		<b>Total de capital económico</b>	
31/12/2020	4,7%	31/12/2020	28,6 mil
31/12/2019	4,2%		milhões de euros
<b>Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)</b>		31/12/2019	29,2 mil
31/12/2020 (baseado em ativos ponderados pelo risco)	31,94%		milhões de euros
31/12/2020 (baseado na exposição à alavancagem)	9,74%	<b>Exposição à alavancagem</b>	
31/12/2019 (baseado em ativos ponderados pelo risco)	34,67%	31/12/2020	1.078 mil
31/12/2019 (baseado na exposição à alavancagem)	9,62%		milhões de euros
<b>Rácio de cobertura de liquidez</b>		31/12/2019	1.168 mil
31/12/2020	145%		milhões de euros
31/12/2019	141%		
		<b>Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)</b>	
		31/12/2020	10,67%
		31/12/2019	11,57%
		<b>Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP)</b>	
		31/12/2020	43,0 mil
			milhões de euros
		31/12/2019	24,3 mil
			milhões de euros

Para obter detalhes adicionais, consulte as secções "Perfil de risco", "Apetência pelo risco e capacidade de risco", "Plano de risco e de capital", "Testes de esforço", "Planeamento de recuperação e resolução", "Gestão do risco e de capital", "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL" (para valores de integração progressiva e fully loaded), "Rácio de cobertura de liquidez" e "Testes de esforço e análise de cenários".

## Avaliação global de risco

Os principais tipos de risco refletidos na taxonomia do tipo de risco do Deutsche Bank incluem o risco de crédito (incluindo incumprimento, migração, transação, exposição, país, riscos de migração e concentração), risco de mercado (incluindo taxa de juro, risco cambial, capital, spread de crédito, matérias-primas e outros riscos de ativos cruzados), risco de liquidez (incluindo risco de liquidez e financiamento de curto prazo), risco de negócio (incluindo risco estratégico e fiscal), risco transversal, risco de reputação e risco operacional (com importantes subcategorias como risco de conformidade, risco jurídico, risco de modelo, riscos de segurança da informação e tecnologia, riscos de fraude e riscos de branqueamento de capitais). Gerimos a identificação, avaliação e redução dos principais riscos e dos riscos emergentes mediante um processo de governação interno e a utilização de instrumentos e processos de gestão do risco. A nossa abordagem à identificação e à avaliação do impacto tem por finalidade garantir que atenuamos o impacto destes riscos nos nossos resultados financeiros, objetivos estratégicos de longo prazo e reputação. Consulte a secção “Gestão do risco e do capital” para informações detalhadas sobre a gestão dos nossos riscos materiais.

No âmbito das nossas análises regulares, analisamos as sensibilidades dos principais riscos das carteiras mediante uma avaliação ascendente do risco, complementada por uma análise descendente do cenário macroeconómico e político. Esta dupla abordagem permite-nos capturar os fatores de risco que têm impacto nas nossas carteiras de risco e divisões de negócio, como também outros riscos que são relevantes para carteiras específicas.

Desde o início de 2020, o nosso negócio macroeconómico e o nosso ambiente operacional têm sido dominados pela pandemia do coronavírus, e os riscos negativos associados permaneceram elevados para além do final do ano. Na sequência das graves contrações do PIB observadas nas principais economias avançadas em 2020, esperamos que a recuperação económica se desenrole no decorrer de 2021, à medida que a vacinação eficaz contra a COVID-19 se torna amplamente disponível e é proporcionado um estímulo fiscal adicional nas economias dos Estados Unidos e da União Europeia em particular. No entanto, para as perspetivas económicas a curto prazo, continuamos a ver riscos negativos significativos de abrandamento na economia global decorrentes de níveis elevados de infeções por COVID-19, restrições decorrentes do confinamento e uma aversão mais profunda ao risco.

Devido à natureza, em grande parte sem precedentes, da crise da COVID-19, prevê-se que a incerteza prevista permaneça invulgarmente elevada durante bastante tempo. Enquanto banco, o nosso pressuposto de trabalho continua a ser o de que os efeitos da recessão da COVID-19 continuarão a desenrolar-se e que o ambiente de baixas taxas de juro na Zona Euro irá persistir durante, pelo menos, vários trimestres. A intensificação do ambiente de taxas de juro "mais baixas por mais tempo", uma vez que os principais bancos centrais proporcionam liquidez adicional abundante em apoio das suas economias, pode afetar o nosso rendimento líquido de juros e outras atividades de negócios sensíveis às taxas. As taxas mais baixas por mais tempo também apoiaram avaliações de mercado elevadas à medida que os investidores procuram rendimento. Tal aumenta o risco de uma correção significativa dos preços, o que pode desencadear uma maior instabilidade do mercado.

O aumento da dívida empresarial e soberana será um legado da pandemia. Atualmente, os riscos de problemas de crédito e incumprimentos são parcialmente atenuados por um apoio generoso da política fiscal e monetária, mas a eventual retirada desse apoio pode aumentar as pressões de crédito ao longo do tempo.

Se a adoção da vacina COVID-19 continuar a ser bem sucedida e continuar a ser impulsionada por um apoio massivo à política monetária e fiscal, a recuperação e a reflexão económica esperadas podem estar sujeitas a um aumento significativo a médio prazo. Tal poderia, por sua vez, levar a que a inflação dos preços ao consumidor e dos ativos nas principais economias avançadas acelerasse substancialmente mais depressa do que o previsto. Embora tal possa criar algum potencial ascendente para os nossos níveis de atividade empresarial e rendimento líquido de juros, um aumento desordenadamente acentuado das taxas de rendimento de obrigações poderia desencadear uma correção descendente para as ações e outros mercados de ativos de risco altamente valorizados, bem como um aumento dos riscos de crédito para clientes altamente alavancados.

A incerteza política diminuiu indiscutivelmente no final de 2020, com o novo presidente americano Joseph R. Biden eleito em novembro, a UE a chegar a acordo sobre o seu plano orçamentário plurianual e o Fundo Europeu de Recuperação associado ("RRF") em meados de dezembro, e um acordo comercial em função do Brexit, acordado entre o Reino Unido e a UE pouco antes do final do período de transição, no final do ano. No entanto, os riscos geopolíticos continuam elevados e têm de ser acompanhados de perto, por exemplo no que diz respeito à profunda divisão na sociedade dos EUA, às relações tensas entre os EUA e a China no comércio internacional e na sequência da aprovação da nova legislação nacional de segurança em Hong Kong, dos movimentos populistas em vários países da UE, ou das negociações em curso entre o Reino Unido e a UE sobre as suas relações futuras. Outros riscos geopolíticos que podem ter um impacto negativo no nosso ambiente empresarial incluem tensões no Mar do Sul da China e entre os EUA e a China sobre Taiwan, bem como o potencial de escalada no Médio Oriente sobre o programa nuclear do Irão na sequência de recentes passos no sentido de níveis mais elevados de enriquecimento de urânio.

Para além dos riscos descritos acima, estamos expostos a uma variedade de riscos financeiros, incluindo mas não se limitando a riscos de incumprimento de contraparte ou choques súbitos de mercado com impacto nos nossos perfis de risco de crédito e de mercado e riscos não financeiros, incluindo mas não se limitando a riscos operacionais e de infraestrutura de TI, processamento de transações e riscos de fornecedores terceiros.

Os impactos potenciais destes riscos no nosso balanço e na rentabilidade são avaliados através de revisões de carteira e testes de esforço. Os testes de esforço também são usados para testar a resiliência dos planos estratégicos do Deutsche Bank. Os resultados destes testes indicam que o capital e as reservas de liquidez atualmente disponíveis, em combinação com as medidas de mitigação disponíveis, nos permitiriam absorver o impacto destes riscos se estes se materializassem como previsto. As informações sobre risco e posições de capital para as nossas carteiras podem ser encontradas na secção “Desempenho de capital e risco”.

## Perfil de risco

A tabela abaixo mostra a nossa posição de risco global, medida pela procura de capital económico calculado para risco de crédito, de mercado, operacional e de negócios nas datas especificadas. Para determinar a nossa posição de risco económico global, temos normalmente em consideração benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

### Posição de risco global, medida pela procura de capital económico por tipo de risco

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2020	31 dez 2019	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019	
			em milhões de euros	em %
Risco de crédito	11.636	10.757	879	8
Risco de mercado	10.894	11.767	(874)	(7)
Risco de mercado relacionado com a negociação	2.198	3.592	(1.394)	(39)
Risco de mercado não relacionado com a negociação	8.696	8.175	521	6
Risco operacional	5.512	5.813	(301)	(5)
Risco de negócio	5.949	6.374	(425)	(7)
Vantagem de diversificação <sup>1</sup>	(5.429)	(5.535)	106	(2)
<b>Total de procura de capital económico</b>	<b>28.560</b>	<b>29.176</b>	<b>(616)</b>	<b>(2)</b>

<sup>1</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

Em 31 de dezembro de 2020, a nossa procura de capital económico ascendia a 28,6 mil milhões de euros, um valor 0,6 mil milhões de euros (2%) inferior aos 29,2 mil milhões de euros de procura de capital económico em 31 de dezembro de 2019.

A procura de capital económico para o risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 era 0,9 mil milhões de euros (8%) superior em comparação com o final de 2019, principalmente devido a migrações de notação relacionadas com a pandemia da COVID-19 e a uma melhoria do modelo para o risco de recuperação.

A procura de capital económico para risco de mercado relacionado com a negociação diminuiu para 2,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, em comparação com 3,6 mil milhões de euros no final do ano de 2019, principalmente devido a um nível mais baixo de inventário de crédito no Investment Bank, sobretudo do negócio de Imobiliário Comercial. A procura de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação aumentou 0,5 mil milhões de euros (6%), em comparação com 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao aumento das exposições ao risco de mercado na carteira de reservas de liquidez e em planos de remuneração de ações. O capital económico de risco de mercado mantém-se na metodologia de Monte Carlo e migrará para simulação histórica na devida altura.

A utilização de capital económico para o risco operacional totalizou 5,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, sendo inferior em 0,3 mil milhões de euros (5%) relativamente à utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2019, no total de 5,8 mil milhões de euros. Em linha com o desenvolvimento dos nossos RWA para risco operacional, a diminuição deveu-se em grande medida a um perfil de perda mais leve que se alimenta do nosso modelo de capital, que foi parcialmente compensado por uma redução da dedução das perdas esperadas e por indicadores de apetência pelo risco e pontuações de avaliação do risco ligeiramente mais fracos. Para obter uma descrição detalhada, consulte a secção “Gestão do risco operacional”.

A nossa metodologia de capital económico de risco de negócio captura risco estratégico, o que implicitamente também inclui elementos de riscos incomuns, incluindo o risco reputacional e de refinanciamento, o risco fiscal e um montante de capital para os ativos por impostos diferidos da IFRS relativo às diferenças temporárias e um montante de capital recentemente introduzido para o risco relacionado com ativos de software. O risco de negócio diminuiu para 5,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, um valor 0,4 mil milhões de euros (7%) inferior aos 6,4 mil milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2019. A diminuição deveu-se principalmente a uma menor procura de capital económico para o risco estratégico de 2,1 mil milhões de euros, o que reflete principalmente a execução da transformação da Deutsche Bank e a melhoria associada nas perspetivas de ganhos. Esta diminuição foi parcialmente compensada pela introdução de um montante de capital de 1,8 mil milhões de euros para contabilizar o risco associado aos ativos de software reconhecidos na oferta de capital económico. A procura de capital económico para o risco fiscal e o montante de capital para os ativos por impostos diferidos das IFRS mantiveram-se estáveis durante o ano.

O benefício da diversificação inter-riscos da procura de capital económico no risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico diminuiu 0,1 mil milhões de euros, refletindo principalmente alterações no perfil de tipo de risco subjacente.

O nosso mix de atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos também os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico total, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios e tem em conta os efeitos de risco transversal ao nível do grupo.

## Perfil de risco das nossas divisões medido pelo capital económico

31 dez 2020

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	2.588	4.675	2.404	60	648	1.262	11.636	41
Risco de mercado	822	2.369	1.170	420	235	5.877	10.894	38
Risco operacional	482	2.169	646	284	1.930	0	5.512	19
Risco de negócio	193	2.767	80	0	0	2.909	5.949	21
Vantagem de diversifi- cação <sup>1</sup>	(469)	(2.457)	(534)	(180)	(982)	(808)	(5.429)	(19)
<b>Total de CE</b>	<b>3.617</b>	<b>9.523</b>	<b>3.766</b>	<b>584</b>	<b>1.831</b>	<b>9.239</b>	<b>28.560</b>	<b>100</b>
Total de CE em %	13	33	13	2	6	32	100	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

31 de dez. de 2019<sup>1</sup>

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	2.417	4.064	2.181	71	859	1.164	10.757	37
Risco de mercado	539	3.563	1.827	456	464	4.920	11.767	40
Risco operacional	585	2.122	666	366	2.074	0	5.813	20
Risco de negócio	195	4.914	71	0	20	1.174	6.374	22
Vantagem de diversifi- cação <sup>2</sup>	(510)	(2.460)	(647)	(224)	(1.075)	(619)	(5.535)	(19)
<b>Total de CE</b>	<b>3.226</b>	<b>12.203</b>	<b>4.097</b>	<b>668</b>	<b>2.343</b>	<b>6.639</b>	<b>29.176</b>	<b>100</b>
Total de CE em %	11	42	14	2	8	23	100	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Os montantes dos riscos afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2020.

<sup>2</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

O perfil de risco do Corporate Bank é dominado pelos produtos e serviços oferecidos de Financiamento ao Comércio, Banca Comercial e Gestão de Tesouraria. A procura de capital económico deve-se, em grande parte, ao risco de crédito e é predominantemente impulsionada pelos negócios de Financiamento ao Comércio e Clientes Comerciais. A procura de capital económico para o Corporate Bank aumentou 0,4 mil milhões de euros em comparação com o final de 2019, em resultado de riscos de mercado e de crédito mais elevados. A procura de capital económico para o risco de mercado aumentou 0,3 mil milhões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao aumento das exposições na carteira de reservas de liquidez e em planos de remuneração de ações. A procura de capital económico para o risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 era 0,2 mil milhões de euros mais elevada em comparação com o final de 2019, principalmente devido ao risco de contraparte mais elevado no Global Transaction Banking. Os aumentos acima mencionados foram compensados por uma menor procura de capital económico para o risco operacional de 0,1 mil milhões de euros em comparação com o final de 2019, principalmente devido à plena implementação de um melhoramento do modelo, resultando numa melhor captação dos perfis de risco divisionais. A procura de capital económico para risco de negócio no Corporate Bank permaneceu estável em comparação com o final de 2019.

O perfil de risco do Investment Bank é dominado pelas suas atividades de negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam todos os principais tipos de risco. O risco de crédito no Investment Bank está amplamente distribuído pelas unidades de negócio, mas com maior destaque no Global Credit Trading, Rates e Leveraged Debt Capital Markets. O risco de mercado decorre principalmente das atividades de negociação e criação de mercado. O remanescente do perfil de risco do Investment Bank deriva grandemente do risco de negócio que reflete o risco de volatilidade dos ganhos. A procura de capital económico para o Investment Bank diminuiu 2,7 mil milhões de euros em comparação com o final de 2019, principalmente devido a riscos de negócio e de mercado mais baixos. A procura de capital económico de risco empresarial diminuiu 2,1 mil milhões de euros em termos homólogos, principalmente devido a uma melhoria nas perspetivas de ganhos do banco. A procura de capital económico para risco de mercado diminuiu 1,2 mil milhões de euros ao longo do ano, devido a um nível mais baixo de inventário de crédito, sobretudo do negócio de Imobiliário Comercial. Os aumentos dos riscos de negócio e de mercado foram parcialmente compensados por um risco de crédito e risco operacional mais elevado. A procura de capital económico para o risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 foi 0,6 mil milhões de euros superior em comparação com o final de 2019, principalmente devido a uma forte atividade de negociação de rendimento fixo durante 2020. A procura de capital económico de risco operacional aumentou ligeiramente, devido a indicadores de apetência pelo risco e pontuações de avaliação do risco mais fracos, bem como efeitos de reafetação inter-divisões.

O perfil de risco do Private Bank inclui negócios com clientes alemães de retalho, de retalho internacional e empresariais, bem como clientes de gestão de património que geram riscos de crédito, bem como riscos de mercado não relacionados com a negociação decorrentes do risco de investimento, da modelação de depósitos de clientes e do risco de spread de crédito. A procura de capital económico para o Private Bank diminuiu 0,3 mil milhões de euros em comparação com o final de 2019. A diminuição deveu-se principalmente a um menor risco de mercado devido à transferência da carteira de reserva de liquidez do DB PFK para a parte de Tesouraria do Grupo da divisão de negócio Corporate & Other, no contexto da fusão do DB PFK

AG no DB AG. Tal foi parcialmente compensado por um maior risco de crédito em resultado do crescimento da carteira, das deteriorações da notação no atual ambiente de mercado e de alterações de metodologia. O capital económico para os riscos operacionais e de negócio manteve-se estável ao longo do ano.

A Asset Management, enquanto gestor de ativos fiduciário, investe dinheiro em nome dos clientes. As suas atividades empresariais estão expostas a movimentos no mercado, fluxos e taxas de câmbio. A procura de capital económico é fortemente impulsionada pelo risco de mercado não relacionado com a negociação, devido a produtos de garantia e investimentos nos nossos fundos, e por eventos de risco operacional. A procura de capital económico para o Asset Management diminuiu 0,1 mil milhões de euros em comparação com o final de 2019, principalmente impulsionada por um menor risco operacional devido a um perfil de perdas mais leve.

A Unidade de Libertação de Capital continuou a sair e a reduzir os ativos e negócios não estratégicos transferidos para a unidade no terceiro trimestre de 2019. Em linha com a redução do risco alcançada ao longo de 2020, a procura de capital económico da unidade diminuiu 0,5 mil milhões de euros ao longo de 2020, em comparação com o final de 2019.

O perfil de risco do segmento Corporate & Other inclui principalmente o risco de mercado não relacionado com a negociação do risco cambial estrutural, o risco de pensões e o risco de ações, bem como o risco de negócio de um novo montante de capital para ativos de software. A procura de capital económico para o segmento Corporate & Other aumentou 2,6 mil milhões de euros em comparação com o final de 2019, principalmente devido à introdução do montante de capital acima mencionado para contabilizar o risco associado a ativos de software.

## Quadro de risco e de capital

### Princípios de gestão do risco

O nosso modelo de negócio envolve inerentemente assumir riscos. Os riscos podem ser financeiros e não financeiros e incluir riscos patrimoniais e extrapatrimoniais. O nosso objetivo é criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O quadro de gestão do risco contribui para isso, alinhando a nossa gestão de risco planeada e efetiva com a nossa apetência pelo risco, tal como expresso pelo Conselho de Administração, estando ao mesmo tempo em linha com o nosso capital e liquidez disponíveis.

O nosso quadro de gestão do risco é composto por várias componentes. Foram definidos princípios e normas para cada componente:

- As estruturas organizacionais devem seguir o modelo de três linhas de defesa ("3LoD") com uma definição clara de funções e responsabilidades para todos os tipos de risco.
- A 1.ª linha de defesa ("1st LoD") refere-se àquelas funções no banco cujas atividades geram riscos, sejam financeiros ou não financeiros, e que detêm e são responsáveis por estes riscos. A 1.ª LoD gere estes riscos dentro da apetência pelo risco definida, estabelece uma governação de risco e uma cultura de risco adequadas e adere aos quadros de tipo de risco definidos pela 2.ª Linha de Defesa ("2nd LoD").
- A 2.ª LoD refere-se às funções do Banco que definem o quadro de gestão do risco para um tipo de risco específico. A 2.ª LoD avalia e questiona de forma independente a implementação do quadro do tipo de risco e a adesão à apetência pelo risco, e atua como consultor à 1.ª LoD sobre a forma de identificar, avaliar e gerir os riscos.
- A 3.ª Linha de Defesa ("3rd LoD") é a Group Audit (Auditoria do Grupo), que é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção, eficácia operacional e eficiência do sistema de gestão do risco e dos sistemas de controlo interno.
- Todos os colaboradores devem atuar como gestores de risco em coerência com a nossa apetência pelo risco, normas e valores de gestão do risco.
- A apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração deve ser em cascata e cumprida em todas as dimensões do Grupo, com consequências adequadas em caso de violação.
- Os riscos devem ser identificados e avaliados.
- Os riscos devem ser geridos ativamente, incluindo através de sistemas adequados de redução dos riscos e de controlo interno eficaz.
- Os riscos devem ser medidos e comunicados utilizando dados precisos, completos e em tempo real, através de modelos aprovados.
- Devem ser realizados testes de esforço regulares contra cenários adversos e deve ser estabelecido um planeamento adequado de resposta a crises.

Promovemos uma forte cultura de risco em que todos os colaboradores devem compreender plenamente e ter uma visão holística dos riscos que podem resultar das suas ações, compreender as consequências e geri-las adequadamente em relação à nossa apetência pelo risco. Prevemos que os colaboradores exibam comportamentos que apoiem uma forte cultura de



risco em linha com o nosso Código de Conduta. Para promover este objetivo, as nossas políticas exigem que os riscos assumidos (incluindo contra a apetência pelo risco) devem ser tidos em consideração durante a nossa avaliação comportamental e nos processos de remuneração. Esta expectativa continua a ser reforçada através de campanhas de comunicação e cursos de formação obrigatórios para todos os colaboradores do DB. Adicionalmente, os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

## Governança do risco

As nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que exercemos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (o "BCE") e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as nossas principais entidades de supervisão, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Diversos níveis de gestão garantem uma governança do risco coerente:

- O Conselho de Fiscalização é informado regularmente sobre a nossa situação de risco, gestão do risco e controlo do risco, incluindo itens relacionados com o risco de reputação, bem como casos de litígios significativos. Formou várias comissões para tratar dos temas específicos (para uma descrição pormenorizada destas comissões, consulte o Relatório de Governo da Sociedade em "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização", "Comissões especializadas permanentes").
- Nas reuniões da Comissão de Risco, o Conselho de Administração relata sobre exposições de risco atuais e futuras, carteiras, a apetência e estratégia de risco e sobre questões consideradas relevantes para a avaliação e supervisão da situação de risco do Deutsche Bank AG. Também presta contas em matéria de empréstimos que exijam uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos. A Comissão de Risco aconselha o Conselho de Administração sobre questões relacionadas com a apetência pelo risco geral, a posição de risco agregado e a estratégia de risco, e mantém o Conselho de Fiscalização informado sobre as suas atividades.
- O Comité de Integridade, entre outras responsabilidades, aconselha e monitoriza o Conselho de Administração no que respeita ao compromisso da administração com um desenvolvimento economicamente sólido e sustentável da empresa e monitoriza as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa, incluindo as políticas de risco. É também responsável por rever o Código de Conduta e de Ética do Banco e, mediante pedido, presta apoio ao Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do Banco.
- O Comité de Auditoria, entre outros aspetos, monitoriza a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Grupo Deutsche Bank em conformidade com a lei, com os Estatutos e os seus Termos de referência, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento de uma organização de negócios adequada, abrangendo uma gestão do risco apropriada e eficaz, bem como o cumprimento dos requisitos legais e das diretrizes internas. O Conselho de Administração estabeleceu o Comité de Risco do Grupo ("GRC") como o fórum central para a análise e decisão em assuntos relacionados com riscos materiais e capital. O GRC reúne geralmente uma vez por semana. Delegou alguns dos seus deveres a pessoas e subcomités. O GRC e os seus subcomités são descritos em maior detalhe abaixo.

Estrutura de governação de gestão do risco do Grupo Deutsche Bank



Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

- O Comitê de Risco do Grupo (GRC) tem vários deveres e autoridade dedicada, incluindo a aprovação de modelos de risco e de capital novos ou substancialmente alterados e a análise do inventário de riscos, carteiras de risco de alto nível, desenvolvimentos de exposição ao risco e resultados dos testes de esforço internos e regulamentares ao nível do Grupo. Além disso, o GRC analisa e recomenda itens para aprovação pelo Conselho de Administração, tais como princípios-chave de gestão do risco, a declaração de apetência pelo risco do Grupo, o plano de recuperação do Grupo e o plano de financiamento de contingência, parâmetros abrangentes de apetência pelo risco e indicadores de recuperação e escalada. O GRC também apoia o Conselho de Administração durante os processos de planeamento de risco e capital ao nível do Grupo.
- O Comitê de Risco Não Financeiro (NFR) supervisiona, governa e coordena a gestão de riscos não-financeiros no Grupo Deutsche Bank e estabelece uma perspetiva holística e transversal ao risco dos principais riscos não-financeiros do Grupo, incluindo o risco de conduta e de crimes financeiros. Está incumbido de definir um quadro de tolerância da apetência pelo risco não financeiro, monitorizar e controlar a eficácia do modelo operacional de risco não financeiro (incluindo as interdependências entre divisões, funções de controlo e diferentes funções de controlo), bem como monitorizar a evolução de riscos não financeiros emergentes relevantes para o Grupo.
- O Comitê de Risco de Reputação do Grupo (GRR) é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação e garante um processo de retrospectiva e ensinamentos retirados. Analisa e decide todas as questões de risco de reputação transmitidas pelos Comitês Regionais de Risco de Reputação (RRRC) e as decisões dos RRRC que tenham sido objeto de recurso pelas divisões de negócio, funções de infraestrutura ou gestão regional. Fornece orientação sobre as questões de risco de reputação ao nível do Grupo, incluindo a comunicação de temas sensíveis, aos níveis apropriados do Grupo Deutsche Bank. Os RRRC, que são subcomitês do GRR, são responsáveis pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões em nome do Conselho de Administração.
- O Comitê de Risco da Sociedade (ERC) foi criado com o intuito de se centrar nas tendências de risco, eventos e carteiras de risco transversal em toda a sociedade, reunindo especialistas em matéria de risco de várias áreas de risco. Como parte do seu mandato, o ERC aprova o inventário de risco, determinados aumentos do limiar do país e da indústria e diretrizes de conceção de cenários para testes de esforço mais rigorosos em todo o grupo, bem como testes de esforço inversos. Analisa os resultados dos testes de esforço em conformidade com a apetência pelo risco, analisa a perspetiva de risco, os riscos emergentes e os tópicos com implicações em toda a empresa.

- O Comitê de Governança de Produtos está incumbido de assegurar que haja supervisão, governança e coordenação adequadas da Governança de Produtos no Grupo, estabelecendo uma perspectiva transversal ao risco e holística dos principais riscos financeiros e não financeiros associados a produtos e transações ao longo do ciclo de vida.
- O Conselho de Gestão de Recursos Financeiros (FRMC) é um organismo de governança ad-hoc, presidido pelo Diretor financeiro e pelo Gestor de risco, com autoridade delegada pelo Conselho de Administração para supervisionar a gestão de crises financeiras no banco. O FRMC fornece um único fórum para supervisionar a execução do Plano de financiamento de contingência e do Plano de recuperação do grupo. O conselho recomenda a implementação de ações de redução em momentos de esforço de liquidez ou de capital antecipado ou real. Especificamente, o FRMC tem a tarefa de analisar a posição de capital e liquidez do banco, em antecipação de um cenário de esforço, recomendar propostas para questões relacionadas com o capital e a liquidez e garantir a execução das decisões tomadas.
- O Comitê de gestão de ativos e passivos do grupo foi estabelecido pelo Conselho de Administração. O seu mandato passa por otimizar a origem e a implementação do balanço do banco e os recursos financeiros no âmbito da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração.

O nosso Diretor de Risco (CRO), que é membro do Conselho de Administração, tem a responsabilidade a nível do Grupo e supradivisional, de estabelecer um quadro de gestão do risco com identificação, mensuração, monitorização, mitigação e relato adequados de riscos de liquidez, crédito, mercado, negócio e não financeiros (incluindo riscos de reputação, de TI, legais, de conduta, de conformidade e regulamentares). No entanto, os quadros para determinados riscos são estabelecidos por outras divisões, de acordo com o plano de afetação de negócios.

O CRO tem responsabilidade de gestão direta da função do CRO. Os deveres de controlo e gestão do risco na função do CRO são geralmente atribuídos a unidades de gestão do risco especializadas que se focam na gestão de

- Tipos de risco específicos
- Riscos num negócio específico
- Riscos numa região específica.

Estas unidades de gestão do risco especializadas têm geralmente as seguintes tarefas essenciais:

- Promover a coerência com a apetência pelo risco definida pelo GRC no quadro estabelecido pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões;
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão;
- Estabelecer e aprovar limites de risco;
- realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Os Diretores de Risco de cada divisão empresarial, tendo uma visão holística do respetivo negócio, desafiam e influenciam as estratégias das divisões, a consciência e a propriedade do risco, bem como o cumprimento da apetência pelo risco.

A função de Gestão do Risco da Sociedade (ERM) define um quadro de gestão do risco ao nível do banco, procurando garantir que todos os riscos ao nível do Grupo e das Divisões são identificados, assumidos e avaliados quanto ao impacto material. A ERM é também responsável por agregar e analisar informações e concentrações de risco ao nível da empresa, incluindo a revisão dos perfis de risco/rentabilidade de carteiras para apoiar a tomada de decisões informada relativamente à aplicação eficaz dos recursos do Banco. A ERM está incumbida de:

- Gerir a apetência pelo risco empresarial ao nível do Grupo, incluindo o quadro e a metodologia quanto à forma como a apetência pelo risco é aplicada a diferentes tipos de risco, negócios e entidades jurídicas;
- Integrar e agregar riscos para proporcionar maior transparência do risco empresarial para apoiar a tomada de decisões;
- Encomendar testes de esforço relativos ao futuro e gerir planos de recuperação do Grupo; e
- Gerir e melhorar a eficácia do quadro de gestão do risco.

O departamento de Conformidade protege as licenças de funcionamento do Banco, estabelecendo um quadro para promover e impor o cumprimento das regras e dos regulamentos. Eles fornecem uma garantia independente e objetiva ao Conselho de Administração sobre a adequação da conceção e eficácia do quadro de controlo do Risco de Conformidade para as áreas para as quais lhes foi atribuída responsabilidade.

O departamento de Combate aos Crimes Financeiros (AFC) estabelece o quadro para prevenir o branqueamento de capitais, combater o financiamento do terrorismo e outras atividades criminosas (incluindo mas não se limitando a fraude, suborno e atividades de corrupção) e assegurar o cumprimento das sanções financeiras e comerciais.

As funções descritas acima têm uma linha de comunicação com o CRO.

Ao funcionarem de forma independente entre si e relativamente às divisões de negócio, as nossas funções Financeiras e de Risco possuem responsabilidade partilhada para quantificar e verificar o risco que assumimos.

## Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado e dos tipos de risco que estamos dispostos a assumir para alcançar os nossos objetivos estratégicos, conforme definido por um conjunto de demonstrações qualitativas e indicadores quantitativos. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir tendo em conta a base de capital e liquidez, as capacidades de controlo e gestão do risco e as restrições regulamentares.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso plano e da estratégia de risco, de modo a promover a coerência adequada entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a nossa apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a nossa apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, o contexto de negócios e regulamentar e os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e que podem funcionar como indicadores chave da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco.

Os relatórios relativos ao nosso perfil de risco em comparação com a nossa apetência pelo risco e estratégia de risco e a nossa monitorização das mesmas são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos respetivos comités.

## Plano de risco e de capital

### Plano estratégico e de capital

Realizamos anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico para nós enquanto Grupo e para as nossas áreas de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intra-anual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas nossas perspetivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada divisão, compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; o segundo e terceiro anos são planeados por trimestre e do quarto até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos

objetivos coerentes com a orientação estratégica. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização.

O Plano Estratégico e de Capital foi concebido para reforçar a nossa visão de sermos um banco alemão líder, com fortes raízes europeias e uma rede global, e tem como objetivo assegurar:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
- conformidade com os requisitos regulamentares;
- uma posição sólida de capital e liquidez; e
- Estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
- Avaliar a nossa adequação de capital no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
- Aplicar análises de testes de esforço apropriadas para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com o objetivo de evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os nossos objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que também cumprimos os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo (SREP) relacionados com o rácio de solvabilidade, tal como expressos pelo nosso supervisor interno.

Em 9 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2020, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020, na sequência dos resultados do SREP de 2019. A decisão reconhece os progressos que o Deutsche Bank fez desde a primeira avaliação do SREP em 2016, conduzindo a uma diminuição do Requisito de Pilar 2 (P2R) do BCE de 2,75% para 2,50% dos RWA, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020. Como resultado, o Deutsche Bank foi obrigado a manter um rácio de CET 1 de, pelo menos, 11,58% numa base consolidada. Este requisito de capital CET 1 incluiu o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito reduzido de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,50%, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico de 0,08% a partir de 1 de janeiro de 2020 (sujeito a alterações ao longo do ano) e o requisito de amortecedor G-SII de capital inicial de 2,00%. Do mesmo modo, os requisitos de 2020 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estavam em 13,08% e para o seu rácio de capital total em 15,08%.

Em 12 de março de 2020, o BCE anunciou várias medidas de supervisão em reação à pandemia da COVID-19. Relativamente a isso, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão de aplicar o artigo 104.º-A da Diretiva (UE) 2019/878 do Parlamento Europeu (CRDV), com efeitos a partir de 12 de março de 2020. A decisão exige que o Deutsche Bank cumpra o seu requisito de Pilar 2 inalterado de 2,50% (complemento SREP) com pelo menos 56,25% de CET 1, 18,75% de capital adicional de Tier 1 e 25% de capital Tier 2. Em 31 de dezembro de 2020, o Deutsche Bank tem de manter numa base consolidada um rácio de CET 1 de, pelo menos, 10,42%, um rácio de Tier 1 de, pelo menos, 12,39% e um rácio de Capital Total de, pelo menos, 15,02%. Este requisito de capital de CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 1,41%, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico (sujeito a alterações ao longo do ano) de 0,02% e o mais alto do nosso amortecedor G-SII/O-SII de 2,00%. De forma correspondente, o requisito de capital de Tier 1 inclui adicionalmente um requisito mínimo de capital de Tier 1 de 1,50% acrescido de um requisito de Pilar 2 de 0,47%, e o requisito de Capital Total inclui ainda um requisito de capital mínimo de Tier 2 de 2,00% e um requisito de Pilar 2 de 0,63%. Além disso, o BCE comunicou ao Deutsche Bank que a sua expectativa individual de manter um complemento de capital de CET 1 de Pilar 2, geralmente referido como "orientação de Pilar 2" será vista apenas como orientação e – até nova notificação – uma violação desta orientação não irá desencadear a necessidade de fornecer um plano de restabelecimento do capital ou a necessidade de executar medidas para a reconstrução do capital de CET 1. O BCE comunicou ainda que, uma vez passado este período de dificuldades financeiras, será concedido aos bancos tempo suficiente para acumularem novamente as reservas.

Em dezembro de 2020, o BCE informou o Deutsche Bank de que estes requisitos de capital permanecerão inalterados em 2021, sem atualização dos requisitos no quadro do SREP de 2020, para o qual, à luz da pandemia e da situação económica

e financeira única que a mesma gerou, e em conformidade com a declaração da EBA de 22 de abril de 2020, o BCE adotou uma "abordagem pragmática", com base na qual, em princípio, não são emitidas novas decisões no ciclo de 2020. As decisões do SREP de 2019 continuarão a ser aplicadas, alteradas pelas medidas adicionais de supervisão acima mencionadas anunciadas em 12 de março de 2020

Em 2021, o Deutsche Bank participará no teste de esforço da EBA de 2021, que foi adiado de 2020 devido à pandemia da COVID-19. Através dos seus procedimentos normais, o BCE considerará o nosso desempenho quantitativo no cenário adverso como um fator de informação ao reconsiderar o nível das Orientações de Pilar 2 na sua avaliação do SREP de 2021 e o nosso desempenho qualitativo como um único aspeto ao rever holisticamente o Requisito de Pilar 2. Tal como se pode ver no cenário macroeconómico adverso publicado e no choque de mercado, o setor bancário será testado em relação ao cenário mais grave de todos os testes de esforço regulamentar europeus realizados até agora.

Deverá notar-se que o Conselho de Estabilidade Financeira anunciou, em 2019, que o nosso amortecedor G-SII será reduzido para 1,5% com efeito a partir de 1 de janeiro de 2021. No entanto, tal não altera os requisitos de capital dos Bancos, uma vez que o amortecedor O-SII permanece em 2,0%.

## Processo de avaliação da adequação de capital interno

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank consiste em várias componentes bem estabelecidas que garantem que o Deutsche Bank mantém capital suficiente para cobrir os riscos aos quais o banco está continuamente exposto:

- Identificação e avaliação do risco: O processo de identificação do risco constitui a base do ICAAP e resulta num inventário de riscos para o Grupo. Todos os riscos identificados são avaliados quanto à sua materialidade. Pode encontrar mais detalhes na secção "Identificação e avaliação do risco".
- Procura de capital/medição do risco: As metodologias e modelos de medição do risco são aplicados para quantificar a procura de capital regulatório e económico que é necessária para cobrir todos os riscos materiais, exceto os que não podem ser adequadamente limitados por capital, como, por exemplo, o risco de liquidez. Pode encontrar mais detalhes nas secções "Perfil de risco" e "Capital, Rácio de alavancagem, TLAC e MREL".
- Oferta de capital: A quantificação da oferta de capital refere-se à definição de recursos de capital disponíveis para absorver perdas inesperadas. Podem ser encontrados mais detalhes nas secções "Capital, Rácio de alavancagem, TLAC e MREL" e "Adequação do Capital Económico".
- Apetência pelo risco: O Deutsche Bank estabeleceu um conjunto de declarações qualitativas, indicadores quantitativos e limiares que expressam o nível de risco que estamos dispostos a assumir para atingir os nossos objetivos estratégicos. As violações do limiar estão sujeitas a um quadro de governação dedicado que aciona medidas de gestão que visam proteger a adequação de capital. Pode encontrar mais detalhes nas secções "Apetência pelo risco e capacidade de risco" e "Indicadores de risco fundamentais".
- Planeamento de capital: Os limiares de apetência pelo risco para indicadores de adequação de capital constituem limites que têm de ser cumpridos no plano estratégico para proteger a adequação de capital numa base prospetiva. Pode encontrar mais detalhes na secção "Plano estratégico e de capital".
- Testes de esforço: Os números do plano de capital são também considerados sob vários cenários de teste de esforço para provar a resiliência e a viabilidade global do banco. Os indicadores de adequação de capital regulatório e económico são também sujeitos a testes de esforço regulares ao longo do ano para avaliar constantemente a posição de capital do Deutsche Bank em cenários de esforço hipotéticos e para detetar vulnerabilidades sob esforço. Pode encontrar mais detalhes na secção "Testes de esforço".
- Avaliação da adequação de capital: Embora a adequação de capital seja constantemente monitorizada ao longo do ano, o ICAAP é concluído com uma avaliação da adequação de capital anual dedicada (CAS). A avaliação consiste numa declaração do Conselho de Administração sobre a adequação de capital do Deutsche Bank, que está associada a conclusões específicas e medidas de gestão a tomar para salvaguardar a adequação de capital numa base prospetiva.

Como parte do respetivo ICAAP, o Deutsche Bank distingue entre uma perspetiva interna normativa e uma perspetiva interna económica. A perspetiva interna normativa refere-se a uma avaliação plurianual da capacidade de cumprir todos os requisitos legais relacionados com o capital e as exigências de supervisão numa base contínua sob um cenário de base e um cenário adverso. A perspetiva económica interna refere-se a um processo interno que visa a adequação de capital utilizando modelos de procura de capital económico interno e uma definição de oferta de capital económico interno. Ambas as perspetivas se centram na manutenção da continuidade do Deutsche Bank.

## Testes de esforço

O Deutsche Bank implementou um quadro de teste de esforço para satisfazer os requisitos de testes de esforço internos e externos. Os testes de esforço internos são baseados em métodos desenvolvidos internamente e envolvem vários casos de utilização de gestão do risco (tipo de risco específico, bem como risco transversal). Os testes de esforço internos são parte

integrante do nosso quadro de gestão do risco, complementando as medidas de risco tradicionais. O quadro de teste de esforço do risco abrangente, o Group Wide Stress Test Framework (GWST), atende vários processos de gestão bancária, em particular o processo de planeamento estratégico, o ICAAP, o quadro de apetência pelo risco e a atribuição de capital. É realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do nosso plano de capital em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Os testes de esforço regulamentares, como por exemplo o teste de esforço da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e o teste CCAR (Comprehensive Capital Analysis and Review) baseado nos EUA, seguem rigorosamente os processos e as metodologias previstas pelas autoridades reguladoras.

Os nossos testes de esforço internos são realizados regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave, bem como de eventos adversos específicos do banco, no nosso perfil de risco e na nossa posição financeira. O nosso quadro de testes de esforço compreende abordagens regulares baseadas nas sensibilidades e em cenários que abordam diferentes gravidades e localizações. Incluímos nas nossas atividades de teste de esforço todos os tipos de risco significativo. Estas atividades são complementadas por análises pessimistas específicas da carteira e do país, bem como por mais requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. As nossas metodologias são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Gestão do risco do modelo), para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço.

A fase inicial do nosso testes de esforço do risco transversal consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela ERM Risk Research, em colaboração com especialistas. A ERM Risk Research monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade para refletir o impacto na nossa atividade. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Com base nos nossos modelos internos de testes de esforço, são calculadas as seguintes métricas principais sob esforço: ativos ponderados pelo risco, impactos sobre os lucros e perdas e capital económico por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como o rácio de CET 1, o rácio de ECA, o rácio de MREL e o rácio de alavancagem em esforço. Também são considerados os impactos do esforço no rácio de cobertura de liquidez (LCR) e nas reservas de liquidez. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é de um a cinco anos, dependendo do caso de utilização e dos pressupostos do cenário. O Comité de Risco da Sociedade (ERC) analisa os resultados finais do esforço. Após a comparação desses resultados com a nossa apetência pelo risco definida, o ERC debate ainda medidas específicas de redução para solucionar o impacto do esforço, alinhadas com o plano geral estratégico e de capital se forem ultrapassados determinados limites. Os resultados são também integrados no planeamento de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do Banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspectivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco.

Os testes de esforço ao nível do grupo realizados em 2020 indicaram que a capitalização do banco, aliada às medidas de mitigação disponíveis, conforme definido no Plano de Recuperação do Grupo, permitem alcançar o nível de saída de esforço definido internamente.

O teste de esforço inverso de risco transversal alavanca o quadro GWST e é tipicamente realizado anualmente para desafiar o nosso modelo de negócio ao determinar cenários que pudessem fazer com que nos tornássemos inviáveis. Este teste de esforço inverso baseia-se num cenário macroeconómico hipotético melhorado por eventos idiossincráticos com base nos principais riscos monitorizados para cada tipo de risco. Comparando um tal cenário hipotético que resultaria na não viabilidade do banco, com o contexto económico atual, consideramos que a probabilidade de ocorrência desse cenário de esforço hipotético é extremamente baixa. Desta forma, não acreditamos que a continuidade do nosso negócio esteja em risco.

Em 2020, reforçámos ainda mais o nosso quadro através das seguintes iniciativas:

- Adoção e implementação de macro-previsões baseadas no “Consenso” para os nossos cenários de base de testes de esforço internos
- Ligar a plataforma de testes de esforço à ferramenta de aplicação de capital para melhor captar os efeitos de segunda ordem.

Além do GWST, que inclui todos os tipos de risco importantes e os principais fluxos de receitas, temos programas de teste de esforço individuais para todos os indicadores de risco relevantes em linha com os requisitos regulamentares. Para os programas de teste de esforço relevantes devem consultar-se as secções que descrevem os métodos individuais de gestão do risco.

O Deutsche Bank também participou no teste de esforço CCAR baseado nos EUA, conforme implementado nos termos da Lei Dodd-Frank dos EUA. A Reserva Federal (FRB) divulgou publicamente que não se opunha aos planos de capital apresentados pela DB USA Corporation e a DWS USA Corporation.

## Quadro GWST do Grupo Deutsche Bank



## Sistemas de medição e relatório do risco

Os nossos sistemas de medição do risco servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de risco de crédito, de mercado, de liquidez, transversal, de negócio, operacional e de reputação. A infraestrutura de risco incorpora as entidades jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, limiares ou objetivos destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas dentro do departamento financeiro e da função de risco assumem a responsabilidade de medição, análise e relato do risco, promovendo suficientes qualidade e integridade dos dados relacionados com o risco. Os nossos sistemas de gestão do risco são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco.

A comunicação do Deutsche Bank é uma parte integrante da abordagem de gestão do risco do Deutsche Bank e, como tal, está em consonância com a configuração organizacional que fornece informações consistentes ao nível do Grupo e para entidades jurídicas importantes, bem como discriminações por tipos de risco, divisão e unidades de negócio importantes.

Os princípios a seguir indicados orientam as práticas de "mensuração e comunicação dos riscos" do Deutsche Bank:

- O Deutsche Bank monitoriza os riscos assumidos em relação à apetência pelo risco e às contrapartidas de risco/retorno em vários níveis do Grupo, por exemplo, ao nível do Grupo, das divisões, das unidades de negócio importantes, das entidades jurídicas importantes, dos tipos de risco, da carteira e das contrapartes.
- A comunicação dos riscos tem de ser precisa, clara, útil e completa, bem como transmitir dados de risco reconciliados e validados para comunicar informações de forma concisa, com vista a garantir que, para os riscos financeiros e não financeiros significativos, o perfil de risco do banco seja claramente compreendido.
- Os comités de risco sénior, tais como o Comité de Risco da Sociedade (ERC) e o Comité de Risco do Grupo (GRC), e o Conselho de Administração, responsáveis pela gestão do risco e capital, recebem relatórios com regularidade (bem como relatórios ad-hoc conforme necessário).
- As equipas dedicadas no Deutsche Bank gerem de forma proativa os riscos financeiros e não financeiros significativos e têm de garantir que as informações de gestão exigidas existem para permitir a identificação e a gestão proativas dos riscos e evitar concentrações excessivas num tipo de risco específico e entre riscos (perspetiva de risco transversal).

Ao aplicar os princípios suprarreferidos, o Deutsche Bank mantém uma base comum para todos os relatórios de risco e visa reduzir os esforços segregados de relato, de modo a permitir ao Deutsche Bank o fornecimento de informações consistentes, apenas distintas devido à granularidade e ao foco no público-alvo.

O Banco identifica um grande número de indicadores nos seus sistemas de medição do risco que servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de riscos e tipos de risco importantes. O Deutsche Bank designa um subconjunto desses indicadores como "Indicadores de risco fundamentais" que representam os indicadores mais críticos, para os quais o Banco aplica uma apetência, um limite, um limiar ou um objetivo ao nível do Grupo, e/ou são apresentados sistematicamente à direção para discussão ou tomada de decisões. Os Indicadores de risco fundamentais identificados incluem os indicadores de adequação de capital e liquidez; pode encontrar mais detalhes na secção "Indicadores de risco fundamentais".



Embora sejam utilizados vários relatórios no Banco, o Deutsche Bank designa um subconjunto desses relatórios como "Relatórios de risco fundamentais", os quais são essenciais para apoiar o quadro de gestão do risco do Deutsche Bank através do fornecimento de informações de risco à direção e, deste modo, permitir que os órgãos de governo relevantes monitorizem, realizem e controlem adequadamente as atividades de assunção de risco do Banco.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação do Deutsche Bank informações relativas aos perfis de risco do Grupo são os seguintes:

- O relatório mensal do perfil de risco e capital (RCP) consiste num relatório de risco transversal e fornece uma visão abrangente do perfil de risco do Deutsche Bank, bem como é utilizado para informar o ERC, o GRC e o Conselho de Administração e, em seguida, o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. O RCP inclui o tipo de risco específico, visões gerais em consonância com o negócio e assuntos relacionados com o risco ao nível da empresa. Também inclui atualizações sobre os principais indicadores de apetência pelo risco do grupo e outros indicadores importantes de controlo do tipo de risco da carteira, bem como atualizações à evolução dos principais riscos, destacando áreas de especial importância com atualizações sobre as estratégias de gestão do risco correspondentes.
- O Relatório Semanal de Risco (WRR) é uma informação semanal que cobre questões atuais de alto nível nas principais áreas de risco e é apresentado todas as sextas-feiras aos Membros do ERC, do GRC e do Conselho de Administração e, subsequentemente, aos Membros do Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. O WRR é caracterizado pela natureza ad-hoc dos seus comentários, bem como pela cobertura de temas, e está centrado em indicadores de risco mais voláteis.
- Os testes de esforço macroeconómicos ao nível do Grupo são, em geral, realizados duas vezes por trimestre (ou mais frequentemente se necessário). Aqueles são apresentados e analisados no ERC e transmitidos ao GRC, se tal for considerado necessário. Os principais indicadores de desempenho em esforço são avaliados em relação aos limiares de apetência pelo risco do Grupo.

Embora os relatórios suprarreferidos sejam utilizados ao nível do Grupo para monitorizar e analisar o perfil de risco do Deutsche Bank de forma holística, existem outros relatórios de gestão normalizados e pontuais complementares, incluindo para Tipos de Risco ou Carteiras de Foco, que são utilizados para monitorizar e controlar o perfil de risco.

## Planeamento de recuperação e resolução

A Diretiva sobre recuperação e resolução de bancos (BRRD) foi introduzida em 2014 e atualizada em 2019 para reduzir a probabilidade de uma outra crise financeira, aumentar a resiliência das instituições em esforço e, por fim, apoiar a estabilidade de longo prazo dos sistemas financeiros sem expor o dinheiro dos contribuintes a perdas.

Em linha com a BRRD e com a respetiva legislação alemã Sanierungs- und Abwicklungsgesetz (ESG), introduzimos e melhoramos continuamente um quadro de planeamento de recuperação e resolução concebido para antecipar, identificar, mitigar e gerir de forma atempada e coordenada o impacto dos eventos adversos no Grupo e a sua capacidade de continuar como uma preocupação contínua.

A atualização de 2020 do nosso plano de recuperação do Grupo mostra um quadro de planeamento de recuperação bem estabelecido e reflete melhorias direcionadas para abordar o último feedback regulatório. As atualizações desta iteração do plano incluem o seguinte:

- A governança de recuperação reflete as mudanças nas funções de infraestrutura e de negócios, para facilitar uma rápida comunicação e transição entre os órgãos de governança "business-as-usual" e "crise";
- Todos os indicadores de recuperação foram alinhados com a nova apetência pelo risco e orientação regulatória do Grupo, integrando o rácio de financiamento estável líquido (NSFR) e novos indicadores de alerta precoce para melhorar ainda mais a nossa capacidade de antecipar crises graves, por exemplo, novos indicadores centrados na rentabilidade; e
- A capacidade geral de recuperação atualizada foi avaliada no que respeita à COVID-19 e é considerada suficiente para suportar cenários de esforço de capital e liquidez graves, de acordo com o requisito da BRRD.

Tal como nos anos anteriores, o Plano de Recuperação de 2020 do Grupo foi preparado com o esforço conjunto das equipas de Risco, Finanças e Divisões de Negócio, com a supervisão do Conselho de Administração, que é responsável pela sua aprovação e submissão à autoridade.

O plano de resolução do Grupo, por outro lado, é preparado pelas autoridades de resolução, e não pelo próprio banco. Trabalhamos em estreita colaboração com o Conselho Único de Resolução (CUR) e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, BaFin), que estabelecem o plano de resolução do grupo para o Deutsche Bank, o qual se baseia, atualmente, numa recapitalização com um único ponto de entrada (SPE) como a estratégia de resolução preferencial. No âmbito da estratégia de recapitalização SPE, a empresa-mãe, o Deutsche Bank AG, seria recapitalizada através de uma depreciação e/ou conversação em capital de instrumentos de capital (Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional, Tier 2) e outros passivos elegíveis para estabilizar o grupo. No prazo de um mês a contar da

aplicação da ferramenta de recapitalização para recapitalizar uma instituição, a BRRD (conforme transposta para a ESG) exige que a instituição em causa prepare um plano de reorganização do negócio que aborde as causas de incumprimento e vise recuperar a viabilidade de longo prazo da instituição. Para apoiar e melhorar ainda mais a continuidade operacional do banco para fins de planeamento da resolução, o DB completou em grande parte os preparativos adicionais, nomeadamente acrescentando cláusulas de suspensão de rescisão aos acordos financeiros dos clientes regidos por legislação não comunitária e incluindo disposições de continuidade nos principais acordos de serviço. Os contratos financeiros e acordos de serviços regidos pela legislação da UE já estão cobertos por leis estatutárias que impedem a rescisão apenas devido a qualquer medida de resolução.

A BRDD obriga os bancos nos Estados-Membros da UE a manter requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) para tornar a resolução credível ao estabelecer uma capacidade de absorção de perdas e de recapitalização suficiente. Além dos MREL, o Deutsche Bank, como banco de importância sistémica global, está sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais (TLAC), que estabelece requisitos rigorosos para o montante e a elegibilidade dos instrumentos a serem mantidos para efeitos de recapitalização. Em particular, os instrumentos de TLAC têm de ser subordinados (incluindo a dívida sénior designada como “não preferencial”, mas também na forma de instrumentos de capital regulamentar) a outros passivos sénior. Isto garante que uma recapitalização seria aplicada, em primeiro lugar, aos instrumentos de TLAC e capital, que têm de ser esgotados antes de uma recapitalização poder afetar outros passivos sénior (“preferenciais”) tais como depósitos, derivados, instrumentos de dívida “estruturada” e obrigações “plain vanilla” preferenciais sénior.

Nos Estados Unidos, o Deutsche Bank AG é obrigado, ao abrigo do Título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor (“Lei Dodd-Frank”), conforme alterada, a preparar e enviar periodicamente ao Conselho da Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation (“FDIC”) um plano de resolução completo ou específico (o “Plano de Resolução dos EUA”) num calendário prescrito por essas agências. O Plano de Resolução dos EUA deve demonstrar que o Deutsche Bank AG tem a capacidade de executar e implementar uma estratégia para a resolução ordenada das suas entidades e operações relevantes nos EUA. Para as sociedades sedeadas no estrangeiro sujeitas a estes requisitos de plano de resolução, tais como o Deutsche Bank AG, o Plano de resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou cujas atividades são realizadas na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos.

O Deutsche Bank AG apresentou o seu mais recente Plano de Resolução completo nos EUA em junho de 2018. O Plano de Resolução dos EUA de 2018 descreveu a estratégia de ponto de entrada único para as operações do Deutsche Bank nos EUA e prescreveu a forma como a DB USA Corporation forneceria um suporte de liquidez e de capital às suas subsidiárias de entidades importantes dos EUA e asseguraria a sua dissolução solvente fora dos procedimentos de resolução aplicáveis. Em dezembro de 2018, o Deutsche Bank recebeu feedback regulatório do Conselho da Reserva Federal e do FDIC, que concluíram que o Plano de Resolução do Deutsche Bank nos EUA não apresentava quaisquer deficiências, mas identificaram uma debilidade no plano, associada aos mecanismos de governação e aos fatores de ativação de agravamento relacionados. Na sequência do feedback acima mencionado, o Deutsche Bank foi obrigado pelo Conselho da Reserva Federal e pelo FDIC a demonstrar, numa apresentação específica, que a deficiência tinha sido remediada. Em conformidade com os requisitos do Conselho da Reserva Federal e do FDIC, o Deutsche Bank AG apresentou esta apresentação específica em setembro de 2020. Em dezembro de 2020, o Conselho da Reserva Federal e o FDIC confirmaram que a deficiência tinha sido remediada. Na sequência desta apresentação, os próximos Planos de Resolução do Deutsche Bank nos EUA específicos e completos deverão ser apresentados em 2021 e 2024, respetivamente.

# Gestão do risco e de capital

## Gestão de capital

A Tesouraria gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de risco do grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo adequado das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas divisas. Para este efeito, a Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas. O capital investido nas nossas subsidiárias e agências estrangeiras nas principais divisas, Euro, Dólar dos Estados Unidos, Renminbi Chinês e Libra Esterlina, não é coberto para equilibrar os respetivos efeitos de movimentos em elementos de dedução de capital e ativos ponderados pelo risco. O capital investido em divisas secundárias é parcialmente coberto tendo em conta a procura de capital ou integralmente coberto.

## Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no nosso plano estratégico anual com as nossas ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem. Como parte do nosso processo trimestral, o Comité de gestão de ativos e passivos do grupo aprova limites de recursos para divisões para o total da procura de capital (definido como a soma dos ativos ponderados pelo risco [RWA] e de determinados equivalentes de RWA de elementos de dedução de capital) e exposição a alavancagem que se baseiam no plano estratégico mas ajustados para as condições de mercado e as perspetivas de curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos nossos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem), consoante o que seja a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através do RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das nossas subsidiárias e algumas agências estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comité de Investimentos do Grupo antes da execução.

Além disso, a Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as orientações de investimento para este fundo. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

## Identificação e avaliação do risco

Identificamos regularmente os riscos das nossas operações de negócio e da infraestrutura, também sob condições de esforço, e avaliamos a materialidade dos riscos identificados relativamente à sua gravidade e probabilidade de ocorrência. O processo incorpora entradas tanto da primeira como da segunda linha de defesa. A avaliação dos riscos atuais é complementada por uma visão dos riscos emergentes, através da aplicação de uma perspectiva prospetiva. O processo de identificação e avaliação do risco resulta no nosso inventário de risco, que captura o risco material em vários negócios e entidades. As atualizações regulares ao inventário de risco são comunicadas direção juntamente com o perfil de risco e são determinantes para os nossos processos de gestão do risco.

Este quadro fornece a base, através da qual conseguimos agregar os riscos do Grupo nas suas várias empresas e entidades. O inventário de risco resultante, após revisão e avaliação por parte da direção, tem impacto nos principais processos de gestão do risco, incluindo o desenvolvimento de cenários de esforço personalizados para o perfil de risco do Deutsche Bank, a calibração da apetência pelo risco e a monitorização e comunicação do perfil de risco. Os riscos no inventário são também mapeados para os seguintes tipos de risco como parte da taxonomia do tipo de risco: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de negócio, risco de reputação e risco cruzado.

## Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos

### Quadro do risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como “contrapartes”), incluindo os créditos que pretendemos distribuir. Estas transações, em geral, fazem parte das nossas atividades de concessão de crédito não relacionado com negociação (tais como empréstimos e passivos contingentes) e da nossa atividade de negociação direta com os clientes (tais como derivados OTC). Além disso, incluem obrigações negociadas e títulos de dívida. Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Com base na taxonomia do tipo de risco, o risco de crédito está agrupado em cinco categorias, nomeadamente risco de incumprimento/migração, risco de país, risco de operação/liquidação (risco de exposição), risco de mitigação (falha) e risco de concentração. Isto é complementado por uma avaliação regular da identificação e materialidade dos riscos.

- O risco de incumprimento/migração como principal elemento do risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento ou sofrer uma deterioração significativa na qualidade creditícia que aumente a probabilidade de incumprimento.
- Risco de país é o risco de as contrapartes solventes e capazes não conseguirem cumprir as suas obrigações devido a políticas ou uma intervenção soberana direta.
- Risco de operação/liquidação (risco de exposição) é o risco resultante de qualquer exposição positiva futura existente, contingente ou potencial.
- Risco de mitigação é o risco de perdas mais elevadas devido ao facto de as medidas de redução do risco não terem o efeito esperado.
- Risco de concentração é o risco de um desenvolvimento adverso numa única contraparte, país, setor ou produto específico que resulte numa deterioração desproporcional no perfil de risco das exposições ao crédito do Deutsche Bank em relação a essa contraparte, país, setor ou produto.

Gerimos o nosso risco de crédito de acordo com a filosofia e princípios que se seguem:

- A nossa função de gestão do risco de crédito é independente das nossas divisões, e em cada uma das nossas divisões são aplicados de forma consistente normas, processos e princípios em termos de decisão de crédito.
- Um princípio fundamental da gestão do risco de crédito é a investigação (due diligence) do crédito do cliente. A nossa seleção de clientes é alcançada em colaboração com as nossas contrapartes das divisões, que constituem uma primeira linha de defesa.
- Temos como objetivo impedir a concentração indevida de tail-risks (perdas inesperadas de grande magnitude), para o que mantemos uma carteira de crédito diversificada. As concentrações no que se refere a clientes, setores, países e especificamente associadas a produtos são avaliadas e geridas, considerando a nossa apetência pelo risco.
- Mantemos padrões de subscrição com o objetivo de evitar um risco elevado de crédito indevido a nível das contrapartes e das carteiras. Alargamos posições em numerário não garantidas e utilizamos ativamente a cobertura para redução do risco. Procuramos garantir a nossa carteira de derivados através de acordos de garantia colateral e podemos cobrir adicionalmente os riscos de concentração para maior redução dos riscos de crédito decorrentes de variações no mercado subjacente.

- Cada nova linha de crédito e cada extensão ou alteração material a uma linha de crédito existente (como sejam a respetiva duração, a estrutura da garantia colateral ou as principais condições) relativamente a qualquer contraparte requerem a aprovação de crédito ao nível da autoridade competente. Concedemos poderes de aprovação de crédito de acordo com as habilitações, experiência e formação individuais, e revemos periodicamente estas condições.
- Gerimos todas as nossas exposições de crédito a cada devedor em todo o nosso Grupo consolidado com base no "princípio do devedor único" (conforme exigido ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, ponto 39, do CRR), ao abrigo do qual todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (por exemplo, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidados sob um grupo.
- Criámos equipas especializadas no âmbito da Gestão do risco de crédito para calcular notações de crédito internas dos clientes, analisar e aprovar as transações, monitorizar a carteira ou cobrir clientes com créditos reestruturados. Para efeitos de aprovação de transações, as equipas estruturadas de gestão do risco de crédito estão alinhadas com as respetivas áreas de negócio de concessão de crédito.
- Sempre que necessário, estabelecemos processos para comunicar exposições ao crédito ao nível de uma entidade jurídica.

## Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido por notação de crédito, pela procura de capital regulamentar e interna e pelos indicadores-chave de crédito mencionados abaixo.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do Banco e estabelece as bases para a determinação do nível de uma contraparte ou carteira, da decisão de crédito e dos preços de transação, bem como para a determinação da procura de capital regulatório de risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente. A monitorização contínua das contrapartes permite manter as notações de crédito atualizadas. Não deve existir um limite de crédito sem uma notação de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes abordagens de notação para corresponderem melhor às características específicas das classes de exposição, incluindo governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das nossas carteiras não homogêneas é atribuída uma notação de crédito pela nossa função de Gestão do risco de crédito independente. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela ERM Risk Research.

A nossa análise da notação de crédito baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a nossa escala de avaliação de 21 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes.

As alterações aos modelos de crédito existentes e a introdução de novos modelos são aprovadas pelo Comité de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMC), presidido pelo Diretor de CRM, antes de os modelos serem utilizados para decisões de crédito e cálculos de capital pela primeira vez ou antes de serem significativamente alterados. Separadamente, é necessária uma aprovação do Diretor da Gestão do Risco do Modelo. Quando apropriado, alterações menos significativas podem ser aprovadas por um delegado de qualquer uma das funções sob uma autoridade delegada. As propostas com elevado impacto são recomendadas para aprovação pelo comité de Risco do grupo. Poderá também ser necessária aprovação regulamentar. A validação do modelo é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo pela equipa de gestão do risco do modelo. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas são comunicados ao Fórum de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMF) e ao RCRMC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações.

Medimos os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens "avançadas", de "fundação" e "padrão", das quais as duas primeiras são aprovadas pelo nosso regulador.

O método IRB avançado (método IRB) é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite utilizar as nossas metodologias de notação de crédito internas e as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (probability of default – PD), a perda em caso de incumprimento (loss given default – LGD) e a maturidade (maturity – M) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF) no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (exposure at default – EAD). Para a maioria das exposições a risco de contraparte de derivados, bem como das transações de financiamento de títulos (SFT), recorreremos ao método de modelo interno (IMM), em conformidade com o regulamento CRR e o SolvV para calcular a EAD. Dispomos de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos nossos sistemas de notação interna para avaliar estes parâmetros. As nossas metodologias de notação interna visam as notações referentes a pontos temporais, não a ciclos; no

entanto, em cumprimento dos requisitos de solvência regulamentares, são calibradas com base em médias a longo prazo das taxas de incumprimento observadas.

O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a estimativas internas incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar. O método IRB básico continua em vigor para algumas exposições decorrentes do ex-Postbank.

Aplicamos o método padrão a um subconjunto de exposições a risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. Atribuímos determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do regulamento CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem a maioria das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são avaliadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Para além da procura de capital regulamentar supramencionada, determinamos a procura de capital interna para risco de crédito através de um modelo de capital económico.

Calculamos o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos do risco de crédito. Em consonância com os nossos requisitos de fundos próprios económicos, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,9% perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O nosso capital económico para risco de crédito é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do nosso próprio fator alfa, quando derivamos a exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR. Afetamos as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Além da notação de crédito, que é o principal indicador de risco de crédito aplicado na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, estabelecemos limites e exposições ao crédito. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante o horizonte temporal relevante, que se baseia nos nossos acordos jurídicos com a contraparte. Normalmente temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras. Os indicadores de retorno de risco explicam a evolução dos proveitos de clientes, bem como o consumo de capital. A este respeito, também analisamos os proveitos do cliente relativamente ao consumo no balanço.

## Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a justo valor através de outro rendimento integral e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da nossa abordagem de imparidades, referimos estes instrumentos como ativos financeiros.

O Grupo determina as provisões para perdas de crédito em conformidade com a norma IFRS 9 tal como se segue:

- A Fase 1 reflete os instrumentos financeiros, em que é assumido que o risco de crédito não aumentou de forma significativa após o seu reconhecimento inicial.
- A Fase 2 contém todos os ativos financeiros que não se encontram em incumprimento, mas que sofreram um aumento significativo relativo ao risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- A Fase 3 consiste nos ativos financeiros dos clientes em incumprimento, em conformidade com o Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) de acordo com o Art. 178. O Grupo define estes ativos financeiros como em imparidade.

- O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando informações quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação do risco de crédito e em informações prospectivas.
- Os ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem ("POCI") são ativos para os quais, no momento do reconhecimento inicial, existem provas objetivas de imparidade.

A abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9 é uma parte integral da gestão do risco de crédito do Grupo. A estimativa de perdas de crédito esperadas (ECL), a qual serve de base para as provisões de perda de crédito do Grupo, é realizada através do cálculo ECL automático utilizando o motor de ECL do Grupo ou determinado por colaboradores de crédito. Em ambos os casos, o cálculo é realizado para cada ativo financeiro de forma individual. Da mesma forma, a determinação da necessidade de transferência entre fases é realizada com base em cada ativo individual. O motor de ECL do Grupo é utilizado para calcular as provisões de perda de crédito para todos os ativos financeiros na carteira homogénea, para todos os ativos financeiros nas carteiras não homogéneas, nas Fases 1 e 2. Para cada ativo financeiro individual, a provisão para perdas de crédito na nossa carteira não homogénea na Fase 3 e para os ativos POCI é determinada pelos colaboradores de crédito.

O Grupo utiliza três grandes componentes para medir as ECL: a probabilidade de incumprimento (PD), as perdas em caso de incumprimento (LGD) e a exposição em caso de incumprimento (EAD). O Grupo alavancou os parâmetros existentes utilizados para determinação da procura de capital nos termos da abordagem baseada no método IRB de Basileia e das práticas de gestão do risco internas, tanto quanto possível, para calcular as ECL. Estes parâmetros são ajustados sempre que necessário para garantir o cumprimento dos requisitos da norma IFRS 9 (por exemplo, a utilização de notações em pontos específicos do tempo e a remoção de elementos de crise nos parâmetros regulamentares). Incorporar previsões de condições económicas futuras na medição das perdas de crédito esperadas também influencia a provisão para perdas de crédito nas Fases 1 e 2. Para calcular as perdas de crédito esperadas na duração, o cálculo do Grupo inclui a obtenção de probabilidades de incumprimento correspondentes na duração ao migrar as matrizes que refletem as previsões económicas.

Para obter detalhes sobre a política contabilista do Grupo relacionada com a norma IFRS 9 Imparidade, consulte a Nota 1 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas das demonstrações financeiras consolidadas.

#### Determinação da fase

Aquando do reconhecimento inicial, os ativos financeiros que não sejam POCI são refletidos na Fase 1. Se existir um aumento significativo no risco de crédito, o ativo financeiro é transferido para a Fase 2. O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando indicadores relacionados com a notação e com os processos. Em contrapartida, a cessão de ativos financeiros à Fase 3 baseia-se no estado de incumprimento do devedor (ou seja, em caso de incumprimento, todos os ativos financeiros do devedor são transferidos para a Fase 3). O Grupo não alterou os mecanismos de desencadeamento de fase e as regras existentes devido à COVID-19 com as seguintes exceções: Moratória conforme a EBA e concessões a clientes cuja posição de crédito não seria significativamente afetada pela COVID-19. De acordo com as orientações da EBA, os pagamentos diferidos de juros e de princípio a esses clientes não desencadearia a migração de fase ou um incumprimento. As medidas de carência concedidas a clientes com dificuldades financeiras desencadeadas pela COVID-19 partindo do princípio de que o respetivos modelos de negócio e a situação financeira permitirão uma estabilização rápida após a crise não desencadeariam uma migração de fase.

Indicadores relacionados com a notação: Com base numa alteração dinâmica nos PD de contrapartes, a qual está associada a todas as transações com a contraparte, o Grupo compara o histórico dos PD na data de comunicação com as expectativas do histórico dos PD na data de reconhecimento inicial. Com base no comportamento de migração historicamente observado e numa amostragem de diferentes cenários económicos, obtém-se uma distribuição do histórico dos PD. Um percentil desta distribuição, definido para cada classe de contraparte, é escolhido como o limiar do histórico dos PD. Se o restante histórico dos PD de uma transação de acordo com as expectativas atuais exceder este limiar, o ativo financeiro sofreu um aumento significativo no risco de crédito e é transferido para a Fase 2. Os percentis utilizados para definir os limiares da Fase 2 são determinados através de pareceres de especialistas, são validados anualmente e não foram alterados em resultado da COVID-19. O limiar aplicado varia em função da qualidade do crédito original do mutuário, do histórico passado, do histórico restante e da classe da contraparte.

Indicadores relacionados com os processos: Os indicadores relacionados com os processos são derivados através da utilização dos indicadores de gestão do risco existentes, os quais permitem que o Grupo identifique se o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou de forma significativa. Estes incluem a adição obrigatória dos devedores a uma lista de observação de crédito, a transferência obrigatória para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência. Alinhados com o Grupo, os indicadores do antigo Postbank são compostos pela lista de observação de crédito, que inclui clientes com medidas de estado de reestruturação e carência, e pagamentos com 30 dias ou mais de atraso.

Enquanto as condições para um ou mais indicadores relacionados com o processo ou com a notação estiverem preenchidas e o devedores do ativo financeiro não cumprir a definição de incumprimento, o ativo permanecerá na Fase 2. Se os indicadores deixarem de ser cumpridos e se o ativo financeiro não se encontrar em incumprimento, o ativo financeiro é transferido novamente para a Fase 1. Em caso de incumprimento do devedores, todos os ativos financeiros do devedores são atribuídos à Fase 3. Se, numa data posterior, um ativo financeiro anteriormente em incumprimento deixar de ser classificado como em

incumprimento, é transferido de novo para a Fase 2 ou para a Fase 1, quando são cumpridos os períodos de vigilância definidos pelas orientações regulamentares.

O cálculo das perdas de crédito esperadas para a Fase 3 distingue entre transações nas carteiras homogênea e não homogênea, e ativos financeiros POCI. Para as transações que se encontrem na Fase 3 e numa carteira homogênea, o Grupo utiliza o motor ECL para determinar a provisão para perdas de crédito. Por outro lado, a provisão para perdas de crédito para carteiras não homogêneas na Fase 3, bem como para os ativos POCI, é determinada pelos colaboradores de crédito. Uma vez que uma transação na Fase 3 se encontra em incumprimento, a probabilidade de incumprimento é igual a 100%. Para incorporar as informações disponíveis atualmente, os parâmetros de LGD são modelados para serem dependentes do tempo, assim capturando a dependência do tempo da expectativa de recuperação após o incumprimento.

#### Técnicas de estimativa dos fatores de cálculo

A probabilidade de incumprimento para contrapartes ao longo de um ano é derivada dos nossos sistemas de notação interna. O Grupo atribui uma PD a cada exposição ao crédito de contraparte relevante com base numa escala principal de notação de crédito com 21 níveis para a totalidade da nossa exposição.

As notações de crédito atribuídas às contrapartes são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes, incluindo o comportamento geral, dados financeiros e externos. Os métodos utilizados vão de modelos de pontuação estatísticos a modelos de peritos tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os modelos baseados em especialista são geralmente aplicados a contrapartes nas classes de exposição “Governos centrais e Bancos centrais”, “Instituições” e “Corporativos”, com exceção dos segmentos “Corporativos”, para os quais estão disponíveis dados suficientes para modelos de pontuação estatísticos. Para estas e para o segmento de retalho são usados normalmente modelos de pontuação estatísticos ou híbridos combinando as duas abordagens. As metodologias de notação de crédito quantitativa são desenvolvidas com base em técnicas de modelação estatística aplicáveis, como a regressão logística.

As PD de um ano são expandidas para curvas de PD de vários anos utilizando matrizes cíclicas (TTC) e previsões macroeconómicas. Com base nestas previsões, as matrizes TTC são transformadas em matrizes de migração de notação referentes a pontos temporais (PIT), geralmente para um período de dois anos. O cálculo das matrizes PIT é realizado especificando uma ligação direta entre as variáveis macroeconómicas e o comportamento de incumprimento e notação das contrapartes. As previsões macroeconómicas ajustam a distribuição dos respetivos fatores macroeconómicos e, conseqüentemente, das matrizes de migração de notação que definem as probabilidades de migração e incumprimento. Esta abordagem pode ser interpretada como uma simulação de Monte-Carlo de vários cenários. No entanto, por razões de eficiência, o cálculo real baseia-se em técnicas analíticas equivalentes. As matrizes de PD e de migração da notação ao longo de vários anos são, assim, derivadas e aplicadas a carteiras no âmbito da norma IFRS 9, as quais são categorizadas de acordo com as seguintes classes de contrapartes: Alemanha - Retalho, Espanha - Retalho, Itália - Retalho, Instituições financeiras, Média capitalização, Corporativos e Governos soberanos.

O LGD é definido como a intensidade de perda provável em caso de incumprimento de uma contraparte. Fornece uma estimativa da exposição que não pode ser recuperada num evento de incumprimento e capta, por conseguinte, a gravidade de uma perda. Em termos conceptuais, as estimativas de LGD são independentes da probabilidade de incumprimento dos clientes. Os modelos LGD garantem que os principais elementos responsáveis por perdas (isto é, os diferentes níveis e qualidades de garantias colaterais e de tipos de clientes ou produtos, ou a antiguidade do instrumento) são traduzidos em fatores LGD específicos. Nos nossos modelos LGD, atribuímos parâmetros LGD específicos por tipo de garantia colateral à exposição garantida colateralmente (valor da garantia colateral após a aplicação de margens de avaliação (*haircuts*)). Nos nossos modelos LGD, utilizados fora do antigo Postbank, atribuímos parâmetros LGD específicos por tipo de garantia colateral à exposição garantida colateralmente (valor da garantia colateral após a aplicação de margens de avaliação (*haircuts*)).

A exposição em caso de incumprimento (EAD) ao longo da duração de um ativo financeiro é modelada com base nos perfis de reembolso esperados. Aplicamos fatores de conversão de crédito (CCF) específicos para calcular um valor de EAD. Em termos conceptuais, o EAD é definido como o montante de exposição ao crédito de uma contraparte, esperado no momento do seu incumprimento. Quando uma transação envolve um limite não utilizado, adiciona-se uma percentagem deste limite não utilizado ao montante em dívida, para refletir adequadamente o montante em dívida esperado em caso de incumprimento de uma contraparte. Este procedimento parte do pressuposto que a utilização relativa a compromissos no momento de incumprimento poderá ser superior ao saldo pendente atual. Caso uma operação envolva uma componente contingente adicional (ou seja, garantias), é aplicada uma percentagem adicional no âmbito do modelo CCF para calcular o montante de garantias utilizadas em caso de incumprimento. As calibrações desses parâmetros baseiam-se na experiência estatística, bem como em dados históricos internos e tomam em consideração as características específicas dos tipos de contraparte e produtos.



### Duração esperada

A duração esperada de um ativo financeiro é um fator essencial na determinação das perdas de crédito esperadas para a duração (LTECL). As perdas de crédito esperadas na duração representam eventos de incumprimento ao longo da duração esperada de um ativo financeiro. O Grupo mede as perdas de crédito esperadas tendo em consideração o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo quaisquer opções de prorrogação do mutuário) durante o qual o Grupo está exposto a risco de crédito.

Descobertos a retalho, facilidade de cartão de crédito e determinados instrumentos renováveis corporativos normalmente incluem um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado. A duração esperada destas facilidades à vista excede a sua vida contratual à medida que são geralmente canceladas apenas quando o Grupo toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. A duração esperada é estimada tendo em consideração as informações históricas e as ações de gestão do risco de crédito do Grupo, como reduções ao limite de crédito e o cancelamento de facilidades. Sempre que estas facilidades forem sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, a duração para calcular as perdas de crédito esperadas é de 12 meses. Para as facilidades não sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, aplicamos uma duração para calcular as perdas de crédito esperadas de 24 meses.

### Consideração das garantias colaterais no cálculo das perdas de crédito esperadas ao abrigo da norma IFRS 9

O motor ECL projeta o nível de garantias colaterais para cada ponto no tempo na duração de um ativo financeiro. Para a data de comunicação, o motor utiliza o processo de distribuição de garantias existente aplicado ao modelo de capital económico do DB. Neste modelo, o valor de liquidez de cada garantia colateral elegível é atribuído aos ativos financeiros relevantes para distinguir entre as partes colaterais e não colaterais de cada exposição.

Para garantias colaterais pessoais (por exemplo, garantias), o motor ECL assume que o nível relativo de garantia permanece estável ao longo do tempo. No caso de um empréstimo de amortização, a exposição absoluta e os valores de garantia diminuem em conjunto ao longo do tempo. Para garantias colaterais físicas (por exemplo, propriedade residencial), a ECL assume que o valor colateral absoluto permanece constante. No caso de um empréstimo de amortização, a parte de garantia da exposição aumenta ao longo do tempo e, conseqüentemente, é provável que a exposição tenha mais garantias num determinado ponto do tempo.

Alguns contratos de garantias financeiras são integrais aos ativos financeiros com garantia. Nestes casos, as garantias financeiras são consideradas como garantia colateral para o ativo financeiro e o benefício da garantia é utilizado para mitigar o ECL do ativo financeiro com garantia.

Para obter detalhes adicionais sobre a forma como determinamos o valor de liquidez das nossas garantias, consulte a secção “Gestão e mitigação de risco de crédito”.

### Informações prospetivas

Ao abrigo da norma IFRS 9, a provisão para perdas de crédito baseia-se em informações prospetivas razoáveis e passíveis de comprovação disponíveis sem custos ou esforços excessivos, as quais têm em consideração eventos no passado, as condições atuais e as previsões das condições económicas futuras.

Para incorporar as informações prospetivas na provisão para perdas de crédito do Grupo, utilizamos dois elementos essenciais:

- Como cenário base, o Grupo utiliza previsões macroeconómicas externas baseadas em inquéritos (por exemplo, visão consensual sobre o PIB e as taxas de desemprego) complementadas por projeções de taxas de juro e cambiais implícitas no mercado. Além disso, o nosso modelo de expansão de cenários, que foi inicialmente desenvolvido para testes de esforço, é utilizado para a previsão de variáveis macroeconómicas que não são abrangidas por dados de consenso ou fontes de mercado externos para determinar o histórico dos PD. Presume-se que todas as previsões refletem a evolução mais provável das respetivas variáveis e são atualizadas pelo menos uma vez por trimestre.
- As técnicas estatísticas são então aplicadas para transformar o cenário base numa análise de múltiplos cenários. Os cenários especificam desvios em comparação com as previsões de base. A distribuição de cenários é então utilizada para derivar curvas de PD ao longo de vários anos para diferentes classes de notação e contrapartes, as quais são aplicadas no cálculo das perdas de crédito esperadas e na identificação de uma deterioração significativa na qualidade creditícia dos ativos financeiros, tal como descrito acima nos indicadores relacionados com a notação.

A utilização geral de informação relativa ao futuro, incluindo fatores macroeconómicos, bem como ajustamentos tendo em conta fatores extraordinários (como a COVID-19), é monitorizada pelo Fórum de provisão para perdas de crédito de risco e financeiro do Grupo. Em determinadas situações, os colaboradores de risco de crédito e a direção podem ter informações adicionais em geral ou relacionadas com carteiras específicas que não são tidas em conta pelo modelo estatístico. Nestas situações, o Grupo aplicaria uma camada adicional de pressupostos.

O método padrão do Grupo para incorporar variáveis macroeconómicas no cálculo da estimativa de ECL é incorporar previsões para os próximos dois anos, utilizando oito observações trimestrais discretas. Esta metodologia, que reflete a relação histórica entre os movimentos nessas variáveis macroeconómicas e as taxas de incumprimento, foi desenvolvida durante a implementação da IFRS 9 e aplicada em 31 de dezembro de 2019.

#### Impacto da pandemia da COVID-19 na informação prospetiva

Para combater a pandemia da COVID-19 em 2020, muitos países impuseram estritas restrições à atividade económica – em especial no que diz respeito às viagens, à restauração e aos eventos. Os confinamentos, juntamente com o colapso do sentimento dos consumidores e das empresas, causaram uma das recessões mais graves da história recente. À medida que a pandemia se desenrolou, os economistas reduziram as suas previsões para variáveis como o produto interno bruto e o emprego.

As revisões em baixa das previsões económicas aceleraram no final de março de 2020, uma vez que se tornou claro que a pandemia não podia ser contida e que os países de todo o mundo entraram em confinamento. Os dados de consenso melhoraram moderadamente desde maio de 2020, quando muitas empresas foram autorizadas a reabrir novamente. Além disso, muitos países prestaram apoio e pacotes de estímulo às empresas, aos trabalhadores e aos desempregados que contribuíram para atenuar o impacto da COVID-19, que inicialmente não se refletia plenamente nas previsões de consenso. As previsões posteriores levaram cada vez mais em conta estes pacotes de estímulos, o que contribuiu para melhorar ainda mais as previsões económicas.

Os economistas estimaram uma nova contração do PIB no quarto trimestre de 2020 de, por exemplo, cerca de 2-3% trimestral na União Monetária Europeia (UEM), porque a atividade empresarial e o sentimento dos consumidores sofreram uma segunda vaga de infeções de COVID-19. As perspetivas agregadas a médio prazo para 2021 e depois são, até à data, atenuadas por dados económicos melhores do que o esperado no terceiro trimestre de 2020 e pela perspetiva de vacinas eficazes contra a COVID-19.

Com base no parecer da Administração de que a metodologia normal não forneceu um indicador fiável para perdas de crédito futuras, uma vez que teve uma visão muito a curto prazo do desenvolvimento dessas variáveis e tendo em conta as orientações regulamentares fornecidas, a Administração determinou que a abordagem mais representativa em 2020 para estimar as perdas de crédito esperadas era reduzir o peso de alguns dos dados de curto prazo (uma vez que tinha perdido relevância, porque não tinha em conta os níveis sem precedentes de apoios do Governo e de estímulos fiscais fornecidos em toda a economia global) e derivar dados ajustados com base em médias de mais longo prazo. Esta abordagem refletiu melhor as condições de crédito subjacentes em 2020 e evitou a acumulação de reservas de crédito irrealistas elevadas no primeiro semestre do ano e a sua subsequente libertação no terceiro e quarto trimestres de 2020. Como resultado, o Grupo considerava mais adequado aplicar uma sobreposição durante 2020 para garantir que a sua provisão para ECL era adequada.

A sobreposição baseia-se nas previsões de média do PIB e das taxas de desemprego para os próximos três anos na sua estimativa da ECL, que é a base para a provisão para perdas de crédito do banco no final do ano de 2020.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral das informações a prazo de três anos, que determinam a média de três anos utilizada como dado para calcular e a provisão do Grupo para perdas de crédito para o final de 2020.

Note-se que os dados económicos utilizados nas informações prospetivas para o cálculo da provisão para perdas de crédito podem diferir das previsões utilizadas na secção de perspetivas económicas. A razão é que as perspetivas económicas se baseiam nas opiniões específicas dos economistas da DB Research, ao passo que a informação prospetiva deriva de um consenso mais amplo e de projeções implícitas no mercado, como agregados, expandidos e garantidos pela qualidade no âmbito da gestão do risco.

#### IFRS 9 – Informações prospetivas aplicadas para o final de 2020

	Dezembro de 2020 <sup>1,2</sup>		
	Ano 1 (média 4 trimestres)	Ano 2 (média 4 trimestres)	Ano 3 (média 4 trimestres)
Crédito - ITX Europa 125	52,81	–	–
FX - EUR/USD	1,20	–	–
PIB – Zona Euro	1,38%	4,37%	2,32%
GDP Germany	1,54%	4,01%	2,08%
PIB – Itália	1,92%	3,80%	1,93%
PIB – EUA	2,80%	3,35%	2,29%
Taxa - Tesouro EUA 2 anos	0,17%	–	–
Desemprego - Zona Euro	8,86%	8,35%	7,94%
Desemprego - Alemanha	4,30%	3,95%	3,72%
Desemprego - Itália	10,65%	10,38%	9,85%
Desemprego - Espanha	17,89%	16,32%	15,49%
Desemprego - EUA	6,40%	5,19%	4,46%

<sup>1</sup> Taxas, FX e spreads de crédito em 7 de dezembro; previsões de PIB, desemprego atualizadas em 16 de dezembro.

<sup>2</sup> Ano 1 iguala o 4.º trimestre de 2020 ao 3.º trimestre de 2021, ano 2 iguala o 4.º trimestre de 2021 ao 3.º trimestre de 2022 e o ano 3 iguala o 4.º trimestre de 2022 ao 3.º trimestre de 2023

No terceiro trimestre de 2020, o Grupo introduziu uma sobreposição adicional e reteve a sobreposição para o final de 2020, devido ao facto de o nível de incerteza se manter elevado, em especial porque a pandemia da COVID-19, as medidas de confinamento relacionadas e as medidas de apoio económico associadas oferecidas pelos governos centrais continuarão a dificultar a capacidade de avaliar a verdadeira situação da capacidade dos mutuários para reembolsar as suas obrigações financeiras, tendo igualmente em conta as emergentes desvantagens esperadas, em especial porque as moratórias estão a terminar (embora parcialmente prorrogadas, por exemplo em Espanha e Itália) e uma segunda vaga de medidas de confinamento foi iniciada em dezembro de 2020.

Tendo em conta as sobreposições acima mencionadas, o Grupo relatou uma provisão para perdas de crédito de 1,8 mil milhões de euros para o ano terminado em 2020, o que é um aumento significativo em comparação com 723 milhões de euros para o ano terminado em 2019. Isto deve-se principalmente a um aumento significativo nas provisões para perdas de crédito da Fase 3 devido a incumprimentos de clientes na sequência da pandemia da COVID-19, predominantemente no Investment Bank e no Private Bank. As provisões para ativos de desempenho foram principalmente motivadas pelo impacto da inclusão do elemento de visão para o futuro com base em previsões de consenso com encargos no primeiro semestre do ano e subsequentes libertações no segundo semestre. O impacto acumulado no ano completo com as libertações líquidas na Fase 1 e na Fase 2 foi totalmente compensado pela sobreposição adicional registada em 2020.

### Sensibilidade do modelo

Existem duas principais origens de volatilidade de ECL para ativos das Fases 1 e 2. Em primeiro lugar, as alterações à composição da carteira, ao perfil de exposição e às notações de contrapartes, as quais são especialmente importantes devido às potenciais implicações na determinação da fase, influenciam o nível de ECL e, assim, o nível das nossas provisões de perda de crédito.

Em segundo lugar, além das alterações à carteira, a ECL também foi afetada por previsões macroeconómicas. Como as variáveis macroeconómicas relevantes variam por classe de contraparte, as sensibilidades da ECL face às previsões macroeconómicas são específicas de cada carteira, com as taxas de crescimento do PIB e as taxas de desemprego na área do euro e nos EUA como os principais fatores no geral.

A sensibilidade do nosso modelo com respeito a mudanças futuras nas variáveis macroeconómicas (MEV) é ilustrada na tabela seguinte, que fornece o impacto de ECL para as Fases 1 e 2 numa mudança descendente e ascendente em todos os cenários utilizados no cálculo de ECL. Ambas as mudanças são aplicadas para além da ECL de base a partir de 31 de dezembro de 2020, especificando valores de MEV descendentes e ascendentes que são todos um desvio padrão acima ou abaixo das previsões de base, por exemplo, mudando as taxas do PIB previstas em 2 pontos percentuais, em média.

A ECL para a Fase 3 não é afetada nem refletida nas tabelas seguintes, uma vez que a sua modelização é independente dos cenários macroeconómicos.

### IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2

	Mudança descendente	ECL em 31 dez 2020	Mudança ascendente
Corporate Bank	425	293	213
Investment Bank	462	330	244
Private Bank	1.014	788	701
Asset Management	2	2	1
Unidade de Libertação de Capital	10	8	6
Corporate & Other	17	9	5
<b>Total</b>	<b>1.929</b>	<b>1.429</b>	<b>1.171</b>

	Mudança descendente	ECL em 31 dez 2019	Mudança ascendente
Corporate Bank	374	241	170
Investment Bank	438	288	198
Private Bank	890	697	572
Asset Management	4	3	2
Unidade de Libertação de Capital	13	10	7
Corporate & Other	29	12	6
<b>Total</b>	<b>1.747</b>	<b>1.250</b>	<b>955</b>

### Indústrias em destaque à luz da pandemia da COVID-19

Embora as implicações negativas da pandemia da COVID-19 se concretizem globalmente na economias e setores, certas indústrias estão a ver impactos diretos ou indiretos particularmente graves. Estes setores representam cerca de 30% das provisões para perdas de crédito do grupo em 2020. As informações abaixo baseiam-se numa visão de risco interna que não é totalmente congruente com a NACE (Nomenclature des Activités Economiques dans la Communauté Européenne, que é a

nomenclatura estatística das atividades económicas na União Europeia) aplicada noutros pontos do presente relatório, por exemplo, na secção Qualidade dos ativos.

- Imóveis comerciais (27 mil milhões de euros em exposição a empréstimos em 31 de dezembro de 2020): Os imóveis comerciais (CRE) foram gravemente afetados pela pandemia da COVID-19, com o maior impacto nos segmentos hoteleiros e de retalho, tendo em conta o impacto direto dos confinamentos, das restrições de viagem e das medidas de distanciamento social sobre estes tipos de bens. Os mutuários nestes setores foram confrontados com encerramentos de imóveis, pedidos de adiamento de rendas dos arrendatários e incumprimentos dos arrendatários, o que, por sua vez, desencadeou um grande número de pedidos de alteração de empréstimos e resultou num aumento significativo das provisões para perdas de crédito na nossa carteira de empréstimos CRE. O impacto sobre outros tipos de bens, incluindo multifamiliar, escritório, indústria e logística tem sido mais contido. A exposição CRE (inclui o Grupo de imóveis comerciais, as exposições APAC CRE no banco de investimento e o negócio CRE sem recurso no banco empresarial) representa 6% da carteira de empréstimos. O perfil de risco da carteira melhorou no quarto trimestre em resultado de iniciativas seletivas de redução do risco, incluindo as vendas de empréstimos nos EUA. As carteiras são geridas segundo normas estritas de subscrição com testes de esforço regulares em pressupostos conservadores. Os rácios entre o montante do empréstimo e o valor do ativo moderados antes da crise, com uma média ligeiramente inferior a 60% proporcionam uma reserva substancial para absorver diminuições dos valores de garantia que foram mais pronunciados no segmento hoteleiro dos EUA. As exposições dos hotéis estão concentradas nos EUA e beneficiam de um capital próprio de patrocinador significativo nos ativos e demonstraram apoio na maioria dos casos, embora o apoio do patrocinador possa enfraquecer num cenário pandémico a longo prazo.
- Petróleo e gás (7 mil milhões de euros em exposição a empréstimos em 31 de dezembro de 2020): Uma queda significativa dos volumes de viagens e de comércio, bem como a recessão económica mais ampla, levaram a uma contração significativa da procura de petróleo e a uma queda significativa dos preços no início de 2020 antes da recuperação no segundo semestre do ano. Em 2020, houve uma série de falências entre empresas mais pequenas e mais fracas. A nossa exposição a empréstimos ao setor diminuiu aproximadamente mil milhões de euros em 2020 e representa menos de 2% da carteira total de empréstimos. Temos visto uma migração em baixa contínua das notações de crédito entre os nossos clientes, no entanto, o risco da carteira é atenuado por uma concentração em empresas petrolíferas e de gás mais resilientes e empresas nacionais de petróleo e gás. Mais de 80% dos limites líquidos de crédito são para clientes com classificação de investment grade. A nossa exposição às empresas "shale" de maior risco na América do Norte é pequena, uma vez que realinhamos a nossa carteira nos últimos anos.
- Retalho (excluindo alimentos/básicos) (4 mil milhões de euros em exposição a empréstimos em 31 de dezembro de 2020): O impacto dos confinamentos e a queda na confiança dos consumidores juntaram-se aos desafios estruturais que a indústria do retalho enfrenta, incluindo a digitalização e a mudança das preferências dos consumidores. Por conseguinte, estamos a assistir a uma migração descendente das notações de crédito no âmbito da nossa carteira. A nossa exposição a empréstimos representa ~1% do total da carteira de empréstimos. Os riscos da carteira são mitigados pela concentração em marcas globais fortes, com cerca de dois terços dos limites de crédito líquidos para clientes com classificação de investment grade.
- Aviação (3 mil milhões de euros em exposição a empréstimos em 31 de dezembro de 2020): A indústria atravessa a sua crise mais profunda da história. A Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA) espera perdas substanciais em todo o setor, e foram observadas falências entre as companhias aéreas mais fracas. A nossa exposição a empréstimos representa menos de 1% do total da carteira de empréstimos e os riscos da carteira são mitigados por uma parte significativa do financiamento garantido de aeronaves que é direcionada para aeronaves mais novas/líquidas. A carteira não garantida concentra-se nas transportadoras de bandeira de mercado desenvolvidas, muitas das quais beneficiam de pacotes sólidos de apoio governamental.
- Lazer (2 mil milhões de euros de exposição a empréstimos em 31 de dezembro de 2020): A indústria foi atingida por um declínio muito acentuado tanto nas viagens comerciais como nas viagens privadas durante os períodos de confinamento. É pouco provável que os volumes recuperem para níveis pré-crise a curto prazo. A exposição a empréstimos está contida muito abaixo de 1% do total da carteira de empréstimos, com destaque para os líderes do setor no segmento dos hotéis e casinos, principalmente domiciliados no mercado dos EUA. Temos uma exposição muito limitada aos operadores turísticos e às linhas de cruzeiro.

## IFRS 9 – Aplicação das orientações da EBA relativas ao incumprimento, à carência e IFRS 9 à luz das medidas da COVID-19

A "Declaração sobre a aplicação do quadro prudencial em matéria de incumprimento, carência e IFRS 9 à luz das medidas da COVID-19" da EBA publicada em 25 de março de 2020 afirma que se espera que as instituições utilizem um certo grau de juízo e distingam entre mutuários cuja capacidade de crédito não seria significativamente afetada pela situação atual a longo prazo, e aqueles que seriam pouco provável que recuperassem a sua solvabilidade. O Banco realizou revisões da

carteira e aplicou esta orientação regulamentar a um número de clientes principalmente no Investment Bank e Corporate Bank.

Além disso, a EBA é de opinião que a moratória pública e privada, em resposta à pandemia da COVID-19, não tem de ser automaticamente classificada como uma carência se a moratória não for específica do mutuário, com base na legislação nacional aplicável ou numa iniciativa privada do setor ou da indústria acordada e aplicada em geral pelas instituições de crédito relevantes. O Deutsche Bank introduziu esta orientação nos seus processos internos de gestão do risco.

## Moratória legislativa e não legislativa e regimes de garantia pública à luz da pandemia da COVID-19

Após o surgimento da pandemia da COVID-19, vários governos lançaram programas que oferecem moratória legislativa e regimes de garantia. Foram desenvolvidos programas de moratórias não legislativos para apoiar os nossos clientes e foram ainda acordadas medidas individuais com os nossos clientes.

Em 2 de abril de 2020 e 25 de junho de 2020, a EBA publicou as suas orientações sobre moratórias legislativas e não legislativas para reembolsos de empréstimos aplicadas à luz da crise da COVID-19. Estas orientações fornecem clareza sobre o tratamento das moratórias legislativas e não legislativas aplicada antes de 30 de setembro de 2020 e completam as orientações da EBA sobre a aplicação da definição de incumprimento no que diz respeito ao tratamento de uma reestruturação em dificuldades. Em 21 de setembro de 2020, a EBA anunciou que "irá eliminar gradualmente as suas orientações sobre moratórias de pagamentos legislativas e não legislativas em conformidade com o seu prazo final de setembro. O tratamento regulamentar estabelecido nas orientações continuará a aplicar-se a todas as tolerâncias de pagamento concedidas no âmbito de moratórias de pagamento elegíveis antes de 30 de setembro de 2020".

Em 2 de dezembro de 2020, após acompanhar de perto a evolução da pandemia da COVID-19 e, em particular, o impacto da segunda vaga da COVID-19 e as restrições governamentais relacionadas em muitos países da UE, a EBA decidiu reativar as suas orientações relativas a moratórias legislativas e não legislativas.

A tabela seguinte apresenta uma panorâmica dos empréstimos e adiantamentos ativos e expirados sujeitos a moratórias em conformidade com a EBA, empréstimos e adiantamentos sujeitos a medidas de carência relacionadas com a COVID-19 e empréstimos e adiantamentos de origem recente sujeitos a um regime de garantia pública no contexto da pandemia da COVID-19 em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2020.

### Panorâmica das moratórias ativas e caducadas, medidas de carência e regimes de garantia à luz da pandemia da COVID-19

	1 de abril a 31 de dezembro de 2020			1 de abril a 30 de setembro de 2020		
	Empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratória em conformidade com a EBA	Empréstimos e adiantamentos sujeitos a medidas de carência relacionadas com a COVID-19	Empréstimos e adiantamentos de origem recente sujeitos a regimes de garantia pública no contexto da crise da COVID-19	Empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratória em conformidade com a EBA	Outros empréstimos e adiantamentos sujeitos a medidas de carência relacionadas com a COVID-19	Empréstimos e adiantamentos de origem recente sujeitos a regimes de garantia pública no contexto da crise da COVID-19
em milhões de euros						
Corporate Bank	610	2.956	2.362	651	2.716	1.974
Investment Bank	107	4.353	60	222	4.449	60
Private Bank	7.499	1.114	1.124	7.747	1.514	928
Unidade de Libertação de Capital	433	0	0	430	20	0
<b>Total</b>	<b>8.649</b>	<b>8.424</b>	<b>3.546</b>	<b>9.050</b>	<b>8.699</b>	<b>2.962</b>

<sup>1</sup> Excluindo 0,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 0,2 mil milhões de euros em 30 de setembro de 2020 que se qualificam para desreconhecimento, uma vez que estes empréstimos cumpriram os critérios de passagem para instrumentos financeiros nos termos da IFRS 9

As moratórias em conformidade com a EBA podem ser divididas em moratórias legislativas, instituídas pelo Governo, e moratórias não legislativas concedidas por (grupos de) instituições financeiras. Os empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratórias em conformidade com a EBA apresentados são principalmente moratórias legislativas instituídas pelos governos alemão, italiano, indiano e espanhol e moratórias não legislativas na Alemanha, Itália e Espanha.

Nos termos das moratórias legislativas, o Grupo concedeu um adiamento de juros e/ou pagamentos de capital em função de requisitos definidos por cada governo individual. O adiamento dos pagamentos de capital levou a uma prorrogação da data de vencimento dos empréstimos. A moratória legislativa alemã foi concedida a contratos de empréstimos ao consumo e hipotecas e só adiou os pagamentos de capital com a dispensa de juros durante o período de tolerância. Por outro lado, a moratória italiana, espanhola e indiana diferiu tanto o capital como os juros para as famílias e os intermediários financeiros em Itália e Espanha, bem como para empréstimos normais a prazo e de fundo de maneio na Índia. A capacidade de utilizar a moratória legislativa alemã terminou para todos os mutuários no final de junho de 2020 e a moratória legislativa indiana terminou no final de agosto de 2020. A Itália tem duas moratórias legislativas, uma para famílias privadas, que terminou em 16 de dezembro de 2020, e uma segunda para pequenas e médias entidades (PME) e empresas corporativas. A moratória para as PME e corporativas estava inicialmente prevista para terminar em 30 de setembro de 2020, mas foi prorrogada até

junho de 2021. Além disso, o Governo espanhol prorrogou a moratória legislativa espanhola para PME e corporativas até 2021.

No âmbito da moratória não legislativa, o Grupo concedeu um adiamento dos pagamentos de juros e/ou de capital, em função dos requisitos definidos pelos grupos bancários locais que criaram a moratória local na Alemanha, Itália e Espanha. As moratórias não legislativas foram concedidas apenas a contratos de crédito ao consumo e hipotecas com clientes particulares. Todas as moratórias não legislativas estavam inicialmente previstas para terminar até ao final de 2020. No entanto, devido ao desenvolvimento da COVID-19, foi lançada em Itália uma nova moratória não legislativa para apoiar os clientes de financiamento do consumo entre janeiro de 2021 e o final de março de 2021.

Globalmente, a maioria dos empréstimos afetados pela moratória diz respeito ao Private Bank. Ao conceder a moratória, o valor contabilístico do empréstimo foi alterado através da programação dos novos fluxos de caixa esperados e do desconto à taxa de juro efetiva original. A diferença no valor contabilístico foi tomada como uma perda para o rendimento de juros na conta de resultados. O montante não foi material para o Grupo.

Durante o segundo semestre de 2020, o número de clientes com moratória diminuiu significativamente, de níveis de pico no segundo trimestre de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, 6 mil milhões de euros de moratória já tinham expirado. Mais de 95% destes clientes, que aproveitaram a moratória, retomaram agora os pagamentos. A transição é gerida ativamente, com o DB a contactar cada cliente privado, a fim de assegurar que os clientes têm conhecimento e são capazes de retomar os pagamentos antes de abandonarem a moratória.

As medidas de carência relacionadas com a COVID-19 foram também concedidas a clientes que não cumpriam os critérios de moratória em conformidade com a EBA, mas o Banco decidiu, individualmente, alterar as condições do empréstimo de cada cliente. Foram concedidas medidas individuais de carência da COVID-19 para mutuários em várias linhas de negócio e carteiras. Para o Investment Bank, foi concedido um montante significativo de alterações aos clientes de imóveis comerciais, no Private Bank a clientes no negócio de empréstimo e no Corporate Banking a clientes de financiamento ao comércio. Ao conceder as modificações aos mutuários, o valor contabilístico do empréstimo foi alterado através da programação dos novos fluxos de caixa esperados e do desconto à taxa de juro efetiva original. A diferença no valor contabilístico foi tomada como uma perda para rendimentos de juros nos resultados. O montante não foi material para o Grupo. Em 31 de dezembro de 2020, foram concedidas medidas de carência para empréstimos no valor de 8,4 mil milhões de euros, refletindo um amplo leque de alterações de pactos selecionados no respetivo contrato de empréstimo até a adiamentos de pagamento. Além disso, para continuar a reforçar a supervisão do crédito, a sinalização da medida de carência é agora considerada um critério adicional para acrescentar a exposição a uma "lista de vigilância".

Os empréstimos e adiantamentos de origem recente sujeitos a um regime de garantia pública incluem empréstimos e adiantamentos principalmente garantidos pela KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau, uma promoção pública). Estes empréstimos foram concedidos pelo banco principalmente a clientes europeus no negócio empresarial em todos os setores. Foram igualmente oferecidas garantias semelhantes pelo Luxembourg Public Investment Bank e pelo Ministério dos Assuntos Económicos e da Transformação Digital (MINECO) de Espanha. Menos de 1% da população de empréstimos tem um estatuto de carência ou de não execução da EBA.

O Grupo originou aproximadamente 3,8 mil milhões de euros de empréstimos ao regime de garantia pública durante 2020 e, na maioria dos casos, os termos dos novos empréstimos e adiantamentos originados estão entre dois e cinco anos. Cerca de 2,1 mil milhões de euros de empréstimos foram concedidos na Alemanha através de programas patrocinados pela KfW, dos quais 0,3 mil milhões de euros foram desreconhecidos, uma vez que os termos do empréstimo e da garantia reuniam os critérios de desreconhecimento no âmbito da IFRS 9, e 1,2 mil milhões de euros eram originários de Espanha e 0,5 mil milhões de euros do Luxemburgo. Em 31 de dezembro de 2020, 98,7% dos empréstimos que foram concedidos a garantias públicas em 2020 continuam a efetuar reembolsos regulares.

#### Discriminação das medidas relacionadas com a COVID-19 por fases

em milhões de euros	31 dez 2020					
	Moratórias legislativas e não legislativas		Medidas de carência relacionadas com a COVID-19		Regimes de garantia pública	
	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas
Fase 1	6.464	(23)	5.746	(18)	3.135	(3)
Fase 2	1.872	(63)	1.994	(54)	360	(4)
Fase 3	313	(69)	684	(80)	51	(4)
<b>Total</b>	<b>8.649</b>	<b>(155)</b>	<b>8.424</b>	<b>(152)</b>	<b>3.546</b>	<b>(11)</b>

O Grupo continua a gerir e acompanhar a situação atual e futura da COVID-19. Da moratória legislativa e não legislativa de 8,6 mil milhões de euros, cerca de 1,5 mil milhões de euros de exposição continua ativa, principalmente devido a extensões em Itália, com aumentos modestos na Fase 3 de moratórias expiradas. Até à data, não houve perdas económicas importantes no que diz respeito à tolerância voluntária, e o Deutsche Bank fornece uma série de medidas e não apenas a prorrogação

dos períodos de carência. Desses empréstimos em carência, apenas cerca de 8% das exposições de 8,4 mil milhões de euros entraram em incumprimento após a adoção de medidas de carência. Uma vez que as medidas de carência da COVID-19 são aplicadas a clientes com uma perspectiva pós-crise positiva, não esperamos que sejam tomadas medidas significativas em termos de fase destes ativos, sob o pressuposto de uma recuperação económica normalizada. Adicionalmente, a recuperação económica no que diz respeito à participação do Deutsche Bank em regimes de garantia pública continua a ser baixa em 31 de dezembro de 2020.

## Qualidade dos ativos

A secção “Qualidade dos ativos” ao abrigo da norma IFRS 9 descreve a qualidade dos instrumentos de dívida sujeitos a imparidades, os quais ao abrigo da norma IFRS 9 consistem em instrumentos de dívida medidos ao custo amortizado, instrumentos financeiros escriturados pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), bem como compromissos de crédito extrapatrimoniais, como compromissos de empréstimos e garantias financeiras (em seguida denominados coletivamente “Ativos financeiros”).

### Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante da exposição e da provisão para perdas de crédito por classe de ativos financeiros, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

#### Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

	31 dez 2020					31 dez 2019				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
em milhões de euros										
<b>Custo amortizado<sup>1</sup></b>										
Valor contabilístico bruto	651.941	35.372	10.655	1.729	699.697	645.967	24.680	7.531	2.150	680.328
Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>	544	648	3.614	139	4.946	549	492	3.015	36	4.093
<b>dos quais empréstimos</b>										
Valor contabilístico bruto	385.422	34.537	10.138	1.710	431.807	400.434	23.832	7.437	2.130	433.833
Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>	522	647	3.506	133	4.808	537	488	2.932	33	3.990
<b>Justo valor através de OCI</b>										
Justo valor	55.566	163	105	0	55.834	45.083	397	23	0	45.503
Provisão para perdas de crédito	12	6	2	0	20	16	9	10	0	35
<b>Extrapatrimoniais</b>										
Valor nocional	251.545	8.723	2.587	1	262.856	251.930	5.864	1.424	0	259.218
Provisão para perdas de crédito <sup>3</sup>	144	74	200	0	419	128	48	166	0	342

<sup>1</sup> Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos por: empréstimos pelo custo amortizado, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (s/ bancos centrais), recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e determinadas subcategorias de outros ativos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e de 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>3</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

### Ativos financeiros ao custo amortizado

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do valor contabilístico bruto e da provisão para perdas de crédito por classe de ativos financeiros, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

#### Evolução das exposições e da provisão para perdas de crédito no período de relato

	31 dez 2020				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
em euros					
<b>Valor contabilístico bruto</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	645.967	24.680	7.531	2.150	680.328
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	79.588	8.215	3.304	(166)	90.940
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(7.462)	5.543	1.919		0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desconhecimento	0	(3)	(31)	0	(34)
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desconhecidos durante o período	(48.990)	(2.268)	(1.910)	(263)	(53.430)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	58	0	58
Taxas de câmbio e outras alterações	(17.162)	(795)	(216)	7	(18.165)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	651.941	35.372	10.655	1.729	699.697

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentaram 19 mil milhões de euros ou 3%, em 2020, motivados principalmente pela Fase 2:

As exposições da Fase 1 aumentaram ligeiramente 6 mil milhões de euros, ou 1%.

As exposições da Fase 2 aumentaram 11 mil milhões de euros ou 43% devido a empréstimos pelo custo amortizado no Private Bank e Corporate Bank devido à atualização das perspetivas macroeconómicas.

As exposições da Fase 3 aumentaram em 2703 milhões de euros, ou 28%, em 2020, impulsionadas por novos incumprimentos em todas as divisões, parcialmente compensadas por uma redução na carteira de empréstimo POCI.

em euros	31 dez 2019				
	Valor contabilístico bruto				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>637.037</b>	<b>32.335</b>	<b>7.452</b>	<b>1.963</b>	<b>678.787</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	86.882	(6.503)	1.022	418	81.820
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(1.652)	327	1.325	0	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	(4)	(0)	(40)	0	(45)
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(81.545)	(1.691)	(2.343)	(272)	(85.852)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	70	0	70
Taxas de câmbio e outras alterações	5.249	213	45	41	5.548
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>645.967</b>	<b>24.680</b>	<b>7.531</b>	<b>2.150</b>	<b>680.328</b>

Os ativos financeiros a custo amortizado sujeitos a imparidade mantiveram-se praticamente estáveis, com um ligeiro aumento de 2 mil milhões de euros em 2019 em todas as fases:

As exposições da Fase 1 aumentaram 9 mil milhões de euros, ou 1%.

As exposições da Fase 2 diminuíram em 8 mil milhões de euros ou 24%, impulsionadas pelos valores a receber de caixa/margens no Investment Bank, bem como pelos Empréstimos a Custo Amortizado no Corporate Bank.

As exposições da Fase 3 aumentaram em 266 milhões de euros, ou 3%, em 2019, impulsionadas por novos incumprimentos em todas as divisões, parcialmente compensadas por abatimentos na expedição.

em euros	31 dez 2020				
	Provisão para perdas de crédito <sup>3</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>549</b>	<b>492</b>	<b>3.015</b>	<b>36</b>	<b>4.093</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	(44)	309	1.348	72 <sup>4</sup>	1.686
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	77	(125)	49	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período <sup>2</sup>	0	0	(781)	0	(781)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	58	0	58
Taxas de câmbio e outras alterações	(38)	(28)	(75)	31	(110)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>544</b>	<b>648</b>	<b>3.614</b>	<b>139</b>	<b>4.946</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	33	184	1.397	72	1.686

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>3</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>4</sup> O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizados no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 50 milhões de euros em 2020 e de 0 milhões de euros em 2019.

A provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentou 853 milhões de euros ou 21%, em 2020, motivada principalmente pela Fase 3:

As provisões da Fase 1 permaneceram aproximadamente estáveis, com uma ligeira diminuição de 5 milhões de euros, ou 1%.

As provisões da Fase 2 aumentaram 156 milhões de euros ou 32% devido à atualização das perspetivas macroeconómicas.

As provisões da Fase 3 aumentaram 702 milhões de euros ou 23%, motivadas por novos incumprimentos entre todas as divisões e pelo aumento em relação à carteira de empréstimos POCI existente.



O nosso índice de cobertura da Fase 3 (definido como Provisão para perdas de crédito na Fase 3 (excluindo POCI) dividido por ativos financeiros a custo amortizado na Fase 3 (excluindo POCI)) foi de 34% no ano fiscal corrente, comparado com 40% no ano anterior.

	31 dez 2019				
	Provisão para perdas de crédito <sup>3</sup>				
em euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>509</b>	<b>501</b>	<b>3.247</b>	<b>3</b>	<b>4.259</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	(57)	102	550	40	636
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	120	(106)	(14)	0	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desconhecidos durante o período <sup>2</sup>	0	0	(872)	(26)	(898)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	96	0	96
Taxas de câmbio e outras alterações	(22)	(4)	8	18	0
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>549</b>	<b>492</b>	<b>3.015</b>	<b>36</b>	<b>4.093</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	62	(4)	536	40	636

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>3</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

A provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade diminuiu 166 milhões de euros ou 4%, em 2019, motivada principalmente pela Fase 3:

As provisões da Fase 1 aumentaram em 40 milhões de euros ou 8%, impulsionadas por um aumento dos Empréstimos a Custo Amortizado no Investment Bank e no Private Bank.

As provisões da Fase 2 permaneceram aproximadamente estáveis, com uma ligeira diminuição de 8 milhões de euros, ou 2%.

As provisões da Fase 3 diminuíram 198 milhões de euros ou 6%, impulsionadas pelas vendas de NPL no Private Bank, bem como os abatimentos na expedição na Unidade de Libertação de Capital, que foram parcialmente compensados por novos incumprimentos no Corporate Bank e no Investment Bank.

#### Ativos financeiros ao custo amortizado por divisão

	31 dez 2020									
	Valor contabilístico bruto <sup>1</sup>					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	109.484	7.747	2.305	0	119.537	85	106	1.052	0	1.244
Investment Bank	134.634	5.832	2.023	1.459	143.948	139	92	290	139	659
Private Bank	216.412	21.328	5.954	270	243.964	311	446	2.098	0	2.855
Asset Management	2.131	57	0	0	2.188	1	1	0	0	1
Unidade de Libertação de Capital	4.463	303	372	0	5.138	4	4	174	0	182
Corporate & Other	184.816	105	1	0	184.922	5	(0)	0	0	5
<b>Total</b>	<b>651.941</b>	<b>35.372</b>	<b>10.655</b>	<b>1.729</b>	<b>699.697</b>	<b>544</b>	<b>648</b>	<b>3.614</b>	<b>139</b>	<b>4.946</b>

<sup>1</sup> Os números do valor contabilístico bruto por divisão são relatados após uma realocação dos saldos das divisões para Corporate & Other.

	31 dez 2019									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	174.685	4.769	1.921	0	181.375	82	63	843	0	988
Investment Bank	159.301	4.894	575	1.830	166.600	146	60	117	36	358
Private Bank	251.699	14.376	4.520	321	270.915	313	360	1.834	0	2.508
Asset Management	1.965	101	0	0	2.066	1	1	0	0	2
Unidade de Libertação de Capital	16.051	378	502	0	16.930	1	7	221	0	230
Corporate & Other	42.266	163	13	0	42.442	5	2	1	0	8
<b>Total</b>	<b>645.967</b>	<b>24.680</b>	<b>7.531</b>	<b>2.150</b>	<b>680.328</b>	<b>549</b>	<b>492</b>	<b>3.015</b>	<b>36</b>	<b>4.093</b>

#### Ativos financeiros ao custo amortizado por setor da indústria

A tabela abaixo fornece uma visão geral da qualidade dos nossos ativos por setor e tem por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores. A informação

abaixo não é totalmente congruente com a visão de risco interna aplicada na secção "Indústrias em destaque à luz da pandemia da COVID-19".

em milhões de euros	31 dez 2020									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	538	69	39	0	646	1	1	12	0	14
Indústria mineira e de extração de minérios	2.808	115	162	0	3.085	4	4	98	0	106
Indústria	23.245	2.518	1.024	138	26.925	32	42	479	3	557
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3.268	276	117	0	3.661	3	2	35	0	40
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	573	52	57	0	681	1	2	9	0	12
Construção	3.706	304	271	169	4.450	6	7	193	6	212
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	19.049	1.066	830	46	20.991	21	20	516	2	558
Transporte e armazenamento	4.760	710	387	12	5.869	20	18	93	0	131
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.871	445	90	24	2.429	5	8	22	0	35
Informação e comunicação	5.482	207	131	0	5.820	12	5	95	0	111
Atividades financeiras e de seguros	316.950	6.336	1.159	551	324.996	88	64	285	37	474
Atividades imobiliárias	38.993	2.089	824	293	42.200	32	22	94	42	190
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.295	1.049	223	198	7.765	8	15	97	5	125
Atividades de serviços administrativos e de apoio	8.966	1.365	409	47	10.787	14	22	88	1	125
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	16.648	593	229	0	17.469	8	5	11	0	24
Educação	179	23	3	0	205	0	1	1	0	2
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.104	347	15	1	3.468	4	6	8	0	17
Artes, entretenimento e atividades de lazer	874	79	9	1	961	3	1	3	0	8
Outras atividades de serviços	10.548	823	180	215	11.766	13	12	21	40	86
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	184.031	16.906	4.496	34	205.468	270	393	1.453	2	2.120
Atividades de organizações e instituições extra-territoriais	52	0	1	0	53	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>651.941</b>	<b>35.372</b>	<b>10.655</b>	<b>1.729</b>	<b>699.697</b>	<b>544</b>	<b>648</b>	<b>3.614</b>	<b>139</b>	<b>4.946</b>

em milhões de euros	31 dez 2019									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	613	43	42	1	699	1	2	10	0	12
Indústria mineira e de extração de minérios	2.647	4	141	1	2.793	4	0	15	0	19
Indústria	26.784	1.498	923	122	29.327	32	33	481	0	546
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.609	160	70	0	4.839	4	5	4	0	13
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	708	11	64	0	783	1	0	10	0	11
Construção	2.987	208	307	144	3.646	4	4	227	1	235
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	19.404	978	653	11	21.046	19	18	389	(0)	426
Transporte e armazenamento	4.259	488	249	0	4.995	6	6	64	0	76
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.240	93	31	74	2.437	5	2	15	0	22
Informação e comunicação	5.633	472	32	0	6.138	10	17	16	0	43
Atividades financeiras e de seguros	299.108	3.756	431	824	304.119	95	30	189	2	317
Atividades imobiliárias	42.868	1.832	311	399	45.410	43	13	80	15	152
Atividades profissionais, científicas e técnicas	9.253	512	195	232	10.193	8	8	98	4	117
Atividades de serviços administrativos e de apoio	5.909	400	189	25	6.523	6	6	52	(5)	59
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	20.972	794	43	0	21.809	3	5	5	0	13
Educação	354	18	2	0	373	0	0	1	0	2
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.264	187	15	2	3.469	5	6	7	0	18
Artes, entretenimento e atividades de lazer	837	24	10	0	872	3	0	4	0	7
Outras atividades de serviços	8.707	387	74	210	9.378	10	8	39	19	75
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	182.912	12.817	3.748	106	199.583	290	330	1.310	(0)	1.930
Atividades de organizações e instituições extra-territoriais	1.895	0	1	0	1.896	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>645.967</b>	<b>24.680</b>	<b>7.531</b>	<b>2.150</b>	<b>680.328</b>	<b>549</b>	<b>492</b>	<b>3.015</b>	<b>36</b>	<b>4.093</b>

#### Ativos financeiros ao custo amortizado por região

em milhões de euros	31 dez 2020									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Alemanha	294.063	17.709	3.840	270	315.884	252	356	1.438	52	2.098
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	130.592	7.639	3.188	1.103	142.522	152	215	1.603	77	2.048
Europa Oriental	5.175	214	90	0	5.480	7	2	42	0	51
América do Norte	144.876	6.303	2.079	105	153.362	77	57	225	7	366
América Central e América do Sul	3.731	146	374	7	4.258	4	4	32	0	40
Ásia e Pacífico	57.197	2.691	973	219	61.081	31	13	273	2	318
África	2.617	218	11	0	2.845	5	1	1	0	7
Outros	13.689	453	99	24	14.265	15	1	0	(0)	16
<b>Total</b>	<b>651.941</b>	<b>35.372</b>	<b>10.655</b>	<b>1.729</b>	<b>699.697</b>	<b>544</b>	<b>648</b>	<b>3.614</b>	<b>139</b>	<b>4.946</b>

em milhões de euros	31 dez 2019									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Alemanha	262.104	12.872	3.259	321	278.556	266	279	1.311	(0)	1.857
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	131.432	5.516	2.979	1.631	141.558	152	150	1.418	39	1.760
Europa Oriental	5.929	230	75	0	6.234	2	5	39	0	45
América do Norte	166.357	3.467	612	71	170.507	83	39	32	3	156
América Central e América do Sul	3.952	532	103	9	4.595	2	7	29	(1)	38
Ásia e Pacífico	65.128	1.862	489	119	67.597	34	10	186	(5)	225
África	2.637	172	13	0	2.823	7	2	1	0	10
Outros	8.429	30	0	0	8.458	2	0	0	0	3
<b>Total</b>	<b>645.967</b>	<b>24.680</b>	<b>7.531</b>	<b>2.150</b>	<b>680.328</b>	<b>549</b>	<b>492</b>	<b>3.015</b>	<b>36</b>	<b>4.093</b>

#### Ativos financeiros ao custo amortizado por classe de notação

em milhões de euros	31 dez 2020									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
iAAA–iAA	225.216	538	0	0	225.754	1	0	0	0	1
iA	88.250	734	0	0	88.983	5	0	0	0	5
iBBB	150.519	2.662	0	0	153.181	43	9	0	0	52
iBB	147.005	11.891	0	0	158.896	202	76	0	0	279
iB	36.178	13.674	0	0	49.851	240	251	0	0	492
iCCC e inferior	4.774	5.874	10.655	1.729	23.032	54	310	3.614	139	4.117
<b>Total</b>	<b>651.941</b>	<b>35.372</b>	<b>10.655</b>	<b>1.729</b>	<b>699.697</b>	<b>544</b>	<b>648</b>	<b>3.614</b>	<b>139</b>	<b>4.946</b>

em milhões de euros	31 dez 2019									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
iAAA–iAA	209.612	380	0	0	209.992	2	0	0	0	2
iA	93.098	259	0	0	93.357	7	0	0	0	7
iBBB	150.213	1.922	0	0	152.135	39	7	0	0	46
iBB	146.655	6.695	1	0	153.351	191	58	0	0	249
iB	40.495	10.625	1	1	51.122	263	192	0	0	455
iCCC e inferior	5.894	4.799	7.529	2.149	20.371	49	236	3.015	36	3.335
<b>Total</b>	<b>645.967</b>	<b>24.680</b>	<b>7.531</b>	<b>2.150</b>	<b>680.328</b>	<b>549</b>	<b>492</b>	<b>3.015</b>	<b>36</b>	<b>4.093</b>

Os nossos compromissos de empréstimo de fundos adicionais a devedores com ativos financeiros de Fase 3 ao custo amortizado ascendiam a 446 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e a 279 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

#### Garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na fase 3

em milhões de euros	31 dez 2020			31 dez 2019		
	Valor contabilístico bruto	Garantias	Garantias	Valor contabilístico bruto	Garantias	Garantias
Ativos financeiros ao custo amortizado (Fase 3)	10.655	3.753	558	7.531	2.855	243

<sup>1</sup> A Fase 3 consiste aqui apenas em ativos não POCI

Em 2020, as garantias detidas sobre ativos financeiros como custo amortizado na fase 3 aumentaram em 1213 milhões de euros, ou 39%, impulsionadas pelo Private Bank.

Não reconhecemos uma provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 de 625 milhões de euros em 2020 e 832 milhões de euros em 2019, devido à garantia total destes ativos.

#### Ativos modificados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é considerado modificado quando os seus fluxos de caixa contratuais são renegociados ou de outra forma modificados. A renegociação ou a modificação poderá levar, ou não, ao desreconhecimento do instrumento financeiro antigo e ao reconhecimento do novo. Esta secção abrange ativos financeiros modificados que não foram desreconhecidos.

Nos termos da IFRS 9, quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original (EIR). Em ativos financeiros modificados, para determinar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, reflete-se a comparação de:

- Probabilidade de incumprimento (PD) do período restante à data de relato com base nos termos modificados; com
- A PD estimada do período restante com base nos dados aquando do reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais.

#### Ativos modificados ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2020					31 dez 2019				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Valor contabilístico do custo amortizado antes da modificação	0	81	73	0	153	4	1	42	0	47
Resultados da modificação líquidos reconhecidos	0	2	(30)	0	(29)	(4)	(0)	(40)	0	(45)

Em 2020, observou-se o aumento de 107 milhões de euros, ou 228%, em ativos modificados ao custo amortizado devido a alterações relacionadas com clientes, que foram concedidas sem perdas de modificação. Não incluímos quaisquer alterações impulsionadas pela COVID-19 na tabela acima. Para mais informações sobre as alterações relacionadas com a COVID-19, consulte "Moratória legislativa e não legislativa e regimes de garantia pública à luz da pandemia da COVID-19".

Observámos valores imateriais de ativos modificados que foram atualizados para a fase 1. Não observámos qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas fases 2 e 3.

Em 2019, observámos valores imateriais de ativos modificados que foram atualizados para a Fase 1. Não observámos qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas fases 2 e 3.

#### Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral

O justo valor dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) sujeito a imparidades foi de 56 mil milhões em 31 de dezembro de 2020, comparativamente a 46 mil milhões em 31 de dezembro de 2019. A provisão para perdas de crédito sobre estes ativos permaneceu praticamente inalterada a níveis muito baixos (20 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 35 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019). Por não ser materialmente relevante, não é fornecida qualquer discriminação adicional relativa aos ativos financeiros ao FVOCI.

#### Compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante nominal e da provisão para perdas de crédito da nossa classe de ativos financeiros extrapatrimoniais, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

#### Evolução do montante nominal e da provisão para perdas de crédito

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>251.930</b>	<b>5.864</b>	<b>1.424</b>	<b>0</b>	<b>259.218</b>
Movimentos incluindo novos negócios	16.918	(2.786)	126	1	14.259
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(7.247)	6.101	1.146	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	(10.056)	(455)	(110)	0	(10.622)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>251.545</b>	<b>8.723</b>	<b>2.587</b>	<b>1</b>	<b>262.856</b>

em milhões de euros	31 dez 2019				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>252.039</b>	<b>10.021</b>	<b>599</b>	<b>0</b>	<b>262.659</b>
Movimentos incluindo novos negócios	(507)	(3.256)	(213)	0	(3.976)
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(99)	(933)	1.032	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	496	33	6	0	535
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>251.930</b>	<b>5.864</b>	<b>1.424</b>	<b>0</b>	<b>259.218</b>

	31 dez 2020				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>128</b>	<b>48</b>	<b>166</b>	<b>0</b>	<b>342</b>
Movimentos incluindo novos negócios	13	21	41	0	75
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	0	0	(1)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	3	4	(6)	0	1
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>144</b>	<b>74</b>	<b>200</b>	<b>0</b>	<b>419</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	13	22	40	0	75

<sup>1</sup> O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

	31 dez 2019				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>132</b>	<b>73</b>	<b>84</b>	<b>0</b>	<b>289</b>
Movimentos incluindo novos negócios	(13)	(5)	88	0	70
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	9	(12)	3	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	(1)	(7)	(9)	0	(17)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>128</b>	<b>48</b>	<b>166</b>	<b>0</b>	<b>342</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	(4)	(17)	90	0	70

<sup>1</sup> O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

## Ações judiciais

Os ativos sujeitos a atividade de execução consistem em ativos que foram total ou parcialmente abatidos e o Grupo continua a tentar a recuperação do ativo. Esta atividade de execução inclui, por exemplo, casos em que o banco continua a dedicar recursos (por ex., o nosso Departamento Jurídico/unidade de reestruturação de CRM) no sentido da recuperação, quer pela via legal, quer por agentes de recuperação terceiros. A atividade de execução aplica-se igualmente a casos em que o banco mantém ações judiciais pendentes ou ainda a decorrer. Isto verifica-se independentemente de se prever recuperar os montantes e do prazo da recuperação. Poderá ser prática comum, em determinadas jurisdições, que os casos de recuperação se prolonguem por vários anos.

Os montantes pendentes relativos a ativos financeiros que foram abatidos durante o período de relato e ainda sujeitos a atividade de execução ascenderam a 295 milhões para o exercício de 2020, principalmente relacionados com o Corporate Bank, o Investment Bank e o Private Bank. Em 2019, as ações judiciais ascenderam a 152 milhões de euros, principalmente no Corporate Bank e no Private Bank.

## Ativos renegociados e com período de carência pelo custo amortizado

Por razões económicas ou jurídicas podemos celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta ou enfrentará dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e de cada transação e tomando em consideração as circunstâncias e os factos específicos do cliente. Nos créditos ao consumo oferecemos carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das nossas estratégias de gestão do risco e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Na gestão e relato de ativos com período de carência pelo custo amortizado, seguimos a definição da ABE para carência e empréstimos não produtivos (normas técnicas de execução (ITS) relativamente a fiscalização com relatórios em matéria de carência e exposições em incumprimento ao abrigo do artigo 99.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 575/2013). Assim que as condições referidas nas ITS estejam cumpridas, relatamos o empréstimo como tendo um período de carência; removemos o ativo do nosso relatório de carência, assim que forem cumpridos os critérios de descontinuidade constantes das ITS (por exemplo, o contrato é considerado como produtivo, decorreu um período de vigilância mínimo de dois anos, foram realizados pagamentos regulares superiores a um montante agregado de capital ou de juros insignificante durante, pelo menos, metade do período de vigilância, e nenhuma das exposições ao devedor se encontre em incumprimento há mais de 30 dias no final do período de vigilância).

Em 2020, as medidas de carência concedidas em consequência da crise da COVID-19 foram acrescentadas aos regulamentos acima mencionados e estão incluídas na tabela seguinte, mesmo se estas medidas, em conformidade com as orientações da EBA, não desencadearem, em geral, uma transição faseada. A moratória relacionada com a COVID-19, em contrapartida, não é relevante para a tabela abaixo. Para mais informações, consulte a secção "Moratória legislativa e não legislativa e regimes de garantia pública à luz da pandemia da COVID-19".

#### Ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2020						31 dez 2019			
	Em cumprimento		Em incumprimento		Fase 3	Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado	Em cumprimento	Em incumprimento		Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado
	Fase 1	Fase 2	Fase 1	Fase 2				Fase 2	Fase 3	
Alemães	1.014	1.404	2	18	1.297	3.735	985	31	1.227	2.243
Não alemães	4.515	2.388	10	35	2.775	9.723	780	59	1.714	2.552
<b>Total</b>	<b>5.529</b>	<b>3.792</b>	<b>12</b>	<b>53</b>	<b>4.072</b>	<b>13.459</b>	<b>1.765</b>	<b>90</b>	<b>2.940</b>	<b>4.796</b>

#### Evolução de ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Saldo no início do período</b>	<b>4.796</b>	<b>4.841</b>
Classificados como de carência durante o exercício	10.141	1.702
Transferidos para não de carência durante o exercício (inclui reembolsos)	(1.371)	(1.408)
Reconhecimento de perdas	(35)	(342)
Taxa de câmbio e outros movimentos	(72)	1
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>13.459</b>	<b>4.796</b>

Os ativos de carência pelo custo amortizado aumentaram 8,7 mil milhões de euros, principalmente devido à inclusão das medidas de carência concedidas em consequência da pandemia da COVID-19.

Os ativos com período de carência a custo amortizado diminuíram ligeiramente em 45 milhões de euros, ou 1%, em 2019.

#### Garantias colaterais obtidas

Obtivemos garantias colaterais no balanço apenas em determinados casos, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. Geralmente não ocupamos propriedades obtidas, para nossa utilização comercial. As garantias colaterais de imóveis residenciais obtidas em 2020 referem-se predominantemente às nossas exposições em Espanha.

#### Garantias colaterais obtidas durante o período de relato

em milhões de euros	2020	2019 <sup>2</sup>
Imóveis comerciais	0	0
Imóveis residenciais <sup>1</sup>	3	3
Outros	0	0
<b>Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

<sup>1</sup> O valor contabilístico de imóveis residenciais excluídos ascendeu a 27 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 29 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 (reajuste em comparação com divulgação do ano anterior).

<sup>2</sup> Os números foram reajustados em comparação com a divulgação do ano anterior.

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2020, assim como em 2019, o Grupo não obteve nenhuma garantia colateral relacionada com estes fundos.

#### Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

Definimos um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivados OTC com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

## Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivados

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, dispomos geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das nossas transações de derivados nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição ou o comportamento da nossa contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, ao abrigo dos contratos de derivados relevantes é frequente ser possível obter garantias colaterais adicionais ou solicitar a conclusão ou vencimento antecipado das transações de derivados com pouca antecedência.

Os contrato-tipo e os acordos de garantia associados para transações de derivados OTC executadas com os nossos clientes resultam normalmente em que a maior parte da nossa exposição ao crédito é garantida por garantia. Também fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão padronizados ou específicos, o que nos permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento.

Os nossos direitos de rescisão contratual são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que asseguram que potenciais incumprimentos de contrapartes são identificados e abordados de forma atempada. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a liquidação e negociações. Nos casos em que a nossa decisão de encerrar as transações de derivados resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, reestruturamos a obrigação, transformando-a num crédito não derivado e gerimo-lo através do nosso processo de cálculo regular. Assim sendo, normalmente não apresentamos para fins contabilísticos quaisquer derivados em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 291.º, n.º 2 e n.º 4, do CRR, nós temos um processo de monitorização mensal de várias camadas de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco de correlação desfavorável explícito geral a nível de país/setor/região e risco de correlação desfavorável implícito geral, em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável). O relatório de risco de correlação desfavorável é enviado mensalmente para a gestão sénior de risco de crédito. Utilizamos ainda o nosso processo estabelecido para calibrar o nosso próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos nossos derivados e títulos que financiam a carteira de transações. O risco de contraparte dos derivados do Private Bank Germany é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

## Gestão e mitigação de risco de crédito

### Gestão de risco de crédito ao nível da contraparte

As contrapartes relacionadas com crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito que são organizadas por tipos de contraparte (tais como instituições financeiras, empresas ou particulares) ou por área económica (mercados emergentes, por exemplo) e apoiadas por equipas de analistas de notação de crédito, sempre que considerado necessário. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado por razões de eficiência. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados nestes processos de crédito altamente automatizados no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente à carteira de contrapartes que lhe foi atribuída. Vigoramos também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco de perdas.

Nos casos em que identificamos contrapartes no âmbito das quais existe uma preocupação de que a qualidade creditícia se tenha deteriorado ou pareça provável que se venha a deteriorar até ao ponto de estas contrapartes apresentarem um risco acrescido de perda em incumprimento, a respetiva exposição é geralmente colocada sob vigilância. O nosso objetivo é identificar as contrapartes que, com base na aplicação dos nossos instrumentos de gestão do risco, apresentam antecipadamente probabilidade de geração de problemas, com o objetivo de gerir eficazmente a exposição ao crédito e minimizar potenciais perdas. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce dos riscos é um pilar da nossa cultura de crédito e visa garantir uma maior atenção a tais exposições.

Os limites de crédito são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito através da atribuição de poderes de crédito. Isto também se aplica ao risco de liquidação que tem de se enquadrar em limites pré-aprovados pela Gestão do Risco de Crédito, tendo em consideração a apetência pelo risco e de uma forma que reflita os padrões de liquidação esperados para



a contraparte objeto da análise. As aprovações de crédito são documentadas pela assinatura do relatório de crédito pelos respetivos titulares de poderes de crédito e arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos individualmente com carácter pessoal, em função das habilitações, experiência e formação profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir que são proporcionais ao desempenho individual do respetivo titular.

Nos casos em que os poderes pessoais de um titular não são suficientes para definir os limites de crédito necessários, a transação é reencaminhada para um titular de crédito mais elevado ou, nos casos em que tal é necessário, para um comité de crédito adequado. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

## Mitigação de risco de crédito ao nível da contraparte

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte e a nossa apetência pelo risco, também utilizamos várias técnicas de redução do risco de crédito com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito e reduzir as perdas de crédito potenciais. As técnicas de mitigação do risco de crédito são aplicadas nas seguintes formas:

- Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e executável.
- Garantias colaterais detidas como garantia, para reduzir as perdas aumentando a recuperação das obrigações assumidas.
- Transferências de risco, que transferem as perdas resultantes da probabilidade de risco de incumprimento de um mutuário para um terceiro, incluindo cobertura executada pelo Strategic Corporate Lending (SCL).
- Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados e de transações de financiamento de títulos (por exemplo, acordos de recompra).
- Cobertura do risco de contraparte dos derivados, incluindo CVA, utilizando principalmente contratos CDS através da nossa sala de Gestão da carteira de contraparte.

### Garantias

Com regularidade aceitamos receber ou ceder ativos como garantias colaterais relativamente a clientes no âmbito de contratos que estão sujeitos a risco de crédito. Garantias colaterais são garantias secundárias sob a forma de um ativo ou obrigação de um terceiro destinado a reduzir o risco de perdas de crédito inerente a uma exposição, que substituem o risco de incumprimento da contraparte ou aumentam a recuperação dos montantes em caso de incumprimento. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, esta não substitui a necessidade de normas de subscrição de maior qualidade e uma avaliação rigorosa da capacidade de pagamento da dívida por parte da contraparte, em conformidade com o artigo 194.º, n.º 9, do CRR.

Separámos as garantias recebidas em dois tipos, como se segue:

- Garantias financeiras e outras garantias colaterais, que nos permitem recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que a contraparte é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, valores mobiliários (ações, obrigações), atribuições de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, equipamentos (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários. Todas as garantias colaterais financeiras são reavaliadas e medidas com regularidade, na sua maioria diariamente, em relação à respetiva exposição ao crédito. O valor de outras garantias colaterais, incluindo, imóveis, é monitorizado com base em processos estabelecidos que incluem revisões ou reavaliações regulares por peritos internos e/ou externos.
- Garantias colaterais que complementam a capacidade de a contraparte cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco. As garantias colaterais com uma notação non-investment grade do garante estão limitadas.

Os nossos processos procuram assegurar que as garantias por nós aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Nesse âmbito, procuramos elaborar documentação legalmente eficaz e com força jurídica para aqueles ativos realizáveis e mensuráveis dados como garantia colateral, que são avaliados regularmente por equipas especializadas. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (haircuts) aplicáveis. Temos margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, procuramos evitar características de risco de “correlação desfavorável” (wrong-way), em que o risco da contraparte é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos da garantia está concertado com o processo de avaliação de crédito das contrapartes.

A avaliação de garantia é considerada no âmbito de um cenário de liquidação. O valor de liquidez é igual aos proveitos esperados da monetização/realização de garantias num cenário de base, em que é alcançado um justo valor através de uma preparação cuidadosa e da liquidação disciplinada da garantia. A garantia pode movimentar-se em valor ao longo do tempo

(valor dinâmico) ou não (valor estático). O valor de liquidez dinâmico geralmente inclui uma margem de segurança ou de avaliação face ao valor realizável, de modo a contabilizar a liquidez e os aspetos de viabilidade comercial.

O Grupo atribui um valor de liquidez a garantias colaterais elegíveis com base em, entre outros:

- o valor de mercado e/ou o valor de financiamento, o valor notional ou valor nominal de uma garantia como ponto de partida;
- o tipo de garantia; a discrepância de divisas, caso exista, entre a exposição segurada e a garantia; e uma discrepância na maturidade, caso exista;
- o ambiente jurídico ou a jurisdição aplicável (garantias onshore ou offshore);
- a liquidez e a volatilidade do mercado em relação às cláusulas de rescisão acordadas;
- a correlação entre o desempenho do mutuário e o valor da garantia, por exemplo, no caso de penhora das ações ou dos títulos do mutuário (neste caso, geralmente uma correlação integral resulta na inexistência de qualquer valor de liquidez);
- a qualidade das garantias físicas e o potencial de litígio ou os riscos ambientais; e
- a avaliação específica de um determinado tipo de garantia (0 – 100%) que reflita os riscos de cobrança (ou seja, os riscos de preços ao longo do período de liquidação médio e o processamento/a utilização/os custos de vendas), conforme especificado nas políticas respetivas.

As definições da avaliação de garantias são geralmente baseadas nos dados de recuperação históricos internos e/ou externos disponíveis (também poderão ser usadas as opiniões de peritos, sempre que tal for apropriado). Também poderão incorporar um componente prospetivo, na forma do levantamento e na previsão de avaliação fornecida por peritos no âmbito da Gestão do risco. Sempre que os dados forem insuficientes ou inconclusivos, terão de ser aplicados métodos de avaliação mais conservadores do que o habitual. As definições de avaliação são revistas, pelo menos, anualmente.

#### Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do nosso processo de gestão do risco global, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e pelo Strategic Corporate Lending ("SCL") em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O SCL gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira de crédito a empresas e instituições, da carteira alavancada e da carteira de médias empresas alemãs nas nossas divisões do CB e IB.

Atuando como uma referência de preços central, o SCL fornece aos negócios uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O SCL está centrado em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

- reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito e
- gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, subparticipações e swaps de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

#### Acordos de compensação e de garantias para transações de derivados e de financiamento de títulos

A compensação é aplicável a derivados negociados em bolsa e derivados OTC. A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos (por exemplo, transações de recompra, empréstimo de títulos e empréstimo com imposição de margens), quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente.

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (CCP), que se interpõem entre as entidades de negociação ao tornarem-se a contraparte para cada uma das entidades. Se legalmente exigido ou se disponível, e na medida acordada com as nossas contrapartes, utilizamos também a compensação das CCP para as nossas transações de derivados OTC.

A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (Commodity Futures Trading Commission, CFTC) exigem uma compensação de CCP nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice, sujeito a exceções limitadas face a determinadas contrapartes. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (EMIR) e os Regulamentos Delegados da Comissão (UE) 2015/2205, (UE) 2015/592 e (UE) 2016/1178 baseados no mesmo introduziram a compensação obrigatória de CCP na UE para determinadas transações de derivados OTC uniformizados. A compensação obrigatória de CCP na UE teve início

com alguns derivados de taxa de juro em 21 de junho de 2016 e com determinados derivados de crédito com base no iTraxx e derivados de taxa de juro adicionais em 9 de fevereiro de 2017. O artigo 4.º, n.º 2, do EMIR autoriza as autoridades competentes a isentar transações intragrupo da compensação obrigatória de CCP, desde que determinados requisitos, tais como a total consolidação das transações intragrupo e a aplicação de um procedimento de avaliação, medição e controlo de risco centralizado adequado, sejam satisfeitos. O Banco pediu com sucesso a isenção de compensação para várias das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A.. A partir de 31 de dezembro de 2020, o Banco está autorizado a utilizar as isenções intragrupo obtidas da obrigação de compensação do regulamento EMIR para 57 relações intragrupo bilaterais. O âmbito das isenções é diferente, uma vez que nem todas as entidades efetuam tipos de transações relevantes sujeitos à obrigação de compensação. Das 57 relações intragrupo, 14 são relações em que ambas as entidades estão estabelecidas na União (UE), para as quais foi concedida uma isenção total, e 43 são relações em que uma das entidades está estabelecida num país terceiro ("relação de país terceiro"). As relações com países terceiros requeriam pedidos repetidos para cada nova classe de ativos sujeita à obrigação de compensação; o processo teve lugar ao longo do exercício de 2017. Tais pedidos repetidos, na altura, foram apresentados para 39 das relações de países terceiros, tendo algumas destas entidades sido liquidada entretanto. Devido ao "Brexit", o estado de algumas entidades do grupo sofrerá alterações, de uma entidade da UE para uma entidade de um país terceiro. Existem duas entidades do grupo afetadas no Reino Unido, mas não foi realizado qualquer pedido de isenção de compensação do regulamento EMIR para essas entidades.

As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem habitualmente a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o nosso risco de liquidação. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os nossos derivados compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os quais reduziram o nosso risco de crédito. Nos nossos processos de medição do risco e de avaliação do risco, aplicamos uma compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que acreditamos que as provisões de compensação com vencimento antecipado da CCP relevantes são legalmente válidas e executórias.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, procuramos regularmente celebrar com as nossas contrapartes contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc. – ISDA) ou o contrato-tipo alemão para transações financeiras com derivados). Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. No caso de determinadas partes do negócio de derivados (por exemplo, operações de câmbio) também celebramos contratos-tipo nos termos dos quais a compensação de pagamento é aplicável em relação a transações cobertas por tais contratos-tipo, reduzindo o nosso risco de liquidação. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que acreditamos que o contrato-tipo é legalmente válido e executável em todas as jurisdições relevantes.

Além disso, subscrevemos anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o nosso risco de crédito relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se considerarmos que o anexo é executável, refletimos essa consideração na nossa medição da exposição.

A Lei Dodd-Frank e as normas CFTC nesse âmbito, incluindo a norma CFTC §23.504, bem como o regulamento EMIR e o Regulamento Delegado da Comissão com base no mesmo, designadamente o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, introduziram a utilização obrigatória de contratos-tipo e CSA relacionados, que têm de ser celebrados prévia ou simultaneamente à celebração de uma transação de derivados OTC não compensada. É exigida documentação semelhante pelas regras de margem dos EUA adotadas pelos reguladores prudenciais dos EUA e será exigida nos termos das regras da SEC para os swaps baseados em títulos programados para entrar em vigor em 2021. Ao abrigo das regras de margem dos EUA, é-nos exigido que declaremos e recolhamos a margem inicial das nossas exposições a derivados com outros corretores de derivados, bem como com as nossas contrapartes que (a) sejam "utilizadores finais financeiros", na aceção das regras de margens dos Estados Unidos, e (b) tenham um valor nocional agregado diário médio de swaps não compensados, swaps baseados em valores mobiliários não compensados, contratos cambiais a prazo e swaps cambiais que excedam 8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em junho, julho e agosto do ano civil anterior. Além disso, as regras de margens dos Estados Unidos requerem que declaremos e recolhamos a margem de variação para os nossos derivados com outros corretores de derivados e determinadas contrapartes de utilizadores finais financeiros. Estes requisitos de margens estão sujeitos a um limiar de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos para a margem inicial, mas sem um limiar para a margem de variação, com um montante de transferência combinado de 500.000 dólares dos Estados Unidos. Os requisitos de margem dos EUA estão em vigor para os grandes bancos desde setembro de 2016, com requisitos de variação de margem

adicionais em vigor desde 1 de março de 2017 e requisitos de margem inicial adicionais implementados de forma faseada, de setembro de 2017 a setembro de 2022, sendo que as datas relevantes dependem, em cada caso, do volume transacional das partes e das suas afiliadas. O cumprimento dos requisitos de margem da SEC não será exigido antes da data de conformidade para a matrícula dos corretores de swaps baseados em títulos, o mais recente em novembro de 2021.

Ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, o qual implementa os requisitos relativos a margem do regulamento EMIR, o CSA tem de prever uma avaliação diária e margens de variação diárias com um limiar de zero e um montante de transferência mínimo não superior a 500.000 euros. No caso de elevadas exposições a derivados que excedam 8 mil milhões de euros, a margem inicial também tem de ser declarada. Os requisitos de margem de variação ao abrigo do regulamento EMIR são aplicáveis a partir de 1 de março de 2017; os requisitos de margem inicial serão sujeitos a uma implementação faseada até 1 de setembro de 2021. No entanto, foram publicadas alterações legislativas em 17 de fevereiro de 2021 que, entre outras, prolongarão os prazos até 2022. Ao abrigo do Artigo 31 do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, uma entidade da UE pode decidir não realizar a troca de margem com contrapartes em algumas jurisdições de não compensação, desde que determinados requisitos sejam cumpridos. Nos termos do artigo 11.º, n.os 5 a 10, do regulamento EMIR, as autoridades competentes estão autorizadas a isentar transações intragrupo da obrigação de declaração de margens, desde que sejam cumpridos determinados requisitos. Embora alguns desses requisitos sejam iguais às isenções de compensação do regulamento EMIR (consultar acima), existem requisitos adicionais como, por exemplo, a ausência de qualquer impedimento prático ou jurídico atual ou previsto para a pronta transferência dos fundos ou o reembolso de passivos entre contrapartes intragrupo. O Banco irá recorrer a esta isenção. O Banco pediu com sucesso a isenção de garantia para algumas das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2020, o Banco obteve isenções intragrupo da obrigação de garantia do regulamento EMIR para várias relações intragrupo bilaterais, as quais foram publicadas em <https://www.db.com/company/en/intra-group-exemptions--margining.htm>. Para as subsidiárias de países terceiros, a isenção intragrupo está atualmente limitada até 21 de dezembro de 2020, ou quatro meses após a publicação de uma decisão de equivalência pela Comissão da UE, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do EMIR, a menos que, no caso de ser aplicável uma decisão de equivalência, seja efetuado e concedido um pedido de isenção de acompanhamento. As alterações legislativas pendentes acima mencionadas prorrogam esse prazo até 30 de junho de 2022, mas a reaplicação será também necessária para países terceiros sem decisão de equivalência. Para algumas relações intragrupo adicionais, a isenção relativa a margens do regulamento EMIR poderá ser utilizada com base no Artigo 11 (5) do EMIR, ou seja, sem a necessidade de qualquer pedido, uma vez que ambas as entidades estão estabelecidas no mesmo Estado-Membro da UE. Devido ao "Brexit", o estado das entidades intragrupo incluída na lista publicada irá mudar de uma entidade da UE para uma entidade de um país terceiro. Essa entidade foi retirada da lista de isenção em 31 de dezembro de 2020 e, por enquanto, não será utilizada qualquer isenção de margem. Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. Também celebramos contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas em alguns acordos podem também aplicar-se apenas a nós. No âmbito da nossa abordagem aos testes de esforço em termos de risco de liquidez analisamos e monitorizamos de forma contínua as nossas potenciais obrigações de pagamento contingentes decorrentes de uma redução da notação de crédito. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da nossa notação de crédito.

#### Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantidos e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. Utilizamos várias ferramentas e indicadores para monitorizar as nossas atividades de redução do risco de crédito.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

## Gestão de risco de crédito ao nível da carteira

A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A nossa estrutura de gestão da carteira integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da nossa carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

### Gestão de risco de setor de atividade

Para gerir o risco setorial, agrupámos as nossas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. As carteiras são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar de acordo com a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. As revisões destacam a evolução do setor e os riscos para a nossa carteira de crédito, examinam os riscos de concentração transversais, avaliam o perfil de risco/retorno e incorporam os resultados de um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Finalmente, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito para a carteira em questão.

No nosso quadro de limite industrial, os limiares são estabelecidos para limites de crédito para contrapartes na subcarteira de cada indústria. Para efeitos de gestão do risco, a agregação de limites entre setores industriais segue uma visão interna de risco que não tem de ser congruente com a visão baseada no código NACE (Nomenclature des Activités Economiques dans la Communauté Européenne) aplicada noutros pontos do presente relatório. São preparados resumos regulares para que o Comité de Risco da Sociedade discuta os desenvolvimentos recentes e acorde ações quando necessário.

Além do risco de crédito, o nosso quadro de risco setorial inclui limites para posições de crédito negociadas, enquanto os principais riscos não financeiros são monitorizados de perto.

### Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional é uma parte integrante do nosso quadro de gestão do risco de crédito. Para o conseguir, os limiares do risco de país são aplicados aos mercados emergentes, bem como a países selecionados de mercados desenvolvidos (com base em notações do risco de país internas). Os Mercados Emergentes estão divididos em regiões. Tal como acontece para o risco setorial, as carteiras são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar de acordo com a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. Estas revisões avaliam as principais evoluções e perspetivas macroeconómicas, examinam a composição das carteiras e os riscos de concentração transversais e analisam o perfil de risco/retorno da carteira. Com base neste cenário, são definidas a apetência pelo risco do país e estratégias.

No nosso quadro de limites de risco do país, os limites são definidos para exposições a risco de crédito da contraparte num determinado país, com vista a gerir o risco de crédito agregado sujeito a eventos económicos e políticos específicos dos países. Estes limiares abrangem as exposições a entidades constituídas localmente, incluindo subsidiárias de sociedades multinacionais estrangeiras, bem como empresas com uma dependência económica ou operacional significativa de um país específico, embora sejam constituídas externamente. Além disso, os limites do risco de diferenças são definidos para controlar o risco de perdas devido a uma exposição a risco de correlação desfavorável no país. Como tal, para efeitos de gestão do risco, a agregação de exposições entre países segue uma visão de risco interna que pode diferir da visão da exposição geográfica aplicada noutro ponto do presente relatório. Para além do risco de crédito, o nosso quadro de risco de país inclui limiares para posições de negociação em mercados emergentes e mercados desenvolvidos seletivos que medem o valor de mercado agregado das posições de risco de crédito negociadas. Para mercados emergentes, são também definidos limiares para medir o impacto dos resultados em cenários de esforço específicos por país nas posições de negociação em toda a carteira do Banco. São ainda definidos limites para posições de capital e exposição de financiamento intragrupo de entidades do Deutsche Bank nos países supramencionados devido ao risco de transferência inerente nestas posições transfronteiriças. Os principais riscos não financeiros são monitorizados de perto. As nossas notações de risco de país representam um instrumento fundamental da gestão do risco de país. Estes incluem:

- Notação soberana (definida e gerida pela ERM): Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira.
- Notação de risco de transferência (definida e gerida pela ERM): Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta.

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos, anualmente.

### Gestão do risco específico de produtos/classe de ativos

Em complemento da nossa abordagem do risco de contraparte, de setor e de país, estamos atentos a concentrações de risco específico de produtos/classe de ativos e definimos limites ou limiares, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. São definidos limites de riscos específicos, em particular se uma concentração de transações de um tipo específico puder resultar em perdas significativas em determinadas condições. Neste sentido, as perdas correlacionadas podem decorrer de perturbações do funcionamento dos mercados financeiros, de variações significativas dos parâmetros de mercado a que o respetivo produto é sensível, de cenários macroeconómicos de incumprimento ou de outros fatores. Centramo-nos especificamente nas transações com riscos de subscrição em que subscrevemos compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem o compromisso de fornecer empréstimos bancários para sindicância no mercado de capitais de dívida e empréstimos intercalares para a emissão de títulos. Os riscos inerentes de não ser bem-sucedido na distribuição das facilidades ou na colocação das notas incluem um atraso na distribuição, o financiamento de empréstimos subjacentes, bem como um risco na definição de preços, uma vez que alguns compromissos de subscrição estão adicionalmente expostos ao risco de mercado sob a forma de spreads de crédito alargados. Sempre que aplicável, cobrimos dinamicamente este risco de spread de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Uma importante classe de ativos, na qual o Deutsche Bank está ativo em termos de subscrição, consiste nos empréstimos de alavancagem, os quais são principalmente executados através da nossa divisão de Leveraged Debt Capital Markets (LDCM). O modelo de negócio consiste numa abordagem focada em comissões à distribuição de compromissos de subscrição, principalmente sem financiamento, no mercado de capitais. Os riscos supra referidos relativos à distribuição e ao movimento de spreads de crédito aplicam-se a esta divisão. No entanto, são geridos com base num conjunto específico de limites nocionais e de risco de mercado. Estes últimos requerem que o negócio também garanta a cobertura das subscrições face a oscilações do mercado. O modelo baseado em comissões da nossa divisão LDCM inclui uma abordagem restritiva às concentrações de risco de nome individual retidas no balanço do Deutsche Bank, o que resulta numa carteira global diversificada sem quaisquer concentração de materiais. A carteira no balanço a longo prazo resultante é também sujeita a um limite de crédito completo e a um quadro de cobertura.

O Deutsche Bank também assume risco de subscrição no que diz respeito a empréstimos de imóveis comerciais (CRE), principalmente na divisão de CRE do Investment Bank, onde os empréstimos podem ter origem com a intenção de titularizar nos mercados de capitais ou de syndicar a outros credores. Os riscos de subscrição inerentes acima mencionados, tais como o atraso na distribuição e o risco de definição de preços, são geridos através de limites nocionais, limites de risco de mercado e de cobertura contra o risco de deslocações do mercado.

Além do risco de subscrição, centramo-nos também na concentração de transações com dinâmicas de risco específicas (incluindo risco para imóveis comerciais e risco de posições de titularização).

Além disso, o DB define a sua apetência pelo risco por divisão, classe de ativos (produto) e nível de divisão. Adicionalmente, os nossos negócios do PB e alguns negócios do CB são geridos através de estratégias específicas de produtos que definem a nossa apetência pelo risco relativamente a carteiras suficientemente homogêneas, tais como carteiras de retalho de créditos hipotecários e de consumo, bem como de produtos para clientes empresariais. Neste caso, as análises de risco são realizadas ao nível da carteira. A análise para clientes individuais é de importância secundária. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global em produtos, bem como baseados no tipo e na liquidez da garantia.

## Gestão do risco de mercado

### Quadro do risco de mercado

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos spreads de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado. O risco de mercado pode afetar as opiniões contabilísticas, económicas e regulamentares da nossa exposição.

A Gestão do Risco de Mercado faz parte da nossa função de risco independente e está localizada dentro do grupo da Gestão do Risco de Mercado e Avaliações. Um dos principais objetivos da Gestão do Risco de Mercado é garantir que a exposição ao risco das nossas unidades de negócio se encontra dentro dos limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado e de facilitação a clientes das Divisões do Investment Bank e do Corporate Bank. Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
- O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação.
- O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de spread de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o nosso risco de mercado. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as unidades de negócio.

## Medição do risco de mercado

Temos o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que incorporam considerações contabilísticas, económicas e regulamentares.

Medimos os riscos do mercado através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

## Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de apetência pelo risco, no qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global às nossas divisões corporativas e às suas unidades de negócio individuais, com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. Dispomos igualmente de direções da área de negócio alinhadas na gestão do risco de mercado que estabelecem limites de áreas de negócio, atribuindo o limite a carteiras individuais, regiões geográficas e tipos de riscos de mercado.

Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar importante da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Além disso, são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, exposição, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de evento, tomando em consideração planos de negócio e a avaliação do risco em relação à rentabilidade.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente, consoante o instrumento de gestão do risco utilizado.

## Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

### Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não deverá ser excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos, com base numa abordagem de Monte Carlo baseada na sensibilidade. Em outubro de 2020, o BCE aprovou uma alteração significativa ao nosso modelo VaR, agora uma abordagem de simulação histórica utilizando predominantemente a reavaliação completa, embora algumas carteiras permaneçam numa abordagem baseada na sensibilidade. A nova abordagem é utilizada tanto para a gestão do risco como para os requisitos de capital.

A nova abordagem proporciona uma modelização mais precisa dos nossos riscos, melhora as nossas capacidades de análise e proporciona uma ferramenta mais eficaz para a gestão do risco. Para além de permitir uma visão mais precisa do risco de mercado, a implementação do VaR de simulação histórica levou a um alinhamento ainda mais próximo dos nossos sistemas e modelos de risco de mercado com o nosso preço de fim de dia.

O VaR de gestão do risco é calibrado a um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para efeitos de capital regulamentar, o nosso modelo VaR é calibrado a um intervalo de confiança de 99% e um período de carência de dez dias.

O cálculo utiliza uma técnica de simulação histórica que utiliza um ano de dados históricos de mercado como dados de cálculo e correlações observadas entre os fatores de risco durante este período de um ano.

O nosso modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de swap/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são também considerados no cálculo do VaR. A lista de fatores de risco incluída no modelo VaR é revista regularmente e melhorada como parte das avaliações de desempenho do modelo em curso.

O modelo incorpora tanto os impactos lineares como, especialmente para os derivados, os impactos não lineares predominantemente através de uma abordagem de reavaliação completa, mas também utiliza uma abordagem baseada na sensibilidade para determinadas carteiras. A abordagem de reavaliação completa utiliza as alterações históricas aos fatores de risco como dados para as funções de preços. Embora esta abordagem seja dispendiosa em termos de cálculo, dá uma visão mais precisa do risco de mercado para posições não lineares, especialmente em cenários de esforço. A abordagem baseada na sensibilidade utiliza sensibilidades para fatores de risco subjacentes, em combinação com alterações históricas desses fatores de risco.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de spread de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O VaR permite-nos aplicar uma medida consistente a todas as nossas exposições ao valor justo. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar resultados de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação "retrospectiva" pode fazer com que o VaR subestime potenciais perdas futuras (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar imediatamente após um período de esforço significativo (como na pandemia da COVID-19).
- O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99.
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia.
- Podem existir riscos na carteira de negociação ou bancária que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do VaR.

O nosso processo de captar e avaliar sistematicamente os riscos atualmente não captados no nosso modelo do VaR foi desenvolvido e melhorado. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no nosso modelo interno. Os riscos não incluídos no VaR são monitorizados e avaliados regularmente, através do nosso quadro Risco não incluído no VaR (RNIV). Este quadro também foi submetido a uma revisão significativa em 2020. Tal inclui o alinhamento das metodologias com a abordagem de simulação histórica que, por sua vez, produz uma estimativa mais precisa da contribuição destes elementos em falta e da sua potencial capitalização.

Estamos empenhados no desenvolvimento contínuo dos nossos modelos de risco internos e afetamos recursos substanciais à sua revisão, validação e melhoria.



## Valor em risco em situação de esforço

O valor em risco em situação de esforço (SVaR) calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. Calculamos uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando um nível de confiança de 99%. O VaR em esforço é calculado com um período de carência de dez dias. O nosso cálculo do SVaR utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos e as correlações observadas de um período de esforço financeiro significativo (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da simulação do histórico.

O processo de seleção da moldura temporal para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na identificação de uma moldura temporal caracterizada por elevados níveis de volatilidade nos contribuintes de topo para o valor em risco. A moldura temporal identificada é, em seguida, validada através da comparação de resultados de SVaR com molduras contíguas, utilizando a carteira completa do Grupo.

No âmbito do modelo de simulação do histórico introduzido no quarto trimestre de 2020, o cálculo de capital do VaR foi superior ao do VaR em esforço, o que conduziria normalmente a uma alteração na janela de tempo utilizada para o VaR em esforço. Seguindo orientações dos nossos reguladores, a avaliação desta janela de período de esforço foi adiada até 2021, uma vez que o atual VaR já se baseia neste período de mais esforço causado pela COVID-19.

## Requisitos de capital para riscos adicionais

Os requisitos de capital para riscos adicionais captam os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. Utilizamos uma simulação de Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira ao longo de um horizonte de capital de um ano sob uma abordagem de posição constante e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo um abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação, a maturidade, as notações com as correspondentes probabilidades de incumprimento e de migração e parâmetros que especificam correlações de emitentes.

## Método padrão do risco de mercado

O Método Padrão do Risco de Mercado ("MRSa") é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade.

## Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos (testes de esforço da carteira, testes de esforço específicos individuais e cenários de risco de evento), contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo. Estes testes de esforço abrangem um vasto conjunto de gravidades concebidas para testar a estabilidade dos ganhos e a adequação de capital do banco.

## Capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação (TMR EC)

O nosso modelo de capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação – VaR sob esforço com base em EC (SVaR com base em EC) – engloba dois componentes, a componente do "risco comum" que abrange os impulsionadores de risco em todos os negócios e a componente do "risco específico ao negócio", o que enriquece o Risco comum através de um conjunto de Testes de esforço específicos ao negócio (BSST). As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados. O risco comum é calculado utilizando uma versão aumentada do quadro SVaR, enquanto os BSST estão concebidos para captar os riscos mais diretamente relacionados com o produto/negócio (por exemplo, riscos de base complexa), bem como riscos superiores que não são captados no componente de risco comum. A CE baseada no SVaR utiliza o quadro de SVaR Monte Carlo.

## Capital económico do risco de incumprimento negociado (TDR EC)

O TDR EC capta as exposições a crédito relevantes nas nossas carteiras de negociação e bancárias ao justo valor. As exposições da carteira de negociação são monitorizadas através de MRM, por meio de limiares de concentração de título único e de carteira que têm por base a notação, a dimensão e a liquidez. Estabelecem-se limiares à concentração de risco num único título para duas métricas fundamentais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação (RR) atual e o Valor de mercado (MV) equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

## Relatórios de risco de mercado relacionado com a negociação

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comitês de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comitês de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Além disso, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a utilização de limites para cada proprietário do negócio.

## Valorização prudente regulamentar de ativos executados pelo justo valor

Determinámos o montante do valor de ajuste adicional com base na metodologia definida no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/101, incluindo a alteração através do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2020/866 que prevê a aplicação de um fator de agregação revisto durante a extrema volatilidade do mercado devido à pandemia da COVID-19 até 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante do valor do ajuste adicional era de 1,4 mil milhões de euros. O montante de 31 de dezembro de 2019 era de 1,7 mil milhões de euros. O impacto do fator de agregação revisto em 31 de dezembro de 2020 era de 0,5 mil milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2020, a redução da perda esperada decorrente da subtração do valor do ajuste adicional era de 121 milhões de euros, o que mitigou parcialmente o impacto negativo do valor de ajuste adicional no nosso capital CET 1.

## Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades fora das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária, e de algumas rubricas extrapatrimoniais, e de considerações sobre o diferente tratamento contabilístico das transações. Os fatores de risco de mercado significativos a que o Grupo está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

- O risco de taxa de juro (incluindo o risco da opcionalidade integrada e as alterações dos padrões comportamentais para certos tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).
- Os riscos de mercados de rubricas extrapatrimoniais, tais como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

Quanto aos riscos de mercado relacionados com a negociação, o nosso quadro de apetência pelo risco e limite também é aplicado para gerir a nossa exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação. A nível do grupo, as que são captadas pelo Conselho de Administração estabelecem limites para as exposições de captura de capital económico de risco de mercado a todos os riscos de mercado em todas as classes de ativos, bem como os limites baseados nos ganhos e no valor económico para o risco de taxa de juro nas carteiras bancárias. Esses limites são em cascata por gestão do risco de mercado até ao nível das divisões ou da carteira. O quadro-limite para a exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação é ainda complementado por um conjunto de testes de esforço específicos do negócio, limites de valor em risco e sensibilidade monitorizados diariamente ou mensalmente, dependendo da medida de risco utilizada.

## Risco de taxa de juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) é o risco atual ou potencial, quer para o capital quer para os ganhos do Grupo, resultante de várias variações nas taxas de juro, que afetam as exposições da carteira bancária do Grupo. Este inclui risco de diferenças que resulta da estrutura temporal dos instrumentos da carteira bancária, risco de base que descreve o impacto de alterações relativas nas taxas de juro para instrumentos financeiros cujo preço é estabelecido utilizando diferentes curvas de taxa de juro, bem como risco de opção que resulta de posições em derivados de opções ou de elementos opcionais incorporados em instrumentos financeiros.

O Grupo gere as respetivas exposições ao IRRBB utilizando o valor económico e medidas baseadas nos lucros. A função de Tesouraria do Grupo está incumbida de gerir centralmente o risco de taxa de juro, com a Gestão do risco de mercado a agir como função de supervisão independente.

As medidas baseadas no valor económico analisam a alteração no valor económico da carteira bancária de ativos, passivos e exposições extrapatrimoniais resultante de variações nas taxas de juro, independentemente do tratamento contabilístico. Assim, o Grupo mede a alteração no valor económico de capital ( $\Delta$ EVE) como a diminuição máxima do valor económico da carteira bancária no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela autoridade bancária europeia (EBA), além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco.

As medidas baseadas nos lucros analisam a alteração esperada no rendimento de juros líquido (NII) resultante dos movimentos das taxas de juro ao longo de um horizonte temporal definido, em comparação com um cenário de referência definido. Por conseguinte, o Grupo mede o  $\Delta$ NII como a redução máxima no NII no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela autoridade bancária europeia (EBA), além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco, em comparação com um cenário de curva de mercado implícito, ao longo de um período de 12 meses.

O Grupo emprega técnicas de mitigação para cobrir o risco de taxa de juro decorrente de posições não relacionadas com a negociação dentro de determinados limites. A taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação é gerida através dos mercados e investimentos de tesouraria. As posições de risco de taxa de juro residuais são cobertas pelas carteiras de negociação do Deutsche Bank na divisão IB. O tratamento do risco de taxa de juro nas nossas carteiras de negociação e a aplicação do modelo de valor em risco são abordados na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação" deste documento.

As posições nas nossas carteiras bancárias e as coberturas descritas no parágrafo suprarreferido cumprem os princípios contabilísticos conforme detalhados na secção "Notas para as demonstrações financeiras consolidadas" do presente documento.

A função de gestão do risco do modelo realiza uma validação independente de modelos utilizados para a medição do IRRBB, consoante todos os modelos de risco de mercado, em consonância com o quadro de governação do risco ao nível do grupo do Deutsche Bank.

O cálculo do VaR e das sensibilidades do risco de taxa de juro é realizado diariamente, ao passo que a medição e o reporte da taxa de juro de valor económico e o risco dos ganhos são realizados mensalmente. O Grupo utiliza, geralmente, os mesmos indicadores nos sistemas de gestão internos aplicáveis às divulgações no presente relatório. Tal aplica-se quer à metodologia quer aos pressupostos de modelação utilizados no cálculo dos indicadores.

Os pressupostos-chave de modelação do Deutsche Bank aplicam-se às posições nas nossas divisões PB e CB. Essas posições estão sujeitas a risco de alterações no comportamento dos clientes relativamente aos respetivos depósitos, bem como a produtos de crédito.

O Grupo gere a exposição ao risco de taxa de juro dos depósitos sem prazo de vencimento (NMD) através de uma abordagem de carteira de replicação para determinar a maturidade média de fixação de novos preços da carteira. Para efeitos de criação da carteira de replicação, a carteira de NMD é agregada por dimensões tais como a divisão, a divisa, o produto e a localização geográfica. As principais dimensões que influenciam a maturidade de fixação de novos preços são a elasticidade das taxas de depósito face a taxas de juro do mercado, a volatilidade dos saldos dos depósitos e o comportamento observável do cliente. Para o período de relato, a maturidade média de fixação de novos preços atribuída em todas essas carteiras de replicação é de 2,14 anos, utilizando o Deutsche Bank 15 anos como a maturidade de fixação de novos preços mais longa.

Nos produtos de crédito e em alguns dos produtos de depósito a prazo, o Deutsche Bank considera o comportamento de pré-pagamento/retirada antecipado dos seus clientes. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas.

Além disso, o Grupo geralmente calcula os indicadores relacionados com o IRRBB nas divisas contratuais e agrega os indicadores resultantes para efeitos de relato. Ao calcular os indicadores baseados no valor económico, a margem comercial é excluída para os componentes materiais do balanço.

## Risco de spread de crédito na carteira bancária

O Deutsche Bank está exposto a risco de spread de crédito de obrigações detidas na carteira bancária, principalmente como parte da carteira de reservas de liquidez da Tesouraria. O risco de spread de crédito na carteira bancária é gerido pelos negócios, com a Gestão do Risco de Mercado a agir como função de supervisão independente, assegurando que a exposição está dentro da apetência pelo risco aprovada. Esta categoria de risco está estreitamente associada ao risco de taxa de juro na carteira bancária, uma vez que as alterações na qualidade creditícia aparente de instrumentos individuais podem resultar em flutuações nos spreads relativos às taxas de juro subjacentes. O cálculo das sensibilidades do spread de crédito e do valor em risco para a exposição ao spread de crédito é, em geral, realizado diariamente, sendo a medição e a comunicação de capital económico e os testes de esforço realizados mensalmente.

## Risco cambial

O risco cambial decorre das nossas posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, que são expressas em divisas distintas da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação da divisão do IB, sendo conseqüentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma divisa, para que apenas subsista um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e comunicação geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial não relacionado com a negociação está relacionada com a exposição cambial estrutural não coberta, sobretudo nas nossas entidades nos EUA, Reino Unido e China. A exposição cambial estrutural decorre de capital local (incluindo lucros não distribuídos) detidos nas subsidiárias e agências consolidadas do Grupo e de investimentos contabilizados como capital. As alterações nas taxas cambiais das divisas funcionais subjacentes são registadas como ajustes de conversão cambial (CTA).

A gestão da nossa exposição cambial estrutural tem por principal objetivo estabilizar rácios de capitais consolidados face aos efeitos das flutuações das taxas de câmbio. Por conseguinte, a exposição mantém-se sem cobertura ou com cobertura parcial relativamente a uma série de divisas com montantes consideráveis de ativos ponderados pelo risco denominados nessa divisa, de modo a evitar a volatilidade do rácio de capital da entidade específica e do Grupo em geral.

## Risco de capital e de investimento

O risco de capital não relacionado com a negociação que decorre predominantemente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária e dos nossos planos de remuneração em capital.

As nossas participações de investimento de capital não consolidadas na carteira bancária são categorizadas em ativos de investimento estratégicos e alternativos. Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a nossa franquia de negócio e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os principais investimentos são investimentos diretos em capital privado, imobiliário, capital de risco, fundos de cobertura ou fundos mutualistas, ao passo que os ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários são de natureza não estratégica.

As propostas de investimento para investimentos estratégicos, bem como a monitorização dos progressos e do desempenho em relação a objetivos assumidos são avaliadas pelo Comité de Investimentos do Grupo. Consoante a sua dimensão, os investimentos estratégicos podem exigir a aprovação do Comité de Investimentos do Grupo, do Conselho de Administração ou do Conselho de Fiscalização.

CRM Investimentos em capital é responsável pela governação e monitorização relacionadas com o risco das nossas atividades de ativos alternativos. A revisão dos compromissos de investimento em capital novos ou aumentados é tarefa do Grupo de Aprovação do Compromisso de Investimento em capital (PICAG), criado pelo Comité de Risco Empresarial (ERC) como fórum de gestão do risco para investimentos de ativos alternativos. O PICAG aprova os investimentos sob a sua autoridade ou recomenda decisões acima da sua autoridade ao Conselho de Administração para aprovação. O Conselho de Administração também fixa limites de investimento para divisões e várias carteiras de risco, mediante recomendação do ERC.

As participações de investimentos de capital são incluídas em testes de esforço regulares a nível do grupo e nos cálculos mensais de capital económico de risco de mercado.

## Risco de pensões

Estamos expostos a risco de mercado de um conjunto de planos de pensões de prestação definida para colaboradores atuais e antigos. A capacidade dos planos de pensões para cumprir os pagamentos de pensões previstos é mantida através de investimentos e de contribuições permanentes para os planos. O risco de mercado resulta de um potencial decréscimo do valor de mercado dos ativos ou de um aumento do passivo de cada um dos planos de pensões. Gestão do risco de mercado monitoriza e relata todos os riscos de mercado em termos de ativos e passivos dos nossos planos de pensões de prestação definida, incluindo o risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de spread de crédito, risco de capital e risco de longevidade. Globalmente, o Grupo procura minimizar o impacto dos movimentos de mercado adversos em métricas financeiras chave, com o principal objetivo de proteger o estado dos fundos constituídos do IFRS. No entanto, em mercados selecionados, o objetivo consiste em equilibrar as métricas financeiras chave de concorrência. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comités de investimento. Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Banco pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo (LDI). Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes.

Para obter detalhes sobre a nossa obrigação com benefícios definidos, consulte a Nota 33 "Benefícios de colaboradores" na secção "Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas".

## Outros riscos na carteira bancária

Os riscos de mercado do nosso negócio de Asset Management resultam sobretudo de fundos ou contas de capital garantidos e ainda de coinvestimentos nos nossos fundos.

## Capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação é calculado através da aplicação da metodologia padrão de capital económico do risco de mercado negociado ou através da utilização de modelos de risco de mercado não negociado específicos de cada classe de risco e que consideram, entre outros fatores, movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

## Gestão do risco operacional

### Quadro de gestão do risco operacional

O Deutsche Bank aplica a definição de risco operacional do conjunto único de regras da Autoridade Bancária Europeia: Por risco operacional entende-se o risco de perdas decorrentes de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos. O risco operacional inclui riscos jurídicos, mas exclui riscos de negócio e de reputação, e está incorporado em todos os produtos e atividades bancários" O risco operacional forma um subconjunto dos riscos não financeiros do banco (NFR).

A apetência pelo risco operacional do Deutsche Bank estabelece a quantidade de risco operacional que estamos dispostos a aceitar em consequência da nossa atividade. Assumimos riscos operacionais conscientemente, quer a nível estratégico, quer nos negócios diários. Embora o banco não tenha qualquer apetência por determinados tipos de eventos de risco operacional (tais como violações de leis ou regulamentos e conduta imprópria), noutras casos, uma determinada quantidade de risco operacional tem de ser aceite se o banco pretender alcançar os seus objetivos de negócio. No caso de o risco residual ser avaliado como estando fora da nossa apetência pelo risco, têm de ser tomadas medidas de redução do risco, incluindo a reparação dos riscos, o seguro dos riscos e a cessação da atividade.

O quadro de gestão do risco operacional (ORMF) é um conjunto de ferramentas e processos interrelacionados que são utilizados para identificar, avaliar, medir, monitorizar e mitigar os riscos operacionais do banco. As suas componentes foram concebidas para funcionar em conjunto de modo a proporcionar uma abordagem exaustiva mas com base no risco à gestão da maioria dos riscos operacionais materiais do banco. As componentes do ORMF incluem a abordagem do Grupo para definir a apetência pelo risco operacional e cumpri-la, o tipo de risco operacional e taxonomias de controlo, os padrões mínimos para processos de gestão do risco operacional, incluindo ferramentas e o modelo de capital de risco operacional do banco.

## Estrutura organizativa e de governo

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das nossas divisões e cargos da infraestrutura, onde estes riscos são gerados, o Quadro de Gestão do Risco Não Financeiro (NFRM) supervisiona a gestão do risco operacional ao nível do Grupo, identifica e comunica concentrações de risco e promove uma aplicação coerente do ORMF em todo o banco. O NFRM faz parte da função de risco do Grupo, o Diretor de Risco, dirigida pelo Diretor de Risco.

O Diretor de Risco nomeia o diretor do NFRM, responsável pela conceção, supervisão e manutenção de um ORMF do Grupo eficaz, eficiente e conforme às regulamentações, incluindo o modelo de capital de risco operacional. O diretor da NFRM monitoriza e desafia a implementação do ORMF a nível do Grupo, além de monitorizar os níveis de risco globais face à apetência pelo risco operacional do banco.

O Comité de Risco Não Financeiro ("NFRM"), presidido pelo Diretor de Risco, é responsável pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco operacional no Grupo, em nome do Conselho de Administração, através do estabelecimento de uma perspetiva transversal ao risco dos riscos operacionais do Grupo. As suas funções de tomada de decisões incluem a análise, aconselhamento e gestão de todas as questões de risco operacional que possam ter impacto no perfil de risco das nossas divisões e cargos da infraestrutura. Vários subfóruns com participantes com uma função de supervisão e alinhamento da 1.ª e da 2.ª LoD apoiam o NFRM para cumprir eficazmente o respetivo mandato. Adicionalmente ao NFRM ao nível do Grupo, as divisões estabeleceram fóruns de NFR da 1.ª LoD para a supervisão e gestão do risco operacional nos vários níveis da organização.

A governação dos nossos riscos operacionais segue a abordagem de três linhas de defesa (3LoD) do banco para gerir todos os seus riscos, quer sejam financeiros ou não financeiros. O ORMF estabelece os padrões de governação do risco operacional, incluindo as funções centrais da 1.ª e 2.ª LoD e as respetivas responsabilidades, para assegurar uma gestão de risco eficaz e uma contestação independente apropriada:

Requisitos do risco operacional para a primeira linha de defesa (1.ª LoD): Os proprietários do risco, como 1.ª LoD, têm total responsabilidade pelos seus riscos operacionais e efetuam a respetiva gestão face a uma apetência pelo risco específica definida.

Os proprietários do risco operacional são as funções do banco cujas atividades geram – ou estão expostas a – riscos operacionais. Enquanto diretores de divisões e cargos da infraestrutura, eles determinam a estrutura organizacional adequada para identificar o perfil de risco operacional, gerir ativamente estes riscos na sua organização, tomar decisões de negócio quanto à mitigação ou aceitação de riscos operacionais para garantir que estes se mantêm dentro da apetência pelo risco e estabelecer e manter os controlos da 1.ª LoD.

Requisitos do risco operacional para a segunda linha de defesa (2.ª LoD): Os Controladores do Tipo de Risco (RTC) atuam como as funções de controlo da 2.ª LoD para todos os tipos de subrisco sob o tipo de risco principal "risco operacional".

Os RTC estabelecem o quadro e definem as declarações de apetência pelo risco ao nível do Grupo para o tipo de risco operacional específico que supervisionam. Os RTC definem os padrões mínimos de controlo e gestão do risco e supervisionam e contestam de forma independente a implementação destas normas por parte dos proprietários do risco nos seus processos diários, bem como as suas atividades de assunção e gestão do risco. Os RTC oferecem supervisão do risco operacional e preparam relatórios de perfis de tipo de risco. Os RTC monitorizam o perfil do tipo de risco face à apetência pelo risco e têm direito de veto nas decisões de risco que levam a violações previsíveis da apetência pelo risco. Como especialistas em tipos de risco, os RTC definem o tipo de risco e a sua taxonomia e apoiam e facilitam a implementação do quadro do tipo de risco na 1.ª LoD. Para manter a sua independência, as funções de RTC estão localizadas apenas nas funções de infraestrutura.

Os requisitos do risco operacional para a NFRM como o RTC para o tipo de risco principal "risco operacional": Como função de RTC / controlo de risco para o risco operacional, a NFRM estabelece e mantém o ORMF abrangente e determina o nível adequado de capital para sustentar o risco operacional do Grupo.

- Enquanto função de controlo de riscos da 2.ª linha de defesa, o NFRM define a abordagem do banco à apetência pelo risco operacional e monitoriza o seu cumprimento, eventuais violações e as respetivas consequências. O NFRM é responsável pela análise e a contestação independente das avaliações de risco e controlo e das atividades de gestão do risco da 1.ª LoD relacionadas com o perfil holístico de risco operacional de uma unidade (enquanto os SRT monitoram e contestam atividades relacionadas com os seus tipos de risco específicos). O NFRM fornece a supervisão de planos de mitigação de risco e controlo para garantir o regresso do risco operacional do banco à respetiva apetência pelo risco, quando necessário. Também estabelece e reporta regularmente o perfil do risco operacional e os principais riscos operacionais do banco, ou seja, os principais riscos operacionais do banco que estão fora da apetência pelo risco.

- Como especialista na matéria para risco operacional, a NFRM fornece perspectivas de risco independentes para facilitar a gestão relacionada com o futuro de riscos operacionais, envolve-se ativamente com os proprietários do risco (1.<sup>a</sup> linha de defesa) e facilita a implementação de padrões de gestão e controlo do risco em todo o banco.
- O NFRM é responsável pela conceção, implementação e manutenção da abordagem para determinar o nível adequado de capital necessário para o risco operacional, para recomendação ao Conselho de Administração. Isto inclui o cálculo e a atribuição da procura de capital de risco operacional e das perdas esperadas nos termos da Estratégia de medição avançada (AMA).

## Gestão do nosso risco operacional

A fim de gerir o vasto leque de tipos de subriscos subjacentes ao risco operacional, o ORMF fornece um conjunto de ferramentas e processos que se aplicam a todos os tipos de risco operacional em todo o banco. Estas ferramentas e processos permitem-nos determinar o nosso perfil de risco operacional em relação à nossa apetência pelo risco para o risco operacional, bem como identificar sistematicamente questões e concentrações de risco operacional de modo a definir medidas e prioridades de atenuação do risco.

Em 2020, melhorámos ainda mais a gestão dos riscos operacionais, integrando e simplificando os nossos processos de gestão do risco, promovendo um diálogo ativo e contínuo entre a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> LoD sobre riscos operacionais, reforçando os nossos controlos e tornando a gestão dos riscos operacionais mais transparente, relevante e integrada nas decisões do dia-a-dia do negócio:

Recolha de dados de perdas: Recolhemos, categorizamos e analisamos, em tempo útil, dados relativos aos eventos de risco operacional externos (com um impacto na demonstração de resultados  $\geq 10.000$  €). Os eventos materiais de risco operacional levam a ensinamentos retirados bem definidos e análises de comparação, os quais são realizados em estreita colaboração entre parceiros de negócio, controlo do risco e outras funções de infraestrutura. As avaliações dos ensinamentos retirados analisam os motivos dos eventos importantes de risco operacional, identificam as respetivas causas principais e documentam as medidas de correção adequadas para reduzir a probabilidade da respetiva recorrência. As análises de comparação têm em conta as conclusões do processo de ensinamentos retirados e procuram analisar a existência noutras áreas do banco, mesmo que ainda não tenham resultado em problemas, de riscos semelhantes e deficiências no controlo identificados numa análise de ensinamentos retirados. Tal permite que sejam tomadas medidas de prevenção. Em 2020, simplificámos ainda mais os processos de gestão de eventos integrando a revisão de eventos externos no nosso quadro de análise de cenários e demos continuidade ao desenvolvimento de uma nova plataforma de gestão de eventos, de fácil utilização.

Complementamos o nosso perfil de risco operacional usando um conjunto de cenários, incluindo cenários internos e eventos relevantes de risco operacional externo fornecidos por uma base de dados do setor. Utilizamos, deste modo, sistematicamente informações sobre eventos externos que ocorrem no setor para reduzir a probabilidade de incidentes similares ocorrerem connosco, por exemplo, através de análises exaustivas específicas ou de revisões do perfil de risco. Em 2020, implementamos uma abordagem redesenhada para integrar mais de perto a análise de cenários nos processos diários de gestão do risco. A análise de cenários desempenhou um papel importante na avaliação dos impactos da pandemia da COVID-19 no nosso ambiente operacional e ajudou-nos a preparar decisões adequadas de gestão de crises.

O processo de avaliação e controlo do risco (RCA) é composto por várias avaliações ascendentes dos riscos gerados pelas unidades de negócio e cargos da infraestrutura (1.<sup>a</sup> linha de defesa), pela eficiência dos controlos implementados para a respetiva gestão e pelas medidas de correção necessárias para colocar os riscos fora da apetência pelo risco de volta na apetência pelo risco. Tal permite que a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> LoD tenham uma visão clara dos riscos operacionais importantes do banco. Em 2020, começamos a implementar uma abordagem ao RCA baseada no desencadeamento dinâmico para permitir que as alterações de risco sejam refletidas ao longo do ano, proporcionando assim um perfil de risco mais real para a organização. Para apoiar esta abordagem dinâmica, melhoramos as nossas capacidades de comunicação para uma maior transparência da informação e reforçamos a utilização de dados contextuais de NFR (por exemplo, dados de garantia de cenários ou controlos) para informar as avaliações. Melhoramos ainda mais o inventário central de controlo do banco e introduzimos o planeamento de controlo baseado no risco em ambas as funções de 1.<sup>a</sup> LoD e 2.<sup>a</sup> LoD para um subconjunto de tipos de risco. Isto melhora a transparência das atividades de garantia de controlo em vários níveis do banco e fornece informações úteis sobre a eficácia dos controlos em que o banco depende para atenuar os seus riscos operacionais.

Reportamos e realizamos regularmente análises sobre os nossos principais riscos para verificar que são devidamente mitigados. Como todos os riscos, os principais riscos são classificados em termos de probabilidade de ocorrência e do respetivo impacto no banco, e através desta avaliação são identificados aqueles que são particularmente importantes para o banco. A comunicação fornece uma perspetiva prospetiva do impacto de melhorias de controlo e correção planeadas. Além disso, inclui os riscos emergentes e os assuntos que podem evoluir como principais riscos no futuro. Os programas de redução do principal risco incluem as atividades de redução de risco mais importantes, que são fundamentais para restabelecer as nossas questões do principal risco operacional na apetência pelo risco. Em 2020, melhoramos os critérios e o processo para adotar ou reformar os principais riscos ao nível da divisão e do Grupo, para além de um conceito de risco de topo regional.

Para identificar e gerir adequadamente os riscos das principais iniciativas de mudança dentro do banco, está em curso um processo de Avaliação do Risco de Transformação (TRA) para avaliar o impacto da transformação no perfil de risco e no ambiente de controlo do banco. Este processo considera impactos para tipos de risco financeiro e não financeiro e é aplicável a iniciativas, incluindo iniciativas regulamentares, migrações tecnológicas, projetos de remediação de riscos, alterações estratégicas, alterações organizacionais e movimentos imobiliários no banco. Em 2020, expandimos o âmbito das iniciativas de mudança que exigem um TRA obrigatório para incluir todos os principais resultados no roteiro de transformação do banco.

A apetência pelo NFR é o montante do risco não financeiro que o banco está disposto a aceitar em consequência da atividade. A estrutura de apetência pelo NFR fornece uma abordagem comum para medir e monitorizar o nível de apetência pelo risco em toda a empresa. As métricas de apetência pelo risco de NFR são utilizadas para monitorizar o perfil de risco operacional em relação à apetência pelo risco definida do banco, e alertar a organização para problemas iminentes em tempo útil. Em 2020, clarificamos a ligação entre a apetência pelo risco e a tolerância e aumentamos a granularidade e a profundidade do planeamento e monitorização da apetência pelo risco em entidades jurídicas, agências e unidades de negócio.

Os resultados e o processo de gestão de emissões permitem ao banco mitigar os riscos associados a fragilidades e deficiências de controlo conhecidas, e permite à administração tomar decisões baseadas no risco sobre a necessidade de remediação adicional ou aceitação do risco. Os resultados do processo de gestão de resultados devem ser capazes de demonstrar às partes interessadas internas e externas que o banco está a identificar ativamente os seus pontos fracos de controlo e a tomar medidas para gerir os riscos associados dentro de níveis aceitáveis de apetência pelo risco. Em 2020, permitimos a ligação de vários tipos de risco a cada resultado, reforçando a nossa capacidade de monitorizar a apetência pelo risco por concentração do tipo de risco. Esta abordagem permite também que a 2.<sup>a</sup> LoD reveja, com maior precisão, o potencial impacto na carteira das aceitações de risco na apetência pelo risco, reforçando assim o papel da 2.<sup>a</sup> LoD nas decisões de aceitação do risco.

## Quadros do tipo de risco operacional

O ORMF fornece o conjunto abrangente de normas, ferramentas e processos aplicáveis à gestão de todos os tipos de subriscos operacionais. É complementado pelos quadros do tipo de risco operacional, pelas normas e pelas ferramentas de controlo e gestão do risco criadas pelos respetivos controladores de tipo de risco para os tipos de subrisco operacional que controlam. Estes tipos de subriscos operacionais são controlados por várias funções de infraestrutura e incluem o seguinte:

- O departamento de conformidade realiza uma função independente de segundo nível que protege a licença do banco para operar, promovendo e fazendo cumprir a lei, além de conduzir a uma cultura de conformidade e conduta ética no banco. O departamento de conformidade assiste as unidades de negócio e trabalha com outros cargos da infraestrutura e com os reguladores para estabelecer e manter uma abordagem baseada no risco à gestão dos riscos de conformidade do banco, de acordo com a apetência pelo risco do banco, e com o objetivo de ajudar o banco a detetar, mitigar e impedir violações da legislação e dos regulamentos. O departamento de conformidade realiza as principais atividades que se seguem: participação e gestão de questões regulamentares, em colaboração com Government & Regulatory Affairs; atuação como um consultor fidedigno; e identificação, avaliação, mitigação, monitorização e comunicação do risco de conformidade. Os resultados dessas avaliações são regularmente comunicados ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscalização.
- Os riscos de crime financeiro são geridos pela nossa função de Combate ao crime financeiro (Anti-Financial Crime – AFC) através da manutenção e do desenvolvimento de um programa dedicado. O programa AFC tem por base os requisitos regulamentares e de supervisão. O AFC definiu funções e responsabilidades e estabeleceu funções dedicadas para a identificação e gestão de riscos de crime financeiro resultantes de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, não cumprimento de sanções e embargos, facilitação de evasão fiscal, bem como outras atividades criminosas, incluindo fraude, suborno e corrupção e outros crimes. O AFC atualiza a sua estratégia na prevenção do crime financeiro através do desenvolvimento regular de processos e controlos de políticas internas, análises de risco específicas de instituições e formação dos colaboradores.
- O Departamento Jurídico (incluindo a Governação do Grupo e Privacidade de Dados do Grupo) é uma função de infraestrutura que está mandatada para prestar aconselhamento jurídico ao Conselho de Administração, ao Conselho de Fiscalização (na medida em que não dê origem a conflitos de interesses), divisões de negócios e funções de infraestrutura, e para apoiar o Conselho de Administração na definição e proteção do quadro de governação e controlo do Grupo no que respeita aos riscos jurídicos, de governação interna da sociedade e de privacidade dos dados do banco. Isto inclui principalmente, mas sem limitação:
  - Aconselhar o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização sobre aspetos jurídicos relacionados com as respetivas atividades
  - Prestar assessoria jurídica a todas as unidades do Deutsche Bank para facilitar o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares relacionados com as respetivas atividades
  - Apoiar outras unidades do Deutsche Bank na gestão das interações do Grupo Deutsche Bank com autoridades reguladoras



- Contratar e gerir os advogados utilizados pelo Grupo Deutsche Bank
  - Gerir todas as questões regulamentares relacionadas com litígio e outras questões controversas do Grupo Deutsche Bank (incluindo questões controversas de RH) e gerir a resposta do Grupo Deutsche Bank a investigações de execução regulamentar externas
  - Fornecer aconselhamento relativamente aos aspetos legais das investigações internas
  - Definir o quadro de governação global para o Grupo Deutsche Bank, facilitar a sua aplicação nas diversas unidades e avaliar a respetiva implementação
  - Desenvolver e garantir as estruturas de governação corporativa eficientes adequadas para apoiar na tomada de decisões eficientes, para alinhar o risco e a responsabilidade com base em cargos e responsabilidades coerentes e bem definidos
  - Manter o quadro do Grupo Deutsche Bank para políticas e procedimentos e atuar como guardião para as políticas e procedimentos do Grupo
  - Garantir a qualidade adequada para todas as atividades supra referidas
- A NFRM Governação de Produtos supervisiona os processos de risco transversal de aprovação de novos produtos (NPA) e de revisão sistemática de produtos (SPR), que formam um quadro de controlo concebido para gerir os riscos associados à implementação de novos produtos e serviços, alterações nos produtos e serviços durante os seus ciclos de vida e o processo através do qual são sistematicamente revistos. Os processos de risco transversal são aplicáveis a todo o banco e dizem respeito a diferentes períodos do ciclo de vida do produto, com um foco nos NPA no período de pré-implementação e na SPR na avaliação periódica, após a implementação. Antes da implementação, o principal objetivo do processo NPA é assegurar uma avaliação adequada de todos os riscos, tanto financeiros como não financeiros, em produtos e serviços relevantes do NPA, bem como processos e infraestruturas relacionados. Após a implementação, o processo SPR concentra-se na revisão periódica de todos os produtos, a fim de determinar se devem permanecer ativos ou se têm de ser alterados ou retirados.
- A NFRM é o RTC para uma série de riscos de resiliência operacional. O respetivo mandato inclui uma segunda linha de vigilância dos controlos sobre atividades de processamento de transações, bem como riscos de infraestrutura para impedir perturbações tecnológicas ou de processos, manter a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade de dados, registos e segurança da informação e assegurar que as unidades de negócio e as funções da infraestrutura dispõem de planos robustos em vigor para recuperar processos e funções essenciais do negócio em caso de avaria técnica ou do edifício ou dos efeitos de um ciberataque ou desastre natural, bem como qualquer risco físico de segurança. O RTC do NFRM também gere os riscos resultantes do envolvimento de fornecedores internos e externos do banco através da disponibilização de um quadro de gestão do risco de terceiro abrangente

## Medição dos nossos riscos operacionais

Calculamos e medimos os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia Abordagem de medição avançada (AMA). O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), assim como cenários externos da base de dados pública (IBM OpData) complementados com dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O nosso modelo de abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no nosso perfil de perda histórico.

No seio do modelo de abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, após consideração dos ajustes qualitativos e das perdas esperadas.

Os requisitos regulamentares e de capital económico para o risco operacional derivam do percentil de 99,9%; consulte a secção "Adequação de capital interno" para mais pormenores. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de procura de capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. O NFRM estabelece e mantém a abordagem de quantificação da procura de capital e garante que estão implementados os processos de desenvolvimento, validação e alteração adequados, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do risco de modelo do Grupo.

## Fatores da evolução do capital de risco operacional

Em 2020, as nossas perdas totais de risco operacional diminuíram 8% em comparação com 2019. Foram predominantemente motivadas por perdas e provisões resultantes de processos civis e execução regulamentar. Estas perdas contabilizam ainda até 73% das nossas perdas de risco operacional e correspondem à maioria da procura de capital regulamentar e económico de risco operacional, mais dependente do nosso histórico de perdas a longo prazo. Para obter uma descrição dos nossos atuais processos legais e regulamentares, consulte a secção "Processos individuais atuais" na Nota 27 "Provisões" das demonstrações financeiras consolidadas. As perdas de risco operacional resultantes de processos civis e de execução regulamentar diminuíram 74 milhões de euros, ou 21%, enquanto as nossas perdas de risco operacional não jurídico aumentaram 42 milhões de euros, ou 63%, em comparação com 2019, principalmente em resultado de despesas relacionadas com a COVID-19. Excluindo os efeitos da COVID-19, as perdas de risco operacional não jurídico foram, em geral, inalteradas.

Tendo em conta a relevância dos riscos jurídicos no nosso perfil de risco operacional, dedicamos especial atenção à gestão e medição dos nossos processos civis e questões de execução regulamentar em curso, em que o Banco depende de informação de fontes de dados internas e externas para considerar evoluções em matérias jurídicas que afetam especificamente o banco, mas também a atividade bancária no seu todo. Refletindo a natureza multianual dos processos legais, a avaliação destes riscos tem também em conta níveis de alteração da certeza, captando os riscos em várias fases ao longo do ciclo de vida de uma questão jurídica.

Conceptualmente, o Banco avalia o risco operacional, incluindo o risco jurídico, determinando as perdas máximas que não serão excedidas com uma determinada probabilidade. Este montante de perdas máximas inclui um componente que, devido aos critérios de IFRS, se reflete nas nossas demonstrações financeiras e um componente que é expresso como procura de capital regulamentar ou económico que é superior ao montante refletido como provisões nas nossas demonstrações financeiras.

As perdas legais que o Banco prevê com uma probabilidade de mais de 50% já se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras do grupo nos termos da IFRS. Estas perdas incluem alterações líquidas em provisões para processos novos e existentes num período específico em que as perdas são consideradas prováveis e são mensuráveis de forma fiável em conformidade com a IAS 37. O desenvolvimento das nossas provisões legais para processos civis e execução regulamentar é destacado em pormenor na Nota 27 "Provisões" das demonstrações financeiras consolidadas.

As perdas legais incertas que não se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras como provisões porque não cumprem os critérios de reconhecimento de acordo com a IAS 37 são expressas como "procura de capital regulamentar ou económico".

Para quantificar as perdas de litígio no modelo AMA, o banco tem em conta as perdas, provisões e passivos contingentes históricos e as previsões jurídicas. As previsões jurídicas são normalmente constituídas por intervalos de potenciais perdas resultantes de questões jurídicas que não são consideradas prováveis, mas que são razoavelmente possíveis. As perdas razoavelmente possíveis podem resultar de questões jurídicas correntes e novas que são analisadas, pelo menos, trimestralmente pelos advogados responsáveis pelas questões jurídicas.

Incluimos as previsões jurídicas nos "Dados de perdas relevantes" utilizados no nosso modelo AMA. O intervalo de projeção das previsões jurídicas não está limitado ao horizonte temporal de capital de um ano, vai para além disso e assume de forma conservadora a liquidação antecipada das perdas subjacentes no período de relato, considerando assim a natureza multianual das questões jurídicas.

## Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos. O objetivo do quadro de gestão do risco de liquidez do Grupo é assegurar que o Grupo pode cumprir as respetivas obrigações de pagamento em todos os momentos e que pode gerir a liquidez e o financiamento de riscos dentro da sua apetência pelo risco. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

### Quadro de gestão do risco de liquidez

Em conformidade com o SREP do BCE, o Deutsche Bank implementou um processo interno de avaliação à adequação da liquidez (ILAAP), que é analisado pelo menos anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração. O ILAAP fornece documentação e avaliação abrangente sobre o quadro de Gestão do risco de liquidez do Banco, incluindo: identificação dos

principais riscos de liquidez e financiamento aos quais o Grupo está exposto; descrição de como estes riscos são identificados, monitorizados e medidos; e descrição das técnicas e dos recursos utilizados para gerir e atenuar estes riscos.

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do Banco, bem como a apetência pelo risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Risco do Grupo (GRC). O Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco pelo menos anualmente. A apetência pelo risco é aplicada ao Grupo para monitorizar e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do banco.

A Tesouraria está incumbida de gerir a liquidez global e a posição de financiamento do Banco, atuando a gestão do risco de liquidez (LRM) como função de controlo independente. A LRM é responsável pela análise do enquadramento de risco de liquidez, pela proposta de cenários de apetência pelo risco, limites e testes de esforço ao GRC e pela validação dos modelos de risco de liquidez que são desenvolvidos pela Tesouraria, para medir e gerir o perfil de risco de liquidez do Grupo.

O Deutsche Bank tem um quadro dedicado de testes de esforço e apetência pelo risco definido pela LRM, que garante que a posição de liquidez do Banco é equilibrada em todo o Grupo e em todas as divisas. A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas, incluindo apetências pelo risco de nível empresarial, para assegurar a conformidade. Como tal, a Tesouraria trabalha em estreita colaboração com a LRM e as divisões, para identificar, analisar e monitorizar as características de risco de liquidez subjacentes às carteiras de negócios. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares sobre as alterações na posição do Banco decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho face às principais métricas de liquidez para os indicadores internos e de mercado para os quais os limites são aprovados pelo GRC ou pelo Conselho de Administração, através de um Painel de Liquidez semanal. O relatório e análise de tesouraria e liquidez (LTRA) tem a responsabilidade global pela prestação exata e atempada de entrega do relatório de liquidez regulamentar externa e do relatório de gestão interna do risco de liquidez do Grupo DB. Além disso, a LTRA assegura o desenvolvimento de sistemas de informação de gestão (MIS) e análise para apoiar o quadro de risco de liquidez e a sua governação tanto para o Tesouro como para a LRM.

A Tesouraria, a LRM e a LTRA mantêm um panorama de política de liquidez que articula os princípios orientadores gerais para uma gestão robusta e rigorosa da liquidez do Banco. O panorama apresenta abordagens para a gestão e práticas de risco de liquidez e é revisto anualmente.

Como parte do processo de planeamento estratégico anual, o Tesouro projeta o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento, incluindo a exposição ao dólar americano, com base nos planos de negócio subjacentes, de modo a assegurar que o plano está em conformidade com a nossa apetência para o risco.

O Deutsche Bank possui uma vasta gama de fontes de financiamento, incluindo depósitos institucionais e de retalho, financiamento por grosso não garantido e garantido e emissão de dívida nos mercados de capitais. O Grupo ALCo é o órgão de governação decisivo do Banco que foi mandatário pelo Conselho de Administração para otimizar a aquisição e a implantação do balanço e dos recursos financeiros do Banco em linha com a adoção e estratégia de risco do Conselho de Administração. Como tal, tem as principais responsabilidades de definir, aprovar e otimizar a estratégia de financiamento do Banco.

## Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso

O Deutsche Bank controla, de forma diária, todos os fluxos de caixa contratuais originados por fontes de financiamento por grosso ao longo de um período de 12 meses. Para este efeito, consideramos que o financiamento por grosso deverá incluir passivos não garantidos gerados principalmente pelo Montante dos Mercados de Tesouraria, bem como passivos garantidos, gerados principalmente pela nossa Divisão do Investment Bank. As nossas contrapartes de financiamento por grosso incluem, tipicamente, empresas, bancos e outras instituições financeiras, governos e entidades públicas.

O Grupo implementou um conjunto de limites para restringir a exposição do Banco a contrapartes no setor grossista, que mostraram, historicamente, ser as mais suscetíveis ao esforço de mercado. Os limites de financiamento por grosso são monitorizados diariamente e aplicam-se ao montante de moeda total combinado de todo o financiamento por grosso atualmente pendente, garantido e não garantido com limites de maturidade específicos. As nossas reservas de liquidez são os principais elementos atenuantes de potencial esforço a curto prazo.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" mostram a maturidade contratual do nosso financiamento por grosso a curto prazo e da emissão nos mercados de capitais.

## Testes de esforço de liquidez e análise de cenários

Os testes internos de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são utilizados para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Estes complementam o processo de gestão de tesouraria operacional. A estratégia de liquidez a longo prazo baseada em informação de fluxo de caixa modelada contratual e comportamental é representada por uma análise de financiamento de longo prazo conhecida como matriz de financiamento (consulte a Gestão do risco de financiamento abaixo).

O nosso processo de teste de esforço de liquidez global é gerido pela Tesouraria de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração. A Tesouraria é responsável pela conceção da metodologia global, a escolha de fatores de risco de liquidez e a determinação de pressupostos (parâmetros) adequados para traduzir dados introduzidos em resultados de testes de esforço. A LRM é responsável pela definição dos cenários de esforço e pela validação independente de modelos de risco de liquidez. A LTRA é responsável pela implementação destas metodologias e pela realização do cálculo do teste de esforço em conjunto com a Tesouraria, a LRM e o IT.

Utilizamos testes de esforço e análises de cenários para avaliar o impacto de eventos súbitos de tensão na nossa posição de liquidez. O Deutsche Bank selecionou quatro cenários para calcular a Posição de liquidez Líquida em esforço ("sNLP") do Grupo. Estes cenários captam a experiência histórica do Deutsche Bank durante períodos de esforço idiossincrático e/ou extensivo a todo o mercado e presume-se que sejam ambos plausíveis e suficientemente graves para influenciar materialmente a posição de liquidez do Grupo. O cenário mais grave avalia as potenciais consequências de um evento de esforço combinado extensivo a todo o mercado e idiossincrático, incluindo reduções na nossa notação de crédito. Em cada um dos cenários consideramos o impacto de um evento de esforço de liquidez em diferentes horizontes temporais e em múltiplos fatores de risco de liquidez, cobrindo todas as nossas áreas de negócio, de produtos e o balanço. O resultado da análise de cenários alimenta o teste de esforço a nível do grupo, que considera o impacto dos cenários em todas as bandas de risco.

Além disso, incluímos os potenciais requisitos de financiamento de riscos de liquidez contingentes que podem surgir, incluindo levantamentos de facilidades de crédito, aumento de requisitos de garantias de contratos de derivados e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual. Posteriormente, temos em consideração contramedidas que são ações a tomar para contrabalançar as saídas incorridas. As contramedidas incluem a utilização da reserva de liquidez e a geração de liquidez de ativos transacionáveis desonerados.

Os testes de esforço são conduzidos a nível global e para entidades jurídicas importantes definidas, cobrindo um horizonte de esforço de oito semanas. Além do teste de esforço de divisas consolidado, são realizados testes de esforço para divisas importantes (EUR, USD e GBP). Também realizamos testes de esforço até 12 meses na análise ad hoc dos EUA, a fim de refletir o impacto de potenciais eventos negativos que possam afetar a liquidez do Banco, por exemplo, a pandemia da COVID-19 e o Brexit. O nosso conjunto de cenários e pressupostos para testes de esforço é revisto regularmente e atualizado quando são feitas melhorias nas metodologias de testes de esforço.

Diariamente, o teste de esforço de liquidez é calculado ao longo de um período de 12 meses, mas as primeiras oito semanas são consideradas o período de tempo mais crítico durante uma crise de liquidez. São aplicados pressupostos de esforço relevantes para refletir os fluxos de liquidez dos fatores de risco e dos produtos no balanço e fora do balanço.

Complementando os testes diários de esforço de liquidez, o Banco também realiza testes de esforço regulares ao nível do Grupo (GWST) realizados pela gestão do risco empresarial (ERM) que analisam os riscos de liquidez em conjunto com os outros tipos de risco definidos e avaliam o seu impacto tanto nas posições de capital como de liquidez, conforme descrito no capítulo Quadro de risco e de capital.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: Testes de esforço e análise de cenários" mostram os resultados do nosso teste de esforço interno de liquidez global nos vários cenários diferentes.

## Rácio de cobertura de liquidez

Além do nosso resultado do teste de esforço interno, o Grupo tem uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração para o rácio de cobertura de liquidez (LCR). O LCR destina-se a promover a resiliência de curto prazo do perfil de risco de liquidez de um Banco num cenário de esforço de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA) que podem ser utilizados para aumentar a liquidez num cenário de esforço, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas resultantes de exposições contratuais e modeladas.

Este requisito foi transposto para a legislação europeia através do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 2015/61, adotado em outubro de 2014. A conformidade com o LCR começou a ser necessária na UE a partir de 1 de outubro de 2015.

O LCR complementa o quadro de testes de esforço internos. Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares mínimos, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

As principais diferenças entre o teste de esforço de liquidez interno e o LCR incluem o horizonte temporal (oito semanas versus 30 dias), diferenças de classificação e margem de avaliação entre as reservas de liquidez e o LCR HQLA, taxas de saída para várias categorias de financiamento e pressupostos de entrada para vários ativos (por exemplo, reembolso de créditos). O nosso teste de esforço de liquidez também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, excluídos explicitamente do LCR.

## Gestão do risco de financiamento

A principal ferramenta do Deutsche Bank para monitorizar e gerir o risco de financiamento a longo prazo é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil estrutural de financiamento do Grupo numa duração superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (<1 ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) são excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no agregado superior a 10 anos e descendo até ao agregado superior a 1 ano.

O processo de planeamento estratégico de liquidez, que incorpora o desenvolvimento da oferta e da procura de financiamento das unidades de negócio, juntamente com as principais métricas de liquidez e financiamento visadas pelo Banco, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume, divisa e instrumento.

## Emissão nos mercados de capitais

A emissão de dívida, abrangendo obrigações não garantidas sénior, obrigações cobertas, bem como títulos de capital, é uma das principais fontes de financiamento a prazo do Banco e é gerida diretamente pela Tesouraria. Pelo menos, uma vez por ano, a Tesouraria, após aprovação no ALCo, envia um plano de financiamento a longo prazo anual para o GRC para recomendação e, em seguida, para o Conselho de Administração para aprovação. Este plano é impulsionado pelos requisitos globais e locais de financiamento e liquidez com base no desenvolvimento esperado do negócio. A nossa carteira de emissão nos mercados de capitais é dinamicamente gerida através dos nossos planos anuais de emissão para evitar concentrações de maturidade excessivas.

## Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido (NSFR) é uma métrica regulamentar para avaliar o perfil estrutural de financiamento de um Banco. O NSFR destina-se a reduzir os riscos de financiamento de médio a longo prazo, requerendo que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o volume de Financiamento estável disponível (o capital e o passivo que se prevê serem fontes estáveis de financiamento), face ao volume de Financiamento estável requerido (uma função das características de liquidez de vários ativos detidos).

Foi estabelecido um limite NSFR para o Grupo, bem como para a DBAG, antecipando este requisito regulamentar. O NSFR entra em vigor a 28 de junho de 2021, após o qual o Banco será obrigado a manter um rácio de 100%. Por conseguinte, os níveis de apetência pelo risco NSFR devem servir de limiar até então e como limite a partir de 28 de junho de 2021.

## Diversificação de financiamento

A diversificação do nosso perfil de financiamento em termos de tipos de investidores, regiões e produtos é um elemento importante da nossa estrutura de gestão do risco de liquidez. As nossas fontes de financiamento mais estáveis para as quais o Banco introduziu uma apetência mínima pelo risco provêm de emissões do mercado de capitais e de ações, bem como de clientes de retalho e de transações bancárias. Constituem fontes adicionais de financiamento outros depósitos de clientes e financiamento garantido e posições curtas. O financiamento por grosso não garantido representa passivos por grosso não garantidos, com origem principalmente na equipa de gestão do montante de tesouraria. Dada a sua natureza de relativo curto prazo, estes passivos são utilizados sobretudo para financiar ativos líquidos detidos para negociação.

Para promover a diversificação adicional das respetivas atividades de refinanciamento, dispomos duma licença para emitir obrigações hipotecárias (Pfandbriefe). Continuamos a executar um programa para efeitos de emissão de obrigações cobertas ao abrigo da lei espanhola (Cedulas) e participamos no programa TLTRO III. Adicionalmente, expandimos em 2020 a nossa base de potenciais investidores, introduzindo o nosso quadro financeiro sustentável e emitimos uma obrigação Verde em junho de 2020.

O financiamento por grosso não garantido compreende vários produtos institucionais como, por exemplo certificados de depósitos (CD), papel comercial (PC), bem como depósitos do mercado monetário.

Para evitar qualquer dependência indesejada relativamente a essas fontes de financiamento de curto prazo e para promover um perfil de financiamento sólido, o que está em conformidade com a apetência pelo risco definida, implementámos limites (abrangendo diferentes maturidades) a estas fontes de financiamento, limites esses que derivam da nossa análise diária de testes de esforço. Além disso, limitamos o volume total de financiamento por grosso não garantido com vista a gerir a dependência relativamente a esta fonte de financiamento no âmbito da diversificação global de financiamento.

O gráfico "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" apresenta a composição das nossas fontes de financiamento externas que contribuem para a posição de risco de liquidez, em milhares de milhões de euros e em percentagem do total das nossas fontes de financiamento externas.

## Preços de transferência de fundos

O quadro de preços de transferência de fundos aplica-se a todos os negócios/regiões e promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo do fornecimento de reservas de liquidez apropriadas.

No âmbito deste quadro, os custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez são atribuídos às unidades de negócio da sociedade com base nas taxas que refletem os custos económicos de liquidez para o Deutsche Bank. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do Banco para o risco de liquidez. Embora o quadro promova uma afetação diligente no grupo dos custos de financiamento do Banco aos utilizadores de liquidez, fornece também um quadro baseado em incentivos para negócios que geram financiamento estável a longo prazo e compatível com o esforço.

No terceiro trimestre de 2019, o quadro fFTP interno foi alterado a fim de aumentar a sua eficácia como instrumento de gestão, bem como para melhor apoiar a otimização dos custos de financiamento. Detalhes adicionais estão incluídos na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas.

## Reservas de liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e seus equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos desonerados (inclui obrigações governamentais e de agências e garantias governamentais), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais desonerados. Alguns requisitos intradiários e reservas mínimas obrigatórias são diretamente deduzidos no cálculo das reservas de liquidez, enquanto outras saídas de caixa intradiárias são representadas no nosso modelo de liquidez interno.

Detemos a grande maioria das nossas reservas de liquidez centralmente nas principais divisas nas contas bancárias centrais da nossa empresa-mãe e das nossas agências estrangeiras nos locais-chave em que estamos ativos e numa reserva estratégica de liquidez (SLR) detida pela Tesouraria, estabelecida exclusivamente para servir de atenuante durante períodos de esforço. Para assegurar uma composição prudente das reservas de liquidez entre as classes de ativos, mantemos limiares mínimos de caixa para as divisas principais.

## Oneração de ativos

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, swaps colaterais e outras obrigações com garantia. Normalmente, oneramos empréstimos para suportar a emissão garantida de mercados de capitais a longo prazo, como obrigações cobertas ou outras estruturas de autotitularização de créditos, enquanto o financiamento de capital próprio e dívida de forma garantida é uma atividade regular da nossa divisão Investment Bank. Além disso, em conformidade com normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos penhorados com sistemas de liquidação são considerados ativos desonerados, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

## Gestão do risco (estratégico) do negócio

O risco estratégico é o risco de uma queda nos lucros (excluindo outros riscos materiais) devido a planos de negócios incorretos (por pressupostos errados), a execução ineficaz do plano ou a falta de capacidade de resposta a desvios significativos do plano. O risco estratégico advém da exposição do banco ao ambiente macroeconómico, às mudanças no cenário competitivo e aos desenvolvimentos regulatórios e tecnológicos. Além disso, pode ocorrer devido a erros no posicionamento estratégico, à incapacidade do banco em executar a sua estratégia planeada e/ou à incapacidade de abordar eficazmente o desempenho abaixo do esperado face às metas planeadas.

Um plano estratégico e de capital é desenvolvido anualmente e submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é, em seguida, submetido ao Conselho de Fiscalização. Durante o exercício, a execução de estratégias de negócio é regularmente monitorizada para avaliar o desempenho de acordo com objetivos estratégicos e procurar garantir que permanecemos no caminho certo para alcançar os objetivos. Uma descrição mais abrangente deste processo encontra-se pormenorizada na secção "Plano estratégico e de capital".

O responsável pelo tratamento do tipo de risco para o risco estratégico é a gestão do risco empresarial (MTC) em Risco. As Finanças, juntamente com as Divisões, são os principais gestores de risco do risco associado.

## Gestão do risco do modelo

### Introdução

O risco do modelo é o potencial de consequências adversas de decisões baseadas em resultados de modelos incorretos ou mal utilizados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a nossa reputação.

O Deutsche Bank utiliza modelos para uma ampla gama de atividades de tomada de decisão, tais como: subscrição de créditos; avaliação de exposições, instrumentos e posições; mensuração do risco; gestão e salvaguarda dos ativos de clientes, e determinação da adequação de capital e reservas. O termo "modelo" refere-se a um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas. Os modelos são representações simplificadas de relações do mundo real, e são baseados em suposições e no julgamento. Assim, o banco está exposto ao risco do modelo, que deve ser identificado, medido e controlado de forma adequada.

A supervisão da gestão do risco do modelo é fornecida por todos os níveis de gestão, incluindo o Conselho de Administração. A gestão do risco do modelo é sustentada por uma estrutura concebida e monitorizada pela 2ª Linha de Defesa, incluindo componentes ao longo do ciclo de vida de um modelo. O quadro da gestão do risco do modelo é formalizada dentro das políticas e dos procedimentos, e supervisionada por uma estrutura de governança robusta.

## Governança e estrutura da gestão do risco do modelo

O risco do modelo é um dos cinco principais tipos de risco do banco, supervisionado pelo Diretor de Risco através da definição de uma declaração qualitativa da apetência pelo risco e gerido através de:

- Políticas e procedimentos do risco do modelo, alinhados com os requisitos regulamentares, com funções e responsabilidades claras para as partes interessadas;
- Governança do risco do modelo, incluindo fóruns seniores para monitorização e comunicação de tópicos relacionados com o risco do modelo, bem como atualizações mensais ao Conselho de Administração sobre as métricas da apetência pelo risco do modelo e atualizações periódicas do risco do modelo ao Conselho de Fiscalização;
- Inventários de todos os modelos, apoiando componentes do quadro de risco do modelo em curso, incluindo a avaliação do risco e o atestado;
- Validação independente do modelo que confere um desafio eficaz, identificando as limitações e fraquezas dos modelos e resultando em descobertas e condições de utilização, tais como ajustes ou sobreposições.

## Desenvolvimentos durante o período de relato:

Em 2020, foi criado um novo "Conselho de risco do modelo do Grupo" transversal a todo o banco para melhorar a supervisão, o acompanhamento e a governança sobre o risco do modelo. O quadro de risco do modelo foi melhorado para impulsionar a coerência do desenvolvimento, validação e abordagens do modelo, bem como as abordagens de gestão do risco em todo o banco.

## Gestão do risco de reputação

No nosso processo de gestão do risco, o risco de reputação é definido como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do Deutsche Bank e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do DB.

O Deutsche Bank procura assegurar que o risco de reputação seja tão baixo quanto razoavelmente possível. O risco de reputação não pode ser excluído, uma vez que pode ser impulsionado por alterações imprevisíveis na perceção das nossas práticas pelas várias partes interessadas (por exemplo o público, clientes, acionistas e reguladores). O Deutsche Bank esforça-se por promover padrões sustentáveis que aumentem a rentabilidade e minimizem o risco de reputação.

O quadro de risco de reputação (o quadro) existe para gerir o processo através do qual são tomadas decisões ativas sobre questões que podem constituir um risco de reputação, antes do evento e, assim, para evitar danos à reputação do Deutsche Bank sempre que possível. O Quadro fornece normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com o risco de reputação. Os impactos de reputação que podem surgir como consequência de uma falha de outro tipo de risco, controlo ou processo são abordados separadamente através do quadro de tipo de risco associado e não são, por isso, abordados nesta secção. O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes, incluindo, entre outras, potenciais problemas com o perfil da contraparte, o objetivo comercial/substância económica da transação ou produto, indústrias de alto risco, considerações ambientais e sociais, e a natureza da transação ou produto ou a sua estrutura e termos.

A medição quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.

## Governança e estrutura organizacional

O quadro é aplicável a todas as Divisões de Negócio e Regiões. As questões que dizem especificamente respeito à DWS são revistas por um comité de risco de reputação dedicado à DWS, e encaminhados para o Conselho Executivo da DWS, sempre que necessário.

Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a nossa reputação, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, referência e comunicação das questões relacionadas com o risco de reputação recai sobre as Divisões de Negócio do Deutsche Bank como principais detentores do risco. Cada Divisão de Negócios tem um processo estabelecido através do qual são avaliadas as questões consideradas como constituindo um risco de reputação moderado ou superior. Trata-se do processo de avaliação do risco de reputação da unidade (RRAP da unidade).

A RRAP da unidade é obrigada a encaminhar quaisquer questões relativas a um risco de reputação significativo para o respetivo Comité Regional de Risco de Reputação (RRRC). O Quadro também estabelece uma série de questões que são



consideradas como um risco inerentemente mais elevado a partir de uma perspectiva de risco de reputação e que são, portanto, referências obrigatórias para os RRRC. Os RRRC, que são os Comitês da 2.<sup>a</sup> LoD, são responsáveis por assegurar a supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação na respetiva região do Deutsche Bank. Os RRRC reúnem-se, no mínimo, trimestralmente, com reuniões ad hoc, conforme necessário. O Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) é responsável por assegurar a supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação no Deutsche Bank, em nome do Comité de Risco do Grupo e do Conselho de Administração. Adicionalmente, o GRRC analisa casos com impacto em todo o Grupo e, em circunstâncias excecionais, os que não puderam ser resolvidos a nível regional.

## Concentração de risco e diversificação do risco

### Concentrações de risco

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, riscos de mercado, riscos operacionais, riscos de liquidez e riscos de negócio), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações interriscos). Estes ocorrem no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos. A gestão e a monitorização de concentrações de risco é alcançada através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, da seguinte forma:

- As concentrações intrarriscos são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas funções de risco individuais (gestão do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional, do risco de liquidez e do risco estratégico). A definição de limites em diferentes níveis e/ou a gestão, de acordo com cada tipo de risco, servem de base a essa atividade.
- As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco.

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco durante 2020 foi o Comité de Risco da Sociedade (ERC), que é um subcomité do Comité de Risco do Grupo (GRC).

### Vantagem de diversificação do tipo de risco

A vantagem de diversificação do tipo de risco quantifica os efeitos de diversificação entre o risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico no capital económico causado por correlações não perfeitas entre estes tipos de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo.

# Desempenho de capital e risco

## Capital, rácio de alavancagem, TLAC e MREL

### Fundos próprios

O cálculo dos nossos fundos próprios inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital ou “CRD”), que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2020, abrange capital Tier 1 e Tier 2 (T2). O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 (CET 1) e capital Tier 1 adicional (AT1).

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções), bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganhos de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. Por exemplo, as deduções de capital CET 1 incluem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito

Apresentamos neste relatório determinados valores com base na definição do CRR de instrumentos de fundos próprios aplicáveis ao capital Tier 1 adicional (AT1) e capital Tier 2 (T2) e valores baseados nesse capital, incluindo o Tier 1, Capital Total e Rácio de alavancagem) numa base “fully loaded”. Calculamos esses valores “fully loaded” excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios, tal como previsto no CRR/CRD atualmente aplicável. Para os instrumentos de CET 1 não existem provisões transitórias.

São aplicáveis regimes transitórios para os instrumentos AT1 e T2. Os instrumentos de capital emitidos em 31 de dezembro de 2011 ou anteriores que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 nos termos do CRR/CRD fully loaded, como atualmente aplicável, estão sujeitos a regras de anterioridade durante o período de transição e estão a ser eliminados gradualmente entre 2013 e 2022, com o seu reconhecimento limitado a 20% em 2020 e 10% em 2021 (em relação à carteira elegível para a anterioridade que ainda estava em emissão em 31 de dezembro de 2012). O atual CRR, conforme aplicável desde 27

de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e T2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Assim, os instrumentos de AT1 e T2 emitidos através de entidades de finalidade especial têm direitos de anterioridade até 31 de dezembro de 2021 e os instrumentos AT1 e T2 que não cumprirem determinados novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019 continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025. Os instrumentos emitidos nos termos da legislação do Reino Unido que não cumprem todos os requisitos do CRR depois de o Reino Unido ter saído da União Europeia são também excluídos da nossa definição fully loaded. Os nossos valores de CET 1 e RWA não mostram qualquer diferença entre o CRR/CRD como atualmente aplicável e o CRR/CRD fully loaded com base na nossa definição de "fully loaded".

Relativamente aos números comparativos de final de exercício de 2019, ainda aplicamos o nosso conceito anterior de fully loaded, definido como excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios introduzidos pelo CRR/CRD aplicáveis até 26 de junho de 2019, mas refletindo os regimes transitórios introduzidos pelas alterações ao CRR/CRD aplicáveis a partir de 27 de junho de 2019 e alterações introduzidas posteriormente.

Acreditamos que estes cálculos fully loaded fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face às normas de capital regulamentar e porque muitos dos nossos concorrentes têm descrito os cálculos numa base fully loaded. Uma vez que os pressupostos e estimativas dos nossos concorrentes em relação aos cálculos "fully loaded" podem variar, as nossas medidas "fully loaded" poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante, utilizadas pela concorrência.

## Instrumentos de capital

O nosso Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2019 para recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2024. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2019 e a Assembleia-Geral Anual de 2020 (20 de maio de 2020), foram adquiridas 33,8 milhões de ações. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período ou destinam-se a ser utilizadas no período seguinte, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 10,5 milhões na Assembleia-Geral Anual de 2020.

A Assembleia-Geral Anual de 2020 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2025. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Durante o período entre a Assembleia-Geral Anual de 2020 e 31 de dezembro de 2020, não foram adquiridas ações. As ações no inventário serão utilizadas neste período ou no próximo período para efeitos de compensação de capital próprio; o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, foi de 1,3 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, e em 31 de dezembro de 2020, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2020, o capital condicional face a contribuições mantém-se nos 512 milhões de euros (200 milhões de ações). Um capital condicional adicional para efeitos de remuneração em capital ascende a 51,2 milhões de euros (20 milhões de ações). Adicionalmente, a Assembleia-Geral Anual de 2018 autorizou a emissão de obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumprem os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente de 8,0 mil milhões de euros.

Os nossos instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) não são reconhecidos pelas regras do CRR/CRD fully loaded como capital Tier 1 adicional, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. Durante o período transitório de descontinuação gradual, o montante máximo reconhecível para os instrumentos Tier 1 adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. A 31 de dezembro de 2020, tal resultou em 6,8 mil milhões de euros de instrumentos de capital Tier 1 adicional elegíveis (isto é, 5,7 mil milhões de euros de novas notas AT1 emitidas, mais 1,1 mil milhões de euros de instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes, reconhecidos durante o período de transição). Os instrumentos de Tier 1 adicionais reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD fully loaded ascendiam a 5,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. Em 2020, o banco emitiu notas AT1 no montante de 1,3 mil milhões de USD, ou um montante equivalente de 1,2 mil milhões de euros. Adicionalmente, o banco resgatou instrumentos híbridos de Tier 1 já existentes com um valor nominal de 0,8 mil milhões de USD e um valor equivalente elegível de 0,7 mil milhões de USD.

A 31 de dezembro de 2020, o total dos nossos instrumentos de capital Tier 2, reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD, era de 6,9 mil milhões de euros (valor nominal de 7,7 mil milhões de euros). Os instrumentos de Tier 2 reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD "fully loaded" totalizaram 6,6 mil milhões de euros (valor nominal de 7,4 mil milhões de euros). Em 2020, o banco emitiu instrumentos de capital Tier 2 com um valor nominal de 0,5 mil milhões de USD (montante equivalente a 0,4 mil milhões de euros) e 1,3 mil milhões de euros.

## Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de ativos ponderados pelo risco (RWA). O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00%, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50% de capital Tier 1 adicional e até 2,00% de capital Tier 2.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2020.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos combinados de amortecedor de capital ficaram totalmente em vigor a partir de 2020. Os requisitos de amortecedor têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital do Pilar 1, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.º do CRD IV e equivale a um requisito de 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2020 e em diante.

O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2020. Em casos excecionais, pode também ser superior a 2,50%. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as nossas exposições ao crédito relevantes. Em 31 de dezembro de 2020, o amortecedor de capital contracíclico específico da instituição foi de 0,02%.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5,00% de capital CET 1 de RWA. No final do exercício de 2020, não houve amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank.

O Deutsche Bank continua a ser designado como uma instituição global sistemicamente importante (G-SII) pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) de acordo com o Deutsche Bundesbank, resultando num requisito de amortecedor para G-SII de 2,00% de capital CET 1 de RWA em 2020. Tal está de acordo com a avaliação, por parte do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), da importância sistémica com base nos indicadores publicados em 2017. De acordo com a recente avaliação do Conselho de Estabilidade Financeira baseada nos indicadores publicados em 2019, o requisito de amortecedor G-SII para o Deutsche Bank é reduzido para 1,50%, o que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021. Esta avaliação foi confirmada pelo FSB em 2020. Continuaremos a publicar os nossos indicadores no nosso sítio Web.

Além disso, o Deutsche Bank AG foi classificado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, de acordo com o Deutsche Bundesbank, como "outra instituição de importância sistémica global" (O-SII) com um requisito de amortecedor adicional de 2,00% que não foi cumprido a nível consolidado. A menos que se apliquem determinadas exceções, apenas terá de ser aplicado o mais elevado do amortecedor de risco sistémico, o amortecedor G-SII e o amortecedor O-SII.

Adicionalmente, de acordo com o Processo de análise e avaliação da supervisão (SREP) do Pilar 2, o Banco Central Europeu (BCE) pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais (o designado requisito de Pilar 2).

Em 9 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2020, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020, na sequência dos resultados do SREP de 2019. A decisão reconhece os progressos que o Deutsche Bank fez desde a primeira avaliação do SREP em 2016, conduzindo a uma diminuição do Requisito de Pilar 2 (P2R) do BCE de 2,75% para 2,50% de capital CET 1 de RWA, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020. Como resultado, o Deutsche Bank foi obrigado a manter um rácio de CET 1 de, pelo menos, 11,58% numa base consolidada. Este requisito de capital CET 1 incluiu o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito reduzido de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,50%, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico de 0,08% a partir de 1 de janeiro de 2020 (sujeito a alterações ao longo do ano) e o amortecedor G-SII de capital inicial de 2,00%. Do mesmo modo, os requisitos de 2020 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estavam em 13,08% e para o seu rácio de capital total em 15,08%.

Em 12 de março de 2020, o BCE anunciou várias medidas de supervisão em reação à pandemia da COVID-19. Relativamente a isso, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão de aplicar o artigo 104.º-A da Diretiva (UE) 2019/878 do Parlamento Europeu (CRDV), com efeitos a partir de 12 de março de 2020. A decisão exige que o Deutsche Bank cumpra o seu requisito de Pilar 2 inalterado de 2,50% (complemento SREP) com pelo menos 56,25% de CET 1, 18,75% de capital

adicional de Tier 1 e 25% de capital Tier 2. Em 31 de dezembro de 2020, o Deutsche Bank tem de manter numa base consolidada um rácio de CET 1 de, pelo menos, 10,42%, um rácio de Tier 1 de, pelo menos, 12,39% e um rácio de Capital Total de, pelo menos, 15,02%. Este requisito de capital de CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 1,41%, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico (sujeito a alterações ao longo do ano) de 0,02% e o mais alto do nosso amortecedor G-SII/O-SII de 2,00%. De forma correspondente, o requisito de capital de Tier 1 inclui adicionalmente um requisito mínimo de capital de Tier 1 de 1,50% acrescido de um requisito de Pilar 2 de 0,47%, e o requisito de Capital Total inclui ainda um requisito de capital mínimo de Tier 2 de 2,00% e um requisito de Pilar 2 de 0,63%. Além disso, o BCE comunicou ao Deutsche Bank que a sua expectativa individual de manter um complemento de capital de CET 1 de Pilar 2, geralmente referido como "orientação de Pilar 2" será vista apenas como orientação e – até nova notificação – uma violação desta orientação não irá desencadear a necessidade de fornecer um plano de restabelecimento do capital ou a necessidade de executar medidas para a reconstrução do capital de CET 1. O BCE comunicou ainda que, uma vez passado este período de dificuldades financeiras, será concedido aos bancos tempo suficiente para acumularem novamente as reservas.

Em dezembro de 2020, o BCE informou o Deutsche Bank de que estes requisitos de capital permanecerão inalterados em 2021, sem atualização dos requisitos no quadro do SREP de 2020, para o qual, à luz da pandemia e da situação económica e financeira única que a mesma gerou, e em conformidade com a declaração da Autoridade Bancária Europeia (EBA) de 22 de abril de 2020, o BCE adotou uma "abordagem pragmática", com base na qual, em princípio, não são emitidas novas decisões no ciclo de 2020. As decisões do SREP de 2019 continuarão a ser aplicadas, alteradas pelas medidas adicionais de supervisão acima mencionadas anunciadas em 12 de março de 2020.

Deverá notar-se que o Conselho de Estabilidade Financeira anunciou, em 2019, que o nosso amortecedor G-SII será reduzido para 1,5% a partir de 1 de janeiro de 2021. Tal não altera os requisitos de capital, uma vez que o amortecedor O-SII permanece em 2,0% como o mais elevado do amortecedor G-SII, O-SII e de risco sistémico.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos de capital mínimo do Pilar 1 e do Pilar 2 (mas excluindo a orientação de Pilar 2), bem como os requisitos de amortecedor de capital aplicáveis ao Deutsche Bank para os anos 2020 e 2021:

#### Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital

	2020	2021
<b>Pilar 1</b>		
Requisito mínimo de CET 1	4,50%	4,50%
Requisito de amortecedor combinado	4,52%	4,52%
Amortecedor de conservação de capital	2,50%	2,50%
Amortecedor contracíclico	0,02%	0,02%
Máximo de:	2,00%	2,00%
Amortecedor G-SII	2,00%	1,50%
Amortecedor O-SII	2,00%	2,00%
Amortecedor de risco sistémico	0,00%	0,00%
<b>Pilar 2</b>		
Complemento SREP de capital CET 1 de Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2")	2,50%	2,50%
dos quais cobertos por capital CET 1	1,41%	1,41%
dos quais cobertos por capital Tier 1	1,88%	1,88%
dos quais cobertos por capital Tier 2	0,63%	0,63%
<b>Requisito total de CET 1 do Pilar 1 e 2<sup>3</sup></b>	<b>10,42%</b>	<b>10,42%</b>
<b>Requisito total de Tier 1 do Pilar 1 e 2</b>	<b>12,39%</b>	<b>12,39%</b>
<b>Requisito de capital total do Pilar 1 e 2</b>	<b>15,02%</b>	<b>15,02%</b>

<sup>1</sup> O requisito de amortecedor contracíclico do Deutsche Bank está sujeito a taxas de amortecedores específicas de cada país instituídas pela ABE e pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), bem como às exposições a crédito relevantes do Deutsche Bank na respetiva data de relato. Presume-se que a taxa do amortecedor contracíclico para 2021 seja de 0,02% no início do ano de 2021. O buffer contracíclico está sujeito a alterações ao longo do ano, dependendo dos seus constituintes.

<sup>2</sup> Presume-se que o amortecedor de risco sistémico se mantenha em 0% para o exercício projetado de 2021, sujeito a alterações com base em novas diretivas.

<sup>3</sup> O requisito total de CET 1 do Pilar 1 e do Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2") é calculado como a soma do requisito SREP, do requisito de amortecedor mais elevado entre o amortecedor G-SII, O-SII e de risco sistémico, bem como do requisito do amortecedor contracíclico.

## Desenvolvimento de fundos próprios

O nosso capital regulamentar total em 31 de dezembro de 2020 totalizava 58,5 mil milhões de euros, em comparação com 56,5 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2019. A 31 de dezembro de 2020, o nosso capital Tier 1 totalizava 515 mil milhões de euros, sendo composto por um capital Common Equity Tier 1 (CET 1) de 44,7 mil milhões de euros e um capital Tier 1 adicional (AT1) de 6,8 mil milhões de euros. O capital Tier 1 foi 1,0 mil milhões de euros mais elevado do que no final de 31 de dezembro de 2019, motivado por um aumento no capital CET 1 de 0,6 mil milhões de euros e por um aumento no capital AT1 de 0,5 mil milhões de euros desde o final do ano de 2019.

O aumento de capital CET 1 de 0,6 mil milhões de euros foi, em grande parte, o resultado dos benefícios das alterações regulamentares. O nosso capital aumentou à medida que as respetivas deduções de goodwill e outros ativos intangíveis baixaram 1,6 mil milhões de euros devido a alterações regulamentares de ativos de software devido a uma alteração do art.

36.º, n.º 1, alínea b) do CRR. Um aumento adicional de 0,4 mil milhões de euros resultou do requisito regulamentar de valorização de subsidiárias e participações que apenas são consolidadas nos termos das IFRS pelo capital próprio e não pelo custo e de um novo aumento de 0,1 mil milhões de euros no final de 2020, à medida que utilizamos a disposição transitória da IFRS 9, em conformidade com o artigo 473.º-A do CRR. O nosso ajustamento regulamentar diminuído de 0,3 mil milhões de euros a partir de filtros prudenciais (principalmente ajustamentos de valor adicionais) resultou de uma alteração temporária da norma técnica da EBA sobre a metodologia de agregação das avaliações prudenciais, na sequência das perturbações causadas pela pandemia da COVID-19 e da normalização dos mercados no segundo semestre de 2020. Um novo aumento de 0,3 mil milhões de euros foi motivado por ganhos de reavaliação relacionados com o plano de pensões de benefícios definidos e por ganhos não realizados de instrumentos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 0,2 mil milhões de euros, motivados principalmente pela queda das taxas de juro e pelo estreitamento dos spreads de crédito em comparação com 2019.

Estes impactos positivos foram parcialmente compensados por efeitos negativos de ajustamentos de conversão cambial de 1,7 mil milhões de euros, com alguns efeitos contrários cambiais positivos em rubricas de dedução de capital de 0,4 mil milhões de euros. Além disso, o nosso capital CET 1 diminuiu 0,7 mil milhões de euros de uma dedução, de acordo com a recomendação de supervisão do BCE para provisionamento prudencial de exposições em incumprimento e 0,3 mil milhões de euros devido ao pagamento do nosso cupão AT1 no segundo trimestre de 2020 que não foi acumulado no capital CET 1 em consequência do resultado líquido negativo no ano financeiro de 2019, na sequência do artigo 26.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4).

O aumento de 0,5 mil milhões de euros no capital AT1 foi principalmente o resultado de um instrumento de capital AT1 emitido com um montante nominal de 1,3 mil milhões de USD (1,2 mil milhões de euros) durante o primeiro trimestre de 2020, parcialmente compensado por compra e reembolso de um instrumento híbrido de Tier 1 já existente, reconhecível como capital AT1 durante o período de transição, com um montante nominal de 0,7 mil milhões de euros no segundo trimestre de 2020.

O nosso capital regulamentar total fully loaded em 31 de dezembro de 2020 era de 57,1 mil milhões de euros, em comparação com 56,5 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2019. O nosso capital Tier 1 fully loaded em 31 de dezembro de 2020 era de 50,4 mil milhões de euros, comparado com 48,7 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2019. O nosso capital AT1 fully loaded totalizava 5,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, o que aumentou em comparação com 4,6 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2019 devido à emissão acima mencionada. O nosso capital CET 1 totalizava 44,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 (face a 44,1 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2019).

Note-se: No nosso capital CET 1 no valor de 44,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, refletimos um lucro para o exercício de 84 milhões de euros, em consonância com a Decisão (UE) 2015/656 do BCE e com o artigo 26.º, n.º 2 do CRR. Se tivéssemos considerado um pagamento de dividendos de zero, o que se espera para o ano financeiro de 2020, o nosso capital CET 1 teria sido de 44,9 mil milhões de euros. Com base neste capital CET1 revisto, as nossas principais métricas regulamentares teriam sido as seguintes: Rácio CET 1 13,6%, rácio Tier 1 15,7%, rácio de Capital Total 17,8%, rácio de alavancagem fully loaded 4,7%, rácio TLAC 32,0% e MREL 10,3%. A fim de cumprir as orientações recentes da EBA/BCE, forneceremos um Relatório de Pilar 3 atualizado em 2021.

### Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2020		31 dez 2019	
	CRR/CRD fully-loaded <sup>3</sup>	CRR/CRD	CRR/CRD fully loaded <sup>3</sup>	CRR/CRD
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas</b>				
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	45.890	45.890	45.780	45.780
Lucros não distribuídos	9.784	9.784	14.814	14.814
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(1.118)	(1.118)	537	537
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis <sup>1</sup>	84	84	(5.390)	(5.390)
Outros	805	805	837	837
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>55.444</b>	<b>55.444</b>	<b>56.579</b>	<b>56.579</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares</b>				
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.430)	(1.430)	(1.738)	(1.738)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(112)	(112)	(150)	(150)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(4.635)	(4.635)	(6.515)	(6.515)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultados de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(1.353)	(1.353)	(1.126)	(1.126)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(99)	(99)	(259)	(259)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(772)	(772)	(892)	(892)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	0	0	(15)	(15)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10% / 15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10% / 15%) (montante negativo)	(92)	(92)	(319)	(319)
Outros ajustamentos regulamentares <sup>2</sup>	(2.252)	(2.252)	(1.417)	(1.417)
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>(10.745)</b>	<b>(10.745)</b>	<b>(12.430)</b>	<b>(12.430)</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>44.700</b>	<b>44.700</b>	<b>44.148</b>	<b>44.148</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos</b>				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	5.828	5.828	4.676	4.676
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	N/S	1.100	N/S	1.813
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>5.828</b>	<b>6.928</b>	<b>4.676</b>	<b>6.489</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares</b>				
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(80)	(80)	(91)	(91)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	N/S	N/S	N/S
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0	0
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>(80)</b>	<b>(80)</b>	<b>(91)</b>	<b>(91)</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>5.748</b>	<b>6.848</b>	<b>4.584</b>	<b>6.397</b>
<b>Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)</b>	<b>50.448</b>	<b>51.548</b>	<b>48.733</b>	<b>50.546</b>
<b>Capital Tier 2 (T2)</b>	<b>6.623</b>	<b>6.944</b>	<b>7.770</b>	<b>5.957</b>
<b>Total do capital (TC = T1 + T2)</b>	<b>57.071</b>	<b>58.492</b>	<b>56.503</b>	<b>56.503</b>
<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	<b>328.951</b>	<b>328.951</b>	<b>324.015</b>	<b>324.015</b>
<b>R rácios de capital</b>				
R rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,6	13,6	13,6	13,6
R rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,3	15,7	15,0	15,6
R rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,3	17,8	17,4	17,4

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4).

<sup>2</sup> Inclui 0,4 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de abril de 2019 e 0,3 mil milhões de euros com efeitos a partir de outubro de 2016, com base na revisão regular do BCE, 0,9 mil milhões de euros de dedução de capital com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos com efeitos a partir de janeiro de 2018 e a dedução de capital de 0,7 mil milhões de euros com efeito a partir de dezembro de 2020, com base na recomendação de supervisão do BCE para um provisionamento prudencial de exposições em incumprimento. Com efeitos a 30 de junho de 2020, recorreremos à provisão transitória da IFRS 9 de acordo com o artigo 473.º-A do CRR, resultando num aumento de CET 1 de 0,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> Para a compreensão do termo "fully-loaded", consulte a nossa definição conforme previsto na secção "Fundos Próprios" do presente relatório.



## Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Total do capital acionista por balanço contabilístico</b>	<b>54.786</b>	<b>55.857</b>
Desconsolidação/Consolidação de entidades <sup>3</sup>	265	(116)
Dos quais:		
Capital realizado adicional	0	(12)
Lucros não distribuídos	265	(220)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	0	116
<b>Total do capital acionista por balanço regulamentar</b>	<b>55.050</b>	<b>55.741</b>
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	805	837
Acumulação para cupões de dividendos e AT1 <sup>1</sup>	(411)	0
Reversão de desconsolidação/consolidação da posição Outro rendimento (perda) integral acumulado, líquido de impostos, durante o período de transição	0	0
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>55.444</b>	<b>56.579</b>
Ajustamentos de valor adicionais	(1.430)	(1.738)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(112)	(150)
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR	0	0
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(4.635)	(6.515)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(1.445)	(1.445)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(772)	(892)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares <sup>2</sup>	(2.351)	(1.692)
<b>Capital Common Equity Tier 1</b>	<b>44.700</b>	<b>44.148</b>

<sup>1</sup> É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

<sup>2</sup> Inclui 0,4 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de abril de 2019 e 0,3 mil milhões de euros com efeitos a partir de outubro de 2016, com base na revisão regular do BCE, 0,9 mil milhões de euros de dedução de capital com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos com efeitos a partir de janeiro de 2018, 0,1 mil milhões de euros de montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes de perdas esperadas e 0,7 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de dezembro de 2020, com base na recomendação de supervisão do BCE para uma provisão prudencial de exposições em incumprimento. Com efeitos a 30 de junho de 2020, recorremos à provisão transitória da IFRS 9 de acordo com o artigo 473.º-A do CRR, resultando num aumento de CET 1 de 0,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> Inclui um aumento de 0,4 mil milhões de euros devido a alterações regulamentares do tratamento pelo custo para tratamento pelo capital próprio de subsidiárias e participações que são apenas consolidadas nos termos das IFRS.

## Desenvolvimento de fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	doze meses terminados 31.12.2020	doze meses terminados 31.12.2019
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de abertura</b>	<b>44.148</b>	<b>47.486</b>
Ações ordinárias, efeito líquido	0	0
Capital realizado adicional	113	253
Lucros não distribuídos	854	(6.873)
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	(3)	11
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	(1.655)	155
Acumulação para cupões de dividendos e Tier 1 adicional (AT1) <sup>1</sup>	(411)	0
Ajustamentos de valor adicionais	308	(234)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	1.880	2.051
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças temporárias)	(227)	1.632
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	160	108
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	119	219
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limiar de 10% e 15%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	227	(319)
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(814)	(341)
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de fecho</b>	<b>44.700</b>	<b>44.148</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura</b>	<b>6.397</b>	<b>7.604</b>
Novas emissões de capital Tier 1 adicional elegíveis	1.134	0
Instrumentos vencidos e adquiridos	(713)	(1.210)
Regimes transitórios	0	0
Of which:		
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	0	0
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	30	3
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de fecho</b>	<b>6.848</b>	<b>6.397</b>
<b>Capital Tier 1</b>	<b>51.548</b>	<b>50.546</b>
<b>Capital Tier 2 (T2) – montante de fecho</b>	<b>6.944</b>	<b>5.957</b>
<b>Total do capital regulamentar</b>	<b>58.492</b>	<b>56.503</b>

<sup>1</sup> É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4).

## Cobertura mínima das perdas para a exposição em incumprimento (Non Performing Exposure - NPE)

Em abril de 2019, a UE publicou regulamentos finais para uma reserva prudencial de proteção para a exposição em incumprimento (NPE), o que resultará numa dedução ao capital CET 1 de Pilar 1 quando não for cumprido um requisito mínimo de cobertura de perdas. É aplicado às exposições originadas e em incumprimento após 26 de abril de 2019

Além disso, em março de 2018, o BCE publicou a sua "Adenda às Orientações do BCE aos bancos sobre empréstimos em incumprimento: expectativas de supervisão para o provisionamento prudencial de exposições em incumprimento" e, em agosto de 2019, a sua "Comunicação sobre as expectativas de cobertura de supervisão para as NPE".

As orientações do BCE emitidas são aplicáveis a todos os novos empréstimos em situação de incumprimento após 1 de abril de 2018 e, à semelhança das regras da UE, exige que os bancos tomem medidas caso não seja cumprido um requisito mínimo de cobertura por imparidade. No âmbito das discussões anuais do SREP, o BCE pode impor medidas de Pilar 2 aos bancos, caso o BCE não esteja confiante com as medidas tomadas pelo banco individual.

Para o final do ano de 2020, introduzimos um quadro para determinar o provisionamento prudencial de exposição em incumprimento como medida de Pilar 2, como solicitado nas orientações do BCE anteriormente mencionadas e na recomendação SREP.

O desencontro entre os requisitos mínimos de cobertura de perdas para a exposição em incumprimento e as reservas de risco registadas em conformidade com a IFRS 9 para ativos em incumprimento (Fase 3) elevava-se a 740 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e foi deduzido do CET 1. Este CET 1 adicional pode ser considerado como reserva de perdas adicionais e conduz a uma redução de 499 milhões de euros em RWA.

## Cobertura das perdas de exposição em incumprimento

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31 dez 2020			
	Valor da exposição	Requisito de cobertura mínima total	Cobertura disponível	Montante aplicável da cobertura insuficiente
Corporate Bank	2.852	377	1.058	63
Investment Bank	13.510	7.816	10.574	255
Private Bank	6.123	1.269	2.011	361
Asset Management	0	0	0	0
Unidade de Libertação de Capital	422	183	182	60
Corporate & Other	1	1	0	1
<b>Total</b>	<b>22.907</b>	<b>9.646</b>	<b>13.825</b>	<b>740</b>

## Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral de RWA repartidos por tipo de risco e por divisão. Inclui os efeitos agregados da reafetação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafetações entre segmentos.

### Ativos ponderados pelo risco por tipo de risco e divisão

em milhões de euros	31 dez 2020						
	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	50.799	70.746	68.353	6.224	7.214	19.371	222.708
Risco de liquidação	0	0	0	0	1	54	56
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	75	6.302	92	198	1.599	125	8.392
Risco de mercado	385	24.323	548	31	1.470	2.139	28.897
Risco operacional	6.029	27.115	8.081	3.544	24.130	0	68.899
<b>Total</b>	<b>57.288</b>	<b>128.487</b>	<b>77.074</b>	<b>9.997</b>	<b>34.415</b>	<b>21.690</b>	<b>328.951</b>

em milhões de euros	31 dez 2019						
	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	48.633	69.507	66.925	4.873	13.155	17.967	221.060
Risco de liquidação	0	192	0	0	6	44	242
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	48	2.009	103	56	2.450	17	4.683
Risco de mercado	530	20.390	89	28	4.331	0	25.368
Risco operacional	7.312	26.525	8.325	4.570	25.931	0	72.662
<b>Total</b>	<b>56.522</b>	<b>118.622</b>	<b>75.442</b>	<b>9.527</b>	<b>45.874</b>	<b>18.029</b>	<b>324.015</b>

Os nossos RWA foram de 329,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, face a 324,0 mil milhões de euros no final do exercício de 2019. O aumento de 4,9 mil milhões de euros deveu-se principalmente a RWA mais elevados para ajustamento da avaliação de crédito, risco de mercado e risco de crédito, parcialmente compensado por uma diminuição dos RWA para risco operacional. Os RWA de CVA aumentaram 3,7 mil milhões de euros em resultado de alterações relacionadas com o modelo. Os RWA para risco de mercado aumentaram 3,5 mil milhões de euros e foram principalmente motivados pela taxa de risco adicional e pela alteração do modelo de uma simulação de Monte Carlo para uma simulação histórica para componentes VaR e SVaR. O aumento dos RWA para risco de crédito em 1,6 mil milhões de euros foi impulsionado pela introdução do novo quadro para posições de titularização, impactos nas migrações de notação em resultado da repercussão da prevalência da pandemia da COVID-19, alterações de métodos para ativos de software e determinados investimentos em ações, bem como aumentos de exposição em todos os negócios. Tal é parcialmente compensado por impactos positivos devido à aplicação da alteração "fixação rápida" do CRR (Regulamento (UE) 2020/873) em relação a determinadas exposições a pequenas ou médias empresas (PME), em que foram aplicados fatores de redução da ponderação do risco. Além disso, o desmantelamento do nosso modelo de risco de diluição, os benefícios da implementação de proteção de empréstimos em incumprimento (NPL), bem como as iniciativas de redução do risco contribuíram para esta compensação. A redução dos RWA de risco operacional de 3,8 mil milhões de euros foi principalmente motivada por um desenvolvimento mais favorável do nosso perfil de perdas internas que se alimenta do nosso modelo de capital, bem como por uma alteração do modelo da classificação de dados de perdas externas em alinhamento com os requisitos regulamentares recentes. Esta situação foi parcialmente compensada pela redução das perdas esperadas dedutíveis e pelo impacto adverso na componente do futuro.

As tabelas que se seguem apresentam uma análise de fatores responsáveis pelas variações dos ativos ponderados pelo risco observadas para o risco de crédito e para os ajustamentos da avaliação do crédito, bem como para o risco de mercado

e risco operacional no período de relato. Além disso, as tabelas também mostram os movimentos correspondentes em requisitos de capital, derivados de RWA com um rácio de capital de 8%.

**Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado, incluindo risco de crédito da contraparte**

em milhões de euros	31 dez 2020		31 dez 2019	
	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital
<b>Saldo do risco de crédito de RWA, início do ano</b>	<b>221.060</b>	<b>17.685</b>	<b>212.827</b>	<b>17.026</b>
Dimensão da carteira	4.659	373	3.192	255
Qualidade da carteira	1.160	93	(4.700)	(376)
Atualizações do modelo	(2.072)	(166)	4.867	389
Metodologia e política	6.542	523	2.693	215
Aquisições e alienações	(1.672)	(134)	(300)	(24)
Variações cambiais	(7.237)	(579)	2.069	166
Outros	268	21	413	33
<b>Saldo do risco de crédito de RWA, fim do ano</b>	<b>222.708</b>	<b>17.817</b>	<b>221.060</b>	<b>17.685</b>

**Dos quais: Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito da contraparte**

em milhões de euros	31 dez 2020		31 dez 2019	
	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital
<b>Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, início do ano</b>	<b>23.698</b>	<b>1.896</b>	<b>25.282</b>	<b>2.023</b>
Dimensão da carteira	1.784	143	(1.708)	(137)
Qualidade da carteira	(594)	(48)	(12)	(1)
Atualizações do modelo	(643)	(51)	318	25
Metodologia e política	669	54	(507)	(41)
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	(1.100)	(88)	326	26
Outros	0	0	0	0
<b>Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, fim do ano</b>	<b>23.814</b>	<b>1.905</b>	<b>23.698</b>	<b>1.896</b>

As classificações dos principais fatores para a tabela de evolução de risco de crédito de RWA estão em sintonia com as recomendações do grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force [EDTF]). As alterações orgânicas na dimensão e composição da nossa carteira são tidas em conta na categoria "Dimensão da carteira". A categoria "Qualidade da carteira" representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura e compensação de garantias colaterais. As "atualizações do modelo" incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa, por exemplo a aplicação de regulamentos novos, são considerados na secção "Metodologia e política". "Aquisições e alienações" está reservada para apresentar movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios ou atividades relacionadas com alienações. As alterações que não possam ser atribuídas às categorias acima indicadas refletem-se na categoria "Outros".

O aumento de RWA para risco de crédito de 0,7% ou 1,6 mil milhões de euros desde 31 de dezembro de 2019 deve-se principalmente às categorias "Metodologia e política", "Dimensão da carteira" e alterações relacionadas com a "Qualidade da carteira" compensadas por movimentos relacionados com o FX, alterações apresentadas nas categorias "Atualizações do modelo" e "Aquisições e alienações". A categoria "Metodologia e política" reflete principalmente as atualizações do quadro para as posições de titularização, a avaliação prudencial regulamentar dos ativos de software e o tratamento alterado dos investimentos em ações. Esta situação foi parcialmente compensada pelo benefício da implementação de proteção de empréstimos em incumprimento (NPL). O aumento na categoria "Dimensão da carteira" reflete o crescimento do negócio nos nossos segmentos de negócio principais. A categoria "Qualidade da carteira" inclui aumentos resultantes de recalibrações de parâmetros e melhorias dos dados. Estes aumentos foram parcialmente compensados por uma diminuição resultante de movimentos cambiais. A categoria "Atualizações do modelo" reflete o desmantelamento do nosso modelo de risco de diluição e novos ajustamentos aos nossos modelos de risco com base em atualizações de parâmetros regulamentares. Além disso, a categoria "Aquisições e alienações" prevê uma redução dos RWA de risco de crédito, especialmente no Private Bank e na nossa Unidade de Libertação de Capital.

O aumento do risco de crédito da contraparte deve-se principalmente à "Dimensão da carteira" que reflete o crescimento nos principais negócios, bem como às atualizações relacionadas com a "Metodologia e política" para garantias colaterais. Esta situação foi compensada por alterações às "Atualizações do modelo", em especial no risco de concentração, bem como na "Qualidade da carteira". Além disso, a categoria "Variações cambiais" contribuiu para a compensação.

Com base no quadro regulamentar CRR/CRD, somos obrigados a calcular os RWA utilizando o CVA que tem em consideração a qualidade creditícia das nossas contrapartes. Os RWA para CVA cobrem o risco de perdas do valor de mercado no

risco de contraparte esperado, relacionado com exposições a derivados OTC. Calculamos a maioria do CVA com base no nosso próprio modelo interno, conforme aprovado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha.

#### Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o ajustamento da avaliação de crédito

em milhões de euros	31 dez 2020		31 dez 2019	
	RWA de CVA	Requisitos de capital	RWA de CVA	Requisitos de capital
<b>Saldo de RWA para CVA, início do exercício</b>	<b>4.683</b>	<b>374</b>	<b>7.997</b>	<b>640</b>
Variações dos níveis de risco	(3.338)	(267)	(1.423)	(114)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	0	0	0	0
Atualizações do modelo	5.787	463	0	0
Metodologia e política	1.260	101	(1.891)	(151)
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	0
<b>Saldo de RWA para CVA, fim do exercício</b>	<b>8.392</b>	<b>671</b>	<b>4.683</b>	<b>374</b>

A evolução dos RWA para CVA é repartida por várias categorias: "Variações dos níveis de risco", que inclui alterações na dimensão e composição da carteira; "Calibrações e alterações em dados de mercado", que inclui alterações em níveis e volatilidades de dados de mercado, bem como recalibrações; "Atualizações do modelo", que se refere a alterações nos modelos de exposição ao crédito pelo IMM ou pelos modelos de valor em risco utilizados para os RWA para CVA; "Metodologia e política", que está relacionado com alterações à regulamentação. Quaisquer aquisições ou alienações de negócios significativas seriam apresentadas na categoria com essa designação.

Em 31 de dezembro de 2020, os RWA para CVA ascendiam a 8,4 mil milhões de euros, representando um aumento de 3,7 mil milhões de euros (79%) face ao valor de 4,7 mil milhões de euros para 31 de dezembro de 2019. O aumento global deveu-se principalmente a melhorias do modelo relacionadas com a introdução do VaR de simulação histórica em 2020, e a uma maior volatilidade observada devido à turbulência do mercado da COVID-19 e à atividade de cobertura adicional.

#### Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

em milhões de euros	31 dez 2020					Total de requisitos de capital
	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total de RWA	
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano</b>	<b>4.273</b>	<b>13.734</b>	<b>4.868</b>	<b>2.493</b>	<b>25.368</b>	<b>2.029</b>
Variações dos níveis de risco	(4.775)	(2.397)	2.698	570	(3.902)	(311)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	4.237	0	0	(131)	4.105	328
Atualizações/alterações do modelo	(107)	547	(561)	0	(121)	(10)
Metodologia e política	8.481	(4.901)	0	(15)	3.565	285
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	(118)	(118)	(9)
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano</b>	<b>12.109</b>	<b>6.983</b>	<b>7.005</b>	<b>2.799</b>	<b>28.897</b>	<b>2.312</b>

em milhões de euros	31 dez 2019					Total de requisitos de capital
	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total de RWA	
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano</b>	<b>5.368</b>	<b>16.426</b>	<b>10.068</b>	<b>5.673</b>	<b>37.535</b>	<b>3.003</b>
Variações dos níveis de risco	(1.021)	(1.879)	(5.222)	(2.973)	(11.095)	(888)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(81)	0	0	(315)	(396)	(32)
Atualizações/alterações do modelo	7	(813)	22	0	(784)	(63)
Metodologia e política	0	0	0	120	120	10
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	(11)	(11)	(1)
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano</b>	<b>4.273</b>	<b>13.734</b>	<b>4.868</b>	<b>2.493</b>	<b>25.368</b>	<b>2.029</b>

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos nossos modelos internos para o valor em risco (VaR), valor em risco em situação de esforço (SVaR), requisitos de capital para riscos adicionais (IRC), bem como os resultados do cálculo do risco de mercado pelo método padrão (MRSA), que está incluído na tabela sob a categoria "Outros". O MRSA é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria "Alterações e recalibrações dos dados de mercado". As alterações dos nossos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, tais como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria "Atualizações do modelo". Na categoria "Metodologia e política" refletimos alterações aos nossos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição regulamentar. As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica "Aquisições e alienações". Os impactos das "Variações cambiais" apenas são calculados para os métodos CRM e padrão.

Em 31 de dezembro de 2020, os RWA para o risco de mercado eram de 28,9 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 3,5 mil milhões de euros (+14%) desde 31 de dezembro de 2019. O aumento deveu-se à categoria "Alterações e recalibrações dos dados de mercado" em todo o valor em risco, impulsionada pela volatilidade do mercado relacionada com a COVID-19 e pela categoria "Metodologia e política" impulsionada pela implementação do modelo de simulação histórica. A compensação da categoria "Variações dos níveis de risco" entre o valor em risco e o valor em risco em situação de esforço reflete as atividades de redução do risco da carteira ao longo de 2020; enquanto o aumento nos requisitos de capital para riscos adicionais foi impulsionado por aumentos em exposições soberanas.

#### Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

em milhões de euros	31 dez 2020		31 dez 2019	
	RWA para risco operacional	Requisitos de capital	RWA para risco operacional	Requisitos de capital
<b>Saldo do risco operacional de RWA, início do exercício</b>	<b>72.662</b>	<b>5.813</b>	<b>91.989</b>	<b>7.359</b>
Alterações do perfil de perda (internas e externas)	(4.677)	(374)	(8.185)	(655)
Evolução da perda esperada	1.164	93	1.747	140
Componente prospetiva de risco	533	43	1.879	150
Atualizações do modelo	(784)	(63)	(14.768)	(1.181)
Metodologia e política	0	0	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0
<b>Saldo do risco operacional de RWA, fim do exercício</b>	<b>68.899</b>	<b>5.512</b>	<b>72.662</b>	<b>5.813</b>

As alterações nos eventos de perda internos e externos estão refletidas na categoria "Alterações no perfil de perda". A categoria "Evolução da perda esperada" baseia-se nos planos de negócio das divisões e nas perdas históricas, bem como é deduzida do valor do capital AMA dentro de certos limites. A categoria "Componente prospetiva de risco" reflete o ajustamento qualitativo e, como tal, a eficácia e o desempenho das atividades diárias de gestão do risco operacional através das métricas de apetência de NFR e da classificação de RCA, focando-se na conjuntura de negócios e fatores de controlo interno. A categoria "Atualizações do modelo" abrange aperfeiçoamentos do modelo, tais como a implementação de alterações de modelo. A categoria "Metodologia e política" representa alterações originadas por fatores externos, como, por exemplo, complementos regulamentares. A categoria "Aquisições e alienações" representa variações significativas de exposição que poderão facilmente ser atribuídas a negócios novos ou alienados.

A diminuição dos RWA globais em 3,8 mil milhões de euros foi motivada por vários efeitos de compensação. Uma redução na intensidade dos litígios por toda a indústria, bem como os níveis da provisão e das previsões jurídicas para o Deutsche Bank, inferiores a anos anteriores, levaram a um perfil de perdas mais ligeiro integrado no nosso modelo de capital. Estas alterações do perfil de perda (internas e externas) reduziram os nossos RWA para risco operacional em 4,7 mil milhões de euros.

O decréscimo de RWA de 0,8 mil milhões de euros das atualizações do modelo foi em grande parte impulsionado pela introdução integral do processo de classificação de dados de perdas externas, que tínhamos começado a introduzir em 2019. Duas outras atualizações do modelo com menor impacto de capital melhoraram e simplificaram a nossa metodologia para a sub-atribuição de OR RWA nas divisões de negócio e alinharam a nossa modelização DE dependência da frequência de eventos com os requisitos da AMA EBA Regulatory Technical Standard.

A redução das perdas esperadas dedutíveis foi impulsionada por uma perspetiva positiva de desenvolvimento de perdas de risco operacional, levando a um aumento dos RWA de 1,2 mil milhões de euros. A componente prospetiva foi afetada negativamente por métricas de apetência pelo NFR e pontuações de RCA ligeiramente mais fracas, resultando num aumento de 0,5 mil milhões de euros de RWA.

## Capital económico

### Adequação de capital económico

O nosso processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) visa manter a viabilidade do Deutsche Bank continuamente. Avaliamos a nossa adequação de capital interno de uma perspetiva económica como o rácio da nossa oferta de capital económico dividido pela nossa procura de capital económico interno conforme indicado na tabela abaixo.

#### Total de oferta e procura de capital económico

em milhões de euros  
(exceto se indicado em contrário)

	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Componentes da oferta de capital económico</b>		
Capital próprio dos acionistas	54.786	55.857
Participações minoritárias <sup>1</sup>	880	953
Acumulações de cupões AT1	(242)	(222)
Ganho na venda de titularizações, coberturas de fluxos de caixa	(11)	(23)
Resultados pelo justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio	(100)	(127)
Ajustamentos de avaliação adicionais	(1.430)	(1.738)
Ativos intangíveis	(3.463)	(7.029)
Ativos por impostos diferidos IFRS excl. diferenças temporárias	(1.503)	(1.254)
Défice para perda esperada	(99)	(259)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(772)	(892)
Participações de instrumentos de capital Common Equity Tier 1	0	(0)
Outros ajustamentos <sup>2</sup>	(1.566)	(1.417)
Instrumentos de capital Tier 1 adicional <sup>3</sup>	4.659	3.732
<b>Oferta de capital económico</b>	<b>51.138</b>	<b>47.581</b>
<b>Componentes da procura de capital económico</b>		
Risco de crédito	11.636	10.757
Risco de mercado	10.894	11.767
Risco operacional	5.512	5.813
Risco de negócio	5.949	6.374
Vantagem de diversificação	(5.429)	(5.535)
<b>Total de procura de capital económico</b>	<b>28.560</b>	<b>29.176</b>
<b>Rácio de adequação de capital económico</b>	<b>179%</b>	<b>163%</b>

<sup>1</sup> Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.

<sup>2</sup> Inclui 0,4 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de abril de 2019 e 0,3 mil milhões de euros com efeitos a partir de Outubro de 2016, com base na revisão regular do BCE, e 0,9 mil milhões de euros de dedução de capital com base nas orientações do BCE relativas aos compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, com efeitos a partir de janeiro de 2018.

<sup>3</sup> O desreconhecimento de instrumentos de capital Tier 1 adicional da oferta de capital económico parou temporariamente durante 2020.

O rácio de adequação de capital económico era de 179% em 31 de dezembro de 2020, em comparação com 163% em 31 de dezembro de 2019. A alteração no rácio deveu-se sobretudo a um aumento na oferta de capital parcialmente compensada por uma diminuição na procura de capital. A oferta de capital económico aumentou 3,6 mil milhões de euros e deveu-se principalmente a deduções de capital mais baixas de ativos intangíveis de 3,6 mil milhões de euros, o que reflete principalmente a decisão de metodologia de reconhecimento de ativos de software na oferta de capital económico e a diminuição nos filtros prudenciais (ajustamento adicional da avaliação) de 0,3 mil milhões de euros, que resultaram de uma alteração temporária da norma técnica da EBA sobre a metodologia de agregação das avaliações prudenciais na sequência das perturbações causadas pela pandemia da COVID-19 e a normalização dos mercados no segundo semestre de 2020. Adicionalmente, o capital aumentou com o reconhecimento de instrumentos de capital Tier 1 adicional recentemente emitidos de 0,9 mil milhões de euros durante o primeiro trimestre de 2020. Estes impactos positivos foram parcialmente compensados por uma redução de 1,1 mil milhões de euros do capital próprio dos nossos acionistas nos termos das IFRS, principalmente devido aos efeitos negativos dos ajustamentos de conversão cambial de 1,7 mil milhões de euros, com alguma compensação positiva do nosso resultado líquido de 0,5 mil milhões de euros. A diminuição na procura de capital deveu-se a uma procura de capital económico inferior, conforme explicado na secção "Perfil de risco".

As medidas de adequação de capital descritas acima são aplicáveis ao Grupo Deutsche Bank consolidado e são parte integrante da nossa estrutura de gestão de risco e capital.

### Rácio de alavancagem

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Risco do Grupo (GRC).

## Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD

O rácio de alavancagem não baseado no risco atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de "proteção" não baseada no risco.

Foi introduzido um requisito mínimo de rácio de alavancagem de 3%, que estará em vigor a partir de 28 de junho de 2021. A partir de 1 de janeiro de 2023, será aplicado um requisito adicional de rácio de alavancagem de 50% da taxa de amortecedor G-SIB aplicável. Espera-se atualmente que este requisito adicional seja igual a 0,75%.

Calculamos a nossa exposição ao rácio de alavancagem em conformidade com o artigo 429.o do CRR em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) 2015/62, de 10 de outubro de 2014, publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015 e alterado pelo Regulamento (UE) 2020/873 publicado no Jornal Oficial da União Europeia em 24 de junho de 2020.

A nossa exposição total ao rácio de alavancagem inclui derivados, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição extrapatrimonial e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando o método regulamentar ao preço de mercado para derivados que compreendam o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. A margem de variação recebida em numerário das contrapartes é deduzida da parte de custos correntes de reposição da medida de exposição a rácio de alavancagem e a margem de variação paga às contrapartes é deduzida da medida de exposição a rácio de alavancagem relacionada com valores a receber reconhecidos como um ativo no balanço, desde que sejam cumpridas determinadas condições. As deduções de valores a receber pela margem de variação em numerário fornecida nas transações de derivados são apresentadas na exposição a derivados na tabela "Divulgação comum de rácio de alavancagem" abaixo. O valor nominal efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nominal reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nominal efetivo de uma proteção de derivado de crédito comprada no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

A componente de transações de financiamento de títulos (SFT) inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.

O componente de exposições no balanço (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados, SFT e compras e vendas regulares à espera de liquidação), bem como ajustamentos regulamentares para valores de ativos deduzidos na determinação do capital Tier 1. O valor da exposição das compras e vendas regulares que aguardam liquidação é determinado como compensação entre esses valores a receber e a pagar, em que as vendas e compras regulares relacionadas são ambas liquidadas numa base de entrega mediante pagamento.

O Grupo exclui determinadas exposições baseadas no euro a bancos centrais do Eurosistema da exposição à alavancagem, tendo obtido autorização do Banco Central Europeu em conformidade com a Decisão (UE) 2020/1306 do BCE. Esta exclusão temporária foi introduzida pela primeira vez no terceiro trimestre de 2020 e aplica-se atualmente até 27 de junho de 2021.

As tabelas que se seguem apresentam a exposição de rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem. A tabela comum de divulgação do Rácio de alavancagem fornece o rácio de alavancagem numa base fully loaded e de fase com o Capital Tier 1 fully loaded e de fase, respetivamente, no numerador. Para mais informações sobre o capital Tier 1, consulte também a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".



### Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas</b>	<b>1.325</b>	<b>1.298</b>
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	1	(1)
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(206)	(188)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	10	6
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	101	103
Outros ajustamentos	(153)	(50)
<b>Medida da exposição total ao rácio de alavancagem</b>	<b>1.078</b>	<b>1.168</b>

### Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2020	31 dez 2019
Total de exposições a derivados	99	113
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	83	93
Total de exposições extrapatrimoniais	101	103
Outros ativos	803	869
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1	(8)	(10)
Rácio de capital Tier 1 (fully loaded)	50,4	48,7
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.078	1.168
Rácio de alavancagem (fully loaded, em %)	4,7	4,2
Capital Tier 1 (inicial)	51,5	50,5
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.078	1.168
Rácio de alavancagem (inicial, em %)	4,8	4,3

### Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2020

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso rácio de alavancagem fully loaded era de 4,7% em comparação com 4,2% em 31 de dezembro de 2019. Isto tem em conta um capital Tier 1 fully loaded de 50,4 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1078 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 (48,7 mil milhões de euros e 1168 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, respetivamente).

O nosso rácio de alavancagem em conformidade com provisões transitórias era de 4,8% em 31 de dezembro de 2020 (4,3% em 31 de dezembro de 2019), calculado como capital Tier 1 em conformidade com regras transitórias de 51,5 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1078 mil milhões de euros (50,5 mil milhões de euros e 1168 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, respetivamente).

Ao longo de 2020, a nossa exposição de alavancagem diminuiu 90 mil milhões de euros para 1078 mil milhões de euros, principalmente motivada pela aplicação da emenda "quick fix" do CRR (Regulamento (UE) 2020/873, artigo 500.º-B), aprovada pela Decisão (UE) 2020/1306 do BCE, que permite a exclusão temporária de determinadas exposições do banco central, contribuindo para uma redução de 85 mil milhões de euros. Sem esta exclusão temporária, a nossa exposição de alavancagem diminuiu 5 mil milhões de euros no ano de 2020, principalmente motivada pela exposição de alavancagem relacionada com derivados, que diminuiu 14 mil milhões de euros (7 mil milhões de euros, excluindo deduções de ativos a receber pela margem de variação em numerário fornecida em transações de derivados), principalmente devido a acréscimos inferiores de potenciais exposições futuras. Os movimentos nas operações de financiamento de títulos (SFT) e nas categorias Outros ativos refletem em grande parte a evolução do nosso balanço (para informações adicionais, consulte a secção "Movimentos de ativos e passivos" neste relatório): Os saldos de caixa e do banco central/interbancários aumentaram 28 mil milhões de euros e os ativos financeiros pelo justo valor através de OCI cresceram 11 mil milhões de euros. Isto foi parcialmente compensado por diminuições em itens relacionados com SFT (Títulos comprados com acordos de revenda, títulos emprestados e Valores a receber de corretagem principal) em 10 mil milhões de euros, ativos detidos para negociação não derivados em 4 mil milhões de euros e Empréstimos em 3 mil milhões de euros. Os restantes ativos diminuíram 5 mil milhões de euros, em grande parte relacionados com títulos de dívida detidos para cobrança. As liquidações pendentes diminuíram 7 mil milhões de euros - apesar de se manterem praticamente inalteradas em termos brutos - devido à aplicação da emenda "quick fix" do CRR (Regulamento (UE) 2020/873, artigo 500.º-D), permitindo a liquidação de valores a receber e a pagar, em que as vendas e compras regulares relacionadas são ambas liquidadas numa base de entrega mediante pagamento. Além disso, as exposições extrapatrimoniais diminuíram em mil milhões de euros, correspondentes a valores nominais inferiores por compromissos de crédito irrevogáveis.

A diminuição da exposição de alavancagem em 2020 incluiu um impacto cambial positivo de 43 mil milhões de euros, principalmente devido ao enfraquecimento do dólar americano em relação ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento dos itens de exposição à alavancagem discutidos nesta secção.

Para os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".

## Requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL") e Capacidade total de absorção de perdas ("TLAC")

### Requisitos MREL

O requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL") foi introduzido através da regulamentação da União Europeia, a qual estabeleceu regras homogêneas e um procedimento homogêneo para a resolução de instituições de crédito (Regulamento do mecanismo único de resolução, ou "Regulamento MUR") e da diretiva da União Europeia que estabeleceu um quadro para a recuperação e resolução de instituições de crédito (Diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias, ou "BRRD"), conforme implementadas na lei alemã pela Lei alemã de recuperação e resolução.

O nível de MREL atualmente requerido é determinado pelas autoridades de resolução competentes para cada banco supervisionado caso a caso, dependendo da respetiva estratégia de resolução preferencial. No caso do Deutsche Bank AG, o MREL é determinado pelo Conselho Único de Resolução ("CUR"). Embora não exista um nível mínimo estatutário de MREL, regulamentação SRM, BRRD e uma regulamentação delegada definem os critérios que a autoridade de resolução tem de ter em consideração ao determinar o nível requerido de MREL. São fornecidas orientações através de uma política MREL publicada anualmente pelo CUR. Qualquer rácio MREL vinculativo determinado pelo CUR é comunicado ao Deutsche Bank através da Autoridade Federal de Supervisão Financeira da Alemanha (BaFin).

No segundo trimestre de 2018, o requisito de rácio de MREL vinculativo do Deutsche Bank AG numa base consolidada foi definido como 9,14% do total do passivo e fundos próprios ("TLOF"), aplicável imediatamente. O TLOF consiste principalmente no passivo total após a compensação de derivativos, mais os fundos próprios, ou seja, o capital regulamentar.

Como resultado da sua revisão anual regular, o CUR reviu o requisito obrigatório do rácio de MREL do Deutsche Bank AG no último trimestre de 2019, aplicável imediatamente. O requisito do rácio de MREL numa base consolidada foi reduzido para 8,58% do TLOF, dos quais 6,11% do TLOF têm agora de ser satisfeitos com fundos próprios e instrumentos subordinados como um requisito adicional.

Conforme anunciado pelo SRB, a próxima atualização do MREL vinculativo do Deutsche Bank AG e do requisito de MREL subordinado é esperada no primeiro semestre de 2021 e irá, pela primeira vez, refletir as alterações legais do pacote de reforma bancária através de alterações ao Regulamento do Mecanismo Único de Resolução e da Diretiva de Recuperação e Resolução de Bancos, previstos em junho de 2019, com a publicação do Regulamento (UE) 2019/877 e da Diretiva (UE) 2019/879. Como resultado, o requisito MREL e o requisito de MREL subordinado deixarão de ser expressos em percentagem de TLOF, mas como uma percentagem de Ativos ponderados pelo risco (RWA) e exposição ao rácio de alavancagem (LRE). Tal conduzirá a um requisito de MREL e MREL subordinado mais elevado em 2021, em comparação com 2020.

### Requisitos TLAC

Desde 27 de junho de 2019, o Deutsche Bank, enquanto banco de importância sistémica global, também esteve sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais ("TLAC"). O requisito de TLAC foi implementado com o pacote de reforma bancária através de alterações ao Regulamento de Requisitos de Capital e à Diretiva de Requisitos de Capital, fornecidos em junho de 2019 com a publicação do Regulamento (UE) 2019/876 e da Diretiva (UE) 2019/878.

Este requisito de TLAC baseia-se em denominadores baseados no risco e não baseados no risco e fixados no maior dos 16% dos ativos ponderados pelo risco, mais os requisitos de amortecedor combinados e 6,00% da exposição de alavancagem para um período de transição até 31 de dezembro de 2021. A partir daí, o maior de 18% dos ativos ponderados pelo risco mais os requisitos de amortecedor combinados e 6,75% da exposição de alavancagem devem ser cumpridos.

### Desenvolvimento do rácio de MREL

A 31 de dezembro de 2020, o TLOF era de 1019 mil milhões de euros e o MREL disponível era de 109 mil milhões de euros, correspondendo a um rácio de 10,67%. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente confortável de MREL de 21 mil milhões de euros acima dos requisitos MREL de 87 mil milhões de euros (ou seja, 8,58% do TLOF). 105 mil milhões de euros do nosso MREL disponível eram fundos próprios e passivos subordinados, correspondendo a um rácio de subordinação de MREL de 10,31%, um amortecedor de 43 mil milhões de euros acima do nosso requisito de subordinação de 62 mil milhões de euros (ou seja, 6,11% do TLOF). Em comparação com 31 de dezembro de 2019, os excedentes acima do nosso requisito MREL e do nosso requisito de MREL subordinado foram reduzidos para níveis mais moderados. Tal foi alcançado através de novas emissões que não substituem totalmente passivos elegíveis inferiores ao limiar de maturidade de um ano para a elegibilidade MREL. Esta situação também teve impacto na evolução do rácio de TLAC.

## Desenvolvimento do rácio de TLAC

Em 31 de dezembro de 2020 o TLAC era de 105 mil milhões de euros e os rácios TLAC correspondentes eram de 31,9% (com base nos RWA) e 9,7% (com base na exposição de alavancagem). Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente confortável de TLAC de 38 mil milhões de euros acima da sua capacidade total de absorção de perdas, com o requisito mínimo de 67 mil milhões de euros (20,52% de exposição baseada na alavancagem).

### Divulgação do MREL e TLAC

em milhões de euros  
(exceto se indicado em contrário)

	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Elementos de capital regulamentar do TLAC/ MREL</b>		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	44.700	44.148
Instrumentos de capital adicional Tier 1 (AT1) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	6.848	6.397
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL		
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos ao TLAC/MREL	6.944	5.957
Ajustamentos aos instrumentos de capital Tier 2 (T2) para TLAC/MREL	518	16
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	7.462	5.973
<b>Elementos do total do capital regulamentar do TLAC/MREL</b>	<b>59.010</b>	<b>56.519</b>
<b>Outros elementos do TLAC/MREL</b>		
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	46.048	55.803
Participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	-
<b>Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)</b>	<b>105.058</b>	<b>112.322</b>
Inclusão de participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	0
<b>Fundos próprios disponíveis e passivos elegíveis subordinados (MREL subordinado)</b>	<b>105.058</b>	<b>112.322</b>
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	3.658	2.856
<b>Mínimo disponível de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)</b>	<b>108.716</b>	<b>115.178</b>
<b>Ativos ponderados pelo risco ("Risk-weighted assets" - RWA)</b>	<b>328.951</b>	<b>324.015</b>
Exposição a rácio de alavancagem (LRE)	1.078.268	1.168.040
<b>Total do passivo e fundos próprios após compensação prudencial (TLOF)</b>	<b>1.018.558</b>	<b>995.513</b>
<b>Rácio de TLAC</b>		
Rácio de TLAC (como percentagem do RWA)	31,94	34,67
Requisitos TLAC (como percentagem dos RWA)	20,52	20,58
Rácio de TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	9,74	9,62
Requisitos TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	6,00	6,00
Excedente do TLAC acima da exigência dos RWA	37.562	45.639
Excedente do TLAC acima da exigência dos LRE	40.362	42.239
<b>Subordinação de MREL</b>		
Rácio de subordinação de MREL (como percentagem do TLOF)	10,31	11,28
Requisito de subordinação de MREL (como percentagem do TLOF)	6,11	6,11
Excedente acima do requisito de subordinação de MREL	42.824	51.496
<b>Rácio de MREL</b>		
Rácio de MREL (como percentagem do TLOF)	10,67	11,57
Requisitos MREL (como percentagem dos TLOF)	8,58	8,58
Excedente de MREL acima do requisito	21.323	29.763

## Fundos próprios e passivo elegível

Para efeitos do cumprimento dos requisitos MREL e TLAC, o Deutsche Bank tem de garantir a manutenção de uma quantidade suficiente de instrumentos elegíveis. Os instrumentos elegíveis para MREL e TLAC são os instrumentos de capital regulamentares ("fundos próprios") e um passivo que cumpra determinados critérios, o qual é designado "passivo elegível".

Os fundos próprios utilizados para MREL e TLAC incluem o montante total de instrumentos de capital Tier 2 com um prazo residual superior a 1 ano e inferior a 5 anos, os quais são refletidos no capital regulamentar apenas numa base pro-rata.

Os passivos elegíveis são passivos emitidos com base na entidade de resolução Deutsche Bank AG que cumprem os critérios de elegibilidade, os quais devem garantir que são estruturalmente adequados como capital de absorção de perdas. Como resultado, os passivos elegíveis excluem depósitos que se encontrem abrangidos por um sistema de proteção de depósitos ou que sejam preferenciais ao abrigo da legislação alemã de insolvência (por exemplo, depósitos de privados bem como de pequenas e médias empresas). Entre outros, os passivos garantidos, os passivos de derivados e os instrumentos de dívida com derivados embutidos (por exemplo, as notas estruturadas) são geralmente excluídos. Além disso, os passivos elegíveis têm de ter um período de tempo restante até atingirem a maturidade de pelo menos um ano e têm de ser emitidos ao abrigo da legislação de um Estado-Membro da União Europeia ou têm de incluir uma cláusula de recapitalização nos respetivos

termos contratuais, de modo a tornar a conversão efetiva. Consequentemente, 4 mil milhões de euros de passivos elegíveis emitidos nos termos da legislação do Reino Unido perderão o reconhecimento do MREL após o Brexit a partir de janeiro de 2021, caso sejam emitidos após 1 de janeiro de 2015 (a data efetiva de transposição alemã da Diretiva de Recuperação e Resolução de Bancos) e não incluam uma cláusula de rescisão executória e efetiva

Além disso, os passivos elegíveis têm de ser subordinados para serem contabilizados em relação ao TLAC e aos novos requisitos de subordinação MREL. Com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017, a Lei Bancária Alemã introduziu uma nova classe de títulos de dívida subordinada classificados como “não preferenciais sénior” abaixo dos restantes passivos sénior do banco (mas com primazia sobre os passivos subordinados contratualmente do banco, como os classificados como instrumentos Tier 2). No seguimento de um esforço de harmonização por parte da União Europeia, que resultou na implementação na Alemanha a 21 de julho de 2018, os bancos passaram a ser autorizados a decidir agora se a emissão específica de uma dívida sénior elegível é enquadrada na categoria não preferencial ou preferencial. Quaisquer instrumentos de dívida “sénior não preferencial” emitidos pelo Deutsche Bank AG ao abrigo das novas regras têm a mesma prioridade com os seus restantes instrumentos de dívidas em circulação que foram classificados como “sénior não preferencial” ao abrigo das regras anteriores. Todas estas emissões “sénior não preferencial” cumprem os critérios de subordinação TLAC e MREL.

## Exposição ao risco de crédito

Definimos a nossa exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, tal como definido no “Quadro do risco de crédito”.

### Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de crédito (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. Aplicamos margens de avaliação (haircuts) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelecemos limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31 dez 2020					
	Aumentos de crédito					
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito <sup>1</sup>	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito <sup>2</sup>	Total de aumentos de crédito
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>						
Caixa e saldos do banco central	166.211	166.211	–	0	–	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9.132	9.132	–	0	0	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.535	8.535	–	8.173	–	8.173
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	–	0	–	0
Empréstimos	431.807	431.807	–	228.513	30.119	258.632
Outros ativos sujeitos a risco de crédito <sup>4,5</sup>	96.394	85.106	43.316	902	55	44.273
<b>Total de ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>	<b>712.078</b>	<b>700.790</b>	<b>43.316</b>	<b>237.588</b>	<b>30.174</b>	<b>311.078</b>
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados<sup>6</sup></b>						
Ativos detidos para negociação	94.757	–	–	2.998	1.248	4.246
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	343.455	–	262.486	52.329	83	314.898
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	75.116	–	993	62.036	244	63.273
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	46.057	–	993	44.967	0	45.961
Títulos obtidos por empréstimo	17.009	–	–	16.730	0	16.730
Empréstimos	2.192	–	–	272	244	516
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	437	–	–	0	0	0
<b>Total de ativos financeiros pelo justo valor através de resultados</b>	<b>513.764</b>	<b>–</b>	<b>263.479</b>	<b>117.364</b>	<b>1.575</b>	<b>382.418</b>
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI</b>						
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1.543	1.543	–	0	0	0
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	–	0	0	0
Empréstimos	4.635	4.635	–	1.581	1.153	2.734
<b>Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI</b>	<b>55.834</b>	<b>55.834</b>	<b>–</b>	<b>1.581</b>	<b>1.153</b>	<b>2.734</b>
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito <sup>7</sup>	47.978	47.978	–	2.327	6.157	8.484
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito <sup>7</sup>	215.877	214.898	–	15.345	5.779	21.124
<b>Total de extrapatrimoniais</b>	<b>263.854</b>	<b>262.876</b>	<b>–</b>	<b>17.672</b>	<b>11.936</b>	<b>29.608</b>
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>1.545.531</b>	<b>1.019.501</b>	<b>306.795</b>	<b>374.205</b>	<b>44.838</b>	<b>725.838</b>

<sup>1</sup> Não inclui crédito derivado nacional vendido (395.636 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nacional adquirido.

<sup>2</sup> A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nominal do subjacente.

<sup>3</sup> Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito.

<sup>4</sup> Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados.

<sup>5</sup> Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade.

<sup>6</sup> Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

<sup>7</sup> Os números são refletidos nos valores nominais.

	31 dez 2019					
	Aumentos de crédito					
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito <sup>1</sup>	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito <sup>2</sup>	Total de aumentos de crédito
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>						
Caixa e saldos do banco central	137.596	137.596	–	0	–	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9.642	9.642	–	0	0	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	13.800	13.800	–	13.650	–	13.650
Títulos obtidos por empréstimo	428	428	–	303	–	303
Empréstimos	433.834	433.834	–	228.620	27.984	256.605
Outros ativos sujeitos a risco de crédito <sup>4,5</sup>	96.779	85.028	37.267	1.524	42	38.833
<b>Total de ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>	<b>692.079</b>	<b>680.328</b>	<b>37.267</b>	<b>244.098</b>	<b>28.026</b>	<b>309.392</b>
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados<sup>6</sup></b>						
Ativos detidos para negociação	93.369	–	–	1.480	861	2.340
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	332.931	–	262.326	48.608	134	311.068
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	84.359	–	853	69.645	259	70.757
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	53.366	–	853	51.659	0	52.512
Títulos obtidos por empréstimo	17.918	–	–	17.599	0	17.599
Empréstimos	3.174	–	–	290	259	550
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	7	–	–	0	0	0
<b>Total de ativos financeiros pelo justo valor através de resultados</b>	<b>510.665</b>	<b>–</b>	<b>263.180</b>	<b>119.732</b>	<b>1.254</b>	<b>384.166</b>
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI</b>	<b>45.503</b>	<b>45.503</b>	<b>0</b>	<b>1.622</b>	<b>1.267</b>	<b>2.889</b>
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1.415	1.415	–	0	0	0
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	–	0	0	0
Empréstimos	4.874	4.874	–	1.622	1.267	2.889
<b>Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI</b>	<b>45.503</b>	<b>45.503</b>	<b>–</b>	<b>1.622</b>	<b>1.267</b>	<b>2.889</b>
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito <sup>7</sup>	49.232	49.232	–	2.994	6.138	9.132
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito <sup>7</sup>	211.440	209.986	–	15.217	4.984	20.202
<b>Total de extrapatrimoniais</b>	<b>260.672</b>	<b>259.218</b>	<b>–</b>	<b>18.211</b>	<b>11.122</b>	<b>29.333</b>
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>1.508.920</b>	<b>985.049</b>	<b>300.447</b>	<b>383.663</b>	<b>41.670</b>	<b>725.780</b>

<sup>1</sup> Não inclui crédito derivado nacional vendido (356.362 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nacional adquirido.

<sup>2</sup> A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nominal do subjacente.

<sup>3</sup> Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito.

<sup>4</sup> Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados.

<sup>5</sup> Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade.

<sup>6</sup> Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

<sup>7</sup> Os números são refletidos nos valores nacionais.

O aumento global da exposição máxima ao risco de crédito para 31 de dezembro de 2020 foi de 36,6 mil milhões de euros, principalmente motivado por um aumento de 28,6 mil milhões de euros em caixa e saldos de bancos centrais, 10,5 mil milhões de euros em valores de mercado positivos de derivados e 10,3 mil milhões de euros em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, principalmente em títulos de dívida. Estes aumentos foram compensados por reduções nos recursos de bancos centrais vendidos, títulos adquiridos com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo em todas as categorias de mensuração aplicáveis em 13,8 mil milhões de euros e empréstimos pelo custo amortizado de 2,0 mil milhões de euros.

A categoria de ativos detidos para negociação incluía, em 31 de dezembro de 2020, obrigações negociadas no valor de 83,5 mil milhões de euros (80,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018), mais de 84% das quais com notaçao investment-grade (mais de 81% em 31 de dezembro de 2019).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias/derivados de crédito. Recorre-se a margens de avaliação, ao parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e a avaliações

especializadas de garantias colaterais para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus e nos Estados Unidos. Adicionalmente, temos agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

## Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, Empréstimos, Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis, Passivos contingentes, produtos do mercado de balcão (OTC), Títulos de dívida e Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- "Empréstimos" são créditos brutos conforme reportados no nosso balanço patrimonial ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de resultados e empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito. Isto inclui os "empréstimos negociados" comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os "compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos revogáveis e irrevogáveis.
- Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).
- Os "derivados OTC" são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros pelo justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em ambos os casos apenas aplicando garantias em numerário recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS.
- Os "títulos de dívida" incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, tal como reportado no nosso balanço no âmbito das categorias de contabilidade pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito, e inclui também a categoria pelo justo valor através de resultados. Isto inclui as "obrigações negociadas", que consistem em obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem em transações de revenda, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas, aplicando apenas as garantias recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber e posições de titularização tradicionais. Consequentemente, a exposição bruta de derivados OTC (antes da compensação e garantia em numerário) em 31 de dezembro de 2020 de 1,4 mil milhões de euros (1,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019), que faz parte da classificação de "ativo detido para venda" não está incluída na nossa principal exposição ao crédito. Esta exposição está associada à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas. Para mais informações, consulte a Nota 24, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" das demonstrações financeiras consolidadas.

## Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

	31 dez 2020						
	Empréstimos		Extrapatrimoniais		Derivados OTC		
em milhões de euros	pelo custo amortizado <sup>1</sup>	Designada / negociação - obrigatória pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	pelo justo valor através de resultados <sup>4</sup>
Corporate Bank	114.491	621	784	4.393	130.690	44.293	299
Investment Bank	69.309	6.366	1.618	220	45.053	1.889	22.533
Private Bank	237.194	0	7	0	37.315	1.625	440
Asset Management	20	0	0	0	121	9	0
Unidade de Libertação de Capital	2.807	1.352	220	22	1.592	38	9.388
Corporate & Other	7.986	0	0	0	1.106	123	268
<b>Total</b>	<b>431.807</b>	<b>8.339</b>	<b>2.629</b>	<b>4.635</b>	<b>215.877</b>	<b>47.978</b>	<b>32.928</b>

31 dez 2020

em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>			Total
	pelo custo amortizado <sup>5</sup>	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
Investment Bank	2.078	86.579	980	7.356	59.974	0	303.956
Private Bank	521	2	1	10	0	0	277.115
Asset Management	0	2.850	198	0	0	0	3.198
Unidade de Libertação de Capital	0	1.404	0	1	3.091	0	19.915
Corporate & Other	9.294	4.443	48.476	824	0	1.543	74.063
<b>Total</b>	<b>12.625</b>	<b>95.347</b>	<b>49.656</b>	<b>8.535</b>	<b>63.066</b>	<b>1.543</b>	<b>974.964</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 11,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 90,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 360,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

31 dez 2019

em milhões de euros	Empréstimos			Extrapatrimoniais		Derivados OTC	
	pelo custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>		Passivos contingentes
Investment Bank	75.145	10.091	1.597	174	51.701	2.005	13.506
Private Bank	229.746	(0)	7	0	35.550	1.996	262
Asset Management	57	0	0	0	121	10	2
Unidade de Libertação de Capital	3.555	1.827	1.096	150	2.901	51	13.904
Corporate & Other	7.020	0	0	0	1.094	253	148
<b>Total</b>	<b>433.834</b>	<b>12.346</b>	<b>3.181</b>	<b>4.874</b>	<b>211.440</b>	<b>49.232</b>	<b>28.039</b>

31 dez 2019

em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>			Total
	pelo custo amortizado <sup>5</sup>	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
Investment Bank	2.242	83.039	543	7.842	68.199	0	316.085
Private Bank	4.019	18	2.951	4.082	0	0	278.632
Asset Management	0	556	0	0	0	0	746
Unidade de Libertação de Capital	61	1.440	9	521	3.085	0	28.601
Corporate & Other	17.119	4.767	35.712	1.201	0	1.415	68.728
<b>Total</b>	<b>24.300</b>	<b>89.835</b>	<b>39.214</b>	<b>14.228</b>	<b>71.284</b>	<b>1.415</b>	<b>983.222</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 22 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 96 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 1,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

A nossa principal exposição total ao crédito diminuiu 8,3 mil milhões de euros face ao ano anterior.

- Em termos de divisões de negócio, a principal exposição total ao crédito diminuiu 12,1 mil milhões de euros no Investment Bank, 8,7 mil milhões de euros na Unidade de Libertação de Capital, 1,5 mil milhões de euros no Private Bank, parcialmente compensado por um aumento no Corporate Bank de 6,3 mil milhões de euros, 5,3 mil milhões de euros em Corporate & Other e 2,5 mil milhões de euros em Asset Management. A divisão de negócio Corporate & Other inclui principalmente exposições em tesouraria.
- Numa perspetiva de produto, foram observadas diminuições da exposição em acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, enquanto se observa um aumento nos derivados OTC, títulos de dívida e posição extrapatrimonial.



### Principais categorias de exposição ao crédito por setor

Os quadros abaixo fornecem uma visão geral da nossa exposição ao crédito por setor, com base no código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores e não tem de ser congruente com uma visão interna baseada no risco aplicada noutros pontos do presente relatório.

em milhões de euros	31 dez 2020						
	Empréstimos				Extrapatrimoniais		Derivados OTC
	pelo custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	pelo justo valor através de resultados <sup>4</sup>
Agricultura, exploração florestal e pesca	637	0	0	0	544	40	3
Indústria mineira e de extração de minérios	2.871	250	8	15	5.148	1.370	34
Indústria	26.050	525	354	1.111	52.722	10.314	4.677
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3.419	295	51	0	5.080	1.783	614
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	681	0	0	0	396	156	80
Construção	4.440	243	2	22	2.672	2.490	438
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	20.697	330	83	913	15.672	5.025	614
Transporte e armazenamento	5.575	427	69	312	5.235	978	715
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.427	60	0	27	1.203	158	27
Informação e comunicação	5.525	308	3	404	14.030	2.072	887
Atividades financeiras e de seguros	84.724	2.860	1.823	813	56.024	19.467	18.042
Atividades imobiliárias	36.571	989	46	339	5.776	312	1.401
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7.707	228	0	12	4.919	1.915	147
Atividades de serviços administrativos e de apoio	9.112	333	66	56	4.266	453	672
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	6.139	828	13	433	2.983	93	3.094
Educação	205	0	0	0	126	14	459
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.436	68	26	0	2.373	127	484
Artes, entretenimento e atividades de lazer	929	22	0	0	1.105	59	30
Outras atividades de serviços	5.353	551	84	177	4.305	877	131
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	205.308	22	0	2	31.298	272	325
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1	0	0	0	0	2	54
<b>Total</b>	<b>431.807</b>	<b>8.339</b>	<b>2.629</b>	<b>4.635</b>	<b>215.877</b>	<b>47.978</b>	<b>32.928</b>

							31 dez 2020
	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>1</sup>			Total
	em milhões de euros	pelos custos amortizados <sup>2</sup>	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI <sup>3</sup>	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	6	0	0	0	0	1.230
Indústria mineira e de extração de minérios	0	354	2	0	0	0	10.053
Indústria	0	995	39	0	0	0	96.788
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	0	437	1	0	0	0	11.679
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	0	40	0	0	0	0	1.354
Construção	0	565	70	0	0	0	10.944
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	0	213	2	0	0	0	43.548
Transporte e armazenamento	203	811	26	0	0	0	14.351
Atividades de serviços de alojamento e restauração	0	63	0	0	0	0	3.964
Informação e comunicação	8	514	5	0	0	0	23.756
Atividades financeiras e de seguros	3.167	20.866	8.114	8.428	61.801	1.543	287.672
Atividades imobiliárias	333	3.047	109	0	0	0	48.924
Atividades profissionais, científicas e técnicas	25	105	25	8	0	0	15.091
Atividades de serviços administrativos e de apoio	36	270	3	99	0	0	15.367
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	8.670	61.459	40.574	0	1.089	0	125.374
Educação	0	120	21	0	0	0	945
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	0	473	0	0	0	0	6.987
Artes, entretenimento e atividades de lazer	31	83	0	0	0	0	2.258
Outras atividades de serviços	110	3.654	162	0	176	0	15.580
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	237.226
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	40	1.272	503	0	0	0	1.873
<b>Total</b>	<b>12.625</b>	<b>95.347</b>	<b>49.656</b>	<b>8.535</b>	<b>63.066</b>	<b>1.543</b>	<b>974.965</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 11,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 90,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 360,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

31 dez 2019							
em milhões de euros	Empréstimos				Extrapatrimoniais		Derivados OTC
	pelos custos amortizados <sup>1</sup>	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelos justos valores através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	pelos justos valores através dos resultados <sup>4</sup>
Agricultura, exploração florestal e pesca	676	0	0	0	874	39	1
Indústria mineira e de extração de minérios	2.537	274	135	80	4.606	1.223	22
Indústria	28.412	418	84	1.285	51.627	12.180	1.169
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.115	401	60	0	5.774	1.630	589
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	833	10	0	0	486	136	68
Construção	3.810	259	27	14	2.876	2.174	364
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	20.990	624	97	858	12.669	5.087	306
Transporte e armazenamento	4.872	534	54	150	5.066	996	1.213
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.565	40	0	29	1.935	191	49
Informação e comunicação	5.783	434	1	358	14.460	2.640	919
Atividades financeiras e de seguros	90.962	4.015	2.521	936	57.295	19.036	17.286
Atividades imobiliárias	41.670	3.236	49	198	5.600	306	1.516
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7.307	91	0	32	4.429	1.890	48
Atividades de serviços administrativos e de apoio	6.833	102	106	22	4.070	373	502
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	6.437	1.071	15	489	2.650	109	2.586
Educação	327	0	0	0	95	18	397
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.503	63	2	63	2.476	124	352
Artes, entretenimento e atividades de lazer	843	24	0	0	1.309	44	23
Outras atividades de serviços	4.677	707	24	358	3.428	733	130
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	196.680	45	5	2	29.713	301	324
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	3	0	0	0	3	4	176
<b>Total</b>	<b>433.834</b>	<b>12.346</b>	<b>3.181</b>	<b>4.874</b>	<b>211.440</b>	<b>49.232</b>	<b>28.039</b>

							31 dez 2019
	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>1</sup>			Total
	em milhões de euros	pelos custos amortizados <sup>2</sup>	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI <sup>3</sup>	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	4	0	0	0	0	1.593
Indústria mineira e de extração de minérios	115	369	7	0	0	0	9.369
Indústria	371	1.029	51	0	0	0	96.626
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	420	668	1	0	0	0	13.659
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	5	27	0	0	0	0	1.565
Construção	26	263	68	0	0	0	9.880
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	68	226	15	0	0	0	40.938
Transporte e armazenamento	194	431	47	0	0	0	13.557
Atividades de serviços de alojamento e restauração	21	33	0	0	0	0	4.863
Informação e comunicação	126	478	36	0	9	0	25.244
Atividades financeiras e de seguros	7.915	18.296	11.118	14.228	70.224	1.415	315.247
Atividades imobiliárias	387	2.327	81	0	0	0	55.371
Atividades profissionais, científicas e técnicas	10	194	10	0	0	0	14.009
Atividades de serviços administrativos e de apoio	59	133	3	0	0	0	12.203
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	12.492	59.381	24.814	0	948	0	110.992
Educação	0	194	0	0	0	0	1.032
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	0	461	0	0	0	0	7.044
Artes, entretenimento e atividades de lazer	55	125	0	0	0	0	2.423
Outras atividades de serviços	143	3.421	246	0	5	0	13.871
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	227.071
Atividades de organizações e instituições extra-territoriais	1.893	1.772	2.718	0	96	0	6.665
<b>Total</b>	<b>24.300</b>	<b>89.835</b>	<b>39.214</b>	<b>14.228</b>	<b>71.284</b>	<b>1.415</b>	<b>983.222</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 22 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 96 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 1,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

A carteira está sujeita aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos nossos “Princípios de gestão do risco de crédito”, incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos/classe de ativos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de vender ou distribuir parte do risco a terceiros, estão sujeitas a revisão e aprovação por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (dependendo da dimensão) por um comité de subscrição e/ou pelo Conselho de Administração. Coloca-se grande ênfase na estruturação e na definição de preços dessas transações, de modo a que a redução do risco possa ser alcançada em tempo real e – nos casos em que o DB assume o risco de preço de mercado – para atenuar esse risco de mercado.

A nossa exposição a empréstimos de custo amortizado dentro das categorias acima é principalmente para mutuários de boa qualidade. Além disso, com o foco no Corporate Bank e no Investment Bank, a exposição a empréstimos está sujeita a uma maior redução do risco através da nossa unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas ("SCL").

A nossa exposição de empréstimos familiares está principalmente associada às nossas carteiras do Private Bank.

A nossa exposição a empréstimos de custo amortizado de 36,5 mil milhões de euros para atividades imobiliárias acima baseia-se na classificação do código NACE. Também fornecemos uma compreensão das nossas exposições a imóveis comerciais em todo o Grupo de imóveis comerciais, as exposições APAC CRE no Investment Bank e o negócio CRE sem recurso no Corporate Bank. Consulte o capítulo "Indústrias em destaque à luz da pandemia da COVID-19" para mais informações sobre as exposições a imóveis comerciais.

Os nossos créditos imobiliários comerciais, sobretudo com origem nos EUA e na Europa, são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente. O Deutsche Bank origina empréstimos a taxa fixa e variável e adquire seletivamente (geralmente com desconto substancial) empréstimos sub/não rentáveis vendidos por instituições financeiras. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. Orientações em matéria de política na subscrição de créditos preveem que serão mantidos os rácios LTV geralmente inferiores a 75%. Adicionalmente, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos por uma equipa de avaliação (que integra a função de Gestão do risco de crédito, independente), a qual também é responsável por analisar e contestar regularmente os valores imobiliários relatados. O Deutsche Bank origina empréstimos para distribuição no mercado bancário ou através de titularização. Neste contexto, o Deutsche Bank retém frequentemente uma parte dos empréstimos em consórcio, enquanto as posições titularizadas podem ser inteiramente vendidas (exceto quando a regulamentação exige a retenção do risco económico). As exposições intermédias (mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior só são retidas em casos excecionais. O banco também participa em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de operações imobiliárias.

As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e eventos idiossincráticos que afetem as propriedades subjacentes. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A nossa exposição ao crédito relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 9% da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2020, em comparação com 8% em 31 de dezembro de 2019. As nossas dez principais exposições a contraparte eram contrapartes com boa notação ou transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

A exposição ao crédito global no setor das Atividades financeiras e de seguros é composta principalmente por exposições "investment-grade". Os empréstimos totais em todas as categorias de medição aplicáveis com um valor de 90,2 mil milhões de euros, os acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra em todas as categorias de medição aplicáveis com um valor de 71,8 mil milhões de euros e as atividades extrapatrimoniais com um valor de 75,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 estão integrados nas atividades financeiras e de seguros e principalmente associados às carteiras do Investment Bank e do Corporate Bank e são detidos na sua maioria nas regiões da América do Norte e da Europa.

Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

		31 dez 2020					
		Empréstimos		Extrapatrimoniais		Derivados OTC	
em milhões de euros	pelo custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	pelo justo valor através de resultados <sup>4</sup>
<b>Europa</b>	<b>317.585</b>	<b>3.092</b>	<b>1.519</b>	<b>1.615</b>	<b>128.440</b>	<b>29.529</b>	<b>20.283</b>
Dos quais:							
Alemanha	224.577	340	57	347	75.531	12.195	1.715
Reino Unido	5.796	160	341	64	9.820	2.327	7.102
França	3.460	65	33	187	6.103	1.383	1.331
Luxemburgo	10.097	546	252	0	4.839	1.251	701
Itália	23.442	340	66	0	3.600	3.888	1.854
Países Baixos	9.679	79	222	554	9.890	1.727	1.942
Espanha	17.134	304	0	28	3.755	2.763	1.094
Irlanda	4.173	190	200	127	2.023	200	465
Suíça	6.817	39	19	150	4.518	1.762	268
Polónia	2.421	0	1	0	374	128	17
Bélgica	1.133	4	0	53	1.566	679	295
Outros países da Europa	8.856	1.025	327	103	6.420	1.226	3.497
<b>América do Norte</b>	<b>73.742</b>	<b>3.266</b>	<b>841</b>	<b>1.896</b>	<b>78.079</b>	<b>7.430</b>	<b>9.420</b>
Dos quais:							
EUA	61.137	2.926	784	1.792	73.215	7.033	8.496
Ilhas Caimão	3.790	113	3	0	2.131	25	246
Canadá	887	37	0	91	1.790	47	303
Outros países da América do Norte	7.928	191	54	13	943	326	374
<b>Ásia e Pacífico</b>	<b>34.194</b>	<b>1.248</b>	<b>237</b>	<b>992</b>	<b>7.813</b>	<b>9.960</b>	<b>2.766</b>
Dos quais:							
Japão	1.385	17	0	89	415	483	312
Austrália	1.525	258	36	35	1.785	367	542
Índia	6.355	54	21	32	1.110	2.253	149
China	4.764	6	149	46	684	1.780	658
Singapura	5.309	210	30	28	918	685	248
Hong Kong	2.872	109	0	61	986	671	186
Outros países da Ásia e Pacífico	11.984	593	0	702	1.914	3.721	670
<b>Outras áreas geográficas</b>	<b>6.285</b>	<b>734</b>	<b>31</b>	<b>133</b>	<b>1.545</b>	<b>1.059</b>	<b>460</b>
<b>Total</b>	<b>431.807</b>	<b>8.339</b>	<b>2.629</b>	<b>4.635</b>	<b>215.877</b>	<b>47.978</b>	<b>32.928</b>

							31 dez 2020
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>			Total
	pelo custo amortizado <sup>5</sup>	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
<b>Europa</b>	2.468	46.446	31.868	2.180	21.696	498	607.218
Dos quais:							
Alemanha	544	8.257	10.467	263	1.078	10	335.382
Reino Unido	890	7.980	2.776	0	11.352	0	48.607
França	2	8.136	5.216	0	5.981	0	31.898
Luxemburgo	41	2.509	1.412	0	819	0	22.466
Itália	117	5.908	1.496	108	478	0	41.297
Países Baixos	112	3.486	118	0	33	0	27.843
Espanha	0	3.053	3.088	1.077	500	0	32.796
Irlanda	680	1.415	136	0	396	0	10.004
Suíça	4	637	4	0	79	0	14.299
Polónia	0	112	1.993	0	0	0	5.047
Bélgica	40	1.575	1.616	0	5	0	6.966
Outros países da Europa	38	3.380	3.546	731	975	488	30.612
<b>América do Norte</b>	7.727	27.547	11.798	2.780	31.907	0	256.433
Dos quais:							
EUA	7.351	26.408	11.197	1.814	29.370	0	231.523
Ilhas Caimão	359	567	0	885	2.086	0	10.206
Canadá	0	417	543	0	451	0	4.567
Outros países da América do Norte	16	155	58	81	0	0	10.137
<b>Ásia e Pacífico</b>	2.431	19.246	5.740	3.353	9.426	646	98.052
Dos quais:							
Japão	64	2.807	25	0	6.283	0	11.881
Austrália	1.545	2.535	860	0	659	0	10.149
Índia	349	3.284	2.047	0	128	396	16.177
China	0	3.012	309	0	421	0	11.830
Singapura	78	2.067	472	0	105	0	10.152
Hong Kong	207	725	286	60	12	0	6.175
Outros países da Ásia e Pacífico	188	4.816	1.740	3.293	1.817	250	31.689
<b>Outras áreas geográficas</b>	0	2.107	250	223	37	399	13.262
<b>Total</b>	<b>12.625</b>	<b>95.347</b>	<b>49.656</b>	<b>8.535</b>	<b>63.066</b>	<b>1.543</b>	<b>974.965</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 11,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 90,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 360,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

31 dez 2019							
em milhões de euros	Empréstimos			Extrapatrimoniais		Derivados OTC	
	pelos custos amortizados <sup>1</sup>	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelos justos valores através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	pelos justos valores através dos resultados <sup>4</sup>
<b>Europa</b>	307.871	4.469	2.435	1.778	114.586	29.836	18.964
Dos quais:							
Alemanha	214.155	316	5	245	65.468	12.078	1.572
Reino Unido	7.927	607	373	230	7.960	2.587	6.337
França	3.106	70	0	209	5.905	1.322	1.264
Luxemburgo	8.320	1.193	1.084	46	4.374	652	859
Itália	22.347	298	109	0	3.127	3.721	1.389
Países Baixos	9.679	83	162	457	9.015	1.805	2.123
Espanha	17.265	257	54	59	2.262	3.246	916
Irlanda	4.783	157	280	124	2.241	172	545
Suíça	6.818	30	85	262	5.880	2.213	194
Polónia	2.771	0	5	0	316	130	60
Bélgica	1.347	0	0	67	1.773	421	285
Outros países da Europa	9.352	1.458	279	78	6.267	1.489	3.420
<b>América do Norte</b>	79.522	4.543	483	2.155	88.260	8.332	6.628
Dos quais:							
EUA	66.991	3.891	389	2.016	83.894	7.842	4.943
Ilhas Caimão	3.560	318	30	0	764	20	481
Canadá	1.155	23	0	116	2.230	81	1.007
Outros países da América do Norte	7.816	310	64	22	1.371	389	197
<b>Ásia e Pacífico</b>	39.584	1.780	248	820	6.962	9.652	1.946
Dos quais:							
Japão	1.752	16	0	112	599	333	405
Austrália	1.577	320	63	0	1.587	104	357
Índia	7.717	126	149	0	646	2.392	128
China	4.816	38	0	45	725	1.503	308
Singapura	5.722	185	37	30	761	833	210
Hong Kong	4.315	380	0	18	1.182	628	146
Outros países da Ásia e Pacífico	13.685	714	0	614	1.461	3.860	392
<b>Outras áreas geográficas</b>	6.857	1.554	14	122	1.632	1.412	501
<b>Total</b>	<b>433.834</b>	<b>12.346</b>	<b>3.181</b>	<b>4.874</b>	<b>211.440</b>	<b>49.232</b>	<b>28.039</b>



31 dez 2019							
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>			Total
	pelos custos amortizados <sup>5</sup>	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	
<b>Europa</b>	11.267	37.936	24.791	7.884	15.046	390	577.251
Dos quais:							
Alemanha	3.986	5.353	6.864	4.488	661	28	315.219
Reino Unido	2.647	9.712	2.273	604	6.522	0	47.778
França	705	4.714	6.302	319	2.748	0	26.664
Luxemburgo	969	3.094	3.099	121	861	0	24.673
Itália	288	5.388	916	144	679	0	38.406
Países Baixos	726	2.051	584	297	100	0	27.082
Espanha	139	2.010	513	1.082	501	0	28.303
Irlanda	636	1.321	19	0	1.140	0	11.418
Suíça	51	679	101	0	69	0	16.382
Polónia	0	30	1.988	0	0	0	5.301
Bélgica	204	854	577	0	0	0	5.528
Outros países da Europa	917	2.730	1.554	829	1.765	362	30.499
<b>América do Norte</b>	9.985	31.654	8.325	3.140	42.038	0	285.065
Dos quais:							
EUA	9.574	30.600	7.718	1.750	19.661	0	239.267
Ilhas Caimão	393	509	9	1.293	22.132	0	29.510
Canadá	0	277	599	0	240	0	5.730
Outros países da América do Norte	18	268	0	97	5	0	10.558
<b>Ásia e Pacífico</b>	3.048	18.130	5.471	3.114	13.980	659	105.394
Dos quais:							
Japão	69	2.582	9	173	9.451	0	15.500
Austrália	1.906	3.867	653	155	331	94	11.014
Índia	656	1.862	1.998	0	202	306	16.182
China	0	1.345	0	0	983	0	9.763
Singapura	11	1.305	874	0	290	0	10.260
Hong Kong	224	517	287	0	1	0	7.699
Outros países da Ásia e Pacífico	182	6.653	1.649	2.786	2.721	258	34.977
<b>Outras áreas geográficas</b>	0	2.115	627	90	220	367	15.512
<b>Total</b>	<b>24.300</b>	<b>89.835</b>	<b>39.214</b>	<b>14.228</b>	<b>71.284</b>	<b>1.415</b>	<b>983.222</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 22 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 96 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 1,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

As tabelas supra conferem uma visão geral da nossa exposição ao crédito por região geográfica, atribuída com base no país de domicílio da contraparte; consulte também a secção "Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro" deste relatório para uma discussão detalhada da "perspetiva por país de domicílio". O ponto de vista do domicílio acima mencionado não tem de ser congruente com uma visão interna baseada no risco aplicada noutro ponto do presente relatório.

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situam-se no nosso mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em famílias, que inclui a maior parte do nosso negócio de financiamento hipotecário e crédito à habitação.

No âmbito dos derivados OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as nossas maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa e na América do Norte.

## Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro

Na tabela seguinte apresentam-se determinados países da área do euro devido ao foco anterior relacionado com o risco soberano.

Na nossa “perspetiva por país de domicílio”, agregamos as exposições ao risco de crédito de contrapartes por sua afetação ao domicílio da contraparte principal, independentemente da existência de ligações com outras contrapartes, ou, no caso de swaps de risco de incumprimento, dos ativos de referência destes países da área do euro que lhe estejam subjacentes. Por conseguinte, também incluímos contrapartes cuja empresa-mãe do Grupo está localizada fora destes países e exposições a entidades de finalidade especial, cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas noutros países.

A tabela seguinte, que se baseia na perspetiva por país de domicílio, apresenta a nossa posição bruta, o montante nela incluído de exposição não utilizada/contingente e a nossa exposição líquida a estes países da área do euro. A exposição bruta reflete a nossa exposição líquida ao risco de crédito, extrapolada nos casos de proteção líquida adquirida de derivados de crédito com ativos de referência subjacentes domiciliados num destes países, de garantias recebidas e de garantias. Estas garantias são detidas em particular a nível da carteira de retalho, mas também das instituições financeiras predominantemente baseadas em mecanismos de ajustamento das margens de derivados, e ainda das empresas. Os montantes refletem ainda as provisões para perdas de crédito. Em alguns casos, a capacidade das nossas contrapartes para realizar compromissos não utilizados é limitada pelos termos da documentação contratual específica. As exposições líquidas ao crédito são apresentadas considerando os efeitos das garantias detidas, das garantias recebidas e de redução adicional de risco, incluindo os valores nominais líquidos de derivados de crédito para fins de proteção vendidos (comprados). As exposições brutas e líquidas fornecidas a determinados países europeus não incluem tranches de derivados de crédito que, por conceção, estão estruturadas para serem neutras em termos de risco de crédito. Além disso, a natureza parcelar e correlacional dessas posições não permite, por exemplo, uma apresentação teórica desagregada significativa por país, pois exposições nominais idênticas representam diferentes níveis de risco para diferentes níveis de tranche.

### Posição bruta, incluindo exposição não utilizada e exposição líquida a certos países da zona euro – Perspetiva por país de domicílio

em milhões de euros	Títulos soberanos		Instituições financeiras		Empresas		Retalho		Outros		Total	
	31 de dezem bro, 2020	31 de dezem bro, 2019	31 de dezem bro, 2020	31 de dezem bro, 2019	31 de dezem bro, 2020	31 de dezem bro, 2019	31 de dezem bro, 2020	31 de dezem bro, 2019	31 de dezem bro, 2020	31 de dezem bro, 2019	31 de dezem bro, 2020 <sup>1</sup>	31 de dezem bro, 2019
	<b>Grécia</b>											
Bruto	1.055	437	2.023	1.342	337	464	4	4	11	0	3.429	2.248
Não utilizado/contingente	0	0	61	42	2	7	2	1	0	0	64	51
Líquido	1.055	437	360	323	8	14	2	2	11	0	1.437	776
<b>Irlanda</b>												
Bruto	197	302	194	1.280	6.089	7.256	21	26	3.610	3.501	10.111	12.364
Não utilizado/contingente	0	0	45	16	1.807	2.439	2	2	613	531	2.467	2.988
Líquido	217	270	135	649	3.787	4.156	5	6	3.501	3.397	7.646	8.478
<b>Itália</b>												
Bruto	5.726	6.260	4.501	3.805	14.514	13.331	17.639	18.451	262	95	42.641	41.941
Não utilizado/contingente	0	0	62	38	5.935	5.384	1.739	1.733	0	0	7.737	7.154
Líquido	4.133	5.341	403	487	8.666	8.209	10.379	10.715	261	95	23.841	24.848
<b>Portugal</b>												
Bruto	212	228	83	84	689	860	12	11	93	208	1.088	1.390
Não utilizado/contingente	0	0	20	26	303	342	2	2	0	0	325	370
Líquido	186	281	90	85	628	638	4	4	93	208	1.001	1.217
<b>Espanha</b>												
Bruto	4.448	1.226	1.921	1.513	14.250	12.942	10.039	9.948	249	258	30.907	25.888
Não utilizado/contingente	1	0	91	112	5.831	4.611	732	523	0	3	6.655	5.249
Líquido	4.332	1.191	726	467	10.038	8.514	2.529	2.536	287	310	17.912	13.019
<b>Total bruta</b>	<b>11.637</b>	<b>8.452</b>	<b>8.722</b>	<b>8.023</b>	<b>35.879</b>	<b>34.853</b>	<b>27.715</b>	<b>28.440</b>	<b>4.224</b>	<b>4.063</b>	<b>88.177</b>	<b>83.832</b>
<b>Total não utilizado/contingente</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>280</b>	<b>233</b>	<b>13.877</b>	<b>12.783</b>	<b>2.476</b>	<b>2.260</b>	<b>614</b>	<b>534</b>	<b>17.248</b>	<b>15.811</b>
<b>Total líquido<sup>3</sup></b>	<b>9.922</b>	<b>7.521</b>	<b>1.714</b>	<b>2.011</b>	<b>23.126</b>	<b>21.532</b>	<b>12.920</b>	<b>13.264</b>	<b>4.153</b>	<b>4.010</b>	<b>51.836</b>	<b>48.338</b>

<sup>1</sup> Cerca de 74% da exposição total em 31 de dezembro de 2020 alcançará a maturidade nos próximos cinco anos.

<sup>2</sup> Entre outras exposições à Irlanda incluem-se as exposições a contrapartes onde o domicílio da empresa-mãe do Grupo está localizado fora da Irlanda, bem como exposições a entidades de finalidade especial cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas em outros países.

<sup>3</sup> A exposição total líquida exclui reservas de avaliação de crédito para derivados no montante de 45,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e de 49,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

A exposição líquida aos países da área do euro acima selecionados aumentou 3,5 mil milhões de euros em 2020, motivada pelo aumento da exposição em Espanha e na Grécia, que é parcialmente compensado por uma diminuição em Itália e na Irlanda.

## Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

Os valores abaixo refletem uma "perspectiva por país de domicílio" líquida da nossa exposição a dívida soberana.

em milhões de euros	31 dez 2020				31 dez 2019			
	Exposição soberana direta <sup>1</sup>	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS <sup>2</sup>	Exposição soberana direta <sup>1</sup>	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS <sup>2</sup>
Grécia	1.055	0	1.055	0	437	0	437	0
Irlanda	189	28	217	0	265	4	270	2
Itália	5.501	(1.369)	4.133	718	6.170	(828)	5.341	334
Portugal	212	(26)	186	0	228	54	281	6
Espanha	4.447	(115)	4.332	163	1.222	(31)	1.191	112
<b>Total</b>	<b>11.404</b>	<b>(1.481)</b>	<b>9.922</b>	<b>881</b>	<b>8.322</b>	<b>(801)</b>	<b>7.521</b>	<b>454</b>

<sup>1</sup> Inclui dívida soberana classificada como ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados e empréstimos ao custo amortizado. A exposição soberana direta é líquida de garantias recebidas e de garantias.

<sup>2</sup> Os valores refletem o justo valor líquido em relação aos swaps de risco de incumprimento referentes a dívida soberana do país respetivo, representando o risco de crédito da contraparte.

O aumento de 2,4 mil milhões de euros na exposição soberana líquida face ao final do exercício de 2019 reflete em grande parte aumentos nos títulos de dívida em Espanha associados às carteiras do Central Bank Office e do Investment Bank.

## Classificação da exposição ao crédito

Também classificamos a nossa exposição ao crédito ao longo das nossas divisões de negócio, o que está em linha com os mandatos do Diretor de Risco alinhados em termos de divisão. Na secção abaixo, apresentamos a exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank em conjunto. Na secção seguinte, fornecemos a exposição ao crédito para o Private Bank.

## Exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank

As tabelas seguintes apresentam a nossa principal exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar a secção "Medição do risco de crédito".

### Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %1	31 dez 2020						
		ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	Empréstimos pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Extrapatrimoniais Passivos contingentes	Derivados OTC pelo justo valor através de resultados <sup>2</sup>
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	13.679	44	446	114	20.168	1.911	4.230
iA	> 0,04 ≤ 0,11	29.365	436	347	641	47.835	11.794	6.414
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	55.845	1.047	672	2.149	57.941	22.069	4.395
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	48.063	2.470	500	1.458	26.476	5.566	3.202
iB	> 2,27 ≤ 10,22	26.885	1.813	76	160	18.789	2.864	4.477
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	9.962	1.177	361	92	4.535	1.978	113
<b>Total</b>		<b>183.800</b>	<b>6.987</b>	<b>2.401</b>	<b>4.614</b>	<b>175.743</b>	<b>46.182</b>	<b>22.831</b>

31 dez 2020

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %1	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.183	50.886	103	298	27.745	–	120.806
iA	> 0,04 ≤ 0,11	527	7.762	82	827	8.504	–	114.533
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	307	12.569	87	1.425	8.346	–	166.851
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	174	13.062	400	2.239	15.004	–	118.616
iB	> 2,27 ≤ 10,22	239	1.607	293	2.311	375	–	59.889
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	382	762	15	600	0	–	19.978
<b>Total</b>		<b>2.811</b>	<b>86.647</b>	<b>980</b>	<b>7.700</b>	<b>59.974</b>	<b>–</b>	<b>600.672</b>

<sup>1</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

<sup>2</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

### Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

31 de dezembro de 2020<sup>1</sup>

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Extrapatrimoniais		Derivados OTC	Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %2	ao custo amortizado	negociação - pelos justos valores através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelos justos valores através dos resultados
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	8.684	44	446	0	19.088	1.618	3.381
iA	> 0,04 ≤ 0,11	22.618	131	347	621	46.384	9.837	4.957
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	31.266	889	625	1.602	54.626	19.365	4.190
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	22.984	1.887	407	955	23.947	3.995	3.100
iB	> 2,27 ≤ 10,22	8.853	824	6	140	17.614	2.244	4.432
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.823	759	207	92	4.263	1.269	113
<b>Total</b>		<b>99.228</b>	<b>4.534</b>	<b>2.038</b>	<b>3.410</b>	<b>165.922</b>	<b>38.330</b>	<b>20.174</b>

31 de dezembro de 2020<sup>1</sup>

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %2	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.183	50.886	103	0	27	–	85.460
iA	> 0,04 ≤ 0,11	527	7.762	82	0	1	–	93.268
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	307	12.569	87	23	3	–	125.551
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	171	13.017	400	71	3	–	70.939
iB	> 2,27 ≤ 10,22	239	1.607	293	0	0	–	36.253
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	311	727	15	0	0	–	12.579
<b>Total</b>		<b>2.737</b>	<b>86.567</b>	<b>980</b>	<b>95</b>	<b>34</b>	<b>–</b>	<b>424.049</b>

<sup>1</sup> Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos IFRS.

<sup>2</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

As tabelas seguintes apresentam a nossa exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank para 2019, por tipos de produtos e por bandas de notação interna.

### Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

31 dez 2019

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Extrapatrimoniais		Derivados OTC	Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %1	ao custo amortizado	negociação - pelos justos valores através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelos justos valores através dos resultados <sup>2</sup>
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	18.508	184	20	237	23.850	3.364	3.234
iA	> 0,04 ≤ 0,11	31.859	868	599	754	45.040	11.706	4.144
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	58.139	1.380	234	2.447	55.361	22.441	3.199
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	47.505	4.595	643	1.002	26.160	4.642	2.261
iB	> 2,27 ≤ 10,22	25.967	2.525	275	283	17.913	3.207	844
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	11.477	967	305	2	3.450	1.563	40
<b>Total</b>		<b>193.456</b>	<b>10.519</b>	<b>2.077</b>	<b>4.724</b>	<b>171.774</b>	<b>46.922</b>	<b>13.722</b>

31 dez 2019

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>1</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.422	48.992	0	847	30.382	–	131.040
iA	> 0,04 ≤ 0,11	392	5.864	8	1.522	8.745	–	111.501
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	366	11.414	76	408	7.320	–	162.785
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	373	14.525	233	3.265	20.498	–	125.701
iB	> 2,27 ≤ 10,22	449	1.700	225	1.344	1.101	–	55.833
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	99	558	0	1.039	153	–	19.654
<b>Total</b>		<b>3.102</b>	<b>83.053</b>	<b>543</b>	<b>8.425</b>	<b>68.199</b>	<b>–</b>	<b>606.514</b>

<sup>1</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

<sup>2</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

### Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

31 de dez. de 2019<sup>1</sup>

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Extrapatrimoniais		Derivados OTC	Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>2</sup>	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	12.575	184	20	237	22.566	2.535	2.840
iA	> 0,04 ≤ 0,11	25.249	318	190	754	43.953	9.814	3.098
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	33.115	751	234	1.489	52.334	19.470	3.005
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	21.734	2.305	408	600	23.497	4.071	2.089
iB	> 2,27 ≤ 10,22	6.610	287	52	175	16.348	2.104	821
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.053	543	204	2	3.066	1.115	40
<b>Total</b>		<b>103.336</b>	<b>4.388</b>	<b>1.109</b>	<b>3.257</b>	<b>161.764</b>	<b>39.108</b>	<b>11.893</b>

31 de dez. de 2019<sup>1</sup>

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>2</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.422	48.992	0	2	1.169	–	92.540
iA	> 0,04 ≤ 0,11	392	5.864	8	0	13	–	89.653
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	366	11.414	76	6	100	–	122.362
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	220	14.152	225	90	12	–	69.402
iB	> 2,27 ≤ 10,22	443	1.672	229	0	0	–	28.742
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	96	523	0	439	0	–	10.081
<b>Total</b>		<b>2.939</b>	<b>82.618</b>	<b>538</b>	<b>537</b>	<b>1.293</b>	<b>–</b>	<b>412.781</b>

<sup>1</sup> Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos IFRS.

<sup>2</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

A tabela acima mostra uma diminuição global na nossa exposição bruta do Corporate Bank e do Investment Bank em 2020 de 5,8 mil milhões de euros ou 1%. Os empréstimos pelo custo amortizado diminuíram 9,7 mil milhões de euros, principalmente devido a pagamentos antecipados em todos os negócios, bem como ao reforço do euro em comparação com o dólar americano. Numa perspetiva regional, a diminuição é principalmente atribuível às contrapartes domiciliadas nos Estados Unidos e no Reino Unido. Esta diminuição é parcialmente compensada por um aumento dos títulos de dívida para negociação de 3,6 mil milhões de euros, principalmente devido ao aumento das atividades de negociação na sequência de condições de mercado voláteis decorrentes da pandemia da COVID-19.

Utilizamos as técnicas de redução do risco acima descritas com o objetivo de otimizar a nossa exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank e reduzir potenciais perdas de crédito. As tabelas de exposição "líquida" apresentam a evolução das nossas exposições ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank líquidas de garantias colaterais, garantias e coberturas.

### Redução do risco pelo SCL relativamente à exposição ao crédito

A nossa unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas (Strategic Corporate Lending – SCL) contribui para reduzir o risco das nossas exposições de crédito empresarial. O valor nocional das atividades de redução de risco da SCL aumentou de 31,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, para 34,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

No fim do exercício de 2020, o SCL reduziu o risco de crédito de 30,9 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos, através de obrigações sintéticas de empréstimo assumidas como garantia colateral, suportadas principalmente por garantias financeiras. Esta posição totalizava 30,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

O SCL detinha também derivados de crédito com um valor notional subjacente de 3,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. A posição totalizava mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. Os derivados de crédito utilizados nas nossas atividades de gestão de carteira são contabilizados pelo justo valor.

## Exposição ao crédito do Private Bank

### Exposição ao crédito do Private Bank, exposição ao crédito na Fase 3 e custos de crédito líquidos

	Exposição total em milhões de euros		dos quais empréstimos da carteira em milhões de euros		Exposição ao crédito de Fase 3 em milhões de euros		Custos de crédito líquidos em % da exposição total <sup>1</sup>	
	31 dez 2020	31 dez 2019	31 dez 2020	31 dez 2019	31 dez 2020	31 dez 2019	31 dez 2020	31 dez 2019
PB Germany	185.959	190.038	160.683	153.954	2.798	2.289	0,17%	0,08%
Financiamento ao consumo	29.352	31.130	15.240	15.913	1.277	914	0,77%	0,53%
Hipotecas	153.165	144.455	143.368	135.164	1.481	1.343	0,06%	(0,01%)
Finanças empresariais	1.246	1.576	870	926	6	17	0,15%	0,08%
Mercados financeiros	0	12.984	0	2.121	0	14	N/S	(0,02%)
Outros	2.196	(107)	1.206	(170)	35	2	0,05%	(0,19%)
International Private Bank	91.156	88.594 <sup>2</sup>	76.511	75.800 <sup>2</sup>	3.484	2.624 <sup>2</sup>	0,43%	0,20% <sup>2</sup>
Financiamento ao consumo	11.162	11.693	8.937	9.020	350	243	1,50%	0,67%
Hipotecas	13.611	14.413	13.520	14.334	668	682	(0,08%)	(0,17%)
Finanças empresariais	12.151	9.821	9.914	9.059	728	660	1,16%	1,24%
Wealth Management	53.928	51.934	44.072	43.333	1.739	1.038	0,17%	0,02%
Outros	303	734	68	54	0	1	0	(0,03%)
<b>Total</b>	<b>277.115</b>	<b>278.632</b>	<b>237.194</b>	<b>229.754</b>	<b>6.282</b>	<b>4.913</b>	<b>0,26%</b>	<b>0,12%</b>

<sup>1</sup> Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição total nessa data de balanço.

<sup>2</sup> A PCB Internacional e a Wealth Management foram relatadas separadamente em 2019.

O financiamento ao consumo está dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. A área de negócio de financiamento ao consumo não tem garantias; o risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) a classificação do cliente, montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (como no caso de créditos ao consumo, um montante máximo de empréstimo tendo em conta o resultado líquido do cliente). Dada a natureza basicamente homogénea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste no financiamento de propriedades residenciais (principalmente ocupadas pelo próprio) vendidas através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha e Itália. O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. Com base nos nossos critérios e processos de subscrição e na carteira diversificada (clientes/propriedades) com as respetivas garantias, a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco, enquanto a de financiamento ao consumo é categorizada como sendo de alto risco.

As finanças empresariais representam produtos de crédito para pequenas empresas, SME até grandes empresas. Os produtos incluem contas correntes e linhas de crédito para empréstimos de investimento ou relacionados com instalações, factoring, leasing e derivados. Os clientes de menor dimensão, com um volume de negócios inferior a 2,5 milhões de euros, estão limitados a contas correntes e a empréstimos. Os clientes encontram-se principalmente em Itália e Espanha, mas o crédito pode também ser alargado a subsidiárias no estrangeiro, principalmente na Europa.

As exposições ao crédito relatadas para o final do ano de 2019 nos Mercados Financeiros pertencem a uma carteira do DB PFK AG que foi transferida para a Tesouraria do Grupo em 2020 no contexto da fusão do DB PFK AG no DB AG e, por conseguinte, deixou de fazer parte do Private Bank.

A divisão Wealth Management oferece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de banca privada, incluindo gestão de carteira discricionária e soluções de investimento alternativas e tradicionais, complementadas por gestão do risco estruturada, planeamento de património, empréstimos e serviços a escritórios familiares para indivíduos e famílias ricos,

com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). A exposição total da divisão Wealth Management é dividida em Lombard Lending (em relação a garantias/títulos líquidos imediatamente disponíveis no mercado) e Structured Lending (em relação a garantias menos líquidas). Embora o nível de risco de crédito para a carteira Lombard seja determinado pela avaliação da qualidade das garantias subjacentes, o nível do risco de crédito para a carteira Structured é determinado pela avaliação da qualidade do cliente e das garantias. Os produtos variam desde empréstimos Lombard segurados e empréstimos hipotecários até contas correntes (apenas na Europa), linhas de crédito e outros empréstimos e, de forma menos significativa, derivados e contingências. Os clientes estão localizados um pouco por todo o mundo.

#### Rácio entre o montante do empréstimo e o valor do ativo do PB<sup>1</sup>

	31 dez 2020	31 dez 2019
≤ 50%	65%	67%
> 50 ≤ 70%	16%	16%
> 70 ≤ 90%	10%	9%
> 90 ≤ 100%	3%	3%
> 100 ≤ 110%	2%	2%
> 110 ≤ 130%	2%	2%
> 130%	1%	1%

<sup>1</sup> Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor subjacente do imóvel.

Os nossos rácios LTV são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor determinado dos respetivos imóveis. Estes valores são monitorizados e atualizados, se necessário, numa base regular. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV.

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante do nosso processo de gestão do risco no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos nossos riscos de crédito. Regra geral, tendemos a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições, por exemplo em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2020, 65% da nossa exposição relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%, em comparação com os 67% registados no exercício anterior.

## Exposição a crédito decorrente de derivados

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais ("CCP"), cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, também recorremos a serviços CCP para transações de derivados OTC ("compensação de produtos do mercado de balcão") e beneficiamos, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação CCP.

A Lei Dodd-Frank fornece um quadro extenso para a regulamentação de derivados OTC, incluindo o relato obrigatório de compensação, transação em bolsa e transação de determinados derivados OTC, bem como regras relativas ao registo dos mesmos, normas de conduta comercial e margem e capital para corretores de swaps, corretores de swaps baseados em valores mobiliários, principais participantes em swaps ou principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da CFTC requerem uma compensação de OTC nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. Os requisitos de margem para transações de derivados não compensados nos EUA começaram em setembro de 2016. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações ("EMIR") introduziu um conjunto de técnicas de redução do risco para derivados OTC não aprovados a nível central em 2013 e a comunicação de OTC e derivados negociados em bolsa em 2014. A compensação obrigatória de determinadas transações de derivados OTC uniformizados teve início em junho de 2016 e os requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados na UE tiveram início em fevereiro de 2017. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação na UE a partir de fevereiro de 2017 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas à margem EMIR para requisitos de derivados não compensados.

A CFTC adotou regulamentações finais em 2016 que exigem que swaps de taxa de juro adicionais sejam compensados num calendário de implementação faseada até outubro de 2018. O Deutsche Bank implementou os requisitos de compensação ampliados da CFTC para os swaps de taxa de juro relevantes sujeitos ao calendário de cumprimento faseado, que abrange

os instrumentos identificados denominados em AUD, CAD, CHF, HKD, MXN, NOK, PLN, SEK e SGD. Em setembro de 2020, a CFTC emitiu uma regra final sobre a aplicação transfronteiriça das regras de swap dos EUA, que se baseia em e, em alguns casos, substitui a orientação transfronteiriça do CFTC a partir de 2013 e nas respectivas cartas de não interferência. Em janeiro de 2021, também de acordo com a Lei Dodd-Frank, a CFTC finalizou regulamentos para impor limites de posição sobre determinadas matérias-primas e swaps, contratos de futuros e opções economicamente equivalentes.

A SEC também finalizou regras relativas a registro, reporte, capital, técnicas de mitigação de risco, normas de conduta comercial e requisitos de reconhecimento e verificação do mercado para corretores de swaps baseados em valores mobiliários e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A conformidade com a maioria destes requisitos será exigida a partir de outubro de 2021, quando as entidades serão obrigadas a registrar-se como corretores de swaps baseados em valores mobiliários e principais participações em swaps baseados em valores mobiliários. A SEC adotou em dezembro de 2019 orientações complementares e alterações de regras que incidem na aplicação transfronteiriça de determinadas regras que regulamentam os swaps baseados em valores mobiliários, as quais também estabelecem um prazo fixo para o registro de corretores de swaps baseados em valores mobiliários. A data de cumprimento para o Deutsche Bank se registrar na SEC como um corretor de swaps baseados em valores mobiliários será 6 de outubro de 2021.

Por fim, os reguladores prudenciais dos Estados Unidos (a Reserva Federal, a FDIC, o Gabinete do Controlador de divisas, a Farm Credit Administration e a Federal Housing Finance Agency) adotaram regulamentações finais que estabelecem requisitos de margem para swaps e swaps baseados em valores mobiliários não compensados entre corretores de swaps com regulação prudencial (como o Deutsche Bank) e determinadas contrapartes, bem como a CFTC adotou regulamentações finais que estabelecem requisitos de margem para swaps não compensados entre corretores de swaps sem regulação prudencial e determinadas contrapartes. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação para derivativos não compensados nos Estados Unidos a partir de setembro de 2016 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas aos requisitos de margem dos reguladores prudenciais dos Estados Unidos. Os requisitos de margem inicial adicionais para contrapartes menores estão no processo de ser implementados de forma faseada, de setembro de 2017 a setembro de 2022, sendo que as datas relevantes dependem, em cada caso, do volume transacional das partes e das suas afiliadas. Os reguladores prudenciais dos EUA atrasaram a data inicial de cumprimento da margem de setembro de 2020 até setembro de 2021 ou setembro de 2022 para swaps com determinadas contrapartes com níveis inferiores de volume de transações em resultado do impacto da COVID-19. A SEC estabeleceu também requisitos de margens para swaps baseados em valores mobiliários não compensados, sendo o cumprimento exigido a partir de outubro de 2021 para os corretores de swaps baseados em valores mobiliários obrigados a registrar-se na SEC.

A tabela seguinte mostra uma discriminação dos montantes nominais e valores de mercado brutos para os ativos e passivos de transações cambiais e de derivativos OTC tendo por base o canal de aprovação



Valores nocionais de derivativos tendo por base o canal de aprovação e o tipo de derivado

31 dez 2020

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nocional				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
<b>Relacionadas com taxas de juro:</b>							
Produtos do mercado de balcão	11.299.988	8.076.426	5.241.008	24.617.422	230.512	215.795	14.717
Bilateral (Amt)	1.476.276	1.977.542	1.598.819	5.052.637	220.704	206.192	14.512
CCP (Amt)	9.823.712	6.098.884	3.642.189	19.564.785	9.808	9.602	206
Produtos negociados em bolsa	605.924	215.611	66	821.601	347	154	193
<b>Total relacionadas com taxas de juro</b>	<b>11.905.912</b>	<b>8.292.037</b>	<b>5.241.074</b>	<b>25.439.023</b>	<b>230.859</b>	<b>215.948</b>	<b>14.911</b>
<b>Relacionadas com câmbios:</b>							
Produtos do mercado de balcão	4.351.809	791.671	401.111	5.544.590	91.241	87.177	4.063
Bilateral (Amt)	4.255.560	788.132	401.012	5.444.704	90.297	85.830	4.466
CCP (Amt)	96.249	3.539	98	99.886	944	1.347	(403)
Produtos negociados em bolsa	43.601	8	0	43.608	5	24	(19)
<b>Total relacionadas com câmbios</b>	<b>4.395.409</b>	<b>791.679</b>	<b>401.111</b>	<b>5.588.199</b>	<b>91.246</b>	<b>87.202</b>	<b>4.044</b>
<b>Relacionadas com ações/índices:</b>							
Produtos do mercado de balcão	28.938	32.164	7.186	68.288	5.700	5.692	8
Bilateral (Amt)	28.938	32.164	7.186	68.288	5.700	5.692	8
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	126.825	36.818	1.634	165.277	3.772	4.902	(1.130)
<b>Total relacionadas com ações/índices</b>	<b>155.763</b>	<b>68.982</b>	<b>8.821</b>	<b>233.565</b>	<b>9.473</b>	<b>10.594</b>	<b>(1.122)</b>
<b>Derivados de crédito relacionados</b>							
Produtos do mercado de balcão	61.552	689.031	86.593	837.176	13.557	13.272	285
Bilateral (Amt)	23.672	124.373	32.647	180.692	3.043	2.628	415
CCP (Amt)	37.880	564.658	53.947	656.484	10.515	10.645	(130)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
<b>Derivados de crédito totais relacionados</b>	<b>61.552</b>	<b>689.031</b>	<b>86.593</b>	<b>837.176</b>	<b>13.557</b>	<b>13.272</b>	<b>285</b>
<b>Relacionadas com matérias-primas:</b>							
Produtos do mercado de balcão	3.716	2.857	1.341	7.913	142	993	(851)
Bilateral (Amt)	3.716	2.857	1.341	7.913	138	661	(522)
CCP (Amt)	0	0	0	0	4	332	(328)
Produtos negociados em bolsa	15.446	744	0	16.190	409	55	353
<b>Total relacionadas com matérias-primas</b>	<b>19.162</b>	<b>3.600</b>	<b>1.341</b>	<b>24.103</b>	<b>551</b>	<b>1.048</b>	<b>(497)</b>
<b>Outros:</b>							
Produtos do mercado de balcão	119.254	3.438	154	122.846	1.043	936	108
Bilateral (Amt)	119.254	3.438	154	122.846	1.043	936	108
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	9.411	0	0	9.411	29	53	(24)
<b>Total Outras</b>	<b>128.665</b>	<b>3.438</b>	<b>154</b>	<b>132.258</b>	<b>1.072</b>	<b>989</b>	<b>84</b>
<b>Negócio OTC total</b>	<b>15.865.257</b>	<b>9.595.586</b>	<b>5.737.393</b>	<b>31.198.236</b>	<b>342.196</b>	<b>323.866</b>	<b>18.331</b>
Negócio bilateral total	5.907.416	2.928.505	2.041.159	10.877.080	320.925	301.939	18.986
Negócio CCP total	9.957.840	6.667.081	3.696.234	20.321.155	21.271	21.926	(656)
<b>Total negócio em bolsa</b>	<b>801.207</b>	<b>253.181</b>	<b>1.701</b>	<b>1.056.088</b>	<b>4.562</b>	<b>5.188</b>	<b>(626)</b>
<b>Total</b>	<b>16.666.463</b>	<b>9.848.767</b>	<b>5.739.094</b>	<b>32.254.324</b>	<b>346.758</b>	<b>329.054</b>	<b>17.704</b>
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	-	-	-	-	35.161	-	-

31 dez 2019

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
<b>Relacionadas com taxas de juro:</b>							
Produtos do mercado de balcão	11.116.114	8.622.042	5.377.422	25.115.579	244.738	226.854	17.884
Bilateral (Amt)	2.453.120	2.496.053	1.757.652	6.706.825	200.701	184.611	16.090
CCP (Amt)	8.662.994	6.125.989	3.619.770	18.408.754	44.037	42.243	1.794
Produtos negociados em bolsa	4.050.938	1.142.410	372	5.193.720	631	590	42
<b>Total relacionadas com taxas de juro</b>	<b>15.167.052</b>	<b>9.764.453</b>	<b>5.377.794</b>	<b>30.309.299</b>	<b>245.369</b>	<b>227.444</b>	<b>17.925</b>
<b>Relacionadas com câmbios:</b>							
Produtos do mercado de balcão	4.345.697	913.352	431.769	5.690.818	70.947	67.033	3.914
Bilateral (Amt)	4.250.460	912.881	431.769	5.595.110	70.524	66.543	3.981
CCP (Amt)	95.237	471	0	95.708	423	490	(67)
Produtos negociados em bolsa	17.169	0	0	17.169	3	22	(19)
<b>Total relacionadas com câmbios</b>	<b>4.362.866</b>	<b>913.352</b>	<b>431.769</b>	<b>5.707.987</b>	<b>70.949</b>	<b>67.055</b>	<b>3.894</b>
<b>Relacionadas com ações/índices:</b>							
Produtos do mercado de balcão	98.330	56.328	7.985	162.642	6.478	8.607	(2.129)
Bilateral (Amt)	98.330	56.328	7.985	162.642	6.478	8.607	(2.129)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	183.700	37.390	5.884	226.974	1.883	2.252	(368)
<b>Total relacionadas com ações/índices</b>	<b>282.030</b>	<b>93.718</b>	<b>13.869</b>	<b>389.617</b>	<b>8.362</b>	<b>10.859</b>	<b>(2.497)</b>
<b>Derivados de crédito relacionados</b>							
Produtos do mercado de balcão	102.131	558.757	82.345	743.233	10.245	11.229	(984)
Bilateral (Amt)	38.651	157.306	35.102	231.058	2.062	2.667	(605)
CCP (Amt)	63.480	401.452	47.243	512.175	8.183	8.562	(379)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
<b>Derivados de crédito totais relacionados</b>	<b>102.131</b>	<b>558.757</b>	<b>82.345</b>	<b>743.233</b>	<b>10.245</b>	<b>11.229</b>	<b>(984)</b>
<b>Relacionadas com matérias-primas:</b>							
Produtos do mercado de balcão	2.743	5.640	1.194	9.577	20	501	(481)
Bilateral (Amt)	2.743	5.640	1.194	9.577	18	495	(477)
CCP (Amt)	0	0	0	0	2	6	(4)
Produtos negociados em bolsa	18.502	570	7	19.080	30	36	(5)
<b>Total relacionadas com matérias-primas</b>	<b>21.246</b>	<b>6.210</b>	<b>1.201</b>	<b>28.657</b>	<b>51</b>	<b>537</b>	<b>(486)</b>
<b>Outros:</b>							
Produtos do mercado de balcão	45.811	2.530	109	48.449	666	706	(40)
Bilateral (Amt)	45.811	2.530	109	48.449	666	706	(40)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	31.868	153	0	32.020	70	107	(37)
<b>Total Outros</b>	<b>77.678</b>	<b>2.682</b>	<b>109</b>	<b>80.470</b>	<b>736</b>	<b>813</b>	<b>(77)</b>
<b>Total negócio mercado de balcão</b>	<b>15.710.826</b>	<b>10.158.649</b>	<b>5.900.824</b>	<b>31.770.299</b>	<b>333.094</b>	<b>314.930</b>	<b>18.164</b>
Negócio bilateral total	6.889.114	3.630.737	2.233.811	12.753.662	280.449	263.628	16.820
Negócio CCP total	8.821.711	6.527.912	3.667.013	19.016.636	52.645	51.302	1.343
<b>Total negócio em bolsa</b>	<b>4.302.177</b>	<b>1.180.523</b>	<b>6.263</b>	<b>5.488.963</b>	<b>2.617</b>	<b>3.006</b>	<b>(389)</b>
<b>Total</b>	<b>20.013.003</b>	<b>11.339.172</b>	<b>5.907.087</b>	<b>37.259.262</b>	<b>335.711</b>	<b>317.936</b>	<b>17.775</b>
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	-	-	-	-	28.615	-	-

A exposição bruta de derivativos OTC antes da compensação e garantia em numerário em 31 de dezembro de 2020 de 1,4 mil milhões de euros (1,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019), que faz parte da classificação de "ativo detido para venda" não está incluída na nossa divulgação para exposição ao crédito de derivativos. Esta exposição está associada à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas. Para mais informações, consulte a Nota 24, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" das demonstrações financeiras consolidadas.

## Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos nossos investimentos em participações de acordo com a definição das normas IFRS divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. Gerimos as nossas posições respetivas dentro do nosso risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

### Composição da nossa exposição de capital

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Ações de negociação	11.769	18.640
Ações não relacionadas <sup>1</sup>	2.375	2.660
<b>Exposição total do capital próprio</b>	<b>14.145</b>	<b>21.300</b>

<sup>1</sup> Inclui fundos de investimentos em ações no montante de 291 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e de 586 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a nossa exposição a ações de negociação era principalmente composta por 7,3 mil milhões de euros de atividades da Unidade de Libertação de Capital e 4,4 mil milhões de euros do Investment Bank. Em termos globais, as ações de negociação diminuíram 6,9 mil milhões de euros em relação ao ano anterior, devido principalmente à anulação das transações no negócio de Ações.

## Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

### Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank

O Deutsche Bank recebeu aprovação regulamentar para o modelo de Valor em Risco para transitar para a Simulação Histórica, com efeito a partir de 1 de outubro de 2020. Os valores para 2019 são apresentados para fins comparativos.

As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco de Simulação Histórica calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação.

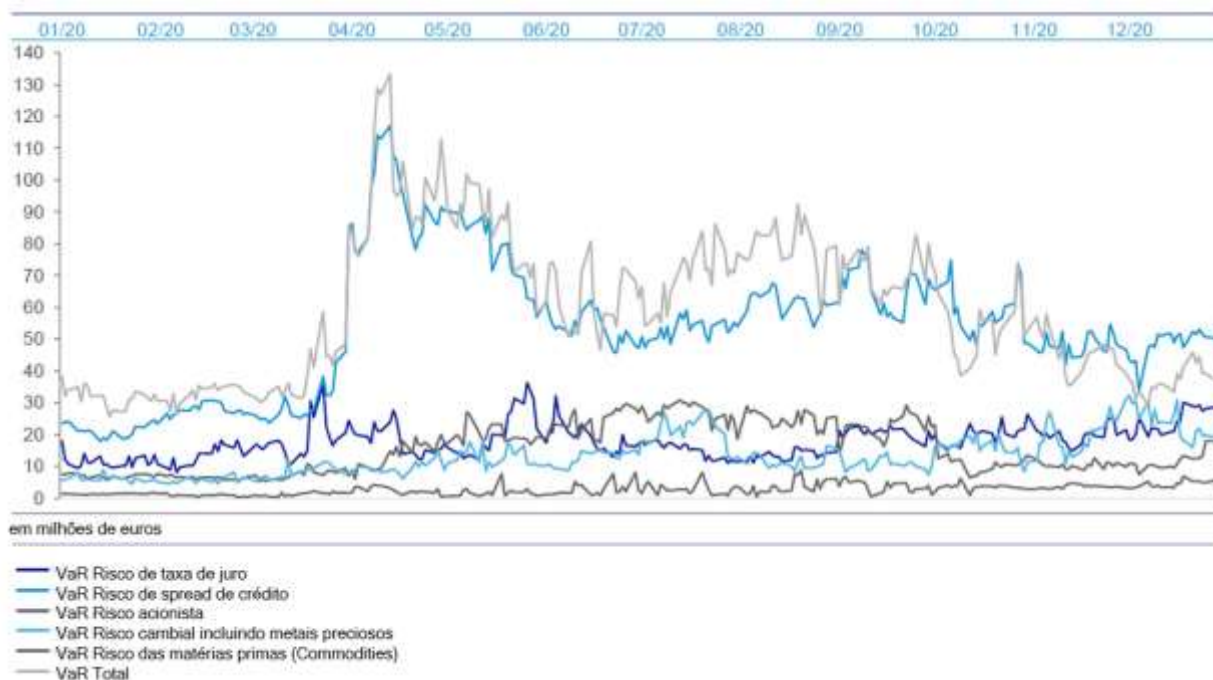
#### Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco<sup>1</sup>

em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial <sup>2</sup>		Risco de preço das matérias-primas	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Médio	58,9	36,6	(44,0)	(28,9)	17,9	14,5	53,6	28,2	15,5	13,6	13,3	8,2	2,7	1,0
Máximo	133,3	48,8	(10,2)	(16,8)	36,3	23,2	117,1	36,6	30,8	24,6	32,3	16,8	8,8	3,3
Mínimo	25,6	27,6	(84,4)	(47,0)	8,1	8,8	17,9	19,7	5,3	6,3	4,5	3,7	0,4	0,0
Final do período	48,1	38,8	(72,2)	(17,6)	27,1	17,9	55,4	23,7	13,5	8,2	22,5	5,3	1,8	1,3

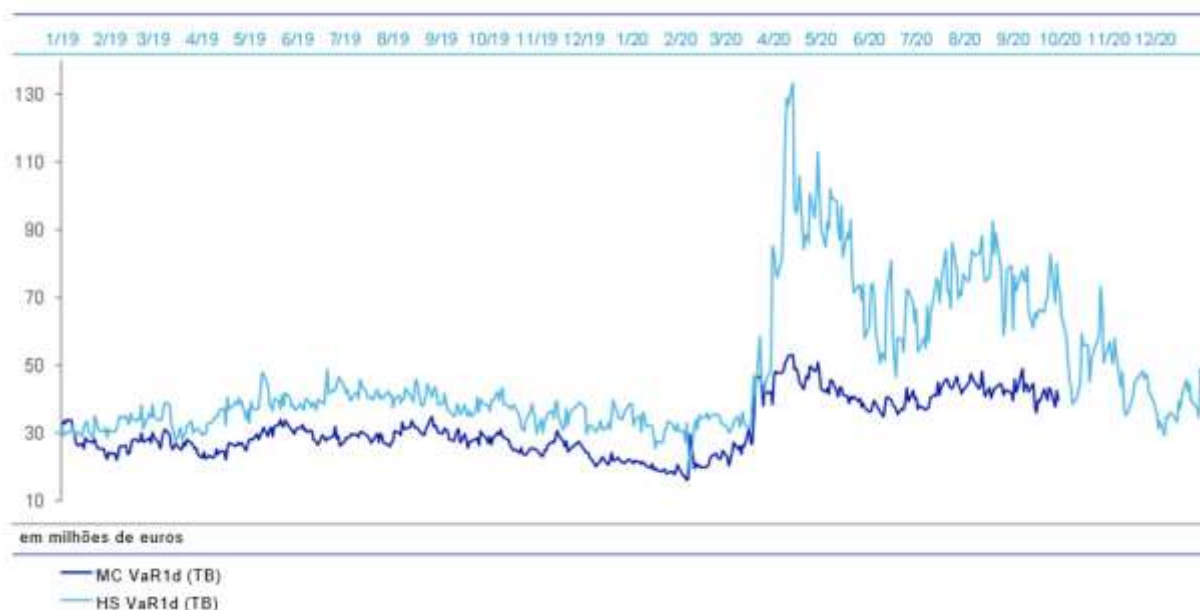
<sup>1</sup> Valores para 2020 em 31 de dezembro de 2020. Valores para 2019 em 31 de dezembro de 2019. Os resultados do VaR de 2019 são também apresentados no novo modelo de Simulação Histórica e não no modelo Monte Carlo anteriormente comunicado.

<sup>2</sup> Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

#### Evolução do valor em risco de simulação histórica por tipos de risco em 2020



O valor médio em risco em 2020 foi de 58,9 milhões de euros, o que aumentou 22,3 milhões de euros (+61%) em comparação com a média para 2019, devido a aumentos em classes de risco de impactos de volatilidade do mercado relacionados com a COVID-19.



O gráfico abaixo mostra a tendência do valor em risco, tanto no Monte Carlo como nas Simulações Históricas para fins comparativos. O aumento do valor em risco foi mais proeminente na Simulação Histórica, que é mais afetada por eventos extremos de cauda, como os que ocorreram em março e abril de 2020.

#### Valor em risco da carteira de negociação de 1 dia em 2019 e 2020

Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (spot value) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores.

Valor dos Requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)<sup>1,2,3</sup>

em milhões de euros	Total		Negociação de crédito		Core Rates		Mercados emergentes		Outros <sup>4</sup>	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Médio	591,4	480,4	100,2	178,5	347,4	168,6	242,6	211,4	(98,7)	(78,2)
Máximo	688,8	609,0	147,4	213,6	631,6	193,4	324,9	260,4	(70,0)	(58,5)
Mínimo	537,3	324,2	50,0	139,0	263,1	134,7	62,8	152,8	(147,6)	(102,4)
Final do período	560,4	389,4	124,8	139,0	283,6	134,7	250,4	174,3	(98,5)	(58,5)

<sup>1</sup> Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram nas 12 semanas precedentes a 31 de dezembro de 2020 e a 31 de dezembro de 2019, respetivamente.

<sup>2</sup> As discriminações de linhas de negócio foram atualizadas em 2020, no sentido de melhorar a reflexão da estrutura de negócios atual no relatório.

<sup>3</sup> Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.

<sup>4</sup> Outros incluem a Unidade de Libertação de Capital.

Os requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2020 eram de 560 milhões de euros, um aumento de 171 milhões de euros (+44%) face ao exercício de 2019. A média dos requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2020 era de 591 milhões de euros e, por conseguinte, mais 111 milhões de euros (+23%) comparativamente à média para o período findo a 31 de dezembro de 2019. O aumento dos requisitos de capital para riscos adicionais para 2020 deveu-se a aumentos das exposições soberanas nas áreas de negócio Core Rates e Emerging Markets em comparação com 2019.

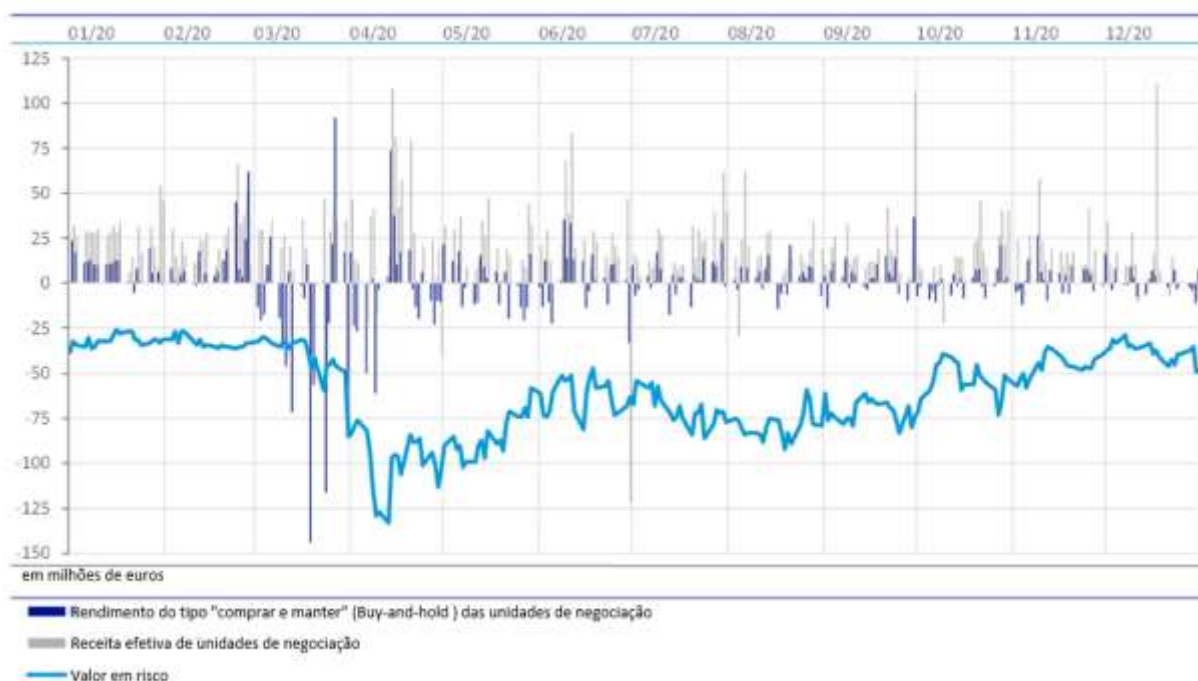
## Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2020, registámos sete valores discrepantes globais através do modelo de Simulação Histórica, nos quais a nossa perda de tipo “comprar e manter” excedeu o valor em risco das nossas carteiras de negociação, em comparação com dois valores discrepantes em 2019. Os valores discrepantes foram motivados pela volatilidade significativa do mercado sentida em resultado da crise da COVID-19. Além disso, durante o ano de 2020 houve cinco valores discrepantes de testes reais, que comparam o VaR à receita total menos taxas e comissões. No entanto, a isenção regulamentar permitiu a supressão dos valores discrepantes observados durante o período entre 10 de março de 2020 e 24 de março de 2020 do cálculo do multiplicador de capital de teste à posteriori, uma vez que os mesmos não resultaram de deficiências no modelo interno, devendo-se à natureza extraordinária da volatilidade do mercado relacionada com a COVID-19.

Com base nos resultados dos testes a posteriori, na nossa análise das razões subjacentes aos valores discrepantes e nas melhorias incluídas na nossa metodologia de valor em risco continuamos a considerar o nosso modelo de valor em risco como uma medida adequada para o nosso risco de mercado relacionado com a negociação, em condições normais de mercado. O gráfico seguinte apresenta as receitas diárias do tipo “comprar e manter” das unidades de negociação em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das nossas posições de negociação com as receitas “comprar e manter”. Os números são apresentados em milhões de euros. O gráfico mostra que as nossas unidades de negociação alcançaram receitas do tipo “comprar e manter” positivas para 60% dos dias de negociação em 2020 (versus 44% em 2019), apresentando também os valores discrepantes globais registados em 2019.

Os requisitos de capital para o modelo de valor em risco, para o qual os resultados dos testes a posteriori são apresentados aqui, correspondem a 3,7% do total dos requisitos de capital para o Grupo.

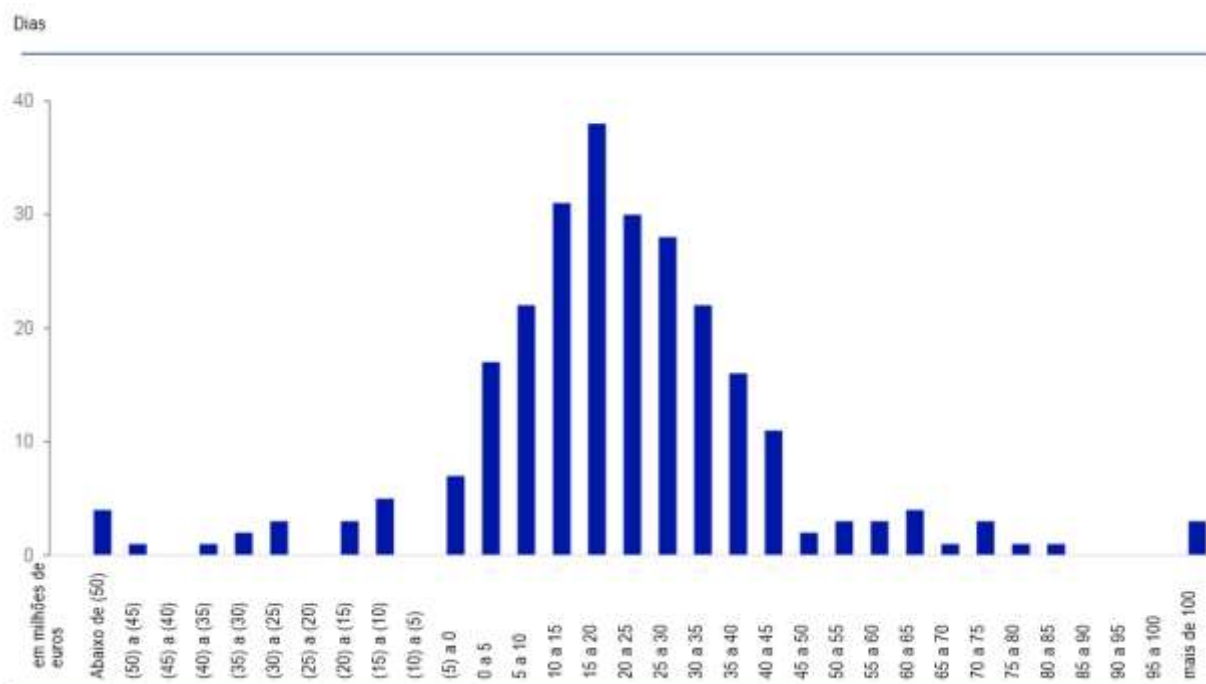
### MR4 na UE – Comparação das estimativas de VaR com os resultados



### Receitas diárias das nossas unidades de negociação

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das nossas unidades de negociação. A receita diária é definida como receita total e é composta por novas transações, taxas e comissões, receita do tipo “comprar e manter”, reservas, carry e outras receitas. Apresenta o número de dias de negociação em que alcançámos cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

### Distribuição de receitas diárias das nossas unidades de negociação em 2020



As nossas unidades de negociação obtiveram uma receita positiva para 90% dos dias de negociação em 2020, em comparação com 85% em 2019.

## Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação

### Utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação

A tabela seguinte apresenta a utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação por tipo de risco:

#### Utilização de capital económico por tipo de risco.

em milhões de euros	Utilização de capital económico	
	31 dez 2020	31 dez 2019
Risco de taxa de juro	4.062	3.409
Risco de spread de crédito	92	56
Risco de capital e de investimento	1.885	1.566
Risco cambial	1.682	1.782
Risco de pensões	934	1.259
Risco de fundos garantidos	41	103
<b>Total de carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação</b>	<b>8.696</b>	<b>8.175</b>

Os valores de capital económico tomam atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre os diferentes tipos de risco.

A utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação totalizava 8,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, 0,5 mil milhões de euros superior à nossa utilização de capital económico no final do exercício de 2019.

- Risco de taxa de juro. O encargo do capital económico para o risco de taxa de juro na carteira bancária, incluindo o risco de diferenças, o risco de base e o risco de opção, tal como o risco de alteração no comportamento do cliente incluído em depósitos sem prazo de vencimento modelados ou no risco de pré-pagamento. No total, a utilização de capital económico a 31 de dezembro de 2020 foi de 4062 milhões de euros, face a 3409 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019. O aumento da contribuição de capital económico deveu-se principalmente ao aumento do nível de exposição ao risco de

taxa de juro na nossa carteira de títulos de reserva de liquidez estratégica e de posições económicas adicionais tomadas para reduzir ainda mais a sensibilidade do rendimento líquido de juros do Grupo a uma alteração nas taxas de juro.

- Risco de spread de crédito. É o montante de capital económico para carteiras da carteira bancária sujeita a risco significativo de spread de crédito. A utilização de capital económico era de 92 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, face aos 56 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. O aumento da contribuição de capital económico privado deveu-se a menores benefícios de diversificação com outros tipos de risco.
- Risco de capital e de investimento. O encargo do capital económico para o risco de capital das nossas participações de investimento não consolidadas, tais como os nossos investimentos estratégicos e ativos alternativos, e de uma posição curta estrutural na cotação das nossas ações resultantes dos nossos planos de remuneração em capital. A utilização de capital económico era de 1885 milhões em 31 de dezembro de 2020, em comparação com 1566 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, motivada sobretudo por um valor de mercado superior da nossa posição curta de remuneração de capital, parcialmente compensada por um risco de investimento reduzido.
- Risco cambial. O risco cambial decorre sobretudo da nossa posição estrutural no capital não coberto e nos lucros não distribuídos não denominados em euros, em determinadas subsidiárias. A nossa utilização de capital económico era de 1682 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, face aos 1782 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
- Risco de pensões. Este risco decorre das nossas obrigações de benefícios definidos, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de spread de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico era de 934 milhões de euros e de 1259 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, respetivamente. A utilização de capital económico diminuiu principalmente em consequência de uma redução da exposição ao risco de spread de crédito e de um aumento do benefício de diversificação com outros tipos de risco.
- Risco de fundos garantidos. A utilização de capital económico era de 41 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, face aos 103 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. A diminuição da contribuição de capital económico deveu-se, em grande parte, a um maior benefício de diversificação com outros tipos de risco.

## Risco de taxa de juro na carteira bancária

A tabela seguinte apresenta o impacto na margem financeira do Grupo na carteira bancária, bem como a alteração do valor económico para as posições da carteira bancária decorrente de alterações nas taxas de juros no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) para o atual período de relato e no âmbito dos seis cenários padrão definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) para o ano anterior:

### Risco de taxa de juro ao valor económico e margem financeira na carteira bancária pelo cenário da EBA (para o atual período de relato) e pelo cenário do BCBS (para o ano anterior)

em mil milhões de euros	Delta de EVE	Delta NII <sup>1</sup>
	31 dez 2020	31 dez 2020
Curva paralela ascendente	(5,2)	2,3
Curva paralela descendente	0,5	(1,1)
Critério para acentuação da curva	(0,6)	(0,9)
Critério para nivelamento da curva	(0,6)	2,1
Curva da taxa de curto prazo ascendente	(1,7)	2,7
Curva da taxa de curto prazo descendente	0,4	(1,1)
<b>Máximo</b>	<b>(5,2)</b>	<b>(1,1)</b>

em mil milhões de euros	31 dez 2020
<b>Capital Tier 1</b>	<b>51,5</b>

<sup>1</sup> O delta do rendimento de juros líquido (NII) reflete a diferença entre o NII projetado no respetivo cenário com as taxas alteradas vs. as taxas implícitas do mercado. As sensibilidades baseiam-se num balanço estático a taxas de câmbio constantes, excluindo as posições de negociação e a DWS. Os valores não incluem os efeitos de Mark to Market (MtM)/Outro rendimento integral (OCI) em posições geridas a nível central não elegíveis para contabilidade de cobertura.

em mil milhões de euros	Delta de EVE	Delta NII <sup>1</sup>
	31 dez 2019	31 dez 2019
Curva paralela ascendente	(4,2)	3,0
Curva paralela descendente	0,5	(0,8)
Critério para acentuação da curva	(1,2)	(0,5)
Critério para nivelamento da curva	(0,4)	2,7
Curva da taxa de curto prazo ascendente	(1,2)	3,6
Curva da taxa de curto prazo descendente	0,4	(0,8)
<b>Máximo</b>	<b>(4,2)</b>	<b>(0,8)</b>

em mil milhões de euros	31 dez 2019
<b>Capital Tier 1</b>	<b>50,5<sup>2</sup></b>

<sup>1</sup> O delta do rendimento de juros líquido (NII) reflete a diferença entre o NII projetado no respetivo cenário com as taxas alteradas vs. as taxas implícitas do mercado. As sensibilidades baseiam-se num balanço estático a taxas de câmbio constantes, excluindo as posições de negociação e a DWS. Os valores não incluem os efeitos de Mark to Market (MtM)/Outro rendimento integral (OCI) em posições geridas a nível central não elegíveis para contabilidade de cobertura.

<sup>2</sup> Número foi reajustado devido a arredondamentos

Um aumento paralelo repentino na curva de rendimento afetaria positivamente os ganhos do Grupo (margem financeira) das posições de carteira bancária. O Deutsche Bank prevê que a alteração na margem financeira total a um ano resultante dos

desvios paralelos da curva de rendimentos para cima e para baixo (aplicando um limite de taxa de juro pós-choque dependente da maturidade em conformidade com as orientações dadas pela EBA) seria de 2,3 mil milhões de euros e (1,1) mil milhões de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2020.

A perda máxima do valor económico de capital (EVE) foi de (5,2) mil milhões de euros em dezembro de 2020, em comparação com (4,2) mil milhões de euros em dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, a perda máxima do EVE representa 10,2% do capital Tier 1.

A perda máxima do valor económico de capital (EVE) devido a uma mudança paralela de +200 pontos base da curva de rendimentos em todas as divisas, conforme definido pelo BaFin, foi de (5,1) mil milhões de euros em dezembro de 2020, representando 8,8% do Capital Total.

O aumento da perda máxima do EVE deveu-se principalmente ao aumento da exposição ao risco de taxa de juro de valor económico, criada para estabilizar o rendimento de juros líquido do Grupo. O nosso risco de NII foi significativamente reduzido no período de relato devido às medidas acima mencionadas. A redução no cenário de perda máxima de aproximadamente 1,5 mil milhões de euros foi, no entanto, sobrecompensada pela aplicação de um limite mínimo de taxa de juro pós-choque dependente da maturidade com um impacto de aproximadamente (1,8) mil milhões de euros. Tal resultou em maiores choques de taxa de juro aplicados em cenários de taxa de juro em baixa e, consequentemente, num NII delta maior.

A tabela seguinte apresenta a variação do valor económico para as posições da carteira bancária do Deutsche Bank resultante de choques de descida e subida de taxas de juro por divisa:

#### Risco de taxa de juro ao valor económico na carteira bancária por divisa

em mil milhões de euros	31 dez 2020	
	Curva paralela ascendente	Curva paralela descendente
EUR	(4,0)	0,3
USD	(0,7)	0,2
Outros	(0,6)	0,1
<b>Total</b>	<b>(5,2)</b>	<b>0,5</b>

## Exposição ao risco operacional

### Risco operacional – perfil de risco

#### Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

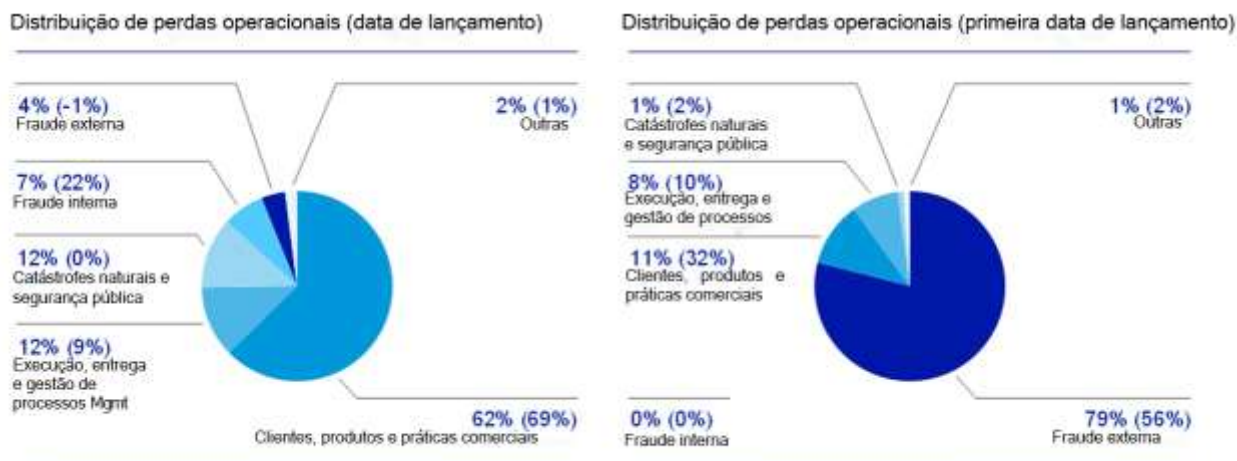
em milhões de euros	2020	2019 <sup>1</sup>
Clientes, produtos e práticas comerciais	247	313
Execução, entrega e gestão de processos	49	57
Catástrofes naturais e segurança pública	47	3
Fraude interna	28	27
Fraude externa	16	21
Outras	8	8
<b>Grupo</b>	<b>396</b>	<b>429</b>

<sup>1</sup> Números de 2019 relativos à perda, revistos em relação à apresentação do ano anterior devido à posterior captação de perdas e reclassificação.

Em 31 de dezembro de 2020, as perdas operacionais diminuíram 33 milhões de euros ou 8%, em comparação com o final do ano de 2019, apesar de um grande aumento das perdas relacionado com o tipo de evento "Catástrofes naturais e segurança pública" em resultado das despesas da COVID-19. Excluindo os efeitos da COVID-19, as perdas operacionais teriam diminuído 77 milhões de euros ou 18%, em comparação com 2019. A diminuição foi motivada predominantemente pelos tipos de evento "clientes, produtos e práticas comerciais" e "execução, entrega e gestão de processos" predominantemente devido a uma redução nas perdas antigas associadas a processos civis e questões de execução regulamentar.



### Perdas operacionais por tipo de evento ocorridas no período 2020 (2015-2019)<sup>1</sup>



<sup>1</sup> As percentagens entre parênteses correspondem à frequência de perdas e ao valor de perdas, respetivamente, para as perdas ocorridas no período 2015-2019. Subsequentemente, a frequência e os valores podem sofrer alterações.

O gráfico acima à esquerda "Distribuição de perdas operacionais" resume a proporção em termos de lançamentos de perdas de risco operacional por tipo de evento utilizando o valor dos resultados em 2020 em comparação com o período de cinco anos de 2015 a 2019 entre parênteses. O tipo de evento "Clientes, produtos e práticas comerciais" domina as perdas operacionais com uma quota de 62%, sendo composto principalmente por saídas relacionadas com litígios, investigações e ações de execução. "Execução, entrega e gestão de processos" (12%) e "Catástrofes naturais e segurança pública" (12%) partilham a segunda maior proporção de perdas; esta última foi principalmente motivada por despesas relacionadas com a COVID-19. As perdas de "Fraude interna" foram de 7%, "Fraude externa" de 4% e "Outros" de 2%.

O gráfico acima à direita, "Frequência de perdas operacionais" resume a proporção de eventos de risco operacional por tipo de evento, com base numa contagem de eventos em que as perdas foram reconhecidas pela primeira vez em 2020, em comparação com o período de cinco anos de 2015 a 2019 entre parênteses. As frequências são impulsionadas predominantemente pelo tipo de evento "Fraude externa", que incluía 79% de todos os eventos de perda observados, seguido de "Clientes, produtos e práticas comerciais" de 11%. A "Execução, entrega e gestão de processos" contribuiu para 8%, e outros tipos de eventos para os restantes 2%. Embora o tipo de evento "Fraude interna" tenha contribuído significativamente para a distribuição das perdas, o mesmo tem uma frequência negligenciável, incluindo menos de 1% dos eventos de perda em 2020.

Embora procuremos garantir a captação abrangente dos eventos de perda de risco operacional com um impacto na demonstração de resultados de 10.000 euros ou mais, os totais apresentados nesta secção poderão estar subestimados devido à deteção e inscrição tardias dos eventos de perda.

## Exposição ao risco de liquidez

### Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

O ano de 2020 foi dominado pela pandemia da COVID-19. Circunstâncias sem precedentes e incertezas gerais sobre a trajetória da economia global acrescentaram volatilidade aos mercados de crédito. Os spreads de crédito atingiram um pico em março de 2020 e diminuíram desde então, com o apoio da política monetária e do estímulo fiscal e do comércio praticamente inalterado no final de 2020, em comparação com o início do ano.

Os spreads do DB apresentam um comportamento semelhante, mas conseguiram superar os spreads de crédito dos pares em relação ao ano anterior. O nosso contrato de swap de risco de incumprimento de 5 anos (referência à dívida preferencial) atingiu o pico em 18 de março de 2020 com 141 pb e encerrou em 31 de dezembro de 2020 com 57 pb, superando os pares em 13 pb face ao ano anterior. Nos mercados de obrigações, o nosso parâmetro de referência em euros sénior não preferencial de 2,625% euros, com vencimento em fevereiro de 2026, encerrou com 107 pb em relação aos Euro Mid Swaps no final de 2020, 43 pb mais perto do que um ano antes, e superou os pares em 40 pb.

O nosso plano de emissões revisto para 2020, num montante entre 10 e 15 mil milhões de euros, incluindo emissão de dívida com vencimento inicial superior a um ano, foi concluído e fechámos 2020 com 18,5 mil milhões de euros de financiamento a prazo, incluindo já um pré-financiamento de parte do nosso plano de emissão de 2021. Este financiamento disseminou-se,

grosso modo, pelas seguintes fontes de financiamento: Emissão de AT1 (mil milhões de euros), emissão de Tier 2 (1,7 mil milhões de euros), emissão de instrumentos “plain vanilla” não preferenciais sénior (11,6 mil milhões de euros), emissão de instrumentos “plain vanilla” preferenciais sénior (mil milhões de euros), emissão de obrigações cobertas (0,5 mil milhões de euros) e outras emissões estruturadas preferenciais sénior (2,7 mil milhões de euros). O total (18,5 mil milhões de euros) está dividido em euros (8,8 mil milhões de euros), dólares americanos (8,7 mil milhões de euros), libras esterlinas (0,7 mil milhões de euros) e outras divisas agregadas (0,7 mil milhões de euros). Além das emissões diretas, utilizamos swaps cambiais cruzados de longo prazo para gerir as nossas necessidades de financiamento não em euros. A nossa base de investidores para emissões em 2020 foi composta por gestores de ativos e fundos de pensões (58%), bancos (12%), clientes de retalho (10%), companhias de seguros (4%) e outros investidores institucionais (13%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (15%), resto da Europa (45%), EUA (23%), Ásia e Pacífico (9%) e Outros (8%).

O spread médio da nossa emissão a 3 meses da Euribor/Libor foi de 210 pontos base para o ano inteiro. O prazo médio foi de 6,9 anos. As nossas atividades de emissão foram ligeiramente superiores no segundo semestre do ano. Emitimos os seguintes volumes em cada trimestre: T1: 5,86 mil milhões de euros; T2: 3,3 mil milhões de euros; T3: 4,9 mil milhões de euros e T4: 4,7 mil milhões de euros, respetivamente.

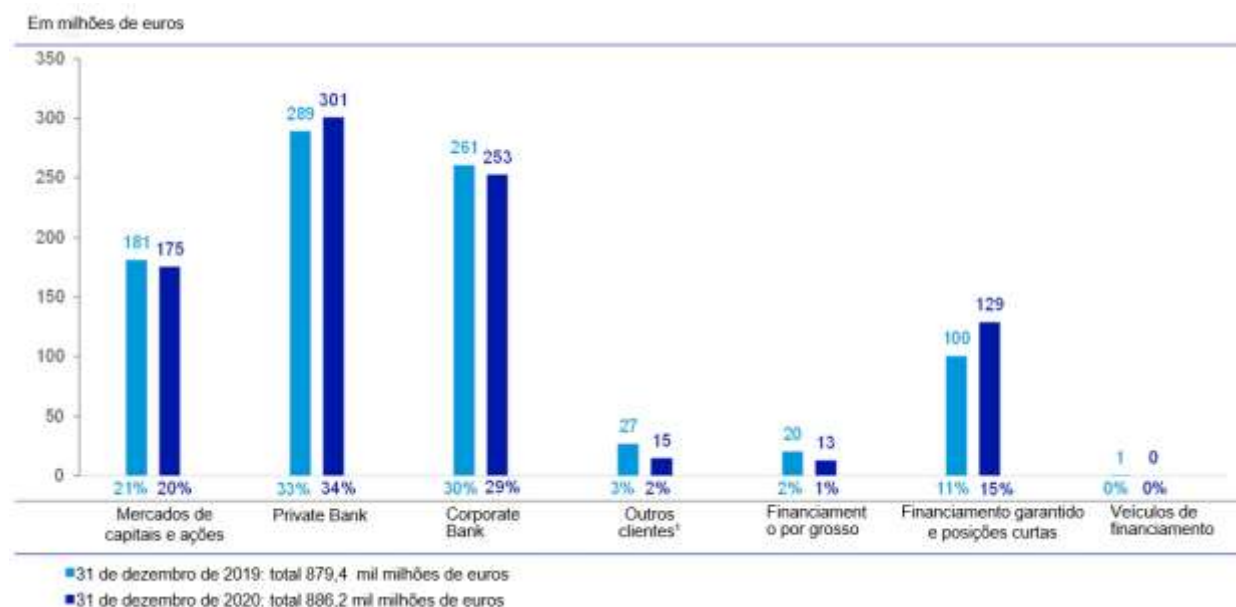
Em 2021, o nosso plano de emissão é de 15 a 20 mil milhões de euros e inclui instrumentos de capital, obrigações não preferenciais e preferenciais sénior e obrigações cobertas. Também planeamos angariar parte deste financiamento em dólares americanos e poderemos celebrar swaps cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. Temos maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 22 mil milhões de euros em 2021.

## Diversificação de financiamento

Em 2020, o valor total de financiamento externo aumentou 6,7 mil milhões de euros, de 879,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 para 886,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. O aumento deveu-se a entradas nos depósitos mais estáveis do DB, em particular o Private Bank, onde os depósitos aumentaram 11,6 mil milhões de euros, principalmente devido a uma menor despesa do consumidor relacionada com a COVID-19. Além disso, o financiamento e as vendas a descobertos garantidos aumentaram 28,2 mil milhões de euros, uma vez que o DB participou no programa TLTRO III do BCE. Devido a medidas de aumento de preços direcionadas no Corporate Bank, os depósitos diminuíram 7,9 mil milhões de euros. Além disso, a dependência no financiamento por grosso sem garantias foi ainda reduzida em 7,2 mil milhões de euros. A diminuição de 5,6 mil milhões de euros dos mercados de capitais e ações em circulação refere-se a dívida de longo prazo mais baixa, principalmente devido a maturidades que excedem as novas emissões. O financiamento de outros clientes diminuiu 12,0 mil milhões de euros.

A proporção global das nossas fontes de financiamento mais estáveis (incluindo Mercados de capitais e ações, Retalho, Private Bank e Corporate Bank) excluindo o TLTRO III subiu de 83,1% em 2019 para 82,3% em 2020.

## Composição das fontes de financiamento externas



<sup>1</sup> Outros Clientes incluem depósitos fiduciários, notas de X-markets e margem/saldos de Corretagem Prime (apresentados numa base líquida). Referência: Reconciliação para o balanço total de 1.325,3 mil milhões de euros (1.297,7 mil milhões de euros): Derivados e saldos de liquidação de 348,2 mil milhões de euros (335,7 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida) de 63,4 mil milhões de euros (52,4 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento de 27,4 mil milhões de euros (30,1 mil milhões de euros) para 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respetivamente. Os passivos detidos para venda da transferência do negócio para o BNP Paribas foram alocados de volta às suas rubricas originais antes da reclassificação, de modo a refletir o seu impacto económico no financiamento: 1,9 mil milhões de euros para derivados e saldos de liquidação (não relevantes para financiamento) e 7,9 mil milhões de euros para valores a pagar de corretagem Prime, com um impacto líquido de 3,4 mil milhões de euros adicionais no financiamento de outros clientes (relevantes para financiamento) e 4,7 mil milhões de euros adicionais para efeitos de compensação dos saldos de caixa de margens/corretagem Prime (rubrica de conciliação).

## Maturidade do financiamento por grosso não garantido, do ABCP e da emissão nos mercados de capitais<sup>1</sup>

31 dez 2020

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	964	1.063	779	547	3.354	162	78	3.594
Depósitos de outros clientes grossistas	1.626	1.326	407	986	4.344	409	1.162	5.914
CD e PC	693	466	887	753	2.800	0	21	2.821
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	3.689	3.970	2.349	8.291	18.298	8.235	34.106	60.639
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	15	0	5	1.698	1.718	85	1.955	3.759
Estruturados sénior	544	416	917	1.465	3.343	2.310	12.021	17.674
Obrigações/ABS cobertos	70	1.179	786	1.966	4.001	1.337	17.303	22.641
Passivos subordinados	0	0	538	531	1.069	1.765	11.437	14.271
Outros	137	0	0	0	137	0	695	832
<b>Total</b>	<b>7.738</b>	<b>8.420</b>	<b>6.668</b>	<b>16.237</b>	<b>39.063</b>	<b>14.303</b>	<b>78.779</b>	<b>132.145</b>
Dos quais:								
Garantidos	70	1.179	786	1.966	4.001	1.337	17.303	22.641
Sem garantia	7.668	7.241	5.882	14.271	35.063	12.966	61.476	109.505

<sup>1</sup> Inclui títulos Tier 1 adicionais reportados como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras. Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas.

<sup>2</sup> Volume de financiamento garantido comunicado em termos brutos antes da eliminação da dívida própria

O volume total de passivos por grosso não garantidos, de ABCP e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo de um ano totalizava 39 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, devendo ser considerado no contexto do total das nossas reservas de liquidez de 243 mil milhões de euros.

31 dez 2019

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	1.275	2.179	3.602	339	7.396	92	211	7.699
Depósitos de outros clientes grossistas	682	4.466	754	1.819	7.720	605	1.064	9.389
CD e PC	260	569	857	983	2.670	1	0	2.671
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	136	2.503	1.584	7.677	11.899	19.175	33.007	64.081
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	0	0	0	5	5	1.800	1.039	2.844
Estruturados sénior	220	692	659	2.692	4.262	2.926	14.301	21.490
Obrigações/ABS cobertos	173	1.166	244	2.214	3.797	4.068	13.617	21.482
Passivos subordinados	3	722	2.742	493	3.959	23	9.622	13.605
Outros	107	0	0	0	107	0	776	883
<b>Total</b>	<b>2.855</b>	<b>12.297</b>	<b>10.440</b>	<b>16.223</b>	<b>41.816</b>	<b>28.690</b>	<b>73.637</b>	<b>144.143</b>
Dos quais:								
Garantidos	173	1.166	244	2.214	3.797	4.068	13.617	21.482
Sem garantia	2.682	11.131	10.197	14.009	38.019	24.622	60.021	122.661

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos nossos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

### Financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

em milhões de euros	31 dez 2020					31 dez 2019				
	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total
Depósitos de bancos	963	2.222	149	261	3.594	1.330	5.558	13	798	7.699
Depósitos de outros clientes grossistas	4.474	989	90	361	5.914	8.968	162	204	56	9.389
CD e PC	1.082	715	365	658	2.821	884	678	196	913	2.671
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	29.700	25.122	1.833	3.984	60.639	29.365	27.696	1.822	5.198	64.081
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	1.894	1.635	0	230	3.759	1.064	1.780	0	0	2.844
Estruturados sénior	7.725	7.972	14	1.963	17.674	8.181	10.856	28	2.425	21.490
Obrigações cobertas/ABS	22.641	0	0	0	22.641	21.482	0	0	0	21.482
Passivos subordinados	4.693	3.577	0	6.001	14.271	3.509	4.213	0	5.884	13.605
Outros	832	0	0	0	832	883	0	0	0	883
<b>Total</b>	<b>74.004</b>	<b>42.232</b>	<b>2.451</b>	<b>13.458</b>	<b>132.145</b>	<b>75.666</b>	<b>50.943</b>	<b>2.261</b>	<b>15.274</b>	<b>144.143</b>
Dos quais:										
Garantidos	22.641	0	0	0	22.641	21.482	0	0	0	21.482
Sem garantia	51.363	42.232	2.451	13.458	109.505	54.184	50.943	2.261	15.274	122.661

## Reservas de liquidez

### Composição das nossas reservas de liquidez por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

em milhões de euros	31 dez 2020		31 dez 2019	
	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	155	155	134	134
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	130	130	91	91
Subsidiárias	25	25	43	43
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	62	62	67	64
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	42	41	45	42
Subsidiárias	20	20	23	22
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	26	24	21	15
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	21	19	17	13
Subsidiárias	5	5	4	2
<b>Total de reservas de liquidez</b>	<b>243</b>	<b>241</b>	<b>222</b>	<b>213</b>
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	192	191	153	146
Subsidiárias	51	50	69	67

Em 31 de dezembro de 2020, as nossas reservas de liquidez totalizavam 243 mil milhões de euros, por oposição a 222 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. O aumento de 21 mil milhões de euros incluía aproximadamente um aumento de 49 mil milhões de euros em caixa e seus equivalentes, compensado por uma diminuição de 5 mil milhões de euros em títulos com elevada liquidez e um aumento de 5 mil milhões de euros noutros títulos desonerados. O desenvolvimento deveu-se, em grande parte, à participação no TLTRO III do BCE, aos esforços em curso de desalavancagem no nosso negócio de capital próprio e a um aumento modesto dos depósitos do Private Bank. As emissões de dívidas com vencimento nos Mercados de Capitais, a diminuição do financiamento por grosso não assegurado e os depósitos do Corporate Bank não operacionais foram complementados por melhorias do modelo, que aumentaram as reservas de liquidez. A média do trimestre das nossas reservas de liquidez médias para este exercício foi de 233 mil milhões de euros, por oposição a 243 mil milhões de euros durante 2019. Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das nossas reservas de liquidez, enquanto o valor de liquidez reflete o nosso pressuposto do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tendo em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

## Rácio de cobertura de liquidez

O nosso LCR médio ponderado de 142% (média de doze meses) foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e as Orientações da EBA relativas à divulgação do LCR para complementar a divulgação da gestão do risco de liquidez ao abrigo do artigo 435.º do CRR.

O LCR no final do exercício em 31 de dezembro de 2020 mantém-se em 144,8% face a 141,2% em 31 de dezembro de 2019.

### Componentes do LCR

	31 dez 2020	31 dez 2019
	<b>Total do valor ponderado ajustado (média)</b>	Total do valor ponderado ajustado (média)
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		
Número de pontos de dados utilizados no cálculo das médias	12	12
<b>Ativos líquidos de alta qualidade</b>	<b>207</b>	<b>219</b>
<b>Total de saídas de caixa líquidas</b>	<b>146</b>	<b>154</b>
Rácio de cobertura de liquidez (LCR) em %	142%	142%

## Gestão do risco de financiamento

### Financiamento estrutural

Todas as matrizes de financiamento (matriz de financiamento de divisas agregadas, em USD e em GBP) estavam em linha com a respetiva apetência pelo risco no final do exercício de 2020 e 2019.

### Testes de esforço e análise de cenários

No final de 2020, a nossa posição de liquidez líquida em esforço era de 43 mil milhões de euros. A posição de liquidez líquida em esforço foi negativa no final do primeiro trimestre de 2020, refletindo semanas de esforço real decorrente da COVID-19. A medida tem por objetivo aumentar de forma eficaz um esforço adicional durante um novo período de oito semanas. O teste de esforço interno revelou-se eficaz, fornecendo um indicador precoce de que o banco tinha entrado num período de esforço real. Incluindo uma normalização das condições no negócio dos clientes, a sNLP melhorou rapidamente durante o resto do ano, principalmente devido a um aumento de liquidez, otimização de depósitos e melhorias da metodologia.

#### Resultados diários globais dos testes de esforço em todas as divisas

	31 dez 2020			31 dez 2019		
em milhões de euros	Défi ce de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défi ce <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défi ce de financiamento <sup>1,4</sup>	Compensação do défi ce <sup>2,4</sup>	Posição líquida de liquidez <sup>4</sup>
Risco de mercado sistémico	82	189	107	100	175	75
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	17	145	128	83	173	90
Redução acentuada da notação de crédito (específico do DB)	157	216	59	172	209	37
<b>Combinado<sup>3</sup></b>	<b>177</b>	<b>220</b>	<b>43</b>	<b>185</b>	<b>209</b>	<b>24</b>

<sup>1</sup> Défi ce de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

<sup>4</sup> Os números de 31 de dezembro de 2019 foram atualizados para estar em linha com a metodologia atualizada refletida nos números de 31 de dezembro de 2020

#### Resultados diários globais dos testes de esforço em EUR

	31 dez 2020			31 dez 2019		
em milhões de euros	Défi ce de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défi ce <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défi ce de financiamento <sup>1,4</sup>	Compensação do défi ce <sup>2,4</sup>	Posição líquida de liquidez <sup>4</sup>
<b>Combinado<sup>3</sup></b>	<b>86</b>	<b>104</b>	<b>18</b>	<b>91</b>	<b>99</b>	<b>8</b>

<sup>1</sup> Défi ce de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

<sup>4</sup> Os números de 31 de dezembro de 2019 foram atualizados para estar em linha com a metodologia atualizada refletida nos números de 31 de dezembro de 2020

#### Resultados diários globais dos testes de esforço em USD

	31 dez 2020			31 dez 2019		
em milhões de euros	Défi ce de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défi ce <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défi ce de financiamento <sup>1,4</sup>	Compensação do défi ce <sup>2,4</sup>	Posição líquida de liquidez <sup>4</sup>
<b>Combinado<sup>3</sup></b>	<b>60</b>	<b>64</b>	<b>4</b>	<b>71</b>	<b>80</b>	<b>9</b>

<sup>1</sup> Défi ce de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

<sup>4</sup> Os números de 31 de dezembro de 2019 foram atualizados para estar em linha com a metodologia atualizada refletida nos números de 31 de dezembro de 2020

## Resultados diários globais dos testes de esforço em GBP

em milhões de euros	31 dez 2020			31 dez 2019		
	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento <sup>4</sup>	Compensação do défice <sup>4</sup>	Posição líquida de liquidez <sup>4</sup>
Combinado <sup>3</sup>	4	10	6	7	9	2

<sup>1</sup> Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistêmico e da acentuada redução da notação de crédito.

<sup>4</sup> Os números de 31 de dezembro de 2019 foram atualizados para estar em linha com a metodologia atualizada refletida nos números de 31 de dezembro de 2020

A tabela seguinte apresenta o montante necessário para satisfazer os requisitos de garantias colaterais de obrigações contratuais em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

## Obrigações contratuais

em milhões de euros	31 dez 2020		31 dez 2019	
	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivativos contratuais	354	439	415	749
Outros requisitos de financiamento ou de margem	0	0	0	0

## Oneração de ativos

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a Lei bancária alemã. Por este motivo, são excluídas as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos penhorados pelas nossas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 20, "Ativos penhorados e recebidos como garantia" das demonstrações financeiras consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 37, "Informações sobre subsidiárias" das demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, swaps colaterais e outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais, são considerados onerados. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivativos, de acordo com as diretrizes da EBA.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados pelo justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivativos, e os investimentos disponíveis para venda são tidos como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico de patrimoniais e extrapatrimoniais pelo justo valor e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (consulte "Reservas de liquidez" para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivativos. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora, dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em "Outros ativos" pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

## Ativos onerados e desonerados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2020			
	Valor contabilístico			
	Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Títulos de dívida	156	61	95	0
Instrumentos de capital	13	6	7	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	175	13	162	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	9	0	0	9
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados <sup>2</sup>				
Ativos detidos para negociação	9	0	9	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	344	0	0	344
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	63	0	0	63
Outros ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	3	0	3	0
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral <sup>2</sup>	6	0	5	2
Empréstimos	459	83	3	373
Outros ativos	90	55	0	35
<b>Total</b>	<b>1.326</b>	<b>218</b>	<b>282</b>	<b>825</b>

<sup>1</sup> Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.

<sup>2</sup> Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2020			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Garantias recebidas:	237	199	36	2
Títulos de dívida	193	159	34	0
Instrumentos de capital	42	40	2	0
Outras garantias recebidas	2	0	0	2

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2019			
	Valor contabilístico			
	Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Títulos de dívida	153	46	108	0
Instrumentos de capital	18	8	10	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	147	12	135	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	14	0	0	14
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados <sup>2</sup>				
Ativos detidos para negociação	13	0	13	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	333	0	0	333
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	71	0	0	71
Outros ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	3	0	3	0
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral <sup>2</sup>	6	0	5	1
Empréstimos	458	70	10	378
Outros ativos	80	48	0	32
<b>Total</b>	<b>1.297</b>	<b>184</b>	<b>282</b>	<b>831</b>

<sup>1</sup> Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.

<sup>2</sup> Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2019			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Garantias recebidas:	252	200	47	4
Títulos de dívida	215	171	43	0
Instrumentos de capital	33	29	4	0
Outras garantias recebidas	4	0	0	4

...

## Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibiram consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção "Testes de esforço de liquidez e análise de cenários" para posições de liquidez de curto prazo  $\leq 1$  ano e a secção "Financiamento estrutural" para posições de liquidez de longo prazo  $> 1$  ano), que é definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente.



## Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31 dez 2020

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central	163.953	2.165	32	39	13	6	0	0	0	166.208
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.106	1.239	470	138	95	71	0	0	11	9.130
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados										
com acordos de revenda	151	2.111	1.378	765	84	237	2.212	1.593	0	8.533
Com bancos	137	1.578	206	508	64	0	1.529	1.505	0	5.527
Com clientes	14	533	1.172	257	20	237	683	88	0	3.005
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	462.636	39.834	6.189	2.971	593	3.391	1.898	4.063	6.366	527.941
Ativos detidos para negociação	104.766	291	0	0	0	2.480	83	0	309	107.929
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	91.353	291	0	0	0	2.480	83	0	119	94.326
Ações e outros títulos de rendimento variável	11.579	0	0	0	0	0	0	0	190	11.769
Outros ativos detidos para negociação	1.833	0	0	0	0	0	0	0	0	1.833
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	343.455	0	0	0	0	0	0	0	0	343.455
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	14.415	39.543	6.189	2.971	593	912	1.461	3.980	6.057	76.121
Títulos comprados com acordos de revenda	3.649	32.309	5.052	2.848	560	97	373	1.169	0	46.057
Títulos obtidos por empréstimo	10.532	5.752	721	0	0	0	4	0	0	17.009
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	198	1.188	399	117	6	278	997	2.691	5.678	11.553
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	36	294	16	6	27	536	88	121	378	1.503
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	353	83	1	437
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	528	622	350	131	71	215	258	1.129	3.303
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	5	3.013	3.182	3.059	3.304	1.831	8.436	11.271	21.735	55.834
Títulos comprados com acordos de revenda	0	1.543	0	0	0	0	0	0	0	1.543
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	1.167	2.621	2.684	2.963	1.653	7.633	9.252	21.683	49.656
Empréstimos	5	303	561	374	341	179	803	2.019	52	4.635
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	13.792	41.904	19.375	15.763	9.482	11.575	28.140	75.957	211.005	426.995
A bancos	270	693	744	577	235	384	258	1.602	751	5.514
A clientes	13.522	41.210	18.632	15.186	9.247	11.191	27.882	74.355	210.255	421.480
Retalho	2.288	8.222	3.226	1.817	1.100	1.262	4.955	16.034	164.343	203.246
Grandes empresas e outros clientes	11.234	32.988	15.406	13.369	8.148	9.929	22.927	58.321	45.912	218.234
Outros ativos financeiros	73.415	7.766	1.362	1.112	430	2.207	2.073	6.867	1.560	96.791
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>721.057</b>	<b>98.560</b>	<b>32.611</b>	<b>24.197</b>	<b>14.133</b>	<b>19.390</b>	<b>42.975</b>	<b>100.008</b>	<b>241.806</b>	<b>1.294.736</b>
Outros ativos	13.892	1.599	1	1.672	9	1.983	211	1.406	9.749	30.523
<b>Total do ativo</b>	<b>734.950</b>	<b>100.159</b>	<b>32.612</b>	<b>25.869</b>	<b>14.142</b>	<b>21.373</b>	<b>43.186</b>	<b>101.414</b>	<b>251.555</b>	<b>1.325.259</b>

## Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31 dez 2019

em milhões de euros	À vista (incl. notificaçã o de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central	130.338	4.152	205	54	20	2.601	222	0	0	137.592
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	5.639	3.338	172	98	135	231	0	0	22	9.636
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	16	5.668	2.158	1.142	163	445	881	3.329	0	13.801
Com bancos	11	5.011	781	474	20	104	610	2.709	0	9.720
Com clientes	5	657	1.377	668	143	341	271	620	0	4.081
Títulos obtidos por empréstimo	328	100	0	0	0	0	0	0	0	428
Com bancos	38	0	0	0	0	0	0	0	0	38
Com clientes	290	100	0	0	0	0	0	0	0	390
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	461.076	43.798	8.883	1.783	226	1.371	452	5.927	7.196	530.713
Ativos detidos para negociação	110.559	0	0	0	0	0	0	0	315	110.875
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	93.000	0	0	0	0	0	0	0	12	93.012
Ações e outros títulos de rendimento variável	17.017	0	0	0	0	0	0	0	303	17.320
Outros ativos detidos para negociação	543	0	0	0	0	0	0	0	0	543
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	332.931	0	0	0	0	0	0	0	0	332.931
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	17.586	43.798	8.883	1.783	226	1.371	452	5.921	6.881	86.901
Títulos comprados com acordos de revenda	4.791	38.563	6.796	743	91	121	156	2.105	0	53.366
Títulos obtidos por empréstimo	12.623	4.355	930	0	0	0	10	0	0	17.918
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	0	493	1.079	865	135	388	285	3.780	5.344	12.369
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	172	387	78	176	0	862	0	35	1.537	3.247
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	0	6	0	7
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	121	272	129	38	15	180	578	1.446	2.780
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	12	3.315	2.395	2.989	1.417	2.055	4.603	15.570	13.148	45.503
Títulos comprados com acordos de revenda	0	1.408	0	0	0	0	7	0	0	1.415
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	1.618	1.848	2.561	1.065	1.851	4.187	13.016	13.068	39.214
Empréstimos	12	289	546	428	352	204	409	2.554	80	4.874
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	16.410	45.045	20.166	15.716	9.554	8.778	29.985	80.631	203.556	429.841
A bancos	85	1.859	1.064	670	238	468	234	1.213	370	6.201
A clientes	16.325	43.186	19.102	15.046	9.316	8.310	29.751	79.418	203.186	423.640
Retalho	2.264	8.699	3.419	2.361	1.531	1.044	4.295	15.325	156.824	195.762
Grandes empresas e outros clientes	14.061	34.487	15.683	12.685	7.785	7.266	25.456	64.094	46.362	227.878
Outros ativos financeiros	62.134	7.807	1.455	557	249	2.767	2.252	12.277	7.697	97.196
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>675.954</b>	<b>113.345</b>	<b>35.706</b>	<b>22.468</b>	<b>11.801</b>	<b>18.263</b>	<b>38.574</b>	<b>118.314</b>	<b>233.065</b>	<b>1.267.490</b>
Outros ativos	10.921	264	3.220	103	109	197	347	1.632	13.392	30.185
<b>Total do ativo</b>	<b>686.875</b>	<b>113.609</b>	<b>38.926</b>	<b>22.571</b>	<b>11.910</b>	<b>18.459</b>	<b>38.921</b>	<b>119.946</b>	<b>246.458</b>	<b>1.297.674</b>

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total do nosso passivo com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31 dez 2020

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	375.436	20.323	85.104	47.290	10.005	6.510	5.362	8.053	9.948	568.031
A pagar a bancos	34.818	1.364	7.860	7.969	5.353	1.354	2.961	5.853	7.901	75.432
A pagar a clientes	340.618	18.959	77.244	39.322	4.653	5.156	2.401	2.199	2.047	492.599
Retalho	151.438	3.660	57.516	28.093	992	714	605	490	150	243.656
Grandes empresas e outros clientes	189.180	15.300	19.728	11.229	3.661	4.442	1.796	1.709	1.898	248.943
Passivos detidos para negociação	372.090	0	0	0	0	0	0	0	0	372.090
Títulos para negociação	43.882	0	0	0	0	0	0	0	0	43.882
Outros passivos detidos para ne- gociação	434	0	0	0	0	0	0	0	0	434
Instrumentos financeiros deriva- dos com valores de mercado negati- vos	327.775	0	0	0	0	0	0	0	0	327.775
Passivos financeiros designados ao justo valor										
através de resultados	12.658	18.594	9.961	2.101	86	26	347	1.494	1.316	46.582
Títulos vendidos com acordos de recompra	11.258	18.511	9.780	2.065	0	1	11	10	0	41.636
Dívida a longo prazo	84	36	164	34	24	25	317	1.450	1.240	3.374
Outros passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	1.316	47	17	1	62	0	18	34	77	1.572
Passivos por contratos de investi- mento	0	0	0	0	0	526	0	0	0	526
Valores de mercado negativos de- correntes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de co- bertura	0	108	245	46	11	9	65	254	541	1.279
Recursos de bancos centrais adqui- ridos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de re- compra	1.815	14	1	0	0	0	9	485	1	2.325
A pagar a bancos	1.814	13	0	0	0	0	9	409	0	2.246
A pagar a clientes	1	0	1	0	0	0	0	76	1	79
Títulos cedidos por empréstimo	1.697	0	0	0	0	0	0	0	0	1.698
A pagar a bancos	426	0	0	0	0	0	0	0	0	427
A pagar a clientes	1.271	0	0	0	0	0	0	0	0	1.271
Outros empréstimos a curto prazo	1.385	282	366	647	400	474	0	0	0	3.553
Dívida a longo prazo	0	4.307	5.579	13.873	25.273	10.595	13.751	47.489	28.297	149.163
Títulos de dívida – sénior	0	4.143	5.229	3.643	5.093	7.356	12.462	35.199	20.266	93.391
Títulos de dívida subordinados	0	0	14	4	0	0	0	3.948	3.386	7.352
Outras dívidas a longo prazo – sé- nior	0	164	335	10.202	20.180	3.239	1.274	8.156	4.552	48.103
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	0	0	24	0	0	15	185	93	316
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	524	269	528	0	0	0	1.321
Outros passivos financeiros	86.658	942	1.735	272	188	230	875	1.211	1.784	93.894
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>851.738</b>	<b>44.569</b>	<b>102.991</b>	<b>64.753</b>	<b>36.232</b>	<b>18.898</b>	<b>20.410</b>	<b>58.985</b>	<b>41.888</b>	<b>1.240.463</b>
Outros passivos	22.599	0	0	0	0	0	0	0	0	22.599
<b>Total do capital próprio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>62.196</b>	<b>62.196</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>874.337</b>	<b>44.569</b>	<b>102.991</b>	<b>64.753</b>	<b>36.232</b>	<b>18.898</b>	<b>20.410</b>	<b>58.985</b>	<b>104.084</b>	<b>1.325.259</b>
Compromissos assumidos										
fora do balanço	41.744	8.996	11.000	18.109	8.285	21.379	36.149	84.924	33.269	263.854
Bancos	576	1.356	1.268	2.137	1.453	1.532	2.008	2.401	2.704	15.437
Retalho	16.654	802	950	333	225	1.529	349	468	10.262	31.570
Grandes empresas e outros clientes	24.514	6.838	8.783	15.639	6.607	18.318	33.792	82.054	20.303	216.847

## Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31 dez 2019

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	364.007	20.305	92.964	35.712	17.979	15.110	7.205	8.675	10.251	572.208
A pagar a bancos	43.745	1.631	8.834	5.338	1.065	665	2.153	5.453	7.972	76.856
A pagar a clientes	320.262	18.674	84.130	30.374	16.914	14.445	5.052	3.222	2.279	495.352
Retalho	135.727	4.746	57.398	16.271	8.895	5.854	579	654	171	230.296
Grandes empresas e outros clientes	184.534	13.929	26.732	14.102	8.018	8.591	4.473	2.569	2.108	265.056
Passivos detidos para negociação	353.571	0	0	0	0	0	0	0	0	353.571
Títulos para negociação	36.692	0	0	0	0	0	0	0	0	36.692
Outros passivos detidos para ne- gociação	373	0	0	0	0	0	0	0	0	373
Instrumentos financeiros deriva- dos com valores de mercado negati- vos	316.506	0	0	0	0	0	0	0	0	316.506
Passivos financeiros designados ao justo valor										
através de resultados	9.860	15.487	10.201	5.066	4.802	954	162	983	2.816	50.332
Títulos vendidos com acordos de recompra	7.617	14.965	10.016	4.796	4.555	754	2	16	2	42.723
Dívida a longo prazo	89	160	112	256	223	137	159	951	2.675	4.761
Outros passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	2.154	362	74	14	25	63	1	16	139	2.848
Passivos por contratos de investi- mento	0	0	0	0	0	544	0	0	0	544
Valores de mercado negativos de- correntes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de co- bertura	0	140	147	42	105	97	64	491	343	1.431
Recursos de bancos centrais adquiri- dos	218	0	0	0	0	0	0	0	0	218
Títulos vendidos com acordos de re- compra	1.493	960	158	22	0	205	13	37	7	2.897
A pagar a bancos	1.248	750	32	22	0	205	0	0	0	2.257
A pagar a clientes	246	210	127	0	0	0	13	37	7	640
Títulos cedidos por empréstimo	258	0	0	0	0	0	0	0	0	259
A pagar a bancos	15	0	0	0	0	0	0	0	0	16
A pagar a clientes	243	0	0	0	0	0	0	0	0	243
Outros empréstimos a curto prazo	1.861	518	1.477	604	229	529	0	0	0	5.218
Dívida a longo prazo	0	630	14.841	11.320	7.194	4.104	28.724	37.228	32.433	136.473
Títulos de dívida – sénior	0	572	3.139	4.811	6.992	3.232	27.178	32.215	23.047	101.187
Títulos de dívida subordinados	0	0	15	2.023	0	13	0	1.295	3.588	6.934
Outras dívidas a longo prazo – sé- nior	0	54	11.687	4.480	198	855	1.522	3.529	5.695	28.019
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	3	0	7	4	3	24	190	101	333
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	1.257	0	756	0	0	0	2.013
Outros passivos financeiros	78.597	1.088	1.653	280	254	253	875	1.493	867	85.361
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>809.867</b>	<b>39.129</b>	<b>121.442</b>	<b>54.304</b>	<b>30.564</b>	<b>22.553</b>	<b>37.043</b>	<b>48.908</b>	<b>46.716</b>	<b>1.210.524</b>
<b>Outros passivos</b>	<b>24.990</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24.990</b>
<b>Total do capital próprio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>62.160</b>	<b>62.160</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>834.857</b>	<b>39.129</b>	<b>121.442</b>	<b>54.304</b>	<b>30.564</b>	<b>22.553</b>	<b>37.043</b>	<b>48.908</b>	<b>108.876</b>	<b>1.297.674</b>
Compromissos assumidos										
fora do balanço	39.558	7.525	12.808	14.979	8.110	18.609	33.148	90.696	35.238	260.672
Bancos	594	1.025	1.145	1.365	1.265	2.158	1.609	2.147	2.481	13.791
Retalho	17.028	769	701	364	82	1.086	301	227	9.468	30.025
Grandes empresas e outros clientes	21.936	5.731	10.962	13.249	6.763	15.365	31.237	88.322	23.290	216.856

Os números relativos a 2019 foram revistos

1

## Relatório de Remuneração

182	Introdução
183	Relatório de Remuneração do Conselho de Administração
183	Governo da Remuneração do Conselho de Administração
184	Princípios de Remuneração
185	Estrutura de remuneração
195	Incentivo de longo prazo e sustentabilidade
197	Condições de perda de direitos/recuperação (clawback)
197	Limitações no caso de acontecimentos excepcionais
197	Diretrizes de participações
197	Benefícios de pensão
198	Outros benefícios aquando de cessação antecipada
198	Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2020
202	Prémios em ações
203	Participação acionista do Conselho de Administração, diretrizes de participações
204	Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)
212	Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17)
214	Perspetivas: Desenvolvimento do sistema de remuneração a partir de 2021
216	Relatório de remuneração dos colaboradores
217	Contexto regulamentar
218	Governo das remunerações
219	Estratégia de remuneração
220	Quadro de remuneração do Grupo
221	Determinação da remuneração variável baseada no desempenho
223	Estrutura de remuneração variável
224	Ajustamento ex post de risco da remuneração variável
225	Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas
226	Decisões de remuneração para 2020
227	Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais
229	Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
230	Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2020

## Introdução

O Relatório de Remuneração de 2020 fornece informação detalhada sobre as remunerações relacionadas com o Grupo Deutsche Bank global.

O Relatório de Remuneração inclui as seguintes três secções:

### Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

A primeira secção é o Relatório de Remuneração do Conselho de Administração, composto por três partes. A primeira parte do Relatório determina a estrutura e a conceção do **sistema de remuneração** para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. A segunda parte é composta pelo **Relatório de remuneração atual** sobre a remuneração e outros benefícios concedidos pelo Conselho de Fiscalização aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Na terceira parte, que foi acrescentada este ano, damos informações sobre as alterações mais importantes no sistema de remuneração que serão aplicadas a partir do ano financeiro de 2021. O novo sistema de remuneração será apresentado aos acionistas para aprovação na Assembleia-Geral Anual de 2021. Também nos referimos aqui à mensagem do Conselho de Fiscalização nas páginas... a....

### Relatório de remuneração dos colaboradores

A segunda secção do Relatório de Remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank (incluindo o Grupo DWS). O relatório fornece detalhes sobre o enquadramento de remuneração do Grupo e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2020. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que assumem riscos materiais (MRT), em conformidade com a portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – InstVV*).

### Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização

A terceira secção do Relatório de Remuneração fornece informações sobre a estrutura e o nível de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.

O Relatório de Remuneração cumpre os requisitos do artigo 314.º, n.º 1, ponto 6 do Código Comercial alemão (*Handelsgesetzbuch, "HGB"*), da norma de contabilidade alemã n.º 17 "Relato da remuneração dos órgãos executivos", do decreto CRR, InstVV e das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

# Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

## Governo da Remuneração do Conselho de Administração



O Conselho de Fiscalização no seu todo é responsável pela estruturação e conceção do sistema de remuneração e por determinar a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização é apoiado pelo Comitê de Controlo de Remunerações. O Comitê de Controlo de Remunerações controla e apoia a estruturação adequada da política de remuneração e prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização relativas às remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Comitê de Controlo de Remunerações e/ou o Conselho de Fiscalização consultarão consultores externos independentes sempre que seja considerado necessário.

O número de membros do Comitê de Controlo de Remunerações foi aumentado de quatro para seis, com efeitos a partir de 1 de julho de 2020. Em conformidade com os requisitos regulamentares, pelo menos um membro deverá ter a formação e experiência profissional necessárias na área da gestão do risco e controlo do risco e pelo menos um membro deverá ser um representante dos colaboradores.

O Conselho de Fiscalização revê regularmente o sistema de remunerações para os membros do Conselho de Administração. No passado, o Conselho de Fiscalização recorreu à possibilidade prevista no n.º 4 do § 120.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (Aktengesetz – AktG) de levar à aprovação da Assembleia-Geral o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração. O sistema atual foi aprovado pela Assembleia-Geral Anual em 2017. Em 2020, o Conselho de Fiscalização reviu as estruturas de remuneração em conformidade com o quadro jurídico alterado pela lei que implementa a Segunda Diretiva dos Direitos dos Acionistas. A Assembleia-Geral Anual de 2021 decidirá sobre o sistema de remuneração alterado, agora em conformidade com o § 120.º-A da AktG. Pode encontrar-se uma visão geral das principais alterações no final do Relatório de Remuneração do Conselho de Administração. Como parte do convite à Assembleia-Geral Anual, o sistema de remuneração alterado será apresentado de forma holística e transparente, com todos os pormenores necessários.

## Sistema de Remuneração

### Princípios de Remuneração

O Sistema de Remuneração e, assim, a determinação da remuneração individual baseiam-se nos seis princípios de remuneração a seguir descritos. O sistema de remuneração foi desenvolvido a partir destes princípios, os quais fornecem orientações caso surjam questões de interpretação. Desta forma, estes princípios são sempre tidos em conta pelo Conselho de Fiscalização ao aprovar uma resolução sobre o sistema de remuneração e a avaliação da remuneração individual.

#### Governo

A estruturação do sistema de remuneração e determinação de remunerações individuais é feita no âmbito dos requisitos estatutários e regulamentares e no enquadramento dos mesmos. O objetivo do Conselho de Fiscalização é oferecer, no âmbito dos limites de requisitos regulamentares aplicáveis, um pacote de remuneração que esteja em consonância com as práticas de mercado habituais e, assim, que seja competitivo com funções comparáveis.

#### Group Strategy (estratégia do Grupo)

Através da estrutura do sistema de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para atingir os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco, promover continuamente o desenvolvimento positivo do Grupo e assim evitar incorrer em riscos desnecessários.

#### Desempenho coletivo e individual dos Membros do Conselho de Administração

A remuneração variável relacionada com o desempenho é determinada com base no nível de consecução dos objetivos previamente acordados. Para este efeito, são definidos objetivos coletivos e relacionados com o Grupo Deutsche Bank aplicáveis de igual forma a todos os membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização define objetivos individuais para cada membro do Conselho de Administração separadamente, que têm em conta particularmente o desenvolvimento do negócio, das infraestruturas ou áreas regionais de responsabilidade, conforme o caso. De forma equilibrada, esses objetivos podem ser financeiros ou não financeiros.

#### Limites de remuneração regulamentares ou outros

De acordo com o CRD IV, o rácio da remuneração fixa e variável é geralmente limitado a 1:1 (regulamentação de limites), ou seja, o montante de remuneração variável não pode exceder o montante de remuneração fixa. No entanto, nos termos do CRD IV, os Estados-Membros da UE estão autorizados a estipular que os acionistas podem decidir flexibilizar o requisito, fixando o rácio para a remuneração fixa e variável em 1:2. A Alemanha fez uso desta autorização. Em conformidade, em maio de 2014, a Assembleia-Geral aprovou a definição supramencionada em 1:2 com maioria de 91%. O sistema de remuneração deliberado pelo Conselho de Fiscalização também prevê limites fixos para os diferentes componentes de remuneração variável. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização pode definir um limite adicional para a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração. No exercício de 2020, o limite adicional foi definido em 9,85 milhões de euros.

#### Sustentabilidade

A remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração será concedida apenas numa base diferida. O prémio de longo prazo e, conseqüentemente, cerca de 60% da remuneração variável diferida, será concedido sob a forma de componentes de remuneração com base em ações, que são obtidos nunca menos de cinco anos após ser concedida uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e estão sujeitos a um período de retenção adicional de um ano. A parcela remanescente é geralmente concedida como uma componente de remuneração não baseada em ações e a ser obtida em tranches iguais durante um período de sete anos. Durante o período de diferimento e de retenção, a remuneração diferida está sujeita a disposições específicas de desempenho e perda de direitos.

A remuneração variável total poderá ser reclamada pelo banco num prazo de até dois anos após o termo do último período de diferimento devido a contributos negativos individuais específicos para os resultados efetuados pelo membro do Conselho de Administração (clawback).

#### Alinhamento dos interesses de membros e acionistas do Conselho de Administração

Ao conceber a estrutura específica do sistema de remuneração, determinando os valores de remuneração individuais e estruturando a aplicação e distribuição da remuneração, a atenção centra-se em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. Ao definir a remuneração variável, isto é conseguido através da utilização de indicadores financeiros importantes claramente definidos, que estão diretamente ligados ao desempenho do Deutsche Bank.



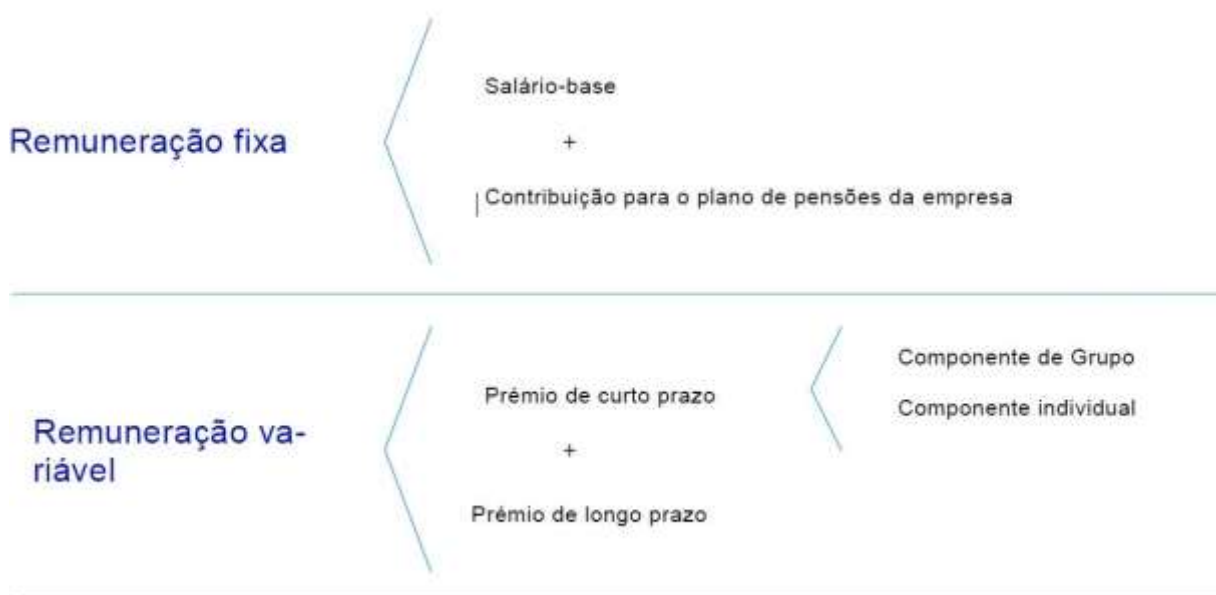
Com base nestes princípios, o Conselho de Fiscalização decide sobre a estrutura, o montante e a ponderação dos componentes de remuneração individuais. A fim de assegurar a adequação da remuneração, tem em conta a remuneração, tanto numa comparação horizontal com os concorrentes, como numa comparação vertical com a mão-de-obra.

O sistema de remunerações e as estruturas de remuneração que estas abrangem encontram-se refletidas nos contratos individuais dos membros do Conselho de Administração.

## Estrutura de remuneração

### Estrutura e elementos de remunerações das políticas de remunerações

#### Estrutura e elementos de remunerações do novo sistema de remunerações



O sistema de remuneração aplicável a partir de janeiro de 2017 consiste em componentes não relacionadas com o desempenho (fixo) e componentes relacionadas com o desempenho (variável).

### Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho e consiste no salário-base, em subsídios concedidos, contribuições para o plano de pensões corporativo e "benefícios marginais".

O **salário-base anual** ascende a 3,4 milhões de euros para o Presidente e o Conselho de Administração. O Presidente recebe um salário-base anual de 3 milhões de euros. Com efeitos a partir de 1 de agosto de 2020, o Conselho de Fiscalização aprovou um salário-base anual para o Diretor Financeiro e o Diretor de Risco de 2,6 milhões de euros. O salário-base anual dos outros membros ordinários do Conselho de Administração é de 2,4 milhões de euros. Uma vez que as divisões CB e IB não estão atualmente representadas separadamente no Conselho de Administração, o salário-base para um membro do Conselho de Administração que seria exclusivamente responsável pelo BC ou pelo IB ainda não foi determinado.

Vários fatores foram tidos em conta ao determinar o nível adequado do salário-base. Primeiro, o salário-base recompensa o pressuposto geral do mandato do membro do Conselho de Administração e a responsabilidade global relacionada dos membros individuais do Conselho de Administração. Adicionalmente, a remuneração paga no mercado a executivos que ocupam posições comparáveis é tida em consideração ao determinar o montante do salário-base. No entanto, uma comparação do mercado tem de ter em consideração que os requisitos regulamentares em conformidade com a portaria alemã relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung – InstVV) em conjunto com a Secção 25a (5) da lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) definiram um limite para a remuneração variável de 200% da remuneração fixa. Por conseguinte, a remuneração fixa tem de ser determinada de forma a assegurar uma remuneração total competitiva em consonância com

as normas de mercado, tendo simultaneamente em consideração os requisitos supramencionados. O limite exigido por razões regulamentares foi implementado em 2014.

Em 2017, o Conselho de Fiscalização apresentou uma provisão funcional opcional que poderá ser atribuída aos membros do Conselho de Administração a quem são atribuídas tarefas adicionais e uma responsabilidade específica além da área de responsabilidade normal atribuída no âmbito do Conselho de Administração. Desde agosto de 2019, nenhum dos membros do Conselho de Administração recebeu uma provisão funcional opcional.

Além disso, os membros do Conselho de Administração recebem **contribuições para o plano de pensões da empresa ou**, em alternativa, se determinadas condições estiverem reunidas, um chamado subsídio de pensão. São qualificados como remuneração fixa de acordo com as disposições regulamentares e devem, por conseguinte, ser tidos em consideração ao determinar o rácio entre componentes de remuneração fixa a variável. A contribuição anual para o plano de pensões da empresa ou o subsídio de pensão para todos os membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente, foi consistentemente de 650.000 euros.

Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem "**benefícios marginais**". Os "benefícios marginais" compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

## Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

O sistema de remuneração atual estabelece que a remuneração tem de estar associada a **critérios de desempenho transparentes predefinidos**. O sistema permite que sejam acordados objetivos individuais e de divisão juntamente com objetivos coletivos e possibilita a obtenção de níveis de pagamento competitivos em consonância com as normas de mercado tendo como base a área de responsabilidade do membro respetivo e, simultaneamente, também cumpre os requisitos regulamentares a este respeito.

Toda a remuneração variável está relacionada com o desempenho ("remuneração pelo desempenho"). Consiste numa componente de curto prazo, o chamado **Prémio de Curto Prazo** e uma componente de longo prazo, o chamado **Prémio de Longo Prazo**.

Desde 2017, o InstVV geralmente estipula um **período de avaliação de três anos** para a determinação da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração. O banco cumpre este requisito ao avaliar cada um dos três objetivos da componente de longo prazo ao longo de um período de três anos. Caso não seja possível atribuir a um membro do Conselho de Administração o período de três anos relevante, devido ao facto de, por exemplo, esse membro apenas ter entrado no banco recentemente, o nível de consecução dos objetivos será determinado em relação ao período que possa ser atribuído ao membro do Conselho de Administração. Se o período de avaliação for inferior a três anos, o período de diferimento para a remuneração variável a ser concedida é prolongado pelo número de anos em falta, até alcançar o período de avaliação.

## Objetivos

Os objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte de um **acordo de definição de objetivos no início do exercício financeiro** respetivo para fins de avaliação do desempenho. Para todos os objetivos são definidas métricas financeiras para medir o nível de consecução dos objetivos de forma transparente. A decisão discricionária está limitada de 3 a 6% em relação à remuneração variável total.

A atribuição dos objetivos aos componentes de remuneração individuais é apresentada a seguir.

	Indicadores relevantes	Ponderação relativa
	<b>Componente de grupo<sup>(1)</sup></b>	
Prémio de curto prazo (STA)	Rácio CET1¶	25%
	Rácio de alavancagem¶	25%
	Gastos operacionais (excluindo juros) ajustados	25%
	Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)¶	25%
	<b>Componente individual<sup>(2)¶</sup></b>	
Prémio de longo prazo (LTA) <sup>(3)</sup>	Objetivos individuais	60%
	Pontuação equilibrada¶	30%
	Critério limitado	10%
	Retorno total relativo dos acionistas	33,34%
	Crescimento orgânico do capital¶	33,33%
	Fator de cultura e cliente/Grupo de classificação do ambiente de controle¶	33,33%

(1) - Principais objetivos estratégicos conjuntos, que também formam a base da avaliação do componente de grupo como parte do sistema de remunerações para os funcionários do Grupo DB.¶

(2) - Objetivos individuais e de divisão a curto prazo quantitativos e qualitativos.¶

(3) - Objetivos ao nível do grupo a longo prazo.¶

## Prêmio de curto prazo (STA)

O STA está associado à consecução de **objetivos de curto e médio prazo**. Os objetivos incluem objetivos coletivos a ser alcançados pelo Conselho de Administração como um todo e objetivos individuais cujo nível de consecução é determinado separadamente para cada membro do Conselho de Administração.

A fim de distinguir os objetivos coletivos dos objetivos individuais, o STA é dividido em dois componentes:

- a Componente de Grupo e
- a Componente individual.

### Componente de grupo

Os objetivos a alcançar conjuntamente pelo Conselho de Administração são a base para a avaliação da componente do Grupo como parte do STA. O objetivo fundamental da componente do grupo é associar a remuneração variável ao desempenho do Banco.

Em 2016, o Conselho de Administração decidiu alinhar mais estreitamente parte da remuneração variável para colaboradores não pautais do Banco com o desempenho do Grupo. Isto procura recompensar o contributo de todos os colaboradores para os resultados financeiros do Banco e os êxitos na implementação da sua estratégia. A remuneração do Conselho de Administração está também estreitamente ligada ao desempenho do Banco, utilizando valores financeiros fundamentais selecionados. O Conselho de Fiscalização decidiu alinhar mais estreitamente a política de remuneração para os membros do Conselho de Administração com as políticas de remuneração para colaboradores. Isto é alcançado através da utilização de métricas de desempenho anuais subjacentes à componente de grupo no sistema de remuneração para colaboradores como o valor de referência para a componente de grupo do STA a partir de 2017.

Em conformidade com a estratégia do banco, quatro métricas de desempenho que constituem indicadores importantes do perfil de capital, risco, custo e rentabilidade do Banco formam o valor de referência para o componente de grupo do STA:

---

**Rácio Common Equity Tier 1 (CET1) (fully loaded)** O rácio Common Equity Tier 1 do Banco em relação aos ativos ponderados pelo risco.

---

**Rácio de alavancagem** O capital Tier 1 do Banco como uma percentagem da sua exposição total a alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV.

---

**Custos ajustados** Despesas totais (excluindo juros), excluindo os custos de reestruturação, indemnizações e litígios, bem como a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis.

---

**Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)** Resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio tangível médio dos acionistas. Esta última é o capital próprio dos acionistas no balanço do Banco, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis.

---

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a seleção das métricas de desempenho. Os quatro objetivos supra são igualmente ponderados até 25% na determinação do componente de grupo do STA, dependendo do nível de consecução. Se, de um modo geral, os objetivos baseados em métricas de desempenho não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente de grupo não será atribuído.

### Componente individual

A componente individual do STA recompensa a consecução de **objetivos individuais e divisionais** a curto e médio prazo. Estes objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação do desempenho do exercício financeiro respetivo. Os objetivos principais são concebidos para contribuir para a política comercial aplicável e objetivos estratégicos do Banco, em consonância com a área de responsabilidade de cada membro do Conselho de Administração. De forma equilibrada, são tidos em consideração os êxitos financeiros e não financeiros. Os objetivos para o componente individual podem incluir, por exemplo, desenvolvimentos de proveitos durante o ano, metas relacionadas com projetos, objetivos de diversidade ou outros desenvolvimentos na satisfação dos colaboradores ou dos clientes.

Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os critérios de medição e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que são utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos. São estabelecidos pelo menos três objetivos por ano fiscal para cada membro do Conselho de Administração.

Desde 2018, uma parte de 30% da componente individual tem sido medida com base em **pontuações equilibradas** em que são agrupados indicadores qualitativos e quantitativos. As pontuações equilibradas possibilitam a tradução de objetivos estratégicos em ações concretas. O Banco introduziu assim um instrumento adequado para a orientação e o controle dos principais indicadores de desempenho, que irá medir o nível de realização dos objetivos em relação a parâmetros de medição definidos, e medi-los de forma transparente no final do ano.

### Pontuação equilibrada

Categorias de KPI	KPIs	Alvos	Ponderação por categoria individual	KPI categoria desempenho fator bandas	Resultado exemplar	Banda resultante	Fator de avaliação exemplar	Ponderação x fator	Soma resultante
Desempenho financeiro, capital e risco	KPI 1	Alvo	30%	Verde 100-200%		Verde a âmber	110%	33%	78%
	KPI 2	Alvo							
	KPI 3	Alvo							
	KPI 4	Alvo							
Cultura, controlo e conduta e franchise	KPI 1	Alvo	50%	Verde a âmber 90-150%		Verde e vermelho	70%	35%	
	KPI 2	Alvo							
	KPI 3	Alvo							
	KPI 4	Alvo							
	KPI 5	Alvo							
Inovação e digitalização	KPI 1	Alvo	20%	Vermelho 0%		Âmber a vermelho	40%	8%	
	KPI 2	Alvo							

As pontuações equilibradas baseiam-se em indicadores financeiros e objetivos não financeiros nos domínios do desempenho financeiro, capital e risco, cultura, controlo e conduta, franchise, digitalização e inovação. No início do ano serão ponderados, serão definidos indicadores de desempenho ou parâmetros e, por último, a tradução do grau de realização na percentagem de realização será transparente. Ao mesmo tempo, fornecem uma visão geral das prioridades das divisões individuais em todo o Grupo. No final do período de desempenho, a realização de cada KPI é medida com base em objetivos predefinidos. O objetivo alcançado é representado pelas cores verde, âmber e vermelha nas pontuações equilibradas, o que conduz a uma banda de desempenho na visão global. A gama de desempenho é limitada por limites inferiores e superiores predefinidos. A ponderação das diferentes categorias de KPI em relação umas às outras, bem como dos KPI relevantes, é determinada individualmente pelo Conselho de Fiscalização no início do ano para cada membro do Conselho de Administração. Pode ser atingido um máximo de 200% do objetivo.

A soma de todos os objetivos individuais e divisionais determina 90% da componente individual do STA. O Conselho de Fiscalização decide sobre a parcela remanescente de 10% do componente individual para premiar contributos extraordinários ao longo do exercício, fazendo uso da sua autoridade discricionária. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente individual não será atribuído.

### Valores mínimo, alvo e máximo

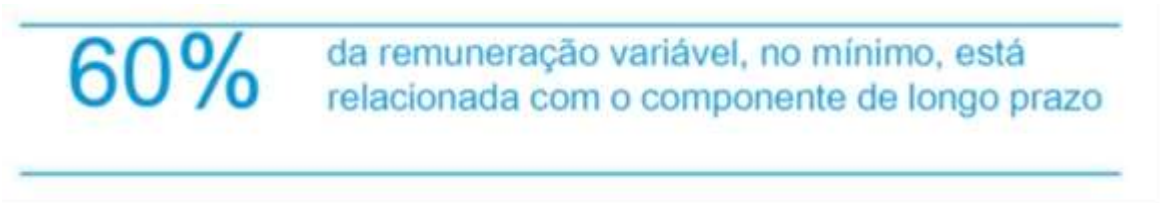
A soma dos objetivos acordados individualmente e ao nível do Grupo ascende a um máximo de 40% da remuneração variável total, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um STA não será atribuído.

em euros	2020		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Presidente			
Componente de grupo	0	500.000	1.000.000
Componente individual	0	1.400.000	2.800.000
<b>STA total<sup>1</sup></b>	<b>0</b>	<b>1.900.000</b>	<b>3.800.000</b>
Membro ordinário do Conselho de Administração			
Componente de grupo	0	500.000	1.000.000
Componente individual (desde - até)	0	800.000	1.600.000
	0	até 1.100.000	até 2.200.000
<b>Total STA (desde - até)</b>	<b>0</b>	<b>1.300.000</b>	<b>2.600.000</b>
	<b>0</b>	<b>até 1.600.000</b>	<b>até 3.200.000</b>

<sup>1</sup> STA: Prémio de curto prazo.

## Prémio de longo prazo (LTA)

Para a determinação da remuneração variável, é colocado um foco claro na consecução dos objetivos de longo prazo. Por conseguinte, o valor alvo do LTA constitui uma parte nunca inferior a 60% da remuneração alvo variável total. À semelhança do componente a curto prazo, o Conselho de Fiscalização determina os objetivos de longo prazo coletivos para os membros do Conselho de Administração. O nível de consecução é determinado com base na definição de fatores e/ou métricas de desempenho claras, que serão acordados para estes objetivos no início de um exercício financeiro.



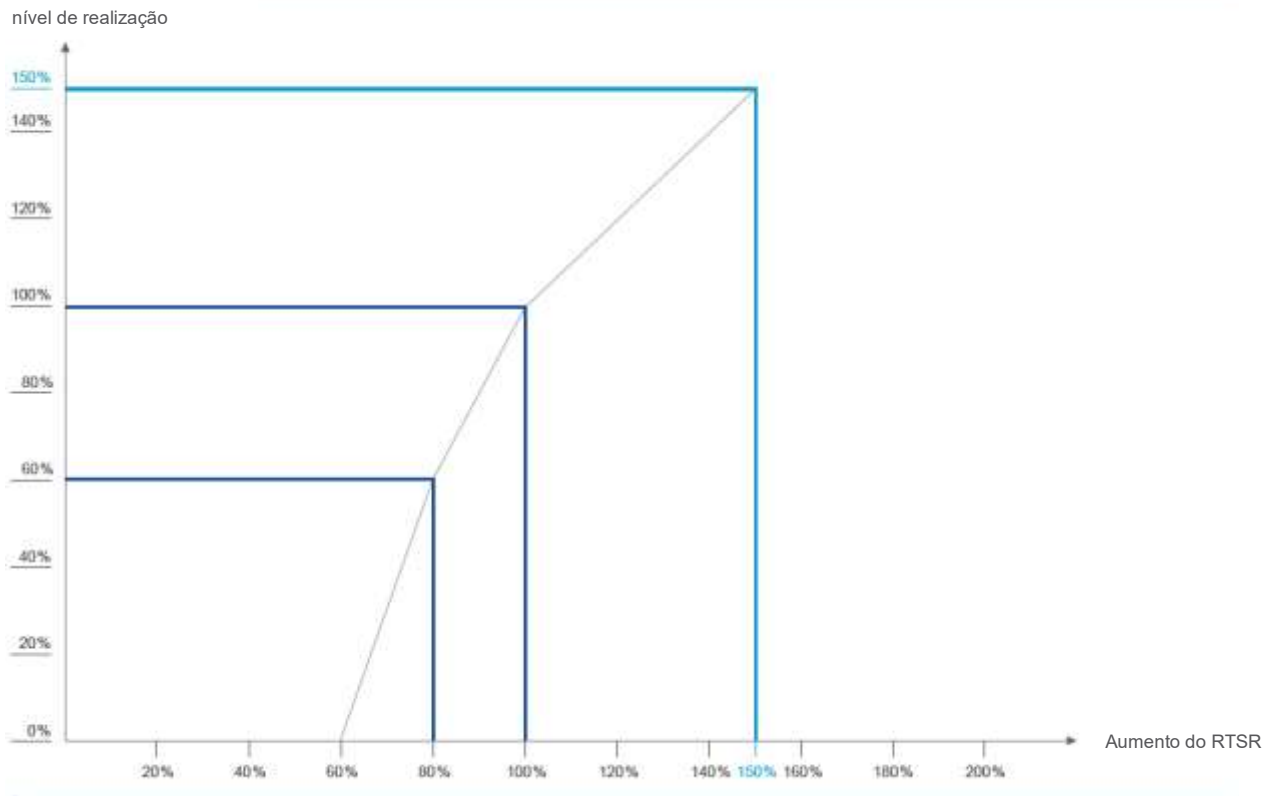
**60%** da remuneração variável, no mínimo, está relacionada com o componente de longo prazo

O Conselho de Fiscalização determinou um total de três objetivos para cada membro do Conselho de Administração. Cada um deverá ser medido ao longo de um período de três anos e ser incluído na avaliação do LTA com uma ponderação de 60% para o último exercício encerrado, 30% para o exercício anterior e 10% para o exercício anterior a este. No caso dos membros do Conselho de Administração nomeados pela primeira vez nos últimos três anos, que tenham entrado no banco ou ainda não tenham cumprido um período de tempo correspondente em que lhes tenham sido confiadas tarefas e riscos comparáveis aos de um membro do Conselho de Administração, o período de retenção do LTA deverá ser prorrogado em conformidade com os requisitos regulamentares até ao período de redução como compensação pelo período de avaliação reduzido.

Para 2020, o Conselho de Fiscalização determinou os três objetivos seguintes para cada um dos membros do Conselho de Administração.

O **desempenho relativo da ação do Deutsche Bank** em comparação com instituições pares selecionadas é um objetivo no enquadramento do LTA. Este objetivo visa promover o desempenho sustentável da ação do Deutsche Bank. A natureza de longo prazo deste objetivo é mantida pela determinação do retorno total relativo dos acionistas (RTSR) com base numa avaliação de três anos. O RTSR do Deutsche Bank deriva da rentabilidade total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo de pares selecionado (cálculo em euros). Se a média ponderada do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100% ao longo de um período de três anos, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150% do valor-alvo, i.e., o valor aumenta 1% por cada ponto percentual acima dos 100%. Se a média de três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor diminui de forma não proporcional. Se o retorno total relativo dos acionistas for calculado como estando num intervalo inferior a 100% e 80%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 2 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se estiver entre 80% e 60%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

### Aumento do RTSR e nível de realização



O grupo de pares utilizado para o cálculo do retorno total relativo dos acionistas é selecionado com base nos critérios de atividades de negócio geralmente comparáveis, dimensão comparável e presença internacional. O Conselho de Fiscalização revê a composição do grupo de pares regularmente.



Em 2020, o grupo de pares para o RTSR incluiu os seguintes bancos:

Grupo de pares do Deutsche Bank

BNP Paribas	Société Générale	Barclays	Credit Suisse	UBS
Bank of America	Citigroup	JP Morgan Chase	HSBC	

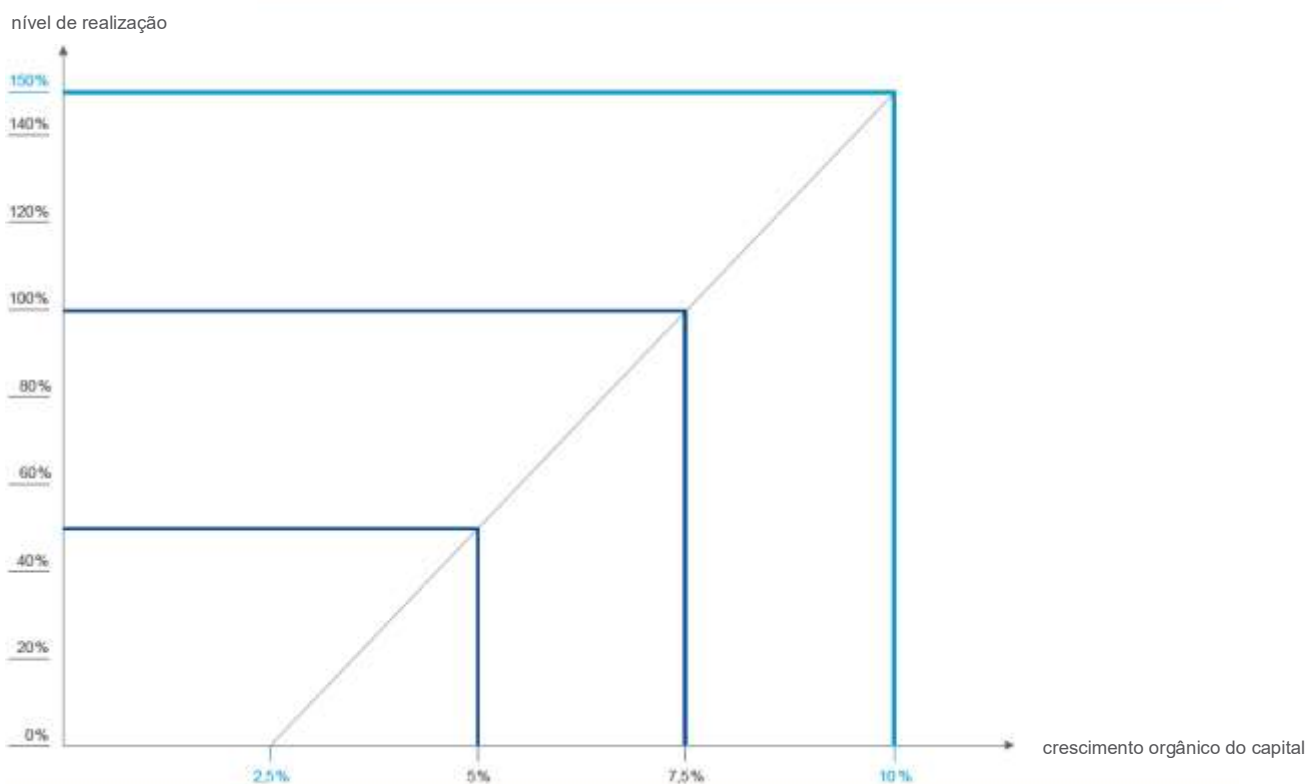
O Conselho de Fiscalização define um objetivo concebido para promover o crescimento e o fortalecimento do Banco, com base na noção de **Crescimento Orgânico do Capital** real. O Crescimento orgânico do capital é definido como o saldo das seguintes alterações (igualmente reportadas na Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio) que ocorrem durante o exercício, divididas pela ações dos Acionistas do Deutsche Bank atribuíveis até 31 de dezembro do exercício anterior.

- Total do rendimento integral, após impostos
- Cupões sobre componentes de capital adicionais, após impostos
- Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos
- Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias
- Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas

Consequentemente, as alterações "não orgânicas" às ações, em particular o pagamento de dividendos ou aumento de capital, não são relevantes para a consecução do objetivo.

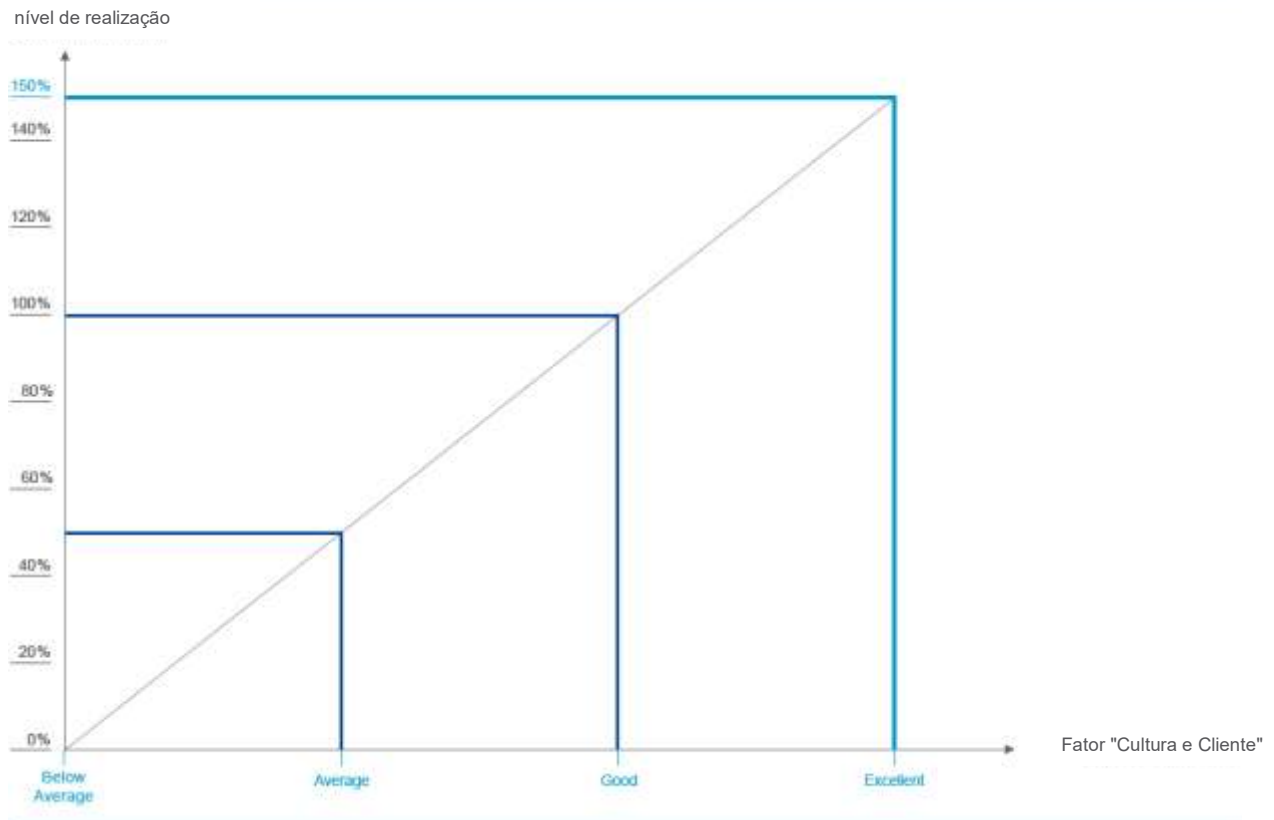
A partir de um crescimento orgânico de capital médio de 2,5%, o valor da ação de prémio aumenta numa base linear em 1% para cada crescimento de 0,05%, até ao limite máximo de 150%, o que é o caso com um crescimento orgânico de capital de 10% ou mais. Se a média de três anos permanecer abaixo de 2,5%, o valor da ação de prémio é zero.

Desenvolvimento do crescimento orgânico do capital e nível de realização



O terceiro objetivo é o fator "Cultura e Cliente". Neste contexto, o Conselho de Fiscalização define um objetivo que está associado à cultura empresarial, à satisfação do cliente e às relações com os clientes. Este objetivo está associado ao desenvolvimento sustentável do ambiente intrabancário ou é concebido para promover o desenvolvimento das relações com os clientes para o exercício de 2020. Um objetivo definido pelo Conselho de Fiscalização para todos os membros do Conselho de Administração é – novamente este ano – a avaliação do ambiente de controlo dentro do Grupo Deutsche Bank e dividido em quatro subobjetivos igualmente ponderados. No final do ano financeiro, a realização dos sub-objetivos será avaliada como abaixo da média, média, boa ou excelente, e a avaliação traduzir-se-á num nível de realização de 0 a 150%.

#### Fator "Cultura e Cliente" e nível de realização



O prémio de longo prazo pode ser um máximo de 150% dos valores alvo correspondentes.

## Remuneração máxima

### Remuneração total/Valores alvo e máximo

em euros					2020	2019
	Salário-base	Componente de grupo	Componente individual	LTA <sup>2</sup>	Remuneração total	Remuneração total
<b>Presidente</b>						
Alvo	3.400.000	500.000	1.400.000	3.400.000	8.700.000	8.700.000
Máximo	3.400.000	1.000.000	2.800.000	5.100.000	12.300.000	12.300.000
<b>Membro ordinário do Conselho de Administração (CIB)<sup>3</sup></b>						
Alvo	0	0	0	0	0	7.700.000
Máximo	0	0	0	0	0	11.000.000
<b>Membro ordinário do Conselho de Administração (PB)<sup>4</sup></b>						
Alvo	2.400.000	500.000	1.100.000	2.800.000	6.800.000	6.800.000
Máximo	2.400.000	1.000.000	2.200.000	4.200.000	9.800.000	9.800.000
<b>Membro ordinário do Conselho de Administração (CFO e CRO)<sup>5</sup></b>						
Alvo	2.600.000	500.000	800.000	2.800.000	6.700.000	6.500.000
Máximo	2.600.000	1.000.000	1.600.000	4.200.000	9.400.000	9.200.000
<b>Membro ordinário do Conselho de Administração (Infraestrutura/Região)</b>						
Alvo	2.400.000	500.000	800.000	2.800.000	6.500.000	6.500.000
Máximo	2.400.000	1.000.000	1.600.000	4.200.000	9.200.000	9.200.000

<sup>1</sup> STA: Prémio de curto prazo.

<sup>2</sup> LTA: Prémio de longo prazo.

<sup>3</sup> Valores anuais até 31 de julho de 2019. A partir de agosto de 2019, o CEO foi responsável pela divisão CB e IB, em que a CIB foi dividida.

<sup>4</sup> Desde agosto de 2019, o Presidente é responsável pela divisão PB. O seu pagamento fixo foi de 3.000.000 euros.

<sup>5</sup> Montantes anuais a partir de 1 de agosto de 2020. Para o período de 1 de janeiro a 31 de julho de 2020, a remuneração foi a mesma que para os membros ordinários do Conselho de Administração (Infraestrutura/Região).

A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a limites adicionais. Devido a requisitos regulamentares, a remuneração variável está limitada a 200% da remuneração fixa. Além disso, o Conselho de Fiscalização estabeleceu nos últimos anos um limite máximo para a remuneração total global, que se tornará obrigatória no futuro devido à lei alemã que implementa a Diretiva dos Direitos dos Acionistas. Para o exercício de 2020, o Conselho de Fiscalização voltou a limitar a remuneração a um máximo de 9,85 milhões de euros, de modo que mesmo nos casos em que o nível de consecução dos objetivos resultasse numa remuneração mais elevada, esta será limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros. Este limite é entendido como exclusivo de quaisquer outros benefícios e custos de serviço anuais relacionados com o regime de pensões.

### Incentivo de longo prazo e sustentabilidade

O InstVV obriga a que pelo menos 60% da remuneração variável total seja concedido numa base diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida terá de incluir componentes de remuneração baseadas em ações, enquanto a parcela restante é atribuída na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes da remuneração deverão ser diferidos por um período plurianual, o qual, para os componentes de remuneração baseados em ações, deverá ser seguido de um período de carência. Durante esse período até ao pagamento ou entrega, as parcelas de remuneração atribuídas numa base diferida poderão caducar. Pelo menos metade do máximo de 40% da remuneração variável atribuída numa base não diferida tem de consistir em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante valor poderá ser pago diretamente em numerário. Um máximo de 20% do total da remuneração variável poderá ser pago imediatamente em numerário, enquanto que pelo menos 80% é pago ou entregue numa data posterior.

Desde 2014, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração apenas é concedida numa base diferida.

**Pelo menos 50% da remuneração variável é concedida com base em ações**

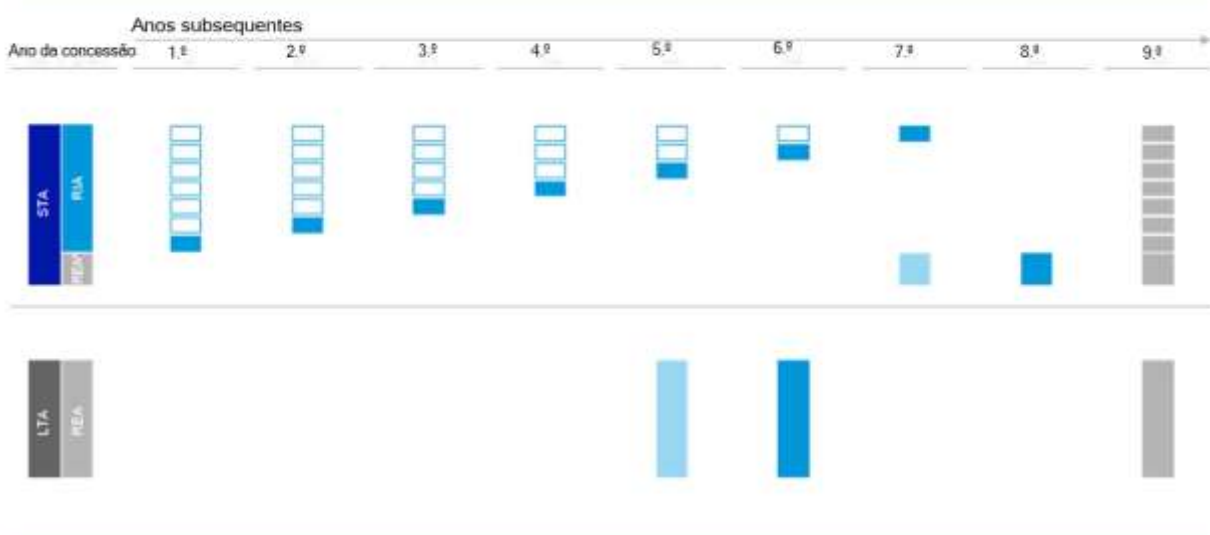
A fim de vincular ainda mais os membros do Conselho de Administração ao desempenho do Banco e à cotação da ação do Deutsche Bank, o Conselho de Fiscalização decidiu que a partir do exercício de 2019 a componente de longo prazo (LTA) continuará a ser concedido apenas sob a forma de prêmios restritos de ações. A componente de curto prazo (STA) é geralmente concedida sob a forma de uma remuneração em numerário (Prêmios restritos de incentivo). No entanto, se o montante de STA for superior a 50% do total da remuneração variável, o valor que exceder 50% também será concedido sob a forma de Prêmios restritos em ações. Isto é concebido para assegurar que pelo menos 50% do total da remuneração variável seja concedido sob a forma de remuneração baseada em ações, de acordo com os requisitos regulamentares.

O InstVV exige, em princípio, que o (i) período combinado de avaliação do objetivo e o (ii) período de aquisição de direitos sejam de, pelo menos, oito anos. No que diz respeito ao calendário de aquisição de direitos, o InstVV permite que ambos sejam adquiridos em uma parcela (aquisição imediata de direitos) ou em parcelas consecutivas (aquisição de tranches). O LTA é baseado num período de avaliação de três anos, os Prêmios restritos em ações concedidos para o LTA são obtidos após cinco anos em uma tranche. O período de avaliação para o STA é de apenas um ano. Assim, os Prêmios restritos de incentivo concedidos para o STA são obtidos em sete parcelas iguais ao longo de um período de sete anos. Quaisquer outros Prêmios restritos em ações concedidos para o STA são também obtidos após sete anos, mas em uma parcela. Todos os Prêmios restritos em ações têm um período de retenção adicional de um ano que se segue ao período de aquisição de direitos. De igual forma, os membros do Conselho de Administração apenas podem alienar as suas ações depois de seis ou oito anos, respetivamente. Durante o período de diferimento e carência, o valor dos prêmios restritos de ações está associado à cotação das ações do Banco, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado do Banco. Disposições de perda de direitos específicas aplicam-se aos prêmios restritos de incentivo e aos prêmios restritos de ações durante o período de diferimento e carência.

Em vez de receberem Prêmios restritos em ações e Prêmios restritos de incentivo, como descrito acima, os titulares de funções especificadas de determinadas entidades do Deutsche Bank U.S. são obrigados, pelo regulamento aplicável, a ser remunerados com diferentes planos. A remuneração restrita para este grupo de colaboradores consiste em concessões restritas de ações e concessões restritas em dinheiro. O colaborador será o titular beneficiário dos prêmios a partir da Data de concessão e os prêmios serão detidos em nome do colaborador. Estes prêmios serão limitados por um período de tempo (sujeitos às regras do plano aplicáveis e às declarações do prêmio, incluindo as condições de desempenho e perda de direitos). O período de restrição está em linha com períodos de retenção dos prêmios habitualmente diferidos do Banco. No que diz respeito ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, estas regras aplicam-se a Christiana Riley, uma vez que é identificada como detentora de funções no âmbito do regime descrito.

O gráfico seguinte apresenta o período de tempo do pagamento ou da entrega dos componentes de remuneração variável nos sete anos consecutivos seguintes ao ano da atribuição, bem como o período de uma possível recuperação.

Período para pagamento ou entrega e não perda de direitos ou recuperação (clawback) para o Conselho de Administração



■ Apenas se necessário para atingir uma parcela de 50% das ações.  
■ Aquisição e/ou não perda de direitos, alinhada com pagamento ou entrega.  
■ Aquisição seguida de um período de carência até à entrega, sujeita a condições de perda de direitos individuais durante o período de carência.  
■ Fim da possibilidade de solicitar remuneração de recuperação (clawback) de componentes de remuneração já pagos/entregues.

## Condições de perda de direitos/recuperação (clawback)

Para criar incentivos a longo prazo, as componentes de remuneração de prémios restritos em ações e prémios restritos de incentivo são diferidas ou faseadas ao longo de vários anos. Para este fim, o Conselho de Fiscalização analisa regularmente os resultados alcançados no passado para a sua sustentabilidade (**testes a posteriori**). Se a constatação for que os resultados premiados pela concessão da remuneração variável não foram sustentáveis, os prémios podem ser parcial ou totalmente cancelados.

Da mesma forma, se o resultado do Grupo for negativo, os prémios podem ser total ou parcialmente cancelados. Além disso, os prémios podem ser total ou parcialmente cancelados se não se encontrarem reunidas determinadas condições de solvência ou liquidez.

Adicionalmente, os prémios podem ser cancelados, no todo ou em parte, em caso de conduta imprópria individual (incluindo violações de regulamentos), demissão por justa causa ou contribuições individuais negativas (**malus**).

Os contratos dos membros do Conselho de Administração contêm "**provisões de clawback**" e, por isso, estão em conformidade com os requisitos do InstVV. Para além das condições de perda de direitos, esta cláusula permite ao Conselho de Fiscalização reclamar componentes de remuneração já pagos ou entregues devido a contributos negativos individuais específicos efetuados pelo membro do Conselho de Administração num prazo de até dois anos após o termo do último período de diferimento.

## Limitações no caso de acontecimentos excecionais

No caso de acontecimentos excecionais, a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um determinado montante máximo. Além disso, o Conselho de Fiscalização e os membros do Conselho de Administração acordaram num possível limite da remuneração variável que está incluído nos contratos de serviço dos membros do Conselho de Administração e de acordo com o qual a remuneração variável pode ser limitada a valores inferiores aos valores máximos fornecidos ou pode não ser concedida de todo. Adicionalmente, os regulamentos estatutários estipulam que o Conselho de Fiscalização pode reduzir a remuneração dos membros do Conselho de Administração para um nível adequado, se a situação da empresa se deteriorar, após a determinação da remuneração, de tal modo que a continuidade da atribuição da remuneração se tornasse desadequado para a empresa. Também não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pelo órgão regulador competente, de acordo com requisitos legais existentes.

## Diretrizes de participações

Todos os membros do Conselho de Administração são obrigados a deter um valor especificado de ações do Deutsche Bank. Este requisito promove a identificação dos membros do Conselho de Administração com o Deutsche Bank e respetivos acionistas e visa assegurar uma ligação sustentável ao desempenho do Banco.

Para o Presidente, o número de ações a deter representa duas vezes o salário-base anual, ou seja, o equivalente a 6.800.000 euros. Para os outros membros do Conselho de Administração, o número de ações a deter corresponde a um salário-base anual, ou seja, o equivalente a 2.400.000 ou 2.600.000 euros, respetivamente.

As obrigações de retenção de ações têm de ser cumpridas com base na data em que o membro do Conselho de Administração recebeu uma remuneração variável baseada em ações global correspondente a 1 ⅓ das obrigações de retenção desde a sua nomeação para o Conselho de Administração. A remuneração diferida com base em ações poderá ser considerada a 75% do seu valor no sentido do cumprimento da obrigação.

O cumprimento do requisito é analisado semestralmente, em 30 de junho e em 31 de dezembro. Se o número exigido de ações não for cumprido, os membros do Conselho de Administração deverão compensar quaisquer défices até à próxima revisão.

Mesmo que um membro deixe o Conselho de Administração, os componentes de remuneração diferida que foram distribuídos ao longo de vários anos asseguram que estes membros estão ligados ao desempenho das ações do Deutsche Bank ao longo de um longo período de tempo.

## Benefícios de pensão

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões com contribuições predefinidas. No âmbito deste plano de pensões, é criada

uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma contribuição sob a forma de um montante anual fixo contratualmente acordado em euros. A contribuição acumula juros creditados antecipadamente, determinada por um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 4% por ano até à idade de 60 anos. A partir dos 61 anos, será creditada na conta de pensão uma contribuição adicional no montante de 4% por ano do montante atingido a 31 de dezembro do ano anterior. O Conselho de Fiscalização decidiu que os juros dos novos membros do Conselho de Administração com contratos de trabalho negociados após 1 de janeiro de 2020 serão reduzidos para 2% ao ano.

Em conjunto, as contribuições anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão em caso de um evento de pensão (limite de idade, incapacidade ou morte). O direito de pensão é adquirido desde o início.

Se um membro do Conselho de Administração estiver sujeito à regulamentação em matéria de imposto sobre o rendimento de vários países, em que a componente de pensão concedida já está sujeita a uma tributação parcial ou integral no momento da sua concessão, o mesmo pode optar por receber um subsídio de pensão anual. Esta opção pode ser exercida uma vez e é válida, em princípio, para todo o período do Conselho de Administração. O subsídio de pensão é igual ao montante das contribuições anuais para pensões normalmente previstas para o membro do Conselho de Administração, ou seja, atualmente 650.000 euros.

## Outros benefícios aquando de cessação antecipada

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação por iniciativa do Banco, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. As circunstâncias da cessação antecipada da nomeação e a duração do serviço no Conselho de Administração devem ser tidas em conta ao determinar o montante da indemnização por cessação de funções. A indemnização por cessação de funções, em regra, é constituída por dois valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da indemnização por cessação de funções baseia-se na remuneração anual para o exercício financeiro anterior e na remuneração anual prevista para o exercício financeiro em curso, se aplicável. A indemnização por cessação de funções é determinada e concedida em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as disposições do InstVV.

Se deixar o cargo por motivos relacionados com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização por cessação de funções. O montante exato da indemnização por cessação de funções é determinado pelo Conselho de Fiscalização, a exclusivo critério do mesmo. Nos termos do código de governo das sociedades alemão, a indemnização por cessação de funções não excederá três valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado novamente com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

## Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2020

### Remuneração fixa

No exercício de 2020, o salário-base anual foi de 3.400.000 euros para o Diretor-Geral e 3.000.000 euros para o Presidente. Os vencimentos de base anuais dos outros membros do Conselho de Administração foram de 2.400.000 euros cada, com um salário-base do Diretor Financeiro e do Diretor de Risco de 2.600.000 euros por ano, com efeito a partir de 1 de agosto de 2020.

No âmbito das medidas implementadas no contexto da crise da COVID-19, os membros do Conselho de Administração concordaram não ter salário-base num mês. Uma visão geral sobre as medidas relacionadas com a COVID-19 relativas à remuneração do Conselho de Administração poderá ser consultada na secção "Medidas COVID-19 / redução da remuneração ("moderação")".

### Remuneração variável

O Conselho de Fiscalização, atuando com base numa proposta do Comité de Controlo de Remunerações, determinou a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2020. O Conselho de Fiscalização

calculou e determinou o montante do LTA e da componente de grupo do STA com base no nível de consecução dos respetivos objetivos e/ou números dos indicadores-chave. O contributo individual foi avaliado pela consecução dos objetivos acordados individualmente e tendo em conta os resultados da pontuação equilibrada.

## Nível de consecução de objetivos

No exercício de 2020, o desenvolvimento das quatro métricas de desempenho para a componente do Grupo do STA foi o seguinte: Os KPI-alvo de 2020 para o rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET1), o Rácio de alavancagem (consulte a secção "Rácio de Alavancagem" no Relatório de Risco, para obter mais detalhes) e os KPI de Custo ajustado foi alcançado ou excedido, de modo que o grau de realização dos três indicadores de desempenho foi de 100%. O objetivo de rentabilidade do capital próprio do Grupo foi positivo em 2020, acima das expectativas do nosso plano; no entanto, uma vez que o nível de realização foi apenas ligeiramente superior a zero, o grau de realização desta métrica de desempenho foi de 0%.

Em termos matemáticos, isso resultou num nível global de realização para a componente do Grupo de 75% para 2020. Uma vez que o Conselho de Administração decidiu reduzir o nível de realização de 75% para 72,5% ao determinar a componente do Grupo como um compromisso à luz da situação de crise desencadeada pela pandemia da COVID-19 para apresentar moderação na remuneração variável, o Conselho de Fiscalização decidiu a mesma redução para a remuneração dos membros do Conselho de Administração. Em consequência disso, o Conselho de Fiscalização decidiu estabelecer a taxa de pagamento para a componente do Grupo em 72,5% (ver também parágrafo "Medidas COVID-19 / redução da remuneração ("moderação)").

**72,5%** foi o nível de consecução dos objetivos para o componente de grupo do STA

O **componente individual do STA** está associado à consecução dos objetivos individuais e da divisão de curto e médio prazo determinados pelos membros do Conselho de Administração em 2020, incluindo os da pontuação. Os objetivos dos atuais membros do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2020 foram os seguintes:

### *Christian Sewing*

Em 2020, o principal objetivo do Sr. Sewing foi cumprir a execução da estratégia do DB, respeitando ao mesmo tempo o calendário ("marcos"). O desenvolvimento da cultura e da visão para 2025 do Deutsche Bank foi outro objetivo. Além disso, foi seu objetivo continuar a promover o espírito de equipa e a fortalecer a equipa de liderança. Por último, foi responsável pelo desenvolvimento de uma estratégia ESG e sustentável em todo o banco. Na sua responsabilidade pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank, teve como objetivo realizar a execução da estratégia CB/IB e gerar rentabilidade sustentável.

### *Karl von Rohr*

Os objetivos do Sr. von Rohr para 2020 incluíram: a implementação da estratégia do Private Bank, incluindo medidas de eficiência e crescimento e a geração de rentabilidade sustentável. Na sua função de Presidente do Conselho de Fiscalização da DWS KGaA, um aspeto importante foi impulsionar a implementação da estratégia da DWS. Enquanto Presidente do Deutsche Bank AG e Diretor-Geral da Alemanha, foi a sua prioridade apoiar o Diretor-Geral, especialmente na Alemanha, em particular em assuntos políticos e económicos e nas relações com clientes essenciais na Alemanha a nível do Grupo. Prestou também a supervisão da função jurídica até 31 de julho. Por último, apoiou o Diretor-Geral na promoção de uma cultura de espírito de equipa, responsabilidade e integridade.

### *Fabrizio Campelli*

Os objetivos do Sr. Campelli incluíram o desenvolvimento e a condução de um roteiro de transformação em todo o banco, incluindo a criação de um Gabinete de Transformação encarregue de apoiar a execução eficaz da estratégia do Banco. Um outro objetivo foi impulsionar um maior foco no cliente em todo o Banco, bem como a redução dos custos e da complexidade, inclusive através do programa catalisador de custos. Enquanto membro do Conselho responsável por Recursos Humanos, foi encarregue de prestar supervisão à transformação dos RH, bem como de apoiar o novo Diretor global de RH na sua transição para o Deutsche Bank. Foi também convidado a apoiar o Diretor-Geral na promoção de uma cultura de responsabilidade, integridade e espírito de equipa.

### *Frank Kuhnke*

Enquanto Membro do Conselho de Administração responsável pela Unidade de Libertação de Capital (CRU), os objetivos do Sr. Kuhnke incluíram a otimização da utilização de capital (RWA), a exposição à alavancagem, os custos e as perdas

de alienações dentro de prazos acordados e objetivos de perda. Além disso, a implementação das medidas de correção regulamentares Conheça o seu Cliente para o Corporate Bank e o Investment Bank, bem como para a CRU, esteve na agenda para 2020. A fim de assegurar a estabilidade e aumentar a eficiência, foi acordada a aplicação de medidas específicas. Na região da EMEA, um dos seus objetivos até meados de 2020 foi prestar supervisão a esta região, por exemplo no que diz respeito a questões-chave de controlo e ao envolvimento dos clientes. Além disso, apoiou o Diretor-Geral na promoção de uma cultura de espírito de equipa, propriedade e integridade.

#### *Bernd Leukert*

O principal objecto do Sr. Leukert foi impulsionar a execução da estratégia de TI. Pretendeu também melhorar continuamente a tecnologia e a propriedade de dados do DB. Impulsionar a inovação de produtos e serviços em todo o banco foi outro objetivo. Apoiou o Diretor-Geral na promoção de uma cultura de espírito de equipa, responsabilidade e integridade.

#### *Stuart Lewis*

Na qualidade de Diretor de Risco, o Sr. Lewis foi mandatado para assegurar a resiliência operacional e a gestão proativa do risco durante o ambiente operacional e de mercado prevalecente. Foi também encarregado de implementar novas alterações ao modelo operacional de risco e conformidade, alcançando as eficiências planeadas. Os objetivos do Sr. Lewis incluíram também a entrega de uma carteira de iniciativas de transformação fundamentais para aumentar a eficácia e a eficiência dos controlos. Enquanto membro do Conselho de Administração responsável pelo Reino Unido, teve de supervisionar as atividades e as relações com as partes interessadas na região, incluindo a implementação do programa Brexit. Apoiou também o Diretor-Geral na promoção do espírito de equipa e na prestação de iniciativas culturais em termos de responsabilização e integridade.

#### *James von Moltke*

Um objetivo fundamental para o Sr. von Moltke em 2020 foi garantir que o plano financeiro do Grupo fosse executado através da gestão adequada do desempenho do Grupo. Um outro foco foi impulsionar o envolvimento dos investidores e das agências de notação. O Sr. von Moltke foi responsável pela otimização contínua do balanço do Grupo DB em termos de ativos e passivos e capital próprio. A execução da estratégia de Financiamento do Grupo, incluindo a melhoria financeira e analítica, foi outro objetivo. Apoiou o Diretor-Geral na promoção de uma cultura de espírito de equipa, responsabilidade e integridade.

#### *Alexander von zur Mühlen*

Ao aderir ao Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020, o reforço do franchise APAC e o foco no cliente foram objetivos para o Sr. von zur Mühlen. A execução da estratégia APAC foi outro objetivo. Por último, apoiou o Diretor-Geral na promoção de uma cultura de espírito de equipa, responsabilidade e integridade.

#### *Christiana Riley*

Os objetivos da Sra. Riley incluíram a execução da Estratégia para as Américas. Foi colocada uma maior atenção na abordagem aos requisitos dos reguladores dos EUA e à interação de confiança com eles. Os seus objetivos incluíram o apoio ao Diretor-Geral na promoção de uma cultura de espírito de equipa, responsabilidade e integridade.

#### *Prof. Dr. Stefan Simon*

Desde que se juntou ao Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020, um dos objetivos do Sr. Simon foi continuar a impulsionar a carteira de litígios em todo o banco. A melhoria do envolvimento estratégico com as autoridades reguladoras e os governos foi um objetivo do Sr. Simon para a área de Governo e Assuntos Regulamentares (GRAD), pela qual era responsável. Além disso, foi responsável pela reorganização específica dos processos para a definição e execução das políticas. Outro objetivo foi apoiar o Diretor-Geral na promoção de uma cultura de espírito de equipa, responsabilidade e integridade.

O nível individual de consecução dos membros do Conselho de Administração em 2020 situa-se entre 104% e 175%.

---

**104% -175%** foi o nível de consecução dos objetivos para o componente individual do STA

---



Os três indicadores-chave de desempenho do **LTA** desenvolveram-se da seguinte forma no exercício de 2020: Em 2020, o RTSR alcançou uma melhoria significativa em comparação com o ano anterior. Em 2020, a cotação das ações do Deutsche Bank aumentou mais de 29% e evoluiu melhor do que a de qualquer outro banco do grupo de pares. No período de três anos relevante (2018 a 2020), o nível de desempenho do RTSR foi de 114%, em comparação com 54% no ano anterior. O crescimento orgânico do capital, conforme definido, tem sido negativo entre 2018 e 2020; tal resultou numa realização de 0%. O reforço do ambiente de controlo foi avaliado ao longo de três anos com base nas informações das autoridades de auditoria interna e de supervisão; a realização foi de 37,5% ao longo do período de três anos. Tal resulta numa realização global de 54% para o LTA decidido pelo Conselho de Fiscalização. Bernd Leukert e Stefan Simon foram nomeados para o Conselho de Administração em 2020, mas já tinham entrado no banco em 2019, pelo que existiam dois anos como período de referência. O objetivo global alcançado para o LTA derivado é também de 54%.

---

**54 %** foi o nível de consecução dos objetivos do LTA

---

### Medidas COVID-19 / redução da remuneração ("moderação")

Os níveis de realização-alvo para o STA, bem como para o LTA definidos pelo Conselho de Fiscalização e apresentados acima resultam numa remuneração variável total de **30.168.330 euros** para todo o Conselho de Administração para o exercício de 2020.

À luz da situação de crise desencadeada pela pandemia da COVID-19, o BCE - a Autoridade Europeia de Supervisão - formulou a expectativa de que as instituições de crédito exerçam moderação no que diz respeito ao pagamento de remunerações variáveis para o exercício de 2020.

Neste contexto, a remuneração total de todo o Conselho de Administração para o exercício de 2020 foi reduzida num total de **4.624.140 euros**.

Tal foi implementado reduzindo a componente do grupo do STA de 75% para 72,5%. Além disso, a remuneração total para o exercício de 2020 foi reduzida em um doze avos (ou seja, a remuneração total de um mês, incluindo o salário-base). O presidente do Conselho de Fiscalização aderiu também, reduzindo a sua remuneração em um doze avos (consulte também o "Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização").

### Remuneração total

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente em/para o exercício de 2020 uma remuneração (exclusiva de benefícios marginais e custos de serviço de pensões) no montante total de 50.020.069 euros (2019: 35.994.279 euros). 22.473.664 euros (2019: 22.700.000 euros deste montante destinaram-se a remuneração fixa. 27.546.405 euros (2019: 13.294.279 euros) foram recebidos para componentes relacionados com o desempenho com incentivos a longo prazo. O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração acima citada numa base individual para 2020 e 2019 da seguinte forma:

em euros					2020	2019
	Salário- -base	STA <sup>1</sup>		LTA <sup>2</sup>	Remuneração total	Remuneração total
		Componente de grupo	Componente individual			
Christian Sewing	3.116.667	332.292	2.246.475	1.672.611	7.368.045	5.031.717
Karl von Rohr	2.750.000	332.292	1.422.758	1.377.445	5.882.495	4.396.708
Fabrizio Campelli <sup>3</sup>	2.200.000	332.292	1.269.400	1.377.445	5.179.137	632.785
Frank Kuhnke	2.200.000	332.292	850.667	1.377.445	4.760.403	3.796.708
Bernd Leukert <sup>4</sup>	2.200.000	332.292	986.700	1.390.278	4.909.270	–
Stuart Lewis	2.283.333	332.292	986.333	1.377.445	4.979.403	3.796.708
James von Moltke	2.283.333	332.292	1.269.400	1.377.445	5.262.470	3.796.708
Alexander von zur Mühlen <sup>5</sup>	963.189	138.454	381.944	573.935	2.057.522	–
Christiana Riley <sup>4</sup>	2.193.809	332.292	869.367	1.377.445	4.772.912	–
Prof. Dr. Stefan Simon <sup>5</sup>	1.000.000	138.454	406.389	579.283	2.124.126	–
Werner Steinmüller <sup>7</sup>	1.283.333	193.836	443.606	803.509	2.724.286	3.796.708
Sylvie Matherat <sup>7</sup>	–	–	–	–	–	2.588.079
Garth Ritchie <sup>7</sup>	–	–	–	–	–	4.968.079
Frank Strauß <sup>7</sup>	–	–	–	–	–	3.190.079
<b>Total</b>	<b>22.473.664</b>	<b>3.129.080</b>	<b>11.133.039</b>	<b>13.284.286</b>	<b>50.020.069</b>	<b>35.994.279</b>

<sup>1</sup> STA: Prémio de curto prazo.

<sup>2</sup> LTA: Prémio de longo prazo.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de novembro de 2019.

<sup>4</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020.

<sup>5</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

<sup>6</sup> Membro até 31 de julho de 2020.

<sup>7</sup> Membro até 31 de julho de 2019.

Os contratos de trabalho dos membros do Conselho de Administração contêm uma obrigação dos membros de assegurar que qualquer remuneração que possam exigir na sua qualidade de membro de qualquer órgão, em particular um conselho de fiscalização, conselho consultivo ou órgão similar de qualquer entidade do grupo do Banco (§ 18.º da Lei Alemã relativa às sociedades por ações (Aktiengesetz - AktG)) não reverterá a seu favor. Assim, os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank.

## Prémios em ações

O número de prémios em ações atribuídos aos membros do Conselho de Administração sob a forma de prémios restritos em ações (REA), em 2021 relativamente ao exercício de 2020, foi calculado dividindo os respetivos montantes em euros pelo mais alto dos dois, a cotação de fecho Xetra média das ações do Deutsche Bank durante os últimos dez dias de negociação, em fevereiro de 2021, ou a cotação de fecho Xetra no dia 26 de fevereiro de 2021 (10.2140 euros).

### Membros do Conselho de Administração

Unidades	Ano	Prémio(s) restrito(s) em ações (diferido[s] com período adicional de carência)
Christian Sewing	2020	208.115 <sup>1</sup>
	2019	144.392
Karl von Rohr	2020	153.343 <sup>2</sup>
	2019	118.911
Fabrizio Campelli <sup>3</sup>	2020	145.836 <sup>4</sup>
	2019	19.819
Frank Kuhnke	2020	134.859
	2019	118.911
Bernd Leukert <sup>5</sup>	2020	136.115 <sup>6</sup>
Stuart Lewis	2020	134.859
	2019	118.911
James von Moltke	2020	145.836 <sup>7</sup>
	2019	118.911
Alexander von zur Mühlen <sup>7</sup>	2020	56.191
Christiana Riley <sup>5</sup>	2020	134.859
Prof. Dr. Stefan Simon <sup>7</sup>	2020	56.715 <sup>10</sup>
Werner Steinmüller <sup>8</sup>	2020	78.667
	2019	118.911
Sylvie Matherat	2019	69.365
Garth Ritchie	2019	79.589 <sup>13</sup>
Frank Strauß	2019	97.045 <sup>14</sup>

<sup>1</sup> Destas, 44.359 ações são imputáveis ao STA, as quais são obtidas após 7 anos.

<sup>2</sup> Destas, 18.485 ações são imputáveis ao STA, as quais são obtidas após 7 anos.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de novembro de 2019.

<sup>4</sup> Destas, 10.977 ações são imputáveis ao STA, as quais são obtidas após 7 anos.

<sup>5</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020.

<sup>6</sup> Das quais 38.890 ações, as quais são obtidas após 7 anos.

<sup>7</sup> Destas, 10.977 ações são imputáveis ao STA, as quais são obtidas após 7 anos.

<sup>8</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

<sup>9</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020. Como titular de funções especificado de determinadas entidades do Deutsche Bank US, são aplicáveis regras de plano específicas para Christiana Riley; consulte a respetiva divulgação na secção "Incentivo e Sustentabilidade a longo prazo".

<sup>10</sup> Das quais 16.204 ações, as quais são obtidas após 7 anos.

<sup>11</sup> Membro até 31 de julho de 2020.

<sup>12</sup> Membro até 31 de julho de 2019.

<sup>13</sup> Destas, 10.224 ações são imputáveis ao STA, as quais são obtidas após 7 anos.

<sup>14</sup> Destas, 27.680 ações são imputáveis ao STA, as quais são obtidas após 7 anos.

## Participação acionista do Conselho de Administração, diretrizes de participações

Em 19 de fevereiro de 2021 e em 31 de janeiro de 2020, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham ações do Deutsche Bank, conforme apresentado abaixo:

Membros do Conselho de Administração		Número de ações
Christian Sewing	2021	163.665
	2020	114.892
Karl von Rohr	2021	17.283
	2020	9.803
Fabrizio Campelli <sup>1</sup>	2021	86.303
	2020	50.417
Frank Kuhnke	2021	37.922
	2020	15.407
Bernd Leukert <sup>2</sup>	2021	1.500
	2020	1.500
Stuart Lewis	2021	174.434
	2020	145.743
James von Moltke	2021	68.486
	2020	55.959
Alexander von zur Mühlen <sup>3</sup>	2021	270.333
Christiana Riley <sup>2</sup>	2021	55.082
	2020	43.907
Prof. Dr. Stefan Simon <sup>3</sup>	2021	0
	<b>Total</b>	<b>875.008</b>
	2020	437.628

<sup>1</sup> Membro desde 1 de novembro de 2019.

<sup>2</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

Os atuais membros do Conselho de Administração detinham um total de 875.008 ações do Deutsche Bank em 19 de fevereiro de 2021, correspondente a aproximadamente 0,04% das ações emitidas pelo Deutsche Bank nessa data.

A tabela seguinte apresenta o número de prémios em ações em circulação detidos pelos membros atuais do Conselho de Administração à data de 31 de janeiro de 2020 e 19 de fevereiro de 2021, bem como o número de prémios em ações novamente atribuídos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 31 de janeiro de 2020	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 19 de fevereiro de 2021
Christian Sewing	365.416	144.392	24.693	–	485.115
Karl von Rohr	289.373	118.911	15.433	–	392.851
Fabrizio Campelli <sup>1</sup>	296.795	127.751	67.636	78.306 <sup>4</sup>	278.603
Frank Kuhnke	196.399	118.911	42.866	33.181 <sup>4</sup>	239.263
Bernd Leukert <sup>2</sup>	0	25.309	–	–	25.309
Stuart Lewis	283.470	118.911	54.239	–	348.142
James von Moltke	335.369	118.911	23.767	–	430.513
Alexander von zur Mühlen <sup>3</sup>	–	–	–	–	251.256
Christiana Riley <sup>2</sup>	255.057	64.802 <sup>5</sup>	51.483 <sup>6</sup>	52.536 <sup>4</sup>	215.841 <sup>7</sup>
Prof. Dr. Stefan Simon <sup>3</sup>	–	–	–	–	31.740

<sup>1</sup> Membro desde 1 de novembro de 2019.

<sup>2</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

<sup>4</sup> Os prémios enumerados na tabela acima como "Caducados" são prémios baseados em ações concedidos no âmbito do Plano de retenção essencial em janeiro de 2017. Estes prémios estavam sujeitos a uma condição adicional de cotação da ação e caducaram devido ao não cumprimento desta condição. Consulte também a secção Planos de remuneração com base em ações.

<sup>5</sup> No âmbito do plano associado, 64.802 prémios restritos em ações inicialmente concedidos foram tributados no momento da concessão, permanecendo 34.590 ações numa base após impostos. Consulte a respetiva divulgação na secção "Incentivo de longo prazo e sustentabilidade".

<sup>6</sup> Deste montante, foram emitidos 30.212 prémios em ações para cobrir o montante do imposto devido no âmbito do plano associado (ver nota de rodapé 5).

<sup>7</sup> Deste montante, um número líquido de 34.590 prémios restritos em ações no âmbito do plano associado (ver nota de rodapé 5).

Todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de retenção para ações em 2020 ou encontram-se atualmente no período de espera.

O Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Sewing, comprometeu-se voluntariamente a investir 15% do seu salário líquido em ações do Deutsche Bank desde Setembro de 2019 até ao final de Dezembro de 2022. Em cada caso, as compras

foram realizadas no 22.º dia de cada mês ou no dia de negociação seguinte. Todas as ações adquiridas até 19 de fevereiro de 2020 estão incluídas na tabela acima.

## Benefícios de pensão

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2020 e 2019, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2020 a partir de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Os diferentes saldos são atribuíveis às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de remuneração individuais para efeitos de pensões e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	em euros									
Christian Sewing	936.000	975.000	0	0	5.742.500	4.806.500	936.063	939.695	5.816.960	4.701.381
Karl von Rohr	786.500	812.500	0	0	3.967.001	3.180.501	831.427	819.511	4.205.087	3.261.910
Fabrizio Campelli <sup>1</sup>	1.046.500	180.918	0	0	1.227.418	180.918	1.008.742	174.626	1.224.209	178.170
Frank Kuhnke	845.000	871.000	0	0	1.716.000	871.000	867.588	849.657	1.759.798	868.111
Bernd Leukert <sup>2</sup>	1.135.334 <sup>5</sup>	0	0	0	1.135.334	0	851.694	0	1.181.299	0
Stuart Lewis	786.500	812.500	0	0	5.657.938	4.871.438	818.838	819.511	6.358.878	5.536.127
James von Moltke	903.500	936.000	0	0	3.318.250	2.414.750	895.972	907.600	3.385.498	2.382.139
Alexander von zur Mühlen <sup>3</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Christina Riley <sup>2</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prof. Dr. Stefan Simon <sup>3</sup>	1.293.501 <sup>5</sup>	0	0	0	1.293.501	0	903.039	0	1.335.674	0
Werner Steinmüller <sup>4</sup>	379.167	650.000	51.719	60.251	2.647.405	2.216.519	380.305	667.193	2.660.574	2.259.433

<sup>1</sup> Membro desde 1 de novembro de 2019.

<sup>2</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

<sup>4</sup> Membro até 31 de julho de 2020.

<sup>5</sup> Tal inclui igualmente montantes concedidos para o período anterior à nomeação como membro do Conselho de Administração.

## Despesa com componentes de incentivo de longo prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respetivos anos relativamente aos componentes de remuneração de incentivo de longo prazo, atribuídos por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração	Valor despendido com			
	Componentes de remuneração baseados em ações		Componentes de remuneração baseados em numerário	
	2020	2019	2020	2019
Christian Sewing	887.894	226.040	372.347	380.022
Karl von Rohr	661.926	163.938	293.690	275.911
Fabrizio Campelli <sup>1</sup>	23.935	0	14.024	0
Frank Kuhnke	143.607	0	84.140	0
Bernd Leukert <sup>2</sup>	0	0	0	0
Stuart Lewis	351.726	472.969	278.156	255.458
James von Moltke	644.657	156.957	293.690	275.911
Alexander von zur Mühlen <sup>3</sup>	0	0	0	0
Christina Riley <sup>2</sup>	0	0	0	0
Prof. Dr. Stefan Simon <sup>3</sup>	0	0	0	0
Werner Steinmüller <sup>4</sup>	2.936.877	144.494	655.935	243.186

<sup>1</sup> Membro desde 1 de novembro de 2019.

<sup>2</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

<sup>4</sup> Membro até 31 de julho de 2020.

## Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)

A remuneração para os membros do Conselho de Administração de acordo com os requisitos do artigo 4.2.5, parágrafo 3 do GCGC 2017 encontra-se apresentada abaixo. Tal é composto por benefícios concedidos para o ano sob avaliação, incluindo os benefícios marginais e a remuneração máxima e mínima alcançável de componentes de remuneração variável. Além disso, o pagamento e a entrega, como pode ser o caso da remuneração fixa e da remuneração variável (repartidos por

prémios restritos de incentivo e prémios restritos de ações) em/para o ano sob avaliação, discriminados por anos de referência relevantes.

A tabela seguinte fornece a remuneração concedida para os exercícios de 2020 e 2019 de acordo com o GCGC 2017:

em euros	2020				Christian Sewing	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2019	
					Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3.116.667	3.400.000	3.400.000	3.400.000	3.400.000	3.400.000
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	3.756	3.756	3.756	3.756	69.338	69.338
<b>Total</b>	<b>3.120.423</b>	<b>3.403.756</b>	<b>3.403.756</b>	<b>3.403.756</b>	<b>3.469.338</b>	<b>3.469.338</b>
Remuneração variável	4.251.378	5.300.000	0	8.900.000	1.631.717	5.300.000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	2.125.689	1.900.000	0	3.800.000	300.000	1.900.000
Prémios restritos em ações	2.125.689 <sup>1</sup>	3.400.000	0	5.100.000	1.331.717	3.400.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4.251.378</b>	<b>5.300.000</b>	<b>0</b>	<b>8.900.000</b>	<b>1.631.717</b>	<b>5.300.000</b>
Custos do serviço de pensões	936.063	936.063	936.063	936.063	939.695	939.695
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>8.307.864</b>	<b>9.639.819</b>	<b>4.339.819</b>	<b>13.239.819</b>	<b>6.040.750</b>	<b>9.709.033</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>7.368.045</b>	<b>8.700.000</b>	<b>3.400.000</b>	<b>12.300.000</b>	<b>5.031.717</b>	<b>8.700.000</b>

<sup>1</sup> Dos quais, Prémios restritos em ações no valor de 453.078 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2020				Karl von Rohr	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2019	
					Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2.750.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	11.208	11.208	11.208	11.208	43.642	43.642
<b>Total</b>	<b>2.761.208</b>	<b>3.011.208</b>	<b>3.011.208</b>	<b>3.011.208</b>	<b>3.043.642</b>	<b>3.043.642</b>
Remuneração variável	3.132.495	4.400.000	0	7.400.000	1.396.708	4.225.000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	1.566.247	1.600.000	0	3.200.000	300.000	1.425.000
Prémios restritos em ações	1.566.248 <sup>1</sup>	2.800.000	0	4.200.000	1.096.708	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3.132.495</b>	<b>4.400.000</b>	<b>0</b>	<b>7.400.000</b>	<b>1.396.708</b>	<b>4.225.000</b>
Custos do serviço de pensões	831.427	831.427	831.427	831.427	819.511	819.511
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>6.725.130</b>	<b>8.242.635</b>	<b>3.842.635</b>	<b>11.242.635</b>	<b>5.259.861</b>	<b>8.088.153</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>5.882.495</b>	<b>7.400.000</b>	<b>3.000.000</b>	<b>10.400.000</b>	<b>4.396.708</b>	<b>7.225.000</b>

<sup>1</sup> Dos quais, Prémios restritos em ações no valor de 188.803 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2020				Fabrizio Campelli <sup>1</sup>	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2019	
					Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2.200.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	400.000	400.000
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0	-	-
Benefícios marginais (remuneração fixa)	21.984	21.984	21.984	21.984	8.182	8.182
<b>Total</b>	<b>2.221.984</b>	<b>2.421.984</b>	<b>2.421.984</b>	<b>2.421.984</b>	<b>408.182</b>	<b>408.182</b>
Remuneração variável	2.979.137	4.100.000	0	6.800.000	232.785	683.333
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	1.489.568	1.300.000	0	2.600.000	50.000	216.667
Prémios restritos em ações	1.489.569 <sup>2</sup>	2.800.000	0	4.200.000	182.785	466.667
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	-	-
<b>Total</b>	<b>2.979.137</b>	<b>4.100.000</b>	<b>0</b>	<b>6.800.000</b>	<b>232.785</b>	<b>683.333</b>
Custos do serviço de pensões	1.008.742	1.008.742	1.008.742	1.008.742	174.626	174.626
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>6.209.863</b>	<b>7.530.726</b>	<b>3.430.726</b>	<b>10.230.726</b>	<b>815.593</b>	<b>1.266.141</b>
<b>Remuneração total<sup>3</sup></b>	<b>5.179.137</b>	<b>6.500.000</b>	<b>2.400.000</b>	<b>9.200.000</b>	<b>632.785</b>	<b>1.083.333</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de novembro de 2019.

<sup>2</sup> Dos quais, Prémios restritos em ações no valor de 112.124 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

<sup>3</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Frank Kuhnke	
					2020	2019
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2.200.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0	–	–
Benefícios marginais (remuneração fixa)	6.692	6.692	6.692	6.692	29.580	29.580
<b>Total</b>	<b>2.206.692</b>	<b>2.406.692</b>	<b>2.406.692</b>	<b>2.406.692</b>	<b>2.429.580</b>	<b>2.429.580</b>
Remuneração variável	2.560.403	4.100.000	0	6.800.000	1.396.708	4.100.000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	1.182.958	1.300.000	0	2.600.000	300.000	1.300.000
Prêmios restritos em ações	1.377.445	2.800.000	0	4.200.000	1.096.708	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	–	–
<b>Total</b>	<b>2.560.403</b>	<b>4.100.000</b>	<b>0</b>	<b>6.800.000</b>	<b>1.396.708</b>	<b>4.100.000</b>
Custos do serviço de pensões	867.588	867.588	867.588	867.588	849.657	849.657
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>5.634.683</b>	<b>7.374.280</b>	<b>3.274.280</b>	<b>10.074.280</b>	<b>4.675.945</b>	<b>7.379.237</b>
<b>Remuneração total<sup>1</sup></b>	<b>4.760.403</b>	<b>6.500.000</b>	<b>2.400.000</b>	<b>9.200.000</b>	<b>3.796.708</b>	<b>6.500.000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Bernd Leukert <sup>1</sup>	
					2020	2019
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2.200.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	–	–
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0	–	–
Benefícios marginais (remuneração fixa)	21.926	21.926	21.926	21.926	–	–
<b>Total</b>	<b>2.221.926</b>	<b>2.421.926</b>	<b>2.421.926</b>	<b>2.421.926</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Remuneração variável	2.709.270	4.100.000	0	6.800.000	–	–
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	1.318.992	1.300.000	0	2.600.000	–	–
Prêmios restritos em ações	1.390.278 <sup>2</sup>	2.800.000	0	4.200.000	–	–
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	–	–
<b>Total</b>	<b>2.709.270</b>	<b>4.100.000</b>	<b>0</b>	<b>6.800.000</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Custos do serviço de pensões	851.694	851.694	851.694	851.694	–	–
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>5.782.890</b>	<b>7.373.620</b>	<b>3.273.620</b>	<b>10.073.620</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Remuneração total<sup>3</sup></b>	<b>4.909.270</b>	<b>6.500.000</b>	<b>2.400.000</b>	<b>9.200.000</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020.

<sup>2</sup> Dos quais, Prêmios restritos em ações no montante de 397.222 euros, que são obtidos após 7 anos.

<sup>3</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Stuart Lewis	
					2020	2019
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2.283.333	2.483.333	2.483.333	2.483.333	2.400.000	2.400.000
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	29.166	29.166	29.166	29.166	312.607	312.607
<b>Total</b>	<b>2.312.499</b>	<b>2.512.499</b>	<b>2.512.499</b>	<b>2.512.499</b>	<b>2.712.607</b>	<b>2.712.607</b>
Remuneração variável	2.696.070	4.100.000	0	6.800.000	1.396.708	4.100.000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	1.318.625	1.300.000	0	2.600.000	300.000	1.300.000
Prêmios restritos em ações	1.377.445	2.800.000	0	4.200.000	1.096.708	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2.696.070</b>	<b>4.100.000</b>	<b>0</b>	<b>6.800.000</b>	<b>1.396.708</b>	<b>4.100.000</b>
Custos do serviço de pensões	818.838	818.838	818.838	818.838	819.511	819.511
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>5.827.407</b>	<b>7.431.337</b>	<b>3.331.337</b>	<b>10.131.337</b>	<b>4.928.826</b>	<b>7.632.118</b>
<b>Remuneração total<sup>1</sup></b>	<b>4.979.403</b>	<b>6.583.333</b>	<b>2.483.333</b>	<b>9.283.333</b>	<b>3.796.708</b>	<b>6.500.000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

James von Moltke

em euros	2020				2019	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2.283.333	2.483.333	2.483.333	2.483.333	2.400.000	2.400.000
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	42.980	42.980	42.980	42.980	310.510	310.510
<b>Total</b>	<b>2.326.313</b>	<b>2.526.313</b>	<b>2.526.313</b>	<b>2.526.313</b>	<b>2.710.510</b>	<b>2.710.510</b>
Remuneração variável	2.979.137	4.100.000	0	6.800.000	1.396.708	4.100.000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	1.489.568	1.300.000	0	2.600.000	300.000	1.300.000
Prémios restritos em ações	1.489.569 <sup>1</sup>	2.800.000	0	4.200.000	1.096.708	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	615.516	615.516	615.516	615.516	615.516	615.516
<b>Total</b>	<b>3.594.653</b>	<b>4.715.516</b>	<b>615.516</b>	<b>7.415.516</b>	<b>2.012.224</b>	<b>4.715.516</b>
Custos do serviço de pensões	895.972	895.972	895.972	895.972	907.600	907.600
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>6.816.938</b>	<b>8.137.801</b>	<b>4.037.801</b>	<b>10.837.801</b>	<b>5.630.334</b>	<b>8.333.626</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>5.262.470</b>	<b>6.583.333</b>	<b>2.483.333</b>	<b>9.283.333</b>	<b>3.796.708</b>	<b>6.500.000</b>

<sup>1</sup> Dos quais, Prémios restritos em ações no valor de 112.124 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Alexander von zur Mühlen<sup>1</sup>

em euros	2020				2019	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	963.189 <sup>2</sup>	1.000.000	1.000.000	1.000.000	–	–
Subsídio de pagamento fixo	270.833	270.833	270.833	270.833	–	–
Benefícios marginais (remuneração fixa)	14.851	14.851	14.851	14.851	–	–
<b>Total</b>	<b>1.248.873</b>	<b>1.285.684</b>	<b>1.285.684</b>	<b>1.285.684</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Remuneração variável	1.094.333	1.708.333	0	2.833.333	–	–
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	520.398	541.666	0	1.083.332	–	–
Prémios restritos em ações	573.935	1.166.667	0	1.750.001	–	–
Benefícios marginais (remuneração variável)	33.304	33.304	33.304	33.304	–	–
<b>Total</b>	<b>1.127.637</b>	<b>1.741.637</b>	<b>33.304</b>	<b>2.866.637</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	–	–
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>2.376.510</b>	<b>3.027.321</b>	<b>1.318.988</b>	<b>4.152.321</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Remuneração total<sup>3</sup></b>	<b>2.057.522</b>	<b>2.708.333</b>	<b>1.000.000</b>	<b>3.833.333</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

<sup>2</sup> Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a alterações da taxa cambial. A renúncia a um doze avos do salário-base ocorreu antes da nomeação para o Conselho de Administração.

<sup>3</sup> Sem subsídio de pagamento fixo e benefícios marginais.

Christiana Riley<sup>1</sup>

em euros	2020				2019	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2.193.809 <sup>2</sup>	2.400.000	2.400.000	2.400.000	–	–
Subsídio de pagamento fixo	650.000	650.000	650.000	650.000	–	–
Benefícios marginais (remuneração fixa)	94.530	94.530	94.530	94.530	–	–
<b>Total</b>	<b>2.938.339</b>	<b>3.144.530</b>	<b>3.144.530</b>	<b>3.144.530</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Remuneração variável	2.579.103	4.100.000	0	6.800.000	–	–
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	1.201.658	1.300.000	0	2.600.000	–	–
Prémios restritos em ações	1.377.445	2.800.000	0	4.200.000	–	–
Benefícios marginais (remuneração variável)	95.643	95.643	95.643	95.643	–	–
<b>Total</b>	<b>2.674.746</b>	<b>4.195.643</b>	<b>95.643</b>	<b>6.895.643</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	–	–
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>5.613.085</b>	<b>7.340.173</b>	<b>3.240.173</b>	<b>10.040.173</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Remuneração total<sup>3</sup></b>	<b>4.772.912</b>	<b>6.500.000</b>	<b>2.400.000</b>	<b>9.200.000</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020. Como titular de funções especificado de determinadas entidades do Deutsche Bank US, são aplicáveis regras de plano específicas para Christiana Riley; consulte a respetiva divulgação na secção "Incentivo e Sustentabilidade a longo prazo".

<sup>2</sup> Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a alterações da taxa cambial.

<sup>3</sup> Sem subsídio de pagamento fixo e benefícios marginais.

Prof. Dr. Stefan Simon<sup>1</sup>

em euros	2020				2019	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1.000.000 <sup>2</sup>	1.000.000	1.000.000	1.000.000	–	–
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0	–	–
Benefícios marginais (remuneração fixa)	7.354	7.354	7.354	7.354	–	–
<b>Total</b>	<b>1.007.354</b>	<b>1.007.354</b>	<b>1.007.354</b>	<b>1.007.354</b>	–	–
Remuneração variável	1.124.126	1.708.333	0	2.833.333	–	–
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	544.843	541.666	0	1.083.332	–	–
Prêmios restritos em ações	579.283 <sup>3</sup>	1.166.667	0	1.750.001	–	–
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	–	–
<b>Total</b>	<b>1.124.126</b>	<b>1.708.333</b>	<b>0</b>	<b>2.833.333</b>	–	–
Custos do serviço de pensões	903.039	903.039	903.039	903.039	–	–
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>3.034.519</b>	<b>3.618.726</b>	<b>1.910.393</b>	<b>4.743.726</b>	–	–
<b>Remuneração total<sup>4</sup></b>	<b>2.124.126</b>	<b>2.708.333</b>	<b>1.000.000</b>	<b>3.833.333</b>	–	–

<sup>1</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

<sup>2</sup> A renúncia a um doze avos do salário-base ocorreu antes da nomeação para o Conselho de Administração.

<sup>3</sup> Dos quais, Prêmios restritos em ações no montante de 165.509 euros, que são obtidos após 7 anos.

<sup>4</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Werner Steinmüller<sup>1</sup>

em euros	2020				2019	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1.283.333	1.400.000	1.400.000	1.400.000	2.400.000	2.400.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	31.620	31.620	31.620	31.620	68.463	68.463
<b>Total</b>	<b>1.314.953</b>	<b>1.431.620</b>	<b>1.431.620</b>	<b>1.431.620</b>	<b>2.468.463</b>	<b>2.468.463</b>
Remuneração variável	1.440.953	2.391.667	0	3.966.668	1.396.708	4.100.000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	637.444	758.334	0	1.516.668	300.000	1.300.000
Prêmios restritos em ações	803.509	1.633.333	0	2.450.000	1.096.708	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	322.542	322.542	322.542	322.542	510.033	510.033
<b>Total</b>	<b>1.763.495</b>	<b>2.714.209</b>	<b>322.542</b>	<b>4.289.210</b>	<b>1.906.741</b>	<b>4.610.033</b>
Custos do serviço de pensões	380.305	380.305	380.305	380.305	667.193	667.193
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>3.458.753</b>	<b>4.494.514</b>	<b>1.986.180</b>	<b>6.069.515</b>	<b>5.042.397</b>	<b>7.745.689</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>2.724.286</b>	<b>3.791.667</b>	<b>1.400.000</b>	<b>5.366.668</b>	<b>3.796.708</b>	<b>6.500.000</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de julho de 2020.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Sylvie Matherat<sup>1</sup>

em euros	2020				2019	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	1.400.000	1.400.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	0	0	0	4.636	4.636
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.404.636</b>	<b>1.404.636</b>
Remuneração variável	0	0	0	0	1.188.079	2.391.667
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	0	0	0	548.333	758.333
Prêmios restritos em ações	0	0	0	0	639.746	1.633.333
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.188.079</b>	<b>2.391.667</b>
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	0	0
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.592.715</b>	<b>3.796.303</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.588.079</b>	<b>3.791.667</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de julho de 2019.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.



em euros					Garth Ritchie <sup>1</sup>	
					2020	2019
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	1.750.000	1.750.000
Provisão funcional	0	0	0	0	1.750.000	1.750.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	0	0	0	267.834	267.834
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.767.834</b>	<b>3.767.834</b>
Remuneração variável	0	0	0	0	1.468.079	2.741.667
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	0	0	0	734.039	1.108.333
Prêmios restritos em ações <sup>2</sup>	0	0	0	0	734.040	1.633.333
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.468.079</b>	<b>2.741.667</b>
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	0	0
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.235.913</b>	<b>6.509.501</b>
<b>Remuneração total<sup>3</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.218.079</b>	<b>4.491.667</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de julho de 2019.

<sup>2</sup> Dos quais, Prêmios restritos em ações no valor de 94.294 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

<sup>3</sup> Sem provisão funcional, benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Frank Strauß <sup>1</sup>	
					2020	2019
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	1.400.000	1.400.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	0	0	0	35.253	35.253
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.435.253</b>	<b>1.435.253</b>
Remuneração variável	0	0	0	0	1.790.079	2.566.667
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	0	0	0	895.039	933.333
Prêmios restritos em ações <sup>2</sup>	0	0	0	0	895.040	1.633.333
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.790.079</b>	<b>2.566.667</b>
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	545.325	545.325
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.770.657</b>	<b>4.547.245</b>
<b>Remuneração total<sup>3</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.190.079</b>	<b>3.966.667</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de julho de 2019.

<sup>2</sup> Dos quais, Prêmios restritos em ações no valor de 255.294 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

<sup>3</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

A tabela seguinte fornece os desembolsos de remuneração e entregas em/para os exercícios de 2020 e 2019 de acordo com o GCGC 2017

em euros	Christian Sewing		Karl von Rohr		Fabrizio Campelli <sup>1</sup>		Frank Kuhnke	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Remuneração fixa	3.116.667	3.400.000	2.750.000	3.000.000	2.200.000	400.000	2.200.000	2.400.000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	–	0	–
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0	0	–	0	–
Benefícios marginais (remuneração fixa)	3.756	69.338	11.208	43.642	21.984	8.182	6.692	29.580
<b>Total</b>	<b>3.120.423</b>	<b>3.469.338</b>	<b>2.761.208</b>	<b>3.043.642</b>	<b>2.221.984</b>	<b>408.182</b>	<b>2.206.692</b>	<b>2.429.580</b>
Remuneração variável	232.061	0	168.625	0	0	–	0	–
da qual numerário:	0	0	0	0	0	–	0	–
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2015 Prêmio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	0	–	0	–
2017 Prêmio restrito de incentivo: Acordado	0	0	0	0	0	–	0	–
2017 Prêmio restrito de incentivo: Buyout	0	0	0	0	0	–	0	–
2019 Prêmio restrito de incentivo para 2018	232.061	–	168.625	0	0	0	0	–
dos quais prêmios em ações:								
Prêmios iniciais em ações de 2017: Acordados	0	0	0	0	0	–	0	–
2014 Prêmio restrito em ações para 2013	0	0	0	0	0	–	0	–
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0	0	0	0	–	0	–
2017 Prêmio restrito em ações: Buyout	0	0	0	0	0	–	0	–
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	–	0	–
<b>Total</b>	<b>232.061</b>	<b>0</b>	<b>168.625</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>–</b>	<b>0</b>	<b>–</b>
Custos do serviço de pensões	936.063	939.695	831.427	819.511	1.008.742	174.626	867.588	849.657
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>4.288.547</b>	<b>4.409.033</b>	<b>3.761.260</b>	<b>3.863.153</b>	<b>3.230.726</b>	<b>582.808</b>	<b>3.074.280</b>	<b>3.279.237</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de novembro de 2019.

em euros	Bernd Leukert <sup>1</sup>		Stuart Lewis		James von Molke		Alexander von zur Mühlen <sup>2</sup>	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Remuneração fixa	2.200.000	–	2.283.333	2.400.000	2.283.333	2.400.000	963.189 <sup>3</sup>	–
Provisão funcional	0	–	0	0	0	0	0	–
Subsídio de pagamento fixo	0	–	0	0	0	0	270.833	–
Benefícios marginais (remuneração fixa)	21.926	–	29.166	312.607	42.980	310.510	14.851	–
<b>Total</b>	<b>2.221.926</b>	<b>–</b>	<b>2.312.499</b>	<b>2.712.607</b>	<b>2.326.313</b>	<b>2.710.510</b>	<b>1.248.873</b>	<b>–</b>
Remuneração variável	0	–	599.399	704.736	693.011	951.953	0	–
da qual numerário:	0	–	0	0	0	0	0	–
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2015 Prêmio restrito de incentivo para 2014	0	–	0	105.340	0	0	0	–
2017 Prêmio restrito de incentivo: Acordado	0	–	0	0	66.638	66.638	0	–
2017 Prêmio restrito de incentivo: Buyout	0	–	0	0	280.379	420.568	0	–
2019 Prêmio restrito de incentivo para 2018	0	–	156.125	0	168.625	0	0	–
dos quais prêmios em ações:								
Prêmios iniciais em ações de 2017: Acordados	0	–	0	0	0	183.170	0	–
2014 Prêmio restrito em ações para 2013	0	–	0	599.396	0	0	0	–
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	–	443.274	0	0	0	0	–
2017 Prêmio restrito em ações: Buyout	0	–	0	0	177.369	281.577	0	–
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	–	0	0	615.516	615.516	33.304	–
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>–</b>	<b>599.399</b>	<b>704.736</b>	<b>1.308.527</b>	<b>1.567.469</b>	<b>33.304</b>	<b>–</b>
Custos do serviço de pensões	851.694	–	818.838	819.511	895.972	907.600	0	–
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>3.073.620</b>	<b>–</b>	<b>3.730.736</b>	<b>4.236.854</b>	<b>4.530.812</b>	<b>5.185.579</b>	<b>1.282.177</b>	<b>–</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020.

<sup>2</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

<sup>3</sup> Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a alterações da taxa cambial. A renúncia a um doze avos do salário-base ocorreu antes da nomeação para o Conselho de Administração.

em euros	Christiana Riley <sup>1</sup>		Prof. Dr. Stefan Simon <sup>2</sup>		Werner Steinmüller <sup>3</sup>		Sylvie Matherat <sup>4</sup>	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Remuneração fixa	2.193.809 <sup>5</sup>	–	1.000.000 <sup>6</sup>	–	1.283.333	2.400.000	0	1.400.000
Provisão funcional	0	–	0	–	0	0	0	0
Subsídio de pagamento fixo	650.000	–	0	–	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	94.530	–	7.354	–	31.620	68.463	0	4.636
<b>Total</b>	<b>2.938.339</b>	<b>–</b>	<b>1.007.354</b>	<b>–</b>	<b>1.314.953</b>	<b>2.468.463</b>	<b>0</b>	<b>1.404.636</b>
Remuneração variável	0	–	0	–	148.625	0	0	0
da qual numerário:	0	–	0	–	0	0	0	0
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2015 Prêmio restrito de incentivo para 2014	0	–	0	–	0	0	0	0
2017 Prêmio restrito de incentivo: Acordado	0	–	0	–	0	0	0	0
2017 Prêmio restrito de incentivo: Buyout	0	–	0	–	0	0	0	0
2019 Prêmio restrito de incentivo para 2018	0	–	0	–	148.625	0	0	0
dos quais prêmios em ações:								
Prêmios iniciais em ações de 2017: Acordados	0	–	0	–	0	0	0	0
2014 Prêmio restrito em ações para 2013	0	–	0	–	0	0	0	0
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	–	0	0	0	281.577	0	–
2017 Prêmio restrito em ações: Buyout	0	–	0	–	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	95.643	–	0	–	322.542	510.033	0	0
<b>Total</b>	<b>95.643</b>	<b>–</b>	<b>0</b>	<b>–</b>	<b>471.167</b>	<b>510.033</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Custos do serviço de pensões	0	–	903.039	–	380.305	667.193	0	0
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>3.033.982</b>	<b>–</b>	<b>1.910.393</b>	<b>–</b>	<b>2.166.425</b>	<b>3.645.689</b>	<b>0</b>	<b>1.404.636</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020.

<sup>2</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

<sup>3</sup> Membro até 31 de julho de 2020.

<sup>4</sup> Membro até 31 de julho de 2019.

<sup>5</sup> Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a alterações da taxa cambial.

<sup>6</sup> A renúncia a um doze avos do salário-base ocorreu antes da nomeação para o Conselho de Administração.

em euros	Garth Ritchie <sup>1</sup>		Frank Strauß <sup>1</sup>	
	2020	2019	2020	2019
Remuneração fixa	0	1.750.000	0	1.400.000
Provisão funcional	0	1.750.000	0	0
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	267.834	0	35.253
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3.767.834</b>	<b>0</b>	<b>1.435.253</b>
Remuneração variável	0	0	0	0
da qual numerário:	0	0	0	0
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:				
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0	0	0
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018				
dos quais prémios em ações:				
Prêmios iniciais em ações de 2017: Acordados	0	0	0	0
2014 Prémio restrito em ações para 2013	0	0	0	0
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	-	0	0
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Custos do serviço de pensões	0	0	0	545.325
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>0</b>	<b>3.767.834</b>	<b>0</b>	<b>1.980.578</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de julho de 2019.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2021, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho para o exercício de 2020 foram cumpridas.

## Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17)

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2020, uma remuneração no total de 40.119.062 euros (2019: 34.835.009 euros). Desse valor, 22.473.664 euros (2019: 20.950.000 euros) se destinavam à remuneração fixa, 0 euros (2019: 1.750.000 euros) para provisões funcionais, 920.833 euros (2019: 0 €) para subsídios de remuneração fixa, 1.353.072 euros (2019: 2.275.594 euros) para benefícios marginais e 15.371.493 euros (2019: 9.859.415 €) para componentes relacionados com o desempenho.

De acordo com a norma contábilística alemã n.º 17, os prêmios restritos de incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (de perda de direitos), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente atribuídos. Com base nisto, os membros do Conselho de Administração receberam individualmente os seguintes componentes de remuneração, pelo seu serviço no Conselho de Administração nos anos 2020 e 2019, incluindo benefícios marginais não relacionados com o desempenho.

### Remuneração de acordo com o GAS 17

em euros	Christian Sewing		Karl von Rohr		Fabrizio Campelli <sup>1</sup>		Frank Kuhnke	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Remuneração</b>								
Componentes relacionados com o desempenho								
Sem incentivos de longo prazo								
Pagos imediatamente	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	232.061	0	168.625	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prêmios restritos em ações	2.125.689 <sup>2</sup>	1.331.717	1.566.248 <sup>3</sup>	1.096.708	1.489.569 <sup>4</sup>	182.785	1.377.445	1.096.708
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	3.116.667	3.400.000	2.750.000	3.000.000	2.200.000	400.000	2.200.000	2.400.000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	0
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (fixos e variáveis)	3.756	69.338	11.208	43.642	21.984	8.182	6.692	29.580
<b>Total</b>	<b>5.478.173</b>	<b>4.801.055</b>	<b>4.496.081</b>	<b>4.140.350</b>	<b>3.711.553</b>	<b>590.967</b>	<b>3.584.137</b>	<b>3.526.288</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de novembro de 2019.

<sup>2</sup> Dos quais, Prêmios restritos em ações no valor de 453.078 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

<sup>3</sup> Dos quais, Prêmios restritos em ações no valor de 188.803 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

<sup>4</sup> Dos quais, Prêmios restritos em ações no valor de 112.124 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

em euros	Bernd Leukert <sup>1</sup>		Stuart Lewis		James von Moltke		Alexander von zur Mühlen <sup>2</sup>	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Remuneração</b>								
Componentes relacionados com o desempenho								
Sem incentivos de longo prazo								
Pagos imediatamente	0	-	0	0	0	0	0	-
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	-	0	0	0	0	0	-
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	-	156.125	105.340	515.642	487.207	0	-
Com base em ações								
Prêmios restritos em ações	1.390.278	-	1.377.445	1.096.708	1.489.569 <sup>3</sup>	1.096.708	573.935	-
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2.200.000	-	2.283.333	2.400.000	2.283.333	2.400.000	963.189 <sup>4</sup>	-
Provisão funcional	0	-	0	0	0	0	0	-
Subsídio de pagamento fixo	0	-	0	0	0	0	270.833	-
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	21.926	-	29.166	312.607	658.496	926.026	48.155	-
<b>Total</b>	<b>3.612.204</b>	<b>-</b>	<b>3.846.069</b>	<b>3.914.655</b>	<b>4.947.040</b>	<b>4.909.941</b>	<b>1.856.112</b>	<b>-</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020.

<sup>2</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

<sup>3</sup> Dos quais, Prémios restritos em ações no valor de 112.124 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

<sup>4</sup> Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a alterações da taxa cambial. A renúncia a um doze avos do salário-base ocorreu antes da nomeação para o Conselho de Administração.

em euros	Christiana Riley <sup>1</sup>		Prof. Dr. Stefan Simon <sup>2</sup>		Werner Steinmüller <sup>3</sup>		Sylvie Matherat <sup>4</sup>	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Remuneração</b>								
Componentes relacionados com o desempenho								
Sem incentivos de longo prazo								
Pagos imediatamente	0	-	0	-	0	0	0	0
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	-	0	-	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	-	0	-	148.625	0	0	0
Com base em ações								
Prémios restritos em ações	1.377.445	-	579.283	-	803.509	1.096.708	0	639.746
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2.193.809 <sup>5</sup>	-	1.000.000 <sup>6</sup>	-	1.283.333	2.400.000	0	1.400.000
Provisão funcional	0	-	0	-	0	0	0	0
Subsídio de pagamento fixo	650.000	-	0	-	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	190.173	-	7.354	-	354.162	578.496	0	4.636
<b>Total</b>	<b>4.411.427</b>	<b>-</b>	<b>1.586.637</b>	<b>-</b>	<b>2.589.629</b>	<b>4.075.204</b>	<b>0</b>	<b>2.044.382</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2020. Como titular de funções especificado de determinadas entidades do Deutsche Bank US, são aplicáveis regras de plano específicas para Christiana Riley; consulte a respetiva divulgação na secção "Incentivo e Sustentabilidade a longo prazo".

<sup>2</sup> Membro desde 1 de agosto de 2020.

<sup>3</sup> Membro até 31 de julho de 2020.

<sup>4</sup> Membro até 31 de julho de 2019.

<sup>5</sup> Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a alterações da taxa cambial.

<sup>6</sup> A renúncia a um doze avos do salário-base ocorreu antes da nomeação para o Conselho de Administração.

em euros	Garth Ritchie <sup>1</sup>		Frank Strauß <sup>1</sup>		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Remuneração</b>						
Componentes relacionados com o desempenho						
Sem incentivos de longo prazo						
Pagos imediatamente	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de curto prazo						
Numerário	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo						
Baseados em numerário						
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	1.221.078	592.547
Com base em ações						
Prémios restritos em ações	0	734.040 <sup>2</sup>	0	895.040 <sup>3</sup>	14.150.415	9.266.868
Componentes não relacionados com o desempenho						
Salário-base	0	1.750.000	0	1.400.000	22.473.664	20.950.000
Provisão funcional	0	1.750.000	0	0	0	1.750.000
Subsídio de pagamento fixo	0	0	0	0	920.833	0
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	0	267.834	0	35.253	1.353.072	2.275.594
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>4.501.874</b>	<b>0</b>	<b>2.330.293</b>	<b>40.119.062</b>	<b>34.835.009</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de julho de 2019.

<sup>2</sup> Dos quais, Prémios restritos em ações no valor de 94.294 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

<sup>3</sup> Dos quais, Prémios restritos em ações no valor de 255.294 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2021, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2020 foram cumpridas.

## Perspetivas: Desenvolvimento do sistema de remuneração a partir de 2021

O atual sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração foi aprovado pela Assembleia-Geral Anual de 2017, com uma larga maioria de cerca de 97%. A estrutura do sistema de remuneração foi demonstrada desde então, e a sua aplicação mostra que os objetivos nela ancorados estabelecem os incentivos certos e conduzem a resultados adequados ("remuneração pelo desempenho").

O sistema de remuneração será reapresentado à Assembleia-Geral Anual de 2021 para aprovação, em conformidade com o n.º 1 do § 120.º-A da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), a fim de ter em consideração a alteração dos requisitos regulamentares resultantes da entrada em vigor da ARUG II (Lei que implementa a Segunda Diretiva dos Direitos dos Acionistas).

### Objetivo dos ajustamentos

O Conselho de Fiscalização considerou a próxima votação sobre o sistema de remuneração como uma oportunidade para rever de forma abrangente e desenvolver ainda mais a atual estrutura. Em consequência, foram feitos ajustamentos que servem para estruturar os componentes de remuneração de tal forma que conduzem a uma maior uniformidade e transparência no que diz respeito às estruturas de remuneração e à ponderação dos componentes. No contexto da promoção de uma boa governação empresarial e do desenvolvimento empresarial sustentável, os objetivos do ESG, em particular, serão ainda mais ponderados nos critérios de desempenho no futuro. A fim de ligar estreitamente a remuneração ao desenvolvimento a longo prazo da empresa, o nível de participação em ações será promovido de acordo com as ambiciosas diretrizes de participações do Deutsche Bank. O alinhamento dos interesses do Conselho de Administração com os dos acionistas será, por isso, significativamente reforçado.

Uma vez que a anterior conceção e aplicação do sistema, em geral, funcionou bem e esteve sempre em conformidade com os requisitos regulamentares legais, a estrutura básica da remuneração do Conselho de Administração permanece inalterada, exceto para os ajustamentos acima mencionados. Quando necessário, outros componentes do sistema de remuneração do Conselho de Administração foram ajustados às condições de quadro regulamentar alteradas; em especial, foram tidos em consideração os requisitos da secção 87-A da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), a portaria relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung) e as recomendações do Código de Governo das Sociedades alemão revisto (DCGK 2020). No âmbito de uma gestão coerente dos resultados da remuneração (gestão das consequências), serão realizados testes regulares a posteriori e continuarão a ser utilizados os instrumentos necessários para corrigir ou inverter os resultados indesejáveis, em especial na forma de provisões de perda de direitos, malus e clawback. A continuação dos períodos de adiamento e de retenção garante que apenas os êxitos sustentáveis são compensados e, através da disponibilidade de provisões de perda de direitos, malus e clawback, bem como das orientações de participação, a remuneração concedida está estreitamente ligada ao êxito da empresa, mesmo alguns anos após um membro do Conselho de Administração ter deixado a empresa. Em caso de uma alteração do controlo, deixa de estar disponível um pagamento por cessação de funções e continuará a aplicar-se um simples direito especial de cessação.

### Estrutura-alvo a partir de janeiro de 2021



<sup>1</sup> A menos que o Conselho de Fiscalização decida conceder (partes do) STA em casos individuais em capital próprio para cumprir os requisitos das Orientações de Participação.

Foram identificadas, em especial, três áreas que requerem medidas, que resultaram nos seguintes ajustes ao sistema de remuneração:

### 1. Aumentar a parte da remuneração variável baseada em ações para até 100%, no interesse do pleno cumprimento das diretrizes de participações.

A parte da remuneração variável baseada em ações pode ser aumentada em relação à remuneração em numerário para os membros individuais do Conselho de Administração até que as diretrizes de participações do DB sejam cumpridas, especialmente para os membros que são novos no Conselho de Administração e ainda não detêm nenhuma ou quase nenhuma ações da empresa. Até que a obrigação de participação, de acordo com as diretrizes, seja cumprida por cada membro do Conselho de Administração, é dada ao Conselho de Fiscalização a opção de aumentar temporariamente a parte da remuneração variável baseada em ações em até 100% para cada membro do Conselho de Administração em causa. Esta é uma forma moderada de alcançar o nível desejado da obrigação de participação nos próximos anos, sem aumentar ao mesmo tempo a complexidade do sistema de remuneração.

### 2. Aumentar a transparência e a coerência dos componentes de remuneração variável

A remuneração variável deve ser tornada mais clara e transparente através da fixação de uma relação fixa entre os valores-alvo dos dois componentes de remuneração variável e o alinhamento da realização do objetivo máximo de ambos os componentes de remuneração variável. No futuro, os valores-alvo do prêmio de curto prazo e do prêmio de longo prazo serão de 40% e 60%, conforme o caso, da remuneração variável total para cada membro do Conselho de Administração. O objetivo máximo alcançado para o prêmio de curto prazo e o prêmio de longo prazo será harmonizado e definido em 150% para ambos os componentes (em vez dos anteriores 200% para o prêmio de curto prazo). Além disso, o facto de todos os objetivos individuais se relacionarem com o prêmio de curto prazo e todos os objetivos de grupo se relacionarem com o prêmio de longo prazo conduz a um novo aumento da transparência e à redução da complexidade no que diz respeito à estrutura-alvo. Globalmente, o ajustamento do sistema de remuneração conduzirá a uma redução do montante total da remuneração variável realizável.

### 3. Ligar a estratégia de sustentabilidade à remuneração variável através da implementação dos objetivos do ESG

Desde 2000, o Deutsche Bank aderiu a numerosos programas de sustentabilidade e assinou compromissos voluntários de renome. Por exemplo, o Deutsche Bank está há muitos anos empenhado nos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, nos objetivos do Acordo de Paris sobre o Clima, no Compromisso Climático do setor bancário alemão, nos princípios da ONU para a banca responsável e nos princípios do Equador. As questões de sustentabilidade são promovidas e apoiadas ativamente com afiliações na Iniciativa sobre Ambiente Bancário (BEI), no Conselho Consultivo para as Finanças da Sustentabilidade do Governo Federal alemão, a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP FI) e a participação no projeto-piloto do BCE sobre a intensidade climática. O Deutsche Bank agrupou e expandiu a gestão e monitorização dos aspetos de sustentabilidade no âmbito do Conselho de Sustentabilidade a todo o Grupo criado em 2018 e expandiu-a, através do Comité de Sustentabilidade criado no ano passado.

A tomada de medidas responsáveis para a proteção do clima e da biodiversidade, a adoção de práticas empresariais de poupança de recursos e a responsabilidade do Banco em relação à sociedade são vistas como uma importante contribuição para o sucesso empresarial. Os aspectos da diversidade e satisfação dos colaboradores, bem como a boa governação empresarial, fazem parte da remuneração do Conselho de Administração há já algum tempo.

Um objetivo importante do desenvolvimento do sistema de remuneração é, por conseguinte, ligar a estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank ao objetivo do Conselho de Administração e, por conseguinte, à remuneração do Conselho de Administração. No ano passado, o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração reforçaram ainda mais o compromisso de sustentabilidade do Banco, ligando a remuneração do Conselho de Administração e outros executivos de alto nível a critérios e objetivos adicionais de sustentabilidade não financeira a partir de 2021. Foram acrescentados vários objetivos de ESG aos componentes de remuneração variável, tais como um volume-alvo para financiamento sustentável/investimentos ESG e uma redução do consumo de eletricidade nos edifícios do Banco. O Fator de cultura e cliente com os seus objetivos de governação foi expandido de modo a incluir aspetos ambientais e sociais e, no futuro, será fundido num chamado Fator ESG. O grau de realização do fator ESG será medido no âmbito de uma matriz específica do Deutsche Bank com base em vários objetivos selecionados das áreas do ambiente, social e de governação. Estes objetivos podem ser definidos e monitorizados pelo Banco de forma ambiciosa. O fator ESG será incluído no Prémio de longo prazo com uma parte de 20% da remuneração variável total a longo prazo.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral das alterações na estrutura de remuneração aplicáveis a partir de 2021, em comparação com o sistema de remuneração anterior.

## Visão geral das alterações no sistema de remuneração

Remuneração do MB até ao exercício de 2020	Componentes	Remuneração do MB desde o exercício de 2021
<ul style="list-style-type: none"> <li>— Rácio inconsistente entre remuneração fixa e variável</li> <li>— Rácio de LTA e STA indefinido</li> </ul>	<b>Estrutura de remuneração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Rácio consistente entre remuneração fixa e variável</li> <li>— Rácio uniforme de LTA (60%) e STA (40%)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>— Objetivos para o Grupo e individuais (com uma ponderação em % da remuneração variável) <ul style="list-style-type: none"> <li>— 9 - 12% Componente do Grupo</li> <li>— 2 - 18% Objetivos individuais</li> <li>— 6 - 9% Pontuações individuais equilibradas (que consistem em indicadores de desempenho financeiro e não financeiro)</li> <li>— 2 - 3% Critério limitado</li> </ul> </li> <li>— Objetivo máximo alcançado: 200%</li> </ul>	<b>Prémio de curto prazo (STA)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Objetivos individuais (com uma ponderação em % da remuneração variável) <ul style="list-style-type: none"> <li>— 20% Objetivos individuais</li> <li>— 10% Pontuações individuais equilibradas (que consistem em indicadores de desempenho financeiro e não financeiro complementado por objetivos ESG)</li> <li>— 10% Prioridades anuais</li> </ul> </li> <li>— Objetivo máximo alcançado: 150%</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>— Três objetivos para o Grupo (com uma ponderação em % da remuneração variável) <ul style="list-style-type: none"> <li>— 20 - 23% Fator Cultura e Cliente</li> <li>— 20 - 23% Retorno total relativo dos acionistas</li> <li>— 20 - 23% Crescimento orgânico do capital</li> </ul> </li> <li>— Aquisição de Prémios restritos em ações após 5 anos numa tranche (aquisição imediata de direitos, "Cliff Vesting")</li> </ul>	<b>Prémio de longo prazo (LTA)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Quatro objetivos para o Grupo (com uma ponderação em % da remuneração variável) <ul style="list-style-type: none"> <li>— 20% Fator ESG</li> <li>— 15% Retorno total relativo dos acionistas</li> <li>— 15% Crescimento orgânico do capital</li> <li>— 10% Componente do Grupo (Rácio de CET1 / Rácio de alavancagem / Custos ajustados / RoTE)</li> </ul> </li> <li>— Aquisição de Prémios restritos em ações durante um período de cinco anos em tranches iguais (aquisição por tranches, "Tranche Vesting")</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>— O STA é, geralmente, concedido em numerário</li> </ul>	<b>Diretrizes de participações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— O STA ainda é, geralmente, concedido em numerário</li> <li>— Opção adicional para o Conselho de Fiscalização conceder igualmente o STA e, desta forma, a remuneração variável completa baseada em ações</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>— Direito especial de cessação para os membros do MB</li> <li>— Direito a indemnização por cessação de funções</li> </ul>	<b>Alteração do controlo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Direito especial de cessação para o MB</li> <li>— Nenhuma reclamação para indemnização por cessação de funções</li> </ul>

## Relatório de remuneração dos colaboradores

O conteúdo do Relatório de Remuneração de Colaboradores de 2020 baseia-se nos requisitos de divulgação da remuneração quantitativos e qualitativos definidos no artigo 450.º n.º 1 (a) a (i) Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) em conjunto com a Secção 16 da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – "InstVV"*).

O Relatório de Remuneração assume uma visão alargada do grupo e abrange todas as entidades consolidadas do Grupo Deutsche Bank. Em conformidade com os requisitos regulamentares, são elaborados relatórios equivalentes, relativos a 2020, para as seguintes instituições relevantes do Grupo Deutsche Bank: BHW Bausparkasse AG, Alemanha; Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo; Deutsche Bank S.p.A., Itália; Deutsche Bank Mutui S.p.A., Itália; Deutsche Bank S.A.E., Espanha.



## Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do nosso Grupo. Tentamos estar na linha da frente da implementação dos requisitos regulamentares no que se refere à remuneração e continuaremos a trabalhar estreitamente com o nosso supervisor prudencial, o Banco Central Europeu (BCE), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está sujeito globalmente ao Regulamento de Requisitos de Capital e à Diretiva de Requisitos de Capital (CRR/CRD), conforme transpostos para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV. Adotamos as regras na sua versão atual para todas as subsidiárias e agências do Deutsche Bank a nível mundial, na medida necessária de acordo com a Secção 27 do InstVV. Enquanto instituição significativa, no âmbito do InstVV, o Deutsche Bank também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global (Colaboradores que assumem riscos materiais ou MRT), em conformidade com critérios estipulados ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 604/2014. Os colaboradores que assumem riscos materiais são identificados ao nível do Grupo e ao nível das instituições relevantes.

Tendo em conta legislação sectorial mais específica e de acordo com o InstVV, algumas subsidiárias do Deutsche Bank (em particular no Grupo DWS) enquadram-se nas transposições locais da diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (AIFMD) ou da diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (UCITS). Identificamos também colaboradores que correm riscos materiais nestas subsidiárias. Os colaboradores identificados estão sujeitos às provisões de remuneração descritas nas Orientações sobre políticas de remuneração sãs ao abrigo das diretivas AIFMD/UCITS publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM).

O Deutsche Bank tem em conta os regulamentos direcionados para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do banco, por exemplo, de acordo com as transposições locais da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros II – MiFID II. Assim, implementámos disposições específicas para colaboradores considerados Pessoas Relevantes, para garantir que estes atuam no melhor interesse dos nossos clientes.

Sempre que aplicável, o Deutsche Bank está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados pelos órgãos reguladores locais. Muitos destes requisitos estão em sintonia com o InstVV. Contudo, sempre que existem variações, os debates pró-ativos e abertos com as entidades reguladoras permitiram-nos cumprir a regulamentação local e simultaneamente assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do quadro de remuneração do Grupo geral do banco. Isto inclui, por exemplo, a identificação de Colaboradores cobertos nos Estados Unidos nos termos dos requisitos do Conselho da Reserva federal norte-americana. Em todo o caso, aplicamos globalmente os requisitos do InstVV como normas mínimas.

## Governo das remunerações

O Deutsche Bank estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da sua estratégia e políticas de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC), O Responsável de Remuneração e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC).

De acordo com as suas responsabilidades, as funções de controlo do banco estão envolvidas na conceção e aplicação dos sistemas de remuneração, na identificação de colaboradores que assumem riscos materiais e na determinação do montante total de remuneração variável. Isto inclui a avaliação do impacto do comportamento dos colaboradores e dos riscos relacionados com o negócio, critérios de desempenho, concessão de remuneração e pagamentos por cessação de funções, bem como ajustamento ex-post ao risco.

### Estrutura de governo dos prémios



<sup>1</sup> Não inclui uma lista completa dos Comités do Conselho de Fiscalização.

### Comité de Controlo de Remunerações (CCC)

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC para o apoiar no estabelecimento e monitorização da estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, considerando, em particular, os efeitos sobre os riscos e sobre a gestão do risco de acordo com o InstVV. Além disso, o CCC monitoriza a adequação dos sistemas de remuneração para os colaboradores do Grupo Deutsche Bank, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e o SECC. O CCC verifica regularmente se o montante total de remuneração variável é comportável e se está em conformidade com o InstVV. O CCC avalia também o impacto dos sistemas de remuneração na gestão do risco, capital e liquidez e procura assegurar que os sistemas de remuneração estão alinhados com as estratégias de negócio e de risco. Adicionalmente, o CCC ajuda o Conselho de Fiscalização a monitorizar o processo de identificação de MRT e se as funções de controlo interno e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração.

O CCC é constituído pelo presidente do Conselho de Fiscalização e cinco membros adicionais do Conselho de Fiscalização, três dos quais são representantes dos colaboradores. O CCC realizou sete reuniões no ano civil de 2020. Os membros do Comité de Risco participaram em duas reuniões como convidados. Podem ser encontrados mais pormenores no relatório do Conselho de Fiscalização no Relatório Anual.

### Responsável pelas remunerações

O Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um responsável de remuneração do Grupo para apoiar o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG e os conselhos de fiscalização das instituições relevantes do banco, na Alemanha, no desempenho das suas funções relacionadas com a remuneração. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração dos colaboradores. O Responsável de remuneração executa as suas obrigações de monitorização de forma independente e fornece uma avaliação da adequação da conceção e práticas dos sistemas de remuneração para colaboradores, pelo menos, anualmente. Ele apoia e aconselha regularmente o CCC.

### Comitê Executivo Sênior de Remuneração (SECC)

O SECC é um comitê delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a estratégia de remuneração do Grupo e a política de remuneração e benefícios. Além disso, ao utilizar fatores quantitativos e qualitativos, SECC avalia o desempenho do Grupo e das divisões como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante total anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas e de controlo que não estão designados a qualquer uma das nossas divisões. Em 2020, os membros dos SECC eram compostos pelo Diretor de Transformação (com base na sua responsabilidade pelos RH) e o Diretor Financeiro, como co-presidentes, bem como pelo Diretor de Risco (todos membros do Conselho de Administração), pelo Diretor Global dos Recursos Humanos e por um representante adicional do Departamento Financeiro e de Risco como membros com direitos de voto. O Responsável de Remuneração, o Responsável de Remuneração adjunto, o Diretor Global de Recompensas de Desempenho de RH e um representante adicional do Departamento de Finanças participaram como membros sem direito a voto. O SECC reúne-se geralmente mensalmente e reúne-se com maior frequência durante o processo de remuneração. Realizou, no total, 25 reuniões no que diz respeito ao processo de remuneração para o ano de desempenho de 2020.

## Estratégia de remuneração

O Deutsche Bank reconhece que a sua estrutura de remunerações desempenha um papel vital no apoio aos objetivos estratégicos. Permite-nos atrair e fidelizar os indivíduos necessários para atingir os objetivos do banco. A estratégia de remuneração do Grupo está em sintonia com a estratégia empresarial, a estratégia de risco do Deutsche Bank e com os seus valores e convicções corporativos, tal como descrito em seguida.

### Cinco objetivos fundamentais das nossas práticas de remuneração

- Apoiar a implementação da estratégia bancária global centrada no cliente do Banco, através da captação e retenção de talentos em todos os diferentes modelos de negócio e locais de países
- Apoiar o desempenho e desenvolvimento sustentável a longo prazo do Banco e estratégia de risco correspondente
- Promover e apoiar um desempenho a longo prazo que se baseie em eficiência e disciplina de custos
- Garantir que as práticas de remuneração do banco são seguras, através de resultados de desempenho de ajuste de risco, evitando que sejam assumidos riscos inapropriados, garantindo compatibilidade sustentável com o planeamento de capital e liquidez e cumprindo a regulamentação
- Aplicar e promover os valores corporativos do banco de integridade, desempenho sustentável, centralidade do cliente, inovação, disciplina e parceria

### Princípios de remuneração fundamentais

- Alinhar a remuneração com os interesses dos acionistas e rentabilidade ao nível do banco sustentada, tendo em conta o risco
- Maximizar o desempenho sustentável, ao nível dos colaboradores e do banco
- Atrair e reter os melhores talentos
- Calibrar a remuneração para refletir diferentes divisões e níveis de responsabilidade
- Aplicar uma conceção de remuneração simples e transparente
- Assegurar a conformidade com os requisitos regulamentares

## Quadro de remuneração do Grupo

O nosso quadro de remuneração enfatiza um equilíbrio adequado entre pagamentos fixos (PF) e remuneração variável (RV) – juntamente com a remuneração total (RT). Alinha incentivos para um desempenho sustentável em todos os níveis do Deutsche Bank, ao mesmo tempo que assegura a transparência das decisões de remuneração e respetivo impacto nos acionistas e colaboradores. Os princípios subjacentes do nosso quadro de remuneração são aplicados a todos os colaboradores de forma igual, independentemente das diferenças de antiguidade, cargo ou sexo.

Nos termos do CRD IV e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Deutsche Bank está sujeito a um rácio de 1:1 no que se refere às componentes de remuneração fixa e variável, que foi aumentado para 1:2 com aprovação dos acionistas a 22 de maio de 2014, com uma taxa de aprovação de 95,27%, com base em votos válidos de 27,68% do capital social representado na Assembleia-Geral Anual. Não obstante, o banco determinou que os colaboradores em funções de infraestrutura específicas devem continuar a estar sujeitos a um rácio de pelo menos 1:1, enquanto que as funções de controlo, conforme definido pelo InstVV, estão sujeitas a um rácio de 2:1.

O banco atribuiu uma remuneração total de referência (RTC) aos colaboradores elegíveis que descreve um valor de referência para a sua função. Este valor permite orientar os nossos colaboradores em relação aos respetivos pagamentos fixos e remuneração variável. A remuneração total individual efetiva pode estar ao nível, acima ou abaixo da Remuneração Total de Referência, dependendo das decisões de remuneração variável.

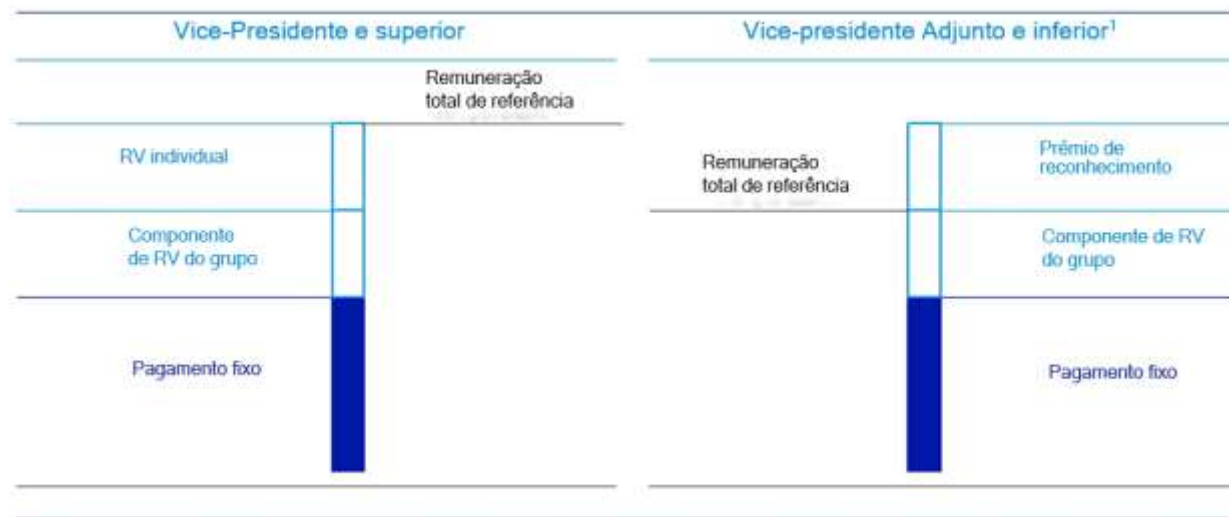
A **remuneração fixa** é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa é determinado por referência às taxas de mercado em vigor para cada função, a comparações internas e aos requisitos regulamentares aplicáveis. A remuneração fixa desempenha um papel essencial para nos permitir o cumprimento dos seus objetivos estratégicos ao atrair e reter os melhores talentos. Para a maioria dos nossos colaboradores, a remuneração fixa é a componente de remuneração primária.

A **remuneração variável** reflete a acessibilidade e o desempenho ao nível do Grupo, da divisão e individual. Permite a diferenciação do desempenho individual e o incentivo ao comportamento, mediante incentivos apropriados que podem influenciar a cultura de forma positiva. Além disso, permite flexibilidade na base de custo. A remuneração variável (RV), de um modo geral, consiste agora em dois elementos – o Componente de RV do grupo e o Componente de RV individual.

A **componente de RV do grupo** baseia-se num dos principais objetivos do novo enquadramento de remuneração – garantir uma associação explícita entre a remuneração variável e o desempenho do Grupo. Para avaliar o desempenho anual na consecução dos nossos objetivos estratégicos, os quatro indicadores-chave de desempenho (KPI) utilizados como base para a determinação do componente de RV do grupo de 2020 foram: Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1), Rácio de alavancagem, Custos ajustados e Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE). Estes quatro KPI representam os objetivos de capital, alavancagem, rentabilidade e custos do banco.

A **Componente de RV individual** é obtida na forma de RV individual (geralmente aplicável a colaboradores ao nível de Vice-presidente (VP) e superior) ou como Prémio de reconhecimento (geralmente aplicável a colaboradores ao nível de Vice-presidente Adjunto (AVP) e inferior). Nos casos de contributos de desempenho negativos ou conduta imprópria, a RV de um colaborador pode ser reduzida em conformidade e descer até zero. A RV é concedida e paga sujeita à acessibilidade do Grupo. Ao abrigo do nosso enquadramento de remuneração, continua a não existir qualquer garantia de remuneração variável num vínculo laboral existente. Os acordos de RV garantida são utilizados apenas em casos muito limitados para novas contratações no primeiro ano de trabalho e estão sujeitos aos requisitos de diferimento padrão do banco.

## Componentes chave do quadro de remuneração



<sup>1</sup> Alguns Vice-Presidentes Adjuntos e quadros inferiores nas entidades e divisões selecionadas são elegíveis para a RV individual em vez do Prêmio de reconhecimento.

A **RV individual** tem em conta vários fatores financeiros e não financeiros, incluindo o desempenho da divisão aplicável, o desempenho e a conduta individual do colaborador e a adesão aos valores e convicções, bem como fatores adicionais como a comparação dos níveis de pagamento com o grupo de pares do colaborador e considerações sobre a retenção.

Os **Prêmios de reconhecimento** constituem uma oportunidade de reconhecer e premiar os contributos excepcionais dos colaboradores em níveis de senioridade inferiores de uma forma atempada e transparente. Geralmente, a dimensão geral do orçamento do Programa de prêmios de reconhecimento está diretamente ligada a uma percentagem definida de pagamentos fixos para a população elegível e estes prêmios são atualmente atribuídos duas vezes por ano, com base numa revisão das nomeações e dos contributos num processo gerido ao nível de cada divisão.

No contexto do InstVV, os **pagamentos por cessação de funções** são considerados remuneração variável. O quadro de pagamentos por cessação de funções do banco garante o total alinhamento com os respetivos requisitos do InstVV.

Os **Benefícios dos colaboradores** complementam a remuneração total e são considerados pagamentos fixos do ponto de vista regulamentar, já que não estão diretamente ligados ao desempenho ou a critérios. São atribuídos em conformidade com as práticas e os requisitos aplicáveis do mercado local. As despesas com pensões representam o elemento principal da carteira de benefícios do banco, globalmente.

## Determinação da remuneração variável baseada no desempenho

Em 2020, concentrámo-nos especialmente na melhoria da nossa governação nos processos de tomada de decisões relacionados com remunerações. Tal incluiu o desenvolvimento de ferramentas e cenários de análise mais sofisticados para testar a acessibilidade e outras premissas para determinar a remuneração variável. Além disso, simplificámos e aumentámos a transparência das nossas políticas e procedimentos. Tal resultou num conjunto reforçado de princípios baseados em regras para decisões de remuneração com uma ligação ainda mais estreita ao negócio e ao desempenho individual.

O montante total de RV para um determinado ano de desempenho é inicialmente determinado a nível do Grupo, tendo em conta os parâmetros de acessibilidade do banco e, em seguida, atribuído a divisões e funções de infraestrutura com base no seu desempenho em apoio à consecução dos objetivos estratégicos do banco.

Numa primeira etapa, o Deutsche Bank avalia a rentabilidade, a solvência e a posição de liquidez do banco em conformidade com o seu quadro de apetência pelo risco, incluindo uma análise holística face ao plano estratégico plurianual do banco para determinar o que "pode" conceder em conformidade com os requisitos regulamentares (ou seja, a acessibilidade do Grupo). Na próxima etapa, o banco avalia o desempenho ajustado ao risco do Grupo e da divisão, ou seja, o que o banco "deve" conceder a fim de proporcionar uma remuneração adequada pelas contribuições para o sucesso do banco.

Ao avaliar o desempenho das divisões, são referenciadas uma série de considerações. O desempenho é avaliado no contexto das metas financeiras e – com base nas pontuações equilibradas – não financeiras. As metas financeiras para as divisões de front-office estão sujeitas ao ajuste de risco adequado, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Deutsche

Bank pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestrutura, a avaliação do desempenho financeiro baseia-se principalmente na consecução de metas de custos. Embora a atribuição de RV a funções de infraestrutura e, em particular, a funções de controle, dependa do desempenho global do Deutsche Bank, a mesma não está dependente do desempenho da(s) divisão/divisões que estas funções supervisionam.

Ao nível do colaborador individual, estabelecemos alguns Princípios de orientação da remuneração variável, os quais definem em detalhe os fatores e as métricas que têm de ser tidos em conta ao tomar decisões relativas à remuneração variável individual. Os nossos gestores têm de avaliar totalmente as atividades de risco das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV sejam equilibradas e correr riscos não seja incorretamente incentivado. Os fatores e as métricas a ter em conta incluem, sem limitação, o desempenho individual com base em aspetos quantitativos e qualitativos, a cultura e considerações comportamentais e sanções disciplinares. Os gestores de colaboradores que correm riscos materiais devem documentar especificamente os fatores e as métricas de risco considerados ao tomar decisões sobre RV individual. Geralmente, o desempenho é avaliado com base num período de um ano. No entanto, para os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes, é tido em conta o desempenho ao longo de três anos.

## Estrutura de remuneração variável

As nossas estruturas de remuneração foram concebidas para fornecer um mecanismo que promove e suporta o desempenho a longo prazo de todos os nosso colaboradores e do nosso banco. Embora uma parcela de RV seja paga inicialmente, estas estruturas exigem que uma parcela adequada seja diferida para assegurar o alinhamento com o desempenho sustentável do Grupo. Para ambas as partes da RV, utilizamos as ações do Deutsche Bank como instrumentos e como uma forma eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho sustentável do Deutsche Bank e os interesses dos acionistas.

Continuamos a ir para além de alguns requisitos regulamentares no que diz respeito ao montante de RV que é diferido e aos nossos períodos de diferimento mínimos. A taxa e o período de diferimento são determinados com base na categorização de risco do colaborador, da divisão e da unidade de negócio. Iniciamos o diferimento de partes da remuneração variável dos MRT nos casos em que a RV está definida num valor igual ou superior a 50.000 euros. Para não MRT, os diferimentos começam em níveis superiores de RV. Os MRT estão, em média, sujeitos a taxas de diferimento superiores a 40% (60% para a Direção), tal como requerido pelo InstVV. Para os MRT em Unidades de Negócio Importantes (MBU), introduzimos uma taxa de diferimento de pelo menos 50%. O limiar de RV para MRT que necessitam de um diferimento de pelo menos 60% está definido num valor igual a 500.000 euros.

Além disso, os Diretores e Diretores Executivos do Corporate Bank (CB), Investment Bank (IB) ou Unidade de Libertação de Capital (CRU) estão sujeitos a uma taxa de diferimento de da RV de 100% em relação a qualquer RV superior a 500.000 euros. Se o Pagamento Fixo para estes colaboradores exceder um valor de 500.000 euros, a RV total é diferida.

Conforme detalhado na tabela abaixo, os períodos de diferimento variam entre três e cinco anos, dependendo do grupo de colaboradores.

### Visão geral sobre os tipos de prémio em 2020 (excluindo o Grupo DWS)

Tipo de prémio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de retenção	Proporção
Inicial: RV em numerário	Parcela inicial em numerário	Todos os colaboradores elegíveis	N/A	N/A	MRT InstVV: 50% de RV inicial  Não MRT: 100% de RV inicial
Inicial: Prémios iniciais em ações (EUA)	Parcela inicial em ações (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de retenção)	Todos os MRT InstVV com RV >= 50.000 €	N/A	Doze meses	50% de RV inicial
Diferido: Prémio restrito de incentivo (RIA)	Parcela em numerário diferida	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: CB/IB/CRU: 4 anos MRT em MBU: 4 anos Direção <sup>1</sup> : 5 anos Outros: 3 anos	N/A	50% de RV diferida
Diferido: Prémio restrito de ações (REA)	Parcela em ações diferidas (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de aquisição de direitos e de retenção)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: CB/IB/CRU: 4 anos MRT em MBU: 4 anos Direção <sup>1</sup> : 5 anos Outros: 3 anos	Doze meses para MRT InstVV	50% de RV diferida

N/A – Não aplicável

<sup>1</sup> Para efeitos dos pré prémios anuais do Ano de Desempenho de 2020, a Direção é definida como posições MB-1 da DB AG; Membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo da Divisão de Negócio; Membros do MB de Instituições Significativas; respetivas posições MB-1 com responsabilidade de gestão. Para as regras específicas de diferimento para o Conselho de Administração da DB AG, consultar o Relatório de Remuneração do Conselho de Administração.

Os nossos colaboradores não estão autorizados a vender, prometer, transferir ou atribuir um prémio diferido ou quaisquer direitos sobre esse prémio. Não poderão participar em qualquer transação que tenha um efeito económico de garantia sobre qualquer remuneração variável, por exemplo, através da compensação do risco da oscilação de preços relativamente ao prémio com base em ações. As nossas funções de Recursos humanos e Conformidade, apoiadas pelo responsável de remuneração, trabalham em conjunto para monitorizar as atividades de negociação dos colaboradores e para garantir que os nossos colaboradores cumprem este requisito.

## Ajustamento ex post de risco da remuneração variável

Em conformidade com os requisitos regulamentares relativos ao ajustamento ex post de risco da remuneração variável, acreditamos que uma visão a longo prazo sobre a conduta e o desempenho dos nossos colaboradores é um elemento-chave da RV diferida. Como resultado, todos os prémios diferidos estão sujeitos a condições de desempenho e provisões de renúncia, conforme descrito abaixo.

Visão geral das condições de desempenho do Grupo Deutsche Bank e das provisões de renúncia da remuneração variável concedida para o ano de desempenho de 2020

Provisão	Descrição	Perda de direitos
Solvência e liquidez	Se, no final do trimestre que precede a aquisição de direitos e a libertação, qualquer um dos seguintes valores for inferior a um limiar definido de apetência pelo risco: Rácio de capital CET1; Rácio de alavancagem; Rácio de adequação dos capitais económicos; Razão de cobertura de liquidez; Reservas de liquidez	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar / do Prémio Inicial em Ações, dependendo do limiar do apetite pelo risco e da medida em que a(s) condição(ões) de PBT do Grupo / Divisão é/são cumpridas
PBT do Grupo	Se, para o final do ano financeiro que precede a data de aquisição de direitos ajustada, o PBT do Grupo for negativo <sup>1</sup>	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar, em função da medida em que a condição de solvência e liquidez for cumprida e se as condições PBT da Divisão forem cumpridas (se aplicável)
PBT de Divisão	Se, para o final do ano financeiro que precede a data de aquisição de direitos ajustada, o PBT da Divisão for negativo <sup>1</sup>	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar, em função da medida em que a condição de solvência e liquidez for cumprida e se as condições PBT do Grupo forem cumpridas
Provisões para perda de direitos <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em caso de violação de uma política interna ou procedimento, violação de legislação ou regulamento aplicável ou falha de controlo</li> <li>- Se algum prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que mais tarde sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão</li> <li>- Quando ocorre um evento adverso significativo e o participante é considerado como sendo suficientemente próximo</li> <li>- Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor</li> </ul>	Até 100% dos prémios não entregues
Recuperação (Clawback)	Caso um colaborador que corre riscos materiais no âmbito do InstVV tenha participado em conduta que tenha resultado em perdas significativas ou sanções regulamentares; ou não tenha cumprido as normas externas ou internas relevantes relativamente a normas de conduta apropriadas	100% do prémio entregue, antes do segundo aniversário da última data de aquisição dos direitos do prémio

<sup>1</sup> Tendo em conta os ajustes claramente definidos e governados para itens relevantes de resultados (por exemplo, reestruturações de negócios; imparidades de goodwill ou intangíveis).

<sup>2</sup> Podem aplicar-se outras provisões, tal como descrito nas respetivas regras do plano.



## Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas

Para algumas áreas do nosso banco, aplicam-se estruturas de remuneração que se desviam, dentro do quadro regulatório aplicável, em alguns aspetos do quadro de remuneração do Grupo anteriormente descrito.

### Unidades do Postbank

Embora, em geral, o pessoal executivo do antigo Postbank siga a estrutura de remuneração do Deutsche Bank, a remuneração para qualquer outro pessoal em unidades do Postbank baseia-se em quadros específicos acordados com os sindicatos ou com os respetivos conselhos de trabalhadores. Nos casos em que não exista acordo coletivo, a remuneração está sujeita a contratos individuais. Em geral, o pessoal não executivo e pautal nas unidades do Postbank recebe RV, mas a estrutura e a parte da RV podem diferir entre entidades jurídicas.

### DWS

A vasta maioria das entidades de Asset Management da DWS e os colaboradores enquadram-se na AIFMD ou na UCITS, enquanto que um número limitado de entidades permanece no âmbito do Quadro de remuneração do Grupo do banco e do InstVV. A DWS estabeleceu o seu próprio governo, política e estruturas relativamente a remuneração, bem como um processo de identificação de colaboradores que correm riscos materiais de acordo com os requisitos das diretivas AIFMD/UCITS. Estas estruturas e processos estão de acordo com o InstVV quando necessário, mas adaptados ao negócio de Asset Management. De acordo com as Orientações da ESMA, a estratégia de remuneração da DWS foi concebida de forma a assegurar uma relação adequada entre remuneração fixa e variável.

Geralmente, a DWS aplica regras de remuneração que são equivalentes à abordagem do Grupo Deutsche Bank, mas utiliza os parâmetros relacionados com o Grupo DWS, quando possível. Os desvios importantes em relação ao Quadro de remuneração do Grupo incluem a utilização de instrumentos baseados em ações ligados às ações da DWS e instrumentos ligados a fundos. Estes servem para melhorar o alinhamento da remuneração dos colaboradores com os juros dos acionistas e dos investidores da DWS.

### Funções de controlo

De acordo com o InstVV, o banco definiu funções de controlo que estão sujeitas a requisitos regulamentares específicos. Estas funções de controlo incluem Risco, Conformidade, Combate aos crimes financeiros, Auditoria do Grupo, partes dos Recursos humanos e o Responsável de remuneração e o seu adjunto. Para evitar conflitos de interesses, os parâmetros utilizados para determinar o componente de RV individual destas funções de controlo não seguem os mesmos parâmetros utilizados para o negócio que supervisionam. Com base no seu perfil de risco, estas funções estão sujeitas a um rácio de pagamento fixo e variável de 2:1.

Além disso, para algumas funções corporativas que desempenham funções de controlo interno (incluindo Departamento jurídico, Finanças do Grupo, Fiscalidade ao nível do Grupo, Regulamentação e outras partes dos Recursos humanos), o banco determinou um rácio de pagamento fixo e variável de 1:1.

### Colaboradores pautais

No Grupo Deutsche Bank existem mais de 17.000 colaboradores pautais na Alemanha (com base em equivalentes a tempo inteiro). Estes colaboradores pautais são principalmente empregados pelo Deutsche Bank AG e pelas antigas subsidiárias do Postbank. Os colaboradores pautais empregados pelo Deutsche Bank AG estão sujeitos a um acordo coletivo (*Tarifvertrag für das private Bankgewerbe und die öffentlichen Banken*), conforme negociado entre os sindicatos e as associações patronais. As unidades do Postbank estão sujeitas a acordos conforme negociados diretamente com os respetivos sindicatos. A remuneração dos colaboradores pautais está incluída nas divulgações quantitativas deste relatório.

## Decisões de remuneração para 2020

### Considerações de final de ano e decisões para 2020

Todas as decisões de remuneração são tomadas dentro dos limites dos requisitos regulamentares. Estes requisitos formam o princípio geral e limitador da determinação da remuneração no Deutsche Bank. Em particular, a Direção tem de assegurar que as decisões de remuneração não sejam prejudiciais à manutenção de uma base sólida de capital e de recursos de liquidez do banco.

A este respeito, 2020 foi um ano extraordinário para a indústria. À luz da pandemia da COVID-19, o BCE e os reguladores nacionais solicitaram a todas as instituições a aplicação de uma abordagem moderada à remuneração variável, a fim de preservar uma base de capital forte para o futuro. Ao mesmo tempo, apesar das circunstâncias externas e da transformação em curso do banco, 2020 foi um ano bem sucedido para o Deutsche Bank. Graças à nossa nova estratégia e à grande dedicação dos nossos colaboradores ao banco, estamos à frente do nosso plano de transformação. Como resultado, conseguimos alcançar todos os nossos objetivos estratégicos ao longo do último ano. Em 2020, somos rentáveis com um lucro antes de impostos superior a mil milhões de euros e um lucro líquido superior a 600 milhões de euros. Também fizemos novos progressos em termos de custos, o que nos permitiu atingir o nosso objetivo de custos ajustado. O banco criou fundações firmes para uma rentabilidade sustentável, e estamos confiantes de que esta tendência positiva global continuará em 2021, apesar destes tempos difíceis.

Ao mesmo tempo, o Deutsche Bank reconheceu a atual situação económica e a recomendação do BCE e teve este aspeto em consideração ao tomar as suas decisões de remuneração. Aplicámos uma abordagem prudente e relativa ao futuro ao decidir sobre as estruturas de remuneração variável e de diferimento de 2020, sem perder de vista a necessidade de remunerar os nossos colaboradores, de acordo com o seu desempenho e com as condições de mercado e, naturalmente, dentro dos limites da acessibilidade. Em particular, ao determinar o montante da RV baseada no desempenho no final do ano, exercemos mais moderação do que os resultados a nível do Grupo e da divisão teriam exigido. Além disso, continuamos a aplicar estruturas de diferimento que vão além do mínimo regulamentar, resultando numa taxa de diferimento de 47% em 2020.

No contexto das considerações acima, o Conselho de Administração confirmou que o banco está em condições de conceder remuneração variável, incluindo um conjunto de RV baseada no desempenho no final do ano de 1857 mil milhões de euros para 2020. A RV para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG foi determinada pelo nosso Conselho de Fiscalização num processo separado. No entanto, a mesma está incluída nos quadros e gráficos a seguir. Para mais pormenores, consulte o Relatório de Remuneração do Conselho de Administração.

Como parte dos prémios de RV globais de 2020 atribuídos em março de 2021, a componente de RV do Grupo foi atribuída a todos os colaboradores elegíveis, em linha com a avaliação dos quatro KPI definidos e tal como descrito na secção Quadro de remuneração do Grupo. O Conselho de Administração determinou uma taxa de pagamento de 72,5% para a componente de RV do Grupo em 2020 (2019: 60%).

### Prémios de compensação para 2020 – todos os colaboradores

	2020								2019		
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) <sup>1</sup>	Conselho de Fiscalização <sup>2</sup>	Conselho de Administração <sup>3</sup>	IB <sup>3</sup>	CB <sup>3</sup>	PB <sup>3</sup>	AM <sup>3</sup>	CRU <sup>3</sup>	Funções de Controlo <sup>3</sup>	Funções Corporativas <sup>3</sup>	Total Grupo	Total Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	20	10	4.258	7.368	29.945	3.926	482	6.423	32.247	84.659	87.597
Remuneração total	6	62	2.048	1.032	2.570	690	161	757	2.798	10.119	10.093
Salário-base e subsídios	6	26	946	695	1.975	415	88	606	2.190	6.940	7.350
Despesas com pensões	0	7	60	67	138	37	7	56	182	554	581
Pagamento fixo segundo a Secção 2 do InstVV	6	32	1.006	762	2.113	451	95	663	2.371	7.494	7.931
RV baseada no desempenho de fim de ano <sup>4</sup>	0	30	876	152	227	181	25	70	295	1.857	1.444
Outra RV <sup>4</sup>	0	0	138	14	54	36	15	4	25	286	314
Pagamentos por cessação de funções <sup>5</sup>	0	0	28	103	177	22	26	20	107	482	405
RV baseada no desempenho segundo a Secção 2 do InstVV	0	30	1.042	269	457	239	66	95	427	2.625	2.162

<sup>1</sup> A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais. FTE (equivalentes a tempo inteiro) a partir de 31 de dezembro de 2020. Despesas com pensões para 2019 ajustadas.

<sup>2</sup> O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. Não são contabilizados para o número de colaboradores Total - Grupo. Os representantes dos colaboradores são considerados apenas com a sua remuneração para o Conselho de Fiscalização (a sua remuneração de colaborador está incluída na coluna da divisão relevante). A remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG não está refletida no Total - Grupo.

<sup>3</sup> O Conselho de Administração inclui os membros do Conselho do Deutsche Bank AG. IB = Investment Bank; CB = Corporate Bank; PB = Private Bank; AM = Asset Management; CRU = Unidade de Libertação de Capital. As Funções de Controlo incluem o Diretor de Risco, a Auditoria do Grupo, a Conformidade e o Combate aos Crimes Financeiros. As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo nem integrada em qualquer divisão. A remuneração do ano completo dos colaboradores é repartida por colunas com base na função no final do ano.

<sup>4</sup> A RV baseada no desempenho no final do ano inclui a RV individual e do Grupo. Outra RV inclui outros compromissos contratuais de RV, como por exemplo prémios acordados e prémios de contratação (incluindo 171 milhões de euros concedidos no início do ano devido a um aumento do risco de retenção). Outra RV em 2020 também inclui prémios de reconhecimento (45 milhões de euros) e elementos de RV específicos para pessoal pautal e funcionários públicos anteriormente relatados como RV baseada no desempenho no final do ano. Os valores de 2019 divulgados no Relatório de Remuneração de 2019 para a RV baseada no desempenho no final do ano (1.516 milhões de euros) e outra RV (242 milhões de euros) foram ajustados em função da finalidade desta tabela. A tabela não inclui as despesas elegíveis para reembolso relacionadas com o Prime Finance e não inclui prémios de substituição para novas contratações para direitos perdidos de anteriores empregadores ("buyouts").

<sup>5</sup> Os pagamentos de indemnizações por cessação de funções incluem agora custos de indemnização baseados na reestruturação. Número de 2019 reajustado para incluir apenas os custos de indemnização anteriormente relatados na Nota 10 "Reestruturação". Todos os Totais do Grupo relevantes de 2019 foram ajustados em conformidade.

#### Taxas de remuneração variável e de diferimento baseadas no desempenho de fim de ano (ano a ano) relatadas



Devido a arredondamentos, os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais. Valores conforme divulgados no Relatório de Remuneração de 2019; os ajustamentos para 2019, conforme detalhados na tabela acima, não são considerados.

## Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Globalmente, 2298 colaboradores foram identificados como MRT, de acordo com o InstVV, para o exercício de 2020, comparativamente a 2553 colaboradores em 2019 (-10%). Esta diminuição resulta principalmente de um número reduzido de MRT quantitativos (motivados por remunerações), juntamente com uma redução do número de colaboradores e a nossa saída de algumas empresas. Os elementos de remuneração para todos os colaboradores que assumem riscos materiais são detalhados na tabela abaixo, em conformidade com a Secção 16 do InstVV e o artigo 450 CRR.

Remuneração agregada para colaboradores que assumem riscos materiais, de acordo com o InstVV

	2020									2019	
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) <sup>1</sup>	Conselho de Fiscalização <sup>2</sup>	Conselho de Administração <sup>3</sup>	IB <sup>3</sup>	CB <sup>3</sup>	PB <sup>3</sup>	AM <sup>3</sup>	CRU <sup>3</sup>	Funções de Controlo <sup>3</sup>	Funções Corporativas <sup>3</sup>	Total Grupo	Total Grupo
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (total)	41	45	1.027	183	301	37	95	229	340	2.298	2.553
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (equivalentes a tempo inteiro)	31	36	925	165	256	26	53	216	292	1.999	2.101
Dos quais: Direção <sup>4</sup>	0	36	18	29	51	4	4	39	51	232	253
<b>Pagamento total</b>	<b>7</b>	<b>94</b>	<b>1.239</b>	<b>128</b>	<b>192</b>	<b>46</b>	<b>73</b>	<b>103</b>	<b>247</b>	<b>2.130</b>	<b>2.070</b>
<b>Remuneração fixa total</b>	<b>7</b>	<b>52</b>	<b>522</b>	<b>63</b>	<b>108</b>	<b>20</b>	<b>34</b>	<b>80</b>	<b>135</b>	<b>1.022</b>	<b>1.297</b>
Dos quais:											
Em numerário (incl. despesas com pensões)	6	52	522	63	108	20	34	80	135	1.020	1.295
Em ações ou outros instrumentos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>Remuneração variável total para o período<sup>5</sup></b>	<b>0</b>	<b>42</b>	<b>716</b>	<b>66</b>	<b>84</b>	<b>26</b>	<b>39</b>	<b>23</b>	<b>112</b>	<b>1.109</b>	<b>773</b>
Dos quais:											
Em numerário	0	22	364	37	48	17	23	14	66	590	411
Em ações ou instrumentos baseados em ações	0	21	352	28	36	9	17	9	45	518	361
Noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
<b>Remuneração variável total para o período, diferida</b>	<b>0</b>	<b>36</b>	<b>593</b>	<b>41</b>	<b>45</b>	<b>10</b>	<b>28</b>	<b>8</b>	<b>51</b>	<b>813</b>	<b>526</b>
Dos quais:											
Em numerário	0	18	297	21	22	4	14	4	26	406	260
Em ações ou instrumentos baseados em ações	0	18	296	21	22	5	14	4	26	406	265
Noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
<b>Montante total da remuneração variável ainda pendente no início do exercício que foi diferido nos anos anteriores</b>	<b>0</b>	<b>64</b>	<b>1.050</b>	<b>69</b>	<b>93</b>	<b>43</b>	<b>65</b>	<b>29</b>	<b>122</b>	<b>1.536</b>	<b>1.971</b>
Dos quais:											
Adquiridos	0	11	41	5	9	5	2	5	12	89	115
Realizado e pago/entregue	0	10	41	4	9	5	2	5	11	88	114
Não adquiridos	0	54	1.009	64	84	38	63	24	110	1.446	1.856
<b>Remuneração variável diferida atribuída, paga ou reduzida durante o período</b>											
Atribuída durante o período	0	31	393	29	42	21	22	9	46	592	831
Paga durante o período	0	17	247	17	36	10	15	11	36	389	461
Reduzida através de ajustes explícitos ao risco <sup>6</sup>	0	5	187	13	20	5	11	7	27	275	2
Número de beneficiários de remuneração variável garantida (incl. pagamentos acordados)	0	0	1	1	0	0	0	0	1	3	9
Montante total de pagamento variável garantido (incl. pagamentos acordados)	0	0	1	1	0	0	0	0	1	2	9
Montante total de pagamentos por cessação de funções atribuídos durante o período <sup>7</sup>	0	2	11	8	10	9	6	3	20	69	70
Número de beneficiários de pagamentos por cessação de funções atribuídos durante o período	0	3	33	12	25	9	23	5	20	130	213
Indemnização por cessação de funções mais elevada atribuída a um indivíduo durante o período	0	1	3	1	3	2	1	2	5	5	11

<sup>1</sup> A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais. Os colaboradores são atribuídos a colunas com base na sua função principal. FTE em 31 de dezembro de 2020.

- <sup>2</sup> O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização de todas as instituições relevantes no Grupo Deutsche Bank. Os representantes dos colaboradores identificados exclusivamente devido às suas funções no Conselho de Fiscalização são considerados apenas com a sua remuneração para a função no Conselho de Fiscalização.
- <sup>3</sup> O Conselho de Administração inclui os respetivos membros do Conselho de todas as instituições relevantes no Grupo Deutsche Bank. IB = Investment Bank; CB = Corporate Bank; PB = Private Bank; AM = Asset Management; CRU = Unidade de Libertação de Capital. As Funções de Controlo incluem o Diretor de Risco, a Auditoria do Grupo, a Conformidade e o Combate aos Crimes Financeiros. As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo nem integrada em qualquer divisão.
- <sup>4</sup> A Direção para efeitos desta divulgação inclui posições MB e MB-1 da DB AG, membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo da Divisão de Negócio, membros do MB de Instituições Significativas e respetivas posições MB-1 com responsabilidade de gestão.
- <sup>5</sup> O pagamento variável total inclui a RV baseada no desempenho no final do ano do Deutsche Bank para 2020, outra RV e pagamentos por cessação de funções. Os "buyouts" não estão incluídos.
- <sup>6</sup> Inclui partes baseadas em ações renunciadas do Programa de Prémios de Retenção concedidas em janeiro de 2017 devido ao não cumprimento do objetivo predefinido de preço-alvo por ação em 2020.
- <sup>7</sup> Os pagamentos por cessação de funções não são geralmente diferidos.

## Remuneração de pessoas com rendimentos elevados

em euros	2020	2019
	Número de pessoas	Número de pessoas
Pagamento total <sup>1</sup>		
1.000.000 a 1.499.999	333	305
1.500.000 a 1.999.999	150	122
2.000.000 a 2.499.999	67	50
2.500.000 a 2.999.999	38	37
3.000.000 a 3.499.999	25	21
3.500.000 a 3.999.999	15	20
4.000.000 a 4.499.999	17	9
4.500.000 a 4.999.999	9	8
5.000.000 a 5.999.999	12	6
6.000.000 a 6.999.999	10	4
7.000.000 a 7.999.999	3	0
8.000.000 a 8.999.999	3	0
9.000.000 to 9.999.999	1	0
10.000.000 to 10.999.999	1	0
11.000.000 to 11.999.999	0	0
12.000.000 a 12.999.999	0	0
13.000.000 a 13.999.999	0	1
<b>Total</b>	<b>684</b>	<b>583</b>

<sup>1</sup> Inclui todos os componentes de pagamentos fixos e RV (incluindo indemnizações). Os "buyouts" não estão incluídos. Inclui os membros do Conselho de Administração da DB AG e as pessoas que saíram em 2020.

No total, 684 colaboradores receberam uma remuneração total igual ou superior a 1 milhão de euros para 2020, em comparação com 583 colaboradores em 2019. Este aumento baseia-se em níveis mais elevados de remuneração variável baseada no desempenho, na sequência do melhoramento significativo dos nossos resultados do Grupo e das divisões, tal como acima descrito.

## Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia-Geral Anual. Estas provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 18 de maio de 2017 e entraram em vigor a 5 de outubro de 2017. Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascende a 100.000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comitês do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

Comité em euros	31 dez 2020	
	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200.000	100.000
Comité de Risco	200.000	100.000
Comité de Nomeações	100.000	50.000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade	200.000	100.000
Comité do Presidente	100.000	50.000
Comité de Controlo de Remunerações	100.000	50.000
Comité de Estratégia	100.000	50.000
Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	100.000	50.000

75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão.

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o Presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação exigidas pelo seu cargo e por custos com medidas de segurança necessárias devido ao seu cargo.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

## Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2020

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2020 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

Membros do Conselho de Fiscalização em euros	Remuneração no exercício de 2020		Remuneração no exercício de 2019	
	Fixa	Da qual a pagar no 1.º trimestre de 2021	Fixa	Da qual pago no 1.º trimestre de 2020
Dr. Paul Achleitner <sup>1</sup>	802.083	601.563	900.000	675.000
Detlef Polaschek	450.000	337.500	450.000	337.500
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	300.000	225.000	300.000	225.000
Frank Bsirske	300.000	225.000	300.000	225.000
Mayree Carroll Clark	425.000	318.750	370.833	278.125
Jan Duscheck	250.000	187.500	250.000	187.500
Dr. Gerhard Eschelbeck	150.000	112.500	150.000	112.500
Sigmar Gabriel <sup>2</sup>	166.667	125.000	0	0
Katherine Garrett-Cox <sup>3</sup>	100.000	100.000	300.000	225.000
Timo Heider	250.000	187.500	250.000	187.500
Martina Klee	150.000	112.500	150.000	112.500
Henriette Mark	250.000	187.500	250.000	187.500
Richard Meddings <sup>4</sup>	0	0	87.500	87.500
Gabriele Platscher	300.000	225.000	300.000	225.000
Bernd Rose	275.000	206.250	250.000	187.500
Gerd Alexander Schütz	175.000	131.250	150.000	112.500
Prof. Dr. Stefan Simon <sup>4</sup>	0	0	320.833	320.833
Stephan Szukalski <sup>5</sup>	200.000	200.000	200.000	150.000
John Alexander Thain	200.000	150.000	200.000	150.000
Michele Trogni	350.000	262.500	320.833	240.625
Dr. Dagmar Valcárcel <sup>6</sup>	425.000	318.750	166.667	125.000
Dr. Theodor Weimer <sup>7</sup>	108.333	81.250	0	0
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	450.000	337.500	420.833	315.625
Jürg Zeltner <sup>8</sup>	0	0	25.000	25.000
<b>Total</b>	<b>6.077.083</b>	<b>4.632.813</b>	<b>6.112.499</b>	<b>4.692.708</b>

<sup>1</sup> No contexto da discussão de uma renúncia voluntária por parte dos Diretores do banco de parcelas dos seus pedidos de remuneração, o Dr. Achleitner ofereceu-se para renunciar a um doze avos (72.917 euros) se este futuro pedido de remuneração para o exercício de 2020 estiver em conformidade com os termos dos Estatutos. O Conselho de Administração aceitou a sua proposta.

<sup>2</sup> Membro desde 11 de março de 2020.

<sup>3</sup> Membro até 20 de maio de 2020.

<sup>4</sup> Membro até 31 de julho de 2019.

<sup>5</sup> Membro até 31 de dezembro de 2020.

<sup>6</sup> Membro desde 1 de agosto de 2019.

<sup>7</sup> Membro desde 20 de maio de 2020.

<sup>8</sup> Membro desde 20 de agosto até 15 de dezembro de 2019.

Após o envio das faturas, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2020 foi convertida em ações nocionais da empresa com base numa cotação da ação de 8,9201 euros (cotação de fecho média na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2021). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2020 receberam a totalidade da remuneração em numerário.

A tabela a seguir mostra o número de ações nocionais dos membros do Conselho de Fiscalização, com três dígitos após o símbolo decimal, que foram atribuídas nos primeiros três meses de 2021 como parte da respetiva remuneração de 2020, bem como o número de ações nocionais acumuladas dos anos anteriores como parte da remuneração acumulada durante a participação no Conselho de Fiscalização, bem como os montantes totais pagos em fevereiro de 2021 para os membros que saíram do Conselho de Fiscalização.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações nacionais			
	Convertidas em fevereiro de 2021 como parte da remuneração de 2020	Número total acumulado durante o mandato atual	Total (acumulado)	A pagar em fevereiro de 2021 em euros <sup>1</sup>
Dr. Paul Achleitner <sup>2</sup>	22.479,662	63.229,466	85.709,128	0
Detlef Polaschek <sup>3</sup>	12.611,966	22.616,259	35.228,225	0
Ludwig Blomeyer-Bartenstein <sup>3</sup>	8.407,977	15.077,506	23.485,483	0
Frank Bsirske <sup>4</sup>	8.407,977	15.077,506	23.485,483	0
Mayree Carroll Clark <sup>3</sup>	11.911,301	18.256,494	30.167,795	0
Jan Duscheck <sup>4</sup>	7.006,648	12.564,588	19.571,236	0
Dr. Gerhard Eschelbeck <sup>5</sup>	4.203,989	9.788,371	13.992,360	0
Sigmar Gabriel <sup>6</sup>	4.671,099	0	4.671,099	0
Katherine Garrett-Cox <sup>7</sup>	0	21.530,850	21.530,850	192.057
Timo Heider <sup>4</sup>	7.006,648	12.564,588	19.571,236	0
Martina Klee <sup>4</sup>	4.203,989	7.538,753	11.742,742	0
Henriette Mark <sup>4</sup>	7.006,648	12.564,588	19.571,236	0
Gabriele Platscher <sup>4</sup>	8.407,977	15.077,506	23.485,483	0
Bernd Rose <sup>4</sup>	7.707,313	12.564,588	20.271,901	0
Gerd Alexander Schütz <sup>8</sup>	4.904,654	7.538,753	12.443,407	0
Stephan Szukalski <sup>9</sup>	0	10.051,671	10.051,671	89.662
John Alexander Thain <sup>3</sup>	5.605,318	10.051,671	15.656,989	0
Michele Trogni <sup>3</sup>	9.809,307	15.743,576	25.552,883	0
Dr. Dagmar Valcárcel <sup>10</sup>	11.911,301	5.328,559	17.239,860	0
Dr. Theodor Weimer <sup>11</sup>	3.036,214	0	3.036,214	0
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann <sup>12</sup>	12.611,966	15.283,311	27.895,277	0
<b>Total</b>	<b>161.911,954</b>	<b>302.448,604</b>	<b>464.360,558</b>	<b>281.719</b>

<sup>1</sup> A um valor de 8,9201 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2021.

<sup>2</sup> Membro reeleito a 18 de maio de 2017. O cálculo foi efetuado tendo em conta a renúncia do Dr. Achleitner a um doze avos (72.917 euros) da sua remuneração para o exercício de 2020 nos termos dos Estatutos.

<sup>3</sup> Membro desde 24 de maio de 2018.

<sup>4</sup> Como representantes dos colaboradores a 26 de abril de 2018 reeleitos.

<sup>5</sup> Membro desde 18 de maio de 2017.

<sup>6</sup> Membro desde 11 de março de 2020.

<sup>7</sup> Membro até 20 de maio de 2020.

<sup>8</sup> Membro a 24 de maio de 2018 reeleito.

<sup>9</sup> Membro até 31 de dezembro de 2020.

<sup>10</sup> Membro desde 1 de agosto de 2019.

<sup>11</sup> Membro desde 20 de maio de 2020.

<sup>12</sup> Membro desde 1 de agosto de 2018.

Todos os representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Frank Bsirske, Jan Duscheck e Stephan Szukalski (membro até 31 de dezembro de 2020), são nossos colaboradores. No exercício de 2020, pagámos a esses membros um montante total de 1,1 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2020, reservámos 0,11 milhões de euros para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Paul Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se previsto nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Paul Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício destas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Paul Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Paul Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, serviços de apoio equivalentes a 135.000 euros (2019: 208.000 euros) foram prestados e desembolsos por despesas no total de 150.290 euros (2019: 277.010 euros) foram pagos durante o exercício de 2020.



## Sustentabilidade

Há muito que o Deutsche Bank está empenhado na sustentabilidade e, nos últimos anos, esta questão tem ganho importância constante nas nossas discussões com investidores, clientes e o público em geral. A sustentabilidade é uma componente central da nossa estratégia "Competir para ganhar", que definimos em meados de 2019. Desde então, fizemos progressos significativos na incorporação da sustentabilidade nas nossas práticas comerciais.

Como parte deste progresso, definimos uma missão de sustentabilidade. A missão reflete a nossa ampla compreensão da sustentabilidade, abrangendo aspetos ambientais, sociais e de governação (ESG). A execução da nossa estratégia de sustentabilidade implicará uma profunda transformação do nosso banco e das suas atividades de negócio, que devem ajudar cada vez mais os nossos clientes na sua transformação em modelos de negócio sustentáveis e neutros em termos climáticos. É por isso que, em 2020, estabelecemos o objetivo de alcançar 200 mil milhões de euros em financiamento sustentável e investimento em ESG até ao final de 2025. Este objetivo não inclui ativos geridos pelo gestor de ativos DWS.

Vemos a sustentabilidade como uma oportunidade de negócios significativa. Mas também nos esforçamos por ajudar a alcançar os objetivos do Acordo de Paris sobre o Clima e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU) através das nossas ações. Além disso, apoiamos uma série de princípios e normas internacionais, incluindo os Dez Princípios da Global Compact da ONU e os Princípios da ONU para a banca responsável. Em 2020, contribuímos para estes compromissos através da adesão formal aos Princípios do Equador. Também assinámos o compromisso coletivo do setor financeiro alemão para com a ação climática, comprometendo-nos a alinhar as nossas carteiras de crédito com os objetivos do Acordo de Paris.

Para executar a nossa missão de sustentabilidade e alcançar os nossos objetivos, incorporámos a sustentabilidade de forma holística em todo o banco, concentrando os nossos esforços nas quatro dimensões seguintes:

- Financiamento sustentável
- Políticas e compromissos
- As nossas próprias operações
- Liderança pensada e envolvimento das partes interessadas

Em 2020, reforçámos significativamente a nossa estrutura de governação da sustentabilidade para avançar eficazmente nas quatro dimensões da nossa estratégia de sustentabilidade. Instituímos um Comité de Administração para a Sustentabilidade, que realizou a sua reunião inaugural no final de outubro de 2020. O comité toma decisões sobre todas as iniciativas significativas de sustentabilidade do banco. Presidido pelo nosso Diretor Executivo, reuniu-se duas vezes em 2020 e é composto por 13 membros, incluindo membros do Conselho de Administração, e os quatro diretores das divisões de negócio. O comité funciona também como comité de orientação das iniciativas de transformação relacionadas com a sustentabilidade como parte da governação da gestão de alterações do banco, coordenada pelo Gabinete de Transformação do Grupo.

O nosso Conselho de Sustentabilidade, criado em 2018, continua a ser um importante órgão de governação. Prepara as decisões do Conselho de Sustentabilidade, coordena a sua implementação e supervisiona os fluxos de trabalho alinhados com as quatro dimensões da estratégia de sustentabilidade do banco. É composto por executivos das quatro divisões de negócio e por todas as funções de infraestrutura. Reúne-se mensalmente.

Mais informações sobre sustentabilidade são publicadas no nosso Relatório Não Financeiro de 2020. Inclui o relatório não financeiro separado combinado do Deutsche Bank em conformidade com o n.º 3 do artigo 315.º do Código Comercial alemão. Um PDF do relatório não financeiro é publicado no nosso sítio web de Relações com os Investidores em [db.com/annual-reports](https://www.db.com/annual-reports).

## Colaboradores

### Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2020, tínhamos um total de 84.659 colaboradores, em comparação com 87.597 em 31 de dezembro de 2019.

Calculamos o nosso número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que incluímos valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018.

Colaboradores <sup>1</sup>	31 dez 2020	31 dez 2019	31 dez 2018
Alemanha	37.315	40.491	41.669
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	19.617	19.672	20.871
Ásia e Pacífico	19.430	18.874	19.732
América do Norte <sup>2</sup>	8.149	8.399	9.275
América Latina	148	162	189
<b>Total de colaboradores</b>	<b>84.659</b>	<b>87.597</b>	<b>91.737</b>

<sup>1</sup> Colaboradores equivalentes a tempo inteiro; em 2019, a companhia de seguros de saúde do Deutsche Bank alinhou a sua definição de FTE, o que implicou uma diminuição de 81 colaboradores no Grupo a 31 de dezembro de 2019 (período anterior não reajustado).

<sup>2</sup> Principalmente Estados Unidos.

Em 2020, o número de colaboradores diminuiu 2.938 ou 3,4%, motivado pela implementação das nossas metas anunciadas em julho de 2019:

- Alemanha (-3176; -7,8%) devido à implementação de medidas de reestruturação, sobretudo na divisão Private Bank relativamente a clientes privados e funções globais do Private Bank e a funções de infraestrutura impulsionadas pela venda da Postbank Systems (-1.339);
- América do Norte (-250; -3,0%) devido a reduções em todas as divisões e funções de infraestrutura relacionadas;
- América Latina (-14; -8,6%) devido às reduções principalmente no México, como resultado da implementação da nossa estratégia de presença;
- EMEA ex Alemanha (-55; -0,3%) principalmente devido a reduções no Private Bank, parcialmente compensadas por aumentos em Tecnologia, Dados e Inovação e em COO;
- Ásia/Pacífico (+556; +2,9%) principalmente devido a aumentos em Tecnologia, Dados e Inovação e em COO.

A tabela a seguir apresenta a distribuição de colaboradores equivalentes a tempo inteiro por divisão em 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018.

Funcionários	31 dez 2020	31 dez 2019	31 dez 2018
Corporate Bank (CB)	8,7%	8,8%	8,3%
Investment Bank (IB)	5,0%	5,0%	5,0%
Private Bank (PB)	35,4%	36,0%	35,4%
Asset Management (AM)	4,6%	4,5%	4,4%
Unidade de Libertação de Capital (CRU)	0,6%	0,7%	1,7%
Infraestrutura	45,7%	45,0%	45,2%

- Corporate Bank (CB, -345; -4,5%) principalmente devido a reduções na banca comercial na Alemanha;
- Investment Bank (IB, -93; -2,1%) principalmente devido a reduções em Rendimento Fixo e Moedas;
- Private Bank (PB, -1654; -5,2%) principalmente devido às reduções na Alemanha e na EMEA ex Alemanha;
- Asset Management (AM, +1; +0,0%) principalmente devido a reduções nos EUA e no Reino Unido, mais do que compensadas por aumentos na Ásia/Pacífico relacionados com COO da DWS;
- Unidade de Libertação de Capital (CRU, -139; -22,3%) principalmente devido a reduções no negócio de ações antigo;
- Funções de infraestrutura (-709; -1,8%) principalmente devido à venda da Postbank Systems (-1.339) e a reduções na divisão de Transformações e RH (-171) e na divisão de Finanças (-146), parcialmente compensadas por aumentos em Tecnologia, Dados e Inovação (+667 excluindo a venda da Postbank Systems) e na divisão de COO (+322), principalmente devido à internalização de funções externas essenciais.

## Planos de benefícios pós-emprego

Patrocinamos vários planos de benefícios pós-emprego, em nome dos nossos colaboradores, quer na forma de planos de contribuição definida, quer na forma de planos de benefício definido.

No nosso processo de contabilidade globalmente coordenada que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as nossas análises globais atuariais revêm as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos nossos princípios globais de determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, conseguimos garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os nossos planos de benefícios dos colaboradores, veja-se a Nota 33, "Benefícios dos colaboradores" nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

## Reestruturação

Em 31 de dezembro de 2020, o Deutsche Bank reduziu o número de colaboradores em 2.938 (-3,4%) para 84.659. A pandemia da COVID-19 afetou o nosso objetivo de redução em 2020. O Deutsche Bank continuou a melhorar a eficiência e a infraestrutura, incluindo uma nova redução das posições até ao final de 2022.

Reduções principalmente na Alemanha impulsionadas essencialmente pelo Private Bank (-1.356) e pela venda da entidade Postbank Systems. Em 2020, as funções externas essenciais, especialmente em TI, foram novamente internalizadas.

## Aquisição de talentos

Em 2020, a rotação total do pessoal foi afetada pela pandemia da COVID-19: o banco suspendeu temporariamente a reestruturação, enquanto a rotação de voluntários diminuiu cerca de 25% em 2020.

A taxa de rotação de voluntários foi de 5,9% em 2020 (2019: 8,0). A diminuição de 2,1 pontos percentuais deveu-se principalmente a uma taxa de rotação de pessoal inferior na Ásia/Pacífico (2020: 11,3%, 2019: 17,0%), Américas (2020: 10,1%, 2019: 14,5%) e na EMEA, excluindo a Alemanha (2020: 5,6%, 2019: 7,7%), enquanto a taxa de rotação de voluntários na Alemanha permanece ao nível do ano anterior (2020: 2,6%, 2019: 2,5%).

Mesmo no contexto das medidas de reestruturação acima referidas, o recrutamento de talentos continua a ser uma prioridade fundamental para nós. Em 2020, o foco principal esteve no preenchimento das funções de front office em áreas de crescimento (como Global Transaction Banking, Wealth Management e Asset Management). Além disso, esteve também na substituição de colaboradores do centro de operações que saíram voluntariamente e na contratação de talentos para fazer frente à procura crescente em funções regulamentares (como a gestão do ciclo de vida do cliente e o combate aos crimes financeiros).

Permanecemos empenhados na nossa prioridade estratégica de contratação de diplomados universitários, pois eles ajudam a impulsionar a nossa agenda de mudança. Contratámos 717 diplomados universitários em 2020 (2019: 955). O banco também internalizou 1.498 funções externas (2019: 881), em especial na área de TI.

## Promoção da mobilidade interna da carreira

A mobilidade interna desempenha um papel vital no desenvolvimento e na manutenção de colaboradores qualificados e talentos e na garantia de que o banco continua a beneficiar dos seus conhecimentos e experiência. Em 2020, o Deutsche Bank continuou a implementar a sua estratégia de mobilidade interna e a manter o seu compromisso de preencher um terço de todas as posições vagas com candidatos adequados de dentro da organização.

As posições vagas (exceto os Diretores executivos) são normalmente anunciadas pela primeira vez dentro do Grupo durante, pelo menos, duas semanas. A priorização de candidatos internos ajuda colaboradores afetados pela reestruturação a encontrar novos postos de trabalho no banco. Promovemos também a mobilidade entre divisões, o que permite aos colaboradores alargar as suas competências e experiência. Além disso, a mobilidade interna ajuda a reduzir os custos de despedimentos e de recrutamento do banco.

Em 2020, 35,9% (2019: 37,6%) de todas as vagas foram preenchidas internamente (excluindo o Postbank). Em média, foram necessários 74 dias para preencher as vagas (2019: 56 dias).

## Diversidade e inclusão

Procuramos atrair, desenvolver e reter os colaboradores com talento de todas as culturas, países, raças, etnias, gêneros, orientações sexuais, incapacidades, crenças, proveniências e experiências. Queremos que todos os indivíduos se sintam acolhidos, aceites, respeitados e apoiados. Esperamos que os nossos líderes criem equipas inclusivas de pessoas com diferentes competências, estilos e abordagens, capacitadas para contribuir com o seu melhor trabalho.

Ao longo de 2020, prosseguimos a nossa viagem para incorporar a diversidade e a inclusão na nossa cultura e nas práticas dos colaboradores, apoiando o avanço de mulheres e membros de outros grupos subrepresentados através de ações orientadas para atrair e contratar, do planeamento melhorado da carreira, do desenvolvimento da liderança, de oportunidades de exposição e do patrocínio de líderes sénior. Continuamos a dotar os nossos colaboradores com recursos para praticar a inclusão e quebrar preconceitos involuntários nas decisões relacionadas com as pessoas.

No final de 2020, seis, ou 30%, dos membros do Conselho de Fiscalização eram mulheres (2019: 35%). Este número cumpria o requisito estatutário de 30% para as empresas alemãs co-determinadas e cotadas em bolsa, nos termos da legislação de quotas de género que entrou em vigor em 2015.

A meta do Conselho de Fiscalização, estabelecida em 2017, é ter pelo menos 20% de mulheres no Conselho de Administração até 30 de junho de 2022. Seria necessário haver duas mulheres para atingir esta meta, num Conselho de Administração que tem entre oito e doze membros. No final de 2020, havia uma mulher no Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização está a trabalhar para a meta de 2022, em linha com os princípios de diversidade das suas orientações de adequação para a seleção de membros do Conselho de Administração.

Em conformidade com a Lei alemã relativa a quotas de género, o banco estabeleceu metas de 20,0% (no primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração) e de 25,0% (no segundo nível de gestão abaixo do Conselho de Administração) para 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, 20,0% dos cargos executivos no primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração eram detidos por mulheres (2019: 19,7%). No segundo nível a seguir ao Conselho de Administração, o número era de 23,9% (2019: 19,5%). As metas voluntárias em 31 de dezembro de 2020 só foram atingidas parcialmente.

Uma vez que a meta sobre a proporção de mulheres nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração foi estabelecida em setembro de 2015, as condições relevantes mudaram. Estas incluem alterações no contexto da transformação do banco, que foi decidida em julho de 2019, e as decisões sobre a IPO da DWS e a fusão do DB Privat- und Firmenkundenbank AG no Deutsche Bank AG. O nosso vasto programa de poupança de custos limitou também a nossa capacidade de contratar ou nomear a estes dois níveis. Com efeito, desde setembro de 2015, o já relativamente pequeno número de colaboradores nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração foi ainda reduzido em cerca de 36%. Tal conduz a flutuações comparativamente elevadas em percentagem, com pequenas alterações absolutas. Não obstante, mantivemos a meta e concentrámo-nos continuamente no aumento da proporção de mulheres em cargos de liderança. No âmbito deste enquadramento, baseamos as nossas decisões de promoção e nomeação, em especial, na adequação dos candidatos à função, no seu potencial e no desempenho demonstrado.

O Conselho de Administração permanece empenhado em aumentar a representação das mulheres em posições de liderança. As metas voluntárias do banco para a representação das mulheres permanecem inalteradas e concentram-se nos três principais títulos empresariais (em termos de número de colaboradores): Diretor Executivo (21%), Diretor (28%) e Vice-Presidente (35%, excluindo o Postbank). Estas metas fazem parte dos principais indicadores de desempenho com base nas "pontuações equilibradas" do desempenho que avaliam o Conselho de Administração e o Comité de Gestão do Grupo, e são concebidas para reforçar a existência de mulheres a dois níveis abaixo do Conselho de Administração. O Deutsche Bank acredita firmemente que um melhor equilíbrio de género em funções de liderança irá contribuir de forma significativa para o seu sucesso futuro.

Desde 2010, quando o banco publicou pela primeira vez metas voluntárias de diversidade de género, houve uma melhoria ao nível do Diretor Executivo e do Diretor. Incluindo as promoções no início de 2021, alcançámos 19,0% para Diretores Executivos, 25,5% para Diretores e 32,5% para Vice-Presidentes (excluindo o Postbank).

Face a estas metas voluntárias, enfrentámos alguns desafios ao longo de 2020. No entanto, o Conselho de Administração continua empenhado nestas metas e está a desenvolver iniciativas centradas para acelerar a mudança. Essas iniciativas têm impacto no ciclo de vida completo dos colaboradores, e abrangem a atração, o desenvolvimento e a promoção de talentos. De acordo com os requisitos legais e com base na nossa auto percepção da diversidade e inclusão reforçadas, durante 2021

O Conselho de Administração estabelecerá novas metas para a proporção de mulheres nos dois níveis de gestão abaixo do Conselho de Administração.

## Números-chave de colaboradores

A seguir são apresentados alguns números de colaboradores e KPI selecionados. Para mais informação sobre os indicadores de pessoal do Deutsche Bank, bem como das respectivas conquistas e prioridades estratégicas de RH, consulte o Relatório de recursos humanos de 2020 do Banco.

	31 dez 2020	31 dez 2019	31 dez 2018
<b>Colaboradoras (em %, número de colaboradores)<sup>1</sup></b>			
Diretoras Executivas	18,4%	18,3%	18,1%
Diretoras	25,1%	25,1%	24,5%
Vice-Presidentes do sexo feminino	32,4%	31,4%	31,2%
Vice-Presidente Adjuntas e Associadas	40,6%	40,6%	40,2%
Não Diretoras	59,9%	59,6%	59,8%
<b>Total de colaboradoras</b>	<b>46,4%</b>	<b>46,3%</b>	<b>46,2%</b>
<b>Idade (em %, total)</b>			
até 29 anos	14,9%	15,1%	15,5%
30 – 39 anos	28,4%	28,6%	29,3%
40 – 49 anos	27,1%	27,1%	27,6%
Mais de 49 anos	29,6%	29,2%	27,6%
<b>Trabalho a tempo parcial (em % do total de colaboradores)</b>			
Alemanha	27,2%	24,1%	23,9%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	5,8%	6,1%	6,4%
Américas	0,2%	0,3%	0,5%
Ásia e Pacífico	0,1%	0,2%	0,2%
<b>Total de trabalho a tempo parcial</b>	<b>14,3%</b>	<b>13,3%</b>	<b>13,1%</b>
Taxa de aprendizes na Alemanha	4,2%	3,6%	3,4%
	2020	2019	2018
Índice de compromisso <sup>2</sup>	69%	58%	57%
Índice de envolvimento <sup>2</sup>	76%	66%	63%
<b>Taxa de rotação de voluntários</b>			
Alemanha	2,6%	2,5%	2,0%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	5,6%	7,7%	9,2%
Américas	10,1%	14,4%	14,1%
Ásia e Pacífico	11,3%	17,0%	18,0%
<b>Total da taxa de rotação de voluntários</b>	<b>5,9%</b>	<b>8,0%</b>	<b>8,4%</b>
Taxa de saúde (em %) <sup>3</sup>	92,7%	92,2%	92,3%

<sup>1</sup> Os cargos corporativos declarados do Postbank (incluindo subsidiárias) são apenas alternativos, tecnicamente derivados e não contratualmente definidos nem acordados.

<sup>2</sup> Postbank incluído em 2019; período anterior não reajustado.

<sup>3</sup> Taxa de saúde: 100 - ((total de dias de ausência por doença x 100)/total de dias de trabalho normais); Alemanha, Postbank incluído em 2019, período anterior reajustado.

## Controlo interno sobre o relato financeiro

### Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre o relato financeiro é um processo concebido sob a supervisão do nosso Presidente e do nosso Diretor Financeiro para proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade do relato financeiro. Para além da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da empresa para efeitos de relato externo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). O nosso controlo interno sobre relato financeiro inclui os nossos controlos de divulgação e procedimentos concebidos para evitar declarações inexatas.

### Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contêm distorções (ou omissões) significativas. As declarações inexatas poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para conter esses riscos associados ao relato financeiro, a administração do Grupo estabeleceu o controlo interno sobre relato financeiro com o objetivo de proporcionar uma garantia razoável, mas não absoluta, contra erros significativos. Além disso, foi realizada uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre o relato financeiro. Tal baseou-se na Estrutura Integrada de Controlo Interno (2013) emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o controlo interno sobre o relato financeiro, a Direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- Existência - os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram;
- Integridade - todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras;
- Avaliação - os ativos, os passivos e as transações são registados nas demonstrações financeiras pelos montantes adequados;
- Direitos, Obrigações e Propriedade – os direitos, obrigações e propriedade são devidamente contabilizados como ativos e passivos;
- Apresentação e Divulgações - a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas;
- Salvaguarda dos ativos - as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o controlo interno sobre o relato financeiro, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos de divulgação e os procedimentos ou sistemas de controlo interno do relato financeiro não são capazes de impedir todos os erros; erros involuntários ou intencionais (fraudes). Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a alterações nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos se possa deteriorar ao longo do tempo. Ademais, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Em 1 de janeiro de 2020, adotámos a contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macro-coberturas) para depósitos principais nos termos das regras da UE em matéria de "separação" da IAS 39, e atualizámos e modificámos determinados controlos internos sobre o relato financeiro em resultado da introdução da nova abordagem de contabilidade de cobertura.

### Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema de controlo interno sobre o relato financeiro inclui as políticas e os procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registos que, de forma pormenorizada, refletem com precisão e equitativamente as transações e alienações dos ativos da empresa;
- Fornecem garantia razoável de que as transações são registadas da forma necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que os recebimentos e gastos da empresa estão a ser feitos de acordo com as autorizações da gestão da empresa e;
- Fornecem garantia razoável relativamente à prevenção ou deteção atempada da aquisição não autorizada, utilização ou alienação de ativos da empresa que possam ter um efeito importante nas demonstrações financeiras.

## Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos, a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de controlo interno sobre o relato financeiro, tendo em conta:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira; e,
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores determinam na sua totalidade o tipo e o âmbito das evidências exigidas pelo artigo 315.º do HGB, que a Direção tem de avaliar para determinar se o controlo interno sobre o relato financeiro estabelecido é eficaz ou não. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação do controlo interno sobre o relato financeiro. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Essas fontes de informação podem incluir:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do controlo interno sobre o relato financeiro realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e ad-hoc. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da Direção no que diz respeito à eficácia operacional global do controlo interno sobre o relato financeiro.

Em resultado da avaliação, a Direção concluiu em 31 de dezembro de 2020 que o controlo interno sobre o relato financeiro está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

## Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

### Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 32, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

### Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2020 na sua carteira, de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhuns direitos puderam ser exercidos. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

### Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). O limiar mínimo é de 3%. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

### Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confirmem direitos de controlo especiais.

### Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).



## Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (Hauptversammlung, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária). Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

## Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

## Podere s do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 18 de maio de 2017 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2022, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam em mais de 10% os preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2020 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2025, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada ou – se o valor for inferior – do capital social no momento do exercício desta autorização. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. A consideração da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser definida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos que sirvam as operações de negócios da sociedade. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência às ações na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a utilizar as ações adquiridas com base em autorizações, nos termos do § 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, para emitir de ações, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 20 de maio de 2020 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo (forward). A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2025.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. As opções de compra só poderão ser exercidas se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

## Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

## Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

## Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

A Declaração de Governo da Sociedade completa, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, está disponível no nosso sítio Web, através da hiperligação <https://www.db.com/ir/en/reports.htm>, bem como no capítulo “3 – Declaração de Governo da Sociedade nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade”.

## Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

### Introdução

O Deutsche Bank AG é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e é o seu componente mais importante. A gestão do Grupo Deutsche Bank baseia-se no resultado das IFRS das nossas divisões corporativas. O Deutsche Bank AG está totalmente integrado nas iniciativas e na definição de objetivos do Grupo Deutsche Bank. O desempenho do Grupo é, em última instância, o impulsionador do desempenho do Deutsche Bank AG. Além disso, o banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao capital regulamentar, de forma a que os rácios de capital regulamentar sejam aplicáveis apenas ao nível do Grupo.

Por conseguinte, as informações, que foram fornecidas sobre o Grupo Deutsche Bank no presente relatório de gestão combinado, são, em geral, também relevantes e aplicáveis ao Deutsche Bank AG. Esta secção contém informações adicionais, que facilitam a compreensão do Deutsche Bank AG. As informações financeiras da presente secção foram elaboradas de acordo com o Código Comercial alemão (“Handelsgesetzbuch”, HGB), salvo indicação em contrário. Podem ser encontrados mais detalhes sobre informações financeiras elaboradas em conformidade com o HGB nas notas às demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG, num relatório separado.

### Desempenho do Deutsche Bank AG

Devido às circunstâncias indicadas na introdução supra, as informações financeiras elaboradas em conformidade com o HGB do Deutsche Bank AG não são, em geral, menos relevantes para avaliar ou orientar o desempenho financeiro. Um parâmetro adicional para avaliar o desempenho do Grupo DB Bank é a capacidade de devolver capital aos acionistas. Esta capacidade depende da disponibilidade de lucros distribuíveis para o DB AG.

Em maio de 2020, a antiga filial DB Privat- und Firmenkundenbank AG (PFK) foi fundida com o Deutsche Bank AG com efeito a 1 de janeiro de 2020. Por conseguinte, a explicação das alterações ao ano anterior refere-se aos dados financeiros pró-forma para 2019 e a partir de 1 de janeiro de 2020, respetivamente, que incluem o PFK.

Em 2020, o Deutsche Bank AG registou uma perda líquida de 1,8 mil milhões de euros, em comparação com uma perda líquida de 19,7 mil milhões de euros em 2019, em termos financeiros pró-forma. As perdas do ano anterior foram em grande parte motivadas pela nossa estratégia de transformação anunciada em julho de 2019, conduzindo a provisões de avaliação significativas. Consequentemente, o resultado operacional do ano anterior foi negativo de 7,0 mil milhões de euros e as outras despesas líquidas ordinárias foram registadas em 11,7 mil milhões de euros, principalmente devido a ajustamentos de avaliação relacionados com investimentos. No ano corrente, a COVID-19 foi um fator significativo adicional para as provisões de avaliação, conduzindo assim a um resultado operacional negativo de 902 milhões de euros e a outras despesas ordinárias líquidas de 752 milhões de euros. A compensar parcialmente, registaram-se resultados extraordinários líquidos de 779 milhões de euros, afetados positivamente por um ganho de 1,2 mil milhões de euros na fusão com o PFK. As despesas fiscais totalizaram 894 milhões de euros.

Embora a situação geral do rendimento do Deutsche Bank tenha melhorado significativamente em comparação com o ano anterior, o banco registou uma perda líquida. Por conseguinte, em consonância com os anúncios públicos efetuados no contexto da estratégia de transformação durante o período de 2019, o Deutsche Bank AG não pagará dividendos relativos ao exercício de 2020.

## Demonstração de resultados

### Demonstração de resultados condensada

em milhões de euros	2020	2019 (pró-forma)	2019	Alterar	
				em milhões de euros	em %
Rendimento de juros <sup>1</sup>	15.079	21.757	16.525	(6.678)	(31)
Rendimento corrente <sup>2</sup>	1.254	2.049	1.997	(795)	(39)
<b>Rendimento de juros total</b>	<b>16.333</b>	<b>23.806</b>	<b>18.522</b>	<b>(7.473)</b>	<b>(31)</b>
Gastos de juros	7.808	14.871	12.852	(7.063)	(47)
<b>Rendimento de juros líquido</b>	<b>8.525</b>	<b>8.935</b>	<b>5.671</b>	<b>(410)</b>	<b>(5)</b>
Rendimento de comissões	7.841	8.881	7.538	(1.040)	(12)
Gastos com comissões	2.487	2.820	1.892	(333)	(12)
<b>Rendimento de comissões líquido</b>	<b>5.354</b>	<b>6.062</b>	<b>5.646</b>	<b>(708)</b>	<b>(12)</b>
<b>Resultado de negociação líquido</b>	<b>1.328</b>	<b>715</b>	<b>710</b>	<b>613</b>	<b>86</b>
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E do HGB	0	0	0	0	N/S
<b>Total de receitas</b>	<b>15.207</b>	<b>15.712</b>	<b>12.027</b>	<b>(505)</b>	<b>(3)</b>
Salários e vencimentos	4.679	4.697	3.623	(18)	(0)
Contribuições obrigatórias para a segurança social <sup>3</sup>	1.294	1.248	949	46	4
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>5.972</b>	<b>5.945</b>	<b>4.572</b>	<b>27</b>	<b>0</b>
Outras despesas administrativas <sup>4</sup>	10.002	11.831	8.725	(1.829)	(15)
<b>Gastos administrativos</b>	<b>15.974</b>	<b>17.777</b>	<b>13.297</b>	<b>(1.803)</b>	<b>(10)</b>
Saldo de outros rendimentos/gastos operacionais	835	(1.204)	(1.497)	2.039	N/S
Provisionamento de risco	971	3.767	3.684	(2.796)	(74)
<b>Lucros operacionais</b>	<b>(902)</b>	<b>(7.035)</b>	<b>(6.452)</b>	<b>6.133</b>	<b>(87)</b>
Saldo de outros rendimentos/gastos ordinários	(752)	(11.669)	(12.231)	10.917	(94)
<b>Resultado extraordinário</b>	<b>779</b>	<b>(421)</b>	<b>(446)</b>	<b>1.200</b>	<b>N/S</b>
Libertações de/(acréscimos) ao fundo para riscos bancários gerais	0	0	0	0	N/S
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>(875)</b>	<b>(19.126)</b>	<b>(19.129)</b>	<b>18.251</b>	<b>(95)</b>
Impostos	894	559	556	335	60
<b>Resultado líquido</b>	<b>(1.769)</b>	<b>(19.685)</b>	<b>(19.685)</b>	<b>17.916</b>	<b>(91)</b>
Lucros transitados do ano anterior	0	259	259	(259)	N/S
	(1.769)	(19.426)	(19.426)	17.657	(91)
<b>Retirada de reservas de capital</b>	<b>1.769</b>	<b>19.426</b>	<b>19.426</b>	<b>(17.657)</b>	<b>(91)</b>
<b>Alocações a reservas de receitas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>N/S</b>
– a outras reservas de receitas	0	0	0	0	N/S
<b>Lucros distribuíveis</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>N/S</b>

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> De empréstimos e setor do mercado monetário, títulos de rendimento fixo e créditos inscritos no registo da dívida pública.

<sup>2</sup> De ações de capital e outros títulos de rendimento variável, participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas (incluindo contratos de transferência de lucros).

<sup>3</sup> Incluindo encargos com pensões e outros benefícios dos colaboradores.

<sup>4</sup> Incluindo depreciação de ativos tangíveis e intangíveis.

A margem financeira diminuiu 410 milhões de euros para 8,5 mil milhões de euros. No rendimento corrente, com uma descida de 795 milhões de euros, o rendimento de ações e outros títulos de rendimento não fixo diminuiu 873 milhões de euros, principalmente devido a estratégias contínuas de redução do risco na CRU. Além disso, o rendimento de investimentos em subsidiárias desceu 186 milhões de euros. A compensar parcialmente, o rendimento da agregação de lucros aumentou 264 milhões de euros. Os juros líquidos resultantes de empréstimos e títulos menos gastos com juros aumentaram 385 milhões de euros, refletindo, entre outros elementos, a fixação de novos preços de depósitos a fim de contornar as taxas de juro negativas. A diminuição significativa do rendimento e gasto de juros brutos deve-se principalmente a taxas de juro mais baixas, especialmente fora da denominação do euro.

O rendimento líquido de comissões de 5,4 mil milhões de euros diminuiu 708 milhões de euros em comparação com o ano anterior, principalmente motivado por rendimentos mais baixos de serviços prestados a empresas do Grupo e rendimentos mais baixos do negócio de empréstimos.

O Deutsche Bank AG apresentou um resultado de negociação líquido de 1,3 mil milhões de euros em 2020, o que representa uma subida de 613 milhões de euros face ao ano anterior. Este aumento deveu-se principalmente a resultados positivos em transações e obrigações em moeda estrangeira.

Os gastos com pessoal subiram ligeiramente em 27 milhões de euros para 6,0 mil milhões de euros. O aumento dos custos das pensões não foi totalmente compensado por uma redução dos salários e vencimentos e das contribuições sociais, excluindo os custos das pensões.

### Discriminação geográfica dos colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)

Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) <sup>1</sup>	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019	Alterar
Alemanha <sup>2</sup>	22.305	22.682	11.133	(377)
Europa (excl. Alemanha)	8.144	8.215	8.149	(71)
Américas	560	645	645	(85)
África/Ásia/Austrália	5.331	5.400	5.400	(69)
<b>Total</b>	<b>36.341</b>	<b>36.942</b>	<b>25.326</b>	<b>(601)</b>

<sup>1</sup> Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes.

<sup>2</sup> Em 2019, a companhia de seguros de saúde do Deutsche Bank alinhou a sua definição de FTE, o que implicou uma diminuição de 81 colaboradores no Grupo a 31 de dezembro de 2019 (período anterior não reajustado)

O número de colaboradores na Alemanha diminuiu principalmente devido à implementação de medidas de reestruturação, sobretudo em Private Bank (PB) e nas funções de Infraestrutura. O número de colaboradores nas Américas diminuiu principalmente devido a reduções em Investment Bank (IB), Unidade de Libertação de Capital (CRU) e funções de Infraestrutura. Na Europa, excluindo a Alemanha, o número de colaboradores diminuiu principalmente nos Países Baixos e na Bélgica. Na região África/Ásia/Austrália, o número de trabalhadores diminuiu principalmente em Hong Kong e Singapura.

Outros gastos administrativos (excluindo depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis) diminuíram 1,5 mil milhões de euros para 8,8 mil milhões de euros. Este desenvolvimento deveu-se a gastos mais baixos de encargos interempresas, com uma diminuição de mil milhões de euros, custos de equipamento de TI reduzidos em 323 milhões de euros e despesas operacionais gerais, com uma diminuição de 226 milhões de euros.

A depreciação e amortização planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascendeu a 1,2 mil milhões de euros em 2020 (2019: 1,3 mil milhões de euros). A diminuição é principalmente atribuível a níveis inferiores de software auto-desenvolvido após imparidades nos últimos anos.

O saldo de outros rendimentos/gastos operacionais melhorou de 1,2 mil milhões de euros negativos em 2019 para 835 milhões de euros positivos em 2020. A melhoria total de 2,0 mil milhões de euros deveu-se principalmente aos seguintes elementos: Um aumento do resultado líquido de instrumentos financeiros na carteira bancária de 802 milhões de euros, a redução dos gastos de juros líquidos em provisões relacionadas com pessoal, que diminuíram 607 milhões de euros. As despesas com penalizações e multas por danos civis desceu 423 milhões de euros.

Em 2020, o total de provisionamento de risco líquido, composto por alterações no provisionamento de risco de crédito e pelo resultado líquido de títulos detidos na reserva de liquidez, desceu 2,8 mil milhões de euros, de 3,8 mil milhões de euros para 971 milhões de euros.

Este desenvolvimento deveu-se a um provisionamento de risco inferior no negócio de empréstimos, que diminuiu 2,4 mil milhões de euros, e aos resultados líquidos de títulos detidos na reserva de liquidez, que subiram 418 milhões de euros, motivados principalmente por ganhos em vendas. A provisão para o risco do ano anterior no negócio de empréstimos foi principalmente motivada por uma provisão para perdas de crédito para uma relação de financiamento interno do Grupo. Para além do impacto da pandemia da COVID-19, a provisão para o risco do ano corrente no negócio de empréstimos aumentou 249 milhões de euros devido às alterações na nossa metodologia para calcular a provisão para perdas de crédito em ativos financeiros que não estão em imparidade de crédito, mas têm uma maior probabilidade de incumprimento. A partir deste ano, para esses ativos financeiros a provisão para perdas de crédito baseia-se na probabilidade de incumprimento (PD), perda em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD) com base na duração remanescente do Ativo Financeiro. Antes deste ano, esta metodologia baseava-se num horizonte de 12 meses.

O saldo de outros resultados e gastos ordinários foi de 752 milhões de euros negativos (2019: 11,7 mil milhões de euros negativos). O saldo negativo dos anos anteriores deveu-se principalmente a gastos para ajustamentos de valor de investimentos em empresas afiliadas de 10,3 mil milhões de euros, impulsionados pela transformação estratégica e por uma perspetiva economicamente mais fraca. As perdas deste ano são também principalmente motivadas por ajustamentos de valor líquido de 879 milhões de euros. Estas imparidades dizem principalmente respeito a subsidiárias bancárias e refletem, entre outros fatores, as perspetivas económicas agravadas causadas pela COVID-19 e a evolução esperada das taxas de juro.

Além disso, os abatimentos e a depreciação não planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 38 milhões de euros em 2020 (2019: 787 milhões de euros). As imparidades do ano anterior relacionadas com software auto-desenvolvido, refletindo a nossa transformação estratégica.

As despesas com o controlo das perdas, também apresentadas no âmbito de outras receitas e despesas ordinárias, totalizaram 100 milhões de euros em 2020 (2019: 455 milhões de euros).

Os resultados e gastos líquidos extraordinários foram de 779 milhões de euros positivos (2019: 421 milhões de euros negativos). Esta alteração deveu-se principalmente a um ganho de 1,2 mil milhões de euros da fusão com o PFK.

Em 2020 foi registada uma despesa com impostos de 894 milhões de euros, face a uma despesa com impostos de 556 milhões de euros no ano anterior. A despesa com impostos sobre o rendimento do ano corrente foi principalmente afetada por ajustamentos de avaliação de ativos por impostos diferidos.

O Deutsche Bank AG registou em 2020 uma perda líquida de 1,8 mil milhões de euros após uma perda líquida de 19,7 mil milhões de euros no ano anterior.

Após uma libertação parcial de reservas de capital de 1,8 mil milhões de euros, o lucro distribuível ascendeu a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

## Balanço

em milhões de euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019	Alterar	
				em milhões de euros	em %
<b>Ativos</b>					
Valores a receber de bancos e clientes, incl. saldos junto de bancos centrais e instrumentos de dívida de entidades do setor público	610.390	601.896	426.036	8.494	1
Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas	28.190	33.011	34.559	(4.821)	(15)
Obrigações e outros títulos e ações de capital	89.519	87.849	55.907	1.670	2
Ativos detidos para negociação	241.390	247.904	248.158	(6.514)	(3)
Outros ativos remanescentes	23.803	19.408	12.421	4.395	23
<b>Total do ativo</b>	<b>993.292</b>	<b>990.066</b>	<b>777.081</b>	<b>3.226</b>	<b>0</b>
<b>Passivos e Capital próprio dos acionistas</b>					
Responsabilidades para com bancos e clientes	609.701	608.615	428.495	1.086	0
Passivo na forma de certificados	87.002	94.377	91.425	(7.375)	(8)
Passivos detidos para negociação	203.986	191.743	192.652	12.243	6
Provisões	5.670	5.522	4.670	148	3
Capital e reservas	32.959	35.884	34.728	(2.925)	(8)
Passivos subordinados, capital de direitos de participação, instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional e fundo para riscos bancários gerais	20.179	19.881	18.068	298	1
Outros passivos remanescentes	33.794	34.044	7.044	(250)	(1)
<b>Total do passivo e capital próprio dos acionistas</b>	<b>993.292</b>	<b>990.066</b>	<b>777.081</b>	<b>3.226</b>	<b>0</b>

O total de ativos do Deutsche Bank AG ascendeu a 993,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. O ligeiro aumento de 3,2 mil milhões de euros em comparação com 1 de janeiro de 2020 (numa base pró-forma) deveu-se principalmente a aumentos em valores a receber de bancos e clientes, incluindo saldos junto de bancos centrais e instrumentos de dívida de entidades do setor público e outros ativos remanescentes, parcialmente compensados por diminuições nas participações financeiras e investimentos.

### Total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos)

em mil milhões de euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019	Alterar	
				em mil milhões de euros	em %
<b>Créditos sobre clientes</b>	<b>380</b>	<b>399</b>	<b>228</b>	<b>(20)</b>	<b>(5)</b>
com um período residual de					
até 5 anos <sup>1</sup>	272	291	206	(19)	(6)
mais de 5 anos	107	109	22	(1)	(1)
<b>Empréstimos a bancos</b>	<b>38</b>	<b>56</b>	<b>51</b>	<b>(18)</b>	<b>(33)</b>
com um período residual de					
até 5 anos <sup>1</sup>	32	40	38	(9)	(21)
mais de 5 anos	6	16	13	(10)	(63)
<b>Total</b>	<b>417</b>	<b>456</b>	<b>279</b>	<b>(38)</b>	<b>(8)</b>

<sup>1</sup> Incluindo os reembolsáveis à vista ou com um período indefinido.

O total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos) diminuiu 38,3 mil milhões de euros (8%) para 417,3 mil milhões de euros. Este desenvolvimento deveu-se principalmente a uma diminuição em Créditos sobre Clientes de 19,8 mil milhões de euros (5%) para 379,5 mil milhões de euros e uma diminuição em Empréstimos a bancos, que são relatados no total de crédito concedido, em 18,5 mil milhões de euros (33%) a 37,7 mil milhões de euros.

Os valores a receber de bancos (excluindo empréstimos) fora da negociação diminuíram 1,2 mil milhões de euros para 42,4 mil milhões de euros em comparação com 1 de janeiro de 2020 (numa base pró-forma).

A nossa carteira de títulos (excluindo ativos detidos para negociação) aumentou 1,7 mil milhões de euros para 89,5 mil milhões de euros, principalmente impulsionada por um aumento nas obrigações.

Os ativos detidos para negociação totalizaram 241,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 6,5 mil milhões de euros (3%) em comparação com 1 de janeiro de 2020 (numa base pró-forma). Isto deveu-se principalmente a uma diminuição nos títulos elegíveis como de negociação, que diminuíram 5 mil milhões de euros (6%) para 78,5 mil milhões de euros e aos valores a receber elegíveis como de negociação, que desceram 4,9 mil milhões de euros (6%) para 78,5 mil milhões de euros, parcialmente compensados por aumentos em valores de mercado positivos de derivados de negociação de 1,9 mil milhões de euros (2%) a 82,8 mil milhões de euros.

Os investimentos em empresas afiliadas diminuíram 6,4 mil milhões de euros para 27,9 mil milhões de euros. A diminuição deveu-se à fusão do DB Privat- und Firmenkundenbank AG com o Deutsche Bank AG, com efeitos retrospectivos a 1 de janeiro de 2020, no valor de 5,3 mil milhões de euros, a reduções líquidas de 0,9 mil milhões de euros e um impacto negativo da conversão cambial de 0,5 mil milhões de euros, parcialmente compensado por aumentos de capital líquidos de 0,3 mil milhões de euros.

São fornecidos mais detalhes sobre Responsabilidades para com bancos, Responsabilidades para com clientes e Responsabilidades em forma de certificado na tabela seguinte:

#### Discriminação do passivo

em mil milhões de euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019	Alterar	
				em mil milhões de euros	em %
Dívidas a bancos	<b>142</b>	128	158	14	11
reembolsáveis à vista	59	67	71	(8)	(12)
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	<b>83</b>	61	87	22	37
<b>Responsabilidades para com clientes</b>	<b>467</b>	<b>480</b>	<b>270</b>	<b>(13)</b>	<b>(3)</b>
depósitos de poupança	61	62	3	(1)	(2)
outros passivos					
reembolsáveis à vista	327	309	172	18	6
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	<b>79</b>	110	95	(30)	(28)
<b>Passivo na forma de certificados</b>	<b>87</b>	<b>94</b>	<b>91</b>	<b>(7)</b>	<b>(8)</b>
obrigações emitidas	84	91	88	(7)	(8)
outros passivos na forma de certificados	4	4	4	(0)	(8)
dos quais: instrumentos do mercado monetário	3	3	3	(0)	(4)

Os passivos detidos para negociação totalizaram 204,0 mil milhões de euros, um aumento de 12,2 mil milhões (6%) em comparação com 1 de janeiro de 2020 (numa base pró-forma). Isto deveu-se principalmente a aumentos em valores de mercado negativos de derivados detidos para negociação de 7,5 mil milhões de euros (9%) a 89,5 mil milhões de euros.

Os instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional totalizaram 5,7 mil milhões de euros, em comparação com 5,0 mil milhões de euros no ano passado. O movimento face ao ano anterior é o resultado do novo instrumento AT1 emitido em 2020, bem como dos efeitos de conversão cambial.

O capital e as reservas do Deutsche Bank AG ascenderam a 33,0 mil milhões de euros. A redução de 2,9 mil milhões de euros é principalmente atribuível às perdas líquidas incorridas em 2020 e subseqüentes libertações de reservas de capital, bem como ao ganho da fusão com o PFK de 1,2 mil milhões de euros apresentado nos dados financeiros pró-forma.

Em consonância com os anos anteriores, o Banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao seu capital regulamentar e apresenta requisitos de capital apenas para o Grupo Deutsche Bank.

Em suma: O banco manteve o seu financiamento estável, base de elevada liquidez e uma posição sólida de capital regulamentar que tem por base o capital do Grupo. Para mais pormenores, consultar as secções de risco de liquidez e adequação de capital no Relatório de risco.

## Gestão do Deutsche Bank AG no Grupo

O conteúdo do presente capítulo deve ser lido em conjugação com as secções do grupo correspondente no presente Relatório Anual, em especial "Relatório de Risco", "Perspetiva", "Riscos e Oportunidades" e "Controlo interno sobre o relato financeiro".



## Risk Management

O impacto dos riscos no Deutsche Bank AG não pode ser separado dos efeitos nas outras entidades jurídicas do Deutsche Bank, sobretudo motivados pelos seguintes aspetos:

- A estrutura de gestão do Grupo, incluindo as Divisões empresariais, acompanha as necessidades dos seus clientes. A estrutura jurídica é determinada pela legislação local e, portanto, não acompanha necessariamente a estrutura de gestão. Por exemplo, a legislação local pode determinar se os negócios do Grupo num determinado país são geridos por uma agência do Deutsche Bank AG ou por uma subsidiária separada. No entanto, a administração tem de monitorizar os riscos nos negócios do banco – independentemente de serem transacionados por uma agência ou uma subsidiária.
- A correta monitorização e gestão do risco requer conhecimento sobre a medida na qual a situação dos lucros do Grupo depende do desenvolvimento de certos fatores de risco, ou seja, da qualidade creditícia das pessoas singulares ou emittentes de títulos financeiros ou de movimentos em preços de mercado. Por conseguinte, as respetivas exposições devem ser analisadas em todas as entidades jurídicas. Sobretudo para o risco de crédito associado a um mutuário, uma vez que é bastante irrelevante se a exposição ao crédito de uma empresa estiver distribuída por várias empresas do Grupo ou se estiver concentrada no Deutsche Bank AG. A monitorização separada do risco que afeta exclusivamente o Deutsche Bank AG ignoraria a potencial exposição do Grupo e, indiretamente, do Deutsche Bank AG – enquanto empresa-mãe – se a empresa declarasse insolvência.
- Os fatores de riscos individuais estão por vezes correlacionados, e em alguns casos são independentes uns dos outros. Se as estimativas da natureza e extensão desta correlação estiverem disponíveis, a gestão do Grupo pode reduzir significativamente o risco global através da diversificação dos seus negócios para todos os grupos de clientes, emittentes e países. A correlação do risco é também independente da estrutura jurídica e de divisão do Grupo. Por conseguinte, a gestão só pode otimizar os efeitos de redução dos riscos da diversificação se os gerir ao nível do Grupo e em todas as entidades jurídicas.

Pelos motivos mencionados, a identificação, a monitorização e a gestão de todos os riscos no Deutsche Bank AG estão integradas no processo de gestão do risco ao nível do Grupo. Seguindo as políticas do Grupo, o DB AG cumpre os respetivos requisitos legais e regulamentares.

O rácio de cobertura de liquidez (LCR), que é calculado separadamente para assegurar um nível adequado de liquidez no Deutsche Bank AG, situa-se em 136% em 31 de dezembro de 2020, em comparação com 128% em 31 de dezembro de 2019.

## Perspetivas e estratégia

O Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe do Grupo define a estratégia e o planeamento para as divisões individuais do Grupo. O Deutsche Bank AG participa nos resultados das divisões do Grupo através de atividades próprias e da distribuição de lucros de subsidiárias. Por conseguinte, as perspetivas do Grupo englobam todas as divisões do Grupo e não se limitam à empresa-mãe. Além disso, os indicadores-chave de desempenho financeiro são definidos exclusivamente ao nível do Grupo, exceto no que diz respeito ao montante de lucros distribuíveis.

## Riscos e oportunidades

### Riscos

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, enfrenta riscos adicionais em relação ao plano do Grupo com base nas IFRS, no qual determinadas transações num determinado ano conduzem a perdas mais elevadas ou lucros mais baixos do que nas demonstrações financeiras do Grupo. Os itens seguintes apresentam um risco significativo a este respeito:

- Os potenciais ajustes de avaliação dos investimentos em empresas afiliadas, devido à conjuntura económica local, aumentaram a reestruturação ou os requisitos regulamentares locais, reestruturação ou alterações de preços das ações de investimentos cotados.
- Aumento das provisões a longo prazo, sobretudo as obrigações com pensões, apesar dos aumentos dos níveis das taxas de juro causados pelo desconto das taxas de juro médias, de acordo com o artigo 253.º, n.º 2 do Código Comercial alemão.
- Ajustes de avaliação negativos aos ativos do plano, sobretudo numa conjuntura de níveis de taxas de juro crescentes. Devido à metodologia de avaliação acima mencionada, pode não haver qualquer efeito compensatório das obrigações com pensões mais baixas se as taxas de juros estiverem a aumentar.
- Possível necessidade de criar uma provisão de acordo com as diretrizes contabilísticas alemãs IDW RS BFA 3 no caso de a carteira bancária remunerada a juros não gerar margem de juro suficiente para cobrir os custos esperados de risco de crédito e gastos administrativos. Uma conjuntura de níveis persistentemente baixos de taxas de juro e o tratamento dos pagamentos de cupões relacionados com os instrumentos AT1 ao abrigo do HGB aumentam este risco.

Além disso, os proveitos ou lucros não distribuídos das empresas afiliadas podem não permitir pagamentos de dividendos suficientes para cobrir completamente as perdas reconhecidas no Deutsche Bank AG.

## Oportunidades

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, pode ter oportunidades adicionais comparativamente ao plano do Grupo baseado nas IFRS em que determinadas transações num determinado ano são relatadas de uma maneira mais vantajosa do que para o Grupo ao abrigo das IFRS, tais como os ganhos realizados que foram reconhecidos na demonstração de resultados ao abrigo das IFRS num período anterior.

Além disso, existe a possibilidade de que o Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe apresente lucros mais altos num determinado ano em comparação com o seu contributo para o resultado líquido do Grupo, que resultam do aumento das distribuições de lucros de empresas afiliadas.

## Controlo interno sobre o relato financeiro

Os controlos efetuados para as Demonstrações Anuais do Grupo ao abrigo das IFRS e os aplicam-se às nossas demonstrações financeiras ao abrigo do HGB em conformidade. Além destes controlos estão implementados controlos específicos relacionados com o HGB que incluem:

- A **reconciliação e eliminação interagências** são realizadas para saldos específicos do HGB; e,
- **Revisões analíticas** de rubricas de reavaliação e reclassificação entre as IFRS e o HGB ao nível das agências estrangeiras e da sede alemã.

## Demonstração não financeira para o Deutsche Bank AG

Os pormenores nos termos do parágrafo 340a (1a) do Código Comercial alemão (HGB), em conjugação com o parágrafo 289b (3) do HGB, podem ser encontrados como um relatório não financeiro separado combinado em <https://www.db.com/ir/en/annual-reports.htm>.

## 2-

### Demonstrações financeiras consolidadas

252	Demonstração consolidada dos resultados	23 –	Goodwill e outros ativos intangíveis — 339
253	Demonstração consolidada do rendimento integral	24 –	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda — 345
254	Balanço consolidado	25 –	Outros ativos e outros passivos — 346
255	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	26 –	Depósitos — 347
257	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	27 –	Provisões — 347
259	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	28 –	Compromissos de crédito e passivos contingentes — 360
1 –	Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas — 259	29 –	Outros empréstimos a curto prazo — 362
2 –	Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas — 284	30 –	Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais — 362
3 –	Aquisições e alienações — 288	31 –	Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros — 363
		364	Notas adicionais
4 –	Segmentos de negócio e informação associada — 288	32 –	Ações ordinárias — 364
297	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	33 –	Benefícios dos empregados — 365
5 –	Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados — 297	34 –	
6 –	Rendimentos de serviços e comissões — 299	35 –	Impostos sobre o rendimento — 380
7 –	Resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros medidos ao custo amortizado — 301	36 –	Derivados — 382
8 –	Outro resultado — 301	37 –	Operações com partes relacionadas — 387
9 –	Despesas gerais e administrativas — 302	38 –	Informações sobre subsidiárias — 388
10 –	Reestruturação — 302	39 –	Entidades estruturadas — 390
11 –	Resultados por ação — 304	40 –	Ativos e passivos correntes e não correntes — 395
305	Notas ao balanço consolidado	41 –	
12 –	Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados — 305	42 –	Acontecimentos após o período de relato — 396
13 –	Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor — 306	43 –	Informação de capital regulamentar — 396
14 –	Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor — 323	44 –	Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB — 401
15 –	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral — 325	45 –	Relatórios por país — 403
16 –	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial — 325		Participações acionistas — 405
17 –	Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros — 326	45 –	Impacto da transformação no Deutsche Bank — 425
18 –	Empréstimos — 330	426	Confirmações
19 –	Provisão para perdas de crédito — 331		
20 –	Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia — 333		
21 –	Ativos fixos tangíveis — 337		
22 –	Locações — 338		

## Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2020	2019	2018
Juros e rendimentos similares <sup>1</sup>	5	17.806	25.208	24.718
Gasto de juros	5	6.280	11.458	11.402
<b>Rendimento de juros líquido</b>	<b>5</b>	<b>11.526</b>	<b>13.749</b>	<b>13.316</b>
Provisão para perdas de crédito	19	1.792	723	525
<b>Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito</b>		<b>9.734</b>	<b>13.026</b>	<b>12.791</b>
Rendimentos de serviços e comissões	6	9.424	9.520	10.039
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	2.465	193	1.209
Resultados líquidos com o desreconhecimento de ativos medidos ao custo amortizado		324	0	2
Resultados líquidos de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		323	260	317
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	16	120	110	219
Outro resultado	8	(154)	(668)	215
<b>Rendimento total excluindo juros</b>		<b>12.503</b>	<b>9.416</b>	<b>12.000</b>
Remunerações e benefícios	33	10.471	11.142	11.814
Despesas gerais e administrativas	9	10.259	12.253	11.286
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	23	0	1.037	0
Atividades de reestruturação	10	485	644	360
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>		<b>21.216</b>	<b>25.076</b>	<b>23.461</b>
<b>Resultado antes de impostos sobre o rendimento</b>		<b>1.021</b>	<b>(2.634)</b>	<b>1.330</b>
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	34	397	2.630	989
<b>Lucros (prejuízos)</b>		<b>624</b>	<b>(5.265)</b>	<b>341</b>
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias		129	125	75
Ganhos (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais		495	(5.390)	267

<sup>1</sup> Os juros e rendimentos similares incluíram 14 mil milhões de euros, 18 mil milhões de euros e 16,8 mil milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respetivamente, calculado com base no método da taxa de juro efetiva.

## Resultados por ação

em milhões de euros	Notas	2020	2019	2018
<b>Resultados por ação:<sup>1</sup></b>	11			
Básicos		0,07 €	(2,71 €)	(0,01 €)
Diluído		0,07 €	(2,71 €)	(0,01 €)
<b>Número de ações em milhões:</b>				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		2.108,2	2.110,0	2.102,2
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas <sup>2</sup>		2.170,1	2.110,0	2.102,2

<sup>1</sup> Os lucros foram ajustados em 349 milhões de euros e 330 milhões de euros antes de impostos e 292 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2020, abril de 2019 e abril de 2018. Desde 2019, o impacto fiscal é reconhecido diretamente nos resultados líquidos. Em conformidade com a IAS 33, os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 não são atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e, como tal, têm de ser deduzidos no cálculo. Este ajuste criou uma situação de perda líquida para resultados por ação ordinária em 2018.

<sup>2</sup> Devido à situação de perda líquida para 2019 e 2018, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos lucros por ação, pois isto diminuiria a perda líquida por ação. No entanto, numa situação de resultado líquido, o número de ações de média ponderada ajustada após a conversão assumida teria aumentado em 60 milhões de ações para 2019 e 53 milhões de ações para 2018.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Resultados líquidos reconhecidos na demonstração de resultados</b>	<b>624</b>	<b>(5.265)</b>	<b>341</b>
<b>Outro rendimento integral</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados em resultados</b>			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	149	(1.396)	(216)
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, antes dos impostos	(24)	(3)	52
Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados	82	403	10
<b>Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados</b>			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	676	309	(245)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(323)	(260)	(317)
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(14)	(2)	(3)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	4	(2)	0
Ativos classificados como detidos para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	0	0	2
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	0	0	(2)
Conversão cambial			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(1.819)	(20)	457
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	6	(9)	0
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Resultados líquidos durante o período	1	(22)	(10)
Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados	(122)	193	228
<b>Outro rendimento (perda) integral, após impostos</b>	<b>(1.385)</b>	<b>(809)</b>	<b>(43)</b>
<b>Total do rendimento (perda) integral, após impostos</b>	<b>(762)</b>	<b>(6.073)</b>	<b>298</b>
Atribuíveis a:			
Participações minoritárias	59	136	116
Acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	(821)	(6.209)	182

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Balanço consolidado

em milhões de euros	Notas	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Ativos:</b>			
Caixa e saldos do banco central		166.208	137.592
Saldos interbancários (sem bancos centrais)		9.130	9.636
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	20	8.533	13.801
Títulos obtidos por empréstimo	20	0	428
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		107.929	110.875
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		343.455	332.931
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados		76.121	86.901
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados		437	7
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	527.941	530.713
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	55.834	45.503
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	16	901	929
Empréstimos pelo custo amortizado	18, 19, 20	426.995	429.841
Ativos fixos tangíveis	21, 22	5.549	4.930
Goodwill e outros ativos intangíveis	23	6.725	7.029
Outros ativos <sup>1</sup>	24, 25	110.399	110.359
Ativos por impostos correntes		986	926
Ativos por impostos diferidos	34	6.058	5.986
<b>Total do ativo</b>		<b>1.325.259</b>	<b>1.297.674</b>
<b>Passivo e capital próprio:</b>			
Depósitos	26	568.031	572.208
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	20	2.325	3.115
Títulos cedidos por empréstimo	20	1.697	259
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos detidos para negociação		44.316	37.065
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		327.775	316.506
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		46.582	50.332
Passivos por contratos de investimento		526	544
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	419.199	404.448
Outros empréstimos a curto prazo	29	3.553	5.218
Outros passivos <sup>1</sup>	22, 24, 25	114.208	107.964
Provisões	19, 27	2.430	2.622
Passivos por impostos correntes		574	651
Deferred tax liabilities	34	561	545
Dívida a longo prazo	30	149.163	136.473
Títulos fiduciários preferenciais	30	1.321	2.013
<b>Total do passivo</b>		<b>1.263.063</b>	<b>1.235.515</b>
Ações ordinárias, sem valor ao par, valor nominal de €2,56	32	5.291	5.291
Capital realizado adicional		40.606	40.505
Lucros não distribuídos		10.014	9.644
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	32	(7)	(4)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		(1.118)	421
<b>Total do capital acionista</b>		<b>54.786</b>	<b>55.857</b>
Componentes de capital adicionais		5.824	4.665
Participações minoritárias		1.587	1.638
<b>Total do capital próprio</b>		<b>62.196</b>	<b>62.160</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>1.325.259</b>	<b>1.297.674</b>

<sup>1</sup> Inclui ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Resultados líquidos não realizados														Total do capital próprio
	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	De ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos <sup>2</sup>	De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos <sup>2</sup>	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos <sup>2</sup>	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos <sup>2</sup>	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos <sup>2</sup>	Conversão cambial, líquida de impostos <sup>2</sup>	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos <sup>1</sup>	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais <sup>3</sup>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.291</b>	<b>39.918</b>	<b>17.454</b>	<b>(9)</b>	<b>689</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>(227)</b>	<b>40</b>	<b>520</b>	<b>63.174</b>	<b>4.675</b>	<b>250</b>	<b>68.099</b>
Impacto da introdução das IFRS 9	0	(2)	(301)	0	(689)	394	(16)	0	(45)	(12)	(368)	(671)	0	(1)	(672)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018 (IFRS 9)</b>	<b>5.291</b>	<b>39.916</b>	<b>17.153</b>	<b>(9)</b>	<b>0</b>	<b>394</b>	<b>(16)</b>	<b>18</b>	<b>(272)</b>	<b>28</b>	<b>152</b>	<b>62.503</b>	<b>4.675</b>	<b>249</b>	<b>67.427</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	0	0	267	0	0	(428)	44	(1)	500	(14)	101	368	0	122	490
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(227)	0	0	0	0	0	0	0	0	(227)	0	(8)	(235)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(292)	0	0	0	0	0	0	0	0	(292)	0	0	(292)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(186)	0	0	0	0	0	0	0	0	(186)	0	(12)	(198)
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	90	0	0	0	0	0	0	0	0	0	90	0	23	112
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	199	0	0	0	0	0	0	0	199	0	0	199
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	(5)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(5)	0	1	(4)
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(4.119)	0	0	0	0	0	0	0	(4.119)	0	0	(4.119)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	3.914	0	0	0	0	0	0	0	3.914	0	0	3.914
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(2)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(2)	0	0	(2)
Outros	0	253 <sup>4</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	253 <sup>4</sup>	0	1.193 <sup>4</sup>	1.446
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.291</b>	<b>40.252</b>	<b>16.714</b>	<b>(15)</b>	<b>0</b>	<b>(34)</b>	<b>28</b>	<b>17</b>	<b>228</b>	<b>15</b>	<b>253</b>	<b>62.495</b>	<b>4.675</b>	<b>1.568</b>	<b>68.737</b>
Impacto da transição para a IFRS 16	0	0	(136)	0	0	0	0	0	0	0	0	(136)	0	0	(137)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019 (IFRS 16)</b>	<b>5.291</b>	<b>40.252</b>	<b>16.578</b>	<b>(15)</b>	<b>0</b>	<b>(34)</b>	<b>28</b>	<b>17</b>	<b>228</b>	<b>15</b>	<b>253</b>	<b>62.358</b>	<b>4.675</b>	<b>1.568</b>	<b>68.601</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	0	0	(5.390)	0	0	79	(2)	(3)	108	(15)	168	(5.222)	0	142	(5.079)
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(227)	0	0	0	0	0	0	0	0	(227)	0	(59)	(286)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(330) <sup>5</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	(330) <sup>5</sup>	0	0	(330)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(987)	0	0	0	0	0	0	0	0	(987)	0	(7)	(994)
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	118	0	0	0	0	0	0	0	0	0	118	0	2	119
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	185	0	0	0	0	0	0	0	185	0	0	185
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(1.359)	0	0	0	0	0	0	0	(1.359)	0	0	(1.359)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	1.185	0	0	0	0	0	0	0	1.185	0	0	1.185
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
Outros	0	133	0	0	0	0	0	0	0	0	0	133	(10) <sup>6</sup>	(9)	114
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.291</b>	<b>40.505</b>	<b>9.644</b>	<b>(4)</b>	<b>0</b>	<b>45</b>	<b>25</b>	<b>14</b>	<b>336</b>	<b>0</b>	<b>421</b>	<b>55.857</b>	<b>4.665</b>	<b>1.638</b>	<b>62.160</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	0	0	495	0	0	233	(18)	(7)	(1.747)	(1)	(1.539)	(1.044)	0	57	(987)

em milhões de euros	Resultados líquidos não realizados													Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais <sup>3</sup>	Participações minoritárias	Total do capital próprio
	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	De ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos <sup>2</sup>	De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos <sup>2</sup>	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos <sup>2</sup>	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos <sup>2</sup>	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos <sup>2</sup>	Conversão cambial, líquida de impostos <sup>2</sup>	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos <sup>1</sup>					
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(77)	(77)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(349) <sup>5</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(349) <sup>5</sup>	0	0	(349)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	223	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	223	0	2	225
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(131)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(131)	0	(4)	(135)
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	208	0	0	0	0	0	0	0	0	0	208	0	0	208
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	11
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(279)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(279)	0	0	(279)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	68	0	0	68
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	221	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	221	1.159 <sup>6</sup>	(28)	1.352
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.291</b>	<b>40.606</b>	<b>10.014</b>	<b>(7)</b>	<b>0</b>	<b>278</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>(1.411)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1.118)</b>	<b>54.786</b>	<b>5.824</b>	<b>1.587</b>	<b>62.196</b>	

<sup>1</sup> Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.

<sup>2</sup> Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

<sup>3</sup> Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS.

<sup>4</sup> Inclui o impacto da oferta pública inicial da DWS Group GmbH & Co. KGaA.

<sup>5</sup> Desde 2019, o impacto fiscal é reconhecido diretamente nos resultados líquidos.

<sup>6</sup> Inclui receitas líquidas de seguro, compra e venda de Componentes de Capital Adicionais.



## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Resultados líquidos</b>	<b>624</b>	<b>(5.265)</b>	<b>341</b>
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	1.792	723	525
Atividades de reestruturação	485	644	360
Ganhos na venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(665)	(277)	(619)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	(296)	1.868	276
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	2.192	3.993	2.391
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(103)	(104)	(129)
<b>Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens</b>	<b>4.030</b>	<b>1.582</b>	<b>3.145</b>
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos centrais e em bancos	(1.202)	(1.203)	(10.954)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	5.688	(2.529)	15.004
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	8.597	11.403	(98.560)
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	(430)	101	91.176
Empréstimos pelo custo amortizado	(1.098)	(27.335)	302
Outros ativos	(11.743)	7.464	6.284
Depósitos	(2.154)	6.432	(16.763)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento <sup>1</sup>	(3.233)	(3.766)	(10.549)
Recursos de bancos centrais adquiridos, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	678	(4.871)	(16.716)
Outros empréstimos a curto prazo	(1.638)	(8.954)	(4.266)
Outros passivos	7.030	(16.563)	(19.119)
Dívida sénior a longo prazo <sup>2</sup>	13.282	(16.112)	(6.840)
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	9.892	22.559	20.542
Outros, líquido	3.036	(8.657)	(6.858)
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais</b>	<b>30.736</b>	<b>(40.449)</b>	<b>(54.172)</b>
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	38.325	23.721	22.126
Vencimentos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	32.964	40.806	26.001
Venda de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	10.110	390	94
Vencimentos de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	4.890	964	1.904
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	69	9	30
Venda de ativos fixos tangíveis	24	92	356
Aquisição de:			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(82.709)	(56.568)	(41.031)
Títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	(4.011)	(20.134)	(309)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(3)	(17)	(1)
Ativos fixos tangíveis	(512)	(327)	(465)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	5	1.762	220
Outros, líquido	(1.045)	(978)	(1.291)
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento</b>	<b>(1.892)</b>	<b>(10.280)</b>	<b>7.634</b>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	1.684 <sup>3</sup>	47	68
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(1.168) <sup>3</sup>	(152)	(1.171)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	0 <sup>4</sup>	0	4
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	(676) <sup>4</sup>	(1.235)	(2.733)
Parte de capital dos pagamentos de locação	(653)	(659)	N/A
Ações ordinárias emitidas	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(279)	(1.359)	(4.119)
Venda de ações próprias (tesouraria)	76	1.191	3.912
Componentes de capital adicionais (AT1) emitidos	1.153	0	0
Compra de componentes de capital adicionais (AT1)	(792)	(131)	(236)
Venda de componentes de capital adicionais (AT1)	798	121	234
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	(349)	(330)	(315)
Dividendos pagos a participações minoritárias	(77)	(59)	(8)
Variação líquida em participações minoritárias	(28)	(9)	1.205
Dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank	0	(227)	(227)
Outros, líquido	0	0	52
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento</b>	<b>(311)</b>	<b>(2.802)</b>	<b>(3.334)</b>

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1.074)</b>	<b>1.578</b>	<b>1.668</b>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	27.459	(51.953)	(48.203)
Caixa e seus equivalentes no início do período	128.869	180.822	229.025
Caixa e seus equivalentes no fim do período	156.328	128.869	180.822
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui</b>			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	805	945	468
Juros pagos	6.937	11.493	11.743
Juros recebidos	18.498	23.748	22.408
Dividendos recebidos	307	1.309	2.186
<b>Caixa e seus equivalentes englobam</b>			
Caixa e saldos do banco central (não inclui: depósitos a prazo remunerados em bancos centrais)	149.323	121.412	174.059
Saldos interbancários (sem bancos centrais) (não inclui: depósitos a prazo com bancos de 18,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, 18,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 16,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018)	7.006	7.457	6.763
<b>Total</b>	<b>156.328</b>	<b>128.869</b>	<b>180.822</b>

<sup>1</sup> Inclui emissões de dívida sénior a longo prazo de 2,3 mil milhões de euros e 3,1 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 3,5 mil milhões de euros e 4,4 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respetivamente.

<sup>2</sup> Inclui emissões de 67,4 mil milhões de euros e 23,4 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 51,4 mil milhões de euros e 42,7 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respetivamente.

<sup>3</sup> As alterações não monetárias para dívida subordinada a longo prazo são de (114) milhões de euros no total e impulsionadas sobretudo por variações cambiais de (293) milhões de euros e alterações de justo valor de 177 milhões de euros.

<sup>4</sup> As alterações não monetárias para títulos fiduciários preferenciais são de (15) milhões de euros no total e impulsionadas por variações cambiais de (18) milhões de euros e alterações de justo valor de 12 milhões de euros.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas

## 01 – Principais políticas contábilísticas e estimativas contábilísticas críticas

### Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main ("Deutsche Bank" ou "empresa-mãe") é uma sociedade anônima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (coletivamente o "Grupo", "Deutsche Bank" ou "DB"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

### Separação da UE

Desde o primeiro trimestre de 2020, o Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macro-coberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. O objetivo da aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE é alinhar a abordagem de contabilidade de cobertura do Grupo com a sua prática de gestão do risco e com a prática contábilística dos seus principais pares europeus. Nos termos da versão de separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macro-cobertura de justo valor pode ser aplicada aos depósitos principais e a ineficácia da cobertura só é reconhecida quando a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao montante original designado desse agregado. Se o montante revista dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao montante original designado, não há ineficácia da cobertura. Nos termos das IFRS emitidas pelo IASB, a contabilidade de cobertura para macro-coberturas de justo valor não pode ser aplicada a depósitos principais. Além disso, nos termos das IFRS, tal como emitidas pelo IASB, a ineficácia da cobertura surge para todas as relações de contabilidade de macro-cobertura de justo valor sempre que a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programadas seja superior ou inferior ao montante original designado desse agregado.

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2020, a aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE teve um impacto positivo de 18 milhões de euros nas receitas líquidas e nos lucros antes de impostos e de 12 milhões de euros nos lucros após impostos. O capital regulamentar do Grupo e os rácios do mesmo são também relatados com base na versão de separação da IAS 39 da UE. O impacto nos lucros após impostos também tem impacto no cálculo do rácio de capital CET 1 e teve um impacto positivo inferior a 1 ponto base em 31 de dezembro de 2020.

### Divulgações da IFRS 7

As divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações" são estabelecidas na secção Relatório de risco do Relatório de gestão e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Estas divulgações auditadas são identificadas por um sombreado cinzento no relatório de risco.

### Divulgações relacionadas com a COVID-19

O impacto da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras do Grupo reflete-se da seguinte forma:

A secção Relatório de Gestão inclui o impacto da COVID-19 nos objetivos financeiros do Grupo e no franchise de clientes, na economia global e nas condições macroeconómicas e de mercado nos capítulos Estratégia, Perspetivas e Riscos e Oportunidades, respetivamente.

A secção Relatório de Risco inclui referências à pandemia COVID-19 no capítulo Gestão do risco e do capital, especificamente nas rubricas "Informações prospetivas", "Aplicação das orientações da EBA em matéria de incumprimento, carência e IFRS 9 à luz das medidas COVID-19", "Moratória legislativa e não legislativa e sistemas de garantia pública", "Modelo ECL"

e "Indústrias em destaque". O capítulo Desempenho de capital e risco inclui o impacto das medidas de supervisão em reação à pandemia COVID-19 na rubrica "Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais".

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as divulgações relacionadas com a COVID-19 nas notas 5 "Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", 13 "Instrumentos financeiros medidos ao justo valor", 23 "Goodwill e outros ativos intangíveis" e 33 "Benefícios de colaboradores".

A secção Informações adicionais (não-auditadas) descreve o impacto da COVID-19 nos encargos de transformação do Grupo no capítulo Medidas financeiras não-GAAP.

## Alteração do tratamento contabilístico das garantias financeiras adquiridas

No segundo trimestre de 2020, o Grupo alterou as suas políticas contabilísticas para contratos adquiridos que correspondem à definição de garantia financeira nos termos da IFRS 9. Anteriormente, o Grupo contabilizava garantias financeiras adquiridas como ativos contingentes e não reconheceu o ganho de reembolso como Outro resultado na Demonstração consolidada dos resultados do Grupo até o Grupo receber o pagamento do garante. De acordo com a nova política contabilística do Grupo, considera-se que as garantias financeiras adquiridas resultam em reembolsos nos termos da IAS 37, na medida em que a garantia financeira é assumida para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida com modelos de negócio Deter para recolher (HTC) ou Deter para recolher e vender (HTC&S). A nova política contabilística resulta no reconhecimento de um ativo de reembolso por aumentos subsequentes das perdas de crédito esperadas, na medida em que é praticamente certo que a garantia financeira adquirida irá reembolsar o Grupo pelas perdas incorridas. Assim, quando o risco de crédito do mutuário deteriorar significativamente, um ativo de reembolso é reconhecido igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida e é apresentado como Outros ativos no balanço consolidado do Grupo. O ganho de reembolso correspondente é reconhecido como uma redução na Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados do Grupo. As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida incluídos no modelo de negócio Outro são contabilizadas ao justo valor através de resultados. A nova política contabilística alinha mais adequadamente a base de medição e a apresentação da declaração de resultados dos instrumentos de dívida e as garantias financeiras adquiridas associadas. Por conseguinte, apresenta de forma mais precisa a exposição ao crédito e a provisão para perdas de crédito nas demonstrações financeiras, resultando na apresentação de informações mais relevantes. A adoção das alterações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não teve um impacto significativo sobre a demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

## Revisão na estimativa do pagamento de resgate contratual de CLO emitidas

No segundo trimestre de 2020, o Grupo ajustou a sua estimativa dos fluxos de caixa contratuais de obrigações garantidas por empréstimos (CLO) emitidas que atenuam a exposição ao crédito de instrumentos de dívida com modelos de negócio HTC ou HTC&S. No âmbito deste ajustamento, o Grupo revê o seu pagamento de resgate contratual estimado de CLO quando o risco de crédito de um mutuário coberto pela garantia financeira incorporada nas CLO se deteriora significativamente. O Grupo revê o seu pagamento de resgate contratual estimado no âmbito das CLO com base nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento de dívida (na medida abrangida pelas CLO). O ajustamento na estimativa dos fluxos de caixa contratuais reduziu em 44,5 milhões de euros os custos de juros do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## Ajustamentos de avaliação para planos de pensões de benefício definido

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - que deriva de um universo de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. Em março de 2020, foi instigada uma revisão da derivação da taxa de desconto da área do euro na sequência de uma turbulência sem precedentes no mercado, que resultou em vários ajustamentos da metodologia a implementar em 2020, inicialmente no primeiro trimestre e, mais fundamentalmente, no quarto trimestre, com a introdução de uma curva de propriedade do DB produzida internamente, que foi utilizada como base para descontar a obrigação com benefícios definidos a partir de 31 de dezembro de 2020. Em comparação com a curva implementada em 31 de dezembro de 2019, a curva de propriedade do DB resulta numa obrigação com benefícios definidos que é superior em 20 milhões de euros, com o impacto reconhecido através de Outro rendimento integral. A obrigação com benefícios definidos era inferior em 435 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 em comparação com a curva utilizada em 30 de junho de 2020. Devido à alteração na metodologia da taxa de desconto e outros efeitos, o passivo líquido de pensões do Grupo para os planos de pensões alemães foi reduzido em 481 milhões de euros de 1355 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 para 874 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo reconheceu 48 milhões de euros de custos de serviço anteriores negativos em ligação com a inclusão de uma opção de pagamento de montante único num dos acordos alemães de

benefícios de reforma na divisão Private Bank. Esta redução das obrigações de plano de benefícios definidos foi relatada em Remuneração e benefícios na Demonstração consolidada dos resultados.

## Ajustamento dos custos com remunerações

Devido aos recentes desenvolvimentos e à experiência histórica, o Grupo alterou no segundo trimestre de 2020 a sua estimativa do período de serviço para determinados prémios de compensação concedidos aos colaboradores para reconhecer os custos com remunerações ao longo dos respetivos períodos de aquisição em que os serviços de colaboradores relacionados são prestados. Como resultado da alteração na estimativa, o Grupo relatou um benefício de aproximadamente 105 milhões de euros em "Remunerações e benefícios" na Demonstração consolidada dos resultados do Grupo no segundo trimestre de 2020, e um benefício de aproximadamente 115 milhões de euros devido à alteração na taxa de gastos contínua para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proventos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas da gestão, especialmente no que diz respeito à crise do COVID-19. As substanciais políticas contabilísticas do Grupo são descritas em "Principais políticas contabilísticas".

Algumas das políticas contabilísticas do Grupo requerem estimativas contabilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contabilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas principais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

- a imparidade de associadas (ver "Associadas" abaixo)
- a imparidade de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (ver abaixo "Ativos financeiros – Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral")
- a determinação do justo valor (ver abaixo "Determinação do justo valor")
- o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo "Reconhecimento de lucros à data da operação")
- a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais")
- a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis (ver abaixo "Goodwill e outros ativos intangíveis")
- o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver "Impostos sobre o rendimento" abaixo)
- a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver "Provisões" abaixo)

## Principais políticas contabilísticas

Segue-se a descrição das principais políticas contabilísticas do Grupo. Exceto as alterações nas políticas contabilísticas e as alterações nas estimativas contabilísticas descritas anteriormente e indicadas abaixo, estas políticas foram aplicadas de forma coerente nos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

## Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

## Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para

permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controle, ou seja:

- a finalidade e organização da entidade
- as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
- se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
- se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
- se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos

Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controle onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controle.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controle onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

O Grupo reavalia o estatuto de consolidação, pelo menos, à data de cada relatório trimestral. Por conseguinte, quaisquer alterações na estrutura que conduzam a uma mudança em um ou mais dos fatores de controle, requerem reavaliação quando estas ocorrem. Isto inclui alterações nos direitos de tomada de decisão, alterações nas disposições contratuais, mudanças no financiamento, estrutura de propriedade ou de capital, bem como alterações após um evento acionador que tenha sido previsto na documentação original.

Todas as transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação.

Para efeitos da consolidação, as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todo o Grupo. As emissões de ações de uma subsidiária para terceiros são tratadas como participações minoritárias. Os resultados atribuíveis a participações minoritárias são reportados separadamente na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do rendimento integral.

À data da perda do controle de uma subsidiária, o Grupo a) desreconhece os ativos (incluindo goodwill atribuível) e passivos da subsidiária aos correspondentes valores escriturados; b) desreconhece o valor contabilístico de quaisquer participações minoritárias na antiga subsidiária; c) reconhece o justo valor da contrapartida recebida e qualquer distribuição das ações da subsidiária; d) reconhece qualquer investimento retido na antiga subsidiária ao seu justo valor; e e) reconhece qualquer diferença resultante dos elementos anteriores como ganho ou perda na demonstração dos resultados. Quaisquer montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente a essa subsidiária seriam reclassificados para a demonstração consolidada dos resultados ou transferidos diretamente para os lucros não distribuídos, se requerido por outras IFRS.

## Associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contabilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial". A quota-parte do Grupo nos

lucros ou perdas de uma associada, resultantes de vendas entre empresas, é eliminada na consolidação. O goodwill resultante da aquisição de uma associada ou de uma entidade conjuntamente controlada é incluído no valor contabilístico do investimento. Como o goodwill não é reportado separadamente, não é sujeito especificamente a um teste de imparidade. Em vez disso, é testado o investimento pelo método de equivalência patrimonial para imparidades em cada data do balanço.

Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor contabilístico, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda. Uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores só é revertida se tiver ocorrido uma alteração positiva das estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do investimento desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, aumenta-se o valor contabilístico do investimento até à reposição do seu valor recuperável mais elevado. A quantia escriturada aumentada do investimento na entidade associada atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade não excederá a quantia escriturada que teria sido determinada se não tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade para o investimento em anos anteriores.

À data em que o Grupo deixa de exercer influência significativa sobre a associada ou a entidade conjuntamente controlada, o Grupo reconhece um ganho ou perda na alienação do investimento pelo método de equivalência patrimonial igual à diferença entre a soma do justo valor de qualquer investimento retido e os proveitos da alienação da associada, e a quantia escriturada do investimento nessa data. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente à associada são contabilizados na mesma base que teria sido requerida caso a entidade investida tivesse diretamente alienado os respetivos ativos ou passivos.

**Estimativas contabilísticas críticas:** A avaliação para saber se há provas objetivas de imparidade pode requerer substanciais pareceres de gestão e as estimativas para a imparidade podem mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer. O Grupo considera que se trata de uma estimativa contabilística crítica.

## Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em divisas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo e passivo de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias.

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

## Juros, comissões e honorários

**Margem financeira** – Os rendimentos e gastos de juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como resultado líquido de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva (EIR) é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação dos gastos e rendimentos de juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados no cálculo da EIR incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todos os honorários (incluindo comissões) que são considerados como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prêmios ou descontos. No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer honorários associados são reconhecidos em rendimentos de negociação quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor.

Se um ativo financeiro estiver em imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor do custo amortizado. O valor do custo amortizado de um ativo financeiro é o valor contabilístico bruto de um ativo financeiro após ajuste para quaisquer provisões para imparidades. Para os ativos que são inicialmente reconhecidos como comprados ou com imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados através da utilização de uma taxa de juro efetiva ajustada ao crédito que tem em consideração as perdas de crédito esperadas.

O Grupo apresenta juros pagos negativos sobre ativos remunerados a juros como custos de juros e receitas de juros recebidas de passivos remunerados a juros como rendimento de juros.

**Rendimentos de serviços e comissões** – O Grupo aplica o modelo de reconhecimento de proveitos de cinco passos da IFRS 15, “Proveitos de contratos com clientes” para o reconhecimento dos rendimentos de serviços e comissões, segundo o qual os rendimentos devem ser reconhecidos quando controlo de mercadorias e serviços é transferido, sendo assim satisfeitas as obrigações contratuais de desempenho para o cliente.

Em conformidade, após a identificação de um contrato com um cliente no primeiro passo, o segundo passo é identificar a obrigação de desempenho – ou uma série de obrigações de desempenho distintas – fornecida ao cliente. O Grupo tem de analisar se o serviço tem capacidade para ser distinto e se é efetivamente distinto no contexto do contrato. Um serviço prometido é distinto se o cliente puder beneficiar do serviço por si próprio ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis para o cliente e a promessa de transferir o serviço para o cliente for identificável separadamente de outras promessas no contrato. O montante de rendimento é medido com base no preço da transação acordado contratualmente pelo desempenho da obrigação definida no contrato. Se um contrato incluir uma contrapartida variável, o Grupo estima o montante da contrapartida à qual terá direito em troca da transferência das mercadorias e serviços prometidos a um cliente. O rendimento é reconhecido nos resultados quando a obrigação de desempenho identificada tiver sido cumprida. O Grupo não apresenta informações sobre as suas restantes obrigações de desempenho se fizer parte de um contrato com uma duração original esperada de um ano ou menos.

O Grupo determina o preço de venda individual no início do contrato de um serviço distinto subjacente a cada obrigação de desempenho no contrato e atribui o preço de transação proporcionalmente a esses preços de venda individuais. O preço de venda individual é o preço a que o DB venderia um serviço prometido separadamente a um cliente numa base separada. A melhor prova de um preço de venda individual é o preço observável de um serviço quando o Grupo vende esse serviço separadamente em circunstâncias semelhantes e a clientes semelhantes. Se o Grupo não vender o serviço a um cliente separadamente, estima o preço de venda individual a um valor utilizando um método adequado, por exemplo, em transações de sindicância de empréstimos, o Grupo aplica os requisitos para o reconhecimento do lucro do dia de negociação e considera o preço a que outros participantes no mercado prestam o mesmo serviço numa base separada. Como tal, ao estimar um preço de venda individual, o Grupo considera todas as informações (incluindo as condições de mercado) que estão razoavelmente à sua disposição. Ao fazê-lo, o Grupo maximiza a utilização de dados observáveis e aplica métodos de estimativa de forma coerente em circunstâncias semelhantes.

O Grupo fornece serviços de Asset Management que dão origem a comissões de Asset Management e de desempenho e constituem uma única obrigação de desempenho. Os componentes das comissões de Asset Management e de desempenho são contrapartidas variáveis de forma que, em cada data de relato, o Grupo estima o montante das comissões a que terá direito em troca da transferência dos serviços prometidos para o cliente. Os benefícios decorrentes dos serviços de Asset Management são simultaneamente recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo. O Grupo reconhece os proveitos ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos. Para o componente da comissão de gestão, esta data é no final do período de serviço mensal ou trimestral. Para as comissões de desempenho, esta data é quando tiver sido totalmente eliminada qualquer incerteza relacionada com o componente de desempenho.



As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que são contabilizados extrapatrimonialmente são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

Rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes de serviços que são recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo: administração, ativos sob gestão, negócios comerciais estrangeiros, processamento de empréstimos e garantias, outros serviços ao cliente diversos. O Grupo reconhece os proveitos destes serviços ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos.

Os rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes do fornecimento de serviços num ponto temporal ou os serviços de transação-tipo incluem: outros títulos, comissões de subscrição e consultoria, comissões de corretagem, pagamentos locais, negócios de troca/divisa estrangeira e comissões intermediárias.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de serviços e comissões são apresentados líquidos em Rendimentos de serviços e comissões na demonstração consolidada dos resultados. Isto inclui rendimentos e gastos associados em que o Grupo detém contratualmente a obrigação de desempenho (ou seja, como mandante) em relação ao serviço que origina os proveitos e gastos associados. Por outro lado, não inclui situações em que o Grupo não detém contratualmente a obrigação de desempenho e atua como agente. A determinação de se o Grupo atua como mandante ou agente baseia-se nos termos contratuais do acordo de serviço subjacente. Os montantes brutos dos rendimentos e encargos de serviços e comissões são divulgados na “Nota 6 – Rendimentos de serviços e comissões”.

## Ativos financeiros

O Grupo classifica os ativos financeiros de acordo com os requisitos de classificação e medição da IFRS 9, segundo a qual os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócio utilizado para a gestão de ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro (conhecido como Apenas pagamentos relativos a capital e a juros ou “SPPI”). Estão disponíveis três modelos de negócio:

- Deter para recolher - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. São subsequentemente valorizados ao custo amortizado e são registados em várias linhas no balanço consolidado do Grupo.
- Deter para recolher e vender - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral no balanço consolidado do Grupo.
- Outro - Ativos financeiros que não cumprem os critérios de “Deter para recolher” ou de “Deter para recolher e vender”. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de resultados no balanço consolidado do Grupo.

A avaliação do modelo de negócio exige um juízo baseado em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial. Como parte desta avaliação, o Grupo tem em conta fatores quantitativos (por ex., a frequência esperada e o volume de vendas) e fatores qualitativos, tais como a forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio são avaliados e comunicados ao pessoal-chave de gestão do Grupo. Além de ter em conta os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio, em particular, a forma como esses riscos de crédito e mercado são geridos; e como são remunerados os gestores do negócio (por ex., se a remuneração é baseada no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos). Esta avaliação resulta na classificação de um ativo num modelo de negócio Deter para recolher, Deter para recolher e vender ou Outro.

Se o Grupo detiver um ativo financeiro num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, então é necessária uma avaliação aquando do reconhecimento inicial para determinar se os fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro são Apenas pagamentos relativos a capital e a juros sobre o montante de capital em dívida aquando do reconhecimento inicial para determinar a classificação do modelo de negócio. Os fluxos de caixa contratuais, que são SPPI sobre o montante de capital em dívida, são coerentes com um acordo de concessão de empréstimo básico. Num acordo de concessão de empréstimo básico, os juros são uma contrapartida pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante de capital em dívida durante um período de tempo específico. Também pode incluir contrapartidas por outros riscos de concessão de empréstimos básicos (por ex., risco de liquidez) e custos (por ex., custos administrativos) associados à detenção do ativo financeiro durante um período de tempo específico; e uma margem de lucro coerente com um acordo de concessão de empréstimo básico.

## Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados se forem detidos no modelo de negócio Outro, porque são detidos para negociação ou porque não cumprem os critérios dos modelos Deter para recolher ou Deter para recolher e vender. Além disso, inclui ativos financeiros que cumprem os critérios do modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, mas o ativo financeiro não cumpre o critério SPPI ou nos casos em que o Grupo classificou os ativos financeiros na opção de justo valor.

Os ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados são medidos ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos/passivos ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

**Ativos detidos para negociação** – Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação e créditos para negociação. Incluem igualmente os compromissos de crédito que são afetados ao modelo de negócio Outro e que são apresentados como derivados detidos para negociação.

**Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados** – O Grupo atribui qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadra nos modelos de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender no modelo de negócio Outro e classifica-o como Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para recolher ou Deter para recolher e vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI são classificados pelo Grupo como Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.

**Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados** – Alguns ativos financeiros que seriam, de outra forma, avaliados subsequentemente ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral podem ser designados ao justo valor através de resultados se a designação eliminar ou reduzir significativamente uma medição ou inconsistência de reconhecimento. A utilização da opção de justo valor ao abrigo da IFRS 9 é limitada. O Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor.

## Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros serão classificados e medidos ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”) se forem detidos num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI, exceto se forem designados ao abrigo da opção de justo valor.

Ao abrigo do FVOCI, um ativo financeiro é medido ao seu justo valor com quaisquer alterações que sejam reconhecidas em Outro rendimento integral (“OCI”) e é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são registadas através de resultados com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)”. O efeito de conversão cambial dos ativos FVOCI é reconhecido nos resultados, tal como o componente de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica Rendimento de juros líquido. Os resultados realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros ao FVOCI. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros ao FVOCI.

Os ativos financeiros classificados como FVOCI são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

É possível designar instrumentos de capital não relacionados com a negociação como FVOCI. No entanto, prevê-se que esta categoria venha a ter uma utilização limitada pelo Grupo e não foi utilizada até à data.

## Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e posteriormente medido ao custo amortizado se o ativo financeiro for detido num modelo de negócio Deter para recolher e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI.

Ao abrigo desta categoria de medição, o ativo financeiro é medido ao justo valor aquando do reconhecimento inicial. Subsequentemente, o valor contabilístico é reduzido para pagamentos de capital, somando ou subtraindo a amortização cumulativa utilizando o método da taxa de juro efetiva. O ativo financeiro é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são reconhecidas com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades de instrumentos financeiros do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)”. Os ativos financeiros medidos ao custo amortizado são reconhecidos à data de liquidação.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem predominantemente empréstimos ao custo amortizado, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e certos valores a receber em Outros ativos.

## Modificação de ativos financeiros e passivos financeiros

Quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. O ativo financeiro modificado irá continuar a acumular juros à sua EIR original. Quando uma modificação resulta no desreconhecimento, o instrumento original é desreconhecido e o novo instrumento reconhecido pelo justo valor.

As renegociações não relacionadas com crédito ou comerciais, nas quais um devedor não sofreu um aumento significativo no risco de crédito desde a geração e tem um direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente os resultados do ativo financeiro em desreconhecimento do acordo original e reconhecimento de um novo ativo financeiro com base em condições comerciais negociadas novamente.

Para as modificações relacionadas com crédito (ou seja, as modificações devido a aumento significativo no risco de crédito desde a sua criação) ou aquelas em que um devedor não tem o direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente, o Grupo avalia se os termos modificados resultam na modificação significativa do ativo financeiro e, assim, no seu desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Nos casos em que estas modificações não sejam consideradas significativas, o ativo financeiro não é desreconhecido e é contabilizado como uma modificação, conforme descrito acima.

Se for considerado que as mudanças são significativas, o instrumento antigo é desreconhecido e é reconhecido um novo instrumento. O Grupo reconhece, então, uma provisão para perda de crédito com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. No entanto, se de uma modificação resultar um desreconhecimento do ativo financeiro original, existe evidência de que o novo ativo financeiro está em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial e, então, o novo ativo financeiro deve ser reconhecido como um ativo financeiro em imparidade de crédito aquando da origem e classificado inicialmente na fase 3 (consulte a secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais” abaixo).

Quando os termos de um passivo financeiro são renegociados ou modificados, o Grupo avalia se os termos alterados resultam numa alteração significativa do passivo financeiro e, por conseguinte, desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Quando estas modificações não forem consideradas como significativas, o passivo financeiro não é desreconhecido e ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. Em caso de desreconhecimento, o passivo financeiro original é desreconhecido e o novo passivo reconhecido pelo seu justo valor.

## Compromissos de crédito

Os compromissos de crédito permanecem extrapatrimoniais, exceto se forem atribuídos ao modelo de negócio Outro e apresentados como derivados detidos para negociação. O Grupo não reconhece nem mede alterações no justo valor de compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos spreads de crédito. No entanto, como se especifica nas secções “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais” abaixo, estes compromissos de crédito extrapatrimoniais são objeto de uma avaliação de imparidade individualmente e, quando adequado, coletivamente.

## Passivos financeiros

No âmbito da IFRS 9, os passivos financeiros são medidos ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva, exceto os passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

### Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos detidos para negociação, passivos financeiros ao justo valor através de resultados e contratos de investimento não participativos (“contratos de investimento”). No âmbito da IFRS 9, são escriturados ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos e passivos ao justo valor através de resultados. Para passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os movimentos de justo valor atribuíveis ao componente de crédito próprio do Grupo para movimentos do justo valor são reconhecidos em Outro rendimento integral.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor através de resultados são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a emitir ou recomprar o passivo financeiro.

Os juros em ativos que pagam juros são apresentados em gasto de juros para instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

**Passivos detidos para negociação** - Os passivos financeiros derivados de dívida emitida são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados ou incorridos com o objetivo principal de serem recomprados no curto prazo. Os passivos detidos para negociação consistem essencialmente em passivos por derivados (incluindo certos compromissos de crédito) e posições curtas. Isto inclui também os compromissos de crédito em que o empréstimo resultante após o financiamento é afetado ao outro modelo de negócio de modo a que o compromissos de crédito não utilizado seja classificado como derivados detidos para negociação.

**Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados** – Certos passivos financeiros que não correspondiam à definição de passivos detidos para negociação foram designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para serem designados ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de passivos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra, compromissos de crédito e responsabilidades com obrigações estruturadas.

**Contratos de investimento** - Todos os contratos de investimento do Grupo são contratos ligados a fundos de investimento que correspondem a ativos específicos detidos pelo Grupo. Os contratos obrigam o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar passivos por contratos de investimento. Não contém características significativas de risco de seguro ou de participação discricionária. As responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço. Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

### Derivados embutidos

Alguns contratos de passivos financeiros híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, o componente derivado é designado por derivado embutido, enquanto o componente não derivado representa o contrato de acolhimento de passivos financeiros. Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento de passivos financeiros, e o próprio contrato híbrido de passivos financeiros não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento de passivos financeiros continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contabilística que lhe é apropriada. O valor contabilístico de um derivado embutido é reportado na mesma

rubrica do Balanço consolidado do contrato de acolhimento de passivos financeiros. Alguns contratos híbridos de passivos financeiros são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

## Passivos financeiros pelo custo amortizado

Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida. Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado são reconhecidos à data de liquidação.

## Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no Balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no Balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada ao Grupo está relacionada com os derivados e recompra e acordos de recompra inversos. Uma parte significativa da compensação é aplicada a derivados das taxas de juro e saldos de margem relacionados, que são compensados por agências de compensação central. Para mais informações, consulte a Nota 17, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”.

## Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

- O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,
- Os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
- Os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

**Estimativas contabilísticas críticas** – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 13, “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e a Nota 14, “Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor”.

## Reconhecimento de lucros à data da operação

O reconhecimento de lucros à data da operação é reconhecido se o justo valor do instrumento financeiro medido pelo justo valor através de resultados for obtido a partir de um preço de mercado cotado num mercado ativo, ou de outra forma evidenciado por comparação com outras transações de mercado correntes observáveis ou com base numa técnica de avaliação que incorpore dados de mercado observáveis. Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer reconhecimento de lucro diferido à data da operação remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se torna observável. Nas raras circunstâncias em que exista perda à data da operação, esta seria reconhecida no início da transação na medida em que seja provável que se tenha incorrido numa perda e possa ser feita uma estimativa fiável do valor da perda.

**Estimativas contabilísticas críticas** – A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação. Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

## Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados pelo justo valor no Balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivativos detidos para negociação são incluídos na rubrica "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

## Contabilidade de cobertura

A IFRS 9 inclui uma opção de política contabilística para diferir a adoção da contabilidade de cobertura da IFRS 9 e manter a contabilidade de cobertura da IAS 39. O Grupo decidiu exercer esta escolha de política contabilística e não adotou a contabilidade de cobertura da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018. O Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macro-coberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. Nos termos da separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macro-cobertura de justo valor pode ser aplicada a depósitos principais e a ineficácia da cobertura para todas as aplicações contabilísticas de macro-cobertura de justo valor só é reconhecida quando a estimativa revista do valor dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao valor original designado desse agregado e não for reconhecida quando o valor revisado dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao valor original designado.

Para efeitos contabilísticos, existem três tipos possíveis de coberturas: 1) valor de ativos, passivos ou compromissos firmes não reconhecidos (coberturas ao justo valor); 2) coberturas da variabilidade de fluxos de caixa futuros de transações de previsão altamente provável e ativos e passivos de taxa variável (coberturas de fluxos de caixa); e 3) coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional de operações estrangeiras para a moeda de apresentação da empresa-mãe (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras).

Quando se aplica a contabilidade de cobertura, o Grupo designa e documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, assim como o objetivo e a estratégia da gestão do risco para levar a efeito as transações de cobertura, e a natureza do risco coberto. Esta documentação inclui a descrição de como o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a variações de justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto. A eficácia da cobertura é avaliada no seu início e ao longo da vida de cada relação de cobertura. A eficácia da cobertura é sempre avaliada, mesmo quando os termos do derivado e do elemento coberto coincidem.

Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em gastos e rendimentos de juros, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros proveitos. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros proveitos e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor contabilístico do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subsequentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento

integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio spot é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subsequentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

## Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a FVOCI e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da política de imparidades abaixo, estes instrumentos são designados por ("Ativos financeiros").

A determinação das perdas por imparidade de um modelo de perdas de crédito esperadas ("ECL") nos termos da IFRS 9, em que as provisões são adotadas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais no momento do reconhecimento inicial.

### Abordagem faseada à determinação das perdas de crédito esperadas

A IFRS 9 estabelece uma abordagem em três fases à imparidade para ativos financeiros que não estão em imparidade de crédito à data da origem ou da compra. Esta abordagem resume-se da seguinte forma:

- Fase 1: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses para todos os ativos financeiros. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não aumentou significativamente após o reconhecimento inicial.
- Fase 2: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas na duração para os ativos financeiros que se considera terem sofrido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Isto requer o cálculo de ECL com base na probabilidade de incumprimento na duração, perdas em caso de incumprimento na duração e exposição a incumprimento na duração que representa a probabilidade de ocorrer incumprimento na duração restante do ativo financeiro. A provisão para perdas de crédito é superior nesta fase devido a um aumento no risco de crédito e ao impacto de serem considerados horizontes temporais mais alargados em comparação com 12 meses na fase 1.
- Fase 3: O banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo, para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito. A definição de incumprimento do Grupo está em conformidade com a definição regulamentar. Os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial são categorizados na fase 3 com um valor contabilístico que já reflete as perdas de crédito esperadas na duração. O tratamento contabilístico destes ativos em imparidade de crédito aquando da compra ou origem ("POCI") é analisado mais adiante.

### Aumento significativo no risco de crédito

Nos termos da IFRS 9, ao determinar se o risco de crédito (ou seja, risco de incumprimento) de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo tem em consideração informação razoável e suportável que é relevante e está disponível sem custos ou esforço injustificados. Isto inclui informação quantitativa e qualitativa baseada na experiência histórica do Grupo, avaliação do risco de crédito e informação relativa ao futuro (incluindo fatores macroeconómicos). A avaliação da deterioração significativa do crédito é essencial para determinar quando se deve passar da medição de uma provisão com base em ECL de 12 meses para uma medição baseada em ECL na duração (ou seja, transferir da fase 1 para a fase 2).

O quadro do Grupo para determinar se houve um aumento significativo no risco de crédito está em conformidade com o processo de gestão do risco de crédito ("CRM") interno e abrange indicadores relacionados com a notação e com os



processos, que são analisados mais detalhadamente na secção “Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9” no Relatório de risco.

### Ativos financeiros com imparidade de crédito na Fase 3

O Grupo alinhou a sua definição de imparidade de crédito nos termos da IFRS 9 para quando um ativo financeiro entrou em incumprimento por motivos regulamentares, de acordo com o artigo 178.º do Regulamento relativo a requisitos de capital.

A determinação sobre se um ativo financeiro está em imparidade de crédito e, por isso, na fase 3 centra-se exclusivamente no risco de incumprimento, sem ter em consideração os efeitos dos fatores mitigantes do risco de crédito, tais como garantias. Especificamente, um ativo financeiro está em imparidade de crédito e na fase 3 quando:

- O Grupo considera que é improvável que o devedor pague as suas obrigações de crédito ao Grupo. A determinação pode incluir ações de carência, nas quais o mutuário beneficiou de uma concessão ou por razões económicas ou jurídicas que sejam indicadores qualitativos de imparidades de crédito; ou
- Os pagamentos contratuais do capital ou dos juros por parte do devedor estão vencidos há mais de 90 dias.

Para ativos financeiros considerados como em imparidade de crédito, a provisão de ECL abrange o montante da perda que se espera que o Grupo sofra. A estimativa de ECL é efetuada caso a caso para carteiras não homogêneas ou aplicando parâmetros baseados nas carteiras a ativos financeiros individuais dessas carteiras através do modelo de ECL do Grupo para carteiras homogêneas. Esta estimativa inclui a utilização de fluxos de caixa descontados ajustados aos cenários.

São tidas em conta as previsões de condições económicas futuras para o cálculo de ECL. As perdas esperadas na duração são estimadas com base no valor atual ponderado na probabilidade da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Grupo nos termos do contrato; e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Um ativo financeiro pode ser classificado como estando em imparidade de crédito na fase 3, mas sem provisão para perdas de crédito (ou seja, não é esperada perda por imparidade). Isto pode dever-se ao valor da garantia. O cálculo do motor de ECL do Grupo é efetuado mensalmente, enquanto a avaliação caso a caso de ECL na fase 3 para carteiras não homogêneas tem de ser efetuada pelo menos trimestralmente.

### Ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem na fase 3

Um ativo financeiro é considerado em imparidade de crédito aquando da compra ou origem se houver evidência objetiva de imparidade no momento do reconhecimento inicial. Estes ativos financeiros em imparidade de crédito são designados por ativos financeiros POCI. Os ativos financeiros POCI são mensurados para refletir as perdas de crédito esperadas na duração e todas as alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas na duração, positivas ou negativas, são reconhecidas na demonstração de resultados com um componente da provisão para perdas de crédito. Os ativos financeiros POCI só podem ser classificados na fase 3 ao longo da duração do ativo financeiro.

### Abatimentos

O Grupo reduz o valor contabilístico bruto de um ativo financeiro quando não existe expectativa razoável de recuperação. Os abatimentos podem estar relacionados com um ativo financeiro na sua totalidade ou com uma parte do mesmo e constituem um evento de desconhecimento. O Grupo tem em consideração todas as informações relevantes ao efetuar esta determinação, incluindo, entre outros:

- Medidas hipotecárias tomadas pelo Grupo que não foram bem-sucedidas ou que têm uma elevada probabilidade não serem bem-sucedidas
- Liquidação de garantias que não conduziu, nem irá conduzir, a recuperações consideráveis adicionais
- Situações em que não são esperadas de forma razoável recuperações adicionais

Os abatimentos podem ocorrer antes de serem concluídas as ações judiciais contra o mutuário para recuperar a dívida e um abatimento não envolve a desistência por parte do Grupo do seu direito legal de recuperar a dívida.

### Garantia de ativos financeiros considerada na análise de imparidades

A IFRS 9 exige que os fluxos de caixa esperados de garantias e outros aumentos de crédito sejam refletidos no cálculo de ECL. Os seguintes são aspetos-chave relativamente a garantias:

- Elegibilidade da garantia, ou seja, que garantia deve ser tida em conta no cálculo de ECL;
- Avaliação da garantia, ou seja, que valor da garantia (liquidação) deve ser utilizado; e
- Projeção do montante da garantia disponível ao longo da duração de uma transação.

Estes conceitos são descritos mais detalhadamente na secção “Abordagem sobre imparidades da norma IFRS” no Relatório de risco.

**Estimativas contabilísticas críticas** – Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de ativos financeiros constituem uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidades nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente na projeção de informações e cenários económicos futuros em circunstâncias de incerteza económica e financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, conseqüentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos não homogêneos na fase 3, a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação das perdas de crédito esperadas nas fases 1 e 2 e dos créditos homogêneos na fase 3 é calculada utilizando modelos estatísticos de perda esperada. O modelo incorpora numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica do modelo e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão.

As divulgações quantitativas podem ser consultadas na Nota 18, “Créditos” e na Nota 19, “Provisão para perdas de crédito”.

## Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à receção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um swap de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Nas transações em que não são retidos nem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção de um ativo financeiro, o Grupo desreconhece o ativo transferido se não retiver o controlo sobre o ativo, ou seja, se o beneficiário tiver a capacidade prática de vender o ativo transferido. Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos, consoante o caso. Se retiver o controlo sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão da exposição que mantém a alterações do valor do ativo transferido.

Os critérios de desreconhecimento são igualmente aplicados à transferência de parte de um ativo, em vez da totalidade do ativo, ou a um grupo de ativos financeiros semelhantes na sua totalidade, quando aplicável. Na transferência de parte de um ativo, essa parte tem de ser um fluxo de caixa especificamente identificado, uma quota totalmente proporcional do ativo ou uma quota totalmente proporcional de um fluxo de caixa especificamente identificado.

Se um ativo financeiro existente é substituído por outro ativo da mesma contraparte em termos substancialmente diferentes, ou se os termos do ativo financeiro são substancialmente alterados (devido às medidas de tolerância ou não), o ativo financeiro existente é desreconhecido e um novo ativo é reconhecido. As eventuais diferenças entre os respetivos valores escriturados são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

## Titularização

O Grupo titulariza vários ativos financeiros dos segmentos de consumo e comercial, o que é feito através da transferência destes ativos para uma entidade estruturada que emite títulos para investidores para financiar a aquisição de ativos. Os ativos financeiros que aguardam a titularização são classificados e avaliados conforme apropriado e nos termos das políticas previstas na rubrica "Ativos e passivos financeiros". Se a entidade estruturada não for consolidada, os ativos transferidos podem ser objeto de desreconhecimento na totalidade ou em parte, nos termos da política de desreconhecimento de ativos financeiros. As estruturas de titularização sintéticas envolvem normalmente instrumentos financeiros derivados aos quais se aplicariam as políticas da seção "Derivados e contabilidade de cobertura". As transferências que não se qualificam para desreconhecimento podem ser reportadas como financiamento garantido ou resultar no reconhecimento de responsabilidades de envolvimento continuado. Os investidores e os veículos de titularização não têm, geralmente, direito de apropriação de outros ativos do Grupo em caso de incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos termos originais daqueles ativos.

Os juros nos ativos financeiros titularizados podem ser retidos sob a forma de tranches seniores ou subordinadas, strips só de juros ou outros interesses residuais (designados coletivamente por "interesses retidos"). Desde que os interesses retidos do Grupo não resultem em consolidação de uma entidade estruturada, nem em reconhecimento continuado dos ativos transferidos, estes interesses são habitualmente registados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados e escriturados ao justo valor. Em consonância com a avaliação de instrumentos financeiros semelhantes, o justo valor de tranches retidas ou dos ativos financeiros é inicial e subsequentemente determinado utilizando cotações de mercado sempre que disponíveis ou modelos de preços internos que utilizam variáveis como curvas de rendimento, velocidades dos pré-pagamentos, taxas de incumprimento, severidade da perda, volatilidades de taxas de juro e spreads. Os pressupostos utilizados na formação de preços baseiam-se em transações observáveis de títulos semelhantes e são verificados por fontes de preços externas, sempre que disponíveis. Quando as transações observáveis de títulos semelhantes e outras fontes de preços externas não estão disponíveis, a direção tem de utilizar juízos de valor para determinar o justo valor. O Grupo pode também deter periodicamente interesses em ativos financeiros titularizados e registá-los ao custo amortizado.

Em situações em que o Grupo possua uma obrigação presente (legal ou implícita) de prestar apoio financeiro a uma titularização não consolidada de uma entidade, será criada uma provisão se a obrigação puder ser avaliada de forma fiável e for provável uma saída de recursos económicos necessários à sua liquidação.

Quando um ativo é desreconhecido, é registado um lucro ou uma perda igual ao diferencial entre a contrapartida recebida e o valor contabilístico do ativo transferido. Quando parte de um ativo é desreconhecida, os resultados da titularização dependem, em parte, do valor contabilístico dos ativos financeiros transferidos, repartidos pelos ativos financeiros desreconhecidos e os interesses retidos com base nos seus justos valores relativos na data da transferência.

## Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

## Acordos de recompra e de revenda

Os títulos comprados com acordos de revenda ("acordos de recompra inversos") e os títulos vendidos com "acordos de recompra" são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente. A parte que desembolsa a quantia toma posse dos títulos que servem como garantia do financiamento e têm um valor de mercado igual ou superior ao montante de capital emprestado. Os títulos recebidos em acordos de recompra inversos e os títulos entregues em acordos de recompra não são reconhecidos nem desreconhecidos no balanço, porque os riscos e os benefícios da sua detenção não são obtidos nem cedidos. Os títulos entregues em acordos de recompra que não são desreconhecidos no balanço e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 20 "Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia".

Nos termos da IFRS 9, o Grupo afeta carteiras de revenda que são geridas com base no justo valor ao outro modelo de negócio e classifica-os como "Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados".

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Gasto de juros".

## Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em numerário num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos. O Grupo monitoriza o justo valor dos títulos obtidos e cedidos por empréstimo e, se necessário, é desembolsada ou obtida uma garantia adicional.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados". Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

O Grupo regista o montante de numerário avançado adiantado ou recebido como títulos obtidos por empréstimo e títulos cedidos por empréstimo, respetivamente, no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes que não são desreconhecidos no balanço consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 20 "Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia".

## Goodwill e outros ativos intangíveis

O goodwill, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do goodwill, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliada ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O goodwill na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o goodwill é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se as entradas de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o goodwill for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o goodwill atribuível é incluído no valor contabilístico da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Os ativos de empresas são afetados a uma unidade geradora de caixa quando a afetação puder ser feita numa base razoável e consistente. Se isso não for possível, a unidade geradora de caixa individual é testada sem os ativos de empresas. Estes são então testados no nível da recolha mínima de unidades geradoras de caixa às quais podem ser afetados numa base razoável e consistente.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 20 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com software desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de software de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do software estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de software capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou em qualquer momento quando existirem indícios de imparidade depois de o software estar em uso.

**Estimativas contabilísticas críticas** - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação (tais como a abordagem dos custos), ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 23, "Goodwill e outros ativos intangíveis" contém as divulgações quantitativas.

## Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas e medidas ao valor presente dos gastos esperados com a liquidação da obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como "Juros e encargos similares".

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Se o Grupo tiver um contrato oneroso, a presente obrigação ao abrigo do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. Um contrato oneroso é um contrato no qual os custos inevitáveis do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se espera receber ao abrigo do mesmo.

**Estimativas contabilísticas críticas** - A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. A Nota 27, "Provisões" contém mais informações sobre os processos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

## Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são

reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, agências e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se invertem no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação de ativos financeiros classificados como FVTOCI, coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionado com o imposto diferido for reconhecido na Demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento com base em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

**Estimativas contabilísticas críticas** – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. A análise da capacidade fiscal histórica inclui a determinação da existência de um historial de perdas recentes à data de relato. A determinação de um histórico de perdas recentes baseia-se nos resultados antes de impostos ajustados para ter em conta diferenças permanentes e abrange normalmente os exercícios fiscais atuais e os dois anteriores. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rentabilidade.

O Grupo crê que a estimativa contabilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contabilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração dos ativos por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A utilização de estimativas também é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e prevê perdas potenciais que podem

resultar de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento incerto, de acordo com a IAS 12, "Impostos sobre o rendimento" e a IFRIC 23, "Incerteza quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

A Nota 34, "Impostos sobre o rendimento" contém mais informações sobre os impostos diferidos do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

## Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registada como goodwill. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (goodwill negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (step acquisitions), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da Demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (additional paid-in capital – APIC).

## Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador e não pode ter aprovações regulamentares substantivas pendentes. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de alienação e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os ativos e passivos financeiros que respeitam os critérios continuam a ser medidos de acordo com a IFRS 9. Os valores comparáveis não são apresentados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda. Se o grupo para alienação incluir instrumentos financeiros, não é permitido qualquer ajustamento aos seus valores escriturados.

## Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como software (só sistemas operativos). Os ativos sob direito de uso são apresentados em conjunto com os ativos fixos tangíveis no balanço consolidado do Grupo. As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos). As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 18 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

Os ativos fixos tangíveis são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de

uso e o justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor contabilístico. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor contabilístico revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

## Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

### Garantias financeiras emitidas

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente nas demonstrações financeiras ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores, bem como no cálculo da melhor estimativa feito pela direção.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na Demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

### Garantias financeiras adquiridas

As garantias financeiras adquiridas resultam em reembolsos nos termos da IAS 37, na medida em que a garantia financeira é assumida para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida com modelos de negócio Deter para recolher (HTC) ou Deter para recolher e vender (HTC&S). Tal resulta no reconhecimento de um ativo de reembolso por aumentos subsequentes das perdas de crédito esperadas, na medida em que é praticamente certo que a garantia financeira adquirida irá reembolsar o Grupo pelas perdas incorridas. Assim, quando o risco de crédito do mutuário deteriorar significativamente, um ativo de reembolso é reconhecido igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida e é apresentado como Outros ativos no balanço consolidado do Grupo. O ganho de reembolso correspondente é reconhecido como uma redução na Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida atribuídos aos modelos de negócio HTC ou HTC&S podem também ser incorporadas em Obrigações garantidas por empréstimos (CLO) emitidas pelo Grupo. Essas garantias incorporadas não são contabilizadas separadamente como um ativo de reembolso e, em vez disso, contabilizadas como parte do passivo de CLO detido ao custo amortizado. O Grupo revê regularmente o seu pagamento de resgate contratual estimado (incluindo o benefício de tais garantias incorporadas) de CLO quando o risco de crédito de um mutuário coberto pela garantia financeira incorporada nas CLO se deteriora significativamente. A revisão baseia-se nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento de dívida (na medida abrangida pelas CLO).

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida incluídos no modelo de negócio Outro são contabilizadas ao justo valor através de resultados.

## Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de terrenos e edifícios, na qualidade de locatário. Outras categorias são automóveis da empresa e equipamento técnico/informático.

O Grupo avalia, no início do contrato, se um contrato constitui, ou contém, uma locação. Isto é, se o contrato transmite o direito de controlar a utilização de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contrapartida.

O Grupo aplica uma abordagem de reconhecimento e medição única para todas as locações com um prazo superior a 12 meses, a menos que o ativo subjacente seja de baixo valor. Enquanto locatário, na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo sob direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo subjacente objeto da locação e um passivo da locação, que representa a sua obrigação de fazer os pagamentos da locação.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo, deduzidas quaisquer depreciações e perdas por imparidade acumuladas, e ajustado para qualquer remensuração dos passivos por locação. O custo dos ativos sob direito de uso inclui o montante dos passivos por locação, ajustados em relação a quaisquer pagamentos de locação efetuados na data de início ou antes,



acrescidos de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para dismantelar e remover o ativo subjacente ou para restabelecer o local em que está localizado, deduzidos quaisquer incentivos à locação recebidos. Os ativos sob direito de uso são amortizados numa base linear ao longo do prazo da locação.

O passivo por locação é medido ao valor atual dos pagamentos da locação a efetuar ao longo do prazo da locação. Os pagamentos de locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância) deduzidos de quaisquer incentivos à locação e pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou de uma taxa. Os pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que o evento ou condição que aciona o pagamento ocorre.

No cálculo do valor atual dos pagamentos de locação, o Grupo utiliza a sua taxa de financiamento incremental na data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita na locação não é prontamente determinável. Após a data de início, o montante dos passivos por locação é aumentado para refletir o acréscimo do juro e reduzida pelos pagamentos de locação efetuados. Além disso, o valor contabilístico dos passivos por locação são remensurados se existir uma modificação, uma alteração no prazo da locação ou uma alteração nos pagamentos da locação (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração num índice ou taxa utilizado para determinar esses pagamentos de locação).

Os ativos sob direito de uso são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor contabilístico. Uma vez que os ativos sob direito de uso não geraram fluxos de caixa de forma independente para calcular o seu valor em utilização, o Grupo considera qualquer rendimento de sublocação que pudesse razoavelmente ser obtido. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor contabilístico revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospectivamente.

O Grupo apresenta ativos sob direito de uso em "Ativos fixos tangíveis" e passivos de locação em "Outros passivos".

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento da locação de curto prazo às suas locações de curto prazo, ou seja, as locações que tenham um prazo de locação de 12 meses ou menos a partir da data de início. Além disso, aplica a locação de ativos de baixo valor que dispensa o reconhecimento a locações de equipamento técnico/informático que seja considerado de baixo valor. Os pagamentos de locação sobre locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas numa base linear ao longo do prazo da locação.

## Benefícios dos empregados

### Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os resultados atuariais são reconhecidos em Outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano.

### Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são

valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 33, "Benefícios dos empregados" contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

## Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rendibilidade (yields) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

## Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio com base em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em Outros passivos até ao seu pagamento.

## Subsídios governamentais

O Grupo reconhece rendimentos de subsídios governamentais quando existe garantia razoável de que receberá o subsídio e irá cumprir as condições subjacentes ao subsídio. O Grupo apresenta rendimentos de subsídios governamentais como dedução das despesas relacionadas.

O Grupo considera a dívida a longo prazo decorrente do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (TLTRO III) do BCE como um empréstimo a juros inferiores à taxa de mercado. A taxa de juro efetiva para empréstimos no âmbito do programa de refinanciamento TLTRO III é determinada com base nas taxas de refinanciamento aplicáveis do BCE fora da TLTRO III. O Grupo contabiliza o benefício dos juros inferiores à taxa de mercado como subsídio governamental. O programa de refinanciamento TLTRO III destina-se a estimular a criação de crédito na área do euro, incentivando os empréstimos dos bancos participantes à "economia real". A dimensão do benefício depende dos valores emprestados e da realização dos vários limiares de desempenho dos empréstimos. O Grupo considera o BCE como um governo ou organismo semelhante para efeitos da IAS 20. O Grupo reconhece o benefício do programa de refinanciamento TLTRO III no período em que o subsídio se destina a compensar o Grupo pelos custos de empréstimos relacionados se tiver estabelecido uma garantia razoável de que irá cumprir os limiares de empréstimo relevantes.

Para mais informações sobre o benefício reconhecido pelo Grupo do programa de refinanciamento TLTRO III, consulte a Nota 5 "Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

## Obrigações de comprar ações ordinárias

As compras a prazo de ações do Deutsche Bank, e as opções de venda vendidas em que as ações do Deutsche Bank são o subjacente, são reportadas como obrigações de compra de ações ordinárias se for fixado um número de ações e se for requerida a liquidação física por uma quantia fixa em dinheiro. No início, a obrigação é registada pelo valor presente do montante de liquidação do contrato a prazo ou opção. As compras a prazo e opções de venda vendidas de ações Deutsche Bank são imputadas ao capital próprio dos acionistas e reportadas como capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias.

Os passivos são contabilizados segundo o princípio de especialização de exercícios e os custos com juros, que consistem no valor temporal do dinheiro e dividendos, sobre o passivo são reportados como "Juros e encargos similares". Na liquidação dessas compras a prazo e opções de venda vendidas, a responsabilidade extingue-se e a imputação em capital é reclassificada para ações ordinárias em tesouraria.

As ações ordinárias do Deutsche Bank sujeitas a esses contratos a prazo não são consideradas como estando em circulação para efeitos de cálculo dos resultados por ação básicos, mas são-no para efeitos de cálculo dos resultados por ação diluídos na medida em que têm, de facto, um efeito diluidor.

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacional, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio ("abordagem de gestão"). Para o Grupo, a principal atividade operacional é gerir ativos financeiros e passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma atividade operacional nuclear, ao contrário duma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sénior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sénior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelos segmentos de linha de negócio Corporate Bank e Investment Bank e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é dívida emitida pela tesouraria, que é considerada substituível por outras fontes de financiamento; todos os custos de financiamento são afetados às atividades de negócio para efeitos de cálculo da respetiva rentabilidade.

Os fluxos de caixa relacionados com dívida subordinada a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor contabilístico. Isto inclui os efeitos dos movimentos de mercado e entradas e saídas de caixa. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

## 02 – Diretrizes contábilísticas novas e recentemente adotadas

### Diretrizes contábilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contábilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2020 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

#### IFRS 16, Locações

Em 1 de junho de 2020, o Grupo adotou emendas à IFRS 16 "Locações" que concedem aos locatários uma isenção de avaliar se uma concessão de renda relacionada com a COVID-19 é uma alteração da locação. A adoção das alterações não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### Concentrações de atividades empresariais IFRS 3

Em 1 de janeiro de 2020, o Grupo adotou alterações à IFRS 3 "Concentrações de atividades empresariais". Estas alterações clarificam a determinação de se uma aquisição efetuada é um negócio ou grupo de ativos. A definição alterada de um negócio realça que o resultado de um negócio é fornecer bens e serviços aos clientes, enquanto a definição anterior se centrava em rentabilidades sob a forma de dividendos, custos inferiores ou outros benefícios económicos para os investidores e outros. A distinção entre um negócio e um grupo de ativos é importante porque um adquirente reconhece o goodwill apenas quando adquire um negócio. A adoção das alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Além disso, o Grupo adotou em 1 de janeiro de 2020 "Alterações à IAS 1 e à IAS 8: Definição de material" e "Alterações a referências ao quadro concetual nas normas IFRS". A adoção das alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

### Novas diretrizes contábilísticas

As seguintes diretrizes contábilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

#### IFRS 17 Contratos de seguros

Em maio de 2017, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu a IFRS 17 "Contratos de seguros", que estabelece os princípios para o reconhecimento, medição, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do âmbito da norma. A IFRS 17 substitui a IFRS 4, que concedeu às empresas dispensa de efetuar contabilidade para contratos de seguros utilizando as normas de contabilidade nacional, resultando numa multiplicidade de abordagens diferentes. A IFRS 17 resolve os problemas de comparação criados pela IFRS 4, solicitando que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma coerente, beneficiando os investidores e as seguradoras. As obrigações de seguro serão contabilizadas utilizando valores correntes, ao invés do custo histórico. A informação será atualizada regularmente, facultando mais informação útil aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 17 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Com base nas atividades de negócio atuais do Grupo, é expectável que a IFRS 17 não tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

Em junho de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 17 "Contratos de seguros" que abordam preocupações e desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17 em 2017. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

#### IFRS 4 Contratos de seguros

O IASB também emitiu uma alteração à IFRS 4 "Contratos de seguros" que prorroga a isenção temporária para aplicar a IFRS 9 aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. As alterações não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### IAS 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes" para esclarecer os custos que uma entidade considera ao avaliar se um contrato é oneroso. As alterações especificam que o "custo de cumprimento" de um contrato inclui os "custos diretamente relacionados com o contrato". Os custos diretamente relacionados

com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato ou uma atribuição de outros custos diretamente relacionados com o cumprimento dos contratos. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

## IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações à IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras: Classificação dos passivos como correntes ou não correntes". Estas esclarecem que a classificação dos passivos como correntes ou não correntes deve basear-se em direitos existentes no final do período de relato. As alterações também esclarecem que a classificação não é afetada pelas expectativas quanto à questão de saber se uma entidade exercerá o seu direito de adiar a liquidação de um passivo e deixar claro que a liquidação se refere à transferência para a contraparte de numerário, instrumentos de capital, outros ativos ou serviços. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo está atualmente a avaliar o impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

## Melhorias para os ciclos das IFRS 2018-2020

Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações a várias normas IFRS, resultado do projeto anual de melhorias do IASB nos ciclos 2018-2020. Este documento inclui alterações que resultam em alterações contabilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com a IFRS 1 "Adoção das normas internacionais de relato financeiro pela primeira vez", IAS 9 "Instrumentos financeiros", IFRS 16, "Locações" e IAS 41 "Agricultura". As alterações à IFRS 9 clarificam quais as taxas que uma entidade inclui ao avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

## Reforma dos referenciais de taxas de juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)

Em agosto de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 9, "Instrumentos financeiros", IAS 39, "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e medição", IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações", IFRS 4, "Contratos de seguros" e IFRS 16, "Locações" como fase 2 do seu projeto, que abordam os potenciais efeitos da reforma das taxas interbancárias ("IBOR") no relato financeiro. Por conseguinte, as alterações da fase 2 abordam questões de substituição que podem afetar o relato financeiro quando um índice de referência de taxa de juro existente é efetivamente substituído. Isto inclui a alteração de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de locação, bem como requisitos específicos de contabilidade de cobertura. As alterações introduzem um expediente prático para as alterações exigidas pela reforma (alterações exigidas em consequência direta da reforma da IBOR e realizadas numa base economicamente equivalente). Estas alterações são contabilizadas através da atualização da taxa de juro efetiva. Todas as outras alterações são contabilizadas pela utilização dos atuais requisitos das IFRS. É introduzido um expediente prático semelhante para a contabilidade do locatário que aplica a IFRS 16. Nos termos das alterações, a contabilidade de cobertura não é descontinuada apenas devido à reforma da IBOR. As relações de cobertura (e documentação relacionada) devem ser alteradas de forma a refletir alterações à rubrica de cobertura, ao instrumento de cobertura e ao risco coberto. As relações de cobertura alteradas devem cumprir todos os critérios qualificados para aplicar a contabilidade de cobertura, incluindo requisitos de eficácia. As alterações também modificaram a IFRS 4 para exigir que as seguradoras que aplicam a isenção temporária da IFRS 9 apliquem as alterações na contabilização das alterações diretamente exigidas pela reforma da IBOR.

As alterações exigem também divulgações adicionais que permitam aos utilizadores compreender a natureza e a extensão dos riscos decorrentes da reforma da IBOR a que a entidade está exposta e a forma como a entidade gere esses riscos, bem como o progresso da entidade na transição das IBOR para taxas de referência alternativas, e a forma como a entidade está a gerir esta transição. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021, sendo permitida a adoção antecipada. Embora o Grupo tenha uma exposição significativa às IBOR predominantemente em instrumentos financeiros, as alterações não terão um impacto significativo na transição nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

## Evolução recente da reforma do índice de referência das taxas de juro

Nos últimos anos, as transações no mercado de financiamento de curto prazo não garantido, que os índices de referência das taxas de juro da IBOR procuram medir, reduziram significativamente. Em consequência, foram iniciados projetos de reforma da IBOR sob a liderança do FSB e dos grupos de trabalho dos bancos centrais, que visam criar taxas de juro de referência alternativas e sólidas ou as chamadas taxas sem risco ("RFR").

Algumas reformas já estão em vigor, por exemplo, a 27 de julho de 2020, a metodologia de desconto dos derivativos de taxa de juro denominados em euros, compensados centralmente através da LCH, EUREX e CME, mudou de EONIA para STR€. Esta mudança alterou o justo valor dos derivativos com um pagamento ou recebimento em numerário de compensação, pelo que não ocorreu qualquer transferência de valor. A alteração no desconto para STR€ não produziu um impacto significativo sobre a demonstração consolidada dos resultados do Grupo. A 19 de outubro de 2020, ocorreu uma alteração semelhante para derivativos de taxa de juro compensados centralmente descontados pela taxa de juro em USD, de modo a alterar o desconto da Taxa de Fundos Federais para a SOFR. A alteração no desconto para SOFR não teve um impacto significativo na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

Outras reformas ainda estão por implementar ou estão a ser consideradas. Em 2019, a EURIBOR foi reformada para cumprir o regulamento da UE em termos de índices de referência financeiros e continua disponível. Com efeito a partir de 2 de outubro de 2019, o administrador da EONIA alterou a forma como calcula a EONIA, de modo a basear-se agora na taxa de curto prazo do euro "STR€". A EONIA deixará de existir a partir de 3 de janeiro de 2022. Em dezembro de 2020, o administrador da LIBOR aconselhou-se sobre a sua intenção de cessar a publicação de GBP, CHF, JPY, EUR e determinadas definições em USD após 31 de dezembro de 2021 e, adicionalmente, de cessar a publicação das restantes definições da LIBOR em USD após 30 de junho de 2023.

Os reguladores incentivaram fortemente os participantes no mercado a fazer a transição para as RFR. Uma vez que é necessário um esforço significativo de mudança em todo o Grupo, especificamente no que diz respeito ao desenvolvimento de produtos RFR, documentação jurídica dos clientes, atualizações e alterações da infraestrutura, incluindo sistemas, processos e modelos, o Grupo estabeleceu em 2018 um programa de transição IBOR e Regulamento da UE em termos de índices de referência para todo o Grupo, destinado a gerir uma transição suave da LIBOR e de outras IBOR para as novas RFR. O programa é patrocinado pelo Diretor Financeiro do Grupo e tem uma representação sénior de cada divisão, região e função de infraestrutura. O programa tem-se concentrado na identificação e quantificação das exposições a vários índices de referência de taxa de juro, fornecendo a capacidade de negociar produtos que referenciam RFR alternativas e avaliando os contratos existentes que referenciam IBOR. Os esforços incluem também a identificação de potenciais impactos contabilísticos e opções para atenuar estes impactos, por exemplo, através de uma análise de impacto sobre a reforma e os seus efeitos no relato financeiro. As atualizações dos progressos são fornecidas mensalmente ao Conselho Diretor de Transição IBOR do Grupo e ao Diretor Financeiro. O Grupo continua a trabalhar estreitamente com entidades reguladoras e industriais para gerir o impacto. A supervisão do programa de preparação para a transição tem sido um foco importante, juntamente com atividades em todas as três linhas de defesa, a fim de minimizar o risco e as perturbações para os clientes.

O Grupo tem uma exposição significativa às IBOR predominantemente em instrumentos financeiros e muitos destes contratos venceram após 2021. As exposições do Grupo a derivativos decorrem de transações que são realizadas a fim de realizar mercados para os seus clientes e cobrir os seus riscos, bem como de empréstimos e depósitos, obrigações e titularizações. O planeamento principal do Grupo para a transição LIBOR tem sido um cenário de base de cessação da LIBOR até ao final de 2021, com adoção suficiente de RFR no mercado para proporcionar uma substituição viável. Há uma série de dependências neste cenário que estão fora do controlo do Grupo, criando incerteza significativa. Recentemente, a data de cessação para determinados prazos LIBOR dos EUA foi prorrogada até ao final de junho de 2023, pelo que os planos do Grupo foram atualizados em conformidade.

Como parte do programa, o Grupo realizou uma avaliação de risco abrangente que é atualizada regularmente e identificou os principais riscos inerentes e ações de mitigação. Os principais riscos incluem o risco estratégico do negócio, o risco legal e de conformidade, o risco de liquidez, o risco de mercado, o risco de crédito, o risco operacional, o risco de transição, o risco de modelo, a contabilidade, o relato financeiro e o risco fiscal, o risco de segurança da informação e o risco de transformação tecnológica.

O Grupo continua a implementar planos, com o objetivo de atenuar os riscos associados à descontinuação esperada das taxas de juro de referência referenciadas pela IBOR, incluindo a LIBOR. A este respeito, o Grupo:

- reviu, ou está em processo de revisão, a linguagem de repercussão dos instrumentos associados à LIBOR, incluindo o desenvolvimento de um novo quadro introduzido para quantificar o impacto potencial das posições difíceis de transição, a que se refere como "legado difícil";
- tem canais de ação funcional e de defesa ativos para garantir a continuação da oferta adequada de produtos associados às RFR aos clientes e avaliar a sua adoção nos produtos relacionados com as RFR. Foi iniciado um fórum de consultoria para o risco de conduta no início de 2020, com o objetivo de discutir e rever todos os tipos de riscos de conduta (incluindo novos riscos e plano atual) relevantes para a transição IBOR;
- continua a envolver-se com reguladores, organismos de normalização e grupos industriais em relação aos elementos adicionais para os quais está a ser considerada a redução;
- tem participado nos debates com o IASB em relação ao seu projeto de Reforma IBOR e aos seus efeitos no relato financeiro — fase 2 que o Grupo irá adotar em 1 de janeiro de 2021.

O Grupo continua a desenvolver melhorias nas infraestruturas e a avaliar os potenciais impactos do risco de transição, juntamente com cenários de esforço relevantes. Sempre que possível, o Grupo utiliza proativamente a linguagem de repercussão mais eficaz disponível na realização de novas transações.

## 03 – Aquisições e alienações

### Concentrações de atividades empresariais

Durante 2020, 2019 e 2018, o Grupo não efetuou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

### Alienações

Em 2020, 2019 e 2018, o Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/atividades empresariais. Estas alienações são maioritariamente constituídas por negócios previamente classificados pelo Grupo como detidos para venda. Por isso, as alienações em 2020 incluíram a venda da Postbank Systems AG. As alienações em 2019 incluíram sobretudo a venda do negócio de Private & Commercial Clients em Portugal, enquanto as alienações em 2018 incluíram a venda parcial do negócio de Private & Commercial Bank na Polónia. Para mais informações sobre estas transações, consultar a Nota 24, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda". A contrapartida total recebida por estas alienações (das quais em numerário), em 2020, 2019 e 2018, foi de 7 milhões de euros, (7 milhões de euros em numerário), 1,8 mil milhões de euros (1,8 mil milhões de euros em numerário) e 398 milhões de euros (270 milhões de euros em numerário), respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2020	2019	2018
Caixa e seus equivalentes	2	0	50
Todos os restantes ativos	7	2.713	4.619
<b>Total do ativo alienado</b>	<b>9</b>	<b>2.714</b>	<b>4.669</b>
<b>Total do passivo alienado</b>	<b>79</b>	<b>1.003</b>	<b>6.035</b>

## 04 – Segmentos de negócio e informação associada

A informação do Grupo apresentada por segmentos foi preparada em conformidade com a "abordagem de gestão", que requer a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão internos da entidade que são, regularmente, analisados pelo responsável pelas decisões operacionais, que, neste caso, é o Conselho de Administração do Deutsche Bank, de modo a alocar recursos a um segmento e a avaliar o respetivo desempenho financeiro.

### Segmentos de negócio

O reporte por segmentos segue a estrutura organizacional tal como refletido nos respetivos sistemas de relatório de gestão interno, que são a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a alocação de recursos aos segmentos de negócio. As reajustes devidos a alterações na estrutura organizacional foram implementados na apresentação de comparações com o período anterior.

As nossas operações de negócios são organizadas segundo a estrutura divisional que engloba as divisões corporativas seguintes:-

- Corporate Bank (CB)
- Investment Bank (IB)
- Private Bank (PB)
- Asset Management (AM)
- Unidade de Libertação de Capital (CRU)
- Corporate & Other (C&O)

A informação segmental para as divisões corporativas CB, IB, AM, CRU e C&O manteve-se inalterada no seu âmbito. No PB, a Wealth Management (WM) e a Private & Commercial Business International (PCBI) foram combinadas numa unidade denominada International Private Bank (IPB) a partir do terceiro trimestre de 2020. As informações segmentais para as divisões corporativas são descritas a seguir.

O Corporate Bank compreende o Global Transaction Banking, bem como o Commercial Banking. A divisão abrange clientes empresariais globais e clientes bancários comerciais e empresariais na Alemanha.



O Investment Bank (IB) combina as áreas de Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading e Geração e Consultoria do Deutsche Bank, bem como a área de Research do Deutsche Bank.

O Private Bank é constituído pelo Private Bank Alemanha e pelo International Private Bank. O Private Bank Alemanha mantém-se inalterado no seu âmbito. O International Private Bank reúne os clientes globalmente ligados da WM em toda a Alemanha, Europa, Américas, Ásia e Médio Oriente e África, juntamente com os clientes privados do PCBI e as pequenas e médias empresas em Itália, Espanha, Bélgica e Índia. As receitas do IPB são ainda classificadas nos segmentos de clientes "IPB Personal Banking" e "IPB Private Banking and Wealth Management". O segmento de clientes "IPB Personal Banking" abrange os clientes de retalho e abastados, bem como as pequenas empresas. O segmento de clientes "Private Banking and Wealth Management" combina a nossa cobertura de clientes de património líquido elevado e de património líquido ultra-elevado, bem como clientes de banca privada e clientes de pequenas e médias empresas, fornecendo um modelo de serviço integrado para a gestão de riqueza, banca privada e empresarial. Os dados de períodos anteriores foram reajustados.

O segmento Asset Management opera no âmbito da marca DWS. O segmento Asset Management fornece soluções de investimento a investidores e instituições individuais com uma gama diversificada de produtos e serviços de Active, Passive e Asset Management.

A Unidade de Libertação de Capital (CRU) inclui os restantes ativos transferidos do nosso negócio Equities Sales & Trading, posições de rendimento fixo de menor rendimento, especialmente em Rates, a nossa antiga carteira não estratégica da CIB, bem como uma carteira de empréstimos antiga do antigo Private & Commercial Bank na Polónia. O BNP Paribas e o Deutsche Bank assinaram um acordo-quadro de transação para dar continuidade ao serviço aos clientes de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank continuará a operar a plataforma até que os clientes possam migrar para o BNP Paribas.

O segmento Corporate & Other inclui as receitas, os custos e os recursos detidos centralmente que não são atribuídos aos segmentos de negócio individuais, bem como diferenças de avaliação e momento de diferentes métodos contabilísticos utilizados para o relatório de gestão e as IFRS.

## Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada nos "Resultados de operações dos segmentos" nesta nota. A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais. Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos. O relatório de gestão interno do Grupo não considera separadamente passivos por segmentos ou custos de juros. Do mesmo modo, a depreciação e amortização, as despesas fiscais e outro rendimento integral não são apresentados em separado internamente, pelo que não são aqui divulgados.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS utilizados nos relatórios de gestão do Grupo representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição pelo justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (em IB) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como uma componente do lucro antes de impostos das unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em C&O) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão afetam a margem financeira externa do Grupo de acordo com o valor de financiamento consumido ou fornecido pelas atividades de cada segmento de negócio, em conformidade com o nosso quadro interno de preços de transferência de fundos ("FTP"). Para além disso, para reter a comparabilidade com aqueles concorrentes que possuem unidades legalmente independentes com financiamento através de capitais próprios, o Grupo afeta o benefício de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado, em linha com a proporção de cada segmento de capital próprio médio dos acionistas.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz

as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo. Estas medidas incluem a afetação do capital próprio médio dos acionistas.

### Preços de transferência de fundos

No terceiro trimestre de 2019, o quadro FTP foi alterado a fim de aumentar a sua eficácia como instrumento de gestão, bem como para melhor apoiar a otimização dos custos de financiamento. O novo quadro FTP visa atribuir mais fielmente os custos e benefícios de financiamento às divisões da empresa de forma ajustada ao risco e uniforme em todo o Grupo. As alterações na metodologia não afetam os custos globais de financiamento do Grupo. No entanto, o quadro resulta numa reafetação de custos e benefícios entre segmentos. Esta reafetação resultou num benefício para os negócios de negociação, parcialmente compensados por uma redução dos benefícios de financiamento para o Private Bank (PB) e o Corporate Bank (CB) em relação à metodologia anterior. Como parte da introdução do novo quadro, foi tomada uma decisão de manter certos custos transitórios na Corporate & Others (C&O), o que irá reduzir ao longo do tempo, refletindo a natureza de longa data dos nossos passivos.

O impacto do novo quadro FTP para o primeiro semestre de 2019 teria sido um impacto positivo sobre os resultados do IB e da CRU de aproximadamente 140 milhões de euros e 30 milhões de euros, respetivamente, ao mesmo tempo que os resultados do BC, PB e C&O teriam sido inferiores em cerca de 20 milhões de euros, 30 milhões de euros e 120 milhões de euros, respetivamente.

O impacto do novo quadro FTP para o exercício de 2018 teria sido um impacto positivo sobre os resultados do IB e da CRU de aproximadamente 200 milhões de euros e 40 milhões de euros, respetivamente, ao mesmo tempo que os resultados do BC, PB e C&O teriam sido inferiores em cerca de 60 milhões de euros, 60 milhões de euros e 120 milhões de euros, respetivamente.

### Afetação do capital próprio médio dos acionistas

O capital próprio dos acionistas é totalmente atribuído aos segmentos do Grupo com base na procura de capital regulamentar de cada segmento. A procura de capital regulamentar reflete a contribuição conjugada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo. As contribuições em cada uma das três dimensões são ponderadas para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e da exposição ao rácio de alavancagem. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos segmentos do Grupo a fim de permitir a determinação do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva rentabilidade. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são afetados mensalmente e a média é calculada trimestralmente e para o ano completo.

### Títulos isentos de impostos dos EUA

A margem financeira como uma componente das receitas líquidas, resultados antes de imposto e rácios conexos é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA do Investment Bank. Tal permite à administração a medir o desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta apresentação resultou num aumento da margem financeira do Investment Bank de 45 milhões de euros no exercício de 2020, 35 milhões de euros no exercício de 2019 e 42 milhões de euros no exercício de 2018. Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em C&O. A taxa de impostos utilizada para determinar o equivalente plenamente tributável da margem financeira, relativamente à maioria dos valores mobiliários isentos de imposto dos EUA, é de 21% em 2020, 2019 e 2018.

### Reajustamento da infraestrutura de colaboradores a tempo inteiro

Durante 2020, as funções de infraestrutura integradas nos segmentos de negócio operacionais foram realinhadas para o segmento de negócio C&O. Assim, cerca de 11.600 colaboradores equivalentes a tempo inteiro (EOE) mudaram do Investment Bank, Private Bank e Unidade de Libertação de Capital para o segmento de negócio C&O. Esta alteração não resultou num impacto financeiro significativo a nível do segmento, uma vez que os custos são afetados pela C&O aos segmentos de negócio operacionais que utilizam o serviço das respetivas funções de infraestrutura, em conformidade com o plano. A informação financeira comparativa por segmentos foi reajustada em conformidade.

## Resultados de operações dos segmentos

Os quadros seguintes apresentam os resultados dos segmentos de negócio do Grupo, incluindo a reconciliação do resultado operacional consolidado em conformidade com as IFRS.

	2020						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>5.145</b>	<b>9.283</b>	<b>8.126</b>	<b>2.229</b>	<b>(225)</b>	<b>(530)</b>	<b>24.028</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>366</b>	<b>688</b>	<b>711</b>	<b>2</b>	<b>29</b>	<b>(3)</b>	<b>1.792</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.064	1.906	2.884	740	168	3.709	10.471
Despesas gerais e administrativas	3.126	3.493	4.242	764	1.774	(3.140)	10.259
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	28	14	413	22	5	3	485
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>4.218</b>	<b>5.413</b>	<b>7.539</b>	<b>1.527</b>	<b>1.947</b>	<b>572</b>	<b>21.216</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>157</b>	<b>(0)</b>	<b>(169)</b>	<b>0</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>561</b>	<b>3.171</b>	<b>(124)</b>	<b>544</b>	<b>(2.201)</b>	<b>(930)</b>	<b>1.021</b>
Rácio custo/rendimento	82%	58%	93%	68%	N/S	N/S	88%
<b>Ativos<sup>2</sup></b>	<b>237.497</b>	<b>573.673</b>	<b>296.637</b>	<b>9.453</b>	<b>197.667</b>	<b>10.333</b>	<b>1.325.259</b>
Adições a ativos não correntes	10	4	485	32	0	2.891	3.423
Ativos ponderados pelo risco	57.288	128.487	77.074	9.997	34.415	21.690	328.951
Exposição da alavancagem (fully-loaded) <sup>3</sup>	273.795	476.261	307.746	4.695	71.726	29.243	1.078.268
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.904	22.943	11.521	4.760	6.205	0	55.332
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	3%	9%	(1)%	8%	(26)%	N/S	0%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	4%	10%	(2)%	21%	(27)%	N/S	0%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.882	3.325	4.475	1	61	781	11.526
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	22	23	63	9	1	120
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	69	399	60	304	67	4	901

N/S – Não significativo

<sup>3</sup> A exposição à alavancagem do Grupo é apresentada excluindo determinadas exposições baseadas no Eurosystem expostas a bancos centrais do Eurosystem, com base na Decisão (UE) 2020/1306 do BCE e após ter obtido autorização do BCE. As exposições de alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa dedução.

<sup>4</sup> A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 39% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

	2019						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>5.244</b>	<b>7.019</b>	<b>8.206</b>	<b>2.332</b>	<b>217</b>	<b>147</b>	<b>23.165</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>284</b>	<b>109</b>	<b>344</b>	<b>1</b>	<b>(14)</b>	<b>0</b>	<b>723</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.073	1.983	2.990	832	359	3.906	11.142
Despesas gerais e administrativas	3.165	4.237	4.481	851	2.898	(3.380)	12.253
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Atividades de reestruturação	137	169	126	29	143	40	644
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>4.867</b>	<b>6.389</b>	<b>8.142</b>	<b>1.711</b>	<b>3.400</b>	<b>566</b>	<b>25.076</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>(0)</b>	<b>152</b>	<b>1</b>	<b>(173)</b>	<b>0</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>92</b>	<b>502</b>	<b>(279)</b>	<b>468</b>	<b>(3.170)</b>	<b>(247)</b>	<b>(2.634)</b>
Rácio custo/rendimento	93%	91%	99%	73%	N/S	N/S	108%
<b>Ativos<sup>2</sup></b>	<b>228.663</b>	<b>501.774</b>	<b>270.334</b>	<b>9.936</b>	<b>259.224</b>	<b>27.743</b>	<b>1.297.674</b>
Adições a ativos não correntes	9	1	215	27	0	1.069	1.322
Ativos ponderados pelo risco	58.808	116.552	74.032	9.527	45.874	19.223	324.015
<b>Exposição da alavancagem (fully-loaded)</b>	<b>270.647</b>	<b>432.254</b>	<b>282.575</b>	<b>4.643</b>	<b>126.905</b>	<b>51.016</b>	<b>1.168.040</b>
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.464	23.052	11.729	4.821	10.105	0	60.170
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>3</sup>	0%	1%	(2)%	7%	(23)%	N/S	(10)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>3</sup>	0%	1%	(3)%	18%	(24)%	N/S	(11)%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.633	2.707	4.804	(39)	85	3.559	13.749
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	32	14	49	12	1	110
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	66	412	82	276	90	4	929

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>3</sup> A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de (100)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

	2018						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>5.278</b>	<b>7.561</b>	<b>8.520</b>	<b>2.187</b>	<b>1.911</b>	<b>(142)</b>	<b>25.316</b>
Provisão para perdas de crédito	142	70	349	(1)	(36)	1	525
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.063	2.175	3.059	787	547	4.183	11.814
Despesas gerais e administrativas	2.787	4.134	4.448	929	2.742	(3.754)	11.286
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	32	199	49	19	62	(1)	360
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>3.882</b>	<b>6.509</b>	<b>7.556</b>	<b>1.735</b>	<b>3.351</b>	<b>428</b>	<b>23.461</b>
Participações minoritárias	0	24	(0)	85	1	(109)	0
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>1.254</b>	<b>958</b>	<b>616</b>	<b>368</b>	<b>(1.404)</b>	<b>(461)</b>	<b>1.330</b>
Rácio custo/rendimento	74%	86%	89%	79%	N/S	N/S	93%
Ativos <sup>2</sup>	216.163	458.464	270.150	10.030	370.090	23.240	1.348.137
Adições a ativos não correntes	13	2	303	43	1	1.286	1.647
Ativos ponderados pelo risco <sup>3</sup>	60.305	122.662	67.180	10.365	72.133	17.789	350.432
Exposição da alavancagem (fully-loaded)	257.921	413.631	287.760	5.044	280.638	27.933	1.272.926
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.927	22.629	12.397	4.837	11.704	115	62.610
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	8%	2%	3%	5%	(9)%	N/S	(0)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	9%	3%	4%	14%	(9)%	N/S	(0)%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.419	2.209	4.905	(51)	416	3.417	13.316
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	157	2	41	10	6	219
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	63	406	78	240	87	5	879

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>3</sup> Os ativos ponderados pelo risco têm por base o quadro CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>4</sup> A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 74% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

## Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Global Transaction Banking	3.698	3.810	3.908	(112)	(3)	(98)	(3)
Commercial Banking	1.447	1.433	1.370	14	1	63	5
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>5.145</b>	<b>5.244</b>	<b>5.278</b>	<b>(98)</b>	<b>(2)</b>	<b>(34)</b>	<b>(1)</b>
Provisão para perdas de crédito	366	284	142	82	29	142	100
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.064	1.073	1.063	(9)	(1)	10	1
Despesas gerais e administrativas	3.126	3.165	2.787	(40)	(1)	378	14
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	492	0	(492)	N/S	492	N/S
Atividades de reestruturação	28	137	32	(108)	(79)	105	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>4.218</b>	<b>4.867</b>	<b>3.882</b>	<b>(649)</b>	<b>(13)</b>	<b>986</b>	<b>25</b>
Participações minoritárias	0	0	0	0	N/S	0	N/S
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>561</b>	<b>92</b>	<b>1.254</b>	<b>469</b>	<b>N/S</b>	<b>(1.162)</b>	<b>(93)</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	237	229	216	9	4	13	6
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	114	119	114	(5)	(4)	5	5
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	7.368	7.712	7.653	(345)	(4)	60	1

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

## Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading	7.088	5.525	5.644	1.563	28	(119)	(2)
Geração de dívida	1.542	1.119	1.146	423	38	(27)	(2)
Geração de ações	379	149	197	231	155	(48)	(24)
Consultoria	277	370	458	(93)	(25)	(88)	(19)
Geração e consultoria	2.198	1.638	1.801	560	34	(163)	(9)
Outros	(3)	(144)	117	142	(98)	(261)	N/S
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>9.283</b>	<b>7.019</b>	<b>7.561</b>	<b>2.265</b>	<b>32</b>	<b>(542)</b>	<b>(7)</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>688</b>	<b>109</b>	<b>70</b>	<b>579</b>	<b>N/S</b>	<b>38</b>	<b>54</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.906	1.983	2.175	(76)	(4)	(192)	(9)
Despesas gerais e administrativas	3.493	4.237	4.134	(744)	(18)	103	2
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	14	169	199	(155)	(92)	(30)	(15)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>5.413</b>	<b>6.389</b>	<b>6.509</b>	<b>(975)</b>	<b>(15)</b>	<b>(121)</b>	<b>(2)</b>
Participações minoritárias	11	20	24	(8)	(41)	(4)	(18)
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>3.171</b>	<b>502</b>	<b>958</b>	<b>2.669</b>	<b>N/S</b>	<b>(456)</b>	<b>(48)</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	574	502	458	72	14	43	9
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	69	75	65	(6)	(8)	10	16
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	4.258	4.351	4.623	(93)	(2)	(273)	(6)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

## Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas:</b>							
Private Bank Alemanha	4.992	5.070	5.320	(78)	(2)	(251)	(5)
International Private Bank	3.134	3.137	3.200	(3)	(0)	(64)	(2)
IPB Personal Banking <sup>1</sup>	830	869	888	(39)	(5)	(19)	(2)
IPB Private Banking <sup>2</sup> e Wealth Management	2.304	2.267	2.312	37	2	(44)	(2)
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>8.126</b>	<b>8.206</b>	<b>8.520</b>	<b>(80)</b>	<b>(1)</b>	<b>(314)</b>	<b>(4)</b>
Of which:							
Rendimento de juros líquido	4.475	4.804	4.905	(329)	(7)	(101)	(2)
Rendimentos de serviços e comissões	3.048	2.865	2.788	183	6	77	3
Rendimentos restantes	603	537	827	66	12	(290)	(35)
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>711</b>	<b>344</b>	<b>349</b>	<b>367</b>	<b>107</b>	<b>(5)</b>	<b>(2)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros):</b>							
Remunerações e benefícios	2.884	2.990	3.059	(106)	(4)	(69)	(2)
Despesas gerais e administrativas	4.242	4.481	4.448	(240)	(5)	34	1
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	545	0	(545)	N/S	545	N/S
Atividades de reestruturação	413	126	49	287	N/S	76	155
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>7.539</b>	<b>8.142</b>	<b>7.556</b>	<b>(603)</b>	<b>(7)</b>	<b>586</b>	<b>8</b>
Participações minoritárias	0	(0)	(0)	1	N/S	(0)	N/S
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>(124)</b>	<b>(279)</b>	<b>616</b>	<b>155</b>	<b>(56)</b>	<b>(895)</b>	<b>N/S</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>3</sup>	297	270	270	26	10	0	0
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	237	227	216	10	5	11	5
Ativos sob Gestão (em mil milhões de euros) <sup>4</sup>	493	482	446	11	2	36	8
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	16	4	(2)	12	N/S	7	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	29.945	31.599	32.437	(1.654)	(5)	(838)	(3)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Incluindo pequenas empresas em Itália, Espanha e Índia.

<sup>2</sup> Incluindo pequenas e médias empresas em Itália, Espanha e Índia.

<sup>3</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

<sup>4</sup> Definimos ativos sob gestão como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós. Gerimos ativos sob gestão de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós. Os depósitos são considerados ativos sob gestão caso sirvam fins de investimento. No Private Bank Alemanha, IPB Personal Banking e IPB Private Banking, inclui depósitos a prazo e depósitos de poupança. Em Wealth Management do IPB, é assumido que todos os depósitos de clientes são detidos por nós principalmente para fins de investimento.

## Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Comissões de gestão	2.136	2.141	2.115	(5)	(0)	26	1
Comissões de desempenho e transação	90	201	91	(111)	(55)	111	122
Outros	3	(10)	(19)	13	N/S	9	(48)
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>2.229</b>	<b>2.332</b>	<b>2.187</b>	<b>(103)</b>	<b>(4)</b>	<b>146</b>	<b>7</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>1</b>	<b>59</b>	<b>2</b>	<b>N/S</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	740	832	787	(92)	(11)	45	6
Despesas gerais e administrativas	764	851	929	(87)	(10)	(78)	(8)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	22	29	19	(6)	(22)	10	51
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>1.527</b>	<b>1.711</b>	<b>1.735</b>	<b>(185)</b>	<b>(11)</b>	<b>(23)</b>	<b>(1)</b>
Participações minoritárias	157	152	85	5	4	68	80
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>544</b>	<b>468</b>	<b>368</b>	<b>76</b>	<b>16</b>	<b>99</b>	<b>27</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	9	10	10	(0)	(5)	(0)	(1)
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)	793	768	664	25	3	103	16
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	30	25	(23)	5	N/S	48	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	3.926	3.925	4.022	1	0	(97)	(2)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

## Unidade de Libertação de Capital

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>	<b>(225)</b>	<b>217</b>	<b>1.911</b>	<b>(442)</b>	<b>N/S</b>	<b>(1.694)</b>	<b>(89)</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>29</b>	<b>(14)</b>	<b>(36)</b>	<b>43</b>	<b>N/S</b>	<b>22</b>	<b>(61)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	168	359	547	(191)	(53)	(188)	(34)
Despesas gerais e administrativas	1.774	2.898	2.742	(1.124)	(39)	156	6
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	5	143	62	(139)	(97)	81	131
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>1.947</b>	<b>3.400</b>	<b>3.351</b>	<b>(1.453)</b>	<b>(43)</b>	<b>49</b>	<b>1</b>
Participações minoritárias	(0)	1	1	(1)	N/S	1	136
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>(2.201)</b>	<b>(3.170)</b>	<b>(1.404)</b>	<b>970</b>	<b>(31)</b>	<b>(1.766)</b>	<b>126</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	198	259	370	(62)	(24)	(111)	(30)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	482	621	1.540	(139)	(22)	(919)	(60)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

## Corporate & Other (C&O)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>	<b>(530)</b>	<b>147</b>	<b>(142)</b>	<b>(678)</b>	<b>N/S</b>	<b>289</b>	<b>N/S</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>(3)</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>(4)</b>	<b>N/S</b>	<b>(0)</b>	<b>(84)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	3.709	3.906	4.183	(197)	(5)	(277)	(7)
Despesas gerais e administrativas	(3.140)	(3.380)	(3.754)	240	(7)	374	(10)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	3	40	(1)	(38)	(93)	41	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>572</b>	<b>566</b>	<b>428</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>138</b>	<b>32</b>
Participações minoritárias	(169)	(173)	(109)	3	(2)	(64)	58
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>(930)</b>	<b>(247)</b>	<b>(461)</b>	<b>(684)</b>	<b>N/S</b>	<b>215</b>	<b>(47)</b>
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	38.680	39.389	41.463	(709)	(2)	(2.074)	(5)

N/S – Não significativo

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

## Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do Banco. Para mais pormenores sobre as componentes de receitas líquidas, consultar o "Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Resultados operacionais: divisões corporativas".

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes de provisões para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respetivamente. A informação apresentada para as divisões CB, IB, PB, AM e CRU foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde os proveitos são registados. As informações para C&O são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por C&O é detida centralmente.

em euros	2020	2019	2018
<b>Alemanha:</b>			
Corporate Bank	2.532	2.441	2.366
Investment Bank	431	365	419
Private Bank	5.460	5.541	5.903
Asset Management	992	1.054	985
Unidade de Libertação de Capital	23	80	85
<b>Total da Alemanha</b>	<b>9.439</b>	<b>9.481</b>	<b>9.758</b>
<b>Reino Unido:</b>			
Corporate Bank	110	207	241
Investment Bank	3.552	2.244	2.621
Private Bank	31	29	26
Asset Management	292	345	295
Unidade de Libertação de Capital	(383)	(181)	485
<b>Total do Reino Unido</b>	<b>3.602</b>	<b>2.645</b>	<b>3.667</b>
<b>Resto da Europa, Médio Oriente e África:</b>			
Corporate Bank	934	846	832
Investment Bank	358	292	250
Private Bank	1.680	1.669	1.704
Asset Management	344	380	379
Unidade de Libertação de Capital	35	99	243
<b>Total do Resto da Europa, Médio Oriente e África</b>	<b>3.352</b>	<b>3.286</b>	<b>3.408</b>
<b>Américas (principalmente Estados Unidos):</b>			
Corporate Bank	772	952	1.023
Investment Bank	3.281	2.697	2.958
Private Bank	362	374	361
Asset Management	465	437	413
Unidade de Libertação de Capital	50	88	712
<b>Total das Américas</b>	<b>4.930</b>	<b>4.548</b>	<b>5.467</b>
<b>Ásia e Pacífico:</b>			
Corporate Bank	796	797	816
Investment Bank	1.660	1.420	1.313
Private Bank	594	593	527
Asset Management	136	116	114
Unidade de Libertação de Capital	49	130	387
<b>Total de Ásia e Pacífico</b>	<b>3.236</b>	<b>3.057</b>	<b>3.157</b>
<b>Corporativo e outros</b>	<b>(530)</b>	<b>147</b>	<b>(142)</b>
<b>Proveitos líquidos consolidados<sup>1</sup></b>	<b>24.028</b>	<b>23.165</b>	<b>25.316</b>

<sup>1</sup> Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões). Os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos. A localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação. O local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida.



## Notas às demonstrações financeiras consolidadas

### 05 – Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

#### Rendimento de juros líquido

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Juros e rendimentos similares:<sup>1</sup></b>			
Rendimento de juros em caixa e saldos do banco central	321	1.762	1.860
Rendimento de juros em saldos interbancários (sem bancos centrais)	325	293	223
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	318	340	221
Empréstimos	11.439	13.760	12.992
Outros	913	844	475
<b>Total de juros e rendimentos similares de ativos medidos ao custo amortizado</b>	<b>13.315</b>	<b>16.999</b>	<b>15.771</b>
Rendimento de juros sobre ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	635	1.023	1.014
<b>Total de juros e rendimentos similares calculados segundo o método da taxa de juro efetiva</b>	<b>13.950</b>	<b>18.022</b>	<b>16.785</b>
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3.856	7.186	7.933
<b>Total de juros e rendimentos similares</b>	<b>17.806</b>	<b>25.208</b>	<b>24.718</b>
<b>Gasto de juros:<sup>1,2</sup></b>			
Depósitos remunerados	1.941	3.643	3.122
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	169	367	379
Outros empréstimos a curto prazo	62	163	139
Dívida a longo prazo	1.612	2.002	1.981
Títulos fiduciários preferenciais	42	187	234
Outros	807	1.667	1.679
<b>Total de gasto de juros medidos pelo custo amortizado</b>	<b>4.633</b>	<b>8.030</b>	<b>7.534</b>
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.648	3.429	3.868
<b>Total de gasto de juros</b>	<b>6.280</b>	<b>11.458</b>	<b>11.402</b>
<b>Rendimento de juros líquido</b>	<b>11.526</b>	<b>13.749</b>	<b>13.316</b>

<sup>1</sup> Os períodos anteriores comparativos para rendimento de juros bruto e gasto de juros bruto foram reajustados. Os reajustes não afetaram o rendimento de juros líquido. 59 milhões de euros e 75 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018 foram reajustados.

<sup>2</sup> 124 milhões de euros foram reclassificados de rendimentos de negociação para custos de juros para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

Outro rendimento de juros para o exercício findo a 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 incluiu 43 milhões de euros, 93 milhões de euros e 93 milhões de euros, respetivamente, relacionados com subsídios governamentais no âmbito do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II).

#### Impacto das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (TLTRO III) do BCE

O Conselho do BCE decidiu sobre uma série de alterações aos termos e condições da sua TLTRO III, a fim de apoiar ainda mais a prestação de crédito às famílias e empresas face à atual perturbação económica e ao aumento da incerteza causada pela pandemia COVID-19. Os bancos cujos empréstimos líquidos elegíveis excedam 0% entre 1 de março de 2020 e 31 de março de 2021 pagam uma taxa 0,5% inferior à taxa média da facilidade de depósito para empréstimos entre 24 de junho de 2020 e 23 de junho de 2021. Isto equivaleria atualmente a uma taxa total de (1)%. A taxa de juro fora deste período será a taxa de juro média da facilidade de depósito (atualmente (0,5%). O Grupo contabiliza a redução potencial da taxa de contração de empréstimos sob a forma de subsídio governamental nos termos da IAS 20. O rendimento do subsídio governamental é apresentado na margem financeira e é reconhecido quando existe garantia razoável de que o Grupo receberá o subsídio e irá cumprir as condições subjacentes ao mesmo.

A taxa de juro efetiva de cada empréstimo tem em conta a taxa de juro base, que é a média das taxas das operações principais de refinanciamento ao longo da vida da operação TLTRO III relevante (com exceção do período de 24 de junho de 2020 a 23 de junho de 2021, quando será 50 pontos base inferior à média).

Outro rendimento de juros para o ano findo a 31 de dezembro de 2020 incluiu 86 milhões de euros relacionados com subsídios governamentais no âmbito do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas III (TLTRO III). Tal deve-se ao facto de que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo estabeleceu uma garantia razoável para o benefício decorrente do desconto da taxa base e dos critérios de empréstimo inicialmente modificados, mas não para os novos critérios de empréstimo do programa de refinanciamento TLTRO III. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo emprestou 37,5 mil milhões de euros no âmbito do programa de refinanciamento TLTRO III.

### Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Rendimentos de negociação:</b>			
Sales & Trading (ações) <sup>1,2</sup>	(409)	87	369
Sales & Trading (FIC) <sup>1</sup>	3.457	2.563	2.712
Total Sales & Trading	3.049	2.650	3.081
Outros rendimentos de negociação (perdas) <sup>1</sup>	(819)	(2.453)	(3.154)
<b>Total de rendimentos de negociação (perdas)<sup>2</sup></b>	<b>2.230</b>	<b>197</b>	<b>(72)</b>
<b>Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:</b>			
Discriminação por categoria de ativos financeiros:			
Títulos de dívida <sup>3</sup>	5	72	(77)
Títulos de capital <sup>3</sup>	114	271	159
Créditos e compromissos de crédito	(38)	28	77
Depósitos	(9)	(19)	27
Outros Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	203	25	26
<b>Total de resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:</b>	<b>276</b>	<b>377</b>	<b>212</b>
<b>Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:</b>			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Créditos e compromissos de crédito	15	(9)	7
Depósitos	(1)	(0)	19
Dívida a longo prazo	(71)	(386)	1.118
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	16	15	(75)
<b>Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados</b>	<b>(40)</b>	<b>(381)</b>	<b>1.069</b>
<b>Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados<sup>2</sup></b>	<b>2.465</b>	<b>193</b>	<b>1.209</b>

<sup>1</sup> Os valores do ano anterior são apresentados na estrutura atual.

<sup>2</sup> 124 milhões de euros foram reclassificados de rendimentos de negociação para rendimentos de juros líquidos para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

<sup>3</sup> Número do ano anterior revisto.

### A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Margem financeira<sup>1</sup></b>	<b>11.526</b>	<b>13.749</b>	<b>13.316</b>
Rendimentos de negociação (perdas) <sup>1,2</sup>	2.230	197	(72)
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	276	377	212
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(40)	(381)	1.069
<b>Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>2.465</b>	<b>193</b>	<b>1.209</b>
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados<sup>3</sup></b>	<b>13.991</b>	<b>13.942</b>	<b>14.524</b>
Commercial Banking	1.107	1.089	1.034
Global Transaction Banking	1.828	1.620	1.527
Corporate Bank	2.935	2.709	2.562
FIC Sales & Trading	6.991	5.696	5.251
Restantes produtos	205	(252)	23
Investment Bank	7.196	5.444	5.273
Private Bank	4.623	4.946	5.017
Asset Management	(98)	87	(88)
Unidade de Libertação de Capital	(33)	155	1.442
Corporate & Other	(632)	602	318
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>13.991</b>	<b>13.942</b>	<b>14.524</b>

<sup>1</sup> 124 milhões de euros foram reclassificados de rendimentos de negociação para rendimentos de juros líquidos para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> Os rendimentos de negociação (perda) incluem os resultados de derivativos não qualificados para contabilidade de cobertura.

<sup>3</sup> Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivativos relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre margem financeira ou os resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. A tabela acima combina o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão.

## 06 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Rendimentos e encargos de serviços e comissões:</b>			
Rendimentos de serviços e comissões	12.227	12.283	12.921
Encargos com serviços e comissões	2.803	2.763	2.882
<b>Resultado líquido de serviços e comissões</b>	<b>9.424</b>	<b>9.520</b>	<b>10.039</b>

### Desagregação de proveitos por tipo de produto e segmento de negócio

	31 dez 2020						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Principal tipo de serviços:</b>							
Comissões de administração	245	17	235	23	1	(3)	518
Comissões de ativos geridos	19	1	319	3.090	0	1	3.429
Comissões de outros títulos	365	0	35	0	0	0	401
Comissões de subscrição e consultoria	29	1.688	13	0	1	(42)	1.688
Comissões de corretagem	21	357	1.103	72	113	(1)	1.665
Comissões de pagamentos locais	437	(2)	951	0	0	7	1.394
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	409	25	104	0	0	(3)	536
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	4	0	6	0	0	0	11
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	529	210	305	0	7	7	1.058
Comissões intermediárias	13	2	757	1	1	12	787
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	271	289	39	131	4	7	741
<b>Rendimento total de serviços e comissões</b>	<b>2.343</b>	<b>2.588</b>	<b>3.867</b>	<b>3.317</b>	<b>127</b>	<b>(15)</b>	<b>12.227</b>
Despesa bruta							(2.803)
<b>Serviços e comissões líquidas</b>							<b>9.424</b>

31 dez 2019

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Principal tipo de serviços:</b>							
Comissões de administração	251	8	234	23	5	0	521
Comissões de ativos geridos	22	1	304	3.219	1	2	3.547
Comissões de outros títulos	330	0	28	1	1	0	359
Comissões de subscrição e consultoria	29	1.568	15	0	61	(17)	1.656
Comissões de corretagem	13	253	930	81	470	5	1.751
Comissões de pagamentos locais	498	0	974	0	1	1	1.474
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	455	26	106	0	0	(1)	586
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	7	0	7	0	0	0	15
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	497	189	281	0	16	6	989
Comissões intermediárias	32	2	486	0	1	14	535
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	297	349	54	127	23	1	850
<b>Rendimento total de serviços e comissões</b>	<b>2.429</b>	<b>2.397</b>	<b>3.419</b>	<b>3.451</b>	<b>578</b>	<b>10</b>	<b>12.283</b>
Despesa bruta							(2.763)
<b>Serviços e comissões líquidas</b>							<b>9.520</b>

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

31 dez 2018

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Principal tipo de serviços:</b>							
Comissões de administração	275	10	249	22	15	(3)	568
Comissões de ativos geridos	23	16	260	3.131	6	0	3.436
Comissões de outros títulos	301	0	29	2	2	0	335
Comissões de subscrição e consultoria	38	1.479	15	(1)	193	(28)	1.696
Comissões de corretagem	12	260	884	82	999	0	2.238
Comissões de pagamentos locais	490	(1)	959	0	12	(1)	1.460
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	471	32	117	0	2	(1)	621
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	7	0	7	0	1	0	15
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	521	187	246	0	26	1	981
Comissões intermediárias	24	1	437	0	13	17	493
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	281	578	69	117	31	0	1.076
<b>Rendimento total de serviços e comissões</b>	<b>2.444</b>	<b>2.564</b>	<b>3.273</b>	<b>3.352</b>	<b>1.300</b>	<b>(13)</b>	<b>12.921</b>
Despesa bruta							(2.882)
<b>Serviços e comissões líquidas</b>							<b>10.039</b>

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

Em 31 de dezembro de 2020, havia obrigações de desempenho não satisfeitas com um prazo de vencimento inicial esperado superior a um ano de 66 milhões de euros, com um período de sete anos entre 2022 e 2028, a partir de fundos alternativos

geridos pelo negócio de gestão de ativos do Grupo. A diminuição das obrigações de desempenho não satisfeitas em comparação com 31 de dezembro de 2019 (75 milhões de euros com um período de sete anos entre 2021 e 2027) deveu-se principalmente a uma alteração no modelo de fundo. De igual modo, tal afetou o calendário de quando os ativos do fundo seriam vendidos e, por conseguinte, quando seriam geradas taxas de desempenho.

À data de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo de valores a receber de rendimentos de serviços e comissões do Grupo era de 876 milhões de euros e 861 milhões de euros, respetivamente. À data de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo de responsabilidades contratuais associadas a rendimentos de serviços e comissões do Grupo era de 65 milhões de euros e 195 milhões de euros, respetivamente. As responsabilidades contratuais são decorrentes da obrigação do Grupo de oferecer serviços futuros a um cliente para o qual recebeu contrapartida do cliente antes da conclusão dos serviços. Os saldos de valores a receber e de responsabilidades contratuais não variam significativamente entre períodos, refletindo o facto de estarem predominantemente relacionados com contratos de serviços recorrentes com períodos de serviço de menos de um ano, tais como serviços de contas correntes mensais e serviços de Asset Management trimestrais. Consequentemente, os saldos das responsabilidades contratuais do período anterior são geralmente reconhecidos em receitas no período subsequente. O pagamento dos clientes em troca dos serviços prestados está normalmente sujeito ao desempenho do Grupo ao longo de um período de serviço específico, de modo a que o direito ao pagamento do Grupo surge no final do período de serviço quando as suas obrigações de desempenho são concluídas na íntegra. Como tal, não é relatado nenhum saldo material de ativos contratuais.

## 07 – Resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros medidos ao custo amortizado

Nos doze meses findos a 31 de dezembro de 2020, o Grupo vendeu ativos financeiros medidos pelo custo amortizado de 10 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2019: 390 milhões de euros e 31 de dezembro de 2018: 92 milhões de euros) principalmente de uma carteira Deter para recolher (HTC) no Postbank, bem como vendas realizadas a partir de uma carteira HTC em Tesouraria. Foi tomada uma decisão de alienar a carteira de obrigações do Postbank como parte da integração do Postbank no Grupo. As vendas em tesouraria foram realizadas como parte de uma estratégia de reajustamento para gerir o risco de taxa de juro na Carteira bancária em resultado destas vendas, o modelo de negócio HTC deixou de ser válido para futuras aquisições de ativos nesta carteira.

O quadro abaixo apresenta os resultados decorrentes do desreconhecimento destes títulos.

em euros	2020	2019	2018
Ganhos	334	0	2
Perdas	(10)	(0)	(0)
Resultados líquidos do desreconhecimento de títulos medidos pelo custo amortizado	324	0	2

## 08 – Outro resultado

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Outro resultado:</b>			
Resultados líquidos na alienação de créditos	(13)	3	(4)
Prémios de seguros	3	3	3
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	(306)	(635)	(497)
Outros rendimentos (perdas) restantes <sup>1</sup>	161	(40)	712
<b>Total de outro resultado</b>	<b>(154)</b>	<b>(668)</b>	<b>215</b>

<sup>1</sup> Inclui resultados líquidos de (59) milhões de euros, 4 milhões de euros e 141 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respetivamente, que estão relacionados com os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

## 09 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Despesas gerais e administrativas:</b>			
Tecnologias de informação <sup>1</sup>	3.862	5.011	4.043
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento <sup>2</sup>	1.724	1.693	1.698
Regulamentares, impostos e seguros <sup>2,3</sup>	1.407	1.440	1.570
Serviços profissionais <sup>4</sup>	982	1.143	1.323
Serviços bancários e operações subcontratados <sup>4</sup>	962	967	960
Serviços de dados de mercado e investigação <sup>1</sup>	376	421	415
Despesas de deslocação	76	256	288
Despesas de <i>marketing</i>	174	251	299
Outras despesas <sup>5</sup>	696	1.071	690
<b>Despesas totais gerais e administrativas</b>	<b>10.259</b>	<b>12.253</b>	<b>11.286</b>

<sup>1</sup> Os números do ano anterior foram reajustados para refletir a transferência das despesas de telecomunicações de (comunicações) e de dados de mercado e despesas de serviços de investigação para despesas com tecnologias de informação.

<sup>2</sup> Os números do ano anterior foram reajustados de forma a refletir a mudança das despesas com prêmios de seguros de despesas com instalações, mobiliário e equipamento para despesas regulamentares, fiscais e de seguros.

<sup>3</sup> Inclui taxas bancárias de 633 milhões de euros em 2020, 622 milhões de euros em 2019 e 690 milhões de euros em 2018.

<sup>4</sup> Os números do ano anterior foram reajustados para refletir a mudança de outras despesas operacionais subcontratadas de despesas de serviços profissionais para serviços bancários e despesas de operações subcontratadas.

<sup>5</sup> Inclui despesas relacionadas com litígios de 158 milhões de euros em 2020, 473 milhões de euros em 2019 e 88 milhões de euros em 2018. Para mais informações sobre litígios ver Nota 27, "Provisões".

## 10 – Reestruturação

A reestruturação é motivada principalmente pela implementação das mudanças estratégicas do Grupo, tal como anunciadas no terceiro trimestre de 2019. Definimos e encontramos-nos a implementar medidas que visam reforçar o banco, posicioná-lo para o crescimento e simplificar a sua configuração organizacional. As medidas também visam reduzir os custos ajustados através de uma maior eficiência, otimizando e simplificando os processos e explorando sinergias.

Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prêmios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário.

### Custos líquidos de reestruturação por divisão

em milhões de euros	2020	2019	2018
Corporate Bank	28	137	32
Investment Bank	14	169	199
Private Bank	413	126	49
Asset Management	22	29	19
Unidade de Libertação de Capital	5	143	62
Corporate & Other	3	40	(1)
<b>Total de encargos líquidos de reestruturação</b>	<b>485</b>	<b>644</b>	<b>360</b>

### Reestruturação líquida por tipo

em milhões de euros	2020	2019	2018
Reestruturação – Relativo aos colaboradores	479	641	367
dos quais:			
Benefícios por cessação do vínculo laboral	441	476	248
Aceleração de retenção	36	156	113
Segurança social	1	9	6
Reestruturação – Não relativo aos colaboradores	6	2	(6)
<b>Total de encargos líquidos de reestruturação</b>	<b>485</b>	<b>644</b>	<b>360</b>

As provisões para reestruturação ascenderam a 676 milhões de euros, 684 milhões de euros e 585 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respetivamente. Espera-se que a maioria das provisões atuais para a reestruturação seja utilizada nos dois anos seguintes.

Durante 2020, 1447 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foram reduzidos através da reestruturação (2019: 2564 e 2018: 3.217).

### Alterações organizacionais

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2020	2019	2018
Corporate Bank	303	138	223
Investment Bank	100	626	670
Private Bank	630	731	910
Asset Management	48	136	92
Unidade de Libertação de Capital	69	514	243
Infraestrutura	297	419	1.078
<b>Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro</b>	<b>1.447</b>	<b>2.564</b>	<b>3.217</b>

Os valores do FTE para 2019 e 2018 foram reajustados para incluir antigos colaboradores do Postbank que não foram anteriormente incluídos na divulgação.

## 11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

### Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2020	2019	2018
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	495	(5.390)	267
Cupões pagos sobre componentes de capital adicionais <sup>1</sup>	(349)	(330)	(292)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos	146	(5.719)	(26)
Efeito de títulos diluidores	0	0	0
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos	146	(5.719)	(26)
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	2.108,2	2.110,0	2.102,2
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	62,0	0,0	0,0
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	0,0	0,0	0,0
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	2.170,1	2.110,0	2.102,2

<sup>1</sup> Desde 2019, o impacto fiscal é reconhecido diretamente nos resultados.

### Resultados por ação

em milhões de euros	2020	2019	2018
Resultados por ação básicos	0,07	(2,71)	(0,01)
Resultados por ação diluídos	0,07	(2,71)	(0,01)

Em conformidade com a IAS 33, os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 não são atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e, como tal, têm de ser deduzidos no cálculo. Este ajuste criou uma situação de perda líquida para resultados por ação ordinária em 2018. Devido à situação de perda líquida para 2019 e 2018, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos lucros por ação, pois isto seria contra a diluição e diminuiria a perda líquida por ação.

### Instrumentos em circulação e não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos<sup>1</sup>

Número de ações em milhões	2020	2019	2018
Opções de compra vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	0,0	117,6	108,8

<sup>1</sup> Não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos, pois caso contrário teriam um efeito antidiluidor.



## Notas ao balanço consolidado

### 12 – Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Ativos financeiros classificados como detidos para negociação:</b>		
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	97.756	97.986
Outros ativos detidos para negociação <sup>1</sup>	10.173	12.889
Total de ativos detidos para negociação	107.929	110.875
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	343.455	332.931
<b>Total de ativos financeiros classificados como detidos para negociação</b>	<b>451.383</b>	<b>443.805</b>
<b>Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados:</b>		
Títulos comprados com acordos de revenda	46.057	53.366
Títulos obtidos por empréstimo	17.009	17.918
Empréstimos	2.192	3.174
Outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de resultados	10.864	12.443
<b>Total de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados</b>	<b>76.121</b>	<b>86.901</b>
<b>Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados:</b>		
Empréstimos	437	7
Outros Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0
<b>Total de Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados</b>	<b>437</b>	<b>7</b>
<b>Total de ativos financeiros pelo justo valor através de resultados</b>	<b>527.941</b>	<b>530.713</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos negociados no valor de 8,3 mil milhões de euros e 12,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente.

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Passivos financeiros classificados como detidos para negociação:</b>		
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	43.882	36.692
Outros passivos detidos para negociação	434	373
Total de passivos detidos para negociação	44.316	37.065
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	327.775	316.506
<b>Total de passivos financeiros classificados como detidos para negociação</b>	<b>372.090</b>	<b>353.571</b>
<b>Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:</b>		
Títulos vendidos com acordos de recompra	41.636	42.723
Compromissos de crédito	2	1
Dívida a longo prazo	3.374	4.761
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.570	2.847
<b>Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados</b>	<b>46.582</b>	<b>50.332</b>
Passivos por contratos de investimento	526	544
<b>Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>419.199</b>	<b>404.448</b>

#### Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados era de 437 milhões de euros e de 7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a melhoria do risco de crédito sob a forma da garantia recebida. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

#### Variações de justo valor de ativos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Valor nominal de ativos financeiros expostos a risco de crédito	439	0
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	(8)	0
Variação cumulativa do justo valor	(8)	0
Valor nominal de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	166	0
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	8	0
Variação cumulativa do justo valor	8	0

#### Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Apresentado em Outro rendimento integral</b>		
Variação cumulativa do justo valor	(12)	(34)
<b>Apresentado na Demonstração de resultados</b>		
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	0
Variação cumulativa do justo valor	0	0

<sup>1</sup> O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pelas entidades estruturadas consolidadas foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém.

#### Transferências dos resultados cumulativos dentro do capital durante o período

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Resultados cumulativos dentro do capital durante o período	0	0

#### Montantes realizados no desconhecimento de passivos designados ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Montante apresentado em Outro rendimento integral realizado no desconhecimento	0	0

#### O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor contabilístico dos passivos financeiros<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Incluindo compromissos de crédito não utilizados <sup>2</sup>	963	873
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	159	357

<sup>1</sup> Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício.

<sup>2</sup> Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito.

## 13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

### Controlo e métodos de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

**Cotações em mercados ativos** – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

**Técnicas de avaliação** – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. Nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (input) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requererem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de

informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

**Ajustamentos de avaliação** – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (bid/offer spreads), risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em bid/offer spreads são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação pelo preço proposto para compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento e, por conseguinte, do seu justo valor. O valor contabilístico de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de compra proposto (bid) e o valor contabilístico de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de venda proposto (offer). Os ajustamentos de avaliação com base em bid-offer são determinados a partir dos preços de bid-offer observados na respetiva atividade de negociação e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço bid/offer, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (midmarket). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços bid/offer observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis bid/offer para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (credit valuation adjustments – CVA) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclui já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (netting agreement) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de swaps de risco de incumprimento (credit default swap – CDS). Sempre que não estiverem disponíveis spreads de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivados OTC e por obrigações emitidas designados ao justo valor através de resultados) integra ajustamentos da avaliação para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo [ou seja, ajustamentos da avaliação de dívida (DVA) para ajustamento de crédito próprio e derivados (OCA) para notas estruturadas]. Para passivos derivados, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia avaliando a exposição futura esperada de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta quaisquer garantias constituídas pelo Grupo, o efeito de acordos-quadro de compensação relevantes, a probabilidade de incumprimento do Grupo, com base no nível de mercado de CDS do Grupo e na perda esperada em caso de incumprimento, tendo em conta a senioridade dos pedidos de derivados sob resolução (subordinação estatutária). As obrigações emitidas são descontadas utilizando o mesmo spread a que instrumentos semelhantes seriam emitidos ou recomprados à data de medição, uma vez que isto reflete o valor na perspetiva de um participante no mercado que detém a rubrica idêntica como um ativo. Este spread é adicionalmente parametrizado para um nível de mercado de componente de financiamento e um componente de crédito próprio idiossincrático. Ao abrigo da IFRS 9, a mudança no componente de crédito próprio é reportada no Outro rendimento integral (OCI).

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (funding valuation adjustments – FVA) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivados. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivados sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis bid/offer menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o bid/offer através do cálculo

do prêmio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

**Controlo de avaliação** – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado na função de Risco, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direcção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direcção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

## Hierarquia de justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

**Nível 1 – Instrumentos avaliados utilizando preços cotados em mercados ativos** são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos e em que o instrumento observado no mercado é representativo daquele que está a ser avaliado no inventário do Grupo.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivados negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

**Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis** são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação, mas onde todos os campos para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC; muitas obrigações de crédito cotadas com notação *investment-grade*; alguns *swaps* de risco de incumprimento; muitas obrigações com garantia real (*collateralized debt obligations* – CDO) e muitas ações menos líquidas.

**Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado** não diretamente observáveis são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um elemento que não é observável e que exerce um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento (*distressed debt*); obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos; CDO (cash e sintéticos) ilíquidos; algumas colocações privadas de

capital (private equity); muitos créditos imobiliários comerciais (commercial real estate – CRE); créditos ilíquidos; e algumas obrigações municipais.

#### Valor contábilístico dos instrumentos financeiros detidos ao justo valor<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2020			31 dez 2019		
	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Ativos detidos para negociação	44.525	55.220	8.183	44.595	56.713	9.567
Títulos para negociação	44.349	50.340	3.066	44.427	50.128	3.430
Outros ativos detidos para negociação	176	4.880	5.117	168	6.584	6.137
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	4.208	330.522	8.725	2.682	322.082	8.167
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	2.992	68.511	4.618	3.806	77.818	5.278
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	436	0	0	0	7
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	28.057	25.741	2.037	30.924	13.529	1.050
Outros ativos financeiros ao justo valor	93	9.277 <sup>2</sup>	20	2	7.366 <sup>2</sup>	363
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>79.875</b>	<b>489.707</b>	<b>23.583</b>	<b>82.009</b>	<b>477.507</b>	<b>24.431</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Passivos detidos para negociação	36.699	7.615	2	23.873	13.152	41
Títulos para negociação	36.674	7.206	2	23.862	12.828	2
Outros passivos detidos para negociação	25	409	0	11	324	38
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	4.430	315.145	8.200	2.841	307.013	6.652
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	45.622	960	0	48.378	1.954
Passivos por contratos de investimento	0	526	0	0	544	0
Outros passivos financeiros ao justo valor	799	3.573 <sup>2</sup>	(294) <sup>3</sup>	527	4.609 <sup>2</sup>	(34) <sup>3</sup>
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>41.929</b>	<b>372.480</b>	<b>8.867</b>	<b>27.241</b>	<b>373.697</b>	<b>8.612</b>

<sup>1</sup> Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

<sup>2</sup> Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura.

<sup>3</sup> Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados incorporados separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*host contract*). Os derivados embutidos separados são detidos ao justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor.

Durante o terceiro trimestre de 2020, o Grupo implementou ajustamentos aos seus procedimentos de teste de liquidez relacionados com a definição de mercado ativo. Espera-se que a abordagem revista resulte numa classificação hierárquica de justo valor mais transparente e coerente. O impacto destas alterações foi o movimento líquido de aproximadamente 2,0 mil milhões de euros de ativos detidos para negociação e de 9,0 mil milhões de euros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral do nível 1 para o nível 2.

Durante o quarto trimestre de 2020, o Grupo ajustou a sua metodologia de nivelamento para empréstimos da Estratégia de Empréstimos a Empresas relacionados com a utilização de preços de posições comparáveis. Espera-se que este ajustamento resulte numa classificação hierárquica de justo valor mais transparente e coerente. O impacto desta alteração foi um movimento de aproximadamente 1,0 mil milhões de euros de ativos financeiros detidos ao justo valor através de outro rendimento integral para o nível 3 a partir do nível 2.

## Técnicas de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias, técnicas de avaliação e procedimentos no âmbito do processo de avaliação e medição do justo valor. Em 2020, o surto da pandemia COVID-19 teve um impacto geral nos mercados financeiros, em especial em março de 2020 e abril de 2020, provocando deslocamentos do mercado e aumentando a volatilidade do mesmo. Tal resultou num aumento nos saldos de nível 3 do Grupo em 4,0 mil milhões de euros, principalmente relacionado com derivados de taxa de juro, que foi desde então materialmente revertido até ao final do quarto trimestre de 2020. A sensibilidade relacionada com os ativos e passivos de nível 3 aumentou devido a uma maior dispersão nos dados de mercado.

As condições de mercado exigiram um enfoque e uma revisão adicionais em determinadas áreas, incluindo a avaliação de margens entre preços de compra e de venda (*bid/offer spreads*), a fim de garantir que eram representativos do justo valor.

No entanto, foram seguidos procedimentos e controles normalizados, e continuamos a aderir a uma governação interna rigorosa para as alterações e movimentos de medição pelo justo valor.

O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

**Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital** – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (proxy) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

**Os títulos garantidos por créditos hipotecários e outros títulos garantidos por ativos (*mortgage- and other asset-backed securities* – MBS/ABS)** incluem os MBS para habitação e para fins comerciais e outros ABS, incluindo os CDO. Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes e as entidades emittentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os títulos garantidos por ativos são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que fazem a maior utilização possível dos dados observáveis disponíveis. Os modelos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pagamento antecipado, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (spread, yield ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

**Empréstimos** – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (proxy) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda por incumprimento esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de empréstimo ou outros mercados de crédito, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (leveraged loan index) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

**Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão** – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como swaps de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e swap de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

**Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor** – O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro. Os passivos financeiros englobam emissões de obrigações estruturadas, depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados, que podem não estar admitidos à cotação num mercado ativo. O justo valor destes passivos financeiros é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base na curva de rendimentos ajustada ao crédito relevante. Os parâmetros de risco de mercado são avaliados consistentemente face a instrumentos similares detidos como ativos, por exemplo, quaisquer derivados incorporados nas obrigações estruturadas são avaliados utilizando a mesma metodologia referida na secção acima “Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão”.

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

**Passivos por contratos de investimento** – Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

### **Análise de instrumentos financeiros com justo valor derivado de técnicas de avaliação que contêm parâmetros inobserváveis significativos (nível 3)**

Alguns dos ativos financeiros e passivos financeiros no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados brutos.

**Títulos detidos para negociação** – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. A diminuição durante o exercício deveu-se, principalmente, a vendas, liquidações, perdas, desconsolidação e transferências líquidas entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensada por compras e emissões.

**Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados** categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multdivisas; e certos swaps de risco de incumprimento para os quais o spread de crédito é inobservável.

O aumento dos ativos durante o exercício é derivado de ganhos parcialmente compensados por liquidações, desconsolidação e transferências entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos. O aumento dos passivos durante o exercício é derivado de perdas parcialmente compensadas por liquidações e transferências entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos.

**Os outros instrumentos para negociação** classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em empréstimos negociados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. Os créditos de nível 3 incluem créditos alavancados ilíquidos e créditos hipotecários ilíquidos para habitação e para fins comerciais. A diminuição durante o exercício refere-se a vendas, liquidações e perdas parcialmente compensadas por compras, emissões e transferências entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos.

**Os ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados** classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor são compostos por qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadre nem no modelo de negócios Deter para Recolher nem no modelo de negócios Deter para Recolher e Vender. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para Recolher ou Deter para Recolher e Vender para os quais

as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI. A diminuição durante o exercício é impulsionada por vendas, liquidações e perdas parcialmente compensadas por compras, emissões e transferências entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos.

**Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados** – Alguns empréstimos a empresas e passivos estruturados que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia porque o parâmetro da utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. A diminuição dos passivos durante o exercício é impulsionado por liquidações e transferências líquidas entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensados pelas emissões e perdas.

**Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral** incluem carteiras de empréstimos em incumprimento, onde não há intenção de negociação e o mercado é muito ilíquido. O aumento durante o exercício é impulsionado por compras, emissões e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensado pelas liquidações, vendas e perdas.



## Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

### Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

31 dez 2020

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades	Total dos resultados <sup>1</sup>	Compras	Vendas	Emissões <sup>2</sup>	Liquidações <sup>3</sup>	Transferências para o Nível 3 <sup>4</sup>	Transferências para fora do Nível 3 <sup>4</sup>	Saldo, fim do exercício
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	3.430	(79)	(101)	2.134	(1.628)	11	(423)	333	(612)	3.066
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	8.167	(1)	1.422	0	0	0	(833)	1.541	(1.572)	8.725
Outros ativos detidos para negociação	6.137	0	(423)	1.188	(2.712)	1.855	(1.207)	710	(433)	5.117
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	5.278	0	(256)	389	(394)	347	(811)	852	(786)	4.618
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	7	0	(1)	0	0	6	(12)	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.050	0	(66) <sup>5</sup>	127	(50)	718	(182)	618	(177)	2.037
Outros ativos financeiros ao justo valor	363	0	(9)	0	0	0	4	(147)	(191)	20
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>24.431</b>	<b>(79)</b>	<b>567<sup>6,7</sup></b>	<b>3.839</b>	<b>(4.784)</b>	<b>2.937</b>	<b>(3.463)</b>	<b>3.906</b>	<b>(3.771)</b>	<b>23.583</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	2	0	(2)	0	0	0	1	0	(0)	2
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	6.652	0	2.108	0	0	0	(365)	1.420	(1.615)	8.200
Outros passivos detidos para negociação	38	0	(1)	0	0	0	(9)	0	(28)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.954	0	55	0	0	186	(763)	215	(687)	960
Outros passivos financeiros ao justo valor	(34)	0	26	0	0	0	(16)	(187)	(83)	(294)
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>8.612</b>	<b>0</b>	<b>2.185<sup>6,7</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>186</b>	<b>(1.151)</b>	<b>1.448</b>	<b>(2.413)</b>	<b>8.867</b>

<sup>1</sup> Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

<sup>2</sup> Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

<sup>3</sup> Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

<sup>4</sup> As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registadas pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

<sup>5</sup> O total de resultados sobre ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral inclui um ganho de 11 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos.

<sup>6</sup> Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é uma perda de 495 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é um ganho de 66 milhões de euros.

<sup>7</sup> Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

31 dez 2019

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades	Total dos resultados <sup>1</sup>	Compras	Vendas	Emissões <sup>2</sup>	Liquidações <sup>3</sup>	Transferências para o Nível 3 <sup>4</sup>	Transferências para fora do Nível 3 <sup>4</sup>	Saldo, fim do exercício
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	4.086	(0)	76	2.122	(2.242)	0	(408)	537	(742)	3.430
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	8.309	0	1.547	0	0	0	(1.420)	1.571	(1.840)	8.167
Outros ativos detidos para negociação	5.676	(75)	176	1.031	(2.493)	2.615	(1.186)	729	(337)	6.137
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	6.066	(12)	401	1.448	(473)	592	(1.822)	727	(1.649)	5.278
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	2	0	0	8	(16)	12	0	7
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	268	0	2 <sup>5</sup>	536	(35)	0	(19)	300	(2)	1.050
Outros ativos financeiros ao justo valor	207	0	0	0	0	0	(6)	176	(14)	363
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>24.614</b>	<b>(86)</b>	<b>2.204<sup>6,7</sup></b>	<b>5.136</b>	<b>(5.243)</b>	<b>3.215</b>	<b>(4.877)</b>	<b>4.052</b>	<b>(4.584)</b>	<b>24.431</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	6.289	0	1.337	0	0	0	(1.175)	1.904	(1.702)	6.652
Outros passivos detidos para negociação	15	0	(8)	0	0	0	(4)	34	0	38
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2.021	(77)	290	0	0	385	(489)	681	(856)	1.954
Outros passivos financeiros ao justo valor	(611)	0	304	0	0	0	100	56	117	(34)
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>7.714</b>	<b>(77)</b>	<b>1.925<sup>6,7</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>385</b>	<b>(1.568)</b>	<b>2.674</b>	<b>(2.441)</b>	<b>8.612</b>

<sup>1</sup> Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

<sup>2</sup> Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

<sup>3</sup> Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

<sup>4</sup> As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registadas pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

<sup>5</sup> O total de resultados sobre ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral inclui uma perda de 3 milhões de euros reconhecida em outro rendimento integral, após impostos.

<sup>6</sup> Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 157 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, é uma perda de 25 milhões de euros.

<sup>7</sup> Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

## Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita. Se o Grupo tivesse ajustado os instrumentos financeiros em causa utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2020 poderia ter aumentado

o justo valor em 1,8 mil milhões de euros ou diminuído o justo valor em 1,4 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2019, poderia ter aumentado o justo valor em tanto quanto 1,7 mil milhões de euros ou ter diminuído o justo valor em tanto quanto 1,2 mil milhões de euros.

As alterações nos montantes sensíveis entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram um aumento no movimento de justo valor positivo de 156 milhões de euros e um aumento no movimento de justo valor negativo de 215 milhões de euros. No mesmo período, houve uma diminuição de 848 milhões de euros nos ativos de nível 3 do Grupo e um aumento de 256 milhões de euros nos passivos de nível 3 do Grupo. Durante 2020, o surto da pandemia COVID-19 teve um impacto geral nos mercados financeiros, em especial no primeiro trimestre de 2020, provocando deslocamentos do mercado e aumentando a volatilidade do mesmo. A sensibilidade relacionada com os ativos e passivos de nível 3 aumentou ao longo de 2020, uma vez que esta dispersão significativamente aumentada nos dados de mercado continua a afetar os movimentos positivos e negativos do justo valor em alta, apesar das reduções de nível 3 relatadas no mesmo período. Este é o resultado de uma série de fatores idiossincráticos, entre os quais o impacto das reduções em determinadas exposições de nível 3 em elementos considerados menos sensíveis a parâmetros de entrada inobserváveis, enquanto os aumentos de outras exposições de nível 3 ocorreram em itens considerados mais sensíveis a parâmetros de entrada inobserváveis.

O nosso cálculo de sensibilidade dos parâmetros inobserváveis para o nível 3 está em linha com a abordagem utilizada para avaliar a incerteza da valorização para efeitos de valorização prudente. A valorização prudente é um requisito de capital para os ativos detidos ao justo valor. Fornece um mecanismo para quantificar e capitalizar a incerteza da avaliação nos termos do regulamento delegado da Comissão Europeia (UE) n.º 2016/101, que complementa o artigo 34.º do regulamento (UE) n.º 2019/876 (CRR), obrigando as instituições a aplicar como uma dedução do CET 1 ao montante de quaisquer ajustes de avaliações adicionais em todos os ativos medidos pelo justo valor, calculado em conformidade com o artigo 105.º, n.º 14. Esta utiliza a análise do preço de saída levada a cabo para os ativos e liquidações relevantes na avaliação da valorização prudente. A sensibilidade negativa pode estar limitada em alguns casos onde o justo valor é já comprovadamente prudente.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

#### Discriminação da análise de sensibilidade por tipo de instrumento<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2020		31 dez 2019	
	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
<b>Títulos:</b>				
Títulos de dívida	287	163	257 <sup>2</sup>	140 <sup>2</sup>
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	9	22	4	1
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	20	12	37	20
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	259	129	216 <sup>2</sup>	119 <sup>2</sup>
Títulos de capital	83	95	61 <sup>2</sup>	53 <sup>2</sup>
<b>Derivados:</b>				
Crédito	283	185	189	123
Ações	257	238	168	128
Relacionados com os juros	306	266	312	303
Divisas	37	32	44	39
Outros	93	82	116	101
<b>Empréstimos:</b>				
Empréstimos	483	306	525	264
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>1.829</b>	<b>1.367</b>	<b>1.673</b>	<b>1.151</b>

<sup>1</sup> Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido.

<sup>2</sup> A reavaliação de negociações resultou numa reclassificação em movimento positivo e negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis em "Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida".

## Informações quantitativas sobre a sensibilidade de dados inobserváveis significativos

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas entre os outros parâmetros inobserváveis e os parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos spreads de crédito em títulos garantidos por hipotecas representa as posições com desempenho mais líquidas com spreads mais baixos e depois as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores spreads de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. A seguir, é fornecida uma breve descrição de cada um dos principais tipos de parâmetro, juntamente com um comentário sobre as significativas inter-relações entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O spread de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prêmio ou retornos de rentabilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os spreads de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao titular ou mutuante pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (constant default rate – CDR) e a taxa de pré-pagamento constante (constant prepayment rate – CPR) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma CDR superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, spreads de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, spreads de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA (“lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (enterprise value – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31 dez 2020

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação <sup>1</sup>	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
<b>Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:</b>						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	28	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 133	114% 1.270
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	155	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	0% 109 10% 1% 1%	106% 1.295 90% 2% 25%
<b>Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos</b>	<b>183</b>	<b>0</b>				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4.625	769	Baseado no preço	Preço	0%	200%
Detido para negociação	2.813	2	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	21	544
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	2.813					
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.652					
Designados ao justo valor através de resultados	0	768				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	160					
Títulos de capital	727	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	42% 5	100% 23
Detido para negociação	70	0				
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	657		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	8%	20%
Designados ao justo valor através de resultados	0		Baseado no preço	Preço	0%	108%
Empréstimos	7.888	0	Baseado no preço	Preço	0%	373%
Detido para negociação	5.101	0	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	51	2.233
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	910					
Designados ao justo valor através de resultados	0	0		Taxa de recuperação	20%	85%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.877					
Compromissos de crédito	0	1	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação	6 25%	2.444 100%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	1.432 <sup>2</sup>	198 <sup>3</sup>	Fluxo de caixa descontado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	7% 0	16% 75
<b>Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor</b>	<b>14.854</b>	<b>968</b>				

<sup>1</sup> A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

<sup>2</sup> Outros ativos financeiros incluem 16 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação e 1,4 mil milhões de euros de outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor.

<sup>3</sup> Outros passivos financeiros incluem 192 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor e 6 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

31 dez 2020

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
<b>Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	4.708	4.025	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(77)	787
				Taxa de swap sobre a inflação	1%	3%
				Taxa de incumprimento constante	0%	10%
				Taxa de pré-pagamento constante	2%	30%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0%	8%
				Volatilidade das taxas de juros	0%	19%
				Correlação IR - IR	(25)%	97%
				Correlação híbrida	(70)%	100%
Derivados de crédito	575	585	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	0	1.759
				Taxa de recuperação	0%	77%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	31%	63%
Derivados de ações	800	1.916	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	4%	85%
				Volatilidade de índice	17%	75%
				Índice - correlação de índice	1	1
				Ação - correlação de ação	41%	67%
				Ações - contratos a prazo	0%	5%
				Índice - contratos a prazo	0%	4%
Derivados FX	1.749	1.427	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(16)%	42%
				Vol cotada	0%	0%
Outros derivados	898	(54) <sup>1</sup>	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	-	-
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	0%	113%
				Correlação de matérias-primas	16%	52%
<b>Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado</b>	<b>8.729</b>	<b>7.899</b>				

<sup>1</sup> Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

31 dez 2019

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação <sup>1</sup>	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
<b>Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:</b>						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários co- merciais	33	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 102	3623% 1.899
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	225	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento cons- tante Taxa de pré-pagamento cons- tante	0% 54 25% 1% 3%	101% 2.460 75% 4% 24%
<b>Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos</b>	<b>258</b>	<b>0</b>				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	5.084 <sup>4</sup>	1.679	Baseado no preço	Preço	0%	203%
Detido para negociação	3.090	2	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	15	460
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros	3.090					
títulos de dívida						
Ativos financeiros não relacionados com a ne- gociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.938 <sup>4</sup>					
Designados ao justo valor através de resultados	0	1.676				
Ativos financeiros ao justo valor através de ou- tro rendimento integral	56					
Títulos de capital	760	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	0%	101%
Detido para negociação	82	0			5	17
Ativos financeiros não relacionados com a ne- gociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	678 <sup>4</sup>		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do ca- pital	0%	20%
Empréstimos	8.302	38	Baseado no preço	Preço	0%	341%
Detido para negociação	6.110	38	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	11	1.209
Ativos financeiros não relacionados com a ne- gociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.193					
Designados ao justo valor através de resultados	6	0		Taxa de recuperação	35%	90%
Ativos financeiros ao justo valor através de ou- tro rendimento integral	993					
Compromissos de crédito	0	1	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação	8 25%	979 95%
			Modelo de preços de em- préstimo	Utilização	0%	84%
Outros instrumentos financeiros	1.504 <sup>2,4</sup>	278 <sup>3</sup>	Fluxo de caixa descontado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	7% 5	46% 271
<b>Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor</b>	<b>15.908</b>	<b>1.996</b>				

<sup>1</sup> A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

<sup>2</sup> Outros ativos financeiros incluem 28 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação e 1,5 mil milhões de euros de outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor.

<sup>3</sup> Outros passivos financeiros incluem 186 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor e 92 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

<sup>4</sup> A reavaliação de transações resultou numa reavaliação em "Ativos em títulos de dívida e outras obrigações de dívida de títulos de capital e outros instrumentos financeiros.



31 dez 2019

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
<b>Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	4.941	3.387	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(69)	668
				Taxa de swap sobre a inflação	0%	3%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0%	5%
				Volatilidade das taxas de juros	0%	33%
				Correlação IR - IR	(25)%	99%
				Correlação híbrida	(70)%	100%
Derivados de crédito	618	822	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	0	18.812
				Taxa de recuperação	0%	75%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	33%	84%
Derivados de ações	834	1.132	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	4%	93%
				Volatilidade de índice	4%	69%
				Índice - correlação de índice	1	1
				Ação - correlação de ação	18%	93%
Derivados FX	1.320	1.158	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(12)%	27%
				Vol cotada	0%	0%
Outros derivados	810	117 <sup>1</sup>	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	–	–
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	7%	67%
				Correlação de matérias-primas	5%	86%
<b>Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado</b>	<b>8.524</b>	<b>6.616</b>				

<sup>1</sup> Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

## Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem apenas a parâmetros inobserváveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os resultados por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os resultados relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos na margem financeira e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração de resultados consolidados.

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>		
Títulos para negociação	38	60
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	2.589	1.906
Outros ativos detidos para negociação	(248)	35
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	(14)	387
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	2
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	20	0
Outros ativos financeiros ao justo valor	4	6
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>2.389</b>	<b>2.397</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>		
Títulos para negociação	(0)	(2)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(2.536)	(1.660)
Outros passivos detidos para negociação	0	6
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	53	(259)
Outros passivos financeiros ao justo valor	(26)	(308)
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>(2.510)</b>	<b>(2.223)</b>
<b>Total</b>	<b>(121)</b>	<b>174</b>

## Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos numa técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer reconhecimento de lucros à data da operação (trade date) é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação anual dos lucros à data da operação diferidos devido a parâmetros inobserváveis significativos referentes a instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2020	2019
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>441</b>	<b>531</b>
Novas operações durante o período	308	170
Amortização	(140)	(106)
Operações vencidas	(130)	(95)
Transição subsequente para observabilidade	(22)	(60)
Alterações das taxas de câmbio	(4)	1
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>454</b>	<b>441</b>

## 14 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

Os instrumentos financeiros não escriturados pelo justo valor não são geridos com base no justo valor. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço do Grupo ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores.

Para os seguintes instrumentos financeiros que são predominantemente de curto prazo, o valor contabilístico representa uma estimativa razoável do justo valor:

Ativos	Passivo
Caixa e saldos do banco central	Depósitos
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos financeiros	Outros passivos financeiros

No caso de carteiras de crédito do segmento de retalho com um grande número de empréstimos homogêneos (p. ex. hipotecas residenciais), o justo valor é calculado para cada segmento de produtos, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando as novas taxas de juro do Grupo para empréstimo a emitentes de qualidade creditícia semelhante. Os principais dados para as hipotecas de retalho são a diferença entre as margens de produto históricas e atuais e as taxas de pagamento antecipado estimadas. As comissões de corretagem capitalizadas incluídas no valor contabilístico também se consideram como sendo ao justo valor.

O justo valor da carteira de empréstimos a empresas é estimado descontando o empréstimo até ao seu vencimento com spreads de crédito específicos do empréstimo e custos de financiamento para o Grupo.

Para a dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, o justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta os restantes fluxos de caixa contratuais a uma taxa à qual um instrumento com características similares é cotado no mercado.

Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Valor contábilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e saldos do banco central	166.208	166.208	166.208	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9.130	9.132	866	8.266	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.533	8.519	0	7.694	825
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Empréstimos	426.995	434.442	0	13.253	421.189
Outros ativos financeiros	94.069	94.393	7.714	86.049	629
<b>Passivos financeiros:</b>					
Depósitos	568.031	568.172	66	568.105	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	2.325	2.328	0	2.328	0
Títulos cedidos por empréstimo	1.697	1.697	0	1.697	0
Outros empréstimos a curto prazo	3.553	3.556	0	3.540	15
Outros passivos financeiros	96.602	96.602	1.902	94.700	0
Dívida a longo prazo	149.163	150.691	0	144.130	6.560
Títulos fiduciários preferenciais	1.321	1.069	0	1.069	0

em milhões de euros	31 dez 2019				
	Valor contábilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e saldos do banco central	137.592	137.592	137.592	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9.636	9.636	116	9.520	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	13.801	13.801	0	13.801	0
Títulos obtidos por empréstimo	428	428	0	428	0
Empréstimos	429.841	436.997	0	11.376	425.620
Outros ativos financeiros	94.157	94.423	15.960	78.463	0
<b>Passivos financeiros:</b>					
Depósitos	572.208	572.596	120	572.476	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	3.115	3.114	0	3.114	0
Títulos cedidos por empréstimo	259	259	0	259	0
Outros empréstimos a curto prazo	5.218	5.221	0	5.219	2
Outros passivos financeiros	87.669	87.669	1.898	85.771	0
Dívida a longo prazo	136.473	136.494	0	125.344	11.150
Títulos fiduciários preferenciais	2.013	1.798 <sup>2</sup>	0	1.798 <sup>2</sup>	0

<sup>1</sup> Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

<sup>2</sup> Informação do exercício anterior reajustada devido a um ajustamento no cálculo do justo valor

No que respeita aos empréstimos, a diferença entre o justo valor e o valor contábilístico deve-se ao efeito dos movimentos da margem de produto desde o reconhecimento inicial.

No que diz respeito à dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, a diferença entre o justo valor e o valor contábilístico é devida ao efeito das alterações nas taxas às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a altura em que o instrumento foi emitido.

## 15 – Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Títulos comprados com acordos de revenda	<b>1.543</b>	1.415
<b>Títulos de dívida:</b>		
Governo alemão	10.245	6.243
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	9.221	7.703
Governos locais (municipais) dos EUA	251	0
Outros governos estrangeiros	26.308	21.020
Empresas	2.272	3.423
Outros títulos garantidos por ativos	31	36
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	636	457
Outros títulos de dívida	692	332
<b>Total de títulos de dívida</b>	<b>49.656</b>	<b>39.214</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>4.635</b>	<b>4.874</b>
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>55.834</b>	<b>45.503</b>

## 16 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 60 (2019: 65) associadas e 11 (2019: 13) entidades conjuntamente controladas. Duas associadas são consideradas materiais ao Grupo.

### Investimentos significativos a 31 de dezembro de 2020<sup>1</sup>

Investimento	Local principal de atividade	Natureza da relação	Percentagem de participação
Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim, China	Investimento estratégico	40,7%
Harvest Fund Management Co., Ltd.	Shanghai, China	Investimento estratégico	30,0%

<sup>1</sup> O Grupo tem uma influência significativa sobre estas entidades investidas através da sua quota de participação e assentos no conselho.

### Resumo das informações financeiras sobre a Huarong Rongde Asset Management Company Limited<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2019	31 dez 2018
Total de receitas líquidas	<b>97</b>	118
Resultado líquido	<b>62</b>	74
Outro rendimento integral	<b>54</b>	(55)
<b>Total do rendimento integral<sup>2</sup></b>	<b>116</b>	<b>19</b>

em milhões de euros	31 dez 2019	31 dez 2018
Ativo circulante	2.323	4.160
Ativos não correntes	804	1.507
<b>Total do ativo</b>	<b>3.127</b>	<b>5.667</b>
Passivos correntes	1.157	1.820
Passivos não correntes	1.274	2.712
<b>Total do passivo</b>	<b>2.431</b>	<b>4.532</b>
Participação minoritária	(3)	417
<b>Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial</b>	<b>699</b>	<b>718</b>

<sup>1</sup> Devido a diferenças nos intervalos de datas dos relatórios do Grupo e da Huarong Rongde Asset Management Company Limited, foi utilizado o método de equivalência patrimonial para contabilidade para dezembro de 2020 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2019 e para dezembro de 2019 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> O Grupo recebeu dividendos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited de 9 milhões de euros durante o período de reporte de 2020 (2019: 7 milhões de euros).

### Reconciliação do total de ativos líquidos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited com o montante contabilístico do Grupo<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2019	31 dez 2018
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	699	718
Percentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	40,7%	40,7%
Quota do Grupo de ativos líquidos	284	292
Goodwill	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Outros ajustamentos	(9)	(7)
<b>Montante contabilístico<sup>2</sup></b>	<b>275</b>	<b>286</b>

<sup>1</sup> Devido a diferenças nos intervalos de datas dos relatórios do Grupo e da Huarong Rongde Asset Management Company Limited, foi utilizado o método de equivalência patrimonial para contabilidade para dezembro de 2020 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2019 e para dezembro de 2019 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> Não há perda por imparidade em 2019 e 2018.

### Resumo das informações financeiras da Harvest Fund Management Co., Ltd.

em milhões de euros	31 de dezembro de 2020 <sup>1</sup>	31 de dezembro de 2019 <sup>2</sup>
Total de receitas líquidas	823	606
Resultado líquido	226	146
Outro rendimento integral	(2)	2
<b>Total do rendimento integral<sup>3</sup></b>	<b>224</b>	<b>148</b>

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Ativo circulante	1.072	883
Ativos não correntes	731	720
<b>Total do ativo</b>	<b>1.803</b>	<b>1.603</b>
Passivos correntes	643	652
Passivos não correntes	262	165
<b>Total do passivo</b>	<b>905</b>	<b>817</b>
Participação minoritária	23	21
<b>Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial</b>	<b>875</b>	<b>765</b>

<sup>1</sup> Os números de dezembro de 2020 são baseados em valores financeiros não auditados de 2020.

<sup>2</sup> Os números de dezembro de 2019 são baseados em valores financeiros auditados de 2019.

<sup>3</sup> O Grupo recebeu dividendos da Harvest Fund Management Co., Ltd. de 21 milhões de euros durante o período de reporte de 2020 (2019: 21 milhões de euros) e reportou um dividendo extraordinário a receber de 6 milhões de euros, uma vez que o valor dos dividendos foi declarado e reportado como dividendo a pagar após aprovação pelos acionistas da Harvest Fund Management Co., Ltd.

### Reconciliação do total de ativos líquidos da Harvest Fund Management Co., Ltd. com o montante contabilístico do Grupo

em milhões de euros	31 de dezembro de 2020 <sup>1</sup>	31 de dezembro de 2019 <sup>2</sup>
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	875	765
Percentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	30%	30%
Quota do Grupo de ativos líquidos	262	230
Goodwill	16	17
Ativos intangíveis	14	14
Outros ajustamentos	(2)	0
<b>Montante contabilístico<sup>3</sup></b>	<b>290</b>	<b>261</b>

<sup>1</sup> Os números de dezembro de 2020 são baseados em valores financeiros não auditados de 2020.

<sup>2</sup> Os números de dezembro de 2019 são baseados em valores financeiros auditados de 2019.

<sup>3</sup> Não há perda por imparidade em 2020 (0 milhões de euros em 2019).

### Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo</b>	<b>337</b>	383
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	20	39
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	(10)	(1)
<b>Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral</b>	<b>10</b>	38

## 17 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (master netting arrangement) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

## Ativos

31 dez 2020

em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros <sup>1</sup>	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	8.234	(2.863)	5.371	0	0	(5.319)	53
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	3.161	0	3.161	0	0	(2.855)	307
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	0	0	0	0	0	0	0
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	463.354	(84.550)	378.804	(263.479)	(45.066)	(58.410)	11.849
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	336.933	(12.552)	324.380	(262.486)	(45.048)	(5.162)	11.684
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	149.137	0	149.137	0	(1.098)	(12.790)	135.249
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	19.074	0	19.074	0	(1.003)	(1.116)	16.955
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	612.491	(84.550)	527.941	(263.479)	(46.164)	(71.200)	147.098
Empréstimos pelo custo amortizado	426.995	0	426.995	0	(12.129)	(52.571)	362.294
Outros ativos	120.574	(10.175)	110.399	(43.316)	(412)	(90)	66.581
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	3.329	(26)	3.303	(2.646)	(411)	(90)	156
Restantes ativos sujeitos a compensação	1.543	0	1.543	0	0	0	1.543
Restantes ativos não sujeitos a compensação	249.848	0	249.848	0	(384)	(2.768)	246.697
<b>Total do ativo</b>	<b>1.422.846</b>	<b>(97.587)</b>	<b>1.325.259</b>	<b>(306.795)</b>	<b>(59.089)</b>	<b>(134.803)</b>	<b>824.573</b>

<sup>1</sup> Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

31 dez 2020

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Depósitos	568.031	0	568.031	0	0	0	568.031
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (executável)	4.586	(2.263)	2.323	0	0	(2.323)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (não executável)	3	0	3	0	0	(2)	1
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	1.686	0	1.686	0	0	(1.686)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	11	0	11	0	0	(2)	9
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	478.541	(85.315)	393.226	(265.150)	(34.846)	(41.642)	51.588
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	325.203	(13.227)	311.976	(264.042)	(34.846)	(5.816)	7.273
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	25.972	0	25.972	0	(1.875)	(6.184)	17.914
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	15.798	0	15.798	0	(1.875)	(166)	13.757
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	504.513	(85.315)	419.199	(265.150)	(36.721)	(47.826)	69.502
Outros passivos	124.218	(10.010)	114.208	(49.534)	(121)	(6)	64.547
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	2.803	(1.524)	1.279	(1.090)	(121)	(6)	62
Restantes passivos não sujeitos a compensação	157.602	0	157.602	0	(2)	(1)	157.599
<b>Total do passivo</b>	<b>1.360.650</b>	<b>(97.587)</b>	<b>1.263.063</b>	<b>(314.684)</b>	<b>(36.844)</b>	<b>(51.845)</b>	<b>859.689</b>

Outros ativos incluem 1,4 mil milhões de euros de valores de mercado positivos para instrumentos financeiros derivados que foram reclassificados como ativos detidos para venda, associados à plataforma Prime Finance transferida para o BNP Paribas, juntamente com o impacto correspondente dos acordos-quadro de compensação e da garantia. Pelo mesmo motivo, outros passivos incluem 1,9 mil milhões de euros de valores de mercado negativos para instrumentos financeiros derivados que foram reclassificados como passivos detidos para venda, juntamente com o impacto correspondente dos acordos-quadro de compensação e da garantia. Para mais informações, consulte a Nota 24, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" das demonstrações financeiras consolidadas.



## Ativos

31 dez 2019

em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros <sup>1</sup>	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	14.174	(2.985)	11.189	0	0	(11.186)	3
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	2.612	0	2.612	0	0	(2.464)	148
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	424	0	424	0	0	(299)	124
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	4	0	4	0	0	(4)	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	476.371	(96.171)	380.200	(263.180)	(41.115)	(65.075)	10.830
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	337.117	(17.479)	319.638	(262.326)	(41.115)	(5.535)	10.661
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	150.513	0	150.513	0	(1.119)	(12.424)	136.971
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	13.293	0	13.293	0	(1.062)	(896)	11.335
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	626.884	(96.171)	530.713	(263.180)	(42.234)	(77.498)	147.801
Empréstimos pelo custo amortizado	429.841	0	429.841	0	(11.819)	(55.458)	362.563
Outros ativos	116.259	(5.900)	110.359	(37.267)	(570)	(138)	72.384
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	3.004	(224)	2.780	(2.149)	(443)	(94)	94
Restantes ativos sujeitos a compensação	1.415	0	1.415	0	0	(1.361)	54
Restantes ativos não sujeitos a compensação	211.117	0	211.117	0	(745)	(1.276)	209.096
<b>Total do ativo</b>	<b>1.402.730</b>	<b>(105.056)</b>	<b>1.297.674</b>	<b>(300.447)</b>	<b>(55.368)</b>	<b>(149.685)</b>	<b>792.174</b>

<sup>1</sup> Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

## Passivo

31 dez 2019

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Depósitos	572.208	0	572.208	0	0	0	572.208
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	5.452	(2.985)	2.467	0	0	(2.467)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	648	0	648	0	0	(400)	248
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	191	0	191	0	0	(191)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	68	0	68	0	0	(61)	7
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	476.677	(96.316)	380.361	(264.392)	(29.755)	(42.121)	44.093
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	324.374	(18.125)	306.249	(263.358)	(29.755)	(6.108)	7.028
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	24.087	0	24.087	0	(1.535)	(7.982)	14.570
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	10.257	0	10.257	0	(1.286)	(401)	8.571
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.764	(96.316)	404.448	(264.392)	(31.290)	(50.103)	58.663
Outros passivos	113.719	(5.754)	107.964	(45.985)	(418)	(15)	61.546
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	2.539	(1.109)	1.431	(1.118)	(269)	(15)	28
Restantes passivos não sujeitos a compensação	147.521	0	147.521	0	0	(4)	147.517
<b>Total do passivo</b>	<b>1.340.571</b>	<b>(105.056)</b>	<b>1.235.515</b>	<b>(310.376)</b>	<b>(31.708)</b>	<b>(53.240)</b>	<b>840.190</b>

Outros ativos incluem 1,8 mil milhões de euros de valores de mercado positivos para instrumentos financeiros derivados que foram reclassificados como ativos detidos para venda, associados à plataforma Prime Finance transferida para o BNP Paribas, juntamente com o impacto correspondente dos acordos de compensação e da garantia. Pelo mesmo motivo, outros

passivos incluem 2,5 mil milhões de euros de valores de mercado negativos para instrumentos financeiros derivados que foram reclassificados como passivos detidos para venda, juntamente com o impacto correspondente dos acordos de compensação e da garantia. Para mais informações, consulte a Nota 24, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" das demonstrações financeiras consolidadas.

Em vigor desde 30 de dezembro de 2019, o Grupo escolheu converter os seus swaps de taxa de juro (IRS) transacionados com a Sociedade de Compensação de Títulos do Japão (JSCC) do anterior modelo de garantia para um modelo de liquidação. Os swaps de taxa de juro são agora legalmente liquidados de forma diária, resultando em desreconhecimento dos ativos e passivos associados. Anteriormente, o Grupo aplicava os princípios de compensação da IAS 32 para apresentação líquida dos valores contabilísticos positivos (negativos) dos swaps de taxa de juro e valores a pagar (a receber) de margem de variação associados. Consequentemente, os valores brutos de ativos financeiros e passivos financeiros e os montantes brutos compensados no balanço correspondentes diminuíram em 5 mil milhões de euros e 3,9 mil milhões a 31 de dezembro de 2019, respetivamente, sem qualquer alteração nos montantes líquidos de ativos financeiros e passivos financeiros apresentados no balanço.

A coluna "Montantes brutos compensados no balanço" demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas garantia em numerário e garantia em instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e em instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis ou acordos semelhantes referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre insolvência.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica "Outros passivos" e "Outros ativos", respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

## 18 – Empréstimos

A carteira de empréstimos apresentada inclui empréstimos classificados ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral e empréstimos pelo justo valor através de resultados.

O quadro abaixo fornece uma visão geral da nossa exposição ao empréstimo por setor e tem por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores.

## Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Agricultura, exploração florestal e pesca	637	676
Indústria mineira e de extração de minérios	3.145	3.027
Indústria	28.040	30.199
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3.765	4.577
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	681	843
Construção	4.708	4.110
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	22.023	22.568
Transporte e armazenamento	6.382	5.610
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.514	2.633
Informação e comunicação	6.240	6.575
Atividades financeiras e de seguros	90.220	98.434
Atividades imobiliárias	37.946	45.153
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7.946	7.430
Atividades de serviços administrativos e de apoio	9.568	7.063
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	7.413	8.012
Educação	205	327
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.530	3.631
Artes, entretenimento e atividades de lazer	951	867
Outras atividades de serviços	6.165	5.766
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	205.331	196.732
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1	3
<b>Créditos brutos</b>	<b>447.410</b>	<b>454.235</b>
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	394	340
<b>Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido</b>	<b>447.016</b>	<b>453.895</b>
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	4.823	4.018
<b>Total de créditos</b>	<b>442.193</b>	<b>449.876</b>

## 19 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito é constituída por uma provisão para perdas com empréstimos concedidos e uma provisão para posições fora do balanço.

### Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

em euros	31 dez 2020				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>549</b>	<b>492</b>	<b>3.015</b>	<b>36</b>	<b>4.093</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	(44)	309	1.348	72 <sup>4</sup>	1.686
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	77	(125)	49	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período <sup>2</sup>	0	0	(781)	0	(781)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	58	0	58
Taxas de câmbio e outras alterações	(38)	(28)	(75)	31	(110)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>544</b>	<b>648</b>	<b>3.614</b>	<b>139</b>	<b>4.946</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	33	184	1.397	72	1.686

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>3</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>4</sup> O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 50 milhões de euros em 2020 e de 0 milhões de euros em 2019.

31 dez 2019					
Provisão para perdas de crédito <sup>3</sup>					
em euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>509</b>	<b>501</b>	<b>3.247</b>	<b>3</b>	<b>4.259</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	(57)	102	550	40	636
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	120	(106)	(14)	0	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desconhecidos durante o período <sup>2</sup>	0	0	(872)	(26)	(898)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	96	0	96
Taxas de câmbio e outras alterações	(22)	(4)	8	18	0
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>549</b>	<b>492</b>	<b>3.015</b>	<b>36</b>	<b>4.093</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	62	(4)	536	40	636

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>3</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

31 dez 2018					
Provisão para perdas de crédito <sup>3</sup>					
em euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>462</b>	<b>494</b>	<b>3.638</b>	<b>3</b>	<b>4.596</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	(132)	215	440	(17)	507
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	199	(137)	(62)		0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desconhecidos durante o período <sup>2</sup>	(6)	(17)	(972)	0	(995)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	172	0	172
Taxas de câmbio e outras alterações	(14)	(54)	30	17	(21)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>509</b>	<b>501</b>	<b>3.247</b>	<b>3</b>	<b>4.259</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	66	78	379	(17)	507

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>3</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

### Provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao justo valor através de OCI<sup>1</sup>

31 dez 2020					
Provisão para perdas de crédito					
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	12	6	2	0	20

<sup>1</sup> A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu em níveis muito baixos (35 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019 e 20 milhões de euros a 31 de dezembro de 2020). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

31 dez 2019					
Provisão para perdas de crédito					
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	16	9	10	0	35

<sup>1</sup> A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu praticamente inalterada em níveis muito baixos (13 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018 e 35 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

31 dez 2018					
Provisão para perdas de crédito					
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	11	1	0	(0)	13

<sup>1</sup> A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu praticamente inalterada a níveis muito baixos (12 milhões de euros no início do exercício de 2018 e 13 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018, respetivamente). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

## Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>128</b>	<b>48</b>	<b>166</b>	<b>0</b>	<b>342</b>
Movimentos incluindo novos negócios	13	21	41	0	75
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	0	0	(1)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	3	4	(6)	0	1
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>144</b>	<b>74</b>	<b>200</b>	<b>0</b>	<b>419</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	13	22	40	0	75

<sup>1</sup> O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

em milhões de euros	31 dez 2019				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>132</b>	<b>73</b>	<b>84</b>	<b>0</b>	<b>289</b>
Movimentos incluindo novos negócios	(13)	(5)	88	0	70
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	9	(12)	3	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	(1)	(7)	(9)	0	(17)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>128</b>	<b>48</b>	<b>166</b>	<b>0</b>	<b>342</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	(4)	(17)	90	0	70

<sup>1</sup> O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

em milhões de euros	31 dez 2018				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>117</b>	<b>36</b>	<b>119</b>	<b>0</b>	<b>272</b>
Movimentos incluindo novos negócios	(0)	31	(13)	0	18
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	2	(0)	(2)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	14	6	(20)	0	(0)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>132</b>	<b>73</b>	<b>84</b>	<b>0</b>	<b>289</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	1	31	(15)	0	18

<sup>1</sup> O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

## 20 – Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Principais políticas contábilísticas e estimativas contábilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os swaps de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

### Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Montante escriturado de ativos transferidos</b>		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	40.654	31.329
Acordos para empréstimo de títulos	8.951	13.001
Swaps de retorno total	1.319	1.615
Outros	5.028	2.341
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b>55.953</b>	<b>48.285</b>
Outros ativos detidos para negociação	21	90
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	666	439
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.951	2.537
Empréstimos pelo custo amortizado <sup>1</sup>	210	310
Outras	72	236
<b>Total</b>	<b>62.872</b>	<b>51.897</b>
<b>Montante escriturado de passivos associados</b>	<b>53.348</b>	<b>37.790</b>

<sup>1</sup> Os empréstimos em que o passivo associado é o único recurso para os ativos transferidos tinham um valor contabilístico e um justo valor nulo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Os passivos associados tinham o mesmo valor contabilístico e justo valor, o que resultou numa posição líquida de 0.

### Valor contabilístico dos ativos transferidos em que o Grupo ainda responde pelo ativo na medida do seu continuado envolvimento

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Montante escriturado dos ativos originais transferidos</b>		
Títulos para negociação	1.039	1.101
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	673	698
<b>Montante contabilístico dos ativos que continuam a ser reconhecidos</b>		
Títulos para negociação	81	109
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	17	23
<b>Montante escriturado de passivos associados</b>	<b>139</b>	<b>185</b>

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com swaps de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

### O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2020			31 dez 2019		
	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda <sup>1</sup>	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda <sup>1</sup>
<b>Empréstimos pelo custo amortizado</b>						
Notas de titularização	254	271	271	325	334	334
Outros	7	7	7	10	10	10
<b>Total de empréstimos pelo custo amortizado</b>	<b>261</b>	<b>279</b>	<b>279</b>	<b>336</b>	<b>344</b>	<b>344</b>
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados</b>						
Notas de titularização	28	28	28	36	36	36
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	0	0	0	0	0	0
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:</b>						
Notas de titularização	624	645	645	457	465	465
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>624</b>	<b>645</b>	<b>645</b>	<b>457</b>	<b>465</b>	<b>465</b>
<b>Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado</b>	<b>913</b>	<b>951</b>	<b>951</b>	<b>828</b>	<b>845</b>	<b>845</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados</b>						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	11	11	0	11	11	0
<b>Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>0</b>

<sup>1</sup> A exposição máxima para a perda é definida como o valor contabilístico mais o valor nocional de quaisquer compromissos de crédito não utilizados não reconhecidos como passivos.

### O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos

em milhões de euros	31 dez 2020			31 dez 2019		
	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	22	49	99	15	27	100
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	(1)	(1)	0	(0)	(0)	0
<b>Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desreconhecidos</b>	<b>21</b>	<b>48</b>	<b>99</b>	<b>15</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

O Grupo penhora ativos, principalmente como garantia contra financiamento garantido e para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas.

### Valor contabilístico dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	47.553	36.686
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7.858	2.943
Empréstimos	77.433	70.323
Outros	1.257	1.617
<b>Total</b>	<b>134.101</b>	<b>111.570</b>

<sup>1</sup> Exclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

### Total de ativos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhora<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	44.210	34.503
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.911	1.303
Empréstimos	2.232	132
Outros	72	236
<b>Total</b>	<b>51.426</b>	<b>36.174</b>

<sup>1</sup> Inclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo,

dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

**Justo valor das garantias recebidas**

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	237.157	251.757
Dos quais:		
Garantia vendida ou repenhorada	199.346	200.378



## 21 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Ativos fixos tangíveis detidos (IAS 16)	Ativos de locação sob o direito de uso (IFRS 16)	Total
<b>Custo da aquisição:</b>							
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>778</b>	<b>2.602</b>	<b>2.860</b>	<b>142</b>	<b>6.382</b>	<b>3.185</b>	<b>9.567</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(165)	0	(0)	(165)	0	(165)
Adições	8	111	49	160	327	413	740
Transferências	(56)	15	116	(147)	(72)	32	(40)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(0)	(11)	0	(0)	(11)	0	(11)
Alienações	75	190	82	0	347	115	462
Alterações das taxas de câmbio	1	19	19	1	39	19	58
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>656</b>	<b>2.380</b>	<b>2.961</b>	<b>155</b>	<b>6.153</b>	<b>3.533</b>	<b>9.686</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(1)	(0)	(0)	(1)	(1)	(3)
Adições	2	128	47	335	512	1.806	2.317
Transferências	8	173	43	(97)	127	(388)	(261)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(73)	(65)	0	(1)	(139)	(0)	(139)
Alienações	2	223	96	0	321	41	362
Alterações das taxas de câmbio	(4)	(50)	(58)	(5)	(117)	(64)	(181)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>587</b>	<b>2.343</b>	<b>2.897</b>	<b>387</b>	<b>6.214</b>	<b>4.844</b>	<b>11.058</b>
<b>Depreciação e imparidade acumuladas:</b>							
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>328</b>	<b>1.862</b>	<b>1.770</b>	<b>0</b>	<b>3.960</b>	<b>0</b>	<b>3.960</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	5	(49)	0	0	(44)	1	(43)
Depreciação	18	199	217	0	434	615	1.049
Perdas por imparidade	20	2	5	0	27	85	112
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	(31)	(4)	(16)	0	(51)	41	(10)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(0)	(4)	0	0	(5)	0	(5)
Alienações	16	180	66	0	262	79	341
Alterações das taxas de câmbio	0	15	16	0	32	0	32
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>325</b>	<b>1.841</b>	<b>1.927</b>	<b>0</b>	<b>4.093</b>	<b>663</b>	<b>4.756</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(1)	(0)	0	(1)	0	(1)
Depreciação	16	171	187	0	373	648	1.021
Perdas por imparidade	5	2	8	0	16	77	93
Reversão de perdas por imparidade	3	0	0	0	3	10	12
Transferências	2	145	2	0	149	5	153
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(25)	(53)	0	0	(78)	0	(78)
Alienações	1	206	89	0	296	11	307
Alterações das taxas de câmbio	(3)	(42)	(45)	0	(90)	(24)	(114)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>317</b>	<b>1.856</b>	<b>1.989</b>	<b>0</b>	<b>4.163</b>	<b>1.347</b>	<b>5.510</b>
<b>Valor contábilístico:</b>							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>331</b>	<b>540</b>	<b>1.034</b>	<b>155</b>	<b>2.060</b>	<b>2.870</b>	<b>4.930</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>270</b>	<b>487</b>	<b>908</b>	<b>387</b>	<b>2.051</b>	<b>3.497</b>	<b>5.549</b>

As despesas de depreciação, as perdas por imparidade e a reversão de perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor contabilístico de rubricas de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era de 23 milhões de euros e de 24 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respetivamente.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de 27 milhões de euros no fim de 2020 e de 46 milhões de euros no fim de 2019.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático para os quais conta com ativos sob direito de uso. Durante 2020, os acréscimos a ativos sob direito de uso totalizaram 1,8 mil milhões de euros e refletiram em grande parte novas locações imobiliárias. Os encargos de amortização de 648 milhões de euros reconhecidos em 2020 resultaram principalmente do consumo previsto de ativos sob direito de uso para locações de propriedades durante os seus termos contratuais. O valor contabilístico de ativos sob direito de uso de 3,5 mil milhões de euros incluídos no total de ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2020 representava predominantemente propriedades arrendadas de 3,5 mil milhões de euros e locações de veículos de 12 milhões de euros. Para obter mais informações sobre as propriedades arrendadas do Grupo e as divulgações associadas exigidas nos termos da IFRS 16, consulte a nota 22 "Locações".

## 22 – Locações

As divulgações do Grupo são na qualidade de locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis. O grupo aplicou o seu juízo na apresentação de informações relacionadas nos termos da IFRS 16, de uma forma que considera mais pertinente para uma compreensão do seu desempenho e da sua posição financeira.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático. O Grupo é locatário da maior parte dos seus escritórios e agências mediante contratos de arrendamento de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação.

Em 31 de dezembro de 2020 (31 de dezembro de 2019), o grupo registava ativos sob direito de uso no seu balanço com um valor contabilístico de 3,5 mil milhões de euros (2,9 mil milhões de euros), os quais estão incluídos em ativos fixos tangíveis. Os ativos sob direito de uso representaram predominantemente propriedades arrendadas de 3,5 mil milhões de euros (2,8 mil milhões de euros) e locações de veículos de 12 milhões de euros (19 milhões de euros). Para obter mais informações sobre o desenvolvimento desde o início do ano até à data relativo aos ativos sob direito de uso, consulte a Nota 21 "Ativos fixos tangíveis".

Correspondendo ao reconhecimento dos ativos sob direito de uso, em 31 de dezembro de 2020 (31 de dezembro de 2019), o grupo registou passivos por locação no seu balanço com um valor contabilístico de 4,0 mil milhões de euros (3,3 mil milhões de euros), os quais estão incluídos em outros passivos. Em 31 de dezembro de 2020, os passivos por locação incluíam o valor descontado de futuros pagamentos de rendas de 348 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O Grupo celebrou um contrato de locação concomitante por 181 meses para a totalidade das instalações, no âmbito desta transação, que incluía a opção de prolongar a locação por um período de mais 5 exercícios até 2031.

Durante 2020 e 2019, o custo de juros registados a partir da composição dos passivos por locação ascenderam a 79 milhões de euros e 80 milhões de euros, respetivamente. As maturidades contratuais para os fluxos de caixa não descontados destes passivos são apresentadas na Nota 31 "Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros".

As despesas reconhecidas em 2020 (2019) relativas a locações a curto prazo e locações de ativos de baixo valor, para as quais o grupo decidiu aplicar a isenção de reconhecimento nos termos da IFRS 16 (e, por conseguinte, não registar os ativos sob direito de uso e os passivos por locação correspondentes no balanço), ascenderam a 7 milhões de euros (44 milhões de euros) e 2 milhões de euros (1 milhão de euros), respetivamente.

As receitas registadas em 2020 (2019) provenientes da sublocação de ativos sob direito de uso totalizaram 24 milhões de euros (21 milhões de euros).

A saída de caixa total para as locações em 2020 (2019) foi de 729 milhões de euros (738 milhões de euros) e representou principalmente as despesas efetuadas para locações imobiliárias superiores a 708 milhões de euros (724 milhões de euros). Do montante total das saídas de caixa, foram efetuados pagamentos de 653 milhões de euros (659 milhões de euros) para a parte principal dos passivos por locação; os pagamentos de 77 milhões de euros (79 milhões de euros) foram efetuados para a parcela de juros.

As saídas de caixa futuras totais às quais o Grupo, enquanto locatário, está potencialmente exposto, que não se refletem na medição dos passivos da locação, incluem principalmente exposições potenciais ao pagamento decorrentes de opções de extensão (2020: 4,7 mil milhões de euros) e pagamentos futuros para locações ainda não iniciadas, mas para os quais o Grupo está comprometido (2020: 1,2 mil milhões de euros). As maturidades esperadas são apresentadas na tabela que se segue.

**Saídas de caixa futuras às quais o grupo está potencialmente exposto que não se refletem na contabilização dos passivos por locação**

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação:		
Até um ano	50	17
Entre um ano e cinco anos	791	816
Após cinco anos	5.097	4.797
<b>Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação</b>	<b>5.938</b>	<b>5.629</b>

## 23 – Goodwill e outros ativos intangíveis

### Goodwill

#### Alterações de goodwill

As alterações do valor contabilístico de goodwill, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de goodwill, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC).

As operações do grupo são organizadas ao abrigo da estrutura de divisões seguinte: as principais áreas de negócio do Deutsche Bank, que inclui o Corporate Bank ("CB"), o Investment Bank ("IB"), o Private Bank ("PB") e as divisões corporativas de Asset Management ("AM") e a Unidade de Libertação de Capital ("CRU"). As divisões corporativas CB, IB e AM, bem como a CRU, são consideradas unidades geradoras de caixa (UGC). A divisão corporativa PB, anteriormente composta por duas unidades geradoras de caixa distintas – Wealth Management ("WM") e Private Bank, excluindo Wealth Management ("PB excl. WM") – foi considerada como uma única unidade geradora de caixa desde o quarto trimestre de 2020.

Consulte também a Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" para mais informações relativamente às alterações na apresentação de divulgações por segmento.

## Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Investment Bank	Corporate Bank	Asset Management	Private Bank	Outras	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>0</b>	<b>489</b>	<b>2.843</b>	<b>543</b>	<b>1</b>	<b>3.876</b>
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	(1)	(1)
Perdas por imparidade <sup>1</sup>	0	(491)	0	(545)	0	(1.035)
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	2	38	2	0	42
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.881</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.881</b>
Montante bruto do goodwill	3.915	603	3.371	3.717	0	11.607
Perdas por imparidade acumuladas	(3.915)	(603)	(490)	(3.717)	0	(8.726)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2020</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.881</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.881</b>
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade <sup>1</sup>	0	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	0	(142)	0	0	(142)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.739</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.739</b>
Montante bruto do goodwill	3.608	569	3.197	3.698	0	11.073
Perdas por imparidade acumuladas	(3.608)	(569)	(458)	(3.698)	0	(8.334)

<sup>1</sup> As perdas por imparidade de goodwill são registadas como imparidade de goodwill e de ativos intangíveis na demonstração de resultados.

Além das unidades geradoras de caixa principais, o segmento IB incluía goodwill resultante da aquisição de um investimento não integrado que não está afetado à unidade geradora de caixa respetiva. Esse goodwill é sintetizado em "Outros" no quadro acima.

Alterações de goodwill em 2020 apenas relacionadas com variações cambiais de goodwill AM detidas em divisas não do Grupo.

As alterações do goodwill em 2019 foram principalmente impulsionadas pelas medidas transformadoras, relacionadas com os negócios do Grupo e a sua reorganização. Desencadeado pelo impacto de uma perspetiva reduzida sobre os planos de negócios, e impulsionado tanto por ajustamentos a fatores macroeconómicos como pelo impacto das decisões estratégicas na preparação do anúncio de transformação acima referido, no segundo trimestre de 2019 o Grupo analisou os montantes recuperáveis das suas UGC na estrutura então existente. Esta revisão resultou numa ligeira queda dos valores recuperáveis em relação aos respetivos valores contabilísticos existentes para a WM no âmbito da antiga divisão corporativa do Private & Commercial Bank ("PCB") e da GTB e CF na antiga divisão corporativa Corporate & Investment Bank ("CIB").

Com um valor recuperável de aproximadamente 1,9 mil milhões de euros para a WM, o goodwill na antiga UGC WM (545 milhões de euros) foi prejudicado e teve de ser totalmente amortizado, principalmente em resultado do agravamento de pressupostos macroeconómicos, incluindo curvas de taxas de juro, bem como correções do crescimento do mercado específicas do setor para o negócio da WM a nível global. Para a antiga UGC GTB e CF, o valor recuperável de aproximadamente 10,2 mil milhões de euros levou à total imparidade de goodwill atribuído (491 milhões de euros). Isto deveu-se principalmente a tendências desfavoráveis da indústria no financiamento das empresas, bem como a ajustamentos de pressupostos macroeconómicos, incluindo curvas de taxas de juro. Os encargos com imparidades totais de mil milhões de euros foram registados em imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis dos resultados do segmento respetivo Private Bank (neste caso: UGC WM; 545 milhões de euros) e Corporate Bank (491 milhões de euros) no segundo trimestre de 2019.

## Teste de imparidade de goodwill

Para efeitos de teste de imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa (UGC). Com base na descrição na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", as principais unidades geradoras de caixa do Grupo são as referidas acima. O "outro" goodwill é objeto de um teste de imparidade individual a nível de cada um dos investimentos não integrados. O goodwill é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa com goodwill e o seu valor contabilístico. Além disso, e de acordo com a IAS 36, o Grupo testa o goodwill sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso.

Na sequência da supramencionada anulação de goodwill nas antigas UGC GTB e CF no segundo trimestre de 2019 e do desreconhecimento de goodwill incluído na alienação de uma subsidiária não integrada registrada no terceiro trimestre de 2019, a UGC do AM foi a única UGC com goodwill a ser testada quanto à imparidade anual em 2019 e 2020. Os testes de imparidade anual de goodwill levados a cabo nestes períodos não tiveram como resultado uma perda por imparidade nas principais UGC com goodwill do Grupo, uma vez que o valor recuperável referente da UGC da AM foi superior aos valores escriturados respetivos.

Uma revisão da estratégia do Grupo ou de determinados riscos políticos ou globais para o setor bancário, incertezas relativamente à implementação da regulação já adotada e a introdução de legislação já em discussão podem resultar numa imparidade de goodwill no futuro.

## Valor contabilístico

O valor contabilístico de uma unidade geradora de caixa principal é apurado usando um modelo de afetação de capital baseado no Quadro de afetação do capital próprio dos acionistas do Grupo (consultar a Nota 4, “Segmentos de negócio e informações conexas”, para obter mais informações). A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas Tier 1 adicionais (“Notas AT1”) que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado aos efeitos especiais relacionados com investimentos não integrados, que são testados separadamente para detetar imparidades, tal como descrito acima, e a um ajustamento complementar do goodwill atribuível a participações minoritárias.

## Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das suas unidades geradoras de caixa principais com base na de maior valor em utilização e justo valor menos os custos de alienação (nível 3 da hierarquia de justo valor). Utiliza um modelo de fluxo de caixa descontado que reflete os detalhes específicos do negócio bancário e do seu ambiente regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o justo valor das Notas AT1, afetadas às principais UGC compatíveis com o respetivo tratamento no valor contabilístico.

O modelo de fluxos de caixa descontados usa as projeções de rendimentos e os respetivos pressupostos de capitalização com base em planos financeiros de cinco anos, bem como expectativas a mais longo prazo no impacto dos desenvolvimentos regulamentares, que são descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de rendimentos além do período inicial de cinco anos são, onde aplicável, ajustadas para derivar um nível sustentável. No caso de um negócio em continuidade, o fluxo de caixa para o capital próprio é assumido como estando a aumentar ou a convergir na direção de uma taxa de crescimento a longo prazo constante de até 3,1% (2019: até 2,8%). Isto baseia-se em previsões de projeção de rendimentos para as UGC, bem como em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

## Pressupostos-chave e sensibilidades

**Pressupostos-chave:** O valor dos fluxos de caixa descontados de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada (custo do capital) e, em muito menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar as taxas de desconto. No que respeita à GCU AM, as taxas de desconto (após impostos) aplicadas para 2020 e 2019 foram de 9,8% e 9,6%, respetivamente.

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Asset Management	—Fornecer um forte desempenho de produtos de investimento	—Ambiente desafiante de mercado e volatilidade desfavorável às nossas estratégias de investimento
	—Expandir o conjunto de produtos em áreas de crescimento (por ex., esquemas de investimento ESG, alternativas,	

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
	<p>multiativos, passivos), consolidando ao mesmo tempo estratégias não essenciais</p> <p>—Fluxos líquidos consistentes potencializando a liderança da quota de mercado na Alemanha e no resto da Europa, ao mesmo tempo que se expande a cobertura na Ásia e Pacífico e se foca no crescimento nas Américas</p> <p>—Diversificação da cobertura intermediária relativamente a canais de elevado crescimento e implementação de soluções digitais para servir novos canais</p> <p>—Maior eficiência através de processos operacionais essenciais melhorados, otimização de plataformas e racionalização de produtos</p> <p>—Antecipação de mais obstáculos no setor de Asset Management como resultado do ambiente regulamentar em mudança</p>	<p>—Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos</p> <p>—Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de fluxo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade, desempenho de investimento desfavorável, ganhos de eficiência mais baixos do que o esperado</p> <p>—Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas</p>

**Sensibilidades:** Para testar a resistência do valor recuperável, toma-se em consideração os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros). A direção acredita que eventuais alterações em pressupostos-chave razoavelmente possíveis podem causar perda por imparidade na AM. Atualmente, na AM, o valor recuperável excede o valor contabilístico em 12%, ou 0,7 mil milhões de euros.

#### Alterações em determinados pressupostos-chave para levar a que o valor recuperável seja igual ao valor contabilístico

Alteração em pressupostos-chave	AM
Aumento na taxa de desconto (após impostos)	
de	9,8%
para	10,6%
Alteração nos lucros futuros previstos em cada período até	(9,5)%
Taxa de crescimento a longo prazo	
de	3,1%
para	1,6%

## Outros ativos intangíveis

Alterações de outros ativos intangíveis por classes de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019

em milhões de euros	Ativos intangíveis adquiridos					Ativos intangíveis gerados internamente		Total de outros ativos intangíveis	
	Não amortizado		Amortizado			Amortizado			
	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados	Software	
Custo de aquisição/fabrico:									
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>1.010</b>	<b>441</b>	<b>1.451</b>	<b>1.384</b>	<b>70</b>	<b>603</b>	<b>2.057</b>	<b>7.814</b>	<b>11.322</b>
Adições	0	0	0	9	0	34	43	997	1.040
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	40	40	1.295	1.335
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(21)	(22)
Transferências	0	0	0	(1)	0	28	27	(29)	(2)
Alterações das taxas de câmbio	20	1	21	11	0	0	11	47	79
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.030</b>	<b>442</b>	<b>1.472</b>	<b>1.403</b>	<b>70</b>	<b>625</b>	<b>2.098</b>	<b>7.512</b>	<b>11.082</b>
Adições	0	0	0	5	0	138	143	911	1.054
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	5	5	390	394
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(37)	(37)	(9)	(46)
Transferências	0	0	0	0	0	60	60	21	81
Alterações das taxas de câmbio	(85)	(1)	(86)	(53)	0	(2)	(55)	(136)	(277)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>945</b>	<b>441</b>	<b>1.386</b>	<b>1.356</b>	<b>70</b>	<b>778</b>	<b>2.204</b>	<b>7.910</b>	<b>11.499</b>
<b>Amortização e imparidade acumulada:</b>									
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>255</b>	<b>439</b>	<b>694</b>	<b>1.358</b>	<b>70</b>	<b>494</b>	<b>1.922</b>	<b>3.442</b>	<b>6.057</b>
Amortização do exercício	0	0	0	13	0	38	51	1.205	1.256 <sup>1</sup>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	40	40	1.291	1.330
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(15)	(15)
Perdas por imparidade	0	0	0	2	0	6	8	931	939 <sup>2</sup>
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	1	1	0	0	29	29	(38)	(8)
Alterações das taxas de câmbio	5	0	5	11	0	1	12	20	37
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>260</b>	<b>440</b>	<b>700</b>	<b>1.384</b>	<b>70</b>	<b>528</b>	<b>1.982</b>	<b>4.254</b>	<b>6.935</b>
Amortização do exercício	0	0	0	8	0	37	45	994	1.040 <sup>3</sup>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	3	3	385	388
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(33)	(33)	(8)	(41)
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	50	51 <sup>4</sup>
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	2	2 <sup>5</sup>
Transferências	0	0	0	0	0	106	106	(22)	84
Alterações das taxas de câmbio	(22)	(1)	(23)	(52)	0	(2)	(54)	(88)	(165)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>239</b>	<b>439</b>	<b>678</b>	<b>1.340</b>	<b>70</b>	<b>633</b>	<b>2.043</b>	<b>4.793</b>	<b>7.513</b>
<b>Valor contábilístico:</b>									
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>770</b>	<b>2</b>	<b>772</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>96</b>	<b>116</b>	<b>3.259</b>	<b>4.147</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>706</b>	<b>2</b>	<b>708</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>145</b>	<b>161</b>	<b>3.117</b>	<b>3.986</b>

<sup>1</sup> 1,3 mil milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

<sup>2</sup> 939 milhões eram compostos por imparidades de software adquirido (6 milhões de euros) e de desenvolvimento próprio (931 milhões de euros), ambos registados em despesas gerais e administrativas, e 2 milhões de euros relativos à imparidade de um ativo intangível relacionado com clientes de amortização, o qual está incluído em imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis.

<sup>3</sup> Mil milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

<sup>4</sup> 51 milhões de euros eram sobretudo compostos por imparidades de software de desenvolvimento próprio, registado em despesas gerais e administrativas.

<sup>5</sup> 2 milhões de euros eram compostos por reversão de imparidades de software de desenvolvimento próprio, registado em despesas gerais e administrativas.

## Ativos intangíveis amortizados

Em 2020, a amortização de outros ativos intangíveis diminuiu 161 milhões de euros. Esta redução foi impulsionada por despesas de amortização de mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (50 milhões de euros). Mais informações relativas ao impacto relacionado com a estratégia de transformação estão incluídas na Nota 45 "Impacto da transformação do Deutsche Bank". Adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,1 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensado pela diminuição no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais forte em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio negativas de 112 milhões de euros.

Em 2019, a amortização de outros ativos intangíveis diminuiu num valor líquido de 1,1 mil milhões de euros. Isto foi principalmente impulsionado por despesas de amortização de 1,3 mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (1,2 mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (937 milhões de euros). Isto foi compensado por adições aos ativos intangíveis gerados internamente de mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo. Adicionalmente, a desvalorização do euro em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de 26 milhões de euros.

Em 2018, a amortização de outros ativos intangíveis aumentou num valor líquido de 171 milhões de euros. Tal deveu-se em particular a adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,2 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo. Compensadas foram as despesas de amortização de 1,1 mil milhões de euros, maioritariamente para o consumo agendado de software capitalizado (1,1 mil milhões de euros). A reavaliação do software atual da plataforma, assim como o software em desenvolvimento, levou à imparidade do software de desenvolvimento próprio (42 milhões de euros). Adicionalmente, a desvalorização do euro em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de 46 milhões de euros, aumentando o valor contabilístico líquido de amortização de ativos intangíveis.

Outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear.

### Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Vidas úteis em exercícios
<b>Ativos intangíveis gerados internamente:</b>	
Software	até 10
<b>Ativos intangíveis adquiridos:</b>	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 20
Outros	até 80

## Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

**Contratos de gestão de investimento do segmento retalho:** Estes ativos, que ascendem a 706 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à unidade geradora de caixa da AM. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à AM o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis, o custo de renovação é mínimo e existe um longo historial de renovações, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. em 2002.



O valor recuperável foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor e é essencialmente estável, comparativamente ao valor contábilístico. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos, a taxa de comissão efetiva e a taxa de desconto, bem como a taxa de crescimento do valor terminal. As taxas de desconto (custo de capital) aplicadas no cálculo foram de 10,3% em 2020 e 9,8% em 2019. A taxa de crescimento do valor terminal aplicada para 2020 é de 4,1% (em comparação com 4,1% em 2019). As análises das avaliações para os anos 2020 e 2019 não resultaram em nenhuma imparidade nem na reversão das imparidades anteriores.

## 24 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6.086	4.951
Ativos fixos tangíveis	11	15
Outros ativos	0	10
<b>Total de ativos classificados como detidos para venda</b>	<b>6.097</b>	<b>4.976</b>
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.000	2.671
Outros passivos	7.850	6.978
<b>Total de passivos classificados como detidos para venda</b>	<b>9.850</b>	<b>9.650</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, nenhuns resultados não realizados associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento (perda) integral acumulado (após impostos).

### Venda da Postbank Systems AG à Tata Consultancy Services

Em 9 de novembro de 2020, o Deutsche Bank e a Tata Consultancy Services (TCS) anunciaram que tinham chegado a um acordo relativo à venda da Postbank Systems AG, incluindo os seus cerca de 1500 colaboradores, à TCS. Na sequência do cumprimento de todas as condições de encerramento alcançadas no quarto trimestre de 2020, incluindo a receção das aprovações regulamentares e governamentais necessárias, a TCS, através da sua filial Tata Consultancy Services Netherlands B.V., adquiriu 100% das ações da Postbank Systems. Por isso, a Postbank Systems foi desconsolidada no final do exercício de 2020.

A venda representa um importante passo em frente para a transformação estratégica anunciada pelo Deutsche Bank e é coerente com planos financeiros previamente comunicados, resultando na aceleração dos encargos de transformação esperados. Na sequência do anúncio e antes da sua desconsolidação, a Postbank Systems foi classificada como um grupo de alienação detido para venda. Juntamente com a reclassificação dos ativos e passivos do grupo de alienação para outros ativos e outros passivos, o Grupo reconheceu um impacto negativo antes de impostos de (120) milhões de euros, que foi registado no quarto trimestre de 2020 no âmbito de outras receitas (104 milhões de euros) e gastos operacionais (excl. juros) (16) milhões de euros).

### Transferência da plataforma global Prime Finance e Electronic Equities para o BNP Paribas S.A.

Como parte dos planos estratégicos de transformação e reestruturação do Grupo anunciados em 7 de julho de 2019, o Conselho de Administração do Deutsche Bank anunciou também a saída da atividade de Equity Sales & Trading. Neste contexto, o Deutsche Bank tinha assinado um acordo com o BNP Paribas S.A. ("BNP Paribas") para assegurar a continuidade do serviço aos seus clientes de Prime Finance e Electronic Equities, com vista a transferir tecnologia e pessoal para o BNP Paribas e a continuar a operar a plataforma até os clientes migrarem para o BNP Paribas, com receitas transferidas para o BNP Paribas e determinados custos a reembolsar ao Deutsche Bank.

Em 14 de novembro de 2019, o BNP Paribas e o Deutsche Bank anunciaram que o acordo de reencaminhamento de clientes e de transferência de tecnologia e de pessoal-chave das empresas respetivas para o BNP Paribas tinha recebido as aprovações necessárias e, por conseguinte, foi considerado incondicional. O acordo de transferência de receitas e de reembolso de custos teve início em 1 de dezembro de 2019. Por conseguinte, no quarto trimestre de 2019, os ativos (5 mil milhões de euros) e passivos (9,6 mil milhões de euros) que constituem o perímetro da transação foram classificados como ativos e passivos detidos para venda da Unidade de Libertação de Capital (CRU). Os ativos e passivos incluídos no grupo para

alienação são predominantemente instrumentos financeiros que serão renovados ao BNP Paribas, ou os saldos serão encerrados entre o Deutsche Bank e as contrapartes e, simultaneamente, os clientes entrarão nas transações equivalentes com o BNP Paribas. A medição dos instrumentos financeiros não é afetada pela sua classificação como detidos para venda.

Em 31 de dezembro de 2020, o grupo de alienação detido para venda continua a incluir ativos e passivos na composição acima citada, no montante de 6,1 mil milhões de euros e 9,9 mil milhões de euros, respetivamente. Espera-se que a operação se desenrole até ao final de 2021, com transações com clientes, hardware informático e software e colaboradores transferidos ao longo deste período.

## Alienações em 2019

Divisão	Alienação	Impacto financeiro <sup>1</sup>	Data da alienação
Unidade de Libertação de Capital	Em 9 de junho de 2019 e conforme previsto, o Deutsche Bank concluiu a venda do seu negócio Private & Commercial Bank ("PCB") em Portugal à ABANCA Corporación Bancaria S.A. ("ABANCA"). A unidade foi anteriormente classificada como um grupo de alienação detido para venda no primeiro trimestre de 2018. Após o encerramento, o Grupo transferiu os ativos sob gestão de aproximadamente 3 mil milhões de euros, depósitos de mil milhões de euros e empréstimos de 3 mil milhões de euros, bem como cerca de 330 FTE para a ABANCA.	Nenhum.	Segundo trimestre de 2019

1 Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

## 25 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	58.714	49.147
Valores a receber de corretagem prime	41	15
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2.752	1.687
Valores a receber de operações regular way não liquidadas	13.057	12.552
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	74.564	63.401
Títulos de dívida detidos para recolher	12.587	24.292
Juros acumulados a receber	1.656	2.614
Ativos detidos para venda	6.097	4.976
Outros	15.495	15.075
<b>Total de outros ativos</b>	<b>110.399</b>	<b>110.358</b>

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	66.259	59.291
Valores a pagar de corretagem prime	271	6
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	1.612	1.588
Valores a pagar de operações regular way não liquidadas	11.668	10.402
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	79.810	71.287
Juros acumulados a pagar	1.740	2.420
Passivos detidos para venda	9.850	9.650
Passivos por locação	3.974	3.281
Outros	18.834	21.327
<b>Total de outros passivos</b>	<b>114.208</b>	<b>107.964</b>

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 24, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda".

## 26 – Depósitos

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Depósitos à ordem não remunerados	220.646	228.731
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	154.790	135.276
Depósitos a prazo	106.551	121.120
Depósitos de poupança	86.044	87.081
Total de depósitos remunerados	347.385	343.477
<b>Total de depósitos</b>	<b>568.031</b>	<b>572.208</b>

## 27 – Provisões

### Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Risco operacional	Processos civis	Execução regulamentar	Reestruturação	Outros	Total <sup>1</sup>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>215</b>	<b>684</b>	<b>499</b>	<b>585</b>	<b>433</b>	<b>2.416</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(0)	0	0	(0)	(2)	(2)
Novas provisões	43	533	74	603	593	1.846
Montantes utilizados	22	591	34	395	546	1.590
Montantes não utilizados revertidos	116	128	3	125	87	459
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	(0)	8	9	(10)	2	8
Transferências	(0)	39	(1)	27	(9)	56
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>119</b>	<b>544</b>	<b>543</b>	<b>684</b>	<b>384</b>	<b>2.276</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(0)	0	(0)	(0)	(3)	(4)
Novas provisões	20	107	183	553	505	1.368
Montantes utilizados	11	182	165	641	401	1.400
Montantes não utilizados revertidos	39	106	27	105	84	361
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	0	(9)	(41)	4	(15)	(60)
Transferências	(0)	0	(1)	181	8	189
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>89</b>	<b>355</b>	<b>492</b>	<b>676</b>	<b>396</b>	<b>2.007</b>

<sup>1</sup> Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 19, "Reservas para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais.

### Classes de provisões

As provisões de **risco operacional** surgem do risco operacional e excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão do risco, pois exclui o risco de perda resultante de processos civis e de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

As provisões de **processos civis** surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis.

**Execução regulamentar** as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei.

As provisões para **reestruturação** decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, "Reestruturação".

**Outras** provisões incluem várias rubricas específicas resultantes de uma variedade de diferentes circunstâncias, incluindo a provisão para o reembolso de comissões de processamento de empréstimos, comissões de vendas diferidas, provisões para taxas bancárias e pedidos de recompra de hipotecas.

## Provisões e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos que possa ser estimada com fiabilidade. Quando não pode ser feita uma estimativa fiável para tal obrigação, não é reconhecida uma provisão e a obrigação é considerada como um passivo contingente. Os passivos contingentes também incluem possíveis obrigações para as quais a possibilidade de um fluxo económico futuro de saída é mais do que remota, mas menos do que provável. Quando foi tomada uma provisão para uma reclamação em particular, não é registado um passivo contingente; para matérias ou conjuntos de matérias que consistam em mais de uma reclamação, no entanto, podem ser registadas provisões para algumas reclamações e podem ser registados passivos contingentes (ou nem uma provisão nem um passivo contingente) para outros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Nos últimos anos, a regulamentação e a supervisão em várias áreas aumentaram e os órgãos governamentais e entidades reguladoras, além de outras entidades, procuraram submeter os prestadores de serviços financeiros a um escrutínio e supervisão crescentes, que, por sua vez, conduziu a ações de execução e investigações regulamentares adicionais, muitas vezes seguidas por processos civis.

Para determinar em quais das matérias a possibilidade de perdas é provável, ou menos do que provável, mas mais do que remota, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza dessa matéria e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indemnizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos.

As provisões que o Grupo reconheceu para processos civis e execução regulamentar em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 encontram-se apresentados na tabela acima. Nas matérias para as quais o Grupo acredita ser provável haver uma saída de fundos, não foram reconhecidas provisões pois o Grupo não podia fazer uma estimativa fiável do montante da potencial saída de fundos.

Nas matérias para as quais pode ser feita uma estimativa fiável, o Grupo calcula atualmente que, em 31 de dezembro de 2020, o agregado de futuras perdas com possibilidade de ocorrência mais do que remota, mas menos do que provável era de cerca de 2,1 mil milhões de euros para matérias de processos civis (31 de dezembro de 2019: 1,8 mil milhões de euros) e 0,2 mil milhões de euros para matérias de execução regulamentar (31 de dezembro de 2019: 0,2 mil milhões de euros). Estes valores incluem matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita na possibilidade de uma saída de fundos mais do que remota mas menos que provável, mas o montante ainda não constitui uma estimativa fiável e em conformidade, tais matérias não são incluídas nas estimativas dos passivos contingentes. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita que a possibilidade de uma saída de fundos é remota e por conseguinte, não reconheceu uma provisão nem a incluiu nas estimativas dos passivos contingentes.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas. A perda possível estimada, bem como quaisquer provisões tomadas, pode ser e é muitas vezes substancialmente inferior ao montante inicialmente solicitado pelos órgãos reguladores ou adversários ou a perda máxima potencial pode ser incurrida quando as matérias resultam numa adjudicação final adversa ao Grupo. Adicionalmente, em várias regiões em que o Grupo opera, não é muitas vezes exigido a um adversário que defina o montante que procura, e quando o é, o montante pode não estar sujeito aos mesmos requisitos que se aplicam geralmente às alegações factuais ou justificações legais.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas fiáveis e calcular a perda possível

estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

## Processos individuais atuais

Abaixo são apresentadas descrições de processos civis e de matérias de execução regulamentar ou grupos de matérias para as quais o Grupo estabeleceu provisões materiais ou para as quais existem passivos contingentes materiais que são mais do que uma possibilidade remota, ou ainda para as quais existe a possibilidade de negócio material ou risco em termos de reputação; as matérias idênticas estão agrupadas e algumas delas são constituídas por várias reclamações. As matérias divulgadas incluem matérias para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais o Grupo não pode fazer uma estimativa fiável da possível perda. Os conjuntos de matérias são apresentados por ordem alfabética da lista em inglês, com base nos títulos utilizados pelo Grupo para as mesmas.

**Investigações e litígios Cum-ex.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a transações de clientes Cum-ex. "Cum-ex" refere-se a atividades de negociação em ações alemãs em torno de datas de registo de dividendos (data de negociação anterior e data de liquidação posterior à data de registo dos dividendos) para obter créditos fiscais alemães ou restituições em relação à retenção na fonte cobrada sobre pagamentos de dividendos, incluindo, em especial, estruturas de transações que resultaram na existência de mais do que um participante no mercado a reivindicar o mesmo pagamento de dividendos. O Deutsche Bank está a cooperar com as autoridades responsáveis pela aplicação da lei nestas matérias.

O Procurador do Ministério público de Colónia (*Staatsanwaltschaft Köln*, "CPP") tem vindo a realizar uma investigação criminal desde agosto de 2017 no que diz respeito a dois antigos colaboradores do Deutsche Bank em relação a transações Cum-ex de alguns antigos clientes do Banco. O Deutsche Bank é um potencial participante secundário nos termos do artigo 30 da lei alemã sobre infrações administrativas no presente processo. Este processo poderá resultar numa redução dos lucros e em multas. O Deutsche Bank está a colaborar com o CPP. No final de maio e início de junho de 2019, o CPP iniciou investigações penais contra outros atuais e antigos colaboradores do Deutsche Bank e cinco antigos membros do Conselho de Administração. Em julho de 2020, durante a inspeção do processo de investigação do CPP, o Deutsche Bank tomou conhecimento de que o CPP tinha prorrogado a sua investigação em junho de 2019 para incluir outro pessoal atual e antigo do DB, incluindo um antigo membro do Conselho de Administração e um atual membro do Conselho de Administração. Registaram-se no processo informações muito limitadas sobre os indivíduos. Esta investigação encontra-se ainda numa fase inicial e o âmbito da mesma pode ainda ser alargado.

O Deutsche Bank agiu na sua qualidade de participante e apresentou pedidos de reembolso de impostos através do procedimento de reembolso eletrónico (*Elektronisches Datenträgerverfahren*) em nome, inter alia, de dois antigos clientes de custódia em ligação com as respetivas transações Cum-ex. Em fevereiro de 2018, o Deutsche Bank recebeu da Administração Federal Alemã (*Bundeszentralamt für Steuern*, "FTO") um pedido de cerca de 49 milhões de euros para as restituições fiscais pagas a um cliente de custódia anterior. O Deutsche Bank espera receber um aviso formal no mesmo montante. Em 20 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank recebeu uma notificação de incumprimento do FTO solicitando o pagamento de 2,1 milhões de euros até 20 de janeiro de 2020 relativamente aos pedidos de reembolso de impostos que o Deutsche Bank tinha apresentado em nome de outro cliente de custódia anterior. Em 20 de janeiro de 2020, o Deutsche Bank efetuou o pagamento pedido e apresentou uma objeção contra a notificação de incumprimento. O Deutsche Bank apresentou o raciocínio para a objeção em 19 de junho de 2020. Em 3 de dezembro de 2020, o Deutsche Bank recebeu outra carta de audição da FTO em relação ao aviso de 2,1 milhões de euros de responsabilidade.

Por carta datada de 26 de fevereiro de 2018, o Banco de Nova Iorque Mellon SA/NV ("BNY") informou o Deutsche Bank da sua intenção de solicitar uma indemnização por potencial responsabilidade por impostos associados Cum-ex incorridos pelo BHF Asset Service GmbH ("BAS") e/ou pelo Frankfurter Service Kapitalanlage-GmbH ("Service KAG", agora designado BNY Mellon Service Kapitalanlage-Gesellschaft mbH). O Deutsche Bank tinha adquirido o BAS e o Service KAG no âmbito da aquisição da Sal. Oppenheim em 2010 e vendeu-as ao BNY no mesmo ano. O BNY estima que a potencial dívida fiscal ascenda a 120 milhões de euros (excluindo juros de 6% p.a.). Em novembro e dezembro de 2020, o consultor da BNY informou o Deutsche Bank de que a BNY e/ou a Service KAG (entre outras) receberam avisos das autoridades fiscais no

montante estimado no que diz respeito às negociações Cum-ex relacionadas por determinados fundos de investimento em 2009 e 2010. A BNY apresentou objeções contra os avisos.

Em 6 de fevereiro de 2019, o Tribunal Regional (*Landgericht*) de Frankfurt am Main notificou o Deutsche Bank acerca de uma queixa da M.M.Warburg & CO Gruppe GmbH e M.M.Warburg & CO (AG & Co.) KGaA (conjuntamente "Warburg") em relação às transações Cum-ex da Warburg com um cliente de custódia do Deutsche Bank entre 2007 a 2011. A Warburg queixa-se de ter direito a uma indemnização do Deutsche Bank face aos impostos alemães referentes a operações realizadas entre 2007 e 2011. Além disso, a Warburg reclama a indemnização por danos não especificados relacionados com estas transações. Com base nos avisos de avaliação fiscal recebidos para 2007-2011, a Warburg reivindica um total de 250 milhões de euros (dos quais 166 milhões de euros estão relacionados com impostos e 84 milhões de euros estão relacionados com juros). Em 20 de março de 2020, a Warburg prorrogou o seu pedido contra o Deutsche Bank para indemnizar a Warburg em relação à decisão de confiscação de 176 milhões de euros (dos quais 166 milhões de euros estão relacionados com impostos e 10 milhões de euros estão relacionados com juros) emitida pelo Tribunal Regional de Bona no julgamento Cum-ex criminal em 18 de março de 2020 relativamente às mesmas transações. Em 23 de setembro de 2020, o Tribunal Regional de Frankfurt rejeitou integralmente o pedido da Warburg contra o Deutsche Bank, alegando que a Warburg como devedor fiscal (*Steuerschuldner*) é principalmente responsável e não pode solicitar o pagamento ao Deutsche Bank. O tribunal alegou ainda que as reclamações prescreveram. Em 29 de outubro de 2020, a Warburg recorreu da decisão junto do Tribunal Superior Regional (*Oberlandesgericht*) de Frankfurt am Main. O Deutsche Bank tem até 12 de abril de 2021 para responder ao recurso da Warburg.

Em 25 de janeiro de 2021, o Tribunal Regional (*Landgericht*) de Hamburgo serviu o Deutsche Bank com um pedido da Warburg Invest Kapitalanlagegesellschaft mbH ("Warburg Invest") em relação a transações de dois fundos de investimento em 2009 e 2010, respetivamente. A Warburg Invest era gestora de fundos para ambos os fundos. A Warburg Invest pede, do Deutsche Bank juntamente com várias outras partes como devedores conjuntos e diversos (*Gesamtschuldner*), indemnização contra impostos alemães em relação a transações Cum-ex realizadas pelos dois fundos. Além disso, a Warburg Invest reclama a indemnização por danos não especificados relacionados com estas transações. Em novembro de 2020, a Warburg Invest recebeu uma notificação de responsabilidade fiscal das autoridades fiscais para um dos fundos no montante de 61 milhões de euros. Com base em informações publicamente disponíveis, o Deutsche Bank estima que o montante do imposto para o segundo fundo seja de aproximadamente 49 milhões de euros. A Warburg Invest apresentou o seu pedido contra várias partes, incluindo o Deutsche Bank *inter alia*, com base numa alegação de danos intencionais contrários à política pública (Secção 826 do Código Civil alemão) e na acusação de que o Deutsche Bank participou num modelo de negócio que era contrário à política pública (*sittenwidriges Geschäftsmodell*).

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Investigações do Danske Bank da Estónia.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de informações de agências reguladoras e de aplicação da lei relativamente à anterior relação bancária correspondente do Banco com o Danske Bank, incluindo o historial de processamento do Banco de transações bancárias correspondentes em nome de clientes da agência estónia do Danske Bank antes do término da relação bancária correspondente com essa agência em 2015. O Deutsche Bank encontra-se a fornecer informações e a cooperar com as agências que estão a investigar. O Banco concluiu também uma investigação interna destes assuntos, incluindo se ocorreu a violação de alguma lei, regulamento ou política do Banco e a eficácia do ambiente de controlo interno relacionado. Adicionalmente, em 24 e 25 de setembro de 2019, com base num mandado de busca emitido pelo Tribunal Local (*Amtsgericht*) de Frankfurt, o gabinete do Ministério Público de Frankfurt conduziu investigações ao Deutsche Bank. Estas investigações estavam relacionadas com relatórios de atividades suspeitas relacionadas com o potencial branqueamento de capitais no Danske Bank. Em 13 de outubro de 2020, o FPP encerrou a sua investigação criminal porque o FPP não encontrou elementos de prova suficientes para fundamentar a suspeita de branqueamento de capitais. No entanto, o Banco concordou em pagar uma multa administrativa de 13,5 milhões de euros ao FPP por não apresentar SAR na Alemanha em tempo hábil, que o Deutsche Bank pagou no quarto trimestre de 2020.

Em 7 de julho de 2020, o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) emitiu uma Ordem de Consentimento, apurando que o Deutsche Bank violou as leis bancárias do Estado de Nova Iorque em ligação com as suas relações com três antigos clientes do Deutsche Bank, a filial da Estónia do Danske Bank, Jeffrey Epstein e o FBME Bank, e que impõe uma sanção civil de 150 milhões de dólares dos Estados Unidos em relação a estas três relações antigas, que o Deutsche Bank pagou no terceiro trimestre de 2020.

As restantes investigações relativas à filial da Estónia do Danske Bank estão em curso.

Em 15 de julho de 2020, o Deutsche Bank foi nomeado réu numa ação coletiva de títulos apresentada no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito de Nova Jérquia, alegando que o Banco fez deturpações materiais relativamente à eficácia dos seus controlos anti-branqueamento de capitais (AML) e à remediação relacionada. A denúncia cita alegações relativas a deficiências de controlo levantadas na Decisão de Consentimento do DFS relacionadas com as relações do Banco com a filial da Estónia do Danske Bank, Jeffrey Epstein e o FBME Bank. Em 30 de setembro de 2020, o queixoso apresentou uma queixa

alterada que incluía alegações adicionais sobre a eficácia dos controles AML do Banco. Em 28 de dezembro de 2020, o tribunal nomeou o queixoso principal e o principal consultor. Espera-se que o queixoso principal apresente uma segunda queixa alterada até 1 de março de 2021. A moção do Banco está prevista para 15 de abril de 2021, com informação sobre a proposta a concluir até 1 de julho de 2021.

O Grupo não estabeleceu uma provisão ou passivo contingente no que diz respeito aos restantes inquéritos e ações civis do Danske Bank da Estónia.

**Investigações e litígios no mercado cambial.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei globalmente que investigaram as transações e vários outros aspetos do mercado cambial. O Deutsche Bank colaborou nas investigações. Paralelamente, o Deutsche Bank realizou a sua própria análise global interna do negócio cambial e outros aspetos do respetivo negócio cambial.

Em 19 de outubro de 2016, a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities (CFTC) dos EUA, Divisão de Execução emitiu uma carta ("Carta da CFTC") a notificar o Deutsche Bank de que a Divisão de Execução da CFTC "não levará a cabo qualquer outra ação, de momento, e encerrou a investigação ao Deutsche Bank" relativamente a divisas. Como é hábito, a Carta da CFTC afirma que a Divisão de Execução da CFTC "mantém a discricionariedade para decidir reabrir a investigação a qualquer momento no futuro". A Carta do CFTC não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank.

Em 7 de dezembro de 2016, foi anunciado que o Deutsche Bank celebrou um acordo com a CADE, a agência brasileira de execuções antitrust, para resolver uma investigação de conduta por um operador de mercado do Deutsche Bank sedado no Brasil. Como parte desse acordo, o Deutsche Bank pagou uma multa de 51 milhões de reais e concordou continuar a cumprir o processo administrativo da CADE até à sua conclusão. Isto resolve o processo administrativo da CADE na medida em que está relacionado com o Deutsche Bank, desde que o Deutsche Bank continue a cumprir os termos do acordo.

Em 13 de fevereiro de 2017, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DOJ"), Divisão Criminal, Secção de Fraude, emitiu uma carta ("Carta do DOJ") a notificar o Deutsche Bank de que o DOJ encerrou o seu inquérito criminal "respeitante a possíveis violações da legislação criminal federal em ligação com os mercados cambiais". Como é hábito, a Carta do DOJ afirma que o DOJ poderá reabrir o seu inquérito caso obtenha informações adicionais ou provas referentes ao inquérito. A Carta do DOJ não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank.

A 20 de abril de 2017, foi anunciado que o Deutsche Bank AG, a DB USA Corporation e a agência de Nova Iorque do Deutsche Bank AG chegaram a um acordo com o Conselho de Governadores do Sistema de Reserva Federal para resolver uma investigação às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank foi sujeito a uma decisão para fazer cessar e proibir e concordou pagar uma penalização monetária civil no valor de 137 milhões de dólares dos Estados Unidos. Adicionalmente, a Reserva Federal ordenou ao Deutsche Bank que "continuasse a implementar melhorias adicionais na supervisão, controlos internos, conformidade, gestão do risco e programas de auditoria" no negócio cambial e outros produtos semelhantes e relatar periodicamente o seu progresso à Reserva Federal.

Em 20 de junho de 2018, foi anunciado que o Deutsche Bank AG e a agência de Nova Iorque do Deutsche Bank AG chegaram a um acordo com o Departamento de Serviços Financeiros (DFS) do Estado de Nova Iorque para resolver uma investigação às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank foi sujeito a medidas preventivas e concordou pagar uma penalização monetária civil no valor de 205 milhões de dólares dos Estados Unidos. Adicionalmente, o DFS ordenou ao Deutsche Bank que continuasse a implementar melhorias na supervisão, controlos internos, conformidade, gestão do risco e programas de auditoria no negócio cambial e relatar periodicamente o seu progresso ao DFS.

As investigações levadas a cabo por determinadas outras agências reguladoras continuam a decorrer e o Deutsche Bank cooperou com estas investigações.

Em 25 de fevereiro de 2020, os queixosos da ação "Compradores Indiretos" pendente no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque (*Contant, et al. v. Bank of America Corp., et al.*) informaram o Tribunal de um acordo global com os onze réus restantes nessa ação, incluindo o Deutsche Bank, coletivamente de 10 milhões de dólares dos Estados Unidos. A contribuição de cada réu individual, incluindo a do Deutsche Bank, continua a ser confidencial. O tribunal aprovou o acordo e rejeitou com extinção todas as reclamações alegadas contra o Deutsche Bank nessa ação em 19 de novembro de 2020. Apresentada em 7 de novembro de 2018, *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.*, foi apresentada numa base individual por um grupo de gestores de ativos que recusaram o acordo na ação consolidada (*Em Contencioso antitrust das taxas cambiais de referência*). A moção dos réus foi concedida e recusada em parte em 28 de maio de 2020. Os queixosos apresentaram uma terceira queixa alterada em 28 de julho de 2020. A fase de instrução está a decorrer.

O Deutsche Bank também foi constituído réu em dois processos coletivos canadianos apresentados nas províncias de Ontário e Quebeque. Apresentadas em 10 de setembro de 2015, estas ações coletivas afirmam alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procuram indenizações ao abrigo da lei da concorrência do Canadá bem como outras causas de ação. A moção de certificação coletiva dos queixosos na ação Ontário foi concedida em 14 de abril de 2020. A fase de instrução está a decorrer.

O Deutsche Bank também foi nomeado réu numa ação coletiva alterada e consolidada apresentada em Israel. Esta ação afirma alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procura indenizações ao abrigo da lei antitrust de Israel bem como outras causas de ação. Esta ação está em fases preliminares.

Em 10 de novembro de 2020, o Deutsche Bank foi nomeado numa ação emitida (mas não notificada ao Deutsche Bank) no Tribunal Superior de Justiça do Reino Unido (Tribunal Comercial) interposta pelo The ECU Group PLC. A alegação não foi específica e está em fase preliminar.

Em 11 de novembro de 2020, o Deutsche Bank foi nomeado numa ação emitida no Tribunal Superior de Justiça do Reino Unido (Tribunal Comercial) interposta por muitos dos mesmos queixosos que interpuseram a *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.* referidos acima. A alegação não foi específica, mas acredita-se ser baseada em alegações factuais semelhantes às efetuadas em *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.* Esta ação está em fases preliminares.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Questões de taxas interbancárias e de negociantes. *Matérias reguladoras e de aplicação da lei.*** O Deutsche Bank respondeu a pedidos de informação de, e cooperou com, diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias e/ou de negociantes oferecidas.

Tal como reportado anteriormente, o Deutsche Bank pagou 725 milhões de euros à Comissão Europeia na sequência de um acordo de liquidação com data de 4 de dezembro de 2013 relacionado com conduta anticoncorrencial na negociação de derivados de taxa de juros.

Também como relatado anteriormente, em 23 de abril de 2015, o Deutsche Bank celebrou liquidações separadas com o DOJ, a CFTC, a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA) e o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) para resolver investigações de conduta indevida relativamente à fixação das taxas LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Nos termos destes acordos, o Deutsche Bank pagou penalizações de 2175 mil milhões de dólares dos Estados Unidos ao DOJ, CFTC e DFS e 226,8 milhões de libras esterlinas à FCA. Como parte da resolução com o DOJ, o DB Group Services (UK) Limited (uma subsidiária indireta totalmente detida pelo Deutsche Bank) confessou-se culpado do delito de fraude em transferências no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito do Connecticut e o Deutsche Bank celebrou um acordo de adiamento da acusação com um termo de três exercícios em seguimento do qual concordou (entre outras coisas) em apresentar a informação junto do tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito do Connecticut acusando o Deutsche Bank de cometer fraude em transferências e de fixar preços, violando a lei Sherman. Em 23 de abril de 2018, venceu-se o acordo de adiamento da acusação e o tribunal distrital dos EUA do distrito do Connecticut indeferiu subsequentemente as informações criminais contra o Deutsche Bank.

Adicionalmente, tal como reportado anteriormente em 20 de março de 2017, o Deutsche Bank pagou 5,4 milhões de francos suíços à Comissão da Concorrência suíça, (WEKO) em cumprimento de um acordo de liquidação relacionados com a LIBOR em ienes.

A 25 de outubro de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo com um grupo de trabalho dos procuradores-gerais dos EUA para a resolução da sua investigação de taxas interbancárias. Entre outras condições, o Deutsche Bank efetuou um pagamento de acordo no valor de 220 milhões de dólares dos Estados Unidos.

Permanecem em curso outras investigações do Deutsche Bank relativamente à fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente às restantes investigações, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Visão geral dos processos civis.** O Deutsche Bank é uma parte de 37 ações judiciais nos Estados Unidos relativas à alegada manipulação relacionada com a fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes que se encontram descritas nos parágrafos seguintes, bem como ações pendentes no Reino Unido, em Israel, na Argentina e em Espanha. A maioria das ações judiciais, incluindo ações coletivas putativas, estão pendentes no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito sul de



Nova Iorque (SDNY), contra o Deutsche Bank e numerosos outros réus. Todas salvo três das ações judiciais nos Estados Unidos foram apresentadas em nome de partes que alegam perdas como resultado de manipulação relativa à definição do LIBOR em dólares dos Estados Unidos. As três ações judiciais pendentes nos Estados Unidos contra o Deutsche Bank que não estejam relacionadas com a taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos também foram apresentadas no distrito sul de Nova Iorque e incluem uma ação consolidada relativa à LIBOR em libra esterlina (GBP), uma ação relativa à LIBOR em francos suíços (CHF) e uma ação relativa a duas taxas de referência em dólares de Singapura (SGD), a taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e a taxa de swap (SOR).

Os pedidos de indemnização por perdas e danos para todas as 37 ações judiciais nos Estados Unidos discutidas foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e das leis *antitrust* federais e estatais, da lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act e demais legislação estatal e federal. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

*LIBOR em dólares dos Estados Unidos.* Com duas exceções, todas as ações civis nos Estados Unidos relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (*multidistrict litigation* – MDL) da LIBOR em dólares dos Estados Unidos (o “MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos”) no distrito sul de Nova Iorque. À luz do grande número de casos individuais pendentes contra o Deutsche Bank e ações semelhantes, as ações civis incluídas no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão agora integradas sob a seguinte descrição geral do litígio pertencentes a tais ações, sem divulgação das ações individuais exceto quando as circunstâncias ou a resolução de um caso individual for material para o Deutsche Bank.

No seguimento de uma série de decisões no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos entre março de 2013 e março de 2019 que reduziram as queixas, os queixosos estão atualmente a apresentar queixas antitrust, queixas ao abrigo das leis Commodity Exchange Act e Securities Exchange Act dos Estados Unidos e queixas de fraude da lei estatal, contratuais, enriquecimento sem causa e outras alegações de responsabilidade delitual. O tribunal emitiu também decisões de revogação de determinadas alegações dos queixosos por falta de jurisdição pessoal e com base em prazos de prescrição.

Em 20 de dezembro de 2016, o tribunal distrital emitiu um parecer a revogar determinadas queixas antitrust e a permitir que outras avancem. Vários queixosos interpuseram recursos do parecer de 20 de dezembro de 2016 do tribunal distrital perante o tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para a Segunda Circunscrição e esses recursos estão a decorrer paralelamente aos processos em curso no tribunal distrital. As informações dos recursos estão completas e a argumentação oral foi ouvida em 24 de maio de 2019.

Em 13 de julho de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo no valor de 80 milhões de dólares dos Estados Unidos com os queixosos para resolver a ação coletiva putativa pendente como parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, reivindicando queixas com base em alegadas transações nos futuros e opções do euro/dólar negociadas na bolsa de mercadorias de Chicago (Chicago Mercantile Exchange) (*Metzler Investment GmbH v. Credit Suisse Group AG*). O tribunal concedeu a aprovação final do acordo em 17 de setembro de 2020 e rejeitou todas as reclamações contra o Deutsche Bank. Em conformidade, a ação não está incluída no número total de ações acima. O valor do acordo, que o Deutsche Bank liquidou, já não está refletido nas provisões para litígio do Deutsche Bank.

Em 29 de julho de 2020, o Deutsche Bank executou um acordo de liquidação com os queixosos no montante de 425.000 dólares dos Estados Unidos para resolver uma ação coletiva putativa pendente como parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos que afirma créditos em nome de instituições de crédito com sede nos Estados Unidos que originaram, compraram diretamente ou adquiriram uma participação em empréstimos ligados à LIBOR em dólares dos Estados Unidos (*The Berkshire Bank v. Bank of America*). O tribunal concedeu a aprovação preliminar do acordo em 30 de outubro de 2020. Em 8 de fevereiro de 2021, os queixosos pediram autorização ao tribunal para aprovação final do acordo. O valor do acordo, que o Deutsche Bank liquidou, já não está refletido nas provisões para litígio do Deutsche Bank.

Em 24 de março de 2020, o Deutsche Bank e o queixoso numa ação não coletiva pendente como parte do MDL LIBOR em dólares dos Estados Unidos (*Salix Capital US Inc. v. Banc of America Securities LLC*) estipularam o indeferimento das alegações do queixoso contra o Deutsche Bank. O tribunal indeferiu as alegações do queixoso em 25 de março de 2020. Em 17 de agosto de 2020, o Deutsche Bank e os queixosos em duas ações não coletivas pendentes como parte do MDL LIBOR em dólares dos Estados Unidos (*Prudential Investment Portfolios v. Bank of America Corp.*; *Prudential Investment Portfolios v. Barclays Bank plc.*) estipularam o indeferimento das alegações do queixoso contra o Deutsche Bank. O tribunal indeferiu as alegações dos queixosos em 18 de agosto de 2020. Em 9 de novembro de 2020, o Deutsche Bank e o queixoso numa ação não coletiva pendente como parte do MDL LIBOR em dólares dos Estados Unidos (*Federal National Mortgage Association v. Barclays Bank plc.*) estipularam o indeferimento das alegações do queixoso contra o Deutsche Bank e o tribunal indeferiu as alegações. Em 3 de fevereiro de 2021, o Deutsche Bank e os queixosos numa ação não coletiva pendente como parte do MDL LIBOR em dólares dos Estados Unidos (*Darby Financial Products v. Barclays Bank plc.*) estipularam o indeferimento das alegações dos queixosos contra o Deutsche Bank e o tribunal indeferiu as alegações.

Em janeiro e março de 2019, os queixosos apresentaram três queixas de ação coletiva putativa no SDNY contra diversas instituições financeiras, alegando que os réus, os membros do painel de bancos que forneceram submissões da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, a organização que administra a LIBOR e respectivas afiliadas, conspiraram para eliminar as submissões da LIBOR em dólares dos Estados Unidos de 1 de fevereiro de 2014 até ao presente. Estas ações foram posteriormente consolidadas no âmbito do *Em contencioso anti-trust ICE da LIBOR* e, em 1 de julho de 2019, os queixosos apresentaram uma queixa alterada consolidada. Em 26 de março de 2020, o tribunal concedeu a moção para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. Os queixosos recorreram da decisão ao Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito. As informações do recurso estão completas. Em 28 de dezembro de 2020, a DYJ Holdings, LLC apresentou uma moção de intervenção no recurso como queixoso e representante da classe proposto, uma vez que um dos queixosos originalmente nomeados retirou e rejeitou as suas alegações e os outros dois queixosos nomeados manifestaram o desejo de se retirar do processo. Em 7 de janeiro de 2021, os réus apresentaram uma moção de anulação do recurso por falta de jurisdição objeto. A informação sobre ambas as propostas está completa. Esta ação não faz parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos.

Em agosto de 2020, os queixosos apresentaram uma ação não coletiva no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Norte da Califórnia contra várias instituições financeiras, alegando que a LIBOR em dólares dos Estados Unidos foi suprimida através do presente. Em 10 de novembro de 2020, os queixosos pediram autorização ao tribunal para uma injunção preliminar e permanente; a informação sobre essa moção está completa. Em 11 de novembro de 2020, determinados réus transferiram a ação para o SDNY; a informação sobre essa moção está completa. Esta ação não faz parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos.

Existem outras ações judiciais no Reino Unido relativas a LIBOR em dólares dos Estados Unidos, interpostas pela Federal Deposit Insurance Corporation dos EUA, nas quais foi apresentado um pedido de indemnização nos termos do artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, Secção 2 do Capítulo 1 da lei da concorrência do Reino Unido de 1998 e de leis estatais dos Estados Unidos. O Deutsche Bank está a defender esta ação.

Em 2018, foi apresentada outra ação coletiva relativa à LIBOR, EURIBOR e TIBOR em Israel reclamando danos por perdas incorridas por indivíduos e entidades israelitas. O Deutsche Bank contestou o serviço e a jurisdição, e o pedido de ação coletiva contra o Deutsche Bank foi rejeitado pelo tribunal israelita em 30 de novembro de 2020.

Na Argentina, foi apresentada uma nova ação coletiva relativa à LIBOR, solicitando indemnizações por perdas alegadamente sofridas pelos detentores de obrigações argentinas com taxas de juro baseadas na LIBOR. O Deutsche Bank está a defender esta ação.

*SIBOR e SOR.* Continua pendente uma ação coletiva putativa alegando manipulação da taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e da taxa de swap (SOR). Em 26 de julho de 2019, o SDNY concedeu a moção dos réus para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank, e negou a moção do queixoso de autorização para apresentar uma quarta queixa alterada. O queixoso recorreu da decisão ao Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito. As informações do recurso estão completas e a argumentação oral foi ouvida em 11 de setembro de 2020.

*LIBOR em libras esterlinas.* Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em libra esterlina (GBP) continua pendente. Em 21 de dezembro de 2018, o tribunal do distrito sul de Nova Iorque concedeu parcialmente a moção para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. Em 16 de agosto de 2019, o Tribunal negou a moção dos queixosos para reapreciação parcial da decisão do Tribunal de 21 de dezembro de 2018. Os queixosos apresentaram um recurso; o Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito ordenou que o recurso fosse suspenso na pendência da decisão do Tribunal de Justiça no âmbito do recurso à ação coletiva SIBOR e SOR.

*LIBOR em francos suíços.* Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em francos suíços (CHF) continua pendente. Em 16 de setembro de 2019, o tribunal do distrito sul de Nova Iorque concedeu parcialmente a moção para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. Os queixosos apresentaram um recurso; o Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito ordenou que o recurso fosse suspenso na pendência da decisão do Tribunal de Justiça no âmbito do recurso à ação coletiva SIBOR e SOR.

*Reclamações EURIBOR em Espanha.* 53 reclamações em Espanha foram apresentadas contra o Deutsche Bank por requerentes de empréstimos hipotecários detidos por bancos e outras instituições financeiras por danos resultantes de alegada conduta de conluio do Deutsche Bank na sequência da decisão da Comissão Europeia. Das 53 reclamações, foram iniciados processos judiciais em relação a 22 reclamações. O valor total das reclamações correntes é de aproximadamente 790.000 euros, com potencial para mais reclamações. O primeiro julgamento estava previsto para 1 de fevereiro de 2021, mas foi adiado com uma nova data de julgamento a aconselhar.

*Investigações sobre as práticas de contratação designada e determinadas relações empresariais e metais preciosos.* Em 22 de agosto de 2019, o Deutsche Bank alcançou um acordo com a Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (SEC, Securities and Exchange Commission) para resolver a sua investigação sobre as práticas de contratação do

banco relacionadas com candidatos referidos por clientes, potenciais clientes e funcionários do governo. O banco aceitou pagar 16 milhões de dólares dos Estados Unidos no âmbito do acordo. O Ministério da Justiça dos Estados Unidos (DOJ) encerrou a sua investigação sobre o banco, no que diz respeito às suas práticas de contratação. O Deutsche Bank também chegou a acordo com o DOJ e o SEC, respetivamente, relativamente às suas investigações da conformidade do Banco com a lei Foreign Corrupt Practices Act dos EUA (lei norte-americana sobre práticas de corrupção no estrangeiro) e com outras leis, no que diz respeito ao envolvimento de localizadores e consultores do Banco. Em 8 de janeiro de 2021, o Deutsche Bank firmou um acordo de ação penal diferida (DPA) com o DOJ sobre os seus compromissos históricos de localizadores e consultores e, como parte das suas obrigações no DPA, concordou em pagar aproximadamente 80 milhões de dólares dos Estados Unidos em relação a esta conduta. O DPA com o DOJ também envolveu uma resolução que envolve o "spoofing" em metais preciosos. Como parte das suas obrigações no DPA relacionadas com metais preciosos, o Deutsche Bank concordou em pagar aproximadamente 8 milhões de dólares dos Estados Unidos, dos quais cerca de 6 milhões de dólares dos Estados Unidos seriam creditados por força da resolução do Deutsche Bank de 2018 com a CFTC. No mesmo dia, o Deutsche Bank também chegou a um acordo com o SEC para resolver a sua investigação sobre a conduta relativamente à conformidade do Banco com a FCPA no que diz respeito ao envolvimento do Banco de localizadores e consultores. O Banco concordou em pagar aproximadamente 43 milhões de dólares dos Estados Unidos neste acordo do SEC.

**Investigações de Jeffrey Epstein.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de informações de agências reguladoras e de aplicação da lei relativas à antiga relação de clientes do Banco com Jeffrey Epstein (individualmente, e através de partes e entidades relacionadas). Em dezembro de 2018, o Deutsche Bank deu início ao processo para cessar a sua relação com Epstein, que teve início em agosto de 2013. O Deutsche Bank forneceu informações e cooperou com as agências que estão a investigar. O Banco também concluiu uma investigação interna sobre a relação com Epstein.

Em 7 de julho de 2020, o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) emitiu uma Ordem de Consentimento, apurando que o Deutsche Bank violou as leis bancárias do Estado de Nova Iorque em ligação com as suas relações com três antigos clientes do Deutsche Bank, a filial da Estónia do Danske Bank, Jeffrey Epstein e o FBME Bank, e que impõe uma sanção civil de 150 milhões de dólares dos Estados Unidos em relação a estas três relações antigas, que o Deutsche Bank pagou no terceiro trimestre de 2020. Tal como acima indicado, o Banco é também nomeado réu numa ação coletiva de títulos pendente no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito de Nova Jérсия, que inclui alegações relacionadas com a relação do Banco com Jeffrey Epstein e outras entidades.

O Grupo não estabeleceu uma provisão ou passivo contingente no que diz respeito aos inquéritos e ações civis de Jeffrey Epstein. Estão em curso as restantes investigações relacionadas com Jeffrey Epstein.

**Investigação e matérias relacionadas com créditos hipotecários e títulos garantidos por ativos. Assuntos regulamentares e governamentais.** O Deutsche Bank e algumas empresas afiliadas (coletivamente designados por "Deutsche Bank") receberam intimações e pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e governamentais, incluindo membros do grupo de trabalho dos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação pertencente ao grupo de trabalho de execução em caso de fraude financeira dos Estados Unidos (U.S. Financial Fraud Enforcement Task Force), relativamente às suas atividades de originação, compra, titularização, venda, avaliação e/ou negociação de créditos hipotecários, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (residential mortgage-backed securities – RMBS), títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais (CMBS), obrigações com garantia real (CDO), outros títulos garantidos por ativos e derivados de crédito. O Deutsche Bank tem prestado toda a sua colaboração em resposta a essas citações e pedidos de informação.

Em 23 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank anunciou que chegou a acordo em princípio com o DOJ para resolver potenciais queixas relacionadas com os seus negócios de RMBS realizados de 2005 a 2007. O acordo tornou-se final e foi anunciado pelo DOJ em 17 de janeiro de 2017. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank pagou uma penalização monetária de 3,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos e forneceu 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor. O DOJ nomeou um supervisor independente para supervisionar e validar a prestação de assistência aos consumidores.

Em setembro de 2016, o Deutsche Bank recebeu intimações administrativas do Procurador-Geral de Maryland para obtenção de informações relativas aos negócios de RMBS e CDO do Deutsche Bank de 2002 a 2009. Em 1 de junho de 2017, o Deutsche Bank e o Procurador-Geral de Maryland chegaram a acordo para resolver o assunto num valor de 15 milhões de dólares dos Estados Unidos em numerário e 80 milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor (a serem atribuídos a partir da obrigação de dedução do consumidor global de 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos acordado como parte da liquidação do Deutsche Bank junto do DOJ).

Em 8 de julho de 2020, o supervisor nomeado pelo DOJ divulgou o seu relatório final, validando que o Deutsche Bank cumpriu as suas obrigações de assistência aos consumidores no valor de 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos na sua totalidade, incluindo o compromisso de 80 milhões de dólares dos Estados Unidos para com o Estado de Maryland.

O Grupo registou provisões relativas a algumas das investigações regulamentares pendentes, mas não a outras. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

**Emitente e tomador do processo civil.** O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis iniciados por privados em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador de ofertas de RMBS e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos abaixo, alegam, de um modo geral, que os prospetos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação. O Grupo registou provisões relativas a vários destes casos civis, mas não registou provisões relativas a todas estas matérias. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação coletiva respeitante à sua função como um dos tomadores de seis ofertas de RMBS emitidas pela Novastar Mortgage Corporation. Não se alega uma indemnização específica na queixa. O processo judicial foi iniciado pelos queixosos que representam uma classe de investidores que adquiriram certificados nestas ofertas. As partes chegaram a acordo para resolver o assunto por um total de 165 milhões de dólares dos Estados Unidos, do qual parte foi paga pelo Banco. Em 30 de agosto de 2017, a FHFA/Freddie Mac apresentou uma objeção ao acordo e pouco depois recorreu da decisão de recusa do tribunal distrital ao seu pedido de suspensão dos processos de aprovação do acordo, cujo recurso foi resolvido contra a FHFA/Freddie Mac. O tribunal aprovou o acordo em 7 de março de 2019 contra as objeções da FHFA/Freddie Mac. A FHFA apresentou o seu recurso em 28 de junho de 2019, que se encontra pendente.

O Deutsche Bank é réu numa ação relacionada com ofertas de RMBS interposta pela Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) dos EUA como recetador do Citizens National Bank e do Strategic Capital Bank (alegando um montante não especificado em indemnização contra todos os réus). Nesta ação, as queixas readmitidas do tribunal de recurso anteriormente anuladas com base em prazos de prescrição e petições para nova audiência e certiorari junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas. Em 31 de julho de 2017, o FDIC apresentou uma segunda queixa alterada, que os réus passaram para anulação em 14 de setembro de 2017. Em 18 de outubro de 2019, foi recusada a moção de indeferimento dos réus. A fase de instrução está a decorrer.

Em junho de 2014, a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação no tribunal estatal de Nova Iorque contra o Deutsche Bank para reativar uma ação anterior, alegando que o Deutsche Bank falhou a reaquisição dos créditos hipotecários na oferta de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-SL2. A ação de reativação encontra-se paralisada durante a pendência de um recurso de anulação de uma ação separada na qual a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação contra o Deutsche Bank alegando violações de representações e garantias estabelecidas pelo Deutsche Bank relativas a créditos hipotecários na mesma oferta. Em 29 de março de 2016, o tribunal anulou a ação de reativação e, em 29 de abril de 2016, o queixoso apresentou uma notificação de interposição de recurso. Em 8 de julho de 2019, o queixoso apresentou as suas alegações iniciais de recurso. Em 19 de novembro de 2019, o Tribunal de recurso confirmou o indeferimento. Em 19 de dezembro de 2019, o queixoso apresentou uma moção de recurso ao Tribunal de segunda instância de Nova Iorque no tribunal de recurso, que foi recusada em 13 de fevereiro de 2020. Em 16 de março de 2020, o queixoso peticionou o Tribunal de Segunda Instância de Nova Iorque por licença de recurso, que foi concedida em 1 de setembro de 2020. O processo inicial do queixoso foi apresentado em 2 de novembro de 2020.

O Deutsche Bank foi constituído réu em casos relativos a dois trusts RMBS apresentados inicialmente por investidores do RMBS e posteriormente pelo HSBC, como mandatário, no tribunal do estado de Nova Iorque. Os casos alegam violações de garantias e representações ao nível dos empréstimos nas ofertas de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-FM1 e ACE Securities Corp. 2007-ASAP1 RMBS, respetivamente. Ambos os casos foram anulados com base em prazos de prescrição pelo tribunal em 28 de março de 2018. O queixoso recorreu das anulações. Em 25 de abril de 2019, o primeiro departamento confirmou as anulações das queixas por incumprimento de representações e garantias e por violação do Pacto implícito de boa-fé e de negociação leal, mas inverteu a anulação das ações de autorização para apresentar queixas alteradas, alegando a não notificação do administrador acerca de alegadas declarações e violações de garantias. O HSBC apresentou queixas alteradas em 30 de abril de 2019 e o Deutsche Bank apresentou as suas respostas em 3 de junho de 2019. A fase de instrução está a decorrer. A 25 de outubro de 2019, os queixosos apresentaram duas queixas, procurando reativar, nos termos da secção 205(a) da lei e das regras relativas à prática civil de Nova Iorque, a violação de declarações e garantias sobre o que foi afirmado no processo relativo ao ACE 2006-FM1. Em 16 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank passou para a anulação destas ações.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

**Processos civis do mandatário.** O Deutsche Bank foi constituído réu em quatro processos civis separados interpostos por investidores relativos à sua função como mandatário de determinados trusts RMBS. As ações geralmente alegam queixas de violação contratual, violação de deveres fiduciários, violação do dever de evitar conflitos de interesses, negligência e/ou violações da lei de escritura de trusts dos Estados Unidos de 1939 (Trust Indenture Act), com base no alegado incumprimento por parte dos mandatários de prestar adequadamente determinadas obrigações e/ou serviços como mandatária de trusts.

Os quatro processos judiciais incluem ações apresentadas (a) pelo Conselho de Administração da National Credit Union ("NCUA"), na qualidade de investidor de 37 trusts, que alegadamente sofreu perdas colaterais realizadas totais no valor de 8,5 mil milhões de dólares dos Estados Unidos; (b) algumas obrigações com garantia real (coletivamente, "Phoenix Light") que detêm certificados de RMBS emitidos por 43 trusts RMBS e que pretendem obter "centenas de milhões de dólares de indemnização"; (c) o Commerzbank AG, na qualidade de investidor em 50 trusts RMBS, pretendendo recuperar alegadamente "centenas de milhões de dólares em perdas"; e (d) o IKB International, S.A. in Liquidation e o IKB Deutsche Industriebank AG (coletivamente, o "IKB"), na qualidade de investidor de 30 trusts RMBS, pretendendo obter mais de 268 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização. No caso da NCUA, a NCUA notificou o tribunal em 31 de agosto de 2018 que estava a indeferir queixas relacionadas com 60 dos 97 trusts originalmente em questão; em 15 de outubro de 2019, a moção da NCUA de autorização de alteração da sua queixa foi concedida, e a moção do Deutsche Bank para deferir a queixa alterada foi parcialmente concedida e parcialmente recusada, indeferindo as queixas de responsabilidade delitual da NCUA mas mantendo as respetivas queixas de violação de contrato. No caso Phoenix Light e no caso do Commerzbank, em 7 de dezembro de 2018, as partes apresentaram moções para julgamento sumário, que foram plenamente informadas em 9 de março de 2019. Em 27 de janeiro de 2021, o tribunal do processo IKB concedeu parcialmente e negou parcialmente a moção de indeferimento do Deutsche Bank, anulou algumas das alegações do IKB, mas permitiu que a maior parte dos seus pedidos de incumprimento contratual e de responsabilidade delitual avançasse. A fase de instrução está a decorrer.

O Grupo estabeleceu passivos contingentes relativamente a algumas destas questões, mas não divulgou o montante porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

**Oferta pública de aquisição voluntária do Postbank.** Em 12 de setembro de 2010, o Deutsche Bank anunciou a decisão de realizar uma oferta de aquisição voluntária de todas as ações do Deutsche Postbank AG (Postbank). Em 7 de outubro de 2010, o Banco publicou a sua oferta oficial de aquisição e ofereceu aos acionistas do Postbank uma contrapartida de 25 euros por cada ação do Postbank. Esta oferta foi aceite num total de, aproximadamente, 48,2 milhões de ações do Postbank.

Em novembro de 2010, uma antiga acionista do Postbank, a Effecten-Spiegel AG, que tinha aceite a oferta de aquisição, intentou uma ação contra o Deutsche Bank, alegando que o preço de oferta era demasiado baixo e que não foi determinado de acordo com a legislação alemã aplicável. A queixosa alega que o Deutsche Bank tinha sido obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória de todas as ações do Postbank, o mais tardar, em 2009, uma vez que os direitos de voto da Deutsche Post AG no Postbank tinham de ter sido atribuídos ao Deutsche Bank nos termos do artigo 30.º da lei alemã relativa às aquisições. Com base nas mesmas, a queixosa alega que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 necessita de ser aumentada para 57,25 euros por ação.

O tribunal regional de Colónia (*Landgericht*) indeferiu a ação em 2011 e o tribunal de recurso de Colónia indeferiu o recurso em 2012. O Tribunal Federal anuiu esta decisão e remeteu o processo para o Tribunal Regional Superior de Colónia, a fim de tomar provas de determinadas alegações do queixoso.

A partir de 2014, antigos acionistas adicionais do Postbank, que aceitaram a oferta de aquisição de 2010, intentaram ações semelhantes à da Effecten-Spiegel AG contra o Deutsche Bank, que estão pendentes no tribunal regional de Colónia e no tribunal regional superior de Colónia respetivamente. A 20 de outubro de 2017, o tribunal regional de Colónia apresentou uma decisão deferindo as queixas num total de 14 casos, que foram combinados num processo. O tribunal regional de Colónia considerou que o Deutsche Bank foi obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória já em 2008, de modo que a contrapartida apropriada a oferecer na aquisição deveria ter sido de 57,25 euros por ação do Postbank (em vez de 25 euros). A contrapartida adicional por ação devida aos acionistas que aceitaram a oferta de aquisição é de 32,25 euros. O Deutsche Bank recorreu desta decisão e o recurso foi atribuído ao 13.º Senado do Tribunal Regional Superior de Colónia, onde foi também ouvido o recurso de Effecten-Spiegel AG.

Em 2019 e 2020, o Tribunal Regional Superior de Colónia chamou várias testemunhas em ambos os casos. Os indivíduos ouvidos incluíram membros atuais e anteriores da administração do Deutsche Bank, do Deutsche Post AG e do Postbank, bem como outras pessoas envolvidas na transação do Postbank. Além disso, o Tribunal Regional Superior de Colónia emitiu ordens para a produção de documentos de transação relevantes entre o Deutsche Bank e a Deutsche Post AG em 2008 e 2009. Por conseguinte, o Deutsche Bank depositou os originais destes documentos junto do tribunal em 2019.

Em 16 de dezembro de 2020, o Tribunal Regional Superior de Colónia proferiu uma decisão e rejeitou integralmente as alegações da Effecten-Spiegel AG. Além disso, numa segunda decisão proferida em 16 de dezembro de 2020, o Tribunal Regional Superior de Colónia permitiu o recurso do Deutsche Bank contra a decisão do Tribunal Regional de Colónia de 20 de outubro de 2017 e rejeitou todas as alegações relacionadas dos queixosos relevantes. O Tribunal Regional Superior de

Colónia concedeu autorização para interpelar o Tribunal Federal alemão (*Bundesgerichtshof*) no que diz respeito a ambas as decisões e todos os queixosos relevantes apresentaram os respetivos recursos ao Tribunal Federal no final de janeiro e início de fevereiro de 2021, respetivamente.

O Deutsche Bank foi notificado de um número elevado de processos judiciais adicionais instaurados contra o Deutsche Bank pouco antes do final de 2017, estando a maioria dos quais agora pendentes no tribunal regional de Colónia. Alguns dos novos queixosos alegam que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank AG pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 deve ser aumentada para 64,25 € por ação.

Os pedidos de indemnização ao Deutsche Bank relativos a estas questões ascendem a um total de aproximadamente 700 milhões de euros (excluindo juros).

O Grupo estabeleceu um passivo contingente relativamente a estas questões, mas não divulgou o montante deste passivo contingente, porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

**Outros processos relacionados com a aquisição do Postbank.** Em setembro de 2015, antigos acionistas do Postbank apresentaram no tribunal regional de Colónia ações de acionistas contra o Postbank para anular a resolução de afastamento tomada na reunião de acionistas do Postbank, em agosto de 2015 (ações para anulação). Entre outras questões, os queixosos alegaram que o Deutsche Bank esteve sujeito a uma suspensão de direitos de voto relativamente às suas ações no Postbank com base na alegação de que o Deutsche Bank não apresentou uma oferta de aquisição obrigatória. O afastamento é final e o processo não tem qualquer efeito reversível, mas pode resultar no pagamento de indemnizações. Os requerentes referem argumentos jurídicos semelhantes aos afirmados no processo Effecten-Spiegel descrito acima. Numa decisão de 20 de outubro de 2017, o tribunal regional de Colónia declarou nula a resolução de afastamento. No entanto, o tribunal não se baseou numa suspensão de direitos de voto devido a uma alegada falha por parte do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória, mas argumentou que o Postbank violou direitos de informação dos acionistas do Postbank na reunião de acionistas do Postbank em agosto de 2015. O Postbank recorreu desta decisão. Em 15 de maio de 2020, o DB Privat- und Firmenkundenbank AG (sucessor legal do Postbank devido a uma fusão em 2018) foi fundido no Deutsche Bank AG. Em 3 de julho de 2020, o Deutsche Bank AG retirou o recurso no que diz respeito às ações de anulação, uma vez que os esforços e os custos para prosseguir este recurso tornaram-se desproporcionados em relação à menor importância económica remanescente do caso, considerando que o afastamento de 2015 não pode ser revertido. Consequentemente, o acórdão de primeira instância que constatou que o Postbank violou os direitos de informação dos seus acionistas na assembleia de acionistas tornou-se agora definitivo.

A questão jurídica que se prende com a obrigatoriedade de o Deutsche Bank ter feito uma oferta de aquisição obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua aquisição voluntária em 2010 pode também influenciar dois processos de avaliação pendentes (*Spruchverfahren*). Estes processos foram iniciados por antigos acionistas do Postbank com o objetivo de aumentar a remuneração em numerário oferecida no âmbito do afastamento de acionistas do Postbank em 2015 e a remuneração em numerário oferecida e a remuneração anual paga no âmbito da execução de um acordo de transferência de resultados e de domínio (*Beherrschungs- und Gewinnabführungsvertrag*) entre a DB Finanz-Holding AG (agora DB Beteiligungs-Holding GmbH) e o Postbank em 2012.

Os participantes nos processos de avaliação pretendem uma possível obrigação do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória ao Postbank a um preço de oferta de 57,25 euros, ao determinar a remuneração em numerário adequado nos processos de avaliação. O tribunal regional de Colónia tinha inicialmente seguido este parecer jurídico dos requerentes em duas resoluções. Numa decisão datada de junho de 2019, o tribunal regional de Colónia abandonou expressamente este parecer jurídico no âmbito do processo de apreciação em relação à execução de um acordo de domínio e de transferência de lucros e perdas. De acordo com a presente decisão, a questão de saber se o Deutsche Bank foi obrigado a fazer uma oferta obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua oferta de aquisição voluntária em 2010 não será relevante para determinar a remuneração pecuniária adequada. É provável que o tribunal regional de Colónia adote a mesma posição jurídica no processo de apreciação no âmbito do processo de liquidação. Em 1 de outubro de 2020, o Tribunal Regional de Colónia proferiu uma decisão no processo de avaliação relativo ao acordo de domínio e de transferência de resultados (datado de 5 de dezembro de 2012) segundo o qual a remuneração anual nos termos da Secção 304 da Lei alemã sobre sociedades por ações (*jährliche Ausgleichszahlung*) será aumentada de 0,12 euros para 1,78 euros por ação do Postbank e o montante de liquidação nos termos da Secção 305 da Lei alemã sobre sociedades por ações (*Abfindungsbetrag*) será aumentado de 4,56 euros para 29,74 euros por ação do Postbank. O aumento do montante de liquidação é relevante para cerca de 492.000 antigas ações do Postbank, ao passo que o aumento da remuneração anual é relevante para cerca de 7 milhões de ações antigas do Postbank. O Deutsche Bank, bem como os requerentes, interpelaram esta decisão.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Investigação da negociação de ações na Rússia/Reino Unido.** O Deutsche Bank investigou as circunstâncias em torno das negociações de ações celebradas por determinados clientes com o Deutsche Bank em Moscovo e em Londres que se

compensam uma à outra. O volume total de transações analisadas é significativo. A investigação interna do Deutsche Bank de potenciais violações da lei, regulamentos e políticas e do ambiente de controlo interno relacionado foi concluída e o Deutsche Bank avaliou as conclusões identificadas durante a investigação; até à data, foram identificadas algumas violações das políticas do Deutsche Bank, bem como deficiências no ambiente de controlo do Deutsche Bank. O Deutsche Bank aconselhou os reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições (incluindo a Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) em relação a esta investigação. O Deutsche Bank adotou medidas disciplinares relativamente a determinados indivíduos nesta matéria.

A 30 e 31 de janeiro de 2017, o DFS e a FCA anunciaram acordos com o Banco relacionados com as suas investigações desta matéria. Os acordos concluem as investigações do DFS e da FCA da função de controlo antibrandeamento de capitais (AML) do Banco na sua divisão de banca de investimento, incluindo em relação à negociação de ações descrita acima. Nos termos do acordo de liquidação, o DFS emitiu uma Decisão de consentimento em seguimento da qual o Deutsche Bank aceitou pagar uma penalização monetária civil no valor de 425 milhões de dólares dos Estados Unidos e atribuir um monitor independente, por um prazo de até dois anos. Nos termos do acordo com a FCA, o Deutsche Bank aceitou pagar uma penalização monetária civil no valor de, aproximadamente, 163 milhões de libras esterlinas. A 30 de maio de 2017, a Reserva Federal anunciou o seu acordo com o Banco, resolvendo esta questão, bem como questões de AML adicionais identificadas pela Reserva Federal. O Deutsche Bank pagou uma multa de 41 milhões de dólares dos Estados Unidos. O Deutsche Bank também acordou reter terceiros independentes para avaliar o seu programa AML/Lei do sigilo bancário e analisar determinadas atividades bancárias correspondentes estrangeiras da sua subsidiária Deutsche Bank Trust Company Americas. O Banco também tem de submeter programas e planos de correção escritos.

O Deutsche Bank continua a cooperar com órgãos reguladores e autoridades de aplicação da lei, incluindo o DOJ, que tem a sua própria investigação em curso relativa a estas negociações de títulos. O Grupo registou uma provisão relativa à investigação restante. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

**Investigações e litígios de obrigações soberanas, supranacionais e de agências (SSA).** O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a negociação de obrigações de SSA. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Em 20 de dezembro de 2018, a Comissão Europeia enviou uma comunicação de objeções ao Deutsche Bank relativamente a uma potencial violação de regras antitrust da UE em relação ao mercado de negociação secundário de obrigações de SSA denominado em dólares dos Estados Unidos. O envio da comunicação de objeções é um passo na investigação da Comissão Europeia e não prejudica o resultado da investigação. O Deutsche Bank cooperou proativamente com a Comissão Europeia neste assunto e, como resultado, recebeu imunidade. Em conformidade com as orientações da Comissão Europeia, o Deutsche Bank não espera uma penalização financeira.

O Deutsche Bank foi constituído arguido em várias queixas de ação coletiva putativa apresentadas no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, por alegados participantes diretos e indiretos no mercado alegando violações da lei antitrust e lei comum relacionadas com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações de SSA. O Deutsche Bank chegou a um acordo para liquidar as ações dos participantes diretos no mercado pelo montante de 48,5 milhões de dólares dos Estados Unidos e registou uma provisão no mesmo montante. O acordo está sujeito a aprovação do tribunal. A ação apresentada em nome de alegados participantes indiretos no mercado foi voluntariamente rejeitada pelos queixosos.

O Deutsche Bank é também arguido em ações coletivas putativas apresentadas em 7 de novembro de 2017 e 5 de dezembro de 2017 no tribunal superior de Ontário e no tribunal federal do Canadá, alegando violações da lei antitrust e da lei comum relacionadas com a alegada manipulação da negociação secundária de obrigações de SSA. As queixas assentam em alegações semelhantes às das ações coletivas nos EUA envolvendo a negociação de obrigações de SSA e solicitam indemnização punitiva. Os casos encontram-se na sua fase inicial.

O Deutsche Bank foi constituído em uma ação coletiva putativa consolidada apresentada no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" dos EUA e uma queixa por enriquecimento sem causa relacionado com a negociação de obrigações do governo mexicano. Em outubro de 2019, o tribunal concedeu a moção dos réus para indeferir a queixa alterada consolidada dos queixosos sem prejuízo. Em dezembro de 2019, os queixosos apresentaram uma segunda queixa alterada, que o tribunal rejeitou sem hipótese de recurso em 30 de novembro de 2020. Em 22 de janeiro de 2021, o Deutsche Bank foi notificado de que a autoridade da concorrência mexicana, a COFECE, chegou a uma resolução que impõe multas ao DB México e a dois dos seus antigos comerciantes, bem como a seis outras instituições financeiras e nove outros comerciantes, por se envolverem em alegadas práticas monopolistas no mercado secundário de obrigações do Governo mexicano, que pode ser interpelada. A multa contra o DB México foi de aproximadamente 427.000 dólares dos Estados Unidos.

O Deutsche Bank é também arguido em várias queixas de ação coletiva putativa apresentadas no Tribunal Distrital dos EUA do Distrito Sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" e da lei comum dos EUA relacionadas com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações governamentais dos EUA; em 3 de setembro de 2019 o tribunal rejeitou uma moção para indeferir a queixa. O Deutsche Bank chegou a acordo para resolver as ações coletivas para o montante de 15 milhões de dólares dos Estados Unidos, que já estava totalmente refletido nas reservas de litígios existentes, pelo que não foi necessária qualquer disposição adicional para este montante de liquidação. O tribunal concedeu a aprovação preliminar da liquidação em 29 de outubro de 2019, apoiada por um parecer emitido em 8 de novembro de 2019. O tribunal realizou uma audição final de equidade em 9 de junho de 2020. Em 18 de junho de 2020, o tribunal deu início a um acórdão final que aprova o acordo de ação coletiva com o Deutsche Bank e separadamente quanto aos acordos de ação coletiva com os outros réus, o que resultará num total de 386,5 milhões de dólares dos Estados Unidos pagos na liquidação coletiva. Foi apresentada uma ação separada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito intermédio da Louisiana a 23 de setembro de 2019, a qual foi rejeitada sem possibilidade de recurso do Deutsche Bank, por estipulação das partes, em 30 de outubro de 2019.

Para além do indicado acima, o Grupo não divulgou se estabeleceu provisões ou passivos contingentes relativamente às matérias acima referidas pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Investigações de títulos de tesouraria dos Estados Unidos.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a leilões, negociação e atividade de mercado relacionada com o Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

A subsidiária do Deutsche Bank, Deutsche Bank Securities Inc. (DBSI) foi constituída ré em várias ações coletivas, alegando violações da lei antitrust dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e da lei comum relacionada com a alegada manipulação do mercado de títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Estes casos foram consolidados no distrito sul de Nova Iorque. A 16 de novembro de 2017, os queixosos apresentaram uma queixa alterada consolidada, que não indicava a DBSI como ré. A 11 de novembro de 2017, o tribunal dispensou a DBSI da ação coletiva sem prejuízo.

Em 18 de junho de 2020, a CFTC apresentou uma ordem nos termos do acordo com a DBSI por alegado "spoofing" por dois comerciantes com sede em Tóquio entre janeiro e dezembro de 2013. Sem admitir ou negar os resultados ou conclusões, o Deutsche Bank consentiu na apresentação da ordem, incluindo uma multa monetária civil de 1,25 milhões de dólares dos Estados Unidos.

**Litígios de spoofing de tesouraria dos Estados Unidos.** Na sequência do acordo do Banco com a CFTC, foram apresentadas cinco ações coletivas putativas distintas no Tribunal Distrital do Illinois contra o Deutsche Bank AG e a DBSI. Os casos alegam que o Deutsche Bank e outras entidades não denominadas participaram num esquema de janeiro a dezembro de 2013 para enganar o mercado de contratos de futuros e opções de tesouraria e contratos de futuros e opções de euro/dólares. Os queixosos apresentaram uma queixa consolidada a 13 de novembro de 2020. O Deutsche Bank AG e a DBSI apresentaram uma moção de indeferimento em 15 de janeiro de 2021; a conclusão da moção de indeferimento está prevista para 16 de abril de 2021.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

## 28 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

### Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, incluindo compromissos de fronting, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de performance, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a percepção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, uma provisão é estabelecida e registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito revogáveis, compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do



Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

No final do primeiro trimestre de 2020, observou-se que muitos clientes diminuíram os seus compromissos de empréstimo devido a preocupações de liquidez como impacto da pandemia COVID-19, o que levou a uma diminuição significativa de até 12,8 mil milhões de euros em compromissos de crédito irrevogáveis. Ao longo do ano, a situação estabilizou e os compromissos de crédito irrevogáveis voltaram a níveis semelhantes em dezembro de 2020, em comparação com dezembro de 2019.

#### Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Compromissos de crédito irrevogáveis	165.643	167.788
Compromissos de crédito revogáveis	50.233	43.652
Passivos contingentes	47.978	49.232
<b>Total</b>	<b>263.854</b>	<b>260.672</b>

### Outros compromissos e outros passivos contingentes

O quadro seguinte apresenta os outros compromissos irrevogáveis e outros passivos contingentes do Grupo sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

#### Outros compromissos e outros passivos contingentes

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Outros compromissos	144	143
Outros passivos contingentes	73	78
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>220</b>

### Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto e médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias são bastante semelhantes devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-membros da OCDE) definem parâmetros de referência (benchmarks) destinados a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas para auxiliar os clientes no financiamento de bens e serviços exportados. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maior parte dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes Kreditversicherungs AG em nome da República Federal da Alemanha, pelas Export Credit Agencies da Coreia (Korea Trade Insurance Corporation e o The Export-Import Bank of Korea) atuando em nome da República da Coreia ou pela Export Credit Agency da China (China Export & Insurance Corporation (Sinosure)) atuando em nome da República Popular da China.

À luz da pandemia COVID-19, o Governo criou apoio adicional através de empréstimos com aval do estado. Pode encontrar mais informações na secção "Moratória legislativa e não legislativa e regimes de garantia pública à luz da pandemia da COVID-19".

## Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas bancárias de acordo com a diretiva de recuperação e resolução de bancos (BRRD), o Fundo Único de Resolução (SRF) e os sistemas de proteção de depósitos alemães atingiram um valor de 915,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 767,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

## 29 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	1.748	1.585
Outros	1.804	3.633
<b>Total de outros empréstimos a curto prazo</b>	<b>3.553</b>	<b>5.218</b>

## 30 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

### Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2021	Vencimento em 2022	Vencimento em 2023	Vencimento em 2024	Vencimento em 2025	Vencimento após 2025	Total 31 de dez. 2020	Total 31 de dez. 2019
<b>Dívida sénior:</b>								
Obrigações:								
Taxa fixa	18.447	9.575	11.234	8.518	6.435	13.288	67.496	77.243
Taxa variável	7.017	2.887	1.584	3.526	3.903	6.978	25.895	23.944
Outros	34.120	1.274	5.739	911	1.507	4.552	48.103	28.019
<b>Dívida subordinada:</b>								
Obrigações:								
Taxa fixa	18	0	30	14	2.601	3.386	6.049	5.517
Taxa variável	0	0	1.100	123	80	0	1.303	1.417
Outros	24	15	103	82	0	93	316	333
<b>Total de dívida a longo prazo</b>	<b>59.626</b>	<b>13.751</b>	<b>19.789</b>	<b>13.174</b>	<b>14.526</b>	<b>28.297</b>	<b>149.163</b>	<b>136.473</b>

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2020 e 2019.

### Títulos fiduciários preferenciais<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Taxa fixa	269	976
Taxa variável	1.052	1.037
<b>Total de títulos fiduciários preferenciais</b>	<b>1.321</b>	<b>2.013</b>

<sup>1</sup> Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

## 31 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

31 dez 2020

em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	220.646	0	0	0	0
Depósitos remunerados	154.863	105.566	64.784	13.815	10.230
Passivos detidos para negociação <sup>1</sup>	44.289	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos <sup>1</sup>	327.775	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	23.692	16.204	3.451	2.127	2.095
Passivos por contratos de investimento <sup>2</sup>	0	0	526	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura <sup>3</sup>	0	354	66	319	541
Recursos de bancos centrais adquiridos	0	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	1.815	17	0	504	1
Títulos cedidos por empréstimo	1.697	1	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	1.385	919	1.530	0	0
Dívida a longo prazo	1	14.430	48.164	68.130	31.637
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	1.345	0	0
Passivos por locação	49	128	522	1.804	2.064
Outros passivos financeiros	86.618	2.565	225	501	16
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	164.843	0	0	0	0
Garantias financeiras	20.337	0	0	0	0
<b>Total<sup>4</sup></b>	<b>1.048.009</b>	<b>140.182</b>	<b>120.611</b>	<b>87.200</b>	<b>46.584</b>

<sup>1</sup> Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

<sup>2</sup> Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.

<sup>3</sup> Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registrados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

<sup>4</sup> Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

31 dez 2019

em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	228.731	0	0	0	0
Depósitos remunerados	135.330	113.449	68.955	16.258	10.468
Passivos detidos para negociação <sup>1</sup>	37.065	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos <sup>1</sup>	316.506	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	11.705	29.680	17.986	1.815	4.941
Passivos por contratos de investimento <sup>2</sup>	0	0	544	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura <sup>3</sup>	0	288	245	555	343
Recursos de bancos centrais adquiridos	218	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	1.494	1.130	238	50	7
Títulos cedidos por empréstimo	258	0	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	1.893	2.435	1.368	0	0
Dívida a longo prazo	2	17.670	24.046	73.086	36.177
Títulos fiduciários preferenciais	0	12	2.073	0	0
Passivos por locação	53	144	533	1.922	957
Outros passivos financeiros	78.555	2.624	293	607	8
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	167.281	0	0	0	0
Garantias financeiras	21.645	0	0	0	0
<b>Total<sup>4</sup></b>	<b>1.000.736</b>	<b>167.431</b>	<b>116.280</b>	<b>94.294</b>	<b>52.901</b>

<sup>1</sup> Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

<sup>2</sup> Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.

<sup>3</sup> Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registrados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

<sup>4</sup> Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

## Notas adicionais

### 32 – Ações ordinárias

#### Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
<b>Ações ordinárias em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>2.066.773.131</b>	<b>(1.344.144)</b>	<b>2.065.428.987</b>
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(193.666.155)	(193.666.155)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	194.338.942	194.338.942
<b>Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.066.773.131</b>	<b>(671.357)</b>	<b>2.066.101.774</b>
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(35.058.705)	(35.058.705)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	34.383.896	34.383.896
<b>Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.066.773.131</b>	<b>(1.346.166)</b>	<b>2.065.426.965</b>

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

Ações compradas para tesouraria consistem principalmente em ações compradas com a intenção de revenda no curto prazo, bem como detidas pelo Grupo durante um período de tempo. Além disso, o Grupo recomprou ações para planos de remuneração baseada em ações. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. Estas ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas em futuras remunerações com base em ações.

#### Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário. Em 31 de dezembro de 2020, o Deutsche Bank AG tinha autorizado mas não emitido capital no valor de 2.560.000 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2022. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
512.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações e podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis	30.4.2022
2.048.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis.	30.4.2022

#### Capital condicional

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com warrants. As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com warrants podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

Capital condicional	Finalidade do capital condicional	Data de expiração
---------------------	-----------------------------------	-------------------

512.000.000 €	Pode ser utilizado se os titulares de direitos de opção ou conversão que estão associados a obrigações participativas ou obrigações convertíveis ou obrigações com títulos de subscrição fizerem uso dos seus direitos de opção ou conversão ou titulares com obrigações convertíveis de obrigações participativas convertíveis ou obrigações convertíveis cumprirem a sua obrigação de conversão.	30.4.2022
51.200.000 €	Pode ser utilizado para cumprir opções que são concedidas em ou antes da data de expiração e serão usadas apenas na medida em que os titulares das opções emitidas façam uso do seu direito de receber ações e as ações não sejam entregues fora de ações em tesouraria	30.4.2022

## Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respetivamente.

	2020 (proposto)	2019	2018
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros)	0	0	227.000.000
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,00	0,00	0,11

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

## 33 – Benefícios dos empregados

### Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DB Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do DB Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o período de lançamento para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do DB Equity Plan para a atribuição dos prémios e, para os colaboradores de determinadas entidades jurídicas, o capital diferido é substituído por ações restritas devido a requisitos regulamentares locais.

Note-se que esta tabela não abrange os prémios concedidos ao Conselho de Administração e, a partir de 2018, esta tabela não abrange os MRT AIFMD/UCITS, nem os pagamentos de remuneração com base em ações da DWS, consulte a secção DWS separada que abrange os subsídios a esta população.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações:

Ano(s) de atribuição	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2019-2020	Prémio anual	1/4: 12 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração (CB/IB/CRU) <sup>2</sup>
		1/4: 24 meses <sup>1</sup>	
		1/4: 36 meses <sup>1</sup>	
		1/4: 48 meses <sup>1</sup>	
	Prémio anual	1/3: 12 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (não CB/IB/CRU) <sup>2</sup>
		1/3: 24 meses <sup>1</sup>	
1/3: 36 meses <sup>1</sup>			
Prémio anual	1/5: 12 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (Direção)	
	1/5: 24 meses <sup>1</sup>		
2017 -2018	Retenção/nova contratação	1/5: 36 meses <sup>1</sup>	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
		1/5: 48 meses <sup>1</sup>	
	Prémio anual - Upfront	1/5: 60 meses <sup>1</sup>	Colaboradores regulamentados
		Especificação individual	
		Aquisição imediata na concessão <sup>3</sup>	
Prémio anual	1/4: 12 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração	
	1/4: 24 meses <sup>1</sup>		
	1/4: 36 meses <sup>1</sup>		
	1/4: 48 meses <sup>1</sup>		
Retenção/nova contratação	Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses <sup>1</sup>	Membros do Quadro de Liderança Sênior	
	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos	
Plano de retenção essencial (KRP) <sup>4</sup>	1/2: 50 meses <sup>3</sup>	Colaboradores que correm riscos materiais (MRT)	
	1/2: 62 meses <sup>3</sup>		
	Aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 43 meses	Colaboradores que não correm riscos materiais (não-MRT)	
2016	Prémio de posição-chave (Key Position Award - KPA) <sup>5</sup>	Aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 4 exercícios <sup>3</sup>	Colaboradores selecionados como retenção anual

<sup>1</sup> No caso dos colaboradores regulamentados pelo InstVV (e da Direção) aplica-se um novo período de retenção de doze meses (seis meses para os prémios concedidos entre 2017 e 2018).

<sup>2</sup> Para o ano de concessão de 2019, as divisões foram denominadas CIB, pelo que, para o ano de concessão de 2020, a CIB é dividida em CB/IB/CRU.

<sup>3</sup> A entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses.

<sup>4</sup> Os prémios baseados em ações concedidos no âmbito deste plano em janeiro de 2017 estavam sujeitos a uma condição adicional de cotação da ação e caducaram devido ao não cumprimento desta condição.

<sup>5</sup> Uma proporção predefinida do KPA do indivíduo estava sujeita a uma condição adicional de cotação da ação e caducou devido ao não cumprimento desta condição.

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan (GSPP). O GSPP oferece aos funcionários em países específicos a oportunidade de comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o banco rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, cerca de 11.045 colaboradores de 18 países inscreveram-se no décimo segundo ciclo, que começou em novembro de 2020.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

A tabela que se segue define os movimentos em unidades de prémios em ações, incluindo subsídios no âmbito da variante em numerário do DB Equity Plan.

Ações (em milhares)	2020	2019
<b>Saldo pendente a partir de 1 de janeiro</b>	<b>168.332</b>	<b>143.923<sup>1</sup></b>
Concedidas	44.768	64.217
Libertadas	(32.454)	(28.475)
Caducadas	(62.398)	(11.157)
Outros movimentos	(441)	(177)
<b>Saldo pendente em 31 de dezembro</b>	<b>117.806</b>	<b>168.332</b>

<sup>1</sup> Ações pendentes no início de 2019 reajustadas

O DB Equity Plan inclui prémios com obstáculos à cotação da ação, tanto no âmbito do Prémio de posição-chave como do Plano de retenção essencial. A condição da cotação da ação para ambos os planos foi medida durante 2020 e não foi cumprida. Como resultado, cerca de 56 milhões de ações caducaram. Em conformidade com a IFRS 2, a perda de direitos devido a uma condição de desempenho do mercado não resultou numa reversão do gasto registado.

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2020			2019		
	Justo valor médio ponderado por prêmio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prêmio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos
DB Equity Plan	7,20 €	7,79	2	6,34 €	7,6	2

As transações relativas ao pagamento com base em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de 8 milhões de euros e 6 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente.

O volume de subsídios de prémios em ações em circulação foi de aproximadamente 0,9 mil milhões de euros e 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente. Desses, aproximadamente 0,7 mil milhões de euros e 1,2 mil milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração com base em ações diferida ascendiam a aproximadamente 0,2 mil milhões de euros e 0,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente.

## Planos de remuneração baseados em ações da DWS

O DWS Group atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DWS Equity Plan. Este plano representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

Em setembro de 2018, foram concedidos prémios únicos relacionados com IPO ao abrigo do plano de direitos de valorização de ações da DWS (RAE) a todos os colaboradores da DWS. Ao abrigo do plano de capital da DWS, foi concedido a um número limitado de diretores da DWS um prémio único de ações de desempenho relacionadas com o IPO (PSU). No que respeita aos membros do Conselho Executivo, os prémios únicos relacionados com o IPO ao abrigo do plano de capital próprio da DWS foram concedidos em janeiro de 2019.

O plano SAR da DWS representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário igual a qualquer valorização (ou ganho) no valor de um determinado número de ações nocionais da DWS ao longo de um período de tempo fixo. Este prémio não confere qualquer direito a receber ações da DWS, direitos de votação ou dividendos associados.

O plano de equidade da DWS é um plano de ações "phantom" que representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

O beneficiário do prémio de qualquer plano de remuneração com base em ações não tem direito a receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Os prémios de ações concedidos nos termos e condições de qualquer plano de remuneração com base em ações podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o fim do período de retenção para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

O quadro seguinte apresenta as condições de base dos planos baseados em ações da DWS:

Ano(s) de atribuição	Tipo de prémio	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
Plano de equidade da DWS 2019/2020	Prémios anuais	1/3: 12 meses <sup>2</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual
		1/3: 24 meses <sup>2</sup>	
		1/3: 36 meses <sup>2</sup>	
	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses <sup>2</sup> 1/5: 24 meses <sup>2</sup> 1/5: 36 meses <sup>2</sup> 1/5: 48 meses <sup>2</sup> 1/5: 60 meses <sup>2</sup>	Membros do Conselho Executivo
Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão <sup>2</sup>	Colaboradores regulamentados	
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio de ações de desempenho (PSU) (prémio único relacionado com o IPO concedido a 1 de janeiro de 2019) <sup>1</sup>	1/3: Março de 2022 <sup>3</sup> 1/3: Março de 2023 <sup>3</sup> 1/3: Março de 2024 <sup>2</sup>	Membros do Conselho Executivo
2018	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
Plano de equidade da DWS	Prémio de ações de desempenho (PSU) (prémio único relacionado com o IPO) <sup>1</sup>	1/3: Março de 2022 <sup>3</sup> 1/3: Março de 2023 <sup>3</sup> 1/3: Março de 2024 <sup>2</sup>	Selecionar diretores
2018	Prémio SAR (prémio único relacionado com a IPO)	Para não MRT: 1 de junho de 2021 <sup>4</sup> Para MRT: 1 de março de 2023 <sup>2</sup>	Todos os colaboradores da DWS <sup>3</sup>
Plano SAR da DWS			

1 O prémio e o número de unidades está sujeito ao cumprimento de objetivos predefinidos (Fluxos líquidos médios (NNA) 2019-2020 e CIR (Rácio custo/rendimento) ajustado no exercício de 2020).

2 Dependendo do estado regulamentar individual, aplica-se um período de retenção de 6 meses (MRT AIFMD/UCITS) ou um período de retenção de 12 meses (MRT InstV) após a aquisição de direitos.

3 Exceto se o colaborador tiver recebido o prémio PSU.

4 Em 2020, foram oferecidas duas janelas de exercício antecipado a não MRT, o que levou a uma aquisição acelerada e ao exercício após aceitação. No caso de prémios pendentes, aplica-se um período de exercício de 4 anos após a aquisição/período de retenção.

O quadro seguinte define os movimentos em unidades de prémios em ações.

	DWS Equity Plan		Plano SAR da DWS			
	2020	2019	2020		2019	
Ações (em milhares)	Número de prémios	Número de prémios	Número de prémios	Cotação do exercício média ponderada	Número de prémios	Cotação do exercício média ponderada
Pendentes no início do exercício	2.040	1.248	2.087 <sup>1</sup>	24,65 €	2.192	24,65 €
Concedidas	805	1.003	0	-	0	-
Emitidas ou exercidas	(368)	(186)	(766)	24,65 €	0	-
Caducadas	(54)	(42)	(52)	24,65 €	(110)	24,65 €
Expiradas	0	0	0	-	0	-
Outros movimentos	(6)	16	(14)	24,65 €	4	24,65 €
Pendentes no final do exercício	2.418	2.040	1.254	24,65 €	2.087 <sup>1</sup>	24,65 €
Das quais, exercíveis	0	0	0	-	0	-

1 Ações do Plano SAR da DWS pendentes no final de 2019 reajustadas.

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2020			2019		
	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos
DWS Equity Plan	29,07 €	34,88 €	2	20,98 €	26,33 €	3
Plano SAR da DWS	n/a	31,95 €	5	n/a	n/a	6

O justo valor de prémios baseados em ações em circulação foi de aproximadamente 85 milhões de euros e 64 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente. Dos prémios, cerca de 61 milhões de euros e 35 milhões de euros foram reconhecidos na demonstração de resultados até ao período que terminava em 2020 e 2019, respetivamente, dos quais 21 milhões de euros e 12 milhões de euros dizem respeito a prémios totalmente adquiridos. Os gastos totais não reconhecidos relacionados com planos baseados em ações foram de aproximadamente 25 milhões de euros e 29 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente, consoante a evolução futura da cotação da ação.

O Prémio da PSU tem condições de desempenho que irão determinar o número de unidades que pode, em última instância, adquirir direitos no âmbito do prémio. Estas condições de desempenho estão associadas à estratégia do Grupo DWS, especificamente no que diz respeito ao objetivo de fluxos líquidos e ao rácio custo/rendimento ajustado. Com base no resultado



das condições de desempenho, confirmou-se que 100% das unidades inicialmente concedidas continuam sujeitas a aquisições contínuas.

Durante o exercício, os colaboradores elegíveis foram convidados a exercer os respetivos prémios SAR como parte de duas ofertas distintas de exercício antecipado em 2020. Os prémios SAR que não foram exercidos continuam a estar sujeitos aos termos e condições das Regras do Plano SAR da DWS, incluindo as disposições em matéria de perda de direitos.

O justo valor dos prémios do Plano de equidade SAR é medido utilizando a fórmula de Black-Scholes. As responsabilidades incorridas são reajustadas no final de cada período de relato até à liquidação. Os principais inputs são o valor de mercado na data de relato, descontado em quaisquer dividendos que não tenham sido cobrados durante os períodos de detenção do prémio, e o ajustamento para os níveis esperados e efetivos de aquisição de direitos, o qual inclui a estimativa do número de colaboradores elegíveis que saem do grupo e o número de colaboradores elegíveis para reforma antecipada. Os dados utilizados na medição dos justos valores na data de atribuição e na data de medição dos prémios do Plano de equidade SAR foram os seguintes:

	Data de medição 31 de dezembro de 2020	Data de medição 31 de dezembro de 2019
Unidades (em milhares)	1.254	2.087
Justo valor	10,68 €	8,19 €
Cotação da ação	34,80 €	31,70 €
Cotação do exercício	24,65 €	24,65 €
Volatilidade esperada (média ponderada)	33%	34%
Vida útil esperada (média ponderada) em anos	5	6
Dividendos esperados (% do rendimento)	65%	65%

Dado o limite de anos da volatilidade da cotação das ações da DWS e a ausência da volatilidade implícita ativamente negociada no mercado, a volatilidade esperada da cotação das ações da DWS tem sido baseada numa avaliação da volatilidade histórica para um grupo de pares comparável durante o período de 5 exercícios anterior. O nível de dividendos esperado está relacionado com as mais recentes comunicações do Grupo DWS.

## Planos de benefícios pós-emprego

### Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em certa medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Obrigações com benefícios definidos relativa a</b>					
Participantes ativos no plano	4.950	706	236	648	6.540
Participantes em estado diferido	2.639	2.876	561	111	6.187
Participantes em estado de pagamento	5.943	1.335	530	272	8.080
<b>Total da obrigação com benefícios definidos</b>	<b>13.532</b>	<b>4.917</b>	<b>1.327</b>	<b>1.031</b>	<b>20.807</b>
<b>Justo valor dos ativos dos planos</b>	<b>12.658</b>	<b>5.705</b>	<b>1.107</b>	<b>987</b>	<b>20.457</b>
<b>Rácio de financiamento (em %)</b>	<b>94%</b>	<b>116%</b>	<b>83%<sup>1</sup></b>	<b>96%</b>	<b>98%</b>

<sup>1</sup> A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (168 milhões de euros), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos dos EUA, excluindo o plano Medicare, é de 96%.

31 dez 2019

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Obrigações com benefícios definidos relativa a</b>					
Participantes ativos no plano	5.031	680	282	650	6.643
Participantes em estado diferido	2.483	2.569	593	119	5.764
Participantes em estado de pagamento	5.756	1.438	543	274	8.011
<b>Total da obrigação com benefícios definidos</b>	<b>13.270</b>	<b>4.687</b>	<b>1.418</b>	<b>1.043</b>	<b>20.418</b>
<b>Justo valor dos ativos dos planos</b>	<b>11.915</b>	<b>5.615</b>	<b>1.143</b>	<b>982</b>	<b>19.655</b>
<b>Rácio de financiamento (em %)</b>	<b>90%</b>	<b>120%</b>	<b>81%<sup>1</sup></b>	<b>94%</b>	<b>96%</b>

<sup>1</sup> A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (181 milhões de euros), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos dos EUA, excluindo o plano Medicare, é de 92%.

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Nos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores ou sindicatos do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua concessão deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas individuais com base na remuneração atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único, um número fixo de parcelas anuais ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade vitalícia. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego foi de 202 milhões de euros e 220 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam risco limitado para o Grupo, dada a natureza e dimensão do passivo dos planos de saúde pós-emprego de 202 milhões de euros face à dimensão do balanço do Grupo no final do exercício de 2020.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2020	456	160	96	80	792
Benefícios que deverão ser pagos 2021	505	134	70	59	768
Benefícios que deverão ser pagos 2022	503	98	71	56	728
Benefícios que deverão ser pagos 2023	521	110	74	55	760
Benefícios que deverão ser pagos 2024	536	118	74	59	787
Benefícios que deverão ser pagos 2025	551	131	75	57	814
Benefícios que deverão ser pagos 2026 - 2030	2.949	762	376	281	4.368
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	14	20	11	12	15

## Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (BVV) juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos

compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador. No entanto, em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivo relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro.

## Governança e risco

O Grupo mantém um Comité de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se trimestralmente e reporta diretamente ao Comité Executivo Sénior de Remuneração.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governança e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais. A este respeito, a gestão do risco significa a gestão e controlo dos riscos para o Grupo relacionados com os desenvolvimentos do mercado (ou seja, taxa de juro, spread de crédito, inflação de preços, etc.), investimento ativo, requisitos legislativos ou regulamentares, bem como a monitorização de alterações demográficas (ou seja, longevidade, etc.). Especialmente durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (por exemplo, legislação, tributação), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Qualquer alteração ao plano segue um processo que requer a aprovação dos Recursos Humanos do Grupo. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos spreads de crédito, taxas de juro, inflação dos preços e longevidade, embora estes tenham sido parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos. O Grupo mensura as suas exposições ao risco de pensões regularmente usando métricas específicas desenvolvidas pelo Grupo para esta finalidade.

## Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. O princípio de financiamento do Grupo visa manter o financiamento da obrigação com benefícios definidos (defined benefit obligation) através de ativos dos planos, num intervalo de 90% a 100% da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para a maioria dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento locais. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência ao princípio de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Banco acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta o nível de financiamento relativamente elevado e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Com referência ao princípio de financiamento do Grupo, o Grupo considera não reclamar os benefícios pagos como equivalente em numerário dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

## Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação para assegurar a sua

consistência global quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais que são determinados pelo Comitê de Pensões do Grupo. A direção do Grupo é regularmente informada de movimentos e alterações nos principais pressupostos atuariais.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31 dez 2020				31 dez 2019			
	Alemanha	Reino Unido	EUA <sup>1</sup>	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA <sup>1</sup>	Outros
Taxa de desconto (em %)	0,60%	1,26%	2,31%	1,51%	0,93%	1,91%	3,16%	1,92%
Taxa de inflação dos preços (em %)	1,29%	3,22%	2,10%	1,54%	1,40%	3,29%	2,20%	1,70%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	1,79%	3,72%	2,20%	2,57%	1,90%	3,79%	2,30%	2,71%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	1,19%	3,08%	2,10%	0,86%	1,30%	3,19%	2,20%	0,91%
<b>Esperança de vida presumida aos 65 anos</b>								
Homem com 65 anos à data de medição	21,2	23,5	21,8	22,0	21,1	23,4	22,0	21,9
Mulher com 65 anos à data de medição	23,5	25,0	23,2	24,2	23,4	24,9	23,4	24,1
Homem com 45 anos à data de medição	22,5	24,5	23,2	23,3	22,5	24,4	23,5	23,3
Mulher com 45 anos à data de medição	24,6	26,4	24,5	25,6	24,5	26,2	24,9	25,5
<b>Tabelas de mortalidade aplicadas</b>								
	Richttafeln Heubeck 2018G modificado	SAPS (S3) Very Light com projeções CMI 2019	PRI-2012 com projeções MP-2020	Tabelas específicas do país	Richttafeln Heubeck 2018G modificado	SAPS (S3) Light com projeções CMI 2018	PRI-2012 com projeções MP-2019	Tabelas específicas do país

<sup>1</sup> Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rentabilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos.

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - que deriva de um universo de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. Em março de 2020, foi instigada uma revisão da derivação da taxa de desconto da área do euro na sequência de uma turbulência sem precedentes no mercado, que resultou em vários ajustamentos da metodologia a implementar em 2020, inicialmente no primeiro trimestre e, mais fundamentalmente, no quarto trimestre, com a introdução de uma curva de propriedade do DB produzida internamente, que foi utilizada como base para descontar a obrigação com benefícios definidos a partir de 31 de dezembro de 2020. Em comparação com a curva implementada em 31 de dezembro de 2019, a curva de propriedade do DB resulta numa obrigação com benefícios definidos que é superior em [20] milhões de euros, com o impacto reconhecido através de Outro rendimento integral. A obrigação com benefícios definidos era inferior em [435] milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 em comparação com a curva utilizada em 30 de junho de 2020. Devido à alteração na metodologia da taxa de desconto e outros efeitos, o passivo líquido de pensões do Grupo para os planos de pensões alemães foi reduzido em 481 milhões de euros de 1355 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 para 874 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com as melhores estimativas correntes nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade. Devido à natureza a longo prazo dos pressupostos de mortalidade e à falta de clareza sobre os impactos a mais longo prazo da pandemia nos resultados da saúde, não houve qualquer provisão específica para o impacto da COVID-19 em qualquer região, para além da experiência recente captada no processo de avaliação anual.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo reconheceu 48 milhões de euros de créditos de serviço anteriores em ligação com a inclusão de uma opção de pagamento de montante único num dos acordos alemães de benefícios de

reforma na divisão Private Bank. Esta redução das obrigações de plano de benefícios definidos foi relatada como parte da Remuneração e benefícios na Demonstração consolidada dos resultados.

## Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

	2020				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>13.270</b>	<b>4.687</b>	<b>1.418</b>	<b>1.043</b>	<b>20.418</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	200	28	12	42	282
Custos com juros	122	85	43	18	268
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	(22) <sup>1</sup>	11	0	0	(11)
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	536	600	75	39	1.250
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	110	(11)	(9)	2	92
Resultados atuariais decorrentes da experiência	(73)	(68)	3	(14)	(152)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	15	19
Benefícios pagos	(456)	(160)	(96)	(80)	(792)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	(158) <sup>2</sup>	0	0	0	(158)
Alterações das taxas de câmbio	0	(255)	(119)	(36)	(410)
Outros	(1)	0	0	2	1
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>13.532</b>	<b>4.917</b>	<b>1.327</b>	<b>1.031</b>	<b>20.807</b>
dos quais:					
Não financiadas	0	15	195	105	315
Financiadas	13.532	4.902	1.132	926	20.492
<b>Alteração do justo valor dos ativos dos planos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>11.915</b>	<b>5.615</b>	<b>1.143</b>	<b>982</b>	<b>19.655</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	111	101	34	17	263
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	777	456	60	42	1.335
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	15	19
Contribuições pagas pelo empregador	444	0	56	28	528
Benefícios pagos <sup>3</sup>	(456)	(159)	(84)	(65)	(764)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	(137) <sup>2</sup>	0	0	0	(137)
Alterações das taxas de câmbio	0	(303)	(99)	(31)	(433)
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(5)	(3)	(1)	(9)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>12.658</b>	<b>5.705</b>	<b>1.107</b>	<b>987</b>	<b>20.457</b>
<b>Estado dos fundos constituídos, fim do exercício</b>	<b>(874)</b>	<b>788</b>	<b>(220)</b>	<b>(44)</b>	<b>(350)</b>
<b>Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(40)</b>	<b>(40)</b>
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	2	2
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	0	0
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(38)</b>	<b>(38)</b>
<b>Ativos (passivos) líquidos reconhecidos</b>	<b>(874)</b>	<b>788</b>	<b>(220)</b>	<b>(82)</b>	<b>(388)</b>

<sup>1</sup> Contém um crédito de serviço anterior de 48 milhões de euros devido à introdução de uma opção de capital para um plano específico patrocinado pelo antigo Postbank.

<sup>2</sup> Postbank Systems AG.

<sup>3</sup> Apenas para planos com fundos constituídos.

<sup>4</sup> Da qual 877 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 1265 milhões de euros em Outros passivos.

	2019				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>11.953</b>	<b>3.868</b>	<b>1.337</b>	<b>962</b>	<b>18.120</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	192	26	14	44	276
Custos com juros	201	106	56	26	389
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	19	3	0	(12)	10
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	1.179	582	112	67	1.940
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	125 <sup>1</sup>	(105)	(11)	(1)	8
Resultados atuariais decorrentes da experiência	43	113	(8)	(5)	143
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	17	21
Benefícios pagos <sup>2</sup>	(446)	(154)	(109)	(73)	(782)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(11)	(11)
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	248	27	24	299
Outros	0	0	0	5	5
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>13.270</b>	<b>4.687</b>	<b>1.418</b>	<b>1.043</b>	<b>20.418</b>
dos quais:					
Não financiadas	0	16	210	121	347
Financiadas	13.270	4.671	1.208	922	20.071
<b>Alteração do justo valor dos ativos dos planos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>10.877</b>	<b>4.884</b>	<b>1.074</b>	<b>892</b>	<b>17.727</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	185	134	44	23	386
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	137	448	80	54	719
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	18	22
Contribuições pagas pelo empregador	1.158	0	22	25	1.205
Benefícios pagos <sup>1</sup>	(446)	(153)	(96)	(56)	(751)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	304	22	27	353
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(2)	(3)	(1)	(6)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>11.915</b>	<b>5.615</b>	<b>1.143</b>	<b>982</b>	<b>19.655</b>
<b>Estado dos fundos constituídos, fim do exercício</b>	<b>(1.355)</b>	<b>928</b>	<b>(275)</b>	<b>(61)</b>	<b>(763)</b>
<b>Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(25)</b>	<b>(25)</b>
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	(14)	(14)
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	(1)	(1)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(40)</b>	<b>(40)</b>
<b>Ativos (passivos) líquidos reconhecidos</b>	<b>(1.355)</b>	<b>928</b>	<b>(275)</b>	<b>(101)</b>	<b>(803)<sup>3</sup></b>

<sup>1</sup> Resultados predominantemente de pressupostos de mortalidade atualizados (Heubeck 2018G modificado em vez de Heubeck 2018G).

<sup>2</sup> Apenas para planos com fundos constituídos.

<sup>3</sup> Da qual 1011 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 1814 milhões de euros em Outros passivos.

Não existem quaisquer direitos de reembolso para o Grupo.

## Estratégia de investimento

O objetivo de investimento do Grupo é proteger o Grupo de impactos adversos dos seus planos de benefícios definidos em métricas financeiras essenciais. No passado, o enfoque principal foi colocado na proteção do estado dos fundos constituídos da IFRS dos planos no caso de cenários de mercado adversos. Embora tenha existido uma mudança na estratégia de investimento em mercados selecionados para equilibrar as principais métricas financeiras concorrentes, o grupo reverteu para a estratégia de investimento orientada para as IFRS em 2019. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha

com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comités de investimento.

Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Banco pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo (LDI). Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juro, spreads de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões.

Quando o nível de cobertura desejado para riscos de mercado não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, swaps de inflação de taxas de juro e swaps de risco de incumprimento. Também se utilizam outros instrumentos, tais como opções e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos de modo a criar um aumento da rentabilidade a longo prazo e benefícios de diversificação, como ações, imobiliário, obrigações de alta rentabilidade ou obrigações dos mercados emergentes.

Em 2020, o grupo firmou duas transações de recompra com um segurador terceiro para reduzir o risco de 1,2 mil milhões de euros de exposição aos planos de pensões de benefícios definidos do Reino Unido financiados a partir de ativos existentes, sem necessidade de contribuição patronal adicional. O reconhecimento das apólices de seguros como ativos do plano qualificados no 1.º e 4.º trimestres teve um impacto negativo em Outro rendimento integral na demonstração financeira do Grupo em aproximadamente 115 milhões de euros e 60 milhões de euros, respetivamente.

## Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos “cotados” (i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 – montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como “outros” (i.e., ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

em milhões de euros	31 dez 2020					31 dez 2019				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	290	504	67	57	918	340	292	57	64	753
Instrumentos de capital <sup>1</sup>	899	609	126	57	1.691	875	643	116	53	1.687
Obrigações investment-grade <sup>2</sup>										
Governamentais	2.829	1.048 <sup>3</sup>	422	167	4.466	2.508	1.633	432	202	4.775
Obrigações não governamentais	6.144	2.034 <sup>3</sup>	387	258	8.823	5.921	2.847	425	216	9.409
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	99	2	1	18	120	125	7	1	16	149
Obrigações não governamentais	236	107	37	28	408	259	124	17	17	417
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	1	122	73	0	196	1	157	67	1	226
Seguros	1	1.248 <sup>3</sup>	0	13	1.262	0	0	0	15	15
Alternativos										
Imobiliário	443	37	0	79	559	361	42	0	67	470
Matérias-primas	24	0	0	0	24	0	0	0	0	0
Capital privado	72	0	0	23	95	63	0	0	25	88
Outros <sup>4</sup>	1.406	0	0	271	1.677	1.579	0	0	284	1.863
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	78	(18)	(3)	0	57	(263)	35	10	7	(211)
Crédito	115	(107)	15	1	24	110	1	19	1	131
Inflação	0	(109)	0	11	(98)	26	(126)	0	11	(89)
Divisas	20	3	0	4	27	6	4	0	3	13
Outros	1	225	(18)	0	208	4	(44)	(1)	0	(41)
<b>Total do justo valor dos ativos dos planos</b>	<b>12.658</b>	<b>5.705</b>	<b>1.107</b>	<b>987</b>	<b>20.457</b>	<b>11.915</b>	<b>5.615</b>	<b>1.143</b>	<b>982</b>	<b>19.655</b>

<sup>1</sup> A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.

<sup>2</sup> *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

<sup>3</sup> O movimento de 2019 a 2020 é o resultado da atividade de redução do risco para os planos de pensões do Reino Unido para reduzir o impacto da exposição ao plano de benefícios definidos para o Grupo.

<sup>4</sup> Entre outros, esta posição contém fundos mistos que não podem ser segregados para outras categorias de ativos.

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo investidos apenas em ativos "cotados", i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

em milhões de euros	31 dez 2020					31 dez 2019				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	226	504	63	26	819	339	292	54	30	715
Instrumentos de capital <sup>1</sup>	760	609	126	45	1.540	758	643	116	42	1.559
Obrigações investment-grade <sup>2</sup>										
Governamentais	1.107	989 <sup>3</sup>	417	56	2.569	1.115	1.618	426	36	3.195
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	0	0	0	5	5	0	0	0	3	3
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Imobiliário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	0	1	(15)	0	(14)	0	34	(19)	8	23
Crédito	0	(107)	0	0	(107)	0	1	0	0	1
Inflação	0	0	0	11	11	0	(125)	0	10	(115)
Divisas	0	4	0	0	4	0	4	0	0	4
Outros	1	0	0	0	1	4	0	0	0	4
<b>Total do justo valor dos ativos dos planos cotados</b>	<b>2.094</b>	<b>2.000</b>	<b>591</b>	<b>143</b>	<b>4.828</b>	<b>2.216</b>	<b>2.467</b>	<b>577</b>	<b>129</b>	<b>5.389</b>

<sup>1</sup> A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.

<sup>2</sup> *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

<sup>3</sup> O movimento de 2019 a 2020 é o resultado da atividade de redução do risco para os planos de pensões do Reino Unido para reduzir o impacto da exposição ao plano de benefícios definidos para o Grupo.

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios "cotados" e de "outros" definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

em milhões de euros	31 dez 2020						
	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	(7)	396	170	308	20	31	918
Instrumentos de capital	209	70	703	270	336	103	1.691
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	1.018	979	470	1.150	292	557	4.466
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	2	0	0	7	11	100	120
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	639	1.601	2.685	3.265 <sup>1</sup>	554	79	8.823
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	1	52	46	292	8	8	407
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	1	99	82	12	0	2	196
<b>Subtotal</b>	<b>1.863</b>	<b>3.197</b>	<b>4.156</b>	<b>5.304</b>	<b>1.221</b>	<b>880</b>	<b>16.621</b>
Ação (em %)	11%	19%	25%	32%	7%	5%	100%
Outras categorias de ativos							3.836 <sup>2</sup>
<b>Justo valor dos ativos dos planos</b>							<b>20.457</b>

<sup>1</sup> A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Países Baixos e Itália.

<sup>2</sup> O movimento de 2019 a 2020 é o resultado da atividade de redução do risco para os planos de pensões do Reino Unido para reduzir o impacto da exposição ao plano de benefícios definidos para o Grupo.



31 dez 2019

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	5	224	122	342	27	33	753
Instrumentos de capital	186	101	703	285	291	121	1.687
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	868	1.477	550	1.003	329	548	4.775
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	0	6	1	7	13	122	149
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	738	2.110	2.662	3.201 <sup>1</sup>	612	86	9.409
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	4	45	24	297	41	6	417
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	1	98	104	14	6	3	226
<b>Subtotal</b>	<b>1.802</b>	<b>4.061</b>	<b>4.166</b>	<b>5.149</b>	<b>1.319</b>	<b>919</b>	<b>17.416</b>
Ação (em %)	10%	23%	24%	30%	8%	5%	100%
Outras categorias de ativos							2.239
<b>Justo valor dos ativos dos planos</b>							<b>19.655</b>

<sup>1</sup> A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Países Baixos e Itália.

Os ativos do plano incluem transações de derivados com entidades do Grupo com um valor de mercado positivo de cerca de 210 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e um valor de mercado negativo de cerca de 252 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, respetivamente. Não há um montante material de títulos emitidos pelo Grupo nem outras reclamações sobre os ativos do Grupo no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Adicionalmente, o Grupo estima e permite posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento, que podem ter impacto nos ativos dos planos do Grupo. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade líquida final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

Estamos atualmente envolvidos num litígio jurídico com as autoridades fiscais alemãs em relação ao tratamento fiscal de determinados rendimentos recebidos no que diz respeito aos nossos ativos do plano de pensões. O processo está pendente frente ao Supremo Tribunal Fiscal alemão (Bundesfinanzhof). Está prevista uma audiência para 15 de março de 2021. Se o tribunal decidir, em última análise, a favor das autoridades fiscais alemãs, o resultado poderá ter um efeito material sobre o nosso rendimento integral e a nossa condição financeira.

## Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isoladamente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de juros deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de juros baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de juros. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Para planos de pensão de benefícios definidos, as alterações às condições dos mercados de capitais terão um impacto nas obrigações do plano através de pressupostos atuariais - principalmente, a taxa de juros e a taxa de inflação de preços - bem como os ativos do plano. Nas situações em que o Grupo aplica uma abordagem LDI, a exposição global a alterações do Banco é reduzida. Consequentemente, para ajudar a compreender os riscos das exposições do Grupo associados aos principais movimentos do mercado de capitais, apresentamos o impacto líquido das alterações às obrigações de benefícios definidos e aos ativos do plano devido a uma alteração no fator de risco de mercado relacionado ou no pressuposto atuarial subjacente; relativamente às alterações nas sensibilidades dos pressupostos atuariais sem impacto nos ativos do plano só apresentamos o impacto para as obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas

com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

em milhões de euros	31 dez 2020				31 dez 2019			
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
<b>Taxa de juros (-50 pontos base):</b>								
(Aumento) em DBO	(970)	(520)	(45)	(60)	(970)	(500)	(45)	(60)
Aumento esperado nos ativos do plano <sup>1</sup>	895	400	35	25	875	530	30	25
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>(75)</b>	<b>(120)</b>	<b>(10)</b>	<b>(35)</b>	<b>(95)</b>	<b>30</b>	<b>(15)</b>	<b>(35)</b>
<b>Taxa de juros (+50 pontos base):</b>								
Diminuição em DBO	900	470	40	55	905	450	30	55
Diminuição esperada nos ativos do plano <sup>1</sup>	(895)	(400)	(35)	(25)	(875)	(530)	(30)	(25)
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>5</b>	<b>70</b>	<b>5</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>(80)</b>	<b>0</b>	<b>30</b>
<b>Spreads de crédito (-50 pontos base):</b>								
(Aumento) em DBO	(970)	(520)	(75)	(65)	(970)	(500)	(80)	(65)
Aumento esperado nos ativos do plano <sup>1</sup>	760	120	15	10	620	145	15	10
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>(210)</b>	<b>(400)</b>	<b>(60)</b>	<b>(55)</b>	<b>(350)</b>	<b>(355)</b>	<b>(65)</b>	<b>(55)</b>
<b>Spreads de crédito (+50 pontos base):</b>								
Diminuição em DBO	900	470	70	60	905	450	75	60
Diminuição esperada nos ativos do plano <sup>1</sup>	(760)	(120)	(15)	(10)	(620)	(145)	(15)	(10)
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>140</b>	<b>350</b>	<b>55</b>	<b>50</b>	<b>285</b>	<b>305</b>	<b>60</b>	<b>50</b>
<b>Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):<sup>2</sup></b>								
Diminuição em DBO	320	390	0	20	335	360	0	20
Diminuição esperada nos ativos do plano <sup>1</sup>	(235)	(255)	0	(10)	(185)	(305)	0	(10)
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>85</b>	<b>135</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>150</b>	<b>55</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
<b>Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):<sup>2</sup></b>								
(Aumento) em DBO	(330)	(425)	0	(20)	(345)	(385)	0	(20)
Aumento esperado nos ativos do plano <sup>1</sup>	235	255	0	10	185	305	0	10
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>(95)</b>	<b>(170)</b>	<b>0</b>	<b>(10)</b>	<b>(160)</b>	<b>(80)</b>	<b>0</b>	<b>(10)</b>
<b>Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):</b>								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	60	10	0	15	60	15	0	10
<b>Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):</b>								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(60)	(10)	0	(15)	(60)	(15)	0	(15)
<b>Aperfeiçoamentos de longevidade em 10%:<sup>3</sup></b>								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(325)	(160)	(30)	(15)	(320)	(145)	(30)	(15)

<sup>1</sup> As alterações esperadas no justo valor dos planos de ativos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça e Bélgica que cobrem mais de 99% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação.

<sup>2</sup> Incorpora a sensibilidade a alterações nos benefícios de pensão na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços.

<sup>3</sup> Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral.

## Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2021, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2021	
	Total	
Contributos esperados para		
Ativos dos planos de benefícios definidas		285
BVV		60
Outros planos de contribuições definidas		245
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados		25
<b>Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego</b>		<b>615</b>

## Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2.

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Encargos com planos de benefícios definidos:</b>			
Custo do serviço <sup>1</sup>	246	272	259
Custos líquidos com juros (rendimento)	5	2	4
<b>Total dos encargos com planos de benefícios definidos</b>	<b>251</b>	<b>274</b>	<b>263</b>
<b>Encargos com planos de contribuições definidas:</b>			
BVV	60	63	62
Outros planos de contribuições definidas	243	244	246
<b>Total dos encargos com planos de contribuição definida</b>	<b>303</b>	<b>307</b>	<b>308</b>
<b>Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego</b>	<b>554</b>	<b>581</b>	<b>571</b>
<b>Contribuições patronais para planos de pensões com mandato estatal</b>			
Pagamentos de pensões relacionados com a segurança social na Alemanha	233	231	236
Contribuições para o fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	79	85	88
Outros planos de benefícios estatais relacionados com pensões	245	249	246
<b>Contribuições patronais totais para planos de benefícios com mandato estatal</b>	<b>557</b>	<b>565</b>	<b>570</b>
<b>Despesas com pagamentos com base em ações:</b>			
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio <sup>2</sup>	318	549	560
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário <sup>2</sup>	49	39	1
Encargos com planos de retenção de numerário <sup>2</sup>	329	516	481
Encargos com indemnizações por cessação de funções <sup>3</sup>	184	92	137

<sup>1</sup> Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções foram reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções. Por conseguinte, os períodos anteriores foram ajustados em conformidade.

<sup>2</sup> Incluindo despesas para prémios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo.

<sup>3</sup> Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de prémios de compensação diferidos ainda não amortizados. Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções foram reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções. Os números do ano anterior foram reajustados.

## 34 – Impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Encargos com impostos correntes (benefício):</b>			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	739	757	733
Ajustamentos de anos anteriores	(46)	5	(20)
<b>Total de encargos com impostos correntes (benefício)</b>	<b>693</b>	<b>762</b>	<b>713</b>
<b>Encargos com impostos diferidos (benefício):</b>			
Originação e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	(218)	(71)	316
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(11)	(9)	(6)
Ajustamentos de anos anteriores	(67)	1.948	(34)
<b>Total de encargos com impostos diferidos (benefício)</b>	<b>(296)</b>	<b>1.868</b>	<b>276</b>
<b>Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento</b>	<b>397</b>	<b>2.630</b>	<b>989</b>

O benefício total com impostos diferido inclui despesas de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações anteriores de ativos por impostos diferidos e encargos decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos, o que diminuiu o benefício com impostos diferido em 96 milhões de euros em 2020 e aumentou as despesas com impostos diferidas em 2785 milhões de euros em 2019 e em 253 milhões de euros em 2018.

### Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)

em milhões de euros	2020	2019	2018
<b>Encargos esperados com impostos (benefício) à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31,3% (31,3% em 2019 e 31,3% em 2018)</b>	<b>319</b>	<b>(825)</b>	<b>416</b>
Diferenças cambiais	(38)	170	8
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(181)	(191)	(209)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(18)	(19)	(19)
Custos não dedutíveis	293	326	340
Imparidades de goodwill	0	269	0
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos <sup>1</sup>	96	2.785	253
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(11)	(9)	(6)
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	(29)	54	133
Outros <sup>1</sup>	(34)	70	73
<b>Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)</b>	<b>397</b>	<b>2.630</b>	<b>989</b>

<sup>1</sup> Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros".

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. A rubrica "Outros" do quadro anterior inclui os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31,3% para 2020, 2019 e 2018.

### Impostos sobre o rendimento debitados ou creditados em capital próprio (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2020	2019	2018
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	76	402	18
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	6	1	(8)
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	0	0	0
Resultados líquidos reclassificados em resultados	0	0	0
Ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de outro rendimento integral:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(204)	(42)	48
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados)	84	71	86
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	4	1	1
Resultados líquidos reclassificados em resultados	(1)	1	0
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(19)	162	91
Resultados líquidos reclassificados em resultados	14	0	2
<b>Impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em outro rendimento integral</b>	<b>(40)</b>	<b>596</b>	<b>238</b>
<b>Outros impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em capital próprio</b>	<b>11</b>	<b>(11)</b>	<b>1</b>

### Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>		
Perdas fiscais não utilizadas	1.476	1.307
Créditos fiscais não utilizados	0	1
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	2.994	4.321
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos com base em ações liquidados em capital próprio	2.457	2.507
Gasto de juros acumulados	1.122	1.148
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	1.069	878
Locações	806	614
Ativos intangíveis	214	236
OCI de justo valor (IFRS 9)	1	21
Outros ativos	560	879
Outras provisões	122	126
Outros passivos	4	6
<b>Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação</b>	<b>10.825</b>	<b>12.044</b>
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	2.752	3.937
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos com base em ações liquidados em capital próprio	183	265
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	501	785
Locações	712	537
Ativos intangíveis	560	554
OCI de justo valor (IFRS 9)	144	51
Outros ativos	350	347
Outras provisões	79	87
Outros passivos	47	40
<b>Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação</b>	<b>5.328</b>	<b>6.603</b>

### Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019
Apresentados como ativos por impostos diferidos	6.058	5.986
Apresentados como passivos por impostos diferidos	561	545
<b>Ativos líquidos por impostos diferidos</b>	<b>5.497</b>	<b>5.441</b>

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos pode não ser igual aos encargos/(benefício) com impostos diferidos. De modo geral, isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em divisas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de ativos e passivos por impostos diferidos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

### Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31 de dezembro de 2020 <sup>1</sup>	31 de dez. de 2019 <sup>1</sup>
<b>Diferenças temporárias dedutíveis</b>	<b>(2.204)</b>	<b>(3.046)</b>
Não a expirar	(9.982)	(9.629)
A expirar no período subsequente	(138)	(192)
A expirar após o período subsequente	(4.702)	(4.214)
<b>Perdas fiscais não utilizadas</b>	<b>(14.822)</b>	<b>(14.035)</b>
A expirar após o período subsequente	(56)	(95)
<b>Créditos fiscais não utilizados</b>	<b>(58)</b>	<b>(96)</b>

<sup>1</sup> Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 5,1 mil milhões de euros e 3,2 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. De um modo geral, para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, agências e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 24 milhões de euros e 20 milhões de euros, respectivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

## 35 – Derivados

### Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados para fins de vendas, negociação de criação de mercado e gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", todos os derivados são contabilizados ao justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou não relacionados com a negociação.

### Derivados detidos para fins de vendas e negociações de criação de mercado

#### Vendas e negociações de criação de mercado

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e negociação de criação de mercado. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (bid) ou de venda (offer) a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (spreads) e volumes.

#### Gestão do risco

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

### Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivados cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Numa relação de cobertura de justo valor, o Grupo utiliza sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos no justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado. Numa relação de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro, a fim de se proteger da exposição à variabilidade nas taxas de juro. O Grupo efetua contratos cambiais a prazo e swaps cambiais o Grupo para coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas spot de fim do período.

#### Risco de taxa de juro

O Grupo utiliza swaps e opções de taxa de juro para gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro ao modificar as características de nova fixação de preços de ativos e passivos existentes e/ou previstos, incluindo atividades de financiamento e investimento. Os swaps e opções de taxa de juro são designados numa cobertura de justo valor ou numa cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência. Para coberturas de fluxos de caixa, utilizamos swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos nossos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juros de referência.

O Grupo gere a sua exposição ao risco de taxa de juro com base numa carteira com alterações frequentes na carteira devido à geração de novos empréstimos e obrigações, repagamentos de empréstimos e obrigações existentes, emissão de novos

passivos de financiamento e repagamento de passivos de financiamento existentes. Em conformidade, é adotada uma abordagem de contabilidade de cobertura dinâmica para a carteira, em que as relações de cobertura individuais são designadas e não designadas mais frequentemente (por ex., mensalmente).

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto. As potenciais fontes de ineficácia podem ser atribuídas a diferenças entre instrumentos de cobertura e rubricas cobertas:

- Desfasamentos em termos de rubricas cobertas e instrumentos de cobertura, por exemplo a frequência e altura em que as taxas de juros são repostas, frequência de funcionalidades de pagamento e opção de compra.
- Diferença na taxa de desconto aplicada à rubrica coberta e ao instrumento de cobertura, tendo em consideração diferenças na frequência de reposição da rubrica coberta e do instrumento de cobertura.
- Derivados usados como instrumento de cobertura com um justo valor diferente de zero na data de criação da relação de cobertura, resultando em desfasamento em termos com a rubrica coberta.

## Risco cambial

O Grupo gere o seu risco de divisas estrangeiras (incluindo dólares dos Estados Unidos e libras esterlinas) de investimentos em operações estrangeiras através de coberturas de investimento líquido, utilizando uma combinação de contratos a prazo e swaps cambiais como instrumentos de cobertura.

Como os investimentos em unidades operacionais estrangeiras apenas são cobertos na extensão do valor nominal do instrumento derivado de cobertura, o Grupo normalmente não espera incorrer em ineficácia significativa em coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras. As fontes potenciais de ineficácia limitam-se a situações em que os derivados com um justo valor não zero à data de início da relação de cobertura são utilizados como instrumento de cobertura, ou em que o risco cambial à vista foi designado como risco de cobertura, resultando em desfasamento em termos da rubrica de cobertura.

## Descrição de pressupostos e juízos significativos sobre a aplicação da contabilidade da reforma do índice de referência das taxas de juro

O principal juízo a tomar relativamente à aplicação da reforma do índice de referência da fase 1 do IASB baseou-se na evolução da Euribor. O grupo espera que a Euribor continue a existir na sua forma atual como taxa de referência para o futuro imediato. Por estas razões, o grupo não considera que a sua contabilidade de cobertura, com a Euribor como o risco coberto, seja diretamente afetada pela reforma do índice de referência das taxas de juro em 31 de dezembro de 2020.

## Contabilidade de cobertura e índices de referência de taxas de juro

A tabela abaixo mostra as relações de contabilidade de cobertura do grupo afetadas pelas alterações de referência da reforma do IASB, os índices de referência de taxas de juro significativos a que o grupo está exposto e que estão sujeitos à futura reforma esperada e os montantes nominais dos instrumentos de cobertura de derivados em 31 de dezembro de 2020. Os instrumentos de cobertura de derivados proporcionam uma estreita aproximação à dimensão da exposição ao risco que o grupo gere através de relações de contabilidade de cobertura.

em milhões de euros	31 dez 2020
	Nominal
<b>Coberturas de justo valor</b>	
LIBOR em francos suíços	493
LIBOR em libras esterlinas	2.073
LIBOR em ienes	1.383
LIBOR em dólares dos Estados Unidos	20.877

## Contabilidade de cobertura de justo valor

### Derivados detidos como cobertura de justo valor

em milhões de euros	31 dez 2020			2020		31 dez 2019			2019
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	
Derivados detidos como cobertura de justo valor	7.015	2.835	143.047	757	5.385	878	118.125	811	
							2020	2019	
Resultado das coberturas de justo valor							Ineficácia da cobertura	Ineficácia da cobertura	
							14	(343)	

### Instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor

em milhões de euros	31 dez 2020						2020
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	25.568	0	100	0	2	0	12
Obrigações ao custo amortizado	831	0	22	0	4	0	63
Dívida a longo prazo	0	57.883	0	4.196	0	629	(1.132)
Depósitos	0	54.730	0	265	0	21	(4)
Empréstimos pelo custo amortizado	16.354	0	303	0	0	0	318
em milhões de euros	31 dez 2019						2019
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11.496	0	327	0	58	0	481
Empréstimos pelo custo amortizado	3.185	0	82	0	(1)	0	100
Dívida a longo prazo	0	80.078	0	3.822	0	417	(1.734)
Depósitos	0	0	0	0	0	0	0

## Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

### Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31 dez 2020			2020		31 dez 2019			2019
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	79	0	6.171	(14)	25	0	2.714	(2)	



### Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31 dez 2020	31 dez 2019	31 dez 2018
Reportados em capital <sup>1</sup>	11	21	25
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Resultados afetos ao capital no exercício findo	(14)	(2)	(3)
Resultados retirados do capital no exercício findo	4	(2)	0
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Alterações do valor utilizado para eficácia de cobertura das rubricas cobertas	(7)	0	0
Ineficácia registada nos resultados	(12)	0	0

<sup>1</sup> "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.

De acordo com a IAS 39.96, os resultados declarados ao capital numa relação de cobertura de fluxos de caixa é o menor dos resultados cumulativos no instrumento de cobertura desde o início da cobertura e a variação cumulativa do justo valor dos fluxos de caixa futuros esperados na rubrica de cobertura desde o início da cobertura. Como resultado, as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura não são totalmente registadas em capital se excederem as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura. Consequentemente, a ineficácia da cobertura registada dentro da P&L nem sempre se concilia com a diferença entre as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura e as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2025.

Os instrumentos financeiros designados como coberturas de fluxos de caixa são reconhecidos como empréstimos pelo custo amortizado no Balanço consolidado do Grupo.

## Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

### Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	31 dez 2020			2020	31 dez 2019			2019
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	1.617	408	40.277	1.933	556	957	43.546	(413)

em milhões de euros	2020		2019	
	Alterações no justo valor reconhecidas no capital <sup>1</sup>	Ineficácia da cobertura	Alterações no justo valor reconhecidas no capital <sup>1</sup>	Ineficácia da cobertura
Resultado de coberturas de investimentos líquidos	(1.415)	(186)	795	(386)

<sup>1</sup> "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.

### Perfil dos derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	40.217	60	0	0
Montante nominal dos swaps cambiais	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>40.217</b>	<b>60</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	32.702	78	0	0
Montante nominal dos swaps cambiais	3.337	3.820	579	3.030
<b>Total</b>	<b>36.039</b>	<b>3.898</b>	<b>579</b>	<b>3.030</b>

O Grupo utiliza uma combinação de uma estratégia de contratos a prazo cambiais móveis e uma estratégia de cobertura de swaps cambiais estáticos. Nos últimos dois exercícios, a taxa cambial média para a carteira de swaps cambiais euro/USD foi de 0,85.

## 36 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

- pessoal-chave da gestão, incluindo membros íntimos da família e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias,
- subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respectivas subsidiárias, e
- planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank.

### Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

#### Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2020	2019	2018
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	30	32	41
Benefícios pós-emprego	7	6	10
Outros benefícios de longo prazo	2	6	2
Benefícios por cessação do vínculo laboral	0	34	32
Pagamento com base em ações	8	21	2
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>99</b>	<b>87</b>

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2020, a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2019 e a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2018.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2020, contam-se créditos e compromissos de 8 milhões de euros e depósitos de 21 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2019, as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de 10 milhões de euros e depósitos de 38 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão.

### Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respectivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

As transações para subsidiárias, empresas comuns e associados são apresentadas como combinadas na tabela abaixo, já que não são significativas individualmente.

## Empréstimos

em milhões de euros	2020	2019
<b>Créditos pendentes, início do ano</b>	<b>228</b>	<b>228</b>
Movimento líquido em empréstimos durante o período	(19)	(3)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	5	4
<b>Créditos pendentes, fim do ano<sup>1</sup></b>	<b>214</b>	<b>228</b>
<b>Outras transações relacionadas com risco de crédito:</b>		
Provisão para perdas com empréstimos	0	0
Provisão para perdas de crédito	0	0
Garantias e compromissos	42	7

<sup>1</sup> O montante de créditos vencidos era de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. Para o total de créditos, o Grupo recebeu uma garantia de 5 milhões de euros e de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, respetivamente.

## Depósitos

em milhões de euros	2020	2019
<b>Depósitos pendentes, início do ano</b>	<b>58</b>	<b>68</b>
Movimento líquido em depósitos durante o período	(8)	(11)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	(0)	1
<b>Depósitos pendentes, fim do ano</b>	<b>49</b>	<b>58</b>

## Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascendiam a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2020 e a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2019. As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascendiam a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

Outros ativos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a 55 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2019. Outros passivos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

## Transações com planos de pensões

Nos termos das NIIF (IFRS), os planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank.

### Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2020	2019 <sup>1</sup>
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	1	1
Outros ativos	24	10
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	24	24
Valor de mercado de derivados com uma contraparte do Grupo	306	(184)
Valor nominal de derivados com uma contraparte do Grupo	14.623	9.083

<sup>1</sup> Os valores do ano anterior foram reajustados devido à consideração dos planos de contribuição definidos.

## 37 – Informações sobre subsidiárias

### Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 628 (2019: 666) entidades consolidadas, das quais 242 (2019: 249) entidades estruturadas consolidadas. 420 (2019: 459) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100% das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 208 (2019: 207) das entidades consolidadas (participações minoritárias). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, uma subsidiária tinha participações minoritárias materiais. As participações minoritárias de todas as outras subsidiárias não são individualmente nem cumulativamente materiais para o Grupo.

## Subsidiárias com participações minoritárias materiais

	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>DWS Group GmbH &amp; Co. KGaA</b>		
Proporção de participações de capital e direitos de voto detidos por participações minoritárias	20,51%	20,51%
Sede	A nível mundial	A nível mundial
em milhões de euros		
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	117	105
Participações minoritárias acumuladas da subsidiária	1.412	1.420
Dividendos pagos a participações minoritárias	69	56
<b>Resumo das informações financeiras:</b>		
Total do ativo	10.448	10.952
Total do passivo	3.685	4.100
Total de receitas líquidas	2.237	2.389
Resultado líquido	558	512
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	259	583

## Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

Visto que o Grupo não tinha qualquer participação minoritária significativa à data do balanço, quaisquer direitos de proteção associados a estas não deram origem a restrições significativas.

As restrições seguintes têm um impacto sobre a capacidade do Grupo de utilizar ativos:

- O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC.
- Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades.
- Os requisitos regulamentares e do banco central ou a legislação local sobre sociedades comerciais podem restringir a capacidade do Grupo para transferir ativos para ou de outras entidades do Grupo em determinadas jurisdições.

### Ativos restritos

	31 dez 2020		31 dez 2019	
	Total de ativos	Ativos restritos	Total de ativos	Ativos restritos
em milhões de euros				
Depósitos remunerados em bancos	152.143	153	104.327	159
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	527.941	52.494	530.713	43.190
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	55.834	8.110	45.503	2.943
Empréstimos pelo custo amortizado	426.995	78.144	429.841	71.369
Outros	162.346	3.316	187.290	3.017
<b>Total</b>	<b>1.325.259</b>	<b>142.217</b>	<b>1.297.674</b>	<b>120.678</b>

A tabela acima exclui os ativos que não estão desonerados a um nível de entidade individual, mas que podem estar sujeitos a restrições em termos da sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem basear-se e, requisitos locais relacionados com empréstimos ou restrições regulamentares semelhantes. Nesta situação, não é viável identificar itens individuais do balanço que não podem ser transferidos. Este também é o caso para os requisitos mínimos regulamentares de liquidez. O Grupo identifica o volume das reservas de liquidez em excesso das saídas de liquidez de esforço local. O montante agregado dessas reservas de liquidez que são consideradas restritas para este efeito é de 43,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 (em 31 de dezembro de 2019: 31,2 mil milhões de euros).

## 38 – Entidades estruturadas

### A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

- Atividades restritas;
- Um objetivo estreito e bem definido;
- Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado;
- Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches).

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

### Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

#### Veículos de titularização

O grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não havia compromissos de crédito pendentes para estas entidades.

#### Fundos

O Grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo grupo. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor nominal dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de mil milhões de euros e 1,8 mil milhões de euros, respetivamente.

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas consolidadas.

### Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimento do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

#### Reagrupamento e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para possibilitar um determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

### Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários onde estes têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

### Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, títulos garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber de cartões de crédito). Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

O Grupo pode transferir ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez.

O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros.

Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

### Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos que são patrocinados por terceiros. Uma entidade do grupo pode atuar como gestora de fundos, de custódia ou em alguma outra qualidade e fornecer instrumentos de financiamento e liquidez a fundos patrocinados pelo grupo e de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

### Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo não detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

### Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em "Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados".

### Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o Grupo à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o Grupo adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o Grupo está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

### Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivativos e compromissos fora do balanço tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da NIIF (IFRS) 12, conforme interpretado pelo Grupo, é refletida pelos valores nominais. Esses montantes, ou o seu desenvolvimento, não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2020, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivativos e de compromissos fora do balanço era de 78 mil milhões de euros, 238 mil milhões de euros e 16 mil milhões de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2019, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivativos e de compromissos fora do balanço era de 136 mil milhões de euros, 506 mil milhões de euros e 16 mil milhões de euros, respetivamente.

### Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

- Fundos – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o Grupo detém unidades de fundo e o valor nominal de derivativos quando a participação do Grupo é composta por derivativos.
- Titularizações – Valor nominal de notas em emissão (excluindo apenas os juros e o excesso de títulos quando aplicável) quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nominal de derivativos quando as participações do Grupo se encontram na forma de derivativos.
- Entidades de financiamento de terceiros – Total de ativos nas entidades
- Reagrupamento e entidades de investimento – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento de terceiros, a informação da dimensão não está disponível, e por conseguinte, o Grupo divulgou a maior parte da garantia que o Grupo recebeu/garantiu ou o valor nominal da exposição que o Grupo tem à entidade.

Com base nas definições acima, a dimensão total das entidades estruturadas é de 1878 mil milhões de euros, dos quais a maioria de 1088 mil milhões de euros provém de fundos. Em 2019, eram 2091 mil milhões de euros e de 1617 mil milhões de euros, respetivamente.

A tabela seguinte mostra, por tipo de entidade estruturada, os valores contabilísticos das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima a perdas resultantes dessas participações. Os valores contabilísticos apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentados pelo Grupo porque não têm em conta os efeitos das garantias colaterais ou das coberturas.



Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

31 dez 2020

em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
<b>Ativos</b>					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	0	0	12	13
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	126	0	1.901	2.027
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	340	6.368	4.428	50.316	61.452
Ativos detidos para negociação	181	4.134	2.408	4.304	11.027
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	158	154	31	3.635	3.977
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	2.080	1.990	42.377	46.448
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	333	457	270	1.060
Empréstimos pelo custo amortizado	165	46.867	27.638	10.270	84.939
Outros ativos	51	400	3.065	20.499	24.015
<b>Total do ativo</b>	<b>557</b>	<b>54.096</b>	<b>35.587</b>	<b>83.267</b>	<b>173.508</b>
<b>Passivo</b>					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	92	58	10	11.191	11.351
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	92	58	10	11.191	11.351
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	1.815	1.815
<b>Total do passivo</b>	<b>92</b>	<b>58</b>	<b>10</b>	<b>13.006</b>	<b>13.166</b>
Exposições extrapatrimoniais	0	5.889	8.279	1.944	16.112
<b>Total</b>	<b>466</b>	<b>59.927</b>	<b>43.856</b>	<b>72.205</b>	<b>176.453</b>

31 dez 2019

em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
<b>Ativos</b>					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	6	0	35	42
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	603	8	2.613	3.224
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	3	3
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	262	6.035	6.257	54.853	67.408
Ativos detidos para negociação	199	4.033	4.371	5.361	13.964
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	63	176	32	2.777	3.049
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	1.820	1.854	46.715	50.389
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	6	0	0	6
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	221	491	106	818
Empréstimos pelo custo amortizado	151	44.284	36.183	9.842	90.460
Outros ativos	0	332	3.894	17.863	22.089
<b>Total do ativo</b>	<b>414</b>	<b>51.481</b>	<b>46.834</b>	<b>85.316</b>	<b>184.044</b>
<b>Passivo</b>					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	44	27	5	8.865	8.941
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	44	27	5	8.865	8.941
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	2.257	2.257
<b>Total do passivo</b>	<b>44</b>	<b>27</b>	<b>5</b>	<b>11.122</b>	<b>11.197</b>
Exposições extrapatrimoniais	1	4.793	9.358	2.245	16.396
<b>Total</b>	<b>371</b>	<b>56.247</b>	<b>56.187</b>	<b>76.439</b>	<b>189.243</b>

Ativos detidos para negociação – O total de ativos detidos para negociação em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, no valor de 11,0 mil milhões de euros e de 14,0 mil milhões de euros são principalmente compostos por 2,4 mil milhões de euros e 4,4 mil milhões de euros em titularizações e por 4,3 mil milhões de euros e 5,4 mil milhões de euros em entidades estruturadas de fundos, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados – Os acordos de recompra invertida para os fundos compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Empréstimos – Os empréstimos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 consistem num investimento de 84,9 mil milhões de euros e 90,5 mil milhões de euros em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento de terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos – Outros ativos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 no valor de 24,0 mil milhões de euros e de 22,1 mil milhões de euros, respetivamente, consistem essencialmente em valores a receber de corretagem principal e saldos de margem.

Valores a receber pendentes – Os saldos de valores a receber pendentes não são incluídos nesta nota de divulgação devido ao facto de estes saldos surgirem da relação típica entre o cliente e o fornecedor fora de atividades do tipo de corretagem e da sua volatilidade inerente não fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informação eficaz sobre as exposições do Deutsche Bank às entidades estruturadas.

## Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas não consolidadas.

## As entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Grupo não tem participação em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Como patrocinador, o Grupo está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

- transferindo ativos para as entidades
- disponibilizando capital inicial às entidades
- fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
- fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O Grupo também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Grupo. Além disso, a utilização do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o Grupo atuou como patrocinador.

A receita bruta de entidades patrocinadas onde o Grupo não detinha uma participação em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi de (134) milhões de euros e 145 milhões de euros, respectivamente. As instâncias em que o Grupo não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram em 2020 de 1,4 mil milhões de euros para titularização e 1,2 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2019, existiam 0,3 mil milhões de euros para titularização e 2,2 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento.

## 39 – Ativos e passivos correntes e não correntes

### Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

#### Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2020

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2020
Caixa e saldos do banco central	166.208	0	166.208
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9.120	11	9.130
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	4.728	3.805	8.533
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	515.614	12.327	527.941
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14.393	41.441	55.834
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	901	901
Empréstimos pelo custo amortizado	111.892	315.103	426.995
Ativos fixos tangíveis	0	5.549	5.549
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	6.725	6.725
Outros ativos	94.685	15.714	110.399
Ativos por impostos correntes	300	686	986
<b>Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos</b>	<b>916.939</b>	<b>402.262</b>	<b>1.319.201</b>
Ativos por impostos diferidos			6.058
<b>Total do ativo</b>			<b>1.325.259</b>

#### Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2020

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2020
Depósitos	544.669	23.362	568.031
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	1.830	495	2.325
Títulos cedidos por empréstimo	1.698	0	1.698
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	416.042	3.157	419.199
Outros empréstimos a curto prazo	3.553	0	3.553
Outros passivos	112.617	1.592	114.208
Provisões	2.430	0	2.430
Passivos por impostos correntes	328	246	574
Dívida a longo prazo	59.626	89.537	149.163
Títulos fiduciários preferenciais	1.321	0	1.321
<b>Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos</b>	<b>1.144.113</b>	<b>118.389</b>	<b>1.262.502</b>
Deferred tax liabilities			561
<b>Total do passivo</b>			<b>1.263.063</b>

#### Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2019

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2019
Caixa e saldos do banco central	137.370	222	137.592
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9.613	22	9.636
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	9.591	4.210	13.801
Títulos obtidos por empréstimo	428	0	428
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	517.138	13.576	530.713
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	12.183	33.320	45.503
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	929	929
Empréstimos pelo custo amortizado	115.669	314.172	429.841
Ativos fixos tangíveis	0	4.930	4.930
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	7.029	7.029
Outros ativos	82.355	28.004	110.359
Ativos por impostos correntes	405	521	926
<b>Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos</b>	<b>884.752</b>	<b>406.936</b>	<b>1.291.688</b>
Ativos por impostos diferidos			5.986
<b>Total do ativo</b>			<b>1.297.674</b>

#### Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2019

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2019
Depósitos	546.077	26.131	572.208
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	3.057	58	3.115
Títulos cedidos por empréstimo	259	0	259
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	399.943	4.505	404.448
Outros empréstimos a curto prazo	5.218	0	5.218
Outros passivos	105.978	1.986	107.964
Provisões	2.622	0	2.622
Passivos por impostos correntes	502	149	651
Dívida a longo prazo	38.088	98.384	136.473
Títulos fiduciários preferenciais	2.013	0	2.013
<b>Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos</b>	<b>1.103.756</b>	<b>131.214</b>	<b>1.234.970</b>
Deferred tax liabilities			545
<b>Total do passivo</b>			<b>1.235.515</b>

## 40 – Acontecimentos após o período de relato

Após a data de relato, não ocorreram eventos materiais que tenham tido um impacto significativo nos nossos resultados de operações, posição financeira e ativos líquidos.

## 41 – Informação de capital regulamentar

### Definições gerais

O cálculo dos nossos fundos próprios inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a

requisitos de capital, ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital ou “CRD”), que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2020, abrange capital Tier 1 e Tier 2 (T2). O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 (CET 1) e capital Tier 1 adicional (AT1).

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções), bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganhos de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. Por exemplo, as deduções de capital CET 1 incluem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpetuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito

Apresentamos neste relatório determinados valores com base na definição do CRR de instrumentos de fundos próprios aplicáveis ao capital Tier 1 adicional

(AT1) e capital Tier 2 (T2) e valores baseados nesse capital, incluindo o Tier 1, Capital Total e Rácio de alavancagem) numa base “fully loaded”. Calculamos esses valores “fully loaded” excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios, tal como previsto no CRR/CRD atualmente aplicável. Para os instrumentos de CET 1 não existem provisões transitórias.

São aplicáveis regimes transitórios para os instrumentos AT1 e T2. Os instrumentos de capital emitidos em 31 de dezembro de 2011 ou anteriores que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 nos termos do CRR/CRD fully loaded, como atualmente aplicável, estão sujeitos a regras de anterioridade durante o período de transição e estão a ser eliminados gradualmente entre 2013 e 2022, com o seu reconhecimento limitado a 20% em 2020 e 10% em 2021 (em relação à carteira elegível para a anterioridade que ainda estava em emissão em 31 de dezembro de 2012). O atual CRR, conforme aplicável desde 27 de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e T2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Assim, os instrumentos de AT1 e T2 emitidos através de entidades de finalidade especial têm direitos de anterioridade até 31 de dezembro de 2021 e os instrumentos AT1 e T2 que não cumprirem determinados novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019 continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025. Os instrumentos emitidos nos termos da legislação do Reino Unido que não cumprem todos os requisitos do CRR depois de o Reino Unido ter saído da União Europeia são também excluídos da nossa definição fully loaded. Os nossos valores de CET 1 e RWA não mostram qualquer diferença entre o CRR/CRD como atualmente aplicável e o CRR/CRD fully loaded com base na nossa definição de “fully loaded”.

Relativamente aos números comparativos de final de exercício de 2019, ainda aplicamos o nosso conceito anterior de fully loaded, definido como excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios introduzidos pelo CRR/CRD

aplicáveis até 26 de junho de 2019, mas refletindo os regimes transitórios introduzidos pelas alterações ao CRR/CRD aplicáveis a partir de 27 de junho de 2019 e alterações introduzidas posteriormente.

Acreditamos que estes cálculos fully loaded fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face às normas de capital regulamentar e porque muitos dos nossos concorrentes têm descrito os cálculos numa base fully loaded. Uma vez que os pressupostos e estimativas dos nossos concorrentes em relação aos cálculos "fully loaded" podem variar, as nossas medidas "fully loaded" poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante, utilizadas pela concorrência.

## Instrumentos de capital

O nosso Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2019 para recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2024. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2019 e a Assembleia-Geral Anual de 2020 (20 de maio de 2020), foram adquiridas 33,8 milhões de ações. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período ou destinam-se a ser utilizadas no período seguinte, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 10,5 milhões na Assembleia-Geral Anual de 2020.

A Assembleia-Geral Anual de 2020 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2025. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Durante o período entre a Assembleia-Geral Anual de 2020 e 31 de dezembro de 2020, não foram adquiridas ações. As ações no inventário serão utilizadas neste período ou no próximo período para efeitos de compensação de capital próprio; o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, foi de 1,3 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, e em 31 de dezembro de 2020, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2020, o capital condicional face a contribuições mantém-se nos 512 milhões de euros (200 milhões de ações). Um capital condicional adicional para efeitos de remuneração em capital ascende a 51,2 milhões de euros (20 milhões de ações). Adicionalmente, a Assembleia-Geral Anual de 2018 autorizou a emissão de obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumprem os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente de 8,0 mil milhões de euros.

Os nossos instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) não são reconhecidos pelas regras do CRR/CRD fully loaded como capital Tier 1 adicional, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. Durante o período transitório de descontinuação gradual, o montante máximo reconhecível para os instrumentos Tier 1 adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. A 31 de dezembro de 2020, tal resultou em 6,8 mil milhões de euros de instrumentos de capital Tier 1 adicional elegíveis (isto é, 5,7 mil milhões de euros de novas notas AT1 emitidas, mais 1,1 mil milhões de euros de instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes, reconhecidos durante o período de transição). Os instrumentos de Tier 1 adicionais reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD fully loaded ascendiam a 5,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. Em 2020, o banco emitiu notas AT1 no montante de 1,3 mil milhões de USD, ou um montante equivalente de 1,2 mil milhões de euros. Adicionalmente, o banco resgatou instrumentos híbridos de Tier 1 já existentes com um valor nominal de 0,8 mil milhões de USD e um valor equivalente elegível de 0,7 mil milhões de USD.

A 31 de dezembro de 2020, o total dos nossos instrumentos de capital Tier 2, reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD, era de 6,9 mil milhões de euros (valor nominal de 7,7 mil milhões de euros). Os instrumentos de Tier 2 reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD "fully loaded" totalizaram 6,6 mil milhões de euros (valor nominal de 7,4 mil milhões de euros). Em 2020, o banco emitiu instrumentos de capital Tier 2 com um valor nominal de 0,5 mil milhões de USD (montante equivalente a 0,4 mil milhões de euros) e 1,3 mil milhões de euros.

## Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2020.

## Detalhes sobre capital regulamentar

### Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

	CRR/CRD 31 dez 2020	CRR/CRD 31 dez 2019
em milhões de euros		
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas</b>		
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	45.890	45.780
Lucros não distribuídos	9.784	14.814
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(1.118)	537
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis <sup>1</sup>	84	(5.390)
Outros	805	837
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>55.444</b>	<b>56.579</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares</b>		
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.430)	(1.738)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(112)	(150)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(4.635)	(6.515)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(1.353)	(1.126)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(99)	(259)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(772)	(892)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	0	(15)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10% / 15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10% / 15%) (montante negativo)	(92)	(319)
Outros ajustamentos regulamentares <sup>2</sup>	(2.252)	(1.417)
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>(10.745)</b>	<b>(12.430)</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>44.700</b>	<b>44.148</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos</b>		
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	5.828	4.676
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	1.100	1.813
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>6.928</b>	<b>6.489</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares</b>		
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(80)	(91)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	N/S
Outros ajustamentos regulamentares	0	0
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>(80)</b>	<b>(91)</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>6.848</b>	<b>6.397</b>
<b>Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)</b>	<b>51.548</b>	<b>50.546</b>
<b>Capital Tier 2 (T2)</b>	<b>6.944</b>	<b>5.957</b>
<b>Total do capital (TC = T1 + T2)</b>	<b>58.492</b>	<b>56.503</b>
<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	<b>328.951</b>	<b>324.015</b>
<b>Rácios de capital</b>		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,6	13,6
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,7	15,6
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,8	17,4

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

<sup>2</sup> Inclui 0,4 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de abril de 2019 e 0,3 mil milhões de euros com efeitos a partir de outubro de 2016, com base na revisão regular do BCE, 0,9 mil milhões de euros de dedução de capital com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos com efeitos a partir de janeiro de 2018 e a dedução de capital de 0,7 mil milhões de euros com

efeito a partir de dezembro de 2020, com base na recomendação de supervisão do BCE para um provisionamento prudencial de exposições em incumprimento. Com efeitos a 30 de junho de 2020, recorremos à provisão transitória da IFRS 9 de acordo com o artigo 473.º-A do CRR, resultando num aumento de CET 1 de 0,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> Para a compreensão do termo "fully-loaded", consulte a nossa definição conforme previsto na secção "Fundos Próprios".

## Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	31 dez 2020	31 dez 2019
<b>Total do capital acionista por balanço contabilístico</b>	<b>54.786</b>	<b>55.857</b>
Desconsolidação/Consolidação de entidades <sup>3</sup>	265	(116)
Dos quais:		
Capital realizado adicional	0	(12)
Lucros não distribuídos	265	(220)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	0	116
<b>Total do capital acionista por balanço regulamentar</b>	<b>55.050</b>	<b>55.741</b>
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	805	837
Acumulação para cupões de dividendos e AT1 <sup>1</sup>	(411)	0
Reversão de desconsolidação/consolidação da posição Outro rendimento (perda) integral acumulado, líquido de impostos, durante o período de transição	0	0
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>55.444</b>	<b>56.579</b>
Ajustamentos de valor adicionais	(1.430)	(1.738)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(112)	(150)
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR	0	0
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(4.635)	(6.515)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(1.445)	(1.445)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(772)	(892)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares <sup>2</sup>	(2.351)	(1.692)
<b>Capital Common Equity Tier 1</b>	<b>44.700</b>	<b>44.148</b>

<sup>1</sup> É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

<sup>2</sup> Inclui 0,4 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de abril de 2019 e 0,3 mil milhões de euros com efeitos a partir de outubro de 2016, com base na revisão regular do BCE, 0,9 mil milhões de euros de dedução de capital com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos com efeitos a partir de janeiro de 2018, 0,1 mil milhões de euros de montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes de perdas esperadas e 0,7 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de dezembro de 2020, com base na recomendação de supervisão do BCE para uma provisão prudencial de exposições em incumprimento. Com efeitos a 30 de junho de 2020, recorremos à provisão transitória da IFRS 9 de acordo com o artigo 473.º-A do CRR, resultando num aumento de CET 1 de 0,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> Inclui um aumento de 0,4 mil milhões de euros devido a alterações regulamentares do tratamento pelo custo para tratamento pelo capital próprio de subsidiárias e participações que são apenas consolidadas nos termos das IFRS.

## Gestão de capital

A Tesouraria gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de risco do grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo adequado das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas divisas. Para este efeito, a Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas. O capital investido nas nossas subsidiárias e agências estrangeiras nas principais divisas, Euro, Dólar dos Estados Unidos, Renminbi Chinês e Libra Esterlina, não é coberto para equilibrar os respetivos efeitos de movimentos em elementos de dedução de capital e ativos ponderados pelo



risco. O capital investido em divisas secundárias é parcialmente coberto tendo em conta a procura de capital ou integralmente coberto.

## Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no nosso plano estratégico anual com as nossas ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem. Como parte do nosso processo trimestral, o Comité de gestão de ativos e passivos do grupo aprova limites de recursos para divisões para o total da procura de capital (definido como a soma dos ativos ponderados pelo risco [RWA] e de determinados equivalentes de RWA de elementos de dedução de capital) e exposição a alavancagem que se baseiam no plano estratégico mas ajustados para as condições de mercado e as perspetivas de curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos nossos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem), consoante o que seja a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através do RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das nossas subsidiárias e algumas agências estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comité de Investimentos do Grupo antes da execução.

Além disso, a Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as orientações de investimento para este fundo. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

## 42 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã

### Custos com colaboradores

em milhões de euros	2020	2019
<b>Custos com colaboradores:</b>		
Salários e vencimentos	8.526	9.184
Encargos de segurança social	1.945	1.958
dos quais: relacionados com pensões	1.111	1.146 <sup>1</sup>
<b>Total</b>	<b>10.471</b>	<b>11.142</b>

<sup>1</sup> O número comparativo foi reajustado para ter em conta o impacto das contribuições para o plano de pensões com mandato estatal

### Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2020 era de 86.756 (2019: 90.584) dos quais 38.193 (2019: 39.756) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. Uma média de 46.948 (2019: 49.290) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

## Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2020, uma remuneração no total de 40.119.062 euros (2019: 34.835.009 euros). Desse valor, 22.473.664 euros (2019: 20.950.000 euros) se destinavam à remuneração fixa, 0 euros (2019: 1.750.000 euros) para provisões funcionais, 920.833 euros (2019: 0 euros) para provisões fixas, 1.353.072 euros (2019: 2.275.594 euros) para benefícios marginais e 15.371.493 euros (2019: 9.859.415 €) para componentes relacionados com o desempenho.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobrevivivos receberam 31.929.318 euros e 18.093.988 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respetivamente.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobrevivivos totalizavam 223.844.881 euros e 206.400.923 euros em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual em 18 de maio de 2017 e entraram em vigor em 5 de outubro de 2017. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100.000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2020 uma remuneração total de 6.007.083 euros (2019: 6.112.499 euros), dos quais 4.632.813 euros serão pagos na primavera de 2021 (2020: 4.692.708 euros), de acordo com as provisões dos estatutos.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 6.516.181 euros e a 8.106.465 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização, a 1.546.839 euros e a 1.620.722 euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 268.802 euros em 2020.

## Rentabilidade dos ativos

O artigo 26a da lei bancária alemã define a rentabilidade dos ativos como lucro líquido dividido pela média do total de ativos. De acordo com esta definição, a rentabilidade dos ativos era de 0,04% e (0,38)% para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente.

## Informações sobre a empresa-mãe

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft é a empresa-mãe do Deutsche Bank Group. Está constituído em Frankfurt am Main e registado no Registo Comercial do tribunal distrital de Frankfurt am Main, com o número de registo HRB 30000.

## Governo da sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei das sociedades anónimas alemã (AktG). A declaração encontra-se publicada no sítio Web do Deutsche Bank na Internet ([www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)).

## Honorários e serviços do auditor externo

### Discriminação das taxas cobradas pela Ernst & Young GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY")

Categoria de honorários em milhões de euros	2020	2019
Honorários por serviços de auditoria dos quais para a EY	53	0
Honorários relacionados com auditoria dos quais para a EY	40	0
Honorários por serviços de consultoria fiscal dos quais para a EY	5	0
Todas as outras comissões dos quais para a EY	4	0
	0	0
	0	0
<b>Total de comissões</b>	<b>58</b>	<b>0</b>

### Discriminação das taxas cobradas pela KPMG AG

Categoria de honorários em milhões de euros	2020	2019
Honorários por serviços de auditoria dos quais à KPMG AG	0	60
Honorários relacionados com auditoria dos quais à KPMG AG	0	35
Honorários por serviços de consultoria fiscal dos quais à KPMG AG	0	13
Todas as outras comissões dos quais à KPMG AG	0	7
	0	4
	0	1
	0	0
	0	0
<b>Total de comissões</b>	<b>0</b>	<b>77</b>

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank AG e não incluem os honorários de auditoria de 2020 do DWS e respetivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

## 43 – Relatórios por país

Nos termos do artigo 26a da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por país. A informação divulgada é derivada das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. Não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras neste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que inclui o requisito de apresentação da informação do país antes da eliminação das transações transfronteiriças intra grupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intra grupo dentro do mesmo país. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para relatórios de gestão internos nos países.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera o país de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Consulte a Nota 44 "Participações acionistas", para mais informações sobre o nome, natureza da atividade e localização geográfica das subsidiárias e agências. Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proveitos de juros líquidos e proveitos não provenientes de juros.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2020			
	Receitas líquidas (volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	Resultado antes de imposto sobre o rendimento	Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento
Austrália	177	309	(25)	9
Áustria	8	74	(8)	(0)
Bélgica	165	499	19	(5)
Brasil	39	129	(7)	3
Canadá	5	13	1	(1)
Ilhas Caimão	2	0	0	0
China	136	538	44	(11)
República Checa	11	44	2	(0)
França	61	192	13	1
Alemanha	9.555	37.315	459	(125)
Grã-Bretanha	3.323	7.728	(593)	65
Grécia	(0)	9	0	(0)
Hong Kong	702	966	89	22
Hungria	19	51	2	(1)
Índia	670	12.944	446	(186)
Indonésia	150	204	86	(30)
Irlanda	27	408	1	0
Israel	0	7	2	(1)
Itália	895	3.460	(120)	12
Japão	275	432	(18)	10
Jersey	1	14	(6)	(0)
Luxemburgo	907	510	408	(83)
Malásia	109	198	73	(18)
Maurícia	20	0	19	(1)
México	9	19	(13)	(1)
Países Baixos	217	560	44	(9)
Paquistão	16	66	9	(3)
Filipinas	28	1.392	7	(3)
Polónia	73	377	8	(4)
Portugal	12	45	(1)	(0)
Catar	0	3	2	(0)
Roménia	0	746	1	(0)
Federação da Rússia	45	1.512	18	(7)
Arábia Saudita	16	47	(26)	(6)
Singapura	838	1.861	133	(17)
África do Sul	9	44	(3)	(1)
Coreia do Sul	107	206	31	(11)
Espanha	497	2.261	(32)	9
Sri Lanka	16	58	5	(1)
Suécia	1	27	(1)	0
Suíça	265	603	22	(3)
Taiwan	75	135	35	(6)
Tailândia	40	116	7	(1)
Turquia	27	106	11	(3)
Emirados Árabes Unidos	11	191	7	(0)
Ucrânia	4	34	0	0
EUA	4.908	8.136	320	(39)
Vietname	17	72	5	(1)

## 44 – Participações acionistas

407	Subsidiárias
414	Entidades estruturadas consolidadas
418	Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
420	Outras empresas em que a participação é superior a 20%
424	Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código Comercial alemão ("HGB"), bem como das Orientações sobre requisitos de divulgação de acordo com a Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Modelo UE LI3).

### Notas de rodapé:

- 1 Entidade plenamente consolidada nos termos do âmbito regulamentar.
- 2 Entidade não consolidada nem deduzida nos termos do âmbito regulamentar.
- 3 Entidade ao abrigo do âmbito regulamentar deduzida a partir de fundos próprios nos termos dos artigos 36.º e 48.º do CRR.
- 4 Controlada.
- 5 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada emitida nos termos do artigo 313.º, parágrafo 2, número 6 do HGB.
- 6 Parceria geral.
- 7 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
- 8 Não controlada.
- 9 Joint venture
- 10 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa.
- 11 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
- 12 Fundos próprios no valor de 60,2 milhões de euros/Resultado no valor de 1 milhão de euros (Exercício de 2019).

- 13 Fundos próprios preliminares no valor de 7.631,7 milhões de euros/Resultado no valor de (0,7) milhões de euros (Exercício de 2020).
- 14 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
- 15 Fundos próprios preliminares no valor de 9.970,2 milhões de euros/Resultado no valor de 322,3 milhões de euros (Exercício de 2020).
- 16 Não consolidado nem contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificado como Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.
- 17 Fundos próprios no valor de 0,4 milhões de euros/Resultado no valor de 13,7 milhões de euros (Exercício de 2019).
- 18 Fundos próprios no valor de 17,2 milhões de euros/Resultado no valor de 0,8 milhões de euros (Exercício de 2019).
- 19 Entidade proporcionalmente consolidada nos termos do âmbito regulamentar.

## Subsidiárias

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main		Instituição de crédito	
2	ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
3	ABS MB Ltd.	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
4	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
5	Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
6	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH	Berlim	2	Outra empresa	100,0
7	Ambidexter GmbH i.L.	Frankfurt	1	Instituição de pagamento	100,0
8	Argent Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
9	Baincor Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
10	Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
11	Baldur Mortgages Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
12	Bankers Trust Investments Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	2	Outra empresa	100,0
13	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati	1	Instituição financeira	100,0
14	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
15	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln	1	Instituição financeira	100,0
16	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln	1	Instituição de crédito	100,0
17	BHW Holding GmbH	Hameln	1	Empresa de participação financeira	100,0
18	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
19	Blue Cork, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
20	BNA Nominees Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
21	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo	2	Outra empresa	100,0
22	Breaking Wave DB Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
23	BT Globenet Nominees Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
24	BTD Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
25	Cape Acquisition Corp.	Wilmington	3	Instituição financeira	100,0
26	CapeSuccess Inc.	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
27	CapeSuccess LLC	Wilmington	3	Instituição financeira	82,6
28	Cardales UK Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	2	Outra empresa	100,0
29	Cardea Real Estate S.r.l.	Milão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
30	Career Blazers LLC	Wilmington	3	Instituição financeira	100,0
31	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany	2	Outra empresa	100,0
32	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany	3	Instituição financeira	100,0
33	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	1, 4	Instituição financeira	0,0
34	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim	2	Outra empresa	100,0
35	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène	1	Instituição financeira	100,0
36	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène	1	Instituição financeira	67,6
37	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
38	China Recovery Fund, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	85,0
39	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	1, 4	Instituição financeira	10,0
40	Consumo Srl in Liquidazione	Milão	1	Instituição financeira	100,0
41	Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
42	D B Investments (GB) Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
43	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
44	D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
45	DB (Barbados) SRL	Christ Church	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
46	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
47	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
48	DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
49	DB Abalone LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
50	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
51	DB Alps Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
52	DB Aotearoa Investments Limited	George Town	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
53	DB Asset Finance II S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
54	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
55	DB Boracay LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
56	DB Capital Investments Sàrl	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
57	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt	1	Empresa de participação financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
58	DB Capital Partners, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
59	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
60	DB Chestnut Holdings Limited	George Town	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
61	DB Commodity Services LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
62	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur	1	Instituição financeira	100,0
63	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
64	DB Direkt GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
65	DB Elara LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
66	DB Energy Trading LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
67	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited (em liquidação)	St. Helier	1	Instituição financeira	100,0
68	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
69	DB Equity Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
70	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
71	DB Global Technology SRL	Bucareste	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
72	DB Global Technology, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
73	DB Group Services (UK) Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
74	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
75	DB HR Solutions GmbH	Eschborn	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
76	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG	Frankfurt	2	Outra empresa	93,6
77	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo	1, 5	Instituição financeira	100,0
78	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen	1, 5	Instituição financeira	100,0
79	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen	1	Instituição financeira	100,0
80	DB Intermezzo LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
81	DB International (Asia) Limited	Singapura	1	Instituição de crédito	100,0
82	DB International Investments Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
83	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura	2	Outra empresa	100,0
84	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
85	DB Investment Partners, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
86	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
87	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
88	DB Investment Services GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
89	DB Io LP	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	100,0
90	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
91	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
92	DB Management Support GmbH	Frankfurt	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
93	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
94	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura	2	Outra empresa	100,0
95	DB Omega BTV S.C.S.	Luxemburgo	1, 5	Instituição financeira	100,0
96	DB Omega Holdings LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
97	DB Omega Ltd.	George Town	1	Instituição financeira	100,0
98	DB Omega S.C.S.	Luxemburgo	1, 5	Instituição financeira	100,0
99	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Madrid	1	Empresa de serviços auxiliares	99,9
100	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
101	DB Overseas Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
102	DB Print GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
103	DB Private Clients Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
104	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
105	DB Re S.A.	Luxemburgo	3	Empresa de resseguros	100,0
106	DB Service Centre Limited	Dublin	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
107	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo	1	Instituição financeira	100,0
108	DB Services Americas, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
109	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
110	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
111	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
112	DB Structured Products, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
113	DB Trustee Services Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
114	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
115	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
116	DB UK Bank Limited	Londres	1	Instituição de crédito	100,0
117	DB UK Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
118	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
119	DB USA Core Corporation	West Trenton	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
120	DB USA Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
121	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
122	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
123	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
124	DB Vita S.A.	Luxemburgo	3	Empresa de seguros	75,0



N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
125	DBAH Capital, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
126	DBCIBZ1	George Town	1	Instituição financeira	100,0
127	DBCIBZ2	George Town	1	Instituição financeira	100,0
128	DBFIC, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
129	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
130	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
131	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
132	DBR Investments Co. Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
133	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd. (em dissolução voluntária)	George Town	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
134	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
135	DBRMS4	George Town	1, 5, 6	Instituição financeira	100,0
136	DBRMSGP1	George Town	1, 5, 6	Instituição financeira	100,0
137	DBUK PCAM Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
138	DBUKH No. 2 Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1, 4	Instituição financeira	0,0
139	DBUSBZ1, LLC	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
140	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
141	DBX Advisors LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
142	DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
143	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	1, 5	Empresa de serviços auxiliares	100,0
144	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
145	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Cidade do México	1	Instituição financeira	100,0
146	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
147	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
148	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
149	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
150	Deutsche Access Investments Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
151	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Atenas	2	Outra empresa	95,6
152	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington	3	Instituição financeira	100,0
153	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
154	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura	1	Empresa de participação financeira	100,0
155	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
156	Deutsche Australia Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
157	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town	2	Outra empresa	100,0
158	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim	1	Instituição de crédito	100,0
159	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur	1	Instituição de crédito	100,0
160	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra	1	Instituição de crédito	100,0
161	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo	1	Instituição de crédito	100,0
162	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul	1	Instituição de crédito	100,0
163	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
164	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
165	Deutsche Bank Financial Company	George Town	1	Instituição financeira	100,0
166	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
167	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Lutherville-Timonium	2	Outra empresa	100,0
168	Deutsche Bank International Limited	St. Helier	1	Instituição de crédito	100,0
169	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro	2	Outra empresa	100,0
170	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo	1	Instituição de crédito	100,0
171	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão	1	Instituição financeira	100,0
172	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México	1	Instituição de crédito	100,0
173	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles	1	Instituição financeira	100,0
174	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
175	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia	1	Instituição de crédito	100,0
176	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
177	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo	1	Instituição de crédito	100,0
178	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
179	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto	1	Empresa de investimento	100,0
180	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
181	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão	1	Instituição de crédito	99,9
182	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque	1	Instituição de crédito	100,0
183	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington	1	Instituição de crédito	100,0
184	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
185	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque	1	Empresa de participação financeira	100,0
186	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid	1	Instituição de crédito	99,8
187	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
188	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong	1	Instituição financeira	100,0
189	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
190	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
191	Deutsche Cayman Ltd.	George Town	2	Outra empresa	100,0
192	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
193	Deutsche Custody N.V.	Amesterdão	3	Instituição financeira	100,0
194	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
195	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai	1	Firma de transação de títulos	100,0
196	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
197	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
198	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf	3	Instituição financeira	100,0
199	Deutsche Global Markets Limited	Telavive	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
200	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo	1	Instituição financeira	100,0
201	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
202	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Eschborn	3	Instituição financeira	100,0
203	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	2	Outra empresa	99,8
204	Deutsche Holdings (BTI) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
205	Deutsche Holdings (Grand Duchy)	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
206	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
207	Deutsche Holdings Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
208	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
209	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
210	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
211	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
212	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai	1	Empresa de participação financeira	100,0
213	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
214	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
215	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
216	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amesterdão	1	Instituição financeira	100,0
217	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai	1	Instituição financeira	100,0
218	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
219	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
220	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
221	Deutsche Mandatos S.A.	Buenos Aires	1	Instituição financeira	100,0
222	Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
223	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
224	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
225	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
226	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington	3	Instituição financeira	100,0
227	Deutsche Nederland N.V.	Amesterdão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
228	Deutsche New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
229	Deutsche Nominees Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
230	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Colónia	1	Instituição de crédito	100,0
231	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
232	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
233	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
234	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli	1	Firma de transação de títulos	100,0
235	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo	1	Instituição financeira	100,0
236	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo	1	Instituição financeira	100,0
237	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong	1	Empresa de investimento	100,0
238	Deutsche Securities Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0
239	Deutsche Securities Inc.	Tóquio	1	Empresa de investimento	100,0
240	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive	1	Instituição financeira	100,0
241	Deutsche Securities Korea Co.	Seul	1	Empresa de investimento	100,0
242	Deutsche Securities Mauritius Limited	Ebène	1	Firma de transação de títulos	100,0
243	Deutsche Securities S.A.	Buenos Aires	1	Firma de transação de títulos	100,0
244	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta)	Riade	1	Empresa de investimento	100,0
245	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México	1	Empresa de investimento	100,0
246	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
247	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
248	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
249	Deutsche Trustee Company Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
250	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
251	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
252	Deutsche Wealth Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
253	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	78,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
254	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
255	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
256	DNU Nominees Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
257	DTS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
258	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
259	DWS Alternatives France	Paris	2	Outra empresa	100,0
260	DWS Alternatives Global Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
261	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
262	DWS Asset Management (Korea) Company Limited	Seul	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
263	DWSeteiligungs GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	98,9
264	DWS CH AG	Zurique	1	Empresa de investimento	100,0
265	DWS Distributors, Inc.	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
266	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei	1	Firma de transação de títulos	60,0
267	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt	1, 5	Empresa de participação financeira	79,5
268	DWS Group Services UK Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
269	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	99,9
270	DWS International GmbH	Frankfurt	1	Empresa de investimento	100,0
271	DWS Investment GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
272	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
273	DWS Investment S.A.	Luxemburgo	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
274	DWS Investments Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0
275	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong	1	Empresa de investimento	100,0
276	DWS Investments Japan Limited	Tóquio	1	Empresa de investimento	100,0
277	DWS Investments Shanghai Limited	Xangai	1	Empresa de investimento	100,0
278	DWS Investments Singapore Limited	Singapura	1	Empresa de investimento	100,0
279	DWS Investments UK Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
280	DWS Management GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
281	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	99,9
282	DWS Service Company	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
283	DWS Trust Company	Concord	1	Empresa de investimento	100,0
284	DWS USA Corporation	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
285	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.l.	Hamburgo	2	Outra empresa	65,2
286	Elizabethan Holdings Limited	George Town	3	Instituição financeira	100,0
287	Elizabethan Management Limited	George Town	2	Outra empresa	100,0
288	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres	1	Instituição financeira	100,0
289	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.l.	Milão	2	Outra empresa	100,0
290	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlim	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
291	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
292	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimba- chzentrum" KG	Bad Homburg	2	Outra empresa	74,9
293	G Finance Holding Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
294	G918 Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
295	German American Capital Corporation	Lutherville-Timo- nium	1	Instituição financeira	100,0
296	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	1, 4	Instituição financeira	0,0
297	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf	2, 5	Outra empresa	94,9
298	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf	2, 4	Outra empresa	0,0
299	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	2, 4, 5	Outra empresa	36,1
300	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf	2, 5	Outra empresa	64,7
301	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf	2, 4	Outra empresa	0,0
302	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf	2, 4, 5	Outra empresa	50,0
303	Immobilienfonds Mietwohnhäuser Quadrath-Ichendorf GbR	Troisdorf	2, 4	Outra empresa	0,0
304	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf	2, 4	Outra empresa	0,0
305	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
306	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
307	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo	2	Outra empresa	100,0
308	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev	1	Instituição de crédito	100,0
309	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
310	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
311	Kidson Pte Ltd	Singapura	1	Instituição financeira	100,0
312	Konsul Inkasso GmbH	Essen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
313	LA Water Holdings Limited	George Town	1	Instituição financeira	75,0
314	LAWL Pte. Ltd.	Singapura	1	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
315	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld	1	Instituição financeira	100,0
316	Leonardo III Initial GP Limited	Londres	3	Instituição financeira	100,0
317	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver	1	Instituição financeira	100,0
318	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
319	MIT Holdings, Inc.	Baltimore	1	Instituição financeira	100,0
320	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
321	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
322	norisbank GmbH	Bona	1	Instituição de crédito	100,0
323	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
324	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo	1	Instituição de crédito	100,0
325	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia	3	Instituição financeira	100,0
326	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
327	OPB-Nona GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
328	OPB-Oktava GmbH	Colónia	3	Instituição financeira	100,0
329	OPB-Quarta GmbH	Colónia	3	Instituição financeira	100,0
330	OPB-Septima GmbH	Colónia	3	Instituição financeira	100,0
331	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
332	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia	3	Instituição financeira	100,0
333	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia	3	Instituição financeira	100,0
334	OPS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
335	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia	3	Instituição financeira	100,0
336	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
337	Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
338	PB Factoring GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
339	PB Firmenkunden AG	Bona	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
340	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschafts- ftsvermögen	Bona	1, 4	Empresa de serviços auxiliares	2,4
341	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
342	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas	2	Outra empresa	100,0
343	Postbank Akademie und Service GmbH	Hameln	2	Outra empresa	100,0
344	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
345	Postbank Direkt GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
346	Postbank Filialvertrieb AG	Bona	1	Instituição financeira	100,0
347	Postbank Finanzberatung AG	Hameln	2	Outra empresa	100,0
348	Postbank Immobilien GmbH	Hameln	2	Outra empresa	100,0
349	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
350	Postbank Leasing GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
351	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jakarta	1	Empresa de investimento	99,0
352	R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
353	REO Properties Corporation	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
354	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
355	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
356	RREEF America L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
357	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
358	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
359	RREEF Fund Holding Co.	George Town	1	Instituição financeira	100,0
360	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
361	RREEF Management L.L.C.	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
362	RTS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
363	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hameln	3	Instituição financeira	100,0
364	ESGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
365	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
366	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
367	Sechste Salomon Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH i.L.	Colónia	1, 4	Instituição financeira	0,0
368	Service Company Four Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
369	Sharps SP I LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
370	Stelvio Immobiliare S.r.l.	Bolzano	2	Outra empresa	100,0
371	Structured Finance Americas, LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
372	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
373	Tasfiye Halinde Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul	1	Firma de transação de títulos	100,0
374	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	1	Instituição financeira	100,0
375	Tempurrite Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
376	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Com- pany Limited	Banguécoque	1	Instituição financeira	100,0
377	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
378	Triplereason Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
379	Ullmann - Esch Grundstücksgesellschaft Kirchnerstraße GbR	Troisdorf	2, 4	Outra empresa	0,0
380	Ullmann - Esch Grundstücksverwaltungsgesellschaft Disternich GbR	Troisdorf	2, 4	Outra empresa	0,0
381	Vesta Real Estate S.r.l.	Milão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
382	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona	1	Instituição de pagamento	100,0
383	Wealthspur Investment Ltd.	Labuan	3	Instituição financeira	100,0
384	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
385	Whale Holdings S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
386	World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0

## Entidades estruturadas consolidadas

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
387	Alguer Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Empresa de serviços auxiliares	
388	Alixville Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
389	Altersvorsorge Fonds Hamburg Alter Wall Dr. Juncker KG	Frankfurt	2	Outra empresa	
390	Amber Investments S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
391	Asset Repackaging Trust Five B.V.	Amesterdão	2, 7	Outra empresa	
392	Atena SPV S.r.l.	Conegliano	1	Empresa de serviços auxiliares	60,0
393	Atlas Investment Company 1 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
394	Atlas Investment Company 2 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
395	Atlas Investment Company 3 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
396	Atlas Investment Company 4 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
397	Atlas Portfolio Select SPC	George Town	3	Instituição financeira	0,0
398	Atlas SICAV - FIS	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
399	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	2, 7	Outra empresa	
400	Carpathian Investments Designated Activity Company	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
401	Cathay Capital (Labuan) Company Limited	Labuan	2	Outra empresa	
402	Cathay Capital Company Limited	Ebène	3	Instituição financeira	9,5
403	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong	2	Instituição financeira	
404	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited	George Town	2	Instituição financeira	
405	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town	2	Empresa de serviços auxiliares	
406	Ceto S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
407	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
408	Charitable Luxembourg Three S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
409	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
410	City Leasing (Thameside) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
411	City Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
412	CLASS Limited	St. Helier	2, 7	Outra empresa	
413	Collins Capital Low Volatility Performance II Special Investments, Ltd.	Road Town	2	Instituição financeira	
414	Crofton Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
415	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
416	Dariconic Designated Activity Company	Dublin	2	Empresa de serviços auxiliares	
417	DB Asset Finance I S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	95,0
418	DB Aster II, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
419	DB Aster III, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
420	DB Aster, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
421	DB Aster, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
422	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano	1	Instituição financeira	90,0
423	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
424	DB Finance International GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
425	DB Global Markets Multi-Strategy Fund I Ltd.	George Town	2	Instituição financeira	0,0
426	DB Holding Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior Crédito Privado	São Paulo	3	Instituição financeira	100,0
427	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt	2	Outra empresa	
428	DB Immobilienfonds 2 KG i.L.	Frankfurt	1	Instituição financeira	74,0
429	DB Immobilienfonds 4 KG i.L.	Frankfurt	2	Outra empresa	0,2
430	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
431	DB Litigation Fee LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
432	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
433	db PBC	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
434	DB PWM	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
435	DB RC Holdings, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
436	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8015 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	20,3
437	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8017 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	15,9
438	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8018 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	17,8
439	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8019 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	18,8
440	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8020 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	19,5
441	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8028 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	18,3
442	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8029 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	19,4
443	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8030 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	17,2
444	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8031 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	19,4
445	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8033 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	16,8
446	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8036 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	18,2

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
447	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8022 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	17,1
448	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8032 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	17,7
449	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8034 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	14,9
450	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8052 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,0
451	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8054 Trust	Wilmington	2	Empresa de serviços auxiliares	0,0
452	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8055 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	11,1
453	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8056 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,0
454	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8057 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,0
455	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8058 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,0
456	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8059 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,0
457	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8060 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	6,5
458	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8061 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	2,5
459	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8062 Trust	Wilmington	2	Empresa de serviços auxiliares	0,0
460	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8063 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,0
461	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8064 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	6,1
462	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8065 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,0
463	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8066 Trust	Wilmington	2	Empresa de serviços auxiliares	0,0
464	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8067 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,0
465	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8068 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	2,0
466	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8069 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	1,8
467	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8070 Trust	Wilmington	2	Empresa de serviços auxiliares	0,0
468	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8071 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,0
469	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8072 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,0
470	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8073 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,0
471	DB Structured Finance 1 Designated Activity Company	Dublin	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
472	DB Structured Finance 2 Designated Activity Company	Dublin	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
473	DB Structured Holdings Luxembourg S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
474	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
475	DBX ETF Trust	Wilmington	2,7	Outra empresa	
476	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim	2	Instituição financeira	
477	Deloraine Spain, S.L.	Madrid	2	Empresa de serviços auxiliares	
478	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
479	Deutsche Bank Capital Finance Trust I	Wilmington	1,4	Instituição financeira	0,0
480	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	2,7	Outra empresa	
481	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	2,7	Outra empresa	
482	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-8011 Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	0,2
483	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá	1	Firma de transação de títulos	100,0
484	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
485	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
486	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
487	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington	1,4	Instituição financeira	0,0
488	Deutsche Postbank Funding Trust II	Wilmington	1,4	Instituição financeira	0,0
489	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington	1,4	Instituição financeira	0,0
490	DWS Access S.A.	Luxemburgo	2,7	Outra empresa	
491	DWS FlexPension	Luxemburgo	2,7	Outra empresa	
492	DWS Garant	Luxemburgo	2,7	Outra empresa	
493	DWS Invest	Luxemburgo	2,7	Outra empresa	
494	DWS Invest (IE) ICAV	Dublin	2	Outra empresa	
495	DWS World Protect 90	Luxemburgo	2	Outra empresa	
496	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo	2	Outra empresa	
497	Dynamic Infrastructure Securities Fund LP	Wilmington	2	Instituição financeira	
498	Earls Four Limited	George Town	2,7	Outra empresa	
499	EARLS Trading Limited	George Town	2	Instituição financeira	
500	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S.à r.l & Co. KG i.l.	Colônia	2	Outra empresa	
501	Eirles Three Designated Activity Company	Dublin	2,7	Outra empresa	
502	Eirles Two Designated Activity Company	Dublin	2,7	Outra empresa	
503	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
504	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	2,7	Outra empresa	
505	Emeris	George Town	2	Firma de transação de títulos	
506	Encina Property Finance Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
507	Epicuro SPV S.r.l.	Conegliano	2	Empresa de serviços auxiliares	
508	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
509	Fondo Privado de Titulizacion Activos Reales 1 B.V.	Amsterdão	2	Outra empresa	
510	Fondo Privado de Titulización PYMES I Designated Activity Company	Dublin	2	Empresa de serviços auxiliares	
511	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
512	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-037	McLean	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
513	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-039	McLean	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
514	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-040	McLean	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
515	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-041	McLean	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
516	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-043	McLean	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
517	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-044	McLean	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
518	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-047	McLean	3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
519	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
520	GAC-HEL, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
521	Galene S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	
522	Gladyr Spain, S.L.	Madrid	2	Empresa de serviços auxiliares	
523	Global Markets Fundo de Investimento Multimercado	Rio de Janeiro	3	Instituição financeira	100,0
524	Global Markets III Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado e Investimento No Exterior	Rio de Janeiro	3	Instituição financeira	100,0
525	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington	2	Instituição financeira	
526	Global Opportunities Co-Investment, LLC	George Town	2	Instituição financeira	
527	Groton Invest, S.L.	Madrid	2	Instituição financeira	
528	GWC-GAC Corp.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
529	Hamildak Designated Activity Company	Dublin	2	Empresa de serviços auxiliares	
530	Havbell Designated Activity Company	Dublin	2	Empresa de serviços auxiliares	
531	Histria Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
532	Iberia Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Outra empresa	
533	Iberia Inversiones II Designated Activity Company	Dublin	2	Empresa de serviços auxiliares	
534	Infrastructure Holdings (Cayman) SPC	George Town	2	Instituição financeira	
535	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
536	Investor Solutions Limited	St. Helier	2,7	Outra empresa	
537	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
538	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier	2	Empresa de serviços auxiliares	
539	Kelona Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
540	Kelsey Street LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
541	KH Kitty Hall Holdings Limited	Galway	2	Instituição financeira	
542	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	3	Instituição financeira	50,0
543	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG i.L.	Düsseldorf	1,5	Empresa de serviços auxiliares	96,1
544	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG i.L.	Düsseldorf	1,5	Empresa de serviços auxiliares	97,0
545	Kratu Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
546	Latitude Australia Secured Personal Loans Trust	Melbourne	2	Outra empresa	100,0
547	Ledyard, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
548	87 Leonard Development LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
549	Leonardo Charitable 1 Limited	George Town	2	Empresa de serviços auxiliares	
550	Lerma Investments 2018, Sociedad Limitada	Madrid	2	Instituição financeira	
551	Life Mortgage S.r.l.	Conegliano	2	Empresa de serviços auxiliares	
552	Lindsell Finance Limited	St. Julian's	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
553	Lockwood Invest, S.L.	Madrid	2	Instituição financeira	
554	London Industrial Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
555	Lunashadow Limited	Dublin	2	Instituição financeira	
556	Malabo Holdings Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
557	Merlin I (em liquidação voluntária)	Camana Bay	2	Firma de transação de títulos	
558	Merlin XI	George Town	2	Firma de transação de títulos	
559	Meseta Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Empresa de serviços auxiliares	
560	Micro-E Finance S.r.l.	Roma	2	Empresa de serviços auxiliares	
561	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt	1,5	Instituição financeira	100,0
562	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
563	Navegador - SGFTC, S.A.	Lisboa	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
564	NCW Holding Inc.	Vancouver	1	Instituição financeira	100,0
565	New 87 Leonard, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
566	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	1,4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
567	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
568	OPAL, en liquidation volontaire	Luxemburgo	2,7	Outra empresa	
569	Opus Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamkniety	Varsóvia	2	Empresa de serviços auxiliares	
570	OTTAM Mexican Capital Trust Designated Activity Company	Dublin	2,7	Outra empresa	
571	Palladium Global Investments S.A.	Luxemburgo	2,7	Outra empresa	



N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
572	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
573	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	2, 7	Instituição financeira	
574	PARTS Funding, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
575	PEIF II SLP Feeder, L.P.	Edimburgo	3	Instituição financeira	0,7
576	PEIF III SLP Feeder GP, S.à r.l.	Senningerberg	2	Instituição financeira	
577	PEIF III SLP Feeder, SCSp	Senningerberg	2, 5	Outra empresa	54,0
578	Peruda Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
579	PERUS 1 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
580	PES Carry and Employee Co-Investment Feeder SCSp	Luxemburgo	3	Instituição financeira	1,3
581	PES Carry and Employee Co-Investment GP S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
582	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati	1	Instituição financeira	95,0
583	Property Debt Fund S.C.Sp. SICAV-RAIF	Luxemburgo	2	Outra empresa	
584	QR Tower 2, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
585	Quartz No. 1 S.A.	Luxemburgo	2	Empresa de serviços auxiliares	
586	Radical Properties Unlimited Company	Dublin	2	Instituição financeira	
587	Reference Capital Investments Limited	Londres	1	Instituição financeira	99,9
588	REO Properties Corporation II	Wilmington	1, 4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
589	Residential Mortgage Funding Trust	Toronto	2	Instituição financeira	
590	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
591	Riviera Real Estate	Paris	2	Outra empresa	100,0
592	Romareda Holdings Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
593	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
594	Samburg Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
595	SCB Alpstizpe UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt	2	Instituição financeira	
596	Seaconview Designated Activity Company	Dublin	2	Empresa de serviços auxiliares	
597	Select Access Investments Limited	Sydney	2, 7	Outra empresa	
598	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
599	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
600	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano	2	Outra empresa	100,0
601	SP Mortgage Trust	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
602	SPV I Sociedad Anónima Cerrada	Lima	1	Instituição financeira	99,9
603	SPV II Sociedad Anónima Cerrada	Lima	1	Empresa de serviços auxiliares	99,8
604	Style City Limited	Dublin	2	Instituição financeira	
605	Swabia 1 Designated Activity Company	Dublin	2	Empresa de serviços auxiliares	
606	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
607	Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Lisboa	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
608	Tasman NZ Residential Mortgage Trust	Auckland	2	Outra empresa	
609	Tender Option Bond Series 2019-BAML3502AB Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	15,0
610	Tender Option Bond Series 2019-BAML3503AB Trust	Wilmington	3	Empresa de serviços auxiliares	15,0
611	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
612	TRS Aria LLC	Wilmington	3	Instituição financeira	100,0
613	TRS Leda LLC	Wilmington	3	Instituição financeira	100,0
614	TRS Maple II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
615	TRS Oak II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
616	TRS Scorpio LLC	Wilmington	3	Instituição financeira	100,0
617	TRS SVCO LLC	Wilmington	3	Instituição financeira	100,0
618	TRS Tupelo II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
619	TRS Venor LLC	Wilmington	3	Instituição financeira	100,0
620	TRS Walnut II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
621	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
622	Vermögensfondmandat Flexible (80% teilgeschützt)	Luxemburgo	2	Outra empresa	
623	Waltzfire Limited	Dublin	2	Instituição financeira	
624	Wedverville Spain, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
625	Wendelstein 2017-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt	2	Empresa de serviços auxiliares	
626	Xtrackers (IE) Public Limited Company	Dublin	2, 7	Outra empresa	0,0
627	Xtrackers ETC Public Limited Company	Dublin	2	Outra empresa	
628	Zumirez Drive LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0

## Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
629	A.C.N. 603 303 Pty Ltd	Melbourne		Instituição financeira	19,4
630	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição de crédito	26,9
631	Arabesque AI Ltd	Londres		Instituição financeira	24,9
632	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		Outra empresa	49,8
633	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		Outra empresa	30,0
634	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	49,0
635	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque	8, 9	Outra empresa	99,9
636	Comfund Consulting Limited	Bangalore		Outra empresa	30,0
637	Cyber Defence Alliance Limited	Londres	9, 10	Outra empresa	0,0
638	DBG Eastern Europe II L.P.	St. Helier		Instituição financeira	25,9
639	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
640	Deutsche Gulf Finance	Riade	9	Instituição financeira	29,1
641	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
642	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		Outra empresa	25,1
643	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
644	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		Empresa de participação financeira	21,1
645	dwins GmbH	Frankfurt		Outra empresa	21,3
646	Elbe Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
647	equiNotes Management GmbH i.L.	Düsseldorf		Outra empresa	50,0
648	Evroenergeiki Anonymi Etaireia	Atenas	9	Outra empresa	40,0
649	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		Outra empresa	41,2
650	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
651	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	15,7
652	German Public Sector Finance B.V.	Amsterdão		Instituição financeira	50,0
653	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		Outra empresa	36,7
654	giropay GmbH	Frankfurt		Outra empresa	33,3
655	Grundstücksgesellschaft Bürohäuser Köln Rheinhallen GbR	Troisdorf	5	Outra empresa	15,6
656	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf	5	Outra empresa	3,4
657	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf	10	Outra empresa	0,0
658	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf	10	Outra empresa	0,0
659	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf	10	Outra empresa	0,0
660	Grundstücksgesellschaft Schillingsrotter Weg GbR	Troisdorf	10	Outra empresa	0,0
661	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		Empresa de investimento	30,0
662	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	40,7
663	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
664	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf	5	Outra empresa	10,0
665	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Parsevalstraße GbR	Colônia	5	Outra empresa	7,0
666	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf	5	Outra empresa	7,8
667	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II GbR	Troisdorf	5	Outra empresa	9,7
668	Ingrid S.à r.l.	Munsbach	9	Outra empresa	23,8
669	iSwap Limited	Londres		Instituição financeira	14,0
670	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	22,9
671	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf	9	Outra empresa	22,9
672	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	30,1
673	Lion Residential Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	17,4
674	Neo Strategic Holding Limited	Abu Dhabi		Instituição financeira	15,0
675	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver	8, 9	Outra empresa	96,7
676	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		Outra empresa	22,2
677	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
678	Prestipay S.p.A.	Udine	9	Instituição financeira	40,0
679	Relax Holding S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	20,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
680	Robuterra AG em liquidação	Zurique	10	Outra empresa	0,0
681	Sakaras Holding Limited (em dissolução)	Naxxar	10	Instituição financeira	0,0
682	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
683	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Outra empresa	49,9
684	Teesside Gas Transportation Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Outra empresa	48,0
685	Trade Information Network Limited	Londres	9	Outra empresa	16,7
686	TRAXPAY GmbH	Frankfurt		Outra empresa	2,4
687	Triton Beteiligungs GmbH i.L.	Frankfurt		Outra empresa	33,1
688	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	8	Outra empresa	99,9
689	UKEM Motoryacht Medici Mangusta GbR	Troisdorf	10	Outra empresa	0,0
690	Ullmann Krockow Esch GbR	Troisdorf	10	Outra empresa	0,0
691	Ullmann, Krockow, Esch Luftverkehrsgesellschaft bürgerlichen Rechts	Troisdorf	10	Outra empresa	0,0
692	Volbroker.com Limited	Londres		Instituição financeira	22,5
693	Weser Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
694	Wood NewCo S.à r.l.	Luxemburgo	8, 9	Outra empresa	52,1
695	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		Outra empresa	25,0
696	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim	9	Firma de transação de títulos	33,3
697	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
698	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	25,0
699	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		Outra empresa	20,4

## Outras empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
700	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
701	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
702	Acamar Holding S.A.	Luxemburgo	8	Outra empresa	95,0
703	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
704	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
705	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
706	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
707	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
708	Adara S.A.	Luxemburgo	8	Outra empresa	95,0
709	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
710	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
711	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
712	Agena S.A.	Luxemburgo	8	Outra empresa	95,0
713	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
714	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
715	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
716	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
717	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
718	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
719	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
720	Asia Core Real Estate Fund SCA SICAV-RAIF	Luxemburgo	11, 12	Outra empresa	29,9
721	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
722	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
723	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
724	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
725	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	11	Instituição financeira	50,0
726	Benefit Trust GmbH	Luetzen	1, 13	Instituição financeira	100,0
727	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
728	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	33,2
729	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	32,0
730	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	14, 15	Outra empresa	95,4
731	DB Fund (Mauritius) Limited	Ebène Cyber-City	14	Outra empresa	100,0
732	DB Placement, LLC	Wilmington	8	Outra empresa	100,0
733	DB RC Investments II, LLC	Wilmington	8	Outra empresa	99,9
734	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay	11	Instituição financeira	34,3
735	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo	11	Instituição financeira	49,0
736	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	14	Instituição financeira	100,0
737	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
738	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
739	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
740	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
741	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
742	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
743	Eisler Capital (TA) Ltd	Londres	16	Outra empresa	34,7
744	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt	11	Instituição financeira	50,0
745	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
746	FÜNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
747	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
748	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
749	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
750	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Tegernsee	16	Outra empresa	29,0
751	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Tegernsee	16	Outra empresa	28,2
752	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.L.	Jork	16	Outra empresa	24,3
753	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG i.L.	Berlim	11	Instituição financeira	20,5
754	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	11	Outra empresa	49,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
755	IOG Denali Upton, LLC	Dover	16	Outra empresa	23,0
756	IOG NOD I, LLC	Dover	16	Outra empresa	22,5
757	Isaac Newton S.A.	Luxemburgo	8, 17	Outra empresa	95,0
758	Kinneil Leasing Company	Londres	11	Instituição financeira	35,0
759	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	8, 16, 18, 19	Instituição financeira	77,1
760	M Cap Finance Mittelstandsfonds III GmbH & Co. KG	Frankfurt	16	Instituição financeira	38,4
761	MCT Súdáfrika 3 GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	16	Outra empresa	38,5
762	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	40,0
763	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	16	Outra empresa	34,0
764	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	16	Outra empresa	33,0
765	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	16	Outra empresa	33,0
766	MT "KING EDWARD" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	16	Outra empresa	35,3
767	MT "KING ERIC" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	16	Outra empresa	34,5
768	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
769	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
770	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
771	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
772	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
773	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colônia	4, 5	Instituição financeira	27,7
774	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
775	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
776	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
777	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
778	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
779	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
780	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
781	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
782	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
783	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
784	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
785	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
786	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
787	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
788	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
789	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
790	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
791	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
792	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
793	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
794	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
795	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
796	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
797	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
798	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
799	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
800	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
801	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
802	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
803	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
804	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
805	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
806	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf	14	Instituição financeira	58,5
807	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
808	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
809	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
810	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
811	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
812	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
813	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
814	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	33,2
815	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
816	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligens-tadt KG i.L.	Düsseldorf	14	Instituição financeira	71,1
817	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	14	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
818	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
819	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
820	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
821	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	14	Instituição financeira	100,0
822	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
823	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
824	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
825	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
826	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	8	Instituição financeira	100,0
827	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
828	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
829	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
830	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
831	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	14	Instituição financeira	100,0
832	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
833	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
834	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG i.L.	Düsseldorf	1	Instituição financeira	83,8
835	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
836	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
837	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
838	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
839	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
840	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i.L.	Halle/Saale	11	Outra empresa	30,5
841	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
842	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
843	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
844	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
845	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	14	Instituição financeira	100,0
846	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
847	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	14	Instituição financeira	100,0
848	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
849	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	14	Instituição financeira	100,0
850	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
851	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
852	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
853	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
854	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
855	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
856	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
857	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
858	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
859	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
860	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
861	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	14	Instituição financeira	100,0
862	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
863	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	14	Instituição financeira	100,0
864	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	14	Instituição financeira	100,0
865	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
866	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG i.L.	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
867	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG i.L.	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
868	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
869	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	25,0
870	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	14	Instituição financeira	100,0
871	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
872	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	11	Instituição financeira	50,0
873	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
874	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
875	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	14	Instituição financeira	100,0
876	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
877	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
878	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
879	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
880	VCL Lease S.à r.l.	Luxemburgo	8	Outra empresa	95,0
881	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
882	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
883	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
884	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
885	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
886	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
887	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
888	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
889	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
890	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
891	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
892	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
893	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
894	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
895	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	25,0
896	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
897	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
898	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
899	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
900	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
901	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
902	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
903	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
904	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
905	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
906	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
907	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
908	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
909	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
910	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
911	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
912	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
913	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
914	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
915	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
916	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	25,0

## Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
917	ABRAAJ Holdings (em dissolução oficial)	George Town		Instituição financeira	8,8
918	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		Instituição financeira	5,6
919	BÜRGSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		Instituição financeira	8,5
920	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição financeira	8,4
921	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição financeira	6,3
922	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição financeira	8,2
923	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição financeira	5,6
924	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição financeira	8,7
925	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		Instituição financeira	8,7
926	MTS S.p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
927	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		Instituição de crédito	9,0
928	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	6,0
929	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		Instituição de crédito	11,8
930	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		Empresa de investimento	7,1



## 45 – Impacto da transformação no Deutsche Bank

Em 7 de julho de 2019, o Deutsche Bank anunciou várias medidas transformadoras relativas aos negócios do Grupo e à sua organização. Os impactos imediatos e secundários que estas medidas tiveram sobre os resultados operacionais e a posição financeira do Grupo são divulgados em seguida.

### Imparidades e amortizações de software de desenvolvimento próprio

Em consonância com o anúncio de transformação, o Grupo reviu o software da plataforma atual e o software em desenvolvimento atribuídos a empresas sujeitas à estratégia de transformação. Por esse motivo, a reavaliação dos respectivos valores recuperáveis levou a uma imparidade do software de desenvolvimento próprio de 36 milhões de euros e de 855 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Além disso, o Grupo registou a amortização em software de títulos de capital sujeito à estratégia de transformação de 178 milhões de euros e 114 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. A redução da imparidade, bem como a amortização do software, estão incluídas nas despesas gerais e administrativas dos resultados do Grupo em 2020 e 2019, respectivamente.

### Imparidade dos ativos com direito de uso e outros impactos conexos

O Grupo reconheceu imparidades, uma depreciação acelerada ou mais elevada dos ativos sob direito de uso (RoU), abatimentos de ativos e uma depreciação acelerada das beneficiações em propriedades arrendadas e mobiliário, provisões para contratos onerosos para custos que não sejam de locação, depreciação dos custos de reintegração capitalizados e outros custos únicos de realocação de 195 milhões de euros e 137 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Alguns destes custos relacionados com decisões incrementais ou aceleradas são motivados pelas alterações nas nossas operações esperadas devido à pandemia COVID-19.

### Ajustamentos de avaliação de ativos por impostos diferidos

Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rendibilidade. Em ligação com a transformação, o Grupo ajustou a estimativa relacionada com ativos por impostos diferidos nas jurisdições afetadas, como o Reino Unido e os EUA, e reconheceu 37 milhões de euros e 2,8 milhões de euros de ajustamentos de avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

### Encargos de reestruturação e indemnização

A partir do anúncio da transformação do Deutsche Bank, em 7 de julho de 2019, designámos todas as despesas de reestruturação relacionadas com o anúncio da transformação e a subsequente reorganização do negócio e as alterações de perímetro que resultaram em 485 milhões de euros e 611 milhões de euros de despesas de reestruturação para o Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Estas despesas incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário. 1447 e 2564 colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) (FTE) foram afetados pela reorganização e as alterações durante o exercício de 2020 e 2019, respectivamente.

Para além destas despesas de reestruturação, foram registados 203 milhões de euros e 97 milhões de euros de indemnizações relacionadas com o anúncio da transformação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

### Outras despesas relacionadas com a transformação

Como resultado da transformação estratégica, o Grupo reconheceu outras despesas relacionadas com a transformação, incluindo despesas de Auditoria, Contabilidade e Impostos, comissões de consultoria e comissões de consultoria de TI de 82 milhões de euros e 39 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

# Confirmações

## Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

## Relatório sobre a Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

### Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, e das respectivas subsidiárias (o Grupo), que inclui o balanço consolidado a 31 de dezembro de 2020 e a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 e as notas para as demonstrações financeiras consolidadas, incluindo um resumo de políticas contabilísticas significativas. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que é combinado com o relatório de gestão do Banco, para o exercício de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Em conformidade com os requisitos legais alemães, não auditámos o conteúdo da Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 315.º-D do HGB, publicada no site indicado no relatório de gestão do grupo e que faz parte do relatório de gestão.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras consolidadas cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS adotadas pela UE e os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos da Sec. 315e (1) do HGB e, em conformidade com estes requisitos, dão uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos e posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2020 e do seu desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, e
- o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Grupo. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão do grupo está em consonância com as demonstrações financeiras consolidadas e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. O nosso parecer sobre o relatório de gestão do grupo não abrange o conteúdo da Declaração de Governo da Sociedade combinada acima referida.

De acordo com o artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

### Fundamentação dos pareceres

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento da UE relativo a auditorias (n.º 537/2014, doravante referido como “Regulamento sobre auditoria da UE”) e em conformidade com as normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção “Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo” do nosso relatório do auditor. Somos independentes das entidades do grupo em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã, e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

### Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

As questões essenciais de auditoria são as questões que, de acordo com o nosso juízo profissional, foram da maior importância na nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras

consolidadas como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

A seguir, descrevemos o que consideramos ser as questões essenciais da auditoria:

## 1. Avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos

### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

O banco utiliza técnicas de avaliação para estabelecer o justo valor de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos. O banco detinha ativos financeiros e passivos financeiros de nível 3 medidos pelo justo valor de 23.583 milhões de euros e 8867 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. Os instrumentos financeiros relevantes são relatados no âmbito de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os instrumentos financeiros e os dados relacionados que não são cotados em mercados ativos incluem derivados estruturados avaliados utilizando modelos complexos; derivados com acordos de garantia não-padrão; derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento; obrigações extremamente estruturadas; colocações privadas de capital; créditos imobiliários comerciais; créditos ilíquidos; e obrigações municipais; spreads de crédito e de financiamento utilizados para determinar ajustamentos de avaliação (Ajustamento da avaliação de crédito e Ajustamento da avaliação de financiamento); e outros dados que não podem ser observados para instrumentos com prazos de vencimento mais longos.

Uma vez que a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos se baseia em pressupostos e juízos de gestão devido à natureza complexa das técnicas de avaliação e dos modelos utilizados e à não observabilidade dos dados relevantes utilizados, esta é uma questão essencial da auditoria.

### Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos sobre os processos da gestão para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros e a determinação de dados não observáveis significativos, incluindo controlos relacionados com a verificação independente dos preços; validação independente dos modelos de avaliação, incluindo a avaliação das limitações do modelo; monitorização da utilização potencialmente inadequada do modelo de avaliação; cálculo dos ajustamentos pelo justo valor; e os controlos associados aos sistemas de tecnologias da informação relevantes.

Avaliámos as técnicas, modelos e metodologias de avaliação e testámos os dados utilizados nesses modelos. Realizámos uma reavaliação independente de uma amostra de derivados e instrumentos financeiros pelo justo valor utilizando modelos e dados independentes. Também avaliámos de forma independente a razoabilidade de uma amostra de dados representativos utilizados.

Adicionalmente, avaliámos a metodologia e os dados utilizados pela gestão para determinar os ajustamentos de justo valor em relação aos requisitos da IFRS 13 e efetuámos novos cálculos para uma amostra destes ajustamentos de avaliação utilizando os nossos próprios dados e metodologia independentes.

Envolvemos especialistas internos que possuem conhecimentos específicos na área da avaliação de instrumentos financeiros.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos.

### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre as técnicas, modelos e metodologias de avaliação utilizados na medição do justo valor são fornecidas nas notas 1 e 13 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

## 2. Inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas

### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo reconheceu uma provisão para perdas de crédito de 5.385 milhões de euros.

As probabilidades de incumprimento estimadas utilizadas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros não em incumprimento (IFRS 9 Fase 1 e Fase 2) baseiam-se em informações históricas, combinadas com a evolução económica atual e com previsões macroeconómicas prospetivas (por exemplo, produto interno bruto e taxas de desemprego). As técnicas estatísticas são então aplicadas para transformar o cenário base numa análise de múltiplos cenários. Os cenários especificam desvios em comparação com as previsões de base. Estes são então utilizados para derivar curvas de PD ao longo de vários anos para diferentes classes de notação e contrapartes, as quais são aplicadas no cálculo das perdas de crédito esperadas e na identificação de uma deterioração significativa na qualidade creditícia dos ativos financeiros. À luz da incerteza económica decorrente da pandemia da COVID-19 no exercício, da incerteza resultante na estimativa das informações prospetivas e do impacto dos regimes de apoio estatal na deteção precoce de riscos, o Banco realizou ajustamentos às perdas de crédito esperadas calculadas através dos modelos convencionais de risco de crédito e dos métodos de previsão.

Tendo em conta a detenção significativa de instrumentos financeiros não em incumprimento e o aumento da incerteza e do uso de juízos de valor, incluindo a pandemia da COVID-19, consideramos a inclusão de informações prospetivas (por exemplo, produto interno bruto e taxas de desemprego) no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas como uma questão essencial da auditoria.

#### Resposta do auditor

Durante a nossa auditoria, obtivemos um entendimento dos processos implementados pelo Banco, avaliamos a conceção dos controlos sobre a seleção, determinação e validação de informações prospetivas no que diz respeito aos requisitos da IFRS 9 e testámos a sua eficácia operacional.

Avaliamos a análise dos métodos de previsão com base nos relatórios de validação modelo do Banco. Além disso, avaliamos os métodos utilizados para incluir as variáveis selecionadas no cenário de base e o desempenho da análise de vários cenários.

Avaliamos as previsões macroeconómicas utilizadas pelo Banco na data de relato, comparando-as com as previsões macroeconómicas produzidas por fontes externas.

Avaliamos também a metodologia aplicada pelo Banco ao efetuar ajustamentos. Ao fazê-lo, avaliamos os resultados das análises de sensibilidade do Banco, retirando informações das nossas próprias análises de referência. Testámos também se os ajustamentos foram considerados no cálculo das perdas de crédito esperadas de acordo com a metodologia da gestão.

Para auditar a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas, envolvemos especialistas internos com conhecimentos específicos na área da modelação do risco de crédito.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas são fornecidas nas notas 1 e 19 nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

### 3. Medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo relata goodwill de 2739 milhões de euros que foi exclusivamente atribuído à sua unidade geradora de caixa de Asset Management (CGU).

Para efeitos do teste de imparidade, o valor recuperável da unidade geradora de caixa de Asset Management é calculado utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Neste contexto, devem ser assumidos pressupostos relativos a projeções de lucros, taxa de crescimento a longo prazo e taxa de desconto. A taxa de desconto é apurada utilizando o Modelo de preços de ativos de capital.

Uma vez que a medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management se baseia num elevado grau de juízo, esta é uma questão-chave de auditoria.

#### Resposta do auditor

Durante os nossos procedimentos de auditoria, obtivemos um entendimento do processo para preparar o plano plurianual e calcular o valor recuperável de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management. A este respeito, também obtivemos um entendimento dos controlos da administração relativamente às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada e à taxa de crescimento a longo prazo, avaliamos a conceção desses controlos e testámos a sua eficácia.

Além disso, analisámos os pressupostos significativos acima descritos, com destaque para alterações significativas nos pressupostos de planeamento em comparação com o ano anterior. A este respeito, avaliamos a coerência e a verificabilidade dos pressupostos significativos utilizados no plano plurianual e também os comparámos com as expectativas do mercado externo.

Ao analisar os fluxos de caixa futuros esperados da unidade geradora de caixa de Asset Management, comparámos o plano de negócios com o plano do exercício anterior e com os resultados efetivos alcançados e avaliamos quaisquer desvios significativos. Além disso, examinámos em que medida os pressupostos sobre o desenvolvimento económico no período de planeamento detalhado e para a anuidade perpétua estão dentro de uma série de previsões disponíveis externamente. Examinámos os parâmetros de avaliação utilizados para a estimativa do valor recuperável, tais como a taxa de desconto estimada e a taxa de crescimento a longo prazo, em comparação com parâmetros disponíveis externamente.

Recalculámos também a exatidão aritmética do modelo de avaliação utilizado.

Para auditar a recuperabilidade de goodwill, envolvemos especialistas internos que possuem conhecimentos específicos no domínio da avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a medição de goodwill são fornecidas nas notas 1 e 23 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

## 4. Medição do ativo intangível não amortizado de contratos de gestão de investimento do segmento retalho nos EUA ("Scudder")

### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo relata um ativo intangível de 706 milhões de euros decorrente de contratos para gerir uma variedade de fundos de investimento do segmento de retalho nos EUA. Estes contratos foram adquiridos como parte da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. (Scudder) em 2002.

Para efeitos do teste de imparidade, o valor recuperável é calculado como justo valor menos o custo de alienação utilizando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos, com base num plano plurianual dos ganhos gerados pelos contratos e dos custos esperados da gestão dos fundos de investimento do segmento de retalho. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos, a taxa de comissão efetiva e a taxa de desconto, bem como a taxa de crescimento a longo prazo.

Uma vez que a medição do ativo intangível não amortizado "Scudder" se baseia num elevado grau de juízo, esta é uma questão-chave de auditoria.

### Resposta do auditor

Para a nossa auditoria, foi avaliado o processo de preparação do plano plurianual e do cálculo adicional do valor recuperável do ativo intangível "Scudder" e foi obtido um entendimento dos controlos da gestão e uma avaliação da conceção e eficácia operacional dos controlos relacionados com a combinação de ativos, a previsão de fluxos, a taxa de comissão efetiva e a taxa de desconto, bem como a taxa de crescimento a longo prazo.

Além disso, os pressupostos significativos acima descritos, com destaque para alterações significativas nos pressupostos de planeamento em comparação com o ano anterior foram analisados. A este respeito, avaliamos a coerência e a verificabilidade dos pressupostos significativos utilizados no plano plurianual e também os comparámos com as expectativas do mercado externo.

Ao analisar os ganhos esperados dos contratos de gestão de investimentos, o plano de negócios foi comparado com o plano do exercício anterior e com os resultados reais alcançados e foram avaliados quaisquer desvios significativos. Além disso, examinámos em que medida os pressupostos sobre o desenvolvimento económico no período de planeamento detalhado e para a anuidade perpétua estão dentro de uma série de previsões disponíveis externamente. Foram analisados os parâmetros de avaliação utilizados para a estimativa do valor recuperável, tais como a taxa de desconto estimada e a taxa de crescimento a longo prazo, em comparação com parâmetros disponíveis externamente.

Para auditar a imparidade do ativo intangível não amortizado "Scudder", envolvemos especialistas internos que possuem conhecimentos específicos no domínio da avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relativas à medição do ativo intangível não amortizado “Scudder”.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a medição do ativo intangível não amortizado “Scudder” são fornecidas nas notas 1 e 23 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

## 5. Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo relata ativos líquidos por impostos diferidos de 5497 milhões de euros.

A estimativa da capacidade futura para utilizar esses ativos depende do potencial de lucros futuros sujeitos a impostos. Esta situação está sujeita à incerteza da estimativa e depende da evolução esperada de pressupostos-chave. Estes incluem, mas não se limitam a, pressupostos sobre os resultados operacionais previstos com base em planos de negócios aprovados, incluindo uma análise dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outras considerações relevantes.

À luz da importância material e do recurso a juízos em inúmeras estimativas de lucros futuros sujeitos a impostos e da capacidade de utilizar perdas fiscais e créditos fiscais anteriormente não reclamados, o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos é uma questão essencial da auditoria.

#### Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento do processo de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos para determinar se as diferenças temporárias dedutíveis e as perdas operacionais líquidas transitadas são identificadas e medidas em conformidade com as disposições do direito fiscal e as regras de contabilidade para impostos diferidos ao abrigo do IAS 12, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos.

Tal incluiu, mas não se limitou aos pressupostos utilizados para desenvolver e alocar elementos do plano de negócios aprovado como base para estimar o rendimento futuro sujeito a impostos das empresas do grupo relevantes e grupos de impostos.

Além disso, verificámos a metodologia para o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, analisando os pressupostos assumidos na estimativa dos lucros futuros tributáveis. Avaliámos a exatidão dos dados utilizados para estimar os rendimentos futuros sujeitos a impostos ao compararmos os pressupostos-chave subjacentes à previsão de rendimentos futuros sujeitos a impostos com dados históricos e prospetivos disponíveis externamente. Também avaliámos os parâmetros aplicados aos planos de negócio aprovados e realizámos análises de sensibilidade para os pressupostos subjacentes. Além disso, comparámos as previsões históricas com os resultados reais.

Para auditar os pressupostos acima mencionados envolvidos na recuperabilidade dos impostos diferidos, envolvemos os nossos profissionais fiscais e especialistas internos que têm conhecimentos na área da avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relativas ao reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos são fornecidas nas notas 1 e 34 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

## 6. Gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A exatidão do relato financeiro do grupo depende muito da fiabilidade e da continuidade da tecnologia de informação utilizada, devido ao número significativo de transações que são processadas diariamente.

O banco continuou a fazer esforços durante o ano para reforçar a centralização dos seus sistemas e processos de TI, aumentar a fiabilidade e a continuidade do processamento e da gestão de acessos e alterações de TI, bem como para reduzir a complexidade das TI.

Dada a elevada dependência do tratamento fiável e contínuo de dados e a natureza abrangente dos controlos de TI sobre o sistema de controlo interno, consideramos a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro como uma questão essencial da auditoria.

### Resposta do auditor

Avaliamos o ambiente de controlo de TI, incluindo os controlos gerais de TI, bem como os controlos de aplicações de TI relevantes para o relato financeiro. Os nossos procedimentos também abrangeram as alterações durante o ano no atual ambiente de controlo de TI de atividades de centralização em curso.

Além disso, testámos a eficácia operacional dos controlos gerais de TI relacionados com a gestão de acessos dos utilizadores e a gestão de alterações entre aplicações, bases de dados e sistemas operativos. Além disso, testámos os controlos das aplicações de TI sobre o tratamento automatizado de dados, os feeds de dados e as interfaces. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de acessos de TI incluíram, mas não se limitaram ao aprovisionamento e à retirada de acessos de utilizador, ao acesso de utilizadores privilegiados, a recertificações periódicas dos direitos de acesso, a definições de segurança dos sistemas e aos controlos de autenticação dos utilizadores. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de alterações de TI incluíram, mas não se limitaram a, avaliar se as alterações foram testadas e aprovadas antes da implementação e as alterações na gestão dos utilizadores estão limitadas aos utilizadores autorizados.

Além disso, testámos se os programadores tinham direitos de aprovação para alterações nos sistemas de produção e se eram capazes de realizar quaisquer alterações devido aos seus direitos de acesso nas versões de produção das aplicações, bases de dados e sistemas operativos, respetivamente, para avaliar se estas responsabilidades estavam funcionalmente separadas.

Para auditar a gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro, envolvemos profissionais internos com conhecimentos específicos na área das auditorias de TI.

Os nossos procedimentos de auditoria não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro.

### Referência a divulgações relacionadas

Para uma descrição geral dos controlos internos sobre o relato financeiro, remetemos para o relatório de gestão combinado, na secção "Controlo interno sobre o relato financeiro".

## Outras informações

O Conselho de Fiscalização é responsável pelo relatório do Conselho de Fiscalização. Os administradores executivos e o Conselho de Fiscalização são responsáveis pela declaração nos termos da Sec. 161 AktG ["Aktiengesetz": lei alemã relativa às sociedades por ações] sobre o Código de governo das sociedades alemão, que faz parte da Declaração de Governo da Sociedade combinada. Em todos os outros aspetos, os administradores executivos são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem

- a Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 315.º-D do HGB, publicada no site referido no relatório de gestão do grupo

e as outras partes a incluir no relatório anual, das quais obtivemos uma versão antes da emissão deste relatório do auditor, em particular:

- a Demonstração Não Financeira,
- a Declaração de Responsabilidade nos termos do artigo 297.º, n.º 2, quarta frase do HGB em conjugação com o artigo 315.º, n.º 1, sexta frase do HGB,
- a secção "Deutsche Bank – Resumo Financeiro",
- a secção "Grupo Deutsche Bank",
- a secção "Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade" e
- a secção "Informações suplementares",

mas não as demonstrações financeiras consolidadas, não as divulgações do relatório de gestão do grupo cujo conteúdo é auditado e não o relatório do nosso auditor sobre o mesmo.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão não abrangem a outra informação e, conseqüentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação acima referida e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras consolidadas, as divulgações no relatório de gestão do grupo cujo conteúdo foi auditado, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, somos obrigados a comunicar esse facto. Não temos nada a comunicar a este respeito.

## Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas e pelo relatório de gestão do grupo

Os administradores executivos são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS adotadas pela UE e os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos da Sec. 315e (1) do HGB, e que as demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com estes requisitos, dão uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos, posição financeira e desempenho financeiro do Grupo. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelo controlo interno que tenham determinado como necessário para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os administradores executivos são responsáveis pela avaliação da capacidade do Grupo para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, exceto se houver uma intenção de liquidar o Grupo ou de cessar operações, ou se não houver outra alternativa realista à liquidação.

Além disso, os administradores executivos são responsáveis pela elaboração do relatório de gestão do grupo que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição do Grupo e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras consolidadas, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a elaboração de um relatório de gestão do grupo que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão do grupo.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro do Grupo para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

## Responsabilidades do revisor oficial de contas pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Grupo e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Uma confiança razoável consiste num elevado nível de confiança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as normas alemãs geralmente aceites para auditorias de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detetem sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras consolidadas e neste relatório de gestão do grupo.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o compromisso. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao de uma resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão do grupo a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilistas utilizadas pelos administradores executivos e a razoabilidade das estimativas feitas pelos administradores executivos e das divulgações relacionadas.



- Tiramos conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos administradores executivos da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo de manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão do grupo ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar os nossos respetivos pareceres. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que o Grupo deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do Grupo em conformidade com as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos da secção 315e (1) do HGB.
- Obter provas de auditoria adequadas suficientes relativas à informação financeira das entidades ou atividade empresarial dentro do Grupo para expressar pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo. Somos exclusivamente responsáveis pelos nossos pareceres de auditoria.
- Avaliar a coerência do relatório de gestão do grupo com as demonstrações financeiras consolidadas, a respetiva conformidade com a legislação [alemã], e com a perspectiva que proporciona da posição do Grupo.
- Realizamos procedimentos de auditoria sobre as informações prospetivas apresentadas pelos administradores executivos no relatório de gestão do grupo. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos administradores executivos como a base para a informação prospetiva e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

## Outros requisitos jurídicos e regulamentares

Relatório sobre a confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3b do HGB sobre a reprodução eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo elaborado para efeitos de publicação

### Parecer

Realizámos o trabalho de confiança em conformidade com o artigo 317.º (3b) do HGB para obter uma confiança razoável sobre se a reprodução das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo (a seguir "Documentos ESEF") constantes do ficheiro eletrónico em anexo [Deutsche\_Bank\_AG\_KA+KLB\_ESEF-2020-12-31.zip] e elaborado para efeitos de publicação cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico ("formato ESEF"). Em conformidade com os requisitos legais alemães, esta confiança só se estende à conversão das informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão do grupo no formato ESEF, pelo que não diz respeito às informações contidas nesta reprodução nem a quaisquer outras informações contidas no ficheiro eletrónico acima mencionado.

Na nossa opinião, a reprodução das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo constantes do ficheiro eletrónico em anexo acima mencionado e elaborado para fins de publicação cumpre, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico. Não expressamos qualquer parecer sobre as informações contidas nesta reprodução nem sobre quaisquer outras informações contidas no ficheiro acima mencionado para além deste parecer de confiança razoável e o nosso parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo que o acompanham para o exercício de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de

2020, constantes do "Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo", acima.

#### Fundamentação do parecer

Realizámos o nosso trabalho de confiança sobre a reprodução das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo contido no ficheiro eletrónico em anexo acima mencionado em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3b do HGB e o Projeto de Exposição da Norma de Garantia IDW: Confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3b do HGB sobre a reprodução eletrónica de demonstrações financeiras e relatórios de gestão elaborados para efeitos de publicação (ED IDW AsS 410). As nossas responsabilidades nos termos dessa norma são descritas na secção "Responsabilidades do auditor do Grupo pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF". A nossa prática de auditoria aplicou os requisitos estabelecidos na norma IDW de controlo da qualidade: "Anforderungen an die Qualitätssicherung in der Wirtschaftsprüferpraxis" [Requisitos de controlo da qualidade na prática dos revisores oficiais de contas] (IDW QS 1) no que diz respeito ao seu sistema de controlo da qualidade.

#### Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelos documentos ESEF

Os administradores executivos do Banco são responsáveis pela elaboração dos documentos ESEF, incluindo a reprodução eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo em conformidade com o artigo 328.º (1) Frase 4 n.º 1 do HGB e para a marcação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 2 do HGB.

Além disso, os administradores executivos do Banco são responsáveis pelo controlo interno que consideraram necessário para permitir a elaboração de documentos ESEF livres de incumprimento material dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico, quer devido a fraude ou erro.

Os administradores executivos do Banco são também responsáveis pela apresentação dos documentos ESEF, juntamente com o relatório do auditor e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas em anexo, bem como o relatório de gestão do grupo e outros documentos a publicar junto do operador do *Bundesanzeiger* [Jornal Oficial alemão].

O Conselho de Fiscalização é responsável pela supervisão da elaboração dos documentos ESEF no quadro do processo de relato financeiro.

#### Responsabilidades do auditor do Grupo pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF

O nosso objetivo é obter uma confiança razoável de que os documentos ESEF estão isentos de incumprimento material dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, quer devido a fraude ou erro. Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o compromisso. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incumprimento material dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, quer devido a fraude ou erro, concebemos e realizamos procedimentos de auditoria adequados a esses riscos e obtemos provas de confiança suficientes e adequadas para fornecer uma base para o nosso parecer de confiança.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a garantia sobre os documentos ESEF para a conceção de procedimentos de confiança adequados nas circunstâncias, mas não para efeitos de elaboração de um parecer de confiança sobre a eficácia desses controlos.
- Avaliamos a validade técnica dos documentos ESEF, ou seja, se o ficheiro eletrónico que contém os documentos ESEF cumpre os requisitos do Regulamento Delegado (UE) 2019/815, na versão válida à data de relato, sobre a especificação técnica deste ficheiro eletrónico.
- Avaliamos se os documentos ESEF permitem uma reprodução XHTML com conteúdo equivalente ao das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e do relatório de gestão do grupo auditado.
- Avaliar se a marcação dos documentos da ESEF com a tecnologia Inline XBRL (iXBRL) permite uma cópia XBRL adequada e completa acessível por máquina da reprodução XHTML.

#### Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos auditores do grupo pela Assembleia-Geral Anual de 20 de maio de 2020. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 5 de junho de 2020. Somos auditores do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft desde o exercício de 2020.

Declaramos que os pareceres expressados no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

#### Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Holger Lösken.

Eschborn/Frankfurt am Main, 8 de março de 2021

Ernst & Young GmbH

Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Barth

Wirtschaftsprüfer

[Auditor público alemão]

Lösken

Wirtschaftsprüfer

[Auditor público alemão]

## Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo, que foi combinado com o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, March 4, 2021



Christian Sewing



Karl von Rohr



Fabrizio Campelli



Frank Kuhnke



Bernd Leukert



Stuart Lewis



James von Moltke



Alexander von zur Mühlen



Christiana Riley



Stefan Simon

3-

## Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade

438	Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
454	Relato e transparência
454	Operações com partes relacionadas
455	Auditoria e controlo
458	Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, são apresentadas em 19 de fevereiro de 2021.

## Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Deutsche Bank AG é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos do Deutsche Bank AG e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco. O Conselho de Administração, como Conselho de Administração do Grupo, gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controlo global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, particularmente, a direção e a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controlo e gestão do risco, bem como controlo empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. O Conselho de Administração toma decisões quanto às nomeações para o nível da direção abaixo do Conselho de Administração e, em particular, quanto à nomeação de titulares de funções-chave globais. Ao nomear pessoas para funções de gestão no Grupo, o Conselho de Administração tem em conta a diversidade e esforça-se, em particular, por obter uma representação adequada das mulheres (informação mais pormenorizada na secção "Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género" nesta Declaração de Governo da Sociedade).

O Conselho de Administração trabalha em conjunto com o Conselho de Fiscalização com confiança na relação de cooperação e para benefício da empresa. O Conselho de Administração comunica ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, todos os assuntos com relevância para o Grupo quanto à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade.

Uma apresentação abrangente dos deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração é especificada nos respetivos termos de referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web ([www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)).

### Alterações de pessoal do Conselho de Administração e os membros atuais do Conselho de Administração

Foram nomeados, por um período de três anos, os seguintes membros do Conselho de Administração:

- Christiana Riley e Bernd Leukert, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020
- Professor Dr. Stefan Simon e Alexander von zur Mühlen, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2020.

Os seguintes membros do Conselho de Administração deixaram o Conselho de Administração:

- Em 31 de julho de 2020: Werner Steinmüller.

São fornecidas informações relativas aos membros atuais do Conselho de Administração, nomeadamente, o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados pela primeira vez, o ano em que o seu mandato expira, assim como os seus atuais cargos e área de responsabilidade, de acordo com o atual plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração. São ainda especificados outros mandatos ou cargos de direção fora do Grupo Deutsche Bank, bem como todas as afiliações em conselhos de fiscalização legalmente previstos ou outros órgãos de supervisão nacionais ou estrangeiros comparáveis de empresas comerciais. Os membros do nosso Conselho de Administração comprometeram-se, de modo geral, a não assumir cargos de presidência de conselhos de fiscalização de empresas que não pertencem ao Grupo Deutsche Bank.

## Christian Sewing

Ano de nascimento: 1970

Data da primeira nomeação: 2015

Data de termo do mandato: 2022

Christian Sewing tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2015 e Presidente do Conselho de Administração com efeitos a partir de 8 de abril de 2018. É responsável no Conselho de Administração pela Comunicação e Responsabilidade Social Corporativa (RSC), Investigação e Auditoria do Grupo, bem como pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank.

Antes de assumir o seu cargo no Conselho de Administração, o Sr. Sewing foi o diretor global da Auditoria do Grupo e deteve vários cargos, antes disso, no departamento de risco, incluindo diretor-adjunto de risco (de 2012 a 2013) e diretor de crédito (de 2010 a 2012) do Deutsche Bank.

De 2005 a 2007, Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie de Bielefeld e Hamburgo, o Sr. Sewing terminou um estágio em banca no Deutsche Bank em 1989.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

## Karl von Rohr

Ano de nascimento: 1965

Data da primeira nomeação: 2015

Data de termo do mandato: 2023

Karl von Rohr tomou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015 e Presidente em 8 de abril de 2018. É responsável no Conselho de Administração pelo Private Bank e Asset Management (AM). É também Diretor Geral Regional (CEO) da Alemanha e, desde setembro de 2020, é também responsável pela região da EMEA (Europa, Médio, Oriente e África).

O Sr. von Rohr ingressou no Deutsche Bank em 1997. De novembro de 2015 a novembro de 2019, foi o membro do Conselho de Administração responsável pelos Recursos Humanos e, até 31 de julho de 2020, foi responsável pela Área Jurídica, Group Governance e Government & Regulatory Affairs. De 2013 a 2015 foi diretor global de operações, Gestão regional. Anteriormente, foi diretor dos Recursos Humanos do Deutsche Bank na Alemanha e foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. Durante o tempo que passou no Deutsche Bank, ocupou vários cargos de direção noutras divisões na Alemanha e na Bélgica.

Estudou Direito nas universidades de Bona (Alemanha), Kiel (Alemanha), Lausanne (Suíça) e na Universidade Cornell (EUA).

O Sr. von Rohr não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

O Sr. von Rohr é Presidente do Conselho de Fiscalização do DWS Group GmbH & Co. KGaA e foi presidente do Conselho de Fiscalização do DB Privat- und Firmenkundenbank AG até 15 de maio de 2020.

## Fabrizio Campelli

Ano de nascimento: 1973

Data da primeira nomeação: 2019

Data de termo do mandato: 2022

Fabrizio Campelli tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2019. É o nosso Diretor de Transformação e o membro do Conselho de Administração responsável pela Transformação e Recursos Humanos.

Anteriormente, Diretor Global da Deutsche Bank Wealth Management durante quatro anos. Antes disso, foi Diretor de Estratégia e Desenvolvimento Organizacional, bem como Vice-diretor de Operações do Grupo Deutsche Bank.

Ingressou no Deutsche Bank em 2004, após ter trabalhado na McKinsey & Company nos escritórios de Londres e Milão, especializados em atribuições estratégicas, principalmente para instituições financeiras globais.

Possui um MBA da MIT Sloan School of Management e um diploma de administração empresarial da Universidade de Bocconi, em Milão.

O Sr. Campelli é membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização desde 26 de junho de 2016: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.

Foi Presidente do Conselho de Administração do Deutsche Bank (Suisse) SA até 31 de dezembro de 2020.

## Frank Kuhnke

Ano de nascimento: 1967

Data da primeira nomeação: 2019

Data de termo do mandato: 2021

Frank Kuhnke tomou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2019. É o nosso Diretor de Operações e é o membro do Conselho de Administração responsável pela Global Procurement, Global Real Estate e pelas Operações do Corporate Bank/Investment Bank/Unidade de Libertação de Capital (CB/IB/CRU) (excluindo Operações de Liquidação) e operações CB/IB/CRU Know-Your-Customer (KYC). Além disso, é responsável pela Unidade de Libertação de Capital. Até setembro de 2020, foi responsável pela região da EMEA.

Ingressou no Deutsche Bank em 1986 e foi nomeado diretor de operações do Deutsche Bank em abril de 2018. Entre janeiro de 2016 e abril de 2018 foi diretor de controlo de divisão, diretor administrativo e diretor de operações do Private & Commercial Bank. Antes disso, Kuhnke foi diretor de controlo de divisão do Deutsche Asset & Wealth Management. Entre 2012 e 2015, trabalhou na Non-Core Operations Unit do Deutsche Bank, primeiro como Diretor de Risco e depois como Diretor de Operações (COO). Entre 2008 e 2012, ocupou posições de direção de risco, sedeadas em Londres. Durante a sua carreira, trabalhou em várias divisões e funções de infraestruturas em Tóquio, Nova Iorque e na Alemanha e liderou organizações globais no seio do Grupo Deutsche Bank.

Antes de se graduar com o diploma da Bank Akademie Lüneburg, Kuhnke terminou um estágio em banca no Deutsche Bank.

Kuhnke não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Foi membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Società per Azioni até 25 de junho de 2020.

## Bernd Leukert

Ano de nascimento: 1967

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2022

Bernd Leukert tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. É o nosso Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação e é responsável pelos departamentos de informações para as áreas de Infraestrutura e pelas divisões de negócio Chief Technology Office, Technology Infrastructure, Chief Data Office, Chief Security Office, Strategy & Innovation Network, bem como CB/IB/CRU Settlement Operations.

Ingressou no Deutsche Bank em 1 de setembro de 2019. Trabalhou anteriormente durante muitos anos na SAP SE, a empresa de software global. De 2014 a 2019, foi responsável pelo desenvolvimento de produtos e inovações, bem como pela divisão de serviços de negócio digital no Conselho Executivo. Ingressou na SAP em 1994 e ocupou vários cargos de gestão.

O Sr. Leukert estudou Engenharia e Gestão Industrial na Universidade de Karlsruhe e na Trinity College Dublin, licenciando-se em 1994 com um mestrado em Administração de Empresas.

O Sr. Leukert é membro do Conselho de Fiscalização da Bertelsmann SE & Co. KGaA e foi membro do Conselho de Fiscalização da TomTom N.V. até 15 de abril de 2020.

É membro do Conselho de Fiscalização da DWS Group GmbH & Co. KGaA desde 21 de julho de 2020.

## Stuart Lewis

Ano de nascimento: 1965

Data da primeira nomeação: 2012

Data de termo do mandato: 2023

Stuart Lewis tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de junho de 2012. É o Diretor de Risco responsável pelas funções de gestão de Risco de crédito, Risco não financeiro, Risco de mercado e Risco de liquidez, bem como pelas unidades de infraestruturas de risco. Além disso, é responsável pelas áreas de Compliance, Anti-Financial Crime (AFC) e Business Selection and Conflicts Office, bem como pela região do Reino Unido e Irlanda.



Ingressou no Deutsche Bank em 1996. Antes de assumir o cargo atual, Lewis foi diretor-adjunto de risco e subsequentemente diretor de risco do Corporate & Investment Bank de 2010 a 2012. Entre 2006 e 2010, foi diretor de crédito.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank em 1996, trabalhou no Credit Suisse e no Continental Illinois National Bank em Londres.

Estudou na Universidade de Dundee, onde obteve um LLB (Hons), e possui um LLM pela London School of Economics. Também frequentou a Faculdade de Direito de Guildford.

O Sr. Lewis não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação. Desde 2017 que ocupa o cargo de Professor Convidado no Departamento de Finanças da London School of Economics.

Foi Presidente do Conselho Consultivo da DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH até 1 de agosto de 2020 e Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Società per Azioni até 25 de junho de 2020.

### James von Moltke

Ano de nascimento: 1969

Data da primeira nomeação: 2017

Data de termo do mandato: 2023

James von Moltke tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2017. É o nosso Diretor Financeiro e, nesta função, é responsável, entre outras coisas, pelas Finanças, Fiscalidade do Grupo, Tesouraria e Relações com os Investidores.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Von Moltke trabalhou como Tesoureiro do Citigroup. Iniciou a sua carreira na Credit Suisse First Boston em Londres, em 1992. Em 1995, ingressou na J.P. Morgan, trabalhando no banco durante 10 anos em Nova Iorque e Hong Kong. Após trabalhar na Morgan Stanley em Nova Iorque durante quatro anos, onde geria a equipa de consultoria de tecnologia financeira a nível global, o Sr. von Moltke ingressou no Citigroup como Diretor de fusões e aquisições corporativas em 2009. Três anos mais tarde, tornou-se o Diretor Global de Planeamento Financeiro do banco dos EUA.

Tem uma Licenciatura de Artes pelo New College, University of Oxford.

O Sr. von Moltke foi membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização até 26 de junho de 2020: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.

### Alexander von zur Mühlen

Ano de nascimento: 1975

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2023

Alexander von zur Mühlen tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. É o nosso diretor regional para a Ásia e Pacífico.

O Sr. von zur Mühlen ingressou no Deutsche Bank em 1998 e, ao longo dos anos, desempenhou uma série de funções de gestão em Londres e Frankfurt, em nas divisões de infraestruturas e de negócio. Entre 2018 e 2020, foi responsável pelo desenvolvimento estratégico e consultor do Diretor Geral (CEO) do Grupo. Antes disso, foi Codiretor da Global Capital Markets, com um enfoque regional na Ásia e Pacífico e na EMEA. De 2009 a 2017, foi Tesoureiro do Grupo.

Alexander von zur Mühlen é licenciado em Gestão de Empresas pela Escola de Economia e Direito de Berlim.

O Sr. von zur Mühlen não ocupa qualquer cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

### Christiana Riley

Ano de nascimento: 1978

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2022

Christiana Riley tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. É a nossa Diretora Regional das Américas.

A Sra. Riley ingressou no Deutsche Bank em 2006, onde foi recentemente Diretora Financeira do Corporate & Investment Bank. Anteriormente, tinha passado nove anos no grupo Strategy and Planning, que geriu entre 2011 e 2015. Anteriormente, a Sra. Riley trabalhou na consultora de gestão McKinsey & Company e no banco de investimento Greenhill & Co.

Licenciou-se cum laude em 2000 na Universidade de Princeton, na América, onde estudou Línguas Românticas, Literatura e Linguística. Estudou também na London Business School, no Reino Unido, onde concluiu um mestrado em administração de empresas em 2005.

A Sra. Riley é membro do Conselho de Fiscalização da Clearing House Payments Company LLC.

A Sra. Riley é a Diretora Geral da DB USA Corporation.

### **Stefan Simon**

Ano de nascimento: 1969

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2023

Stefan Simon tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. É o nosso Diretor Administrativo (CAO) e é responsável pelos Assuntos Governamentais e Regulamentares, bem como pela área Jurídica e de Governança.

O Sr. Simon ingressou no Deutsche Bank em 1 de agosto de 2019. Foi membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank entre agosto de 2016 e julho de 2019 e foi presidente do seu Comitê de Integridade. É advogado e consultor fiscal e, entre 1997 e 2016, trabalhou na firma de advogados Gocke Schaumburg, da qual se tornou sócio em 2002. Desde 2008, é também Professor Honorário da Universidade de Colónia.

Estudou direito na Universidade de Colónia e aí obteve o seu doutoramento em 1998.

O Sr. Simon é Presidente do Conselho Consultivo de Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG.

## Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG nomeia, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. Trabalha em conjunto com o Conselho de Administração numa relação de cooperação de confiança e para benefício da empresa. O Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação e a destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, com base nas propostas do Comité de Presidente, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações. Tendo em conta as propostas do Comité de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração, delibera quanto ao sistema de remuneração para o Conselho de Administração e revê o mesmo regularmente.

Em conformidade com a secção 9 (1) dos estatutos, os membros do Conselho de Fiscalização podem ser eleitos pelo período até à conclusão da assembleia-geral que adota as resoluções relativas à ratificação dos atos de direção para o quarto exercício após o início do mandato. Para a eleição de representantes de acionistas, a assembleia-geral pode determinar que os mandatos de membros individuais podem começar ou terminar em datas diferentes. Nos termos do nº 2 do artigo 4º dos Termos de Referência para o Conselho de Fiscalização, os representantes dos acionistas serão propostos no futuro à Assembleia-Geral para eleição em cada caso apenas por um período máximo de aproximadamente quatro anos, ou seja, até à conclusão da Assembleia-Geral que adote as resoluções relativas à ratificação dos atos de gestão para o terceiro exercício financeiro seguinte ao início do mandato, sendo que não é tomado em consideração o exercício em que se inicia o mandato.

A organização internacional do Conselho de Fiscalização e os respetivos comités, bem como as tarefas e perfis dos membros individuais estão sujeitos a requisitos regulamentares e estatutários específicos que detalham e complementam os regulamentos das leis para empresas relativos ao governo da sociedade. Estes requisitos podem ser encontrados, entre outros, na lei bancária alemã (Kreditwesengesetz), na portaria relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung), nas orientações da Autoridade Bancária Europeia e nas práticas administrativas do Banco Central Europeu como nossa autoridade de supervisão. Em casos individuais, estas contradizem as recomendações do código de governo das sociedades alemão ("Código") e, nesses casos, isto pode resultar numa declaração de exceções na nossa Declaração de Conformidade.

O Conselho de Fiscalização recebe comunicações do Conselho de Administração, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, particularmente em todos os assuntos com relevância para o Grupo relativos à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade. Adicionalmente, a Auditoria do Grupo informa o Comité de Auditoria regularmente e, em caso de deficiências graves sem demora injustificada, de quaisquer deficiências sérias identificadas e de quaisquer deficiências que ainda não foram retificadas. O presidente do Conselho de Fiscalização é informado em conformidade sobre quaisquer conclusões graves contra os membros do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração adotaram um regime de informação que além de especificar o relato ao Conselho de Fiscalização, também regulamenta o relato de consultas e pedidos de informação dos funcionários da empresa ao Conselho de Fiscalização, bem como a troca de informação relacionada com preparação para as reuniões e entre as reuniões.

O presidente do Conselho de Fiscalização desempenha um papel crucial para o correto funcionamento do Conselho de Fiscalização, bem como um papel de liderança no mesmo. Pode emitir diretrizes e princípios internos relativos à organização interna e comunicações do Conselho de Fiscalização, à coordenação do trabalho do Conselho de Fiscalização e à interação do Conselho de Fiscalização com o Conselho de Administração. Entre reuniões, o Presidente do Conselho de Fiscalização e, caso seja oportuno, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização mantêm contacto regular com o Conselho de Administração, especialmente com o presidente do Conselho de Administração, e deliberam com o mesmo sobre questões relativas à estratégia, planeamento, desenvolvimentos comerciais, situação de risco, gestão do risco, controlo do risco, governação, conformidade, serviços de remuneração, TI, dados e digitalização, bem como casos de litígio material do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Fiscalização e, no âmbito da respetiva responsabilidade funcional, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, são informados de forma atempada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo membro do Conselho de Administração respetivamente responsável sobre eventos de importância significativa para a avaliação da situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Administração entra em diálogo com os investidores sobre tópicos relacionados com o Conselho de Fiscalização quando necessário e informa regularmente o Conselho de Fiscalização sobre a substância de tais diálogos.

Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados na secção 13 dos estatutos do Deutsche Bank AG. O Conselho de Fiscalização reúne-se regularmente sem o Conselho de Administração. Após a devida consideração e na medida materialmente apropriada, o Conselho de Fiscalização, ou qualquer um dos respetivos comités, pode, para o desempenho das suas funções, consultar auditores, consultores jurídicos e outros consultores internos ou externos. No desempenho das suas funções, o presidente do Conselho de Fiscalização, os presidentes das comissões permanentes e os membros do Conselho de Fiscalização são apoiados pelo Gabinete do Conselho de Fiscalização, que é independente do Conselho de Administração.

Os deveres, procedimentos e comités do Conselho de Fiscalização encontram-se especificados nos seus termos de referência. A sua versão atual encontra-se disponível no sítio Web do Deutsche Bank ([www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)). O número de reuniões realizadas durante o ano financeiro é indicado no relatório do Conselho de Fiscalização.

## Membros do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é constituído por 20 membros. De acordo com a Lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz), é constituído por um número igual de representantes de acionistas e representantes de funcionários.

A adequação de cada membro individual para desempenhar o seu mandato é avaliada tanto internamente como externamente pelas autoridades reguladoras, determinada e monitorizada continuamente. A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e a disponibilidade de tempo de cada membro individual. Adicionalmente, há uma avaliação do conhecimento, competências e experiência do Conselho de Fiscalização na sua totalidade que são necessários para o desempenho da sua função de controlo. A aprovação na avaliação de adequação e a adequação contínua do membro do Conselho de Fiscalização durante todo o mandato com o Deutsche Bank AG são pré-requisitos regulamentares obrigatórios para o desempenho das suas tarefas.

Os membros que representam os nossos acionistas foram eleitos na Assembleia-Geral realizada a 24 de maio de 2018. À parte disso, o Dr. Paul Achleitner foi eleito pela primeira vez na Assembleia-Geral de 31 de maio de 2012, o Dr. Gerhard Eschelbeck foi eleito na Assembleia-Geral de 18 de maio de 2017 e Sigmar Gabriel, o Dr. Dagmar Valcárcel e o Dr. Theodor Weimer foram eleitos na Assembleia-Geral de 20 de maio de 2020. A eleição dos representantes dos funcionários decorreu em 26 de abril de 2018.

De entre os membros que representam os acionistas, Katherine Garrett-Cox deixou o Conselho de Fiscalização com efeito em 20 de maio de 2020. Stephan Szukalski deixou de ser representante dos trabalhadores no Conselho de Fiscalização em 31 de dezembro de 2020. Pelo período remanescente do seu mandato no Conselho de Fiscalização, é substituído pelo suplente eleito para assumir o seu lugar, Stefan Viertel, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021.

A tabela abaixo apresenta informações acerca dos atuais membros do Conselho de Fiscalização. As informações incluem os anos em que os membros nasceram, as datas em que foram eleitos ou nomeados pela primeira vez, os anos em que os seus mandatos expiram, a sua principal atividade e cargos em conselhos de fiscalização de outras empresas, outros cargos de direção não executiva e outras posições.

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
<b>Dr. Paul Achleitner</b> Ano de nascimento: 1956 Ano de eleição: 31 de maio de 2012 Data de termo do mandato: 2022	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	Bayer AG; Daimler AG (até julho de 2020); Henkel AG & Co. KGaA (membro do Comité de Acionistas)
<b>Ludwig Blomeyer-Bartenstein*</b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023	Porta-voz da direção e Diretor de Mercado da região de Bremen, Deutsche Bank AG	Frowein & Co. Beteiligungs AG; Bürgschaftsbank Bremen GmbH (membro do Conselho de Administração)
<b>Frank Bsirske*</b> Ano de nascimento: 1952 Ano de eleição: 23 de maio de 2013 Data de termo do mandato: 2023	Membro do Conselho de Fiscalização	RWE AG (Vice-Presidente); DB Privat-und Firmen-kundenbank AG (até maio de 2020); Innogy SE (Vice-Presidente)
<b>Mayree Carroll Clark</b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023	Fundadora e Sócia-Gerente, Eachwin Capital	Ally Financial, Inc. (Membro do Conselho de Administração); Taubman Centers, Inc. (Membro do Conselho de Administração) (até dezembro de 2020)
<b>Jan Duscheck*</b> Ano de nascimento: 1984 Nomeado pelo tribunal: 2 de agosto de 2016 Data de termo do mandato: 2023	Diretor do grupo de trabalho nacional Banking, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
<b>Dr. Gerhard Eschelbeck</b> Ano de nascimento: 1965 Ano de eleição: 18 de maio de 2007 Data de termo do mandato: 2022	Diretor de Segurança da Informação, Aurora Innovation, Inc.	Onapsis Inc. (Membro do conselho de Administração); WootCloud Inc. (Membro do Conselho de Administração)
<b>Sigmar Gabriel</b> Ano de nascimento: 1959 Nomeado pelo tribunal: 11 de março de 2020 Data de termo do mandato: 2025	Ex-Ministro Federal	GP Papenburg AG; Siemens Energy AG (desde setembro de 2020)

<p><b>Timo Heider*</b> Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 23 de maio de 2013 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do BHW Bausparkasse AG / Postbank Finanzberatung AG, Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores da PCC Services GmbH der Deutschen Bank; Presidente da Comissão de Trabalhadores da BHW Bausparkasse AG, PCC Services GmbH der Deutschen Bank, Postbank Finanzberatung AG e BHW Holding GmbH; Vice-Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank AG</p>	<p>BHW Bausparkasse AG (Vice-Presidente); PCC Services GmbH der Deutschen Bank (Vice-Presidente); Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG (Vice-Presidente)</p>
<p><b>Martina Klee*</b> Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 29 de Maio de 2008 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Vice-Presidente da Comissão de Trabalhadores do PWCC Center Frankfurt, Deutsche Bank AG</p>	<p>Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank-Gruppe VVaG</p>
<p><b>Henriette Mark*</b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 10 de Junho de 2003 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro da Comissão de Trabalhadores do sul da Baviera; da Comissão Geral de Trabalhadores e da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p><b>Gabriele Platscher*</b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 10 de Junho de 2003 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Presidente da Comissão de Trabalhadores do Niedersachsen Ost, Deutsche Bank</p>	<p>BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (Vice-presidente); BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. (vice-presidente); BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG (vice-presidente)</p>
<p><b>Detlef Polaschek*</b> Ano de nascimento: 1960 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Vice-Presidente do Conselho de Fiscalização; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank Niederrhein e Região do Ruhr, Região Central e Oriental do Deutsche Bank AG</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p><b>Bernd Rose*</b> Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 23 de maio de 2013 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral do Postbank Filialvertrieb AG; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo e da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank</p>	<p>DB Privat- und Firmenkunden AG (até maio de 2020); Postbank Filialvertrieb AG; ver.di Vermögensverwaltungsgesellschaft m.b.H. (Vice-Presidente)</p>
<p><b>Gerd Alexander Schütz</b> Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 18 de maio de 2007 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Presidente do Conselho de Administração, C-QUADRAT Investment AG</p>	<p>cyan AG (Presidente) (desde janeiro de 2021)</p>
<p><b>John Alexander Thain</b> Ano de nascimento: 1955 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro do Conselho de Fiscalização</p>	<p>Uber Technologies Inc. (Membro do Conselho de Administração); Aperture Investors LLC (Membro do Conselho de Administração); Pine Island Capital Partners LLC (Presidente); Pine Island Acquisition Corp. (Presidente do Conselho de Administração) (desde janeiro de 2021)</p>
<p><b>Michele Trogni</b> Ano de nascimento: 1965 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Parceiro operacional da Eldridge Industries LLC</p>	<p>Morneau Shepell Inc. (Membro do Conselho de Administração) (até setembro de 2020); Capital Markets Gateway Inc. (Presidente do Conselho de Administração) (até agosto de 2020); SE2 LLC (Presidente do Conselho); Horizon Acquisition Corporation (Membro do Conselho de Administração) (desde julho de 2020)</p>
<p><b>Dr. Dagmar Valcárcel</b> Ano de nascimento: 1966 Nomeado pelo tribunal: 1 de agosto de 2019 Data de termo do mandato: 2025</p>	<p>Membro do Conselho de Fiscalização</p>	<p>amedes Holding GmbH</p>
<p><b>Stefan Viertel*</b> Ano de nascimento: 1964 Sucessão como membro suplente: 1 de janeiro de 2021** Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Diretor da Institutional Cash Sales &amp; Client Management Hungary, Membro da Comissão Geral de Trabalhadores, Representante da Comissão de Trabalhadores do Corporate Bank e do Investment Bank, Deutsche Bank AG</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p><b>Dr. Theodor Weimer</b> Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 20 de maio de 2020 Data de termo do mandato: 2025</p>	<p>Diretor Geral, Deutsche Börse AG (Bolsa Alemã)</p>	<p>Knorr Bremse AG (desde junho de 2020); FC Bayern München AG (até junho de 2020)</p>

---

Professor Dr. Norbert Winkeljohann	Membro do Conselho de Fiscalização	Bayer AG (Presidente) (desde abril de 2020); Heristo AG (Presidente) (até janeiro de 2021); Georgsmarienhütte Holding GmbH; Sievert AG (Presidente); Bohnenkamp AG (Presidente) (desde abril de 2020)
Ano de nascimento: 1957		
Ano de eleição: 1 de agosto de 2018		
Data de termo do mandato: 2023		

---

\* Representantes dos colaboradores.

\*\* O Sr. Viertel foi membro do Conselho de Fiscalização de 1 de agosto de 2010 a 23 de maio de 2013.

## Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação

O Conselho de Fiscalização determinou objetivos para a sua composição em outubro de 2010 e estes foram revistos conforme especificado de seguida em fevereiro de 2018. Além disso, o Conselho de Fiscalização adotou um perfil de requisitos na sua reunião de 26 de outubro de 2017 e confirmou-o pela última vez, sem alterações, na sua reunião de 30 de outubro de 2020.

O Conselho de Fiscalização tem de ser composto de forma a que todos os seus membros tenham os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das funções que lhes competem e os membros do Conselho de Fiscalização e do Comité de Auditoria têm de estar familiarizados com o setor bancário. Em particular os membros do Conselho de Fiscalização devem ter tempo suficiente para executar os respetivos mandatos. Por um lado, a composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar que o Conselho de Fiscalização está em condições de controlar e aconselhar o Conselho de Administração de um banco internacional amplamente posicionado. Por outro, deve preservar a reputação do Grupo Deutsche Bank. A este respeito, deve ser prestada uma atenção especial à integridade, personalidade, empenho, profissionalismo e independência dos candidatos. O objetivo é que o Conselho de Fiscalização enquanto um todo possua todos os conhecimentos e experiência considerados fundamentais ao mesmo tempo que têm em conta as atividades do Grupo Deutsche Bank.

O Conselho de Fiscalização, como um todo, tem de deter os conhecimentos especializados necessários para monitorizar e aconselhar com eficácia o Conselho de Administração na sua gestão do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank – também no que se refere ao cumprimento dos regulamentos de fiscalização bancária relevantes.

Tal como definido no perfil de requisitos, cada membro do Conselho de Fiscalização tem de ter um conhecimento das áreas de especialização especificadas abaixo apropriado à dimensão e complexidade do Deutsche Bank AG. Os peritos devem ter um vasto conhecimento especializado nas áreas individuais.

As áreas de especialização incluem, em particular, os campos listados abaixo:

- Conhecimentos nas áreas da banca, serviços financeiros, mercados financeiros e setor financeiro, incluindo o mercado nacional e os mercados-chave do banco fora da Europa
- Conhecimento dos clientes relevantes para o banco, das expectativas de mercado e do ambiente operacional
- Gestão do risco (investigação, avaliação, mitigação, gestão e controlo de riscos financeiros e não-financeiros, gestão de capital e liquidez, participações)
- Contabilidade [de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) e o código comercial alemão (HGB)] e auditorias de demonstrações financeiras anuais [especialistas financeiros: estes membros do Conselho de Fiscalização têm de cumprir os requisitos para "especialistas financeiros" tal como definidos pelas regras de implementação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) emitidas nos termos da secção 407 da lei Sarbanes-Oxley de 2002 e da secção 100 da lei alemã relativa às sociedades por ações]
- Responsabilidade corporativa e social, incluindo relato
- Tributação
- Auditoria interna
- Conformidade e controlos internos
- Planeamento estratégico, estratégias de negócio e de risco, bem como a sua implementação
- Digitalização
- Tecnologias da informação (TI), sistemas de TI e segurança de TI
- Quadro regulamentar e requisitos legais, em particular, conhecimento dos sistemas legais relevantes para o banco
- Conhecimento das expectativas sociais, políticas e regulamentares no mercado nacional
- Procedimento de seleção para os membros do órgão de gestão e avaliação da sua adequabilidade
- Cultura corporativa e governação
- Recursos humanos e gestão de pessoal
- Remuneração e sistemas de remuneração (especialista em remuneração)
- Gestão de uma empresa grande, internacional e regulamentada

– Organização interna do banco

Adicionalmente, é necessário ter em atenção as alterações à versão atual do plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, bem como aos requisitos e expectativas das autoridades reguladoras.

Além disso, o Conselho de Fiscalização deve ter o que os seus representantes dos acionistas considerarem ser um número adequado de representantes de acionistas independentes e não deverá ter mais de dois antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Em qualquer caso, o Conselho de Fiscalização deve ser composto, no mínimo, por seis representantes dos acionistas considerados independentes. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem exercer funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestar serviços de consultoria aos mesmos. Conflitos de interesse importantes e não apenas temporários no que respeita a um membro do Conselho de Fiscalização devem conduzir a uma cessação do mandato. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem deter mais do que o número máximo de mandatos do Conselho de Fiscalização permitidos de acordo com o artigo 25.º-D da lei bancária alemã (KWG) ou mandatos em órgãos de fiscalização de empresas com requisitos semelhantes.

Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral Anual que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas às recentes Assembleias-Gerais e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subseqüentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização. Relativamente aos membros do Conselho de Fiscalização a serem eleitos ou nomeados no futuro, o Conselho de Fiscalização decidiu em julho de 2020 que o período de tempo de cada participação no Conselho de Fiscalização não deverá, regra geral, exceder os 12 anos. Caso contrário, o respetivo membro do Conselho de Fiscalização não será considerado independente.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade quando propõe membros para o Conselho de Fiscalização. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais ou vidas privadas de seis membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm vários anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido membros de Conselhos de Administração, CEO ou de terem uma função executiva comparável em empresas ou organizações com operações internacionais. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização acredita que as atividades internacionais da empresa estão devidamente cobertas. O objetivo é manter o atual perfil internacional. Os currículos dos membros do Conselho de Fiscalização estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank ([www.db.com/ir/en/supervisory-board.htm](http://www.db.com/ir/en/supervisory-board.htm)).

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração as recomendações do Comité de Nomeações e os requisitos legais, de acordo com os quais o Conselho de Fiscalização deverá ser composto, pelo menos, por 30% de mulheres e, pelo menos, por 30% de homens. Tem sido prestada atenção especial a uma representatividade adequada de mulheres. no processo de seleção desde as eleições para o Conselho de Fiscalização em 2008. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subseqüentes para vagas no Conselho de Fiscalização, devem ser incluídas mulheres qualificadas no processo. Há muitos anos que o Conselho de Fiscalização é constituído por, pelo menos, 30% de mulheres e, desde 2013, 30% dos representantes de acionistas têm sido mulheres.

O Conselho de Fiscalização considera que tal cumpre os objetivos concretamente especificados relativamente à sua composição e ao perfil de requisitos. Todos os membros do Conselho de Fiscalização devem ter os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das suas funções. A diversidade é devidamente tida em conta. No final do exercício, seis mulheres (30%) e 14 homens eram membros do Conselho de Fiscalização. A quota mínima estatutária de 30% foi, assim, cumprida. Em comparação com o ano anterior, o rácio diminuiu de 35% para 30%, uma vez que, em 2020, Catherine Garrett-Cox deixou o Conselho de Fiscalização e o Dr. Theodor Weimer foi eleito pela Assembleia-Geral. A estrutura etária é diversa, oscilando entre 35 e 67 anos no final do exercício e abrangendo três gerações, de acordo com a definição geral do termo. A duração da experiência como membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank variou entre menos de um ano e cerca de 18 anos no final do exercício. Dois dos 20 membros do Conselho de Fiscalização ingressaram no Conselho de Fiscalização no exercício de 2020. De acordo com os nossos objetivos especificados acima, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm muitos anos de experiência internacional em várias empresas e funções. Além disso, em 1 de janeiro de 2021, o Sr. Viertel tornou-se membro suplente do Conselho de Fiscalização. Além disso, em 1 de janeiro de 2021, o Sr. Viertel tornou-se membro suplente do Conselho de Fiscalização. A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, estudos germânicos, história, ciência política e informática.

O banco relata de forma transparente a diversidade do Conselho de Fiscalização adicionalmente à informação apresentada acima nesta Declaração de Governo da Sociedade, na secção “Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização:



Conselho de Fiscalização", bem como no site do banco: [www.db.com](http://www.db.com) (Rubrica "Relações com os Investidores", "Governo da Sociedade", "Conselho de Fiscalização").

Os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização determinaram que o mesmo dispõe do que consideram ser um número adequado de membros entre os representantes dos acionistas que são independentes do Conselho de Administração e da sociedade. São estes: Dr. Paul Achleitner, Mayree Carroll Clark, Dr. Gerhard Eschelbeck, Sigmar Gabriel, Gerd Alexander Schütz, John Alexander Thain, Michele Trogni, Dr. Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer e Professor Dr. Norbert Winkeljohann.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank tem relações comerciais. As transações comerciais com estas empresas são realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Estas transações, na nossa opinião, não afetam a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

## Comissões Especializadas Permanentes

O Conselho de Fiscalização criou oito comissões especializadas permanentes. Na medida necessária, os comitês coordenam o seu trabalho e consultam-se uns aos outros numa base ad hoc. Os presidentes dos comitês reportam regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comitês. O Relatório do Conselho de Fiscalização do relatório anual de 2020 fornece informações acerca do trabalho específico desenvolvido por estas comissões especializadas no ano transato.

Comité do Presidente: É responsável por, nomeadamente: preparar as reuniões do Conselho de Fiscalização e lidar com o negócio atual entre reuniões do Conselho de Fiscalização; preparar a tomada de decisões do Conselho de Fiscalização sobre a nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações; celebrar, alterar e cessar contratos de emprego e relativos a pensões, tendo em conta a autoridade exclusiva do Conselho de Fiscalização para tomar decisões sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração e tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações; tomar nota e, quando necessário, expressar uma opinião sobre contratos e/ou alterações a contratos para um Gestor Geral (Generalbevollmächtigter) do Deutsche Bank AG designado como membro previsto do Conselho de Administração; lidar com outras atividades contratuais com membros ativos e anteriores do Conselho de Administração nos termos da secção 112 da lei alemã relativa às sociedades por ações; e aprovar mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações. O Comité do Presidente é também responsável por: aprovar o fornecimento de dados internos comerciais relativos a um membro do Conselho de Administração, consultando o presidente do Conselho de Administração e/ou o diretor-adjunto de risco, exceto se existir conflito de interesses; aprovar contratos celebrados com os membros do Conselho de Fiscalização nos termos do artigo 114.º da lei alemã relativa às sociedades por ações; preparar a tomada de decisões do Conselho de Fiscalização em matéria de governo da sociedade, decidir sobre os lugares do Conselho de Fiscalização num ajuste da Declaração de Conformidade anual quanto a circunstâncias efetivas alteradas e verificar a conformidade com a Declaração de Conformidade. As suas tarefas também incluem: tomar notas e, quando necessário, exprimir uma opinião sobre os custos do Conselho de Fiscalização e respetivos comitês de consultas com auditores, especialistas, consultores jurídicos e outros consultores externos; bem como preparar recomendações para decisões do Conselho de Fiscalização sobre levar a cabo queixas por danos ou tomar outras medidas contra membros antigos ou em funções do Conselho de Administração. Conforme e quando necessário, o Comité do Presidente beneficia dos conhecimentos do Presidente do Comité de Integridade.

Os atuais membros do Comité do Presidente são o Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Detlef Polaschek e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann.

Comité de Nomeações: É responsável por, em particular, apoiar o Conselho de Fiscalização na identificação de candidatos para preencher os cargos no Conselho de Administração do banco. Ao executar esta tarefa, o Comité de Nomeações tem em conta o equilíbrio e a diversidade de conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Administração, prepara uma descrição do cargo com um perfil de candidato e indica o compromisso de tempo. O Comité de Nomeações e/ou o Conselho de Fiscalização recebem regularmente relatórios do Conselho de Administração sobre o planeamento interno e o processo do ponto de vista do Conselho de Administração. Além disso, o Comité de Nomeações é responsável, em particular, por elaborar um objetivo para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para atingir este objetivo e a avaliação regular, a ser realizada, pelo menos, uma vez por ano, da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e fazer recomendações sobre esta questão ao Conselho de Fiscalização. Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho de Fiscalização em sessão plenária, o Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização abordaram a avaliação do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, que é exigida pela lei bancária alemã. O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na criação de orientações para a avaliação individual e coletiva das habilitações

profissionais, fiabilidade pessoal e disponibilidade de tempo dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização ("orientação de adequação"), bem como na monitorização da eficácia da orientação de adequação. Adicionalmente, o Comité de Nomeações também apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação regular, a ser realizada, pelo menos, uma vez por ano, dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente na avaliação dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização em todos os outros casos em conformidade com os requisitos da orientação de adequação; e na análise dos princípios para a seleção e nomeação de pessoas para os níveis superiores de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito. Os representantes dos acionistas no Comité de Nomeações preparam as propostas do Conselho de Fiscalização para a eleição ou nomeação dos novos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Neste contexto, têm em conta o perfil de requisitos para o Conselho de Fiscalização, os critérios especificados pelo Conselho de Fiscalização para a sua composição, bem como o equilíbrio e diversidade dos conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Fiscalização, preparar uma descrição do cargo com um perfil de candidato e indicar o compromisso de tempo associado às tarefas.

Os atuais membros do Comité de Nomeações são Mayree Clark (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske, Detlef Polaschek e Professor Dr. Norbert Winkeljohann.

Comité de Auditoria: Apoia o Conselho de Fiscalização, em particular, na monitorização de processos de relato financeiro e enviar recomendações ou sugestões ao Conselho de Fiscalização para garantir a integridade do processo de relato financeiro. Além disso, o Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interno, a auditoria de demonstrações financeiras, especialmente quanto à independência do auditor e aos serviços adicionais prestados pelo auditor e à correção imediata do Conselho de Administração – através de medidas adequadas – de deficiências identificadas pelo auditor e funções de controlo interno do banco com base em auditorias internas e externas, particularmente quanto a debilidades nos controlos de riscos, bem como não conformidade com políticas, leis e requisitos regulamentares. O Comité pode inspecionar todos os documentos de negócios do banco, incluindo as informações de negócios armazenadas em vetores de dados. O Comité de Auditoria pré-analisa as demonstrações financeiras consolidadas e anuais e os relatórios de gestão, bem com o relatório não-financeiro separado e o relatório não-financeiro consolidado separado, caso tenham sido elaborados. Aborda os relatórios de auditoria com o auditor e prepara as decisões do Conselho de Fiscalização sobre o estabelecimento das demonstrações financeiras anuais e a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como a proposta de resolução sobre a apropriação de lucro distribuível. O Comité de Auditoria submete recomendações correspondentes para o Conselho de Fiscalização. Também faculta apoio ao Conselho de Fiscalização relativamente ao envolvimento de garantias externas para a demonstração não-financeira e para a demonstração não-financeira consolidada ou para o relatório não-financeiro separado e o relatório não-financeiro consolidado separado. Aborda alterações importantes aos métodos de auditoria e contabilísticos. O Comité de Auditoria também discute as demonstrações financeiras trimestrais e o relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras trimestrais com o Conselho de Administração e o auditor antes da sua publicação. Além disso, o Comité de Auditoria submete propostas de nomeação do auditor ao Conselho de Fiscalização e prepara a proposta do Conselho de Fiscalização a ser apresentada na Assembleia-Geral de eleição do auditor. O Comité de Auditoria auxilia o Conselho de Fiscalização na emissão do mandato de auditoria para o auditor eleito na Assembleia Geral, apresenta propostas ao Conselho de Fiscalização quanto à remuneração do auditor e pode especificar áreas prioritárias de auditoria. Apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da independência, habilitações e eficiência do auditor, bem como na rotação dos membros da equipa de auditoria. Avalia regularmente a qualidade da auditoria das demonstrações financeiras. Os mandatos para serviços não relacionados com auditoria fornecidos ao auditor ou a empresas com as quais o auditor está relacionado em termos legais, económicos ou de pessoal necessitam do consentimento prévio do Comité de Auditoria (neste âmbito, consulte também a secção Honorários e serviços do auditor externo da presente Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade). O Comité de Auditoria publica orientações de trabalho do pessoal – incluindo antigos trabalhadores – do auditor pela empresa. Providencia os meios necessários para ser informado regularmente sobre o trabalho realizado pela Auditoria de Grupo, sobre a eficácia do sistema de auditoria interno e, particularmente, sobre o plano de auditoria anual das áreas de foco da sua atividade de auditoria e os resultados das suas auditorias. O Comité de Auditoria é responsável, em particular, por receber e processar os relatórios trimestrais, anuais e ad hoc de Auditoria do Grupo. O Conselho de Administração informa o Comité de Auditoria sobre auditorias especiais, reclamações significativas e outras medidas excecionais por parte de autoridades reguladoras da banca alemãs e estrangeiras. O Comité obtém regularmente relatórios sobre a receção e processamento de queixas dos funcionários do banco e respetivas subsidiárias, acionistas do Deutsche Bank AG e terceiros. Particularmente, as queixas relativas a contabilidade, controlos contabilísticos internos, auditoria e outras questões sobre relatórios financeiros têm de ser enviadas ao Comité sem demora injustificada. Os relatórios relacionados com questões de conformidade e a prevenção de branqueamento de capitais são apresentados regularmente nas reuniões do Comité. O Presidente do Comité de Auditoria tem direito, além do Presidente do Conselho de Fiscalização, a receber informações diretamente do Diretor de Conformidade e do Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais. O Comité de Auditoria é responsável por reconhecer as comunicações acerca de reduções significativas nos orçamentos da auditoria do Grupo, bem como nas áreas de infraestrutura de Conformidade e Combate ao Branqueamento de Capitais, e por receber e tratar o relatório de Compliance do Diretor de Compliance, bem como o relatório do Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais, que são emitidos pelo menos uma vez por ano. Além disso, o Comité tem direito a receber, junto do presidente, informações relacionadas com as suas funções do auditor, do Conselho de Administração, do Diretor de auditoria do grupo

e – com o consentimento prévio do Conselho de Administração – dos gestores seniores do banco que reportam diretamente ao Conselho de Administração.

Os atuais membros do Comitê de Auditoria são o Professor Dr. Norbert Winkeljohann (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Henriette Mark, Gabriele Platscher, Detlef Polaschek, Bernd Rose, Dr. Dagmar Valcárcel e Dr. Theodor Weimer.

Comitê de Risco: Aconselha o Conselho de Fiscalização quanto à futura apetência para o risco global e estratégia de risco global e supervisiona a implementação da apetência para o risco e estratégia de risco afirmada pelo nível sénior de direção. Discute e supervisiona as estratégias de gestão de capital e liquidez, bem como para todos os riscos materiais (financeiros e não financeiros) do banco, tais como o crédito, o mercado, a liquidez, o pessoal e os riscos operacionais e de reputação, de modo a garantir que estão em conformidade com a adoção do risco declarado. Na sua avaliação, o Comitê de Risco pondera se os produtos e serviços financeiros relevantes oferecidos pelo banco, bem como as condições no negócio do cliente, estão em conformidade com o modelo de negócio e a estrutura de risco, tendo assim em conta o alinhamento entre os preços atribuídos e os lucros obtidos com estes produtos e serviços.

O comitê avalia o atual perfil de risco do banco, com base em relatórios do Conselho de Administração. Isto inclui a revisão de vários cenários de esforço possíveis e a supervisão dos processos que o Conselho de Administração tem em vigor para promover a adesão do Deutsche Bank AG às políticas e regulamentos de risco aplicáveis. O Comitê de Risco monitoriza ainda os aspetos materiais do processo de classificação e avaliação.

Além disso, o Comitê de Risco supervisiona os relatórios do Conselho de Administração sobre o estado atual da cultura de risco e analisa se os incentivos definidos pelo sistema de remuneração têm em conta a estrutura de risco, capital e estrutura de liquidez do banco, bem como a probabilidade e maturidade dos ganhos, tendo em conta o risco de retenção.

O Comitê de Risco realiza ainda todas as tarefas que lhe são atribuídas por lei ou pelas autoridades reguladoras, que incluem a gestão de determinados empréstimos, incluindo a aquisição de ações noutras empresas, conforme estabelecido na alínea c) do nº 1 do artigo 13º dos estatutos do Deutsche Bank AG, que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização de acordo com a Lei bancária alemã.

O Comitê de Risco determina a natureza, o âmbito, o formato e a frequência da informação que o Conselho de Administração tem de enviar relativamente à estratégia e aos riscos. O Presidente do Comitê de Risco tem direito a obter, com relação às suas atividades, informações diretamente do Conselho de Administração e do Diretor de Auditoria do Grupo. Colabora com outros comitês cujas atividades podem ter impacto na estratégia de risco (por exemplo, Comitês de Auditoria e Controlo de Remunerações) e comunica regularmente com as funções de controlo interno da instituição, em especial a função de gestão do risco.

Os atuais membros do Comitê de Risco são Mayree Carroll Clark (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein, Jan Duscheck, Michele Trogni, Stefan Viertel e Professor Dr. Norbert Winkeljohann.

Comitê de Integridade: Aconselha e monitoriza regularmente o Conselho de Administração nomeadamente se a gestão está empenhada no desenvolvimento sustentável e economicamente sólido da empresa, respeitando os princípios da gestão segura e responsável, cumprindo as responsabilidades sociais da empresa e protegendo os recursos naturais do ambiente [questões sociais, ambientais e de governação (ESG)], e se a gestão empresarial está em linha com estes valores com o objetivo de uma cultura empresarial holística. O Comitê de Integridade monitoriza as medidas do Conselho de Administração que asseguram a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas (controlo preventivo de conformidade), bem como as medidas em caso de incumprimento (gestão das consequências). Analisa regularmente o Código de Conduta e de Ética do Banco, a fim de promover uma conduta por parte dos colaboradores da empresa totalmente exemplar, tanto dentro como fora da empresa e que tal conduta não esteja apenas alinhada à conformidade formal com requisitos estatutários. Apoia, a pedido, o Comitê de Risco na monitorização e análise dos riscos em termos legais e de reputação que são materiais para o banco. Para o efeito, aconselha o Conselho de Administração sobre a forma de promover sensibilidade para a importância de tais riscos (por ex., nos códigos de conduta e ética do Banco). Apoia, a pedido, a preparação das recomendações do Comitê do Presidente para as decisões do Conselho de Fiscalização na interposição de recursos ou tomando outras medidas contra os membros do Conselho de Administração antigos ou atuais, sendo que Presidente discute as recomendações com o Comitê do Presidente. Além disso, o Comitê de Integridade apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização dos casos de litígio associados ao risco mais elevado e outros casos importantes.

Os atuais membros do Comitê de Integridade são o Dagmar Valcárcel (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein, Sigmar Gabriel, Timo Heider e Gabriele Platscher.

Comitê de Controlo de Remunerações: Apoia o Conselho de Fiscalização na adequada estruturação dos sistemas de remuneração para os membros do Conselho de Administração. Monitoriza também a estrutura adequada dos sistemas de remuneração para os membros do Conselho de Administração e funcionários, em particular, a estrutura adequada de remuneração do Diretor de Compliance, do Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais e dos funcionários que têm uma influência

substancial no perfil de risco global do banco. O Comitê de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização do processo para identificar os colaboradores do Grupo que correm riscos, de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV), bem como a estrutura adequada dos sistemas de remuneração para os colaboradores da empresa. O Comitê avalia os efeitos dos sistemas de remuneração na gestão de risco, capital e liquidez, assegurando que os sistemas de remuneração se encontram alinhados com a estratégia de negócios focada no desenvolvimento sustentável do banco, com as estratégias de risco que daí derivam e com as estratégias de remuneração aos níveis da sociedade e do Grupo. Este prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração considerando, em particular, os efeitos das resoluções sobre os riscos da sociedade e a gestão do risco. Os interesses a longo prazo de acionistas, investidores e de outras partes interessadas, bem como o interesse público, também são tidos em conta. Prepara também as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a definição do montante total de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 45.º (2), frase 1, n.º 5a da Lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração o artigo 7.º da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV), e sobre a definição dos parâmetros de remuneração adequados, das metas para as contribuições por desempenho, dos períodos de pagamento e diferimento, bem como as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável. Também verifica regularmente, pelo menos anualmente, se as especificações adotadas ainda são apropriadas. Além disso, verifica (como parte do seu apoio ao Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração aos funcionários) regularmente (pelo menos anualmente) e em particular se o montante total da remuneração variável foi definido em conformidade com a secção 45, n.º 2, frase 1, n.º 5a da lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração a secção 7 da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) e se os princípios especificados para avaliar os parâmetros de remuneração, contribuições pelo desempenho, bem como os períodos de pagamento e diferimento, incluindo as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável, são adequados. Adicionalmente, apoia o Conselho de Fiscalização a monitorizar se os controlos internos e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração. O Comitê está autorizado a obter, através do Presidente, informações relacionadas com as tarefas do Comitê do Diretor de Auditoria Grupo e dos responsáveis pelas unidades organizacionais que lidam com a estruturação dos sistemas de remuneração.

Os atuais membros do Comitê de Controlo de Remunerações são o Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Dr. Gerhard Eschelbeck, Detlef Polaschek, Bernd Rose e Dr. Dagmar Valcárcel.

Comitê de Estratégia: Apoia o Conselho de Fiscalização no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão relacionadas com a estratégia do banco. Aconselha e monitoriza o Conselho de Administração no que diz respeito à definição de estratégias de negócio orientadas para o desenvolvimento sustentável do banco e o estabelecimento de processos para o planeamento, a implementação, a avaliação e o ajustamento da estratégia de negócio. Supervisiona o trabalho do Conselho de Administração da perspetiva estratégica, na direção e desenvolvimento a estratégia do Grupo Deutsche Bank e respetivas divisões, a implementação pelo Conselho de Administração do plano estratégico e o progresso de execução comparativamente a marcos e objetivos estratégicos, bem como a implementação pelo Conselho de Administração de projetos importantes de transformação do negócio e respetiva execução. Aconselha o Conselho de Administração relativamente à governação, apetência pelo risco, planeamento financeiro e de capital, gestão da liquidez e financiamento, ambiente de controlo e recursos que podem apoiar os objetivos estratégicos do banco, e aconselha relativamente à estratégia de alienações, fusões e aquisições, incluindo o acompanhamento do desempenho após a transação, bem como do impacto das alterações no ambiente competitivo. Além disso, o Comitê de Estratégia aconselha o Conselho de Administração na preparação para as reuniões do Conselho de Fiscalização nas quais o plenário do Conselho de Administração aborda a estratégia da empresa e prepara as decisões do Conselho de Fiscalização relativamente a transações sujeitas à sua aprovação em conformidade com a secção 13, n.º 1, alínea b) e n.º 1, alínea d) dos estatutos.

Os atuais membros do Comitê de Estratégia são John Alexander Thain (Presidente), o Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske, Mayree Carroll Clark, Timo Heider, Henriette Mark, Detlef Polaschek e Michele Trogni.

Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação: Apoia o Conselho de Fiscalização no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão relacionadas com o ambiente de inovação, dados e tecnologia do banco. Aconselha e monitoriza continuamente o Conselho de Administração no que diz respeito aos recursos técnicos e organizacionais adequados e à definição de um plano adequado para sistemas de TI, incluindo a sua aplicação com normas estabelecidas a nível geral ao providenciamento dos sistemas de TI e aos processos de TI relacionados. Isto inclui, em particular, a supervisão do trabalho do Conselho de Administração na estratégia de TI e na sua sustentabilidade delineando os objetivos e medidas a adotar para alcançar estes objetivos, a governação de TI, a gestão de segurança da informação, a gestão do acesso de utilizadores, a implementação de projetos de TI importantes e o desenvolvimento de aplicações, o funcionamento de TI, incluindo cópias de segurança dos dados, subcontratação e aquisição de outros serviços de TI externos, governação dos dados e estratégia dos dados, incluindo a sua implementação e quaisquer outros problemas materiais que possam surgir relacionados com os sistemas e serviços de TI ou a qualidade dos dados.

Os atuais membros do Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação são Michele Trogni (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Jan Duscheck, Dr. Gerhard Eschelbeck, Martina Klee e Bernd Rose.

Comité de Mediação: Para além destas oito comissões especializadas permanentes, existe ainda o Comité de Mediação, obrigatório ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração quando o Conselho de Fiscalização não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços relativamente à nomeação ou destituição de um membro. O Comité de Mediação apenas se reúne se for necessário.

Os atuais membros do Comité de Mediação são o Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Detlef Polaschek e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann.

Todos os pormenores que regulam o funcionamento do Comité do Presidente, do Comité de Nomeações, do Comité de Auditoria, do Comité de Risco, do Comité de Integridade, do Comité de Controlo de Remunerações, do Comité de Estratégia e do Comité de Tecnologia, Dados e Inovação constam de Termos de Referência independentes. As versões atuais encontram-se disponíveis no nosso sítio Web, juntamente com os termos de referência para o Conselho de Fiscalização (consulte: [www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)).

## Autoavaliação dos trabalhos do Conselho de Fiscalização e dos seus comités

Em 2020, o Conselho de Fiscalização realizou a autoavaliação do trabalho do Conselho de Fiscalização e dos seus comités, em conformidade com a recomendação do artigo D.13 do código de governo das sociedades alemão. Com base nos requisitos legais para as instituições financeiras nos termos dos pontos 3 e 4 da alínea 2 do nº 11 do artigo 25d da Lei Bancária Alemã (KWG), o Deutsche Bank é obrigado, em qualquer caso, a realizar uma autoavaliação do Conselho de Fiscalização pelo menos anualmente. O Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização abordaram a avaliação prevista na lei em várias reuniões. A implementação concreta e o calendário da avaliação foram decididos e definidos nas reuniões do Comité de Nomeações em 29 de julho de 2020 e 22 de setembro de 2020. Não foram contratados os serviços de qualquer consultor externo neste contexto. A avaliação foi realizada essencialmente com base em questionários exaustivos relativos ao trabalho do Conselho de Fiscalização, dos comités do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, em entrevistas individuais realizadas pelos membros do Comité de Nomeações com os membros do Conselho de Administração e numa avaliação dos membros individuais do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. O debate final da avaliação teve lugar na reunião plenária do Conselho de Fiscalização, em 3 de fevereiro de 2021, e os resultados foram apresentados num relatório final. O Conselho de Fiscalização continua a ser da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração atingiram um padrão elevado e que não existem reservas, em particular, relativamente às habilitações profissionais, fiabilidade pessoal e disponibilidade de tempo dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. Além disso, como um dos resultados da avaliação no contexto dos progressos alcançados pelo banco na sua transformação estratégica, o Conselho de Fiscalização abordará a distribuição de tarefas pelos seus comités.

## Planos de ações

Para obter mais informações sobre os nossos programas de ações para funcionários, consulte a Nota 33 “Benefícios dos colaboradores” adicional nas demonstrações financeiras consolidadas.

## Relato e transparência

### Participação dos Administradores

Conselho de Administração. Para informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Conselho de Fiscalização. Os membros do nosso Conselho de Fiscalização detinham as seguintes ações e prêmios de ações ao abrigo dos nossos planos de oferta de ações a colaboradores.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prêmios em ações
Dr. Paul Achleitner	145.000	0
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	3.694	3.220
Frank Bsirske	0	0
Mayree Carroll Clark	109.444	0
Jan Duscheck	0	0
Dr. Gerhard Eschelbeck	0	0
Sigmar Gabriel	0	0
Timo Heider	0	0
Martina Klee	2.493	0
Henriette Mark	1.524	0
Gabriele Platscher	1.549	10
Detlef Polaschek	655	10
Bernd Rose	0	0
Gerd Alexander Schütz	0	0
John Alexander Thain	100.000	0
Michele Trogni	15.000	0
Dr. Dagmar Valcárcel	0	0
Stefan Viertel	1.007	0
Dr. Theodor Weimer	108.000	0
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	0	0
<b>Total</b>	<b>488.366</b>	<b>3.240</b>

<sup>1</sup> Prêmio restrito em ações. Blomeyer-Bartenstein tem um direito relacionado com 3220 ações através de prêmios restritos em ações como parte da sua remuneração variável. Estas são devidas entre 2021 e 2025.

Os membros do Conselho de Fiscalização detinham 488.366 ações, ascendendo a menos de 0,03% das nossas ações em 19 de fevereiro de 2021.

Conforme listado na coluna "Número de prêmios em ações" no quadro, os membros que são colaboradores do Deutsche Bank detêm prêmios correspondentes concedidos no âmbito do Global Share Purchase Plan, que está programado para lhes serem entregues em 1 de novembro de 2021, bem como prêmios restritos em ações (prêmios de ações diferidas), que são concedidos a colaboradores com remuneração variável diferida. Estes últimos estão marcados separadamente no quadro e todos os detalhes sobre os mesmos enquanto instrumento de remuneração são apresentados na secção "Relatório de remuneração dos colaboradores".

Conforme descrito no "Relatório de gestão: Relatório de remuneração: Sistema de remuneração para membros do Conselho de Fiscalização", 25% da remuneração de cada membro pelos serviços como membro do Conselho de Fiscalização para um dado exercício anterior é, ao invés de ser pago em numerário, convertido em ações teóricas do Deutsche Bank AG em fevereiro do ano seguinte. O valor em numerário das ações teóricas é pago ao membro em fevereiro do exercício seguinte após a sua saída do Conselho de Fiscalização ou da expiração do seu mandato, com base na cotação de mercado da ação do Deutsche Bank próximo da data do pagamento. A tabela na secção especificada acima mostra o número de ações teóricas que serão creditadas na primavera de 2021 aos membros do Conselho de Fiscalização como parte da sua remuneração de 2020.

### Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 36 "Operações com partes relacionadas".

## Auditoria e controlo

### Especialista Financeiro do Comité de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que os seguintes membros do seu Comité de Auditoria são "especialistas financeiros do Comité de Auditoria", conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission), emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002: Dr. Paul Achleitner, Dr. Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer e Professor Dr. Norbert Winkeljohann. Estes especialistas financeiros do Comité de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos. Em conformidade com as disposições das Secções 107 (4) e 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), bem como na Secção 25d (9) da lei bancária alemã (KWG), possuem o conhecimento e competências necessários em contabilidade financeira e auditoria.

### Especialista de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações

Nos termos da Secção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comité de Controlo de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner, Presidente do Comité de Controlo de Remunerações e o Dr. Dagmar Valcárcel preenchem os requisitos da secção 25d (12) da Lei Bancária Alemã (KWG) e, por conseguinte, têm a capacidade e experiência profissional necessárias na gestão do risco e no controlo do risco.

Para obter uma descrição da experiência dos membros do Conselho de Fiscalização referidos nos dois parágrafos acima, consulte o "Relatório de gestão: Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade: Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Fiscalização" do Relatório Anual de 2020.

## Valores e princípios de liderança do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank

### Código de conduta e código de ética para responsáveis financeiros seniores do Grupo Deutsche Bank

O código de conduta do Grupo Deutsche Bank determina a finalidade, os valores e as convicções do Deutsche Bank, bem como os padrões mínimos de conduta que esperamos que todos os membros do nosso Conselho de Administração e colaboradores sigam. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores entre si e com os nossos clientes, concorrentes, parceiros de negócios, autoridades governamentais e regulamentares, e acionistas. Além disso, o Código é a pedra basilar das nossas políticas, que servem de orientação no cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com o artigo 406.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, adotámos um Código de ética para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank com obrigações especiais que se aplicam aos nossos "responsáveis financeiros seniores", que são, neste momento, os presidentes do Conselho de Administração do Deutsche Bank, o diretor financeiro, o controlador do Grupo e outros responsáveis financeiros seniores. Não houve alterações nem renúncias a este Código de ética em 2020.

As versões atuais do código de conduta e do código de ética e para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank: [www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm).

## Governo da Sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank

O Deutsche Bank criou uma função de Governança do Grupo para definir, implementar e monitorizar o quadro de governação corporativo do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank e para desempenhar esta função de governação em todo o Grupo. A função Governança do Grupo aborda questões de governo da sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank, focando-se principalmente em estruturas organizacionais claras, alinhadas com os elementos-chave do bom governo da sociedade.

O Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank estão empenhados em assegurar um enquadramento de governo da sociedade em conformidade com as normas internacionais e disposições estatutárias. Para apoiar este objetivo, o Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank instituíram princípios claros de governo da sociedade.

Todos os detalhes sobre o governo da sociedade estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank ([www.db.com/ir/en/corporate-governance.htm](http://www.db.com/ir/en/corporate-governance.htm)).

## Honorários e serviços do auditor externo

Em conformidade com a lei alemã, o nosso auditor externo é nomeado na Assembleia-Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização prepara essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A Ernst & Young GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY") tornou-se o nosso auditor externo para o exercício de 2020. A KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi o nosso auditor externo para o exercício de 2019.

As tabelas abaixo contêm o total dos honorários cobrados pela KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft para o exercício de 2019 e cobrados pela EY para o exercício de 2020 em cada uma das seguintes categorias: (1) Honorários de auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais ou a serviços que são normalmente prestados pelo auditor associados aos requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios, (2) Honorários relacionados com a auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou ao exame das nossas demonstrações financeiras e que não são registados como honorários de auditoria, (3) Honorários fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal, consultoria e planeamento em matéria fiscal, e (4) Outros honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são honorários de auditoria, honorários relacionados com a auditoria nem honorários fiscais. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

### Honorários cobrados pela EY

Categoria de honorários em milhões de euros	2020	2019
Honorários por serviços de auditoria	53	0
Honorários relacionados com auditoria	5	0
Honorários por serviços de consultoria fiscal	0	0
Todas as outras comissões	0	0
<b>Total de comissões</b>	<b>58</b>	<b>0</b>

### Honorários cobrados pela KPMG AG

Categoria de honorários em milhões de euros	2020	2019
Honorários por serviços de auditoria	0	60
Honorários relacionados com auditoria	0	13
Honorários por serviços de consultoria fiscal	0	4
Todas as outras comissões	0	0
<b>Total de comissões</b>	<b>0</b>	<b>77</b>

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às nossas demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas e não incluem os honorários de auditoria de 2020 do DWS e respectivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.



Nos termos dos regulamentos da SEC, os honorários do auditor externo devem ser apresentadas da seguinte forma: os honorários de auditoria foram de 55 milhões de euros em 2020, em comparação com 62 milhões de euros em 2019, os honorários relacionados com auditoria foram de 3 milhões de euros em 2020, em comparação com 11 milhões de euros em 2019, as comissões com impostos foram de 0 milhões de euros em 2020, em comparação com 4 milhões de euros em 2019, e todas as outras comissões foram de 0 milhões de euros em 2020, em comparação com 0 milhões de euros em 2019. Os honorários de 2020 são pagos à EY em comparação com os honorários de 2019 que foram pagos à KPMG.

As leis e os regulamentos dos Estados Unidos, bem como as nossas próprias políticas, normalmente exigem que todos os serviços contratados ao nosso auditor externo sejam previamente aprovados pelo Comitê de Auditoria ou cumpram as políticas e procedimentos aprovados por este órgão. O Comitê de Auditoria adotou as políticas e os procedimentos seguintes, que devem ser respeitados quando da análise e aprovação dos pedidos de contratação do auditor externo para a prestação de serviços que não de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team). Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do auditor externo, o pedido tem de ser rejeitado. O nosso Comitê de Auditoria aprovou previamente a contratação de um determinado conjunto de serviços de fiabilidade, consultoria financeira e serviços fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não ultrapassem um milhão de euros. Se o pedido de contratação se refere a esses serviços pré-aprovados especificados, pode ser aprovado pela equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team) e, posteriormente, tem de ser reportado ao Comitê de Auditoria. Caso o pedido de contratação não seja relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, tem de ser submetido à apreciação do Comitê de Auditoria. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comitê de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comitê de Auditoria na sua reunião seguinte.

Além disso, os regulamentos e leis dos EUA preveem a dispensa da obrigação de pré-aprovação no que diz respeito a contratações de serviços que não de auditoria que, no total, não representem mais de cinco por cento do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo, caso essas contratações não tenham sido reconhecidas por nós no momento da contratação e tenham sido prontamente levadas à atenção do nosso Comitê de Auditoria ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2019 e 2020, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo pelos serviços que não de auditoria e que estaria sujeita a tal isenção foi inferior a 5%.

# Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

## Declaração nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2020)

Ao atualizar a declaração de conformidade emitida pela última vez em 30 de outubro de 2019, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG aprovaram a seguinte declaração de conformidade em 30 de outubro de 2020.

"O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft declaram nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG):

1. A última declaração de conformidade foi publicada em 30 de outubro de 2019. Desde esse momento que o Deutsche Bank Aktiengesellschaft tem cumprido as recomendações da "comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" na versão do Código com data de 7 de fevereiro de 2017, publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 24 de abril de 2017, com as exceções que se seguem:
  - Relacionadas com o n.º 5.3.3, de acordo com o qual o Conselho de Fiscalização deve formar um Comité de Nomeações composto apenas por representantes dos acionistas. A secção 25 (d) da lei bancária alemã estipula que o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem de assumir novas tarefas que não tenham de ser realizadas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Por este motivo, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft também inclui representantes dos colaboradores. Todavia, garantir-se-á que as recomendações dos candidatos propostos para eleição em Assembleia-Geral serão elaboradas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no comité.
  - Relativamente à frase 6 no n.º 4.2.3 (2), de acordo com a qual o montante da remuneração para os membros do Conselho de Administração tem de ser limitado, tanto no geral como no que diz respeito aos componentes de remuneração variável. Os contratos de trabalho existentes (em conjunto com as condições do plano de capitais) dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank Aktiengesellschaft fornecem um limite (limite máximo) na atribuição da remuneração total e dos respetivos componentes de remuneração variável. Neste contexto, contudo, alguns sustentam que tais limites teriam de ser aplicados não apenas à concessão e atribuição dos componentes de remuneração, mas também ao respetivo pagamento posterior. Apesar de o Deutsche Bank Aktiengesellschaft não considerar convincente esta visão, sustentamos apenas como uma medida cautelar que um limite (limite máximo) não foi definido para o montante de pagamento da remuneração diferida com base em ações e que, por isso, o Deutsche Bank Aktiengesellschaft desviou-se da recomendação na frase 6 do n.º 4.2.3 (2), segundo esta interpretação.
2. Em 16 de dezembro de 2019, a "comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" apresentou uma nova versão do código de governo das sociedades alemão, que entrou em vigor com a sua publicação pelo Ministério Federal da Justiça e da Proteção do Consumidor na secção oficial do Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 20 de março de 2020. A nova versão limita a aplicabilidade das recomendações do código às instituições de crédito e às companhias de seguros, desde que as recomendações lhes sejam aplicáveis em exclusivo e que não existam disposições estatutárias em contrário. O Deutsche Bank Aktiengesellschaft cumpre as recomendações aplicáveis desta nova versão e continuará a cumpri-las no futuro, enquanto que a partir de agora se aplica o seguinte desvio:
  - Relativamente à recomendação G.1, primeiro ponto, que recomenda que o sistema de remuneração do Conselho de Administração defina – nomeadamente – "a forma como a remuneração total visada é determinada para cada membro do Conselho de Administração e o montante que a remuneração total não deve exceder (remuneração máxima)". O sistema de remuneração define uma remuneração máxima, mas esta remuneração máxima não inclui atualmente os custos de serviço relativos às contribuições para a pensão de empresa dos membros do Conselho de Administração. Está previsto o cumprimento da recomendação também a este respeito no futuro.

Frankfurt am Main, em outubro de 2020

Conselho de Administração  
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft

Conselho de Fiscalização  
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft"

## Recomendações inaplicáveis do código devido à precedência das disposições estatutárias

De acordo com a recomendação do artigo F.4 do código de governo das sociedades alemão na versão de 16 de dezembro de 2019, as empresas sujeitas a regulamentos jurídicos especiais devem especificar na Declaração de Governo da Sociedade quais as recomendações do código que não eram aplicáveis devido a cláusulas legais preponderantes.

No que respeita ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft, isto aplica-se atualmente à recomendação do artigo D.5 do código de governo das sociedades alemão, na versão de 16 de dezembro de 2019, que estabelece que o Conselho de Fiscalização deve constituir um Comité de Nomeações composto exclusivamente por representantes dos acionistas.

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, enquanto Instituição de Crédito supervisionada, está sujeito aos regulamentos jurídicos especiais da Lei Bancária Alemã (KWG). O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft deve criar um Comité de Nomeações, de acordo com o nº 11 do artigo 25º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), cuja função é apoiar o Conselho de Fiscalização nas seguintes tarefas:

- Identificar candidatos a preencher uma posição no Conselho de Administração e preparar propostas para a eleição de membros do Conselho de Fiscalização;
- Elaborar um objetivo para promover a representação do gênero subrepresentado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para o conseguir;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e fazer recomendações em relação a isso ao Conselho de Fiscalização;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente; e
- Analisar os princípios do Conselho de Administração para a seleção e nomeação de pessoas para o nível superior de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito.

O Comité de Nomeações a estabelecer em conformidade com a Lei Bancária Alemã (KWG) tem, por conseguinte, numerosas tarefas que vão além da preparação das propostas eleitorais para os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. A exclusão geral dos representantes dos colaboradores do Conselho de Fiscalização da composição num comité só é admissível, de acordo com o parecer prevaemente, se houver uma razão material para tal. Ainda que possa existir uma tal razão material para um comité que apenas lida com a preparação das propostas a apresentar à Assembleia-Geral para a eleição dos representantes dos acionistas, não existe uma justificação para a exclusão dos representantes dos colaboradores para um comité de nomeações com o leque de tarefas que lhe são atribuídas pela Lei Bancária Alemã (KWG). Devido ao leque de tarefas obrigatórias do Comité de Nomeações estipulado pela Lei Bancária Alemã (KWG) e à inadmissibilidade de discriminar representantes dos colaboradores na composição dos comités, a recomendação do artigo D.5 do código de governo das sociedades alemão não é aplicável ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft. Contudo, de modo a ter em conta esta recomendação, o nº 3 do artigo 2.º dos termos de referência do Comité de Nomeações prevê que as propostas de eleição para a Assembleia-Geral sejam elaboradas apenas pelos representantes dos acionistas do Comité de Nomeações.

## Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de gênero

À data desta Declaração de Governo da Sociedade, a percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é de 30%. O mínimo estatutário de 30% nos termos da Secção 96 (2) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) está assim cumprido.

Em 27 de julho de 2017, o Conselho de Fiscalização definiu um objetivo de, pelo menos, 20% de membros do sexo feminino no Conselho de Administração até 30 de junho de 2022. Para um Conselho de Administração com entre oito e 12 membros, isto corresponde a duas mulheres. Quando a decisão foi tomada, duas mulheres eram membros do Conselho de Administração. No final do exercício e à data da presente declaração, há uma mulher membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, Christiana Riley.

A 16 de setembro de 2015, o Conselho de Administração estabeleceu objetivos para a percentagem de mulheres de 20% para o primeiro nível de gestão e de 25% para o segundo nível de gestão. Estes devem ser alcançados até 31 de dezembro

de 2020 (quando a decisão foi tomada, a percentagem de mulheres no primeiro nível era de 14% e de 18% no segundo nível de gestão).

A população do primeiro nível de gestão abrange os diretores executivos e os diretores que reportam diretamente ao Conselho de Administração e aos gestores com responsabilidades comparáveis. A população do segundo nível de gestão abrange os diretores executivos e os diretores que reportam ao primeiro nível de gestão.

#### Implementar a legislação relativa à quota de género alemã no Deutsche Bank AG

em % (exceto se indicado em contrário)	Estado em 31 dez. 2019	Estado em 31 dez. 2020	Objetivo para 31 dez. 2020	Objetivo para 30 jun. 2022
Mulheres no Conselho de Fiscalização	35,0%	30,0%	30,0% <sup>1</sup>	-
Mulheres no Conselho de Administração	0,0%	10,0%	-	20,0% <sup>2</sup>
Primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração	19,7%	20,0%	20,0%	-
Segundo nível de gestão abaixo do Conselho de Administração	19,5%	23,9%	25,0%	-

<sup>1</sup> Requisito legal.

<sup>2</sup> Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres.

Em 31 de dezembro de 2020, a proporção de mulheres é de 20% no primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração e de 23,9% no segundo nível de gestão abaixo do Conselho de Administração. Os níveis visados em 31 de dezembro de 2020 só foram atingidos parcialmente. As razões são as seguintes:

As condições-chave mudaram desde que o objetivo foi definido em setembro de 2015 para a percentagem de mulheres nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração. Estas alterações incluem o programa de transformação do banco aprovado em julho de 2019, bem como as nossas decisões relativas à IPO da DWS e à fusão do DB Privat-und Firmenkundenbank AG no Deutsche Bank AG. Adicionalmente, o nosso programa de redução de custos extensivo impôs restrições à contratação e nomeações nestes dois níveis. Na verdade, o número de colaboradores já relativamente reduzido nos dois níveis a seguir ao Conselho de Administração diminuiu ainda mais no período desde setembro de 2015, cerca de 36%. Pequenas variações nos números absolutos conduziram a flutuações relativamente elevadas em termos de percentagens. Não obstante, mantivemos o nosso objetivo e continuamos focados em aumentar a percentagem de mulheres em posições de gestão. No âmbito deste enquadramento, as nossas decisões sobre promoções e nomeações estão em consonância, em particular, com a adequação dos candidatos aos respetivos cargos, o desempenho demonstrado e o potencial futuro.

Em consonância com o nosso conceito de diversidade básica, também levamos em conta os conhecimentos e as competências necessárias para o correto desempenho das tarefas e a experiência necessária dos colaboradores para a composição dos dois níveis abaixo do Conselho de administração.

De acordo com as condições de enquadramento legal e com base no nosso próprio entendimento de maior diversidade e inclusão, o Conselho de Administração, ao longo do ano 2021, estabelecerá novas metas para a percentagem de mulheres nos dois níveis superiores de direção abaixo do Conselho de Administração.

## Conceito de diversidade

Enquanto parte integral da nossa estratégia como banco líder na Europa com um alcance global e um sólido mercado nacional na Alemanha, a Diversidade é um fator decisivo para o nosso sucesso. A Diversidade e inclusão ajudam o Deutsche Bank a formar relações sustentáveis com os nossos clientes e parceiros e a participar nas sociedades onde praticamos a nossa atividade.

A idade, o género e o histórico educativo e profissional sempre foram considerados aspetos-chave do nosso entendimento mais abrangente de Diversidade no Deutsche Bank.

Estamos convictos de que a Diversidade e inclusão estimulam a inovação, por exemplo, e nos ajudam a tomar decisões mais equilibradas e, assim, desempenham um papel decisivo no sucesso do Deutsche Bank. Assim, a diversidade e inclusão são componentes fundamentais dos valores e convicções do banco e do respetivo Código de Conduta.

O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração empenham-se e devem ser um modelo a seguir pelo banco no que se refere à diversidade e inclusão. Em conformidade com os nossos valores e convicções especificados acima, a diversidade na composição do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração também facilita o correto desempenho das tarefas e deveres que lhes são atribuídos por lei, pelos Estatutos e pelos termos de referência.

Com base no entendimento do Deutsche Bank de Diversidade e inclusão, os valores e convicções e as medidas descritas a seguir para a sua implementação também são aplicáveis – na medida legalmente permitida – ao Conselho de Fiscalização e ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. O Conselho de Fiscalização tem em atenção a diversidade na empresa, nomeadamente, ao preencher vagas no Conselho de Administração e no Conselho de Fiscalização.

Em 30 de outubro de 2020, o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG atualizou a orientação de adequação para a seleção de membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, a qual também contém princípios de diversidade. A orientação de adequação implementa as "orientações relativas à avaliação da adequação dos membros do Conselho de Administração e titulares de funções-chave" publicadas conjuntamente pela Autoridade Bancária Europeia e pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados.

## Conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização

O conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização e a sua implementação são descritos acima na seção "Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação".

## Conceito de diversidade e planejamento de sucessões para o Conselho de Administração

Através da composição do Conselho de Administração, é necessário assegurar que os membros têm, sempre, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar adequadamente as suas tarefas. Em conformidade, ao selecionar os membros para o Conselho de Administração, é necessário assegurar que coletivamente têm conhecimentos especializados e diversidade suficiente no âmbito dos nossos objetivos acima indicados. Além disso, o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração devem assegurar o planejamento da sucessão a longo prazo.

Por resolução do Conselho de Fiscalização, o Conselho de Administração deve ser composto por, pelo menos, 20% de mulheres até 30 de junho de 2022. Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres.

Em geral, um membro do Conselho de Administração não deverá, no final do seu mandato, ter idade superior à idade normal de reforma, de acordo com as regras do regime de seguro de pensão obrigatório aplicável na Alemanha para o segurado de longa duração requerer uma pensão de reforma antecipada, que atualmente estipulam a idade de 65 anos.

## Implementação

De acordo com a legislação, os Estatutos e os Termos de referência, o Conselho de Fiscalização adotou perfis de candidatos para os membros do Conselho de Administração, com base numa proposta do Comité de Nomeações. Estes perfis têm em consideração uma "Matriz de conhecimentos especializados e competências" que especifica, entre outros, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar as tarefas de membro do Conselho de Administração, a fim de desenvolver e implementar com sucesso a estratégia do banco no respetivo mercado ou na respetiva divisão e enquanto órgão de gestão coletivamente. O Conselho de Administração analisa planos de sucessão para posições do Conselho de Administração, tanto a nível individual como coletivo. Os planos de sucessões são revistos e os candidatos à sucessão são discutidos em pormenor com base no potencial, liderança, aptidão e idoneidade. Uma vez que a diversidade de género é um aspeto fundamental para o Deutsche Bank, no que respeita à sucessão, são aplicadas métricas e análises de dados para apoiar este processo. Após aprovação pelo Conselho de Administração, estes planos são apresentados ao Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização para análise e aprovação.

Na identificação de candidatos para preencher uma vaga no Conselho de Administração do banco, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem em consideração o equilíbrio de diversidade apropriado de todos os membros do Conselho de Administração coletivamente. Além disso, também tem em consideração os objetivos definidos pelo Conselho de Fiscalização em conformidade com os requisitos estatutários para a percentagem de mulheres no Conselho de Administração.

O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Administração coletivamente.

## Resultados alcançados no exercício financeiro de 2020

No final do exercício, o Conselho de Administração era composto por uma mulher (10%) e nove homens. Por conseguinte, o objetivo de 20% dos membros ou duas mulheres traçado para 30 de junho de 2022 para o Conselho de Administração ainda não foi cumprido. A partir da data desta declaração de governação da sociedade, o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG incluía uma mulher e nove homens.

A estrutura etária é diversificada, variando entre os 42 e os 55 anos de idade a partir da data da presente declaração de governo da sociedade. À data da declaração de governação da sociedade, a duração da experiência enquanto membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank oscilava entre um ano e cerca de oito anos.

Também tendo em mente a nossa estratégia de sermos um banco líder na Europa com um alcance global e um mercado nacional sólido na Alemanha, sete dos dez membros do Conselho de Administração têm um histórico alemão, à data da presente declaração de governação da sociedade. Os outros membros do Conselho de Administração provêm da Itália, do Reino Unido e dos EUA. No entanto, a diversidade étnica do Conselho de Administração, atualmente, não reflete toda a diversidade dos mercados onde praticamos a nossa atividade ou a diversidade dos nossos colaboradores.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, direito, linguística e engenharia.

O banco relata de forma transparente a diversidade do Conselho de Administração adicionalmente à informação apresentada acima neste Relatório de Governo da Sociedade na secção "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização:

Conselho de Administração" bem como no sítio Web do banco: [www.db.com](http://www.db.com) (Título "Governo da sociedade", "Conselho de Administração").

4-

## Informações adicionais (não-auditadas)

464	Medidas financeiras não-GAAP
473	Declaração de aval
474	Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
475	Impressão/Publicações

## Medidas financeiras não-GAAP

Este documento e outros documentos que o Grupo publicou ou poderá vir a publicar contêm medidas financeiras não-GAAP. As medidas financeiras não-GAAP são medidas do desempenho histórico ou futuro do Grupo, da nossa posição financeira ou dos fluxos de caixa, que contêm ajustamentos que excluem ou incluem montantes incluídos ou excluídos, conforme o caso, da medida mais diretamente comparável calculada e apresentada em conformidade com as IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo.

## Rácios de rentabilidade do capital próprio

O Grupo comunica uma rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, sendo que cada um corresponde a uma medida financeira não-GAAP.

As rentabilidades após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível são calculadas como lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após os cupões AT1 como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio tangível dos acionistas, respetivamente.

Os lucros (perdas) atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank após os cupões AT1 para os segmentos são uma medida financeira não-GAAP e são definidos como lucros (perdas) excluindo os lucros (perdas) após impostos atribuíveis a participações minoritárias e após os cupões AT1, que são atribuídos a segmentos com base no capital próprio dos acionistas médio tangível atribuível dos acionistas. Para o Grupo, reflete a taxa efetiva de imposto relatada, que foi de 39% no exercício de 2020, (100)% para 2019 e 74% para 2018. Para os segmentos, a taxa de imposto aplicada foi de 28% para todos os períodos comunicados em 2020, 2019 e 2018.

A nível do Grupo, o capital próprio dos acionistas tangível é o capital próprio dos acionistas conforme apresentado no balanço consolidado, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis. O capital próprio tangível dos acionistas para os segmentos é calculado deduzindo o goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas como atribuído aos segmentos. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são apresentados sob a forma de média.

O Grupo acredita que a apresentação do capital próprio médio dos acionistas tangível facilita as comparações com os seus concorrentes e faz referência a esta medida nos rácios de rentabilidade do capital próprio apresentados pelo Grupo. Contudo, o capital próprio médio dos acionistas tangível não é uma medida prevista nas IFRS e não se deve comparar os rácios do Grupo baseados nesta medida com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

A conciliação dos rácios supramencionados encontra-se na tabela abaixo:

	2020						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	561	3.171	(124)	544	(2.201)	(930)	1.021
Lucros (prejuízos)	404	2.283	(89)	391	(1.584)	(781)	624
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	129	129
<b>Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais</b>	<b>404</b>	<b>2.283</b>	<b>(89)</b>	<b>391</b>	<b>(1.584)</b>	<b>(910)</b>	<b>495</b>
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	72	169	79	14	48	0	382
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	332	2.114	(168)	378	(1.632)	(910)	113
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.904	22.943	11.521	4.760	6.205	0	55.332
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis <sup>1</sup>	602	1.134	1.255	2.993	143	0	6.127
<b>Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído</b>	<b>9.302</b>	<b>21.809</b>	<b>10.266</b>	<b>1.767</b>	<b>6.062</b>	<b>0</b>	<b>49.205</b>
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	3,3%	9,2%	(1,5)%	7,9%	(26,3)%	N/S	0,2%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	3,6%	9,7%	(1,6)%	21,4%	(26,9)%	N/S	0,2%

<sup>1</sup> Goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a ação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018.



	2019						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	92	502	(279)	468	(3.170)	(247)	(2.634)
Lucros (prejuízos)	66	361	(201)	337	(2.283)	(3.546)	(5.265)
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	125	125
<b>Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais</b>	<b>66</b>	<b>361</b>	<b>(201)</b>	<b>337</b>	<b>(2.283)</b>	<b>(3.670)</b>	<b>(5.390)</b>
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	60	132	62	11	63	0	328
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	6	229	(263)	326	(2.346)	(3.670)	(5.718)
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.464	23.052	11.729	4.821	10.105	0	60.170
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis <sup>1</sup>	780	1.824	1.731	3.032	160	0	7.528
<b>Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído</b>	<b>9.684</b>	<b>21.227</b>	<b>9.998</b>	<b>1.789</b>	<b>9.945</b>	<b>0</b>	<b>52.643</b>
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	0,1%	1,0%	(2,2)%	6,8%	(23,2)%	N/S	(9,5)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	0,1%	1,1%	(2,6)%	18,2%	(23,6)%	N/S	(10,9)%

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a ação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

	2018						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.254	958	616	368	(1.404)	(461)	1.330
Lucros (prejuízos)	903	690	443	265	(1.011)	(949)	341
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	75	75
<b>Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais</b>	<b>903</b>	<b>690</b>	<b>443</b>	<b>265</b>	<b>(1.011)</b>	<b>(1.023)</b>	<b>267</b>
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	61	134	63	8	54	0	319
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	842	556	380	258	(1.065)	(1.023)	(52)
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.927	22.629	12.397	4.837	11.704	115	62.610
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis <sup>1</sup>	1.029	2.086	2.035	3.024	199	14	8.386
<b>Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído</b>	<b>9.898</b>	<b>20.542</b>	<b>10.363</b>	<b>1.814</b>	<b>11.505</b>	<b>101</b>	<b>54.224</b>
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	7,7%	2,5%	3,1%	5,3%	(9,1)%	N/S	(0,1)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	8,5%	2,7%	3,7%	14,2%	(9,3)%	N/S	(0,1)%

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

<sup>1</sup> Goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a ação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

## Core Bank

O Core Bank representa o Grupo, excluindo a Unidade de Libertação de Capital (CRU).

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	3.221	536	2.735
Lucros (prejuízos)	2.208	(2.982)	1.352
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	129	125	75
<b>Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais</b>	<b>2.079</b>	<b>(3.107)</b>	<b>1.278</b>
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	334	266	266
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	1.746	(3.372)	1.012
Capital próprio médio dos acionistas alocado	49.127	50.065	50.905
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis	5.984	7.368	8.187
<b>Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído</b>	<b>43.143</b>	<b>42.698</b>	<b>42.718</b>
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	3,6%	(6,7)%	2,0%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	4,0%	(7,9)%	2,4%

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos - Grupo</b>	<b>1.021</b>	<b>(2.634)</b>	<b>1.330</b>
Lucros (prejuízos) antes dos impostos - CRU	(2.201)	(3.170)	(1.404)
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos - Core Bank</b>	<b>3.221</b>	<b>536</b>	<b>2.735</b>
Rubricas de receitas específicas	(38)	(108)	(691)
Encargos de transformação	328	635	0
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	0	1.037	0
Reestruturação e indenizações	671	649	494
<b>Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos - Core Bank</b>	<b>4.182</b>	<b>2.749</b>	<b>2.537</b>

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

## Encargos de transformação

Os encargos de transformação são custos, incluídos em custos ajustados, diretamente relacionados com a transformação do Deutsche Bank em resultado da estratégia anunciada em 7 de julho de 2019 e com determinados custos relacionados com decisões incrementais ou aceleradas motivadas pelas alterações nas nossas operações esperadas devido à pandemia COVID-19. Tais encargos incluem a imparidade relacionada com a transformação de software e imóveis, a amortização acelerada de software e outros encargos de transformação, como cláusulas de contratos onerosas ou honorários legais e de consultoria relacionadas com a execução da estratégia. O quadro representa os encargos de transformação por categoria de custos.

em milhões de euros	2020	2019
Remunerações e benefícios	8	0
Despesas de TI	257	977
Taxas de serviços profissionais	18	12
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	196	137
Comunicação, serviços de dados, marketing	7	0
Outros	4	18
<b>Encargos de transformação</b>	<b>490</b>	<b>1.145</b>

## Custos ajustados

Os custos ajustados são um dos indicadores-chave de desempenho e são uma medida financeira não-GAAP para a qual a medida financeira das IFRS mais diretamente comparável são os gastos operacionais. Os custos ajustados são calculados através da dedução (i) da imparidade do goodwill e de outros ativos intangíveis, (ii) de encargos líquidos com litígios, e (iii) reestruturação e separação de gastos operacionais (excl. juros), ao abrigo das IFRS. O Grupo acredita que a apresentação de gastos operacionais (excl. juros) excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos nossos negócios operacionais. Para mostrar o desenvolvimento das nossas iniciativas de custos, excluindo os custos que estão diretamente relacionados com a transformação do Deutsche Bank em resultado da estratégia

anunciada em 7 de julho de 2019, o Grupo também apresenta os custos ajustados excluindo os encargos de transformação, em que os encargos de transformação acima descritos são deduzidos dos custos ajustados.

Além disso, o BNP Paribas e o Deutsche Bank assinaram um acordo-quadro de transação para dar continuidade ao serviço aos clientes de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank continuará a operar a plataforma até que os clientes possam migrar para o BNP Paribas, e o BNP Paribas reembolsa o Deutsche Bank pelas despesas elegíveis com a atividade transferida. Para mostrar o desenvolvimento das nossas iniciativas de custos excluindo não só encargos de transformação, mas também estas despesas reembolsáveis elegíveis, o Grupo apresenta também custos ajustados, excluindo encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance.

							2020
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>	<b>4.218</b>	<b>5.413</b>	<b>7.539</b>	<b>1.527</b>	<b>1.947</b>	<b>572</b>	<b>21.216</b>
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Encargos com litígios, valor líquido	99	20	83	(1)	25	(67)	158
Reestruturação e indenização	78	26	520	37	17	10	688
<b>Custos ajustados</b>	<b>4.041</b>	<b>5.368</b>	<b>6.936</b>	<b>1.490</b>	<b>1.906</b>	<b>629</b>	<b>20.370</b>
Encargos de transformação	59	84	122	5	162	58	490
<b>Custos ajustados ex. encargos de transformação</b>	<b>3.982</b>	<b>5.284</b>	<b>6.813</b>	<b>1.485</b>	<b>1.744</b>	<b>571</b>	<b>19.880</b>
Despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance							360
<b>Custos ajustados ex. encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance</b>							<b>19.520</b>

							2019
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>	<b>4.867</b>	<b>6.389</b>	<b>8.142</b>	<b>1.711</b>	<b>3.400</b>	<b>566</b>	<b>25.076</b>
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Encargos com litígios, valor líquido	(4)	135	(21)	(5)	129	238	473
Reestruturação e indenização	150	218	156	41	157	83	805
<b>Custos ajustados</b>	<b>4.229</b>	<b>6.035</b>	<b>7.462</b>	<b>1.675</b>	<b>3.115</b>	<b>245</b>	<b>22.761</b>
Encargos de transformação	160	211	190	30	510	43	1145
<b>Custos ajustados ex. encargos de transformação</b>	<b>4.069</b>	<b>5.824</b>	<b>7.272</b>	<b>1.644</b>	<b>2.605</b>	<b>202</b>	<b>21.616</b>
Despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance							102
<b>Custos ajustados ex. encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance</b>							<b>21.514</b>

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

	2018						
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>	<b>3.882</b>	<b>6.509</b>	<b>7.556</b>	<b>1.735</b>	<b>3.351</b>	<b>428</b>	<b>23.461</b>
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Encargos com litígios, valor líquido	34	96	(80)	33	(47)	52	88
Reestruturação e indemnização	45	232	112	45	69	60	563
<b>Custos ajustados</b>	<b>3.802</b>	<b>6.181</b>	<b>7.524</b>	<b>1.657</b>	<b>3.329</b>	<b>317</b>	<b>22.810</b>
Encargos de transformação	0	0	0	0	0	0	0
<b>Custos ajustados ex. encargos de transformação</b>	<b>3.802</b>	<b>6.181</b>	<b>7.524</b>	<b>1.657</b>	<b>3.329</b>	<b>317</b>	<b>22.810</b>
Despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance							0
<b>Custos ajustados ex. encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance</b>							<b>22.810</b>

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

## Receitas excluindo rubricas específicas

As receitas excluindo rubricas específicas são um indicador de desempenho que é uma medida financeira não-GAAP mais diretamente comparável às receitas líquidas da medida financeira das IFRS. As receitas excluindo rubricas específicas são calculadas ajustando as receitas líquidas nos termos das IFRS para rubricas de receitas específicas que, em geral, não se enquadram na natureza ou no âmbito de atividade habituais e que são suscetíveis de falsear uma avaliação exata do desempenho operacional das divisões. Os elementos excluídos são o ajustamento da avaliação de dívida (AAD) e transações ou eventos significativos que sejam de natureza única ou pertençam a uma carteira de transações ou eventos relacionados, em que o impacto P&L se limite a um período específico de tempo. O Grupo acredita que a apresentação de receitas líquidas, excluindo o impacto destas rubricas, proporciona uma descrição mais significativa das receitas associadas aos nossos negócios.

	2020						
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Proveitos</b>	<b>5.145</b>	<b>9.283</b>	<b>8.126</b>	<b>2.229</b>	<b>(225)</b>	<b>(530)</b>	<b>24.028</b>
AAD	0	6	0	0	(8)	0	(2)
Venda de sistemas PB à TCS	(16)	0	(88)	0	0	0	(104)
Alteração da avaliação de um investimento							
- FIC S&T	0	22	0	0	0	0	22
Ganho na venda							
- Global Transaction Banking	0	0	0	0	0	0	0
Ganho com a venda de bens imóveis							
- Private Bank Alemanha	0	0	0	0	0	0	0
Ganhos com a venda de imóveis - IPB / Sal. Oppenheim	0	0	0	0	0	0	0
Sal. Negociação de Oppenheim - International Private Bank (IPB)	0	0	114	0	0	0	114
Atualização na metodologia de avaliação - CRU	0	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	(16)	28	26	0	(8)	0	30
<b>Receitas excluindo rubricas específicas</b>	<b>5.161</b>	<b>9.255</b>	<b>8.100</b>	<b>2.229</b>	<b>(217)</b>	<b>(530)</b>	<b>23.998</b>

							2019
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Proveitos</b>	<b>5.244</b>	<b>7.019</b>	<b>8.206</b>	<b>2.332</b>	<b>217</b>	<b>147</b>	<b>23.165</b>
AAD	0	(140)	0	0	(35)	0	(175)
Venda de sistemas PB à TCS	0	0	0	0	0	0	0
Alteração da avaliação de um investimento							
- FIC S&T	0	143	0	0	0	0	143
Ganho na venda							
- Global Transaction Banking	0	0	0	0	0	0	0
Ganho com a venda de bens imóveis							
- Private Bank Alemanha	0	0	0	0	0	0	0
Ganhos com a venda de imóveis - IPB / Sal. Oppenheim	0	0	0	0	0	0	0
Sal. Negociação de Oppenheim - International Private Bank (IPB)	0	0	105	0	0	0	105
Atualização na metodologia de avaliação – CRU	0	0	0	0	(81)	0	(81)
Total de rubricas de receitas específicas	0	3	105	0	(116)	0	(8)
<b>Receitas excluindo rubricas específicas</b>	<b>5.244</b>	<b>7.016</b>	<b>8.101</b>	<b>2.332</b>	<b>332</b>	<b>147</b>	<b>23.173</b>

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

							2018
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Proveitos</b>	<b>5.278</b>	<b>7.561</b>	<b>8.520</b>	<b>2.187</b>	<b>1.911</b>	<b>(142)</b>	<b>25.316</b>
AAD	0	126	0	0	0	0	126
Venda de sistemas PB à TCS	0	0	0	0	0	0	0
Alteração da avaliação de um investimento							
- FIC S&T	0	140	0	0	0	0	140
Ganho na venda							
- Global Transaction Banking	57	0	0	0	0	0	57
Cessação do título fiduciário preferencial antigo							
- Private Bank Alemanha	0	0	0	0	0	0	0
Ganhos com a venda de ativos							
- Private Bank Alemanha	0	0	156	0	0	0	156
Ganhos com a venda de imóveis - IPB / Sal. Oppenheim	0	0	40	0	0	0	40
Sal. Negociação de Oppenheim - International Private Bank (IPB)	0	0	172	0	0	0	172
Atualização na metodologia de avaliação – CRU	0	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	57	266	368	0	0	0	691
<b>Receitas excluindo rubricas específicas</b>	<b>5.221</b>	<b>7.295</b>	<b>8.153</b>	<b>2.187</b>	<b>1.911</b>	<b>(142)</b>	<b>24.625</b>

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

## Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos

Os lucros (perdas) ajustados antes dos impostos são calculados ajustando os lucros (prejuízos) antes dos impostos nos termos das IFRS para rubricas de receitas específicas, encargos de transformação, imparidades do goodwill e outros ativos intangíveis, bem como as despesas de reestruturação e de indenizações. O Grupo acredita que a apresentação de lucros (perdas) antes dos impostos, excluindo o impacto das rubricas acima proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos nossos negócios operacionais.

							2020
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>561</b>	<b>3.171</b>	<b>(124)</b>	<b>544</b>	<b>(2.201)</b>	<b>(930)</b>	<b>1.021</b>
Rubricas de receitas específicas	16	(28)	(26)	0	8	0	(30)
Encargos de transformação	59	84	122	5	162	58	490
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Reestruturação e indemnizações	78	26	520	37	17	10	688
<b>Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos</b>	<b>714</b>	<b>3.252</b>	<b>493</b>	<b>586</b>	<b>(2.014)</b>	<b>(862)</b>	<b>2.169</b>

							2019
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>92</b>	<b>502</b>	<b>(279)</b>	<b>468</b>	<b>(3.170)</b>	<b>(247)</b>	<b>(2.634)</b>
Rubricas de receitas específicas	0	(3)	(105)	0	116	0	8
Encargos de transformação	160	211	190	30	510	43	1.145
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Reestruturação e indemnizações	150	218	156	41	157	83	805
<b>Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos</b>	<b>894</b>	<b>929</b>	<b>507</b>	<b>539</b>	<b>(2.388)</b>	<b>(121)</b>	<b>361</b>

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

							2018
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>1.254</b>	<b>958</b>	<b>616</b>	<b>368</b>	<b>(1.404)</b>	<b>(461)</b>	<b>1.330</b>
Rubricas de receitas específicas	(57)	(266)	(368)	0	0	0	(691)
Encargos de transformação	0	0	0	0	0	0	0
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Reestruturação e indemnizações	45	232	112	45	69	60	563
<b>Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos</b>	<b>1.242</b>	<b>924</b>	<b>360</b>	<b>413</b>	<b>(1.335)</b>	<b>(402)</b>	<b>1.202</b>

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

## Ativos líquidos (ajustados)

Os ativos líquidos (ajustados) são definidos como ativos totais IFRS ajustados de modo a refletir o reconhecimento dos acordos jurídicos de compensação, a liquidação de garantias em numerário recebidas e pagas e a compensação dos saldos de liquidações pendentes. O Grupo considera que a apresentação dos ativos líquidos (ajustados) torna mais fácil a comparação com os seus concorrentes.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018
<b>Total do ativo</b>	<b>1.325</b>	<b>1.298</b>	<b>1.348</b>
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de instrumentos derivados (incl. derivados de cobertura)	266	266	253
Deduzir: Garantia em numerário de derivados recebida / paga	83	74	68
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de transações de financiamento de títulos	1	1	1
Deduzir: Compensação de liquidações pendentes	12	10	18
<b>Ativos líquidos</b>	<b>963</b>	<b>946</b>	<b>1.010</b>

## Valor contabilístico e valor contabilístico tangível por ação básica em circulação

O valor contabilístico por ação básica em circulação e o valor contabilístico tangível por ação básica em circulação são medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas pelos investidores e analistas da indústria que nelas confiam como indicadores de adequação do capital. O valor contabilístico por ação básica em circulação representa o total do capital acionista

do banco dividido pelo número de ações básicas em circulação no final do período. O valor contabilístico tangível representa o total do capital acionista do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis. O valor contabilístico tangível por ação básica em circulação é calculado dividindo o valor contabilístico tangível pelas ações básicas em circulação no final do período.

#### Valor contabilístico tangível

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Total do capital acionista (valor contabilístico)</b>	<b>54.786</b>	55.857	62.495	(1.071)	(2)	(6.638)	(11)
Goodwill e outros ativos intangíveis <sup>1</sup>	(5.997)	(6.254)	(8.372)	257	(4)	2.119	(25)
<b>Capital próprio dos acionistas tangível (valor contabilístico tangível)</b>	<b>48.789</b>	49.603	54.122	(815)	(2)	(4.519)	(8)

<sup>1</sup> Exclui goodwill e outros ativos intangíveis atribuíveis à venda parcial da DWS.

#### Ações básicas em circulação

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2020	2019	2018	Aumento (diminuição) em 2020 relativamente a 2019		Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Número de ações</b>	<b>2.066,8</b>	2.066,8	2.066,8	0	0	0	0
Ações em circulação:							
Ações em tesouraria	(1,3)	(0,7)	(1,3)	(0,6)	94,0	0,7	(50,0)
Prêmios em ações com direitos adquiridos	38,6	52,4	39,8	(13,8)	(26,3)	12,6	31,7
<b>Ações básicas em circulação</b>	<b>2.104,1</b>	2.118,5	2.105,2	(14,4)	(0,7)	13,3	0,6
<b>Valor contabilístico por ação básica em circulação em €</b>	<b>26,04</b>	26,37	29,69	(0,33)	(1,3)	(3,32)	(11,2)
<b>Valor contabilístico tangível por ação básica em circulação em €</b>	<b>23,19</b>	23,41	25,71	(0,22)	(0,9)	(2,30)	(8,9)

---

## Medidas regulamentares fully loaded

Os nossos ativos regulamentares, exposições, ativos ponderados pelo risco, capital e rácios do mesmo são calculados para fins regulamentares e definidos ao longo deste documento nos termos do CRR/CRD, como atualmente aplicável.

Apresentamos neste relatório determinados valores com base na definição do CRR de fundos próprios (aplicáveis ao capital Tier 1 (AT1) adicional e ao capital Tier 2 (T2) adicional e em números baseados nos mesmos, incluindo capital Tier 1, o capital total e o rácio de alavancagem) numa base "fully loaded". Calculamos esses valores "fully loaded" excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios, tal como previsto no CRR/CRD atualmente aplicável. Para os instrumentos de CET 1, não fazemos uso de provisões transitórias.

São aplicáveis regimes transitórios para os instrumentos AT1 e T2. Os instrumentos de capital emitidos em 31 de dezembro de 2011 ou anteriores que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 nos termos do CRR/CRD fully loaded, como atualmente aplicável, estão sujeitos a regras de anterioridade durante o período de transição e estão a ser eliminados gradualmente entre 2013 e 2022, com o seu reconhecimento limitado a 30% em 2019, 20% em 2020 e 10% em 2021 (em relação à carteira elegível para a anterioridade que ainda estava em emissão em 31 de dezembro de 2012). O atual CRR, conforme aplicável desde 27 de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e T2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Assim, os instrumentos de AT1 e T2 emitidos através de entidades de finalidade especial têm direitos de anterioridade até 31 de dezembro de 2021 e os instrumentos AT1 e T2 que não cumprirem determinados novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019 continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025. Os instrumentos emitidos nos termos da legislação do Reino Unido que não cumprem todos os requisitos do CRR depois de o Reino Unido ter saído da União Europeia são também excluídos da nossa definição fully loaded. Os nossos valores de CET 1 e RWA não mostram qualquer diferença entre o CRR/CRD como atualmente aplicável e o CRR/CRD fully loaded com base na nossa definição de "fully loaded".

Relativamente aos números comparativos de final de exercício de 2019, ainda aplicamos o nosso conceito anterior de fully loaded, definido como excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios introduzidos pelo CRR/CRD aplicáveis até 26 de junho de 2019, mas refletindo os regimes transitórios introduzidos pelas alterações ao CRR/CRD aplicáveis a partir de 27 de junho de 2019 e alterações introduzidas posteriormente.

Acreditamos que estes cálculos fully loaded fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face às normas de capital regulamentar e porque muitos dos nossos concorrentes têm descrito os cálculos numa base fully loaded. Uma vez que os pressupostos e estimativas dos nossos concorrentes em relação aos cálculos "fully loaded" podem variar, as nossas medidas "fully loaded" poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante, utilizadas pela concorrência.



## Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, London	Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque
DB International (Asia) Limited, Singapura	Deutsche Holdings (Malta) S.à r.l., Luxemburgo,
Deutsche Australia Limited, Sydney	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia	OOO "Deutsche Bank", Moscovo
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	Deutsche Oppenheim Family Office AG, Colónia
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft, Hameln
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	PB Factoring GmbH, Bona
Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra	

## Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

em milhões de euros	2020	2019	2018	2017	2016
<b>Rendimento de juros líquido</b>	<b>11.526</b>	<b>13.749</b>	<b>13.316</b>	<b>12.378</b>	<b>14.707</b>
Provisão para perdas de crédito	1.792	723	525	525	1.383
<b>Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito</b>	<b>9.734</b>	<b>13.026</b>	<b>12.791</b>	<b>11.853</b>	<b>13.324</b>
Rendimentos de serviços e comissões	9.424	9.520	10.039	11.002	11.744
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.465	193	1.209	2.926	1.401
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	614	(298)	753	142	2.161
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>24.028</b>	<b>23.165</b>	<b>25.316</b>	<b>26.447</b>	<b>30.014</b>
Remunerações e benefícios	10.471	11.142	11.814	12.253	11.874
Despesas gerais e administrativas	10.259	12.253	11.286	11.973	15.454
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	374
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	1.037	0	21	1.256
Atividades de reestruturação	485	644	360	447	484
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>21.216</b>	<b>25.076</b>	<b>23.461</b>	<b>24.695</b>	<b>29.442</b>
<b>Resultado antes de impostos sobre o rendimento</b>	<b>1.021</b>	<b>(2.634)</b>	<b>1.330</b>	<b>1.228</b>	<b>(810)</b>
Despesa de imposto sobre o rendimento	397	2.630	989	1.963	546
<b>Resultado líquido</b>	<b>624</b>	<b>(5.265)</b>	<b>341</b>	<b>(735)</b>	<b>(1.356)</b>
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	129	125	75	15	45
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	495	(5.390)	267	(751)	(1.402)
em euros (exceto se indicado em contrário)					
Resultados por ação básicos <sup>1,2</sup>	0,07	(2,71)	(0,01)	(0,53)	(1,08)
Resultados por ação diluídos <sup>1,3</sup>	0,07	(2,71)	(0,01)	(0,53)	(1,08)
Dividendos pagos por ação <sup>4</sup>	0,00	0,11	0,11	0,19 <sup>6</sup>	0,00
Dividendos pagos por ação em dólares dos Estados Unidos <sup>5</sup>	0,00	0,13	0,13	0,21	0,00

<sup>1</sup> O número médio de ações básicas em circulação foi ajustado para todos os períodos anteriores a abril de 2017 por forma a refletir o efeito do prêmio da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital em abril de 2017.

<sup>2</sup> Calculamos os resultados por ação básicos para cada período dividindo o nosso resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação. Os lucros foram ajustados em 349 milhões de euros e 330 milhões de euros antes dos impostos, 292 milhões de euros, 298 milhões de euros e 276 milhões de euros após os impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2020, abril de 2019, abril de 2018, abril de 2017 e abril de 2016, respetivamente. Desde 2019, o impacto fiscal é reconhecido diretamente nos resultados líquidos.

<sup>3</sup> Calculamos os resultados por ação diluídos para cada período dividindo o nosso resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação, ambos após conversões assumidas. Os lucros foram ajustados em 349 milhões de euros e 330 milhões de euros antes dos impostos, 292 milhões de euros, 298 milhões de euros e 276 milhões de euros após os impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2020, abril de 2019, abril de 2018, abril de 2017 e abril de 2016, respetivamente. Em 2019, 2017 e 2016, não existia qualquer efeito de diluição, pois o Grupo relatou uma perda líquida. Não ocorreu qualquer efeito de diluição para 2018, pois o resultado líquido foi compensado por cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1.

<sup>4</sup> Dividendos declarados e pagos no exercício.

<sup>5</sup> Os dividendos declarados e pagos em dólares dos Estados Unidos foram traduzidos de euros para dólares dos Estados Unidos, com base nas taxas de câmbio em vigor nos respetivos dias de pagamento.

<sup>6</sup> O dividendo pago em 2017 consistia em 0,11 euros para 2016 e 0,08 euros para 2015 que foram pagos simultaneamente em 2017 após a concordância da assembleia-geral anual em 2017.

	2020	2019	2018	2017	2016
	em milhões de euros	em milhões de euros	em milhões de euros	em milhões de euros	em milhões de euros
<b>Total do ativo</b>	<b>1.324.961</b>	<b>1.297.674</b>	<b>1.348.137</b>	<b>1.474.732</b>	<b>1.590.546</b>
Empréstimos pelo custo amortizado	426.691	429.841	400.297	401.699	408.909
Depósitos	567.745	572.208	564.405	581.873	550.204
Dívida a longo prazo	149.163	136.473	152.083	159.715	172.316
Ações ordinárias <sup>1</sup>	5.291	5.291	5.291	5.291	3.531
<b>Total do capital acionista</b>	<b>54.786</b>	<b>55.857</b>	<b>62.495</b>	<b>63.174</b>	<b>59.833</b>
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV) <sup>2</sup>	44.700	44.148	47.486	50.808	47.782
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) <sup>2</sup>	44.700	44.148	47.486	48.300	42.279
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV) <sup>2</sup>	51.548	50.546	55.091	57.631	55.486
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) <sup>2</sup>	50.448	48.733	52.082	52.921	46.829
<b>Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV)<sup>2</sup></b>	<b>58.492</b>	<b>56.503</b>	<b>61.292</b>	<b>64.016</b>	<b>62.158</b>
<b>Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV fully-loaded)<sup>2</sup></b>	<b>57.071</b>	<b>56.503</b>	<b>61.292</b>	<b>63.250</b>	<b>59.502</b>

<sup>1</sup> O capital aumentou do capital autorizado em troca de entradas em numerário através de uma oferta pública com direitos de subscrição em abril de 2017.

<sup>2</sup> Os valores apresentados baseiam-se nas regras transitórias ("CRR/CRD IV") e na aplicação integral ("CRR/CRD IV fully-loaded") do quadro CRR/CRD IV.

## Impressão/Publicações

Deutsche Bank  
Aktiengesellschaft  
Taunusanlage 12  
60262 Frankfurt am Main  
Alemanha  
Telefone: +49 69 910-00  
deutsche.bank@db.com

**Contacto para os acionistas**  
+49 800 910-8000  
db.ir@db.com

**Hotline AGM**  
+49 6196 8870704

**Online**  
Todas as publicações relativas aos nossos  
relatos financeiros estão disponíveis em:  
[www.db.com/annual-reports](http://www.db.com/annual-reports)

**Publicação**  
Publicado em 12 de março de 2021

### Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro. As declarações relativas ao futuro são declarações que não são factos históricos; estas incluem declarações sobre as nossas opiniões e expectativas e sobre os pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como estão atualmente disponíveis para a administração do Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro por conseguinte, referem-se apenas à data em que são efetuadas e não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações ou de acontecimentos futuros.

Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro envolvem riscos e incertezas. Uma série de importantes fatores podem, como tal, fazer com que os verdadeiros resultados sejam materialmente diferentes daqueles incluídos em qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores incluem as condições dos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e em outras regiões que são a nossa principal fonte de receitas e onde detemos a maior parte dos nossos ativos; incluem também a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das transações, a implementação do nosso plano de gestão, a fiabilidade das nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos contidos nos registos da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão descritos em pormenor no nosso formulário SEC 20-F de 12 de março de 2020, sob o título "Fatores de risco." Cópias deste documento estão já disponíveis a pedido ou podem ser transferidas em [www.db.com/ir](http://www.db.com/ir).

## O nosso objetivo

E por isso que aqui estamos. E isto que fazemos.

Pretendemos promover o crescimento económico e o progresso social, através da criação de impacto positivo para os nossos clientes, a nossa população, os nossos investidores e as nossas comunidades.

### 2021

Calendário Financeiro de 28 de abril, 2021

Relatório de lucros a 31 de março, 2021

27 de maio de 2021 Assembleia-Geral Anual

28 de julho, 2021

Relatório intercalar a 30 de junho, 2021

27 de outubro de 2021

Relatório de lucros a 30 de setembro de 2021

### 2022

Calendário Financeiro

3 de fevereiro de 2022

Resultados preliminares referentes a 2021

11 de março de 2022

Relatório Anual de 2021 e Formulário 20-F

27 de abril de 2022

Relatório de lucros a 31 de março de 2022

19 de maio de 2022 Assembleia-Geral Anual

27 de julho de 2022

Relatório intercalar a 30 de junho, 2022

26 de outubro de 2022

Relatório de lucros a 30 de setembro de 2022

Em caso de conflito, prevalecerá a versão Inglesa, publicada em  
<https://www.db.com/ir/en/annual-reports.htm>

Deutsche Bank



Demonstrações  
Financeiras Anuais  
do Deutsche Bank  
AG de 2020

- 1- Relatório de gestão
- 2 Relatório da gestão combinado
- 2 – Demonstrações financeiras anuais
- 3 Balanço a 31 de dezembro de 2020
- 5 Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020
- 6 Notas ao balanço e à demonstração de resultados
  
- 3 – Confirmações
- 62 **Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração**
- 63 **Relatório do auditor independente**

## Relatório da gestão combinado

Em linha com as disposições do artigo 315.º, parágrafo 5.º do HGB (Código Comercial Alemão, "Handelsgesetzbuch") e do artigo 298.º, parágrafo 2.º do HGB, o relatório de gestão do Deutsche Bank AG foi combinado com o relatório de gestão do Grupo Deutsche Bank. O relatório de gestão combinado é publicado no Relatório Anual de 2020 do Grupo Deutsche Bank. É apresentado ao Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) e posteriormente publicado por esta entidade.

O Relatório Anual é também disponibilizado em <https://www.db.com/ir/en/annual-reports.htm>.



## Balanço a 31 de dezembro de 2020

Ativos em milhões de euros			31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma) <sup>1</sup>	31 dez 2019
<b>Reserva em numerário</b>					
a) Numerário em caixa			1.869	2.036	70
b) Saldos em bancos centrais			135.883	111.575	88.418
dos quais: no Deutsche Bundesbank	77.207			44.899	23.790
			<b>137.752</b>	<b>113.610</b>	<b>88.487</b>
<b>Instrumentos de dívida de entidades do setor público e letras elegíveis para refinanciamento em bancos centrais</b>					
a) Títulos do Tesouro, obrigações do Tesouro e instrumentos de dívida semelhantes de entidades do setor público			1.414	684	684
dos quais: elegíveis para refinanciamento no Deutsche Bundesbank	250			400	400
b) Letras			0	3	3
			<b>1.415</b>	<b>687</b>	<b>687</b>
<b>Valores a receber de bancos</b>					
a) Empréstimos hipotecários			0	44	44
b) Empréstimos ou garantias de entidades do setor público			167	200	200
c) outros valores a receber			79.963	90.079	94.610
dos quais: reembolsáveis à vista	25.968			90.323	94.854
valores a receber garantidos por títulos	4.665			29.575	30.989
			<b>80.131</b>	<b>3.403</b>	<b>3.403</b>
<b>Valores a receber de clientes</b>					
a) Empréstimos hipotecários			91.138	87.853	12.155
b) Empréstimos ou garantias de entidades do setor público			6.697	6.162	4.048
c) outros valores a receber			295.127	305.296	225.875
dos quais: valores a receber garantidos por títulos	8.962			399.311	242.077
			<b>392.962</b>	<b>6.523</b>	<b>6.523</b>
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>					
a) Instrumentos do mercado monetário					
aa) de emitentes do setor público		344		385	385
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	0			0	0
ab) de outros emitentes		356		672	672
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	0			0	0
			<b>700</b>	<b>1.057</b>	<b>1.057</b>
b) Obrigações					
ba) de emitentes do setor público		47.418		47.371	44.692
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	24.600			20.328	17.747
bb) de outros emitentes		36.898		38.178	9.829
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	26.086			28.531	2.684
			<b>84.316</b>	<b>85.550</b>	<b>54.522</b>
c) Instrumentos de dívida própria			4.217	914	0
valor nominal	4.260			900	0
			<b>89.233</b>	<b>87.520</b>	<b>55.578</b>
<b>Ações de capital e outros títulos de rendimento variável</b>			<b>286</b>	<b>329</b>	<b>329</b>
<b>Ativos detidos para negociação</b>			<b>241.390</b>	<b>247.904</b>	<b>248.158</b>
<b>Participações financeiras</b>			<b>242</b>	<b>321</b>	<b>249</b>
dos quais: em bancos	11			10	9
em instituições de serviços financeiros	81			89	89
<b>Investimentos em empresas afiliadas</b>			<b>27.948</b>	<b>32.690</b>	<b>34.309</b>
dos quais: em bancos	5.408			6.022	13.414
em instituições de serviços financeiros	222			194	193
<b>Ativos detidos em fideicomisso</b>			<b>2.409</b>	<b>1.237</b>	<b>108</b>
dos quais: Empréstimos concedidos a título fiduciário	456			253	14
<b>Ativos intangíveis</b>					
a) Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio			2.551	2.612	2.612
b) Ativos intangíveis adquiridos			612	507	504
c) Goodwill			20	3	3
d) Adiantamentos para ativos intangíveis			0	0	0
			<b>3.183</b>	<b>3.122</b>	<b>3.119</b>
<b>Ativos tangíveis</b>			<b>1.200</b>	<b>1.335</b>	<b>846</b>
<b>Ativos diversos</b>			<b>10.318</b>	<b>7.115</b>	<b>4.428</b>
<b>Gastos pagos antecipadamente</b>					
a) da emissão e atividade de crédito			65	119	22
b) outros			620	681	625
			<b>685</b>	<b>800</b>	<b>646</b>
<b>Ativos por impostos diferidos</b>			<b>2.638</b>	<b>2.551</b>	<b>2.551</b>
<b>Ativos do plano sobrefinanciados</b>			<b>1.503</b>	<b>1.212</b>	<b>654</b>
<b>Total do ativo</b>			<b>993.292</b>	<b>990.066</b>	<b>777.081</b>

<sup>1</sup> Os valores nas colunas "pró-forma" apresentam valores consolidados para o Deutsche Bank AG e o Deutsche Bank Privat- und Firmenkundenbank AG.

			31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma) <sup>1</sup>	31 dez 2019
Passivo e capital próprio dos acionistas em milhões de euros					
<b>Dívidas a bancos</b>					
a)	obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> ) registadas emitidas		103	106	0
b)	Obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> ) do Sector público registadas emitidas		0	15	0
c)	outros passivos		142.249	128.139	158.126
			142.352	128.260	158.126
	dos quais: reembolsáveis à vista	59.168		67.319	70.972
	obrigações cobertas registadas de acordo com a lei de transição DSLB	205		192	0
<b>Responsabilidades para com clientes</b>					
a)	obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> ) registadas emitidas		2.519	2.581	1.202
b)	Obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> ) do Sector público registadas emitidas		93	114	0
c)	depósitos de poupança				
ca)	com período de aviso prévio acordado de três meses		57.131	56.052	2.266
cb)	com período de aviso prévio acordado superior a três meses		3.534	5.725	849
			60.664	61.777	3.115
d)	outros passivos		404.073	415.883	266.051
			467.349	480.355	270.368
	dos quais: reembolsáveis à vista	327.270		309.061	171.926
	obrigações cobertas registadas de acordo com a lei de transição DSLB	4.757		5.763	0
<b>Passivo na forma de certificados</b>					
a)	emissão de obrigações				
aa)	Obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> )		7.005	8.852	6.698
ab)	Obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> ) do Setor Público		0	46	0
ac)	outras obrigações		76.496	81.631	80.880
			83.501	90.529	87.578
b)	outros passivos na forma de certificados		3.501	3.848	3.848
			87.002	94.376	91.425
	dos quais: Instrumentos do mercado monetário	3.063		3.215	3.215
	aceitação próprias e notas promissórias em circulação	51		42	42
<b>Passivos detidos para negociação</b>					
<b>Passivos detidos em fideicomisso</b>					
dos quais: empréstimos concedidos a título fiduciário					
Passivo diverso					
<b>Rendimento diferido</b>					
a)	da emissão e atividade de crédito		120	68	52
b)	outros		553	612	575
			673	680	627
<b>Provisões</b>					
a)	Provisões para pensões e obrigações semelhantes		48	52	52
b)	Provisões para impostos		447	487	484
c)	outras provisões		5.175	4.983	4.133
			5.670	5.523	4.670
<b>Passivos subordinados</b>					
<b>Capital de direitos de participação</b>					
dos quais: a pagar no prazo de 2 anos					
<b>Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional</b>					
<b>Fundo para riscos bancários gerais</b>					
do qual: reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB					
Capital e reservas					
a)	capital subscrito		5.291	5.291	5.291
	menos valor nominal nominal de ações próprias		3	0	0
			5.288	5.291	5.291
	capital condicional de 563 milhões de euros (31 de dezembro de 2019: 563 milhões de euros)				
b)	Reserva de capital		20.904	22.665	22.665
c)	Reservas de receitas				
ca)	reserva legal		13	13	13
cd)	outras reservas de receitas		6.755	6.759	6.759
			6.768	6.772	6.772
d)	Lucros (prejuízos) distribuíveis		0	0	0
e)	Diferença decorrente de fusão em valores contabilísticos		0	1.156	0
			32.959	35.884	34.728
<b>Total do passivo e capital próprio dos acionistas</b>					
<b>Passivos contingentes</b>					
a)	passivos contingentes de letras descontadas		0	0	0
b)	Passivo de garantias e acordos de indemnização		46.196	48.335	45.732
c)	Passivo decorrente da provisão de garantia para passivo de terceiros		0	0	0
			46.196	48.335	45.732
<b>Outras obrigações</b>					
b)	colocação e subscrição de obrigações		0	0	0

	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma) <sup>1</sup>	31 dez 2019
Passivo e capital próprio dos acionistas em milhões de euros			
c) compromissos de crédito irrevogáveis	122.213	128.235	117.517
	122.213	128.235	117.517

<sup>1</sup> Os valores nas colunas "pró-forma" apresentam valores consolidados para o Deutsche Bank AG e o Deutsche Bank Privat- und Firmenkundenbank AG.

## Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020

em milhões de euros	2020	2019 (pró-forma) <sup>1</sup>	2019
<b>Rendimento de juros de</b>			
a) Empresas de crédito e do mercado monetário	13.072	19.284	14.604
do qual: rendimento de juros negativo de empresas de crédito e do mercado monetário	404	487	435
b) Títulos de rendimento fixo e crédito inscrito na dívida pública	2.007	2.474	1.921
	15.079	21.757	16.525
<b>Gastos de juros</b>	7.808	14.871	12.852
do qual: gastos de juros negativos	561	308	387
	7.271	6.885	3.673
<b>Rendimento corrente de</b>			
a) Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	325	1.198	1.198
b) Participações financeiras	9	12	10
c) Investimentos em empresas afiliadas	403	586	573
	737	1.796	1.781
<b>Rendimento de contratos de comunidade de resultados, transferência de lucros e transferência de lucros parcial</b>	518	254	217
<b>Rendimento de comissões</b>	7.841	8.881	7.538
<b>Gastos com comissões</b>	2.487	2.820	1.892
	5.354	6.062	5.646
<b>Resultado de negociação líquido</b>	1.328	715	710
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB	0	0	0
<b>Outro rendimento operacional</b>	2.012	1.796	1.069
<b>Gastos administrativos</b>			
a) Gastos com pessoal			
aa) Salários e vencimentos	4.679	4.697	3.623
ab) Contribuições para a segurança social obrigatórias e despesas com pensões e outros benefícios dos colaboradores	1.294	1.248	949
	5.972	5.945	4.572
das quais: para pensões de 569 milhões de euros (2019: 359 milhões)			
b) Outros gastos administrativos	8.794	9.650	7.388
	14.766	15.595	11.961
<b>Depreciação, amortização, depreciações e ajustes de valor de ativos tangíveis e intangíveis</b>	1.247	2.181	2.123
<b>Outros gastos operacionais</b>	1.176	3.000	2.566
<b>Depreciações e ajustes de valor de reclamações e determinados títulos, bem como acréscimos de provisões para perdas de crédito</b>	971	3.767	3.684
<b>Depreciações e ajustes de valor de participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas e títulos tratados como ativos fixos</b>	613	11.215	11.001
<b>Gastos derivados da assunção de perdas</b>	100	455	444
<b>Libertações de/acrécimos (-) ao fundo para riscos bancários gerais</b>	0	0	0
<b>Resultado de atividades ordinárias</b>	(1.654)	(18.705)	(18.682)
Receitas extraordinárias	1.252	98	52
Despesas extraordinárias	473	520	499
<b>Resultado extraordinário</b>	779	(421)	(446)
<b>Impostos sobre o rendimento</b>	814	460	458
dos quais: impostos diferidos de 925 milhões de euros negativos (2019: 34 milhões de euros negativos)			
<b>Outros impostos, exceto se relatados em "Outros gastos operacionais"</b>	80	100	99
	894	559	556
<b>Resultado líquido</b>	(1.769)	(19.685)	(19.685)
<b>Lucros transitados do ano anterior</b>	0	259	259
	(1.769)	(19.426)	(19.426)
<b>Retirada de reservas de capital</b>	1.769	19.426	19.426
<b>Alocações a reservas de receitas</b>		0	0
- a outras reservas de receitas	0	0	0
	0	0	0
<b>Lucros distribuíveis</b>	(0)	0	(0)

<sup>1</sup> Os valores nas colunas "pró-forma" apresentam valores consolidados para o Deutsche Bank AG e o Deutsche Bank Privat- und Firmenkundenbank AG.

## Informações gerais

A denominação jurídica do Deutsche Bank AG é Deutsche Bank Aktiengesellschaft e este foi constituído em Frankfurt am Main. Além disso, está matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Tribunal Distrital de Frankfurt am Main com o número de inscrição HRB 30000.

As demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank AG para o exercício de 2020 foram preparadas de acordo com o Código Comercial alemão ("HGB") e a Portaria relativa às contas de bancos e instituições prestadoras de serviços financeiros ("RechKredV"). As disposições do direito das sociedades foram cumpridas. Por motivos de clareza, os números são relatados em milhões de euros (€).

## Base de apresentação

### Fusão do DB Privat- und Firmenkundenbank AG

O DB Privat- und Firmenkundenbank AG foi fundido com o Deutsche Bank AG com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020. Utilizando a opção de política contabilista estipulada no artigo 24.º da Lei de Transformação (Umwandlungsgesetz, UmwG), os valores contabilísticos no saldo final do beneficiário da transferência em 31 de dezembro de 2019 foram utilizados como custo de aquisição considerado no balanço do cedente, Deutsche Bank AG, a partir de 1 de janeiro de 2020. As despesas relacionadas com a fusão foram reconhecidas na demonstração de resultados.

A fusão a montante resultou numa diferença entre o valor contabilístico do investimento que deixou de existir e o valor líquido dos ativos assumidos, que foi reconhecido como uma receita extraordinária na demonstração de resultados.

Para aumentar a transparência na apresentação, os valores do ano anterior foram ajustados utilizando uma coluna pró-forma a partir de 1 de janeiro de 2020, e as explicações das alterações referem-se a estes montantes pró-forma.

Políticas contabilísticas para:

### Líquidos

Os valores a receber detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Os valores a receber de bancos e clientes que não preenchem os requisitos de ativos detidos para negociação são, geralmente, relatados ao respetivo valor nominal ou ao custo de aquisição menos as imparidades necessárias. Caso, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminua e a diminuição da imparidade possa estar relacionada de modo objetivo com um evento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a imparidade anteriormente reconhecida é invertida através da demonstração dos resultados.

### Provisionamento de risco

A provisão para perdas de crédito inclui imparidades e provisões para todos os riscos de crédito e de país identificáveis e para os riscos de incumprimento inerentes, bem como a provisão para riscos bancários gerais. As provisões para riscos de crédito são refletidas de acordo com o princípio de prudência no montante das perdas esperadas.

O risco de transferência para empréstimos a mutuários em estados estrangeiros (risco de país) é avaliado através de um sistema de classificação que tem em conta a situação económica, política e regional. No reconhecimento de provisões para exposições transfronteiriças para determinados estados estrangeiros é aplicado o princípio da prudência.

As provisões para o risco de crédito inerente são refletidas sob a forma de ajustes gerais de valor, de acordo com os princípios do direito comercial. Os riscos bancários gerais são igualmente provisionados de acordo com o artigo 340.º-F do HGB. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-F, n.º 3 do HGB foi utilizada.

O cálculo de perdas esperadas é integralmente baseado nos parâmetros de probabilidade de incumprimento (PD), perdas em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD). Para o último parâmetro, todos os contratos de risco relevantes são incluídos. O risco de crédito para exposições extrapatrimoniais como garantias e compromissos de empréstimo é apresentado como provisões. A projeção do risco de crédito é complementada por fatores macroeconómicos

(por exemplo, taxas de crescimento do PIB e taxas de desemprego na Europa e nos EUA) para melhor refletir o risco da carteira.

O banco reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não foi aumentado para acionar uma imparidade. O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante igual às perdas de crédito esperadas na duração para as exposições com maior risco de crédito.

Em 2020, o banco introduziu uma abordagem para reconhecer uma provisão adicional para perdas de crédito para Ativos Financeiros que se considere terem sofrido um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Utilizando a metodologia da IFRS 9, esta abordagem exige o cálculo das perdas de crédito esperadas com base na PD na duração, nas LGD na duração e na EAD na duração, que representa a probabilidade de incumprimento durante o período de vida restante do Ativo Financeiro.

Para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito, o banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de Incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo.

## Títulos

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, bem como as ações de capital e outros títulos de rendimento variável detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Determinadas carteiras de obrigações e outros títulos de rendimento fixo detidos para um futuro próximo são classificados como ativos não correntes e contabilizados através da regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que os respetivos títulos são escriturados ao custo de aquisição menos a imparidade temporária.

Caso as obrigações e outros títulos de rendimento fixo não sejam detidos para o futuro próximo nem integrem a carteira de negociação, estes são classificados como ativos correntes e são contabilizados através da regra rigorosa do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que são escriturados ao menor do custo de aquisição ou valor de mercado respetivamente atribuível.

O mesmo é aplicável às ações de capital e outros títulos de rendimento variável que, no de caso não integrarem a carteira de negociação, são geralmente contabilizados como ativos correntes.

Os títulos são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

## Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nesses casos, a componente de derivado é designada por derivado embutido, enquanto a componente não de derivado representa o contrato de acolhimento. Sempre que as características económicas e os riscos dos derivados incorporados não estejam estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento e o próprio contrato híbrido não seja escriturado como uma atividade de negociação ao justo valor através de resultados, o derivado incorporado é separado de acordo com os princípios gerais de contabilidade de derivados. O contrato de acolhimento é contabilizado ao custo amortizado ou ao montante de liquidação.

## Derivados de crédito

Os derivados de crédito detidos ou incorridos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Outros derivados de crédito detidos que preencham os requisitos de garantia para o risco de crédito incorrido não são contabilizados separadamente, porém, são tidos em conta no provisionamento de risco para a transação subjacente.

## Atividades de negociação

Os instrumentos financeiros (incluindo valores de mercado positivos e negativos de instrumentos financeiros derivados) e os metais preciosos detidos ou incorridos para negociação são reconhecidos ao justo valor menos o ajuste ao risco. Além do limite de facto do ajuste ao valor em risco relativo à distribuição de lucros para negociação líquida, os resultados existem porque, em cada exercício, uma determinada parte dos proveitos líquidos de negociação tem de ser atribuída a uma reserva especial associada à negociação que integra o fundo para o risco bancário geral.

O justo valor define-se como o montante ao qual um instrumento financeiro poderia ser comercializado numa transação atual entre partes informadas, não relacionadas e que atuem de livre vontade, e não numa venda forçada ou liquidação. Se disponível, o justo valor baseia-se em parâmetros ou preços de mercado observáveis ou deriva de tais parâmetros ou preços. A disponibilidade dos dados observáveis varia de acordo com o produto e o mercado e poderá sofrer alterações ao longo do tempo. Sempre que os preços ou os dados observáveis não estejam disponíveis, são aplicadas as técnicas de avaliação adequadas ao instrumento específico.

Se o justo valor for estimado através de uma técnica de avaliação ou for derivado de parâmetros ou preços observáveis, poderá ser necessário um juízo de valor significativo. Tais estimativas são intrinsecamente incertas e suscetíveis a alterações. Por conseguinte, os resultados reais e a posição financeira poderão diferir dessas estimativas.

A avaliação justa dos instrumentos financeiros inclui ajustamentos da avaliação para custos de encerramento, risco de liquidez e risco de contraparte, bem como considerações de financiamento para derivados de negociação sem garantia.

A fim de refletir qualquer risco de realização remanescente para resultados não realizados, o resultado da medição do justo valor é reduzido através de um ajuste ao risco que é deduzido dos ativos detidos para negociação. O ajuste ao risco baseia-se no valor em risco calculado através de um período de carência de dez dias e um nível de confiança de 99%.

A reserva especial associada à negociação é prevista ao ter em conta, no mínimo, 10% dos proveitos líquidos de negociação (após o ajuste ao risco) e não deve ser superior ao montante total dos proveitos líquidos de negociação do respetivo exercício. Tem de ser previsto até que a reserva especial associada à negociação corresponda a 50% da média de cinco anos dos proveitos líquidos de negociação após o ajuste ao risco.

A reserva poderá ser consumida apenas para libertar um montante superior ao limite de 50% ou para cobrir perdas líquidas de negociação.

Os instrumentos financeiros e os metais preciosos detidos para negociação são apresentados separadamente como "Ativos detidos para negociação" ou "Passivos detidos para negociação" no rosto do balanço. Os contratos a prazo para a compra e venda de matérias-primas não preenchem, basicamente, os requisitos de instrumentos financeiros e, por conseguinte, não podem ser atribuídos aos ativos detidos para negociação.

Quaisquer alterações ao justo valor após o ajuste ao risco são reconhecidas como "Resultado de negociação líquido".

Sob determinadas condições, os derivados de negociação são compensados como garantia em numerário constituída pelas contrapartes. Numa base de contraparte individual, tais derivados preenchem os requisitos de compensação que foram contratados ao abrigo de um contrato-tipo com um anexo de apoio ao crédito ("CSA") e um câmbio diário de garantia em numerário. Para cada contraparte, o montante compensado inclui os valores de mercado positivos e negativos dos derivados, bem como as garantias pagas ou recebidas.

No exercício, a metodologia de desconto dos derivados de taxa de juro denominados em euros, compensados centralmente através da Câmara de Compensação de Londres (LCH), da EUREX e da Chicago Mercantile Exchange (CME), mudou do índice overnight médio do euro (EONIA) para a taxa de curto prazo do euro (STR€). Esta mudança alterou o justo valor dos derivados com um pagamento ou recebimento em numerário de compensação, pelo que não ocorreu qualquer transferência de valor. Ocorreu uma alteração semelhante para derivados de taxa de juro compensados centralmente descontados pela taxa de juro em USD, de modo a alterar o desconto da Taxa de Fundos Federais para a Taxa de Financiamento Overnight Garantida (SOFR). Sempre que a alteração das taxas de juro de referência tenha resultado em ajustamentos de avaliação até à data do balanço, estes foram reconhecidos na demonstração de resultados. Um efeito quase totalmente neutro sobre o resultado da conversão é alcançado através do lançamento do pagamento em numerário de compensação na demonstração de resultados.

## Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

Nos casos em que, para efeitos contabilísticos, os ativos, os passivos, as transações pendentes ou as transações de previsão altamente provável (elementos cobertos) e os instrumentos financeiros (instrumentos de cobertura) sejam designados numa unidade de avaliação para atingir uma compensação para alterações ao justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, as regras de medição gerais não são aplicáveis. O banco utiliza, geralmente, o método de congelamento, o que significa que as alterações do valor de compensação relacionadas com o risco coberto não são registadas. Consequentemente, as alterações do justo valor negativo relacionadas com o mesmo tipo de risco não são reconhecidas durante o período da cobertura, exceto se uma perda líquida, ou seja, uma ineficácia negativa ocorrer, a qual seja reconhecida como uma provisão para perdas iminentes.

Para efeitos de contabilidade de cobertura, os contratos a prazo para a compra ou venda de matérias-primas são tratados como instrumentos financeiros.

## Reclassificações

Os valores a receber e os títulos têm de ser classificados como atividades de negociação, reservas de liquidez ou investimentos não correntes na respetiva criação.

Não é permitida uma reclassificação como negociação após o reconhecimento inicial, e uma reclassificação das atividades de negociação é permitida apenas se a intenção sofrer alterações devido a condições de mercado excecionais, em particular condições que afetam negativamente a capacidade de negociação. Além disso, os instrumentos financeiros detidos para negociação poderão ser designados subseqüentemente como instrumentos de cobertura numa unidade de avaliação.

Uma reclassificação entre as categorias de reservas de liquidez e investimentos não correntes ocorre quando existe uma alteração clara na intenção de gestão após o reconhecimento inicial, o qual é documentado.

As reclassificações são efetuadas na alteração da intenção e ao justo valor na data de reclassificação.

## Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas

As participações financeiras são reconhecidas ao custo ou através da opção disponível, de acordo com o artigo 253.º do HGB, ao respetivo justo valor mais baixo.

Os investimentos em empresas afiliadas são contabilizados de acordo com a regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que as depreciações são apenas reconhecidas se a imparidade for considerada outra que não temporária.

Para determinar o justo valor das empresas afiliadas, aplica-se um modelo de fluxo de caixa descontado. O modelo desconta os fluxos de caixa livres esperados ao longo de um horizonte temporal de cinco anos, utilizando uma taxa de juro ajustada ao risco. Para o período após os cinco anos, o desenvolvimento do plano sustentável está projetado para determinar o valor terminal. A avaliação inclui sinergias mensuráveis para determinadas empresas afiliadas.

As participações financeiras e os investimentos em empresas afiliadas são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-C, n.º 2 do HGB foi utilizada.

## Ativos tangíveis e intangíveis

Os ativos tangíveis e intangíveis são relatados ao respetivo custo de aquisição ou fabrico menos qualquer depreciação ou amortização. As marcas de desenvolvimento próprio, os cabeçalhos, os títulos de publicações, as listas de clientes e os ativos intangíveis semelhantes não são reconhecidos.

As depreciações são realizadas para qualquer imparidade com probabilidade de ser permanente.

Os ativos tangíveis e intangíveis têm de ser reintegrados caso o aumento de valor possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

Os ativos de baixo valor são abatidos no ano da respetiva aquisição.

## Desreconhecimento de ativos

Um ativo é geralmente desreconhecido quando a propriedade legal é transferida.

No entanto, caso o vendedor, independentemente da transferência legal do ativo, detenha a maioria do risco e recompense a propriedade, o ativo não é desreconhecido.

As transações de empréstimo/concessão de títulos de acordo com o artigo 246.º, n.º 1, 2.ª frase do HGB continuam a ser reconhecidas no balanço do cedente. Assim sendo, os títulos concedidos não são desreconhecidos pelo cedente, uma vez que este permanece exposto à maioria dos riscos e recompensas da propriedade.

## Passivo

Os passivos são reconhecidos aos respetivos valores nominais ou de liquidação. As obrigações de cupão zero com desconto são relatadas ao respetivo valor atual, utilizando a taxa de juro efetiva original.

## Instrumentos qualificados como capital Tier 1 adicional

Os instrumentos emitidos preenchem os requisitos de passivos e são reconhecidos ao respetivo valor nominal ou de liquidação. Os juros são acrescidos com base nos pagamentos esperados aos investidores que detêm os instrumentos.

## Provisões

As provisões para pensões e obrigações semelhantes são reconhecidas de acordo com os princípios atuariais. As provisões para pensões são calculadas utilizando o método da unidade de crédito projetada e a taxa média de mercado para um prazo remanescente assumido de 15 anos conforme publicado pelo Banco Federal da Alemanha, exceto se o prazo remanescente do plano de pensões for mais curto.

O banco está a utilizar pressupostos de mortalidade específicos para determinar a obrigação com benefícios definidos para os seus planos de pensões de benefícios definidos na Alemanha. As expectativas de mortalidade do "Richttafel in Heubeck 2018G" são ajustadas à experiência de mortalidade específica dos trabalhadores e pensionistas do DB.

Os ativos exclusivamente utilizados para liquidar pensões e obrigações semelhantes e não controlados pelo Deutsche Bank AG nem por qualquer credor (ativos do plano) são determinados pelo justo valor e compensados com as respetivas provisões. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são efetuadas as provisões relevantes.

O montante de liquidação das pensões e obrigações semelhantes baseia-se exclusivamente no justo valor dos títulos detidos como ativos financeiros não correntes; a provisão é medida ao justo valor desses títulos caso o justo valor seja superior ao montante mínimo garantido.

Outras provisões para determinados passivos ou para contratos onerosos (excluindo atividades de negociação) são reconhecidas ao respetivo montante de liquidação esperado através da aplicação dos princípios de critério comercial prudente. As provisões para determinados passivos são descontadas caso as saídas de caixa relacionadas não sejam as previstas no prazo de doze meses após a data do balanço.

A avaliação do reconhecimento de uma provisão para perdas iminentes de transações pendentes inclui uma avaliação da probabilidade de uma perda líquida para todos os ativos e passivos geradores de juros e remunerados a juros, respetivamente, que não sejam detidos para negociação, ou seja, todas as posições numa carteira bancária existentes na data de relato.

A avaliação da probabilidade de uma perda líquida no que diz respeito às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na carteira bancária exige a comparação da margem financeira futura esperada e das taxas futuras esperadas diretamente atribuíveis com o financiamento futuro esperado e as despesas de risco de crédito, bem como os gastos administrativos futuros esperados associados às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na data de relato.

A avaliação de uma potencial provisão está alinhada com a gestão interna da posição relacionada com os juros na carteira bancária. Para posições relacionadas com os juros da carteira bancária, é utilizada uma abordagem baseada no valor atual, complementada por uma análise da cobertura do custo histórico do risco e dos custos administrativos com excedentes de juros líquidos para as posições cobertas contra o risco de taxa de juro.



## Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos relativos a diferenças temporárias entre a base contábilística e tributária para os ativos, os passivos e os acréscimos são compensados entre si e apresentados líquidos no balanço como ativos por impostos diferidos ou passivos por impostos diferidos. Na determinação dos ativos por impostos diferidos, as perdas fiscais não utilizadas são tidas em consideração, porém, apenas na medida em que possam ser utilizadas nos cinco anos seguintes.

## Ações em tesouraria

Caso o Deutsche Bank AG adquira as respetivas ações próprias (ações em tesouraria), estas são abertamente deduzidas ao custo do capital e reservas distribuíveis numa coluna separada no rosto do balanço sem quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Caso as ações em tesouraria sejam posteriormente vendidas, a dedução suprarreferida é invertida e qualquer montante superior aos custos de aquisição iniciais será reconhecido nas reservas de capital, enquanto uma perda na venda posterior será reconhecida nas reservas de receitas.

## Conversão cambial

A conversão cambial é consistente com os princípios enunciados nos artigos 256.º-A e 340.º-H do HGB.

Os ativos expressos em moeda estrangeira e tratados como ativos fixos, mas não cobertos separadamente na mesma moeda, são apresentados ao custo histórico, exceto se a alteração na moeda estrangeira for distinta da temporária, de modo que os ativos tenham de ser depreciados. Outros ativos e passivos expressos em moeda estrangeira e transações em numerário pendentes são convertidas à taxa *spot* média na data do balanço e as transações cambiais a prazo à taxa a prazo na data do balanço.

A definição dessas posições em moeda estrangeira para a qual o banco aplica o método de cobertura especial de acordo com o artigo 340.º-H do HGB reflete os procedimentos internos de gestão do risco.

A contabilização dos resultados da conversão cambial depende das posições da moeda estrangeira com as quais estão relacionados. Os resultados da conversão cambial dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação, bem como os resultados da conversão de posições especificamente cobertas são reconhecidos na demonstração de resultados. Isto também é aplicável às posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas, contudo, com um prazo remanescente igual ou inferior a um ano. Por outro lado, para posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas e com um prazo remanescente superior a um ano de acordo com o princípio da imparidade, apenas são reconhecidas as perdas da conversão cambial. O resultado da conversão cambial está incluído no resultado de negociação líquido e noutros rendimentos e despesas operacionais.

Os elementos dos balanços e das demonstrações de resultados de agências estrangeiras são convertidos para euros a taxas médias nas respetivas datas do balanço (método da taxa de fecho). As diferenças resultantes da conversão de elementos do balanço – à exceção das perdas da taxa de câmbio na conversão do capital atribuído às agências fora da Alemanha (incluindo resultados transportados) – são relatadas como ativos diversos ou passivos diversos que não afetam o resultado líquido.

## Notas ao balanço

### Estrutura de maturidade dos valores a receber

em milhões de euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
<b>Outros valores a receber de bancos sem valores a receber a pagar à vista</b>	<b>54.351</b>	<b>60.748</b>	<b>63.865</b>
com um período residual de			
até três meses	15.091	20.062	16.131
mais de três meses e inferior a um ano	16.966	19.051	19.394
Mais do que um ano e até cinco anos	14.095	14.334	14.247
mais de cinco anos	8.199	7.301	14.093
<b>Valores a receber de clientes</b>	<b>392.962</b>	<b>399.311</b>	<b>242.077</b>
com um período residual de			
até três meses	137.290	124.152	114.291
mais de três meses e inferior a um ano	45.650	50.538	40.315
Mais do que um ano e até cinco anos	98.109	109.275	59.274
mais de cinco anos	107.435	108.704	21.618
com um período indefinido	4.476	6.643	6.580

### Títulos

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos títulos negociáveis incluídos nas posições do balanço cotadas.

em milhões de euros	cotadas			não cotadas		
	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	57.556	78.414	48.984	31.677	9.100	6.594
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	180	168	168	2	3	3
Participações financeiras	0	0	0	38	42	41
Investimentos em empresas afiliadas	0	0	0	0	928	0

Das obrigações e outros títulos de rendimento fixo de 89,2 mil milhões de euros, 8,9 mil milhões de euros vencem em 2021.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo detidos como ativos fixos são relatados ao custo amortizado à medida que o Deutsche Bank pretende deter esses títulos para o futuro próximo. O valor contabilístico total à data de relato ascende a 33.205 euros e diz respeito à reserva de liquidez estratégica, que é gerida pela Tesouraria do Grupo. Inclui obrigações governamentais, supranacionais e de agências de elevada qualidade. Em 31 de dezembro de 2020, esta carteira não incluía ativos para os quais o valor de mercado atual fosse inferior ao valor contabilístico real.

## Investimentos em fundos de investimento

A tabela a seguir apresenta uma discriminação das participações em fundos de investimento alemães e estrangeiros para efeitos de investimento, em que as unidades dos fundos detidas foram superiores a 10%.

em milhões de euros	31 dez 2020			
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença entre o valor contabilístico e o justo valor	Distribuição em 2020
Fundos de capitais próprios	0	0	0	0
Fundos de obrigações	422	422	0	0
Fundos mistos	318	318	0	0
<b>Total</b>	<b>740</b>	<b>740</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Os investimentos nos fundos foram atribuídos a ativos detidos para negociação. Os respetivos valores escriturados corresponderam aos justos valores. A maioria dos fundos consistiu em fundos negociados em bolsa estabelecidos pelo Deutsche Bank.

As condições para adiar o reembolso das unidades do fundo poderão variar de acordo com o fundo. Estas poderão basear-se num valor do ativo mínimo ou tornar-se discricionárias para os diretores do fundo. As restrições para o reembolso diário das unidades do fundo estão relacionadas com casos em que muitos investidores tentam o resgate numa altura específica. Nesses casos, os fundos poderão adiar o reembolso até uma altura em que possam responder ao pedido de reembolso.

## Transações sujeitas a acordos de venda e recompra

O valor contabilístico dos ativos relatados no balanço e vendidos sujeitos a um acordo de recompra no montante de 13,1 mil milhões de euros estava exclusivamente relacionado com os títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra.

## Ativos e passivos detidos para negociação

### Instrumentos financeiros detidos para negociação

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação.

31 de dezembro 2020 em milhões de euros	Ativos detidos para negociação	em milhões de euros	Passivos detidos para negociação
Instrumentos financeiros derivados	82.846	Instrumentos financeiros derivados	89.505
Líquidos	78.480	Passivo	114.482
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	60.301		
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	18.158		
Ativos diversos	1.832		
Ajuste ao risco	(226)		
<b>Total</b>	<b>241.390</b>	<b>Total</b>	<b>203.986</b>

Os pressupostos básicos para determinar o justo valor através de métodos de avaliação aceites são apresentados em pormenor na secção "Base da apresentação".

Os derivados detidos para fins de negociação negociados ao abrigo de acordos-quadro de compensação em conjunto com o anexo de apoio de crédito que permite a permuta diária de garantias foram liquidados para cada contraparte no balanço. A liquidação para cada contraparte engloba o valor escriturado dos derivados e a garantia fornecida. Isto implicou justos valores positivos de compensação de 242,9 mil milhões de euros (2019: 257,5 mil milhões de euros) com justos valores negativos de 259,7 mil milhões de euros (2019: 243,4 mil milhões de euros) em derivados detidos para negociação com os valores a receber associados (25,7 mil milhões de euros, 2019: 24,8 mil milhões de euros) e passivo (42,5 mil milhões de euros, 2019: 38,9 mil milhões de euros) de garantias fornecidas. Consulte a base da apresentação relativamente à compensação.

A tabela a seguir descreve os derivados avaliados ao justo valor que correspondem aos derivados de negociação, por tipo e volume.

em milhões de euros	31 dez 2020
	Valor notional
<b>Produtos do mercado de balcão</b>	<b>31.045.720</b>
transações associadas a taxas de juro	24.287.488
transações associadas a taxas de câmbio	5.491.321
derivados de crédito	823.595
transações associadas a capitais próprios e índices	66.788
outras transações	376.527
<b>Produtos negociados em bolsa</b>	<b>1.039.606</b>
transações associadas a taxas de juro	810.098
transações associadas a capitais próprios e índices	163.426
transações associadas a taxas de câmbio	43.726
outras transações	22.355
<b>Total</b>	<b>32.085.326</b>

O montante, o prazo e a fiabilidade dos fluxos de caixa futuros são afetados pelo contexto da taxa de juro, pelo desenvolvimento nos mercados acionistas e de dívida, bem como pelos spreads de crédito e pelos incumprimentos.

## Método e pressupostos e montante de ajuste ao risco

O cálculo do ajuste ao risco baseia-se no modelo para calcular o valor em risco regulamentar que integra instrumentos financeiros detidos ou incorridos para negociação. A avaliação dos ativos detidos para negociação poderá exigir vários ajustamentos da avaliação, por exemplo, para riscos de liquidez que são explicados de modo mais pormenorizado em "Base da apresentação", na secção "Atividades de negociação".

O cálculo do ajuste ao valor em risco ("ajuste VaR") baseia-se num período de carência de dez dias e num nível de confiança de 99%. O período de observação é de 261 dias de negociação.

Além do ajustamento VaR regulamentar, o ajuste ao risco foi complementado por valores de risco adicionais relacionados com o risco de crédito próprio do Deutsche Bank não coberto pelo cálculo do VaR.

O montante absoluto do ajustamento ao risco é de 226 milhões de euros.

## Alteração de critérios para a classificação de instrumentos financeiros como de negociação

Ao longo de 2020, os critérios relacionados com a atribuição de instrumentos financeiros para ativos e passivos detidos para negociação permaneceram inalterados.

## Ativos subordinados

A tabela a seguir apresenta uma descrição geral dos ativos subordinados incluídos nas posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
Valores a receber de bancos	545	635	635
Valores a receber de clientes	0	0	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.243	1.221	1.221
Ativos detidos para negociação	4.066	2.035	2.035

## Instrumentos financeiros derivados

### Transações a prazo

As transações a prazo pendentes na data do balanço eram principalmente compostas pelos seguintes tipos de transações:

- transações associadas a taxas de juro: transações a prazo associadas a instrumentos de dívida, contratos a prazo de taxa de juro, swaps de taxa de juro, futuros de taxas de juros, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a taxas de juro e índices;
- transações associadas a taxas de câmbio: contratos a prazo de câmbio e metais preciosos, swaps interdivisas, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados ao câmbio e metais preciosos, futuros de câmbio e metais preciosos;
- transações relacionadas com ações/índices: contratos a prazo e futuros sobre ações, futuros sobre índices, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a ações e índices;
- derivados de crédito: swaps de risco de incumprimento (CDS), swaps de retorno total (TRS), títulos de dívida indexados a crédito (CLN).

Os tipos de transações acima descritos são realizados quase exclusivamente para cobrir as flutuações da taxa de juro, da taxa de câmbio e do preço de mercado nas atividades de negociação.

### Derivados não contabilizados ao justo valor

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros derivados registados como derivados da carteira bancária que não são, em geral, contabilizados ao justo valor.

em milhões de euros	Nocional montante	31 dez 2020			
		Valor contabilístico		Justo valor	
		positivo	negativo	positivo	negativo
Produtos do mercado de balcão					
transações relacionadas com taxas de juro	982.876	2.667	375	7.254	5.774
transações relacionadas com taxas de câmbio	78.696	2.393	136	1.573	1.545
derivados de crédito	3.537	2	24	12	24
outras transações	44	0	0	0	13
<b>Total</b>	<b>1.065.154</b>	<b>5.062</b>	<b>534</b>	<b>8.839</b>	<b>7.356</b>

Os valores escriturados dos derivados geralmente não registados ao justo valor são relatados em "Ativos diversos" e "Passivos diversos".

## Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

O Deutsche Bank AG procede a unidades de avaliação através de coberturas de justo valor, para se proteger essencialmente através de opções e swaps de taxa de juro contra alterações do justo valor de títulos de taxa fixa resultantes de alterações nas taxas de mercado.

Caso os derivados de crédito na carteira bancária não preencham os requisitos de processamento de garantia de empréstimo, a contabilidade de cobertura é aplicável de acordo com a diretriz IDW RS BFA 1.

Os riscos adicionais resultantes de derivados separados incorporados em instrumentos financeiros híbridos são também cobertos através de relações de microcobertura.

Além dos casos descritos acima, o Deutsche Bank cobre riscos de matéria-prima através de relações de cobertura de carteira e de microcobertura.

A tabela abaixo fornece uma visão geral dos elementos cobertos em unidades de avaliação, incluindo o montante dos riscos cobertos. Para ativos cobertos e passivos cobertos, o valor contabilístico é igualmente apresentado.

em milhões de euros	31 dez 2020	
	Valor contabilístico	Montante de risco coberto
Ativos garantidos, total	36.866	617
Passivos garantidos, total	81.369	(3.297)
	Valor nocional	Montante de risco coberto
Transações pendentes	24.440	157

O montante de risco coberto, se negativo, representa a diminuição cumulativa do justo valor para ativos em relação ao aumento cumulativo do justo valor para passivos desde a criação da relação de cobertura não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas. Os montantes positivos de risco coberto correspondem ao aumento cumulativo do justo valor dos ativos em relação à diminuição cumulativa do justo valor dos passivos não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas.

Ao utilizar contratos a prazo e swaps cambiais, o Deutsche Bank AG contrata coberturas de justo valor do risco cambial do capital de dotação das respetivas agências e dos lucros/perdas transportados que representam o valor do ativo líquido exposto ao risco cambial. O valor contabilístico da posição líquida coberta ascende a 14,1 mil milhões de euros. O montante de risco coberto é de 522 milhões de euros positivos. A compensação final das alterações da taxa *spot* paralela ocorre numa altura em que o capital de dotação é reembolsado.

Nos casos em que os termos contratuais do elemento coberto e do instrumento de cobertura são exatamente compensados, a avaliação prospetiva da eficácia e a medição retrospectiva da eficácia de uma unidade de avaliação baseiam-se na correspondência de termos fundamentais. Além disso, o banco utiliza métodos estatísticos e análise de regressão para a avaliação da eficácia prospetiva. O Deutsche Bank AG compara os montantes das alterações dos justos valores de elementos cobertos e os instrumentos de cobertura (método da compensação em dólares). As unidades de avaliação são, em geral, estabelecidas ao longo da maturidade residual dos elementos cobertos.

## Informações relacionadas com empresas afiliadas, associadas e relacionadas

em milhões de euros	Empresas afiliadas			Empresas associadas e relacionadas		
	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
Valores a receber de bancos	44.942	47.031	58.723	0	0	0
Valores a receber de clientes	75.936	80.351	76.286	12	20	6
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	27.528	27.735	1.224	2	2	2
Dívidas a bancos	23.084	28.308	69.225	2	1	1
Responsabilidades para com clientes	21.828	25.443	25.424	12	24	21
Passivo na forma de certificados	0	903	903	0	0	0
Passivos subordinados	1.913	2.832	1.474	0	0	0

Uma lista completa das participações do Deutsche Bank AG (incluindo empresas nas quais a participação é igual ou superior a 20% e participações em grandes empresas, nas quais a participação é superior a 5% dos direitos de voto) está disponível na nota "Participações".

## Sociedade fiduciária

em milhões de euros	Ativos detidos em fideicomisso			em milhões de euros	Passivos detidos em fideicomisso		
	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019		31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
Valores a receber de bancos	1.953	983	93	Dívidas a bancos	260	1	0
Valores a receber de clientes	456	253	14	Responsabilidades para com clientes	2.148	1.236	108
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	0	0	0				
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	0	0	0				
Participações financeiras	0	1	1				
Ativos diversos	0	0	0				
<b>Total</b>	<b>2.409</b>	<b>1.237</b>	<b>108</b>	<b>Total</b>	<b>2.409</b>	<b>1.237</b>	<b>108</b>

Os valores a receber de bancos estão principalmente relacionados com depósitos de clientes colocados em seu nome junto de bancos terceiros. Os valores a receber de clientes são sobretudo empréstimos financiados por bancos de desenvolvimento ou organismos públicos para fins específicos. Desde 2020, isto inclui empréstimos para apoiar clientes durante a pandemia da COVID-19.

## Ativos fixos

A lista a seguir apresenta as alterações nos ativos fixos.

em milhões de euros	Custos de aquisição/fabrico					Depreciação/amortização, depreciações e ajustes de valor			Valor contabilístico	
	Saldo em 1 de janeiro de 2020	acrécimo s da fusão	Saldo em 1 de janeiro de 2020 após a fusão	Acrécimo s	Alienações	Cumulativ o	incluindo no ano atual	incluindo alienações	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2019
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>7.387</b>	<b>3</b>	<b>7.390</b>	<b>1.149</b>	<b>223</b>	<b>5.130</b>	<b>966</b>	<b>228</b>	<b>3.183</b>	<b>3.119</b>
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	5.536	0	5.536	819 <sup>1</sup>	221	3.583	829	227	2.551	2.612
Ativos intangíveis adquiridos	1.159	3	1.162	307	1	853	136	1	612	504
Goodwill	691	0	691	23	0	694	2	0	20	3
Adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>3.018</b>	<b>689</b>	<b>3.707</b>	<b>1.413</b>	<b>276</b>	<b>2.955</b>	<b>271</b>	<b>998</b>	<b>1.200</b>	<b>846</b>
Terrenos e edifícios	75	319	394	261	34	149	12	159	153 <sup>2</sup>	53
Mobiliário e equipamento de escritório	2.926	370	3.296	1.149	242	2.791	257	838	1.042	789
Ativos de locação	17	0	17	3	0	15	2	0	5	4
					Alterar					
Participações financeiras					(7)				242	249
Investimentos em empresas afiliadas					(6.361) <sup>3</sup>				27.948	34.309
Instrumentos do mercado monetário					0				0	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					18.360 <sup>4</sup>				33.205	14.845
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB					0				0	0
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável					(1)				0	1
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB					0				0	0

Foi utilizada a opção de combinar ativos financeiros de acordo com o artigo 34.º, n.º 3 da RechKredV. As alterações das taxas de câmbio em agências estrangeiras resultantes da conversão cambial às taxas de fecho foram reconhecidas nos custos de aquisição/fabrico (saldo em 1 de janeiro de 2020) e na depreciação/amortização cumulativa, depreciações e ajustes de valores.

<sup>1</sup> Os acréscimos aos ativos intangíveis de desenvolvimento próprio estão relacionados com o software de desenvolvimento próprio.

<sup>2</sup> Os terrenos e edifícios com um valor contabilístico total de 113 milhões de euros foram utilizados como parte das nossas atividades próprias.

<sup>3</sup> Os investimentos em empresas afiliadas diminuíram 6,4 mil milhões de euros para 27,9 mil milhões de euros. A diminuição deveu-se à fusão do DB Privat- und Firmenkundenbank AG com o Deutsche Bank AG, com efeitos retrospectivos a 1 de janeiro de 2020, no valor de 1,6 mil milhões de euros, a reduções de 3,7 mil milhões de euros, depreciações líquidas de 0,9 mil milhões de euros e um impacto negativo da conversão cambial de 0,5 mil milhões de euros. Foi parcialmente compensada por aumentos de capital líquidos de 0,3 mil milhões de euros.

<sup>4</sup> A variação líquida de obrigações de 18,7 mil milhões de euros inclui acréscimos da fusão com o DB PFK AG no valor de 26,2 mil milhões de euros.

## Ativos intangíveis

O *goodwill* relatado em ativos intangíveis é amortizado ao longo da respetiva vida útil de cinco a 15 anos. A respetiva determinação baseia-se em fatores económicos e organizacionais tais como crescimento futuro e perspectivas futuras, modo e duração de sinergias esperadas, alavancagem da base de clientes e força de trabalho reunida das empresas adquiridas. O software classificado como ativo intangível é amortizado ao longo da respetiva vida útil, que se prolonga por um período de até 10 anos.

## Ativos diversos

Os ativos diversos de 10,3 mil milhões de euros consistem principalmente na capitalização de montantes cambiais de acordo com artigo 340.º-H do HGB, no valor de 2,4 mil milhões de euros, valores a pagar no período de reembolso (balloon) de swaps de 1,9 mil milhões de euros, garantias em numerário pagas no valor de 1,6 mil milhões de euros, bem como créditos fiscais no valor de 1,1 mil milhões de euros.



## Gastos pagos antecipadamente

Os gastos pagos antecipadamente incluem descontos entre o montante de emissão e de reembolso para passivo de 98 milhões de euros.

## Impostos diferidos

Os impostos diferidos são determinados para diferenças temporárias entre os valores contabilísticos de ativos, passivos e acréscimos de acordo com a contabilidade do HGB e as suas bases fiscais, quando se antecipa que tais diferenças serão invertidas nos períodos de relato subsequentes. Nesse contexto, as diferenças temporárias de subsidiárias/parcerias do grupo com tributação consolidada nas quais o Deutsche Bank AG seja um acionista/parceiro são também incluídas na determinação dos impostos diferidos do Deutsche Bank AG. Além disso, as perdas fiscais não utilizadas são consideradas na determinação dos ativos por impostos diferidos, na medida em que sejam utilizadas nos cinco anos seguintes. A medição dos impostos diferidos baseia-se na taxa conjunta de imposto sobre o rendimento do grupo fiscal do Deutsche Bank AG, a qual é atualmente de 31,3%. A taxa conjunta de imposto sobre o rendimento inclui o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, o imposto sobre vendas e a sobretaxa de solidariedade.

Por outro lado, os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias em investimentos alemães na forma de parceira são medidos com base numa taxa conjunta de imposto sobre o rendimento que inclui apenas o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas e a sobretaxa de solidariedade; tal ascende atualmente a 15,83%.

Os impostos diferidos em agências estrangeiras são medidos através das taxas de imposto legais aplicáveis, que se encontram principalmente num intervalo entre 17% e 33%.

No período de relato, foi apresentado no balanço um ativo por impostos diferidos global de 2,6 mil milhões de euros. Os principais contribuidores foram o Deutsche Bank AG – o "banco nacional", incluindo impostos diferidos de subsidiárias do grupo com tributação consolidada, e o Deutsche Bank AG – Agência de Nova Iorque. Aqueles baseiam-se sobretudo nas perdas fiscais não utilizadas e nas diferenças temporárias, estando as últimas principalmente relacionadas com as obrigações associadas ao pessoal e as medições do justo valor de carteiras de empréstimos e carteiras de negociação.

## Estrutura de maturidade do passivo

em milhões de euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
<b>Dívidas a bancos com prazo acordado ou prazo de pré-aviso</b>	<b>83.176</b>	<b>60.941</b>	<b>87.154</b>
com um período residual de			
até três meses	11.894	26.671	62.894
mais de três meses e inferior a um ano	49.438	14.625	13.997
Mais do que um ano e até cinco anos	10.738	9.522	5.710
mais de cinco anos	11.107	10.123	4.553
<b>Depósitos de poupança com prazo de pré-aviso acordado superior a três meses</b>	<b>3.534</b>	<b>5.725</b>	<b>849</b>
com um período residual de			
até três meses	1.590	3.013	423
mais de três meses e inferior a um ano	1.861	2.626	418
Mais do que um ano e até cinco anos	82	86	8
mais de cinco anos	0	0	0
<b>Outras responsabilidades para com clientes com prazo acordado ou prazo de pré-aviso</b>	<b>79.274</b>	<b>109.509</b>	<b>95.319</b>
com um período residual de			
até três meses	36.675	50.561	47.292 <sup>1</sup>
mais de três meses e inferior a um ano	22.720	36.022	32.061
Mais do que um ano e até cinco anos	10.471	11.634	7.704
mais de cinco anos	9.408	11.292	8.263
<b>Outros passivos na forma de certificados</b>	<b>3.501</b>	<b>6.799</b>	<b>3.848</b>
com um período residual de			
até três meses	765	1.159	1.159
mais de três meses e inferior a um ano	2.732	3.809	2.680
Mais do que um ano e até cinco anos	4	10	10
mais de cinco anos	0	1.822	0

<sup>1</sup> Número do ano anterior reajustado em (8) milhões de euros.

Das obrigações emitidas de 83,5 mil milhões de euros, 21,8 mil milhões de euros vencem em 2021.

## Passivo para o qual os ativos foram penhorados como garantia

Para o seguinte passivo, foram penhorados os ativos como garantia no montante indicado na tabela.

em milhões de euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
Dívidas a bancos	21.984	28.963 <sup>1</sup>	7.167
Responsabilidades para com clientes	1.225	96	96
Passivos detidos para negociação	2.365	421	421
Outros passivos	1.994	0	0

<sup>1</sup> Número pró-forma ajustado em 17 mil milhões de euros em comparação com as demonstrações financeiras de 2019 do PFK.

## Passivo diverso

Os passivos diversos de 30,7 mil milhões de euros incluem sobretudo os passivos decorrentes da falha de reconhecimento de 27,3 mil milhões de euros, os efeitos de reavaliação cambial para capital de dotação e resultados transitados de 1,1 mil milhões de euros, despesas operacionais a pagar no montante de 1,0 mil milhões de euros, passivos de instrumentos de capital AT1 no montante de 0,2 mil milhões de euros, bem como outros passivos diversos no montante de 1,1 mil milhões de euros.

## Pensões e obrigações semelhantes

O Deutsche Bank AG patrocina planos de benefícios pós-emprego para os seus colaboradores (planos de pensões) que incluem uma contribuição definida e planos de benefício definido.

A maioria dos beneficiários desses planos de pensões está localizada na Alemanha. O valor do benefício acumulado de um participante baseia-se principalmente na remuneração e no tempo de serviço de cada colaborador.

A data de medição para todos os planos de benefício definido é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados através do método da unidade de crédito projetada. A avaliação exige a aplicação de determinados pressupostos atuariais tais como as evoluções demográficas, o aumento da remuneração para os colaboradores ativos e das pensões, bem como as taxas de inflação. A taxa de desconto é determinada de acordo com as regras do artigo 253.º, n.º 2 do HGB.

Pressupostos utilizados para os planos de pensões	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
Taxa de desconto	2,25%	2,59%	2,59%
Taxa de inflação	1,23%	1,28%	1,28%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração	1,73%	1,78%	1,78%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento	1,13%	1,18%	1,18%
Tabelas de mortalidade/invalidiz	Richttafeln Heubeck 2018 G alterado	Richttafeln Heubeck 2018 G alterado	Richttafeln Heubeck 2018 G alterado

As obrigações desses planos de pensões de benefícios definido são, na maioria, financiadas externamente. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são reconhecidas as provisões relevantes.

Para os planos de contribuição definida na Alemanha, em que o Deutsche Bank AG e outras instituições financeiras sejam membros do BVV, o passivo dos empregadores da subsidiária cobre os pagamentos de benefícios e os respetivos aumentos legalmente exigidos.

Além disso, as provisões são reconhecidas para outras obrigações de longo prazo semelhantes, em particular na Alemanha, por exemplo, para anos de aniversário de serviço ou regimes de reforma antecipada. O Banco financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem.

em milhões de euros	Planos de pensões		
	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
<b>Obrigação de pensão (reconhecida nas Finanças)</b>	<b>8.869</b>	<b>8.484</b>	<b>5.311</b>
Obrigação de pensão fictícia com base numa taxa de desconto média de 7 anos	9.667	9.311	5.805
Rendimento reconhecido devido a diferença da taxa de desconto	799	827	494
<b>Justo valor dos ativos dos planos</b>	<b>10.324</b>	<b>9.643</b>	<b>5.913</b>
dos quais:			
custo dos ativos do plano	8.893	8.883	5.601
total de resultados não realizados nos ativos do plano	1.431	760	312
<b>Montante sobrefinanciado líquido no final do exercício</b>	<b>1.455</b>	<b>1.159</b>	<b>601</b>
<b>Ativos de pensões líquidos</b>	<b>1.455</b>	<b>1.159</b>	<b>601</b>
dos quais:			
reconhecidos como "Ativos do plano sobrefinanciados relacionados com planos de pensões"	1.503	1.212	654
reconhecidos como "Provisões para pensões e obrigações semelhantes"	48	52	52

Tal como no ano anterior, os princípios de avaliação de acordo com o artigo 253.º, n.º 6 do HGB resultam numa diferença de avaliação entre a obrigação com benefícios definidos reconhecida nas finanças utilizando a taxa de desconto média de 10 anos e a taxa de desconto média de 7 anos. Esta diferença de 799 milhões de euros está sujeita a provisões de bloqueio de dividendos.

em milhões de euros	Planos de pensões		
	2020	2019 (pró-forma)	2019
<b>Rentabilidade dos ativos do plano</b>	<b>696</b>	<b>181</b>	<b>33</b>
<b>Custos com juros para o efeito financeiro de desconto das obrigações com pensões</b>	<b>613</b>	<b>691</b>	<b>(400)</b>
<b>Rendimento de juros líquido (despesa)</b>	<b>83</b>	<b>(510)</b>	<b>(367)</b>
do qual: reconhecido como "Outros rendimentos operacionais"	84	20	0
do qual: reconhecido como "Outros gastos operacionais"	1	530	367

## Outras provisões

em milhões de euros	31 dez 2020
Provisões para perdas de crédito	519
Provisões para perdas iminentes	258
Outras provisões remanescentes	4.399
<b>Total de outras provisões</b>	<b>5.175</b>

As outras provisões remanescentes são definidas para os seguintes (principais) tipos de risco:

As provisões associadas ao pessoal foram definidas para refletirem remunerações e benefícios adicionais para os colaboradores. Aquelas estão relacionadas com pagamentos variáveis e remuneração diferida, remuneração com base em ações, obrigações para reforma antecipada e outros. O montante previsto totaliza 2,5 mil milhões de euros por ano no final de 2020.

As provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. A provisão para estas atividades é de 531 milhões de euros por ano no final de 2020.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei. A provisão para este risco é de 463 milhões de euros por ano no final de 2020.

As provisões de processos civis surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis. A provisão para este risco é de 286 milhões de euros por ano no final de 2020.

As provisões operacionais surgem do risco operacional e excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. A provisão para este risco é de 74 milhões de euros por ano no final de

2020. Os riscos operacionais incluem perdas resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou fracassados ou de eventos externos.

As provisões diversas estão definidas para 538 milhões de euros por ano no final de 2020.

## Passivos subordinados

Os passivos contratualmente subordinados são emitidos na forma de títulos de taxa fixa e taxa variável, obrigações nominativas e ao portador, bem como empréstimos de nota promissória, e têm maturidades iniciais, na sua maioria, no prazo de 10 e 20 anos.

O Deutsche Bank AG não está obrigado a reembolsar passivos subordinados antes da data de vencimento especificada, contudo, em alguns casos, é possível o resgate antecipado por opção do emitente. No caso de dissolução ou insolvência, os valores a receber e os juros exigidos resultantes de tal passivo estão subordinados aos valores a receber não subordinados de todos os credores do Deutsche Bank AG. A conversão desses fundos para capital próprio ou outra forma de dívida não é antecipada ao abrigo dos termos das notas. Essas condições aplicam-se também aos passivos subordinados não especificados individualmente.

### Passivos subordinados materiais acima de 1,0 mil milhões de euros

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Data da próxima compra/maturidade <sup>1</sup>
dólares dos Estados Unidos	1.500	Obrigação nominativa	2013	4,296%	24/05/2023
€	1.250	Obrigação ao portador	2015	2,750%	17/02/2025
dólares dos Estados Unidos	1.500	Obrigação ao portador	2015	4,500%	4/1/2025
€	1.250	Obrigação ao portador	2020	5,625%	19/02/2026

<sup>1</sup> Data de maturidade das obrigações. As obrigações têm algumas opções de compra extraordinárias, que estão sujeitas a aprovação pelos órgãos reguladores ou alterações às leis fiscais.

As despesas para todos os passivos contratualmente subordinados de 9,2 mil milhões de euros totalizaram 201 milhões de euros, incluindo os resultados de derivados de cobertura. Os juros acrescidos mas ainda não vencidos de 128 milhões de euros incluídos neste valor são relatados no passivo diverso.

Adicionalmente, determinados passivos são subordinados por lei, de acordo com a secção 46f parágrafo 6 da lei bancária alemã, caso a sua maturidade original seja superior a um ano e o montante de resgate ou o montante de juros não esteja dependente de eventos incertos no momento da emissão. Este passivo não preferencial ascende a 60,4 mil milhões de euros em dezembro de 2020.

## Capital de direitos de participação

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Primeira data de compra
€	10	Dt. Postbank Namensgenussschein Nr. 017	21.11.2005	4,725%	31/12/2020
€	14	Dt. Postbank Namensgenussschein Nr. 028	30.12.2005	4,530%	31/12/2020
€	20	Dt. Postbank Namensgenussschein Nr. 032	05.03.2007	5,250%	31/12/2026
€	10	Dt. Postbank Namensgenussschein Nr. 038	03.05.2007	5,500%	31/12/2022

## Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Em 31 de dezembro de 2020, as Notas Tier 1 adicionais ("Notas AT1" ou "Notas") totalizaram 5,7 mil milhões de euros, em comparação com 5,0 mil milhões de euros no ano passado. O custo de juros nas notas para 2020 totalizou 368 milhões de euros e incluiu 242 milhões de euros de juros acumulados no fim do exercício de 2020, os quais foram registados em outros passivos.

As Notas AT1 constituem as notas não garantidas e subordinadas do Deutsche Bank. As notas auferem juros no seu montante nominal a partir da data de emissão até à primeira data de compra à taxa fixa anual. Por conseguinte, a taxa de juro será reajustada em intervalos de cinco anos. As Notas contêm características que podem requerer que o Deutsche Bank e permitirão que o Deutsche Bank, sempre no seu exclusivo critério absoluto e por qualquer razão, cancele quaisquer pagamentos de juros.

Se cancelados, os pagamentos de juros não são cumulativos e não subirão para compensar qualquer déficit nos pagamentos de juros em qualquer ano anterior. As Notas não terão data de vencimento. As Notas são reembolsáveis pelo Deutsche Bank a seu critério na respetiva primeira data de compra e posteriormente a cada intervalo de cinco anos ou em outras circunstâncias limitadas. Em cada caso, as Notas estão sujeitas a limitações e condições, tais como descritas nos termos e condições por exemplo, as Notas podem ser reembolsadas pelo Deutsche Bank a seu critério, no todo mas não em parte, por alguns motivos regulamentares ou de tributação. Todo e qualquer reembolso está sujeito ao consentimento prévio da autoridade de supervisão competente. O montante de reembolso e o montante nominal das Notas pode ser abatido na ocorrência de um evento acionador. Estamos na presença de um evento acionador quando o rácio Common Equity Tier 1 do Grupo Deutsche Bank, determinado numa base consolidada, descer abaixo dos 5,125%. As Notas também podem ser reintegradas, na sequência de um evento acionador, sob reserva do cumprimento de algumas condições.

#### Notas AT1 pendentes em 31 de dezembro de 2020

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Primeira data de compra
€	1.750	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	6,000%	30/4/2022
dólares dos Estados Unidos	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	4,789%	30/4/2025
GBP	650	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,125%	30/4/2026
dólares dos Estados Unidos	1.500	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,500%	30/4/2025
dólares dos Estados Unidos	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2020	6,000%	30/10/2025

## Divisas

O montante total de ativos expressos em moedas estrangeiras foi equivalente a 455,1 mil milhões de euros na data do balanço; o valor total de passivo foi equivalente a 307,6 mil milhões de euros.

## Capital e reservas

### Ações próprias

Ao longo de 2020, o Banco ou as respetivas empresas afiliadas compraram 9.558.706 ações do Deutsche Bank aos preços de mercado prevalecentes e venderam 9.565.152 ações do Deutsche Bank aos preços de mercado prevalecentes para negociação. A aquisição das respetivas ações próprias baseou-se na autorização dada na Assembleia-Geral de 18 de maio de 2017 de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG, cujos limites foram cumpridos para cada compra de ações e transação de venda. O preço de compra médio foi de 7,86 euros e o preço de venda médio foi de 7,86 euros por ação. O resultado foi reconhecido na reserva de capital.

As ações próprias do Banco compradas e vendidas para negociação ao longo de 2020 representaram cerca de 0,5% do respetivo capital social. A participação maior em qualquer dia individual foi de cerca de 0,00% e a participação média diária foi de cerca de 0,00% do respetivo capital social.

Além disso, o Banco foi autorizado a comprar as ações próprias nas Assembleias-Gerais de 20 de maio de 2020 e 23 de maio de 2019, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). Os respetivos limites foram cumpridos para cada transação de compra e venda. A autorização para o Banco comprar as respetivas ações próprias, dada na Assembleia-Geral de 23 de maio de 2018 e válida até 30 de abril de 2024, foi cancelada após a entrada em vigor da autorização de 20 de maio de 2020. A nova autorização foi aprovada até 30 de abril de 2025.

Além disso, a Assembleia-Geral Anual de 20 de maio de 2020 autorizou o Conselho de Administração nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG a realizar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. Os limites relativos à utilização de tais derivados foram cumpridos para cada transação de compra e venda.

No final de 2020, o Deutsche Bank AG e as suas sociedades afiliadas não detinham quaisquer ações próprias, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG. As respetivas participações de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG ascendiam a 1346166 ações ou 0,06% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, 7.416.731 (final de 2019: 9.226.803) ações do Deutsche Bank, ou seja, 0,36% (final de 2019: 0,45%) do nosso capital social, foram penhoradas ao Banco e respetivas empresas afiliadas como garantias para empréstimos.

## Alterações no capital subscrito, autorizado e condicional

O capital subscrito do Banco está dividido em 2 066 773 131 ações nominativas sem valor nominal e cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros. Excluindo as participações das ações próprias do Banco, o número de ações pendentes em 31 de dezembro de 2020 era de 2.065.426.965 (final de 2019: 2.066.101.774). O número médio de ações pendentes no período de relato era de 2.061.032.160.

em euros	Capital subscrito	Capital autorizado	Capital condicional (ainda a utilizar)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.290.939.215,36	2.560.000.000,00	563.200.000,00
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.290.939.215,36	2.560.000.000,00	563.200.000,00

<sup>1</sup> Inclui o valor nominal das ações em tesouraria.

Os pormenores em relação ao capital condicional autorizado e ainda a utilizar são apresentados no relatório de gestão combinado relativo à Informação de acordo com o artigo 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão.

## Alterações no capital e reservas

em milhões de euros		
Saldo em 1 de janeiro de 2020 (pró-forma)		35.884
Distribuição em 2020		0
Lucro transportado		0
Ações em tesouraria		
– Alteração no valor nominal de ações em tesouraria	(3)	
– Alteração dos custos de aquisição	(4)	
– Resultados líquidos não realizados (não relacionados com a negociação)	8	
– Resultado realizado (relacionado com a negociação)	(0)	
– Perdas líquidas não realizadas (não relacionadas com a negociação)	0	1
Retirada de reservas de capital		(1.769)
Lucros (perdas) distribuíveis para 2020		0
Diferença decorrente de fusão em valores contabilísticos		(1.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		32.959

Tendo em conta a retirada das reservas de capital para compensar as perdas de acordo com o artigo 150, n.º 4, ponto 1 da AktG (Lei alemã relativa às sociedades por ações) no montante de 1,8 mil milhões de euros, a perda remanescente foi de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

## Transações extrapatrimoniais

O Banco divulga passivos contingentes e compromissos de crédito irrevogáveis como transações extrapatrimoniais desde que não tenham sido estabelecidas provisões para os mesmos. A decisão de divulgação dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis como extrapatrimoniais ou reconhecidos como provisões é tomada com base no resultado da avaliação do risco de crédito. Os passivos contingentes e os compromissos de crédito irrevogáveis são igualmente reduzidos através do montante de garantia em numerário recebido, o qual é registado como passivo no balanço.

O risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes é mitigado pela possibilidade de recurso em relação ao respetivo cliente e, por conseguinte, baseia-se predominantemente no risco de crédito do cliente.

O Banco avalia o risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis antes de realizar irrevogavelmente uma obrigação no âmbito de uma avaliação do risco de crédito ou a utilizar uma avaliação do cumprimento previsto do cliente da obrigação subjacente. Além disso, o Banco avalia regularmente ao longo da vida útil do compromisso se são esperadas perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis. Em determinadas circunstâncias, o Banco solicita a provisão da garantia para reduzir o risco de perdas resultantes de reclamações. Os montantes das perdas analisados no âmbito de tais avaliações são registados no balanço como provisões.

## Compromissos de crédito irrevogáveis

Os compromissos de crédito irrevogáveis ascenderam a 122,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e incluíram compromissos de 120,9 mil milhões de euros para empréstimos e descontos a favor de entidades não bancárias.

O Deutsche Bank AG celebra compromissos de crédito irrevogáveis para satisfazer as necessidades de financiamento dos respetivos clientes. Os compromissos de crédito irrevogáveis representam a parte não utilizada da obrigação do Deutsche Bank de conceder empréstimos que não podem ser revogados pelo Deutsche Bank. Esses compromissos são apresentados com o montante contratual após a consideração da garantia em numerário recebida e as provisões conforme registadas no balanço. Os montantes acima referidos não representam fluxos de caixa futuros esperados, pois muitos desses contratos expirarão sem serem retirados. Apesar de os compromissos de crédito irrevogáveis não serem reconhecidos no balanço, o Deutsche Bank AG considera-os na monitorização da exposição ao crédito. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a percepção de uma perda decorrente de um saque previsto, é definida uma provisão.

O Deutsche Bank AG está comprometido em várias atividades comerciais com determinadas entidades, designadas como entidades de finalidade especial (SPE), que foram nomeadas para atingir uma finalidade de negócio específica. As principais utilizações de SPE consistem em proporcionar aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e riscos, bem como em fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. O Deutsche Bank AG beneficiará, em geral, da receção de taxas de serviços e comissões para a criação de SPE ou por atuar como um gestor de investimento, instituição de custódia ou qualquer outra função. As SPE podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. Embora o nosso envolvimento com tais entidades possa assumir muitas formas distintas, aquele é sobretudo composto por instrumentos de liquidez, divulgados de modo extrapatrimonial como compromissos de crédito irrevogáveis no âmbito das "outras obrigações" abaixo da linha do balanço. O Deutsche Bank AG presta apoio financeiro às SPE relacionado com os programas de veículos de titularização comercial, as titularizações de ativos, os fundos de investimento e os fundos de locação imobiliária. Tais veículos são fundamentais para o funcionamento de vários mercados investidores importantes, incluindo os mercados de créditos hipotecários para habitação e outros títulos garantidos por ativos, uma vez que proporcionam aos investidores o acesso a fluxos de caixa e riscos específicos criados através do processo de titularização. A 31 de dezembro de 2020, a exposição do Deutsche Bank AG não teve um impacto significativo nos respetivos acordos de dívida, rácios de capital, notações de crédito ou dividendos.

## Passivos contingentes

No exercício normal da atividade, o Deutsche Bank AG realiza regularmente garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito em nome dos seus clientes. Ao abrigo desses contratos, o Deutsche Bank AG está obrigado a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento por parte do terceiro das respetivas obrigações ou da execução de um contrato de obrigação. Para essas contingências, não é do conhecimento do Banco, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a percepção de uma perda decorrente de um saque previsto, é reconhecida uma provisão.

A tabela a seguir apresenta o total dos potenciais pagamentos ao abrigo de garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito após a dedução da garantia em numerário e das provisões registadas no balanço. Aquela apresenta o montante máximo da potencial utilização do Deutsche Bank AG no caso de todas as obrigações realizadas terem de ser cumpridas e, simultaneamente, todos os recursos para clientes não serem satisfeitos. Por conseguinte, a tabela não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados desses contratos, uma vez que muitos desses contratos expirarão sem serem retirados ou os saques serão contrabalançados através de recurso para o cliente.

em milhões de euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
Garantias	34.497	35.701	35.365
Cartas de crédito	3.579	3.095	3.095
Responsabilidades de crédito	8.120	9.574	7.272

## Obrigações diversas

As obrigações de aquisição são acordos legalmente executáveis e vinculativos para a compra de mercadorias ou serviços nos termos predefinidos tais como quantidades ou preços mínimos. Sempre que o Deutsche Bank AG celebra tais acordos, existe o risco potencial de os termos e condições do contrato serem menos favoráveis do que os termos e condições no momento em que as mercadorias ou os serviços são fornecidos ou de os custos relacionados serem mais elevados do que o benefício económico recebido. No caso de uma perda antecipada, o Deutsche Bank AG poderá anular uma provisão para contratos onerosos.

As obrigações de aquisição para mercadorias e serviços ascendem a 3,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, as quais incluem pagamentos futuros para, entre outros, serviços de tecnologia da informação e de gestão de instalações, por exemplo.

As locações são contratos em que o proprietário de um ativo (locador) concede o direito de utilização desse ativo a outra parte (locatário) por um período de tempo específico em troca de pagamentos regulares. Um contrato de locação é classificado como uma locação operacional caso o contrato inclua um direito limitado ou ilimitado de resolução para o locatário. Todos os principais riscos e benefícios associados à propriedade do ativo permanecem com o locador, que permanece o proprietário económico. As locações operacionais proporcionam uma alternativa à propriedade, pois permitem ao locatário beneficiar do não investimento dos seus recursos no ativo. As obrigações existentes do Deutsche Bank AG resultantes das locações operacionais envolvem contratos de arrendamento e locação para edifícios, mobiliário e equipamento de escritório. A maioria das mesmas são contratos de locação para edifícios, nos quais o Deutsche Bank AG é o locatário. Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações de pagamento ao abrigo dos contratos de arrendamento e locações ascendiam a 4,2 mil milhões de euros (47 milhões de euros diziam respeito a subsidiárias) e tinham maturidades residuais de até 26 anos.

Em 31 de dezembro de 2020, os custos com remuneração variável diferida não amortizados totalizavam 0,1 mil milhões de euros.

O passivo para possíveis compras de ações não integralmente liberadas em sociedades anónimas ou sociedades por quotas e outras ações ascendia a 17 milhões de euros no final de 2020, dos quais 15 milhões de euros estavam relacionados com uma subsidiária.

O passivo para possíveis compras de outras ações totalizava 0,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

De acordo com o artigo 5.º, n.º 10 do Estatuto do Fundo de proteção de depósitos, o Deutsche Bank AG comprometeu-se a indemnizar o Bundesverband deutscher Banken e.V., Berlim, por quaisquer perdas incorridas devido às medidas tomadas a favor de bancos maioritariamente detidos ou controlados pelo Deutsche Bank AG.

Os compromissos de pagamento irrevogáveis para taxas bancárias relacionados com o Fundo Único de Resolução (SFR) e a proteção alemã de depósitos ascendiam a 650 milhões de euros.

As obrigações decorrentes de transações em bolsas de futuros e opções e em câmaras de compensação para as quais foram penhorados títulos como garantia ascendiam a 11,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Outros passivos contingentes adicionais totalizam 73 milhões de euros.



## Notas às demonstrações financeiras

### Rendimentos por mercado geográfico

O montante total do rendimento de juros, do rendimento corrente de ações de capital e outros títulos de rendimento variável, das participações financeiras e dos investimentos em empresas afiliadas, do rendimento de comissões, do resultado de negociação líquido e de outras receitas operacionais tem origem em várias regiões, conforme apresentado através da seguinte discriminação de acordo com o artigo 34.º, n.º 2 da RechKredV.

em milhões de euros	2020	2019 (pró-forma)	2019
Alemanha	14.517	13.079	5.241
Europa (excl. Alemanha)	6.595	12.345	12.261
Américas	2.981	6.064	6.064
África/Ásia/Austrália	2.897	4.056	4.056
<b>Total</b>	<b>26.990</b>	<b>35.544</b>	<b>27.622</b>

O aumento do rendimento na Alemanha é sobretudo atribuível a um aumento do resultado de exploração. A diminuição dos proveitos na Europa (sem a Alemanha), nas Américas e na África/Ásia/Austrália é sobretudo motivada por rendimentos de juros mais baixos.

### Rendimento de juros e gastos de juros

O rendimento de juros de empresas de crédito e do mercado monetário incluiu 404 milhões de euros de juros negativos, ou seja, custos de juros sobre valores a receber que estavam principalmente relacionados com valores a receber de bancos e ativos detidos para negociação. Os custos de juros incluíram 561 milhões de euros de juros negativos, ou seja, rendimento de juros de passivo que estava sobretudo relacionado com dívidas a bancos.

### Serviços administrativos e de agência prestados por terceiros

Os seguintes serviços administrativos e de agência foram prestados por terceiros: serviços de custódia, encaminhamento de hipotecas, apólices de seguros e contratos de poupança e crédito habitação, gestão de ativos detidos em fideicomisso e gestão de ativos.

### Outros rendimentos e despesas operacionais

Outros resultados operacionais de 2,0 mil milhões de euros incluem o resultado de derivativos não relacionados com a negociação de 922 milhões de euros.

Outras despesas operacionais de 1,2 mil milhões de euros incluem principalmente o resultado de derivativos não relacionados com a negociação no valor de 435 milhões de euros, bem como despesas decorrentes da conversão cambial de ativos e passivos, que totalizaram 300 milhões de euros.

## Resultado extraordinário

As receitas extraordinárias de 1,3 mil milhões de euros estão sobretudo relacionadas com os ganhos da fusão com o DB PFK AG. (2019: receita de 52,4 milhões de euros relacionada com a reversão de provisões de reestruturação). As despesas extraordinárias de 472,9 milhões de euros refletem atividades de reestruturação (2019: despesas de 498,7 milhões de euros).

Os rendimentos e gastos extraordinários traduziram-se num resultado extraordinário de 779,1 milhões de euros (2019: 446,4 milhões de euros negativos).

## Informação relativa ao montante bloqueado de acordo com os artigos 253.º, n.º 6 e 268.º, n.º 8 do HGB

A tabela a seguir apresenta o montante de acordo com o artigo 268.º, n.º 8 do HGB e o artigo 253.º, n.º 6 do HGB que deverá ser considerado para distribuição de lucros. De acordo com a segunda regra, tem de ser calculada a diferença na avaliação das obrigações com pensões com base nas taxas médias, ao utilizar um período de dez anos ou de sete anos. As reservas distribuíveis totais acrescidas do lucro distribuível são inferiores aos montantes bloqueados em 31 de dezembro de 2020. Em conformidade, não é possível um pagamento de dividendos para o ano de 2020. As posições individuais incluem passivos por impostos diferidos, se aplicável; por conseguinte, os montantes apresentados na tabela poderão desviar-se das posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
Ativos por impostos diferidos	3.343	2.988	2.988
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	2.275	2.355	2.355
Diferença de avaliação relacionada com o desconto de provisões para obrigações com pensões	549	674	340
Resultados não realizados de ativos do plano	1.252	880	287
<b>Total do montante não distribuível</b>	<b>7.419</b>	<b>6.896</b>	<b>5.969</b>

## Participações acionistas

- 30 Empresas em que a participação é superior a 20%
- 41 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações do Deutsche Bank AG de acordo com o artigo 285.º, ponto 11 do HGB, incluindo as informações de acordo com o artigo 285.º, ponto 11-a do HGB. De acordo com o artigo 286.º, n.º 3, 1.ª frase, ponto 1 do HGB, o Deutsche Bank AG não divulga os fundos próprios e o resultado anual de participações individuais, na medida em que tais divulgações são insignificantes para a apresentação dos ativos e do passivo, da posição financeira e dos resultados de operações do Deutsche Bank AG.

### Notas de rodapé:

- 1 No contrato de transferência de resultados, o resultado anual não é divulgado.
- 2 Fundos próprios e resultado anual do exercício de 2019; os números locais da GAAP para o exercício de 2020 ainda não estão disponíveis.
- 3 Fundos próprios e resultado anual do subgrupo. As empresas a seguir que começam com um travessão fazem parte do subgrupo; os respetivos fundos próprios e o resultado anual são incorporados nos dados do subgrupo.
- 4 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada nos termos do artigo 285.º, ponto 11-a do HGB.
- 5 Parceria geral.

Empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
1	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
2	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
3	Acamar Holding S.A.	Luxemburgo		95,0		
4	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
5	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
6	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
7	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
8	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
9	Adara S.A.	Luxemburgo		95,0		
10	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
11	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
12	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
13	Agena S.A.	Luxemburgo		95,0		
14	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
15	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
16	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		26,9	253,2	10,6
17	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
18	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH	Berlin		100,0		
19	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
20	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
21	Amber Investments S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
22	Ambidexter GmbH i.L.	Frankfurt		100,0	66,0	0,0
23	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
24	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
25	Arabesque AI Ltd	Londres		24,9		
26	Asia Core Real Estate Fund SCA SICAV-RAIF	Luxemburgo		29,9	60,2	1,0
27	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
28	Atena SPV S.r.l	Conegliano		60,0		
29	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
30	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		49,8		
31	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
32	Baldur Mortgages Limited	Londres		100,0		
33	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
34	Bankers Trust Investments Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
35	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		30,0	4,5	2,2
36	Banks Island General Partner Inc.	Toronto		50,0		
37	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati		100,0		
38	Benefit Trust GmbH	Luetzen		100,0	7.631,7	(0,7)
39	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		49,0		
40	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		100,0	176,7	16,2
41	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque		99,9		
42	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln	1	100,0	1.161,3	0,0
43	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln		100,0	1.768,5	22,8
44	BHW Holding GmbH	Hameln	1	100,0	727,5	0,0
45	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
46	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
47	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf		33,2		
48	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		32,0		
49	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		100,0		
50	Breaking Wave DB Limited	Londres		100,0		
51	BT Globenet Nominees Limited	Londres		100,0		
52	Cape Acquisition Corp.	Wilmington		100,0		
53	CapeSuccess Inc.	Wilmington		100,0		
54	CapeSuccess LLC	Wilmington		82,6		
55	Cardales UK Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
56	Cardea Real Estate S.r.l.	Milão		100,0		
57	Career Blazers LLC	Wilmington		100,0		
58	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany		100,0		
59	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany		100,0		
60	Carpathian Investments Designated Activity Company	Dublin		100,0		
61	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		100,0		
62	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène		100,0		
63	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène		67,6	275,1	16,9
64	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
65	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
66	City Leasing Limited	Londres		100,0		
67	Comfund Consulting Limited	Bangalore		30,0		
68	Consumo Srl in Liquidazione	Milão		100,0		
69	D B Investments (GB) Limited	Londres	2	100,0	716,8	(47,0)
70	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		100,0		
71	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
72	DB (Barbados) SRL	Christ Church		100,0		
73	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
74	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
75	DB Advisors SICAV	Luxemburgo		95,4	9.970,2	322,3
76	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		100,0		
77	DB Asset Finance I S.à r.l.	Luxemburgo		95,0		
78	DB Asset Finance II S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
79	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt	1	100,0	6.303,9	0,0
80	DB Capital Investments Sàrl	Luxemburgo		100,0		
81	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt	1	100,0	580,2	0,0
82	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón		100,0		
83	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		100,0		
84	DB Commodity Services LLC	Wilmington		100,0	13,0	14,1
85	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
86	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		90,0		
87	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo	2	100,0	0,8	13,3
88	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town		100,0		
89	DB Direkt GmbH	Frankfurt	1	100,0		
90	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited (em liquidação)	St. Helier		100,0		
91	DB Equity Limited	Londres	2	100,0	28,1	0,0
92	DB Finance International GmbH	Frankfurt		100,0		
93	DB Fund (Mauritius) Limited	Ebène CyberCity		100,0		
94	DB Global Technology SRL	Bucareste		100,0	48,1	4,9
95	DB Group Services (UK) Limited	Londres		100,0		
96	DB HR Solutions GmbH	Eschborn		100,0		
97	DB Immobilienfonds 2 KG i.L.	Frankfurt		74,0		
98	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG	Frankfurt		93,6	3,2	8,5
99	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		100,0		
100	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo		100,0		
101	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen		100,0	1.657,7	1,7
102	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		100,0	1.587,3	2,6
103	DB International (Asia) Limited	Singapura		100,0	460,9	16,4
104	DB International Investments Limited	Londres		100,0		
105	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		100,0		
106	DB Investment Services GmbH	Frankfurt	1	100,0	46,0	0,0
107	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		100,0		
108	DB Management Support GmbH	Frankfurt		100,0		
109	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington		100,0	45,2	(1,4)
110	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
111	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		100,0		
112	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Madrid		99,9		
113	DB Overseas Holdings Limited	Londres	2	100,0	52,8	(2,8)
114	DB Placement, LLC	Wilmington		100,0		
115	DB Print GmbH	Frankfurt	1	100,0		
116	DB RC Investments II, LLC	Wilmington		99,9		
117	DB Re S.A.	Luxemburgo		100,0		
118	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		34,3		
119	DB Service Centre Limited	Dublin	2	100,0	20,4	2,5
120	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo		100,0		
121	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		100,0		
122	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		100,0		
123	DB Structured Finance 1 Designated Activity Company	Dublin		100,0		
124	DB Structured Finance 2 Designated Activity Company	Dublin		100,0		
125	DB Structured Holdings Luxembourg S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
126	DB Trustee Services Limited	Londres		100,0		
127	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
128	DB UK Bank Limited	Londres	2	100,0	737,7	(14,9)
129	DB UK Holdings Limited	Londres	2	100,0	383,9	12,8
130	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		100,0	10,2	0,0
131	DB USA Corporation (Subgrupo)	Wilmington	3	100,0	11.748,7	604,2
132	-ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
133	BS MB Ltd.	Lutherville-Timonium		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
134	-Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
135	-Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
136	-Argent Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
137	-Blue Cork, Inc.	Wilmington		100,0		
138	-China Recovery Fund, LLC	Wilmington		85,0		
139	-Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington		100,0		
140	-D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington		100,0		
141	-DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque		100,0		
142	-DB Abalone LLC	Wilmington		100,0		
143	-DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		100,0		
144	-DB Alps Corporation	Wilmington		100,0		
145	-DB Aster II, LLC	Wilmington		100,0		
146	-DB Aster III, LLC	Wilmington		100,0		
147	-DB Aster, Inc.	Wilmington		100,0		
148	-DB Aster, LLC	Wilmington		100,0		
149	-DB Boracay LLC	Wilmington		100,0		
150	-DB Capital Partners, Inc.	Wilmington		100,0		
151	-DB Elara LLC	Wilmington		100,0		
152	-DB Energy Trading LLC	Wilmington		100,0		
153	-DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		100,0		
154	-DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		100,0		
155	-DB Global Technology, Inc.	Wilmington		100,0		
156	-DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		100,0		
157	-DB Intermezzo LLC	Wilmington		100,0		
158	-DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		100,0		
159	-DB Investment Partners, Inc.	Wilmington		100,0		
160	-DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		100,0		
161	-DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		100,0		
162	-DB Io LP	Wilmington		100,0		
163	-DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		100,0		
164	-DB Litigation Fee LLC	Wilmington		100,0		
165	-DB Omega BTV S.C.S.	Luxemburgo		100,0		
166	-DB Omega Holdings LLC	Wilmington		100,0		
167	-DB Omega Ltd.	George Town		100,0		
168	-DB Omega S.C.S.	Luxemburgo		100,0		
169	-DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		100,0		
170	-DB Private Clients Corp.	Wilmington		100,0		
171	-DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		100,0		
172	-DB RC Holdings, LLC	Wilmington		100,0		
173	-DB Services Americas, Inc.	Wilmington		100,0		
174	-DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		100,0		
175	-DB Structured Products, Inc.	Wilmington		100,0		
176	-DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		100,0		
177	-DB USA Core Corporation	West Trenton		100,0		
178	-DBAH Capital, LLC	Wilmington		100,0		
179	-DBFIC, Inc.	Wilmington		100,0		
180	-DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		100,0		
181	-DBUSBZ1, LLC	Wilmington		100,0		
182	-Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		100,0		
183	-Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		100,0		
184	-Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
185	-Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		100,0		
186	-Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		100,0		
187	-Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		100,0		
188	-Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		100,0		
189	-Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		100,0		
190	-Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		100,0		
191	-Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		100,0		
192	-Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington		100,0		
193	-Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		100,0		
194	-G Finance Holding Corp.	Wilmington		100,0		
195	-G918 Corp.	Wilmington		100,0		
196	-GAC-HEL, Inc.	Wilmington		100,0		
197	-German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium		100,0		
198	-GWC-GAC Corp.	Wilmington		100,0		
199	-Kelsey Street LLC	Wilmington		100,0		
200	-87 Leonard Development LLC	Wilmington		100,0		
201	-MIT Holdings, Inc.	Baltimore		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
202	-MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		100,0		
203	-MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		100,0		
204	-New 87 Leonard, LLC	Wilmington		100,0		
205	-PARTS Funding, LLC	Wilmington		100,0		
206	-QR Tower 2, LLC	Wilmington		100,0		
207	-REO Properties Corporation	Wilmington		100,0		
208	-Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		100,0		
209	-Sharps SP I LLC	Wilmington		100,0		
210	-Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		100,0		
211	-Structured Finance Americas, LLC	Wilmington		100,0		
212	-World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		100,0		
213	-Zumirez Drive LLC	Wilmington		100,0		
214	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	592,0	11,1
215	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	42,6	2,7
216	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt	1	100,0		
217	DB Vita S.A.	Luxemburgo		75,0	25,3	1,1
218	DBCIBZ1	George Town		100,0		
219	DBCIBZ2	George Town		100,0		
220	DBG Eastern Europe II L.P.	St. Helier		25,9	7,3	2,7
221	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres	2	100,0	12,4	5,6
222	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai		100,0	155,3	32,7
223	DBR Investments Co. Limited	George Town		100,0	451,5	65,3
224	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd. (em dissolução voluntária)	George Town		100,0		
225	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		100,0		
226	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		100,0		
227	DBRMS4	George Town		100,0	320,5	5,7
228	DBRMSGP1	George Town	4, 5	100,0	320,5	5,7
229	DBUK PCAM Limited	Londres		100,0	(101,4)	0,5
230	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	26,9	34,0
231	DBX Advisors LLC	Wilmington		100,0		
232	DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington		100,0		
233	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	4	100,0	98,9	1,2
234	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Frankfurt		100,0		
235	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0		
236	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		100,0	4,4	3,6
237	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		100,0		
238	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		100,0		
239	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Atenas		95,6		
240	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington		100,0		
241	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0	59,5	3,3
242	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		100,0	259,6	10,0
243	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		100,0	10,7	0,2
244	Deutsche Australia Limited (Subgrupo)	Sydney	2, 3	100,0	195,7	21,7
245	-Baincor Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
246	-Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
247	-BNA Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
248	-BTD Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
249	-Deutsche Access Investments Limited	Sydney		100,0		
250	-Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		100,0		
251	-Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		100,0		
252	-Deutsche Securities Australia Limited	Sydney		100,0		
253	-DNU Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
254	-DTS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
255	-OPS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
256	-Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
257	-R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
258	-RTS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
259	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		100,0	59,6	(0,5)
260	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		100,0	1.123,2	28,6
261	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		100,0	395,1	54,6
262	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		100,0	540,5	(0,7)
263	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		100,0		
264	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		100,0	90,1	9,4
265	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington		100,0	300,0	0,0
266	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt	1	100,0	10,0	0,0
267	Deutsche Bank Financial Company	George Town		100,0	25,9	(5,2)
268	Deutsche Bank International Limited	St. Helier		100,0	152,8	(3,9)
269	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
270	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		100,0	4.870,5	84,4
271	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		100,0	30,3	(17,6)
272	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México		100,0	60,2	(8,3)
273	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
274	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia		100,0	556,0	0,3
275	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		100,0		
276	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		100,0	250,4	(7,7)
277	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		100,0	91,3	0,1
278	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
279	Deutsche Bank Societá per Azioni	Milão		99,9	1.878,3	(18,3)
280	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid		99,8	1.175,7	(4,8)
281	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		100,0		
282	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0	17,0	3,1
283	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town		100,0		
284	Deutsche Cayman Ltd.	George Town		100,0		
285	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		100,0	46,9	13,8
286	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá		100,0		
287	Deutsche Custody N.V.	Amsterdão		100,0		
288	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		100,0	48,2	19,3
289	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town	2	100,0	11,3	0,7
290	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		100,0		
291	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		100,0	12,3	0,5
292	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		100,0	17,8	0,0
293	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Eschborn		100,0		
294	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	99,8		
295	Deutsche Gulf Finance	Riade		29,1	155,1	10,9
296	Deutsche Holdings (BTI) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
297	Deutsche Holdings (Grand Duchy)	Luxemburgo		100,0	173,5	(2,4)
298	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	2.895,8	16,9
299	Deutsche Holdings Limited	Londres	2	100,0	439,2	0,0
300	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres	2	100,0	195,2	0,5
301	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres	2	100,0	234,0	59,2
302	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		100,0	114,6	0,7
303	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf	1	100,0	26,5	0,0
304	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		100,0	86,0	14,9
305	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		100,0	10,4	(1,0)
306	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		100,0	2,0	(2,6)
307	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		100,0		
308	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amsterdão		100,0		
309	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		100,0	110,9	5,1
310	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		100,0		
311	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		100,0	126,8	25,6
312	Deutsche Mandatos S.A.	Buenos Aires		100,0		
313	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	143,6	6,2
314	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited	Londres	2	100,0	938,7	(2,0)
315	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington		100,0		
316	Deutsche Nederland N.V.	Amsterdão		100,0		
317	Deutsche New Zealand Limited (Subgrupo)	Auckland	3	100,0	1,7	0,0
318	-Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		100,0		
319	-Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		100,0		
320	-Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		100,0		
321	-Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		100,0		
322	Deutsche Nominees Limited	Londres		100,0		
323	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Colónia	1	100,0	512,2	0,0
324	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		100,0		
325	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		100,0		
326	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington		100,0		
327	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		100,0		
328	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres		100,0		
329	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		49,0		
330	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		100,0	10,7	0,4
331	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0	24,8	0,8
332	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0		
333	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		100,0	195,8	(4,2)
334	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		100,0	1.162,9	(66,4)
335	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		100,0		
336	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		100,0	150,6	(8,0)
337	Deutsche Securities Mauritius Limited	Ebène		100,0		



N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
338	Deutsche Securities S.A.	Buenos Aires		100,0		
339	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta)	Riade		100,0	78,3	(7,4)
340	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		100,0	26,7	(2,2)
341	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		100,0		
342	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt	1	100,0		
343	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		100,0		
344	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		100,0	20,1	3,9
345	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		100,0		
346	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
347	Deutsche Wealth Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		100,0		
348	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		50,0		
349	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		25,1	10,4	0,6
350	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		78,0		
351	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt	1	100,0		
352	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
353	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
354	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	100,0		
355	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		21,1		
356	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf		50,0		
357	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
358	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
359	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
360	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
361	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
362	dwins GmbH	Frankfurt		21,3	2,6	(2,3)
363	DWS Alternatives France	Paris		100,0		
364	DWS Alternatives Global Limited	Londres		100,0	166,2	3,3
365	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt	1	100,0	19,5	0,0
366	DWS Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		100,0	17,1	1,5
367	DWS Beteiligungs GmbH	Frankfurt	1	98,9	336,4	0,0
368	DWS CH AG	Zurique		100,0	14,1	1,9
369	DWS Distributors, Inc.	Wilmington		100,0	33,8	(0,4)
370	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei		60,0		
371	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt		79,5	8.143,4	403,2
372	DWS Group Services UK Limited	Londres		100,0	31,2	(0,7)
373	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt	1	99,9	23,7	0,0
374	DWS International GmbH	Frankfurt	1	100,0	82,3	0,0
375	DWS Investment GmbH	Frankfurt	1	100,0	343,6	0,0
376	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington		100,0	818,9	(7,4)
377	DWS Investment S.A.	Luxemburgo		100,0	440,7	97,6
378	DWS Investments Australia Limited	Sydney		100,0		
379	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0	24,3	6,4
380	DWS Investments Japan Limited	Tóquio		100,0	33,0	(7,0)
381	DWS Investments Shanghai Limited	Xangai		100,0		
382	DWS Investments Singapore Limited	Singapura		100,0	310,0	55,1
383	DWS Investments UK Limited	Londres		100,0	202,5	27,8
384	DWS Management GmbH	Frankfurt		100,0		
385	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt	1	99,9	52,7	0,0
386	DWS Service Company	Wilmington		100,0	1,8	(6,0)
387	DWS Trust Company	Concord		100,0	21,5	0,4
388	DWS USA Corporation	Wilmington		100,0	1.312,4	54,4
389	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.l.	Hamburgo		65,2		
390	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
391	Eisler Capital (TA) Ltd	Londres		34,7		
392	Elbe Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		25,0		
393	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt		50,0		
394	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
395	Elizabethan Holdings Limited	George Town		100,0		
396	Elizabethan Management Limited	George Town		100,0		
397	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		100,0		
398	equiNotes Management GmbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
399	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Frankfurt		100,0		
400	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		100,0		
401	Evroenergeiaki Anonymi Etaireia	Atenas		40,0		
402	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.l.	Milão		100,0		
403	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlim		100,0		
404	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt	1	100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
405	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
406	FÜNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
407	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
408	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		41,2		
409	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		30,6		
410	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		74,9		
411	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
412	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
413	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington		100,0		
414	German Public Sector Finance B.V.	Amsterdão		50,0		
415	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		36,7	6,4	4,3
416	giropay GmbH	Frankfurt		33,3		
417	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Tegernsee		29,0		
418	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Tegernsee		28,2		
419	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf		94,9	5,3	3,2
420	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf		36,1		
421	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf		64,7		
422	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		30,0	785,4	144,6
423	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.L.	Jork		24,3		
424	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		40,7	717,6	64,3
425	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		50,0		
426	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG i.L.	Berlim		20,5		
427	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf		50,0		
428	Ingrid S.à.r.l.	Munsbach		23,8		
429	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
430	Intermodal Finance I Ltd.	George Town		49,0		
431	IOG Denali Upton, LLC	Dover		23,0		
432	IOG NOD I, LLC	Dover		22,5		
433	Isaac Newton S.A.	Luxemburgo		95,0	0,4	13,7
434	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
435	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0		
436	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
437	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		22,9		
438	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		22,9		
439	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo		100,0		
440	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev		100,0	10,7	0,0
441	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		100,0		
442	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt	1	100,0		
443	Kidson Pte Ltd	Singapura		100,0	15,4	0,0
444	Kinneil Leasing Company	Londres		35,0		
445	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
446	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG i.L.	Düsseldorf		96,1		
447	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG i.L.	Düsseldorf		97,0		
448	Konsul Inkasso GmbH	Essen	1	100,0		
449	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		30,1	773,0	166,3
450	LA Water Holdings Limited	George Town		75,0		
451	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		100,0	22,9	1,3
452	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		100,0		
453	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		100,0		
454	Lindsell Finance Limited	St. Julian's		100,0		
455	London Industrial Leasing Limited	Londres		100,0		
456	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt		77,1	17,2	0,8
457	M Cap Finance Mittelstandsfonds III GmbH & Co. KG	Frankfurt		38,4		
458	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver		100,0	258,1	0,6
459	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo		38,5		
460	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxemburgo		100,0		
461	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		40,0		
462	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0		
463	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0		
464	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo		34,0		
465	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo		33,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
466	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo		33,0		
467	MT "KING EDWARD" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		35,3		
468	MT "KING ERIC" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo		34,5		
469	Navegador - SGFTC, S.A.	Lisboa		100,0		
470	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
471	NCW Holding Inc.	Vancouver		100,0		
472	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
473	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
474	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
475	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
476	norisbank GmbH	Bona	1	100,0	433,9	0,0
477	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver		96,7		
478	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
479	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		100,0	18,2	5,8
480	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		100,0	201,1	9,0
481	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia		100,0		
482	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		100,0		
483	OPB-Nona GmbH	Frankfurt		100,0		
484	OPB-Oktava GmbH	Colónia		100,0		
485	OPB-Quarta GmbH	Colónia		100,0		
486	OPB-Septima GmbH	Colónia		100,0		
487	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colónia		27,7		
488	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		100,0		
489	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia		100,0		
490	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0		
491	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0		
492	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		22,2		
493	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
494	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
495	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
496	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
497	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
498	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
499	PB Factoring GmbH	Bona	1	100,0	31,5	0,0
500	PB Firmenkunden AG	Bona	1	100,0		
501	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen	1	100,0	18,5	0,0
502	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
503	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
504	PEIF III SLP Feeder, SCSp	Senningerberg		54,0		
505	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
506	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
507	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
508	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
509	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
510	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
511	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
512	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
513	Peruda Leasing Limited	Londres		100,0		
514	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
515	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
516	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati		95,0	14,7	(0,2)
517	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		100,0		
518	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
519	Postbank Akademie und Service GmbH	Hamel		100,0		
520	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona	1	100,0	782,0	0,0
521	Postbank Direkt GmbH	Bona	1	100,0	15,9	0,0
522	Postbank Filialvertrieb AG	Bona	1	100,0	37,1	0,0
523	Postbank Finanzberatung AG	Hamel		100,0	85,8	27,5
524	Postbank Immobilien GmbH	Hamel	1	100,0		
525	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona	1	100,0	20,2	0,0
526	Postbank Leasing GmbH	Bona	1	100,0		
527	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
528	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
529	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
530	Prestipay S.p.A.	Udine		40,0		
531	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
532	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf		50,0		
533	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
534	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jacarta		99,0	19,9	(0,5)
535	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
536	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
537	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
538	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
539	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
540	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
541	Reference Capital Investments Limited	Londres		99,9		
542	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
543	Riviera Real Estate	Paris		100,0		
544	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		100,0	288,1	53,0
545	RREEF America L.L.C.	Wilmington		100,0	239,3	56,7
546	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong		100,0		
547	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington		100,0		
548	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		100,0		
549	RREEF Fund Holding Co.	George Town		100,0	37,4	3,9
550	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		100,0		
551	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		100,0	21,0	11,3
552	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hamel	1	100,0		
553	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
554	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
555	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colônia		100,0	45,5	0,4
556	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
557	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
558	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf		58,5		
559	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
560	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
561	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
562	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
563	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
564	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
565	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
566	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
567	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		33,2		
568	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
569	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG i.L.	Düsseldorf		71,1		
570	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
571	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
572	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
573	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
574	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
575	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
576	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
577	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
578	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
579	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf		100,0		
580	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
581	Service Company Four Limited	Hong Kong		100,0		
582	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
583	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
584	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
585	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
586	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
587	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
588	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG i.L.	Düsseldorf		83,8		
589	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
590	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
591	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
592	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
593	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
594	OLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
595	OLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i.L.	Halle/Saale		30,5		
596	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
597	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
598	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano		100,0		
599	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
600	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
601	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
602	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
603	SPV I Sociedad Anónima Cerrada	Lima		99,9		
604	SPV II Sociedad Anónima Cerrada	Lima		99,8		
605	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		22,5		
606	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
607	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
608	Starpool Finanz GmbH	Berlim		49,9		
609	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0		
610	Stelvio Immobiliare S.r.l.	Bolzano		100,0		
611	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
612	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
613	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
614	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
615	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
616	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
617	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
618	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Frankfurt		100,0		
619	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
620	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
621	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
622	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
623	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa		100,0		
624	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
625	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
626	Tasfiye Halinde Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul		100,0		
627	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
628	Teesside Gas Transportation Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		48,0	(178,0)	(6,5)
629	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0		
630	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
631	Tempurrite Leasing Limited	Londres		100,0		
632	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
633	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
634	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG i.L.	Düsseldorf		100,0		
635	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG i.L.	Düsseldorf		100,0		
636	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque		100,0		
637	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
638	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG i.L.	Düsseldorf		25,0		
639	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
640	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
641	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
642	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim		50,0		
643	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
644	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt		100,0		
645	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
646	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
647	Triplereason Limited	Londres		100,0	330,0	(0,2)
648	Triton Beteiligungs GmbH i.L.	Frankfurt		33,1		
649	TRS Aria LLC	Wilmington		100,0		
650	TRS Leda LLC	Wilmington		100,0		
651	TRS Maple II LTD	George Town		100,0		
652	TRS Oak II LTD	George Town		100,0		
653	TRS Scorpio LLC	Wilmington		100,0		
654	TRS SVCO LLC	Wilmington		100,0		
655	TRS Tupelo II LTD	George Town		100,0		
656	TRS Venor LLC	Wilmington		100,0		
657	TRS Walnut II LTD	George Town		100,0		
658	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
659	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
660	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
661	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque		99,9		
662	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
663	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
664	VCL Lease S.à r.l.	Luxemburgo		95,0		
665	Vesta Real Estate S.r.l.	Milão		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
666	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
667	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
668	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
669	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
670	Volbroker.com Limited	Londres		22,5	10,5	0,9
671	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona		100,0	32,7	4,1
672	Wealthspur Investment Ltd.	Labuan		100,0		
673	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0	132,4	14,1
674	Weser Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
675	Whale Holdings S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		100,0		
676	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
677	Wood NewCo S.à r.l.	Luxemburgo		52,1		
678	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
679	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
680	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
681	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
682	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
683	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
684	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
685	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
686	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
687	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
688	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
689	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		25,0		
690	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
691	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
692	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
693	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
694	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
695	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		33,3	150,9	3,5
696	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
697	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
698	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
699	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
700	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
701	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
702	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
703	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
704	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
705	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
706	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
707	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
708	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
709	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
710	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
711	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
712	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
713	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		20,4		

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
714	A.C.N. 603 303 126 Pty Ltd	Melbourne		19,4		
715	ABRAAJ Holdings (em dissolução oficial)	George Town		8,8		
716	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		5,6		
717	BÜRGSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		8,5		
718	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		8,4		
719	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		6,3		
720	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		8,2		
721	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		5,6		
722	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		8,7		
723	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		8,7		
724	MTS S.p.A.	Roma		5,0		
725	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona		2,4		
726	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		9,0		
727	Private Export Funding Corporation	Wilmington		6,0		
728	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		11,8		
729	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		7,1		

## Outras informações

### Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft, Hameln	Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque
D B Investments (GB) Limited, London	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid
DB International (Asia) Limited, Singapura	Deutsche Holdings (Malta) S.à r.l., Luxemburgo,
Deutsche Australia Limited, Sydney	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	Deutsche Oppenheim Family Office AG, Colónia
Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia	OOO “Deutsche Bank”, Moscovo
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	PB Factoring GmbH, Bona
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	



## Divulgações de acordo com o artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief)

As tabelas a seguir apresentam as divulgações exigidas pelo artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief). As tabelas a seguir apresentam as divulgações exigidas pelo artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief). Estas divulgações contêm informações relativas a obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) que o Deutsche Bank AG já detinha em 31 de dezembro de 2020, bem como divulgações sobre Pfandbriefe do Setor Público, apenas detidas pelo DB Privat- und Firmenkundenbank AG e que são divulgadas para o Deutsche Bank AG retrospectivamente devido à fusão em 1 de janeiro de 2020. As divulgações relativas às obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) contêm valores pró-forma, bem como valores do ano anterior para o Deutsche Bank AG. As divulgações relativas a obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) do Setor Público contêm apenas valores pró-forma, uma vez que não existem valores do ano anterior para o Deutsche Bank AG antes da fusão.

### Exposição global (artigo 28.º, n.º 1, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

#### Obrigações hipotecárias (Pfandbriefe)

	31 dez 2020				
em milhões de euros	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Pior cenário de esforço de taxas de juro e mercado cambial
Obrigações hipotecárias (Pfandbriefe)	11.972,0	12.966,3	11.661,6	14.953,0	11.661,6
Cobertura de ativos	15.980,6	18.711,2	16.001,6	22.289,8	16.001,6
Cobertura de ativos de acordo com o § 12.º (1)	14.834,6	17.520,1	14.950,9	20.927,1	14.950,9
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 <sup>1</sup>	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 3 <sup>2</sup>	1.146,0	1.191,1	1.050,6	1.362,7	1.050,6
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	9,6	9,2	9,0	9,1	9,0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
<b>Sobrecolateralização</b>	<b>4.008,6</b>	<b>5.744,9</b>	<b>4.340,0</b>	<b>7.336,8</b>	<b>4.340,0</b>
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	33,5	44,3	37,2	49,1	37,2

De acordo com o artigo 5.º, n.º 1, ponto 1 e o artigo 6.º, n.º 2, ponto 1 da abordagem estática da PfandBarwertV.

<sup>1</sup> Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

<sup>2</sup> Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

	pró-forma 31 dez 2020				
em milhões de euros	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Pior cenário de esforço de taxas de juro e mercado cambial
Obrigações hipotecárias (Pfandbriefe)	12.113,9	12.600,5	11.353,4	14.237,5	11.353,5
Cobertura de ativos	17.107,1	17.787,6	15.954,7	20.086,2	15.954,7
Cobertura de ativos de acordo com o § 12.º (1)	15.729,5	11.769,0	10.258,2	13.702,9	10.258,2
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 <sup>1</sup>	271,3	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	2,2	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 3 <sup>2</sup>	669,5	338,2	307,9	373,7	307,9
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	5,5	3,9	4,1	3,7	4,1
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
<b>Sobrecolateralização</b>	<b>4.993,2</b>	<b>5.187,1</b>	<b>4.601,3</b>	<b>5.848,7</b>	<b>4.601,2</b>
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	41,2	41,2	40,5	41,1	40,5

De acordo com o artigo 5.º, n.º 1, ponto 1 e o artigo 6.º, n.º 2, ponto 1 da abordagem estática da PfandBarwertV.

<sup>1</sup> Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

<sup>2</sup> Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

em milhões de euros	31 dez 2019				
	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Pior cenário de esforço de taxas de juro e mercado cambial
Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	8.364,5	8.716,4	7.585,4	10.224,8	7.585,4
Cobertura de ativos	10.630,0	12.107,3	10.566,1	14.076,5	10.566,1
Cobertura de ativos de acordo com o § 12.º (1)	10.302,0	11.769,0	10.258,2	13.702,9	10.258,2
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 <sup>1</sup>	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 3 <sup>2</sup>	328,0	338,2	307,9	373,7	307,9
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	3,9	3,9	4,1	3,7	4,1
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
<b>Sobrecolateralização</b>	<b>2.265,5</b>	<b>3.390,9</b>	<b>2.980,8</b>	<b>3.851,7</b>	<b>2.980,7</b>
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	27,1	38,9	39,3	37,7	39,3

De acordo com o artigo 5.º, n.º 1, ponto 1 e o artigo 6.º, n.º 2, ponto 1 da abordagem estática da PfandBarwertV.

<sup>1</sup> Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

<sup>2</sup> Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

Todas as coberturas de ativos são valores a receber de clientes que estão garantidos por hipotecas e coberturas de ativos adicionais são obrigações e outros títulos de rendimento fixo de acordo com a Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

#### Pfandbriefe do Sector Público

em euros	Valor nominal	Valor nominal	Valor atual líquido	Valor atual líquido	Valor atual líquido ajustado ao risco <sup>1</sup>	Valor atual líquido ajustado ao risco <sup>1</sup>
	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)
Cobertura de ativos <sup>2</sup>	149,0	305,5	156,6	321,5	161,4	333,2
Dos quais derivados	0	0	0	0	0	0
<b>Pfandbriefe do Sector Público</b>	<b>90,0</b>	<b>170,0</b>	<b>119,2</b>	<b>209,7</b>	<b>128,0</b>	<b>221,5</b>
<b>Sobrecolateralização (%)</b>	<b>65,6</b>	<b>79,7</b>	<b>31,4</b>	<b>53,3</b>	<b>26,1</b>	<b>50,4</b>

<sup>1</sup> Método dinâmico.

<sup>2</sup> Incluindo outros ativos de cobertura de acordo com o artigo 20.º, n.º 2 da PfandBG.

## Perfil de maturidade (artigo 28.º, n.º 1, ponto 2, da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

#### Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

Perfil de maturidade em milhões de euros	Estrutura de maturidade das obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) pendentes			Prazos da taxa fixa para a garantia total		
	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
inferior a 6 meses	1.185,0	1.200,0	200,0	580,0	1.359,5	499,1
de 6 a 12 meses	175,0	790,0	750,0	488,5	513,0	318,0
de 12 a 18 meses	555,0	1.185,0	110,0	572,5	617,0	334,6
de 18 meses a 2 anos	0	325,0	275,0	336,9	495,0	416,6
de 2 a 3 anos	693,0	755,0	700,0	1.031,0	900,0	659,5
de 3 a 4 anos	2.264,5	993,0	910,0	1.381,3	1.340,1	770,3
de 4 a 5 anos	1.207,0	1.239,5	1.050,0	1.062,3	1.479,9	1.030,9
de 5 a 10 anos	4.698,0	3.965,0	3.285,0	5.872,9	5.354,9	4.013,0
superior a 10 anos	1.194,5	1.309,5	1.084,5	4.655,2	3.570,4	2.588,0
<b>Total</b>	<b>11.972,0</b>	<b>11.762,0</b>	<b>8.364,5</b>	<b>15.980,6</b>	<b>15.629,8</b>	<b>10.630,0</b>

### Pfandbriefe do Sector Público

Perfil de maturidade em euros	Cobertura de ativos <sup>1</sup>	Cobertura de ativos <sup>1</sup>	Pfandbriefe do Sector Público	Pfandbriefe do Sector Público
	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)
inferior a 6 meses	20,0	13,5	0	60,0
de 6 a 12 meses	0	45,0	0	0
de 12 a 18 meses	30,0	20,0	0	0
de 18 meses a 2 anos	25,0	0	0	0
de 2 a 3 anos	19,0	155,0	0	0
de 3 a 4 anos	20,0	27,0	0	0
de 4 a 5 anos	0	20,0	50,0	0
de 5 a 10 anos	35,0	0	25,0	50,0
superior a 10 anos	0	25,0	15,0	60,0
<b>Total</b>	<b>149,0</b>	<b>305,5</b>	<b>90,0</b>	<b>170,0</b>

### Porção de derivados incluídos na garantia total (artigo 28.º, n.º 1, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não existiam quaisquer derivados na garantia total.

### Cobertura de ativos por valor nominal (artigo 28.º, n.º 2, ponto 1-a da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

#### Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

A cobertura de ativos únicos incluída no montante total de 16,0 mil milhões de euros (2019: 10,3 mil milhões de euros) com um valor nominal inferior a 0,3 milhões de euros ascendeu a 12,0 mil milhões de euros (2019: 7,7 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 0,3 milhões de euros e 1 milhão de euros ascendeu a 2,1 mil milhões de euros (2019: 1,8 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 1 milhão de euros e 10 milhões de euros ascendeu a 772 milhões de euros (2019: 766 milhões de euros) e com um valor nominal superior a 10 milhões de euros ascendeu a 0 milhões de euros (2019: 0 milhões de euros).

### Cobertura adicional de obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) (valor nominal) por país/sede social (artigo 28.º n.º 1, pontos 4 e 5 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

#### Pfandbriefe do Sector Público

em euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)
<b>Alemanha</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
Créditos de equalização de acordo com o artigo 20.º, n.º 2, ponto 1	0,0	13,5
Ativos de acordo com o artigo 20.º, n.º 2, ponto 2	0,0	0
dos quais créditos de acordo com o artigo 129.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Obrigações Cobertas)	0,0	0,0
Total para a Alemanha	0,0	13,5
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>13,5</b>

## Empréstimos utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe) por país, em que os imóveis onerados baseiam-se no tipo de utilização (artigo 28.º, n.º 2, pontos 1-b e 1-c da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

### Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

31 dez 2020	Residencial						Comercial					
	Apartamentos	Habitações unifamiliares	Habitações multifamiliares	Outros	Total	Edifícios de escritórios	Edifícios comerciais	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
em milhões de euros												
Alemanha	2.577,7	8.258,6	2.845,7	0	13.682,0	565,7	175,4	158,7	252,9	1.152,6	0	14.834,6
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2.577,7</b>	<b>8.258,6</b>	<b>2.845,7</b>	<b>0</b>	<b>13.682,0</b>	<b>565,7</b>	<b>175,4</b>	<b>158,7</b>	<b>252,9</b>	<b>1.152,6</b>	<b>0</b>	<b>14.834,6</b>

1 jan 2020 (pró-forma)	Residencial						Comercial					
	Apartamentos	Habitações unifamiliares	Habitações multifamiliares	Outros	Total	Edifícios de escritórios	Edifícios comerciais	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
em milhões de euros												
Alemanha	2.375,4	7.964,0	2.788,3	0	13.127,6	535,8	170,1	152,7	276,2	1.134,8	0	14.262,4
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2.375,4</b>	<b>7.964,0</b>	<b>2.788,3</b>	<b>0</b>	<b>13.127,6</b>	<b>535,8</b>	<b>170,1</b>	<b>152,7</b>	<b>276,2</b>	<b>1.134,8</b>	<b>0</b>	<b>14.262,4</b>

31 dez 2019	Residencial						Comercial					
	Apartamentos	Habitações unifamiliares	Habitações multifamiliares	Outros	Total	Edifícios de escritórios	Edifícios comerciais	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
em milhões de euros												
Alemanha	1.844,6	4.663,1	2.659,5	0	9.167,1	535,8	170,1	152,7	276,2	1.134,8	0	10.301,9
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.844,6</b>	<b>4.663,1</b>	<b>2.659,5</b>	<b>0</b>	<b>9.167,1</b>	<b>535,8</b>	<b>170,1</b>	<b>152,7</b>	<b>276,2</b>	<b>1.134,8</b>	<b>0</b>	<b>10.301,9</b>

## Pagamentos pendentes relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe) (artigo 28.º, n.º 2, ponto 2 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2020, não existiam quaisquer pagamentos e, em 31 de dezembro de 2019, existiam 0,6 milhões de euros de pagamentos em incumprimento há 90 ou mais dias relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigações hipotecárias (Pfandbriefe).

## Informação adicional relativa a empréstimos hipotecários (artigo 28.º, n.º 2, ponto 4 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

No final de 2020 e 2019, não existiam quaisquer execuções hipotecárias pendentes. Em 2020 e 2019, não foram realizadas execuções hipotecárias e o Deutsche Bank AG não adquiriu propriedades para evitar perdas de hipotecas. Além disso, não existiam quaisquer prestações de juros a pagar pelos devedores.

## Comparação de ações com juros fixos (artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

### Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Valor nominal		
	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
Obrigação hipotecária (Pfandbriefe) com juros fixos	9.222	13.003	8.115
Como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	77	98	97
Cobertura de ativos com juros fixos	15.856	13.855	10.507
Como % do total da cobertura de ativos	99	99	99

## Valor atual líquido por moeda (artigo 28.º, n.º 1, ponto 10 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

moeda em milhões de euros	Valor atual líquido	
	31 dez 2020	31 dez 2019
Euro	4.340	2.981

## Fatores característicos adicionais (artigo 28.º, n.º 1, ponto 7; artigo 28.º, n.º 1, ponto 11; artigo 28.º, n.º 2, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)	31 dez 2019
Rácio médio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia ponderado utilizando o valor do financiamento hipotecário (em %) <sup>1</sup>	54	54	53
Média ponderada ao volume em anos da maturidade decorridos desde a concessão do crédito hipotecário <sup>2</sup>	5	5,7	5
Reclamações totais superiores aos limites do § 13.º (1) da PfandBG (países sem direito de preferência) <sup>3</sup>	0	0	0

<sup>1</sup> De acordo com o artigo 28.º, n.º 2, ponto 3 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

<sup>2</sup> De acordo com o artigo 28.º, n.º 1, ponto 11 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

<sup>3</sup> De acordo com o artigo 28.º, n.º 1, ponto 7 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

## Valores a receber aplicados para cobrir obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) do setor público emitidas, categorizados por dimensão (valor nominal) (artigo 28.º, n.º 3, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)
até 10 milhões de euros, inclusive	0,0	0,0
10 milhões de euros a 100 milhões de euros	149,00	292,0
mais de 100 milhões de euros	0,0	0
<b>Total</b>	<b>149,0</b>	<b>292,0</b>

Valores a receber aplicados para cobrir obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*) do sector público emitidas (valor nominal), por tipo de devedor que garante, respetivamente, o organismo e respetiva sede social (país) (artigo 28.º, n.º 3, ponto 2 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

em milhões de euros	31 dez 2020		1 jan 2020 (pró-forma)	
	devido	com garantia	devido	com garantia
<b>Alemanha</b>				
País	0	0	38,5	0
Autoridades regionais	114,0	0	240,0	0
Autoridades locais	0	0	0	0
Outros devedores	0	0	0	0
Total para a Alemanha	114,0	0	278,5	0
Garantido face a garantias concedidas por razões de promoção das exportações	0	0	0	0
<b>Instituições da UE</b>				
País	0	0	0	0
Autoridades regionais	0	0	0	0
Autoridades locais	0	0	0	0
Outros devedores	0	0	27,0	0
Total para as instituições da UE	0	0	27,0	0
Garantido face a garantias concedidas por razões de promoção das exportações	0	0	0	0
<b>Finlândia</b>				
País	35,0	0	0	0
Autoridades regionais	0	0	0	0
Autoridades locais	0	0	0	0
Outros devedores	0	0	0	0
Total para a Finlândia	35,0	0	0	0
Garantido face a garantias concedidas por razões de promoção das exportações	0	0	0	0
<b>Total devido/garantido</b>	<b>149,0</b>	<b>0</b>	<b>305,5</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>149,0</b>	<b>0</b>	<b>305,5</b>	<b>0</b>

Características das obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*) do setor público emitidas e ativos de cobertura aplicados (artigo 28.º, n.º 1, ponto 8 a 10 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

em milhões de euros	31 dez 2020	1 jan 2020 (pró-forma)
<b>Comparação de ações com juros fixos de acordo com o artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 da PfandBG</b>		
<i>Pfandbriefe</i> do Sector Público com juros fixos	100,00	100,00
Cobertura de ativos com juros fixos	100,00	100,00
	0,0	0,0
<b>Excedentes de acordo com o artigo 28.º, n.º 1, ponto 8 da PfandBG</b>		
Montante total dos ativos de cobertura que excedem os limites de acordo com o artigo 20.º, n.º 2 da PfandBG (milhões de euros)	0,0	0,0
	0,0	0,0
<b>Características adicionais</b>		
Valor atual líquido de acordo com o artigo 6.º da Lei relativa às obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbrief</i> )	0,0	0,0
<i>Barwertverordnung</i> por moeda estrangeira (milhões de euros) (artigo 28.º, n.º 1, ponto 10 da PfandBG)	0,0	0,0

## Informação de acordo com o artigo 160.º, n.º 1, ponto 8 da AktG

Em 31 de dezembro de 2020, tomámos conhecimento dos seguintes acionistas que relataram uma participação de, no mínimo, 3% dos direitos de voto cada um, de acordo com o artigo 33.º da Lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz):

A BlackRock, Inc., Wilmington, DE, notificou-nos que, em 31 de dezembro de 2020, detinha 5,23 % das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da BlackRock, Inc., Wilmington, DE, até 31 de dezembro de 2020.

A Capital Group Companies, Inc., Los Angeles, Califórnia, notificou-nos de que, em 31 de março de 2020, detinha 3,74% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação por parte da The Capital Group Companies, Inc., Los Angeles, Califórnia, até 31 de dezembro de 2020.

O Euro Pacific Growth Fund, Boston, Massachusetts (parte da participação da Capital Group), notificou-nos de que, em 6 de outubro de 2020, detinha 3,61% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação do Euro Pacific Growth Fund, Boston, Massachusetts (parte da participação da Capital Group), até 31 de dezembro de 2020.

Douglas L. Braunstein (Hudson Executive Capital LP) notificou-nos de que, a 20 de novembro de 2020, detinha 3,18% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação de Douglas L. Braunstein (Hudson Executive Capital LP) até 31 de dezembro de 2020.

A Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, notificou-nos que a 20 de agosto de 2015 detinha 3,05% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, até 31 de dezembro de 2020.

A Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, notificou-nos que a 20 de agosto de 2015 detinha 3,05% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, até 31 de dezembro de 2020.

Stephen A. Feinberg, (Cerberus), notificou-nos de que, em 14 de novembro de 2017, detinha 3,001% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação de Stephen A. Feinberg, (Cerberus), até 31 de dezembro de 2020.

## Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

A remuneração total paga ao Conselho de Administração é detalhada no Relatório de Remuneração como parte do Relatório de Gestão Combinado. Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobreviventes receberam 31.929.318 euros e 18.093.988 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respetivamente.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobreviventes totalizavam 167.503.588 euros e 177.074.894 euros em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2020 uma remuneração total de 6.077.083 euros (2019: 6.112.499 euros), dos quais 4.632.813 euros serão pagos no 1.º trimestre de 2021 (1.º trimestre de 2020: 4.692.708 euros), de acordo com as provisões dos Estatutos.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 6.516.181 euros e a 8.106.465 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, a 1.546.839 euros e a 1.620.722 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 268.802 euros em 2020.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização são indicados nas páginas 49 e 50.

## Funcionários

O número médio de colaboradores equivalentes a tempo inteiro empregados durante o exercício do relato foi de 32.132 (2019: 26.271), 13.384 dos quais mulheres (2019: 10.010). Os colaboradores a tempo parcial estão proporcionalmente incluídos nesses números com base nas respetivas horas de trabalho. Uma média de 14.029 (2019: 14.933) colaboradores trabalhavam em agências fora da Alemanha. Os valores médios incluíram os colaboradores do antigo DB Privat- und Firmenkundenbank AG desde maio de 2020.

## Governo da sociedade

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG emitiram, em outubro de 2020, a declaração de conformidade com o Código de Governo das Sociedades alemão nos termos do número 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e disponibilizou-a permanentemente no seu [site](#).

Os Diretores Executivos do Parceiro Geral e o Conselho de Fiscalização do DWS Group GmbH & Co. KGaA emitiram também a sua declaração de conformidade com o Código de Governo das Sociedades alemão nos termos do artigo 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações (Akt) e disponibilizaram-na permanentemente no seu [site](#).

## Serviços adicionais prestados pelo auditor

O Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias receberam determinados serviços fiscais e relacionados com a auditoria pelo auditor do Deutsche Bank AG das demonstrações financeiras anuais, Ernst & Young GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY").

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às nossas demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas e não incluem os honorários de auditoria de 2020 do DWS e respetivas subsidiárias, que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

Para informações sobre as comissões pagas ao auditor do Deutsche Bank AG, consulte o Relatório Anual do Grupo.

## Acontecimentos após o período de relato

Após a data de relato, não ocorreram eventos materiais que tenham tido um impacto significativo nos nossos resultados de operações, posição financeira e ativos líquidos.



# Órgãos de gestão

## Conselho de Administração

No ano de 2020, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Administração:

Christian Sewing  
Presidente

Karl von Rohr  
Presidente

Fabrizio Campelli

Frank Kuhnke

Bernd Leukert  
(desde 1 de janeiro de 2020)

Stuart Lewis

James von Moltke

Alexander von zur Mühlen  
(desde 1 de agosto de 2020)

Christiana Riley  
(desde 1 de janeiro de 2020)

Prof. Dr. Stefan Simon  
(desde 1 de agosto de 2020)

Werner Steinmüller  
(até 31 de julho de 2020)

## Conselho de Fiscalização

No ano de 2020, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Fiscalização. Além disso, está especificada a morada de residência dos membros do Conselho de Fiscalização.

Dr. Paul Achleitner  
– Presidente  
Munique  
Alemanha

Gabriele Platscher\*  
Braunschweig  
Alemanha

Detlef Polaschek\*  
– Vice-presidente  
Essen  
Alemanha

Bernd Rose\*  
Menden  
Alemanha

Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*  
Bremen  
Alemanha

Gerd Alexander Schütz  
Viena  
Áustria

Frank Bsirske\*  
Berlim  
Alemanha

Stephan Szukalski\*  
(até 31 de dezembro de 2020)  
Ober-Mörlen  
Alemanha

Mayree Carroll Clark  
Nova Canaan  
EUA

John Alexander Thain  
Rye  
EUA

Jan Duscheck\*  
Berlim  
Alemanha

Michele Trogni  
Riverside  
EUA

Dr. Gerhard Eschelbeck  
Cupertino  
EUA

Dr. Dagmar Valcárcel  
Madrid  
Espanha

Sigmar Gabriel  
(desde 11 de março de 2020)  
Goslar  
Alemanha

Stefan Viertel\*  
(desde 1 de janeiro de 2021)  
Kelkheim im Taunus  
Alemanha

Katherine Garrett-Cox  
(até 20 de maio de 2020)  
Brechtin, Angus  
Reino Unido

Dr. Theodor Weimer  
(desde 20 de maio de 2020)  
Wiesbaden  
Alemanha

Timo Heider\*  
Emmerthal  
Alemanha

Prof. Dr. Norbert Winkeljohann  
Osnabrück  
Alemanha

Martina Klee\*  
Frankfurt am Main  
Alemanha

Henriette Mark\*  
Munique  
Alemanha

\*Representantes dos colaboradores

## Comités

### Comité do Presidente

Dr. Paul Achleitner, Presidente  
Frank Bsirske\*, Detlef Polaschek\*, Prof. Dr. Norbert Winkeljohann

### Comité de Nomeações

Mayree Carroll Clark, Presidente (desde 1 de julho de 2020), Dr. Paul Achleitner, Presidente (até 30 de junho de 2020,  
Membro (desde 1 de julho de 2020)  
Frank Bsirske\*, Detlef Polaschek\*, Gerd Alexander Schütz (até 28 de janeiro de 2021), Prof. Dr. Norbert Winkeljohann (desde  
3 de fevereiro de 2021)

### Comité de Auditoria

Prof. Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente  
Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox (até 20 de maio de 2020), Henriette Mark\*, Gabriele Platscher\*, Detlef Polaschek\*  
Bernd Rose\*, Dr. Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer (desde 1 de julho de 2020)

### Comité de Risco

Mayree Carroll Clark, Presidente  
Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*, Jan Duscheck\* Stephan Szukalski\* (até 31 de dezembro de 2020),  
Michele Trogni, Stefan Viertel\* (desde 1 de janeiro de 2021), Prof. Dr. Norbert Winkeljohann

### Comité de Integridade

Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente  
Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*, Sigmar Gabriel (desde 11 de março de 2020), Katherine Garrett-Cox (até  
11 de março de 2020), Timo Heider\*, Gabriele Platscher\*

### Comité de Controlo de Remunerações

Dr. Paul Achleitner, Presidente  
Frank Bsirske\*, Dr. Gerhard Eschelbeck (desde 3 de fevereiro de 2021), Detlef Polaschek\*, Bernd Rose\* (desde 1 de julho de  
2020), Gerd Alexander Schütz (desde 1 de julho de 2020 até 1 de fevereiro de 2021), Dr. Dagmar Valcárcel (desde 1 de julho  
de 2020)

### Comité de Estratégia

John Alexander Thain, Presidente  
Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske\*, Mayree Carroll Clark, Timo Heider\* Henriette Mark\*, Detlef Polaschek\*, Michele Trogni

### Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

Michele Trogni, Presidente  
Dr. Paul Achleitner, Jan Duscheck\*, Dr. Gerhard Eschelbeck, Martina Klee\*, Bernd Rose\*

### Comité de Mediação

Dr. Paul Achleitner, Presidente  
Frank Bsirske\*, Detlef Polaschek\*, Prof. Dr. Norbert Winkeljohann

\*Representantes dos colaboradores

## Lista de mandatos

### Conselho de Fiscalização

Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

Em: Fevereiro de 2021

Para os membros do Conselho de Fiscalização que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Fiscalização, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

#### Membros do Conselho de Fiscalizaçã

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Dr. Paul Achleitner	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	<b>Mandatos externos</b>	
		Bayer AG Daimler AG	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização (até julho de 2020)
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	Porta-voz da Administração e Diretor da Região de Mercado de Bremen, Deutsche Bank AG	<b>Mandatos externos</b>	
		Bürgschaftsbank Bremen GmbH Frowein & Co. Beteiligungs AG	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Bsirske		<b>Mandatos externos</b>	
		innogy SE RWE AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		<b>Mandatos no Grupo</b>	
		DB Privat- und Firmenkundenbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização (até maio de 2020)
Mayree Carroll Clark	Fundadora e Sócia-Gerente, Eachwin Capital	<b>Mandatos externos</b>	
		Ally Financial, Inc. Taubmann Centers, Inc.	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração (até dezembro de 2020)
Jan Duscheck	Diretor do grupo de trabalho nacional Banca, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Dr. Gerhard Eschelbeck	Diretor de Segurança da Informação, Aurora Innovation, Inc.	<b>Mandatos externos</b>	
		Onapsis Inc. WootCloud Inc.	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Sigmar Gabriel	Ex-Ministro Federal	<b>Mandatos externos</b>	
		GP Papenburg AG Siemens Energy AG	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização (desde setembro de 2020)
Katherine Garrett-Cox (até maio de 2020)	Diretor Executivo e Diretor Geral, Gulf International Bank (UK) Ltd.	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação.	
Timo Heider	Presidente do Comissão Geral de Trabalhadores da BHW Bausparkasse AG/Postbank  Finanzberatung AG, Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores da PCC Services GmbH do Deutsche Bank; Presidente da Comissão de Trabalhadores da BHW Bausparkasse AG, PCC Services GmbH der Deutschen Bank, Postbank Finanzberatung AG e BHW Holding GmbH; Vice-Presidente da Comissão	<b>Mandatos no Grupo</b>	
		BHW Bausparkasse AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		PCC Services GmbH der Deutschen Bank Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização  Vice-presidente do Conselho de Fiscalização

Membros do Conselho de Fiscalização

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Martina Klee	Vice-Presidente da Comissão de Trabalhadores do PWCC Center Frankfurt, Deutsche Bank AG	<b>Mandatos externos</b> Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank-Gruppe VVaG	Membro do Conselho de Fiscalização
Henriette Mark	Membro da Comissão de Trabalhadores do Sul da Baviera, da Comissão Geral de Trabalhadores e da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Gabriele Platscher	Presidente da Comissão de Trabalhadores Niedersachsen Ost, Deutsche Bank	<b>Mandatos externos</b> BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Detlef Polaschek	Vice-Presidente do Conselho de Fiscalização; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank Niederrhein e da Região do Ruhr, Região Central e Oriental do Deutsche Bank AG	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Bernd Rose	Presidente do Comissão Geral de Trabalhadores do Postbank Filialvertrieb AG; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo e membro da Comissão Europeia de Trabalhadores do Deutsche Bank	<b>Mandatos externos</b> ver.di Vermögensverwaltungs-gesellschaft m.b.H.	Vice-Presidente do Conselho Conselho
Gerd Alexander	Presidente do Conselho de Administração, C-QUADRAT Investment AG	<b>Mandatos no Grupo</b> DB Privat- und Firmenkundenbank AG Postbank Filialbetrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização (até maio de 2020) Membro do Conselho de Fiscalização
Schütz		<b>Mandatos externos</b> cyan AG	Presidente do Conselho de Fiscalização (desde janeiro de 2021)
Stephan Szukalski (até dezembro de 2020)	Presidente Federal da Associação Alemã de Bancários (Deutscher Bankangestellten-Verband e.V. (DBV))	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
John Alexander Thain		<b>Mandatos externos</b> Aperture Investors LLC Pine Island Capital Partner LLC Pine Island Acquisition Corp. Uber Technologies Inc.	Membro do Conselho de Administração Presidente Presidente do Conselho de Administração (desde janeiro de 2021) Membro do Conselho de Administração
Michele Trogni	Parceiro Operacional, Eldridge	<b>Mandatos externos</b> Capital Markets Gateway Inc. Horizon Acquisition Corporation Morneau Shepell Inc.	Presidente do Conselho de Administração (até agosto de 2020) Membro do Conselho de Administração (desde julho de 2020) Membro do Conselho de Administração (até setembro de 2020)
Dr. Dagmar Valcárcel		SE2 LLC <b>Mandatos externos</b> amedes Holding GmbH	Presidente do Conselho Membro do Conselho de Fiscalização
Stefan Viertel (desde janeiro de 2021)	Diretor de Vendas Institucionais em Numerário e Gestão de Clientes, Hungria, Membro da Comissão Geral de Trabalhadores, Representantes da Comissão de Trabalhadores do Corporate Bank e do Investment Bank, Deutsche Bank AG	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Dr. Theodor Weimer (desde maio de 2020)	Diretor Geral, Deutsche Börse AG	<b>Mandatos externos</b> Knorr Bremse AG	Membro do Conselho de Fiscalização (desde junho de 2020)

Membros do Conselho de Fiscalização			
Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
		FC Bayern München AG	Membro do Conselho de Fiscalização (até junho de 2020)
		<b>Mandatos externos</b>	
Professor Dr. Norbert Winkeljohann		Bayer AG	Presidente do Conselho de Fiscalização (desde abril de 2020)
		Bohnenkamp AG	Presidente do Conselho de Fiscalização (desde abril de 2020)
		Georgsmarienhütte Holding GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização (até janeiro de 2021)
		Heristo AG	Presidente do Conselho de Fiscalização (até janeiro de 2021)
		Sievert AG	Presidente do Conselho de Fiscalização

## Conselho de Administração

### Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

As participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB) estão assinaladas com \*.

Em: Fevereiro de 2021

Para os membros do Conselho de Administração que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Administração, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

Membro do Conselho de Administração			
Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Christian Sewing	Presidente do Conselho de Administração	Sem cargos de direção	
Karl von Rohr	Presidente	sujeitos a divulgação <b>Mandatos no Grupo</b> DB Privat- und Firmenkundenbank AG*	Presidente do Conselho de Fiscalização (até maio de 2020)
Fabrizio Campelli	Membro do Conselho de Administração	DWS Group GmbH & Co. KGaA* <b>Mandatos externos</b> BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Presidente do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização (desde junho de 2020) Membro do Conselho de Fiscalização (desde junho de 2020)
Frank Kuhnke	Membro do Conselho de Administração	Deutsche Bank (Suisse) SA* <b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Società per Azioni*	Presidente do Conselho de Administração (até dezembro de 2020) Membro do Conselho de Fiscalização (até junho de 2020)
Bernd Leukert (desde janeiro de 2020)	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos externos</b> Bertelsmann SE & Co.KGaA* TomTom N.V.	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização (até abril de 2020)
Stuart Lewis	Membro do Conselho de Administração	DWS Group GmbH & Co. KGaA* <b>Mandatos no Grupo</b> DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH Deutsche Bank Società per Azioni*	Membro do Conselho de Fiscalização (desde julho de 2020) Presidente do Conselho Consultivo (até agosto de 2020) Presidente do Conselho de Fiscalização (até junho de 2020)
James von Moltke	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos externos</b> BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Membro do Conselho de Fiscalização (até junho de 2020) Membro do Conselho de Fiscalização (até junho de 2020)
Alexander von zur Mühlen (desde agosto de 2020)	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Christiana Riley (desde janeiro de 2020)	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos externos</b> The Clearing House Payments Company LLC	Membro do Conselho de Fiscalização
Professor Dr. Stefan Simon (desde agosto de 2020)	Membro do Conselho de Administração	DB USA Corporation <b>Mandatos externos</b> Leop.Krawinkel GmbH & Co. KG	Diretor-geral (CEO) da Presidente do Conselho Consultivo
Werner Steinmüller (até julho de 2020)	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos no Grupo</b> DB Privat- und Firmenkundenbank AG* Deutsche Bank Società per Azioni*	Membro do Conselho de Fiscalização (até maio de 2020) Presidente do Conselho de Fiscalização (desde junho de 2020)

## Colaboradores do Deutsche Bank AG

### Mandatos de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB)

Participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras. Em: 31 de dezembro de 2020

Colaboradores do Deutsche  
Bank AG

Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Ashok Aram	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Presidente do Conselho de Fiscalização
Ina Bandemer	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Membro do Conselho de Fiscalização
Michael Bice Jr	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Membro do Conselho de Administração
Jörg Bongartz	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Sigrid Bowenkamp	<b>Mandatos no Grupo</b> DB Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Rüdiger Bronn	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Thomas Buschmann	<b>Mandatos externos</b> VSM Vereinigte Schmirgel- und Maschinen-Fabriken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Michael Connolly	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche CIB Centre Private Limited	Membro do Conselho de Administração
Petra Crull	<b>Mandatos no Grupo</b> DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Boudewijn Dornseiffen	<b>Mandatos no Grupo</b> OOO „Deutsche Bank“	Membro do Conselho de Fiscalização
Margret Dreyer	<b>Mandatos no Grupo</b> Postbank Finanzberatung AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Sameen Farooqui	<b>Mandatos no Grupo</b> OOO „Deutsche Bank“	Membro do Conselho de Fiscalização
Jürgen Feil	<b>Mandatos no Grupo</b> PB Factoring GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
David Feldmann	<b>Mandatos externos</b> Eurex Clearing AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Eva Frank	<b>Mandatos no Grupo</b> PB Factoring GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Andrei Frömmer	<b>Mandatos no Grupo</b> Postbank Finanzberatung AG	Membro do Conselho de Fiscalização
David Gary	<b>Mandatos externos</b> CLS Group Holdings AG	Diretor não executivo
Philipp Gossow	<b>Mandatos externos</b> Schufa Holding AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Eva Grunwald	<b>Mandatos no Grupo</b> BHW Bausparkasse AG PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Sandra Heinrich	<b>Mandatos no Grupo</b> PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Natacha Hilger	<b>Mandatos externos</b> MTS S.p.A	Diretor não executivo
Jennifer Hörl	<b>Mandatos no Grupo</b> Postbank Finanzberatung AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Kees Hoving	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Alexander Ilgen	<b>Mandatos no Grupo</b> DWS Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Angelika Kaefer-Schroeder	<b>Mandatos no Grupo</b> norisbank GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Thomas Keller	<b>Mandatos externos</b> GEZE GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização



Anke Kirn	<b>Mandatos no Grupo</b> Betriebs-Center für Banken AG PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Stefan Knoll	<b>Mandatos no Grupo</b> DWS Grundbesitz GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Ulrike Krieger	<b>Mandatos no Grupo</b> DB Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Karen Kuder	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Achim Kuhn	<b>Mandatos no Grupo</b> BHW Bausparkasse AG  Postbank Filialvertrieb AG Postbank Finanzberatung AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Achim Lebeau	<b>Mandatos no Grupo</b> PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Britta Lehfeldt	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Società per Azioni Postbank Systems AG	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Manuel Loos	<b>Mandatos no Grupo</b> Betriebs-Center für Banken AG PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Karin Mensching	<b>Mandatos no Grupo</b> PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Henning Oldenburg	<b>Mandatos externos</b> Beutin AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Kirsten Oppenländer	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Diretor não executivo
Beaux Pontak	<b>Mandatos externos</b> Latitude Financial Group Limited	Diretor não executivo
Manuela Preiss	<b>Mandatos no Grupo</b> PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Reiner Ramacher	<b>Mandatos no Grupo</b> Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Steven Reich	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Trust Company Americas	Membro do Conselho de Administração
Andreas Riess	<b>Mandatos no Grupo</b> DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Rückbrodt	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Luxembourg S.A. Deutsche Bank Società per Azioni Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Diretor não executivo
Michael Sanderson	<b>Mandatos no Grupo</b> DB Private Clients Corp. DB Private Wealth Mortgage Ltd. Deutsche Bank Securities Inc. (DBSI)	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Torsten Sauer	<b>Mandatos no Grupo</b> PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Jacob Schellenberg	<b>Mandatos no Grupo</b> PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Daniel Schmand	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española OOO „Deutsche Bank“ PB Factoring GmbH	Diretor não executivo Membro do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização
Werner Schmidt	<b>Mandatos externos</b> AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mbH	Vice-Presidente do Conselho Conselho
Frank Schütz	<b>Mandatos externos</b> AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Stefan Senft	<b>Mandatos externos</b> BayBG Bayerische Beteiligungsgesellschaft mbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Eric-M Smith	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Trust Company Americas Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Dr. Anke Steenbock	<b>Mandatos no Grupo</b> Betriebs-Center für Banken AG PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização

	Postbank Systems AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Lars Stoy	<b>Mandatos no Grupo</b>	
	BHW Bausparkasse AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
	Postbank Filialvertrieb AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
	Postbank Finanzberatung AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
Knut Sträter	<b>Mandatos no Grupo</b>	
	DB Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Gülabatin Sun	<b>Mandatos no Grupo</b>	
	Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Presidente do Conselho de Fiscalização
Andreas Torner	<b>Mandatos no Grupo</b>	
	norisbank GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Markus Wägner	<b>Mandatos no Grupo</b>	
	DB Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Christian Westerhaus	<b>Mandatos externos</b>	
	S.W.I.F.T SC	Membro do Conselho de Administração
Andreas Wienhues	<b>Mandatos no Grupo</b>	
	DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Jan Wohlschiess	<b>Mandatos no Grupo</b>	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Postbank Systems AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Kay Wolf	<b>Mandatos no Grupo</b>	
	Postbank Systems AG	Membro do Conselho de Fiscalização

Frankfurt am Main, March 4, 2021

Deutsche Bank Aktiengesellschaft

O Conselho de Administração



Christian Sewing



Karl von Rohr



Fabrizio Campelli



Frank Kuhnke



Bernd Leukert



Stuart Lewis



James von Moltke



Alexander von zur Mühlen



Christiana Riley



Stefan Simon

## Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos, os passivos, a posição financeira e os resultados do Deutsche Bank AG e o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, que foi combinado com o relatório de gestão do Grupo, inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Deutsche Bank AG, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Deutsche Bank AG.

Frankfurt am Main, March 4, 2021



Christian Sewing



Karl von Rohr



Fabrizio Campelli



Frank Kuhnke



Bernd Leukert



Stuart Lewis



James von Moltke



Alexander von zur Mühlen



Christiana Riley



Stefan Simon

# Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

## Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão

### Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, e a demonstração de resultados para o exercício de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo as políticas de reconhecimento e medição aí apresentadas. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, que é combinado com o relatório de gestão do Grupo, para o exercício de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Em conformidade com os requisitos legais alemães, não auditámos o conteúdo da Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289.º-F do HGB, publicada no site indicado no relatório de gestão e que faz parte do relatório de gestão.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras anuais cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã aplicável às instituições e conferem uma imagem verdadeira e justa dos ativos, passivos e posição financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2020 e do seu desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, e
- o relatório de gestão, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição da Instituição. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão está em consonância com as demonstrações financeiras anuais e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. O nosso parecer sobre o relatório de gestão não abrange o conteúdo da Declaração de Governo da Sociedade combinada acima referida.

De acordo com o artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão.

### Fundamentação do parecer

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento da UE relativo a auditorias (n.º 537/2014, doravante referido como “Regulamento sobre auditoria da UE”) e em conformidade com as normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos, princípios e normas são descritas em pormenor na secção “Responsabilidades dos revisores oficiais de contas para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão” do nosso relatório do auditor. Somos independentes da instituição em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

### Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras anuais

As questões essenciais de auditoria são as questões que, de acordo com o nosso juízo profissional, foram da maior importância na nossa auditoria às demonstrações financeiras anuais para o exercício de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

A seguir, descrevemos o que consideramos ser as questões essenciais da auditoria:

## 1. Avaliação de instrumentos financeiros com dados de avaliação não observáveis

### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco comunica ativos detidos para negociação no valor de 241.390 milhões de euros e passivos detidos para negociação no valor de 203.986 milhões de euros. Ambas as posições incluem também instrumentos financeiros cuja avaliação se baseia em dados não observáveis.

Os preços de mercado não são observáveis para a avaliação destes instrumentos financeiros. Por conseguinte, os justos valores têm de ser determinados utilizando técnicas de avaliação reconhecidas. Estas técnicas de avaliação podem basear-se em modelos complexos e envolver pressupostos e estimativas relativos a dados não observáveis sujeitos a um juízo, tais como fluxos de caixa descontados, volatilidades, correlações e *spreads* de crédito e liquidez.

Uma vez que a avaliação de instrumentos financeiros com dados de avaliação não observáveis é altamente baseada em pressupostos e juízos de valor devido à natureza complexa das técnicas de avaliação e dos modelos utilizados, esta é uma questão essencial da auditoria.

### Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão dos processos de gestão para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros e obter a determinação de dados de avaliação não observáveis significativos, avaliámos a conceção dos controlos e testámos a sua eficácia operacional.

Foi o caso, em especial, para os controlos relativos à verificação independente dos preços, à validação independente dos modelos de avaliação, incluindo a avaliação das limitações do modelo, à monitorização da utilização potencialmente inadequada do modelo de avaliação e ao cálculo dos ajustamentos do justo valor e dos controlos associados sobre os sistemas de TI relevantes.

Avaliámos as técnicas, modelos e metodologias de avaliação e analisámos os dados utilizados nesses modelos.

Realizámos recálculos para uma amostra de ajustamentos de avaliação utilizando dados e metodologias independentes. Realizámos uma reavaliação independente de uma amostra de instrumentos financeiros pelo justo valor utilizando modelos e dados independentes. Também avaliámos de forma independente a razoabilidade de uma amostra de dados representativos utilizados.

Envolvemos especialistas internos que possuem conhecimentos específicos na área da avaliação de instrumentos financeiros.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de instrumentos financeiros com dados não observáveis.

### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre as técnicas, modelos e metodologias de avaliação utilizados na medição do justo valor são fornecidas nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e "Notas ao balanço, Ativos e passivos detidos para negociação" nas notas às demonstrações financeiras anuais.

## 2. Inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas

### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco reconheceu uma provisão para perdas de crédito de 2.888 milhões de euros.

As probabilidades de incumprimento estimadas utilizadas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas em empréstimos a clientes não em incumprimento baseiam-se em informações históricas, combinadas com a evolução económica atual e com previsões macroeconómicas prospetivas (por exemplo, produto interno bruto e taxas de desemprego). O cenário de base resultante é transformado numa análise de vários cenários utilizando métodos estatísticos. Os cenários especificam desvios em comparação com o cenário de base e funcionam como a base para a determinação das curvas plurianuais que descrevem as probabilidades de incumprimento de várias categorias de notações e contrapartes. Estas probabilidades de incumprimento são utilizadas para calcular as perdas de crédito esperadas e identificar um aumento significativo do risco de crédito dos empréstimos a clientes.

À luz da incerteza económica decorrente da pandemia da COVID-19 no exercício, da incerteza resultante na estimativa das informações prospetivas e do impacto dos regimes de apoio estatal na deteção precoce de riscos, o Banco realizou

ajustamentos às perdas de crédito esperadas calculadas através dos modelos convencionais de risco de crédito e dos métodos de previsão.

Tendo em conta a detenção significativa de empréstimos não em incumprimento e o aumento da incerteza e do uso de juízos de valor, incluindo a pandemia da COVID-19, consideramos a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas e o seu ajustamento uma questão essencial da auditoria.

#### Resposta do auditor

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, obtivemos uma compreensão dos processos implementados, avaliámos a conceção dos controlos sobre a seleção, determinação e validação de informações prospetivas e testámos a sua eficácia.

Avaliámos a análise dos métodos de previsão com base nos relatórios de validação do Banco. Além disso, verificámos os métodos utilizados para incluir as variáveis selecionadas no cenário de base e o desempenho da análise de vários cenários.

Analisámos as previsões macroeconómicas utilizadas pelo Banco na data de relato, comparando-as com fontes externas.

Verificámos também a metodologia aplicada pelo Banco ao efetuar ajustamentos. Ao fazê-lo, avaliámos os resultados das análises de sensibilidade do Banco, retirando informações das nossas próprias análises de referência. Testámos também se os ajustamentos foram devidamente considerados no cálculo das perdas de crédito esperadas de acordo com a metodologia do Banco.

Para auditar a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas, envolvemos especialistas internos com conhecimentos específicos na área da modelação do risco de crédito.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas são fornecidas na secção "Informações gerais, Base de apresentação" nas notas às demonstrações financeiras anuais.

### 3. Avaliação dos investimentos em empresas afiliadas

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco comunica investimentos em empresas afiliadas no valor de 27.948 milhões de euros.

Os investimentos em empresas afiliadas são escriturados ao custo de aquisição ou, no caso de uma imparidade permanente, ao justo valor mais baixo. O justo valor é determinado com base num plano plurianual para a empresa afiliada correspondente. Neste contexto, devem ser assumidos pressupostos relativos, em especial, à derivação dos requisitos de capital, aos resultados anuais, aos fluxos de caixa, aos custos de capital e às taxas de desconto. Além disso, são necessárias estimativas sobre se uma imparidade é permanente.

Uma vez que a medição dos investimentos em empresas afiliadas envolve um elevado grau de juízos de valor, e este elemento é fundamental em termos de montante, esta é uma questão essencial da auditoria.

#### Resposta do auditor

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, obtivemos uma compreensão dos processos implementados, avaliámos a conceção dos controlos sobre a avaliação dos investimentos em empresas afiliadas e testámos a sua eficácia.

Avaliámos os pressupostos significativos e os fatores geradores de valor nos pressupostos de planeamento. Ao fazê-lo, avaliámos a coerência dos pressupostos significativos utilizados no plano plurianual e também os comparámos com as expectativas do mercado disponíveis externamente.

Ao analisar os fluxos de caixa futuros esperados das empresas afiliadas, comparámos o plano de negócios com o plano do exercício anterior e com os resultados efetivos alcançados e avaliámos quaisquer desvios. Além disso, examinámos em que medida os pressupostos sobre o desenvolvimento económico no período de planeamento detalhado e para a anuidade perpétua estão dentro de uma série de previsões disponíveis externamente. Examinámos os parâmetros de avaliação utilizados para a estimativa do justo valor, tais como as taxas de crescimento estimadas, o custo das taxas de capital e as taxas de imposto, em comparação com parâmetros disponíveis externamente.

Verificámos também a exatidão aritmética do modelo de avaliação utilizado.

Para auditar a avaliação dos investimentos em empresas afiliadas, envolvemos especialistas internos que possuem conhecimentos específicos no domínio da avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de investimentos em empresas afiliadas.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a avaliação dos investimentos em empresas afiliadas são fornecidas nas notas às demonstrações financeiras anuais, nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e nas "Notas ao balanço, Informações relacionadas com empresas afiliadas, associadas e relacionadas".

## 4. Reconhecimento e medição de impostos diferidos

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco comunica impostos diferidos no valor de 2.638 milhões de euros.

A estimativa da capacidade futura para utilizar esses ativos depende do potencial de lucros futuros sujeitos a impostos. Esta situação está sujeita à incerteza da estimativa e depende da evolução esperada de pressupostos-chave. Estes incluem, mas não se limitam a, pressupostos sobre os resultados operacionais previstos com base em planos de negócios aprovados, incluindo uma análise dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outras considerações relevantes.

À luz da importância material e do recurso a juízos em inúmeras estimativas de lucros futuros sujeitos a impostos e da capacidade de utilizar perdas fiscais e créditos fiscais anteriormente não reclamados, a avaliação do reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos é uma questão essencial da auditoria.

#### Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento do processo de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos para determinar se as diferenças temporárias dedutíveis e as perdas operacionais líquidas transitadas são identificadas e medidas em conformidade com as disposições do direito fiscal e as regras de contabilidade para impostos diferidos ao abrigo do direito comercial alemão, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos.

Tal incluiu, mas não se limitou aos pressupostos utilizados para desenvolver e alocar elementos do plano de negócios aprovado como base para estimar o rendimento futuro sujeito a impostos das agências relevantes.

Além disso, verificámos a metodologia do Banco para o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, analisando os pressupostos assumidos na estimativa dos lucros futuros tributáveis. Verificámos a completude e a exatidão dos dados utilizados para estimar os rendimentos futuros sujeitos a impostos e comparámos os pressupostos significativos subjacentes à previsão de rendimentos futuros sujeitos a impostos com dados históricos e prospetivos disponíveis externamente. Também avaliámos os parâmetros aplicados aos planos de negócio aprovados e realizámos análises de sensibilidade para os pressupostos subjacentes. Além disso, comparámos a exatidão das previsões históricas com os resultados reais.

Para auditar os pressupostos acima mencionados envolvidos na recuperabilidade dos impostos diferidos, envolvemos os nossos profissionais fiscais e especialistas internos que têm conhecimentos na área da avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relativas ao reconhecimento e medição dos impostos diferidos.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre o reconhecimento e medição dos impostos diferidos são fornecidas nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e "Notas ao balanço, Impostos diferidos" nas notas às demonstrações financeiras anuais.

## 5. Gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A exatidão do relato financeiro do banco depende muito da fiabilidade e da continuidade da tecnologia de informação utilizada, devido ao número significativo de transações que são processadas diariamente.

O banco continuou a fazer esforços durante o ano para reforçar a centralização dos seus sistemas e processos de TI, aumentar a fiabilidade e a continuidade do processamento e da gestão de acessos e alterações de TI, bem como para reduzir a complexidade das TI.



Dada a elevada dependência do tratamento fiável e contínuo de dados e a natureza abrangente dos controlos de TI sobre o sistema de controlo interno, consideramos a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro como uma questão essencial da auditoria.

#### Resposta do auditor

Avaliámos o ambiente de controlo de TI, incluindo os controlos gerais de TI, bem como os controlos de aplicações de TI relevantes para o relato financeiro. Os nossos procedimentos também abrangeram as alterações durante o ano no atual ambiente de controlo de TI de atividades de centralização em curso.

Além disso, testámos a eficácia operacional dos controlos gerais de TI relacionados com a gestão de acessos dos utilizadores e a gestão de alterações entre aplicações, bases de dados e sistemas operativos. Além disso, testámos os controlos das aplicações de TI sobre o tratamento automatizado de dados, os feeds de dados e as interfaces. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de acessos de TI incluíram, mas não se limitaram ao aprovisionamento e à retirada de acessos de utilizador, ao acesso de utilizadores privilegiados, a recertificações periódicas dos direitos de acesso, a definições de segurança dos sistemas e aos controlos de autenticação dos utilizadores. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de alterações de TI incluíram, mas não se limitaram a, avaliar se as alterações foram testadas e aprovadas antes da implementação e as alterações na gestão dos utilizadores estão limitadas aos utilizadores autorizados.

Além disso, testámos se os programadores tinham direitos de aprovação para alterações nos sistemas de produção e se eram capazes de realizar quaisquer alterações devido aos seus direitos de acesso nas versões de produção das aplicações, bases de dados e sistemas operativos, respetivamente, para avaliar se estas responsabilidades estavam funcionalmente separadas.

Para auditar a gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro, envolvemos profissionais internos com conhecimentos específicos na área das auditorias de TI.

Os nossos procedimentos de auditoria não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro.

#### Referência a divulgações relacionadas

Para uma descrição geral dos controlos internos sobre o relato financeiro, remetemos para o relatório de gestão combinado, na secção "Controlo interno sobre o relato financeiro".

### Outra informação

Os administradores executivos são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem

- a Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289.º-F do HGB, publicada no site referido no relatório de gestão e as seguintes outras partes a incluir no relatório anual, das quais obtivemos uma versão antes da emissão deste relatório do auditor:
  - a Demonstração Não Financeira,
  - a Declaração de Responsabilidade nos termos do artigo 264.º, n.º 2, terceira frase do HGB em conjugação com o artigo 289.º, n.º 1, quinta frase do HGB,mas não as demonstrações financeiras anuais, não as divulgações do relatório de gestão cujo conteúdo é auditado e não o relatório do nosso auditor sobre o mesmo.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão não abrangem a outra informação e, conseqüentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras anuais, com o relatório de gestão, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, somos obrigados a comunicar esse facto. Não temos nada a comunicar a este respeito.

## Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelas demonstrações financeiras anuais e pelo relatório de gestão

Os administradores executivos são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã aplicável às instituições e que as demonstrações financeiras anuais apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos, os passivos, a posição financeira e o desempenho financeiro da Instituição, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelo controlo interno que, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, tenham determinado como necessários para a preparação de demonstrações financeiras anuais isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Na elaboração das demonstrações financeiras anuais, os administradores executivos são responsáveis pela avaliação da capacidade da Instituição para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, desde que não haja conflito de circunstâncias efetivas ou jurídicas entre os mesmos.

Além disso, os administradores executivos são responsáveis pela elaboração do relatório de gestão que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição da Instituição e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras anuais, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a elaboração de um relatório de gestão que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro da Instituição para a elaboração das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão.

## Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas pela auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras anuais na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição da Instituição e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras anuais e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como para criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

Uma confiança razoável consiste num elevado nível de confiança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as normas alemãs geralmente aceites para auditorias de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detetem sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras anuais e neste relatório de gestão.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o compromisso. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao de uma resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilistas utilizadas pelos administradores executivos e a razoabilidade das estimativas feitas pelos administradores executivos e das divulgações relacionadas.
- Tiramos conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos administradores executivos da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco de manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar o nosso respetivo parecer. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que a Instituição deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras anuais, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras anuais apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras anuais facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro da Instituição em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos.
- Avaliamos a coerência do relatório de gestão com as demonstrações financeiras anuais, a respetiva conformidade com a legislação alemã e com a perspetiva que proporciona da posição da Instituição.
- Realizamos procedimentos de auditoria sobre as informações prospetivas apresentadas pelos administradores executivos no relatório de gestão. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos administradores executivos como a base para a informação prospetiva e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras anuais do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

## Outros requisitos jurídicos e regulamentares

### Relatório sobre a confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3b do HGB sobre a reprodução eletrónica das demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão elaborado para efeitos de publicação

#### Parecer

Realizámos o trabalho de confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3b do HGB para obter uma confiança razoável sobre se a reprodução das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão (a seguir "Documentos ESEF") constantes do ficheiro eletrónico em anexo [Deutsche\_Bank\_AG\_JA+LB\_ESEF-2020-12-31.zip] e elaborado para efeitos de publicação cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico ("formato ESEF"). Em conformidade com os requisitos legais alemães, esta confiança só se estende à conversão das informações contidas nas demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão no formato ESEF, pelo que não diz respeito às informações contidas nesta reprodução nem a quaisquer outras informações contidas no ficheiro eletrónico acima mencionado.

Na nossa opinião, a reprodução das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão constantes do ficheiro eletrónico em anexo acima mencionado e elaborado para fins de publicação cumpre, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico. Não expressamos qualquer parecer sobre as informações contidas nesta reprodução nem sobre quaisquer outras informações contidas no ficheiro acima mencionado para além deste parecer de confiança razoável e o nosso parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão que o acompanham para o exercício de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, constantes do "Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão", acima.

#### Fundamentação do parecer

Realizámos o nosso trabalho de confiança sobre a reprodução das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão contido no ficheiro eletrónico em anexo acima mencionado em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3b do HGB e o Projeto de Exposição da Norma de Garantia IDW: Confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3b do HGB sobre a reprodução eletrónica de demonstrações financeiras e relatórios de gestão elaborados para efeitos de publicação (ED IDW AsS 410). As nossas responsabilidades nos termos dessa norma são descritas na secção "Responsabilidades do auditor pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF". A nossa prática de auditoria aplicou os requisitos estabelecidos na norma IDW de controlo da qualidade: "Anforderungen an die Qualitätssicherung in der Wirtschaftsprüferpraxis" [Requisitos de controlo da qualidade na prática dos revisores oficiais de contas] (IDW QS 1) no que diz respeito ao seu sistema de controlo da qualidade.

#### Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelos documentos ESEF

Os administradores executivos da Instituição são responsáveis pela elaboração dos documentos ESEF, incluindo a reprodução eletrónica das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 1 do HGB.

Além disso, os administradores executivos da Instituição são responsáveis pelo controlo interno que consideraram necessário para permitir a elaboração de documentos ESEF livres de incumprimento material dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico, quer devido a fraude ou erro.

Os administradores executivos da Instituição são também responsáveis pela apresentação dos documentos ESEF, juntamente com o relatório do auditor e as demonstrações financeiras anuais auditadas em anexo, bem como o relatório de gestão auditado e outros documentos a publicar junto do operador do *Bundesanzeiger* [Jornal Oficial alemão].

O Conselho de Fiscalização é responsável pela supervisão da elaboração dos documentos ESEF no quadro do processo de relato financeiro.

## Responsabilidades do auditor pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF

O nosso objetivo é obter uma confiança razoável de que os documentos ESEF estão isentos de incumprimento material dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, quer devido a fraude ou erro. Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o compromisso. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incumprimento material dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, quer devido a fraude ou erro, concebemos e realizamos procedimentos de auditoria adequados a esses riscos e obtemos provas de confiança suficientes e adequadas para fornecer uma base para o nosso parecer de confiança.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a garantia sobre os documentos ESEF para a conceção de procedimentos de confiança adequados nas circunstâncias, mas não para efeitos de elaboração de um parecer de confiança sobre a eficácia desses controlos.
- Avaliamos a validade técnica dos documentos ESEF, ou seja, se o ficheiro eletrónico que contém os documentos ESEF cumpre os requisitos do Regulamento Delegado (UE) 2019/815, na versão válida à data de relato, sobre a especificação técnica deste ficheiro eletrónico.
- Avaliamos se os documentos ESEF permitem uma reprodução XHTML com conteúdo equivalente ao das demonstrações financeiras anuais auditadas e do relatório de gestão auditado.

## Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos auditores pela Assembleia-Geral Anual de 20 de maio de 2020. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 5 de junho de 2020. Somos auditores do Deutsche Bank Aktiengesellschaft desde o exercício de 2020.

Declaramos que os pareceres expressados no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

## Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Holger Lösken.

Eschborn/Frankfurt am Main, 8 de março de 2021

Ernst & Young GmbH

Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Barth

Lösken

Wirtschaftsprüfer

Wirtschaftsprüfer

[Revisor de contas público alemão]

[Revisor de contas público alemão]

Deutsche Bank Aktiengesellschaft  
Taunusanlage 12  
60262 Frankfurt am Main  
Alemanha  
Telefone: +49 69 9 10 00  
[deutsche.bank@db.com](mailto:deutsche.bank@db.com)

# 2021

## Calendário Financeiro

**28 de abril de 2021**  
Relatório de lucros a 31 de março de 2021

**27 de maio de 2021** Assembleia-Geral  
Anual

**28 de julho de 2021**  
Relatório intercalar a 30 de junho de 2021

**27 de outubro de 2021**  
Relatório de lucros a 30 de setembro de  
2021

# 2022

## Calendário Financeiro

**13 de fevereiro de 2022**  
Resultados preliminares referentes ao 2021  
ano financeiro **11 de março de 2022**

Relatório Anual de 2021 e Formulário 20-F

**27 de abril de 2022**  
Relatório de lucros a 31 de março de 2022

**19 de maio 2022** Assembleia-Geral Anual

**27 de julho de 2022**  
Relatório intercalar a 30 de junho de 2022

**26 de outubro de 2022**  
Relatório de lucros a 30 de setembro 2022

Em caso de conflito, prevalecerá a versão Inglesa, publicada em  
<https://www.db.com/ir/en/annual-reports.htm>